ENCICLOPÉDIA
DOS
MUNICÍPIOS BRASILEIROS

PLANEJADA E ORIENTADA

por

JURANDYR PIRES FERREIRA

PRESIDENTE DO I. B. G. E.

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DE

SPERIDIÃO FAISSOL
Secr.-Geral do C. N. G.

HILDEBRANDO MARTINS
Secr.-Geral do C. N. E.

SUPERVISÃO GEOGRÁFICA

DE

ANTONIO TEIXEIRA GUERRA
Dir. de Geografia

REVISÃO

A. C. MELLO BARRETO
Inspetor - Técnico

SUPERVISOR DA EDIÇÃO

ADOLPHO FREJAT
Superintendente do Serviço Gráfico

25 DE MARÇO DE 1959

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

ENCICLOPÉDIA
DOS
MUNICÍPIOS BRASILEIROS

XXXI VOLUME

RIO DE JANEIRO
1959

SUPERVISÃO DOS VERBÊTES

RAIMUNDO NOBRE PASSOS

Inspetor - Regional

PREFÁCIO

A região litorânea do Paraná é muito estreita em razão do avanço da Serra do Mar com as suas encostas abruptas oferecendo, como que uma muralha, a dificultar as entradas para o planalto das Araucárias. Mas essas dificuldades não esmoreceram os pioneiros colonizadores que já na primeira metade do século XVI, haviam fartamente palmilhado as terras do planalto.

Veredas pré-cabralinas estimulavam os portuguêses na penetração à procura de ouro. Os espanhóis, por elas, também, se embrenhavam, para se apossar das terras que se demarcavam pelo "Meridiano de Tordesilhas".

Cabeza de Vaca, o espanhol que vinha governar a província de Guaíra, depois de atingir os campos de Curitiba segue, por uma linha de cumeada, até o Rio Papagaio e daí sempre pelo divisor até as nascentes do Piquiri, desce êsse curso dágua, atravessa o Paraná e chega finalmente em Assunção.

A Serra do Mar teria sido o ponto mais difícil e provàvelmente Cabeza de Vaca subiu, já da costa de Santa Catarina, pelo Rio Itapacu para atingir Campo Alegre na vertente do Rio Negro.

As veredas pré-cabralinas, através do planalto ou pela encosta da Serra do Mar, foram de um extraordinário auxílio à penetração do interior. Além da subida pelo vale do Ribeira, galgava-se a Serra partindo de Guaratuba pelo Rio Cubatão, passava-se para o vale do Miringuarava e atingia-se o planalto. Outro caminho que tanto facilitou as entradas para o "plateau das Araucárias", é o que séculos depois veio inspirar a Teixeira Soares para o traçado da via férrea.

O caminho pré-cabralino partia de Paranaguá, de onde se navegava em canoas até o "Pôrto de Cima", daí, por uma vereda aberta na mata, fazia-se a transposição para o vale do Iguaçu.

Essas trilhas serviam aos garimpeiros do século XVI para fixar os primeiros lampejos de colonização, muito antes do chamado "ciclo do ouro", que só se revelou no século XVIII.

O ouro, entretanto, que se obtinha nas bateias dos aventureiros não foi de molde a exprimir nem encantos da coroa nem progressos efetivos para a região, e as populações fixadas foram se dedicando à criação de gado vacum e cavalar. Enquanto os colonizadores portuguêses assim se iam estabilizando no planalto das Araucárias, os espanhóis atravessavam o Rio Paraná, partindo de Assunção, e vinham estabelecer os seus "pueblos" e as suas "missões" até as barrancas do Paranapanema.

Entre as vilas que instalaram com grande surto, vale mencionar a Vila Rica do Espírito Santo e a Cidade Real del Guaíra.

Se bem recebidos que foram, a princípio, os Castelhanos pelo Gentio, desde o segundo lustro, da segunda metade do século XVI, os Guaranis revoltaram-se contra a ambição desenfreada e a crueldade desumana dos Espanhóis. E se antepunham, bravamente à fixação dos estrangeiros nas terras de Guaíra.

Descrevia essas glebas, em 1541, o Adelantado Real de Assunção — D. Álvaro Nunes Cabeza de Vaca — como "terras muito alegres de muitas águas e arvoredos", ricas pela exuberância de sua produtividade.

Eram elas habitadas por índios que lhe deram por tôda parte a melhor acolhida, cumulando de presentes a sua comitiva.

Mas quando o gentio começou a sofrer o pêso da escravização com a introdução do sistema das "encomiendas" reagiu com denodo e com violência.

Sob o comando de Gauiracá, o grande herói guarani, estabeleceu-se a guerra épica contra a ocupação espanhola.

A expansão territorial do Brasil, teve nessa resistência hercúlea dos habitantes dos vales do Iguaçu, do Ivaí, do Tibagi, do Taguari e do Paranapanema, a alavanca inicial que, no sul do País, deslocou as fronteiras do limite do meridiano de Tordesilhas.

É verdade que foi só muito mais tarde que os bandeirantes paulistas arrasaram definitivamente os "pueblos" e as "missões" e expulsaram para sempre, daí, os espanhóis, consolidando por fim, nossas fronteiras pelos tratados de 1750 e 1777.

Não aproveitaram os bandeirantes, entretanto, essas glebas e, depois de aprisionarem índios e afugentarem colonos e jesuítas castelhanos, voltaram à São Paulo.

São essas as terras do Norte do Paraná, hoje representando o ponto alto do progresso do Estado.

Os séculos XVI e XVII decorreram sem que o Paraná pudesse se afirmar como expressão econômica.

Levava seu gado, e principalmente seus cavalos, para vender na Feira de Sorocaba, pelo caminho do Apiaí. Mas, já na alvorada do século XIX, o Paraná se apresenta com expressivo florescimento e se prepara para buscar a sua emancipação política, desligando-se de São Paulo, já no 2.º Império. Daí em diante cresce continuamente. Pode-se até dizer que a visita de D. Pedro II ao Paraná é o marco definidor do surto efetivo do seu progresso.

Como expressão simbólica dêsse desenvolvimento, citaríamos o caso de certo fazendeiro, que oferecendo um jantar ao Imperador, por ocasião dessa visita, serviu-lhe uma mesa pobre de iguarias, apresentando-lhe, entretanto, ao fim do repasto, a carta de alforria que dava a todos os seus escravos, dizendo que imaginava, assim, homenagear melhor a Sua Majestade.

Êsse fato diz bem do impulso que veio ter o Estado, que não sofreu o impacto violento da abolição da escravatura.

É que, desde o meado do século XIX, voltava-se o Paraná para as correntes imigratórias.

A Colonização Alemã deu ao Paraná um extraordinário impulso, menos pela quantidade de novos braços, que o Estado adquiria, que pela qualidade das técnicas que introduziram no amanho da terra.

Os italianos chegados pelo veleiro "Ana Pizzorro", fundaram os núcleos de Assuiri, Engelina, Santa Felicidade, Água Verde, Alfredo Chaves e Nova Tirol. Os franceses fundaram ainda na primeira metade do século XIX as Colônias Tereza, Nova Orleans e Nossa Senho-

ra do Pôrto. As imigrações inglêsas, suecas, austríacas, holandesas, russas e polonesas tiveram papel eminente no florescimento do Paraná.

Na verdade, a variedade imigratória somou técnicas diferentes, dando maior amplitude ao progresso do Estado.

O desenvolvimento da pequena propriedade serviu também à formação de uma colonização em tôrno dos centros populosos, como círculos verdes das cidades. Ao longo das estradas também se foi fixando uma atividade agrícola importante. Por outro lado, a riqueza natural das matas de pinheiros e de outras essências, desenvolveu a indústria madeireira, passando o Paraná a ser grande exportador de madeira.

A Estrada de Ferro Paraná—Santa Catarina tem tido mesmo grandes dificuldades para atender às solicitações de transportes dessas indústrias. A rêde ferroviária do Estado tem tido um papel eminente no progresso do Paraná porque, ao lado de sua função de realizar a movimentação das riquezas, ela se tem incumbido da colonização das regiões servidas, loteando as terras e localizando colonos. Da mesma forma, a Cia. de Terras do Norte do Paraná foi notável no papel revolucionário da economia do Estado. Hoje, essa região, abandonada pràticamente desde a expulsão dos espanhóis e das "missões" jesuíticas pelos bandeirantes paulistas, é a esperança mais concreta de um fecundo surto de progresso que se iniciou, há pouco mais de 5 lustros, mas que se destaca vivamente pela vitalidade impressionante de sua pujança agrícola.

Mais rigorosamente poder-se-ia filiar o entusiasmo para a ocupação das terras do Norte do Paraná a uma seqüência ao sucesso da criação paulista de Marília, pois, desde então, uma penetração se manifestou para os lados das terras roxas do Paraná cujas qualidades para a lavoura cafeeira empolgaram pela magnífica produtividade obtida.

Aceleraram a ocupação humana dessas terras as concessões oferecidas pelo Govêrno do Estado. A Cia. de Terras do Norte do Paraná e a Estrada de Ferro São Paulo—Paraná retalharam essas glebas e incrementaram a lavoura cafeeira.

Em verdade, as estatísticas da produção não fotografam, senão pàlidamente, a realidade do quadro do sucesso cafeeiro da região, porque a plantação ainda, em grande parte, é nova e não atingiu a época das colheitas. Além disso, houve uma certa retração, que já se extinguiu, por ocasião da grande geada que destruiu enorme quantidade de cafèzais

novos. A recuperação, entretanto, animou novamente o plantio que chega a ser alarmante, em face das restrições dos mercados internacionais do café.

Apesar do seu progresso industrial, o Paraná não teve ainda o surto que seria de se esperar das condições excelentes que possui para o desenvolvimento de um grande parque. Na realidade, no Estado se localizam os potenciais formidáveis de Sete Quedas, do Salto do Iguaçu e de todos os desníveis do Ivaí, do Piquiri e do Paranapanema. A Comissão da Bacia do Paraná—Uruguai tem feito estudos notáveis sôbre o aproveitamento dos grandes afluentes do Paraná. Vale aqui destacar o estudo da navegação do Paranapanema, com o aproveitamento de mais de 2 milhões de c.v., obtidos na formação dos desníveis criadores dos estirões navegáveis.

Além do Paranapanema, que se estende pelo Tibagi, nascem nas grimpas da Serra do Mar, como que avistando o Atlântico, o Rio Iguaçu e um pouco mais recuado, na Serra Geral, o Ivaí e o Piquiri.

Êsses rios oferecem tais possibilidades para o incremento industrial do Estado que se pode bem dizer que êles estão indicando a fixação futura de um centro econômico exponencial na América Meridional.

A bacia do Paraná é aquela que maiores riquezas oferece para o Brasil de amanhã.

Nunca é demais repetir que o padrão de vida de um povo é função da quantidade de energia mecânica com que suplementamos o seu esfôrço muscular; e função da qualidade técnica de seu trabalho, obtida na elevação do nível intelectual que lhe fomentamos.

E, por isso, cabe aqui destacar o valor extraordinário do binômio que se abre ao Paraná nas possibilidades de energia para uma extensa eletrificação rural e para a técnica, o esplêndido efeito de sua Universidade na preparação das suas elites intelectuais.

Nesses dois fatôres, o Paraná assentará de modo efetivo o pedestal notável das esperanças crescentes de seu progresso.

O Paraná é o 2.º Estado do Brasil no cultivo de café: 22% da área cafeeira do Brasil é cultivada no Paraná, 44% em São Paulo, e as demais espalhadas pelo Brasil.

Mas, é de notar que, de 1955 a 1957, enquanto no Brasil cresceu, de 9% apenas, a sua área plantada de café, no Paraná cresceu de 45%. Isso deve-se exatamente ao incremento das terras do Norte do Estado; e o efeito disso, entretanto, ainda não se manifesta na produção, pôsto que o plantio do Paraná é, na sua maioria, recente, não podendo ainda refletir nas estatísticas da produção.

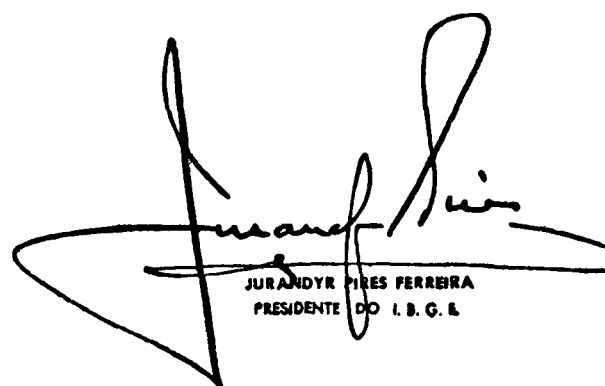
Em culturas temporárias coloca-se em 4.º lugar nas Unidades da Federação, contribuindo com 12% da produção nacional, e notaríamos que o Estado do Paraná desenvolveu essa cultura, atingindo a um crescimento de produção 4,5 vêzes superior ao crescimento da produção brasileira no mesmo período.

No terreno industrial, o Paraná se apresenta, também, em situação promissora: enquanto cresceu a produção industrial do Brasil, entre os anos de 1955-1957, de 17,2%; no Paraná o crescimento foi de 29%. Destaca-se lá a Indústria do Papel onde para um crescimento geral no Brasil de 21% o Paraná se apresenta com um crescimento de 58%. Mencionaríamos ainda o cimento que para um crescimento de 17% na produção nacional, cresceu no Paraná de 28,5%.

Êsses poucos valores servem para nos dar uma idéia do panorama econômico de um Estado, que vive uma profunda transformação na sua estrutura.

O Paraná se projeta no futuro, aos estímulos dessa transformação, como expressão vitoriosa do esfôrço consciente do trabalho.

A característica mais viva se encontra no contraste, um tanto rude, dos embates de fôrças, que evoluem em favor de seu própro progresso. Ficam em excitante conflito, os antagonismos de estruturas orgânicas que se superpõem.

Da velha aristocracia rural ao dinamismo aventureiro dos pioneiros do desbravamento das terras virgens; do artezanato, cuidado pela técnica importada pelos colonos estrangeiros, à evolução industrial que advém de um avanço de sua base econômica, se tem tôda uma gama de colorido a refletir-se na fisionomia política desta Unidade da Federação.

Daí a vivacidade dos embates que lhe exprimem a vitalidade. Daí a aparente ingratidão popular para com os que lhe aceleram o ritmo de evolução. Mas aparente, apenas

porque a consolidação histórica da atuação dos seus homens públicos se fixa na exaltação com que se os procura nos horas caniculares do seu Destino.

O Paraná, que é dos Estados Federados um dos que menos se apega ao "bairrismo", é, talvez, por isso, um dos mais brasileiros.

Sua contribuição histórica, na marcha ascendente do Destino do Brasil, tem sido fecunda e até altruística.

JURANDYR PIRES FERREIRA
PRESIDENTE DO I. B. G. E.

INTRODUÇÃO

MOISÉS LUPION
Governador do Estado do Paraná

Até poucos anos atrás, na juventude dos homens maduros de hoje, eram poucos os Municípios do Paraná — os seus antigos Municípios, a base tradicional do Estado. E a tradição que êles representavam, as características de cada um, eram de uma estrutura tão bem definida em suas linhas simples evidentes, que tínhamos todos, com êles, uma verdadeira intimidade, aprendida na pausada respiração do ambiente dos lares de nossos pais.

Circunstâncias geográficas haviam feito do Paraná, um pouco antes, um Estado de passagem — caráter, sem dúvida, propício a desenvolvimentos lentos, como o seria, também, a acentuada nota pastoril e rural das porções mais extensas de sua vida nos inícios. E essa lentidão facilitaria sedimentações que, em breve tempo, já iriam definir uma verdadeira aura naquelas comunidades mais antigas do Estado.

Nós nos alimentamos nessa aura e ela nos foi, pois, literalmente, familiar.

De repente, por fôrça de vários fatôres, aquela calma estabilidade rompeu-se com violência, o Estado entrou em progresso acelerado, e fomos vendo nascerem, em ambiente novo, os multiplicados municípios novos, às dezenas. Conhecíamos, antes as regiões onde surgiram, e vimos entrar em vibração nova cada uma das partes dessas regiões, e vimos crescerem ou surgirem as novas comunidades e as novas unidades administrativas. Foi êsse, assim, um processo ao mais imediato alcance de nosso olhos, a que assistimos ainda mais de perto por fôrça das nossas funções públicas. Temos com êsses municípios, em conseqüência, todos os homens de nossa geração no Paraná — uma intimidade, de certo diversa da que nos liga aos municípios tradicionais, mas não menos intensa e não menos afetiva.

A oportunidade que nos vai dar nosso eminente amigo, o Dr. Jurandir Pires Ferreira, dinâmico presidente do I.B.G.E., com a organização e publicação do volume sôbre os municípios paranaenses, na tão notável série da sua Enciclopédia sôbre os municípios brasileiros — por mais que o rigor das disposições, a natureza esquemática dos dados e a intenção informativa e sistematizadora pareçam dispor em contrário —, vai ser, para nós, por tudo que se disse acima, um pouco como ver e rever os álbuns de família. Nessa intimidade, fica-nos a certeza emocional da decisiva importância do município, evidenciando-se como a mais viva das realizações da nossa Pátria.

Curitiba, 25 de março de 1959.

MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ

2 — 24 943

Índice dos Municípios

ESTADO DO PARANÁ

ABATIÁ — PR

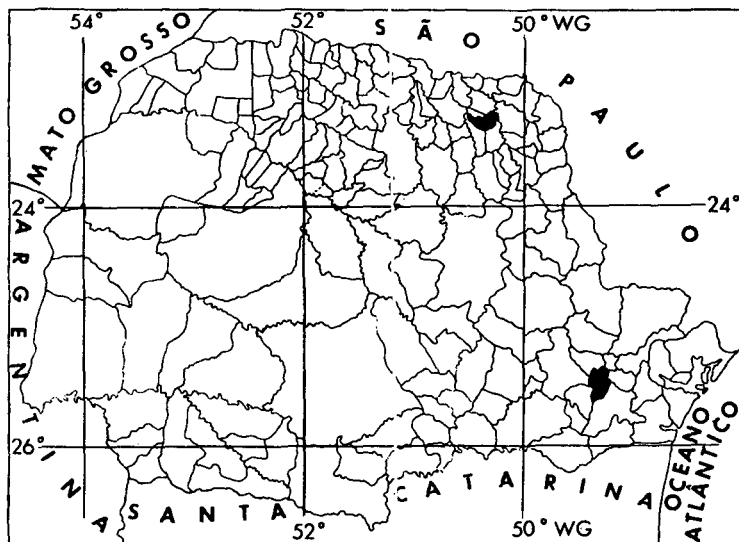
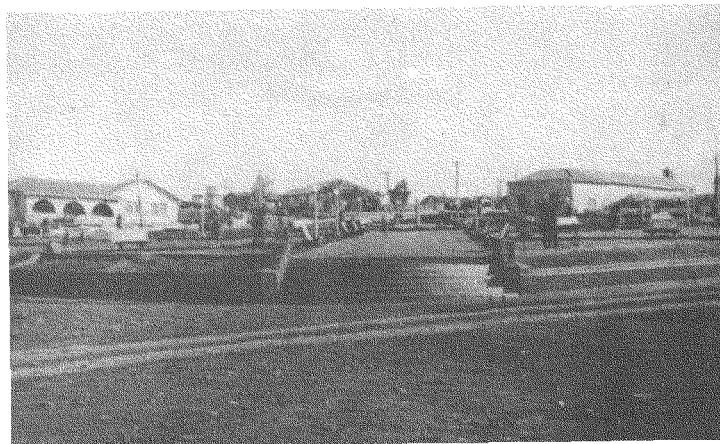
Mapa Municipal no 11.° Vol.

HISTÓRICO — Em 1925, aproximadamente, pequeno grupo de pioneiros se estabeleceu no lugar conhecido pela denominação de Lageado, nas margens do rio Laranjinhas, na região norte do Paraná, com a intenção de promover a fundação de um patrimônio. O grupo em aprêço era formado por Antônio Maria, João Carvalho, Cândido Coelho, José Vicente, João Ramalheiro e Manoel José Pereira e respectivas famílias. É a êles que se deve a fundação do núcleo que deu origem ao atual município de Abatiá. Dedicando-se ao trabalho árduo da derrubada das matas e da cultura de cereais, os pioneiros de Abatiá empreenderam obra meritória, desbravando e cultivando o solo, abrindo caminhos através da floresta virgem, improvisando pontes e pontilhões e dando início ao povoamento do solo, onde antes fôra sertão bruto e quase inacessível a elementos civilizados.

Nos primeiros tempos, a localidade era conhecida pela denominação de Lageado, passando mais tarde a denominar-se Carvalhópolis, possìvelmente em homenagem a João Carvalho, um de seus fundadores.

A cultura do café constituiu sempre a maior e mais importante fonte de riqueza do município. O rápido povoamento do território deve-se, em grande parte, ao interêsse despertado por êsse produto, em face da exuberância das terras.

A localidade foi elevada à categoria de distrito, com o nome de Lageado, em 1939, integrando o município de Santo Antônio da Platina, de acôrdo com a divisão administrativa do Paraná para vigorar no qüinqüênio 1939-1943. Em virtude do Decreto-lei estadual n.° 199, de 30 de dezembro de 1943, o distrito perdeu a sua antiga denominação de Lageado, passando a Abatiá e continuando a pertencer ao município de Santo Antônio da Platina. Foi elevado à categoria de município, formado pelo antigo território do distrito de Abatiá, desmembrado de Santo Antônio da Platina, pela Lei estadual n.° 2, de 10 de outubro de 1947.

LOCALIZAÇÃO — O município está situado ao norte do Estado e compreendido na Zona Fisiográfica do Norte. Limita-se com os municípios de Bandeirantes, Santa Amélia, Santo Antônio da Platina, Jundiaí do Sul e Ribeirão do

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Vista parcial da principal praça da cidade

Pinhal. A sede municipal, cidade de Abatiá, situa-se à margem direita do ribeiro Lageado e dista, por estrada de rodagem, 391 km de Curitiba, sendo sua posição geográfica 23° 18' de latitude Sul e 58° 19' de longitude W.Gr.

ALTITUDE — A sede municipal está a 550 metros.

CLIMA — Abatiá, situado na zona climatérica do norte do Estado, apresenta clima quente e úmido, com incidência de chuvas constantes durante o inverno. As temperaturas médias registradas no ano de 1956 foram, em graus centígrados, das máximas, 36, das mínimas, 16 e compensada 22.

ÁREA — A área territorial é de 256 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O principal acidente geográfico do município é o rio Cinzas que serve de divisa com o município de Santo Antônio da Platina.

RIQUEZAS NATURAIS — A madeira e a argila são as principais riquezas naturais do município.

POPULAÇÃO — A população de Abatiá, ainda pelo Censo de 1950, era de 10 830 habitantes — 5 763 homens e 5 067 mulheres. *Segundo a religião,* distribuía-se em 10 222 católicos, 374 protestantes, 97 espíritas, 78 budistas, 1 maometano, 37 de outras religiões, 18 sem religião e 3 sem declaração de religião. *Segundo a côr,* 9 590 eram brancos, 691, pretos, 277, pardos e 268, amarelos. *Segundo o estado civil,* entre as pessoas de 15 e mais anos, havia 1 767 solteiros, 3 797 casados, 240 viúvos e 2 desquitados. *Segundo a nacionalidade,* 102 dos habitantes do município eram estrangeiros e 74 brasileiros naturalizados.

A densidade demográfica do município correspondia a 2,36 habitantes por quilômetro quadrado. Dos 10 830 habitantes, 9 581 estavam localizados na zona rural, que representa 88% do total recenseado.

Aglomerações urbanas — Apenas uma aglomeração urbana, a da cidade de Abatiá, existe no município. Segundo o Censo de 1950, era a cidade constituída de 1 249 habitantes, assim distribuídos: Quadro urbano — 937, sendo 478 homens e 459 mulheres; Quadro suburbano — 312, ou seja, 151 homens e 161 mulheres.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A economia do município está assentada exclusivamente na agricultura. Sendo suas terras de elevado índice de produtividade, o café ali predomina sôbre as demais culturas. Em 1956 a estima-

Banco Mercantil e Industrial do Paraná S.A.

tiva de produção da rubiácea era de Cr$ 40 500 000,00. Os demais produtos que constituem escala econômica são os seguintes, justamente com a produção estimada para 1956: feijão com Cr$ 28 900 000,00; milho — Cr$ 8 572 500,00; arroz — Cr$ 4 357 000,00 e a batata-inglêsa e o trigo em menor valor. Com clima propício às frutas de região quente, Abatiá em 1956 produziu Cr$ 618 750 000,00 de laranjas e Cr$ 346 000,00 de bananas.

O valor da exportação interestadual em 1956 somou a importância de Cr$ 27 772 725,00, destacando-se em primeiro plano o café em grão, o feijão, o gado bovino e o milho.

A pecuária participa com um pequeno índice para a economia municipal, havendo exportação de gado bovino e suíno.

A indústria, ainda em fase incipiente, conta com 8 estabelecimentos, sendo 1 apenas com mais de 5 funcionários, compreendendo os ramos de serraria, olaria e beneficiamento de cereais.

COMÉRCIO E BANCOS — Representam as atividades comerciais de Abatiá, 20 estabelecimentos varejistas, 1 atacadista e duas agências bancárias. O comércio local mantém transação com os municípios de Santo Antônio da Platina, Jacarèzinho, Assaí, Congonhinhas, Cornélio Procópio, Bandeirantes e Ribeirão do Pinhal, todos no Paraná, e São Paulo, em São Paulo, para onde exporta sua produção agrícola e pecuária, e de onde importa os artigos e mercadorias que não produz, indispensáveis ao município.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — São rodoviárias as vias de acesso que ligam Abatiá aos demais municípios limítrofes da região. A distância da sua sede a Cornélio Procópio é de 70 km; Ribeirão do Pinhal, 25 km; Rio Cinzas, 20 km; Santo Antônio da Platina, 36 km; Bandeirantes, 30 km; e Santa Amélia, 22 km.

Linhas de ônibus regulares servem a cidade e o município e cidades vizinhas. A produção agrícola é escoada através do transporte rodoviário.

Abatiá ainda conta com uma Agência de Correio do Departamento dos Correios e Telégrafos, e providências vêm sendo tomadas no sentido de dotar o município de uma rêde telefônica que, como meio de comunicação interno e externo, visa a dar novo alento ao seu progresso e desenvolvimento.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Abatiá, por ocasião do Recenseamento de 1950, possuía 262 prédios domiciliares e 1 240 habitantes, dos quais 629 homens e 620 mulheres. Conta com diversos logradouros públicos, bem traçados, servidos de iluminação elétrica pública e domiciliar, esta com 480 ligações. Possui 2 hotéis, uma pensão, 13 estabelecimentos comerciais e 3 farmácias. Encontravam-se registrados na Prefeitura 66 veículos motorizados: 10 automóveis e 56 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Prestam assistência médica à população do município 1 médico, 3 dentistas e 3 farmacêuticos residentes na cidade. O Pôsto de Higiene, mantido pelo Govêrno do Estado, e a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, do Departamento da Criança, prestam assistência médica em geral à população.

Três farmácias estão localizadas na sede municipal.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — O Pôsto de Higiene e a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância prestam, também, assistência social aos habitantes da cidade.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 registrou a existência de 8 780 pessoas com 5 anos e mais, das quais 2 546 sabiam ler e escrever, representando 28% daquele total. Dêsse registro, 1 666 eram homens e 880 mulheres. A sede municipal contava com 1 026 pessoas de 5 anos e mais, das quais 557 sabiam ler e escrever, sendo 318 homens e 239 mulheres.

Ensino — No ano de 1956 funcionavam no município 17 unidades do ensino primário fundamental comum, registrada a matrícula de 664 alunos. Atualmente, não existe, na cidade, nenhum estabelecimento de ensino extraprimário.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Funciona na cidade o Cine Santa Izabel, com capacidade para 250 espectadores. Em 1956 levou a efeito 52 espetáculos cinematográficos, com total de 3 926 ingressos vendidos. O futebol tem pouca expressão no município, sendo praticado apenas pelos membros da Associação Atlética Recreativa Abatiaense que, vez por outra, excursiona aos municípios vizinhos, ou dêstes recebe visita para a realização de partidas amistosas.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)			
	Federal	Estadual	Municipal	
			Total	Tributária
1950	...	515	...	249
1951	...	593	...	343
1952	...	636	...	543
1953	...	1 030	...	492
1954	...	1 100	...	396
1955	...	1 250	...	401

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — A principal manifestação religiosa no município é a que diz respeito aos festejos em honra de São Sebastião, padroeiro da cidade, cujo período vai de 11 a 20 de janeiro, com procissão solene e bênção do Santíssimo Sacramento, no dia do encerramento. É igualmente levada a efeito, com muito entusiasmo, a festa de Nossa Senhora Aparecida, no dia 8 de dezembro. O mês de maio, também chamado "mês mariano", por ser dedicado à Virgem Maria, é festivamente comemorado em Abatiá, havendo recitação de orações pró-

Banco Comercial do Paraná S.A.

prias e procissões diárias. São ainda comemoradas no município as festas de São João (24 de junho), São Pedro e São Paulo (29 de junho) e Natal (25 de dezembro).

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — São chamados os habitantes e pessoas do lugar de abatiaenses. O nome Abatiá é de origem indígena. Ainda não foi elevado o município à categoria de comarca, pertencendo no entanto como distrito judiciário à comarca de Ribeirão do Pinhal com quem faz divisa. O Prefeito Municipal em exercício é o Senhor Pedro Augusto de Oliveira. A Câmara Municipal compõe-se dos seguintes vereadores: José Cardoso de Oliveira, Sebastião Soares Nogueira, Oswaldo Rodrigues de Souza, Francisco Augusto de Oliveira, Woldir de Souza e Silva, Everaldo Reis da Rocha, Expedito Dantas, Sebastião Pinto e Andréa E. Guergolet.

ALTO PARANÁ — PR

Mapa Municipal no 12.º Vol.

HISTÓRICO — O município de Alto Paraná é uma das mais novas comunidades da região setentrional do Estado. Localizada no espigão divisor das águas dos rios Ivaí e Paraná, no Km 186 da rodovia que conduz ao Pôrto São José, ponto terminal da Estrada de Ferro Central do Paraná, é um empreendimento da Imobiliária Ypiranga, de Boralli & Held, a quem deve o norte do Paraná notáveis realizações no povoamento e desbravamento do solo.

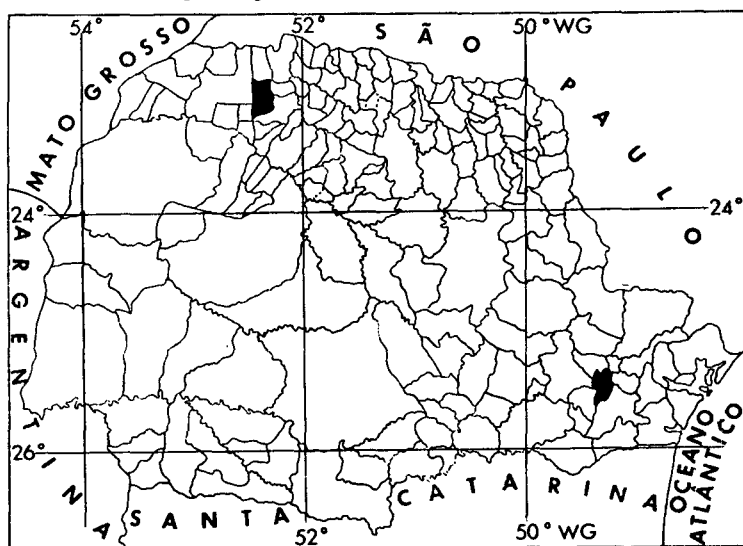
Alto Paraná faz parte de um grande número de municípios, em sua maioria originários do desmembramento do território de Mandaguari, de onde surgiu o "Norte Novo do Paraná", que compreende a vasta região da bacia do Paranapanema, até a fronteira do Paraná com o Estado de Mato Grosso. Nasceu a nova cidade em agôsto de 1948, quando, na mata virgem, foi plantado o primeiro marco de sua localização. Dessa época em diante, não mais pararam os serviços de abertura, processando-se, concomitantemente, a demarcação de quadras, datas e vias públicas, a desmatação geral e a construção dos primeiros edifícios, entre os quais um bom hotel. Uma série de fatôres próprios da região, tais como a uberdade das terras, a subdivisão destas em milhares de pequenos lotes, para constituírem futuros sítios, a excelência do clima, além do vigor e eficiência da iniciativa particular, asseguraram a rápida formação da cidade. Daí a franca aceitação que, desde logo, tiveram os lotes urbanos de Alto Paraná, bem como as áreas das chácaras ligadas à mesma. As vendas atingiram ràpidamente montantes assombrosos, e as construções particulares foram surgindo às centenas. Em 1949 foi instalada a primeira serraria em Alto Paraná. Com a fundação da cidade, iniciou-se a plantação de produtos agrícolas, nos arredores, para onde se transportaram e se estabeleceram, sòmente em 1949, nada menos de 400 sitiantes. Os terrenos onde foram lançados os primeiros alicerces da cidade de Alto Paraná compreendiam uma área de 150 000 alqueires, e foram adquiridos da conhecida Companhia de Terras Norte do Paraná pela Imobiliária Ypiranga, de Boralli & Held. Desde o início de suas atividades, a firma Boralli & Held mantinha um serviço de transportes, tendo sido conduzidas, sòmente no primeiro ano, nada menos de 10 000 pessoas pretendentes à aquisição de terrenos na nova cidade.

Edifício da Prefeitura Municipal, onde funciona também a Agência Municipal de Estatística

Prédio próprio do "Club Recreativo Ypiranga"

Alto Paraná, nascida sob os melhores auspícios e conduzida com invulgar energia pelos seus fundadores, é, antes de tudo, um novo marco de civilização, plantado na prodigiosa região do norte do Paraná, a cujo progresso deu enorme impulso, desde a sua criação, pela Lei estadual número 1 190, de 19 de agôsto de 1953, tendo sido desmembrada do município de Nova Esperança.

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na região fisiográfica conhecida pela denominação de Norte do Paraná, na bacia do Rio Paranapanema. Sua posição geográfica está circunscrita dentro das seguintes coordenadas: latitude Sul — 23° 07'; longitude W.Gr. — 52° 19'. Alto

Paraná limita-se ao norte com o município de São João do Caiuá; a oeste com o de Paranavaí; ao sul e a leste com o de Nova Esperança.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 635 m.

CLIMA — Como todos os demais municípios do norte do Paraná, o clima do município é quente e sêco. As observações meteorológicas registraram os seguintes dados relativos à temperatura ambiente: média das máximas, 28°C; média das mínimas, 11°C; média compensada, 19°C. A precipitação pluviométrica anual atinge a altura de 19 milímetros.

ÁREA — A área total do município é de 382 quilômetros quadrados.

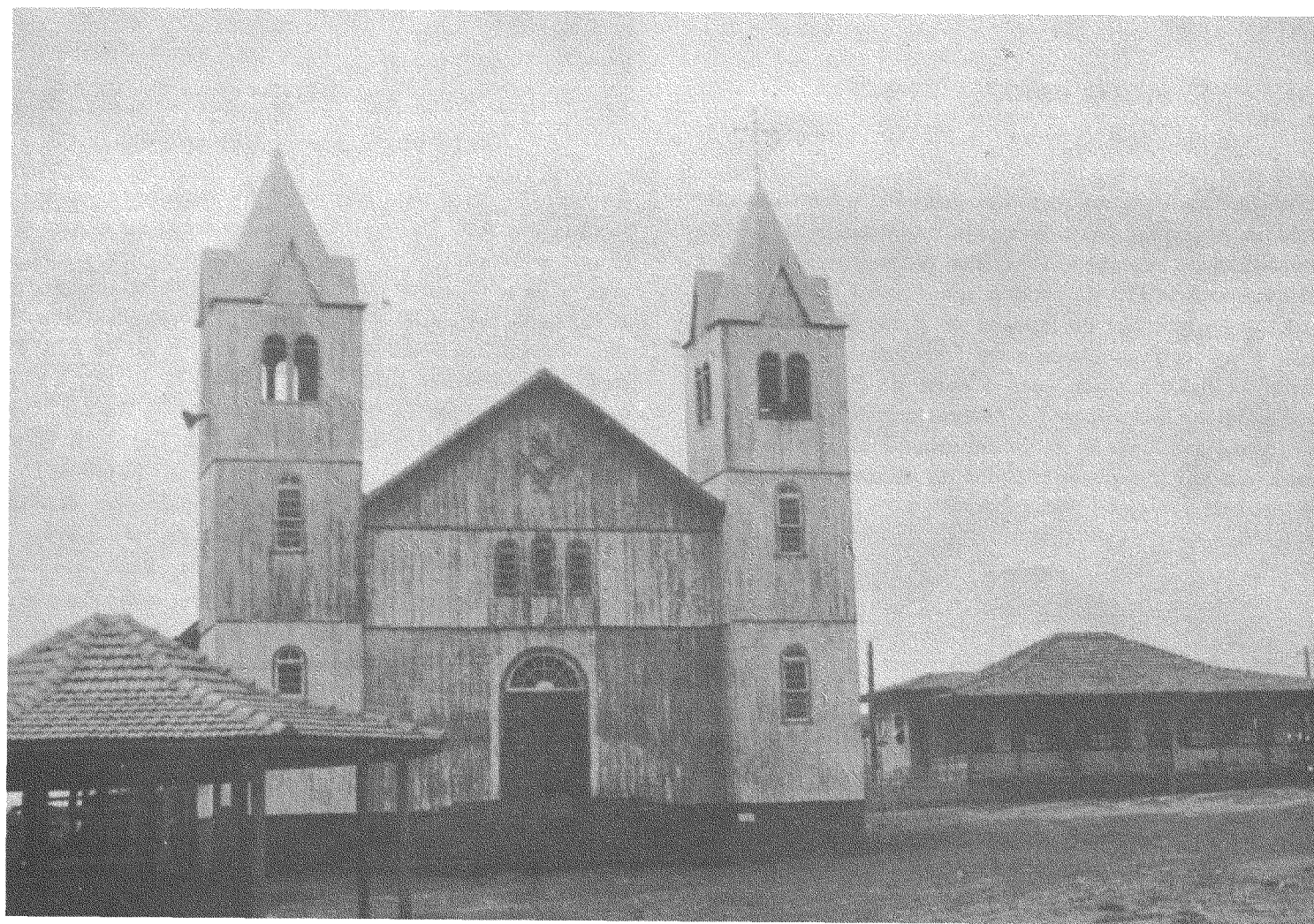
ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Rios Jacareí e Cigarra, e mais os ribeiros São João, Peroba e Boraruba.

RIQUEZAS NATURAIS — Madeiras de lei, destacando-se a peroba, o cedro e a imbuia.

POPULAÇÃO — Quando da realização do Censo Demográfico de 1950, o atual município de Alto Paraná era um simples povoado do município de Mandaguari e, assim, sua população se acha incluída nos totais daquele município.

Aglomerações urbanas — A única aglomeração urbana existente é a sede municipal, uma vez que a comuna compreende apenas um distrito administrativo.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O mais importante ramo de atividades do município é a cultura do café. O arroz, o feijão e outros cereais são também cultivados em grande escala. A indústria, ainda incipiente, mas bastante promissora, compõe-se de 8 estabelecimentos na sede. Quanto ao comércio, bastante desenvolvido, constitui um dos principais esteios da economia municipal.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem na sede municipal 5 estabelecimentos atacadistas e 230 varejistas. Encontram-se em funcionamento na sede municipal duas Agências Bancárias, que vêm prestando reais serviços ao comércio e à indústria.

Vista da Igreja-Matriz e Casa Paroquial, construídas pela colaboração do povo da cidade

Vista parcial de uma fazenda de café

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Alto Paraná está ligado à capital do Estado e mais aos seguintes municípios vizinhos: São João do Caiuá, Paranavaí, Cruzeiro do Sul, Nova Esperança e Tamboara.

No setor do transporte aéreo é o município servido pela Real-Aerovias Brasil. Por estrada de rodagem, dista 499 km da capital do Estado e 1 264 km da capital Federal, respectivamente.

ASPECTOS URBANOS — Como tôdas as cidades novas, Alto Paraná não dispõe ainda dos recursos e melhoramentos de que são dotadas as comunidades urbanas mais antigas. É uma cidade nascente, e os seus serviços urbanos acham-se apenas no início. A área municipal sem pavimentação é de 115 200 metros quadrados.

A cidade é servida de água canalizada, contando com uma rêde de linhas distribuidoras de 4 000 metros, percorrendo 6 logradouros e abastecendo 70 prédios.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existem no município dois estabelecimentos hospitalares em funcionamento, com o total de 50 leitos disponíveis. Exercem suas atividades na sede municipal 3 médicos, 5 dentistas e 5 farmacêuticos. Funcionam na cidade 3 farmácias, que atendem às necessidades da população.

ALFABETIZAÇÃO — Em virtude de se tratar de município criado em 1953, por conseguinte após a realização do Recenseamento Geral de 1950, são desconhecidos os aspectos referentes à alfabetização da população municipal.

Ensino — No ano de 1956, encontravam-se em pleno funcionamento 28 estabelecimentos escolares, todos do ensino primário fundamental comum, com 2 137 alunos matriculados.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950......	—	—	—	—	—
1951......	—	—	—	—	—
1952......	—	691	—	—	—
1953......	—	2 744	—	—	—
1954......	—	3 527	1 636	1 467	1 563
1955......	—	6 226	4 180	2 027	3 487
1956 (1)...	—	6 830	4 070	1 653	4 441

(1) Orçamento.
Observação: Não existe no município organização federal arrecadadora.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — As pessoas nascidas na comuna são conhecidas como alto-paranaenses. O atual prefeito municipal de Alto Paraná é o Sr. Agostinho A. Stefanello. A legislatura vigente foi instalada em 1955; a Câmara Municipal compõe-se de 9 vereadores que são: Agenor Nocetti, Reginaldo Mafra, Augusto Pereira Ayres, José Leonardo Freiberger, José dos Santos, Eugenio Mazon, Valdevino Tavares, Vitor Fontana e Domingos Beraldi.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

ALVORADA DO SUL — PR

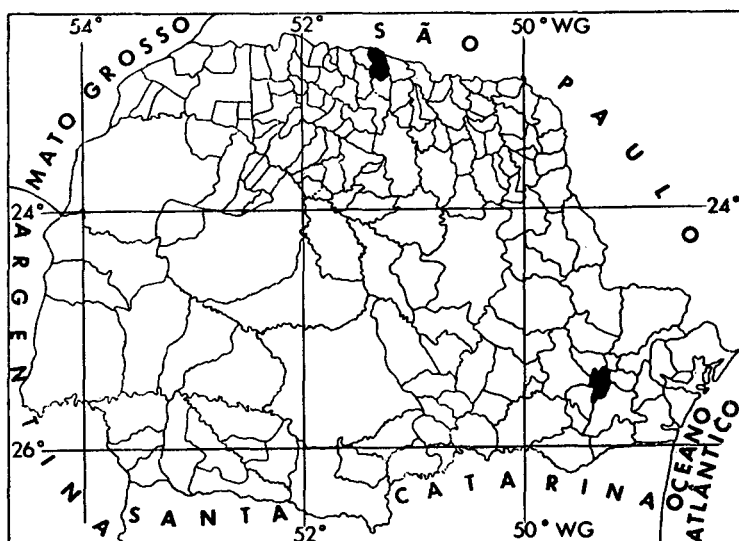
Mapa Municipal no 12.º Vol.

HISTÓRICO — O comércio das terras do norte do Paraná, idealizado e promovido por emprêsas imobiliárias de que a Companhia de Terras Norte do Paraná foi pioneira, naquela região, representou, durante muitos anos, elemento colonizador e de progresso admiráveis. A êsse tipo de comércio deve-se, indubitàvelmente, a exploração, o desbravamento e a colonização de quase tôda a área que constitui aquela zona do Paraná. Homens de grande iniciativa, em sua maioria oriundos de São Paulo e Minas Gerais, reunidos em tôrno de outros elementos, formavam emprêsas, firmas, companhias ou sociedades, com o objetivo de vender terras no norte do Paraná. Inicialmente, após a aquisição de determinada gleba, a emprêsa procedia a medição e demarcação da área onde seria localizada a sede dos seus empreendimentos. Era o perímetro urbano da futura cidade, que, muitas vêzes, já surgia com a denominação atual. Em seguida, eram medidas e demarcadas as datas rurais destinadas à agricultura, principalmente ao plantio do café. Por êsse processo começaram os trabalhos de organização e fundação da maioria das cidades do setentrião paranaense. Foi assim, também, que surgiu a cidade de Alvorada do Sul, no interior do município de Porecatu.

A firma Lima, Nogueira, Comercial e Exportadora, estabelecida em Santos, Estado de São Paulo, adquiriu vasta área na localidade onde hoje se ergue a cidade de Alvorada do Sul, promovendo o seu loteamento em pequenas "datas", como se denominam os lotes de terra, no norte do Paraná. A cidade surgiu pouco tempo depois, como realização daquela companhia, com plano urbanístico adrede estudado e aprovado. O resto da área territorial da comuna também foi medida, demarcada e transformada em pequenos sítios, que não tardaram a ser transformados em imponentes cafèzais e belas lavouras de cereais. Todos os seus primitivos habitantes e povoadores são paulistas, aos quais Lima, Nogueira, Comercial e Exportadora transferiu as "datas", em que dividiu a gleba de sua propriedade.

Pela Lei estadual n.º 790, de 14 de novembro de 1951, Alvorada do Sul foi elevada à categoria de município, com território desmembrado do município de Porecatu, sendo instalado oficialmente em 14 de dezembro de 1952.

LOCALIZAÇÃO — O município está situado ao norte do Estado e fica compreendido na Zona Fisiográfica do Norte. Limita-se com os municípios de Porecatu, Florestópolis, Bela Vista do Paraíso, Primeiro de Maio e com o Estado de São

Paulo. A sede municipal, cidade de Alvorada do Sul, localiza-se à margem direita do ribeiro Pedregulho; dista, por estrada de rodagem, 484 km de Curitiba e sua posição geográfica é de 22° 45' de latitude Sul e 51° 11' de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 380 metros na sede municipal.

CLIMA — Alvorada do Sul está localizada na região abrangida pelo clima quente. Situada no setentrião do Estado, registra uma temperatura média de 34,4°C, durante o verão, 19,4°C, no inverno, sendo a média compensada de 26,9°C. Dado à proximidade do rio Paranapanema e seu clima quente, o território municipal é regado, periòdicamente, por chuvas oportunas e abundantes.

ÁREA — Corresponde a 397 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os rios Paranapanema e Vermelho, que servem de divisa com o Estado de São Paulo e municípios de Porecatu e Florestópolis respectivamente, são os principais acidentes geográficos do município.

RIQUEZAS NATURAIS — A madeira em geral e a argila constituem as principais riquezas naturais do município.

POPULAÇÃO — Segundo ainda os resultados censitários de 1950, Alvorada do Sul contava com 11 667 habitantes, sendo 6 158 homens e 5 509 mulheres. Da população recenseada, 92% estavam localizados na zona rural.

Aglomerações urbanas — Apenas o aglomerado urbano da cidade de Alvorada do Sul existe no município. Contava, através de Censo Demográfico realizado em 1950, com 425 habitantes, dos quais 217 homens e 208 mulheres. Possui, atualmente, cêrca de 2 195 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A atividade fundamental à economia do município está na sua agricultura moderna e bem orientada. Com terras propícias ao plantio do café, por excelência, a produção da famosa rubiácea se sobrepõe às demais culturas com o elevado índice de 80%. Segundo estimativa, o valor da safra está previsto em .... Cr$ 67 500 000,00. Em menor escala econômica, mas com sua parcela de valor, seguem-se as produções de milho: Cr$ 6 000 000,00; de feijão: Cr$ 5 000 000,00; arroz: .... Cr$ 800 000,00 e em números menores o algodão, o rami (cujas culturas, em início, vêm obtendo êxito considerável), a semente de mamona, batata-inglêsa e amendoim.

A pecuária também participa da economia municipal com uma exportação de suínos, calculada em .... Cr$ 6 488 172,00 no ano de 1956.

A indústria, em fase latente, tende em futuro bem próximo a crescer destacadamente. De seus 8 estabelecimentos industriais, apenas 1 opera com mais de 5 trabalhadores. Merece citação especial a produção de óleo de hortelã-pimenta, cuja exportação, em 1956, apresentou o valor de Cr$ 4 510 610,00; as outras atividades industriais abrangem o beneficiamento de cereais e a extração de madeiras. Em 1956 a exportação interestadual atingiu a cifra de .... Cr$ 79 157 081,00.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio, em franco progresso, é composto de duas dezenas de estabelecimentos varejistas e de uma agência bancária. Os municípios que absorvem a produção agrícola de Alvorada do Sul são: Bela Vista do Paraíso, Londrina e Curitiba, no Paraná, e Santos e São Paulo no Estado de igual nome. Dessas mesmas localidades importa o município tudo aquilo que ainda não produz e necessário à sua vida normal.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Estradas de rodagem são as únicas vias de transporte e acesso que servem ao município, unindo-se às demais comunas da região, estando separada dos municípios limítrofes pelas seguintes distâncias: Porecatu — 20 km; Florestópolis — 25 km; Bela Vista do Paraíso — 28 km; Primeiro de Maio — 35 km.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Alvorada do Sul conta 2 195 habitantes, 31 logradouros públicos, 460 prédios dos quais 408 servem, exclusivamente, para fins residenciais. Possui a cidade 2 hotéis, duas pensões e um comércio bem desenvolvido. Os veículos registrados na Prefeitura, no ano de 1956, eram 7 automóveis, 74 caminhões e 9 de outros tipos.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Dois médicos, dois dentistas e dois farmacêuticos prestam assistência médico-sanitária em geral aos habitantes do município, funcionando, ali, duas farmácias.

Ensino — Em 1956 funcionaram em todo o município 15 unidades de ensino primário fundamental comum com a matrícula de 1 213 alunos. A cidade conta com apenas 1 estabelecimento de ensino extraprimário, o Curso Normal Regional, que acusou, em 1956, a matrícula de 258 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Na cidade há apenas uma casa de espetáculos: o Cine Alvorada, com 320 lugares. Em 1956, o seu movimento atingiu 144 sessões cinematográficas, às quais compareceram 7 200 espectadores.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)			
	Federal	Estadual	Municipal	
			Total	Tributária
1950	...	83	...	...
1951	...	3 713	...	...
1952	...	6 746	...	...
1953	...	7 367	...	838
1954	...	6 746	...	1 689
1955	...	10 558	...	2 093
1956	...	10 050	...	2 045

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Município de criação recente, Alvorada do Sul ainda não é sede de Paróquia, limitando-se os festejos religiosos, levados a efeito pela população local, às comemorações de datas tradicionais, como por exemplo o Natal, a Páscoa, os folguedos juninos, etc., com manifestações próprias e características de cada época.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Quem nasce em Alvorada do Sul é denominado alvoradense-do-sul. O município limita-se com o Estado de São Paulo e dêle é separado pelo rio Paranapanema: uma ponte de 350 metros de extensão, de concreto armado, faz a ligação entre os dois Estados. Alvorada do Sul é um distrito judiciário subordinado à comarca de Bela Vista do Paraíso, contando com um cartório do Registro Civil e Anexos, e um Juiz de Paz. São os seguintes os membros da administração: Prefeito Municipal — Juliano Fabrício dos Santos; Vereadores — Senhores José Pereira Lima, Antônio Fonta Cezar, Thyrso Silva Gomes, Natal Buffalo de Morais, Arduvino Pedrão, Gil Pelegrini, Antônio Agnelo de Carvalho, João Piovesan e José Savia.

ALMIRANTE TAMANDARÉ — PR

Mapa Municipal no 10.º Vol.

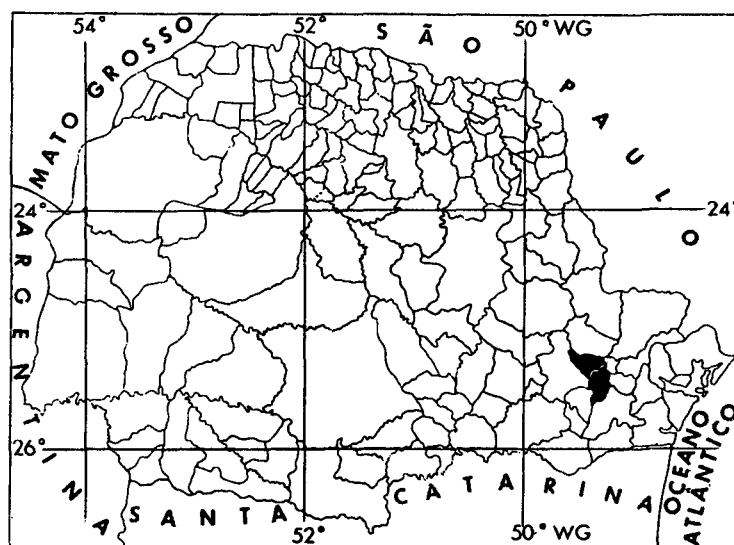
HISTÓRICO — Almirante Tamandaré é uma conquista dos primeiros desbravadores e povoadores do primitivo planalto do Paraná, trabalho iniciado logo após o estabelecimento de Gabriel de Lara — o capitão-povoador — na antiga capitania de Paranaguá.

É sabido que, antes mesmo de serem descobertos e povoados os campos de Curitiba, já existiam alguns arraiais de mineradores na região do planalto curitibano. Arraial Queimado, Açungui, Campina Grande e outros, que deram origem à fundação de cidades e vilas, foram conquista dos primeiros bandeirantes que, de Paranaguá, se internaram sertão adentro, à cata do ouro, diamantes e outras pedras preciosas.

O atual município de Almirante Tamandaré, como muitos outros da região dos campos de Curitiba, talvez tenha a sua gênese naquelas "entradas" das primeiras bandeiras organizadas por portuguêses, paulistas e vicentistas, com o objetivo de procurar ouro e prear o silvícola bravio e nômade, que desde priscas eras vinha sendo o único dono da terra.

A primitiva denominação do atual município de Almirante Tamandaré foi Conceição do Cercado ou ainda Nossa Senhora da Conceição do Cercado. Com êsse nome foi elevado à freguesia, pela Lei n.º 438, de 10 de maio de 1873, e à categoria de vila, pela Lei provincial n.º 957, de 28 de outubro de 1889. O distrito foi criado com a denominação de Santana do Pacotuba. Pela Lei provincial n.º 924, de 6 de setembro de 1888, teve a sua sede transferida para o povoado de Nossa Senhora da Conceição do Cercado. Foi o último município criado no Paraná durante o Império. Tomou a denominação de Tamandaré em homenagem ao Almirante Marquês de Tamandaré, por Decreto estadual n.º 15, de 9 de janeiro de 1890. Em 1911 o município compunha-se de um único distrito administrativo, que era o da sede municipal. Pelo Decreto estadual n.º 1 702, de 14 de julho de 1932, foi suprimida a vila de Tamandaré, passando a integrar o município de Rio Branco do Sul. Restaurada a sua autonomia, algum tempo mais tarde, foi novamente desmembrada do município de Rio Branco do Sul. Nas divisões administrativas datadas de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, bem como em virtude do Decreto-lei estadual n.º 6 667, de 31 de março de 1938, o município pertencia ao têrmo e comarca de Curitiba, e era composto dos distritos de Tamandaré e Nossa Senhora da Conceição. Pelo Decreto-lei estadual n.º 7 573, de 20 de outubro de 1938, o município de Tamandaré foi extinto, sendo o seu território anexado ao de Curitiba. Em virtude do Decreto-lei estadual n.º 190, de 30 de dezembro de 1943, o distrito de Tamandaré passou a denominar-se Timoneira, sendo transferido para o município de Colombo. Pela Lei estadual n.º 2, de 10 de outubro de 1947, foi restaurado, ainda com a denominação de Timoneira, tendo a sua sede sido instalada no dia 6 de novembro do mesmo ano. Por fôrça da Lei estadual n.º 2 644, de 24 de março de 1956, passou a denominar-se Almirante Tamandaré, como primitivamente, em homenagem ao Almirante Marquês de Tamandaré.

As pesquisas até então procedidas não revelaram, ainda, os nomes dos fundadores e primitivos habitantes locais.

LOCALIZAÇÃO — O município está situado ao sul do Estado e compreendido na Zona Fisiográfica do Planalto de Curitiba. Limita-se com Rio Branco do Sul, Colombo, Curitiba e Campo Largo. A sede municipal, cidade de Almirante Tamandaré, dista de Curitiba 20 quilômetros por estrada de ferro e 16 quilômetros por estrada de rodagem, e sua posição geográfica é 25° 18' de latitude Sul e 49° 18' de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 950 metros a altitude registrada na sede municipal.

CLIMA — O município de Almirante Tamandaré goza do privilégio de possuir bom clima. Em virtude das ondulações do terreno, característica do sistema orográfico da região, a topografia apresenta-se quase montanhosa. O clima é ameno e saudável: relativamente quente nos períodos do verão, e fresco, com geadas, durante o inverno.

As temperaturas médias, em graus centígrados, registradas anualmente, são: das máximas 26, das mínimas 12 e compensada 19.

ÁREA — Corresponde a 487 quilômetros quadrados.

RIQUEZAS NATURAIS — Calcário é a principal riqueza natural existente no município.

POPULAÇÃO — Segundo os dados resultantes das operações censitárias de 1950, a população de Almirante Tamandaré (Timoneira, naquele ano) era de 8 812 habitantes — 4 502 homens e 4 310 mulheres. *Segundo a côr* — 7 794 brancos, 129 pretos e 840 pardos; *estado civil* — 1 614 solteiros, 3 197 casados, 305 viúvos e 6 desquitados; *nacionalidade* — 56 estrangeiros e 16 brasileiros naturalizados; *religião* — 8 697 católicos e 115 de outras religiões. A densidade demográfica do município é de 5,52 habitantes por quilômetro quadrado. Estavam localizados na zona rural 86% da população recenseada.

Aglomerações urbanas — No município de Almirante Tamandaré duas aglomerações urbanas existem — a da sede municipal e a do distrito de Campo Magro. A cidade de Almirante Tamandaré, por ocasião do Censo de 1950, possuía uma população de 799 habitantes — 442 homens e 357 mulheres, assim distribuídos: *quadro urbano* — 142 habitantes (77 homens e 65 mulheres); *quadro suburbano* — 857 (365 homens e 292 mulheres). A sede distrital de Campo Magro contava, na mesma época, 448 habitantes — 233 homens e 215 mulheres. *Quadro urbano* — 184, sendo 99 homens e 85 mulheres. *Quadro suburbano* — 264, dos quais 134 homens e 130 mulheres. Na cidade de Almirante Tamandaré há atualmente, uma população de 800 habitantes, e em Campo Magro, 250.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Almirante Tamandaré pode ser considerado um município essencialmente agrícola. Não obstante, sua indústria se vem desenvolvendo nos últimos anos, mercê do manifesto interêsse pela exploração, no campo industrial, das grandes reservas de minérios ali existentes. Por seu turno, a pecuária representa papel de importância na economia do município. No setor agrícola, onde repousa tôda a sua pujança, aparece como grande produtor de milho, feijão, batata-inglêsa e centeio, culturas estas que apresentaram, em 1956, respectivamente, os seguintes valores: Cr$ 11 362 500,00, Cr$ 4 012 800,00, Cr$ 2 880 000,00 e Cr$ 495 900,00. Malgrado sua manifesta e preponderante atividade agrícola, o município de Almirante Tamandaré, segundo o Recenseamento Geral de 1950, apresentava esta curiosidade demográfica: 50% das pessoas ativas agrupavam-se no ramo "atividades domésticas".

COMÉRCIO E BANCOS — Funcionam no município 62 estabelecimentos comerciais, todos pertencentes ao ramo atacadista. As atividades do comércio tamandarense efetuam-se através da praça de Curitiba que absorve 80% dos produtos exportáveis locais. Por outro lado, quase tôda a importação de Almirante Tamandaré provém da Capital do Estado. Doze estabelecimentos industriais existem no município, a maioria explorando a fabricação de cal.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — As comunicações entre Almirante Tamandaré e os municípios vizinhos fazem-se através da Rêde de Viação Paraná—Santa Catarina e de várias estradas de rodagem. No quadro abaixo, referente às tábuas itinerárias do município, melhor se poderá observar a posição dêste no setor transporte e comunicações.

ESPECIFICAÇÃO	DISTÂNCIA (km)	VIA DE TRANSPORTE	OBSERVAÇÕES
Curitiba	20	Ferroviário	R.V.P.S.C.
Curitiba	16	Rodoviário	Expresso Rio Branco do Sul
Rio Branco do Sul	24	Ferroviário	R.V.P.S.C.
Rio Branco do Sul	15	Rodoviário	Expresso Rio Branco do Sul
Colombo	8	Rodoviário	
Campo Largo	35	Rodoviário	
Capital Estadual	20	Ferroviário	R.V.P.S.C.
Capital Estadual	16	Rodoviário	Expresso Rio Branco do Sul
Capital Federal	...	Ferroviário	R.V.P.S.C. (até Curitiba)

ASPECTOS URBANOS — Almirante Tamandaré conta cêrca de 800 habitantes, 3 ruas, 207 edificações, das quais 167 se destinam, exclusivamente, a fins domiciliares. No ano de 1956 foram registrados 163 veículos — 22 automóveis e 141 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Prestam assistência médico-sanitária à população, no município, 1 farmacêutico e 1 enfermeira atendente. Funcionam na cidade 2 Postos de Puericultura, 1 Subposto de Higiene e uma farmácia.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A Sociedade Beneficente e Esportiva Tanguá presta assistência social aos seus 318 sócios e membros de suas famílias.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 verificou a existência, no município, de 7 409 pessoas de 5 anos e mais, das quais 3 880 sabiam ler e escrever, o que representava 52% daquele número, constituído de 2 101 homens e 1 779 mulheres. A sede municipal acusava, entre as 679 pessoas de 5 anos e mais, 455 alfabetizadas, sendo 266 homens e 189 mulheres.

Ensino — Em 1956, em todo o município existiam 39 unidades de ensino primário fundamental comum, com a matrícula total de 1 146 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — A cidade é dotada de uma estação radioemissora: ZYS-25, Rádio Cultura do Paraná, que pode ser ouvida na freqüência de 500 quilociclos. Uma única entidade: a Sociedade Beneficente e Esportiva Tanguá, tendo o esporte como finalidade secundária, conta com 25 elementos no seu quadro social, que se dedicam à prática do futebol.

FINANÇAS PÚBLICAS —

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950......	*	401	599	146	599
1951	*	565	558	127	558
1952......	*	748	687	162	687
1953......	*	792	1 156	132	1 156
1954......	1 192	850	1 294	169	1 294
1955......	1 204	871	1 283	211	1 283
1956 (1)...	**	1 106	(1) 860	(1) 166	(1) 860

(1) Orçamento
* Não consta do arquivo.
** Ainda não é conhecida, conforme comunicado oficial da Coletoria Federal.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As principais manifestações populares são de cunho religioso. Os festejos dedicados a Santo Antônio ocorrem ao mesmo tempo em 6 capelas localizadas em diferentes pontos, nêles tomando parte a totalidade do povo católico do município. São também bastante expressivos os festejos levados a efeito em honra do Divino Espírito Santo, em 4 capelas, e de Nossa Senhora da Luz e São Pedro, em outras duas capelas distintas. As festas de Natal e Ano Novo conduzem para a cidade grande parte da população do município.

VULTO ILUSTRE — Nasceu em Almirante Tamandaré um dos mais destacados pintores contemporâneos — *Albano de Carvalho* — que tem concorrido ao Salão Nacional de Belas-Artes.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do município denominam-se tamandareenses. O atual Prefeito de Almirante Tamandaré é o Sr. João Wolf e a Câmara de Vereadores, eleitos no último pleito, está assim formada: Agostinho Túlio, João Batista de Santana, Mário Wolf, Atílio Bini, Orlando Coladel, José Jarecki, Domingos Natal Stochero, Wadislau Bugalski e Hemirétio Torres.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Paraná.

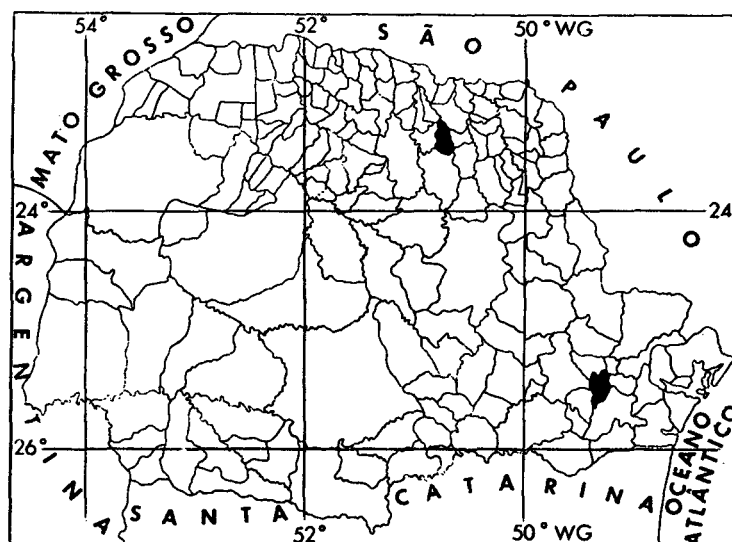
AMOREIRA — PR

Mapa Municipal no 12.º Vol.

HISTÓRICO — O povoamento do atual município de Amoreira teve início logo após a criação do distrito de Assaí, como unidade administrativa do antigo município de São Jerônimo. O distrito de Assaí foi criado pela Lei estadual n.º 7 573, de 20 de outubro de 1938, e, pelo Decreto-lei n.º 311, de 26 de fevereiro de 1945, foi elevado à categoria de município. À medida que Assaí crescia numa progressão acentuada, adquirindo a sua maioridade política, administrativa, social e econômica, em decorrência do "rusch" do café, do algodão e de todos os cereais ali cultivados em grande escala, um novo e importante núcleo populacional, batizado por Fazenda Três Barras, se ia formando dentro de sua área administrativa, acompanhando, de perto, o progresso e a evolução da sede municipal. Êste patrimônio, graças à tenacidade dos seus primeiros povoadores, não demorou a adquirir a sua autonomia político-administrativa. Localizado na próspera região do norte do Paraná, a Fazenda Três Barras tem a sua história diretamente ligada ao ciclo do café que constitui a fase áurea do mais novo Estado da Federação Brasileira. Os proprietários da Fazenda Três Barras, mais tarde, ao procederem a sua divisão em secções, deram o nome de Amoreira à secção onde está localizada a atual cidade.

Ao ser construída a igreja do povoado, foi a mesma consagrada a São Sebastião, como padroeiro da cidade em formação. Assim, passou a povoação a ser conhecida como São Sebastião da Amoreira.

Em 1948, a localidade foi elevada à categoria de distrito administrativo, pertencente ao município de Assaí, continuando, porém, com a sua antiga denominação. Pela Lei estadual n.º 790, de 14 de novembro de 1951, o distrito de São Sebastião da Amoreira foi elevado à categoria de município, com território desmembrado de Assaí. Sua instalação procedeu-se um ano após, em dezembro de 1952. Ainda em virtude da Lei n.º 790, de 14 de novembro de 1951, passou a denominar-se simplesmente Amoreira.

LOCALIZAÇÃO — O município está situado ao norte do Estado e fica compreendido na Zona Fisiográfica do Norte. Limita-se com os municípios de Uraí, Cornélio Procópio, Nova Fátima, Congonhinhas, Assaí e São Jerônimo da Serra. A sede municipal, cidade de Amoreira, dista 356 quilômetros de Curitiba, por estrada de rodagem e sua posição geográfica é de 23° 30' de latitude Sul e 50° 48' de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 620 metros.

CLIMA — O município de Amoreira, situado na região norte do Estado, é possuidor de clima ameno. As temperaturas médias registradas, em graus centígrados, são, durante o ano, de 22, 29° para as máximas; 17, 16° para as mínimas e 18, 72° para a compensada.

ÁREA — Corresponde a 455 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O principal acidente geográfico do município é o rio Congonhas, que serve de divisor com os municípios de Cornélio Procópio e Nova Fátima.

RIQUEZAS NATURAIS — A madeira em geral e argila constituem as principais riquezas naturais do município.

POPULAÇÃO — Por ocasião do Censo Demográfico de 1950, Amoreira, distrito do município de Assaí, com a denominação de São Sebastião da Amoreira, contava em seu território com uma população de 11 667 habitantes, sendo 6 158 homens e 5 509 mulheres. A densidade demográfica do município era de 37 habitantes por quilômetro quadrado. Do total recenseado, verificou-se que 95% da população estavam concentrados na zona rural.

Aglomerações urbanas — No município de Amoreira acham-se localizadas duas aglomerações urbanas: Amoreira e Nova América da Colina. A cidade de Amoreira, pelo Censo de 1950, contava 636 habitantes: 313 homens e 323 mulheres. O quadro urbano era constituído de 502 habitantes: 240 do sexo masculino e 262 do feminino; o suburbano, de 134, sendo 73 homens e 61 mulheres. Hoje conta cêrca de 1 520 habitantes a cidade; a sede distrital de Nova América da Colina, com aproximadamente 1 000 almas.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Entre as múltiplas atividades do município, a agricultura predomina sôbre as demais, representando fator econômico de primeira grandeza. Em seu solo fértil, a produção agrícola em 1956, segundo estimativa realizada, apresenta os seguintes dados: o algodão, sobrepondo-se às outras culturas, com ...... Cr$ 76 500 000,00; o feijão com Cr$ 56 100 000,00; o milho com Cr$ 51 090 000,00, e o arroz com Cr$ 35 342 000,00. O café, que embora apresente uma produção prevista para 1956 da ordem de Cr$ 18 720 000,00, deverá, em futuro bem próximo, sobrepujar o algodão, de vez que as suas plantações ainda de feitio recente não chegaram a produzir aquilo que realmente é esperado. Produz Amoreira, em menor escala, a batata-inglêsa.

A pecuária atende apenas às necessidades internas do município. Sua produção extrativa é de pequena monta.

A indústria, representada por 9 estabelecimentos, possui 3 com mais de 5 operários ativos; explora os ramos de beneficiamento de café e cereais, a extração de madeiras de lei e olarias.

A exportação (interestadual) de Amoreira em 1956 alcançou a cifra de Cr$ 3 112 062,00.

COMÉRCIO E BANCOS — O movimento comercial de Amoreira apresenta-se com progresso acentuado através de seus 9 estabelecimentos atacadistas e 12 varejistas. O município conta ainda com uma agência bancária. Os mais importantes centros que servem de escoadouro à produção agrícola de Amoreira, e com os quais mantêm atualmente transações comerciais, são: Assaí, Londrina, Cornélio Procópio e Curitiba, no Paraná; e São Paulo, no Estado de igual denominação. Dessas mesmas cidades importa o município as utilidades indispensáveis.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Servem a Amoreira estradas de rodagem, que demandam os municípios limítrofes, dos quais está separado pelas seguintes distâncias: Assaí — 18 quilômetros; São Jerônimo da Serra — 42 quilômetros; Congonhinhas — 45 quilômetros, e Cornélio Procópio — 50 quilômetros.

Ainda não possui, mas pleiteia esperando para breve a instalação de agência postal, que virá facilitar os meios de comunicação com os demais Estados do Brasil.

Emprêsas regulares de transporte coletivo em ônibus fazem o intercâmbio de passageiros que para lá se destinam e os municípios vizinhos. Sua produção agrícola é transportada por via rodoviária, através de veículos de carga.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Amoreira, simples distrito, em 1950, época do Censo Geral do Brasil, contava 636 habitantes, hoje calculados em 1 520. Possui 21 logradouros públicos, dos quais se destacam 4 avenidas, 10 ruas e uma praça. Conta a cidade com um aglomerado urbano de 280 edificações, das quais 250 servem para fins domiciliares. É servida de energia elétrica para as iluminações pública e particular, esta última com 62 ligações. No ano de 1956, foram emplacados, na Prefeitura Municipal, 150 veículos, sendo 52 automóveis e 98 caminhões. A sede distrital de Nova América da Colina é um núcleo urbano bem desenvolvido, com três logradouros: uma ampla avenida, uma praça e uma rua; abriga as 184 edificações existentes uma população de aproximadamente 1 000 habitantes.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A cidade de Amoreira conta com 2 médicos, 2 dentistas e 2 farmacêuticos que prestam assistência à população do município. Há, em funcionamento, 1 Pôsto de Higiene, mantido pelo Govêrno Estadual, e 1 Pôsto de Puericultura, pela Legião Brasileira de Assistência. A cidade é dotada de duas farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — As Associações Nova América da Colina F.C., com sede na vila de Nova América da Colina, e Esportiva Amoreira, na sede municipal, assistem, socialmente, os seus associados e familiares, nos totais de 32 e 75, respectivamente.

ALFABETIZAÇÃO — O número de pessoas de 5 anos e mais revelado pelo Censo de 1950, na sede do então distrito de São Sebastião da Amoreira (atual município de Amoreira), foi de 490. Dêsse total, 261 sabiam ler e escrever, sendo 171 homens e 90 mulheres.

Ensino — Funcionaram no ano de 1956, na cidade e no resto do município, 9 unidades de ensino primário fundamental comum, registrada a matrícula de 926 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existem 2 cinemas na cidade: o Cine Colúmbia, com 150 lugares, e um outro de propriedade da Paróquia de São Sebastião, cujas projeções são levadas a efeito num salão adredemente preparado com cadeiras em número variável de 80 a 100. Uma pequena livraria funciona na cidade. Os dois clubes do município disputam entre si animadas partidas de futebol, prendendo a atenção de centenas de apreciadores do esporte bretão.

FINANÇAS PÚBLICAS —

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1953	--	---	1 200	1 150	1 320
1954	---	---	1 500	1 400	1 200
1955	---	3 000	2 500	2 200	3 200
1956	--	2 500	2 430	2 380	3 050

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Ao padroeiro do município, São Sebastião, é prestada a maior manifestação religiosa, a que o povo acorre com fé e devoção. Os festejos culminam sempre com imponente procissão no dia 20 de janeiro, data consagrada ao "santo guerreiro e mártir". No mês de junho, a população do município dedica, também, festejos especiais a São João, seguidos de folguedos tradicionais. O povo comemora ainda, com grande brilho, as festas da Páscoa e do Natal.

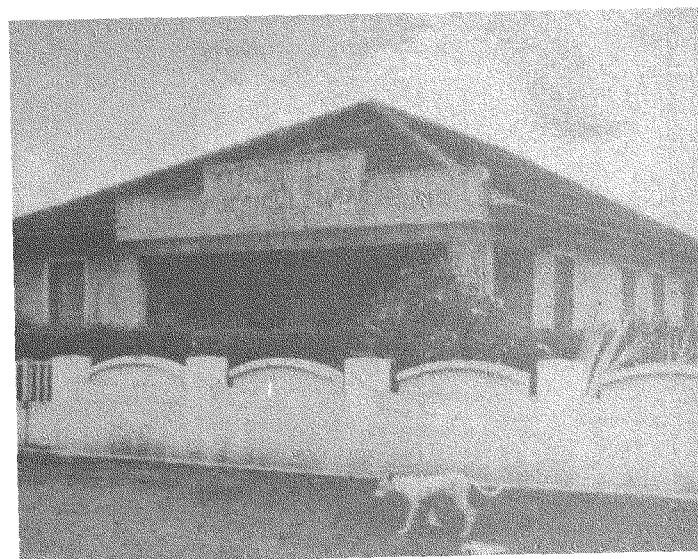
OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes de Amoreira recebem a designação genérica de amoreirenses. A origem do nome Amoreira provém de uma fruta, espécie de silva, conhecida pelo nome de amora, que abunda no município. É Amoreira, no momento, distrito judiciário, subordinado à comarca de 2.ª entrância de Assaí, município com o qual faz divisa; possui ainda 1 Juiz de Paz e Cartório do Registro Civil e anexos. Os podêres administrativos estão assim representados: Prefeito Municipal — Sr. Alfredo Luís Batista; Vereadores, os Senhores: Ivo Lemes Gonçalves, Sebastião França, Joaquim Pereira Marinho, Jonas de Souza Leite, Divino A. de Carvalho, Antônio Turuda, Moritomo Hirakuri, Francisco do Lago e Benedito Lino da Silva.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Paraná.

ANDIRÁ — PR

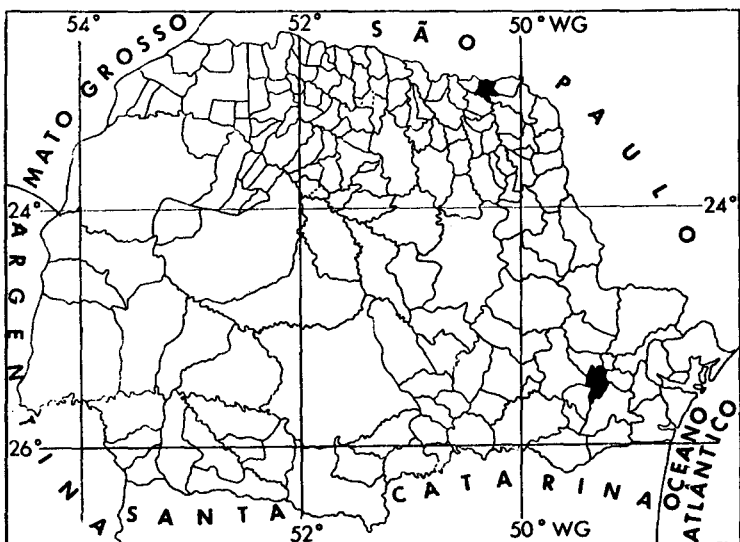
Mapa Municipal no 12.° Vol.

HISTÓRICO — Andirá teve como primórdios de sua fundação o ano de 1927. Quando do prolongamento dos trilhos da estrada ferroviária, da então Rêde Viação São Paulo—Paraná, hoje Rêde Viação Paraná—Santa Catarina, construiu-se, na atual localidade, uma estação com a denominação de Ingá (fruta silvestre abundante na região) nas terras pertencentes a Bráulio Barbosa Ferraz. Êste, na ânsia de prosperar com o progresso advindo dos trilhos de aço, dividiu em lotes cinco alqueires, aproximadamente, expondo-os à venda e assim deu início ao núcleo urbano. Segundo registros, os primeiros moradores de Ingá foram, além de Bráulio Barbosa Ferraz, Amadeu Bernim, Carlos Ribeiro da Silva, Domingos Marcondes Machado, Firmino Corrêa, Manoel Messias da Silva e Raul Vaz.

Face ao Decreto-lei estadual n.° 347, em 30 de março de 1935, foi elevada a povoação à categoria de vila, com a criação do distrito judiciário e instalação de cartório com a mesma denominação de Ingá e pertencente ao município de Cambará. Em 15 de abril daquele ano, para júbilo da

Fachada do Pôsto de Puericultura da L.B.A.

população, foi inaugurada a estação ferroviária. Por efeito do Decreto-lei n.° 199, de 31 de dezembro de 1943, criou-se o município de Andirá, com sede no distrito de Ingá, que perdeu essa denominação, pois já havia no Estado da Paraíba outro de igual nome, e instalado em 28 de janeiro do ano seguinte, desmembrado do município de Cambará. Pelo mesmo Decreto foi criado o distrito de Itambaracá. Em 30 de janeiro de 1949, foi instalada a comarca de Andirá, por ter sido elevada a essa categoria pela Lei estadual n.° 93, de 14 de dezembro de 1948. Seu primeiro juiz togado, o Dr. Marino Bueno Brandão Braga, tomou posse em 11 de julho de 1949, nomeado que foi pelo Decreto governamental n.° 7 099, de 31 de maio de 1949. O distrito de Itambaracá perdeu, por fôrça da Lei municipal n.° 81, de 21 de dezembro de 1943, parte de seu território para a formação do de São Joaquim do Pontal, os quais, conjuntamente, vieram a constituir outro município — Itambaracá, pela Lei estadual n.° 32, de 7 de fevereiro de 1955, com a desanexação do de Andirá. Êste apresentou como seu primeiro prefeito municipal nomeado o cidadão Bráulio Barbosa Ferraz, seu fundador, cuja administração foi exercida no período de 14 de janeiro a 15 de dezembro de 1944. Seguiram-lhe os Srs. Capitão Manoel Alves do Amaral, de 16 de novembro de 1944 a 11 de maio de 1945; Moacyr Corrêa, de 12 de maio a 27 de novembro de 1945; Capitão Luiz Schileder, de 28 de novembro a 3 de dezembro de 1945; Erasmo Canhoto, de 4 de dezembro de 1945 a 17 de março do ano seguinte; Virgínio Rosário, de 16 de março de 1946 a 3 de dezembro de 1947. Com o retôrno do País ao regime democrático, foi, em sufrágio público, eleito como Chefe do Poder Executivo Municipal o Sr. Moacyr Corrêa (anteriormente, prefeito nomeado), com mandato quatrienal, exercido no período de 4 de dezembro de 1947 a 3 de dezembro de 1951, e sucedido pelo Sr. Orlando Urizi, eleito para o período de 4 de dezembro de 1951 a 3 de dezembro de 1955.

LOCALIZAÇÃO — Andirá está situada na Zona Fisiográfica do Norte do Paraná, compreendida pelos rios Paranapanema, Cinzas e os ribeiros da Rapôsa e das Antas. Limita-se, ao norte, com o Estado de São Paulo, a leste com o município de Cambará, ao sul com os de Bandeirantes e Jacarèzinho, e a oeste, com o de Itambaracá. A cidade

possui as coordenadas geográficas de 23° 3' de latitude Sul e 50° 14' de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da cidade de Andirá é de 479,20 metros.

CLIMA — Andirá acha-se localizada na zona climatológica considerada quente. Apresenta clima úmido durante o verão e chuvoso no período hibernal. As médias das temperaturas são: 27,5°C para as máximas, 15,9°C para as mínimas e 21,2°C para a compensada.

ÁREA — Corresponde a 225 quilômetros quadrados a área do município.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O principal acidente geográfico é o rio Paranapanema, que limita não só o município mas também o Estado do Paraná com o de São Paulo. Corre na direção leste-oeste e é navegável. Segue-o em segundo plano de importância o Cinzas, que serve de limites entre os municípios de Bandeirantes e Jacarèzinho. Seu curso na direção sueste e noroeste não é navegável. A topografia é quase inteiramente plana. A área territorial é cortada por inúmeros ribeiros e córregos, dos quais se destacam os ribeiros da Rapôsa, das Antas, da Jacutinga, Prêto, Pimenteira, Barreiro Grande; córrego da Abelha, Pacu, da Lontra, Timburi e outros.

RIQUEZAS NATURAIS — Resumem-se na extração de argila para a fabricação de telhas e tijolos, os de origem mineral, e no reino vegetal, é explorada, em pequena escala, a extração de nozes de tungue e lenha para uso doméstico. A pesca é feita, porém não constitui fonte de economia.

POPULAÇÃO — Andirá contava, por ocasião do Recenseamento Geral de 1950, 9 245 habitantes, assim distribuídos: 4 858 homens e 4 387 mulheres. A cidade era composta de 1 972 pessoas — 992 do sexo masculino e 980 do feminino. Aproximadamente 80% da população total do município estavam situados na zona rural.

Aglomeração urbana — Apenas o aglomerado urbano da sede municipal existe na comuna. Na zona rural, os povoados de Água Preta, Antas, Jacutinga, Mandi e Pimenteiras destacam-se, entre outros, pelos aglomerados de construções.

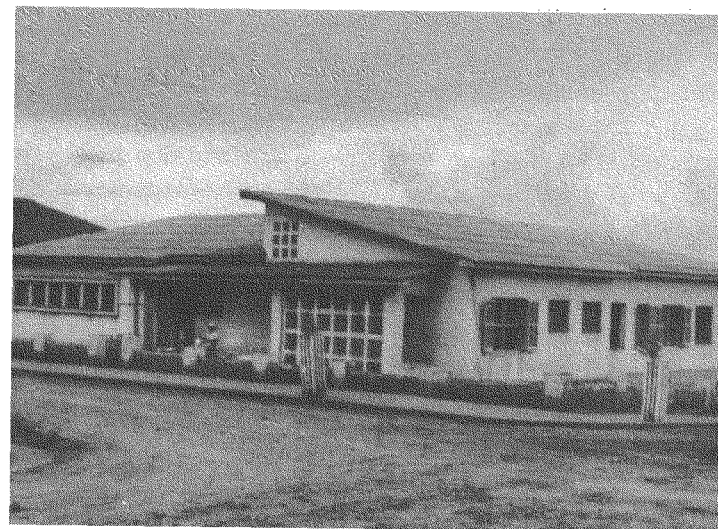
ATIVIDADES ECONÔMICAS — A maior fonte econômica do município é a agricultura representada pelo plantio sistemático do café e, em segundo plano, do milho, favorecidos pela excelente qualidade da terra, fenômenos climatológicos, preços e fácil escoamento para os mercados consumidores. Outras se sucedem em volumes menores de produção: feijão, algodão, cana-de-açúcar, arroz e tungue. Atualmente se está generalizando a do rami, cuja fibra é de grande aceitação na indústria têxtil.

Dos estabelecimentos industriais existentes no município, destacam-se, por sua importância econômica, a Indústria de Óleos Andirá, Barbosa Beneficiadora de Algodão, Serraria Santa Terezinha, Serraria Andirá, Fábrica de Carroças Cervi, Cerâmica Andirá, Cerâmica São Vicente Bonfante, Rezende Ltda. — Máquina de Beneficiar Café, Máquina de Beneficiar Arroz São Benedito, Máquina de Beneficiar Café de Antônio Silva Braga e Indústria de Bebidas São Francisco.

Das pessoas ativas no município, 46% concentravam-se, segundo dados do Censo de 1950, nos ramos agrícola, pecuário e da silvicultura.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio atacadista é constituído de 19 estabelecimentos com atividades restritas ao ramo de óleos vegetais e de cereais. O varejista explora o comércio de secos e molhados, representado por 72 estabelecimentos. Conta, portanto, com 91 firmas comerciais, e 3 agências bancárias. Mantém o município intenso intercâmbio comercial com as praças de São Paulo, Curitiba, Ponta Grossa, Paranaguá, Ourinhos (SP), Londrina, Cambará, Jacarèzinho e Bandeirantes.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Andirá está ligada às capitais do Estado e do País e aos municípios vizinhos através de rodovias e ferrovias, como se vê no quadro abaixo:

ESPECIFICAÇÃO	DISTÂNCIA (km)	VIA DE TRANSPORTE	OBSERVAÇÕES
Municípios limítrofes			
Cambará	18	Rodovia	—
Bandeirantes	19	Rodovia	—
Jacarèzinho	35	Rodovia	—
Jacarèzinho (via Cambará)	39	Rodovia	—
Cambará	20	Ferrovia	R.V.P.S.C.
Jacarèzinho (via Marques Reis)	62	Ferrovia	R.V.P.S.C.
Andirá — Bandeirantes	24	Ferrovia	R.V.P.S.C.
Palmital (São Paulo)	34	Rodovia	—
Itambaracá	20	Rodovia	—
Capital Estadual	597	Ferrovia	R.V.P.S.C.
Capital Estadual	407	Rodovia	—
Capital Federal	958	Ferrovia	E.F.S. e E.F.C.B.
Capital Federal	875	Rodovia	—

Pôsto de Higiene de Andirá

Estação ferroviária da R.V.P.S.C.

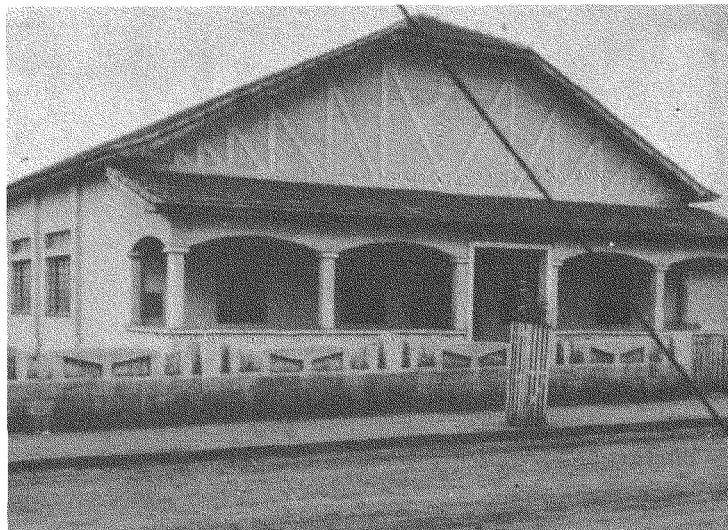
A comunicação interna é feita pela rêde urbana de telefones de propriedade da Cia. Telefônica Nacional, com 54 ligações; a externa pelas Agências de Correios e Telégrafos, Agência da Cia. Telefônica Nacional e da Rêde de Viação Paraná—Santa Catarina.

ASPECTOS URBANOS — Possuía a cidade uma população de 1 972 habitantes na época do Censo de 1950. Conta, atualmente, com 43 logradouros públicos: uma avenida, 30 ruas e 3 travessas, das quais 12 inteiramente revestidas de piçarra, 5, parcialmente, e as demais com terra melhorada. A iluminação pública é feita pela Cia. Hidrelétrica Paranapanema, localizada no município de Ipauçu — SP, com 478 ligações elétricas.

Durante o ano de 1956, registrou-se o seguinte consumo: Iluminação pública, 198 600 kWh; iluminação domiciliária, 297 897 kWh; fôrça motriz, 280 022 kWh; Total: 776 529 kWh.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Esta assistência é prestada à população por 2 médicos, 5 dentistas e 3 farmacêuticos, através dos Postos de Higiene e de Puericultura.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Recenseamento de 1950, apenas 22% das pessoas em idade escolar sabiam ler e escrever.

Ensino — Em 1956 havia no município 22 unidades de ensino fundamental comum. No setor do ensino secundário

Sede do Andirá Tênis Clube

conta com o Ginásio Estadual Barbosa Ferraz, e no médio com as Escolas Normal Secundária e Técnica de Comércio.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há na cidade a Biblioteca Euclides da Cunha, com 242 volumes. As competições esportivas — predominando as futebolísticas — são realizadas periòdicamente.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950......	—	5 715	1 109	688	486
1951......	—	4 540	1 032	739	425
1952......	—	7 082	1 557	940	528
1953......	—	5 381	2 767	1 270	3 939
1954......	—	7 885	3 174	1 180	1 873
1955......	—	7 885	3 174	1 180	1 873
1956......	—	12 661	1 722	(*) 1 639	1 722

(*) A receita municipal para o ano de 1956 refere-se ao total orçado. A receita Estadual foi feita após o Balancete do mês de dezembro. Apesar de já ter sido criada a Coletoria Federal para êste município, até o presente momento não foi instalada.

Os totais das despesas realizadas no município referem-se às despesas da Prefeitura Municipal.

As despesas do Estado no referido período foram: 1950 - Cr$ 683 000,00; em 1951 - Cr$ 931 518,10; em 1952 - Cr$ 1 169 000,00; em 1953 - Cr$ 1 242 810,80; em 1954 - Cr$ 1 542 826,00; em 1955 - Cr$ 2 042 095,30, e em 1956 - Cr$ 2 575 690,00.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A atual representação política do município está integrada pelos cidadãos:

Prefeito Municipal:

Mauro Cardoso Teixeira — PSD.

Vereadores:

Erasmo Canhoto — PSD.
Aldezino Morais — PSD.
Domingos Perugini — PSD.
João H. de Andrade — PSD.
Anízio Sela — PSD.
Durval Ramos Filho — PSD.
Pedro Picelli — PSD.
Orlando Urizzi — PR.
Mário Zacarefli — UDN.

A judiciária está assim constituída:

Dr. José Elias Kuster — Juiz de Direito.
Dr. Pergentino de Melo Filho — Promotoria Pública.
Francisco Borges Negrão — Cartório de Registro Civil, do Crime e Júri.
Olavo Arieta Negrão — Tabelionato.
Eurides Brandão — Registro de Imóveis, de Títulos e Documentos.

José Andrade Marinho — Contador e Partidor Público.

Arcílio Dias dos Santos e Pedro Andrade Marinho — Oficiais de Justiça.

As pessoas nascidas no município recebem o nome de andiraenses. Andirá, palavra indígena de origem tupi, designa o nome de uma espécie de morcêgo. E' o município sede de comarca e de têrmo, com apenas um distrito judiciário administrativo — Andirá.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Paraná.

ANTONINA — PR

Mapa Municipal no 10.º Vol.

HISTÓRICO — A cobiça do ouro na época da povoação de Paranaguá, por Domingos Ceneda ou Geneda, atraiu para ali o parnaibano Gabriel de Lara, que logo se projetou, impondo-se como legítimo representante de Paranaguá. Conseguiu, em 1646, a ereção de pelourinho e sua nomeação para o cargo de Capitão Povoador e Sesmeiro da Nova Vila (Paranaguá). Logo, então, Gabriel de Lara concedeu três sesmarias no litoral Guarapirocaba, as primeiras do litoral antoninense. Foram elas requeridas por Antônio de Leão, Pedro de Uzeda e Manoel Duarte, os três primeiros povoadores de Antonina. Pedro Uzeda ou Ozeda era dos "homens bons da governança da Vila" e a 26 de dezembro de 1648, foi honrado, não só com o mandato de eleitor das primeiras câmaras, como também pelo de juiz ordinário mais môço — "homem de sã consciência". Antônio de Leão ou Leam figura ainda como subscritor do auto de 26 de dezembro de 1648, o que importa dizer pertencer, também, à governança da terra. A fundação da povoação teve lugar em 12 de setembro de 1714, data em que, com a autorização do Bispo do Rio de Janeiro, D. Frei Francisco de São Jerônimo, se construiu uma capela na Fazenda Graciosa, do sargento-mor Manoel do Vale Pôrto, obtida a 9 de janeiro de 1713 do capitão-mor governador João Rodrigues França, por carta de sesmaria — meia légua de testada para a baía de Antonina.

Segundo a tradição, próximo do sítio habitavam três irmãs que, com muita devoção, consagravam preces à Nossa Senhora do Pilar, da qual possuíam uma estampa. Essas mulheres promoviam todos os anos, a 15 de agôsto, a celebração de terços e festas em honra da Virgem do Pilar. Atraíam êsses festejos religiosos mineiros, faiscadores de ouro e lavradores das bandas da Graciosa, Guarapirocaba, Cubatão, da parte norte e sul da ilha de Francisco Teixeira, moradores do sítio de Vale Pôrto, inclusive o próprio Capitão, o qual, compreendendo a devoção daquela gente que atribuía à Virgem milagres diversos, se propôs construir uma capela, o que conseguiu em 12 de setembro de 1714. Vale Pôrto tudo providenciou para que a capela do Pilar da Graciosa gozasse os privilégios de matriz de uma nova e vasta freguesia, a qual foi entregue a seu capelão em 1722, completamente terminada.

Naquela época, as comunicações com Curitiba se faziam pelo Cubatão e mui raramente pela velha picada da Graciosa que partia do Pôrto do rio Curitibakyva, em demanda da serra entre Jaguarapira e os Órgãos. A freguesia de Nossa Senhora do Pilar não ia além da colina em que se erigiu a igreja. As casas que circundavam o templo davam para o mar, apenas no trecho entre a pedreira Ildefonso e a ponta da Califórnia, hoje trapiche Macedo. Ainda no sopé do morro existiam algumas moradias, localizadas na Rua da Praia. O mar e as matas dominavam o terreno compreendido pelas Ruas Antônio Prado, 15 de Novembro, Barão de Tefé, Conselheiro Comendador Araújo, etc. A fonte que servia à população era a existente na pedreira, onde se descia pela ladeira da Fonte, bem próxima ao quartel do Tiro de Guerra 186.

Em virtude de haver uma capela em ruínas no sítio Senábio, suposta construção jesuítica, os habitantes da vila

Vista da Praça C.el Macedo

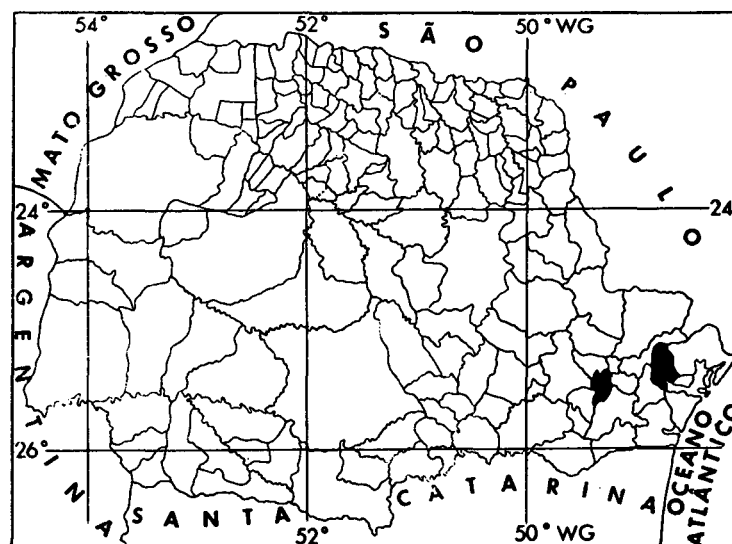
Vista parcial aérea da cidade

foram cognominados *capelistas*, denominação que até hoje perdura.

Em 29 de agôsto de 1797, foi elevada a freguesia à categoria de vila, com a denominação de Antonina, em memória do príncipe D. Antônio, consoante declaração feita naquela época pelo capitão-general Antônio Manoel de Mello Castro e Mendonça, Governador da Capitania de São Paulo. Em 6 de novembro daquele mesmo ano, foi a vila de Antonina elevada à categoria de cidade. Passou, sòmente 60 anos após, isto é, a 21 de janeiro de 1857, data da sua instalação, a se constituir comarca da Província de São Paulo. Em 1889, o Conselheiro de Araújo contratou com o Govêrno Imperial a entrada de imigrantes e sua locali-

Vista parcial da principal artéria da cidade

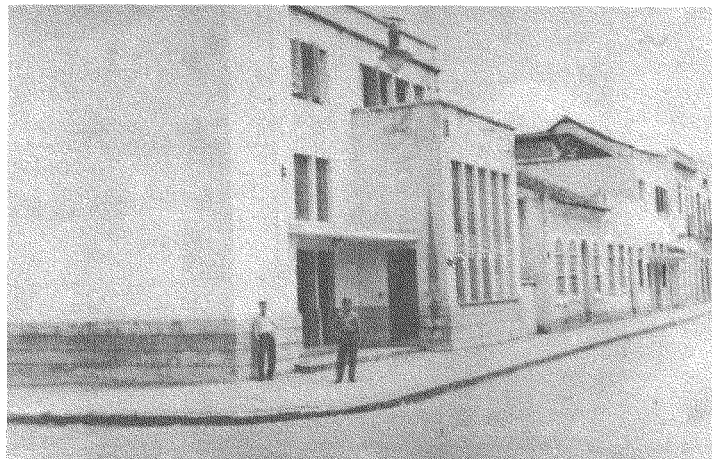
zação no Vale do Rio Cachoeira. Entretanto, não se constituiu realidade, tendo em vista a proclamação da República. Mais tarde a região de Turvo foi dividida em lotes, formando, então, os núcleos da Colônia *Nova Itália,* que ficou pertencendo ao município de Antonina. A referida colônia estava localizada à margem esquerda do rio Cachoeira. Diversos outros movimentos colonizadores foram realizados — *Zulmira,* situada no lugar denominado "Morro do Bicho", a três quilômetros da povoação de São João da Graciosa. *Ipiranga* — Situada nas proximidades, também, do povoado de São João da Graciosa e cortada pelo ribeiro Ipiranga. *Saiva* — pequena concentração colonial existente nas imediações da cidade de Antonina. *Cacatu* — pequena colônia de agricultores japonêses. Outras pequenas colônias: Quatinga e Cachoeira. Pela divisão administrativa referente ao ano de 1911, figura o município com um único distrito. Através do Decreto-lei estadual n.º 6 667, de 31 de março de 1938, foi criado o distrito de Cacatu.

LOCALIZAÇÃO — Antonina acha-se localizada na Zona Fisiográfica do Litoral, na baía do mesmo nome. Limita-se ao norte e noroeste com o município de Campina Grande do Sul; a leste com o de Guaraqueçaba e Oceano Atlântico; a oeste com o de Morretes e ao sul com êste e o de Paranaguá. A cidade está situada na posição geográfica de 25° 26' de latitude Sul e 48° 43' de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

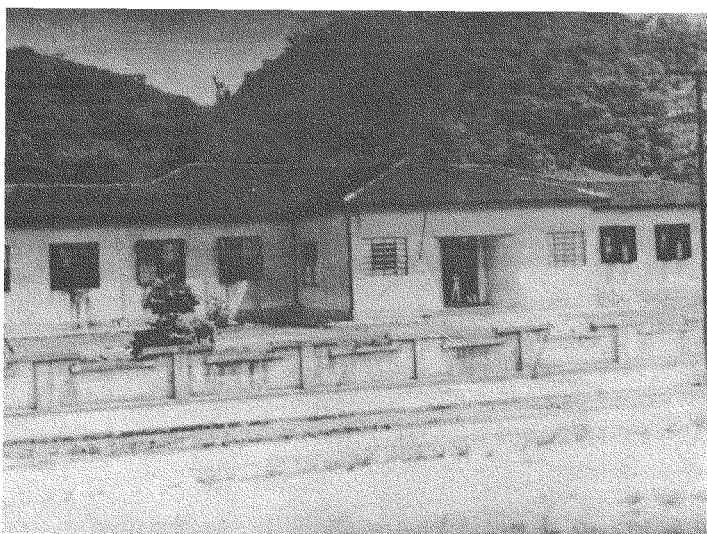
ALTITUDE — Está a sede municipal a 5 metros acima do nível do mar.

CLIMA — A localização da cidade de Antonina na orla atlântica apresenta um clima quente e úmido. As temperaturas médias observadas em 1956 foram: máxima — 28°C; mínima — 12°C; compensada — 20°C. A precipitação pluviométrica anual foi de 453,8 milímetros.

ÁREA — De 743 quilômetros quadrados é a área total do município, assim distribuída: distrito da sede municipal 316,2 quilômetros quadrados e distrito de Cacatu 426,8 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município são: na parte orográfica — serras do Cabrestante, dos Órgãos, da Virgem Maria, da Graciosa e da Serrinha; no potamográfico: — *rio Cachoeira,* banhando as localidades de Catumbi, Limoeiro, Lagoinha,

Agência dos Correios e Telégrafos

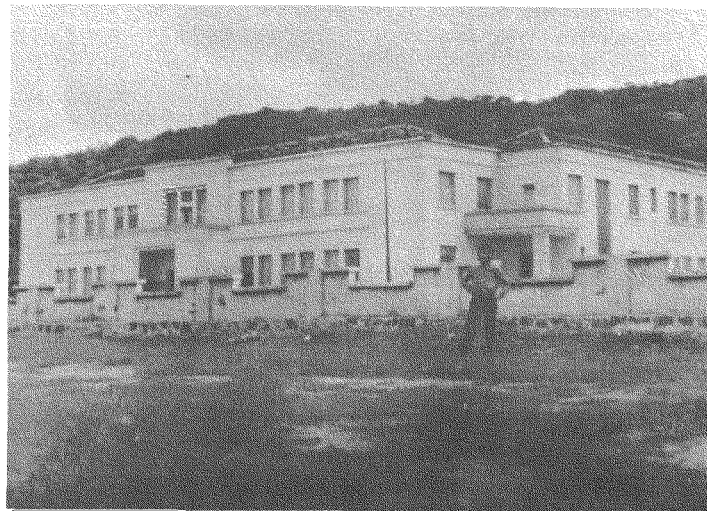
Cupiúva, Cupiuvinha, Turvo, Rio Pequeno, Cachoeira de Baixo e Cachoeira de Cima; *rio do Cedro,* banhando a localidade do Cedro; *rio Cacatu,* banhando as localidades de Lagoinha, Morro Grande Sambaqui, Rio do Meio Cacatu e Mergulhão; *rio Curitibaíba,* banhando as localidades de Curitibaíba, Faisqueirinha e Sambaqui; *rio Faisqueira,* banhando as localidades de Faisqueiras de Baixo e de Cima, Cedro e Camarão. Todos êsses rios são navegáveis em pequenas extensões por lanchas movidas a gasolina. Existem no município as seguintes quedas d'água:

DENOMINAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	POTENCIAL (H.P.)
Corredeira da Cachoeira......	Rio Cachoeira	16 480
Salto do Cedro..............	Rio do Cedro	300
Salto do Mergulhão..........	Rio Mergulhão	107
Salto da Venda..............	Rio da Venda, tributário do rio Cacatu I	50
Salto da Venda..............	— tributário do rio Cacatu II	100

Hospital Municipal

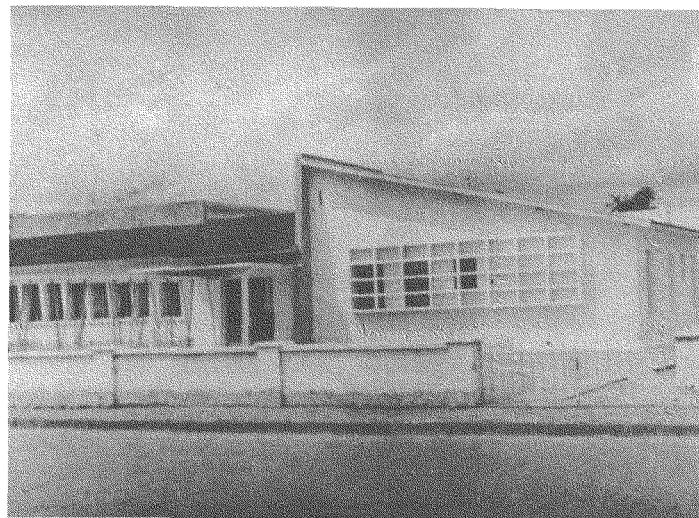
Na baía de Antonina destacam-se as ilhas das Rosas, do Lessa, do Quamiranga, do Goulart e do Corisco.

Morros — Na localidade de Cedro há dois morros que se destacam: O do Pico Torto e da Divisa, com as altitudes de 847 e 817 metros, respectivamente.

RIQUEZA NATURAL — Como riquezas minerais se sobressaem, reflexo de grande valor econômico, malgrado serem ainda pouco desenvolvidas, as extrações de pedra, ferro, magnetita e talco. No campo vegetal — madeiras de lei.

Igreja de N. S.ª do Pilar

Casa de Saúde Municipal

E no reino animal, lontra, porco-do-mato, jaguatirica, onça-pintada, tateco, capivara, cutia, etc. A pesca no município é desenvolvida, não sendo ainda industrializada. A mesma é praticada pelos pescadores das Colônias ali existentes.

POPULAÇÃO — A população do município de Antonina era, por ocasião do Censo de 1950, de 10 991 habitantes, sendo 5 571 homens e 5 420 mulheres. Dêsse total, 10 809 eram brasileiros, 10 brasileiros naturalizados e 172 estrangeiros (106 homens e 66 mulheres). Em religião predominou a católica apostólica romana — 8 746 pessoas; 1 260 eram adeptos das religiões protestantes, 817 das espíritas, 9 da budista, 23 da israelita, 68 da ortodoxa, 3 da maometana e 321 de outras religiões; 823 não tinham religião e

Vista parcial da Maternidade Municipal

325 sem declararem religião. Dos 10 991 habitantes, 4 311, apenas, sabiam ler e escrever, o que representa 39% do total.

Aglomerações urbanas — São duas as aglomerações urbanas do município — a da cidade de Antonina, com 5 368 habitantes, sendo 2 603 homens e 2 765 mulheres, e a da vila de Cacatu, com 217 habitantes — 116 homens e 101 mulheres.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município tem a base da sua economia na agricultura, principalmente nas culturas de banana, cana-de-açúcar, abacaxi e arroz. A industrial

Delegacia de Polícia

acha-se concentrada quase totalmente no beneficiamento de trigo, sal e erva-mate.

No município estão em atividades industriais 30 estabelecimentos que ocupam mais de 5 pessoas; das ativas na comuna, 47% concentravam-se no ramo "atividades domésticas".

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio é bem desenvolvido. Dos 174 estabelecimentos existentes no município, 7 se dedicam ao ramo atacadista em larga escala. Mantém transações comerciais com as praças de Morretes, Curitiba e Paranaguá. Os principais mercados importadores dos produtos são as praças de Curitiba e do Norte do Estado. Apenas 1 estabelecimento de crédito existe no município.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — Como meios de comunicação a cidade dispõe da Agência Postal Telegráfica e Agência Telefônica. Há duas emprêsas telefônicas, ambas particulares — a da Indústria Antoninense de Papel, que se estende de Antonina à Fábrica de Pasta Mecânica, passando pela Fazenda Italo e Vila Cacatu, e a da Cia. Instaladora da Usina Hidrelétrica de Cotia.

Tábuas itinerárias — O município é servido por transportes marítimo, ferroviário e rodoviário. A ligação aos municípios vizinhos é feita pelos mesmos meios, segundo a tábua itinerária a seguir:

Antonina a Morretes	31 km	Rodovia
Antonina a Morretes	16 km	Ferrovia
Antonina a Paranaguá	76 km	Rodovia
Antonina a Paranaguá	58 km	Ferrovia
Antonina a Pôrto de Cima	22 km	Ferrovia
Antonina a Curitiba	86 km	Ferrovia
Antonina a Curitiba	84 km	Rodovia
Antonina ao Rio de Janeiro	1 080 km	Rodovia
Antonina ao Rio de Janeiro	1 000 km	Ferrovia

O transporte marítimo é feito por pequenos botes, impulsionados a remo ou movidos a gasolina. No trapiche Lacerda atracam barcos e navios que fazem as linhas regulares interestaduais.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Antonina possui 5 368 habitantes, sendo 2 603 homens e 2 765 mulheres. Conta a cidade com 37 logradouros públicos: 4 avenidas e alamêdas, 28 ruas e 5 largos e praças. Dos 37 logradouros, 32 são inteiramente pavimentados e 5 parcialmente — 4 arborizados e 1 ajardinado e arborizado, simultâneamente.

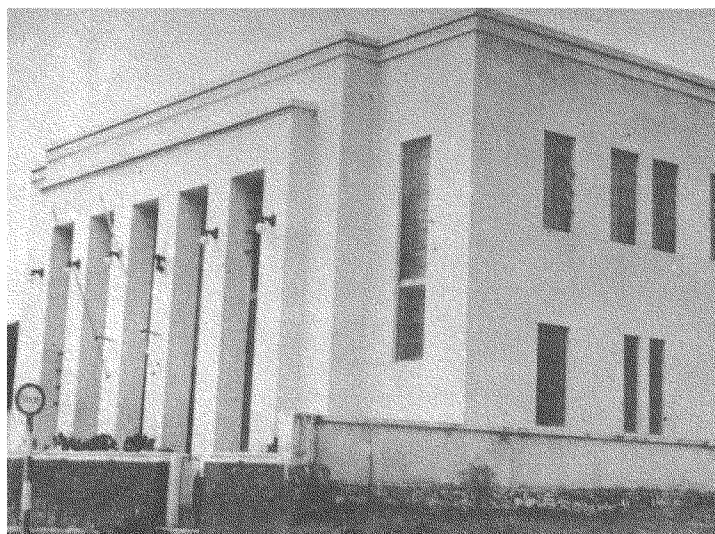
Há os serviços de água canalizada e esgôto sanitário. O primeiro conta 13 400 metros de linhas distribuidoras, abastecendo 657 prédios e servindo 37 logradouros. A rêde de esgôto, numa extensão de 7 824 metros, beneficia 705 prédios e percorre 39 logradouros.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Esta assistência é prestada por 5 médicos, 3 dentistas, 2 farmacêuticos, pelo Pôsto de Liga de Defesa Contra a Tuberculose e Hospital de Antonina, com 100 leitos.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Os Postos de Puericultura Darci Vargas, de Higiene e da Liga de Defesa Contra a Tuberculose prestam também serviços de assistência social à população, secundados pelos ambulatórios das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, da Malária e dos Institutos de Aposentadoria e Pensões dos Industriários e dos Empregados em Transportes e Cargas. O setor cooperativista é representado pela Cooperativa Escolar Professor Serapião que funciona no grupo escolar da cidade.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 constatou a existência de 10 991 habitantes, dos quais apenas 4 311 pessoas com mais de 5 anos sabiam ler e escrever. Dêsse total, 2 369 eram homens e 1 942 mulheres. Eram, portanto, analfabetos 5 026 (2 368 homens e 2 658 mulheres), o que representa aproximadamente 61% do total recenseado.

Ensino — Em 1956 havia 27 unidades escolares de ensino primário fundamental comum com 1 268 alunos matriculados e 1 ginásio estadual.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Dezesseis são as entidades culturais. Destas estão organizadas três, cujas existências são tradicionais. Das entidades culturais da cidade quatro são de natureza esportiva, uma literária e outra musical. Funcionam dois cinemas: Municipal e da Liga de Defesa Contra Tuberculose. O futebol é o esporte mais popular. O volibol e basquetebol são bastante praticados pelas classes estudantis. A radioemissora ZYX-6 — Rádio Antoninense Ltda., transmite variada programação, na freqüência de 1 580 quilociclos. O "Jornal de Antonina" é editado, semanalmente, e se destina ao noticiário geral. Duas bibliotecas funcionam na cidade, a Biblioteca Municipal, com um acervo de 1 107 volumes, e a Biblioteca da Liga de

Fôro Municipal

Defesa Contra a Tuberculose, com 1 594 volumes, que se destinam a adultos e crianças.

FINANÇAS PÚBLICAS —

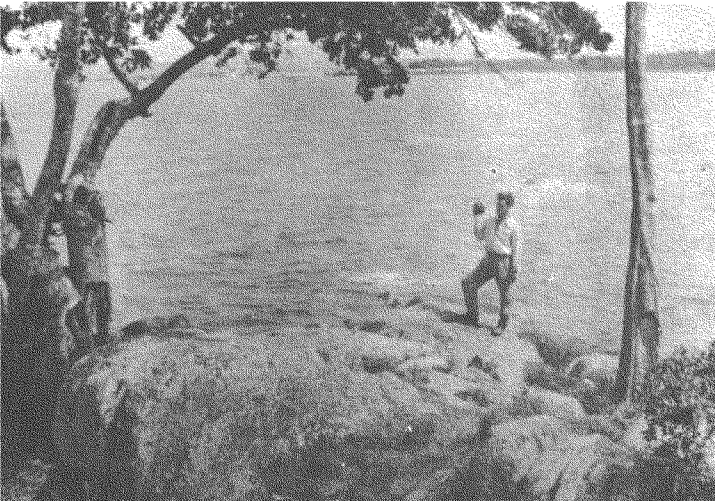
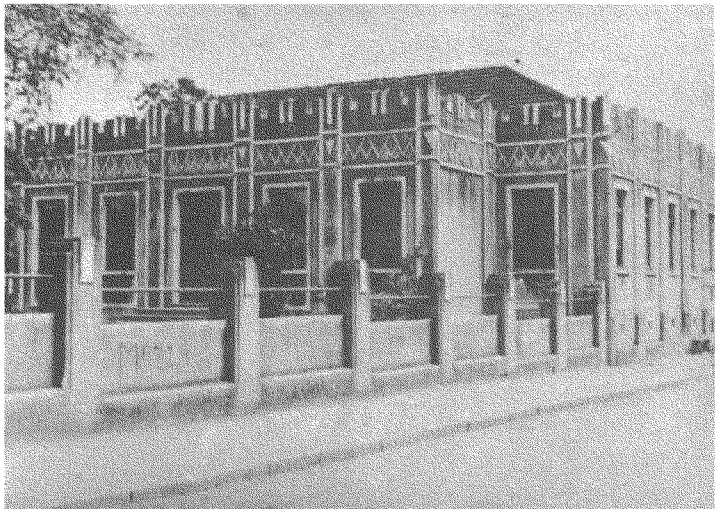
ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950......	1 646	8 772	877	308	1 282
1951......	1 647	12 126	1 159	459	1 214
1952......	1 706	10 939	786	378	1 035
1953......	1 748	10 834	788	394	1 172
1954......	1 924	16 179	2 998	416	1 601
1955......	4 066	12 005	2 042	465	1 850
1956......	6 401	23 414	2 264	376	1 735
1957 (*)...	—	—	3 078	3 078	(*)

(*) Orçada.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — São religiosas as festas de Nossa Senhora do Pilar, realizadas, anualmente, a 15 de agôsto, com grandes solenidades e regozijo. É a festa de maior animação e bastante concorrida, contando com a presença de católicos que para lá acorrem, naquela data, assim como de antigos moradores e filhos da terra, com residências em outras cidades. A data de 6 de novembro, dedicada à fundação da cidade, é também bastante festiva. Além das cerimônias religiosas há as provas atléticas com prêmios aos vencedores, desfiles escolares e entidades culturais e de classes. Termina com um grande baile de gala. A Semana Santa e outras festas litúrgicas são, também, celebradas com extraordinária devoção e igual afluência dos católicos.

Como folclore, existem, em Antonina, as célebres "Congadas". Danças típicas da África, cujos dizeres, gestos e têrmos lembram as vidas e tradições das antigas tribos africanas.

As datas mais importantes do município são as de 15 de agôsto e 6 de novembro, dedicadas às comemorações festivas da Padroeira da cidade, Nossa Senhora do Pilar, e à elevação à categoria de município, respectivamente.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — As pessoas nascidas no município recebem a denominação de antoninenses ou capelistas. O nome Antonina foi dado à cidade, como constou do histórico, em homenagem ao príncipe Dom Antônio, quando da elevação à categoria da vila, ocorrida em 29 de agôsto de 1797. É sede de comarca e têrmo, com dois distritos judiciários: Antonina e Cacatu.

Vista pitoresca da "Ponta da Pita"

Grupo Escolar Municipal

A atual representação política do município de Antonina está assim constituída:

Prefeito Municipal:

Dr. Carlos Eduardo Maia — PTN-PSD

Vereadores:

Carlos Mazza Filho — Presidente da Câmara — PTB.
Adão Nascimento — PTN-PSD.
Benedito Ramos — PTN-PSD.
Paulo Vergílio Savarin — PTN-PSD.
Cézar Muzzi — PTN-PSD.
Max Rohrsetzer — PTN-PSD.
Cecyn Jorge Cecyn — PTB.
Joaquim Simão Ferreira — PDC-PR.
Honório de Oliveira Machado — PDC-PR.

Outras Autoridades:

Dr. Lázaro Nini de Campos — Juiz de Direito.
Dr. Nivaldo Beira Fontoura — Promotor Público.
Jeovah Fernandes de Campos — Coletor Federal.
José Ferreira de Camargo — Coletor Estadual.
Pedro Vargas de Campos Rocha — Delegado de Polícia.
Fernando Lopes Vieira — Agente do Departamento dos Correios e Telégrafos.
Teodoro de Camargo — Escrivão do 1.º Ofício.
Emir Werner Gomes — Escrivão do Crime.
Silvino dos Santos Moraes — Capitania dos Portos.

VULTOS ILUSTRES — Antonina deu ao cenário nacional uma plêiade de filhos ilustres. Os mais destacados dêles, em setores diversos, são: Cônego Manoel Vicente — o maior orador sacro de seu tempo; Almirante Teobaldo Gonçalves Pereira e o célebre historiador e advogado, Dr. Ermelino de Leão.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — As festas de Nossa Senhora do Pilar, realizadas a 15 de agôsto de cada ano, atraem para Antonina grande massa de turistas e romeiros. Outro ponto de visitação pública é a fonte natural existente nas proximidades da cidade, onde, segundo crença popular, foi vista a imagem de Nossa Senhora Aparecida, refletida na água

ali empoçada. Há também de notar a afluência de turistas, com objetivos repousantes e balneários, às praias localizadas nos locais denominados Ponta da Pita e Prainha, advindos de Curitiba, Morretes, Paranaguá e outras localidades interioranas.

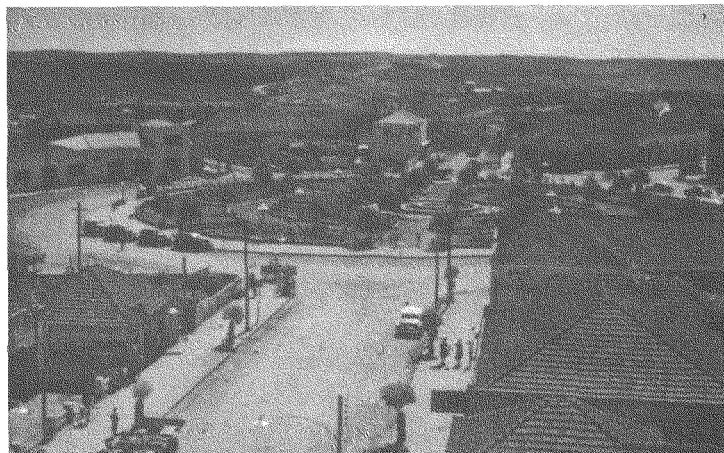
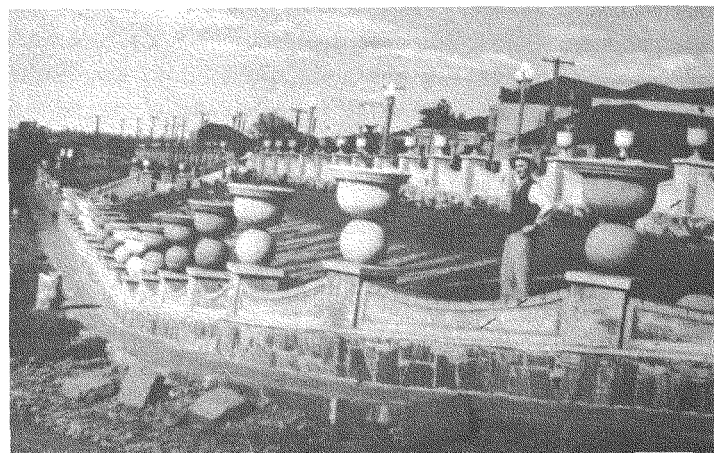
VULTO HISTÓRICO — Bento Cordeiro nasceu e viveu em Antonina. Conhecido pela alcunha de Bento Cego, por ter nascido sem a visão. Poeta, vivia cantando, acompanhando-se na sua viola. Dos mais conhecidos versejadores de sua época — 1821 —, morreu cantando, após uma porfia com outros poetas de 3 dias e 3 noites seguidas.

FONTES — Arquivo da Agência Municipal de Estatística. Documentação da Inspetoria Regional de Estatística Municipal. História do Paraná. Romário Martins. Censo Demográfico de 1950. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

APUCARANA — PR

Mapa Municipal no 12.º Vol.

HISTÓRICO — Realizada com êxito a fundação de Londrina, a Companhia de Terras Norte do Paraná, mais tarde Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, prosseguiu, com o mesmo dinamismo, na sua obra pioneira, idealizando, planejando e fundando patrimônios, que se transformariam dentro de curto lapso de tempo em cidades-relâmpagos, surgindo e crescendo como cogumelos, na terra ubérrima da mais fértil e extraordinária região do Paraná.

O patrimônio de Apucarana foi um dos primeiros a serem planejados e formados pela referida emprêsa imobiliária, após a fundação de Londrina, unidade *mater* do progresso e da nova comunidade criada na prodigiosa região do setentrião paranaense. Em princípio de 1938 resolveu abrir o patrimônio de Apucarana, enviando para o local, como seu preposto, o conhecido desbravador de sertões Benevides Mesquita. Procedidos os trabalhos de medição e demarcação das "datas", não tardou chegarem ali numerosos interessados na compra de terras, quer no perímetro urbano, quer no quadro rural. Assim é que se destacam entre os primeiros a se estabelecer no patrimônio de Apucarana os seguintes: Adão Kaniowski, Pedro Vieira dos Santos, Jamil Soni, José Bichara, Manoel Sardinha Pereira, Joaquim Marques Dias, José Amâncio Gonçalves, Galdino Gluck Júnior, José de Almeida, Atílio Carletto, Antônio Vieira, José Gomes de Lima, Hercílio Wanderlei de Alencar, Felisberto Borges, Dr. Hélio Bonetto, Carlos

Vista aérea da Praça Interventor Manoel Ribas

Vista da Praça Mauá

Massareto, José Nalini, José de Oliveira Rosa, Eduardo Benjamin Hosken, Antônio José de Oliveira, Dr. Enzo Bonetto, Pedro Cavicion, Dr. Fritz Bredemann, Luiz Machado, Carlos Schmidt, Diniz J. Silvério, Hatsuichi Kinoshita, Seije Arita, João Joeckel e Luiz Canezim.

Tão logo concluiu a sua tarefa em Apucarana, a Companhia de Terras Norte do Paraná se retirava para organizar e fundar, mais adiante, à orilha da velha estrada que em sentido leste-oeste atravessava o sertão, novas comunidades. O afastamento antecipado dos fundadores do patrimônio acarretou prejuízos ao desenvolvimento da localidade, que estacionou temporàriamente, para logo em seguida projetar-se na rota do progresso, crescendo extraordinàriamente e se avantajando como centro urbano de primeira grandeza.

Pelo Decreto-lei estadual n.º 199, de 30 de dezembro de 1943, foi criado o distrito judiciário de Apucarana, elevado ao mesmo tempo à categoria de município e comarca de segunda entrância. A instalação do município se deu a 28 de janeiro de 1944, ao mesmo tempo em que tomava posse o primeiro Prefeito Municipal, tenente-coronel José Luís dos Santos. Em 19 de abril de 1944 foi instalada solenemente a comarca de Apucarana, em sessão presidida pelo Dr. Guilherme da Motta Correia, sendo empossado o primeiro Juiz de Direito, Dr. Antônio Franco Ferreira da Costa. O primeiro Prefeito Municipal sufragado pelo voto popular foi o Sr. Carlos Massaretto, nas eleições realizadas a 16 de novembro de 1947.

A cidade de Apucarana está situada no cruzamento da coluna vertebral da economia brasileira, compreendida e definida pelos entroncamentos Rio—São Paulo—Apucarana—Pôrto Mendes, que é também o eixo principal da economia paranaense definida pelas ligações Paranaguá—Curitiba—Apucarana—Pôrto São José. Por essa circunstância especialíssima e pela sua posição geográfica privilegiada, devido à fertilidade inesgotável das terras roxas do norte do Paraná, é que a cidade cresceu e o município alcançou a pujança extraordinária, que o caracteriza na comunhão paranaense como um dos seus maiores e mais expressivos marcos de grandeza e progresso.

A denominação do município provém do caingangue APÓ-CAARÃ-NÃ, isto é, "Apó" = a base; "Caarã" = semelhante à floresta; "anã" = imensa, que se assemelha à própria base.

Romário Martins escreve que, "para o guaianás, que dominava a região admirável dos recursos e de belezas, a serra do Apucarana era a atalaia dominadora do "Atibagiba", descortinador dos vales florestais do norte ao ocidente, até onde corre o Paranapanema, como um fio branco, no horizonte de ocasos deslumbrantes".

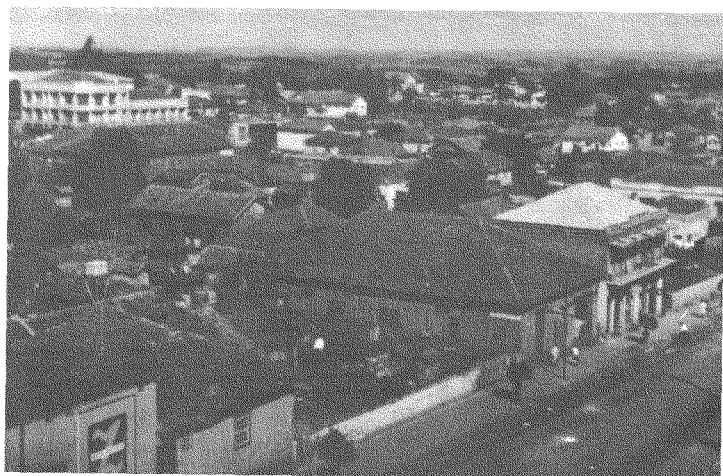
"É a floresta imensa, a serra grandiosa que à própria mata se assemelha, onde se origina, de onde se alonga, que com ela se confunde na grandiosidade, "quanto mais nos aproximamos do penedo, mais o mato ia desaparecendo até terminar em rasteiro faxinal", e, chegados que lhe fomos perto, vimos que em parte ora era coberto de musgo tão macio como veludo e matizado de mil côres rutilantes.

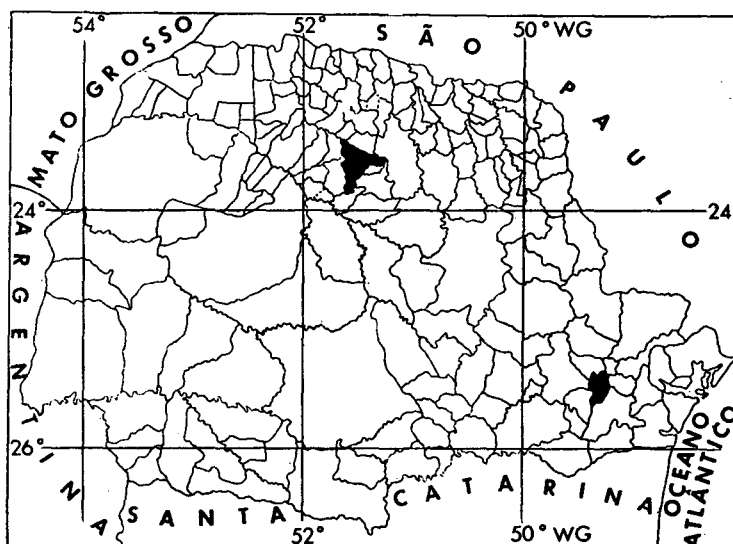
"O mais belo céu do universo brilhava sôbre as nossas cabeças e, estendidos como mapa a nossos pés, vimos rolar caudalosos rios atravessando as mais pitorescas e majestosas florestas do Brasil.

"O rio Tibagi, depois de atravessar a serra dos Agudos, serpenteava por vargedos rumo N.N.O.; mais longe via-se o brechão do Paranapanema cortando o sertão de leste a oeste; lá no extremo do horizonte, uma linha apenas visível que se estendia do N.E. a S.O. mostrava o gigante Paraná.

"O que se vê de Apucarana não é apenas a paisagem grandiosa e bela em derredor, em léguas e léguas de amplidão. Os rios rolando para oeste, como que abrindo veredas na floresta imensa e exuberante, esperando na serradeira, precipitantes nas quedas dágua. Os campos verdes e desertos, as montanhas azuis da mesma côr do céu, como dêle roladas para a terra. O que se vê de Apucarana é o Paraná do futuro.

"A floresta à orilha das lavouras, onde as máquinas agrárias aram, semeiam e colhem as sementes do porvir da terra bendita e boa. São as estradas de penetração e os rios movimentados pelo comércio dos transportes a vapor. São as quedas dágua, as máquinas industriais. São as grandes cidades do futuro, que já se apresentam ao longo dos rios Paraná, Paranapanema, Pirapó, Tibagi, Ivaí, Corumbataí, Piquiri e Iguaçu.

"Nesse dia há de vir do alto do Apucarana alguém, e olhar de novo a imensidade que de lá se descortina e, de joelhos, "no veludo de côres rutilantes" que o reveste, há de agradecer ao criador da obra-prima da natureza americana, de haver dado ao Paraná a "*Terra Prometida*".

Vista parcial da cidade

LOCALIZAÇÃO — O município de Apucarana está localizado na Zona Fisiográfica do Ivaí. Limita-se ao norte com Mandaguari e Jandaia do Sul, ao sul com Borrazópolis e Araruva, e a leste com Califórnia e Londrina.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 983 metros na sede municipal.

CLIMA — O território de Apucarana está situado na região do Estado abrangida pelo clima quente, sêco e saudável. Apresenta no inverno uma temperatura média de 16°C com baixas esporádicas em certos anos. O verão é quente e abafante com a incidência de chuvas abundantes. As temperaturas médias registradas no município, no decorrer do ano de 1956, foram de 29°C para as máximas, 10°C para as mínimas e 19°C a compensada.

ÁREA — Corresponde a 888 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O acidente geográfico de mais importância é o rio Bom, que limita Apucarana com Borrazópolis.

POPULAÇÃO — Segundo os resultados obtidos no Recenseamento Geral de 1950, o município de Apucarana apresentou uma população de 88 977 habitantes, sendo 46 466 homens e 42 511 mulheres, inclusive a população dos atuais municípios de Araruva, Borrazópolis (ex-Rio Bom), Faxinal e Jandaia do Sul, dêle desmembrados posteriormente. Ainda segundo aquêle Recenseamento de 1950, havia 79 533 habitantes brancos, 3 863 pretos, 3 292 pardos e 1 903 amarelos. Quanto ao estado civil, 13 840 eram solteiros, 31 260 casados, 1 836 viúvos e 34 desquitados (população de 15 ou mais anos). Havia 3 126 estrangeiros e 499 brasileiros naturalizados. Do total recenseado, 79 816 habitantes prestaram declaração de pertencerem à religião católica apostólica romana e 9 261 de outras religiões.

Aglomerações urbanas — Duas aglomerações urbanas existem no município: a cidade de Apucarana e a vila Pirapó. A primeira, pelo Recenseamento Geral de 1950, contava uma população de 11 981 habitantes, sendo 6 130 homens e 5 851 mulheres, assim distribuída: quadro urbano — 9 417 (4 840 homens e 4 577 mulheres); quadro suburbano — 2 564 (1 290 homens e 1 274 mulheres). Estimam-

Avenida Curitiba, trecho denominado "Barra Funda", seleiro do comércio do município

-se as populações urbanas de Apucarana, atualmente, em 15 500 habitantes e 800 em Pirapó.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A atividade econômica básica do município está na sua agricultura racional e bastante desenvolvida. Secundam-lhe em importância a indústria extrativa e a suinocultura. Das espécies vegetais cultivadas, o café aparece em plano superior às demais. A exportação da famosa rubiácea em 1956 foi da ordem de Cr$ 221 441 919,00, cifra bastante apreciável. As demais culturas agrícolas, com a produção prevista para 1956, são: milho — Cr$ 95 000 000,00; arroz — Cr$ 37 440 000,00; feijão — Cr$ 20 373 050,00; em menor escala o algodão, a cana-de-açúcar, a mandioca, a banana e a laranja. A indústria (ocupando 360 pessoas econômicamente ativas) valia, em 1955, 210 milhões de cruzeiros; os principais ramos eram os de "produtos alimentares" (554 do valor total) e o madeireiro — (354). Dos seus 61 estabelecimentos industriais, 10 ocupam 5 ou mais operários.

Em 31-XII-1954, a população pecuária (90% suínos) valia aproximadamente 22 milhões de cruzeiros; já em 1956 Apucarana exportou Cr$ 12 673 130,00 de gado suíno.

O total da exportação (interestadual) do município em 1956 foi da elevada ordem de Cr$ 542 635 033,00.

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 38% estão ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura".

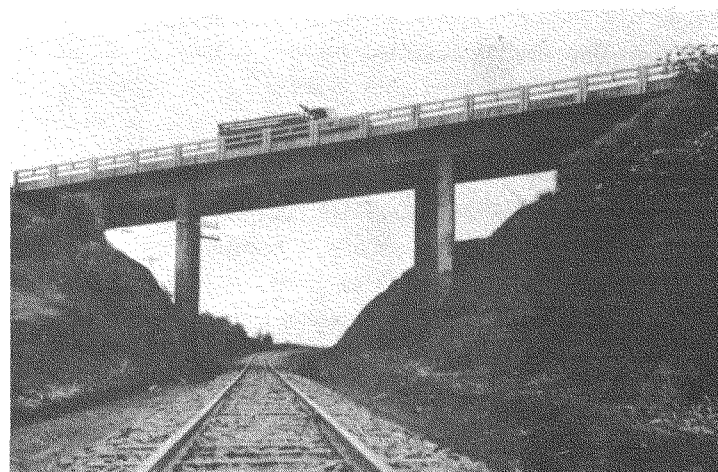
COMÉRCIO E BANCOS — É impressionante o desenvolvimento comercial do município, que está a cargo de seus 380 estabelecimentos varejistas, 11 atacadistas e nada menos de 14 agências bancárias. Tendo como origem o progresso da cafeicultura, apresenta resultados amplamente compensadores. O município mantém intercâmbio comercial (importador e exportador) com as seguintes praças: Londrina, Maringá, Curitiba e Paranaguá, no Paraná; Presidente Prudente, Ourinhos e São Paulo, em São Paulo; Rio de Janeiro, no Distrito Federal. Dêsses outros recebe e adquire os produtos e artigos de que necessita para seu consumo interno.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — É bem servido nesse setor o município, pois conta com os meios de transporte rodoviário, ferroviário (Rêde de Viação Paraná—Santa Catarina) e aéreo (Real-Varig-Cruzeiro). Na cidade (sede) existe uma estação ferroviária. Não longe do centro urbano situa-se o Aeroporto Capitão João Buss, que é servido diàriamente por aeronaves comerciais das principais emprêsas aéreas brasileiras. Liga-se aos municípios vizinhos de Arapongas — 18 quilômetros; Londrina — 49 quilômetros; Araruva — 31 quilômetros; Borrazópolis — 31 quilômetros; Jundiaí do Sul — 24 quilômetros; Mandaguari — 33 quilômetros; dista da Capital Estadual, em rodovia, 470 quilômetros, e por ferrovia, 808 quilômetros; não se comunica diretamente com a Capital Federal.

No setor das comunicações radiotelegráficas é dotado dos serviços da Agência Postal Telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos, da Agência da Rêde de Viação Paraná—Santa Catarina, e dos Postos das emprêsas aéreas que servem o município.

ASPECTOS URBANOS — Apucarana é uma cidade moderna muito bem planejada e traçada. Possui, na atualidade, uma população estimada em mais de 15 500 habitantes, cêrca de 3 700 edificações, das quais 3 100 servem para fins residenciais. Dão excelente aspecto urbanístico à cidade 108 logradouros públicos: 18 avenidas, 83 ruas, 4 travessas e 3 praças. É servida por energia elétrica para a movimentação das indústrias, para calefação e refrigeração, e para iluminação pública e particular, com um total de 6 976 ligações. Apucarana é uma das maiores praças comerciais do setentrião paranaense. Mantém transações de grandes volumes nos ramos de importações e exportações, nos atacadistas e varejistas, com as principais cidades do país. Nove hotéis e 32 pensões prestam os serviços de alimentação e de hospedagem. No decorrer do ano de 1956, foram registrados na Prefeitura Municipal 944 veículos motorizados: 657 automóveis de diversos tipos e marcas e 287 caminhões e camionetas.

A vila de Pirapó, sede do distrito dêste nome, é um centro urbano bastante progressista. Conta mais de 160 edificações — 145 servindo para fins residenciais —, uma população aproximada de 800 habitantes e 22 logradouros públicos, assim discriminados: duas avenidas, 18 ruas, e duas praças.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Apucarana é um dos municípios mais bem servidos no que diz respeito à assistência médico-sanitária: 26 médicos, 21 dentistas e 14 farmacêuticos. Quanto à assistência médica em geral, a cidade está dotada dos seguintes estabelecimentos: Hospital Bom Jesus, Hospital São Judas Tadeu, Hospital Santo Antônio, Hospital Santa Eliza, Casa de Saúde São José,

Ponte de concreto armado sôbre a linha férrea

Casa de Saúde e Maternidade Apucarana, Santa Casa de Apucarana e Pôsto de Higiene. Funcionam também, na cidade, 13 farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A Santa Casa de Apucarana e o Pôsto de Higiene, êste mantido pelo Govêrno Estadual e aquela pela Prefeitura Municipal. prestam à população completo serviço de assistência social.

ALFABETIZAÇÃO — Através dos dados do Censo de 1950, constatou-se que existiam no município 88 977 pessoas de 5 anos e mais, das quais 71 833 sabiam ler e escrever. Dêsse total, 17 981 eram homens e 10 454 mulheres. Na sede municipal, existiam 9 913 de 5 anos e mais, sendo que 6 588 sabiam ler e escrever: 3 765 do sexo masculino e 2 823 do feminino.

Ensino — O total de unidades de ensino primário fundamental comum no município em 1956 foi de 72, nas quais foram matriculados 4 771 alunos. São 3 os estabelecimentos de ensino extraprimário existentes na cidade: o Ginásio Estadual de Apucarana, a Escola Normal Secundária Ovídio Drecoly e a Escola Normal Regional de Apucarana.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — No município funcionam dois cinemas: o Cine Ópera, na cidade, com 1 500 lugares, cujo movimento em 1956 somou 453 projeções cinematográficas, com 373 325 espectadores, e o Cine Pirapó, na vila de Pirapó, com 100 lugares. Como veículo de cultura, a cidade conta ainda com uma estação radioemissora (Rádio Difusora Apucarana, prefixo ZYP-8, freqüência de 1 180 quilociclos). Há, na cidade, duas livrarias e 2 periódicos (um semanal e um diário).

FINANÇAS PÚBLICAS —

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950......	9 093	16 360	4 322	3 467	3 615
1951......	16 848	21 300	6 915	4 500	7 756
1952......	24 406	26 306	10 384	6 566	10 711
1953......	33 544	31 416	10 390	5 871	11 380
1954......	30 815	28 739	7 944	5 408	7 431
1955......	45 680	47 075	9 549	4 481	10 510
1956 (1)...	21 973	53 871	15 580	7 433	15 112

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E EFEMÉRIDES — O município realiza duas grandes festas. Uma, puramente religiosa, é levada a efeito no dia 5 de dezembro, em honra de Nossa Senhora de Lourdes, padroeira local, e se reveste de invulgar brilhantismo, com a presença de tôda a população do município. Outra, belíssima parada de civismo, tem lugar a 28 de janeiro, dia do município.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — É de origem "caingangue" o nome da cidade e município, que poderá ser assim decomposto: APÓ (a base) + CAARÃ (semelhante a floresta) + ANÃ (imensa), que dará: "a base semelhante à floresta imensa". Seus habitantes locais são chamados apucaranenses.

Apucarana é comarca judiciária de 3.ª entrância formada pelos distritos de Apucarana, Cambira, Pirapó, Catugi e Rio Bom. Conta com um Juiz de Distrito, um Promotor Público, 1 Promotor Substituto, 5 Oficiais do Registro Civil, 6 Tabeliães e escrivães do Juízo, 1 Cartório do Registro de Imóveis, 1 Cartório de Títulos e Documentos e 1 Distribuidor Público. O município é sede da Décima Secção Judiciária do Estado do Paraná, compreendendo os municípios de Araruva, Jandaia do Sul, Mandaguari e Marialva.

Os podêres municipais estão assim representados: Prefeito Municipal o Senhor Jorge Amim Maia; Vereadores os Senhores Tuany F. Coutinho, Miyeji Kogure, José Ramos de Oliveira, Maximo Leone Giavarina, José Ribeiro de Souza, José Lazaretti, Francisco M. Gomes, Cristóvão Colombo, Erotides Turek, Lázaro Rodrigues, Orestes Simião, Albino Mareze, Francisco M. dos Santos e Heitor A. Pereira.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

ARAPONGAS — PR

Mapa Municipal no 12.º Vol.

HISTÓRICO — O município de Arapongas, situado na prodigiosa região do norte do Paraná, é uma resultante da iniciativa da Companhia de Terras Norte do Paraná, hoje Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, pioneira do progresso e do desbravamento de tôda uma região. A cidade de Arapongas — como as demais idealizadas, planejadas e fundadas pela referida Companhia, não surgiu por acaso, nem foi construída sem um plano diretor, pràviamente elaborado. Seu idealizador e fundador foi William Brabason Davids, Diretor da Cia. de Terras Norte do Paraná, que, na época da fundação de Arapongas, exercia o cargo de Prefeito Municipal de Londrina.

No ano de 1935, o comerciante francês René Cellot e sua filha Jeanine Cellot compraram os primeiros lotes de terrenos, destinados à construção urbana. Assim, em 28 de setembro de 1935, René Cellot e sua filha se estabeleceram com uma casa comercial no mesmo local onde ainda hoje se encontra o edifício do Banco Brasileiro de Descontos Sociedade Anônima, na Rua das Andorinhas, esquina da Avenida Presidente Vargas. No mesmo ano foi aberto e vendido o primeiro lote agrícola ao agricultor brasileiro Floriano Freire. Imediatamente, diversos outros lavradores, de diferentes nacionalidades, fixavam residência no lugar

Igreja-Matriz Municipal

Vista parcial aérea da cidade

e se estabeleciam com casas de comércio. Entre êstes, cumpre relacionar Pedro Vicentim, italiano; João Chmerecha, ucraniano; Ângelo Navarro Saes, espanhol, e João Caldeira Alves, português. Nos anos seguintes foram povoadas as glebas destinadas às colônias formadas por imigrantes japonêses e eslavos, surgindo, assim, em 1937, as colônias Esperança e Orle, que muito contribuíram para o progresso e expansão do novo patrimônio. Arapongas continuou a fazer parte do território do município de Londrina até o ano de 1943, quando foi criado o de Rolândia, ao qual passou a pertencer, já agora como distrito judiciário, criado pela Lei n.º 199, de 30 de dezembro de 1943, que aprovou a nova divisão administrativa do Paraná, para vigorar no qüinqüênio 1943-1947. Devido à falta de transportes, o distrito crescia vagarosamente. Êsse problema ainda mais se agravou em decorrência das restrições motivadas pela segunda grande guerra. Nessas condições, até o ano de 1945, a sede distrital possuía umas 600 casas e era servida pela então Estrada de Ferro São Paulo—Paraná, que logo depois foi encampada, passando a integrar o patrimônio da Rêde de Viação Paraná—Santa Catarina. Não obstante, o povo de Arapongas continuou a lutar bravamente pelo seu progresso e bem-estar, chegando a constituir uma entidade com a designação de Sociedade dos Amigos de Arapongas, para pugnar pela sua autonomia, progresso e desenvolvimento. E foi assim que, em virtude dêsses esforços, o Govêrno estadual, pela Lei n.º 2, de 10 de outubro de 1947, criava o município de Arapongas, desmembrando-o do de Rolândia e elevando a sua sede à categoria de cidade. Àquela época, o município possuía a área total de 2 007 quilômetros quadrados e se compunha dos distritos administrativos da sede municipal, Astorga e Sabáudia. Poucos dias após a publicação da Lei n.º 2, de 10 de outubro de 1947, foi empossado no cargo de Prefeito interino o Sr. José Simonetti que permaneceu até a posse do primeiro Prefeito eleito, o Dr. Júlio Junqueira, em 9 de novembro de 1947, por uma coligação de partidos da oposição. A posse do Dr. Júlio Junqueira realizou-se trinta dias após a eleição. O primeiro Prefeito enfrentou vários problemas políticos, tendo, inclusive, cassado o seu mandato, de que se livrou através de uma hábil manobra política.

Em 16 de janeiro de 1948 foi instalada a comarca, criada pouco antes, na categoria de primeira entrância, sendo que dois anos depois foi elevada diretamente à categoria de terceira entrância. O primeiro Juiz de Direito foi o Dr. Ismael Dornelles de Freitas, e o primeiro Promotor Público o Dr. Marcolino Leite de Paula e Silva.

Em 22 de julho de 1951 foi eleito Prefeito Municipal o Sr. João Cernicchiaro que, como seu antecessor, lutou com graves problemas de ordem política. Mesmo assim, Arapongas continuou progredindo. Nesse período foi iniciado o calçamento dos logradouros da cidade; construído o conjunto do Paço Municipal; abertas diversas rodovias e criadas numerosas escolas municipais.

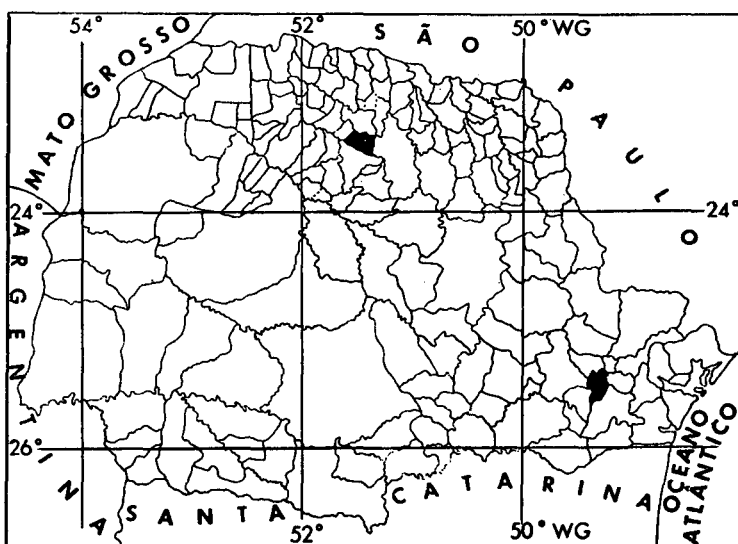
Por duas vêzes teve João Cernicchiaro decretada a cassação do seu mandato, e por duas vêzes dois Presidentes da Câmara Municipal tentaram assumir as funções de Prefeito Municipal, sòmente não o conseguindo devido à intrepidez e à bravura do Prefeito que resistiu até pela fôrça às manobras da Câmara Municipal. Finalmente, recorrendo à instância superior, João Cernicchiaro teve ganho de causa, continuando no poder até o fim do seu mandato.

Em 1952 Arapongas perdeu o território do distrito de Astorga, que foi desmembrado e transformado em muni-

Agência dos Correios e Telégrafos

cípio autônomo. A medida posta em prática pelo Govêrno do Estado não teve boa repercussão, tanto assim que dos vinte vereadores com assento na Câmara Municipal, cinco renunciaram ao seu mandato, em sinal de protesto. Em 1954 novo desmembramento sofreu o município de Arapongas, com a criação do de Sabáudia, território do antigo distrito do mesmo nome. Com mais essa perda, a comuna ficou reduzida à área do distrito da sede municipal.

Arapongas, nos últimos anos, sofreu grande impulso por parte dos administradores e a cidade, principalmente, tem progredido extraordinàriamente, estando colocada entre os maiores e mais importantes centros urbanos do norte do Paraná.

LOCALIZAÇÃO — O município acha-se situado ao norte do Estado e compreendido na Zona Fisiográfica do Ivaí. Limita-se com os municípios vizinhos de Rolândia, Cambé, Londrina, Apucarana e Sabáudia. A sede municipal, cidade de Arapongas, dista de Curitiba 452 quilômetros por estrada de rodagem e a sua posição geográfica é 23° 25' de latitude Sul e 51° 26' de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 816 metros na sede municipal.

CLIMA — Arapongas está situada na Zona Climatológica do Norte do Paraná. Seu clima é quente e saudável. Ameno durante o inverno, quente e abafante no verão. Em ambas as estações, chuvas abundantes são freqüentes. As temperaturas médias observadas, durante o ano, são: 32°C para as máximas, 12°C para as mínimas e 27°C para a compensada.

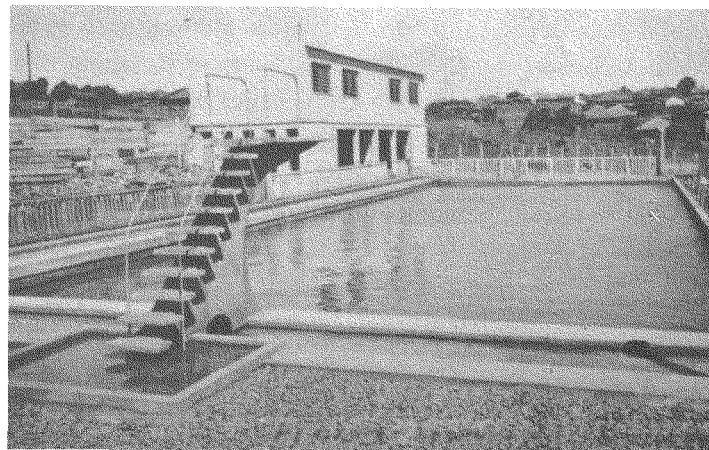
ÁREA — Corresponde a 332 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os rios Pirapó e Bandeirantes do Norte e a cachoeira Pirapó são os principais acidentes geográficos do município.

RIQUEZAS NATURAIS — A argila e algumas pedreiras constituem as principais riquezas naturais do município.

POPULAÇÃO — O atual território municipal de Arapongas contava, por ocasião do Recenseamento Geral de 1950, 58 488 habitantes, 30 862 homens e 27 626 mulheres. Segundo a *côr*: 48 427 brancos, 2 502 pretos, 4 350 pardos e 3 122 amarelos. Segundo o *estado civil* (15 e mais anos): 9 601 solteiros, 20 450 casados, 1 199 viúvos e 10 desquitados. Segundo a *nacionalidade*: 3 457 estrangeiros, 222 brasileiros naturalizados e o restante brasileiros natos. Segundo a *religião*: católicos apostólicos romanos: 51 837 e de outras religiões 6 651.

Aglomerações urbanas — Em Arapongas apenas a aglomeração urbana da sede municipal existe, com uma população de 11 645 habitantes, isto segundo os resultados censitários de 1950, da qual 5 880 homens e 5 765 mulheres. A população estava assim distribuída: *quadro urbano* — 4 494 habitantes, sendo 2 256 homens e 2 238 mulheres; *quadro suburbano* — 7 151, com 3 624 homens e 3 527 mulheres. Estima-se, atualmente, a população da cidade de Arapongas em 16 500 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município de Arapongas, pela sua localização privilegiada e excelente qualidade de suas terras roxas, pode ser considerado como o maior produtor de café do Estado e por que não dizer do Brasil. A exportação da rubiácea, fundamental atividade econômica local, em 1955 ultrapassou os 800 000 sacos, sendo que naquele ano produziu cêrca de 400 000 sacos. Em 1956 com o café remanescente de 1955 sua exportação atingiu a soma de Cr$ 214 943 475,00. De seus produtos agrícolas merecem citação ainda o arroz, cuja produção em 1956 alcançou a cifra de Cr$ 18 900 000,00; o feijão, com Cr$ 17 600 000,00; o milho, com Cr$ 13 000 000,00. O valor total da exportação interestadual de sua produção agrícola em 1956 apresentou a apreciável soma de .... Cr$ 394 573 766,00. Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 381 estão ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura".

Piscina Municipal

A atividade industrial do município é exercida pelos seus 30 estabelecimentos (com mais de 5 operários) e valia, em 1955, 1 bilhão e 300 milhões de cruzeiros; os principais ramos compreendem o beneficiamento de produtos agrícolas e a extração de madeiras de lei em segundo plano.

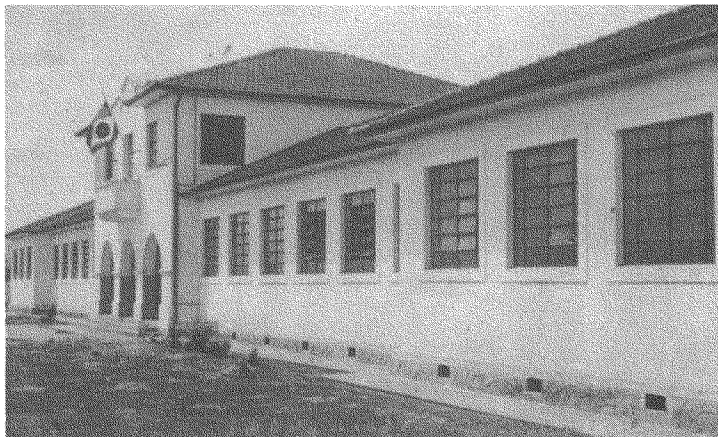
COMÉRCIO E BANCOS — O desenvolvimento comercial cada vez mais crescente é atestado pelo fato de, sendo município com pouco mais de vinte anos, possuir 18 estabelecimentos bancários, sendo uma matriz e 17 agências, bem como 60 estabelecimentos atacadistas e 843 varejistas. São as seguintes as principais localidades com que o comércio local mantém transações: São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Paranaguá, Santos, Londrina, Rolândia, Apucarana, Astorga e Maringá.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O principal meio de transporte utilizado pelo município é o ferroviário da R.V.P.S.C. (Rêde Viação Paraná—Santa Catarina). A comuna é também servida por transporte aéreo, feito pela emprêsa Real-Aerovias S.A., relevando o fato de possuir a sede municipal excelente aeroporto com duas pistas de aterrissagem, dotado do pôsto meteorológico, radiofarol e radiotelegrafia. Há ainda serviço de táxis-aéreos pertencentes a particulares.

Como meios de comunicação, tem a cidade o serviço telegráfico da agência do Departamento dos Correios e Telégrafos, bem como o da Rêde Viação Paraná—Santa Catarina.

Tábuas itinerantes —

ESPECIFICAÇÃO	DISTÂNCIA (km)	VIA DE TRANSPORTE	OBSERVAÇÕES
Municípios limítrofes			
Rolândia	14	Ferroviário	R.V.P.S C
Rolândia	14	Rodoviário	—
Cambé	32	Ferroviário	R.V.P.S.C.
Cambé	32	Rodoviário	—
Londrina	42	Ferroviário	R.V.P.S.C.
Londrina	42	Rodoviário	—
Sabáudia	16	Rodoviário	—
Astorga	32	Rodoviário	—
Mandaguari	34	Rodoviário	—
Capital Estadual	790	Ferroviário	R.V.P.S.C.
Capital Estadual	452	Rodoviário	—
Capital Estadual	315	Aéreo	Real-Aerovias S.A.
Capital Federal	1 171	Ferroviários	R.V.P.S.C.
Capital Federal	841	Aéreo	Real-Aerovias S.A.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Arapongas possui cêrca de 16 500 habitantes. Bem edificada, é uma das maiores cidades do setentrião paranaense com longas e belas avenidas, ruas pavimentadas com asfalto e paralelepípedos.

Grupo Escolar Municipal

Prefeitura Municipal

Há na cidade 118 logradouros públicos: 3 avenidas, 88 ruas, 20 becos e travessas e 7 praças, dos quais 8 revestidos com pavimentação asfáltica, duas praças com paralelepípedos e os demais com macadame. A área pavimentada é de 118 230 metros quadrados: alfalto — 85 430 metros quadrados; paralelepípedos — 5 000; macadame — 127 800. O número de edificações ascende a mais de 3 900. Inúmeros são os edifícios de grandes estruturas e de belezas arquitetônicas. Cidade moderna e bela, possui possante movimento comercial e industrial, cêrca de 15 hotéis, 10 pensões, 12 restaurantes, 14 farmácias, etc. Durante o ano de 1956 foram matriculados na Prefeitura Municipal 1 841 veículos motorizados: 334 automóveis, 1 316 caminhões e 191 de outros tipos.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A população de Arapongas conta com largos recursos no campo da assistência médico-sanitária: 16 médicos, 21 dentistas e 8 farmacêuticos No setor da assistência médica em geral, a população é atendida pelo Hospital São José, entidade particular, com 29 leitos; pelo Hospital e Maternidade Nossa Senhora de Lourdes, também particular, com 13 leitos; pelas Casas de Saúde Santa Rita e Santa Tereza, ainda de propriedade particular, a primeira com 9 e a segunda com 44 leitos, e pelos Postos de Puericultura e de Higiene, ambos mantidos pelo Govêrno Estadual, sendo o primeiro em cooperação com o do município. Na cidade funcionam 8 farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — As seis unidades de saúde referidas no item precedente prestam, também, assistência social ao povo araponguense.

O Banco Agrícola Norte do Paraná (Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada) congrega 951 associados agricultores e comerciantes a quem concede, entre outras vantagens, crédito agrícola e comercial.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 acusou a existência de 46 926 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 20 813 sabiam ler e escrever. Dêsse total, 13 165 eram homens e 7 648 mulheres. Na sede municipal, das 9 423 pessoas de 5 anos e mais 6 148 sabiam ler e escrever, sendo 3 548 homens e 2 600 mulheres.

Ensino — Em 1956 funcionaram na cidade e no resto do município 40 unidades de ensino primário fundamental comum com a matrícula de 4 488 alunos. Existem na cidade 3 estabelecimentos de ensino extraprimário: a Escola

Foro Municipal

Técnica de Comércio de Arapongas, o Ginásio Estadual, com Escola Normal Secundária anexa, e o Instituto Educacional Evangélico.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Funcionam na cidade os seguintes cinemas: Cine Brasil, com 550 lugares, Cine Santa Lúcia, com 1 800 lugares e Cine Mauá, com 1 582 lugares. O movimento geral atingido por essas casas de diversões em 1956 foi de 899 sessões cinematográficas e 5 espetáculos teatrais, aos quais acorreram 49 749 espectadores. O futebol é praticado por 4 clubes da cidade, que disputam entre si torneios de classificação, arrastando aos campos de esporte respectivos milhares de aficionados durante todo o desenrolar das partidas. Estas entidades promovem periòdicamente a visita de clubes de outros municípios, notadamente da Capital do Estado. Na cidade editam-se 2 órgãos de periodicidade semanal: "A Cidade de Arapongas" e "A Comarca", e 1 mensário (Atos Oficiais) de responsabilidade do município. Arapongas é dotada de uma estação radioemissora, a Rádio Arapongas Limitada, freqüência de 1 480 quilociclos, prefixo ZYS-23.

FINANÇAS PÚBLICAS —

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950......	—	18 831	3 670	2 895	4 259
1951......	—	26 849	5 187	3 865	5 403
1952......	—	34 070	6 665	5 426	5 844
1953......	—	39 249	8 674	8 181	6 632
1954......	15 972	34 777	9 840	7 947	8 709
1955......	17 600	69 734	15 561	8 387	9 093
1956......	16 600	76 251	13 995	7 701	18 345

1957: Orçamento municipal — Cr$ 20 000 000,00.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Em 1942 foi fundada a Paróquia de Nossa Senhora Aparecida, padroeira do município; é a esta Santa que a população dedica os maiores e mais animados festejos religiosos durante o ano. Festa imponente, atrai à sede municipal a quase totalidade dos habitantes, durante 9 dias, bem assim elevado número de pessoas de outras comunas vizinhas. As festas de Natal, Ano Novo e São João são também comemoradas, não faltando os folguedos típicos, segundo o costume brasileiro. O carnaval vai ganhando expressão e durante o seu período é grande o número de foliões que se entregam às orgias momescas.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — As pessoas nascidas no município recebem o nome de araponguenses. A denominação de Arapongas dada à cidade pelos seus fundadores inglêses representa uma homenagem ao Brasil. Araponga é um pássaro que existe em grande quantidade na região. "É uma ave da família dos Cotingídeos — *Chasmarhynous Nudicollins* —, também conhecida pela denominação vulgar de "ferreiro", "ferrador", "guiraponga" notável pelo som metálico e estridente do seu canto."

O município é sede de comarca de 3.ª entrância e conta com 5 cartórios, inclusive dois tabelionatos.

As principais autoridades de Arapongas: Dr. Marino Bueno Brandão Braga — Juiz de Direito; Dr. Ulisses Montanha Teixeira — Promotor Público; Colombino Grassano — Prefeito Municipal (PSD); Vereadores: Wilson Junqueira (PSD); Júlio Junqueira (PSD); Sadão Yokomiso (PSD); Enio Corrêa Rotuno (PTB); Otaviano Constante Fiori (PTB); Antônio Garcez Novais (PRP); João Tenório Sobrinho (PSD); José Antônio de Oliveira (PRP-PR-UDN); Katumi Tanaka (PTB); João Rodrigues Venegas (PTB); Waldemar Moreno (PTB); Sérgio Vilhena Moraes (PDC); Manoel Linham (PSP); Antônio Moreno Lopes (PSD).

Juntamente com Londrina e Maringá, é Arapongas uma das comunas mais importantes da região norte do Paraná, famosa pela exuberância de suas terras roxas, especiais para a cultura do café.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

ARAPOTI — PR

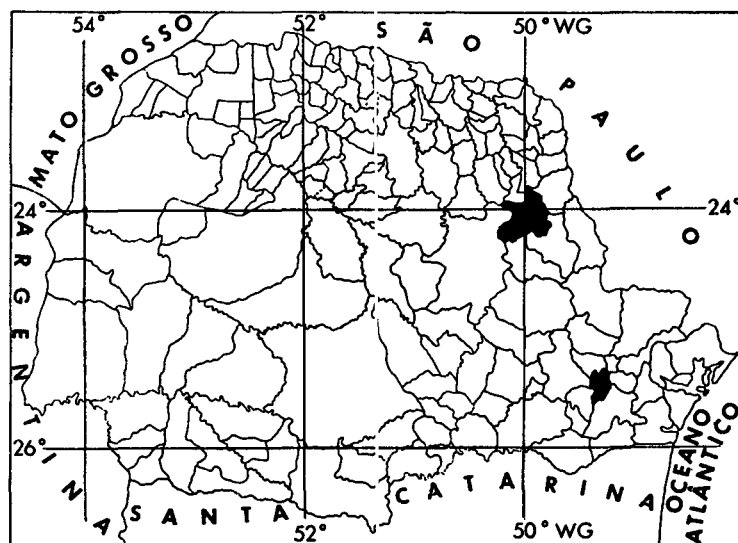
Mapa Municipal no 11.º Vol.

HISTÓRICO — A história de Arapoti está estreitamente ligada à de Jaguariaíva, de cujo território foi desmembrado em 1954. Não se conhecem dados mais positivos sôbre as primeiras penetrações, podendo-se no entanto afirmar que os fundadores de Jaguariaíva também o foram de Arapoti. Segundo uns, havia antigamente no local onde hoje se ergue a sede do município uma fazenda de criação chamada Cachoeirinha, que foi sendo povoada aos poucos até alcançar os foros de vila, principalmente quando do advento da estrada de ferro Rêde Viação Paraná—Santa Catarina, que avançava para a região, indo fazer junção mais adiante, em

Igreja de São João

Jaguariaíva, com a Estrada de Ferro São Paulo—Rio Grande. Obedecendo à tendência natural de desenvolvimento decorrente das facilidades de comunicação, a vila de Cachoeirinha alastrou-se ràpidamente em redor da nova estação ferroviária, adquirindo em pouco tempo os requisitos necessários para a sua elevação à categoria de cidade.

Puseram-se então em campo os habitantes de Cachoeirinha e conseguiram que o distrito fôsse elevado a município, desmembrando-se de Jaguariaíva. Ao adquirir a sua autonomia administrativa, pela Lei n.º 253, de 26 de novembro de 1954, passou a denominar-se Arapoti, sendo o seu território formado com o distrito da sede e o de Calógeras. A instalação do novel município ocorreu um ano depois de sua criação, isto é, a 14 de novembro de 1955 .

LOCALIZAÇÃO — Arapoti situa-se numa colina cercada de campos e pastagens naturais, na Zona Fisiográfica dos Campos Gerais. Limita-se com os municípios de Jaguariaíva, Piraí do Sul, Tibagi, Ibaiti, Pinhalão, Tomazina e Venceslau Braz. Possui a cidade as seguintes coordenadas geográficas: 25° 15' 50" de latitude Sul e 50° 43' 24" de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

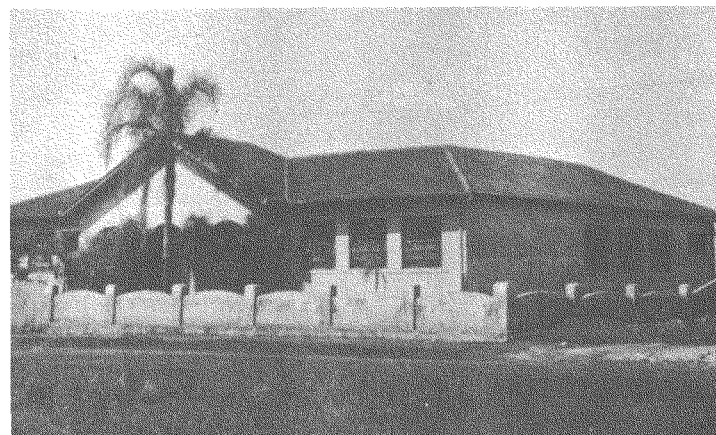
ALTITUDE — É de 872 metros na sede municipal.

CLIMA — O clima do município é salubre e agradável, chovendo comumente no período de abril a dezembro.

ÁREA — A área do município corresponde a 1 365 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O rio Cinzas é o principal acidente geográfico do município, em cujo curso situam-se as cachoeiras do rio Cinzas, com 18 metros de altura e potência calculada de 1 400 H.P., e do rio Cachoeirinha, com 8,5 metros de altura e potência calculada de 800 H.P. Essas quedas dágua são aproveitadas pela Indústria Brasileira de Papel S. A., a maior do município e tida, no ramo industrial, como uma das mais importantes da América do Sul.

RIQUEZAS NATURAIS — Abundam ainda no território de Arapoti, apesar da grande devastação por que têm passado as suas reservas florestais, o pinho, a peroba, a imbuia e o cedro, representando, condignamente, as riquezas vegetais.

No reino animal encontram-se aves silvestres como nhambu, jacu, codorna, perdiz, macuco, periquito, etc.; animais de pêlo: capivara, veado-branco, veado-pardo, virá, lontra, paca, cutia, caititu, etc.; peixes: bagre, piratininga, mandi, campineiro, lambari e muitas outras espécies.

Grupo Escolar Telêmaco Carneiro

No reino mineral existe uma fonte de água sulfurosa, em exploração, produzindo até 2 000 litros cada 24 horas. O terreno é de consistência argilosa, prestando-se òtimamente ao fabrico de telhas e tijolos.

POPULAÇÃO — Arapoti foi criado em 1954, portanto, depois do Recenseamento Geral de 1950. Todavia, como distrito que era, ficou conhecida a sua população que vai aqui registrada juntamente com a do distrito de Calógeras, que hoje lhe pertence, num total de 11 192 pessoas, sendo 5 729 homens e 5 463 mulheres. A sede do atual município contava com 734 pessoas, sendo 370 homens e 364 mulheres. A densidade demográfica era de 9 habitantes por quilômetro quadrado, e 92% da população localizavam-se no quadro rural.

Aglomerações urbanas — Cidade de Arapoti com 734 habitantes (370 homens e 364 mulheres); vila de Calógeras com 166 pessoas (83 homens e 83 mulheres); povoado da Fábrica de Papel, também chamado Rio do Peixe, com cêrca de 2 000 pessoas e o povoado Cerrado das Cinzas com menos de 100 habitantes. Êste último já teve sua época de grandeza, tendo sido, inclusive, sede distrital, pela Lei número 7, de 8 de outubro de 1906. Esta categoria foi mais tarde transferida ao povoado de Cachoeirinha, hoje Arapoti.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A base econômica do município é, ao mesmo tempo, a agricultura e a pecuária. Na primeira destacam-se, pela ordem decrescente, o milho, o feijão, o arroz, o trigo, a batatinha, a mandioca, o algodão e a batata-doce. Na segunda, a criação de gado bovino e suíno merece cuidado especial dos pecuaristas, que aos poucos vão introduzindo nos seus rebanhos o benefício da seleção de raças. A indústria contribui com apreciável parcela para a riqueza municipal. Veja-se por exemplo a Fábrica de Papel e Papelão, em cujas adjacências residem nada menos de 2 000 pessoas, em sua maioria operários. Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 51% ocupavam-se no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura".

COMÉRCIO — O comércio no município gravita em tôrno de 16 casas do ramo varejista. Importa Arapoti, das cidades de São Paulo, Curitiba, Ponta Grossa e Jaguariaíva, os produtos de que carece, tais como tecidos, chapéus, calçados, roupas feitas, ferragens, louças, açúcar, material elétrico, massas alimentícias, etc.

Vista parcial da Rua Moisés Lupion

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido pela Rêde Viação Paraná—Santa Catarina. Acha-se distante da capital do Estado 225 km por estrada de rodagem e 365 km por ferrovia. A ligação com a capital Federal é feita num percurso de 843 km (rodovia) e 1 008 km (ferrovia). Dista dos municípios limítrofes de Jaguariaíva, 20 km (rodovia) e 28 km (ferrovia); de Piraí do Sul, via Jaguariaíva, 55 km (rodovia) e 86 km (ferrovia); de Venceslau Braz, 38 km (rodovia) e 42 km (ferrovia); de Tomazina, via Venceslau Braz, 66 km (rodovia) e 73 km (ferrovia); de Pinhalão, via Venceslau Braz e Tomazina, 81 km (rodovia) e 93 km (ferrovia); de Ibaiti, via Venceslau Braz, Tomazina e Pinhalão, 102 km (rodovia) e 118 km (ferrovia) de Tibagi 130 km (rodovia).

A sede municipal é servida por linhas regulares de ônibus procedentes das cidades vizinhas. As comunicações telegráficas e telefônicas são feitas com a cidade de Arapoti, por intermédio da estação ferroviária da Rêde Viação Paraná—Santa Catarina e pela Companhia Telefônica Paranaense, respectivamente. De propriedade do Departamento Nacional dos Correios e Telégrafos, funciona na cidade uma agência Postal de 4.ª classe.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Arapoti contava, pelo Censo de 1950, com 734 habitantes. É servida de energia elétrica, com 90 ligações domiciliares. Pertencente à Companhia Telefônica Paranaense, existe uma pequena rêde telefônica com 14 aparelhos instalados. Os poucos logradouros públicos são revestidos de terra melhorada.

Os edifícios mais importantes são os da Prefeitura Municipal e dos escritórios da Indústria Brasileira de Papel S. A.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A população tem assistência médico-sanitária por intermédio de 1 dentista e de 1 farmacêutico. Na sede municipal acha-se instalada uma farmácia.

ALFABETIZAÇÃO — Pelo Recenseamento Geral de 1950, verificou-se que das 629 pessoas de 5 anos e mais presentes na sede do município, 409 (240 homens e 169 mulheres) sabiam ler e escrever.

Ensino — Em 1956 funcionaram no município 20 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, com 885 alunos matriculados.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existem no município 2 clubes desportivos culturais que praticam o futebol como entretenimento.

FINANÇAS PÚBLICAS — Tendo sido o município instalado em novembro de 1955, sòmente a partir de 1956 aparecem suas finanças, nos índices financeiros de âmbito municipal e estadual, como abaixo se vê, já que foi totalmente impossível ser conseguida a arrecadação federal.

ANO	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)			DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Estadual	Municipal		
		Total	Tributária	
1956	4 383	857	223	786

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — São dedicados a São João, padroeiro do município, imponentes festejos, anualmente realizados nos dias 15 a 24 de junho. De tôdas as localidades do município e mesmo de diversas cidades vizinhas, afluem a estas festividades milhares de pessoas que manifestam sua veneração e exteriorizam seus sentimentos religiosos ao santo, que é, na ocasião, homenageado pela peculiaridade de ser, também, o patrono das tradicionais festas juninas. O dia 19 de março, dedicado a São José, é festejado também, embora com menor intensidade, no distrito de Calógeras. Tradicionalmente, são comemorados no município o período pascal e a festa de Natal (25 de dezembro).

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — No município acha-se localizada uma fonte hidromineral ao lado de um hotel, ambos denominados "Lambedor". Esta fonte vem sendo explorada e tem sido, além de objetivo de turismo, motivo de freqüentes e sucessivas visitas, às vêzes transformadas em longas temporadas, por pessoas que aí chegam atraídas pelas qualidades terapêuticas de que é dotada a sua água, notadamente o alto teor de sulfurosidade, elemento êste largamente empregado no tratamento das doenças da pele.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os filhos do município são chamados arapotienses. O primeiro Prefeito a eleger-se para reger os destinos da recém-criada comuna foi o Sr. Rubens Guasque, e que se encontra atualmente à frente da municipalidade.

A Câmara Legislativa, primeira a atual, é constituída dos seguintes vereadores: José Carlos Costa — PSD; Armênio Carneiro Lobo — PSD; Antônio J. da Silva Pinto —

Delegacia e Cadeia

PSD; Hildo Binatto — PSD; Orlando Pinto Mendes — PSD; Metrofan Bachechen — PSD; Alderico Moreira Castilho — UDN; José Dias — UDN; Eulálio Loureiro Delgado — PSD.

A formação judiciária do município compreende 3 juízes de paz e 1 tabelião abrangendo todos os ofícios, em cada distrito.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

ARARUNA — PR

Mapa Municipal no 13.º Vol.

HISTÓRICO — Até o ano de 1947, quando foi fundado o município de Campo Mourão, a região do noroeste do Paraná era formada apenas pelos municípios de Guarapuava e Pitanga, com o povoamento de Campo Mourão, iniciado muitos anos antes de sua elevação a município, e a colonização de uma das maiores e mais ricas regiões da hinterlândia paranaense. Peabiru foi a segunda comunidade a ser criada na zona do noroeste, por desmembramento de Campo Mourão. A região, apesar de ser conhecida pelos espanhóis, logo após o descobrimento do Brasil, onde os Padres Jesuítas fundaram e mantiveram, por muitos anos, as célebres "reduções", era ainda quase totalmente desconhecida, servindo de habitat aos aborígines, principalmente da grande tribo caigangue, de que ainda existem alguns remanescentes.

Primitivamente foi Araruna conhecida pela denominação de Caminho de Peabiru que, segundo Romário Martins, era uma via de comunicação pré-colombiana a se estender por mais de duzentas léguas, da costa de São Vicente ao Rio Paraná, atravessando os rios Tibagi, Ivaí e Piquiri, por onde os povos indígenas se comunicavam com o mar e com as regiões mais distantes do ocidente. Os bandeirantes utilizavam-se do caminho de Peabiru em tôdas as direções da linha tronco e dos seus ramais. As viagens eram feitas pelo itinerário de São Vicente, Piratininga, Sorocaba, Botucatu, Tibagi, Ivaí e Piquiri, ou, ainda, pelo Tietê, atravessando o Paranapanema, nas proximidades da foz do Pirapó, subindo pela margem dêste em direção ao rio Ivaí até Campo Mourão. Por êsse caminho transitaram, no século XVI, numerosas pessoas e expedições. Cabeza de Vaca e seu séquito militar, em 1541, passou por ali, quando em viagem para Assunção, no Paraguai. Em 1549, Johan Ferdinando, vindo de Assunção com destino a Santa Catarina, também seguiu o mesmo roteiro. Os companheiros de Hans Staden, em 1551, cruzaram o caminho de Peabiru; Ullrich Schmidel, em 1553, vindo do Paraguai para São Vicente o Padre Leonardo Nunes, Pedro Correia, João de Souza, Juan de Salazar e Espinosa, Cipriano de Goes e Ruy Diaz Melgarejo, êste último, governador de Vila Rica do Espírito Santo, cidade fundada pelos espanhóis em pleno sertão do planalto oeste do Paraná, pouco depois do descobrimento do Brasil, e muitos outros, atravessaram o território paranaense, pelo antigo caminho de Peabiru. Citem-se, ainda, Diogo Nunes, na sua viagem ao Paraguai e ao Peru, Braz Cubas e Luiz Martins, que em 1562 varam trezentas léguas de sertão. Tudo isso antes ou pouco depois de haver Tomé de Souza mandado obstruir, em 1552, o caminho que, da costa de Santa Catarina, ia atingir o rio da Prata e que era um dos ramos da linha tronco de Peabiru.

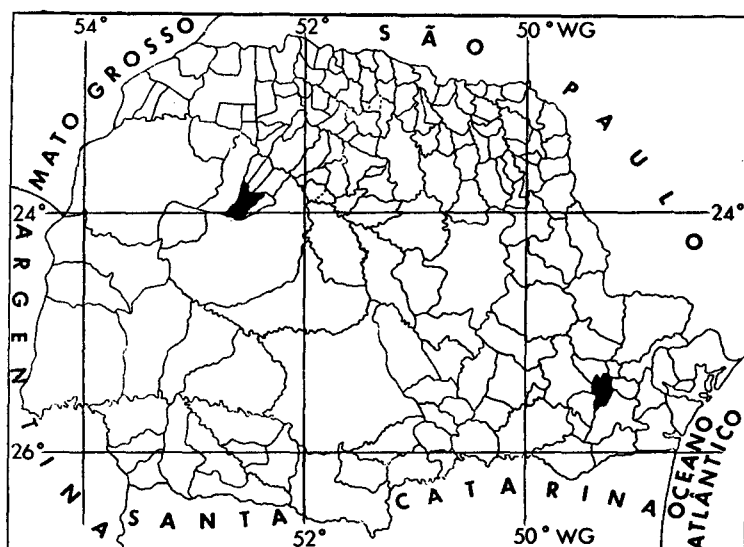
Após a entrada dos Jesuítas no território de Guaíra, o caminho de Peabiru foi dado como sendo percorrido por São Tomé, na sua peregrinação através da América, motivo por que passou a denominar-se Caminho de São Tomé. À margem dêsse caminho histórico, na região em que outrora se constituiu o território imenso e desconhecido da província paraguaia de Guaira, nos altiplanos do sertão paranaense, próximo às ruinas das ex-cidades espanholas conhecidas pelas denominações de Vila Rica do Espírito Santo e Ciudad Real del Guaira, destruídas no século XVII pelos bandeirantes paulistas, surgiu um pequeno povoado, que deu origem à atual cidade de Araruna. Naquela época já existia o município de Peabiru, desmembrado do de Campo Mourão, e Araruna formou-se em pleno território comunal de Peabiru, de onde seria desmembrado mais tarde, para se transformar em município autônomo.

Paulo Toledo, João Antonio Rodrigues, José Ribeiro, Ernesto Martins Tavares, João Martins Tavares, Sebastião Inácio de Faria, José Maria de Faria e Joaquim Emidio de Faria foram os primeiros habitantes da localidade. Êstes pioneiros, acompanhados das suas respectivas famílias, se estabeleceram à margem da Estrada da Boiadeira que conduzia para o Pôrto São José e para o Estado de Mato Grosso, e que era um caminho vicinal da antiga, histórica e pequena Estrada de São Tomé. Isto foi mais ou menos em 1948. Estabeleceram-se no alto de uma colina, iniciando, imediatamente, a derrubada da floresta, para a cultura dos cereais próprios da região.

Observando a Inspetoria de Terras, do Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Estado, que o povoado estava progredindo e que devia ter a sua obra de urbanização coadjuvada pelo poder público, resolveu incluir no seu plano de urbanização das cidades do interior a nascente povoação de Araruna, cuja denominação foi dada pelo Sr. Sady Silva, funcionário daquele Departamento, em 1951. Já no ano seguinte a cidade apresentava grande progresso. Colonos procedentes de diversas Unidades da Federação começaram a chegar ali, através de Guarapuava, Pitanga, Maringá e Campo Mourão, aumentando, extraordinàriamente, as suas atividades. Iniciou-se a cultura do café, do algodão, do arroz e de todos os produtos agrícolas propícios ao clima local, em alta escala. Em 1952 a cidade contava uma população estimada em 2 000 habitantes e a zona rural, 16 000 pessoas.

Foi Araruna elevada a distrito, e a sua sede, à categoria de vila, em 1952, como unidade administrativa de Peabiru. Em 1954, pela Lei n.º 253, de 26 de novembro, passou à categoria de município, sendo instalado em 18 de novembro de 1955.

LOCALIZAÇÃO — O município situa-se ao Norte do Estado e está compreendido na Zona Fisiográfica do Ivaí. Limita-se com Campo Mourão, Peabiru, Engenheiro Beltrão, Terra Boa, Jussara e Cianorte. A sede municipal, cidade de Arararuna, dista 598 km de Curitiba e sua posição geo-

gráfica é de 23° 54' de latitude Sul e 52° 30' de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede do município está a 660 metros de altitude.

CLIMA — O clima de Araruna é quente e saudável, na primavera e verão. Fresco e agradável no outono e inverno. As temperaturas médias observadas, anualmente, foram: 38°C para as máximas, 12°C para as mínimas e 25°C para a compensada.

ÁREA — Corresponde a 497 quilômetros quadrados.

RIQUEZAS NATURAIS — A principal riqueza natural do município vem a ser madeira em geral, extraída de suas matas.

POPULAÇÃO — O atual território municipal de Araruna, na época das operações censitárias de 1950, fazia parte da comuna de Campo Mourão, da qual era um simples povoado, contudo, em crescente evolução. Localizado em plena zona cafeeira, Araruna teve ràpido desenvolvimento, hoje abrigando em seu território, um dos menores do Estado, cêrca de 5 000 habitantes.

Aglomerações urbanas — Duas aglomerações urbanas existem no município de Araruna: a dêste nome e a de São Vicente.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Na agricultura se funda a economia do município. Em suas terras férteis, o cultivo do café está em primeiro plano, com uma produção estimada em Cr$ 49 400 000,00. Seguem-lhe o arroz — Cr$ 10 000 000,00, o milho — Cr$ 3 500 000,00, e em valor menor o feijão, o trigo e a batata-inglêsa. Agricultores da região deram início a plantações experimentais de algodão, sendo bastante satisfatórios os resultados obtidos, podendo se prever para o futuro uma produção estimada em Cr$ 2 160 000,00, o que irá refletir suficientemente na economia municipal. O valor total da exportação de mercadorias em 1956 (comércio interestadual) atingiu a importância de Cr$ 4 201 095,00.

No setor industrial ainda não alcançou Araruna o destaque esperado, pois conta com pouco mais de uma dezena de estabelecimentos, entre os quais sobressaem o de beneficiamento de madeiras de lei e produtos agrícolas em geral. Dentre as firmas industriais, 7 operam com mais de 5 operários.

O cedro, a peroba e o pinho são os produtos vegetais que em maior quantidade compõem as suas reservas florestais.

A atividade pecuária é de pequena monta, não havendo exportação de gado. O município tem grandes perspectivas de aumentar sua produção cafeeira para o futuro, pois suas terras podem ser apontadas como das melhores da região, e se encontram, ainda, em grande parte, quase inexploradas.

COMÉRCIO E BANCOS — Dado o fato de ser um município de criação recente (1954), possui apenas uma Agência Bancária. Seus 31 estabelecimentos varejistas representam o comércio local. Acham-se em funcionamento 3 farmácias, 1 hotel e 3 pensões. Os principais mercados com que o comércio local mantém transações são: Campo Mourão, Peabiru, Apucarana, Maringá e Londrina, no Paraná, e vários municípios paulistas. Por ser comuna essencialmente agrícola, Araruna importa para seu consumo quase tôdas as mercadorias, de que não possui produção própria.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O único meio de transporte que serve Araruna é o rodoviário que liga a sede municipal às cidades de Campo Mourão (22 km), Peabiru (19 km), Terra Boa (26 km), Cianorte (48 km), Cruzeiro do Oeste (72 km) e Goio Erê (90 km).

O transporte coletivo é efetuado por ônibus intermunicipais que se dirigem diàriamente a todos os municípios limítrofes. O transporte de mercadorias faz-se através de caminhões de carga.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Araruna possui, aproximadamente, uma população de 2 100 habitantes, cortada por logradouros bem traçados e com número apreciável de edificações. Conta a cidade com 1 bem montado hotel, 3 pensões, 3 farmácias e bares diversos. No ano de 1956, foram registrados, na Prefeitura Municipal, 35 veículos motorizados — 8 automóveis e 27 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Encontra-se na cidade prestando assistência médica à população 2 dentistas e 3 farmacêuticos. A assistência médica em geral é prestada, também, por êsses profissionais.

Ensino — Em 1956 funcionaram no município 12 unidades de ensino primário fundamental comum, com a matrícula de 675 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — O Clube Recreativo de Araruna mantém uma biblioteca com cêrca de 240 volumes, privativa de seus associados e membros de suas famílias. Funciona na cidade o Cine Avenida, com 100 lugares. Em 1956, levou a efeito 147 exibições cinematográficas, às quais afluíram 5 229 espectadores.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1956......	—	—	2 120	572	2 485,5

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — As principais manifestações populares são de cunho religioso. A população promove durante o mês de junho uma bonita festa em honra a Santo Antônio, padroeiro do município. A Páscoa e o Natal merecem também atenção especial dos Araruenses, sendo festejados com demonstração de fé e muito brilhantismo.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — As pessoas nascidas no município bem como as que lá convivem recebem a designação genérica de araruenses. O nome Araruna foi dado à cidade pelo então Inspetor de Terras, Sadi Brito, da Inspetoria do Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Paraná (D.G.T.C.), com sede no município de Campo Mourão. Araruna é o nome de uma ave, da família das araras, de côr azul-ferrête, que vive na região, e é admirada pela sua penugem colorida.

O município ainda não foi elevado à categoria de comarca, constituindo um distrito judiciário subordinado à comarca de Peabiru. Possui um cartório do Registro Civil, com Tabelionato anexo.

A atual legislatura, isto é, a primeira com que conta o município, foi instalada em 18 de novembro de 1955. É seu atual Prefeito o Sr. Darvino Batista Guimarães. A Câmara Municipal é composta de 9 vereadores, a saber: Senhores Isidoro Dola Rosa Filho, João Borrego Barbosa, João Brunet Filho, Avelino Hauel, João Matheus Tavares, Eradides Alves Gouveia, Sebastião Alves de Oliveira, Demétrio Gazarin e Amelio Manoel da Silva.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Paraná.

ARARUVA — PR

Mapa Municipal no 12.º Vol.

HISTÓRICO — A extraordinária e fértil região do norte do Paraná foi, por muito tempo, uma espécie de nova Canaã, especialmente para grande parte dos habitantes de São Paulo e Minas Gerais. Nortistas e nordestinos, nas suas ciclópicas retiradas, fugindo sempre, ora das sêcas, ora das enchentes, também não tardaram a iniciar uma corrida para o norte do Paraná, em busca de terra, pão e trabalho. E o êxodo teve início, realizando-se um dos maiores e mais longos movimentos migratórios de tôda a história. Mais conhecido por pioneirismo, o "rush" que durante vários anos caracterizou o desbravamento e povoamento do setentrião paranaense não tardou a se transformar numa espécie de aventureirismo, como nos lendários tempos da busca do ouro, da prata e das pedras preciosas, pelos indômitos bandeirantes, através do sertão inóspito, embastecido e brutal. Foi dêsse movimento — pioneiro ou aventureiro — que resultou a destruição da floresta, a abertura de caminhos, a fundação de patrimônios e de cidades, concretizando a realidade que caracteriza o norte do Paraná de hoje.

O antigo município de Apucarana, localizado entre a fabulosa Londrina e o longínquo Pôrto São José, nos lindes de Mato Grosso, constituiu sempre um dos mais notáveis fatôres de estratificação do território, de povoamento, de civilização, a jusante da antiga estrada que, das barrancas

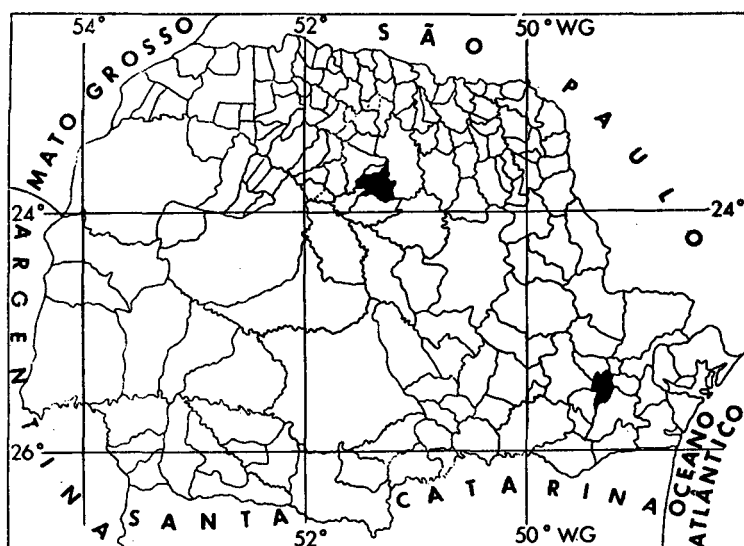
Igreja-Matriz Municipal

do rio Paranapanema, conduzia à mesopotâmia Piquiri-Ivaí ou, mais adiante, até as margens do Corumbataí, no outro oposto do Paraná.

Numerosos patrimônios surgiram na área de Apucarana e se foram transformando em cidades que, dentro em pouco, conseguiam autonomia, desintegrando-se da unidade em que tiveram origem, para se tornarem unidades autônomas e independentes, dentro da grande comunidade constituída pelo Estado do Paraná. Araruva é um dêsses exemplos. Os primeiros povoadores da localidade foram Santiago Lopes José e João Pedro Juliano, que iniciaram o desbravamento da região, lançando em pleno sertão os alicerces de uma cidade que não tardou a surgir. Ainda hoje residem em Araruva os seus fundadores, que vivem cercados do maior respeito e admiração dos seus habitantes.

A primitiva denominação da localidade foi Marilândia, que significa terra de Marília, pela qual foi conhecida desde 1932. Ignora-se o significado da denominação atual — Araruva —, para que foi mudado o primitivo nome. A cidade possui uma igreja Matriz, e a sua padroeira é Nossa Senhora das Dores. A paróquia de Araruva foi criada em 6 de agôsto de 1938.

O município foi criado pela Lei estadual n.º 790, de 14 de novembro de 1951 e instalado em dezembro de 1952. Elevado, mais tarde, à categoria de comarca, foi a mesma instalada no dia 1 de julho de 1954.

LOCALIZAÇÃO — Araruva está situado ao norte do Estado, à margem esquerda do ribeiro das Pedras, na Zona Fisiográfica do Ivaí. Limita-se com os municípios de Londrina, Ortigueira, Faxinal, Borrazópolis, Califórnia e Apucara-

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

na. A sede municipal, cidade de Araruva, dista 501 km, por estrada de rodagem, de Curitiba, e sua posição geográfica é 23° 16' de latitude Sul e 51° 18' de longitude Oeste de Greenwich.

ALTITUDE — A sede do município está a 780 metros de altitude.

CLIMA — Araruva acha-se situado na zona compreendida pelo clima quente em relação aos demais do Estado. Úmido, durante o verão, e com chuvas abundantes, no período hibernal. As temperaturas médias registradas, no ano de 1956, em graus centígrados, foram: das máximas — 33, das mínimas, 18 e compensada 25.

ÁREA — Corresponde a 748 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O território é cortado por pequenos rios e ribeiros, sendo mais importantes os rios Bom e Antas, que constituem os principais acidentes geográficos do município.

RIQUEZAS NATURAIS — A principal riqueza natural, existente no município, vem a ser madeira em geral.

POPULAÇÃO — O atual território do município de Araruva contava, por ocasião do Censo de 1950, 18 183 habitantes, inclusive a população do distrito de Rio Bom e do atual município de Califórnia.

Aglomerações urbanas — No município de Araruva estão localizadas duas aglomerações urbanas — Araruva e Rio Bom. A cidade, que durante o Censo de 1950 era sede distrital do município de Apucarana, contava uma população de 1 068 habitantes — 556 homens e 512 mulheres, assim distribuída: *quadro urbano* — 711 habitantes: 365 homens e 346 mulheres; *quadro suburbano* — 357 habitantes: 191 do sexo masculino e 166 do feminino. A vila de Rio Bom contava, também na época do Censo, 432 habitantes — 225 homens e 207 mulheres; *quadro urbano* — 155, sendo 76 homens e 79 mulheres; *quadro suburbano* — 277 (149 homens e 128 mulheres). Conta, atualmente, a cidade de Araruva 3 160 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As vigas mestras da economia de Araruva se apóiam na agricultura, pois a exuberante fertilidade de suas terras até então quase inexploradas permitem um desenvolvimento agrícola considerável e uma produção compensadora. Das culturas agrícolas, o café surge na dianteira com uma produção estimada para 1956 em Cr$ 45 000 000,00; vem em seguida o milho com Cr$ 34 125 000,00; o arroz com Cr$ 23 400 000,00 e o feijão com Cr$ 8 550 000,00. A indústria extrativa e a pecuária contribuem de maneira destacada para a economia municipal. O valor de sua exportação interestadual atingiu em 1956 a cifra de Cr$ 17 458 653,00.

O parque industrial está no início do seu desenvolvimento, tendo 9 indústrias com mais de 5 operários, em sua maioria dedicados a extração de madeiras como o pinho, o cedro e a peroba, e ao beneficiamento de cereais, sendo que a produção de madeiras em 1956 somou a importância de Cr$ 14 740 449,00.

COMÉRCIO E BANCOS — Conta Araruva com 15 estabelecimentos varejistas e uma agência bancária. Não possui estabelecimentos atacadistas, pois sua produção agrícola principal é totalmente absorvida por compradores de municípios vizinhos, com os quais mantém transação comercial freqüente: Londrina, Maringá, Apucarana, Ponta Grossa e Arapongas, todos no Paraná. Dos artigos importados de que necessita o município — quase que em sua totalidade produtos manufaturados em geral —, para atender suas necessidades, são excluídos os cereais que produz.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Está o município ligado a quase todos os seus limítrofes por estradas de rodagem. Uma estrada de ferro está em construção, a Central do Paraná, que se inicia em Ponta Grossa e finda em Apucarana, incluindo Araruva em seu traçado, onde deve ser construída uma estação ferroviária, o que virá sem dúvida trazer progresso ao município, em futuro próximo. Ônibus de emprêsas particulares servem dìariamente a Araruva, ligando-a a todos os municípios vizinhos, fazendo o transporte coletivo de seus habitantes.

Dista Araruva: de Apucarana — 32 km; de Califórnia — 14 km; de Faxinal — 44 km; de Londrina — 68 km; de Ortigueira — 82 km; e de Borrazópolis — 34 km.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Araruva possui, aproximadamente, 3 160 habitantes. Conta com 662 edificações, das quais 632 servem para fins domiciliares. É servida de energia elétrica destinada às indústrias e à iluminação pública e domiciliar, estas com 144 ligações. Conta com 39 logradouros públicos: 3 avenidas, 28 ruas, 5 largos e praças e 3 travessas. No ano de 1956 foram registrados 101 veículos motorizados — 24 automóveis e 77 caminhões. Possui a cidade comércio varejista e atacadista bem movimentado, contando, também, com diversos bares, pontos de reuniões, hotéis e pensões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O povo araruvando conta com 1 médico, 3 dentistas e 3 farmacêuticos, residentes na cidade, para a prestação de assistência médico-sanitária. Na cidade estão localizadas 3 farmácias.

O Pôsto de Higiene, mantido pelo Govêrno do Estado, presta serviços de assistência médica em geral à população.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — O Pôsto de Higiene da Secretaria de Saúde do Estado presta também serviço de assistência social. O Grêmio Esportivo e Recreativo Araruvense presta assistência social aos seus 60 associados e membros de suas respectivas famílias.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, existiam na época, na sede do então distrito de Araru-

va, 884 pessoas de 5 anos e mais, das quais 351 sabiam ler e escrever, sendo 198 homens e 153 mulheres.

Ensino — Em 1956, funcionaram no município 18 unidades de ensino primário fundamental comum, com a matrícula de 932 alunos. Existe na sede municipal um estabelecimento de ensino extraprimário, o Ginásio Estadual de Araruva.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Uma associação esportiva, com 60 associados. Dois cinemas: Cine Paroquial, com 170 lugares, e Cine Eldorado, com 303 lugares (279 cadeiras e 24 camarotes). Em 1956 o Cine Eldorado levou a efeito 132 projeções cinematográficas, a que estiveram presentes 12 634 pessoas.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1953......	—	3 579	800	95	705
1954......	—	3 039	1 200	102	1 098
1955......	—	3 281	1 600	738	1 520
1956......	—	3 466	2 700	738	2 600

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Do ponto de vista religioso, o dia 15 de setembro, dedicado a Nossa Senhora das Dores, padroeira local, pode ser considerado a data magna do município. Solene novena tem início no dia 6 de setembro, até o dia da festa pròpriamente dito. Então, tôda a gente do município acorre à cidade para reverenciar a sua santa protetora, realizando-se uma solene procissão no encerramento da festa.

O São João e o Natal são também festivamente comemorados no município.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Quem nasce em Araruva recebe a denominação usual de araruvense. É ignorada a origem da denominação Araruva, sabendo-se porém que o primeiro nome do então hoje município era Marilândia, em homenagem a Imaculada Mãe de Deus, isto em 1932. Posteriormente, é que passou a chamar-se Araruva.

Face ao seu desenvolvimento, Araruva é comarca de 1.ª entrância, possuindo dois cartórios, sendo instalada em 1.º de julho de 1954. Os dois podêres, executivo e legislativo do município, acham-se assim constituídos: Prefeito Municipal, Senhor Jurandir Lima Reis. Vereadores, Senhores Guilherme Pantano, Pedro Silvério da Silva, Elias Reis Lopes, Daniel Pinto da Silva, Antônio Franco Ferreira, Jezuíno Ferreira França, Eduardo Mueller e Alberto Silva.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

ARAUCÁRIA — PR

Mapa Municipal no 10.º Vol.

HISTÓRICO — Data do ano de 1668 o início da região que hoje constitui o município de Araucária. Foi naquele ano que Domingos Rodrigues da Cunha obteve uma sesmaria que lhe foi doada pelo capitão-mor Gabriel de Lara, situada na passagem de Apiaúna. Outras sesmarias foram igualmente doadas aos seus filhos Luís e Garcia Rodrigues Velho, fazendo testada com o rio Iguaçu, então conhecido pela denominação de rio Grande de Curitiba. A localidade recebeu a designação de Tindiquera. O povoamento foi rápido, estabelecendo-se ali o cirurgião Pascoal Fernandes Leite, o capitão Manoel Picam de Carvalho e muitos outros. Segundo a tradição, o povoado de Tindiquera, centro mais populoso da zona que veio a constituir o atual município de Araucária, teve a sua origem no seguinte fato: Residia em Curitiba a numerosa família dos Maias, homens valentes, que mantinham contínuas lutas com as autoridades e outros povoadores da nascente vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais — Curitiba. Devido a êsses incidentes, a família dos Maias foi obrigada a abandonar Curitiba e refugiar-se em lugar afastado, a fim de evitar a ação da justiça e da vindita dos seus moradores. Nas margens do rio Iguaçu, os foragidos fundaram um pequeno povoado, com a denominação de Tindiquera, outrora uma aldeia dos índios que habitavam o planalto curitibano.

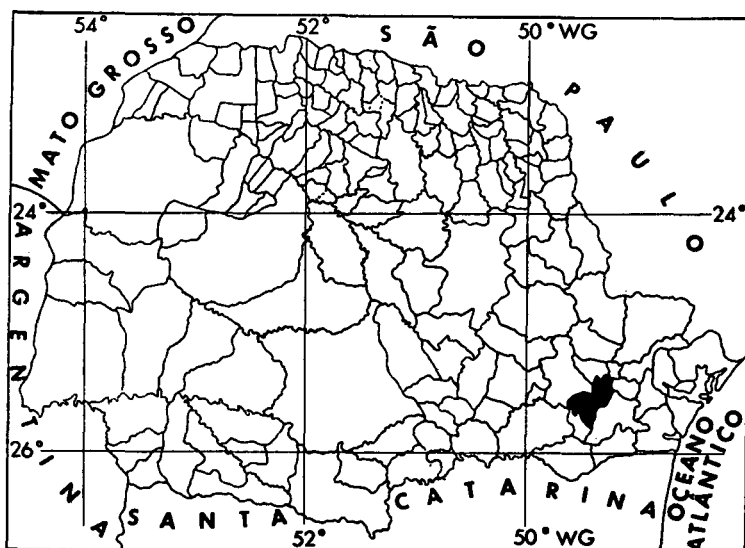
Os tinguis eram mamelucos, isto é, descendentes de índios brasileiros e portuguêses, sendo Tindiquera uma miniatura da vila de Santo André.

No império, no ano de 1876, começou a corrente migratória, com elementos europeus, principalmente poloneses, russos e alemães, que se estabeleceram na localidade, emprestando notável surto de progresso a tôda a região. A colônia Tomás Coelho foi fundada pelo Govêrno imperial e abrangia vasta área de terra, no planalto curitibano. O primeiro nome da povoação foi o de Assungui, que passou depois a se denominar Tindiquera. Ao ser elevada à categoria de freguesia, recebeu a denominação de Iguaçu. Foi com o advento da República que a população da freguesia de Iguaçu solicitou, através de um abaixo-assinado, encaminhado pelo Dr. Victor Ferreira do Amaral ao Govêrno do Estado, a elevação da freguesia à categoria de vila, e a conseqüente criação do município. Assim, pelo Decreto estadual n.º 40, de 11 de fevereiro de 1890, foi criado o município de Araucária, em territórios desmembrados dos municípios de Curitiba e São José dos Pinhais. A instalação oficial foi feita no mesmo ano, quando do Govêrno do contra-almirante Marques Guimarães.

O nome de Araucária provém do grande número de pinheiros (araucárias) existentes na região.

O primeiro Prefeito de Araucária foi o Sr. Manoel Gonçalves Ferreira. É ignorada a data de sua posse. A primeira eleição municipal realizou-se em 22 de setembro de 1892, tendo sido eleitos os seguintes vereadores: Francisco da Costa Pina, Fernando Surkow, Vicente Calderari, José Marszelek, Lourenço Gradowski, Joaquim de Oliveira Melo, Lúcio de Paula Lopes, Luiz Gomes de Amorim e Joaquim Ramos Ribeiro. Pela Lei n.º 1 055, de 5 de abril de 1911, foi criado o Têrmo Judiciário de Araucária, instalado pelo Dr. Leonel Pessoa da Cruz Marques, no dia 4 de junho do mesmo ano. Em virtude da Lei n.º 1 908, de 19 de abril de 1919, Araucária foi elevada à sede de comarca, cuja instalação efetuou-se pelo Dr. Estanislau Cardoso, a 14 de maio do mesmo ano. Tendo voltado a Têrmo Judiciário, pelo Decreto-lei n.º 93, de 14 de setembro de 1948, Araucária foi novamente elevada à comarca, tendo-se dado a instalação no dia 25 de janeiro de 1949, pelo Dr. Luiz Maranhão de Albuquerque Júnior.

LOCALIZAÇÃO — O município de Araucária está localizado na Zona Fisiográfica Planalto de Curitiba. A posição geográfica da sede municipal situa-se entre as seguintes coordenadas: 23° 35' 36" de latitude Sul e 49° 24' 27" de longitude W.Gr.

Seus limites são: ao norte, o município de Campo Largo; a oeste, os de Campo Largo, Lapa e Contenda; ao sul, ainda Contenda; e a leste, os de São José dos Pinhais e Curitiba.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal de Araucária é de 897 metros.

CLIMA — O clima é temperado e salubre.

ÁREA — A área total corresponde a 556 quilômetros quaquadros.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Além do rio Iguaçu, que banha a sede municipal, existem mais os seguintes rios: Passaúna, Barigui, Verde, Onça Grande, das Onças e Izabel Alves.

RIQUEZAS NATURAIS — Barro ou argila, explorada para fabricação de telhas e tijolos.

POPULAÇÃO — De acôrdo com os resultados do Recenseamento Geral de 1950, a população do município era de 11 524 habitantes. Dêsse total, 5 754 eram do sexo masculino e 5 770 do sexo feminino. A sede municipal concentrava 1 439 habitantes, todos no perímetro urbano, estando os restantes 10 085 distribuídos pelo quadro rural do município.

Aglomeração urbana — Araucária possui apenas uma aglomeração urbana, que é a sede municipal. Segundo os resultados do Censo Demográfico de 1950, a cidade de Araucária tinha 1 439 habitantes dos 11 524 distribuídos por todo o território municipal.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A atividade fundamental da economia do município é a agricultura. Araucária é um dos maiores produtores de batata do Estado do Paraná. Os demais produtos agrícolas de maior importância são: o milho, o centeio, o trigo, o linho e a cebola.

A produção extrativa é bem desenvolvida, merecendo registro especial as fábricas de tijolos e telhas localizadas no Barigui, Passaúna, Tomás Coelho, Tindiquera e Guajuvira.

Na sede municipal existem 4 estabelecimentos industriais.

No setor da produção extrativa vegetal vale citar as fábricas de palhões para garrafas, de renome em todo o território estadual.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem, na sede municipal, 22 estabelecimentos comerciais varejistas. Embora não haja estabelecimentos atacadistas, o comércio é regularmente desenvolvido. As transações comerciais de Araucária são feitas, principalmente, com a Capital do Estado. Estão em funcionamento, na cidade de Araucária, 3 agências bancárias, que cooperam para ampliar as atividades comerciais do município, ajudando o desenvolvimento da agricultura e da indústria.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade está ligada à Capital do Estado e às outras cidades vizinhas. É servida pela Rêde Viação Paraná—Santa Catarina. Entre a sede municipal e as cidades vizinhas há as seguintes distâncias: Curitiba (25 km), Campo Largo (21 quilômetros), Contenda (15 km) e São José dos Pinhais (41 km). Em 1956 foram emplacados 89 automóveis e 182 caminhões.

O serviço de transporte coletivo é feito pela Emprêsa Araucária-Curitiba, de Pedro Rafael Franceschi. Existem 7 aparelhos telefônicos na sede municipal. Há uma Agência Postal dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — Situada em aprazível local no planalto curitibano, a cidade de Araucária apresenta bela topografia, ótimo clima e agradável aspecto. Os logradouros são revestidos com saibro. Há 9 ruas e uma praça revestida com êsse tipo de calçamento. A iluminação pública e particular é feita pelo Serviço de Luz e Fôrça do Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado, existindo, na sede municipal, 338 ligações elétricas.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência sanitária é prestada pelo Hospital São Vicente de Paulo, importante nosocômio, que é procurado pelos enfermos de Araucária e de outros municípios vizinhos. Exercem a profissão no município 2 médicos, 4 dentistas e 2 farmacêuticos. Encontram-se em funcionamento na sede municipal duas farmácias.

ALFABETIZAÇÃO — Dos 11 524 habitantes encontrados pelo Recenseamento Geral de 1950, 5 532 sabiam ler e escrever, correspondendo a 49% da população do município. Atingia 6 532 o total de pessoas alfabetizadas, das quais 3 473 do sexo masculino e 3 059 do feminino.

Ensino — Em fins de 1956 encontravam-se em funcionamento, em todo o município, 79 unidades escolares de ensino primário fundamental comum.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Funcionam, no município, um cinema e uma estação radioemissora, que é a Rádio Cambiju Limitada — ZYS-27.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	...	1 339	552	264	490
1951	...	1 726	753	295	578
1952	...	2 491	835	303	911
1953	...	3 105	1 256	394	1 276
1954	...	4 645	1 318	420	1 440
1955	...	5 007	1 964	429	1 718
1956 (1)	...	6 887	1 500	489	1 500

(1) Orçamento.

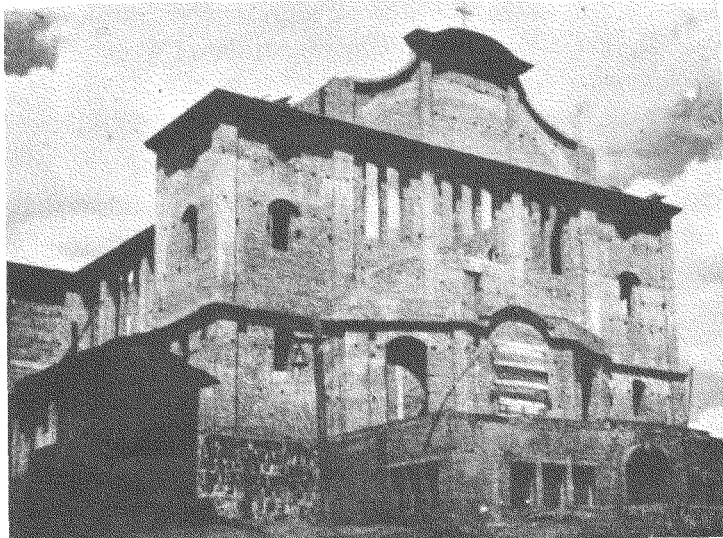
MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — A Padroeira da cidade é N. Senhora dos Remédios, festejada no dia 30 de outubro. As demais festas religiosas são: Dia de Ano Bom, Semana Santa e Natal. A Matriz da sede municipal é um belo templo, para onde acorre grande número de fiéis, por ocasião das festividades religiosas.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — As pessoas nascidas no município são conhecidas pela designação de araucarianos. A atual legislatura foi instalada em 1955, estando composta da seguinte maneira: Prefeito, Alderico Zanardini Osório; Vereadores: Francisco Ribeiro Cardoso, Francisco Gondek, José Furman, Romualdo Sobocinski, Valentin Wolski, Miguel Burda, Odilon Carrano, Reynaldo Alves Pinto e Wenceslau Jaciocha.

FONTES — Sinopse Estatística do Município de Araucária. D.E.E. 1950. Estado do Paraná. Censo Demográfico de 1950. I.B.G.E. Dados fornecidos pela A.M.E. Dados existentes nos arquivos da I.R.

ASSAÍ -- PR

Mapa Municipal no 12.º Vol.

HISTÓRICO — Como quase tôdas as cidades do norte paranaense, Assaí nasceu e cresceu ao impulso colonizador das companhias de terra que se formaram para o desbravamento da região. Em 1932, a Companhia Colonizadora Três Barras fundou uma fazenda no local onde hoje se ergue a cidade de Assaí, em território então pertencente ao município de São Jerônimo. Mais tarde essa fazenda, já bastante povoada, foi chamada Assailand em homenagem aos colonos japonêses aí estabelecidos (*Assahi* = sol nascente;

Igreja-Matriz Municipal

Hospital Santo Antônio

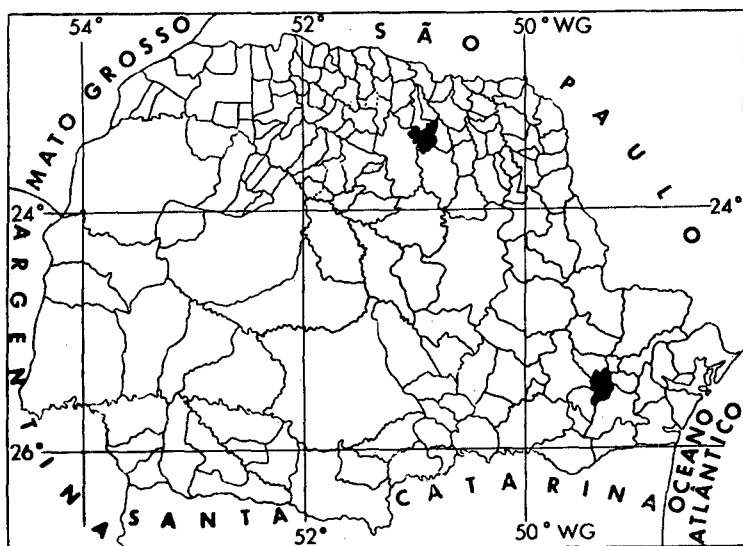
Land = terra). O progresso e desenvolvimento de Assailand, graças à fertilidade da terra e condições favoráveis, principalmente às culturas de algodão e café, atraíram gradualmente várias levas de imigrantes e já em 1938, pelo Decreto-lei n.º 7 573, de 20 de outubro, era elevado à ca-

Banco Noroeste do Estado de São Paulo

tegoria de distrito, com sede no local da antiga Fazenda Três Barras, desmembradas do município de São Jerônimo e parte do então distrito de Jataí, pertencente, também, ao mesmo município, oportunidade em que passou a denominar-se simplesmente Assaí. Em 1943, o município de São Jerônimo, de que fazia parte o distrito de Assaí, passou a denominar-se Araiporanga quando, pelo Decreto-lei n.º 199, de 30 de dezembro do mesmo ano, retificado pelo Decreto-lei n.º 311, de 26 de fevereiro de 1945, foi criado o município de Assaí, cuja instalação ocorreu a 1.º de janeiro de 1944.

A febre criadora de novas comunas no Estado do Paraná atingiu imediatamente o novel município que, pela Lei n.º 2, de 10 de outubro de 1947, perdeu terras para a formação dos municípios de Jataìzinho e Uraí, e pela Lei número 790, de 14 de novembro de 1951, sofreu novo desmembramento, desta vez para a formação do município de Amoreira.

LOCALIZAÇÃO — Assaí está localizado na Zona Fisiográfica do Norte, limitando-se com os municípios de Jataìzinho, Uraí, Amoreira, São Jerônimo da Serra e Londrina.

As coordenadas geográficas na sede acusam 23° 22' de latitude Sul e 50° 51' de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede do município encontra-se a uma altitude de 650 metros.

CLIMA — O clima é quente e agradável. A temperatura média é de 22°C e o período de chuvas vai dos meses de abril a dezembro.

ÁREA — A área do município corresponde a apenas 395 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município são os seguintes: rio Tibagi, correndo na direção norte-sul e fazendo limite com os municípios de Jataìzinho e Londrina; rio Congonhas, correndo na mesma direção; rios são Jerônimo e Peroba, correndo ambos na direção leste-oeste. Pico da Serra Morena, com 710 metros de altitude, sendo considerado o ponto mais alto do município e, finalmente, a serra Morena, formando uma cadeia regional na direção norte-sul e fazendo limites com os municípios de Uraí e Jataìzinho.

RIQUEZAS NATURAIS — As riquezas naturais do município são mais acentuadas no reino vegetal onde são encontradas várias espécies, como a peroba, a imbuia, o cedro e o pinho, sendo êste o predominante. Quanto ao mineral, areia e barro (argila) para construção de tijolos e telhas; no reino animal, são encontrados animais de pêlo como o veado, o caititu, a capivara, etc., e aves silvestres, tais como a codorniz, a nhambu, e outras, além de peixes diversos. Tôdas essas riquezas vêm sendo regularmente exploradas, sendo que a caça e a pesca, apenas como recreação.

Grupo Escolar Estadual

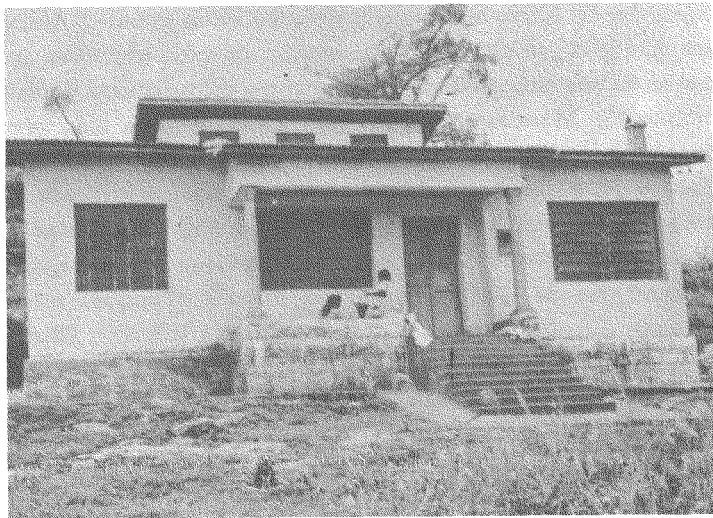
POPULAÇÃO — O município contava, pelo Recenseamento Geral de 1950, 31 346 pessoas, sendo 16 421 homens e 14 925 mulheres. Nesse total estão compreendidos 11 667 habitantes (6 158 do sexo masculino e 5 509 do feminino) que pertenciam ao então distrito de Amoreira, do município de Assaí. A densidade demográfica era de 41 habitantes por quilômetro quadrado, sendo que 84% da população localizavam-se no quadro rural.

Aglomeração urbana — Apenas a cidade de Assaí pode ser considerada como aglomeração urbana no município, embora conte êste com mais 3 povoados: Alto Pau-d'alho, Tigrinho e Três Barras, todos, porém, com menos de 50 moradores cada um. A cidade estava habitada, segundo o Censo de 1950, por 1 895 homens e 1 903 mulheres, totalizando 3 798 pessoas.

Prefeitura Municipal

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município assenta sua economia, principalmente, na agricultura, destacando-se em primeiro plano o café, seguindo-se o algodão, o feijão, o milho, o arroz e a mamona. A pecuária é pouco desenvolvida. A pequena criação existente é feita objetivando, apenas, a produção de leite para consumo público. O gado para o abate é todo importado. Quanto à indústria, apenas 9 estabelecimentos se destacam como contribuintes para a economia do município. Segundo, ainda, os dados do último Recenseamento Geral do Brasil, 44% da população ativa (10 anos e mais) concentravam-se no ramo agricultura, pecuária e silvicultura.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio tem alguma significação no âmbito municipal, sendo feito através de 24 estabelecimentos atacadistas e 243 varejistas. Realiza as principais transações com as praças de São Paulo, Curitiba, Paranaguá, para onde faz a exportação do seu café, e Londrina e Ourinhos, importando daí tecidos, calçados, material elétrico, comestíveis industrializados, ferragens, louças, etc. Na cidade de Assaí, funcionam 7 agências bancárias.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — No momento acham-se em fase de conclusão as obras de um ae-

Pôsto de Puericultura

roporto para aviões de pequeno porte. É servida por emprêsas de ônibus procedentes dos municípios vizinhos de Uraí — 22 km; de Jataìzinho — 22 km; de Amoreira — 18 km; de Londrina — 44 km; e de São Jerônimo da Serra — 52 km, todos através de rodovia. Dista da capital do Estado, via rodoviária, 380 km, e da capital Federal, via Curitiba, 1 160 quilômetros.

A cidade é desprovida de telégrafo, comunicando-se com a capital do Estado, via Londrina, por apenas uma Agência Postal do Departamento dos Correios e Telégrafos. É contudo, servida por telefone da Companhia Telefônica Brasileira, com 100 aparelhos instalados.

ASPECTOS URBANOS — Em 1950, a cidade de Assaí contava, 3 798 habitantes, sendo 1 895 homens e 1 903 mulheres. É ela servida de energia elétrica, contando com 496 ligações domiciliares. Como edifícios mais notáveis figuram um templo característico, consagrado a Buda, a Prefeitura Municipal, a Igreja Matriz, o Colégio Estadual, a Casa de Saúde e os que são sede de agências bancárias.

O serviço de água canalizada, com 8 000 metros de rêde distribuidora, beneficia 20 logradouros, abastecendo 1 136 prédios.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica é prestada à população por 5 médicos, 5 dentistas e 4 farmacêuticos. A Casa de Saúde local serve à população com assistência médica em geral. Existem 4 farmácias na cidade.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A Casa de Saúde Santo Antônio atende à população tanto do município como das comunas vizinhas, graças ao aparelhamento material de que dispõe e ao renome do seu diretor-responsável. Três clubes esportivos: Associação Atlética Assaiense, com 159 sócios, Sociedade Esportiva e Recreativa Assaí, com 125 sócios, e Centro Cultural Assaí, com 250 sócios, prestam assistência social aos seus respectivos quadros. Funciona na cidade uma cooperativa agrícola, de assistência técnico-social aos agricultores do município.

ALFABETIZAÇÃO — Do total de 25 462 pessoas em idade escolar (5 anos e mais) presentes ao Recenseamento Geral de 1950, sabiam ler e escrever 10 088, sendo 6 291 homens e 3 797 mulheres. Quanto à população nessas condições na sede do município, num total de 2 545 pessoas, apenas 1 831 (956 homens e 875 mulheres) eram alfabetizadas.

Ensino — Em 1956, funcionaram no município 20 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, 1 estabelecimento de ensino técnico comercial, 1 ginasial e 1 normal regional.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Três são as associações desportivo-culturais existentes na sede do município, tôdas elas dedicando-se à prática de diversos esportes, tendo no futebol a sua principal finalidade. Um cinema e 2 órgãos de periodicidade semanal, um dêles impresso em português e japonês, contribuem para a formação cultural da população citadina.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950......	5 300	8 441	3 858	3 666	2 245
1951......	5 000	9 035	3 660	...	...
1952......	5 500	12 290	3 150	3 666	2 245
1953......	6 000	13 161	3 151	2 759	1 062
1954......	4 801	13 497	5 232	4 220	8. 277
1955......	...	20 299	4 378	3 198	3 517
1956......	...	23 473	4 378	3 198	4 000

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — É solenemente festejado em todo o município o 24 de junho, dia consagrado a São João, padroeiro local. As homenagens ao santo padroeiro, como é tradicional no Brasil inteiro, desenvolvem-se num clima de fé e religiosidade, iniciando-se com festiva novena e culminando com a procissão solene e bênção do Santíssimo Sacramento, no último dia. Ao mesmo tempo, a Colônia Japonêsa aí radicada promove festejos típicos de sua pátria em homenagem aos ídolos invocados por sua fé. No período que vai de 31 de dezembro a 6 de janeiro, todos os membros da Colônia Japonêsa abandonam por completo suas atividades agrícolas, comerciais, industriais, etc., e se dedicam à promoção de festividades, segundo os costumes característicos de sua terra, de gratidão pela abundância da nova safra que se aproxima.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os atuais podêres Executivo e Legislativo do município, êste último constituído de 9 membros, são exercidos, respectivamente pelo Sr. Dr. Domingos Julião, Prefeito Municipal, e pelos seguintes Vereadores: Carmelo Haisi, Iosio Uyeno, Geraldo P. Rodrigues, João Leandro e José Iba — todos pertencentes à coligação PSD-PR-PST-PDC-PSP, e Durval José da

Coletoria Federal

Banco América do Sul S.A.

Silva (Dr.) — UDN, Yociteru Yanaguizawa — UDN, Luércio Amaral Soares — PTB.

Os nascidos no lugar são denominados assaienses.

Segundo o tupi-guarani, o topônimo *Assaí* significa "fruta do norte", mas a origem dêsse nome, em relação ao município, vem dos seus primeiros colonizadores (japonêses) e quer dizer: Sol Nascente. Primitivamente, e quando ainda vila, o município foi chamado *Assailand* (terra habitada por filhos da terra do sol nascente).

O município é Têrmo Judiciário da comarca de São Jerônimo da Serra. No campo eleitoral há preponderância do elemento japonês que monopoliza, também, o comércio, a agricultura e a indústria locais.

FONTES — Sinopse Estatística do Município. D.E.E. do Paraná. 1950. Arquivo da Agência Municipal de Estatística. Documentação da I.R.E.M. do Paraná.

ASTORGA — PR

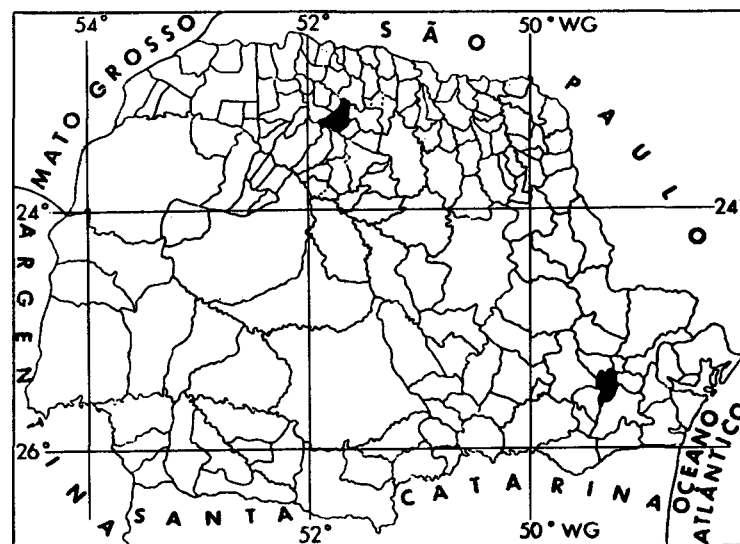
Mapa Municipal no 12.º Vol.

HISTÓRICO — No seu trabalho de promover a colonização do norte do Paraná, a Companhia de Terras Norte do Paraná, desde que, em 1924, adquiriu do Govêrno do Estado a extensa área de terra que abrange três quartas partes da bacia do Paranapanema, até os lindes paranaenses com o Estado de Mato Grosso, realizou obra eminentemente civilizadora, pioneira e patriótica. Dando cumprimento ao seu programa, a Companhia desbravou o sertão, mediu e demarcou as terras, derrubou a floresta virgem, sulcou o solo e plantou cidades, fazendo uma vigorosa civilização, do seio da terra fértil e ubérrima, onde antes era o habitat de feras e animais bravios, focos de endemias e de outros males.

Após a fundação de Londrina, em 1929, lançou-se a Companhia em busca de novas conquistas e realizações, sendo aquela o marco inicial da conquista do norte do Paraná, a geratriz fecunda de várias dezenas de centros urbanos, fundados em pleno sertão, e que hoje representam o coroamento glorioso de uma luta plenamente vitoriosa.

A cidade de Astorga é uma das realizações vitoriosas da Companhia de Terras Norte do Paraná. Na sua obra civilizadora, aquela organização promoveu o loteamento de uma parte das terras que constituem o atual território do município, dando início à fundação de uma nova cidade. Assim, em 1945, organizou um loteamento de oito alqueires em terras de sua propriedade e integrantes do território do município de Mandaguari, cuja fundação já tinha sido obra de sua iniciativa em anos anteriores. O novo patrimônio distava 32 quilômetros da cidade de Arapongas e recebeu o nome de Astorga, em homenagem a um dos Presidentes da Companhia, nascido no Condado de Astorga. Os primeiros colonos que se estabeleceram no novo patrimônio foram Antenor Domingues, casado e pai de sete filhos, e Miguel Francisco da Costa e espôsa. Êste último faleceu logo após a sua chegada a Astorga. Depois, outros compradores de datas foram chegando e fixando residência no local onde seria erguida a nova cidade.

Pela Lei estadual n.º 2, de 10 de outubro de 1947, o patrimônio de Astorga foi elevado à categoria de vila, e criado o distrito de Astorga, no município de Arapongas. Quatro anos após, Astorga era elevado à categoria de município, em virtude da Lei n.º 790, de 14 de novembro de 1951, tendo sido instalado em dezembro de 1952.

LOCALIZAÇÃO — O município está situado no norte do Estado e compreendido na Zona Fisiográfica do Ivaí. Limita-se com os municípios de Jaguapitã, Rolândia, Arapongas, Mandaguari, Marialva, Maringá, Iguaraçu e Munhoz de Melo. A sede municipal, cidade de Astorga, dista 482 quilômetros de Curitiba, por estrada de rodagem e sua posição geográfica é 23° 11' de latitude Sul e 51° 09' de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede do município está a 634 metros.

CLIMA — O município de Astorga, localizado na Zona Norte do Estado, é considerado de clima quente. As temperaturas médias registradas, durante o ano de 1956, foram: 27°C para as máximas, 14°C para as mínimas e 18°C para a compensada.

ÁREA — Corresponde a 488 quilômetros quadrados.

RIQUEZAS NATURAIS — Argila e madeira em geral constituem as principais riquezas naturais do município.

POPULAÇÃO — Astorga, segundo ainda, o Censo de 1950, possuía uma população de 23 164 habitantes (12 419 homens e 10 745 mulheres). Do total recenseado, 89% estavam localizados na zona rural.

Igreja-Matriz Municipal

Aglomerações urbanas — No município de Astorga encontram-se quatro aglomerações urbanas: Astorga, Içara, Tupinambá e Santa Zélia. A cidade de Astorga, pelo Recenseamento Geral do Brasil de 1950, contava 2 455 habitantes, dos quais 1 250 homens e 1 205 mulheres. Seu quadro urbano era constituído de 892 pessoas, 453 do sexo masculino e 459 do feminino, e o suburbano, 1 563 (797 homens e 766 mulheres). Conta, atualmente, com uma população de 5 900 habitantes. As sedes distritais de Içara, Tupinambá e Santa Zélia possuem uma população de 370, 300 e 750 habitantes, respectivamente.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A principal atividade econômica de Astorga é a sua agricultura, onde o café predomina sôbre as demais culturas. A rubiácea, segundo as previsões, apresentou, em 1956, uma produção no valor de Cr$ 54 000 000,00. Seguem-lhe o algodão, com .... Cr$ 33 600 000,00; o feijão, com Cr$ 24 745 000,00; o arroz, com Cr$ 30 000 000,00; o milho, com Cr$ 2 300 000,00; e o amendoim, com Cr$ 280 000,00.

Dos seus estabelecimentos, industriais em número de 135, apenas 23 possuem mais de 5 operários em serviço, e exploram os ramos de produtos alimentares (68% do valor total) e o madeireiro (27%). Em 1955, a indústria ocupava 487 pessoas econômicamente ativas e valia 136 milhões de cruzeiros. Dos seus habitantes, 454 das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) estão ocupadas no ramo agricultura, pecuária e silvicultura. A exportação interestadual de seus produtos atingiu, em 1956, a cifra de Cr$ 84 145 354,00.

COMÉRCIO E BANCOS — Representam o comércio e as atividades correlatas de Astorga 35 estabelecimentos varejistas, 3 atacadistas e 6 agências bancárias. O comércio local mantém transações com as cidades de Arapongas e Londrina no Paraná, e com a cidade de São Paulo, no estado de igual nome, onde se abastece daquilo que necessita.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município possui apenas transporte rodoviário, para o escoamento de sua produção industrial e safra agrícola, e para a condução de passageiros através de emprêsas de ônibus regulares. A distância que separa Astorga dos demais municípios limítrofes são as seguintes: Munhoz de Melo — 6 km; Sabáudia — 10 km; Jaguapitã — 12 km; Rolândia — 15 quilômetros; Maringá — 17 km; Mandaguari — 18 km e Marialva — 17 km.

Em sua sede acha-se estabelecida uma Agência de Correio do Departamento dos Correios e Telégrafos. A única via de comunicação radiotelegráfica em atividade é a do destacamento policial.

Uma estação de rádio, a "Rádio Astorga Broadcasting Limitada", funciona no município.

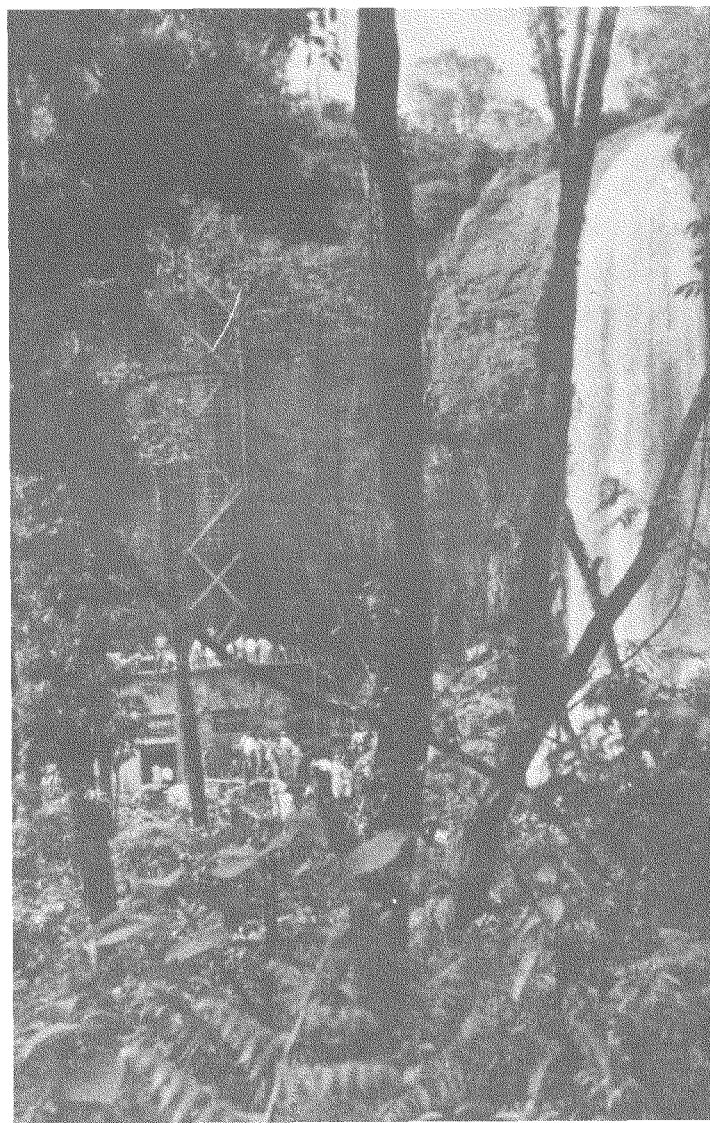
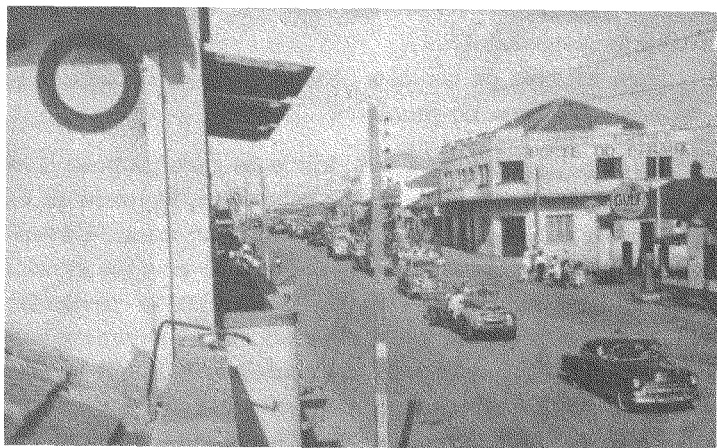
ASPECTOS URBANOS — A cidade de Astorga possui, segundo estimativa, cêrca de 5 900 habitantes, havendo ali 66 logradouros públicos bem traçados e conservados: 4 avenidas, 61 ruas e uma praça. É servida por energia elétrica para uso das indústrias, iluminação pública e particular, possuindo, também, um comércio atacadista e varejista bem desenvolvido, ótimos pontos de reuniões, 4 hotéis e uma pensão. As sedes distritais contêm os seguintes dados:

Içara — com 72 edificações, 6 ruas, abrigando uma população de 370 habitantes.

Tupinambá — com 58 prédios, 5 ruas e uma praça, e uma população de 300 habitantes.

Santa Zélia — com 150 edificações, 8 ruas e duas praças. Conta 750 habitantes.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Há no município 6 médicos, 7 dentistas e 9 farmacêuticos. Prestam assistência médica em geral à população os seguintes estabelecimentos: Casa de Saúde e Maternidade Vera Cruz, Casa de Saúde Nossa Senhora das Graças, 1 Pôsto de Puericultura e 2 Postos de Higiene. Existem na cidade 3 farmácias.

ALFABETIZAÇÃO — A operação censitária de 1950 acusou a existência de 1 926 pessoas de 5 anos e mais na

Queda d'água da reprêsa

Aspecto parcial da Avenida Valencia

sede do então distrito de Astorga, das quais 1 138 sabiam ler e escrever, sendo 673 homens e 465 mulheres.

Ensino — Em 1956, funcionaram em todo o município 65 unidades de ensino primário fundamental comum, com a matrícula de 4 653 alunos, existindo na cidade um estabelecimento de ensino extraprimário, o Ginásio Estadual de Astorga.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Das quatro associações esportivo-culturais existentes no município, uma, a Sociedade Mocidade Japônesa de Astorga, dedica-se exclusivamente à prática do atletismo. Dois cinemas funcionam no município: o Cine Teatro Astorga, na sede, com capacidade para 350 pessoas, e o Cine Ipiranga, no distrito de Flórida, com 108 lugares. Na cidade acha-se instalada a ZYS-38, "Rádio Astorga Broadcasting Ltda.", com 100 watts de potência na antena. Astorga conta, ainda, com 1 tipografia e duas pequenas livrarias.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1953......	1 300	801	333	277	186
1954......	1 597	1 029	464	253	357
1955......	1 752	1 682	454	247	719
1956......	900	1 574	600	320	600

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — O município tem como padroeiro S. Sebastião, cuja festa é celebrada no período de 11 a 20 de janeiro, movimentando a população de tôda a comuna e centenas de pessoas de outros municípios vizinhos, o que bem demonstra o espírito de religiosidade da população regional.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A origem do nome Astorga constituiu homenagem ao General Ascoot, um dos Diretores da Companhia de Terras Norte do Paraná, na época do início da fundação do município, natural do "Condado de Astorga", na Inglaterra.

É Astorga comarca judiciária de 2.ª entrância, compreendendo os distritos de Astorga, Içara, Araguaçu e Santa Zélia, desempenhando a função de Juiz de Direito o Dr. José Domingos, e a de Promotor Público o Dr. Ciran Silva. Colaboram para a perfeita execução de Justiça 2 cartórios na sede e 3 nos distritos. Os podêres municipais estão assim representados: Prefeito Municipal, o Senhor Antenor Bolarotti; Vereadores, os Senhores: José Megale, Joaquim Castro Ramos, André Zanin, Ari Wentz, Antoniel Machado, José Olímpio da Silva, Ângelo Pata, Almir Moreira Passos, Ermelindo Lopes Barroso, Carlos José Anunciação, Mário Jeremias César, Manoel Valério Mota.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

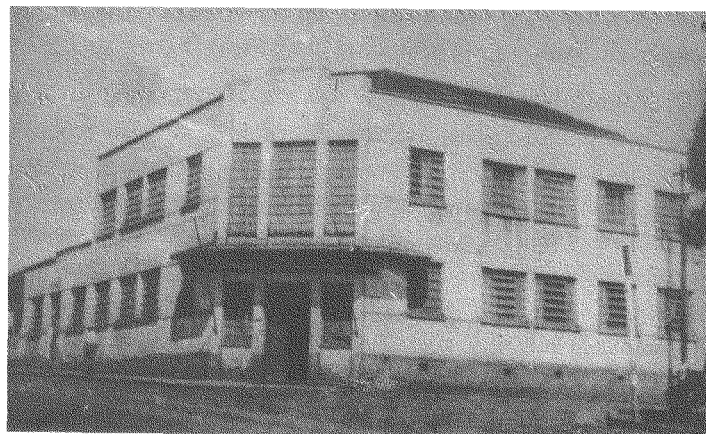
BANDEIRANTES — PR

Mapa Municipal no 12.º Vol.

HISTÓRICO — Até o ano de 1920 o município era sertão bruto, sendo habitado apenas pelos índios Caingangues. O primeiro explorador do território de Bandeirantes foi o engenheiro Carlos Burromei, a quem se deve a divisão das terras que formam hoje os municípios de Bandeirantes e Cornélio Procópio. Cumprida a sua tarefa, o engenheiro Carlos Burromei retirou-se, coincidindo a data de sua retirada com a chegada dos primeiros colonos.

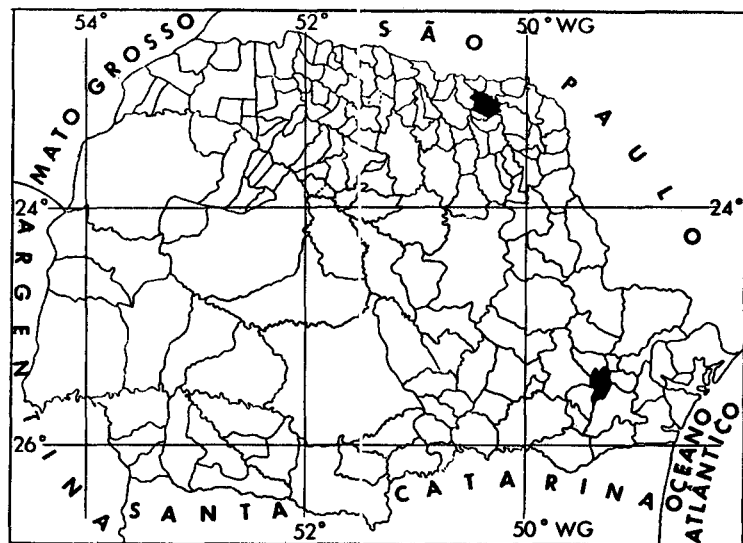
A 24 de dezembro de 1926, Dona Josefina Alves de Lima, proprietária de grande gleba de terras na Fazenda Laranjinha, ao proceder à divisão dêsse imóvel, vendeu a João Manoel dos Santos dez alqueires de terra, destinados à fundação de um povoado, que deveria ser denominado Invernada. João Cravo, agregado de Dona Josefina Alves de Lima, recebeu, independentemente de qualquer pagamento, uma "data" de terras no mesmo local.

Demarcado o novo patrimônio, e, dada a circunstância da construção da Estrada de Ferro São Paulo—Paraná, o seu desenvolvimento foi rápido, surgindo, além da gleba dividida por João Manoel dos Santos, a vila Rezende, de propriedade de Zacarias Vieira Rezende.

A 12 de abril de 1929 foi criado o distrito de Invernada, com parte integrante do município de Jacarèzinho, sendo instalado no dia 8 de dezembro do mesmo ano. Em julho de 1930, a Emprêsa Ferroviária São Paulo—Paraná inaugurou uma estação ferroviária, a três quilômetros do patrimônio de Invernada, que passou a denominar-se Bandeirantes, surgindo, então, um povoado nas proximidades da estação, em terreno de propriedade de Juvenal Mesquita. Em 27 de setembro de 1931, contando com um pugilo de homens de boa vontade, iniciou um trabalho de coligação em favor do progresso da Estação e, conseqüentemente, so-

Prefeitura Municipal

breveio a queda da Invernada, onde se achavam o cartório, a coletoria estadual, hotéis, casas comerciais, farmácias, correio, etc. Um ano depois, em 1932, Manoel Ribas, então Interventor Federal no Paraná, visitou Bandeirantes, notando que o povo desejava a criação do município. No fim do mesmo ano, verificou-se a queda da Invernada, realizando-se a unificação das populações dos dois povoados. Favoreceu a mudança de Invernada a decisão de Eurípedes Mesquita Rodrigues, num acôrdo firmado com Osório Gonçalves Nogueira, de doar aos seus moradores uma data para a edificação de suas casas que fôssem demolidas dentro de determinado espaço de tempo.

Pelo Decreto estadual n.º 2 396, de 14 de novembro de 1934, foi finalmente criado o município de Bandeirantes, com território desmembrado do município de Jacarèzinho. A 5 de janeiro de 1935 procedeu-se a instalação oficial do município. Em janeiro de 1938, o município de Bandeirantes foi extinto, tendo sido restabelecido dias depois, em virtude do Decreto-lei n.º 6 282, de 24 de janeiro do mesmo ano. Ainda em 1938 foi desmembrado o território municipal para criação do município de Cornélio Procópio. Novo desmembramento sofreu em decorrência da Lei n.º 2, de 10 de outubro de 1947, quando foi criado o município de Santa Mariana.

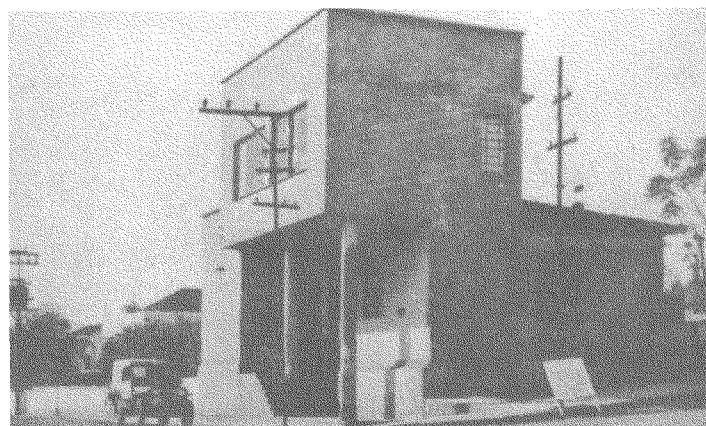
LOCALIZAÇÃO — O município de Bandeirantes está localizado na Zona Fisiográfica Norte do Paraná. A sede municipal situa-se entre as seguintes coordenadas geográficas: latitude Sul, 23º 06', longitude W.Gr. 50º 22'. Os limites do município são os seguintes: ao norte, os municípios de Itambaracá e Andirá; a oeste, o de Santa Mariana; ao sul, Santa Amélia e Abatiá; e a leste, os de Jacarèzinho e Santo Antônio da Platina.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 492 metros.

CLIMA — Bandeirantes apresenta clima quente.

ÁREA — A área total do município corresponde a 415 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Rios das Cinzas e Laranjinha, e salto Laranjinha.

RIQUEZAS NATURAIS — Existe, no município, importante fonte de água mineral, denominada "Fonte São Do-

Agência dos Correios e Telégrafos

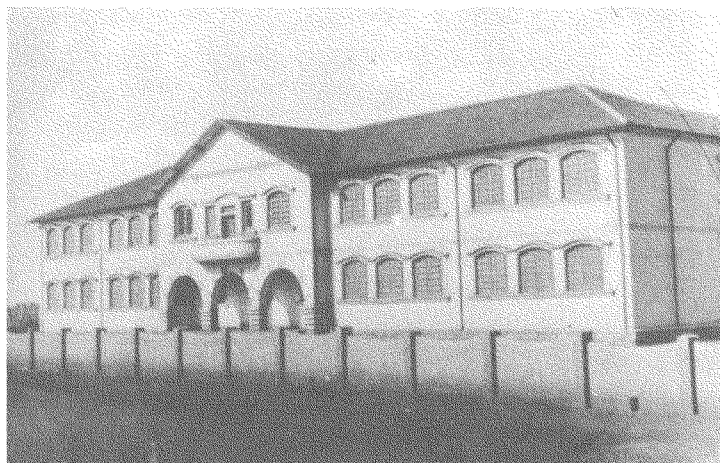
mingos" ou "Termas Yara", dotada das mais modernas instalações, a saber, balneário, hotel, piscina e engarrafamento de água mineral. Cloro-sulfatada e estimulante, a água "Yara" tem ação eficiente, principalmente, nas doenças da pele.

POPULAÇÃO — De acôrdo com os dados do Recenseamento Geral de 1950, Bandeirantes contava 28 115 habitantes, sendo 14 938 homens e 13 177 mulheres. No quadro urbano encontravam-se apenas 10% da população total, sendo que os restantes 90% se dedicavam a atividades diversas na zona rural. Dos habitantes recenseados em 1950, estão incluídos os do atual município de Santa Amélia, que, mais tarde, foi desmembrado do de Bandeirantes. A densidade populacional de Bandeirantes era de 6,7 habitantes por quilômetro quadrado.

Aglomeração urbana — Apenas a sede municipal. Segundo o Recenseamento Geral de 1950, a população da cidade de Bandeirantes compunha-se de 4 945 habitantes, sendo 2 598 homens e 2 347 mulheres.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Agricultura, indústria e comércio são as principais atividades econômicas do município. Em 1950, o ramo agricultura, pecuária e silvicultura ocupava 43% da população de 10 anos e mais. A lavoura de maior importância é a do café, seguida pelas de milho, arroz e feijão. O valor da produção agrícola, em 1954, foi de 248 milhões de cruzeiros. A população pecuária, em 31 de dezembro de 1954, tinha o seu valor estimado em aproximadamente 26 milhões de cruzeiros.

A indústria, ocupando 207 pessoas econômicamente ativas, valia, em 1954, o montante de 134 milhões de cruzeiros. O principal ramo — o de "produtos alimentares", representava 93% do valor total da produção.

Grupo Escolar Professor Nóbrega da Cunha

Colégio Estadual "Bandeirantes"

COMÉRCIO E BANCOS — Na sede municipal existem 7 estabelecimentos comerciais atacadistas, 76 varejistas e 4 agências bancárias.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por estradas de rodagem e pela Rêde de Viação Paraná—Santa Catarina. Está ligado aos seguintes municípios vizinhos: Andirá — rodovia, 17 km; ferrovia, 24 km; Itambaracá — rodovia, 12 km; Santa Mariana — rodovia, 17 km; ferrovia, 26 km; Cornélio Procópio — rodovia, 29 km; ferrovia 43 km; Santa Amélia — rodovia, 22 km; Abatiá — rodovia, 27 km; Jacarèzinho — rodovia, 56 km; e Santo Antônio da Platina — rodovia, 47 km. Da Capital do Estado, por estradas de rodagem, dista 398 quilômetros. Não tem ligação direta com a Capital da República. Na cidade existe uma Agência Postal-telegráfica. O município é servido pela "Real-Aerovias Brasil". Existem na sede municipal 135 aparelhos telefônicos.

ASPECTOS URBANOS — Os logradouros públicos não são revestidos, sendo todos de terra natural. A cidade possui 6 avenidas, 20 ruas, duas praças e duas travessas. A produção de energia elétrica, em 1956, foi de 1 358 683 kWh, assim discriminados: Para iluminação pública — 25 200 kWh; para particular 696 037 kWh; e para fôrça motriz ...... 637 446 kWh. O número de ligações elétricas, em 1956, era de 1 067.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica é prestada à população por um hospital, que dispõe de 80 leitos. Exercem a profissão em Bandeirantes 4 médicos, 5 cirurgiões-dentistas e 5 farmacêuticos. Encontram-se em funcionamento, na cidade, 9 farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Está em funcionamento, em Bandeirantes, a Sociedade de São Vicente de Paulo que, além de possuir um abrigo para pobres, fornece medicamentos, víveres e outros recursos aos desamparados da sorte. Existe um campo Experimental do Ministério da Agricultura que, apesar de sua pequena produção, vem colaborando para o desenvolvimento da agricultura no município.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo os dados do Recenseamento Geral de 1950, dos 28 115 habitantes do município, sabiam ler e escrever 5 377 homens e 3 066 mulheres, ou seja, 22% do total da população de 10 anos e mais.

Ensino — Em 1956 estavam em funcionamento 34 unidades escolares de ensino primário fundamental comum com 2 405 alunos matriculados, 3 do secundário e uma comercial. A quota de crianças em idade escolar matriculadas em estabelecimentos de ensino primário atingia 9% do total existente.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — O município conta com um órgão semanário, "O Bandeirantes", e uma estação radioemissora, denominada Rádio Cabiúna Ltda., ZYS-24, com potência anódica de 135 w e 100 w na antena e com a freqüência de 1 390 quilociclos por segundo.

FINANÇAS PÚBLICAS

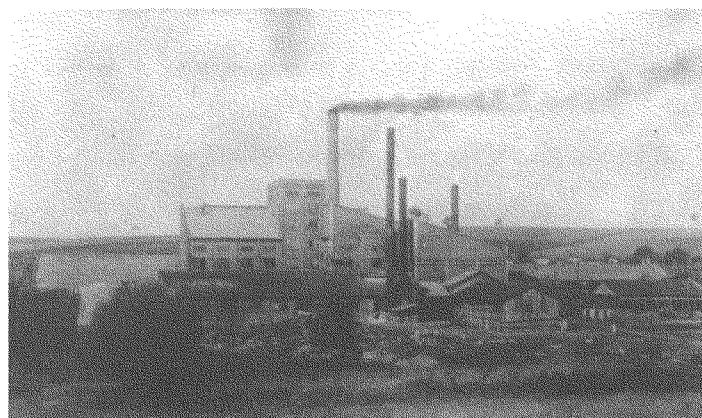
ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	...	11 977	1 901	1 357	1 764
1951	3 283	8 859	2 257	1 591	2 137
1952	5 305	11 479	4 730	2 316	5 303
1953	6 824	11 024	4 389	2 216	4 700
1954	5 547	9 725	4 638	2 418	5 542
1955	5 089	16 637	5 070	2 555	6 367
1956	7 280	20 208	4 700	1 785	(1) 4 700

(1) Despesa orçada.

ATRAÇÃO TURÍSTICA — A Fonte São Domingos, da famosa água mineral Yara, no interior do município, é um importante objetivo de turismo, não só do município, como de tôda a região norte do Paraná.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — As pessoas nascidas no município recebem a denominação de bandeirantenses. O atual Prefeito Municipal é o Sr. Dino Veiga. A Câmara Municipal compõe-se de 10 vereadores, que são: Antônio Braga Xavier, Luiz Meneghel, Castor Ferrer da Rosa, Ildefonso Faria, Hermínio Guedes de Moura, Mauro Mesquita, Antenor Moretti, Vasieli Iaciura, Maillon Medeiros e Antônio Rossi. A presente legislatura foi instalada em 1955.

Bandeirantes é sede de comarca de 2.ª entrância. É Juiz de Direito o Dr. Frederico de Matos Guedes, e Promotor Público o Dr. Ernani de Souza Cubas.

BIBLIOGRAFIA — *Sinopse Municipal de Bandeirantes*. D.E.E. 1950. Dados fornecidos pela A.M.E. Elementos dos arquivos da I.R. *Sinopse do Censo Demográfico do Estado do Paraná*, I.B.G.E.

Usina Bandeirantes

BARRACÃO — PR

Mapa Municipal no 13.º Vol.

HISTÓRICO — O município de Barracão está situado na região ocidental do Paraná, na fronteira com a República Argentina. A zona do oeste do Paraná é uma das mais novas de todo o Estado. Seu povoamento decorre de um movimento colonizador iniciado há poucos anos. É uma das maiores regiões do Estado. Dotados de terras fertilíssimas, o oeste e sudoeste do Paraná, até há bem pouco tempo, eram sertão inexplorado e desconhecido. Graças ao movimento de colonização resultante, na maior parte, da iniciativa particular, em menos de dez anos, surgiu ali mais de uma dezena de cidades que hoje constituem sentinelas avançadas nos lindes fronteiriços do Brasil com a República Argentina.

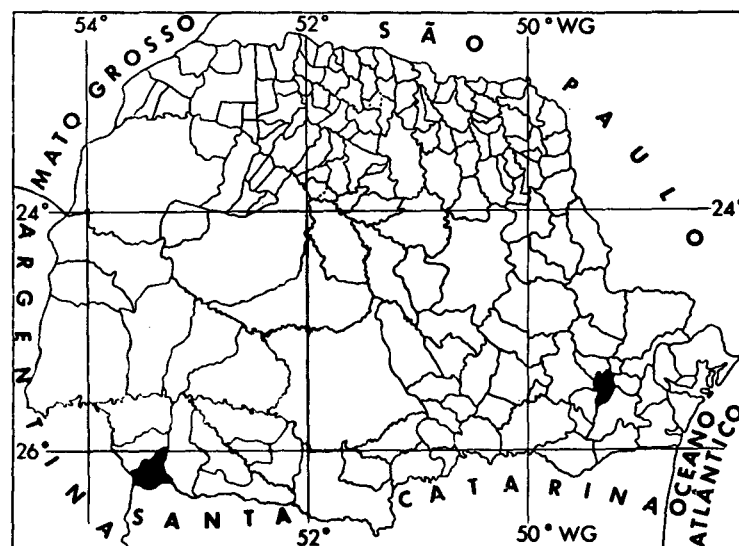
A cidade de Barracão está localizada à margem esquerda do rio Periguaçu, na fronteira com a Argentina e Estado de Santa Catarina, através das cidades de Dionísio Cerqueira, naquele estado, e Bernardo Irigoyen, na vizinha República do Prata.

O fundador das cidades de Barracão e Dionísio Cerqueira foi o general Dionísio Cerqueira, quando ocupava as funções de Chefe da Comissão de Demarcação dos Limites Brasil—Argentina, no dia 4 de julho de 1903. A denominação dada à cidade catarinense de Dionísio Cerqueira foi uma homenagem àquele ilustre militar, a quem se deve a importante obra, mais tarde concretizada na ereção de dois centros urbanos, nas longínquas paragens do extremo oeste brasileiro. O primeiro morador da localidade foi Misael Siqueira Bello, onde exerceu, por vários anos, as funções de Agente dos Correios e Telégrafos, e foi também o primeiro Prefeito de Barracão, após a criação do município, em virtude da Lei n.º 790, de 14 de novembro de 1951, desmembrado de Clevelândia. Na qualidade de pioneiro da região, Misael Siqueira Bello deu grande impulso ao progresso e desenvolvimento do município, dotando-o de estradas e escolas.

Colonos dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina se estabeleceram em Barracão, povoando-o ràpidamente e dedicando-se à cultura de cereais, fumo e cana-de-açúcar, para o que as terras se prestam extraordinàriamente, dada a sua exuberância e fertilidade. Quase 90 por cento da população do município são gaúchos do Rio Grande do Sul.

Vista parcial da cidade

As cidades de Barracão e Dionísio Cerqueira parecem formar uma só, tal a aproximação dos dois centros urbanos, que são separados apenas por uma linha divisória sêca, ambas situadas nas vizinhanças da cidade de Bernardo Irigoyen, na vizinha República Argentina.

LOCALIZAÇÃO — O município, situado ao sudoeste do Estado e compreendido na Zona Fisiográfica do Iguaçu, limita-se com os municípios de Santo Antônio e Francisco Beltrão, com o Estado de Santa Catarina e a República Argentina. A sede municipal, cidade de Barracão, dista, por estrada de rodagem, 698 quilômetros de Curitiba e sua posição geográfica é 26° 16' de latitude Sul e 53° 39' de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal está a 835 metros.

CLIMA — O município apresenta um clima saudável e ameno. Quente durante o verão e fresco no inverno. As temperaturas médias registradas, durante o ano, foram de 33°C para as máximas, 10°C para as mínimas e 21,5°C para as compensadas.

ÁREA — Corresponde a 849 quilômetros quadrados.

ACIDENTE GEOGRÁFICO — O principal acidente geográfico do município é o rio Capanema.

RIQUEZAS NATURAIS — A madeira extraída de suas extensas matas e a água mineral constituem as principais riquezas naturais do município.

POPULAÇÃO — Barracão, na época do Recenseamento Geral de 1950, era um simples povoado pertencente ao município de Clevelândia e localizado na fronteira Brasil—Argentina e nos limites interestaduais de Santa Catarina e Paraná, abrangido pelo distrito de Pato Branco. Sua população, nos resultados censitários, figura junto com a do distrito de Pato Branco, hoje próspera comuna. Segundo estimativa realizada pela Prefeitura de Barracão, o município possui atualmente uma população de cêrca de 10 000 habitantes.

Aglomeração urbana — No município de Barracão apenas a aglomeração urbana da sede municipal existe, contando aproximadamente 1 700 habitantes.

Pôsto de Puericultura

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Na agricultura assenta o município sua economia. Situado na zona cuja colonização se vem fazendo recentemente, com terras férteis, as diversas culturas agrícolas ali apresentam resultados amplamente compensadores. Assim é que o cultivo de cereais com o molho liderando a produção apresenta os seguintes resultados, estimados para 1956: milho, Cr$ 23 400 000,00; feijão, Cr$ 7 920 000,00; trigo, Cr$ 1 500 000,00; arroz, Cr$ 450 000,00 e amendoim, Cr$ 120 000,00. Merecem citação, embora sendo ainda de pequena produção, a batata-inglêsa, o fumo e a cana-de-açúcar, cujo plantio está em fase inicial. Menção especial deverá ser feita ao trigo, cujas plantações cada vez mais se expandem, podendo-se prever para breve uma excedente produção.

A suinocultura se tem desenvolvido de modo apreciável.

A indústria, em fase primária, pouco contribui para a economia municipal. Além da agricultura, deverá se constituir em futuro próximo como base da economia do município a extração da madeira (pinho, imbuia, cedro), dada a existência de grandes reservas em todo o seu território. O valor total de sua exportação (interestadual) em 1956 atingiu a soma de Cr$ 1 753 600,00.

COMÉRCIO E BANCOS — Conta Barracão com 2 estabelecimentos atacadistas e 5 varejistas, ainda não dispondo de agências bancárias. O comércio local, face a sua singular situação geográfica, mantém intercâmbio comercial com as seguintes localidades: União da Vitória, Ponta Grossa e Curitiba, no Paraná; Ijuí, Santo Ângelo, Lajeado e Pôrto Alegre, no Rio Grande do Sul; São Miguel do Leste e Xapecó, em Santa Catarina, e Bernardo Irigoyen na Argentina (é município fronteiriço).

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — As únicas vias de acesso ao município são rodoviárias. Comunica-se com os municípios vizinhos através de rodovias com os percursos seguintes: Santo Antônio — 36 quilômetros, e Francisco Beltrão — 102 quilômetros, ambas no Paraná; São Miguel do Leste — 82 quilômetros, e Xapecó — 156 quilômetros, em Santa Catarina.

Possui uma agência do Departamento dos Correios e Telégrafos com telégrafo e uma estação de radiotelegrafia do Govêrno do Estado (Chefatura de Polícia). Emprêsas particulares efetuam o transporte coletivo com as demais cidades.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Barracão possui ruas e avenidas bem traçadas e conservadas pelos podêres municipais. Com uma população citadina de 1 700 habitantes vem sendo aumentada dia a dia com a entrada de colonos, comerciantes e industriais vindos do Estado do Rio Grande do Sul. Durante o ano de 1956 foram registrados, na sede municipal 20 caminhões e 3 automóveis. Conta Barracão com um comércio bem desenvolvido.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica em geral é prestada à população pelo Pôsto de Higiene localizado na sede municipal e mantido pela Secretaria de Saúde do Govêrno Estadual. Existe uma farmácia na cidade e um farmacêutico.

Ensino — Em 1956 funcionaram, na cidade e no resto do município, 30 unidades de ensino primário fundamental comum, com a matrícula de 1 032 alunos.

FINANÇAS PÚBLICAS —

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1953......	—	—	1 080	156	877
1954......	—	14	1 219	249	1 256
1955......	—	16	1 730	302	1 639
1956......	—	303	1 524	691	1 703

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A maior festa do município é de caráter religioso, sendo dedicada ao Divino Espírito Santo, cuja paróquia tem sua sede no município vizinho de Dionísio Cerqueira, do Estado de Santa Catarina. A população dos dois municípios e mais da cidade argentina de Bernardo

Prefeitura Municipal

Irigoyen promovem, além da festa religiosa, um verdadeiro congraçamento de amizade entre os povos brasileiro e portenho.

O dia 7 de setembro, data nacional do Brasil, é condignamente comemorado em Barracão. Presentes a tôdas as solenidades estão autoridades militares e escolares argentinas, sediadas nas cidades de Bernardo Irigoyen e Pousadas. À tarde é disputada uma partida de futebol entre argentinos e brasileiros.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Aquêles que nasceram em Barracão são denominados barraconenses. É desconhecida a origem do nome dado à cidade. O município constitui-se de um distrito judiciário subordinado à comarca de 1.ª entrância de Santo Antônio, município vizinho. Possui um Juiz de Paz e um Cartório do Registro Civil e anexos. O Govêrno municipal é exercido pelo Doutor Clínio Teixeira dos Santos, e o legislativo pelos seguintes Vereadores: José Ferreira Leão, José Domingos Santis, Ângelo Maonabosco, Bruno Skuster, Dionísio Spessatto, Inliano Marchesi, Manoel Caetano de Souza, Talvino Bruzchi e Nadir Antônio Guardim.

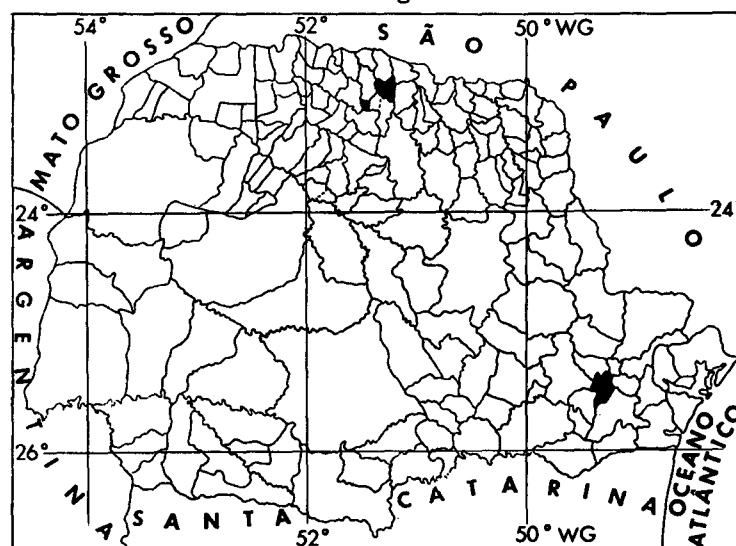
FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

BELA VISTA DO PARAÍSO — PR

Mapa Municipal no 12.º Vol.

HISTÓRICO — O povoamento da localidade que constitui o atual município de Bela Vista do Paraíso teve início em 1939. Os primeiros e mais antigos proprietários de terras da região foram Brasílio de Araújo e D. Maria Palieri Galdioli, que em época anterior a 1939 já se encontravam estabelecidos ali, onde desenvolviam importantes atividades agrícolas. Devido à exuberância e fertilidade das terras, em pouco tempo a população aumentou sensìvelmente. Novas glebas foram adquiridas e novos estabelecimentos rurais surgiram, dando-se início a uma povoação. Bela Vista do Paraíso fazia parte do município de Sertanópolis que foi desmembrado do antigo município de Jataí, em 1929, cinco anos, portanto, antes da criação do município de Londrina. Situado na bacia do Paranapanema, o município de Sertanópolis crescia para outros rumos, enquanto a localidade de Bela Vista do Paraíso surgiu e, a partir de 1939, evolui de maneira assombrosa, sem que o seu progresso pudesse, de modo geral, ser integrado à comunidade sertanopolitana. Assim, Bela Vista do Paraíso nem ao menos chegou a ser distrito, mas foi elevado diretamente à categoria de município, isto é, oito anos após o início do desbravamento do sertão e do povoamento do solo. O mais importante fator de progresso de Bela Vista do Paraíso, como, aliás, de tôda a região norte do Paraná, foi, desde os primórdios do povoamento, a cultura do café, que influiu decisivamente no progresso espantoso e desenvolvimento raramente observado noutras partes do território nacional.

Pela Lei estadual n.º 2, de 10 de outubro de 1947, foi criado o município de Bela Vista do Paraíso, com território desmembrado do município de Sertanópolis, passando a sua sede à categoria de cidade. A instalação do município foi efetuada juntamente com a posse do primeiro Prefeito eleito, no dia 5 de dezembro de 1947.

LOCALIZAÇÃO — O município está situado ao norte do Estado e compreendido na Zona Fisiográfica do Norte. Limita-se com os municípios vizinhos de Alvorada do Sul, Primeiro de Maio, Sertanópolis, Londrina, Cambé, Rolândia, Jaguapitã e Florestópolis. A sede municipal, cidade de Bela Vista do Paraíso, dista 458 quilômetros de Curitiba, por estrada de rodagem e sua posição geográfica é 22º 59' de latitude Sul e 51º 12' de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal está a 528 metros.

CLIMA — O município de Bela Vista do Paraíso goza de clima saudável e quente. Sêco durante tôdas as estações do ano, com chuvas freqüentes, no verão. As temperaturas médias observadas, durante o ano, foram: 25ºC para as máximas, 18ºC para as mínimas e 21,5ºC para a compensada.

ÁREA — Área primitiva 600 quilômetros quadrados. Com o recente desmembramento de parte do território do distrito de Prata (Lei n.º 3 005) para o município de Cambé, a área atual de Bela Vista do Paraíso é de 375 quilômetros quadrados.

RIQUEZAS NATURAIS — Madeira em geral vem a ser a principal riqueza natural do município.

POPULAÇÃO — Os resultados censitários de 1950 deram para o município de Bela Vista do Paraíso uma população de 23 823 habitantes, sendo 12 700 homens e 11 153 mulheres. Segundo a côr, eram brancos 19 898, pretos 2 366, pardos 1 455 e amarelos 88; segundo o estado civil (15 e mais anos), solteiros 4 424, casados 8 249, viúvos 442 e 14 desquitados; segundo a nacionalidade, 391 estrangeiros e 247 brasileiros naturalizados; segundo a religião, 22 319 católicos apostólicos romanos e 1 534 de outras religiões. A densidade demográfica correspondia a 2,51 habitantes por quilômetro quadrado. Estavam localizados na zona rural 84% da população municipal.

Aglomerações urbanas — Duas aglomerações urbanas existem no município de Bela Vista do Paraíso — a da sede municipal e de Margarida. Bela Vista do Paraíso, por

ocasião do Censo de 1950, possuía 3 820 habitantes, sendo 1 900 homens e 1 920 mulheres, assim distribuídos: quadro urbano — 2 532 (1 261 homens e 1 261 mulheres); quadro suburbano — 1 298 (639 do sexo masculino e 659 do feminino). Estima-se a população de Margarida em 1 450 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O café constitui a viga mestra no arcabouço econômico do município. Basta que se registre, em abono dessa assertiva, que é Bela Vista do Paraíso um dos principais produtores do legendário "ouro verde" em todo o Estado do Paraná. Em 1956, para uma produção estimada nesta Unidade da Federação de ...... 9 648 759, arrôbas de café, Bela Vista do Paraíso contribui com 972 000 arrôbas, distribuídas pelos seus 16 000 000 de pés de café, numa área de cultura de 25 600 hectares. O valor de tão extraordinária produção estimou-se, no período em referência, em Cr$ 291 600 000,00. Além do café, Bela Vista do Paraíso é município produtor de batata-inglêsa, cujo valor na balança econômica correspondeu a Cr$ 396 000,00; de feijão (Cr$ 17 325 000,00); de milho (Cr$ 38 760 000,00); de tomate (Cr$ 510 000,00); de banana (Cr$ 620 000,00) e de uva (Cr$ 720 000,00). Em 1956 o município exportou (comércio interestadual) mercadorias, sobretudo café, num volume de 12 909 776 quilogramas e valor correspondente a Cr$ 122 133 097,00. Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 44% estavam ocupados no ramo agricultura, pecuária e silvicultura.

A indústria, ocupando pouco menos de 200 pessoas ativas, valia 304 milhões de cruzeiros, sendo o principal ramo o de produtos alimentares que representa, percentualmente, 98 do valor total.

COMÉRCIO E BANCOS — Acham-se bastante desenvolvidas as atividades mercantis no município de Bela Vista do Paraíso. Estão em funcionamento 3 estabelecimentos atacadistas e 30 casas varejistas, tôdas mantendo transações permanentes com as praças de Londrina, Curitiba e diversos outros municípios paranaenses e paulistas. Encontram-se localizadas na sede municipal 7 agências bancárias.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é bem servido no setor transporte, contando, para tanto, com boas estradas de rodagem que constituem um apreciável sistema rodoviário. As ligações entre Bela Vista do Paraíso e os municípios vizinhos se processam através dos seguintes itinerários:

ESPECIFICAÇÃO	DISTÂNCIA (km)	VIA DE TRANSPORTE	OBSERVAÇÕES
Bela Vista do Paraíso a Londrina	38	Ônibus	Linha normal
Bela Vista do Paraíso a Santa Margarida	8	Circular	Linha normal
Bela Vista do Paraíso a Prata	38	Ônibus	Linha normal
Bela Vista do Paraíso a Mitaim	30	Caminhão	—
Bela Vista do Paraíso a Indiana	48	Caminhão	—
Bela Vista do Paraíso a Ribeirão Vermelho	16	Caminhão	—
Bela Vista do Paraíso a Água do Cardoso	13	Caminhão	—
Bela Vista do Paraíso a Ribeirão Bonito	18	Caminhão	—
Bela Vista do Paraíso a Ponte Preta	46	Caminhão	—
Capital Estadual	458	Ônibus	Linha normal diàriamente
Capital Federal	1 150	Ônibus	—

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Bela Vista do Paraíso possui, atualmente, uma população de 3 900 habitantes. Conta com mais de 800 edifícios, dos quais 600 servem para fins exclusivamente residenciais. É servida de energia elétrica, para a iluminação pública e particular, esta com 850 ligações.

Cortam, simètricamente, a cidade 112 logradouros públicos (5 avenidas, 75 ruas, 30 travessas e duas praças). Durante o ano de 1956, foram registrados 286 veículos motorizados (87 automóveis e 199 caminhões). Margarida, com cêrca de 1 450 habitantes, é sede de um distrito próspero e econômicamente bem desenvolvido. Vila progressista, conta com 17 logradouros públicos e 315 prédios.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Prestam assistência médico-sanitária à população 5 médicos, 8 dentistas e 10 farmacêuticos, residentes na cidade. Há no município 3 estabelecimentos de saúde: o Hospital São Jorge, particular, com 26 leitos, a Casa de Saúde São Vicente, também particular, com 22 leitos e o Pôsto de Higiene, mantido pelo Govêrno Estadual, todos prestando assistência médica em geral aos habitantes do município. Funcionam 9 farmácias no município.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 acusou a existência de 19 446 pessoas com 5 anos e mais, sendo 7 516 alfabetizadas. Dêsse total, 4 805 eram homens e 2 711 mulheres. Na sede municipal, das 3 149 pessoas de 5 anos e mais, 1 746 sabiam ler e escrever: 964 do sexo masculino e 782 do feminino.

Ensino — Em 1956, funcionaram na cidade e no resto do município 20 unidades de ensino primário fundamental comum, com a matrícula de 1 342 alunos. Encontra-se na sede municipal um estabelecimento de ensino extraprimário, o Ginásio Estadual de Bela Vista do Paraíso.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Na sede municipal está localizado o Cine Avenida, com capacidade para 400 espectadores, funcionando diàriamente. O seu movimento, em 1956, elevou-se a 460 sessões cinematográficas, com 68 360 ingressos vendidos. Existem em Bela Vista do Paraíso uma tipografia e uma livraria.

FINANÇAS PÚBLICAS —

ANO	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	...	5 409	2 915	1 915	1 829
1951	...	6 654	2 116	1 555	2 089
1952	...	10 241	3 857	3 066	3 626
1953	...	10 109	3 726	3 164	3 231
1954	...	13 721	4 430	3 936	2 614
1955	...	21 177	6 063	4 114	4 599
1956	...	21 177	9 408	8 773	9 673

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — São de caráter religioso as principais manifestações populares do município: São João, padroeiro do município, que se realiza na cidade, com a duração de 9 dias, e Santa Teresinha, na vila de Santa Margarida. Ambos os festejos são bastante concorridos e animados por tôda a população do município.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICIPIO — A organização judiciária do município compreende os distritos de Bela Vista do Paraíso e Santa Margarida, embora a Lei n.º 1 542, que dispõe sôbre a divisão judiciária do Estado, inclua, como distrito, Alvorada do Sul, atual município, e Prata, distrito administrativo pertencente a Cambé, por fôrça de plebiscito realizado em 1957.

O poder público municipal é exercido, no setor Executivo, pelo Prefeito, Dr. Edgar Bezerra Valente (PSD), e no Legislativo pela Câmara de Vereadores, assim constituída: Dr. José Marcelino — PSD; Joaquim Ladeira — PSD; Evilásio Machado — PSD; Romildo Albino de Oliveira — PSD; José Barmassar — PSD; Américo Arani — PSD; Wilson Godoy B. Dower — PSD; José Lara — PSD; Antônio Bueno da Silva — PR, e Gecy Fonseca — PR.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Paraná.

BITURUNA — PR

Mapa Municipal no 13.º Vol.

HISTÓRICO — Embora contestado por Fidel Franco Bolloto, sabe-se que o bandeirante curitibano Zacarias Dias Côrtes foi o descobridor dos Campos de Palmas, no ano de 1720. As intenções da Bandeira de Dias Côrtes, ao partir de Curitiba, rumo ao sul da antiga capitania de São Paulo, atingindo o Iguaçu e o norte do Uruguai, era a exploração do ouro que se dizia existir em grande quantidade no morro do Bituruna onde as lendas da época situavam riquezas maravilhosas. Franco Bolloto, que justificou em juízo haver aberto uma estrada através do sertão, em companhia do capitão Gabriel Alves de Araújo e outros curitibanos, não conseguiu provar que sua expedição houvesse atingido os Campos de Palmas, mas apenas que havia explorado parte do sertão, ao sul da capitania e da comarca de Curitiba. Coube à Bandeira de Zacarias Dias Côrtes descobrir e explorar as lavras e Inhangüera das quais tirou, sob juramento que fêz perante o Provedor das Minas, apenas 1 000 oitavas, responsabilizando-se pelo pagamento dos quintos reais, por não poder pagá-los na ocasião. Os descobrimentos dêsse bandeirante curitibano tiveram grande repercussão em tôda a Capitania. O Governador de São Paulo, Rodrigo César de Menezes, endereçou um ofício à Câmara Municipal de Curitiba, determinando que esta exigisse de Zacarias Dias Côrtes uma planta de região e um diário do seu percurso, o que foi feito, de vez que Varnhagen possuiu êsse roteiro das minas do Inhangüera. O Visconde de Pôrto Seguro, baseado nesses trabalhos de Dias Côrtes, dá uma descrição sucinta da região situada entre as cabeceiras dos rios Uruguai e Iguaçu, acrescentando que os curitibanos já conheciam, desde o século anterior, a região dos Campos de Palmas, referindo-se a "um antigo roteiro acêrca das minas de Inhangüera — por onde os curitibanos haviam com tôda a certeza chegado ao pé do morro do Bituruna, que vai afocinhar no Uruguai".

A prova de que a bandeira de Zacarias Dias Côrtes, mineiro curitibano, descobriu e devassou os Campos de Palmas e explorou as lavras de "Inhangüera", constituiu um dos argumentos do Barão do Rio Branco, na defesa dos direitos do Brasil ao território das Missões.

A tribo dos Biturunas foi uma das mais antigas na região dos Campos de Palmas. Foi êsse gentio que deu nome a tôda a região, que passou a denominar-se Campos dos Biturunas ou Ibiturunas. Os soldados dos Biturunas se espalharam nas zonas das nascentes dos rios Chopin (antigamente Peritiba) e Xapecó. A presença dêsses selvagens naquelas regiões foi assinalada por Olmidilla, em 1775, no Mapa da América Meridional, de sua autoria. As margens do rio Negro são também indicadas, pelo menos em certa época da história paranaense, como sendo ocupadas pelos Biturunas. Alguns autores identificam êstes índios com os Botocudos e com os Chocrens, porém, ao que parece, errôneamente, pois o próprio nome dêste povo é guarani: *De ibituru* — serra; *Ibituruna* — gente serrana.

Daí se vê que, desde o século XVII, não só era conhecida a região dos Campos de Palmas, de onde surgira, dois séculos mais tarde, o município de Bituruna, como até a denominação da nova comunidade municipal precede, no tempo e no espaço, a da zona situada entre os rios Iguaçu e Uruguai, e descoberta, em 1720, pelo bandeirante curitibano Zacarias Dias Côrtes. O atual município de Bituruna teve sua origem numa colônia formada por elementos nacionais, surgida e organizada na segunda década do presente século. Sua primitiva denominação foi Santo Antônio do Irati, e era um núcleo colonial formado por brasileiros, cujas origens remontam ao ano de 1924.

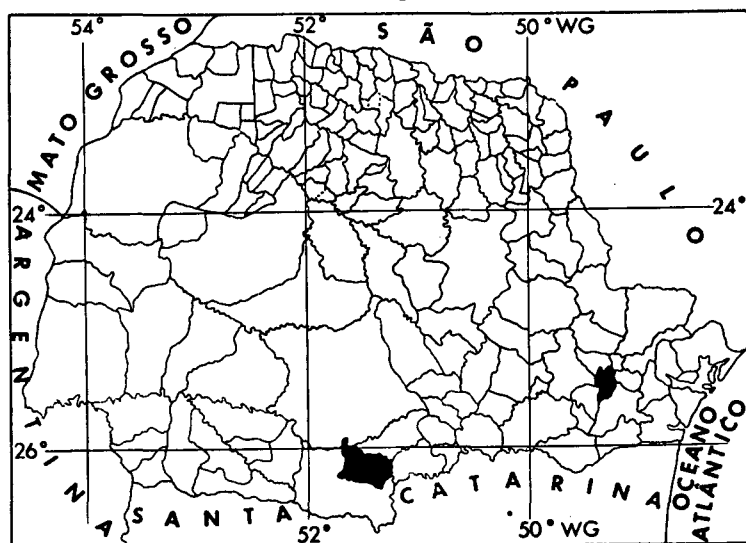
De fato, naquele ano, o Dr. Oscar Geyer, Alfredo Werminghoff, João Ghilardi, José Carlos Ely, André Carbonera, Gabriel Cherubini, Luiz Torriani e Dr. Constante G. Battocchio, em sociedade legìtimamente constituída, organizaram e fundaram a Emprêsa Colonizadora Santa Bárbara Limitada. Essa emprêsa imobiliária adquiriu da firma Hauer, Beltrão & Cia., procuradores do industrial Antônio Fernandes dos Santos, residente no Rio de Janeiro, uma área de 40 000 alqueires, da Fazenda Santa Bárbara, e, posteriormente, a área de 15 000 alqueires pertencentes à Fazenda Santo Antônio do Irati (ou Iratin), situadas no município de Palmas, entre os rios Iratin, no limite sul, e Iguaçu, no limite da parte norte. Por iniciativa da Emprêsa Colonizadora Santa Bárbara Limitada, em 1924, deu-se início ao povoamento da localidade. Essa tarefa foi grandemente facilitada em virtude da abertura da estrada que ligava a futura povoação à cidade de União da Vitória, além da política de terra adotada, dividindo a Fazenda em lotes com a área aproximada de 10 alqueires, ou seja, 242 000 metros quadrados. A primeira família a comprar terras na localidade e instalar-se na mesma foi a de Miguel Leonartovicz, que aqui chegou no ano de 1925, dando início às suas atividades. Em 1926 já se encontravam em pleno funcionamento, na localidade, algumas pequenas indústrias, tais como: fábricas de fumo em corda, engenhos de açúcar, uma serraria e beneficiamento de erva-mate. No setor agrícola, colhiam-se frutos dos trabalhos executados pelos colonos procedentes do Rio Grande do Sul, em sua maioria, de origem italiana. O desenvolvimento da povoação foi rápido, daí por diante. Em fins de 1926 já existiam na sede da Colônia Santa Bárbara 31 prédios residenciais, uma capela, cuja padroeira era Santa Bárbara, 3 casas

comerciais e diversos pequenos estabelecimentos industriais de origem agrícola.

Após a entrega ao tráfego da Rodovia Bituruna—União da Vitória, a colônia teve enorme incremento de progresso, devido à extração, indústria e comércio da madeira. A organização de grandes e extensos parreirais (que ainda hoje existem em plena florescência) concorreu, de maneira extraordinária, para o rápido desenvolvimento, para o progresso da região e do povoado, em particular. As terras do município, em quase sua totalidade, prestam-se, admiràvelmente, à cultura de cereais, como o trigo, o feijão, o milho, etc., além da cana-de-açúcar, fumo, vinha e numerosas outras espécies agrícolas.

A fundação do município de Bituruna deu-se no dia 23 de dezembro de 1924. Sua primeira denominação foi Santa Bárbara. Em 4 de dezembro de 1928 elevou-se à categoria de vila de Santa Bárbara, passando a constituir a sede do distrito do mesmo nome e integrando o município de Palmas. Em virtude do Decreto-lei estadual de 20 de outubro de 1938, passou a integrar o município de União da Vitória, permanecendo nessa condição até 30 de dezembro de 1943, quando, por fôrça do Decreto-lei estadual n.º 199, reverteu ao território de origem, já então com a denominação de distrito de Bituruna. Finalmente, pela Lei estadual n.º 253, de 2 de dezembro de 1954, foi desmembrado do município de Palmas e elevado à categoria de município autônomo.

LOCALIZAÇÃO — A comuna situa-se ao sul do Estado e está compreendida na Zona Fisiográfica de Guarapuava. Limita-se com os municípios de Guarapuava, Cruz Machado, União da Vitória e Palmas. A sede municipal, cidade de Bituruna, dista, por estrada de rodagem, 339 quilômetros de Curitiba e sua posição geográfica é 26° 7' de latitude Sul e 51° 31' de longitude Oeste de Greenwich.

ALTITUDE — A sede municipal está a 900 metros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Bituruna, situada na região abrangida pelo terceiro planalto paranaense, e na Zona Fisiográfica de Guarapuava, possui clima temperado. Durante a primavera e verão apresenta uma temperatura agradável e fresca. Nos períodos hibernais, bastante frios, há incidência de geadas constantes e neves periódicas. As temperaturas observadas, anualmente, são, para as máximas 28°C, para as mínimas 8°C e para a compensada 18°C.

ÁREA — Corresponde a 1 206 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município são os rios Iguaçu, Iratin e Jangada, que servem de divisa com os municípios de Cruz Machado, Guarapuava, Palmas e União da Vitória respectivamente.

RIQUEZAS NATURAIS — A principal riqueza natural do município é a madeira em geral, se bem que existam fortes indícios de ser o seu território rico em minérios de chumbo e cal.

POPULAÇÃO — Ainda por ocasião do Recenseamento Geral de 1950, o território de Bituruna contava 3 900 habitantes, dos quais 1 956 homens e 1 944 mulheres. A densidade demográfica era de 4 habitantes por quilômetro quadrado. Do total da população recenseada, 89% estavam localizados na zona rural.

Aglomeração urbana — No município de Bituruna apenas a aglomeração urbana da sede municipal é registrada. Antigo distrito da comuna de Palmas, durante o Censo de 1950, apresentou uma população de 603 habitantes — 308 homens e 295 mulheres, assim distribuída: *quadro urbano* — 342 (172 homens e 170 mulheres); *quadro suburbano* — 261 (136 do sexo masculino e 125 do feminino).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A extração e beneficiamento da madeira, em grande abundância na região, constitui a principal fonte de renda do município, sendo o pinho, a imbuia, o cedro e o couro as espécies vegetais mais exploradas, face à grande reserva existente. Conta Bituruna com 47 estabelecimentos industriais, dos quais 16 ocupam 5 ou mais operários em suas atividades. Os ramos principais são o madeireiro, e o de produtos alimentares. A fruticultura adaptava-se perfeitamente ao clima e solo da comuna, havendo por isso grandes culturas de uva e laranja; a primeira em parte industrializada e a outra exportada. O cultivo de cereais é outra fonte econômica de relêvo; as espécies mais cultivadas são o milho, o trigo, a batata, o feijão, o arroz, a cana-de-açúcar e o fumo. Na pecuária, a suinocultura aparece com maior destaque, havendo exportação de gado em pé para outros Estados.

Em 1956, a exportação (interestadual) do município somou aproximadamente Cr$ 537 590,00, sendo grande parte de sua produção consumida pelos outros municípios do Paraná. As tábuas serradas de pinho e toros em bruto constituíram-se nos principais produtos exportados.

COMÉRCIO E BANCOS — As atividades comerciais de Bituruna são exercidas pelos seus 3 grandes estabelecimentos varejistas e 2 atacadistas. O comércio e indústria locais mantêm transações em maior escala com as praças de União da Vitória e Curitiba, no Paraná; Pôrto União, em Santa Catarina e São Paulo, naquele Estado, que são também fornecedores de artigos e mercadorias necessárias para o consumo interno do município, tais como: tecidos, ferragens, máquinas, medicamentos, açúcar, sal, café, veículos e combustíveis.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O meio de transporte que serve o município é apenas o rodoviário que o liga aos demais, de onde está separado pelas

seguintes distâncias: União da Vitória — 72 quilômetros; Palmas — 220 quilômetros; Cruz Machado — 124 quilômetros; Guarapuava — 344 quilômetros. Dista da capital Estadual 310 quilômetros (rodoviário) e da capital Federal 1 345 quilômetros (rodoviário). Na sede encontra-se instalada uma Agência Postal do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Bituruna conta com aproximadamente 1 000 habitantes e com numerosos prédios que lhe dão agradável aspecto urbanístico. É servida de energia elétrica para a iluminação pública e domiciliar. Durante o ano de 1956, foram registrados na Prefeitura Municipal 10 automóveis e 41 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Um dentista e 1 farmacêutico prestam assistência médica aos habitantes do município.

A assistência médica em geral à população está a cargo de um Pôsto Misto de Higiene. Existe uma farmácia na cidade.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — O Pôsto de Higiene presta também serviços de assistência social ao povo, destacando-se o serviço de imunizações. Na sede municipal acha-se localizada a Cooperativa Vinícola Mista Santa Bárbara Limitada, congregando 74 associados. O seu movimento em 1956, ano de sua fundação, foi da ordem de 1 milhão de cruzeiros, aproximadamente.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 apontou na sede do então distrito de Bituruna um total de 72 pessoas de 5 anos e mais, das quais 62 sabiam ler e escrever, sendo 37 homens e 25 mulheres.

Ensino — O ensino primário fundamental comum era representado, em 1956, por 23 unidades escolares, com a matrícula de 921 alunos.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANO	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1956 (1)...	...	1 047	980	1 046	650

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — A principal manifestação popular é externada por ocasião dos festejos a Santa Bárbara, padroeira do município. Consta essa comemoração de uma novena e procissão solene no dia do seu encerramento, quermesses e barracas. A êsse movimento de fé cristã comparece em massa o povo do município.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — O "Salto Grande do Iguaçu" e o "Encantilado", ambos formados pelo rio Iguaçu, constituem as principais atrações turísticas do município. Êste último é de grande beleza e singularidade, pois o rio, que em quase tôda sua extensão apresenta-se largo, nesse trecho estreita-se repentinamente, graças a um aglomerado de rochas, e permite a passagem de um homem de lado a lado, de um pulo apenas. Logo adiante, baixa de nível e produz o salto. As águas jorram com tanta impetuosidade que se fôr jogada uma pedra na direção da queda, a mesma não descerá ao leito do rio, mas será atirada longe, tal a fôrça da corrente.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O topônimo Bituruna é de origem Guarani, que significa: "gente serrana". Era usado para designar a tribo indígena existente nos primórdios do município, ou seja, os Biturunas ou os Ibiturunas. Seus habitantes são conhecidos pelo nome de biturunenses. É sede de distrito judiciário subordinado à comarca de Palmas. Na cidade existem um Juiz de Paz e um Cartório do Registro Civil e anexos. Em 1955 havia 1 273 eleitores inscritos.

Os podêres municipais em 1957 estavam com a seguinte representação: Prefeito Municipal — Senhor Farid Abrahão; Vereadores — Senhores Avelino Roveda, Sílvio Sebben, Ernesto Gnoato, Joaquim Nalon, Malvino Lorenzini, Roberto Bespalcz, Beagio Alfredo Perizzolo, José Menegat e Pedro Fiorelli.

Em vias de ser debatido, há um projeto do Govêrno estadual, visando à construção de uma moderna estrada passando pelo vale do Iguaçu, empreendimento êste que virá incrementar a agricultura em zona quase inexplorada anteriormente.

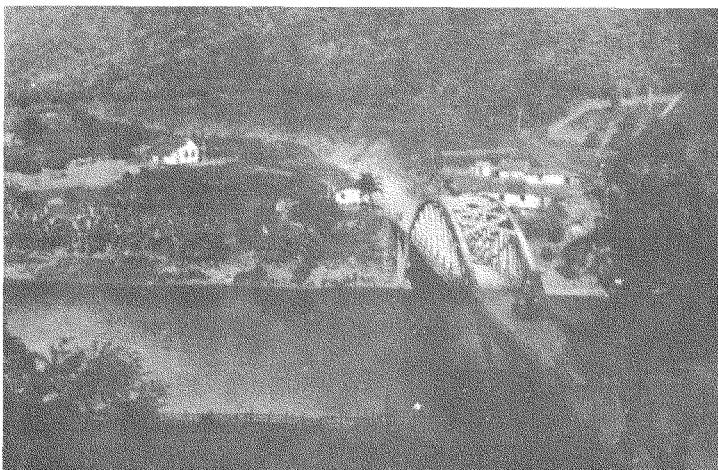
FONTES — *História do Paraná*, de Romário Martins. Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

BOCAIÚVA DO SUL — PR

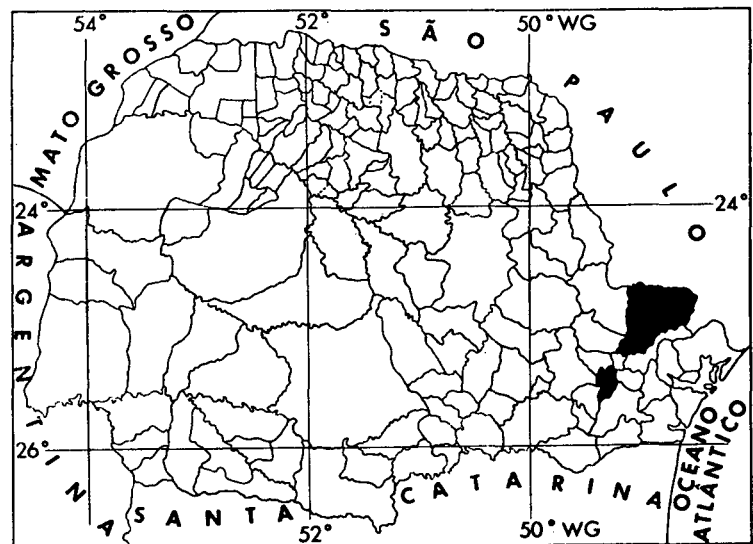
Mapa Municipal no 10.º Vol.

HISTÓRICO — Ao serem descobertos e povoados os campos de Curitiba, existia, no planalto curitibano, uma localidade chamada Arraial Queimado. Essa denominação provém de um incêndio que, em épocas imemoriais, teria destruído a primitiva povoação fundada nestas paragens, com nome ainda hoje ignorado. Do sinistro resultou a denominação do lugar, que veio a chamar-se Arraial Queimado. Depois, a região foi paulatinamente abandonada. Mas em 1710, apesar do esquecimento em que se encontrava, o Capitão-mor Governador da Capitania de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá concedeu uma Carta de sesmaria a Domingos Fernandes Grosso, abrangendo as terras do Arraial Queimado. Entretanto, Domingos Fernandes Grosso era, nesse ato, apenas um "testa-de-ferro" do Padre Lucas Rodrigues França, filho do Governador e legítimo dono da sesmaria, que lhe foi doada pelo Governador da Capitania. Tanto assim que, alguns anos mais tarde, o Padre Lucas Rodrigues França vendeu esta sesmaria ao seu cunhado, mestre-de-campo, André Gonçalves Pinheiro. Com o falecimento dêste prestante sucessor do Padre Lucas Rodrigues França, a sesmaria do Arraial Queimado foi transferida à sua filha e herdeira, Bernarda Maria de França, casada com Manoel Gonçalves Silvestre. Êstes sucessores venderam a sesmaria, em 28 de outubro de 1756, a José Rodrigues Teixeira, pela importância de 50$000.

O povoamento do município recebeu forte incremento, alguns anos mais tarde, com o estabelecimento, ali, de Manoel José Cardoso, chefe de numerosa prole, que foi um

dos povoadores da região. Após êstes, vieram outros moradores, tais como, Manoel José de Aleluia, Manoel João dos Santos, J. Antônio dos Santos Souza, Antônio Joaquim dos Santos e Joaquim Antônio dos Santos, que fundaram sítios e contribuíram de maneira extraordinária para o progresso da localidade. Em 1828, já a população do povoado era tão densa, que a "Descrição Topográfica", mandada registrar pelo ouvidor interino, Dr. Joaquim Teixeira Peixoto, consigna que a Câmara de Curitiba já tinha aprovado uma indicação sôbre a necessidade de ser criada uma capelinha curada, no sítio do Arraial Queimado. Entretanto, a intensificação do movimento colonizador do Arraial Queimado operou-se, relativamente, de maneira demorada e lenta. Sòmente pela Lei n.º 250, de 22 de abril de 1870, foi a povoação elevada à categoria de freguesia. Um ano após, em virtude da Lei n.º 273, de 12 de abril de 1871, era criado o município do Arraial Queimado, que depois da proclamação da República passou a denominar-se Bocaiúva, em homenagem ao Ministro das Relações Exteriores do Govêrno Provisório, Quintino Bocaiúva, ato que se concretizou pelo Decreto n.º 19, de 11 de janeiro de 1890. A vila de Bocaiúva foi extinta pela Lei n.º 440, de 11 de maio de 1875, e restabelecida pela Lei n.º 448, de 24 de março de 1876, com reinstalação a 7 de janeiro do ano seguinte. Pelo Decreto n.º 1 703, de 14 de julho de 1932, foi extinto o município, tendo o seu território sido anexado à comuna de Capivari, com sede na cidade de Colombo. Dois anos mais tarde, em virtude do Decreto n.º 705, de 16 de março de 1934, foi restabelecido o seu antigo território e mais o que pertencia ao extinto município de Epitácio Pessoa. Pelo Decreto-lei n.º 199, de 30 de dezembro de 1943, recebeu a denominação de Imbuial, mudando novamente de nome, pela Lei n.º 2, de 10 de outubro de 1947, quando passou a chamar-se Bocaiúva do Sul. Em março de 1938, por fôrça do Decreto-lei n.º 705, a sede municipal foi elevada à categoria de cidade. Pelo Decreto-lei n.º 199, de 30 de dezembro de 1943, surgiu o têrmo judiciário de Bocaiúva, cuja instalação se deu no dia 12 de abril de 1944, em sessão solene presidida pelo Dr. Joaquim de Oliveira Sobrinho, Juiz de Direito da comarca de Morretes, sendo Prefeito Municipal o Dr. Mário Bastos, e Promotor Público o Dr. Ignacio R. Sottomaior Ramos. Em fins do ano de 1946, por Decreto-lei estadual, o município passou a denominar-se Bocaiúva do Sul. A comarca de Bocaiúva do Sul foi criada em 16 de janeiro de 1949, com a categoria de comarca de primeira entrância. A instalação,

Ponte sôbre o rio Ribeira, divisa com o Estado de São Paulo

feita poucos dias mais tarde, em sessão solene, presidida pelo Dr. Luiz de Albuquerque Maranhão, tendo como Juiz de Direito o Dr. Zeferino Mozatto Krukoski, secretariado por João de Deus Castro, Oficial do Registro Civil, estiveram presentes o Sr. Manoel Costacurta, Prefeito Municipal, e o Dr. Ignacio R. Sottomaior Pedroso, Promotor Público da comarca. O governador do Estado foi representado no ato pelo Deputado Francisco Accioly Rodrigues da Costa Filho.

LOCALIZAÇÃO — O município de Bocaiúva do Sul está localizado na Zona Fisiográfica Alto Ribeira, no sul do Estado do Paraná. A posição geográfica da sede municipal está compreendida entre as seguintes coordenadas geográficas: latitude Sul — 25º 13'; longitude Oeste de Greenwich — 49º 06'. São os seguintes os limites físicos de Bocaiúva

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

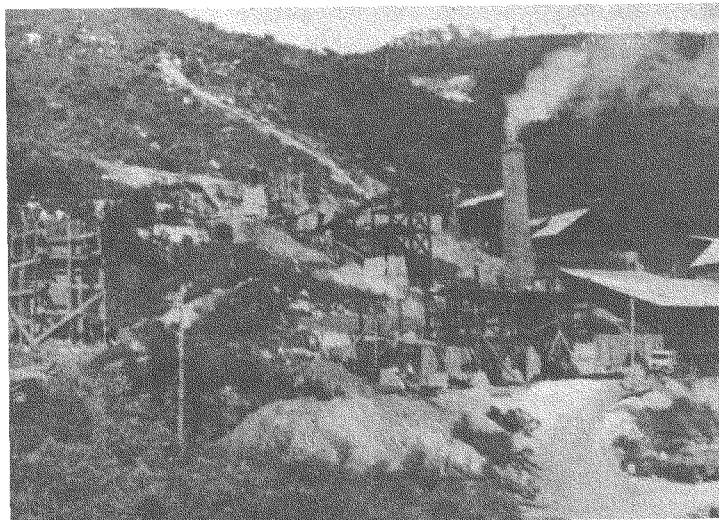
do Sul: ao norte, o Estado de São Paulo; a oeste, os municípios de Rio Branco do Sul e Cêrro Azul; ao sul, o município de Colombo; e a leste, o de Timbu e o Estado de São Paulo.

ALTITUDE — A altitude do município de Bocaiúva do Sul é de 980 metros.

CLIMA — O clima pode ser classificado como temperado.

ÁREA — A área total do município é de 2 943 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município de Bocaiúva do Sul são os seguintes: *Rios* — Capivari, Ribeira, Sebastião, Uberaba e Pardo. *Saltos* — do Inferno, no rio Capivari, com a potência de 10 000 H.P., com uma queda de 80 a 150 metros de altura; cachoeira do Feixo e do Uberaba. *Morros* — do Cadeado, das Flores e da Cruz. *Serras* — da Virgem Maria, do Cabrestante e da Bocaina. *Gruta* — dos Campinhos.

RIQUEZAS NATURAIS — Está sendo explorada, em grande escala, no município, a galena mineral de que se extrai chumbo, prata, pedra-ferro, mármore, argila e outros produtos minerais de grande importância. Há em grande quantidade e ainda não estão sendo explorados os seguintes minerais: cobre, cal, barita e muitos outros de que se encontram importantes jazidas no município. No setor das

Mina de Chumbo Plumbum S.A. (Distrito de Paranaí)

riquezas vegetais registra-se a existência dos seguintes produtos naturais, que constituem inesgotáveis fontes de riqueza: pinheiro, imbuia, canela, sassafrás, cedro, caroba, coqueiro, guatambu, pau-d'alho, caingá, peroba, carvalho etc.

POPULAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 encontrou no município de Bocaiúva do Sul 20 490 habitantes, dos quais 10 530 homens e 9 960 mulheres. A população que habitava o perímetro urbano compunha-se de apenas 1 406 pessoas, sendo 689 do sexo masculino e 717 do feminino. O restante estava localizado no quadro rural, onde se encontravam 96 por cento da população municipal. A densidade demográfica era de 6 habitantes por quilômetro quadrado.

Aglomerações urbanas — O principal centro urbano é a sede municipal onde se encontram 1 406 habitantes. Além da sede municipal há ainda os distritos de Paranaí e Tunas, cujas sedes são também pequenos aglomerados urbanos.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — De acôrdo com os dados do último Recenseamento, 36% das pessoas de 10 anos e mais estavam ocupados na agricultura, pecuária e silvicultura. O principal produto local é o milho; seguem-se em importância na safra do município o feijão e a laranja. O valor da produção agrícola em 1954 foi de 17 milhões de cruzeiros. Em 31 de dezembro de 1954 a população pecuária do município estava avaliada em 35 milhões de cruzeiros, aproximadamente. A indústria, ocupando 626 pessoas econômicamente ativas, valia em 1955 a importância de 97 milhões de cruzeiros, sendo o principal ramo o da metalúrgica, equivalente a 93% do valor total. A indústria principal é a da exploração de minérios, tais como ferro, mármore, chumbo, prata, ouro e outros. Sòmente a Companhia Plumbum S.A., situada no distrito de Paranaí, tem uma produção de aproximadamente cem milhões de cruzeiros anuais.

COMÉRCIO — O comércio, principalmente, na sede municipal, é pouco desenvolvido. Existem apenas 6 estabelecimentos varejistas na cidade de Bocaiúva do Sul, e alguns espalhados pelo interior do município.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A sede municipal está ligada à capital do Estado por estrada de rodagem, distando desta 39 quilômetros, ligando-se, também, às cidades vizinhas, por várias rodovias. São as seguintes as distâncias entre a sede municipal e as cidades vizinhas: Capela da Ribeira (SP), 97 quilômetros; Campina Grande do Sul, 15 quilômetros; Colombo, 10 quilômetros; Rio Branco do Sul, 15 quilômetros; e Cêrro Azul, 45 quilômetros.

O município possui dois postos telegráficos, sendo um na sede municipal e outro no distrito de Tunas, antigo distrito de Pedra Preta.

Em 1955 foram registrados no município 55 automóveis e 470 caminhões.

ASPECTOS URBANOS — Centro urbano dos mais antigos do Paraná, Bocaiúva do Sul é uma cidade construída sem a moderna técnica urbanística. Na sede municipal existem 5 logradouros revestidos com macadame. O serviço de iluminação pública domiciliária é realizado pela Usina Elétrica situada no salto do Roncador, do rio Cachoeirinha, distando da sede municipal 4 quilômetros. É de propriedade do Departamento de Águas e Energia Elétrica e possui potência igual a 116,5 H.P. O consumo de energia elétrica, para iluminação pública e particular, durante o ano de 1956, foi de 70 284 quilowatts-hora.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIO — Os serviços são prestados ao povo de Bocaiúva do Sul pela Santa Casa de Misericórdia e pelo Pôsto de Higiene local.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Censo Demográfico de 1950, atingia 4 786 o número dos alfabetizados, sendo 2 879 homens e 1 907 mulheres. Assim, 20% da população sabiam ler e escrever.

Ensino — Eram 105 as unidades escolares do ensino primário fundamental comum existentes no município em 1956. A quota de crianças matriculadas atinge a casa de 25% da população em idade escolar.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950......	102	1 924	409	138	602
1951......	256	2 475	460	134	566
1952......	135	1 905	867	180	683
1953......	173	2 891	1 225	195	1 372
1954......	244	2 797	1 059	253	1 258
1955......	534	5 157	681	287	959
1956......	1 171	5 508	1 176	439	1 735

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — O padroeiro da cidade é Santo Antônio, festejado no dia 13 de junho. No distrito de Tunas comemora-se, também, o dia do seu orago — São Francisco, em 4 de outubro.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Como objetivo principal de turismo, pode-se mencionar a mina de chumbo de propriedade da Companhia Plumbum Sociedade Anônima, localizada em Paranaí, no interior do município.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do município são conhecidos pela denominação de bocaiuvenses. A atual legislatura foi instalada em 1955. É Prefeito

Casa de Saúde de Bocaiúva do Sul

Municipal o Dr. Antônio F. Ruppel. A Câmara Municipal compõe-se de 9 vereadores, que são: Luiz Alves de Brito, Manoel Costacurta, Lucídio Benato, Eros Ruppel Abdala, Luiz José de Castro, Ubaldino Cavallari, Vergílio Benatto, Francisco T. Ribeiro e João Andrade Guimarães.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

BOM SUCESSO — PR

Mapa Municipal no 12.º Vol.

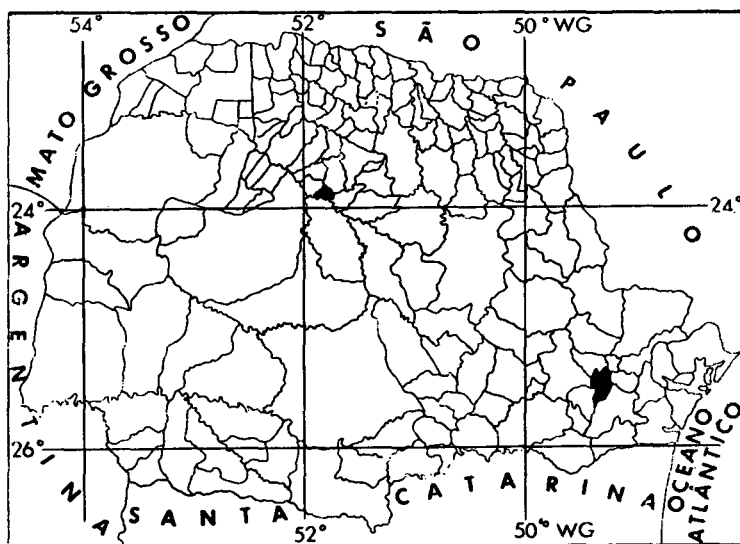
HISTÓRICO — Na sua marcha civilizadora, no "rush" de desbravamento, povoamento e colonização do setentrião paranaense, a Companhia de Terras Norte do Paraná, fundada em 1924, por imigrantes inglêses e alguns elementos nacionais, após a fundação de Londrina, voltou suas vistas para o noroeste e, seguindo a clareira de antigo estradão, rasgado por tropeiros e bandeirantes, ao longo da mata virgem, foi abrindo patrimônios, formando núcleos populacionais e fundando cidades.

Em etapas e lutas que assinalaram verdadeira epopéia do bandeirantismo contemporâneo, a Companhia de Terras Norte do Paraná, a quem o Govêrno do Estado transferiu uma vasta área de terra, na prodigiosa região setentrional do Paraná, de terra roxa, de uma fertilidade jamais vista em qualquer outra parte do globo, planejou e executou o mais extraordinário programa de colonização de que há notícia nos fatos da história econômica e social do Paraná. A Companhia adotou, desde logo, um plano racional de aproveitamento e distribuição das terras: o da pequena propriedade. Seguiu, além disso, a política de formação de patrimônios, subdivididos em lotes, onde ficavam adrede estabelecidos os perímetros urbano e rural No perímetro urbano. cujos lotes ou "datas" eram vendidos com facilidades de pagamento, surgiam os pródromos de uma cidade. As "datas" da zona rural compreendiam maiores extensões de terra e nelas apareciam, depois de derrubadas as matas, os grandes cafèzais e lavouras de outros produtos próprios da região. Ante a facilidade e rapidez com que se formavam e surgiam os centros urbanos no norte do Paraná, deu-se aos mesmos a denominação de "cidades-cogumelos", pela analogia existente entre os dois fenômenos. Prosseguindo na sua tarefa de semear cidades, desbravar o sertão, cultivar e povoar o solo, abrir estradas e vias de comunicações, a Companhia de Terras Norte do Paraná criou uma nova civilização, um tipo de cultura diferente, numa região até então inexplorada, desconhecida e bravia.

Entre as cidades fundadas pela maior e mais dinâmica emprêsa imobiliária que operou no Paraná, figura a cidade de Bom Sucesso, situada no prolongamento da vasta gleba de terra de sua propriedade, na zona mais conhecida por Norte Novo e que se aproxima da mesopotâmia Piquiri—Ivaí, rumo ao noroeste. Aí, em determinado ponto do sertão adusto, nas proximidades de Jandaia do Sul, São Pedro do Ivaí, Barbosa Ferraz, Fênix e outros notáveis centros de progresso e riqueza sem par, resolveu a Companhia lançar os fundamentos da cidade de Bom Sucesso. Como nos demais casos, o início foi a formação de um patrimônio, com a demarcação dos perímetros urbano e rural e a necessária divisão em lotes, "datas" e fazendas.

Decorrida a primeira etapa da fundação da futura cidade, a Companhia de Terras Norte do Paraná promoveu a venda de lotes e "datas", iniciando, assim, o povoamento da localidade com elementos provenientes dos Estados de São Paulo e Minas Gerais. Seguindo a velha e tradicional política de aproveitamento das terras, através da distribuição em pequenas propriedades, a Companhia Colonizadora realizou em Bom Sucesso a mesma obra civilizadora já posta em prática em mais de duas dezenas de centros urbanos erigidos na mesma região fisiográfica do Paraná. A enorme afluência de colonos e povoadores oriundos de São Paulo e Minas Gerais transformou o patrimônio em cidade.

Não tardou a atingir a categoria de distrito administrativo, para logo em seguida, pela Lei estadual n.º 253, de 26 de novembro de 1954, ser elevado à categoria de município autônomo. Sua instalação, juntamente com a posse das primeiras autoridades, deu-se em dezembro de 1955. Nessa data foram empossados Prefeito Municipal eleito, Sr. Clementino José da Silva, e Vereadores, Senhores Francisco Millan, Antônio Fonseca e Silva, João de Oliveira Vermelho, Waldemar Billek, Nicolau Lopes Padilha, José Raimundo dos Santos, Edgar Belarmino Pereira, Joaquim Batista de Carvalho e José Luiz da Silva.

LOCALIZAÇÃO — Bom Sucesso situa-se ao norte do Estado e está compreendido na Zona Fisiográfica do Ivaí.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Limita-se com os municípios de Jandaia do Sul, São Pedro do Ivaí, Manoel Ribas, Campo Mourão e Mandaguari. A sede municipal, cidade de Bom Sucesso, dista 597 quilômetros por estrada de rodagem de Curitiba e sua posição geográfica é 23° 43' de latitude Sul e 51° 43' de longitude Oeste de Greenwich.

ALTITUDE — A altitude registrada, na sede municipal, é de 780 metros.

CLIMA — O clima do município é quente e úmido, nas quatro estações do ano. Durante o verão é o território municipal regado por chuvas abundantes e oportunas. As temperaturas médias registradas, anualmente, são: das máximas — 33°C; das mínimas — 19°C, e compensada — 26°C.

ÁREA — Corresponde a 649 quilômetros quadrados.

ACIDENTE GEOGRÁFICO — O principal acidente geográfico é o rio Ivaí, que serve de divisa com os municípios de Campo Mourão e Manoel Ribas.

RIQUEZA NATURAL — A madeira é a riqueza natural predominante no município.

POPULAÇÃO — Bom Sucesso, por ocasião do Censo de 1950, era simples povoado situado no território distrital abrangido pelo distrito de Jandaia do Sul e pertencente ao município de Apucarana. Sua população figura, juntamente com a de Jandaia do Sul, nos quadros censitários de 1950.

Aglomerações urbanas — Apenas a aglomeração urbana da cidade de Bom Sucesso existe no município.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Como nos demais municípios da região, a agricultura é a principal atividade econômica de Bom Sucesso, isto pela excelente qualidade de seu solo, o que propicia uma renda destacada para o município. Das suas culturas agrícolas, vem em plano de maior realce o café, com uma produção, em 1956, de .... Cr$ 56 250 000,00; seguem-lhe o milho, com .... Cr$ 13 221 000,00; o arroz, com Cr$ 6 611 000,00 e o feijão, com Cr$ 5 699 250,00. Por estar situado em zona de clima quente, encontra-se em fase de desenvolvimento a cultura da banana com uma estimativa de produção de .... Cr$ 480 000,00. O valor total da exportação interestadual somou, em 1956, a importância de Cr$ 4 666 768,00.

A indústria encontra-se em fase latente; do total de seus estabelecimentos, 4 possuem mais de 5 operários em atividade e dedicam-se ao beneficiamento de café, cereais e à extração de madeira em pequena escala.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local, face à produção de café que se iniciou em 1956, tende a progredir; seus 9 estabelecimentos varejistas e a agência de banco representam as atividades comercial e bancária de Bom Sucesso. Os municípios compradores e consumidores da sua produção agrícola e com os quais mantém transação comercial são: Jandaia do Sul, Maringá, Apucarana e Londrina, no Paraná, e São Paulo no Estado do mesmo nome. Os artigos necessários e importados por Bom Sucesso são todos aquêles não cultivados ou produzidos no município.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade de Bom Sucesso está ligada aos demais municípios limítrofes por estradas de rodagem e dista: de Jandaia do Sul, 25 quilômetros; de São Pedro do Ivaí, 24 quilômetros; de Marialva, 38 quilômetros e de Mandaguari, 68 quilômetros.

Ônibus intermunicipais fazem o transporte coletivo entre a cidade de Bom Sucesso e as demais vizinhas da região.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Bom Sucesso, apesar de sua curta existência, se vem desenvolvendo com celeridade. Elevada há pouco mais de um ano à sede municipal, seu progresso urbanístico bem corresponde às aspirações e às esperanças de quantos promoveram a sua autonomia. Possui três bem montados e confortáveis hotéis, duas pensões e um bom comércio.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A população recebe assistência médico-sanitária de 2 médicos, 3 dentistas e 2 farmacêuticos. A Casa de Saúde e Maternidade de Bom Sucesso presta serviços de assistência médica em geral aos moradores da cidade. Existem duas farmácias na sede municipal.

ENSINO — Elevou-se a 16 o número de estabelecimentos que funcionaram e ministraram o ensino primário fundamental comum, no município, em 1956.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Funciona na cidade o Cine Bom Sucesso, que dispõe de 250 cadeiras. Em 1956, levou a efeito 122 exibições cinematográficas, a que estiveram presentes 10 984 espectadores.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANO	RECEITA ARRECADADA (Cr$)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1956......	—	—	1 486 684,00	—	1 356 932,00

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Os habitantes do município rendem culto ao Divino Espírito Santo, a quem, como seu padroeiro, dedicam imponentes manifestações de fé. Os festejos são de grande animação e bastante concorridos, movimentando o povo de todo o município.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do município são chamados, comumente bom-sucessenses. A origem da atual denominação provém do desenvolvimento rápido e inesperado do patrimônio que, ali, de início, fundara uma Companhia de Terras e Colonização; do sucesso nas vendas de lotes e rápida colonização, surgiu o topônimo Bom Sucesso. O município é distrito judiciário subordinado à comarca de Jandaia do Sul; tem em sua sede um Juiz de Paz e um escrivão com Cartório do Registro Civil e anexos. O Govêrno do Município — o primeiro em sua história, pois Bom Sucesso foi criado em 1954 e instalado em 1955 — está assim constituído: Prefeito Municipal, Senhor Clemente José da Silva; Vereadores, Senhores Fran-

cisco Millan, Antônio Fonseca e Silva, João de Oliveira Vermelho, Waldemar Billek, Nicolau Lopes Padilha, José Raimundo dos Santos, Edgar Belarmino Pereira, Joaquim Batista de Carvalho e José Luiz da Silva.

FONTES — Arquivo da Agência Municipal de Estatística. Dados do Departamento de Geografia, Terras e Colonização. Documentação da Inspetoria Regional de Estatística Municipal.

BORRAZÓPOLIS — PR

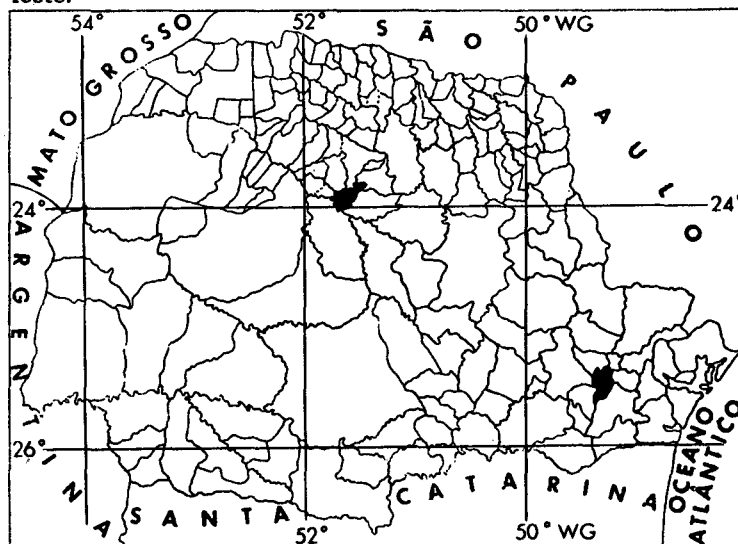
Mapa Municipal no 12.º Vol.

HISTÓRICO — Em poucas regiões do país poder-se-á encontrar fenômeno semelhante ao ocorrido no povoamento e colonização do norte do Paraná, no concernente à divisão e comércio das terras, planejamento e fundação de cidades, tudo isso com base na política de monocultura — o café. Municípios mais antigos, compreendendo vastíssimas áreas de terra roxa, situadas na faixa do Trópico de Capricórnio, passaram pela mais completa estratificação, sofrendo desmembramentos sucessivos e se transformando numa verdadeira série de centros urbanos, chamados por um jornalista que visitou a região de "cidades-cogumelos".

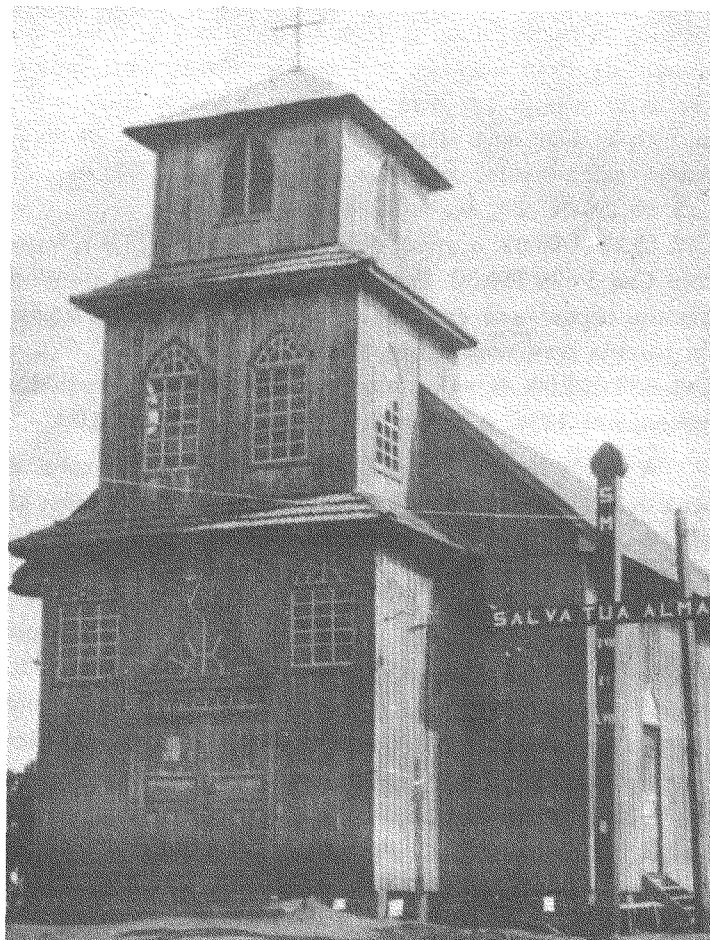
Borrazópolis, a princípio simples patrimônio localizado no interior do município de Apucarana, iniciado em 1948, três anos depois, em 1951, já era município autônomo, possuindo a sua sede os foros de cidade, o que bem a caracteriza dentro da classificação dada pelo homem de imprensa, surprêso diante de tanto progresso e de tanto prodígio realizados pelo homem. Em 1948 a "Colonizadora Rio Bom", detentora de uma gleba de terras próprias para a cultura do café, deu início à organização de um patrimônio, derrubando a floresta, abrindo estradas, medindo e demarcando "datas" e promovendo a vinda dos interessados na compra de terras na localidade. No curto espaço de apenas dezoito meses, enfrentando e superando as maiores dificuldades, num esfôrço ingente e quase sôbre-humano, a Companhia planejou e levou a cabo uma obra notável, transformando a mata virgem em cidade, montando serrarias, instalando hotéis, farmácias, casas comerciais, construindo templos religiosos, escolas públicas e uma série de melhoramentos de grande envergadura.

A denominação do município constitui uma homenagem ao Dr. Francisco José Borraz, superintendente geral do Banco do Rio Grande do Sul Sociedade Anônima e proprietário da gleba Rio Bom.

Borrazópolis foi elevado à categoria de distrito judiciário de Apucarana, pouco antes de ser criado o município, sendo a sua primeira denominação Catugi. Pela Lei estadual n.º 790, de 11 de novembro de 1951, foi elevado à categoria de município, recebendo então a denominação de Rio Bom. Sua instalação se deu a 14 de dezembro de 1952. Nessa data, por ocasião da primeira sessão da Câmara Municipal, foi proposta a mudança da sede municipal para a vila de Catugi, proposta concretizada, mais tarde, por Lei estadual, que mudou também a denominação do município para Catugi. Em virtude de um plebiscito realizado pelos habitantes da vila Rio Bom, em 1953, a localidade passou a integrar o território do município de Araruva. Atendendo a reivindicações dos habitantes, o Govêrno do Estado mudou novamente a denominação do município para Borrazópolis, permanecendo a homenagem do povo a um dos maiores impulsionadores do progresso da localidade, que foi o Dr. Francisco José Borraz, que figura, também, entre os seus principais fundadores.

LOCALIZAÇÃO — A posição geográfica da sede do município é 23° 47' de latitude Sul e 51° 24' de longitude Oeste de Greenwich. Está situado na Zona Fisiográfica do Ivaí, limitando-se com Apucarana ao norte, Jandaia do Sul e Pitanga, a oeste, Faxinal e Araruva ao sul, e Araruva a leste.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal está a 700 metros.

CLIMA — Situado na zona compreendida pelo alto Ivaí, em pleno setentrião paranaense, Borrazópolis é possuidor de clima quente. As temperaturas médias observadas no

Igreja-Matriz de Borrazópolis

Coletoria Estadual de Borrazópolis

município, em 1956, foram de 35ºC para as máximas, 16ºC para as mínimas e 24,5ºC para a compensada.

ÁREA — Corresponde a 399 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Rio Ivaí e rio Bom são os mais destacados acidentes geográficos do município.

POPULAÇÃO — Pelo Recenseamento Geral de 1950, contava o município de Borrazópolis, então distrito de Rio Bom, 4 117 habitantes, sendo 2 199 homens e 1 918 mulheres. Dois habitantes por quilômetro quadrado era a densidade demográfica. Estavam localizados na zona rural 85% da população municipal.

Aglomerações urbanas — Duas aglomerações urbanas existem no município de Borrazópolis — a da sede municipal e a de Santo Antônio do Palmital. A cidade de Borrazópolis (ex-Rio Bom), na época do Recenseamento Geral de 1950, contava 432 habitantes (225 homens e 207 mulheres), assim distribuídos: *quadro urbano* — 155 (79 homens e 76 mulheres); *quadro suburbano* — 277 (149 homens e 128 mulheres). Calculam-se em 1 700 habitantes a sua atual população.

A sede distrital de Santo Antônio do Palmital possui cêrca de 400 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura é a atividade predominante no município. Dotado de solo apropriado, nêle a cafeicultura surge em primeiro plano, com uma safra estimada, para 1956, em Cr$ 52 500 000,00. O cultivo de cereais proporciona inestimável colaboração à economia municipal; para o ano de 1956 estava prevista a seguinte produção: milho — Cr$ 66 080 000,00; arroz — Cr$ 14 663 000,00; feijão — Cr$ 10 540 000,00.

Na pomicultura destacam-se a laranja e a banana que alcançaram, em 1956, uma produção equivalente a .... Cr$ 111 000,00 e Cr$ 200 000,00, respectivamente.

Conta o município com 11 estabelecimentos industriais, dos quais 2 funcionam com 5 operários ou mais e exploram os ramos "madeireiro" e "produtos alimentares", ambos em pequena escala. A exportação (interestadual) em 1956 foi da ordem de Cr$ 1 891 527,00.

COMÉRCIO — Na cidade existem 16 estabelecimentos varejistas e atacadistas, que representam o comércio local e mantêm intercâmbio comercial com os seguintes municípios: Apucarana, Jandaia do Sul e Londrina.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — As vias de acesso e transporte que demandam o município são rodoviárias. Borrazópolis está separado dos municípios limítrofes pelas seguintes distâncias: Jandaia do Sul — 50 quilômetros; Bom Sucesso — 70 quilômetros; Apucarana — 87 quilômetros; Araruva — 55 quilômetros; Faxinal — 40 quilômetros; Pitanga — 95 quilômetros; Capital Estadual — 410 quilômetros.

Na sede municipal encontra-se instalada uma Agência Postal do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Borrazópolis conta, atualmente, com cêrca de 1 700 habitantes e 28 logradouros públicos: 3 avenidas, 22 ruas, uma travessa e duas praças; 350 prédios edificados; 3 hotéis e uma pensão. É servida de energia elétrica para iluminação pública e particular, esta com 216 ligações domiciliares. A vila de Santo Antônio do Palmital, com 440 habitantes, aproximadamente, possui 6 logradouros públicos: uma avenida, 4 ruas e uma praça, cêrca de 80 prédios, com vários estabelecimentos comerciais. No ano de 1956 foram matriculados na Prefeitura Municipal, entre veículos motorizados, 3 automóveis e 93 caminhões, camionetas e jipes.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Entre profissionais e estabelecimentos de saúde, 2 dentistas, 2 farmacêuticos, 1 hospital e 1 pôsto de higiene prestam assistência médico-sanitária e em geral, à população. Existem, também, 3 farmácias na sede do município.

ALFABETIZAÇÃO — Revelou a operação censitária de 1950, para a sede do então distrito de Rio Bom (hoje município de Borrazópolis), a existência de 360 pessoas de 5 anos e mais, das quais 205 sabiam ler e escrever, sendo 123 homens e 82 mulheres.

Ensino — Nove estabelecimentos de ensino primário fundamental comum funcionaram em 1956 no município, com um total de 714 alunos matriculados.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Uma associação esportivo-cultural.

Na cidade existe o Cine Teatro São Pedro, com 300 lugares, que em 1956 realizou 144 sessões cinematográficas, com 10 080 espectadores.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1953......	—	—	1 442	—	1 442
1954......	—	1 429	1 170	—	1 170
1955......	—	2 114	1 320	—	1 320
1956......	—	2 458	1 341	—	1 431
1957......	—	—	1 610	—	—

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — O município tem como padroeira Nossa Senhora do Rosário, em cuja honra o povo promove festejos especiais durante o mês de outubro. Em clima de bastante anima-

ção realizam-se também manifestações comemorativas nas festas de São João e de Natal.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O nome dado ao município, o foi como homenagem do seu povo a um dos primeiros proprietários de glebas da região e incentivador do progresso daquela comuna, Dr. Francisco José Borraz; daí o porquê de Borrazópolis. Quem ali nasce é chamado comumente de borrazopolitano.

A comuna é distrito judiciário e têrmo subordinado à comarca de Apucarana (3.ª entrância). Tem um Juiz de Paz e um cartório do Registro Civil e anexos. Está à frente da Prefeitura Municipal o Senhor José Nalint. São Vereadores os Senhores Joaquim Pinheiro, Antônio Trovo, Laurindo Xavier, Argemiro Gallo, José Galvão, José Fernandes Horst, Shirosi Oda, Giacomo Gagini e Mário Coccia.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização. *"História do Paraná"* — Romário Martins.

CAFEARA — PR

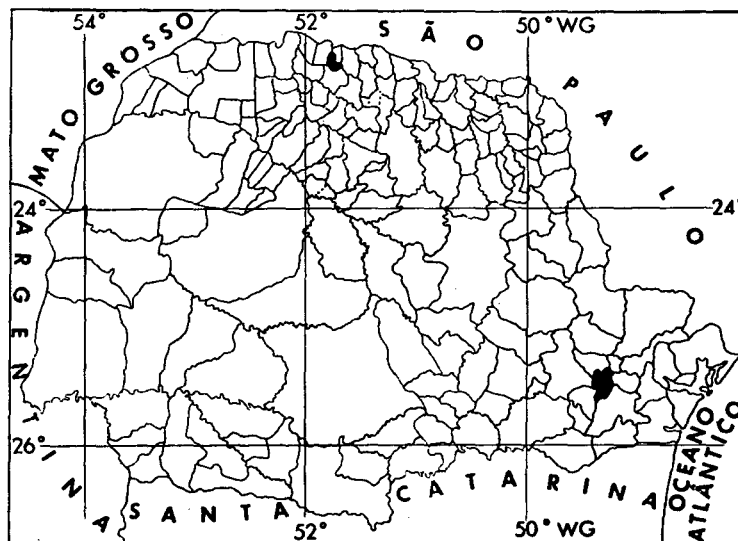
Mapa Municipal no 12.º Vol.

HISTÓRICO — Responsável pela avalanche destruidora das florestas e da fauna, o café, no norte do Paraná, foi o máximo fator de riqueza que marcou a fase áurea dessa unidade da Federação. Ao ciclo do café, que ainda perdura, deve-se a formação de uma nova civilização nesta parte meridional do Brasil. Com êle desapareceu a fauna, prejudicou-se poderosa fonte de riqueza, mas surgiram núcleos populacionais, centros urbanos e cidades que representam bem êsse novo período da colonização, fase nova da economia brasileira.

De Londrina, que foi o primeiro grande marco da civilização plantado no norte do Paraná, se espraiaram, para tôdas as direções, os reflexos de um trabalho metódico, idealizado e sistematizado segundo um plano diretor: a divisão da terra em pequenas propriedades e o seu aproveitamento racional, dinâmico e eficiente pelo maior número de interessados em cultivá-la.

Lupionópolis, construída às marges do Paranapanema, nos limites do Paraná com o Estado de São Paulo, foi uma das mais arrojadas realizações da iniciatíva particular, da qual muitas outras teriam origem, dentro de um futuro breve e promissor. Desmembrado em 1951 de Jaguapitã, o município de Lupionópolis, após apenas três anos de existência, sofria também o seu desmembramento noutras unidades administrativas, de que resultaria a fundação de Cafeara.

Pelo Decreto-lei estadual n.º 58, de 10 de dezembro de 1937, o Dr. Manoel Fermino de Almeida, engenheiro civil e homem empreendedor, passou a ser concessionário de uma área de 50 000 hectares. A essa gleba de terras adquiridas do patrimônio do Estado, o Dr. Manoel Fermino de Almeida deu a denominação de "Colônia Zacarias de Góes". Dessa gleba, 12 100 hectares, aproximadamente, depois de medidos e demarcados, passaram a constituir o patrimônio da vila de Guairacá, a que mais tarde foram anexados mais 19 360 hectares. No dia 2 de janeiro de 1947, foi solenemente plantado o "Cruzeiro", na frente da capela de Santa Luzia, padroeira da localidade. O ato contou com a presença das seguintes pessoas: Padre Carlos Probst, Dr. Anísio Luz, Irineu Moreira Batista, Domingos Tomadon, Valentim Tomadon, João Pedro Cordeiro, José Pedro Neto, Cesarino Barbosa, Domingos Barbosa, Antônio Carlos Lopes e outros. A 5 de outubro de 1949, por despacho do Governador do Estado, a vila de Guairacá perdeu a sua antiga denominação, passando a chamar-se Vila de Cafeara, integrando o território municipal de Lupionópolis. Em 2 de dezembro de 1954, decorrência do disposto no Decreto-lei estadual n.º 252, Cafeara, que já havia sido elevada à categoria de distrito administrativo de Lupionópolis, passou a município autônomo, concretizando-se, assim, a antiga aspiração do seu fundador, o Dr. Manoel Fermino de Almeida. A solenidade de instalação oficial do município de Cafeara deu-se no dia 19 de novembro de 1955, instalando-se, ao mesmo tempo, a sua primeira legislatura, com a posse do atual Prefeito Municipal e dos membros da Câmara de Vereadores. O ato foi presidido pelo Dr. Raymundo Julião Botão de França, Juiz de Direito da comarca de Juaguapitã. Assim nasceu a atual cidade de Cafeara, cujo nome representa uma homenagem ao café, de que o município é grande produtor.

LOCALIZAÇÃO — O município de Cafeara situa-se na Zona Fisiográfica Norte, e está compreendido entre as seguintes coordenadas geográficas: latitude Sul 22° 48' e longitude Oeste de Greenwich 51° 41'. Limita-se com os municípios de Centenário do Sul, Lupionópolis e Santo Inácio.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — O clima do município é quente e sêco e muito saudável. Apresenta Cafeara uma temperatura amena e agradável, durante o inverno, e bastante quente no verão. As chuvas são abundantes e freqüentes, principalmente, nos períodos de setembro a fevereiro e de junho a julho. As temperaturas observadas, na sede municipal, no ano de 1956, foram as seguintes: médias das máximas 40°C, das mínimas 10°C e da compensada 25°C.

ÁREA — Corresponde a 159 quilômetros quadrados.

RIQUEZAS NATURAIS — As madeiras de lei e a argila são as riquezas que se evidenciam no município.

Igreja Matriz

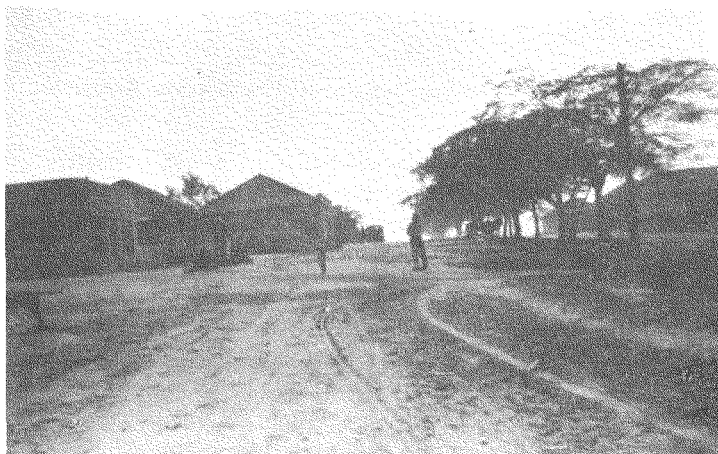
POPULAÇÃO — A população do município de Cafeara acha-se incluída na de Centenário do Sul, de cujo território fazia parte como simples povoado, por ocasião do Recenseamento Geral de 1950.

Aglomeração urbana — Apenas uma aglomeração urbana existe, a da cidade de Cafeara, com uma população de 2 500 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Duas são as atividades do município que representam decisivamente em sua economia: a agricultura e a indústria extrativa vegetal. Na primeira, o café é o mais importante, com uma produção prevista para 1956 da ordem de Cr$ 20 000 000,00; a seguir o algodão, com Cr$ 7 200 000,00; o arroz, com ...... Cr$ 3 500 000,00; o feijão, com Cr$ 2 968 000,00, e o milho, com Cr$ 1 600 000,00.

A indústria extrativa, por seu turno, através de suas serrarias, em 1956 exportou Cr$ 16 548 538,00 em tábuas de peroba serradas. Compõe-se o parque industrial de oito estabelecimentos, sendo 7 com mais de 5 operários e dedicando-se aos ramos de extração de madeiras, olaria e beneficiamento de café e cereais. A pecuária existente supre apenas o mercado interno, estimando-se seu valor em .... Cr$ 32 690 809,00.

COMÉRCIO E BANCOS — De bom vulto é a atividade comercial do município, com seus 10 estabelecimentos atacadistas, 16 varejistas e uma agência bancária.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município está ligado aos demais limítrofes, por boas estradas de rodagem, única espécie de vias de acesso àquela localidade, sendo a cidade servida por ônibus e caminhões de carga de várias emprêsas, paranaenses e paulistas. Está Cafeara separada das cidades contíguas, pelas distâncias seguintes: Guaraci — 26 quilômetros; Santo Inácio — 17 quilômetros; Lupionópolis — 8 quilômetros; e Centenário do Sul — 21 quilômetros.

Avenida Brasil

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Cafeara conta cêrca de 2 500 habitantes e 10 logradouros públicos — uma avenida, 8 ruas e uma praça. Situada em plena região cafeeira, possui um ritmo de crescimento e de progresso bastante acentuado. Seu comércio mantém transações com as maiores praças e mercados do País, transações essas lideradas pela maior fonte econômica do Estado — o café, do qual é o município grande produtor.

Durante o ano de 1956, foram registrados, na Prefeitura Municipal, 8 automóveis e 32 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Um médico, 2 dentistas e 2 farmacêuticos prestam assistência médico-sanitária à população do município, além da Casa de Saúde de Nossa Senhora das Graças, de propriedade particular, e o Pôsto de Saúde da Secretaria de Saúde do Estado. Existem na cidade duas farmácias.

Prefeitura Municipal

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — O Pôsto de Higiene efetua serviços de assistência social à população, dentro de suas finalidades.

ENSINO — Em 1956, funcionaram no município 7 unidades de ensino primário fundamental comum, com a matrícula de 335 alunos.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANO	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1956......	...	...	525	496	(1) 525

(1) O primeiro ano administrativo do município foi 1956. Do orçamento não constam as verbas federal e estadual a que tinha direito o município. Os presentes dados tiveram a assistência direta e pessoal do Sr. Prefeito Municipal.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — A manifestação popular que mais se evidencia no município é de caráter católico. A Santa Luzia, padroeira local, são dedicados imponentes festejos no período que vai de 4 a 13 de dezembro, promovidos e presenciados por tôda a população de Cafeara. Há, também, a realização de festejos

em honra de Maria Santíssima, durante todo o mês de maio.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A denominação Cafeara vem do café, em cujas terras apresenta uma produtividade sem par. Os nascidos no município são chamados cafearenses. É Cafeara distrito judiciário subordinado à comarca de Juaguapitã e conta com um Juiz de Paz e um Cartório do Registro Civil e anexos.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Paraná.

CALIFÓRNIA — PR

Mapa Municipal no 12.º Vol.

HISTÓRICO — Estudando e descrevendo a origem e a evolução das cidades do norte do Paraná, alguém as denominou de "cidades-cogumelos", em vista da rapidez com que nascem e crescem os centros urbanos naquela região do Estado. Realmente, a partir de 1929, quando ali se instalou a primeira Companhia de Terras, todo o setentrião paranaense foi invadido pelo maior movimento migratório de que há notícia. Sacudido por notável "rush" colonizador, o norte do Paraná foi transformado, de uma hora para outra, numa nova "Terra da Promissão", para onde afluíam enormes contingentes populacionais, oriundos de todos os quadrantes do Brasil e de vários países estrangeiros.

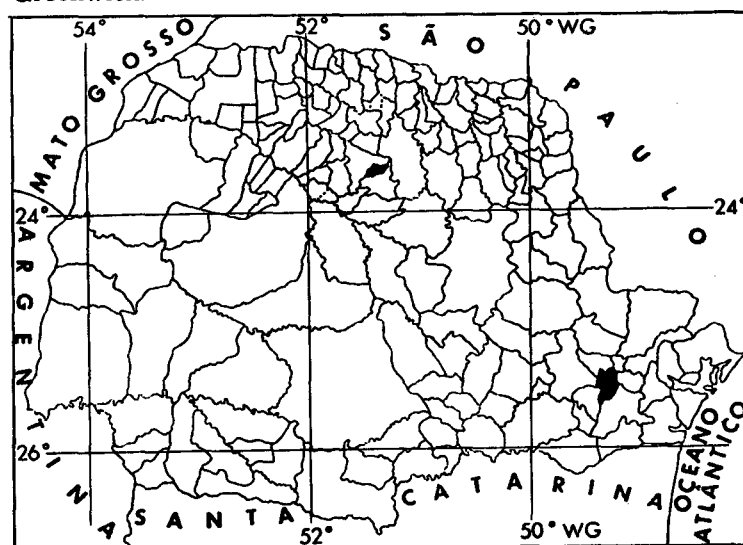
Aos podêres públicos se tornou impossível, desde logo, acompanhar a evolução do norte do Estado, que avançava num ritmo acelerado, transportando o progresso para tôdas as direções, em marcha ascensional, e impressionante, jamais observada em nenhuma outra parte do território nacional, exceção feita ao ciclo da mineração do ouro, no início do século XVII, nas Minas Gerais. Nem bem procedia o Govêrno o desmembramento de uma comunidade, criando diversas outras, e já estas reclamavam idêntica providência, exigindo a criação de novas unidades autônomas, dentro das primitivas unidades recém-criadas.

Califórnia, desmembrada do município de Araruva, êste, por sua vez, desmembrado de Apucarana, é um exemplo dessa progressão geométrica em que se situaram e cresceram as comunidades do setentrião paranaense. De Londrina, fundada em 1934, originou-se Apucarana e mais uma dezena de novas cidades; em 1951, desmembrava-se o território de Apucarana para criar-se o município de Araruva e muitos outros; mas, três anos depois, dividia-se a área de Araruva, para dêle sair o município autônomo de Califórnia, nesse impressionante trabalho de estratificação e povoamento do solo.

Vista parcial da cidade

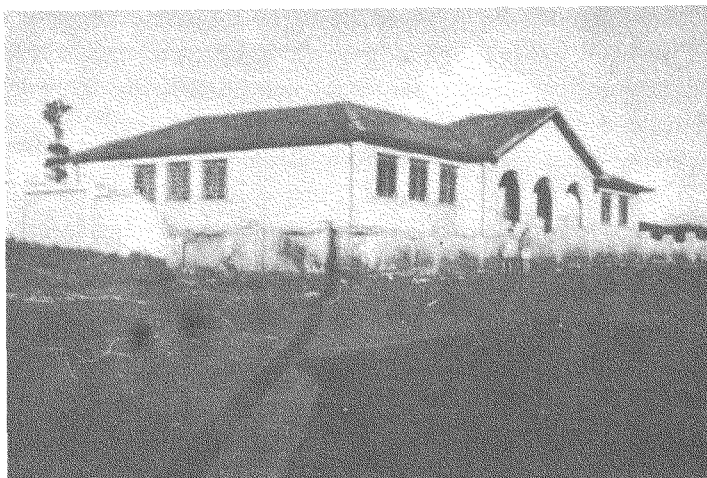
A fundação de Califórnia é obra do Doutor Alberto L. V. Duplessês, engenheiro civil, de nacionalidade francesa, eficazmente auxiliado pelo topógrafo Minotti Bolinelli. Êstes pioneiros foram seguidos por outros homens de grande coragem e iniciativa. Ao chegar ao local de onde surgiria dentro em pouco uma cidade pujante, progressista e dinâmica, o Dr. Alberto L. V. Duplessês encontrou apenas a mata virgem e a natureza agreste. Realizados os primeiros trabalhos de medição e demarcação dos terrenos, não demorou o início das derrubadas e o aparecimento das primeiras casas. De Minas Gerais acorreram para o novo patrimônio numerosos colonos que, comprando datas, se estabeleceram na localidade, dando comêço ao povoamento da terra. Êsses trabalhos foram iniciados em 1942. Já em 1949 era elevado à categoria de distrito, pertencente ao município de Araruva, e a município, em 26 de novembro de 1954, em virtude da Lei n.º 253, daquela data. Em novembro de 1955 foi procedida a instalação oficial da nova comuna.

A denominação de Califórnia, dada ao município, de autoria do seu fundador, Dr. Alberto L. V. Duplessês, foi devido à semelhança encontrada entre a nova localidade e a região americana de igual denominação.

LOCALIZAÇÃO — Califórnia está situada na Zona Fisiográfica Ivaí, limitando-se com os seguintes municípios: Londrina, Araruva e Apucarana. Sua posição geográfica é 23° 39' de latitude Sul e 51° 21' de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal está a 790 metros.

CLIMA — Situada na zona climatológica do norte do Paraná, Califórnia é possuidora de clima quente, um pouco úmido. Ameno e agradável nas estações invernosas, quente e chuvoso, no verão. As temperaturas médias observadas, no ano de 1956, foram: das máximas 31°C, das mínimas 19°C e compensada 25°C.

ÁREA — Corresponde a 134 quilômetros quadrados.

Grupo Escolar de Califórnia

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Seu principal acidente geográfico é o rio Tatucaca, que estabelece os seus limites com o município de Apucarana.

POPULAÇÃO — Sua população achava-se incluída na do território do município de Araruva, quando do Recenseamento Geral de 1950, do qual fazia parte como simples povoado.

Aglomeração urbana — O município conta com uma aglomeração urbana, a da cidade de Califórnia.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O cultivo de cereais, café e algodão representa a base econômica de Califórnia. Segundo previsão elaborada, sua produção, em 1956, aponta os seguintes números: milho — Cr$ 27 183 000,00; arroz — Cr$ 16 477 500,00; feijão — Cr$ 13 233 600,00 e outras culturas com menos produtividade. O café, cujas plantações ainda não atingiram o máximo rendimento por serem recentes, teve sua exportação, em 1956, estimada em ..... Cr$ 18 562 532,00; de algodão, que ràpidamente se adaptou ao solo fértil da região, foram exportados no mesmo ano Cr$ 24 207 059,00.

Sua indústria compõe-se de 6 estabelecimentos, um dos quais funciona com mais de 5 operários, girando em tôrno dos ramos de beneficiamento de café, cereais e serraria. O total de sua exportação interestadual em 1956 foi da ordem de Cr$ 49 518 237,00.

Merece um destaque à parte a produção de frutas em Califórnia, a exemplo de sua homônima americana: a laranja teve uma colheita estimada em Cr$ 15 400 000,00 e a banana Cr$ 900 000,00, isto em 1956.

COMÉRCIO E BANCOS — A atividade comercial é exercida por 14 estabelecimentos varejistas e uma agência bancária. Os principais mercados que adquirem a produção local são: Londrina, Arapongas, Maringá e Curitiba, no Paraná; e a capital do Estado de São Paulo. Mantém transação comercial com as praças acima e dali importa aquilo que é imprescindível à sua estabilidade e de que não possui produção própria.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por boas estradas de rodagem para o transporte de passageiros e cargas. Muito brevemente disporá de ferrovia, já que os trilhos da Rêde Viação Paraná —Santa Catarina já penetraram o seu território, o que, sem dúvida, virá dar um impulso extraordinário às atividades de seu laborioso povo. Califórnia dista de Apucarana 18 quilômetros e de Araruva 14 quilômetros. Possui um pôsto telefônico, de propriedade da Companhia Telefônica Nacional.

ASPECTOS URBANOS — Califórnia possui cêrca de 1 250 habitantes. Conta com aproximadamente 250 edificações, com 27 logradouros públicos — 10 avenidas, 14 ruas e 3 praças; com comércio sólido e de grande volume de transações, 2 bem montados hotéis e uma pensão. No ano de 1956 foram registrados 30 veículos motorizados: 5 automóveis e 25 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Os recursos de assistência médico-sanitária, o povo de Califórnia os encontra nas pessoas de 1 médico, 2 dentistas e 2 farmacêuticos, residentes na sede do município. A fonte de assistência médica em geral é o Pôsto de Saúde, mantido pelo Govêrno do Estado. Existem 3 farmácias na cidade.

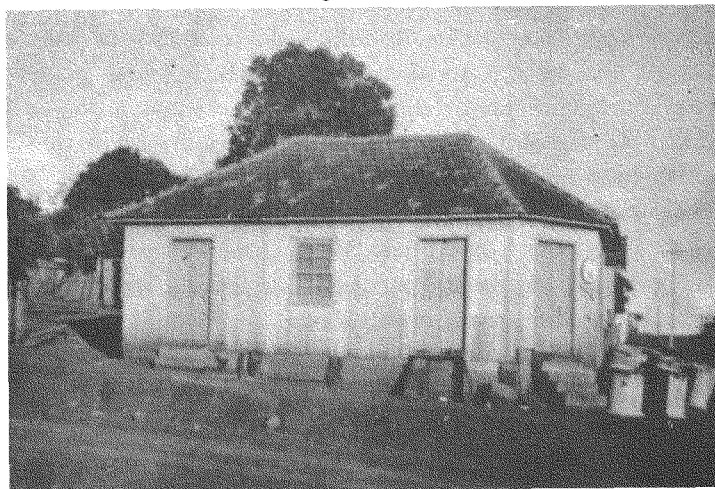
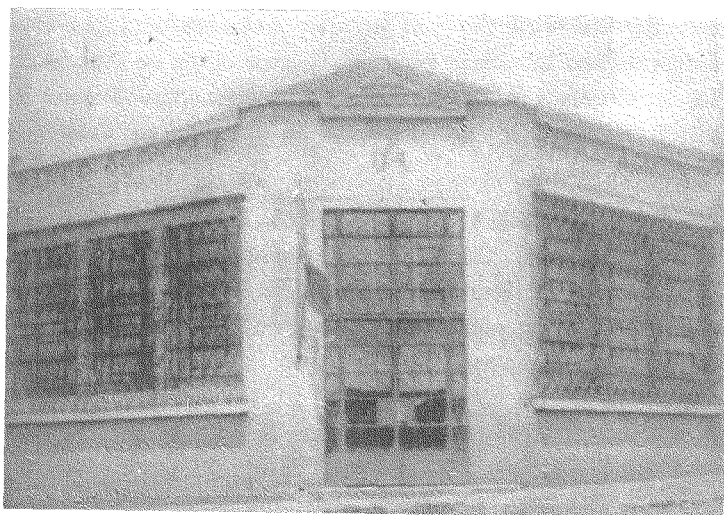
ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Em 31 de dezembro de 1956, o Banco Agrícola de Califórnia (Cooperativa de Crédito de Responsabilidade Limitada) congregava 247 associados.

Ensino — O ensino primário fundamental comum, em 1956, foi ministrado no município, em 9 unidades escolares, a um total de 434 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existe no município uma associação cultural-esportiva. Funciona na cidade o Cine Califórnia, com 105 lugares.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANO	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1956......	...	862	1 105	404	564

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — O município tem como padroeiro São Francisco, cuja festa é celebrada no dia 4 de outubro, sendo a principal manifestação popular. O acontecimento marca o encontro de todos os munícipes na respectiva sede e se realiza dentro de um clima de muita fé, animação e cordialidade. Festejos espe-

Prefeitura Municipal

Banco Agrícola de Califórnia

ciais são dedicados, também, a São João, São Pedro e São Paulo. Por tradição comemoram-se a Páscoa e o Natal.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A semelhança existente com a Califórnia americana, no aspecto silvestre e de acidentes da região, originou a mesma designação para o município. São chamados californianos todos aquêles que nascem no município.

Califórnia é distrito judiciário e têrmo pertencente à comarca de 1.ª entrância do município limítrofe de Araruva. Tem a sua sede um Juiz de Paz e um Cartório do Registro Civil e anexos. Dirige os destinos do município o Prefeito Municipal, Senhor Sílvio Pedra Ramos, coadjuvado pela Câmara de Vereadores, composta dos seguintes eleitos: Sebastião J. Carvalho, Luiz Correia, Elpídio Batista Silva, Minotti Bolinelli, Adelino Candeo, Dorvalino Souza Lemos, José Jerônimo da Silva, Miguel Spack e Francisco Lourenço Filho.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização. "Histórico do Paraná". Romário Martins.

CAMBARÁ — PR

Mapa Municipal no 12.º Vol.

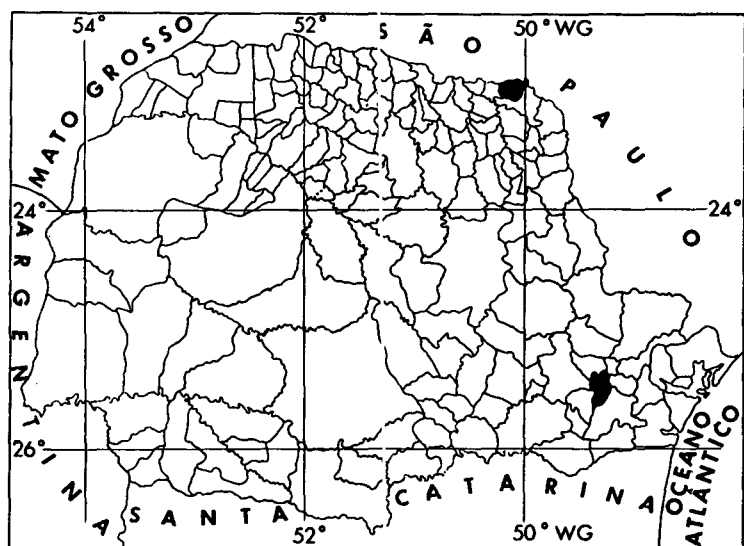
HISTÓRICO — Em 1904, Alexandre Domingos Caetano, conhecido também por Alexandre Dutra, e Francisco Moreira estabeleceram-se às margens do rio Alambari, dando início a uma povoação. A notícia da fecundidade das terras atraiu para o local novos moradores, que, pouco a pouco, foram fixando residência em choupanas esparsas ao longo da floresta que iam desbravando. Assim é que se estabeleceram às margens do rio Alambari Vigilato Barbosa, José Soares, conhecido pela alcunha de "José Pechincha", Francisco Lopes, João Pires, José Ferreira de Paula Garcia, mais conhecido por José Salviano, e alguns outros. A partir dessa época, a localidade já era conhecida como núcleo de colonização, com a denominação de Alambari, nome do ribeiro que banhava a nova povoação. Com o perpassar dos anos, a localidade foi recebendo novos habitantes, ao mesmo tempo em que despertava grande interêsse popular pela organização de um núcleo colonial de grande futuro. No ano de 1908, o coronel Joaquim Severo Batista fêz doação de dez alqueires de terra, situados à margem esquerda do rio Alambari. Tendo em vista a fertilidade e a exuberância das terras das imediações da povoação, onde numerosas fazendas agrícolas estavam em promissora formação, o Govêrno Estadual criou, pela Lei n.º 1 923, de 6 de março de 1920, o distrito judiciário de Cambará, no município e comarca de Jacarezinho, fixando-lhe os limites físicos. O desenvolvimento de Cambará se processou numa espiral progressiva e crescente. Milhares de colonos e lavradores foram sendo atraídos para ali e, dentro em poucos anos, as florestas virgens foram substituídas pelas lavouras de café, algodão, cana-de-açúcar, arroz etc. Entre os que mais contribuíram para o progresso e desenvolvimento de Cambará, cumpre citar Barbosa Ferraz, Antônio Leôncio de Castro, Américo Meireles, João Manoel dos Santos, Alberto Bacarat, Galdino Preto de Godoy, Lauro Coelho, Amadeu Bermini, Flávio Itapura de Miranda, Companhia Agrícola Morais Sarmento, Lauro Cordeiro, Pio Albino Margoto e outros.

Cambará foi elevado a município pela Lei estadual n.º 2 208, de 28 de março de 1923, após ser desmembrado do município de Jacarezinho, sendo confirmada a criação do município e da vila pela Lei estadual n.º 2 270, de 26 de março de 1924. A instalação oficial do município se procedeu no dia 21 de setembro de 1924. Pela Lei n.º 2 471, de 2 de abril de 1929, a sede municipal foi elevada à categoria de cidade. O primeiro Prefeito Municipal de Cambará foi o major Antônio Barbosa Ferraz Júnior, empossado juntamente com os Vereadores Napolião Poeta de Siqueira, José Marcondes Machado, José Dias Ferraz, Dr. Celestino Antonaci, Gustavo Diniz e Jacob Zaroni. A primeira reunião da Câmara Municipal se realizou em 24 de setembro de 1924. Pela Lei estadual n.º 2 471, de 2 de abril de 1927, criou-se a comarca de Cambará. Dois meses depois, em 5 de junho do mesmo ano, foi feita a instalação solene da mesma pelo Dr. Aluizio Garcia da Costa Barros, primeiro Juiz de Direito da comarca. O primeiro Promotor Público foi o Dr. Amauri Taborda de Ataíde. Em 1925, a vila de Cambará era a estação final da estrada de ferro da Companhia Ferroviária São Paulo—Paraná, perdurando até o ano de 1928, quando a referida Companhia estendeu os seus trilhos em direção ao município de Cornélio Procópio. A 30 de dezembro de 1943, em virtude do Decreto-lei n.º 199, da mesma data, foi desmembrado do território de Cambará

Vista da Avenida Brasil, destacando-se o prédio ocupado pelo Banco do Estado do Paraná S.A.

Igreja-Matriz

o distrito de Ingá, que passou a formar novo município, com a denominação de Andirá.

LOCALIZAÇÃO — Cambará está situado na Zona Fisiográfica do Norte do Paraná, estando a sede municipal localizada às margens do rio Alambari. Limita-se ao norte com o Estado de São Paulo; a leste e sul com o município de Jacarèzinho; e ao oeste com os de Jacarèzinho e Andirá. A posição geográfica da comuna é a seguinte: 20° 02' de latitude Sul e 50° 06' de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 450 metros.

CLIMA — O clima é quente, sendo que a temperatura máxima é de 30°C e mínima 13°C.

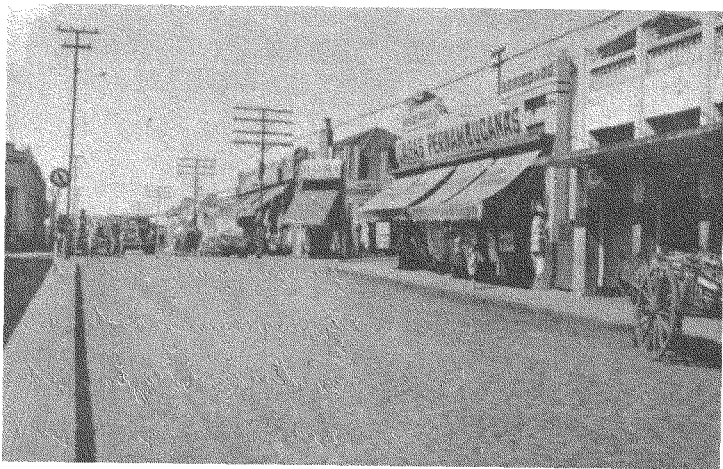
ÁREA — A área do município é de 377 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos são os seguintes: rios Paranapanema e das Antas, e salto Grande, no rio Paranapanema; cachoeiras do Salto Grande, do Tamanduá e da Pedra Branca; e os morros de Sant'Ana e do Bacarat, todos na sede municipal.

RIQUEZAS NATURAIS — Consistem na extração de madeiras de lei, entre as quais cumpre citar a peroba, o cedro, a canela e a cabriúva, além de argila natural.

POPULAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, a população do município totalizava 19 799 habitantes, sendo 10 266 homens e 9 533 mulheres. A densidade demográfica de Cambará era, à época do último Censo, de 52 habitantes por quilômetro quadrado.

Aglomeração urbana — A única aglomeração urbana existente no município é a sede municipal, onde se concentram 69% da população comunal.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura, o comércio e a indústria são as principais fontes de renda. Quanto à primeira, a lavoura mais importante é a do café, que é seguida da do milho, do feijão, do algodão, do arroz, da cana-de-açúcar.

Vista da Rua Interventor Manoel Ribas

O parque industrial, bastante promissor, compõe-se de 15 estabelecimentos, todos localizados na sede municipal. É a seguinte a discriminação dos estabelecimentos industriais, em todo o município: fábricas de carroças sem molas — duas; fábricas de aguardente de cana — 3; de calçados — 4; de guaraná — 5; de fogos — uma; de macarrão — uma; de ladrilhos — uma. Citam-se também máquinas de beneficiamento de café — 14; de beneficiamento de algodão — uma; de beneficiamento de trigo — uma; de beneficiamento de arroz — 7; cerâmicas — duas; carpintarias e marcenarias — 6; fecularias — duas; fábricas de fubá de milho — 5; selarias — 3; matadouro municipal — 1; curtume — 1; padarias — 6; serrarias — duas; tipografias — duas.

A situação do rebanho não é de grande monta, não estando o município muito bem colocado nesta atividade, em vista de ser essencialmente agrícola. Os principais produtos de origem vegetal consistem em madeiras de lei, de diversas qualidades, destacando-se a peroba, o cedro, a canela, pau-d'alho, cabriúva etc.

COMÉRCIO E BANCOS — Na sede municipal existem 16 estabelecimentos comerciais atacadistas e 192 varejistas. O comércio é bastante desenvolvido, graças, principalmente, à contribuição da lavoura do café. Conta ainda a cidade com 8 agências de estabelecimentos bancários, que vêm cooperando de maneira apreciável para o progresso e evolução econômica do município. Existem 7 farmácias, 3 hotéis e 6 pensões.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade de Cambará está ligada à capital do Estado por estradas de rodagem e de ferro. Esta última é de propriedade da Rêde de Viação Paraná—Santa Catarina, sendo que a estação ferroviária é ligada à sede municipal por estrada de rodagem, para cujo serviço existe um auto-ônibus. A distância de Cambará a Curitiba é de 399 quilômetros, por estrada de rodagem, e de 570 quilômetros, por estrada de ferro Além disso, a sede municipal está ligada pelos mesmos meios de transporte com as cidades de Andirá e Jacarèzinho, no Paraná, e Ourinhos, no Estado de São Paulo. Existem, no município, 62 automóveis e 156 caminhões de cargas. O transporte aeroviário é feito pela Real-Aerovias Brasil, contando o município, para isso, com um campo de pouso, situado no bairro de Santa Amélia.

Relativamente às vias de comunicações, conta a comuna com uma Agência Postal-telegráfica de terceira categoria. Além disso, possui uma estação radiodifusora, que é a Rádio Difusora de Cambará S.A. — ZYA-3, com a potência de 100 watts na antena.

ASPECTOS URBANOS — A população da cidade de Cambará, de acôrdo com os dados do Recenseamento Geral de 1950, é de 6 028 habitantes, sendo 2 984 homens e 3 044 mulheres. A cidade possui 13 logradouros públicos calçados a paralelepípedos. Tem o total de 1 231 ligações elétricas. O consumo de energia elétrica, em 1946, atingiu o total de 1 727 118 kWh, assim discriminados: consumo particular, 988 311 quilowatts; para fins de iluminação pública, 36 840; para fôrça motriz, 701 967 quilowatts-hora. Conta com os serviços de água canalizada e rêde de esgôto. Um total de 15 500 metros de linhas distribuidoras abastece de água 643 prédios, servindo 32 logradouros. A rêde de esgôto mede 14 270 metros de extensão, percorre 23 logradouros e beneficia 519 prédios.

A área total calçada, na sede municipal, é de 38 945 metros quadrados, aproximadamente.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Na sede municipal existem 3 hospitais, de clínica geral, com o total de 158 leitos. A cidade é servida por 7 farmácias. Estão em atividade profissional 8 médicos, 6 cirurgiões-dentistas e 7 farmacêuticos. Dos nosocômios, o mais procurado é o Hospital Santa Margarida. Existem ainda, um Subposto de Higiene e um Pôsto de Puericultura.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Está em plena atividade, no município, a organização e fiscalização de campos de cooperação, para multiplicação de sementes selecionadas para o melhoramento das culturas agrícolas. Funcionam, ainda, uma Associação Rural, uma Chefia do Setor Rural, a Casa Rural e o Pôsto Zootécnico do Estado.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 encontrou no município 16 339 habitantes, dos quais 8 488 homens e 7 851 mulheres. Dêsse total, sabiam ler e escrever 4 608 homens e 2 953 mulheres, ou seja, 7 561 habitantes alfabetizados, cômputo êsse correspondente a 46% da população total. Não o sabiam 8 761 pessoas, isto é, 3 871 do sexo masculino e 4 890 do sexo feminino.

Ensino — Em 1956 se encontravam em atividade no município 37 estabelecimentos do ensino primário fundamental comum, com 1 960 alunos matriculados. Funcionam, ainda, um Ginásio Estadual e, anexa ao mesmo, uma Escola do Comércio.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Encontra-se em funcionamento a Biblioteca Pública Municipal com uma associação recreativa. O esporte principal é o futebol, destacando-se a Associação Esportiva Cambaraense, que goza de grande prestígio em todo o Estado. Existem 1 cinema, duas tipografias e uma livraria.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950......	2 888	9 554	1 476	926	1 229
1951......	4 048	8 159	1 672	1 084	1 312
1952......	6 254	10 360	2 444	1 197	2 524
1953......	7 031	9 527	3 128	1 468	3 431
1954......	8 645	11 124	3 361	1 671	3 343
1955......	7 659	14 195	4 372	1 783	4 155
1956......	7 613	17 256	5 392	2 097	5 139

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Os principais festejos populares são os seguintes: Ano Novo, carnaval, São João, Páscoa, Nossa Senhora das Graças, Natal. As procissões realizadas tradicionalmente são: 3 na Semana Santa, uma na festa de Corpus Christi e uma na festa de Nossa Senhora Aparecida.

VULTOS ILUSTRES — Não são esquecidos os nomes dos primeiros povoadores e fundadores do município, *Francisco Moreira* e *Alexandre Domingos Caetano*, entre muitos outros que contribuíram para o progresso e evolução de Cambará.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — As pessoas nascidas no município são conhecidas pela designação genérica de cambaraenses. Cambará é sede de comarca de terceira entrância, contando com um Juiz de Direito, um Promotor Público, um Juiz de Paz e 3 suplentes, um Delegado de Polícia com 3 suplentes, Oficiais de Justiça e dois serventes, um Cartório do Registro Civil e Anexo, Cartório do Registro de Imóveis, 1 Cartório da Contadoria, Partidor, Distribuidor e Depositário Público e 1 Cartório do Escrivão de Polícia. A atual legislatura foi instalada em 1955. É Prefeito Municipal o Dr. Ayrton Costa Pinto. A Câmara Municipal é formada pelos 12 vereadores seguintes: Tomé Pimenta Netto, Adelino Nunes da Cruz, Manoel Teixeira Filho, Romualdo Francica, Alcidez S. Cardoso, Octávio R. Pereira, Dr. Osmar Godinho, Dr. Alceu A. Vezozzo, Renato Fernandes, Dr. Miguel Dinizo, João Carula e Oswaldo Bernardelli.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização no Paraná.

CAMBÉ — PR

Mapa Municipal no 12.º Vol.

HISTÓRICO — Graças à visão extraordinária de um grupo de capitalistas e técnicos inglêses, tendo a chefiá-los Lord Lovat, a região norte do Paraná se lhes deparando como um verdadeiro Eldorado, sumamente propício à cultura agrícola e expansão industrial, foi fundada, a partir de 1925, a Companhia de Terras Norte do Paraná, com a aquisição de imensa gleba de terras, para venda e exploração posteriores.

Após a fundação da cidade de Londrina, Lord Lovat, já então em companhia de alemães procedentes do Pôrto de Dantzig, rumou mais para o norte e como achasse local favorável, tanto pelo clima que lhes era aprazível, como

Avenida Brasil

pelas condições topográficas, decidiu fundar um povoado, onde hoje se acha a cidade de Cambé. O local foi primitivamente chamado Água da Aliança e, por seu rápido desenvolvimento, já em meados de 1927, como homenagem aos seus fundadores, passava a denominar-se vila Nova Dantzig.

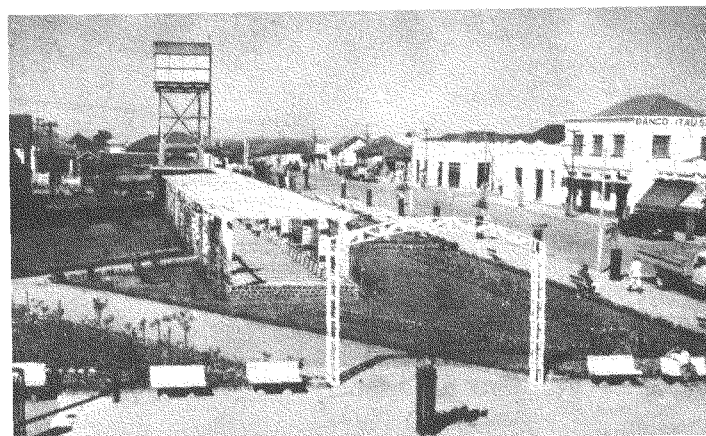
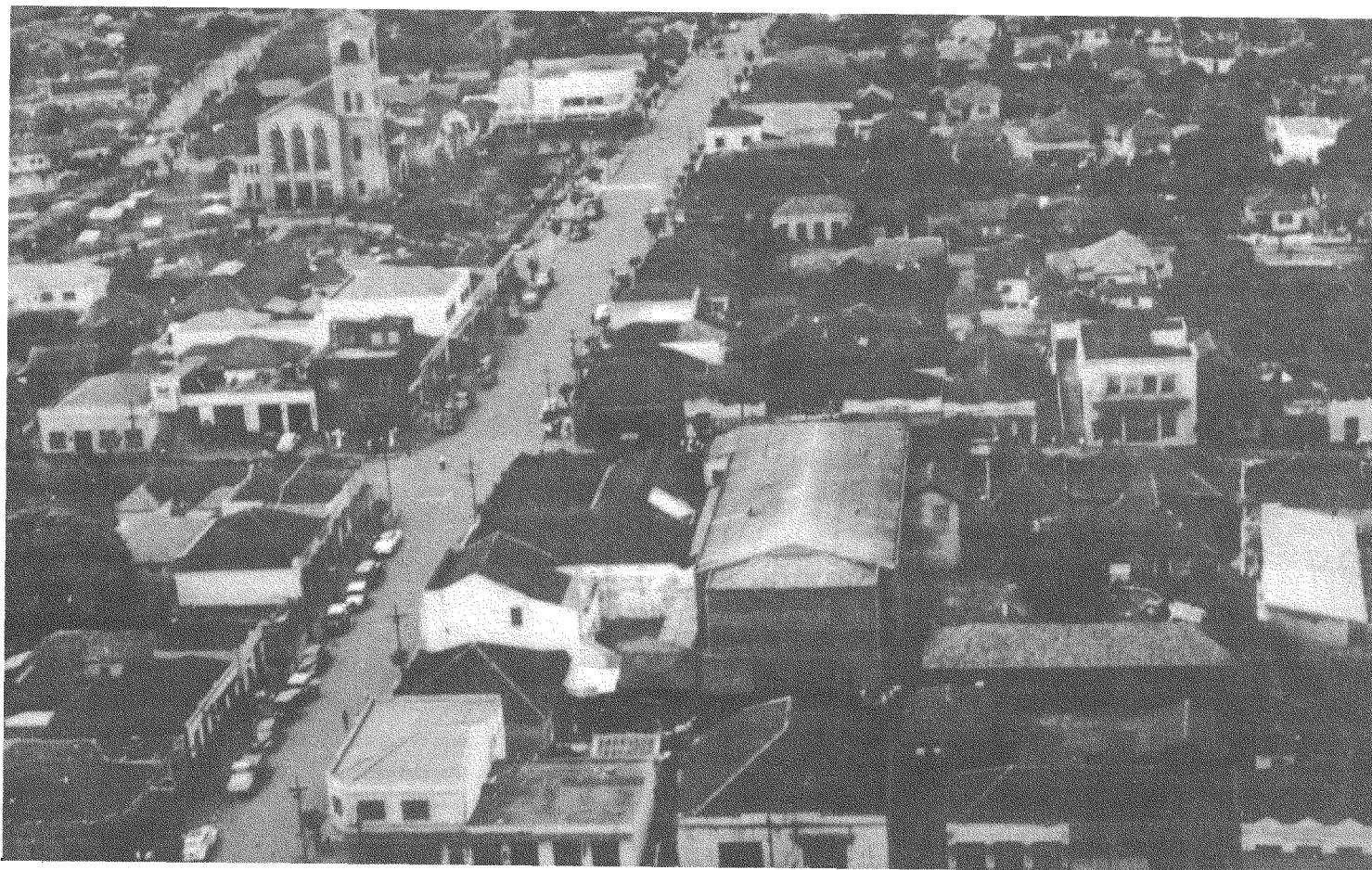
Com a notícia da nova terra, para lá convergiram os primeiros colonos oriundos do norte de São Paulo e sul de Minas e em grande parte, também paranaenses do litoral.

Em 1930, chegaram ao local os primeiros compradores de terras: japonêses e alemães.

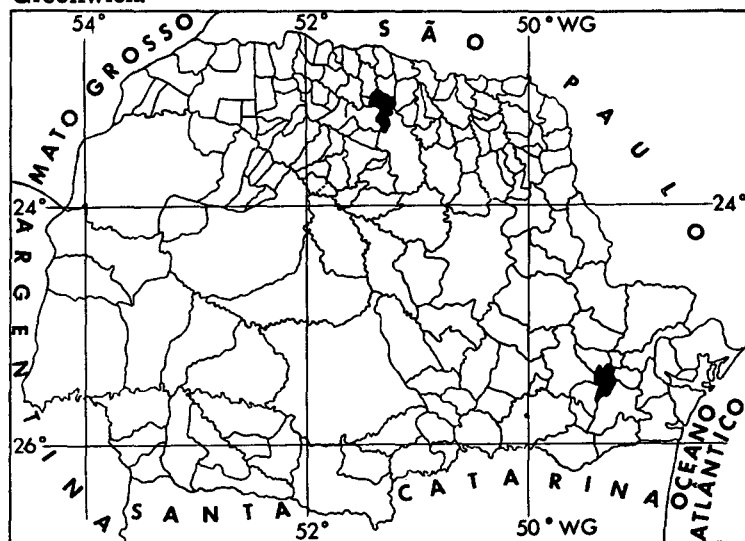
A vila Nova Dantzig progredia vertiginosamente, quando a 9 de novembro de 1937, seus habitantes reunidos, sentindo a necessidade de administração, decidiram pedir às autoridades a elevação do povoado à categoria de distrito.

Então, por lei estadual daquela data, a vila Nova Dantzig foi considerada distrito administrativo, passando a denominar-se Cambé, porque, segundo consta, aquela região era abundante em caça, daí derivando o nome de Cambé (Passo do Veado).

O progresso do novo distrito se fêz sentir tão ràpidamente que a 10 de outubro de 1947, pela Lei n.º 2, Cambé lograva sua autonomia administrativa, com território desmembrado do município de Londrina. Na mesma data, o Senhor Interventor Federal no Estado do Paraná nomeou para exercer interinamente o cargo de Prefeito de Cambé o Sr. Eustachi Sellmann.

Com a volta do país ao regime constitucional, realizaram-se as primeiras eleições no município de Cambé, saindo vitorioso para a Prefeitura do novel município, o candidato Sr. Jacídio Correia, que foi empossado no dia 28 de

Outro aspecto da Avenida Brasil, vendo-se também uma praça

Vista aérea da cidade

outubro de 1947, data da instalação do município, tendo estado à frente de sua administração até o dia 8 de dezembro de 1951.

LOCALIZAÇÃO — Cambé está localizada na Zona Fisiográfica do Norte, limitando com os municípios de Londrina, Rolândia e Bela Vista do Paraíso. As suas coordenadas geográficas registram a posição da sede municipal a 23° 16' de latitude Sul e 51° 17' de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital

ALTITUDE — É de 670 metros na sede do município.

CLIMA — O clima de Cambé é salubre e agradável, como o de todos os municípios da região norte do Paraná. Chuvas abundantes caem sôbre o seu território no período de abril a dezembro. É comum ocorrerem precipitações de granizo e formação de geadas. A temperatura média em 1956 foi de 20,7°C, a máxima, de 29,6°C e a mínima, de 11,8°C.

ÁREA — Quando de sua criação, Cambé contava 213 quilômetros quadrados. Contudo, a Lei n.° 3 005 anexou ao município parte do distrito da Prata, então pertencente a Bela Vista do Paraíso, em decorrência de plebiscito entre os respectivos habitantes.

Nestas condições, a área atual de Cambé é calculada — tendo em vista a falta, ainda, de delimitação — em 488 quilômetros quadrados, aproximadamente.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O ribeiro Vermelho e o córrego Três Bôcas são os mais importantes acidentes geográficos no município. O primeiro corre na direção de sul para norte; tem a largura máxima de 4 metros e profundidade variável de 1 a 4 metros. O segundo corre de leste para oeste, com profundidade e largura máxima de 4 metros. O terreno é ligeiramente ondulado, com raros desníveis.

RIQUEZAS NATURAIS — Devastadas tôdas as suas matas, a riqueza vegetal é hoje representada em Cambé apenas pelas culturas de café, feijão e mandioca. No reino mineral, nota-se a presença de barro (argila) para cerâmica.

POPULAÇÃO — A população do município, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 19 166 habitantes, sendo 10 176 homens e 8 990 mulheres. A percentagem de localização no quadro rural era de 66%. O número de

habitantes por quilômetro quadrado era de 87, um dos mais altos índices do Estado.

Aglomerações urbanas — Com a anexação recente da parte do distrito da Prata, abrangendo a respectiva sede, o município consta atualmente de duas aglomerações urbanas: Cambé e Prata.

A cidade contava, pelo Censo de 1950, 6 436 habitantes (3 304 homens e 3 132 mulheres). A vila de Prata, na época do Recenseamento, não era considerada distrito, e não teve a sua população urbana recenseada.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Cambé tem no comércio e na indústria o esteio de sua economia, seguidos muito de perto pela agricultura, destacando-se os produtos: café, arroz, banana e cereais em geral.

A pecuária vem-se desenvolvendo ùltimamente e, dentro em breve, deverá representar uma das fôrças econômicas do município. A indústria mais em evidência no momento é a de produtos alimentares, secundada pela madeireira.

Apenas 42% das pessoas ativas, segundo o Censo de 1950, dedicavam-se ao ramo "atividades domésticas".

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio de Cambé está representado por 19 estabelecimentos atacadistas e 284 varejistas, além de importantes firmas que se dedicam à exportação de café e madeira beneficiada.

Funcionam na cidade 15 Agências Bancárias, o que bem atesta o valor do giro comercial do município.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido pela Rêde Viação Paraná—Santa Catarina. Está ligado à Capital do Estado, através de rodovia, numa distância de 433 quilômetros, e por ferrovia, 764 quilômetros. A ligação com a Capital Federal é feita também por êsses meios de transporte, via Curitiba, num percurso de 1 224 e 1 119 quilômetros, respectivamente.

As distâncias de Cambé às cidades vizinhas são as seguintes: a Londrina — 11 quilômetros (rodovia) e 12 quilômetros (ferrovia); a Rolândia — 12 quilômetros (rodovia) e 12 quilômetros (ferrovia); a Bela Vista do Paraíso — 15 quilômetros (rodovia).

A cidade é servida por emprêsa local que faz linha regular com 3 ônibus para os municípios vizinhos e também por ônibus de outras cidades que por ali trafegam.

As comunicações telegráficas com o município se realizam através da Rêde Viação Paraná—Santa Catarina. Pertencente ao Correio Nacional, funciona na cidade uma agência postal-telefônica.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Cambé, segundo o Censo de 1950, era habitada por 6 436 pessoas, ou seja, 3 304 homens e 3 132 mulheres. É formada por 26 logradouros públicos, sendo 1 asfaltado, 20 calçados a paralelepípedos e 5 revestidos de terra melhorada.

Destacam-se o edifício da Prefeitura Municipal, o do Grupo Escolar, o da igreja-matriz e os das agências bancárias, em particular.

O serviço de água canalizada, com uma rêde distribuidora de 20 000 metros, abastece 1 726 prédios em dez logradouros.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Seis médicos, 12 dentistas e 12 farmacêuticos atendem à população do município.

A assistência médica, em geral, é mantida no município, por 1 hospital, 1 pôsto de saúde, 1 casa de assistência à infância e 18 farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A assistência social é prestada à população do município pelo Pôsto de Saúde, Hospital e Casa de Assistência à Infância.

A Sociedade de São Vicente de Paula presta relevantes serviços de assistência social amparando indigentes e desvalidos. As associações Cambé Atlético Clube e S.E.R. 9 de Julho assistem os seus quadros sociais, com várias modalidades, e propiciam-lhes recreação.

ALFABETIZAÇÃO — Apenas 8 422 pessoas (5 105 homens e 3 349 mulheres) das 15 831 existentes em idade escolar, sabiam ler e escrever, por ocasião do Censo de 1950.

Do total de 5 350 pessoas em idade escolar presentes na sede municipal, 3 507 eram alfabetizadas, sendo 2 009 homens e 1 498 mulheres.

Ensino — Em 1956, funcionaram no município 22 unidades de ensino fundamental comum.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Estão localizadas na cidade de Cambé 2 associações culturais desportivas. De periodicidade semanal, circulam 3 jornais no município. Há uma estação radioemissora, prefixo ZYS-36, transmitindo na freqüência de 730 quilociclos.

Existem 2 cinemas em funcionamento na cidade e 1 biblioteca pertencente a instituição particular, embora franqueada ao público.

O futebol está bem difundido no município, havendo 2 clubes locais, devidamente organizados, com disputas entre si, e às vêzes promovendo partidas intermunicipais com agremiações de cidades vizinhas.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950......	...	14 560	1 740	...	1 726
1951......	...	15 412	2 357	2 295	2 238
1952......	...	19 568	5 181	4 646	3 601
1953......	* 605	15 931	8 054	7 400	9 251
1954......	* 606	13 977	10 873	10 297	5 576
1955......	* 606	28 305	10 464	7 203	14 840
1956......	** 6 686	28 655	9 547	9 547	*** 13 061

* Média tirada.
** Sòmente em três trimestres, de abril a dezembro.
*** Inclusive as despesas adicionais autorizadas.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Comemora-se no município, com grande pompa, o dia 13 de junho, data consagrada ao seu padroeiro, Santo Antônio. Os festejos têm início com novena solene, culminando com importante procissão.

Os dias consagrados a São João (24 de junho) e ao Natal (25 de dezembro) são convenientemente festejados, com as características próprias de cada época. No período carnavalesco se verificam os folguedos públicos.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os filhos do município são denominados "cambeenses".

Para o qüinqüênio 1951-1955 foi eleito o Senhor Doutor José dos Santos Rocha para Prefeito, o qual, tendo recebido o govêrno municipal do Sr. Jacídio Correia, a êle o transmitiu, por ter sido aquêle cidadão novamente eleito para o referido cargo, no qual se encontra atualmente.

A Câmara legislativa, constituída de nove membros, acha-se composta, atualmente, dos seguintes vereadores: Edgar Paes de Melo, Miguel Marana, Renê Diniz de Castro, Américo D. Garla, João Maistro, Dr. José S. Rocha, Antônio Galves Filho, Archimedes Mozer, Jarbas Tomazino.

Há na sede municipal 1 cartório do Registro Civil, 1 do Crime, 1 do Cível, 1 de Títulos e Documentos e 1 de Protestos, Falências e Concordatas, todos providos.

O Juiz de Direito e 1 Promotor Público encabeçam o Poder Judiciário local.

FONTES — Sinopse Estatística do Município. Departamento Estadual de Estatística do Paraná. Arquivos da Agência Municipal de Estatística. Documentação da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Paraná.

CAMPINA GRANDE DO SUL — PR

Mapa Municipal no 10.º Vol.

HISTÓRICO — Ao tempo do govêrno de Gabriel de Lara, na capitania de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá e, a partir do ano de 1648, quando Baltazar Carrasco dos Reis, integrando uma bandeira, chegou, pela primeira vez, aos campos do planalto de Curitiba, começaram as primeiras penetrações do interior, na fase de mineração do ouro e da caça ao aborígine.

Data de 1661 o estabelecimento de Baltazar Carrasco dos Reis nos campos de Curitiba. Antes dêle, porém, muitos bandeirantes já se tinham estabelecido nas regiões auríferas do planalto curitibano, onde fundaram arraiais de mineradores, alguns estáveis e outros provisórios, na vasta zona servida pelos caminhos do Açungui, Arraial Queimado, Borda do Campo, Arraial Grande, e no flanco ocidental da serra do Mar.

Já em 1666 surgia, na região do planalto de Curitiba, o povoado de Campina Grande, como parte integrante do município de Arraial Queimado, cuja origem, embora desconhecida, supõe-se tenha sido, também, um arraial de mineradores.

Pela Lei n.º 360, de 18 de abril de 1873, foi criada a freguesia de Campina Grande, sob a invocação de São João Batista, compreendendo os cinco quarteirões daquele nome, o de Barra do Capivari, bem como o de Marrecas, desanexados da freguesia do Arraial Queimado e mais o da Borda do Campo, tendo por divisa o rio Canguiri.

A Lei provincial n.º 762, de 26 de novembro de 1883, criou o município de Campina Grande e elevou a sua sede à categoria de vila, com os mesmos limites da antiga freguesia, sendo o novo município desmembrado do de Arraial Queimado. A instalação da vila ocorreu no dia 22 de março de 1884, em ato solene, presidido por João Antônio dos Santos Souza, presidente da Câmara Municipal de

Igreja de São João Batista, padroeiro da cidade

Arraial Queimado (Bocaiúva do Sul), e secretariado por Manoel Leocádio de Carvalho, vereador à Câmara Municipal de Arraial Queimado.

O presidente da sessão, após receber e verificar os diplomas apresentados pelos vereadores eleitos para comporem a nova Câmara Municipal, tomou o seu juramento, prestado sôbre os Santos Evangelhos, empossando-os, em seguida.

Os vereadores foram os seguintes: alferes João Batista Bueno, Cândido José dos Santos, tenente João Luiz dos Santos, Florêncio Gonçalves d'Assumpção, Pedro Bueno do Espírito Santo, Vicente Borba Cordeiro e capitão Emigdio Alves Cordeiro.

O vereador de Arraial Queimado, João Antônio dos Santos Souza, que presidia a sessão, convidou o vereador capitão Emigdio Alves Cordeiro, por lhe parecer o mais velho, a assumir a cadeira da presidência da nova Câmara de Vereadores.

Logo após a instalação da Câmara Municipal, o presidente interino anunciou que, na forma da lei, ia-se proceder à eleição para presidente da Casa, para servir no primeiro ano de mandato. Feita a eleição, em escrutínio secreto, verificou-se ter sido eleito o capitão Emigdio Alves Cordeiro, que, assim, continuou na presidência. Para os cargos de vice-presidente e secretário, foram eleitos, respectivamente, os vereadores João Luiz Gomes dos Santos e José Galdino Correia Pinto. Pelo presidente da Câmara foi indicado para o cargo de procurador da Câmara o cidadão Antônio Ribeiro de Lima, e para fiscal, Bento Luiz Gomes dos Santos. Estava organizado o govêrno do novo município. Os fundadores da vila de Campina Grande foram Francisco Garcia de Lima e Antônio Ribeiro dos Santos, que, em 15 de outubro de 1883, fizeram doação do terreno onde se acha construída a igreja do padroeiro São João Batista, dando, assim, início à fundação da vila.

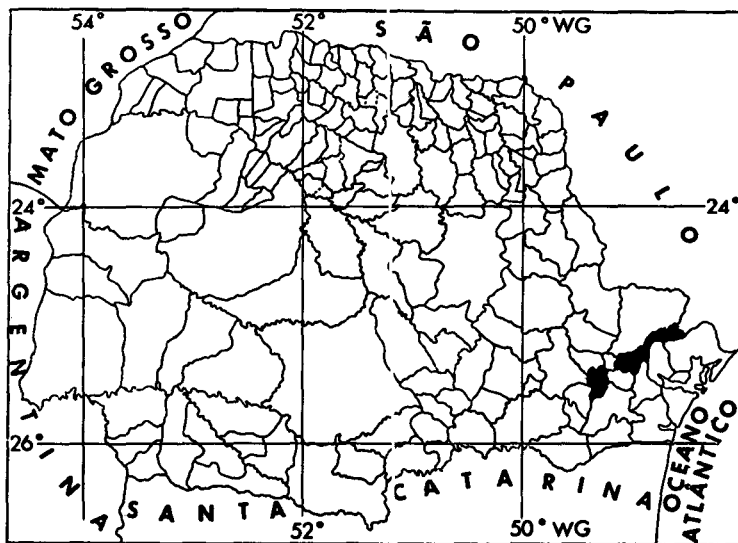
Ao ser instalado o município, constava êle de um distrito judiciário pertencente ao têrmo de Colombo, o qual estava dividido em três distritos policiais: Campina Grande (sede), Quatro Barras e Capivari Grande.

Em 1939, o Interventor Federal Manoel Ribas extinguiu o município de Campina Grande. Com a denominação de Timbu, e, como simples distrito do município de Piraquara, passou a integrar o território dêste último até o ano de 1951.

Prefeitura Municipal

Pela Lei n.º 790, de 14 de novembro de 1951, Timbu voltou a ser município, tendo sido instalado em 14 de novembro de 1952, um ano mais tarde.

Por fôrça da Lei n.º 2 593, de 7 de fevereiro de 1956, foi novamente mudado o nome do município, voltando a ser Campina Grande do Sul, denominação que manteve desde os primórdios de sua fundação, até o ano de 1939, quando além de haver deixado de ser município autônomo, passou a ser simples distrito de Piraquara, recebendo a designação de Timbu.

LOCALIZAÇÃO — Acha-se localizado o município na Zona Fisiográfica do "Planalto de Curitiba" tendo como coordenadas geográficas 25º 19' de latitude Sul e 49º 51' de longitude W. Gr. Limita ao norte com Bocaiúva do Sul; a leste, com Antonina e Morretes; a oeste, com Colombo; e ao sul, com Piraquara.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — O município desfruta de clima bom e agradável. Quente, durante o período de outubro a março; fresco e ameno, em abril e maio; e bastante frio, de junho a setembro, quando há ocorrência de geadas freqüentes. As temperaturas observadas, no decurso do ano de 1956, foram: de 30ºC a média das máximas; 8ºC, a das mínimas; e 19ºC, a compensada.

ALTITUDE — É de 777 metros, na sede do município.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município são os rios Capivais, Taquari, Cune, Bonito e Tucum.

POPULAÇÃO — O atual território municipal de Campina Grande do Sul, ex-Timbu, contava, pelo Recenseamento Geral do Brasil de 1950, com 4 289 habitantes, sendo 2 212 homens e 2 077 mulheres. De 9 habitantes por quilômetro quadrado era a densidade demográfica. Localizavam-se 9% da população na zona rural.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A economia do município assenta-se principalmente na agricultura, secundada pela pecuária e indústria. Os valores da produção agrícola em 1956 assim se apresentavam: uva — Cr$ 3 600 000,00; milho — Cr$ 1 350 000,00; arroz — Cr$ 600 000,00; laranja — Cr$ 360 000,00; trigo — Cr$ 262 500,00; em menor escala, centeio, mandioca, feijão, batata-inglêsa, e tomate.

A indústria conta 26 estabelecimentos, dos quais, 2 ocupam 5 ou mais operários. Explora os ramos "madeireiro", "barriqueiro" e "produtos alimentares".

A exportação (interestadual) do município em 1956 foi da ordem de Cr$ 141 330,00.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local é formado por 43 estabelecimentos varejistas, que mantêm transação comercial com as praças de: Curitiba, Morretes, Antonina e Paranaguá. Ali são vendidos os seus produtos agrícolas e industriais e adquiridos os gêneros e artigos necessários ao consumo interno do município.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é dotado do transporte que o liga aos seguintes municípios: Bocaiúva do Sul — 19 quilômetros; Colombo — 38 quilômetros; Piraquara — 18 quilômetros; Morretes — 61 quilômetros; Antonina — 66 quilômetros.

Dista da Capital Estadual 35 quilômetros; da Capital Federal, 91 quilômetros.

Na cidade funciona uma agência postal do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — Com uma população estimada em 450 habitantes, a cidade de Campina Grande do Sul conta com 92 edificações, das quais 90 servem para fins residenciais. Contam-se 8 logradouros públicos na cidade: 1 avenida, 4 ruas, 2 travessas e 1 praça. É servida por energia elétrica.

No ano de 1956, foram registrados, na Prefeitura Municipal, 91 automóveis e 212 caminhões.

Há 2 hotéis, bem instalados, e 2 pensões com os serviços de alimentação e hospedagem, na cidade.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Residindo no município, 1 médico, 1 dentista e 1 farmacêutico desempenham ali sua profissão. Existem, também, 1 pôsto de puericultura e 1 subposto de higiene. Funciona 1 farmácia na cidade.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A assistência social é prestada à população do município através dos estabelecimentos de saúde aí existentes: o pôsto de puericultura, mantido pelo Departamento Nacional da Criança, em colaboração com o F.I.S.I. (Fundo Interna-

cional de Socorro à Infância) e o subposto de higiene, funcionando a expensas do govêrno Estadual.

ALFABETIZAÇÃO — A população presente na época do Recenseamento Geral de 1950, na sede do então distrito de Timbu (atual município de Campina Grande do Sul), era de 118 pessoas, das quais 88 sabiam ler e escrever, sendo 41 homens e 47 mulheres.

Ensino — Em 1956, o número de unidades de ensino primário fundamental comum em funcionamento no município era de 40, com um total de 653 alunos matriculados.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950......	—	—	—	—	—
1951......	—	—	—	—	—
1952......	—	468	—	—	—
1953......	—	557	706	94	661
1954......	—	849	708	95	826
1955......	—	915	1 040	167	860
1956 (1)...	—	1 104	1 232	147	824

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — As principais manifestações populares levadas a efeito no município são de caráter religioso, tendo seu principal acontecimento na festa dedicada a São João Batista, padroeiro local, inclusive por causa das manifestações que, de ordinário, já são tributadas a êste santo. É, também, comemorada com regular afluência e animação, a festa de São Sebastião, em 20 de janeiro, e, por tradição, festejam-se o Natal e a Páscoa.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do município são conhecidos pelo gentílico campinenses. É desconhecida a origem do nome atual. O município constitui-se distrito judiciário subordinado à comarca da Capital do Estado. Na sede existe um Juiz de Paz e um cartório do Registro Civil e Anexos.

O Prefeito Municipal é o Senhor Ary Alves Bandeira.

São vereadores os Senhores: Dacyr S. Trevisan, Antônio Belli, Sílvio Simioni, João Maria de Barros, Anibal Borba Cordeiro, Manoel de Oliveira, Jacob Dalpra, Namur Prince Paraná e Mário Strapasson.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

CAMPO LARGO — PR

Mapa Municipal no 10.º Vol.

HISTÓRICO — A denominação de Campo Largo começou a ser usada documentadamente após a abertura de um novo caminho para São Paulo, o qual, partindo de Curitiba, passava pela localidade. Não se sabe ao certo a época em que se deu o início do desbravamento do território, que hoje constitui o município de Campo Largo. A primeira pessoa que habitou a localidade foi o português coronel Antonio

Igreja-Matriz da Paróquia de N. S.ª da Piedade, na Praça Marechal Floriano

Luiz, conhecido pela alcunha de "Tigre", proprietário da sesmaria, que veio a ser o território do município de Campo Largo.

Antonio Luiz era homem austero, trabalhador e caritativo. Residia na Fazenda Nossa Senhora da Conceição do Tamanduá, onde fêz erigir uma capela consagrada a Nossa Senhora da Conceição, primeira igreja construída na vasta região dos Campos Gerais. Após o seu falecimento, a sesmaria passou a pertencer a diversas pessoas.

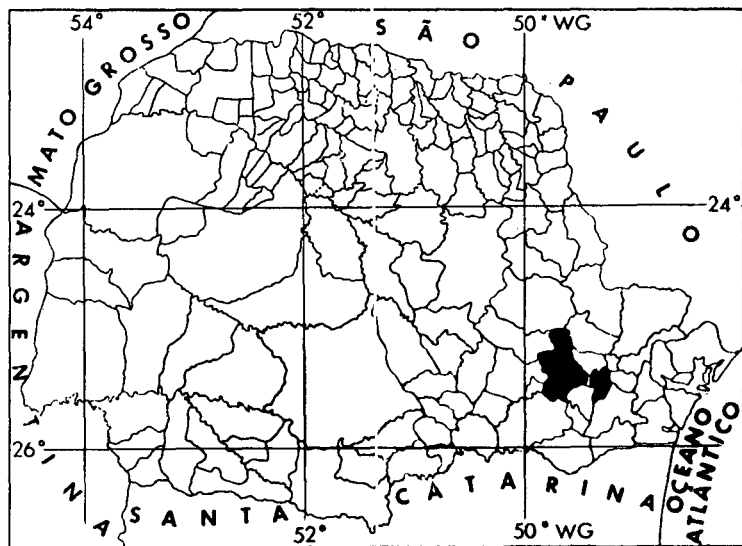
Mais tarde, em 1819, o capitão João Antonio da Costa, residente em Curitiba, fêz doação a Nossa Senhora da Piedade do campo em que se achava a povoação, que efetivamente tivera início em 1814, a fim de que nela se estabelecessem as pessoas que o quisessem, sem pensão alguma. O capitão João Antonio da Costa ofereceu uma imagem de Nossa Senhora da Piedade, que mandara vir da Bahia em 1816, sendo recebida na casa do tenente Joaquim Lopes de Cascaes, onde se conservou até 1826, quando foi encaminhada à sua igreja. Em virtude da Portaria do Ordinário da Cidade de São Paulo, Bispo D. Mateus, datada de 20 de dezembro de 1816, concedendo faculdade para se edificar a capela, tiveram início os trabalhos pertinentes a essa construção no ano de 1821. As obras foram executadas pelo capitão Jerônimo José Vieira, sob a administração do capitão João Antonio da Costa e do padre José Joaquim Ribeiro da Silva, que vinha de Curitiba, não só para assistir a êsses trabalhos de sua predileção, como, também, para celebrar missa, confessar e pregar, sendo êle o primeiro sacerdote a oficiar missa na igreja primaz de Campo Largo. O templo, construído por esmolas angariadas junto aos fiéis, sòmente teve as suas obras concluídas em 1828, sendo elevado à categoria de Capela Curada, depois de muitos debates, por provisão do Bispo D. Manoel Gonçalves de Andrade.

Os livros de registros de batizados e de assentos de casamentos foram abertos e rubricados a 11 de agôsto de 1823 pelo padre José Joaquim Ribeiro da Silva; entretanto, os registros de batizados datam de 24 de outubro de 1843, época em que o padre Ribeiro da Silva foi substituído pelo padre Justiniano Ferreira Belo.

Pela Lei n.º 23, de 12 de março de 1841, criou-se o distrito judiciário de Campo Largo da Piedade, pertencente à comarca de Curitiba. Por fôrça da Lei n.º 219, de 2 de abril de 1870, foi criado o município de Campo Largo da Piedade desmembrado do território municipal de Curitiba. A instalação oficial do município se deu em 23 de fevereiro

de 1871. Foi primeiro juiz de direito da comarca o Dr. Antonio Joaquim de Macedo Soares, que chegou a ocupar o elevado cargo de Presidente do Supremo Tribunal Federal.

LOCALIZAÇÃO — A cidade de Campo Largo está localizada na Zona Fisiográfica conhecida por "Planalto de Curitiba". Sua posição geográfica demora entre 25° 27' 34" de latitude Sul e 49° 31' 40" de longitude W.Gr.

Campo Largo limita com os seguintes municípios paranaenses: ao norte, Castro e Rio Branco do Sul; a oeste, Pôrto Amazonas, Palmeira e Ponta Grossa; ao sul, Lapa e Araucária; e a leste, Curitiba, Almirante Tamandaré e Rio Branco do Sul.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 956 m.

CLIMA — O clima é frio. Em 1956 foram registradas as seguintes observações quanto à temperatura em graus centígrados: média das máximas, 24,2; média das mínimas, 10,6.

ÁREA — A área total do município é de 1 737 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os acidentes geográficos mais importantes de Campo Largo são: *Rios* — do Cerne, Iguaçu, dos Papagaios e Açungui. *Serra* — São Luís do Purunã. *Lagoa* — Lagoa Grande. *Tanques* — Emingo Angelo e Luiz Cecatto. A serra de São Luiz do Purunã tem 1 270 metros de altitude. A Lagoa Grande ocupa uma área de 8 000 metros quadrados e dista 2 quilômetros da sede municipal.

RIQUEZAS NATURAIS — As riquezas naturais de maior importância são: caulim, argila, água mineral, calcário para fabricação de cal, lenha, madeiras em geral e erva-mate. O caulim e a argila são utilizados na fabricação de louças e cerâmica de diversas espécies.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Campo Largo, Três Córregos, São Silvestre, São Luís do Purunã, João Eugênio e Ferraria.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Ao ramo "agricultura, pecuária e silvicultura" — segundo o Recenseamento Geral de 1950 — dedicavam-se 35% das pessoas de 10 anos e mais. Os produtos agrícolas mais cultivados são o milho, a batata-inglêsa e o feijão. O valor da produção agrícola em 1954 foi de 71 milhões de cruzeiros. A população pecuária em 31 de dezembro de 1954 estava estimada em 76 milhões de cruzeiros.

Edifício do Fôro Municipal

A indústria, ocupando 1 490 pessoas econômicamente ativas, valia em 1955 o total de 105 milhões de cruzeiros. O mais destacado ramo industrial era o "não metálico", compreendendo 85% do valor total.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem na sede municipal 7 estabelecimentos atacadistas e 86 varejistas. Encontram-se em funcionamento, na cidade de Campo Largo, 3 agências e sucursais de estabelecimentos bancários.

As principais transações comerciais do município são mantidas com as cidades de Curitiba e Ponta Grossa.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade está ligada à Capital do Estado por estrada de rodagem. A distância entre Campo Largo e Curitiba é de 26 quilômetros.

Além disso, o município se comunica por um bom sistema rodoviário com as seguintes cidades paranaenses: Palmeira, 63 km; Rio Branco do Sul, via Curitiba, 62 km; Almirante Tamandaré, via Curitiba, 51 km; Araucária, via Curitiba, 60 km; Lapa, 107 km; Pôrto Amazonas, 56 km; Capital do Estado (estrada nova), 26 quilômetros. O município é servido por emprêsa de transporte coletivo, que o liga à Capital do Estado e à cidade de Ponta Grossa. A Rêde de Viação Paraná—Santa Catarina serve parte do município, através de duas Estações no interior do mesmo.

Está em funcionamento uma agência postal-telegráfica. Em 31 de dezembro de 1956 existiam 40 aparelhos telefônicos na sede municipal. Na mesma data, contava o município 71 automóveis e 191 caminhões.

ASPECTOS URBANOS — A sede municipal está localizada na estrada de rodagem que liga Curitiba a Ponta Grossa. Os logradouros públicos não são calçados; apenas algumas ruas centrais são revestidas de saibro. O fornecimento de luz e fôrça é feito pela Capital do Estado. O consumo de energia elétrica em 1956 foi de 1 200 000 kWh para iluminação pública e particular e 3 000 000 para fôrça motriz.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária é prestada à população por 2 médicos, 3 dentistas e 3 farmacêuticos. Encontram-se em funcionamento 3 farmácias, tôdas na sede municipal.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, 10 216 pessoas, sendo 5 543 homens e 4 673 mu-

lheres, sabiam ler e escrever. Assim, 34% da população municipal era alfabetizada.

Ensino — Em 1956 estavam em funcionamento 115 unidades escolares de ensino primário fundamental comum e 1 de ensino secundário. A quota de crianças em idade escolar matriculadas nesses estabelecimentos era de 12%.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — A Rádio Marumby Lt.da, ZYK-8, com transmissores instalados no distrito de Ferraria, é um dos principais veículos de cultura e divulgação do município. Não existe jornal em Campo Largo. Está em funcionamento a Biblioteca "Francisco de Azevedo Macedo", de caráter geral, que conta 858 volumes.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950......	1 363	2 793	1 162	899	1 220
1951......	2 138	3 011	1 176	414	1 258
1952......	2 883	3 685	1 426	511	1 498
1953......	3 074	3 741	1 943	548	1 606
1954......	5 670	3 357	2 308	569	2 783
1955......	9 396	5 267	3 667	663	3 861
1956 (1)...	—	—	2 412	638	—
1956 (2)...	12 737	8 208	5 723	839	5 315

(1) Orçamento. — (2) Arrecadação.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Há na cidade de Campo Largo um obelisco de granito em homenagem aos heróis expedicionários tombados nos campos de batalha da segunda guerra mundial, os heróicos campo-larguenses Constantino Marchi, José Florindo Zanetti e João Domingos. Localiza-se na Praça Marechal Floriano Peixoto.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — Realizam-se duas festas religiosas tradicionais, na cidade: a da padroeira, Nossa Senhora da Piedade, a 2 de fevereiro, e a do Divino Espírito Santo, em dia variável de junho de cada ano. Essas festividades são realizadas com procissão pelas ruas, fogos, repiques de sino, leilão, quermesse, etc.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — O principal objetivo de turismo com que conta o município é a fonte de água mineral da conhecida "Água Ouro Fino", no distrito de Bateias, sendo bem elevado o número de pessoas procedentes de outros municípios e Estados que freqüentemente se dirigem àquela importante fonte.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Aos naturais do município dá-se a designação gentílica de campo-larguenses.

O município é sede de comarca, sendo atual juiz de direito o Dr. Henrique Nogueira Dorfmund. Os órgãos auxiliares da justiça ali são: Escrivania do Crime, Escrivania do Cível e Comércio, Cartório de Órfãos e Anexos, Cartório do Registro Civil, Cartório do Registro de Imóveis, Cartório do 2.º Tabelionato de Notas, Cartório da Justiça Eleitoral e 2 Oficiais de Justiça.

O atual Prefeito Municipal é o Sr. Herculano Schimaleski. A Câmara compõe-se dos seguintes vereadores: Ayrton F. do Amaral, Narcizo Moreira, Pedro Kaminski, João de A. Barbosa, Bernardino Bassani, Odayr Lamoglia, Valdemiro Felipe Adad, José Castagnolli, Sebastião Leal e João de O. Tigrinho.

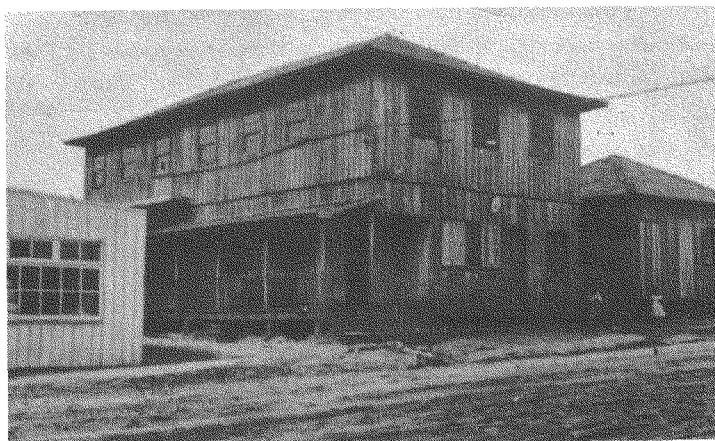
FONTES — Sinopse Estatística de Campo Largo. Sinopse do Censo Demográfico de 1950. Dados fornecidos pela A.M.E. Dados existentes no arquivo da I.R.

CAMPO MOURÃO — PR

Mapa Municipal no 13.º Vol.

HISTÓRICO — A região noroeste do Paraná, onde se localiza o atual município de Campo Mourão, província paraguaia de Guaha, foi a primeira a ser visitada, conhecida e explorada, em todo o território da antiga e depois Quinta Comarca da Capitania de São Paulo. Desde o início do século XVI, os bandeirantes paulistas e, posteriormente, Quinta Vicentinas fizeram penetrações no sertão paranaense, através do Caminho de Peabiru ou de São Tomé e pela navegação fluvial, através dos rios Paranapanema, Tibagi, Ivaí e Piquiri. O Caminho de Peabiru tinha dois ramais: um dêles, seguindo pela linha-tronco, percorria o itinerário São Vicente—Piratininga, Sorocaba, Botucatu, Tibagi, Ivaí, Piquiri; o outro itinerário seguia pelo Tietê, atravessava o Paranapanema, nas proximidades da foz do Pirapó, subia pela margem dêste em direção ao Ivaí, atravessando-o pouco acima do rio da Guia, e, margeando à esquerda o rio principal, atingia a localidade onde hoje se encontra a cidade de Campo Mourão. Por êsse caminho — segundo Romário Martins — transitaram, no século XVI, numerosas pessoas e expedições, entre as quais, D. Alvaro Nuñes Cabeza de Vaca, governador do Paraguai, em 1541; Johan Ferdinando, em 1549; os companheiros de Hans Staden, em 1551; Ullrich Schmidel, em 1553 o missionário padre Leonardo Nunes, os irmãos Pedro Correia e João de Souza, Juan de Salazar de Espinosa, Cipriano de Góes e Ruy Diaz Melgarejo, todos em 1556, "sin hacer daño a la tierra ni a cosa della". Além dêsses ilustres visitantes, registram-se mais as passagens de Diogo Nunes, na sua viagem ao Paraguai e ao Peru; Braz Cubas e Luiz Martins, "que em 1562 vararam trezentas leguas de sertão".

A melhor e mais completa descrição do histórico Caminho de Peabiru é a de Gentil Moura, feita em 1910, em comunicação ao Instituto Histórico de São Paulo sob o título de "O Caminho do Paraguai a Santo André da Borda do Campo". É a êle que se deve a identificação do itinerário seguido por Ullrich Schmidel, o alemão que regressou de Assunção em 1553, onde, como militar, serviu aos governos de Fernando Mendonza, Irala e Cabeza de Vaca. Sua descrição, baseada em documentos históricos, é a seguinte:

"Partindo de Assunção, desceu o Paraguai e subiu o Paraná até a barra do Iguaçu; daí seguiu pela margem direita até a altura do rio Cotegipe; em seguida atravessou os rios Piquiri, Cantu e outros afluentes dêsses rios transpôs a serra da Esperança; passou pelas cabeceiras do Corumbataí e foi cruzar o Ivaí nas proximidades de Terezinha. Depois, em rumo de sudoeste, foi passar nas cabeceiras do Tibagi, onde deixou o caminho para Santa Catarina, pelo qual subiu Cabeza de Vaca. Aí, tomando à esquerda, pendeu para as matas do vale do Açungui, passou pela aldeia do Bilreiros

Prefeitura Municipal

e de Carieseba, onde logo adiante encontrou a encruzilhada do caminho que descia para Cananéia.

"Prosseguindo, porém, sempre à esquerda, deixou o Vale do Açungui e foi sair nos Campos da Faxina, Capão Bonito e Itapetininga, pelos quais seguiu até as proximidades de São Miguel Arcanjo, deixando outra encruzilhada que servia para ligar Cananéia à região de Piratininga".

Após a entrada dos missionários espanhóis da Companhia de Jesus na província de Guaíra, em 1610, o Caminho de Peabiru foi dado como tendo sido percorrido por São Tomé, razão por que passou a denominar-se Caminho de São Tomé.

Data dessa época a criação das célebres "reduções", pelos padres jesuítas, na província de Guaíra, "então domínio legal e de fato do govêrno do Paraguai e da sua Província Eclesiástica", a qual, segundo Moussy, em "Memoire historique sur la decadence e la ruine des jesuites dans le bassin de la Plata", alongava-se no sentido norte-sul, do Tietê ao Iuguaçu, tendo de latitude 3 graus e de longitude 2 graus".

Montoya define reduções como sendo "os povos índios que vivendo à sua antiga usança nos montes, foram reduzidos pelas diligências dos padres e povoações grandes à vida política e humana".

Diz Romário Martins que se deve ao governador do Paraguai, Hernando Arias Saavedra, a mudança do sistema de dominação dos índios seguido desde os primeiros tempos da conquista espanhola nos vastos territórios da bacia do Prata.

A administração da província foi confiada aos Padre da Companhia de Jesus por Carta Régia de 1608, de Felipe III, rei de Espanha. Os primeiros padres jesuítas a chegar à província de Guaíra foram José Cataldino e Simão Maceta, que se fixaram às margens do Pirapó; Lorenzana e Francisco de São Martinho, hóspedes do grande cacique Arapizandu, nas margens do rio Paraná.

As reduções foram fundadas nas povoações oficiais espanholas de Ontiveros, Ciudad Real del Guaíra e Vila Rica do Espírito Santo, no sertão guairenho, às margens dos rios Pirapó, Paranapanema, Tibagi, Iguaçu e outros. Foram treze as primeiras reduções jesuítas, conforme trabalho de V. Martin de Moussy:

1. Nossa Senhora de Loreto, capital da Missão, fundada em 1610, na foz do Pirapó-Paranapanema.
2. Santo Inácio-Mini, à esquerda do rio Santo Antônio, afluente do Paranapanema.
3. São Francisco Xavier à esquerda do rio Tibagi.
4. São José, à esquerda do rio Tibagi.
5. Anunciación, à esquerda do rio Tibagi.
6. São Miguel, à esquerda do rio Tibagi.
7. Santo Antônio, à direita do rio Ivaí.
8. São Pedro, à direita do Paranapanema.
9. São Tomé, à esquerda do rio dos Faxinais, afluente do Ivaí.
10. Los Angeles, à direita do rio dos Faxinais.
11. Concepción ou Santa Maria, à direita do Iguaçu.
12. São Paulo, à esquerda do rio Ivaí.
13. Jesus Maria, à direita do Ivaí.

Esta "invasão" pelos castelhanos do território da futura província do Paraná decorreu do equívoco criado pelas divisas previstas no Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494. Dela resultou a guerra entre os povos ibéricos, com doloroso reflexo nos trabalhos de catequese e povoamento da América e, em particular, na província paraguaia de Guaíra, tão logo ficou constatado tratar-se de terras pertencentes à coroa portuguêsa e não aos reis de Espanha.

Devido às lutas entre espanhóis e portuguêses, as bandeiras de Manoel Preto e Antonio Raposo Tavares, em 1629, após encarniçada batalha travada no sertão do Paraná, destruíram completamente os aldeamentos indígenas de Vila Rica do Espírito Santo e Ciudad Real del Guaira, matando 15 000 silvícolas e aprisionando, para serem vendidos em São Paulo como escravos, nada menos de 60 000 aborígines.

Os que conseguiram sobreviver à hecatombe, uns debandaram pelo sertão e outros atravessaram o rio Paraná, conduzidos pelos denodados missionários jesuítas, apóstolos de Guaíra à região entre os rios Uruguai e Paraná, onde erigiram novas reduções.

Os sangrentos episódios de que foram coroados os trabalhos missioneiros dos Padres da Companhia de Jesus jamais poderão ser esquecidos no decurso da história do Paraná e do Brasil. Essa emprêsa de superior idealismo religioso, rematada pela conquista bandeirante vinte anos depois, não permitiu aos seus idealizadores o êxito que alcançariam mais tarde, nas Missões meridionais do Uruguai, como justo prêmio do seu devotamento e sacrifício, embora ainda aí tivessem tido, novamente, por epílogo, a morte e a destruição.

Diz Romário Martins:

"Em Guaíra o sistema teve os seus delineamentos práticos, a demonstração de sua eficiência, os seus primeiros resultados anunciadores de que nenhum outro plano de ação civilizadora do gentio lhe superaria em resultados. À esquerda do Uruguai, onde surgiram, redivivas, as reduções debandadas de Guaíra, o sistema conseguiu colimar os esperados êxitos, e, hoje ainda, as ruínas dos templos triunfais aí atestam a vastidão e a beleza das conquistas da fé e da civilização.

"A obra delineada no sertão paranaense e concluída nos pampas do Rio Grande representa uma página de relêvo e brilho na história americana, escrita em esplêndidas realidades pelos insignes missionários da Companhia de Jesus".

É nessa remota era que vamos encontrar elementos para retraçar os pródromos da história do município de Campo Mourão, que, indiscutìvelmente, tem suas raízes nos acontecimentos ali ocorridos a partir do século XVI e através da segunda metade do século XVII, encerrados na epo-

péia das reduções jesuíticas e na ação devastadora das bandeiras paulistas que singraram o sertão no curso de mais de duzentos anos.

No govêrno de D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, Morgado de Mateus, na Capitania de São Paulo, seu irmão, o capitão-mor Afonso Botelho de São Payo e Souza, então figura de relêvo no govêrno da Capitania de Paranaguá, determinou a organização da segunda expedição aos sertões de Tibagi, confiando o comando da mesma ao capitão paranaense Estevão Ribeiro Baião, natural de São José dos Pinhais, o qual descobriu os campos que, em homenagem ao governador-geral da Capitania, foram denominados por Afonso Botelho de São Payo e Souza Campos do Mourão, mais tarde simplificado para Campo Mourão.

A expedição de Estevão Ribeiro Baião, que era capitão de auxiliares da Freguesia de São José dos Pinhais, partiu de Curitiba em 1760 e compunha-se de 75 bandeirantes e, após descobrir os Campos do Mourão, penetrou no sertão do Tibagi e Apucarana.

A nova fase de povoamento da região foi iniciada em 1903, sendo que de 1760 até esta data, apesar das "entradas" de bandeiras de viajantes e penetração de exploradores, o sertão do noroeste paranaense não recebeu nenhum influxo ou plano colonizador, surgindo apenas, de longe em longe, arraiais, pousos e pequenas povoações.

Data de 1903 a chegada a Campo Mourão de José Luiz Pereira, Antonio Luiz Pereira, Cesário Manoel dos Santos e Bento Gonçalves Proença, os quais acompanhados de suas respectivas famílias, construíram ali as primeiras casas, dedicando-se à agricultura e à pecuária.

Em 1921, Campo Mourão foi elevado à categoria de distrito policial, pertencendo ao município de Guarapuava. Pouco tempo depois era desmembrado de Guarapuava, passando a pertencer ao município de Pitanga.

A criação de uma Inspetoria do Departamento de Terras, no ano de 1943, deu grande impulso ao progresso de Campo Mourão, atraindo novas levas de colonos e de pessoas dedicadas a outras atividades. Pela Inspetoria do Departamento de Terras foi iniciada a construção de uma vila, que prosperou imediatamente, de maneira extraordinária.

Inauguraram-se então as primeiras casas comerciais da vila, ali se estabelecendo os comerciantes Leo Guimarães, Francisco de Albuquerque, Guilherme de Paula Xavier e Margarida Wakin.

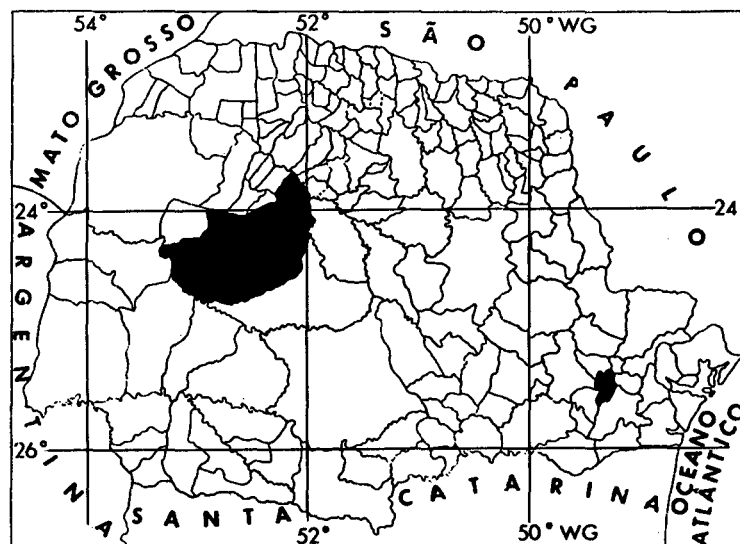
A 10 de outubro de 1947, em virtude da Lei n.º 2, da mesma data, Campo Mourão foi elevado à categoria de município, com território desmembrado de Pitanga. A instalação e posse do primeiro Prefeito e da Câmara Municipal se deu a 27 de dezembro do mesmo ano. Foi primeiro Prefeito Municipal eleito pelo povo o Sr. Pedro Viriato de Souza.

Coletoria Estadual

Em setembro de 1948 foi criada a comarca de Campo Mourão, cuja instalação se deu a 28 de janeiro do ano seguinte. O primeiro Juiz de Direito foi o Dr. Ilian Morais de Castro Velozo e o Promotor Público, o Dr. Ruy Dirceu Saldanha Gomes.

A 14 de novembro de 1951 o município perdeu metade de sua área que passou a constituir o município de Peabiru, criado pela Lei estadual n.º 790, de 10 de agôsto de 1955.

Logo a seguir perdia mais 2 000 quilômetros quadrados de sua área, em virtude da criação do município de Goioerê, cuja instalação se deu a 18 de novembro de 1956.

LOCALIZAÇÃO — O município de Campo Mourão está situado na Zona Fisiográfica do Ivaí, e a posição geográfica de sua sede é 24° 2' 38" de latitude Sul e 52° 22' 40" de longitude W.Gr. Limita ao norte com os municípios de Peabiru e Araruna; a oeste, com Guaíra e Cascavel; ao sul, com Pitanga; e a leste, com Manoel Ribas e Bom Sucesso.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

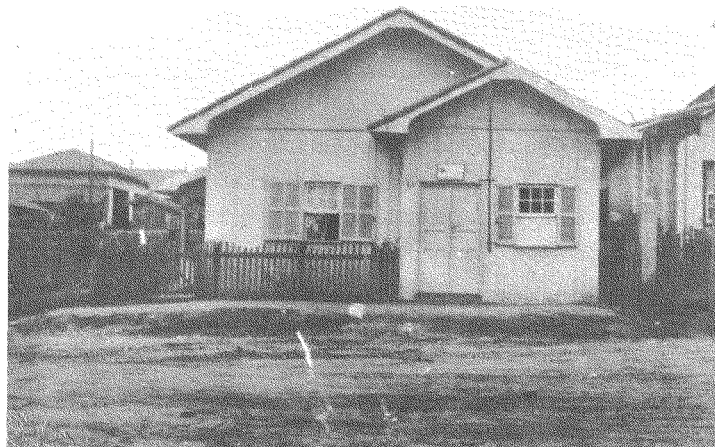
ALTITUDE — 630 metros na sede municipal.

CLIMA — O município de Campo Mourão está situado na região noroeste do Estado. Possui clima saudável e sêco, fresco no inverno e quente no verão. As temperaturas registradas, no ano de 1956, foram de 38°C para a média das máximas; 4° C , a das mínimas; 21°C para a média compensada.

ÁREA — É de 9 288 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais do município são os rios Corumbataí, Piquiri, da Vargem ou Mourão, Goioerê, oGio-ang, Cantu, do Campo e Ivaí, os saltos de São João (com 18,50 m de altura) e Imbauvaí (com 6 metros de queda).

RIQUEZAS NATURAIS — As riquezas naturais em maior evidência são as de origem vegetal: cedro, peroba, pinho e palmito; e as de origem mineral: argila branda para fabricação de telhas e tijolos.

POPULAÇÃO — O território de Campo Mourão que na época do Recenseamento Geral do Brasil de 1950 abrangia

Grupo Escolar (anexo funciona o Ginásio Estadual)

os atuais municípios de Cruzeiro do Oeste, Araruna, Goioerê, Rondon, Peabiru, Engenheiro Beltrão, Terra Boa, Cianorte e Jussara, contava com uma população de 32 948 habitantes, sendo 17 560 homens e 15 388 mulheres. Segundo a *côr* — 26 450 brancos, 832 pretos, 5 513 pardos e 26 amarelos; segundo o *estado civil* (15 e mais anos) — 5 396 solteiros, 11 219 casados, 744 viúvos, e 35 desquitados; segundo a *nacionalidade* — 325 estrangeiros, 90 brasileiros naturalizados; segundo a *religião* — 31 056 católicos romanos e 1 892 de outras religiões. Densidade demográfica de 2 habitantes por quilômetro quadrado. Localizavam-se 94% da população na zona rural.

Aglomerações urbanas — 12 aglomerações urbanas existem no município de Campo Mourão: a sede municipal, Barbosa Ferraz, Barreirinho do Oeste, Campina da Lagoa, Farol, Fênix, Iretama, Juranda, Jaracatiá, Mamburê, Quinta do Sol e Roncador.

A cidade de Campo Mourão contava pelos resultados censitários de 1950 com 836 habitantes, sendo 453 homens e 383 mulheres, assim distribuídos: quadro urbano — 507 (277 homens e 230 mulheres); quadro suburbano 329 (176 homens e 153 mulheres).

As vilas do município de Campo Mourão eram inexistentes na época do Recenseamento de 1950; suas populações são estimadas em: Barbosa Ferraz, 600 hab. — Juranda, 900 habitantes. — Barreirinho do Oeste, 300 hab. — Jaracatiá, 400 hab. — Campina da Lagoa, 1 000 hab. — Mamburê, 1 000 hab. — Farol, 500 hab. — Quinta do Sol, 500 hab. — Fênix, 350 habitantes. — Roncador 400 hab. — Iretama, 400 hab.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A economia do município se fixa na agricultura, sendo coadjuvada pela pecuária e indústria extrativa vegetal.

A produção agrícola prevista para 1956 era:

Milho — Cr$ 45 850 000,00; arroz — .... Cr$ 11 975 000,00; café — Cr$ 2 223 000,00 trigo — .... Cr$ 990 000,00; feijão — Cr$ 650 000,00; algodão — .... Cr$ 348 000,00; batata-inglêsa — Cr$ 217 500,00; centeio — Cr$ 150 000,00. A cultura da laranja atingiu .... Cr$ 630 000,00 em 1956.

Na pecuária, a criação de gado bovino e suíno alcança índices elevados, influindo decisivamente na economia municipal. Em 1954 a pecuária valeu aproximadamente 33 milhões de cruzeiros.

A indústria participa ativamente, no setor "madeireiro", pois as reservas vegetais (pinho, cedro, e peroba) são inestimáveis. Em 1955, a indústria (ocupando 848 pessoas econômicamente ativas) valia quase 49 milhões de cruzeiros, agindo preferivelmente o ramo "indústria extrativa vegetal" (84% do valor total). Dos seus 104 estabelecimentos industriais, 65 possuem 5 ou mais operários em atividade, 44% das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) estão ocupadas no ramo "agricultura"

A sua exportação (interestadual) atingiu em 1956 a cifra de Cr$ 40 854 863,00.

COMÉRCIO E BANCOS — O desenvolvimento comercial é bastante acentuado; é o que atestam seus 360 estabelecimentos varejistas e 6 atacadistas espalhados por todo o interior do município. Na sua sede acham-se em funcionamento 3 agências bancárias.

Campo Mourão mantém intercâmbio comercial (exportador e importador) com as seguintes localidades: Ponta Grossa, Maringá, Apucarana, Londrina e Curitiba, no Paraná, e com vários municípios de São Paulo.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por estradas de rodagem que se dirigem a todos os seus quadrantes. Está ligado aos seguintes municípios: Araruna (22 km), Peabiru (19 km), São Pedro do Ivaí (99 km), Manoel Ribas (197 km), Pitanga (157 quilômetros), Cascavel (235 km) e Cruzeiro do Oeste (117 quilômetros).

Dista da Capital Estadual 594 km.

Campo Mourão é dotado de um aeroporto utilizado por três emprêsas aéreas que mantêm vôos diários àquela localidade.

No setor das comunicações rápidas encontram-se no município: 1 Agência Postal, 1 Radiotelegráfica do D.C.T., Postos Radiotelegráficos da Chefatura de Polícia do Estado do Paraná, da Real-Aerovias-Nacional S. A., da Cruzeiro do Sul S. A. e da VASP-Transportes Aéreos São Paulo Sociedade Anônima.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Campo Mourão conta, no presente, com cêrca de 8 000 habitantes, 1 600 edificações, das quais 1 506 servindo para fins residenciais, 41 logradouros públicos: 11 avenidas, 25 ruas, 2 travessas e 3 praças. É a cidade servida de energia elétrica, para fins industriais e iluminação pública e particular, com 600 ligações. Existem 26 hotéis e 14 pensões. No ano de 1956, foram matriculados 230 veículos motorizados: 32 automóveis e 198 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Têm exercício no município, a cuja população prestam assistência médico-sanitária, 5 médicos, 5 dentistas e 6 farmacêuticos.

Fontes de assistência médica em geral; 1 Pôsto de Higiene e os Hospitais São Pedro, Velho (Santa Casa) e Mamburê, êste último, no distrito de Mamburê.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — O Pôsto de Higiene presta também serviços de assistência social à população.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, o município contava com 26 759 pessoas de 5 anos e mais, sendo que, dêsse total, 7 628 sabiam ler e escrever:

5 022 homens e 2 606 mulheres. Na sede municipal, das 711 pessoas de 5 anos e mais, 475 sabiam ler e escrever, sendo 285 homens e 190 mulheres.

Ensino — No ano de 1956, o município estêve servido por 81 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum, nos quais foram matriculados 4 050 alunos. A cidade dispõe de 3 estabelecimentos de ensino extraprimário: Escola Normal Regional, Escola Técnica de Comércio "Santo Inácio" e Ginásio de Campo Mourão.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Registra-se a existência de 2 associações culturais: uma esportiva e outra lítero-recreativa, em Campo Mourão. No município acham-se instalados 4 cinemas, sendo na sede municipal: Cine Mourão, com 400 lugares e Cine Império, com 700 lugares; na vila de Jaracatiá: Cine Jaracatiá, com 60 lugares e na vila de Campina da Lagoa, Cine Marabá, com 27 lugares. Na cidade encontra-se 1 livraria e 1 tipografia.

Ainda na sede do município, funciona a Biblioteca Pública Municipal com 220 volumes de obras gerais.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950......	—	3 041	742	201	748
1951......	—	9 465	1 434	306	1 112
1952......	—	14 011	2 513	600	2 319
1953......	—	7 849	4 097	2 126	4 045
1954......	—	13 427	4 831	2 131	4 192
1955......	—	17 996	5 240	2 624	5 498
1956 (1)...	* 4 145	15 229	6 729	2 624	4 070

(1) Orçamento.
A Coletoria Federal foi instalada em maio de 1956.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Ruínas de granito, na localidade denominada Vila Rica, remontando à época da penetração no solo paranaense.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — O município realiza dois grandes festejos populares, ambos de caráter religioso: de São José, seu padroeiro, no dia 19 de março, e de Santa Cruz, no dia 3 de maio. Tanto um quanto outro são bastante animados e atraem tôda a população à sede munipal. Festejam-se ainda o São João e o Natal, com regular animação e concorrência de fiéis.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Em homenagem ao morgado de Mateus, D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, governador da capitania de São Paulo, é que foi feita a denominação atual do município, ou seja, "Campo Mourão".

Os habitantes do lugar são chamados costumeiramente "campo-mourenses".

Campo Mourão é sede de comarca da 3.ª entrância, compreendendo os seguintes distritos: Campo Mourão, Goioerê, Jaracatiá, Mamburê, Moreira Sales e Roncador. Conta ainda com 11 cartórios como órgãos auxiliares da justiça.

Exerce o cargo de Prefeito Municipal o Sr. Roberto Breginski.

São vereadores os cidadãos: Joaquim T. Oliveira, Ivo Mario Trombini, Januário Pinheiro, Dr. Nelson B. Prado, João O. Mendes, Reinaldo Silva, Arino Borges, Antonio M. de Oliveira e Alcides Ferreira.

CÂNDIDO DE ABREU — PR

Mapa Municipal no 11.º Vol.

HISTÓRICO — Com a vinda de imigrantes europeus, dos quais a primeira leva aportou ao Paraná em 1829 e que se compunha de 60 famílias alemãs, começou a colonização estrangeira em terras paranaenses. Os primeiros núcleos coloniais estrangeiros foram localizados na Capela da Estrada da Mata, Lapa, Ponta Grossa, Imbituva, Bom Jardim, Papagaios Novos e diversos outros, todos no planalto, nos Campos de Curitiba e nos Campos Gerais.

Após o estabelecimento dêsses núcleos coloniais de imigrantes tedescos, que contavam com o amparo e auxílio do govêrno imperial, outros grupos europeus estabeleceram-se no Paraná: nos arredores de Curitiba, nos Campos Gerais e noutros pontos do Estado, quase sempre escolhidos pelo govêrno provincial em harmonia com as Câmaras Municipais.

Colonos franceses, suíços, italianos, inglêses e de outras nacionalidades não tardaram a se estabelecer nas terras do Paraná, dedicando-se, principalmente, à agricultura e à pecuária. O atual município de Cândido de Abreu é o resultado de alguns núcleos coloniais povoados por franceses, na primeira metade do século XIX.

Em 1847, por iniciativa do médico francês, Dr. João Maurício Faivre, e sob os auspícios da Imperatriz do Brasil, Dona Tereza Cristina, foi fundada a "Colônia Tereza", que deu origem aos municípios de Reserva e Cândido de Abreu. Êste núcleo colonial foi fundado com 87 franceses, contratados pelo Dr. João Maurício Faivre e transportados a suas expensas até o Pôrto de Paranaguá, dali, até o local do seu estabelecimento definitivo, onde os auxiliou pelo espaço de dois anos, fornecendo-lhes os recursos necessários à sua manutenção. Apesar de todos os esforços do Dr. Faivre, a colônia fracassou, e os colonos abandonaram o seu beifeitor, que faleceu em 30 de agôsto de 1858. Na mesma região surgiram as colônias Apucarana e Cândido de Abreu, muitos anos após a fundação da Colônia Teresa.

Cândido de Abreu foi fundada por imigrantes poloneses, ucranianos, alemães e nacionais. A Colônia Apucarana

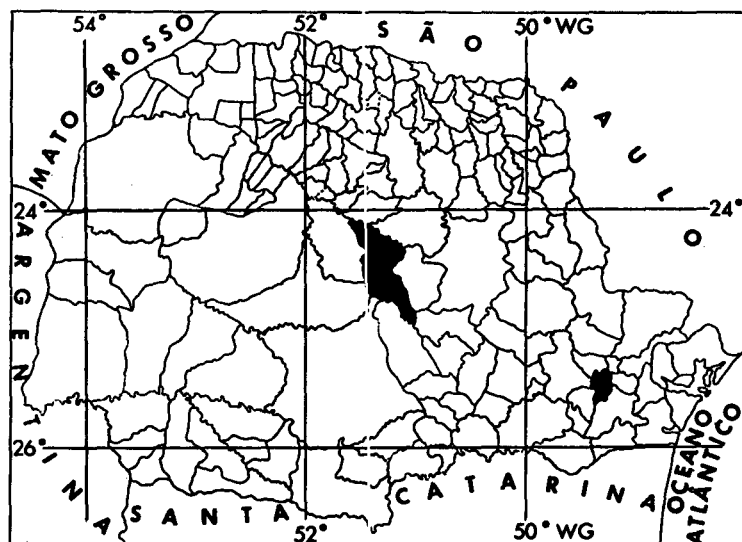
Igreja-Matriz

o foi em 1920, por colonos nacionais, nas proximidades dos demais núcleos coloniais estrangeiros.

Nem todos os núcleos coloniais formados durante o govêrno imperial na província do Paraná prosperaram de acôrdo com os desejos e aspirações dos seus fundadores e dos governos que os orientaram e impulsionaram. A Colônia Cândido de Abreu progrediu e, graças à atuação dos seus primitivos moradores, muito contribuiu para o desenvolvimento da região.

O município de Cândido de Abreu foi criado pela Lei estadual n.º 253, de 26 de novembro de 1954 e instalado em novembro do mesmo ano. Foi desmembrado do território do município de Reserva que, por sua vez, o foi do de Tibagi.

LOCALIZAÇÃO — Com sua sede no ponto de coordenadas geográficas 24º 36' de latitude Sul e 51º 19' de longitude W.Gr., o município de Cândido de Abreu situa-se na Zona Fisiográfica de Tibagi.

Limita ao norte com Ortigueira e Faxinal; a oeste, com Manoel Ribas e Pitanga; ao sul, com Prudentópolis; e a leste, com Reserva.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Alcança 600 m na sede municipal.

CLIMA — O território municipal de Cândido de Abreu está compreendido na região atingida pelo clima temperado, fresco com geadas freqüentes no inverno e, relativamente quente no verão. As temperaturas médias que se verificam anualmente são de 26ºC para as máximas, 10ºC para as mínimas e 18ºC para as compensadas.

ÁREA — É de 2 040 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais são: rio Branco, rio Ivaí, cachoeira das Pedras e dos Dourados, salto Ubá, serras do Machado, da Tôrre Branca e dos Porungos.

RIQUEZA NATURAL — O pinheiro é a de maior evidência.

POPULAÇÃO — Pelo Recenseamento Geral de 1950, a população municipal somava 13 528 habitantes, dos quais 6 926 homens e 6 602 mulheres. Densidade demográfica de 6 habitantes por quilômetro quadrado; 98% da população estavam localizados na zona rural.

Aglomerações urbanas — No município de Cândido de Abreu existem três aglomerações urbanas — a da sede municipal e as dos distritos de Teresa Cristina e Três Bicos.

A cidade de Cândido de Abreu, por ocasião do Recenseamento Geral de 1950, então sede distrital do município de Reserva, possuía 184 habitantes, sendo 94 homens e 90 mulheres, assim distribuídos: *quadro urbano* — 104: 46 homens e 58 mulheres; *quadro suburbano* — 80: 48 homens e 32 mulheres. Conta atualmente 300 habitantes, aproximadamente.

Na vila de Teresa Cristina, foram recenseadas 189 pessoas: 95 homens e 94 mulheres. Na de Três Bicos, 114: 61 homens e 53 mulheres.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Na agricultura se assenta a economia municipal. Em suas terras férteis, o cultivo dos cereais apresenta índices amplamente compensadores. Segundo estimativa para 1956, era a seguinte a produção agrícola de Cândido de Abreu: milho — Cr$ 48 000 000,00; feijão — Cr$ 18 800 000,00; arroz — Cr$ 822 000,00; tomate — Cr$ 400 000,00; centeio — Cr$ 270 000,00.

A atividade rural é desenvolvida no setor da suinocultura, cuja produção é quase totalmente consumida pelo município de Ponta Grossa.

A indústria, em fase latente, conta com 21 estabelecimentos, sendo que apenas 3 operam com 5 ou mais trabalhadores. Explora os ramos e sub-ramos de "indústria madeireira" (pinho) e "indústria alimentar".

Sua exportação é destinada exclusivamente aos municípios vizinhos.

COMÉRCIO E BANCOS — O movimento comercial do município é realizado por 42 estabelecimentos varejistas e 3 atacadistas. Não funciona agência bancária em Cândido de Abreu.

Sua produção (agrícola e suína) é absorvida pelos municípios de Ponta Grossa e Curitiba, que a revendem para São Paulo. As localidades mencionadas abastecem o município de gêneros e mercadorias indispensáveis ao seu consumo, já que não possui produção própria ou suficiente.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Várias estradas de rodagem cortam o município, sendo a principal a que se dirige para Ipiranga e Ponta Grossa, por servir de escoadouro para sua economia. Possui outras vias rodoviárias que conduzem aos municípios vizinhos, respectivamente nas distâncias seguintes: Reserva — 77 km; Ipiranga — 141 km; Prudentópolis — 124 km; Pitanga — 86 quilômetros; Guarapuava (via Pitanga) — 185 km.

Prefeitura Municipal

Da Capital Estadual dista 331 km (via Ponta Grossa).

O município não é servido por ferrovia e não dispõe de agência postal do D.C.T.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Cândido de Abreu, com cêrca de 300 habitantes, possui vários logradouros públicos inclusive uma praça. A hospedagem é atendida por um bem montado hotel.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Um farmacêutico e 1 farmácia constituem a assistência médica em geral com que conta a população do município.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Funciona no município, em Faxinal de Catanduvas, a Cooperativa Mista Lt.da, congregando 129 associados e tendo como finalidade o comércio (compra e venda) de produtos agropecuários.

ALFABETIZAÇÃO — Quando da realização do Recenseamento Geral de 1950, a sede do então distrito de Cândido de Abreu contava 157 pessoas de 5 anos e mais, das quais 83 (52%) sabiam ler e escrever, sendo 47 homens e 36 mulheres.

Ensino — O ensino primário fundamental comum, em 1956, foi ministrado a 983 alunos, distribuídos por 36 unidades escolares em funcionamento.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1955......	(a)	(b) 1 304	(b)	—	—
1956......	(a)	1 118	1 171	535	821
1957 (1)...	—	—	1 200	282	1 200

(1) Orçamento.
(a) Não há arrecadação federal, pois não existe coletoria em Cândido de Abreu. Está sob a jurisdição de Reserva.
(b) A Prefeitura foi instalada no dia 22 de dezembro de 1955, não havendo arrecadação estadual ou municipal nos anos anteriores a 1955.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — São as seguintes as festas que se verificam no município, tôdas de caráter religioso: na sede, São Sebastião, padroeiro local; no distrito de Teresa Cristina, Santa Tereza, e no distrito de Três Bicos, São Pedro. Os festejos são muito animados e concorridos e constituem as principais manifestações populares dos habitantes de Cândido de Abreu.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Não existe uma designação uniforme e generalizada para as pessoas nascidas no município, que é de recente criação.

O nome dado ao município, quando ainda colônia, foi em homenagem ao vulto histórico do Império, "Cândido de Abreu".

Sua formação judiciária é a de têrmo da comarca de Reserva (1.ª entrância) formado pelos distritos da sede, Teresa Cristina e Três Bicos. Conta em cada um dêles um juiz de Paz e um Cartório do Registro Civil e Anexos.

No começo de 1957 a Petrobrás iniciou uma perfuração no município, com sonda, em busca de petróleo, cujos vestígios são patentes na região.

À testa do poder executivo municipal está o Sr. Ari Borba Carneiro, Prefeito. São vereadores os Srs. Fredolino Alves Batista, Alexandre Szaka, Ernesto de M. Lacerda, Jorge Zabiquieno Skowron, Tadeu Pázio, Sebastião Afonso dos Santos, Alcides Deniz Pereira, José Malucelli França, Cereslau Sawczuk.

CAPANEMA — PR

Mapa Municipal no 13.º Vol.

HISTÓRICO — O primeiro ponto avançado da região ocidental do Paraná, depois da cidade de Palmas, foi o município de Clevelândia que, até há bem poucos anos, abrangia tôda a zona do sudoeste, desde os limites de Palmas, até a divisa internacional do Brasil com a vizinha República Argentina.

Foi o espírito aventureiro e desbravador de alguns modernos bandeirantes que deu comêço ao povoamento do território da faixa de fronteira, abrindo caminhos e penetrando o seio da mata virgem, para criar povoados, estabelecer contacto com o caboclo humilde e pacífico que habitava o sertão.

Aos poucos foram surgindo, no correr da linha divisória entre o Brasil e a Argentina, alguns aglomerados humanos, muitos dos quais, graças à fertilidade da terra, ao dinamismo dos seus idealizadores e à abertura de novas vias de comunicação e transporte, progrediram extraordinàriamente, passando a figurar, de uma hora para outra, na categoria de verdadeiros centros urbanos, com a implantação de uma nova e marcante civilização.

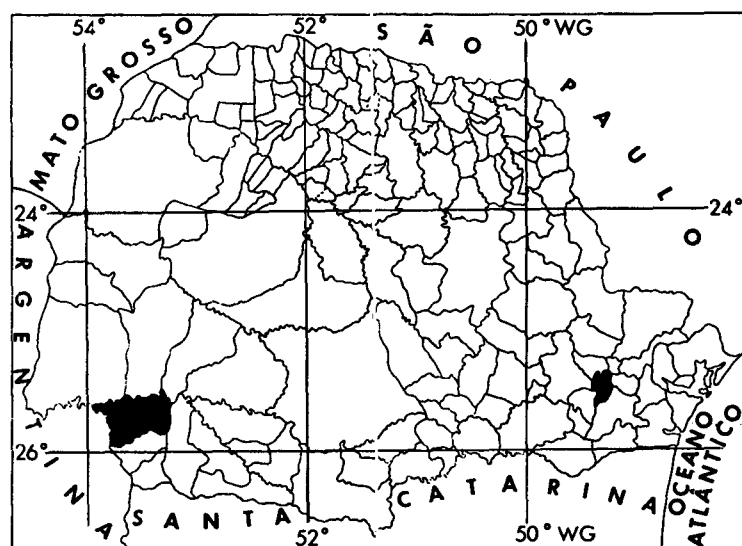
Depois de haver exercido altas funções públicas, inclusive a de Prefeito Municipal de Clevelândia, Octávio Francisco de Mattos resolveu penetrar o interior do sertão e estabelecer os fundamentos de uma nova povoação, fixando-se na localidade denominada "Pérola do Oeste", em pleno coração da floresta. Arrostando corajosamente os problemas e dificuldades do sertão, Octávio Francisco de Mattos lutou com os maiores sacrifícios, tendo até mesmo perdido dois membros da família, nessa luta ingente contra a própria natureza. Entretanto, vencidos os obstáculos que se lhe antolhavam à frente, o intrépido bandeirante viu surgir nos lindes da fronteira, a cidade de Capanema, como um dos marcos do progresso. A partir de 1952, o desenvolvimento da cidade foi bastante acentuado; rodovias foram abertas em tôdas as direções; procedeu-se à ligação do núcleo populacional em formação com diversos outros da faixa de fronteira; criaram-se escolas e uma usina termelétrica foi construída.

Em 14 de novembro de 1952 a localidade foi elevada à categoria de município, pela Lei estadual n.º 790, daquela data, sendo instalado oficialmente no dia 14 de dezembro do mesmo ano. Para isso, houve necessidade de se promover o desmembramento do território do antigo município de Clevelândia.

Juntamente com a solenidade de instalação da nova unidade administrativa, realizou-se a posse do seu primeiro Prefeito eleito pelo povo, cuja escolha recaiu na pessoa do Sr. Octávio Francisco de Mattos, o esforçado idealizador e fundador do município de Capanema que sob a sua administração continuou a progredir e prosperar. Octávio Francisco

de Mattos, durante a sua gestão, entre outras coisas, criou 36 escolas públicas municipais, construiu numerosas casas escolares, dotou a cidade de uma usina termelétrica, e já em 1952 havia 100 instalações, dotou a cidade de água encanada, numa extensão de 800 metros de linhas adutoras, e contribuiu extraordinàriamente para o progresso e engrandecimento do novo município.

LOCALIZAÇÃO — A zona fisiográfica em que está situado o município de Capanema é a de Iguaçu, tendo como municípios limítrofes Foz do Iguaçu, Cascavel e Santo Antônio. Faz divisa com a Argentina pelo Rio Santo Antônio.

Suas coordenadas geográficas são: 25° 35' de latitude Sul e 53° 33' de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 350 metros na sede municipal.

CLIMA — Capanema, situado na Zona Fisiográfica do Iguaçu, apresenta clima temperado. Fresco, na estação invernosa, e quente, na do verão. As chuvas durante o ano são abundantes, dada a exuberante vegetação e as proximidades dos rios Iguaçu e Paraná. As temperaturas médias observadas no ano de 1956 foram para as máximas 35°C; mínimas, 15°C; e compensadas, 20°C.

ÁREA — 2 174 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Destacam-se como acidentes geográficos do município os rios Capanema e Ampere e os saltos de Faraday e Caxias, êsses com possibilidade de serem aproveitados para produção de energia.

RIQUEZAS NATURAIS — Nas margens dos rios Siemens e Ampere estão localizadas as maiores riquezas naturais do município que são as densas florestas, constituídas de várias espécies de madeiras, sobretudo pinhais.

POPULAÇÃO — A área do atual município de Capanema, por ocasião do Recenseamento Geral de 1950, estava incluída na do de Clevelândia, ao qual pertencia como simples povoado. Sua população recenseada acha-se englobada na daquela comuna e, também, nos dados, em separado, relativos ao então distrito de Pato Branco.

Aglomeração urbana — Apenas a aglomeração urbana da cidade de Capanema existe no município.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A atividade econômica fundamental é a agricultura. Município de recente criação, com terras férteis e pouco exploradas, o cultivo de cereais apresenta resultados amplamente compensadores. Em 1956, segundo estimativa, Capanema produziu: milho — .... Cr$ 21 600,00; feijão — Cr$ 21 375,00; trigo — ...... Cr$ 432 000,00; arroz — Cr$ 192 000,00. Destacam-se ainda as culturas de cana-de-açúcar, mandioca e batata-doce.

Menção especial deve ser feita ao plantio e produção do fumo em fôlha que ali se aclimatou, devendo as plantações existentes corresponderem plenamente, o que virá a dar lugar destacado ao município, em sua exportação. Inicia-se em Capanema a cultura do café que deverá produzir seus primeiros frutos em 1958.

A pecuária existente atende apenas às necessidades internas da região. A indústria localiza-se, principalmente, nos ramos de beneficiamento de cereais e extração de madeiras (em início).

A pesca colabora com seu quinhão para a economia municipal, sendo abundante ali a espécie denominada "surubi".

COMÉRCIO — Existem no município, em plena atividade, 12 estabelecimentos atacadistas e 25 varejistas que representam o comércio local.

As transações mercantis são mantidas com União da Vitória e Ponta Grossa, no Paraná; Pôrto Alegre, Santo Ângelo, Ijuí e Lajeado, no Rio Grande do Sul.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Apenas uma rodovia serve o município, isto é, a que se dirige para Santo Antônio, da qual dista aproximadamente 58 quilômetros. Para Foz do Iguaçu, outro município limítrofe, o transporte deverá ser feito em futuro próximo através de via fluvial com a inauguração de uma "barca" de regular capacidade que ligará as duas cidades. Dista de Foz do Iguaçu 120 km; de Cascavel, 120 km e de Francisco Beltrão, 190 km.

Será construída uma estrada de rodagem de Capanema à BR-35 que une Paranaguá à Foz do Iguaçu; acontecimento expressivo, virá, sem dúvida, trazer melhores benefícios a Capanema.

Uma estação radiotelegráfica do Govêrno do Estado (Chefatura de Polícia) é o único meio rápido de comunicação de que dispõe o município.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Capanema está em grande movimento de progresso. Recém-fundada, conta já inúmeras edificações. Situada na faixa da fronteira Brasil—Argentina, será, em futuro bem próximo, ponto obrigatório das comunicações da região extremo-oeste do Paraná com os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com que mantém grandes transações comerciais e cujos estaduanos povoaram e colonizaram aquelas regiões paranaenses.

Conta a cidade 1 hotel. O comércio local mantém transações com as praças de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Foram 20 os veículos matriculados na Prefeitura Municipal: 7 automóveis e 13 caminhões, durante o ano de 1956.

O serviço de água canalizada, com 800 metros de linhas distribuídas, abastece 22 prédios.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Conta a população de Capanema, no setor de assistência médico-sanitária, 2 médicos, 2 dentistas e 2 farmacêuticos. O Hospital Sagrada Família, entidade particular, presta assistência médica em geral à população. Existem 2 farmácias na cidade.

Ensino — Funcionaram em 1956, em todo o município, 21 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum, com matrícula de 772 alunos.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1953......	...	...	1 970	933	796
1954......	...	...	2 170	1 130	1 015
1955......	...	...	2 359	1 194	933
1956......	...	...	2 359	981	916

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — As principais manifestações populares são de cunho religioso. O povo do município, em data móvel, que recai sempre no mês de junho, dedica carinhosa manifestação ao Sagrado Coração de Jesus, compreendendo um tríduo solene, procissão e bênção do Santíssimo Sacramento. Os festejos são muito concorridos. As datas de 24 de junho e 25 de dezembro, consagradas a São João e ao Natal, respectivamente, são também comemoradas com muito brilhantismo.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os que nascem em Capanema são denominados "capanemenses". Da figura histórica do Visconde de Capanema adveio a denominação dada ao município. É distrito judiciário e têrmo subordinado à comarca de 1.ª entrância de Santo Antônio; possui um Cartório do Registro Civil e anexos e um Juiz de Paz.

Progride Capanema de forma notável; em 1957, contava aproximadamente 15 000 habitantes.

Os podêres municipais são exercidos pelas seguintes pessoas: Prefeito, Sr. Oswaldo Hoffmann; Vereadores, Senhores Sabino Tochetto, Henrique B. Berti, Hermindo Gosenheimer, Cono Garcia de Souza, Luiz Barbieiro, Angelo Intovini, Estanislau Domansla, Octávio F. de Mattos e Otávio Kischner.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Paraná.

CARLÓPOLIS — PR

Mapa Municipal no 11.º Vol.

HISTÓRICO — Um dos aspectos característicos da Geografia Humana é o estabelecimento do homem às margens ou proximidades dos cursos de água. Quase tôdas as povoações mais antigas localizadas no interior do país tiveram as suas bases lançadas ao longo dos rios, já por constituírem êles o único meio de transporte natural, ou pelo menos, o mais fácil meio de transporte, já porque o abastecimento de água assim o exigia.

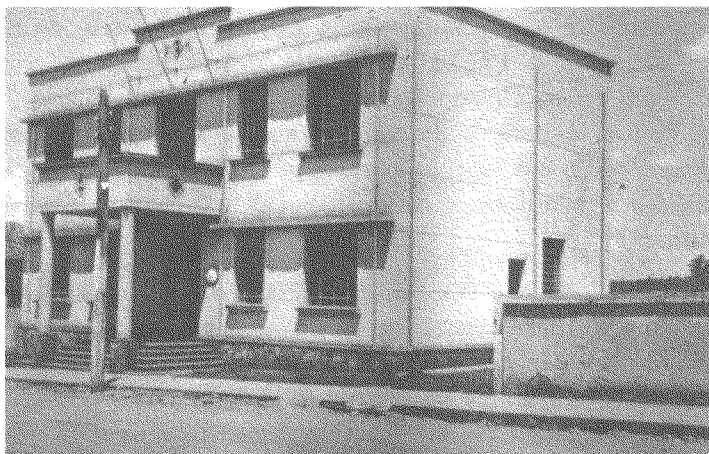
Igreja do Senhor Bom Jesus

O rio Itararé, que a partir de 1853 passou a constituir, em grande parte, divisa entre os Estados do Paraná e São Paulo, foi também, desde as mais remotas eras, ponto de atração daqueles que, vislumbrando no interior brasileiro os fatôres de riqueza que as metrópoles lhes negavam, atiraram-se para o sertão, tentando a fortuna e fundando povoações, enfrentando deliberadamente os fenômenos naturais, inclusive o silvícola que lutava intransigentemente para manter a posse da terra de que se julgava único e natural detentor.

Durante longos anos, os paulistas oriundos de São Vicente e Cananéia, procurando ouro e pedras preciosas, lançaram às margens do Itararé, do Paranapanema e de outros importantes cursos de água os fundamento de "arraiais" ou de povoados que se transformaram com o decurso do tempo em centro urbanos de projeção nacional. Carlópolis é um exemplo dêsse tipo de povoamento do solo, de desbravamento do sertão e de conquista da própria natureza. Embora sejam desconhecidos os pródromos de sua história, sabe-se que até o ano de 1901, Carlópolis era uma freguesia do antigo município de São José da Boa Vista, tendo sido elevado à categoria de distrito policial pelo Decreto estadual n.º 290, de 17 de agôsto de 1901, com a denominação de Jaboticabal.

A cultura do café constituiu, desde os primórdios de sua fundação, a principal atividade econômica da localidade, como uma espécie de prolongamento das lavouras cafeeiras de São Paulo, que se estendiam pelo Paraná, através da região Norte do Estado, de que se achava separado apenas pelas suas divisas geofísicas.

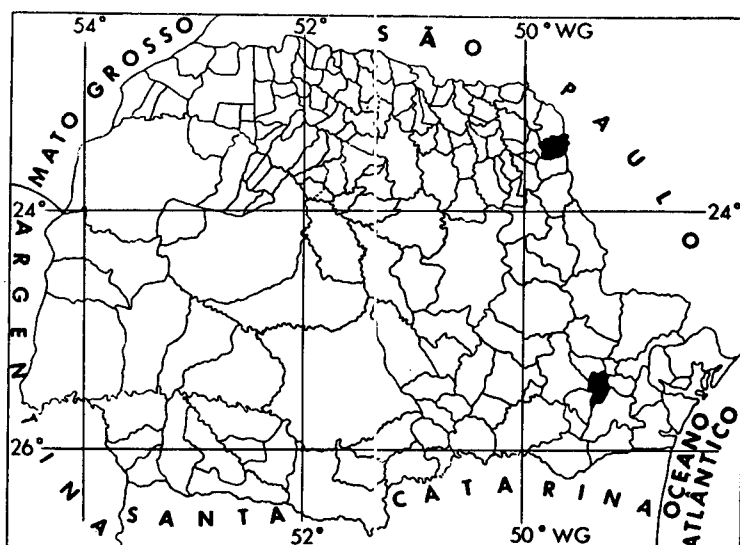
No ano de 1907, conforme notícia divulgada por um periódico de Curitiba, o distrito de Jaboticabal apresentava notável aspecto de progresso e desenvolvimento, com um comércio bem movimentado; importante parque industrial, destacando-se ferrarias, funilarias, ourivesarias, alambiques de aguardente de cana e diversos outros estabelecimentos industriais; achando-se em construção mais de quarenta prédios, o que dava alvissareiro aspecto à povoação nascente.

Àquela época estava à frente dos destinos da localidade o prestante cidadão coronel Manoel Leite, grande benfeitor da pobreza, que abrigava em sua fazenda mais de 100 famílias, mantinha a suas expensas uma banda de música e impulsionava de maneira louvável o progresso do distrito.

Prefeitura Municipal

Pela Lei estadual n.º 713, de 2 de abril de 1907, foi criado o município de Jaboticabal, cuja sede se instalou solenemente a 13 de julho do mesmo ano.

Em virtude de resolução da Câmara Municipal, o município passou a denominar-se Carlópolis, em homenagem ao tenente-coronel Carlos Cavalcanti de Albuquerque, na época exercendo o cargo de Presidente do Estado do Paraná.

Pela Lei estadual n.º 1 943, de 20 de março de 1920, o govêrno do Estado, por decisão da Assembléia Legislativa, manteve a denominação de Carlópolis, dada pela Câmara Municipal, em substituição ao seu antigo nome de Jaboticabal.

LOCALIZAÇÃO — O município de Carlópolis está situado na Zona Fisiográfica de Tomazina. As coordenadas geográficas da sede são: 23°25'39" de latitude Sul e 40°43'17" de longitude Oeste de Greenwich. Tem como limites: ao norte, Ribeirão Claro; a oeste, Joaquim Távora; ao sul, Siqueira Campos; e a leste, o Estado de São Paulo.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 550 metros de altitude na sede municipal.

CLIMA — O território de Carlópolis está situado na região abrangida pelo clima quente. Sêco e ameno, no inverno. Quente e abafante, no verão. As temperaturas médias observadas durante o ano de 1956 foram de 36°C a média das máximas; 10°C, a das mínimas; e 30°C, a compensada.

ÁREA — 418 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O rio Itararé é o seu principal acidente geográfico, que faz a divisa com o Estado de São Paulo; também nêle se localiza o Salto dos Índios. Existem diversos ribeirões, sendo mais destacados o da Cachoeira, o Novo e o do Jacinto.

POPULAÇÃO — O atual território de Carlópolis contava, na época do Recenseamento de 1950, uma população de 6 738 habitantes, (3 259 mulheres). Segundo a *côr* — 5 880 brancos, 203 pretos, 246 pardos e 386 amarelos; *estado civil* — (15 e mais anos) — 1 237 solteiros, 2 431 casados, 188 viúvos e 1 desquitado; a *nacionalidade* — 291 estrangeiros e 3 brasileiros naturalizados; a *religião* — 6 371 católicos e 367 de outras religiões. Densidade demográfica de 16 habitantes por quilômetro quadrado; 81% da população estavam localizados na zona rural.

Aglomerações urbanas — A cidade de Carlópolis é a única aglomeração urbana existente no município. Continha, na época do Recenseamento de 1950, 1 267 habitantes sendo 620 homens e 647 mulheres, assim distribuídos: *quadro urbano* — 1 035 (502 homens e 533 mulheres); *quadro suburbano* — 232 (118 homens e 114 mulheres). Estima-se a população atual de Carlópolis em 1 700 habitantes.

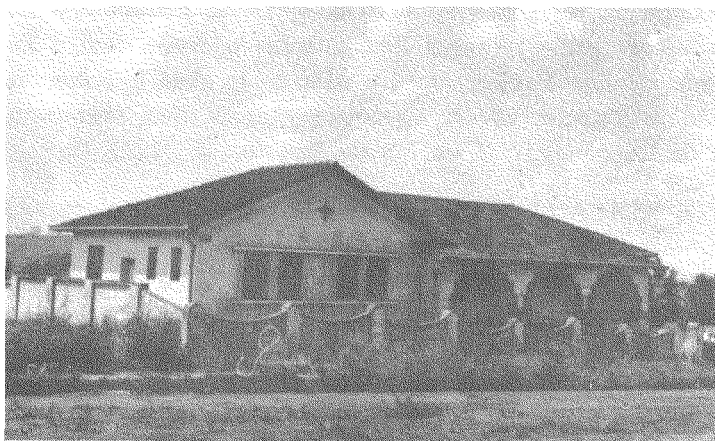
ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura é a mais expressiva atividade econômica do município, despontando a cafeicultura na vanguarda e o cultivo de cereais, em seguida. Sua produção agrícola em 1956 estava assim estimada: café — Cr$ 29 120 000,00; arroz — .... Cr$ 11 340 000,00; algodão — Cr$ 8 640 000,00; milho — Cr$ 7 038 000,00; feijão — Cr$ 5 978 000,00; batata-inglêsa — Cr$ 2 000 000,00; em menor escala o tomate, a cebola, o alho.

O "habitat" natural (ausência de pastagens) não oferece oportunidade para o desenvolvimento pecuário-bovino. A suinocultura é todavia desenvolvida, montando o total da exportação (para os Estados) de 1956, em nada menos de Cr$ 2 024 520,00. A exportação interestadual no ano de 1956 atingiu a apreciável soma de Cr$ 22 364 985,00, em Carlópolis.

A indústria, em fase primária, conta 19 estabelecimentos, apenas 2 dêles contando 5 operários ou mais em atividade. Explora o ramo "indústria alimentar" (maior coeficiente) e "indústria extrativa" (vegetal e mineral).

COMÉRCIO E BANCOS — É desenvolvido o comércio carlopolense; através de seus 81 estabelecimentos varejistas, um atacadista e duas agências bancárias, movimenta-se a riqueza do município. Face à proximidade com o Estado de São Paulo (divisa) e maior facilidade de transporte, o comércio local mantém intercâmbio com as cidades de Ourinhos, São Paulo e Piraju, tôdas naquele Estado, e com Joaquim Távora, no Paraná. Nessas localidades se abastece, adquirindo tudo de que necessita para o consumo do município.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Boas rodovias servem o município ligando-o aos mais próximos, estando separado pelas distâncias seguintes: Joaquim Távora — 27 quilômetros; Ribeirão Claro — 30 quilômetros; Siqueira Campos — 60 quilômetros e Fartura (SP) — 22 quilômetros. Da Capital Estadual dista 350 quilômetros.

7 — 24 943

Pôsto de Puericultura

Não é servido por ferrovias. Na sede, como meios de comunicação rápida, funcionam: uma agência postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos e uma rêde telefônica da Companhia Telefônica Nacional, urbana e interurbana. Não dispõe de campo de pouso para aviões.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Carlópolis conta uma população estimada de 1 700 habitantes. Possui 29 logradouros públicos: 1 avenida, 8 ruas, 14 travessas, 2 praças e 4 ladeiras; 364 edificações, das quais 314 destinadas a fins residenciais. É servida por telefone e energia elétrica para as indústrias e iluminação pública e particular, esta com 250 instalações.

No ano de 1956, foram registrados na Prefeitura Municipal 39 veículos motorizados: 18 automóveis e 21 caminhões. Um hotel e uma pensão prestam os serviços de alimentação e pousada na cidade.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Uma instituição particular mantém na cidade de Carlópolis o Hospital e Maternidade Santo Antônio. Êste estabelecimento secunda as atividades de 2 médicos, na prestação de serviços de assistência médico-sanitária à população. A cidade conta com 2 farmácias.

ALFABETIZAÇÃO — O Censo de 1950 mostrou a existência de 5 606 pessoas de 5 anos e mais no município, das quais 2 066 sabiam ler e escrever — 355 homens e 291 mulheres.

Ensino — Funcionaram no município, em 1956, 13 unidades de ensino primário fundamental comum, com a matrícula de 642 alunos. Na cidade existe um estabelecimento de ensino extraprimário, o Ginásio Estadual de Carlópolis, com uma Escola Normal Secundária, anexa.

FINANÇAS PÚBLICAS —

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950......	183	745	992	546	1 181
1951......	279	1 189	893	503	839
1952......	431	1 175	1 103	584	764
1953......	486	1 330	1 214	469	1 496
1954......	460	2 054	1 117	421	762
1955......	570	2 238	1 209	471	1 737
1956 (1)...	842	3 439	1 100	536	2 008

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — O mês de maio é solenemente festejado em Carlópolis, inclusive com procissões diárias. A Páscoa e o Natal são comemorados com especial carinho, mas a festa máxima da população é a que se realiza no período de 3 a 6 de agôsto, em honra do Bom Jesus, padroeiro local, movimentando tôda a gente do município e revestindo-se de excepcional brilhantismo e muita animação.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Em homenagem ao tenente-coronel Carlos Cavalcanti de Albuquerque, o qual, na qualidade de Presidente do Estado do Paraná, assinou o decreto de criação do município com outro nome, é que surgiu a atual denominação, votada pela Câmara Municipal — "Carlópolis".

Os nascidos em Carlópolis são denominados "carlopolenses".

Carlópolis é comarca judiciária de 1.ª entrância, compreendendo apenas o distrito da sede; possui três cartórios como órgãos auxiliares da Justiça.

Seu atual Prefeito é o Sr. Leovegildo Salles.

São Vereadores os cidadãos: Dr. Acir R. de Campos, João Martins Sobrinho, Antônio Keder, Ponciano O. Machado, João Mariano de Queirós, João Gervásio, Benedito C. do Amaral, José de Oliveira César e Osmar Ramos de Oliveira.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Paraná.

CASCAVEL — PR

Mapa Municipal no 13.º Vol.

HISTÓRICO — A região hoje denominada faixa de fronteira, compreendendo uma extensão de 60 quilômetros, ao longo da linha divisória entre o Brasil e as Repúblicas do Paraguai e Argentina, até o ano de 1912, quando foi criado o município de Foz do Iguaçu, pertencia ao imenso território de Guarapuava que, dos Campos Gerais, no terceiro planalto paranaense, se estendia até a mesopotâmia Paraná-Iguaçu, nos limites extremos do Brasil com aquelas duas repúblicas sul-americanas.

Devido à sua situação geográfica, política e econômica, a zona fronteiriça sempre mereceu as atenções do govêrno da União, que desejava intensificar o seu povoamento através de um vasto programa de colonização nacional.

Até o ano de 1881, quando Pedro Martins da Silva e o espanhol Manoel Gonzales se estabeleceram ali, tôda a região que hoje constitui os territórios dos atuais municípios de Foz do Iguaçu, Cascavel, Toledo, Guaraniaçu e Laranjeiras do Sul era habitado exclusivamente pelos índios caingangues, que foram os primeiros senhores da terra.

Em 1888, o engenheiro militar José Joaquim Firmino, da comissão de Estradas Estratégicas, chefiada pelo capitão, mais tarde general Belarmino Augusto de Mendonça Lobo, lançou os fundamentos de uma Colônia Militar, com sede na atual cidade de Foz do Iguaçu.

O general Belarmino Augusto de Mendonça Lobo chegou a Foz do Iguaçu a 15 de julho de 1888 e tomou

posse, para o Brasil, de tôda a região que, das Sete Quedas até a Foz do Iguaçu se achava pràticamente sob o domínio do Paraguai e Argentina.

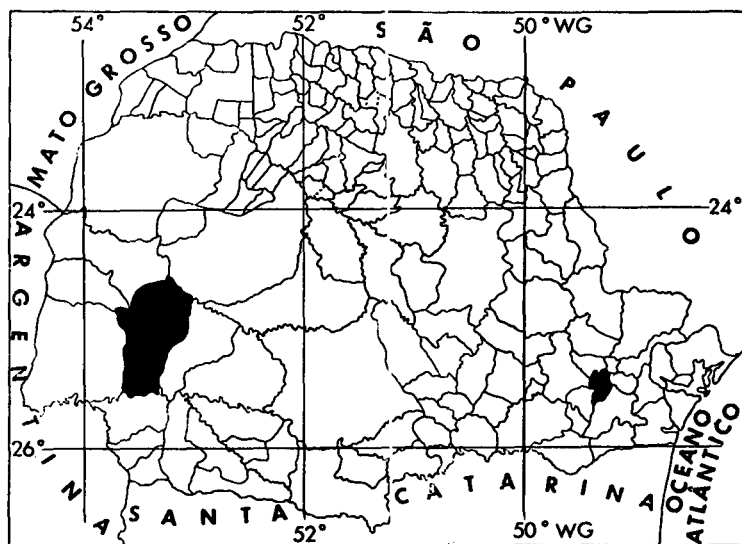
O povoamento da localidade que deu origem ao atual município de Cascavel teve início em 1930, quando José Silvério de Oliveira, acompanhado de alguns parentes ali chegou, fixando residência. Vendo que a aquisição das terras podia ser feita com certa facilidade, por serem elas devolutas, de propriedade do Estado, o qual reconhecia o direito de domínio de determinada área mediante a comprovação da "posse" feita pelo interessado, José Silvério de Oliveira tratou de atrair para a localidade o maior número de conterrâneos seus, formando, assim, um povoado no meio do sertão e às margens do caminho que vai de Guarapuava a Foz do Iguaçu.

Com a criação do Território Federal do Iguaçu em 1943, a povoação de Cascavel — denominação dada pelo fundador ao novo município — passou a integrar o território daquela nova Unidade da Federação, até a sua extinção, em 1946, quando voltou a fazer parte do Estado do Paraná.

Pela Lei estadual n.º 790, de 14 de novembro de 1951, Cascavel foi elevado a município, tendo sido instalado oficialmente em dezembro do ano seguinte. O território de Cascavel desmembrou-se do município de Foz do Iguaçu, que foi a primeira e mais antiga unidade administrativa a ser fundada na região lindeira com as Repúblicas do Paraguai e Argentina.

Em virtude do Decreto estadual n.º 1 542, de 14 de dezembro de 1953, foi criada a comarca de Cascavel, cuja instalação se deu a 9 de junho de 1954.

LOCALIZAÇÃO — Possuindo as coordenadas geográficas 24º 58' de latitude Sul e 53º 26' de longitude Oeste de Greenwich, o município de Cascavel situa-se na Zona Fisiográfica Sertão do Rio Paraná.

Limita ao sul com os municípios de Guaíra e Campo Mourão; a oeste, com Foz do Iguaçu; ao norte, com Capanema; e a leste, com Guaraniaçu.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal de Cascavel está na altitude de 800 metros.

Pôsto de Puericultura

CLIMA — Cascavel, situado na região do Rio Paraná, numa altitude de 800 metros, é possuidor de um clima fresco durante o inverno e quente no verão. As temperaturas médias observadas no ano de 1956 foram: 27ºC, máximas; 16ºC, mínimas; e 21,5ºC, compensada.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Dentre os diversos cursos de água que cortam o município, destacam-se os rios Piquiri e Iguaçu. Encontram-se algumas cachoeiras, sendo as principais: Roda de Carro, Rancho Mundo, Bento Munhoz e Central Lupion.

RIQUEZAS NATURAIS — A grande quantidade de pinhais existentes no município representa a sua principal riqueza natural.

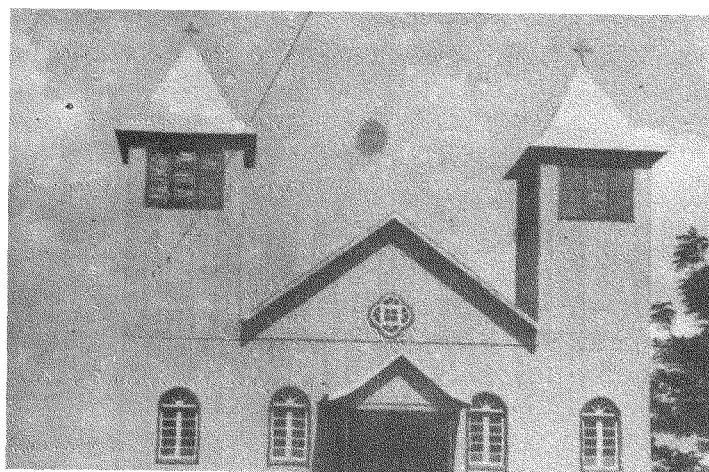
POPULAÇÃO — A população de Cascavel era, em 1950, época do Recenseamento, de 4 411 habitantes, 2 340 homens e 2 071 mulheres, com 1 habitante por quilômetro quadrado. Localizavam-se 91% da população na zona rural.

Aglomerações urbanas — Apenas a aglomeração urbana da cidade de Cascavel existe no município que, segundo o Recenseamento Geral de 1950, contava a população de 404 habitantes, dos quais 211 homens e 193 mulheres, tôda no quadro urbano. Estima-se em 2 000 habitantes a população citadina atual.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A economia do município de Cascavel assenta-se na agricultura e na pecuária. De suas culturas agrícolas merecem destaque as espécies seguintes, com produção estimada para 1956: milho — Cr$ 4 785 950,00; feijão — Cr$ 2 152 000,00; arroz — ... Cr$ 1 238 400,00; batata-inglêsa — Cr$ 1 200 000,00. trigo — Cr$ 432 000,00; centeio — Cr$ 216 000,00. A contribuição da pecuária situa-se na criação de suínos, cuja exportação, em 1956, atingiu a soma de Cr$ 1 139 000,00.

A indústria, com seus 43 estabelecimentos, 4 dêles com 5 operários ou mais, opera nas somas de "indústria extrativa" em primeiro plano, vindo em seguida a "indústria alimentar".

As grandes reservas vegetais (pinheiros) fazem prever, para breve, acentuado desenvolvimento na indústria madeireira.

A exportação do município em 1956 apresentou o valor de Cr$ 2 707 995,00.

Igreja-Matriz de N. S.ª Aparecida

O município está iniciando o plantio do café, contando já com 3 800 000 pés, estando a primeira produção prevista para 1958.

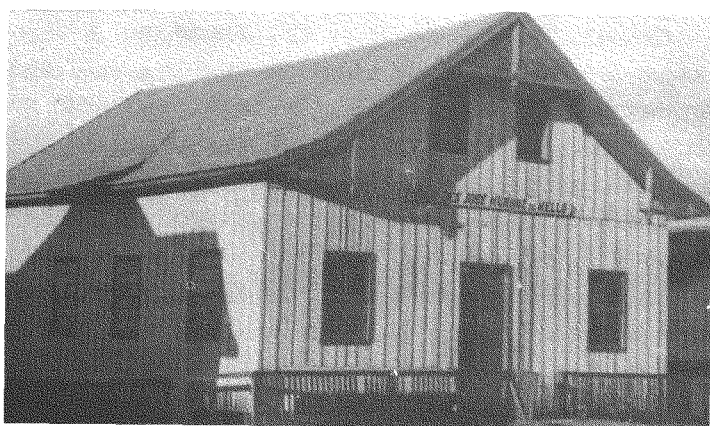
COMÉRCIO E BANCOS — As atividades comerciais são exercidas pelos seus 4 estabelecimentos atacadistas e 66 estabelecimentos varejistas. Colabora eficientemente na expansão do comércio local 1 agência bancária.

A exportação de suínos destina-se em maior parte para a cidade de Ponta Grossa; os demais produtos vão para aquela cidade, Guarapuava e Curitiba. Dessas praças, compra e se abastece o município de gêneros indispensáveis ao seu consumo normal.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — É bem servido o município no setor de transportes e comunicações, pois além do rodoviário possui ainda o aéreo.

A rodovia principal que o atravessa de um extremo a outro é a BR-35 (Curitiba—Foz do Iguaçu) de alto valor estratégico e de feitio amplo e moderno. Através do transporte rodoviário, está ligado aos demais municípios limítrofes. A sede dista das outras cidades: Guaraniaçu — 65 quilômetros; Foz do Iguaçu — 150 quilômetros; Campo Mourão — 240 quilômetros; Toledo — 42 quilômetros e Guaíra — 208 quilômetros.

Possui um bem situado aeroporto, onde fazem escala os aviões da Real-Aerovias-Nacional S.A. e Cruzeiro do Sul S.A., em linha regular. Também táxis-aéreos servem o município.

Existe na sede municipal uma agência de Correios (Departamento dos Correios e Telégrafos), na qual se acha instalada uma estação radiotelegráfica; contam-se ainda os postos radiotelegráficos das duas emprêsas aéreas que servem o município e uma da C.E.R.-1.

Fôro Desembargador José Munhoz de Mello

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Cascavel possui, segundo estimativa, cêrca de 2 000 habitantes. Conta com 21 logradouros públicos: 2 avenidas, 18 ruas e 1 praça, havendo 380 prédios. É servida por energia elétrica para a iluminação pública e particular; existem na cidade 5 hotéis e 2 pensões. No ano de 1956, foram registrados 127 veículos motorizados: 23 automóveis e 104 caminhões.

A cidade de Cascavel está no mais franco progresso e os trabalhos urbanísticos vêm se processando em ritmo bastante acelerado; é detentora de um bom comércio e ponto obrigatório para tôdas as comunicações do extremo oeste do Paraná.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Há 2 médicos, 3 dentistas e 4 farmacêuticos, residentes na cidade. O Hospital Nossa Senhora Aparecida e o Pôsto de Higiene, ambos mantidos pelo Govêrno Estadual, prestam assistência médico-social à população. Existem na cidade 4 farmácias.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo os dados do Recenseamento Geral de 1950, a sede do então distrito de Cascavel contava 336 pessoas de 5 anos e mais, das quais 246 sabiam ler e escrever, sendo 138 homens e 108 mulheres.

Ensino — Em 1956, funcionaram no município 30 unidades de ensino primário fundamental comum, com a matrícula de 1 317 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Estão localizados na cidade 2 cinemas: o Cine-Teatro Coliseu, com 250 lugares, e o Cine Cascavel, com 320. Em 1956, êsses dois estabelecimentos alcançaram, em conjunto, um total de 403 exibições cinematográficas, às quais assistiram 26 438 pessoas. Edita-se ali um jornal, de periodicidade mensal, contando a cidade, ainda, 1 tipografia e 1 livraria.

FINANÇAS PÚBLICAS —

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1953......	—	1 270	959	380	797
1954......	—	2 899	2 135	635	1 531
1955......	—	5 172	4 170	1 070	3 750
1956......	—	3 837	2 700	850	2 700

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — O município está, no campo religioso, sob a invocação de Nossa Senhora Aparecida, a quem o povo dedica, no dia de sua festa, carinhoso tributo de fé. Os festejos têm duração de 9 dias, sendo concorridos desde o início, atraindo a totalidade dos habitantes do município, constituindo-se assim na maior manifestação popular que ocorre durante o ano.

Outras manifestações populares, também de caráter religioso, promovidas pela população local, surgem durante as festas de Páscoa, São João, Conceição de Nossa Senhora e Natal de Nosso Senhor Jesus Cristo.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos em Cascavel são chamados cascavelenses. A origem do nome "Cascavel", dado ao município pelo seu fundador,

deve-se ao terrível "Crótalo", uma das muitas espécies de serpentes venenosas que existem na região.

É sede de comarca e têrmo de 2.ª entrância, composta de um distrito judiciário apenas; possui 3 cartórios a saber: 1 criminal, 1 cível, e um do Registro Civil e anexos.

Dirige os destinos do município seu atual Prefeito Senhor Helberto E. Schwazz; à frente do poder legislativo exercem suas atividades os seguintes vereadores: Alir Silva, José Bernardo Bertoli, Lauro Cirico, José Neves Formighieri, Nelson Cunha, Teofânio A. Maltezo, Raul Ramos, Adelas Bertolucci e Valdir Ernesto Farina.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

CASTRO — PR

Mapa Municipal no 10.º Vol.

HISTÓRICO — Ao longo do antigo Caminho de Sorocaba, que de São Paulo se estendia até à localidade Viamão, na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, nasceram numerosos "pousos", "arraiais" ou "invernadas" que, com o decorrer do tempo se transformaram em povoados e centros urbanos de certa importância.

O atual município de Castro, localizado nos Campos Gerais, foi, a princípio, um "pouso" de tropeiros, à beira do Caminho de Sorocaba, nas suas longas e penosas viagens entre as antigas províncias, de que as famosas feiras de Sorocaba, em São Paulo, constituíram, durante muito tempo, notáveis pontos de atração e intercâmbio.

A propósito dessa via de comunicação, diz Rocha Pombo, no livro "O Paraná no Centenário":

"O caminho para São Paulo, pelos Campos Gerais, foi aberto desde os primeiros tempos do povoamento. O traçado cortava apenas alguns capões, onde os viajantes descançavam ou faziam suas pousadas, preferindo-se em geral o campo aberto, onde a conservação dos caminhos era muito mais fácil. Desde que se saía de Curitiba, andava-se fazendo uma enorme curva até o passo de Itararé para São Paulo. Sôbre êsse caminho primitivo se foram formando povoados, tornando-se notáveis aquêles onde as caravanas (tropas) costumavam fazer o pernoite".

"O comércio e a criação de gado — como diz Romário Martins — tiveram, pois, uma influência decisiva no povoamento do território paranaense, muito maior certamente que a mineração do ouro, que não fixava populações senão muito excepcionalmente como são os casos de Paranaguá, no litoral, e Curitiba e São José dos Pinhais, no planalto".

Assim, a tradição afirma que Castro teve sua origem num dêsses "pousos" ou "currais" de tropeiros. Segundo Milleit de Saint'Adolphe, a localidade era uma morada de aborígines, pertencentes à tribo dos "Guarapiabas" ou "Guarapuabas", do grupo tupi.

Os topônimos de origem tupi-guarani existentes no interior do município até a presente data, aliados a algumas petrografias encontradas às margens do rio Iapó, (Yapok), na altura do lugar denominado Guartelá, cons-

Vista parcial da entrada Norte da cidade, vendo-se as duas pontes rodoviária e ferroviária sôbre o rio Iapó

tituem provas raras, que atestam a passagem dos guaranis pelos Campos Gerais.

Acredita-se que os selvagens que povoaram a região, desde as mais remotas eras, foram aldeados pelos jesuítas espanhóis, no período de 1610 a 1629, nas famosas reduções da Companhia de Jesus, no vale dos rios Pirapó, Tibagi, Ivaí e Piquiri, responsáveis também pela fundação da "Ciudad Real del Guayra" e "Vila Rica do Espírito Santo", na mesopotâmia do Tibagi e Ivaí, coração do sertão guairenho e destruídas, em 1629, pelas bandeiras de Antônio Raposo Tavares e Manoel Preto.

Com a criminosa destruição daquelas duas importantes cidades e das reduções jesuíticas, desapareceu a mais antiga e completa civilização fundada por europeus, nos primórdios da história do Paraná. A respeito do desaparecimento das últimas tribos indígenas dos campos de Castro, não há informes positivos no que se refere a época e datas.

Sebastião Paraná, em sua "Corografia do Paraná", afirma: "Em 1840 foi reconstruída a ponte sôbre o rio Iapó e desde essa data para cá as estâncias deixaram de ser assaltadas pelos índios".

Os primeiros moradores de Castro, que ali se estabeleceram com o fim de incrementar a criação de gado vacum, bovino e cavalar, foram paulistas, originários de Sorocaba, Itu e Santos, que atingiram a região dos Campos Gerais, através do histórico Caminho de Sorocaba—Viamão.

O local onde hoje se encontram as pontes rodoviárias sôbre o rio Iapó, era o ponto que oferecia vau, por onde cruzavam os tropeiros das feiras de Sorocaba, procedentes de Viamão e vice-versa.

Em vista da situação do lugar (pastagens, aguada, clima, etc.) se tornou ponto de descanso e pouso; construíram-se currais e deu-se início ao povoamento. Requeridas que foram as sesmarias pelos paulistas, os "pousos" localizados às margens do caminho foram sendo povoados. A notícia de que as terras do Pouso do Iapó possuíam excelentes qualidades para a lavoura e criação de gado, espalhou-se depressa, e muita gente para ali afluiu, fixando residência nas redondezas.

Nessas condições, as causas determinantes do povoamento da região podem ser reduzidas a duas: pousos de tropeiros e concessão de sesmarias.

"Pouso do Iapó" — primitiva denominação da localidade — foi progredindo, e já em 1751, nêle se iniciava a vida religiosa, com a construção de uma capelinha de

Vista parcial da Praça Duque de Caxias

pau-a-pique, onde oficiava Frei Bento Rodrigues de Santo Ângelo.

Em 1769 ou um pouco antes, os Padres Carmelitas, descontentes com a situação da capela do Capão Alto, onde se tornava difícil a fundação de um povoado, resolveram erguer uma nova igreja à margem do rio Iapó, para sede da freguesia que pretendiam criar .

Nesse tempo, o Marquês de Pombal e o Governador-Geral da Capitania de São Paulo, Antonio de Souza Botelho Mourão, Morgado de Matheus, estavam empenhados em criar novas povoações na florescente colônia do Brasil.

O Pouso do Iapó possuindo regular número de moradores, companhia de cavalaria, fazendas povoadas, comércio promissor e, sobretudo, uma capela paramentada, com o seu respectivo Vigário, requisito indispensável à permanência de moradores — aspirava ser elevado à categoria de freguesia.

O tenente-coronel Afonso Botelho de São Payo e Souza, ajudante-de-ordens e comandante das fôrças da Ouvidoria de Paranaguá, tratou de erigir a freguesia de Sant'Ana do Iapó, no ano de 1770, efetuando uma visita à mesma a 15 de março de 1771, e tomando tôdas as providências para o seu desenvolvimento.

Na nova povoação estabeleceram-se o capitão-mor Rodrigo Feliz Martins, o capitão Francisco Carneiro Lobo, um dos chefes expedicionários da primeira conquista de Guarapuva, Inácio Taques de Almeida, alferes Manoel da Fonseca Paes, Dr. Manoel de Melo Rego, Inácio de Sá Arruda, José Rodrigo Betim, Antonio Pereira dos Santos, alferes João Batista de Oliveira, João Batista Pereira e diversos outros.

Depois de cumpridas as formalidades exigidas pelo direito canônico, Frei Manoel da Ressurreição, Bispo da Capitania de São Paulo, em Provisão datada de 5 de março de 1775, determinou as novas divisas da freguesia.

"a qual deve ser dividida da de Curityba, correndo para o Norte, a cidade de São Paulo pelo rio Itararé, correndo para o sul a Vila de Corityba pelo rio Tibagy direito a Fazenda de Santa Cruz, que foi de Antonio dos Santos Soares, inclusive a mesma Fazenda e todo o sertão. Aos RR. Parocos assim o tenhão entendido. Palácio Episcopal. São Paulo, 27 de Janeiro de 1775 (as) Fr. Manoel da Ressureição".

Nessa altura de sua história, a freguesia tinha prosperado; contava com 576 moradores, 12 casas comerciais, 1 ourives e 1 mascate. Como autoridade contava com um Juiz "Ventunário" e um almotacel.

Ao atingir esta situação, encontrava-se prêso em Limoeiro, Portugal, o capitão Manoel Gonçalves Guimarães, grande potentado, enriquecido no contrabando de ouro e proprietário de vastos tratos de terra, em diversos lugares da freguesia, bem como na vila de Curitiba.

Certo dia, o Ministro dos Negócios Ultramarinos d'aquém e d'além-mar, Martinho de Melo e Castro, foi visitar a célebre prisão política e, ao passar por Manoel Gonçalves Guimarães, êste, ajoelhado, exclamou: "Aqui D'El-Rei!". Êste será o pedido de justiça, que foi atendido pelo poderoso Ministro e a quem Manoel Gonçalves Guimarães informou que residia no Brasil, numa florescente freguesia, na qual não havia justiça e onde os crimes ficavam impunes, mas, se êle lhe concedesse liberdade, regressaria ao Brasil, e trataria junto aos seus amigos, para que a freguesia fôsse elevada à categoria de vila, com o nome do Ministro português.

Como o pedido satisfazia a sua vaidade, Martinho de Melo e Castro aprovou a hábil proposta, autorizando a libertação de Manoel Gonçalves Guimarães, que retornou ao Brasil, a fim de se desincumbir de sua promessa.

Chegando a São Paulo, encontrou-se com o Dr. Francisco Leandro de Toledo Rondon, ouvidor de Paranaguá, a quem expôs a ocorrência, solicitando a sua colaboração para a obra que tinha em vista, o que levou o ouvidor a representar pessoalmente ao capitão-general Bernardo José de Lorena, propondo a elevação da freguesia à categoria de vila, recebendo apoio e a consequente autorização.

Essa autorização, datada de 24 de setembro de 1788, promoveu a elevação da freguesia à categoria de vila. A 3 de outubro do mesmo ano foi ordenado que a Câmara Municipal de Curitiba estabelecesse os limites da freguesia de Sant'Ana do Iapó, com denominação de Vila Nova de Castro, em homenagem à personalidade do dignitário português Martinho de Melo e Castro.

Na mesma ocasião procedeu-se a escolha dos eleitores e, em seguida, realizaram-se as eleições para composição da Câmara de Vereadores e órgãos da justiça, ficando então organizado o govêrno do novo município.

Em 1854, os deputados provinciais procuraram elevar a Vila Nova de Castro à categoria de cidade, porém, como não conseguissem, propuseram a criação da comarca de Castro, medida que se concretizou pela Lei provincial n.º 2, de julho de 1854. A instalação da comarca deu-se no dia 21 de dezembro do mesmo ano de sua criação.

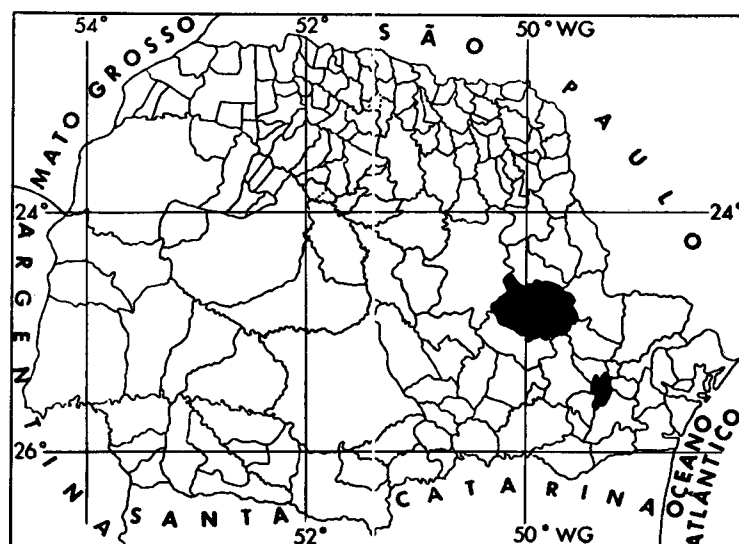
Três anos mais tarde, o projeto de elevação de Vila Nova de Castro à categoria de cidade foi aprovado e convertido na Lei n.º 1, de 21 de janeiro de 1857, quando a vila recebeu foros de cidade, com a denominação de Castro.

O município contou com a colaboração de imigrantes europeus, que muito contribuíram para o seu progresso e engrandecimento. Os primeiros dêles chegaram a Castro em 1885. Eram colonos de nacionalidade polonesa e alemã, tendo vindo para o Brasil a expensas do govêrno Imperial. Chegados a Castro, foram localizados em dois núcleos cedidos gratuitamente pela Câmara Municipal, nos lugares denominados Colônia Santa Leopoldina e

Colônia Santa Clara. Posteriormente, vieram italianos e holandeses, que também se estabeleceram no município, sendo aquêles localizados na Colônia Agostinhos e êstes, na Colônia Carambeí.

Pela Lei estadual n.º 1 049, de 4 de abril de 1911, foi criado o distrito de Socavão. A 10 de abril de 1930, em virtude da Lei n.º 2 768, da mesma data, foi criado o distrito de Morros, mais tarde denominado Abapan.

Durante o período revolucionário de 1893 a 1894, a cidade de Castro teve o predicado de capital interina do Paraná, em decorrência do Decreto n.º 24, de 18 de janeiro de 1894. Foi efêmera a permanência do govêrno estadual em Castro, pois só depois de haver sido retomada a cidade, pôde o govêrno legal permanecer ali. Pelo Decreto n.º 25, de 18 de abril do mesmo ano, a capital do Estado foi novamente transferida para Curitiba, que estêve em poder dos revolucionários entre as duas datas, caindo novamente nas mãos dos legalistas.

LOCALIZAÇÃO — O município de Castro está situado na Zona Fisiográfica denominada "Campos Gerais". Limita com os municípios de Ponta Grossa, Piraí do Sul, Tibagi e Cêrro Azul. Castro possui as coordenadas geográficas seguintes: latitude Sul — 24° 47' 28" e longitude Oeste de Greenwich — 50° 00' 25".

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Atinge 1 005 metros na sede municipal.

CLIMA — O território municipal de Castro situa-se nos campos gerais do segundo planalto paranaense em altitude superior a mil metros. Possui clima muito salubre e sêco. Fresco durante o verão e muito frio no inverno, com ocorrência, nesta estação, de geadas freqüentes e, por vêzes, neve.

As temperaturas registradas, no município, no ano de 1956, foram de 28,9°C para a média das máximas, 3,8°C para a das mínimas e 16,3°C para a compensada.

ÁREA — É de 3 092 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município de Castro é rico em acidentes geográficos, dada a sua localização, destacando-se os seguintes: rios Iapó, Tibagi, Pitangui, Ribeirinha; serras: de Taquara, São Joaquim, Boa Vistinha e Lagoa Bonita e a queda d'água do Paulo, no rio Iapó.

RIQUEZAS NATURAIS — Jazidas de mármore, ferro, talco, pedra calcária, madeiras de lei e fontes de águas minerais são as principais riquezas naturais com que conta a comuna.

POPULAÇÃO — O município de Castro possuía, segundo resultados censitários de 1950, 29 065 habitantes, sendo 14 570 homens e 14 495 mulheres. Segundo a *côr* — 22 806 brancos, 1 330 pretos, 4 837 pardos e 2 amarelos; segundo o *estado civil* (15 e mais anos) — 5 942 solteiros, 9 678 casados, 1 044 viúvos e 7 desquitados; segundo a *nacionalidade* — 719 estrangeiros e 93 brasileiros naturalizados; segundo a *religião* — 27 098 católicos apostólicos romanos e 1 967 de outras religiões. De 9 habitantes por quilômetro quadrado era a densidade demográfica do município; 78% da população estavam localizados na zona rural.

Aglomerações urbanas — São 3 as aglomerações urbanas existentes no município: Abapã, Castro e Socavão.

Castro — sede municipal — possuía, por ocasião do Recenseamento Geral de 1950, 6 158 habitantes — 2 845 homens e 3 313 mulheres, assim distribuídos: *quadro urbano* — 6 054, 2 806 homens e 3 248 mulheres; *quadro suburbano* — 104, sendo 39 homens e 65 mulheres.

Abapã — sede do distrito do mesmo nome — com 214 habitantes — 105 homens e 109 mulheres. No quadro urbano estavam localizados 87 — 45 homens e 42 mulheres. No suburbano, 127 — 60 homens e 67 mulheres.

Socavão — sede do distrito de Socavão — contava também, em 1950, com 104 habitantes — 54 homens e 60 mulheres. No quadro urbano — 75 — 35 homens e 40 mulheres. No suburbano — 39 — 19 homens e 20 mulheres.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A pecuária é a principal atividade econômica do município, vindo em seguida a agricultura e a indústria extrativa.

Grande parte do seu território é coberta por extensas planícies de vegetação rasteira (campos) própria à criação do gado bovino. A população pecuária em 1954 valeu aproximadamente 110 milhões de cruzeiros.

Na agricultura projetam-se as seguintes culturas, com o respectivo valor em 1956: milho — Cr$ 42 375 000,00; feijão — Cr$ 14 040 000,00; batata-inglêsa — .... Cr$ 3 000 000,00; centeio — Cr$ 2 310 000,00; arroz — Cr$ 1 320 000,00; e trigo — Cr$ 777 600,00. A produção vinícola, em 1956, foi da ordem de Cr$ 650 000,00.

Das pessoas ativas (10 anos e mais) cêrca de 294 estão ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura".

A indústria extrativa (madeireira) ocupa lugar destacado devido às grandes reservas vegetais (pinheiro, imbuia e cedro) na região; segue-lhe a extração mineral de pedra calcária e talco, de jazidas existentes.

Em sua composição industrial, merecem citadas como colaboradoras da economia municipal as indústrias de lacticínios, beneficiamento de madeiras e cereais, fábrica de móveis (mobiliário) em geral e pasta mecânica (papel).

A indústria (ocupando 528 pessoas econômicamente ativas) valia em 1955 quase 61 milhões de cruzeiros, assim

distribuída: ramo de "produtos alimentícios", 56% do valor total, e ramo "madeireiro", 24%. A exportação interestadual em 1956 alcançou a soma de Cr$ 10 079 334,00. Dos 68 estabelecimentos industriais, 26 funcionam com 5 operários ou mais.

COMÉRCIO E BANCOS — O movimento comercial do município é exercido pelos seus 167 estabelecimentos varejistas e 4 atacadistas. Possui, ainda, 5 estabelecimentos bancários, sendo 2 matrizes e 3 agências. O comércio mantém transação habitual com as cidades de Ponta Grossa, Curitiba (para onde exporta a maior parte do gado) Jacarèzinho, Londrina, e Maringá, todos no Paraná e São Paulo, a capital. Dessas localidades importa principalmente tecidos, ferragens, calçados, e produtos manufaturados em geral.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — É bem servido o município no setor dos transportes, contando com boas estradas de rodagem e ferrovia da Rêde Viação Paraná—Santa Catarina.

As distâncias que o separam dos demais municípios são as seguintes: Ponta Grossa — 38 quilômetros (rodovia) e 57 quilômetros (ferrovia); Piraí do Sul — 38 quilômetros (rodovia) e 39 quilômetros (ferrovia); Tibagi — 63 quilômetros: Cêrro Azul — 94 quilômetros.

Possui o município um pequeno campo de pouso pertencente ao Exército onde aterrissam aviões militares e particulares (táxis-aéreos). Acha-se em construção um grande aeroporto para aviões maiores.

Como meios de comunicação possui o município os serviços de correio e radiotelegráficos do Departamento dos Correios e Telégrafos e da Rêde Viação Paraná—Santa Catarina (R.V.P.S.C.); uma rêde interna de telefones serve a cidade ligando-a também aos municípios da rêde telefônica paranaense.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Castro com cêrca de 8 500 habitantes, conta com acima de 1 920 prédios, dos quais 7 750 destinados a fins residenciais, com 119 logradouros públicos: 1 avenida, 100 ruas, 2 travessas e 16 largos e praças; é servida de energia elétrica para manutenção da indústria, iluminação pública e domiciliar, que ascende a mais de 1 420 ligações; 4 confortáveis hotéis e igual número de pensões.

No ano de 1956, a Prefeitura Municipal matriculou 187 veículos motorizados: 86 automóveis e 101 caminhões. Abapã possui 3 logradouros públicos constituídos de uma praça e duas ruas, a mesma população de 1950, e 43 edificações.

Socavão conta a mesma população do último Censo, 3 logradouros públicos: 1 praça e duas ruas, e 20 edificações.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Os habitantes do município têm para assistência médico-sanitária 4 médicos, 6 dentistas e 3 farmacêuticos, todos residentes na cidade. Seis estabelecimentos de saúde prestam assistência médica em geral à população, a saber: Hospital de Caridade Bom Jesus, Casa de Saúde Dr. Libânio, Maternidade Santa Ana, Pôsto de Puericultura Frei Matias, Pôsto de Higiene e Preventório Infantil Manoel Ribas, os quatro primeiros mantidos por instituições particulares e os dois últimos, pelo Govêrno do Estado. Na cidade estão localizadas 4 farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — O Pôsto de Puericultura, o Preventório Manoel Ribas, e o Pôsto de Higiene prestam assistência social, os dois primeiros, à infância, e o último, ao povo em geral.

No município de Castro estão localizadas as seguintes cooperativas: Cooperativa Mista Batavo Limitada, 98 sócios, produção e venda de laticínios; Cooperativa Agrícola de Colonização Santo Antônio Limitada, 12 sócios, colonização de terras e compra e revenda de produtos agropastoris; Cooperativa Mista Cipó Limitada, 22 sócios, compra e venda de produtos agropastoris; Sociedade Cooperativa Castrolândia Limitada, 57 sócios, comércio de reprodutores bovinos; Cooperativa Agrícola Mista Garcez Limitada, 56 sócios, compra e venda de produtos agropecuários; Cooperativa Mista Maracanã Limitada, 74 sócios, crédito agrícola, e Cooperativa Central de Laticínios do Paraná Limitada, 2 sócios, produção, beneficiamento e venda de produtos laticínios.

ALFABETIZAÇÃO — O município contava, na época do Recenseamento Geral de 1950, com 24 422 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 10 615 sabiam ler e escrever, das quais 5 925 homens e 4 690 mulheres. Na sede municipal, das 5 394 pessoas de 5 anos e mais, 4 164 sabiam ler e escrever (2 024 homens e 2 140 mulheres).

Ensino — O ensino primário fundamental comum foi ministrado no município, em 1956, em 79 unidades escolares, com um total de 2 967 alunos. Na cidade existem 3 estabelecimentos de ensino extraprimário: o Colégio Diocesano Santa Cruz, a Escola Normal Secundária de Castro e o Ginásio do Instituto Cristão.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — São veículos da cultura castrense a Rádio Castro Limitada — ZYS-21, transmitindo na freqüência de 820 quilociclos; o "Castro Jornal", editado semanalmente; 1 tipografia, 2 livrarias e as seguintes bibliotecas: Biblioteca Pública Municipal, com 2 056 volumes, Biblioteca do Grupo Escolar José de Alencar, com 1 250 volumes, Biblioteca do Grupo Escolar São Alberto Magno, com 1 980 volumes e Biblioteca do Grupo Escolar Castro Alves, com 1 820 volumes.

Na cidade funcionam os seguintes cinemas: Cine-Teatro Marajá, com exibições diárias, dispondo de 900 lugares, e Cine Paroquial, com 200 cadeiras. O movimento do primeiro, em 1956, foi da ordem de 512 sessões cinematográficas, assistidas por 208 575 pessoas, e do segundo, 186 exibições com a frequência total de 4 467 espectadores.

FINANÇAS PÚBLICAS —

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950......	1 195	3 002	2 134	886	2 424
1951......	1 913	3 930	2 025	871	2 969
1952......	2 644	4 219	3 237	963	3 991
1953......	3 047	4 460	2 465	1 175	2 851
1954......	3 909	5 350	2 313	1 183	3 356
1955......	5 168	6 492	2 565	1 186	3 033
1956......	5 094	6 982	3 621	1 864	4 062

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Uma herma de bronze e granito mandada construir pelo Govêrno Municipal, com a colaboração do povo do município, e inaugurada a 8-3-1945, em homenagem ao então Interventor Federal no Estado do Paraná, Senhor Manoel Ribas, achando-se localizada na praça do mesmo nome.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — É à Senhora Santana, padroeira do município, que o povo dedica sua maior manifestação popular.

Festa de larga ressonância em todo o município e nas comunas vizinhas, é assistida por milhares de pessoas inclusive da Capital do Estado, que acorrem à cidade no período em que se realiza, geralmente na segunda quinzena do mês de julho. Tôda Castro se engalana para homenagear condignamente sua protetora, levando a efeito brilhantes e animados festejos, constando da parte religiosa pròpriamente dita: novena solene, procissão e bênção do Santíssimo Sacramento; e de folguedos externos: quermesses, barracas, bailes, etc.

VULTOS ILUSTRES — Dois castrenses ilustres foram o Dr. *Francisco Xavier da Silva* e o Dr. *Vicente Machado*. Dedicados ao setor político, chegaram ambos a Governador do Estado do Paraná. Está em evidência outro castrense ilustre, o Sr. *Bento Mossurunga,* maestro, autor de inúmeras músicas, a quem recentemente foi concedido o título de "cidadão Honorário de Curitiba".

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A denominação do município teve origem no nome do ministro dos negócios ultramarinos de Portugal, nos anos de 1785 e 1790, "Martinho de Mello e Castro", como homenagem prestada por Manoel Gonçalves Guimarães, de Castro.

Os que nascem no município são chamados de "castrenses".

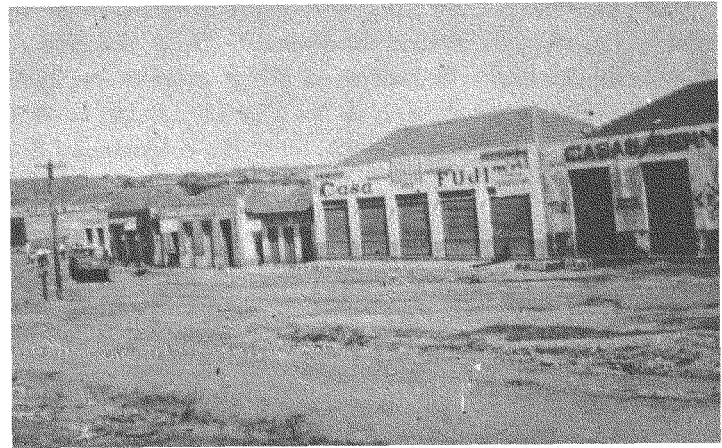
Castro é comarca e têrmo de 3.ª entrância, tendo como órgãos auxiliares um cartório do Registro Civil, 1.º e 2.º Tabeliães, um depositário público e dois escrivães distritais, de Abapã e Socavão.

Os podêres constituídos do município estão assim representados: Prefeito Municipal — Sr. Ângelo Rolim de Moura. Vereadores — os Senhores Sidney Joel Iucksch, Pacífico da Conceição, Oswaldo Hei, Miguel Dias de Macedo, Renato Menarim, Canderoi Mainardes, Eurico da S. Gomes, Miguel Aiçar de Sus, Carlos E. M. de Oliveira e Agostinho Zem.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

CENTENÁRIO DO SUL — PR

Mapa Municipal no 12.º Vol.

HISTÓRICO — Ao pioneirismo do Norte do Paraná, nas múltiplas etapas de sua evolução, juntou-se, por vêzes, enorme onda de aventureirismo. A notícia da huberdade da terra roxa, do extraordinário progresso e do dinheiro que corria a rôdo atraiu à região, além de elevado número de homens de negócio, fazendeiros, comerciantes e industriais, grandes e permanentes ondas de aventureiros oriundos de todos os quadrantes do território nacional e até mesmo do estrangeiro.

Vista parcial de um trecho da cidade

Na nova terra da promissão, uns e outros se confundiram muitas vêzes, na luta pela posse da terra e do dinheiro. Patrimônios foram sendo organizados, abriam-se estradas e vias de comunicação, desenvolviam-se as mais diferentes atividades e uma nova civilização, com base na cultura do café, surgiu de uma hora para outra, criando cidades, difundindo riquezas e disseminando a população que, aos poucos, se ia fixando.

O trabalho de distribuição das terras, através da formação sistemática de patrimônios, fazendas e pequenas "datas", foi realizado pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, antiga Companhia de Terras Norte do Paraná, responsável pela fundação e existência de cêrca de três dezenas de cidades na zona setentrional do Estado.

Do desmembramento do município de Jaguapitã que, em 30 de dezembro de 1943, era elevado à categoria de distrito administrativo do município de Sertanópolis, e quatro anos depois, transformado em município autônomo, por fôrça da Lei estadual n.º 2, de 10 de outubro de 1947, resultou a criação de diversas unidades municipais, entre elas Centenário do Sul.

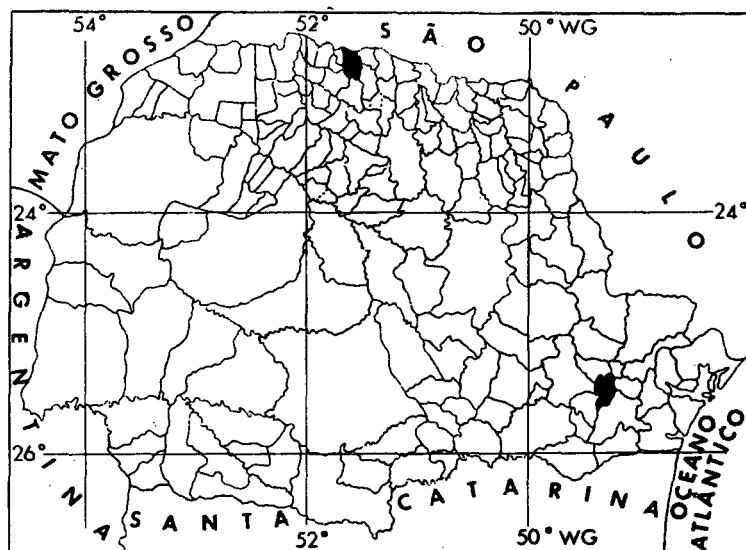
Êste município que teve a sua origem na formação de um patrimônio, em plena floresta virgem do setentrião paranaense, em 1947, por ocasião da elevação de Jaguapitã à categoria de município, foi elevado à categoria de distrito administrativo.

São ínfimas as referências históricas encontradas a respeito dos povoadores e da evolução econômica e social de Centenário do Sul. Mas encontrando-se como se encontra numa região geo-econômica com características idênticas em todos os setores, pode-se fàcilmente depreender que Centenário do Sul, município dos mais novos dessa mesma região, conta com os mesmos fatôres que contribuíram, no tempo e no espaço, para o engrandecimento e o progresso do Norte do Paraná.

As causas do povoamento consistiram em obras de verdadeiro aventureirismo, na compra e venda das terras, no seu aproveitamento, na cultura do café e na industrialização dos produtos agrícolas próprios da zona, cujo clima pode ser classificado como subtropical, onde o café desenvolve-se maravilhosamente, sem os efeitos maléficos do inverno e das nevadas das regiões planaltinas e de grandes altitudes.

Da organização do patrimônio à oficialização da cidade, distou sempre, apenas um passo. O "rush" do café se encarregou do resto. O fenômeno foi o mesmo em tôda parte. O povoamento do solo se fêz a galope, numa corrida vertiginosa, sem precedentes nos fatos da colonização dos Estados do Sul do Brasil.

A origem de Centenário do Sul é apenas um aspecto do fenômeno que se generalizou através de tôda a região geo-econômica do Norte do Paraná. Distrito em 1943, município em 1947. Seus fundadores foram os pioneiros que, num curto lapso de tempo, andaram semeando cidades e conduzindo o progresso desde as margens do Paranapanema até as barrancas da mesopotâmia Tibagi—Corumbataí, nas fraldas do terceiro planalto, a ocidente do Paraná.

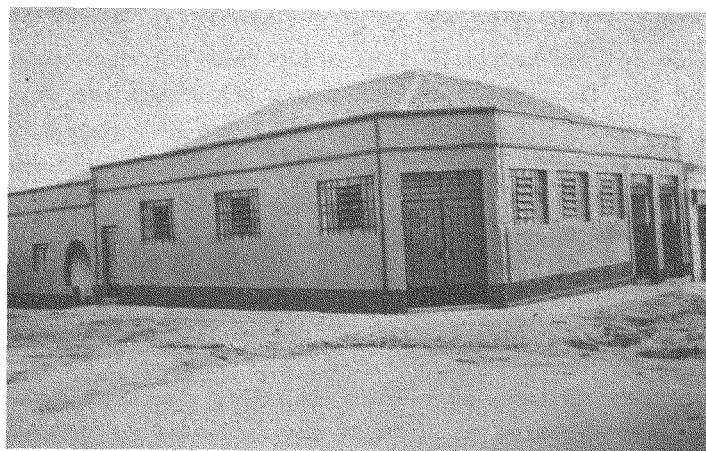
LOCALIZAÇÃO — O município de Centenário do Sul está situado na Zona Fisiográfica Norte. Geogràficamente possui como coordenadas 22° 51' de latitude Sul e 51° 33' de longitude Oeste de Greenwich. Limita ao norte com o Estado de São Paulo; a oeste, com Lupionópolis; ao sul, com Jaguapitã, e a leste, com Porecatu e Florestópolis.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 480 metros na sede municipal.

CLIMA — O município está localizado na região Norte do Estado em clima considerado quente, em relação aos demais observados no Sul do Paraná. A temperatura é fresca e agradável, durante o inverno; quente e abafante no verão. É muito salubre e sêco. Ocorrem chuvas freqüentes nos meses de novembro a fevereiro o que muito favorece as culturas. As temperaturas médias observadas, em 1956, foram: 30°C para a média das máximas; 17°C para a das mínimas e 23,5°C a compensada.

ÁREA — A área do município é de 393 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O seu principal acidente geográfico é, sem dúvida, o rio Paranapanema, que faz a divisa com o Estado de São Paulo, tendo 400 metros de largura e 3 metros de profundidade média.

POPULAÇÃO — A população de Centenário do Sul, inclusive a do município de Cafeara que fazia parte de seu território, na época do Recenseamento Geral de 1950,

Fachada principal da Agência do Banco do Estado do Paraná S.A.

era de 10 274 habitantes, dos quais 5 530 homens e 4 744 mulheres. Os 76% da população estavam localizados na zona rural. De 30 habitantes por quilômetro quadrado era a densidade demográfica do município.

Aglomerações urbanas — A cidade de Centenário do Sul é a única aglomeração urbana do município, com 2 503 habitantes, sendo 1 307 homens e 1 206 mulheres, assim distribuídos: *quadro urbano* — 2 084 — 1 087 homens e 997 mulheres; *quadro suburbano* — 429 — 220 homens e 209 mulheres. Estima-se a população atual da cidade em 8 000 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A cultura do café constitui atividade econômica predominante no município. Possui 15 milhões e 500 mil pés, com cêrca de 13 milhões produzindo, tendo sido estimada para 1956 uma produção avaliada em Cr$ 182 000 000,00. Seguem-se-lhe em importância as culturas e respectivas produções para 1956: algodão — Cr$ 8 400 000,00; milho — Cr$ 15 525 000,00; e o feijão — Cr$ 6 435 000,00. Em menor escala, o amendoim, o alho e o rami.

Das frutas, a laranja situa-se em primeiro plano com uma produção estimada em Cr$ 1 050 000,00.

A indústria, em fase primária contribui com sua parcela para a economia municipal; dos seus 26 estabelecimentos industriais, 5 trabalham com 5 operários ou mais, nos ramos de "produtos alimentares" (80%) e "indústria extrativa", cêrca de 15% do total.

A extração de óleo de "hortelã-pimenta" alcançou o valor de Cr$ 1 352 052,00, em 1956.

COMÉRCIO E BANCOS — Possui Centenário do Sul 5 estabelecimentos atacadistas e 192 varejistas, além de uma agência bancária.

Artigos de que necessita, importa-os principalmente dos municípios com quem usualmente mantém transação, a saber: Jaguapitã e Londrina, no Paraná; Assis, Regente Feijó e Presidente Prudente, no Estado de São Paulo. Sua exportação (interestadual) em 1956 foi da ordem de Cr$ 56 666 800,00.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por um bom sistema rodoviário através do qual está ligado às demais cidades vizinhas, com serviço de ônibus diários, nas seguintes distâncias: Lupionópolis — 9 quilômetros; Cafeara — 8 quilômetros; Gua-

Vista de um trecho da cidade, destacando-se o Grupo Escolar (em construção), o Pôsto de Puericultura e a Exatoria de Rendas Estaduais

racy — 10 quilômetros; Porecatu — 10 quilômetros; Pirapòzinho (SP) — 15 quilômetros.

Existe na sede um pequeno campo de pouso, onde aterrissam aviões de pequeno porte.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Centenário do Sul conta cêrca de 8 000 habitantes, 1 650 edificações, das quais, 1 583 destinadas a fins domiciliares. É servida de energia elétrica para iluminação pública e domiciliar, esta com 300 ligações.

Existem na cidade 25 logradouros públicos: 3 avenidas, 20 ruas e 2 praças. No ano de 1956 foram registrados, na Prefeitura Municipal, 95 veículos, 11 automóveis e 84 caminhões.

O comércio é bem movimentado nos ramos atacadista e varejista. Confortáveis hotéis e 3 pensões prestam serviços de hospedagem de boa qualidade.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Os recursos de que carece a população local, no setor médico-sanitário, são proporcionais às suas necessidades e prestados por 4 médicos, 5 dentistas e 2 farmacêuticos. O povo tem como fonte de assistência médica em geral, a Casa de Saúde e Maternidade São José e um Pôsto de Higiene. Funcionam duas farmácias na cidade.

ALFABETIZAÇÃO — Quando da realização do Recenseamento Geral de 1950, a então sede distrital de Centenário do Sul contava 2 084 pessoas de 5 anos e mais, das quais 790 sabiam ler e escrever, sendo 491 homens e 299 mulheres.

Ensino — Estiveram em funcionamento durante o ano de 1956, 20 unidades de ensino primário fundamental comum, com um total de 1 083 alunos matriculados.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existem no município duas agremiações esportivo-culturais. Na cidade funciona o Cine Paraná, com 280 lugares, tendo realizado em 1956, cinco representações teatrais e 360 exibições cinematográficas, às quais estiveram presentes 32 522 espectadores. Localizam-se, na sede municipal, 1 tipografia e 2 livrarias.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — São festejadas pelo povo do novo município, com muita concorrência e animação as seguintes datas: 24 de junho (São João), 29 de junho (São Pedro e São Paulo), 25 de dezembro (dia de Natal), todo o mês de maio (dedicado à Virgem Maria), além de festas móveis, como a Páscoa, tôdas de cunho religioso.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — As pessoas nascidas no município de Centenário do Sul são denominadas costumeiramente "centenarienses". O topônimo Centenário provém do nome de um rio existente que faz divisa com outro município vizinho. Centenário do Sul é distrito judiciário e têrmo, possuindo um Juiz de Paz e um cartório do Registro Civil e anexos. São autoridades municipais as seguintes pessoas: Prefeito, Sr. José Climácio Silva; Vereadores, Srs. Ernesto Ramos Carvalho, Antônio Araújo, Pedro Esteves Martins, Artur G. de Oliveira, Sulaiman Felício, Francisco Brígido Dutra, Boaventura José de Araújo, João Pereira dos Anjos e Maurílio Nogueira.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização. "Histórico do Paraná". Romário Martins.

CÊRRO AZUL — PR

Mapa Municipal no 10.º Vol.

HISTÓRICO — Cêrro Azul teve origem na Colônia Açungui, fundada em 1860, em terras férteis, mas sem estradas, a 106 quilômetros, ao norte de Curitiba.

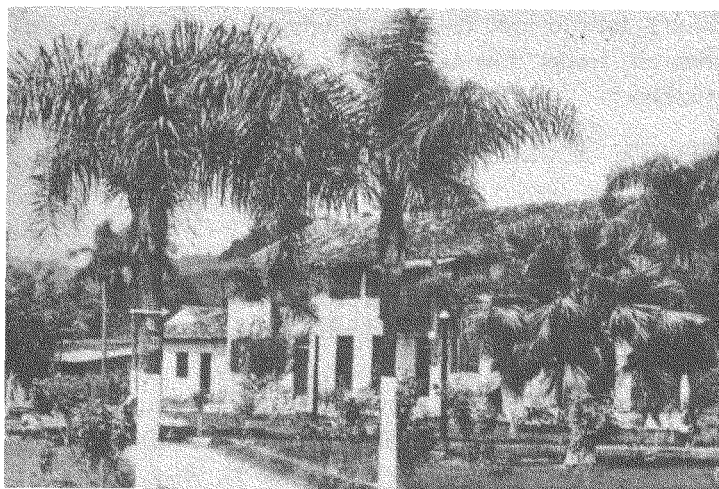
Depois da emancipação da província do Paraná, em 1853, a Princesa Izabel enviou às terras onde hoje se localiza o município de Cêrro Azul agrônomos com a missão de analisarem as qualidades do solo da região, bem como de estudar as condições climáticas e as culturas que se adaptariam à mesma.

Realizados os trabalhos, opinaram os agrônomos que o solo, pela sua fertilidade aliada às condições do clima quente, se prestava especialmente para a cultura de café, cana-de-açúcar, laranja e cereais em geral.

Determinou então o govêrno Imperial que fôsse demarcada uma área de 59 681,4 hectares, de propriedade do segundo território colonial. A mesma foi dividida em 400 lotes, os quais passaram a formar uma colônia, constituída por três patrimônios. Os lotes assim medidos e demarcados foram entregues a colonos alemães, inglêses, franceses, suíços e italianos, recém-chegados da Europa.

A êsse tempo já viviam na localidade alguns habitantes de nacionalidade portuguêsa e poucos remanescentes dos índios coroados, cujos vestígios ainda hoje são encontrados na região.

À colônia foi dada a denominação Açungui, tendo sido a sua sede administrativa localizada às margens do rio Ponta Grossa, nas proximidades de um morro denominado Cêrro Azul. Iniciou-se ali um pequeno povoado, sendo construídos diversos prédios, destacando-se os da administração da Colônia, o da residência do administrador, o da Cadeia Pública, o da Igreja-Matriz, o da Casa Paroquial e um depósito para materiais da administração, construções ainda hoje existentes. Seus primeiros administradores foram Barata Ribeiro, Manoel Nabuco e José Borges.

A Colônia prosperou ràpidamente e já em 2 de abril de 1872 era elevada à categoria de freguesia, sob a invocação de Nossa Senhora da Guia.

Vista parcial da Praça Monsenhor Celso

Dona Izabel foi a grande incentivadora do progresso da nova Colônia. Sob a sua inspiração e auxílio, evoluiu consideràvelmente, chegando em pouco tempo a ser um dos núcleos coloniais de maior importância e projeção, na província do Paraná.

Assim, pela Lei provincial n.º 680, de 27 de dezembro de 1882, a Colônia Açungui foi desmembrada do município de Votuverava (hoje Rio Branco do Sul), elevando-se à categoria de município autônomo, e sua sede, à de vila, com instalação oficial realizada no dia 20 de fevereiro de 1883, recebendo então a denominação de Vila Açungui.

A Lei provincial n.º 816, de 7 de novembro de 1885, modificou-lhe a denominação para Cêrro Azul, em virtude de estar próxima do morro de igual nome, o qual pertence a uma ramificação da Serra Geral. Pela Lei estadual n.º 259, de 27 de dezembro de 1897, passou à categoria de cidade, constituindo-se na sede do município de Cêrro Azul.

Com o advento do regime republicano, o município deixou de receber o auxílio que lhe vinha sendo dispensado pelo govêrno imperial, iniciando-se um período de decadência em tôdas as suas atividades propulsoras.

Êste fenômeno foi posteriormente agravado com a construção da Estrada de Ferro São Paulo—Rio Grande, que desviou para Ponta Grossa todo o movimento de transportes procedentes de Jaguariaíva, norte do Paraná, e destinado a Curitiba, Antonina e Paranaguá. Mais tarde, a construção da estrada de rodagem, ligando Curitiba a São Paulo, desviou novamente o seu traçado para fora da cidade de Cêrro Azul, motivando-lhe o isolamento das duas importantes vias de acesso, para os maiores centros de escoamento de sua produção: Curitiba e São Paulo.

Em virtude dêsses dois fenômenos, as atividades do município permaneceram pràticamente estacionárias até o ano de 1940, quando o govêrno do Estado, à cuja frente se encontrava o Interventor Federal Manoel Ribas, determinou a construção da estrada de rodagem, ligando Cêrro Azul à rodovia São Paulo—Curitiba, o que lhe permitiu maior contato com a capital estadual e outros centros consumidores, dando escoamento efetivo à sua produção, essencialmente agrícola e pastoril.

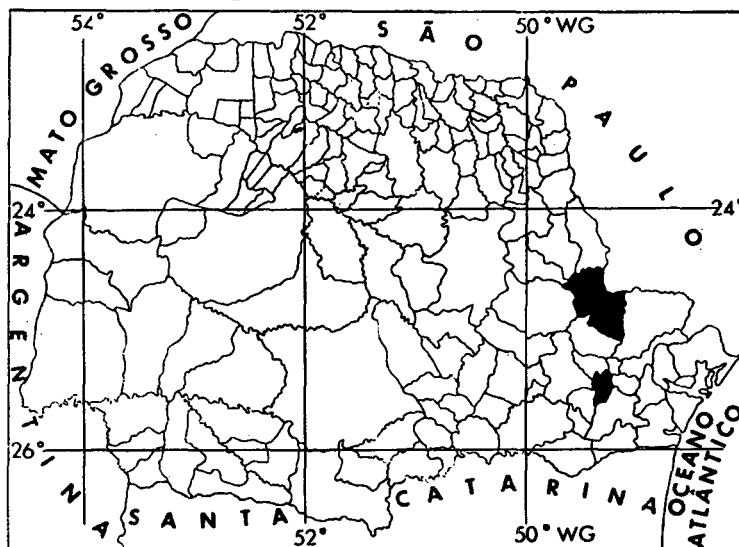
Pela Lei estadual n.º 2, de 10 de outubro de 1947, o município de Rio Branco do Sul, ex-Votuverava, que anteriormente havia perdido a sua autonomia administrativa, adquiriu-a em virtude de ato governamental.

Atendendo aos reclamos da população cêrro-azulense, em 1948, o governador do Estado determinou a construção da moderna rodovia ligando Jaguariaíva ao Pôrto de Antonina, com passagem pela cidade de Cêrro Azul.

O município está situado, em grande parte, no chamado vale da Ribeira de colonos pelas ramificações da Serra do Mar.

O primeiro Prefeito foi o Sr. Francisco Miguel Hennes, descendente de colonos alemães, que figuram entre os primeiros povoadores de Cêrro Azul.

LOCALIZAÇÃO — Está situado na Zona Fisiográfica Alto Ribeira. Limita ao sul com Sengés e Estado de São Paulo; a oeste, com Castro; ao norte, com Rio Branco do Sul; e a leste, com Bocaiúva do Sul.

Suas coordenadas geográficas são: latitude Sul — 24º 29' 25" e longitude W.Gr. — 49º 15' 45".

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal de Cêrro Azul está situada a 393 metros de altitude.

CLIMA — Localiza-se o município em território montanhoso da Serra do Mar. Seu clima é quente e sêco. As temperaturas médias observadas, no ano de 1956, foram de 32ºC para as máximas, 22ºC para as mínimas e 27ºC para a compensada. Apesar de sua proximidade da zona sujeita às geadas constantes, êsse fenômeno não o atinge.

ÁREA — O município apresenta uma extensão territorial de 2 154 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Devem ser mencionados os seguintes: *Rios* — Ribeira, Ponta Grossa, Turvo, Itapira-

Vista de um trecho da Rua Carlos Gomes

Rua Marechal Floriano Peixoto

puan. *Saltos* — Grande do Turvo e Desplanches. *Serras* — Matão, Azul, Lanhoso, do Canha, do Tigre, da Palmeira e do Manoel Grande.

RIQUEZAS NATURAIS — Através de estudos recentes, elaborados pela Municipalidade, verificou-se a existência, em Cêrro Azul, de jazidas de mármore de diversos tipos, inclusive o famoso "traverino". Calcários diversos, grafita, manganês, chumbo, minério de ferro, baritina talco e pirita, são os outros minerais existentes no município.

POPULAÇÃO — Cêrro Azul contava, em 1950, por ocasião do Recenseamento realizado naquele ano, com uma população de 15 696 habitantes, sendo 8 006 homens e 7 690 mulheres. Segundo a *côr* — 14 778 brancos, 896 pretos e 1 pardo; *estado civil* (de 15 a mais anos) — 2 309 solteiros, 5 585 casados, 559 viúvos e 7 desquitados; *nacionalidade* — 11 estrangeiros e 7 brasileiros naturalizados; *religião* — 15 589 católicos romanos e 107 de outras religiões.

Aglomerações urbanas — Três aglomerações urbanas existem no município de Cêrro Azul: a da sede municipal, a de São Sebastião e a de Varzeão.

A cidade de Cêrro Azul contava 1 068 habitantes, na época do Recenseamento Geral de 1950, sendo 482 homens e 586 mulheres, assim distribuídos: *quadro urbano* — 826, sendo 362 homens e 464 mulheres; *quadro suburbano* — 242, 120 homens e 122 mulheres. Estima-se a população atual em 1 500 habitantes. A vila de São Sebastião, com 100 habitantes e a de Varzeão com 438, sendo 223 homens e 215 mulheres, assim distribuídos: 194, 98 homens e 96 mulheres; no *quadro urbano* — 244, 125 homens e 119 mulheres, no suburbano.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Em três diferentes ramos, fundamenta-se a economia municipal, num mesmo plano a saber: agricultura, citricultura e suinocultura. Na agricultura predominam as seguintes espécies, com a produção estimada para 1956: milho — Cr$ 34 200 000,00; feijão — Cr$ 4 128 000,00; batata-inglêsa — Cr$ 275 800,00 e em menor escala a cana-de-açúcar, o arroz, o amendoim e a batata-doce. A produção de laranjas selecionadas (Cêrro Azul é um dos maiores produtores do Paraná), segundo previsão para 1956, é da ordem de Cr$ 11 250 000,00.

A criação de suínos apresentou, em 1956, uma exportação (interestadual) de Cr$ 4 809 365,00.

A indústria colabora com uma pequena parcela para a economia municipal; conta com apenas dois estabelecimentos funcionando com acima de cinco operários, sendo 43 no total. Dedica-se mui especialmente (75%) à produção de "rapadura" de cana-de-açúcar e o restante à indústria extrativa vegetal e mineral (em fase inicial).

A exportação (interestadual), em 1956, somou ...... Cr$ 5 297 095,00.

COMÉRCIO E BANCOS — O município possui em plena atividade 3 estabelecimentos atacadistas, 61 varejistas e 1 agência bancária. O comércio local mantém intercâmbio, principalmente com as cidades de Curitiba e São Paulo.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Apenas uma boa rodovia corta o município, para ligá-lo aos congêneres limítrofes; esta é a que se dirige ao município de Curitiba (112 km). Rodovias de menos porte ligam-no a Rio Branco do Sul (63 km) a Jaguariaíva (122 km), a Sengés (112 km), a Piraí do Sul (177 km), a Castro (110 quilômetros), a Bocaiúva do Sul (73 km), a Apiaí — SP (17 km) e à Capital de São Paulo (293 km).

Uma auto-estrada, em construção, de Jaguariaíva a Antonina deverá passar por Cêrro Azul; tal virá sem dúvida possibilitar melhor escoamento à safra de laranjas e cereais, bem como aumentará o interêsse privado pela aplicação de novos capitais na agricultura e na indústria extrativa que se encontra em fase embrionária, mas com grande perspectiva de êxito. Na sede funciona uma Agência de Correios do D.C.T., equipada com radiotelégrafo, em plena atividade.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Cêrro Azul possui, atualmente, cêrca de 1 500 habitantes. Há 19 logradouros públicos: 1 avenida, 15 ruas, 1 travessa, 1 praça e 1 parque, existindo 315 edificações das quais, 287 destinadas a fins domiciliares. Dispõe de água canalizada, com rêde distribuidora de 1 000 metros, a qual percorre 3 logradouros e abastece 10 prédios.

É a cidade servida por energia elétrica para movimentação das indústrias e iluminação pública e particular, esta com 150 ligações. Existem 2 hotéis e 1 pensão.

Em 1956 foram registrados, na Prefeitura Municipal, 56 veículos motorizados: 29 automóveis e 27 caminhões. O comércio varejista e atacadista é bem desenvolvido, mantendo transações com as principais praças do País.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — No setor médico-sanitário assistem os habitantes do município 1 médico, 3 dentistas e 1 farmacêutico. Prestam, também, assistência médica, em geral, à população, os seguintes estabelecimentos: Hospital Cap. Guilherme Straub (particular), Pôsto de Puericultura, da Legião Brasileira de Assistência e Pôsto de Higiene, mantido pelo Govêrno do Estado. Encontra-se localizada, na cidade, 1 farmácia.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Existe na cidade a Cooperativa Agrícola Mista Cêrro Azul, com 438 associados, tendo como atividade principal a concessão de crédito agropecuário, bem como o comércio de produtos da mesma origem.

ALFABETIZAÇÃO — Das 12 985 pessoas de 5 anos e mais, existentes no município, por ocasião da operação censitária de 1950, 2 574 sabiam ler e escrever, sendo 1 678 homens e 896 mulheres. Na sede municipal, residiam 928 pessoas de

5 anos e mais. Dêsse total, 504 sabiam ler e escrever, sendo 248 homens e 256 mulheres.

Ensino — O município contou, em 1956, com o funcionamento de 24 unidades de ensino primário fundamental comum, onde foram matriculados 744 alunos. Localiza-se na cidade uma Escola Normal Regional.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — O Grupo Escolar Barão do Cêrro Azul mantém à disposição do público, para consultas locais, uma biblioteca de obras gerais, com 520 volumes.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950......	140	500	114	109	102
1951......	107	465	139	134	112
1952......	175	614	143	123	121
1953......	193	805	170	143	186
1954......	182	637	206	186	154
1955......	171	699	165	148	234
1956......	208	873	243	223	283

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Registra-se como "particularidades históricas" a existência de uma casa de alvenaria, localizada na Praça Monsenhor Celso, construída em 1860 por iniciativa de S.M.I. D. Pedro II, e um cruzeiro de madeira, com a imagem de Cristo Crucificado, em gêsso, construído em 1939, a expensas da população do município, achando-se localizado na entrada da cidade. Como "monumento histórico" existe um busto de cimento, erigido em homenagem a Monsenhor Celso, inaugurado em 7-9-1940 e localizado na praça do mesmo nome.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — O povo de Cêrro Azul é sobremodo católico. As manifestações que tributa à Nossa Senhora da Guia, padroeira do município, representam a maior oportunidade para que aflua, em massa, à sede municipal. Os festejos, que têm uma duração de 9 dias, encerram-se a 3 de maio, culminando com uma soleníssima procissão que percorre as principais vias públicas da cidade. A essa grande parada de fé, segue-se uma outra manifestação popular: a festa do Cruzeiro, simbòlicamente erguido à entrada da cidade, onde não falta, também, o espírito de religiosidade e animação próprios do acontecimento.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Situado num vale formado por elevações montanhosas da serra da Ribeira, uma das quais denominada Cêrro Azul, por êste fato, adveio a atual designação do município.

Os nascidos no município são conhecidos pela alcunha de "cêrro-azulenses".

É comarca judiciária de 2.ª entrância, sendo composta de três distritos: o da sede, o de São Sebastião e o de Varzeão. Seu atual Juiz é o Dr. Lecito Monteiro Espíndola Filho; promotor, o Dr. João Soares Santo. Os cartórios do cível e crime são exercidos cumulativamente por um só escrivão, o Sr. Luiz Gonzaga do Amaral; os cartórios do Registro Civil estão a cargo dos Srs. Alceu Basseti (sede), José Lourenço Pereira (São Sebastião) e Lauro de Moura Costa (Varzeão).

Os podêres municipais são exercidos pelas seguintes pessoas: Prefeito Municipal — Sr. Athanagildo de Sousa Laio.

Vereadores: Srs. João Olegário de Sousa, José Lourenço Pereira, Arlindo Virgílio Pereira, Jorge A. A. de Suss, José França de Lima, Waldomiro de Moura Costa, Oscar Basseti, Arlindo Bastos e Luiz G. do Amaral.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal (Paraná). Departamento Estadual de Estatística (Paraná). Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Paraná.

CHOPINZINHO — PR

Mapa Municipal no 13.º Vol.

HISTÓRICO — Quando, em 1759, comissários portuguêses e espanhóis procederam à demarcação da fronteira entre o Brasil e a Argentina, na região oeste do Paraná, encontraram, nos Campos de Palmas, vestígios da dominação brasileira que se prendiam ao alvorecer do século XVII.

A posse efetiva dos Campos de Palmas sòmente se deu em 1839, com a "Entrada" das bandeiras de Joaquim Ferreira dos Santos e Pedro de Siqueira Côrtes, que, de Guarapuava, procuraram vencer a ferocidade do aborígine, a falta de um caminho e tôdas as dificuldades da época, penetrando no sertão misterioso e indevassável, para atingir a zona então conhecida por Campos dos Biturunas, numa disputa aguerrida e ambiciosa pela posse da extensa e rica região que ficava ao sul do rio Iguaçu, na outra extremidade dos Campos Gerais.

Zacarias Dias Côrtes foi o descobridor dos Campos de Palmas, em 1726, tendo partido de Curitiba, chefiando a primeira expedição organizada com êsse objetivo. Seguiram-se-lhe outras bandeiras que fracassaram no seu intento de atingir a região.

Em 1819, Atanagildo Pinto Martins, orientado pelo valente cacique caingangue jongong, partiu para os Campos de Palmas, mas procurando evitar encontro com as hordas do gentio que dominava a região, abandonou o rumo sul e, tomando a direção sudoeste, redescobriu os Campos de Palmas.

O povoamento da zona foi iniciado com a chegada, ali, dos expedicionários Joaquim Ferreira dos Santos e Pedro de Siqueira Côrtes que, em 1839, organizaram duas sociedades adversas e inimigas, mas com objetivos comuns.

Dessa iniciativa, depois de realizada a pacificação dos dois bandeirantes em luta, surgiu a freguesia de Palmas, criada pela Lei provincial n.º 22, de 28 de fevereiro de 1855 e elevada à categoria de município em 1877.

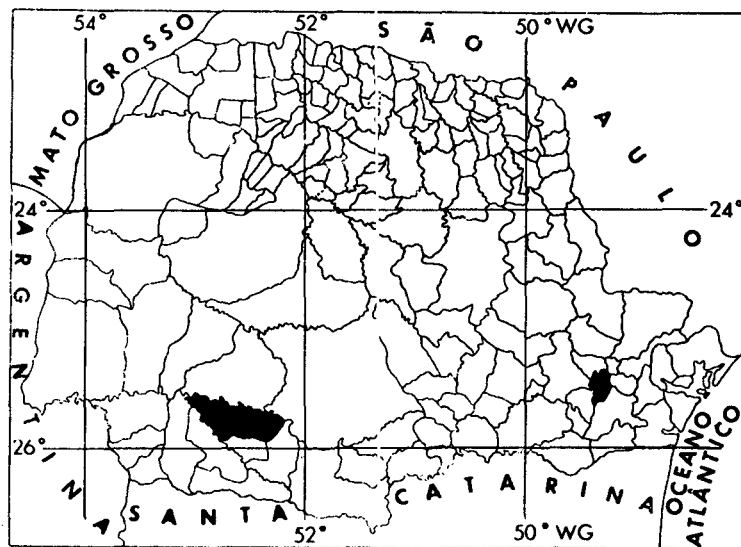
Do desmembramento do território de Palmas originaram-se várias unidades municipais, entre as quais Clevelândia, Mangueirinha e outras.

Com o progresso alcançado no decorrer dos anos, também o município de Mangueirinha sofreu alteração administrativa, sendo o seu território desdobrado em outras comunidades municipais. Assim, o atual município de Chopinzinho é uma decorrência dessa alteração efetuada no território de Mangueirinha. Tem sua origem na Colônia Militar "Coronel Santiago Dantas". Esta colônia foi fundada pelo seu patrono, no lugar denominado Chopim. É a êsse mili-

tar que se deve a idéia e a concretização da fundação do primitivo povoado de que resultou ser criado o atual município de Chopinzinho.

As atividades relacionadas com a construção de estradas de rodagem, ligando a Colônia ao município de Mangueirinha, Laranjeiras do Sul e outros, também contribuíram de maneira ponderável para o progresso e evolução da nova unidade administrativa.

Pela Lei estadual n.º 253, de 2 de dezembro de 1954, foi elevado à categoria de município, tendo sido instalado no dia 14 do mesmo mês e ano. O primeiro Prefeito Municipal eleito e empossado na data da instalação do município foi o Sr. Mário Geni, industrial radicado há muito tempo em Chopinzinho.

LOCALIZAÇÃO — Chopinzinho, com as coordenadas geográficas 25° 52' de latitude Sul e 52° 29' de longitude W.Gr., localiza-se na Zona Fisiográfica do Iguaçu. Limita ao norte com Guarapuava e Laranjeiras do Sul; a oeste, com Coronel Vivida; e a leste, com Mangueirinha.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — O clima do município é muito salubre e frio. Durante o inverno a temperatura baixa consideràvelmente, indo abaixo de zero em dias de neve. Fresco e agradável, no verão, nunca se eleva, porém, a mais de 28°C. Observam-se geadas constantes nas estações invernosas.

ÁREA — É de 1 714 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Seus principais acidentes geográficos são os rios Iguaçu, que serve de limite com o município de Laranjeiras do Sul; e Chopim, na linha divisória com o território de Pato Branco.

RIQUEZAS NATURAIS — As reservas florestais do município são a sua principal riqueza natural.

POPULAÇÃO — Contava o município de Chopinzinho, pelo Recenseamento Geral 1950, com 14 171 habitantes, sendo 7 264 homens e 6 907 mulheres. De 5 habitantes por quilômetro quadrado era a sua densidade demográfica; 97% da população estavam localizados na zona rural.

Aglomerações urbanas — A cidade de Chopinzinho é a única aglomeração urbana do município, com uma população de 458 habitantes, na época do Censo de 1950, sendo 248 homens e 210 mulheres, assim distribuídos: quadro urbano — 118 (64 homens e 54 mulheres); quadro suburbano — 340 (184 homens e 156 mulheres). A estimativa atual para a população da cidade é de 600 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura predomina sôbre as demais atividades do município. Dotado de terras férteis, os cereais principalmente apresentam resultados amplamente compensadores. Em 1956, segundo estimativa, foi a seguinte a produção prevista: feijão — .... Cr$ 4 477 320,00; trigo — Cr$ 1 932 000,00; centeio — .... Cr$ 475 650,00; amendoim — Cr$ 251 250,00. Com menor produção, seguiram-se o milho, a batata-inglêsa, a batata-doce e a mandioca. Contribui, também, com apreciável parcela para a economia municipal a indústria extrativa (madeireira). No município existem 8 estabelecimentos industriais sendo que 1 opera com mais de 5 trabalhadores.

A extração da erva-mate é outra fonte de renda para Chopinzinho; em 1956 o valor da exportação dêsse produto alcançou Cr$ 604 240,00.

Com relação à pecuária, verifica-se ser de pouca expressão, servindo apenas ao consumo interno.

As grandes reservas florestais (pinho, cedro, imbuia) existentes na região permitem preconizar para um futuro próximo acentuado desenvolvimento da indústria madeireira (extração e beneficiamento).

A exportação interestadual de Chopinzinho em 1956 somou a importância de Cr$ 1 416 726,00.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local está representado por 20 estabelecimentos varejistas. Os municípios vizinhos são os maiores compradores dos produtos agrícolas que cultiva, a saber: Palmas, Laranjeiras do Sul e União da Vitória, os quais, por sua vez, exportam para Curitiba e São Paulo. Daquelas praças, em troca, adquirem os artigos e gêneros de que necessita para seu consumo normal.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Boas estradas de rodagem servem o município, em tôdas as suas latitudes. As distâncias que o separam de seus congêneres limítrofes são: Laranjeiras do Sul — 69 km; Coronel Vivida — 24 km; Mangueirinha — 48 km; Pato Branco — 74 km; Palmas — 134 km; União da Vitória — 283 km; São Mateus do Sul — 374 km; e a Curitiba — 581 km.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Chopinzinho possui atualmente cêrca de 600 habitantes, 7 logradouros públicos: 1 avenida, 4 ruas e 2 praças; 140 edificações, das quais 135 servindo de domicílio.

No ano de 1956 foram registrados, na Prefeitura Municipal, 40 veículos motorizados: 36 automóveis e 4 caminhões.

Três bem montados hotéis prestam serviços de alimentação e hospedagem, na cidade.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Um médico, 3 dentistas e 2 farmacêuticos, residentes na cidade, prestam assistência médica em geral à população do município. Há duas farmácias no local.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 demonstrou a existência de 386 pessoas de 5 anos e mais, na sede do então distrito de Chopim (hoje município de Chopinzinho), das quais, 249 sabiam ler e escrever, sendo 137 homens e 112 mulheres.

Ensino — Funcionaram em 1956, no município, 11 unidades de ensino primário fundamental comum, onde estiveram matriculados 524 alunos.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1952......	—	197	1 449	—	—
1953......	—	1 022	1 449	—	—
1954......	—	1 745	1 449	—	—
1955......	—	1 433	1 449	—	—
1956......	...	3 372	1 449	532	1 182

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As principais manifestações populares são religiosas, destacando-se as datas de São João, Natal, Ano Novo, Páscoa e mês mariano (mês de maio). Acontece, então, o povo afluir em massa à sede do município, onde, além do congraçamento, promove os festejos próprios, nêles tomando parte ativa, com a organização, inclusive, de barracas, quermesses e bailes característicos.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A designação "Chopinzinho" adveio de um rio de pequeno porte, existente no município, sendo por sua vez afluente de outro denominado "Chopim". Presume-se que a abundância da ave "Chupim", uma espécie canora, tenha originado a atual denominação do rio "Chopinzinho" e êste, a do atual município. Quem nasce em Chopinzinho é chamado vulgarmente chopinziense.

Sua formação judiciária é a de distrito subordinado à comarca de Palmas. Conta com um Juiz de Paz e Cartório do Registro Civil e Anexos.

Os podêres municipais estão assim constituídos: Prefeito, Sr. Mario Geni; vereadores, Srs. José Dalmazo Bueno, Olímpio A. Augustin, Pedro F. Filho, Olival P. Chichorro, Francisco J. Zuconelli, Zacarias Camargo, Alcino de Oliveira, Antônio José Fogaça e Odlanir A. Machado.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

CIANORTE — PR

Mapa Municipal no 13.º Vol.

HISTÓRICO — Desde o século XVI conheciam os espanhóis, portuguêses e bandeirantes paulistas um caminho que de São Vicente cortava o sertão até a margem esquerda do rio Ivaí, na zona onde se localiza o atual município de Campo Mourão, no noroeste do Paraná.

Êsse caminho pré-colombiano se estendia por mais de 1 200 quilômetros, da costa de São Vicente ao rio Paraná, cruzando o Tibagi, o Ivaí e o Piquiri por onde os povos indígenas se comunicavam com o Oceano Atlântico e com as regiões mais distantes do ocidente, como acentua Romário Martins em "História do Paraná", e era o Caminho de Peabiru ou de São Tomé.

Foi nessa região imensa, desde as barrancas do Paranapanema até o Corumbataí, que os Jesuítas espanhóis fundaram a mais notável obra civilizadora de que há notícia na história dos povos aborígines da América do Sul, devido a um êrro de interpretação do Tratado de Tordesilhas.

Vista parcial da sede do município

Pelo Caminho de Peabiru ou de São Tomé, passaram, além disso, pessoas ilustres e expedições históricas, originando-se o povoamento do solo, a partir das primeiras entradas das bandeiras paulistas e vicentistas.

A denominação do caminho, em que pêse a sua mudança para São Tomé, dada pelos Jesuítas em 1610, persistiu no tempo e no espaço, vindo a constituir topônimo de uma das mais pujantes e vigorosas unidades municipais fundadas três séculos depois, no âmago da floresta virgem por onde transitaram, no século XVI, os primeiros povos civilizados, entre feras e o selvagem bravio.

A própria denominação do município de Campo Mourão é uma homenagem ao Morgado de Mateus, governador-geral da Capitania de São Paulo, a cujo imenso território pertenceu o Paraná até o longínquo ano de 1853.

Êste esfôrço histórico é necessário para quem quiser estudar e compreender a marcha e a evolução das numerosas comunidades municipais que hoje pontilham o ocidente do Paraná, as quais, vistas sob o moderno aspecto da dinâmica social e econômica das gerações modernas, parecem obra do acaso, surgidas ontem no mapa e na vida do Estado.

Não obstante a recente autonomia de Cianorte, a sua história é já bem antiga, aprofundando-se no tempo e no espaço e remontando ao início das conquistas dos povos ibéricos, a partir da assinatura do célebre Tratado de Tordesilhas, que, no dizer de um monarca medieval, dividiu o mundo em duas partes.

É que o Paraná, *a contrario sensu* do que ocorreu com as demais Unidades da Federação Brasileira, teve o seu povoamento iniciado do interior para o litoral, muito tempo antes da chegada dos portuguêses a estas plagas.

Desde priscas eras, portanto, o planalto e, principalmente, o sertão paranaense, eram conhecidos dos espanhóis. Mais tarde, bandeirantes portuguêses, paulistas e vicentistas, perlustrando o Caminho de Peabiru também conheceram a região antes do início do seu povoamento pròpriamente dito.

Cianorte é uma realização da Companhia de Terras Norte do Paraná que, depois de haver colonizado o norte do Estado onde fundou numerosos centros urbanos, adquiriu algumas glebas mais para o oeste, continuando a sua obra civilizadora e progressista.

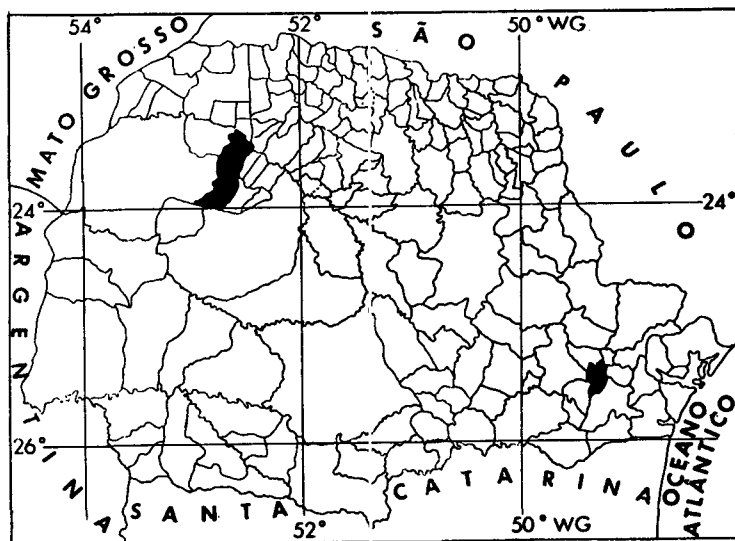
A própria denominação da cidade é uma sigla da Companhia de Terras Norte do Paraná. A cidade foi planejada rigorosamente dentro de uma padronização moderna. O povoamento do município se fêz por pessoal procedente de São Paulo e de diversos Estados das regiões Norte e Nordeste do país.

Lançados os primeiros fundamentos da cidade, dentro de uma planificação urbanística de alta técnica moderna, medido e demarcado o terreno, que foi dividido em lotes e datas urbanas e rurais, vieram para ali os primeiros moradores, que chegaram em 1950, quando efetivamente se deu início à fundação da cidade.

Já em 1953 Cianorte era elevada à categoria de distrito pertencente ao município de Araruna, uma das jovens comunidades do noroeste paranaense.

Em virtude da Lei estadual n.º 2 412, de 13 de julho de 1955, foi elevado a município, com território desmembrado de Araruna, tendo sido instalado em dezembro do mesmo ano.

Cianorte é um resultado do povoamento e colonização do noroeste do Paraná que embora tenha origem nas "entradas" das bandeiras paulistas e na catequese do aborígine iniciada no século XVI, pelos padres da Companhia de Jesus, sòmente agora, em pleno século XX, atingiu a sua maturidade política, econômica e social, em decorrência dos progressos e da evolução da humanidade, nesta Unidade da Federação e, em particular, naquele quadrante do Paraná e da pátria brasileira.

LOCALIZAÇÃO — Situado na Zona Fisiográfica Ivaí, o município de Cianorte tem como coordenadas geográficas 23° 40' de latitude Sul e 52° 38' de longitude W.Gr. Limita com os seguintes municípios do Estado: ao norte, com Tamboara; a leste, com Rondon e Cruzeiro do Oeste; ao sul, com Araruna; e a oeste, com Jussara.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 490 metros na sede municipal.

CLIMA — Situado o município na região Norte do Paraná e nas margens do caudaloso rio Ivaí, Cianorte possui clima quente e úmido, com incidência de chuvas abundantes no verão. As temperaturas observadas em 1956, na cidade de Cianorte, foram de 30°C para a média das máximas, 25°C, a das mínimas e 20°C, a compensada.

Hospital e Maternidade N. S.ª de Fátima

ÁREA — Totaliza 1 629 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — A população do município de Cianorte acha-se incluída na do de Campo Mourão de cujo território fazia parte como simples povoado, quando da realização do Censo de 1950.

Aglomerações urbanas — A cidade de Cianorte é a única aglomeração urbana existente no município, com aproximadamente 3 500 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A cafeicultura é a principal fonte de riqueza do município. Ao seu lado o cultivo de cereais e algodão aparece em lugar destacado na economia municipal. As plantações da rubiácea deverão atingir elevada produção em 1958, pois são de feitio recente; e foram em 1955 prejudicadas por geadas que caíram na região, razão por que o fenômeno atrasou a produção prevista para 1956 e 1957.

A produção agrícola estimada em 1956 era: feijão — Cr$ 4 000 000,00; algodão — Cr$ 2 160 000,00; arroz — Cr$ 809 000,00; milho — Cr$ 800 000,00; seguem-se as culturas da melancia e do alho.

A indústria também colabora para a economia municipal: dos seus 15 estabelecimentos industriais, 6 possuíam em 1956 mais de 5 operários na ativa. Dedica-se à extração de madeiras e ao beneficiamento de cereais.

A pecuária está sendo ativamente incrementada e poderá em breve constituir-se em apreciável fonte de economia municipal. Sua exportação em 1956 foi da ordem de Cr$ 3 431 816,00.

COMÉRCIO E BANCOS — Conta Cianorte com 2 estabelecimentos atacadistas, 27 varejistas e 2 agências bancárias, que são os veículos de movimentação das riquezas do município. São as seguintes as praças que absorvem sua produção: Maringá, Apucarana, Londrina, Ponta Grossa e Curitiba, no Paraná; e a Capital de São Paulo, onde se abastece de tudo aquilo que precisa para o seu consumo habitual.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Boas estradas de rodagem prestam efetiva colaboração no setor de transportes do município, ligando-o aos congêneres limítrofes, dos quais está separado pelas seguintes distâncias: Rondon — 32 km; Cruzeiro do Oeste — 43 km; Araruna

— 26 km; Terra Boa — 15 km; Jussara — 10 km; da Capital do Estado — 743 km.

Os trilhos da R.V.P.S.C. (Rêde Viação Paraná—Santa Catarina) que partem de Maringá com o objetivo de atingir Pôrto Guaíra, às barrancas do rio Paraná, em construção, deverão passar por Cianorte. A inauguração estava prevista para fins de 1957.

Um campo de pouso, a 5 km da sede, inaugurado em 1957, propiciou início do transporte aéreo a cargo da Real-Aerovias-Nacional S. A., que mantém vôos regulares servindo aquela cidade. Também táxis-aéreos chegam e saem diàriamente, efetuando transporte de passageiros em Cianorte.

Ônibus de três emprêsas fazem o transporte coletivo de seus habitantes para os municípios da região.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Cianorte conta uma população estimada em 3 500 habitantes. Constitui-se de 15 logradouros públicos: 2 avenidas, 12 ruas e 1 praça, mais de 600 edificações, das quais 580 destinadas a fins residenciais. Dispõe de energia elétrica para iluminação pública e domiciliar. Para a hospedagem há 6 confortáveis hotéis e 4 pensões. Dispõe de serviço de água canalizada, cuja rêde distribuidora, com 23 000 metros de extensão, percorre 30 logradouros e abastece 400 prédios.

O comércio local é bem movimentado, contando com acima de três dezenas de estabelecimentos de ramos diversos.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A população do município recebe assistência médico-sanitária por intermédio de 4 médicos, 2 dentistas e 5 farmacêuticos, todos residentes na cidade. O Pôsto de Higiene da Secretaria de Saúde do Estado e o Hospital Nossa Senhora de Fátima, prestam assistência médica em geral à população. Existem 6 farmácias no município.

Ensino — Estiveram em funcionamento no município, em 1956, 8 unidades de ensino primário fundamental comum, com a matrícula de 979 alunos. Existe na cidade um estabelecimento de ensino extraprimário, o Curso Normal Regional de Cianorte.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Registra-se a existência de uma agremiação cultural, dedicando-se principalmente à prática do futebol. Na cidade funciona o Cine Cianorte, com 550 cadeiras, tendo levado a efeito em 1956 um total de 52 sessões cinematográficas, assistidas por 3 926 pessoas. Funciona 1 livraria na cidade.

Trecho da Avenida Lovat, ao centro a Estação Rodoviária

Fachada do Hotel Cianorte

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1955......	—	1 945	—	—	—
1956 (1)...	1 000	2 363	—	1 000	671

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — As manifestações religiosas no município são realizadas em homenagem a vários Santos, em datas fixas no calendário da Igreja. São elas: São João (24 de junho), São Pedro e São Paulo (9 de junho), Assunção de Nossa Senhora (15 de agôsto) e Natal (25 de dezembro). Tôdas essas festas se revestem de muita animação, e movimentam tôda a população para a sede municipal.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Sendo um dos muitos municípios da vasta região setentrional paranaense fundado e colonizado pela Cia. de Terras Norte do Paraná Limitada, sua denominação é uma sigla daquela emprêsa. Cia. (companhia) + norte (norte do Paraná), isto é, Cianorte.

Quem ali nasce é conhecido pelo gentílico cianortense.

Cianorte é distrito judiciário e têrmo subordinado judiciàriamente à comarca de Peabiru, município próximo; conta um Juiz de Paz e um cartório do Registro Civil e anexos.

Seus dirigentes municipais são: Prefeito, Sr. Wilson Ferreira Varela e vereadores, Srs. Cândido Alves da Silva, Primo Manfrinato, Gabriel S. de M. Cassich, Geraldo G. de Oliveira, Francisco Kanó, Ovídio Luis Fransoni, Antonio Lima Santos, Washington T. de Oliveira e Benedito F. da Silva.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia Terras e Colonização do Paraná.

CLEVELÂNDIA — PR

Mapa Municipal no 13.º Vol.

HISTÓRICO — Desde o século XVII os bandeirantes paulistas sabiam da existência de uma extensa região de campos ao sul do rio Iguaçu, separados dos de Guarapuava por um sertão de poucas léguas de largura, à margem daquela lendária estrada fluvial. A descoberta dêsses campos ocorreu quando os paulistas os atingiram com suas bandeiras levadas a regiões do Goioêre, nas depredações que fizeram nas Missões do Uruguai, segundo afirma o historiador Romário Martins.

Quando os comissários portuguêses e espanhóis procederam à demarcação da fronteira, em 1759, encontraram em vários pontos da região de Palmas sinais evidentes da dominação brasileira do século XVII, conforme declarou o Barão do Rio Branco, no seu Memorial ao Árbitro na Questão das Missões.

Próximo às cabeceiras do rio Saudade, afluente ocidental do Chapecó, e na longitude da foz dêste, no Campo Erê, foram encontrados restos de fortificação antiga, conhecida pela denominação de "muros" que, em 1887, o primeiro comissário brasileiro explorou, reconhecendo que em tôrno dessa posição "tinha havido um entrincheiramento formado por dupla estacada revestida de terra".

Além disso, Romário Martins diz ser o roteiro bandeirante citado por Varnhagen a demonstração de que os antigos paulistas conheceram a região modernamente chamada "Campos de Palmas", então denominados dos Biturunas. Motivos não faltam. Dentre êles avultam a prioridade no descobrimento e povoamento dos Campos de Guarapuava e suas melhores condições de defesa contra as tribos selvagens; o fato de estarem os Campos de Palmas povoados inteiramente por índios bravios e distantes de qualquer proteção oficial; o desconhecimento de um caminho que fôsse ter à região e que, existindo, era segrêdo do aborígine; e, finalmente, à falta de elemento branco para penetrar, desbravar e povoar o sertão, foi retardada a penetração dos brancos naquela zona.

Contudo, a tradição da existência dêsses campos não ficou de todo perdida nem descuidada a conveniência de ser procurada, através dêles, uma vereda que comunicasse Guarapuava com a zona norte do Rio Grande do Sul.

Diogo Pinto de Azevedo Portugal, descobridor dos Campos de Guarapuava; tenente-coronel e comandante da Expedição levada àquela região, determinou ao major Atanagildo Pinto Martins que descobrisse essa vereda, a fim de ser melhorada e por ela dar vazão ao comércio de tropas.

Vista parcial da Praça Getúlio Vargas e ao fundo a Igreja Nossa Senhora da Luz

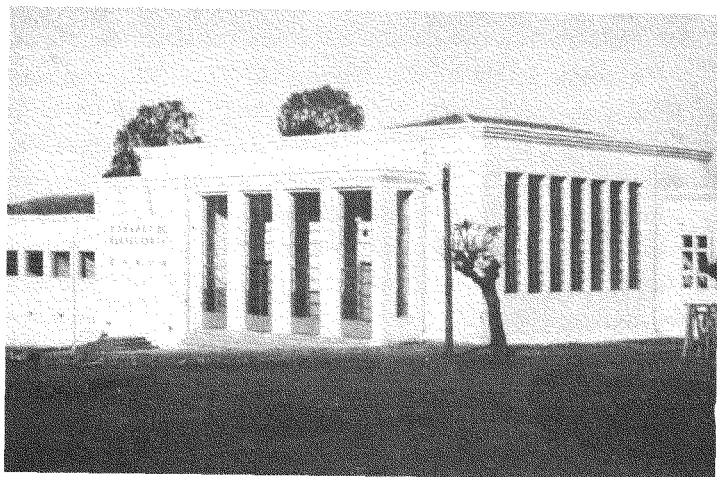
Na execução da tarefa, Atanagildo Pinto Martins contou com a cooperação do índio "Jongong" que, conhecendo os perigos da missão, penetrou nos Campos dos Biturunas, guiando a expedição mais para o oriente e passando pela ponta ocidental dos Campos de Palmas, indo sair em Vacaria, no Rio Grande do Sul. Incumbido de nova missão, por haver fracassado na primeira, "Jongong" foi encarregado de, juntamente com oito homens brancos, procurar o caminho desejado. Mas, vendo o risco a que estava exposto, o silvícola desapareceu na floresta, não mais voltando.

Outra tentativa para encontrar o tão almejado caminho foi feita em 1839 por Joaquim Ferreira dos Santos. Partindo de Guarapuava, em companhia de pequena expedição, atingiu o lugar denominado Alagoa, nos Campos de Palmas. Ao tentar retornar à sua origem, a expedição de Joaquim Ferreira dos Santos encontrou tremendas dificuldades, criadas por Pedro de Siqueira Côrtes, homem corajoso e empreendedor que, tendo se oferecido a integrar a expedição de Ferreira dos Santos, não foi aceito. Em vista disso, Pedro de Siqueira Côrtes organizou uma bandeira e, com o mesmo objetivo, lançou-se ao sertão, em demanda dos Campos dos Biturunas ou de Palmas. Rasgou uma vereda abaixo do "passo" descoberto por Ferreira dos Santos, saiu nos Campos de Palmas, em sua maior extensão, queimou o estabelecimento fundado por seu antecessor, e retirou-se, seguindo pela picada aberta pelos primeiros exploradores, por ser a mais curta. Nesse trajeto encontraram-se as duas bandeiras, em pleno sertão, disputando os seus direitos. Eram sessenta homens que, durante todo o ano de 1839, empregaram-se na introdução de gado, trazido de Guarapuava, dando início à fundação de fazendas. Entretanto, a desarmonia entre ambos os grupos era cada vez mais acirrada. Os que chegavam depois, não respeitavam os direitos dos primeiros, soltavam seus animais onde melhor lhes parecia, derrubavam casas e arrasavam currais, resolvendo a questão pelas armas.

Enquanto lavrava a dissensão entre os posseiros, os selvagens rondavam e ameaçavam os seus estabelecimentos. Diante disso, ocorreu um entendimento preliminar entre os chefes e os homens das duas bandeiras, ficando então decidido que a questão da posse seria confiada ao arbítrio de dois cidadãos estranhos às lutas locais, procurando-se, desta forma, a solução para o grave problema das competições existentes entre as duas partes.

Recaindo a escolha nas pessoas do capitão Domingos Inácio de Araújo e alferes José Caetano de Oliveira, êstes apresentaram razões de excusas, sendo substituídos pelo Dr. João da Silva Carrão e José Joaquim Pinto Bandeira, dois ilustres curitibanos que, tendo partido de Curitiba a 4 de abril de 1840, chegaram ao lugar da contenda a 28 de maio daquele ano.

Os dois árbitros da importante questão, na sua passagem por Guarapuava encontraram o famoso índio Condá, cacique de uma tribo dos caingangues domiciliada em Palmas, e conseguiram que o chefe gentio os acompanhasse, auxiliando-os na obra de pacificação dos primitivos habitantes dos Campos de Palmas.

As duas bandeiras em litígio foram separadas pelo ribeiro Caldeiras, ficando a de Pedro de Siqueira Côrtes para

Fôro Municipal

o oeste e a de Joaquim Ferreira dos Santos para o este. Como ambas as sociedades ficassem isoladas de Curitiba por falta de vias de comunicação, o grande paranaense Francisco de Paula e Silva Gomes propôs-se a entrar no sertão com alguns companheiros, a fim de explorar a navegabilidade do rio Iguaçu e abrir comunicação com os habitantes do sudoeste do Paraná. Superados os obstáculos, Silva Gomes conseguiu a execução de uma lei paulista de 16 de março de 1837, que havia criado uma Companhia de Municipais Permanentes, exatamente "para com ela fazer-se, por parte do govêrno, a descoberta dêstes campos"; assim, os Campos de Palmas, antes desconhecidos e servindo apenas de abrigo ao gentio feroz, passaram a integrar a civilização e o patrimônio da província.

Mas outro problema aparecia concomitantemente às dissensões dos primeiros povoadores da região, onde hoje se acha o território do município de Clevelândia. Foi a célebre Questão das Missões, originada na demarcação de limites entre o Brasil e a Argentina.

Até à época da decisão final dos grandes debates travados nos setores diplomáticos dos dois países, tôda a extensa região, compreendida entre a freguesia de Palmas e a fronteira da Argentina, era uma zona contestada. Em face da gravidade da questão em jôgo, foi nomeado árbitro o então Presidente da República dos Estados Unidos da América do Norte, Grever Cleveland, o qual, depois dos estudos necessários, dirimiu a questão em favor do Brasil, motivo por que a vasta região dos Campos de Palmas e do sertão passou definitivamente a constituir território brasileiro. Muitos anos mais tarde, o govêrno do Paraná deu-lhe a denominação de Clevelândia, em homenagem ao grande presidente da República Norte-Americana.

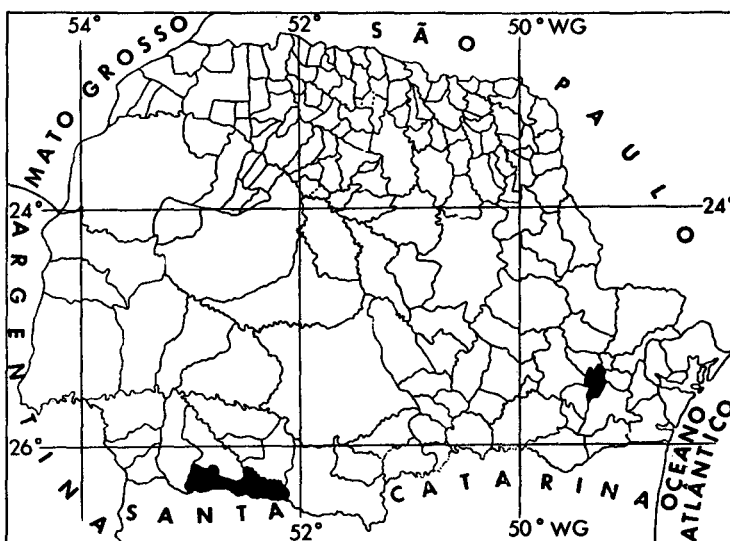
Ao ser iniciada, a povoação foi localizada nos Campos de Palmas de Baixo; e sua origem data do tempo da guerra do Paraguai, embora muitos anos antes já existissem numerosos sítios habitados por brancos que ali aportaram a partir de 1838.

Durante a guerra do Paraguai foi destacado um contingente da guarda nacional para vigiar a fronteira. Com o prolongamento da guerra, os alojamentos provisórios dos soldados foram sendo transformados em habitações permanentes, e estas foram aumentando, de sorte que dentro de alguns anos o arraial estava transformado numa verdadeira povoação.

Assim, pela Lei provincial n.º 789, de 16 de outubro de 1884, foi criada a freguesia, com a denominação de Bela Vista de Palmas. Pela Lei n.º 28, de 28 de junho de 1892, a freguesia foi elevada a município, ainda com a denominação de Bela Vista de Palmas. Passou a denominar-se Clevelândia em virtude da Lei n.º 862, de 29 de março de 1909, pelos motivos já referidos.

Com a criação do Território Federal do Iguaçu, pelo Decreto-lei federal n.º 5 812, de 13 de setembro de 1943, o município de Clevelândia passou a integrá-lo.

Extinto o Território, em virtude de dispositivo da Constituição de 1946, novamente Clevelândia passou a integrar o território do Estado do Paraná, por fôrça do Decreto-lei n.º 533, de 21 de novembro de 1946, sendo instalado no dia 30 do mesmo mês e ano.

LOCALIZAÇÃO — O município está situado na Zona Fisiográfica do Iguaçu. Limita ao norte com Mangueirinha; a leste, com Francisco Beltrão e Pato Branco; ao sul, com o Estado de Santa Catarina; e a leste, com Palmas. Sua posição geográfica tem como coordenadas 26° 24' 15" de latitude Sul e 52° 20' 23" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — O município de Clevelândia situa-se na região abrangida pelo clima frio. As temperaturas médias observadas durante o ano são de 5,2°C no inverno, 22°C no verão, sendo a média das compensadas 13,6°C. Possui clima saudável e sêco, bastante frio nas estações hibernais, quando se observam geadas freqüentes e, por vêzes, nevadas; agradável no estio.

ÁREA — 1 686 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os rios Chopim, das Capivaras, Pato Branco, e Vitorino e a serra da Fartura são os principais acidentes geográficos do município de Clevelândia.

POPULAÇÃO — Contava, pelo Recenseamento Geral de 1950, com 5 912 habitantes, sendo 3 061 homens e 2 851 mulheres; densidade populacional de 6 habitantes por quilômetro quadrado. Segundo os mesmos resultados censitários, 84% da população estavam localizados no quadro rural.

Aglomerações urbanas — Há 3 aglomerações urbanas no município: Clevelândia, Mariópolis e Vitorino. A sede municipal, segundo o Censo de 1950, possuía 919 habitantes,

430 homens e 489 mulheres, assim distribuídos: *quadro urbano* — 733, dos quais 345 homens e 388 mulheres; *suburbano* — 186, sendo 85 homens e 101 mulheres. Estima-se a população atual em 1 500 habitantes; também por estimativa têm 1 100 e 720 habitantes as sedes distritais de Mariópolis e de Vitorino.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — É essencialmente agrícola a principal atividade do município, assentando-se nela a base estrutural de sua economia. As culturas predominantes na região são as seguintes: milho, em primeiro plano, com Cr$ 15 750 000,00; feijão, com Cr$ 5 000 000,00; trigo, com Cr$ 2 500 000,00; arroz — com Cr$ 1 400 000,00; amendoim, com Cr$ 270 000,00.

A indústria extrativa vegetal é uma riqueza que começa a se expandir, pois Clevelândia é dotada de imensas reservas florestais (pinho, cedro, imbuia), ainda quase inexploradas.

Dos seus 15 estabelecimentos industriais, 5 possuem mais de 5 operários e operam nos ramos "madeireiro" (60%) e "indústria alimentar" (30%) do total. A exportação (interestadual) em 1956, atingiu a soma de ...... Cr$ 13 036 298,00.

COMÉRCIO E BANCOS — Clevelândia conta 21 estabelecimentos varejistas e uma agência bancária, como veículos propulsores do seu desenvolvimento comercial.

As localidades que absorvem os produtos da região e nas quais adquire o município aquêles artigos e gêneros que não produz são: Guarapuava, Pato Branco, União da Vitória e Curitiba.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Clevelândia é servido, apenas, por estradas de rodagem que percorrem todos os seus quadrantes. Está separado dos demais municípios limítrofes pelas distâncias seguintes: Pato Branco — 50 km; Palmas — 48 km; Mangueirinha — 42 km.

No setor das comunicações está Clevelândia dotada de uma Agência Postal Telegráfica do D.C.T. Uma estação radiotelegráfica da Chefatura de Polícia do Paraná funciona na sua sede. Possui Clevelândia um pequeno campo de pouso para aviões.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Clevelândia conta aproximadamente 1 500 habitantes. Tem cêrca de 356 edificações, das quais 275, destinadas a fins exclusivamente residenciais. É servida por iluminação elétrica. Existem, na cidade, 39 logradouros públicos: 10 ruas, 27 travessas e becos e 2 praças, dos quais 4 arborizados.

No ano de 1956, foram registrados, na Prefeitura Municipal, 114 veículos motorizados — 14 automóveis e 100 caminhões.

O comércio e a indústria estão em pleno crescimento, face ao grande progresso ora observado na região, mormente, nos setores madeireiro e agrícola. Encontram-se 3 hotéis e 3 pensões na sede municipal.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Residem na cidade 1 médico, 2 dentistas e 1 farmacêutico. Ao lado dêsses profissionais, no setor da assistência sanitária, funcionam, na sede do município, 1 Centro de Saúde, mantido pelo Govêrno do Estado, e 1 Hospital, localizado no distrito de Mariópolis, mantido por entidade particular.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — O Centro de Saúde, da Secretaria de Saúde do Estado, presta, também, serviços de assistência social aos moradores do município.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo foi revelado pelo Recenseamento Geral de 1950, existiam no município 43 085 pessoas de 5 anos e mais, das quais 14 103 sabiam ler e escrever, sendo 8 353 homens e 5 750 mulheres. Na sede municipal, o total de pessoas de 5 anos e mais era de 788, das quais 527 sabiam ler e escrever, sendo 254 homens e 273 mulheres.

Ensino — Elevou-se a 73 o número de escolas primárias que funcionaram no município em 1956, nas quais foram matriculados 2 159 alunos, existindo na cidade 1 Ginásio Estadual e 1 Curso Normal Regional.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Funcionam no município: o Cine-Teatro Paraná, na sede, com 207 lugares, e o Cine Odeon, na vila de Mariópolis, com 120 cadeiras.

Em Clevelândia edita-se um jornal, o Correio da Fronteira, de periodicidade semanal. Há uma tipografia na sede municipal

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950......	545	720	...	...	...
1951......	600	960	1 465	595	1 463
1952......	774	1 120	2 421	936	2 045
1953......	2 072	6 201	1 174	289	1 540
1954......	2 400	4 594	1 244	392	832
1955......	4 220	2 764	1 555	500	1 906
1956......	3 022	4 569	2 237	799	...

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Tem o município, como padroeira, Nossa Senhora da Luz. Os festejos em sua honra constituem o máximo de quantas manifestações populares são levadas a cabo em Clevelândia. Coincidindo ser o dia da festa (8 de setembro) precedido pela data magna brasileira, o acontecimento assume grandes proporções, pois ao lado do espírito de religiosidade está o de civismo. Pode-se dizer que o evento arrasta à sede municipal o todo da população clevelandense.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A denominação dada ao município é uma homenagem prestada ao presidente dos Estados Unidos da América do Norte, Grever Cleveland, que serviu como árbitro em 1909, na questão de limites entre o Brasil e a Argentina (Território das Missões). Seus habitantes são designados pelo gentílico clevelandenses. É comarca de 3.ª entrância do Estado do Paraná compreendendo os seguintes distritos judiciários: Clevelândia, Mariópolis, Renascença e Vitorino. É seu atual Juiz de Direito o Dr. Abrahão Atem. Colaboram para a fiel distribuição da Justiça um cartório Criminal, um cartório Cível, um cartório de Títulos e Registro de Imóveis e um cartório do Registro Civil com Tabelionato anexo; nos distritos conta com um cartório do Registro Civil e anexos em cada localidade.

Os podêres municipais estão assim representados: Prefeito Municipal, Sr. Jesuino de Siqueira Bello; vereadores,

Srs. Manoel Lustosa Martins, Luiz Dias, Anibal Martins de Lara, Saul Campagnoni, Abilio Carneiro, Itacir Sandini, Max Stalschimidt, Carlos Tscha e Arlindo Martins de Oliveira.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

COLOMBO — PR

Mapa Municipal no 10.° Vol.

HISTÓRICO — Um dos primeiros núcleos coloniais estrangeiros a serem fundados no Paraná foi a Colônia "Alfredo Chaves", situada no planalto curitibano, a 23 quilômetros de distância da capital da Província. Sua fundação ocorreu no mês de setembro de 1878, em terreno de grande fertilidade, com 80 lotes, distribuídos pelo govêrno entre 160 colonos de nacionalidade italiana, que foram os primeiros povoadores da região. A denominação Alfredo Chaves é uma homenagem ao conselheiro Alfredo Chaves, Ministro da Agricultura à época da fundação da colônia.

Os terrenos doados aos colonos pelo Govêrno Imperial compreendiam a área de 4 847 970 metros quadrados. A Colônia Alfredo Chaves foi emancipada em 1880, um ano após a sua fundação.

Pelo Decreto estadual n.° 11, de 8 de janeiro de 1890, a povoação foi elevada à categoria de vila, com a denominação Colombo, tendo sido instalada no dia 5 de fevereiro do mesmo ano. Essa nova denominação constitui uma homenagem a Cristóvão Colombo, descobridor da América.

A primeira Câmara Municipal foi eleita no dia 21 de abril de 1892, sendo empossado nesse dia o seu presidente, João Gualberto Bittencourt. Nesse dia a vila recebeu a visita presidencial da província do Paraná, na pessoa do tenente-coronel Inoscêncio Serzedelo Correia.

Em virtude do Decreto estadual n.° 1 703, de 14 de julho de 1932, perdeu a sua antiga denominação, passando a chamar-se Capivari, tendo sido anexado ao seu território o de Bocaiúva, que foi extinto.

A partir de 9 de agôsto de 1933, por fôrça do Decreto n.° 1 831, voltou novamente a denominar-se Colombo.

Em virtude do Decreto-lei estadual n.° 7 573, de 20 de outubro de 1938, o município de Colombo foi extinto, sendo anexado ao de Curitiba, ao qual passou a pertencer como distrito administrativo, sendo restaurado novamente o município, por fôrça do Decreto estadual n.° 199, de 30 de dezembro de 1943, abrangendo os territórios dos distritos de Colombo, Almirante Tamandaré e Santa Felicidade, do município de Curitiba.

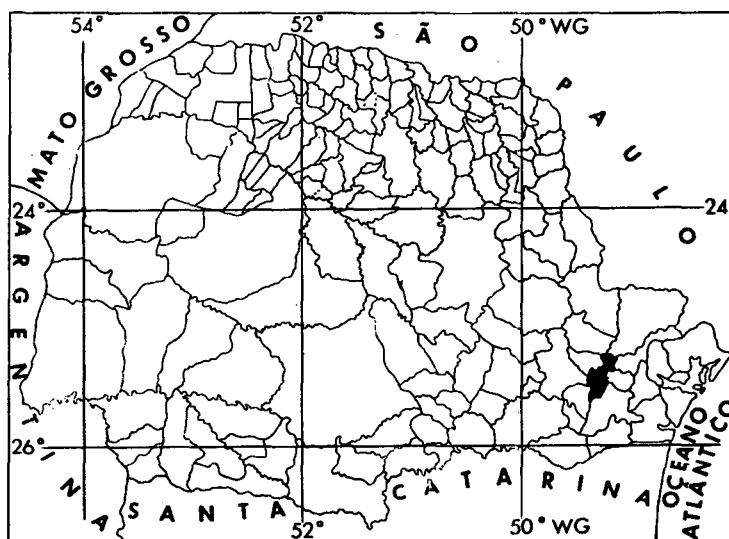
A 10 de outubro de 1947, pela Lei n.° 2, daquela data, perdeu o distrito de Almirante Tamandaré (ex-Timoneira), que passou a formar novo município autônomo, dentro do quadro administrativo do Estado.

Pelo Decreto n.° 200, de 26 de janeiro de 1944, foi criada a comarca de Colombo, que ainda hoje é de segunda entrância.

A época de maior progresso para o município foi o período de 1920 a 1930, quando houve um surto industrial

Igreja-Matriz Municipal

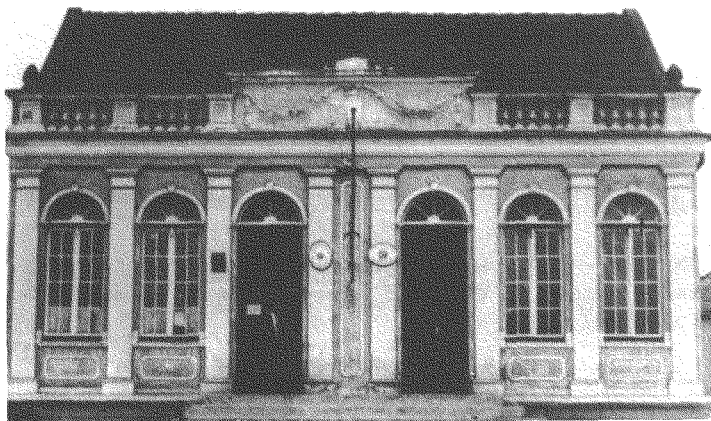
de grande importância, encontrando-se em atividade na sede municipal duas fábricas de louça, uma delas, em virtude de suas obras de arte, considerada das melhores do país. Funcionou, também, naquela época, uma grande fábrica de vidros. Ignoram-se os motivos, mas estas fábricas foram extintas, e o município sofreu enorme prejuízo na sua economia.

LOCALIZAÇÃO — O município de Colombo está situado na Zona Fisiográfica do Planalto de Curitiba, tendo como coordenadas geográficas 25° 17' de latitude Sul e 49° 12' de longitude Oeste de Greenwich. Limita ao norte com Rio Branco do Sul e Bocaiúva do Sul; a oeste, com Timoneira e Curitiba; ao sul, com Piraquara; e a leste, com Timbu.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Na sede municipal registra-se a altitude de 950 metros.

CLIMA — O município, situado em região de topografia bastante ondulada, quase montanhosa, é de clima salubre e temperado — fresco no verão e bastante frio no inverno. As temperaturas registradas no ano de 1956 foram: média das máximas, 23,9°C; das mínimas, 8,8°C e das compensadas, 16°C.

ÁREA — É de 162 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Entre os principais acidentes geográficos do município, destaca-se em primeiro plano a Gruta de Bacaetava, que é dividida em duas

Prefeitura Municipal

galerias, a inferior com 200 metros de comprimento, 5 metros de altura e 10 metros de largura, em cuja base corre o rio que lhe dá o nome. Os rios Palmital e Capivari, e o salto Ribeirão das Onças, com altura de 8 metros, também constituem acidentes geográficos importantes no município.

RIQUEZAS NATURAIS — Como características da zona fisiográfica em que se encontra, as jazidas minerais representam a principal riqueza natural de Colombo. Há jazidas de pedras calcárias, granito e caulim. Do reino vegetal existem madeiras de lei e erva-mate.

POPULAÇÃO — O atual território de Colombo contava, por ocasião do Recenseamento Geral de 1950, com 6 331 habitantes — 3 237 homens e 3 094 mulheres. Segundo a *côr* — 6 226 brancos, 93 pretos e 1 amarelo; segundo o *estado civil* (de 15 e mais anos) — 1 168 solteiros, 2 217 casados, 208 viúvos e 3 desquitados; segundo a *nacionalidade* — estrangeiros 115, brasileiros naturalizados 21; segundo a *religião* — 6 270 católicos apostólicos romanos e 61 de outras religiões. Densidade demográfica 2,40 habitantes por quilômetro quadrado; 93% da população achavam-se localizados na zona rural.

Aglomerações urbanas — A cidade de Colombo é a única aglomeração urbana existente no município.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A indústria extrativa mineral e a agricultura são as atividades fundamentais à economia do município.

Pela extração de pedra calcária (grandes jazidas existentes) e conseqüente fabrico de cal, Colombo é considerado um dos maiores produtores do Paraná; a indústria de aproveitamento do granito segue-lhe em importância. O consumo dêsses produtos, todavia, se faz dentro do próprio Estado, restando para a exportação interestadual uma quantidade reduzida; mesmo assim, em 1956, Colombo exportou Cr$ 636 448,00 de cal viva ou extinta.

Na agricultura merecem destaque (com produção estimada para 1956): o feijão, Cr$ 18 200 000,00; o milho, Cr$ 7 614 000,00; a batata-inglêsa, Cr$ 1 560 000,00; o trigo, Cr$ 741 000,00; o tomate, Cr$ 240 000,00 e o centeio, Cr$ 182 000,00.

A par da agricultura, aparece a viticultura com um coeficiente favorável na economia do município; em 1956, segundo previsão, Colombo produziu Cr$ 3 200 000,00 de uvas.

A indústria conta 68 estabelecimentos, dos quais, 25 possuem 5 ou mais operários em atividade. Predomina sôbre as demais a "extrativa mineral" (70% do total). Explora ainda os ramos e sub-ramos de vinicultura, a indústria "alimentar" e a indústria "extrativa vegetal" (lenha).

A exportação (interestadual) de Colombo somou em 1956 a importância de Cr$ 718 568,00.

COMÉRCIO E BANCOS — Está o município dotado de 30 estabelecimentos varejistas e de 1 agência bancária, que representam o comércio local.

Colombo mantém um intercâmbio de mercadorias (importação e exportação) principalmente com as seguintes praças: Curitiba, Londrina, Palmeira, Paranaguá e Campo Largo.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — As vias de acesso e saída do município são exclusivamente estradas de rodagem. Da sede aos municípios vizinhos são as distâncias seguintes: Bocaiúva do Sul — 23 quilômetros; Rio Branco do Sul — 19 quilômetros; Almirante Tamandaré — 9 quilômetros; Campina Grande do Sul — 21 quilômetros; Piraquara — 33 quilômetros; e Curitiba — 21 quilômetros.

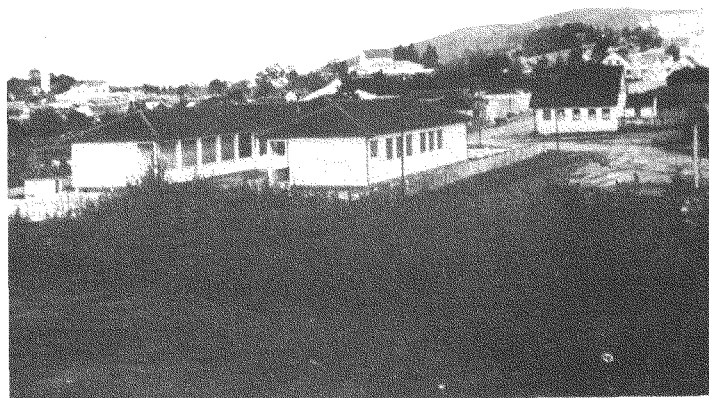
Na cidade acha-se instalada e funcionando uma agência postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Colombo conta atualmente com uma população estimada em 1 000 habitantes. Doze ruas a dividem em quadras iguais. É servida por energia elétrica para a indústria, para iluminação pública e particular, esta última com 100 ligações.

Durante o ano de 1956, foram registrados, na Prefeitura Municipal, 146 veículos motorizados: 21 automóveis e 125 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Residindo na sede municipal, 2 médicos, 2 dentistas e 1 farmacêutico prestam assistência médica à população.

A assistência sanitária em geral é exercida por 1 Pôsto de Higiene e 1 Pôsto de Puericultura, êste destinado apenas à infância. Funciona uma farmácia na cidade.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Dois estabelecimentos de saúde prestam serviço de assistência social à população.

Vista parcial da cidade

ALFABETIZAÇÃO — O total de pessoas de 5 anos e mais no município, revelado pelo Recenseamento Geral de 1950, foi de 5 353, das quais 3 180 sabiam ler e escrever, sendo 1 714 homens e 1 466 mulheres. Na sede municipal, êsse total era de 366 pessoas, sendo 275 que sabiam ler e escrever: 160 homens e 115 mulheres.

Ensino — O município contou em 1956 com o funcionamento de 41 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum, nos quais estiveram matriculados 942 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — O município conta 3 associações culturais dedicadas à prática de futebol, sendo uma na sede e duas no interior.

Funciona em Colombo o Cine Ouro Branco, com 150 lugares.

FINANÇAS PÚBLICAS —

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950......	—	577	—	—	—
1951......	—	560	—	—	—
1952......	—	1 083	418	165	736
1953......	1 427	988	855	220	550
1954......	1 192	1 293	1 335	155	1 403
1955......	1 204	1 274	1 337	171	1 032
1956......	1 653	1 339	1 144	—	—

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Um monumento erigido em homenagem a Cristo Redentor, feito em cimento, por iniciativa particular, inaugurado a 6-4-1935. Trata-se de miniatura da famosa estátua do Cristo Redentor do Corcovado, no Distrito Federal.

Uma placa de mármore, mandada construir pelo Govêrno Municipal, em homenagem aos expedicionários do município e inaugurada em 1945.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — O povo do município reúne-se na cidade de Colombo, durante um período de 11 dias e que sempre se encerra no primeiro domingo do mês de outubro, a fim de realizar com tôda pompa e solenidade a festa de Nossa Senhora do Rosário, sua padroeira. Os festejos, além do cunho religioso pròpriamente dito, se revestem de uma animação externa invulgar. Para ali converge incalculável massa humana, sendo Curitiba a que contribui com a maior parcela de visitantes.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — A Gruta Bacaetava de Nossa Senhora de Lourdes é visitada frequentemente por pessoas de municípios vizinhos, atraídas por sua grande beleza.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O nome Colombo dado ao município representa uma homenagem de seu povo ao grande navegador e descobridor da América, Cristóvão Colombo. Os nascidos no lugar recebem a designação habitual de colombenses.

É comarca judiciária de 2.ª entrância e compreende apenas o distrito da sede. Possui 4 cartórios como órgãos auxiliares da Justiça. Como Juiz de Direito figura o Doutor Oswaldo Portugal Lobato e Promotor Público o Dr. Horst Charim.

À frente do govêrno municipal está o Sr. Gabriel d'Amuzio Strapasson.

Compõem o poder legislativo os seguintes vereadores: Orlando Nascimento, Vicente Bitunardi, Gabriel Fiorese, Pio José Brotto, Paulo Miconi, Urquisas B. de Camargo, Walfrido Ceccon, Vitório Manuel Frawceshi e Domingos Nodari.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

COLORADO — PR

Mapa Municipal no 12.º Vol.

HISTÓRICO — À Companhia Colonizadora Imobiliária Agrícola de Catanduva deve-se a fundação do município de Colorado no setentrião paranaense, localizado às margens do rio Pirapó. Proprietária de uma gleba de terras denominada "Bacia do Pirapó", no este do município de Jaguapitã, resolveu aquela companhia loteá-las a fim de promover o seu povoamento, através de grande plano de colonização. Os trabalhos de medição, divisão e demarcação da gleba foram confiados aos engenheiros Cayamori e Rabelo e duraram exatamente seis meses. Tendo sido iniciados em princípios de 1948, foram concluídos em meados daquele ano. Estavam lançados os fundamentos da cidade de Colorado. E, ao mesmo tempo em que se projetava o seu plano urbanístico, estava em execução vasto programa de colonização das terras localizadas na área rural.

Ainda em 1948 surgiram em Colorado os primeiros colonos, destacando-se entre êles as famílias de Antônio Roberto, que exercia as funções de empreiteiro daquela Companhia Colonizadora; os irmãos José e Rodolfo Consalter, que montaram as primeiras indústrias — uma serraria e uma olaria — e Hideu Tonussu, fundador da primeira casa comercial, que recebeu o nome de Casa Bandeirantes. Desde o comêço dos trabalhos, a localidade recebeu a denominação de Patrimônio de Colorado, dada pela própria Companhia.

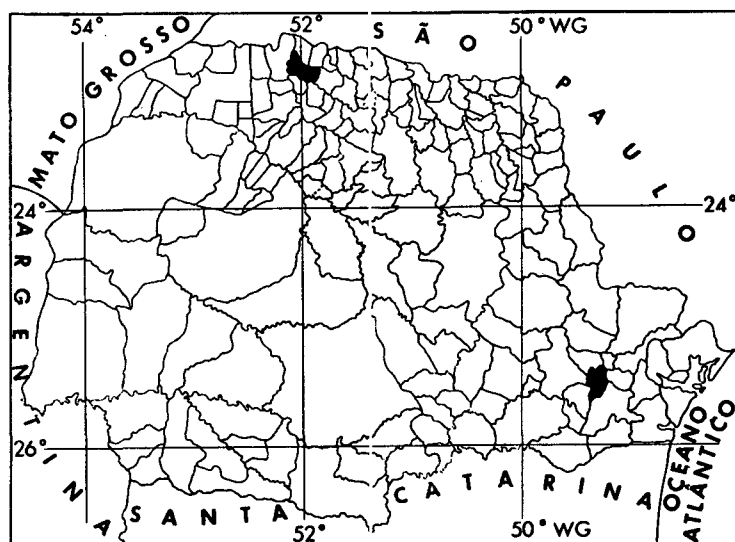
No decurso do período de 1949 a 1954, afluíram para o município inúmeras famílias. Para isso, muito contribuíram a fertilidade das terras, o clima saudável e a localização da futura cidade numa zona geoeconômica altamente privilegiada. Eram pessoas das mais diferentes profissões, e 70 por cento delas se dedicavam à agricultura.

Devido ao seu rápido desenvolvimento e ao espantoso progresso alcançado, o patrimônio de Colorado não tardou a tornar-se independente, adquirindo foros de cidade. Assim, pela Lei estadual n.º 253, de 2 de dezembro de 1954, surgiu a comuna de Colorado, com território desmembrado do município de Jaguapitã, passando a ser unidade administrativa autônoma.

No dia 10 de dezembro do mesmo ano, procedeu-se à sua instalação oficial, com a posse da primeira Câmara de Vereadores e do primeiro Prefeito eleito, que foi o Sr. Jerônimo Ribeiro.

Resultado da iniciativa particular, Colorado é um dos últimos municípios em que foi desdobrado o norte do Pa-

raná, por fôrça do seu dinamismo e progresso impressionante.

LOCALIZAÇÃO — O município de Colorado limita ao norte com Itaguajé e Santo Inácio; a oeste, com Paranacity; ao sul, com Santa Fé; e a leste, com Guaraci. Está situado na Zona Fisiográfica Norte. Suas coordenadas geográficas são: 22° 50' de latitude Sul e 51° 53' de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Possui o município, situado que se acha na Zona Fisiográfica do Norte, clima quente. As temperaturas são agradáveis durante os meses de abril a agôsto e bastante quentes, nos meses de setembro a março, quando chuvas abundantes são freqüentes.

ÁREA — Colorado mede 488 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — A população do município de Colorado, pelos resultados censitários de 1950, acha-se incluída na do de Jaguapitã, a cujo território pertencia como simples povoado.

Aglomerações urbanas — A cidade de Colorado constitui a única aglomeração urbana existente no município, com cêrca de 1 800 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Possuindo terras dotadas de alto teor de fertilidade (terras roxas) a cafeicultura. por êsse fato, veio a se constituir na maior atividade econômica do município. Para 1956, sua safra foi estimada em Cr$ 125 000 000,00. As culturas principais, segundo previsão, em Colorado, através dos seus respectivos valores são: feijão — Cr$ 4 353 600,00; milho — .... Cr$ 2 497 500,00; o algodão — Cr$ 2 035 800,00; o arroz — Cr$ 969 760,00; e o amendoim — Cr$ 153 450,00.

Dos 19 estabelecimentos industriais em atividade, 7 têm 5 ou mais operários; dedicam-se aos ramos "madeireiro" e " indústria alimentar'.

Sua exportação em 1956 atingiu a cifra de .... Cr$ 6 388 774,00 (interestadual).

COMÉRCIO E BANCOS — Possui o município 4 estabelecimentos atacadistas, 54 varejistas e uma agência bancária. A localidade mantém negócios principalmente com as seguintes cidades: Curitiba e Paranaguá, no Paraná; Presidente Prudente e Santos, em São Paulo. Dessas mesmas praças supre-se daquilo que necessita o município, ou de que não possui produção própria ou suficiente.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O meio de ligação e transporte de que dispõe o município, para contato com os demais da região, é o rodoviário, nas seguintes distâncias: Jaguapitã — 72 quilômetros; Santo Inácio — 26 quilômetros; Lobato — 28 quilômetros; e Presidente Prudente (SP) — 120 quilômetros.

Possui um regular campo de pouso. Por ser de recente criação, Colorado ainda não conta com uma agência postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Colorado conta, na época atual, com uma população urbana estimada em 1 800 habitantes, com acima de 315 edificações, das quais, 215 destinadas a fins residenciais. É servida por iluminação elétrica pública e domiciliária, esta última com 143 ligações. Existem, na cidade, 24 logradouros públicos: uma avenida, 22 ruas e uma praça.

No ano de 1956, foram registrados, na Prefeitura Municipal, 75 veículos motorizados, sendo 12 automóveis e 63 caminhões.

O comércio citadino é constituído de mais de 90 estabelecimentos, dos quais, 3 exploram o ramo atacadista. Há 5 bem montados e confortáveis hotéis, prestando os serviços de alimentação e pousada.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Sete profissionais: 3 médicos, 3 dentistas e 1 farmacêutico e dois estabelecimentos: a Casa de Saúde Colorado e 1 farmácia prestam assistência médico-sanitária e assistência médica em geral à população.

Ensino — Dez escolas de ensino primário fundamental comum funcionaram em 1956 no município, nas quais foi registrado um total de 922 alunos matriculados.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Funciona o Cine Gaúcha, com 50 lugares.

FINANÇAS PÚBLICAS —

ANO	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1956......	...	987	1 746	1 200	1 746

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — São religiosas as principais manifestações populares, tais como as celebrações das festas da Páscoa, de São João, do Natal e Ano Novo, tôdas muito animadas e assistidas com grande devoção, pela maioria da população municipal.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O topônimo "Colorado" foi dado pela emprêsa colonizadora e fundadora da atual cidade e município, presumindo-se tenha sido por influência do atual Estado de "Colorado", nos Estados Unidos da América do Norte. Seus habitantes são chamados "colorados". É distrito judiciário o têrmo subordinado

à comarca de 2.ª entrância de Jaguapitã. Possui um Juiz de Paz e um cartório do Registro Civil e Anexos.

Exerce o cargo de Prefeito Municipal o Sr. Jerônimo Ribeiro. Representam o poder legislativo na Câmara Municipal os seguintes vereadores: José Ulisses da Silva, José Medina, Orlando Valério, Aristides Rodrigues, José Consolter, Taho Tutunni, Francisco E. dos Santos, João Antônio Carmona e Arcílio Franquini.

CONGONHINHAS — PR

Mapa Municipal no 12.º Vol.

HISTÓRICO — O povoamento da região que hoje constitui o território do município de Congonhinhas data de 1854, quando, por determinação da Secretaria de Estado dos Negócios do Govêrno do Império, foi fundada, na região do Tibagi, a Colônia Militar do Jataí. Em 1859, ainda por iniciativa e determinação do Govêrno Imperial, criou-se o aldeamento de índios, com sede em São Jerônimo, cuja administração foi confiada ao célebre sertanista Joaquim Francisco Lopes. O objetivo de tal medida era atrair à civilização o gentio que vivia em grandes hordas nômades infestando a região dos atuais municípios de Jataìzinho, São Jerônimo da Serra, Curiúva e Congonhinhas.

A gleba em que se localizou o aldeamento de selvagens foi doada pelo Barão de Antonina.

O início do povoamento de Congonhinhas se deu no ano de 1926, quando José Domingues da Costa, José Carlos de Oliveira, Joaquim Luiz de Oliveira, João Canedo da Silva e a Sr.ª Eugenia Domingues da Costa, visando à formação de um patrimônio, fizeram doação à Mitra Diocesana de uma área de nove alqueires de terra. Nesse mesmo ano, os fundadores da povoação mandaram construir uma capela de madeira, que teve por padroeira Nossa Senhora Aparecida. A primeira missa foi celebrada pelo Padre Cirilo, titular da paróquia de Tibagi, no dia 20 de outubro de 1926, data em que foi inaugurada a capela.

Os primeiros comerciantes a se estabelecerem na povoação foram José da Costa e Jorge Fadel.

A denominação Congonhinhas foi devida à abundância da planta conhecida por êsse nome, existente na localidade. É o diminutivo de congonhas, por ser de porte e fôlhas menores, e que, segundo tradição, era muito empregada como erva-mate, principalmente, para o chimarrão dos primitivos habitantes.

Vista de um trecho da Rua São José

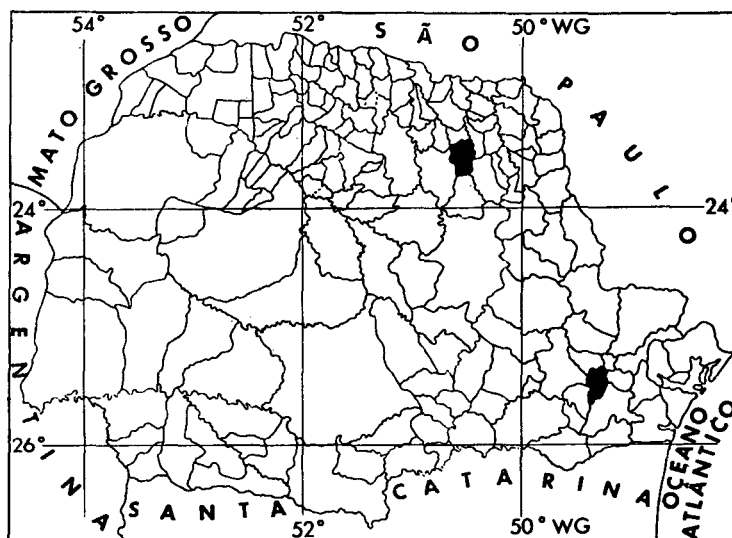
Em 1930 a freguesia foi elevada à categoria de distrito policial e, em 1934, à de distrito judicial do município de São Jerônimo.

Pelo Decreto-lei estadual n.º 7 573, de 20 de outubro de 1938, foi criado o distrito administrativo de Congonhinhas, pertencente, ainda, ao município de São Jerônimo.

A primeira farmácia da vila instalou-se em 1934 e pertencia ao Sr. Otávio da Silva Reis.

Por Decreto estadual de 20 de março de 1945, o distrito de Congonhinhas elevou-se a município, tendo sido seu primeiro Prefeito, nomeado por ato do então Interventor Federal no Paraná, Manoel Ribas, o Sr. Flávio Maria Sobrinho, o qual administrou o município até o fim do ano de 1945, sendo substituído pelo Dr. David Xavier da Silva, que foi também o primeiro médico a estabelecer-se na nova cidade.

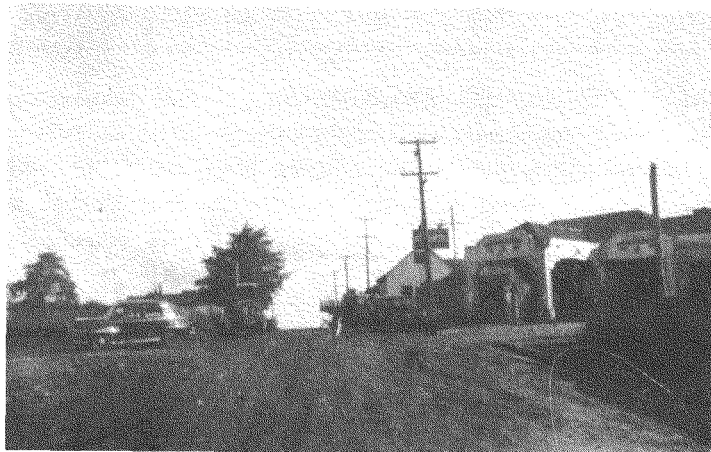
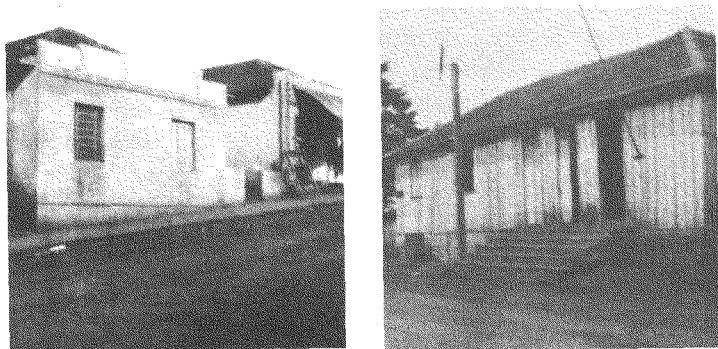
Depois de passarem pela Prefeitura diversos edis de livre nomeação do govêrno estadual, foi eleito Prefeito o Dr. David Xavier da Silva, nas eleições realizadas no dia 19 de janeiro de 1947.

LOCALIZAÇÃO — O município de Congonhinhas está situado na Zona Fisiográfica de Tibagi. A sua sede tem as seguintes coordenadas geográficas: 23° 33' de latitude Sul e 50° 34' de longitude Oeste de Greenwich. Está limitado ao norte pelo município de Nova Fátima; a oeste, pelo de São Jerônimo da Serra; ao sul, por Curiúva e Ibaiti; e a leste, por Ribeirão do Pinhal.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Atinge 839 metros, na sede municipal.

CLIMA — O clima de Congonhinhas é ameno e salubre. Fresco e agradável no inverno e um pouco quente no verão. As temperaturas médias observadas, no ano de 1956, foram de 26°C, a das máximas; 13°C a das mínimas e 19,5°C a compensada.

ÁREA — É de 588 quilômetros quadrados a área municipal.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os três rios mais importantes do município são rio Congonhinhas, rio Congonha Grande e rio Laranjinha. Nenhum dêles é navegável. A serra da Laranjinha ou do Divisor, com 880 metros de

Agência dos Correios e Telégrafos

Prédio onde funciona a Prefeitura Municipal

altitude e que divide o município em duas partes idênticas, é outro acidente geográfico digno de registro.

RIQUEZAS NATURAIS — A madeira, representada por peroba, cedro, cabreúva e pinho, é sua principal riqueza natural.

POPULAÇÃO — Ainda pelo Censo Geral de 1950, Congonhinhas, naquele ano distrito de São Jerônimo da Serra (ex-Araiporanga), contava uma população de 16 301 habitantes, sendo 8 534 homens e 7 767 mulheres. Nesse total estavam incluídos também os habitantes do atual município de Nova Fátima que então pertencia ao seu território como simples povoado. De 20 habitantes por quilômetro quadrado era a densidade demográfica; 88% da população recenseada estavam na zona rural.

Aglomerações urbanas — A cidade de Congonhinhas é a única aglomeração urbana do município, com 802 habitantes, na época do Censo de 1950, sendo 398 homens e 402 mulheres, assim distribuídos: *quadro urbano* — 712, 355 homens e 357 mulheres; *quadro suburbano* — 90, 43 homens e 47 mulheres. Estima-se a população atual da cidade em 2 300 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A atividade fundamental à economia do município é a agricultura, secundada pela pecuária e indústria extrativa vegetal.

Das suas culturas agrícolas, o café surge como a principal, vindo a seguir o algodão e cereais em geral. Sua produção, estimada para 1956, apresentou os seguintes valores: café — Cr$ 127 680 000,00; milho — .... Cr$ 21 315 000,00; arroz — Cr$ 18 864 000,00; feijão — Cr$ 16 698 800,00; algodão — Cr$ 2 145 000,00; batata-inglêsa — Cr$ 263 500,00; em menor escala a mandioca, a alfafa e o alho.

No ramo da pecuária, a suinocultura é bem desenvolvida, colaborando efetivamente para a economia municipal. Sua exportação apareceu na balança econômica com o valor de Cr$ 1 649 740,00.

A indústria, embora em fase primária, representa eficaz fonte de renda: dos seus 26 estabelecimentos industriais, 7 operam com 5 trabalhadores ou mais; atua principalmente nos ramos "madeireiro" (504 do total) e "indústria alimentar" (30% do total).

Em 1956 a sua exportação interestadual de produtos manufaturados rendeu Cr$ 6 875 540,00.

COMÉRCIO E BANCOS — Possui o município 201 estabelecimentos varejistas (sede e interior) e 6 atacadistas, além de uma Agência Bancária.

O comércio local mantém transação com as praças de Assaí, Londrina, Cornélio Procópio, Santo Antônio da Platina, Ribeirão do Pinhal e Santa Mariana, no Paraná; Ourinhos, Palmital e São Paulo no Estado de mesmo nome. Tais praças além de compradoras assinaladas dos produtos da região, por sua vez abastecem o município de tudo quanto necessita para o seu normal consumo.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é dotado de boas estradas de rodagem em tôdas as direções. Dista dos municípios limítrofes: Nova Fátima — 15 quilômetros; Ibaiti — 39 quilômetros; São Jerônimo da Serra — 25 quilômetros; Ribeirão do Pinhal — 36 quilômetros; Cornélio Procópio — 59 quilômetros; Capital Estadual — 362 quilômetros.

Na sede funciona um pôsto de entrega e coleta de correio do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Congonhinhas, com cêrca de 2 300 habitantes, possui 580 edificações, das quais 461 destinadas a fins residenciais. Há 18 logradouros públicos: 5 avenidas, 12 ruas e 1 praça. É servida de energia elétrica para a iluminação pública e domiciliar, esta com 149 ligações. Conta ainda a cidade com 2 hotéis. Em 1956, foram registrados, na Prefeitura Municipal, 55 veículos motorizados: 28 automóveis e 27 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Para a assistência médico-sanitária, o povo de Congonhinhas conta com 1 médico, 2 dentistas e 2 farmacêuticos. A assistência médica em geral é proporcionada à população pelo Pôsto de Higiene local. Funcionam na cidade 2 farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Prestam serviços de assistência social à infância, o Pôsto de Puericultura, da Legião Brasileira de Assistência, e o Pôsto de Higiene, à população em geral.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950 apontou para o município 13 382 pessoas de 5 anos e mais, sendo que dêsse total, 3 276 sabiam ler e escrever: 2 228 homens e 1 048 mulheres. A sede municipal contava 654 pessoas de 5 anos e mais, das quais 386 sabiam ler e escrever, sendo 226 homens e 160 mulheres.

Ensino — Havia 8 escolas primárias funcionando no município em 1956, onde foram matriculados 504 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Na cidade funciona o Cine Brasil, com 120 lugares, tendo levado a efeito, em 1956, 80 exibições cinematográficas, assistidas por um total de 3 670 pessoas.

FINANÇAS PÚBLICAS —

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950......	132	—	557	343	496
1951......	249	—	758	508	664
1952......	299	—	920	621	1 011
1953......	632	63	1 021	324	832
1954......	481	321	1 056	252	1 119
1955......	415	175	895	304	1 834
1956......	823	135	1 490	531	1 363

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — São religiosas as principais manifestações populares, como sejam: as festas de Nossa Senhora Aparecida, padroeira do município, realizada em 8 de setembro, do Divino Espírito Santo, na segunda quinzena de maio, e do Bom Jesus, a 6 de agôsto. Todos os festejos são bastantes animados e concorridos, movimentando a população de todo o município.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes são conhecidos pelo gentílico congonhinhenses. A origem do nome vem da erva denominada "congonha" (que substitui o mate) existente em abundância na região. A erva de fôlhas menores é a "congonhinha", daí a denominação do lugar. É sede e têrmo de distrito judiciário e possui um Juiz de Paz e um Oficial do Registro Civil.

Representam os podêres municipais as seguintes pessoas: Prefeito Municipal, o Sr. Setembrino P. Passos, e vereadores os Srs. Alceu S. Ribas, Odilon Caipla, Dorival Menezes Luz, Paulo Lanograft, Rubens Vaz Teixeira, José da Silva, Júlio Pedro Ferreira, José Domingues da Costa e Aparício Tiago Moreira.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

CONTENDA — PR

Mapa Municipal no 11.º Vol.

HISTÓRICO — Para se escrever algo sôbre a história do atual município de Contenda, torna-se necessário remontar aos primórdios da fundação do município da Lapa, a que pertenceu até há bem pouco tempo.

O povoamento da região onde seria mais tarde localizado o município da Lapa teve início em 1731, com a abertura da Estrada da Mata, que ligava o Paraná à Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, e que foi aberta por determinação do govêrno da Capitania de São Paulo.

Em vista do grande movimento de tropas que de Viamão demandavam as feiras de Sorocaba, o govêrno paulista criou, nessa estrada, um Registro para cobrança de pedágio do gado, o qual foi instalado à margem do rio Iguaçu. Mudada, mais tarde, a localização dêsse Registro, para um outro ponto onde os tropeiros faziam "pouso", no alto da Lapa, aos poucos foram sendo construídas habitações nos arredores, originando-se, daí, a atual cidade da Lapa, anteriormente conhecida pela denominação de Vila Nova do Príncipe.

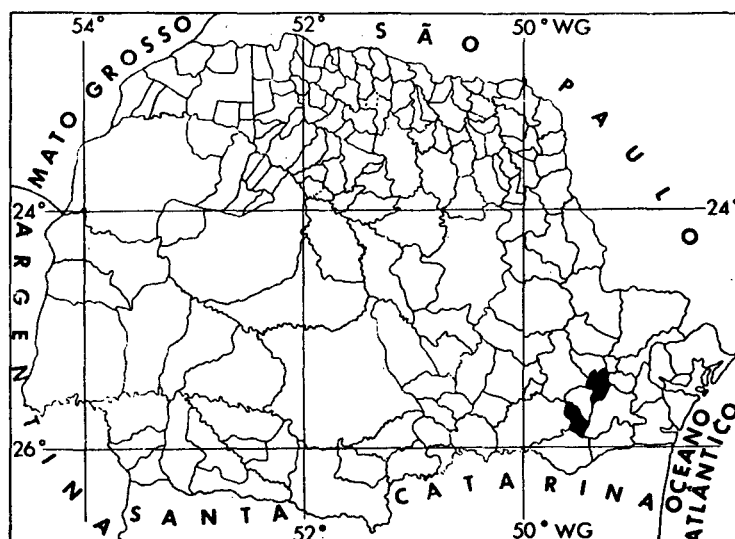
Por volta do ano de 1895, colonos alemães e poloneses, fundaram, a leste da cidade da Lapa, nas proximidades do rio Iguaçu, o núcleo colonial de Contenda, "grande empório da lavoura do município", no dizer de Romário Martins. Dedicando-se ao trabalho ordeiro e pacífico da agricultura, os colonos que fixaram residência na colônia de Contenda deram grande impulso ao seu progresso e a tôdas às suas atividades.

Algum tempo após a sua fundação, Contenda foi elevada à categoria de distrito administrativo do município da Lapa.

Em 1932, conforme assinala o historiador Romário Martins, o distrito de Contenda possuía 15 000 habitantes e "aspirava constituir-se município autônomo".

Finalmente, em virtude da Lei n.º 790, de 14 de novembro de 1951, foi elevado à categoria de município, desmembrado do território do município da Lapa. Sua instalação oficial deu-se a 14 de dezembro de 1952, data em que foi empossado o primeiro Prefeito Municipal, Senhor Estanislau Szcqypior, bem como a primeira Câmara de Vereadores.

Presume-se que a denominação do município tenha sido originada nas lutas de limites entre o Paraná e Santa Catarina, na célebre campanha conhecida pela designação de Contestado, na qual muitos filhos de Lapa tomaram parte ativa. Entretanto, não há elementos que confirmem a hipótese.

LOCALIZAÇÃO — O município de Contenda situa-se na Zona Fisiográfica do Planalto de Curitiba, e sua sede está na posição geográfica de coordenadas 25° 43' de latitude Sul e 40° 30' de longitude Oeste Greenwich. Limita ao norte com Araucária; a oeste, com a Lapa; ao sul, com Rio Negro; e a leste, com São José dos Pinhais.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — O município de Contenda, situado na Zona Sul, possui clima saudável e sêco. Frio no período hibernal, quando há freqüentes ocorrências de geadas; fresco e agradável no verão. As temperaturas médias registradas durante o ano de 1956 foram: 8°C, para a das mínimas; 18°C, a das máximas; e 13°C, a compensada.

ÁREA — Contenda tem uma área de 337 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Citam-se, dentre os acidentes geográficos, os rios da Várzea, do Poço, São João, das Antas, e Iguaçu.

POPULAÇÃO — Contava, pelo Recenseamento Geral de 1950, uma população de 14 127 habitantes, inclusive 5 590 pessoas recenseadas e cujas declarações não foram apuradas por extravio de material. Da população então existente, 91% se encontravam localizados na zona rural.

Aglomerações urbanas — Existem no município duas aglomerações urbanas: a cidade de Contenda e a vila de Areia

Branca. A cidade de Contenda, segundo os resultados do Censo de 1950, contava uma população de 775 habitantes, sendo 391 homens e 384 mulheres, assim distribuídos: *quadro urbano* — 609 (292 homens e 317 mulheres); *quadro suburbano* — 166 (99 homens e 67 mulheres).

Estimam-se, atualmente, em 950 habitantes, a população urbana da cidade de Contenda e em 550, a da sede distrital de Areia Branca.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A atividade fundamental à economia do município está assentada na agricultura. Entre as culturas agrícolas predominantes na região destacam-se (inclusive com a produção estimada para 1956): batata-inglêsa — Cr$ 12 984 000,00; trigo — ... Cr$ 10 800 000,00; centeio — Cr$ 6 000 000,00; milho — Cr$ 6 000 000,00; feijão — Cr$ 4 500 000,00; cevada — Cr$ 392 000,00; e em menor escala, a mandioca, a cebola e o alho. O município é considerado como um dos maiores produtores de batatinha e trigo, do Paraná.

A indústria colabora para a economia do município, representada pelos ramos "indústria de material agrícola", "fabrico de palhões", "indústria extrativa mineral e vegetal" e "indústria alimentar". Dos seus 24 estabelecimentos industriais, 10 ocupam 5 ou mais operários.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local está representado por 5 estabelecimentos atacadistas, 8 varejistas, coadjuvados por 2 agências bancárias que funcionam na sede. Mantém transação principalmente com as praças de Lapa, Araucária e Curitiba, para onde vende e despacha sua produção agrícola. Das cidades de Curitiba e São Paulo recebe os artigos e gêneros necessários ao seu consumo interno.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido pelas rodovias Curitiba—Rio Negro (Federal) e Curitiba—União da Vitória (Estadual). Liga-se aos municípios de: Araucária — 18 quilômetros; Lapa — 28 quilômetros; Campo Largo — 30 quilômetros; Rio Negro — 72 quilômetros; e Curitiba — 38 quilômetros.

Na sede funciona uma agência postal do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Contenda, com uma população urbana estimada em 950 habitantes, possui cêrca de 200 edificações, das quais, 186 se destinam a fins residenciais. É servida por energia elétrica para movimentação das indústrias e iluminação pública e particular, esta última com 142 ligações domiciliares. Existem, na cidade, 3 logradouros públicos, um dêles parcialmente pavimentado.

No ano de 1956, foram registrados, na Prefeitura Municipal, 33 automóveis e 154 caminhões. Conta a cidade um comércio bem desenvolvido nos ramos de secos e molhados, destacando-se o de armazenamento e exportação de cereais, notadamente de batata-inglêsa e trigo. Diversos bares e restaurantes ali funcionam.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Tem a população do município, a prestar-lhe assistência médico-sanitária em geral, 1 dentista e 1 farmacêutico, residentes na cidade, onde se encontra, também, 1 farmácia.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 mostrou a existência, na sede do então distrito de Contenda, de 648 pessoas de 5 anos e mais. Dêsse total, 444 sabiam ler e escrever, sendo 242 homens e 202 mulheres.

Ensino — O ensino primário fundamental comum foi ministrado no município, em 1956, através de 30 unidades escolares, em que estiveram matriculados 1 094 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existe na cidade uma associação cultural, dedicando-se à prática do futebol, basquetebol e volibol.

FINANÇAS PÚBLICAS —

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1953......	—	705	600	—	600
1954......	—	1 034	843	—	843
1955......	—	1 191	920	—	920
1956......	—	1 534	1 380	—	2 162

Observações: Não há Coletoria Federal no município.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Os folguedos juninos da tradição brasileira, têm sempre um significado todo especial no município de Contenda e constituem a maior manifestação popular, já que sua gente escolheu São João Batista para seu padroeiro. Assim, aliando-se às homenagens prestadas por ocasião dos festejos os folguedos típicos do São João, a tributação de fé ao padroeiro é sempre um espetáculo animado e concorrido pelos habitantes do município.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — As pessoas nascidas no município são conhecidas pela designação "contendenses". É desconhecida a origem do nome do município. Presume-se que tenha advindo da pendência antiga que existia entre o Paraná e Santa Catarina a respeito do "Contestado", litígio êste referente a limites.

É distrito judiciário subordinado à comarca de Lapa, município limítrofe. Na sede existe 1 Juiz de Paz e funciona um Cartório do Registro Civil e anexos. São as seguintes as autoridades do município: Prefeito, Sr. Andyr Moura Carvalho. Vereadores, Srs. Vitório Barbosa, Juvenal Pinto de Andrade, Carlito Rudek, Ademar Succuro, Pedro Mearcowicz, Estanislau Szcqypior, Francisco Filla, Francisco Socek e Carlos Baluarde Filho.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Paraná. Departamento Estadual de Estatística do Paraná. Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Paraná. *História do Paraná*. Romário Martins.

CORNÉLIO PROCÓPIO — PR

Mapa Municipal no 12.° Vol.

HISTÓRICO — Já disse alguém — e com tôda a propriedade — que a colonização do Norte do Paraná foi obra dos paulistas e que a região é uma espécie de prolongamento do território de São Paulo. É certo que a primazia na realização dessa tarefa não coube exclusivamente aos paulistas, mas aos mineiros, nortistas e nordestinos.

Vista parcial da Avenida XV de Novembro

Mas as primeiras incursões foram feitas por habitantes de São Paulo e pelos seus avoengos, através das célebres bandeiras que nos séculos XV e XVI abriram os primeiros caminhos de tropas, ligando Sorocaba, São Vicente e Cananéia à freguesia de Viamão, em São Pedro do Rio Grande do Sul. Já em 1530, quando a Côrte portuguêsa doou as Capitanias de São Vicente e Santo Amaro a Martim Afonso e seu irmão Pero Lopes de Souza, era conhecido o Caminho de Peabiru, que, de São Paulo conduzia a Viamão, atravessando em quase tôda a sua extensão o território da antiga província paraguaia de Guaíra.

No decurso dos anos e dos séculos os paulistas jamais abandonaram aquêle caminho histórico. Tropeiros e viajantes, inclusive viajantes célebres, perlustraram os nossos sertões, cruzando-os pelo Caminho de Peabiru, mais tarde denominado de São Tomé, pelos padres espanhóis da Companhia de Jesus.

Em 1853, quando se deu a emancipação política da Quinta Comarca de São Paulo, que passou a constituir a província do Paraná, a imensa região compreendida entre a bacia do Paranapanema, Iguaçu, e Paraná ficou isolada de São Paulo e da cultura agrícola sulina que se formava no planalto curitibano e na zona dos Campos Gerais, ao sul e ao ocidente da província recém-criada.

O desbravamento e colonização do Norte do Paraná, iniciados muitos anos depois, ensejou a que uma nova cultura, no amplo sentido sociológico, se formasse ali, com base no café e inteiramente diversa da cultura do sul iniciada em 1693 com a fundação da freguesia de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, no primeiro planalto paranaense. Uma outra região geo-econômica e sociològicamente diferente surgiria com o povoamento e colonização do Oeste do Paraná, ao longo das fronteiras do Paraguai e da Argentina.

As divisas geográficas e políticas criadas com a independência do Paraná, em nada obstou, entretanto, a que os paulistas prosseguissem na sua obra pioneira do desbravamento da região, da plantação do café e da fundação de centros populacionais, que seriam os responsáveis pelo êxito da cultura nascente, criada pelos fazendeiros paulistas na zona setentrional do Paraná.

A história regional consigna com letras de ouro a obra civilizadora e patriótica da Companhia de Terras Norte do Paraná, detentora de enorme trato de terras que lhe foi doado pelo govêrno do Estado, a quem cabe a responsabilidade pelo notável incremento dado à colonização e, consequentemente, à agricultura e à economia paranaense, a partir de 1929, quando se lançaram os alicerces da fundação de Londrina.

Contudo, a descoberta e povoamento do Norte do Paraná não foi obra daquela emprêsa territorial, mas de outros pioneiros mais antigos, datando êsse trabalho dos meados do século XIX, quando, por influência do Barão de Antonina, o govêrno Imperial criou a colônia militar do Jataí, de que se originou o atual município de Jataìzinho.

Foi, pois, em Jataí que se iniciou a cultura do café e em 1886 já existia ali importante cultura cafeeira. Outros núcleos coloniais surgiram, tais como São Jerônimo, Nova Dantzig e muitos outros.

Fazendeiros e homens destemidos, procedentes de São Paulo, em tôdas as épocas, fixaram-se nos mais diferentes pontos do Norte do Paraná, onde possuíam grandes áreas de terras, obtidas por compra, doação ou herança.

O município de Cornélio Procópio, situado quase nos limites do Paraná com o Estado de São Paulo, às margens do Paranapanema, fundado em 1926, como diversos outros centros urbanos de alta significação social e econômica, é obra dos "bandeirantes" paulistas do século XX. Sua origem data de um loteamento de cinco mil alqueires de terras, feito em 1924, por um paulista. Em 1920, o coronel Cornélio Procópio, residente em Ribeirão Prêto, Estado de São Paulo, era proprietário de uma gleba de cinco mil alqueires de terras situados no local onde hoje se localiza o município de Cornélio Procópio.

No ano de 1924, mais ou menos, o coronel Cornélio Procópio fêz doação dessa gleba ao seu genro Dr. Francisco Junqueira, que resolveu dividi-la em lotes ou "datas", para serem vendidas preferencialmente a agricultores paulistas. Os trabalhos de loteamento foram concluídos em 1926. Assim, a fundação do município de Cornélio Procópio é anterior à de Londrina, em cuja região fisiográfica está situada.

Decorrente da iniciativa do Dr. Francisco Junqueira, que promoveu a divisão da gleba em "datas", facilitando a aquisição das mesmas, a região foi povoada com extraordinária rapidez, principalmente, por colonos vindos de São Paulo, que para ali afluíram, levados pela fertilidade das terras e pelo interêsse de plantar café, uma vez que em São Paulo os terrenos já se tornavam de mais difícil aquisição ou estavam sáfaros e esgotados.

Até o ano de 1928 os cinco mil alqueires que constituíam a área do futuro município de Cornélio Procópio ainda se encontravam cobertos por intensa vegetação de mata virgem, inteiramente inexplorados. Os primeiros colonos ali estabelecidos iniciaram as comunicações com outros centros populosos do Norte do Paraná, através de picadas abertas no sertão, iniciando desde logo o comércio com outras localidades, negociando os produtos próprios da região, muitos dos quais eram trocados por gêneros de primeira necessidade. O transporte era feito em cargueiros, através de picadas, rompidas em plena floresta virgem. Negociantes e viajores cruzavam o território do município

em demanda das cidades de Congonhinhas e Araiporanga ou São Jerônimo da Serra.

Em 1929, com a aproximação dos trabalhos de construção da Estrada de Ferro São Paulo—Paraná, começou novo afluxo migratório de São Paulo e Minas Gerais. Em 1931, quando foi inaugurada a Estação Ferroviária Cornélio Procópio, em homenagem ao coronel Cornélio Procópio, a localidade era um povoado regularmente habitado e com tendência a crescer progressivamente.

Atendendo a reivindicações de um grupo de moradores do novo e florescente povoado, o govêrno do Estado do Paraná criou em julho de 1931 o distrito judiciário de Cornélio Procópio, tendo sido nomeado escrivão de paz o Sr. João Batista Ramos.

A medida contribuiu para incrementar o progresso da região que, sendo Estação Ferroviária e distrito judiciário, contava com outras vantagens e possibilidades indispensáveis ao seu desenvolvimento. Até o ano de 1937, Cornélio Procópio ficou integrando o município de Bandeirantes, como distrito judiciário, quando nasceu a idéia de emancipação político-administrativa.

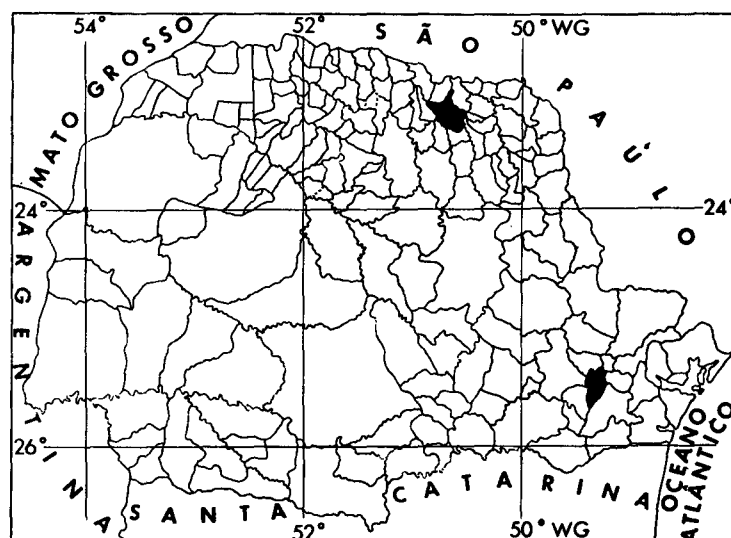
Para tanto, uma plêiade de homens dinâmicos e progressistas, intimamente ligados à estruturação da futura cidade, resolveu dar corpo à idéia de emancipação, endereçando importante memorial ao então Interventor Federal no Paraná, Manoel Ribas, pleiteando a criação do município de Cornélio Procópio. O memorial estava assinado por Júlio Mariucci, Francisco Lacerda Júnior, Augusto Sicolli, Dr. Oscar Dantas, Dr. Roberto da Rocha Leão, Vitorino Gomes, Alfeu Biagi, Francisco G. Sotto Maior, além de vários outros nomes de projeção na localidade.

Coroada de pleno êxito a iniciativa dêsses pioneiros, o govêrno do Estado, pelos Decretos números 6 212 e 6 213, ambos de 18 de janeiro de 1938, criava o município e a comarca de Cornélio Procópio.

A instalação da sede do município foi realizada em sessão solene, a 15 de fevereiro de 1938, sendo empossados: o primeiro Prefeito Municipal, Francisco Lacerda Júnior; Juiz de Direito, Dr. Antônio Baltar Júnior; Promotor Público, Dr. Estêvão dos Santos; e Delegado Regional de Polícia, Sr. Luiz dos Santos.

Em virtude da criação da comarca, foram transferidos para Cornélio Procópio os cartórios existentes na extinta comarca de Jataí, sendo nomeados os Srs. Gastão Vieira de Alencar e João Cabral de Medeiros, respectivamente, para os Cartórios do Registro de Imóveis e Hipotecas e Tabelionato de Notas e Escrivão do Júri.

Estava, assim concretizado o velho sonho de um grupo de "Bandeirantes" modernos, à cuja frente se encontrava o Dr. Francisco Junqueira, pioneiro da fundação de Cornélio Procópio.

LOCALIZAÇÃO — A sede municipal tem as seguintes coordenadas geográficas: 23° 10' 29" de latitude Sul e 53° 38' 49" de longitude Oeste de Greenwich. A comuna está situada na Zona Fisiográfica do Norte. Limita ao norte com o município de Leópolis; a oeste, com Uraí; ao sul com Nova Fátima; e a leste, com Santa Mariana e Santa Amélia.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 652 metros na sede municipal.

CLIMA — No inverno apresenta uma temperatura amena e agradável e no verão, bastante quente. O clima é sêco e muito saudável. As temperaturas médias registradas, em 1956, foram de 26,4°C para as máximas, 15,5°C para as mínimas e 20,9°C para a compensada.

ÁREA — É de 667 quilômetros quadrados a área municipal.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Possui dois rios com certa importância: rio Congonhas e Laranjinha, ambos não navegáveis. São encontrados, ainda, alguns ribeiros, como: dos Veados, São Luiz, Tangará, Arapuá, Prêto, e outros de menor significação.

POPULAÇÃO — O município de Cornélio Procópio contava, por ocasião do Recenseamento Geral do Brasil, 56 394 habitantes, sendo 29 375 homens e 27 019 mulheres. Segundo a *côr* — 42 538 brancos, 7 786 pardos, 4 263 pretos e 1 707 amarelos; o *estado civil* (de 15 anos e mais) — 8 411 solteiros, 19 865 casados, 1 207 viúvos e 31 desquitados; a *nacionalidade* — 1 538 estrangeiros e 342 brasileiros naturalizados; a *religião* — 51 137 católicos apostólicos romanos e 5 257 de outras religiões.

Aglomerações urbanas — Duas aglomerações urbanas existem no município, a da cidade de Cornélio Procópio e a da vila de Congonhas.

A cidade de Cornélio Procópio contava, na época do Recenseamento Geral do Brasil, uma população de 8 664 habitantes, sendo 4 285 homens e 4 375 mulheres, assim distribuídos: *quadro urbano* — 8 228 homens e 4 153 mulheres; *quadro suburbano* — 434, 212 homens e 222 mulheres. A vila de Congonhas contava, também, naquela ocasião, 726 habitantes, sendo 383 homens e 343 mulheres, todos localizados na zona urbana.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Na agricultura se baseia a economia do município, sendo o cultivo do café em primeiro lugar e o de cereais a seguir. Segundo estimativa para 1956, sua produção era: café — Cr$ 125 000 000,00; feijão — Cr$ 46 200,00; milho — Cr$ 40 950 000,00; algo-

dão — Cr$ 10 640 000,00; e arroz — Cr$ 2 772 000,00. Sua safra de laranja para 1956 estava prevista em ...... Cr$ 1 088 000,00.

A suinocultura contribui modestamente para a economia municipal.

De seus habitantes, 414 das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) estão ocupadas no ramo "agricultura, suinocultura e silvicultura".

A indústria completa as atividades econômicas do município; em 1955 valia 502 milhões de cruzeiros (ocupava 467 pessoas econômicamente ativas) e funcionava no ramo principal, ou seja, o de "produtos alimentícios" (86% do total). Dos seus 95 estabelecimentos industriais, 17 possuíam 5 operários ou mais em exercício.

A exportação (interestadual) em 1956 foi da ordem de Cr$ 291 985 112,00.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local está representado por 316 estabelecimentos varejistas e 8 atacadistas, bem coadjuvados pelas suas 13 agências bancárias. A produção exportável é absorvida na quase totalidade pelo Estado de São Paulo, principalmente a sua Capital, donde o município importa os gêneros e artigos de que necessita para o seu consumo normal.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por estradas de rodagem, ferrovia (R.V.P.S.C.) e transporte aéreo (emprêsas comerciais de transporte aéreo). Possui um aeroporto de bom aspecto.

Está separado dos municípios limítrofes pelas seguintes distâncias. Santa Mariana — 14 quilômetros; Uraí — 29 quilômetros; Leópolis — 21 quilômetros; Nova Fátima — 38 quilômetros; Santa Amélia — 37 quilômetros; Ribeirão do Pinhal — 73 quilômetros; da Capital Estadual 664 quilômetros (via férrea).

No setor das comunicações rápidas possui: agência postal-radiotelegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos e postos radiotelegráficos das emprêsas aéreas que servem a cidade (Varig e Real-Aerovias-Nacional Sociedade Anônima).

Em sua sede está instalada uma estação radioemissora, a Rádio Sociedade Norte do Paraná Limitada.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Cornélio Procópio com cêrca de 15 000 habitantes possui mais de 4 000 edificações, das quais, 3 200 destinadas a fins residenciais; 72 logradouros públicos: 7 avenidas, 49 ruas, 13 travessas e 3 praças. Os principais logradouros são pavimentados com macadame betuminoso em um total de 48 000 metros quadrados. É servida por energia elétrica para as indústrias e para a iluminação pública e particular, contando com acima de 2 250 ligações. Beneficia-se com uma rêde de telefones urbano e suburbano. O serviço de água canalizada, com 20 118 metros de rêde distribuidora percorre 53 logradouros e abastece 987 prédios. Dispõe também de rêde de esgôto sanitário. Cornélio Procópio mantém regular comércio nos ramos atacadista e varejista. Importa e exporta todos os produtos, mormente cereais, mantendo intercâmbio mercantil com várias cidades do País. No café reside a base econômica do município. Existem na cidade 6 hotéis e 11 pensões.

No ano de 1956, foram registrados, na Prefeitura Municipal, 507 veículos motorizados: 295 automóveis e 312 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A população do município é muito bem servida no setor de assistência médico-sanitária e em geral, pois conta para tanto com 26 médicos, 13 dentistas e 4 farmacêuticos, residentes na cidade, onde funcionam também os seguintes estabelecimentos de saúde: Clínica Cirúrgica Dr. Amarante, Clínica Carazzai e Casa de Misericórdia (particulares); Pôsto Federal de Tracoma, Pôsto de Puericultura e Pôsto de Higiene, mantidos, respectivamente, pelo Ministério da Saúde, Legião Brasileira de Assistência em cooperação com Fundo Internacional de Socorro à Infância, e Govêrno do Estado. Funcionam 11 farmácias na cidade.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Há na cidade uma filial da Cooperativa Mista "XXVI de Outubro" Limitada, com sede no município paranaense de Ponta Grossa.

ALFABETIZAÇÃO — Pelos dados do Recenseamento de 1950, existiam no município 45 415 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 16 963 sabiam ler e escrever — 10 549 homens e 6 414 mulheres. Das 7 100 pessoas daquela idade existentes na sede municipal, 4 750 sabiam ler e escrever, sendo 2 653 homens e 2 097 mulheres.

Ensino — O número de escolas primárias em funcionamento no município, em 1956, foi de 47, com a matrícula de 3 856 alunos. Localizam-se na cidade 3 estabelecimentos de ensino extraprimário: o Ginásio Estadual "Castro Alves", com uma Escola Normal Secundária, anexa, a Escola Técnica de Comércio "Barão do Rio Branco" e o Curso Normal Regional "Dona Júlia Wanderley".

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — São quatro as associações culturais existentes no município, sendo 3 dedicadas à prática de esportes e uma, à encenações e representações teatrais. Na cidade funcionam 2 cinemas: o Cine São Luiz, com as seguintes características: 197 balcões e 496 cadeiras. O seu movimento em 1956 foi o seguinte: 2 espetáculos teatrais, 412 exibições cinematográficas e 5 espetáculos variados, a que estiveram presentes 179 033 pessoas; e o Cine Avenida, assim caracterizado: 365 balcões e 716 cadeiras, tendo realizado, em 1956, 435 sessões cinematográficas, com um total de 257 076 espectadores.

Na cidade circulam 2 jornais (semanais): "A Voz do Povo" e "A Cidade de Cornélio Procópio". Três são as tipografias. Os maiores veículos de cultura, porém, são a Rádio Sociedade Norte do Paraná, ZYR-5, transmitindo em 1 600 quilociclos, e a Biblioteca Pública Municipal, com 1 011 volumes de obras gerais.

FINANÇAS PÚBLICAS —

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950......	6 281	12 037	4 000	2 974	5 017
1951......	7 895	21 895	6 309	3 771	6 563
1952......	12 316	33 290	10 010	6 269	12 208
1953......	12 683	25 793	11 470	5 956	12 244
1954......	15 849	22 500	11 852	5 838	13 628
1955......	15 925	39 492	14 255	6 384	7 562
1956......	—	—	10 000	5 183	10 000

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — Manifestação popular de grande imponência é realizada no município, por ocasião da festa promovida em honra de Cristo Rei, padroeiro local. Os festejos começam nove dias antes do último domingo do mês de outubro, constando de concorrida novena, leilões, barracas, quermesses e procissão solene no dia da festa com bênção do Santíssimo Sacramento. Todo o povo de Cornélio Procópio acorre à sede municipal, pelo menos no último dia, e aí se entrega à mais viva demonstração de fé cristã. Por tradição comemora também o município, com raro brilhantismo, as festas de São João e Natal.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A denominação do município deve-se ao nome do "Coronel Cornélio Procópio", primeiro proprietário colonial das glebas da região onde hoje se localiza o município. As pessoas nascidas no município são chamadas "procopenses". Sua formação judiciária é a de comarca de 3.ª entrância, compreendendo os distritos de: Sede, Congonhas, Leópolis, Paranagi e Sertaneja. Leópolis e Sertaneja são limítrofes de Cornélio Procópio. Vários cartórios nas diferentes especialidades colaboram eficazmente com a administração da Justiça.

O Prefeito Municipal atual é o Sr. Dr. Reynaldo Carazzai: são vereadores os Srs. Francisco Beghin, José Antônio de Carvalho, Rosário Pitelli, Pedro Steiger, Marcílio Sengling, José de Alcântara, Damaso Adão Sotille, Italo Fioravanti, Samuel de Souza, Dr. Elias Daher, Hélio Ferreira de Moraes, Primo Brunini, Mozart de Oliveira Vallim, Wilson Ribeiro Dias, Dr. Oscar Virmond de Arruda, João Ataliba de Rezende e Dr. Rubens Sezinando Lisboa.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

CORONEL VIVIDA — PR

Mapa Municipal no 13.º Vol.

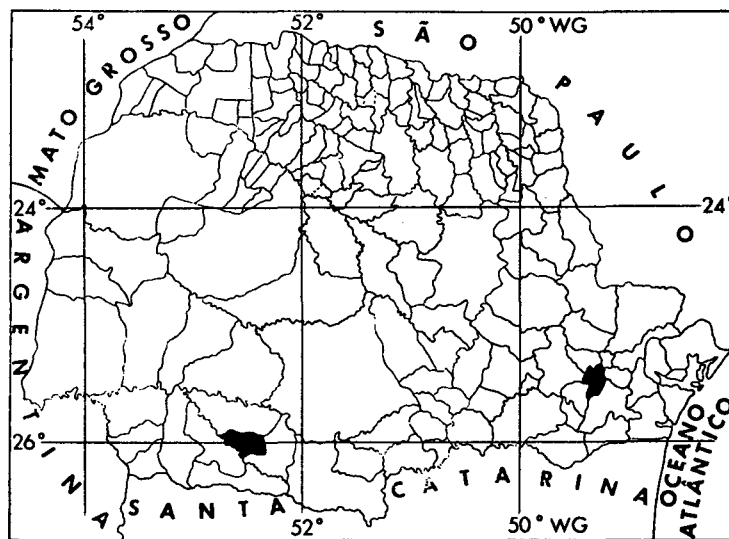
HISTÓRICO — A história do atual município de Coronel Vivida está ligada ao descobrimento dos Campos de Palmas, ato resultante da expedição que no século XVII partiu de Curitiba, sob o comando de Zacarias Dias Côrtes. Da descoberta da região conhecida por Campos de Palmas, resultou, muitos anos mais tarde, a fundação da freguesia de Palmas que daria origem aos atuais municípios de União da Vitória, Mangueirinha, Chopinzinho e Coronel Vivida. Todos êstes municípios pertenceram à extensa região também conhecida pela denominação de Campos dos Biturunas, situada entre as cabeceiras dos rios Uruguai e Iguaçu, de que se ocupou Varnhagen, ao traçar a sua *História Geral do Brasil,* baseado no roteiro de viagem do bandeirante Dias Côrtes.

O município foi criado pela Lei estadual n.º 253, de 2 de dezembro de 1954, tendo sido instalado em dezembro do ano seguinte. Antes dêsse ato, Coronel Vivida fazia parte do município de Mangueirinha.

Sua primitiva denominação foi Barro Prêto, mais tarde mudada para Coronel Vivida, em homenagem ao grande desbravador da região que, por longos anos prestou serviços aos municípios de Palmas, União da Vitória e Mangueirinha, destacando-se como político e administrador de escol; pertenceu à Guarda Nacional e ocupou o cargo de Prefeito de União da Vitória, mais ou menos em 1895, tendo prestado reais serviços à cultura, ao progresso e ao desenvolvimento daquele município.

O município de Coronel Vivida é uma das mais novas comunidades do Sudoeste do Paraná e representa o resultado do trabalho desenvolvido em mais de dois séculos de penetração da região dos Campos de Palmas, primeiro, pelas bandeiras e expedições de Guarapuava e Curitiba, e depois, pelos elementos pioneiros do desbravamento, cultura e povoamento de uma das maiores e mais extensas zonas do futuroso Estado do Paraná.

Em tão resumida notícia histórica não é possível focalizar, de per si, cada um dos verdadeiros batalhadores pelo desenvolvimento da região; pela abertura de caminhos que ofereceram os meios de comunicação com os centros mais antigos e civilizados; o lançamento dos primitivos alicerces que serviam de base à fundação de povoados, freguesias, vilas e cidades; e que, finalmente, traçaram e executaram as primeiras obras que tornaram possível a exploração racional das terras, a fixação do homem ao solo e o progresso da região.

LOCALIZAÇÃO — O município acha-se limitado ao norte pelo município de Chopinzinho; a oeste, por Pato Branco; ao sul e a leste, por Mangueirinha. Possui as coordenadas geográficas 26° 00' de latitude Sul e 52° 32' de longitude Oeste de Greenwich, situando-se na Zona Fisiográfica de Guarapuava.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — O município de Coronel Vivida está situado na zona abrangida pelo clima frio: fresco e agradável no verão e bastante frio no inverno. Há ocorrência de geadas constantes nas estações hibernais e, em alguns anos, neves espêssas são registradas. As temperaturas observadas no ano de 1956 foram de 25°C para a média das máximas, 10°C para a das mínimas e 17,5°C para a compensada.

ÁREA — É de 687 quilômetros quadrados a área municipal.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O principal acidente geográfico do município é o rio Chopim, nos limites com

o município de Pato Branco. Há vários córregos e ribeiros.

RIQUEZAS NATURAIS — O território do município é ainda o detentor de uma das maiores reservas florestais da região.

POPULAÇÃO — A população do município acha-se incluída na do de Mangueirinha, de cujo território fazia parte como simples povoado, na época do Censo de 1950.

Aglomeração urbana — A cidade de Coronel Vivida é a única aglomeração urbana existente no município. Conta atualmente cêrca de 1 000 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Em dois ramos distintos está assentada a economia municipal: agricultura e indústria extrativa vegetal.

A safra agrícola de 1956 estava assim prevista: feijão — Cr$ 3 735 000,00; trigo — Cr$ 1 911 000,00; centeio — Cr$ 478 800,00; cevada — Cr$ 311 850,00; amendoim — Cr$ 247 500,00; em menor escala o milho, a batata-inglêsa, a cebola e o arroz.

Devido às grandes reservas florestais existentes (pinho, cedro e imbuia), está se iniciando a indústria extrativa "madeireira" com amplas possibilidades econômicas para um futuro breve. A pecuária atende ao consumo interno que é modesto, por ser o município recém-criado.

COMÉRCIO E BANCOS — Estão desenvolvendo suas atividades normais 44 estabelecimentos de comércio varejista com que conta o município, na sede e interior.

Seus produtos agrícolas e industriais são consumidos pelos seguintes centros: Curitiba, Ponta Grossa, União da Vitória e Guarapuava, no Paraná; e São Paulo (capital). Nessas localidades o município se abastece daquilo que não produz e de que necessita para seu consumo habitual (produtos manufaturados, tecidos, ferragens, máquinas, combustíveis, etc.).

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O meio de transporte que serve o município é o rodoviário, estendendo-se por todo o interior e até os municípios limítrofes, dos quais está separado pelas seguintes distâncias: Chopinzinho — 24 quilômetros; Pato Branco — 42 quilômetros; Clevelândia — 92 quilômetros; Palmas — 141 quilômetros; União da Vitória — 290 quilômetros; São Mateus do Sul — 381 quilômetros; Capital Estadual — 528 quilômetros.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Coronel Vivida com 1 000 habitantes, aproximadamente, possui 14 logradouros públicos: 1 avenida, 12 ruas e 1 praça; 180 edificações, das quais, 195 destinadas a fins residenciais. Durante o ano de 1956 foram registrados, na Prefeitura Municipal, 28 veículos motorizados: 5 automóveis e 23 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Um dentista e 1 farmacêutico prestam assistência médico-sanitária à população do município. Há, também, na cidade, prestando assistência ao povo em geral, o Hospital São Roque, de propriedade particular. Funciona uma farmácia na sede municipal.

Ensino — Na cidade e no resto do município, em 1956, havia 19 unidades de ensino primário fundamental comum, com um total de 699 alunos matriculados.

FINANÇAS PÚBLICAS —

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1956 (1)...	632	...	427	427	1 520

(1) Orçamento — 1956: 1 491; 1957: 1 840.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — As principais manifestações religiosas levadas a efeito no município têm lugar por ocasião da Páscoa, do São João, do Natal e do Ano Novo, revestindo-se sempre de muita animação. Delas participa a quase totalidade dos moradores do município.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A atual designação representa uma homenagem a antigo morador e desbravador da região, o Coronel Vivida. Quem nasce no município é chamado geralmente de "vividense" ou "coronel-vividense". É distrito judiciário e têrmo subordinado à comarca de Pato Branco, município vizinho. Possui um Juiz de Paz e um Cartório do Registro Civil e Anexos.

Os podêres municipais estão assim representados: Prefeito, Sr. Paulino Stedille, e vereadores, Srs. Harry Müller, Beno Rockembach, Ernesto Stedille, Frederico Berger, Germano Stedille, Avelino Balliant, Leopoldo Alves dos Santos, Juventino Ruffato e Eledonino Basseti.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

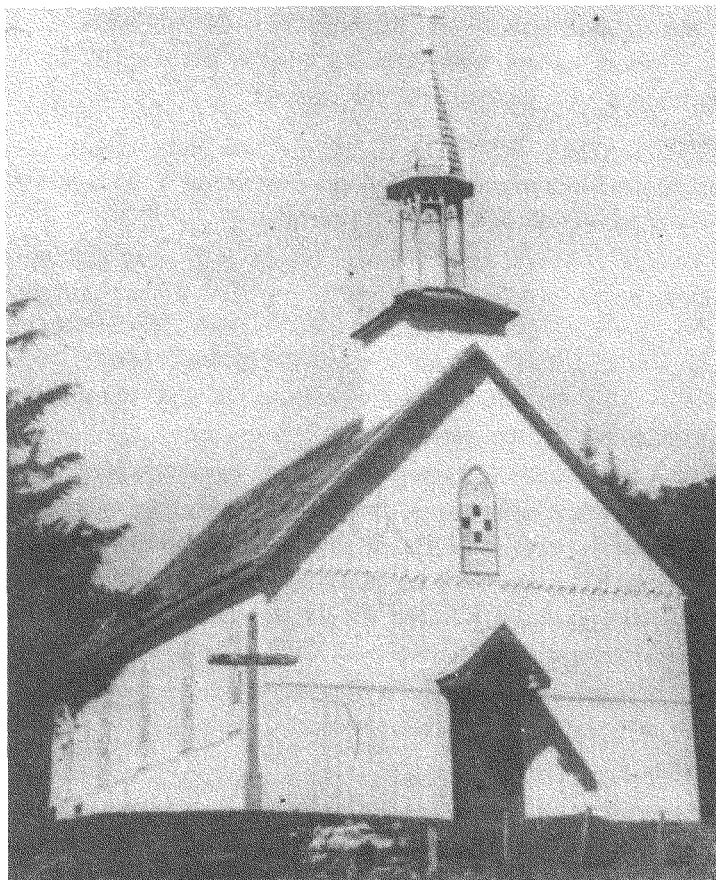
CRUZ MACHADO — PR

Mapa Municipal no 11.º Vol.

HISTÓRICO — As primeiras referências históricas do atual município de Cruz Machado prendem-se ao movimento bandeirante do século XVII, na sua tentativa de descobrir os sertões do Tibagi e os Campos Gerais, entrando em contacto direto com as hordas aborígines que dominavam soberanas a região que do planalto curitibano se estende para o ocidente até as fronteiras com a República Argentina e o Estado de Santa Catarina.

Em 1721, o sertanista Zacarias Dias Côrtes organizou e comandou uma expedição, atingiu os Campos de Palmas, ao sul do Iguaçu, tocando o norte do Uruguai, com o objetivo de descobrir as minas de ouro que diziam existir no morro do Ibituruna, onde as lendas da época situavam riquezas fabulosas.

A bandeira de Dias Côrtes descobriu e explorou as lavras de Inhangüera, das quais extraiu, sob juramento, devido na época, feito perante o Provedor das Minas, 1 000 oitavas de ouro, responsabilizando-se pelo pagamento dos quintos reais.

Os descobrimentos feitos por Zacarias Dias Côrtes tiveram grande repercussão, tendo mesmo chamado a aten-

Igreja-Matriz do Sagrado Coração de Jesus

ção da Capitania de São Paulo, cujo governador-geral Rodrigo Cezar de Menezes oficiou à Câmara Municipal de Curitiba determinando-lhe que exigisse de Dias Côrtes uma planta e um diário de percurso de sua bandeira. E tal determinação foi atendida, pois o historiador Adolfo Varnhagen tinha êsse roteiro das minas de Inhangüera, do qual transcreveu boa parte nos seus trabalhos de História do Brasil.

É dêsse roteiro a descrição citada por Varnhagen, segundo a qual, as terras ao norte dos Campos da Vacaria, "isto é, entre as cabeceiras do Uruguai e do Iguaçu, eram já muito conhecidas desde o século anterior, pelos mineiros de Curitiba, e por um antigo roteiro dêles (que consigo levava o sargento-mor Faria e que temos à vista) acêrca das minas de Inhanguera, haviam com tôda a certeza chegado ao pé do morro do Bituruna que vai afocinhar no Uruguai" que tinha um campo "ao pé mui grande, mui razo e com muitos butiás que dão muito e boa farinha e por baixo dos butiás ter muita herva mimosa".

Transcrevendo tais depoimentos, Romário Martins vai mais longe e dá uma descrição completa dos Campos Gerais, baseado no roteiro de viagem do expedicionário Dias Côrtes, que foi o primeiro civilizado ao pisar terras onde surgiria mais tarde o Entreposto de Nossa Senhora da Vitória, que deu origem à futura cidade de Pôrto União da Vitória, dividida, dois séculos depois, em duas cidades, em virtude do acôrdo de limites entre Paraná e Santa Catarina.

Muitos foram os pioneiros a explorarem a região, cabendo citar o sertanista coronel Amazonas Marondes de Araújo, "semeador de cidades" que estabeleceu a navegação fluvial no rio Iguaçu e fundou diversos núcleos coloniais, que deram origem às cidades ribeirinhas de União da Vitória, São Mateus do Sul e Pôrto Amazonas.

Em 1877 foi criada a freguesia de União da Vitória. Por Decreto estadual n.º 54, de 27 de março de 1890, foi criado o distrito de União da Vitória. Elevado à categoria de município, pelo mesmo diploma legal, foi desmembrado de Palmas e elevada a sua sede à categoria de cidade pela Lei estadual n.º 744, de 11 de março de 1908.

Outros povoados importantes e núcleos coloniais começaram a surgir no interior do município de Palmas, devido, principalmente, à política de colonização e imigração adotada pelo govêrno provincial a partir de 1829, quando chegaram ao Paraná as primeiras levas de imigrantes alemães.

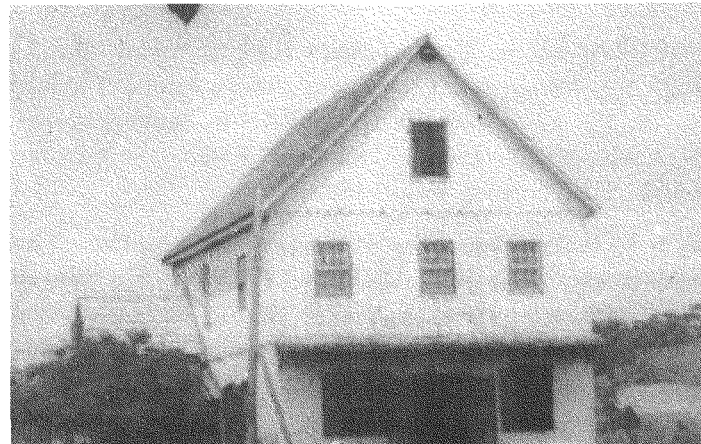
Em 1870 aportaram ao Paraná os primeiros imigrantes de nacionalidade polonesa, que se fixaram em diversos núcleos coloniais, na região sul da província. Cumpre notar, entretanto, que antes disso, já em 1853, procedente de Santa Catarina, aqui se fixara o primeiro elemento da etnia polonesa, Jeromin Durski, uma das mais notáveis figuras de imigrantes eslavos que o Paraná acolheu.

Mais tarde os colonos poloneses se irradiaram para diversos pontos do Paraná, fundando ou colaborando para a fundação das colônias de Dorizon, Mallet, Paulo Frontin, Cruz Machado e muitos outros núcleos coloniais, responsáveis pela fundação de importantes centros urbanos.

O atual município de Cruz Machado foi, assim, em princípio, um núcleo colonial organizado e fundado pelo Govêrno Federal, com o fim de aproveitar, colonizar e povoar grandes áreas de terras, até então inaproveitadas e que se prestavam admiràvelmente bem a diversos ramos da agricultura, principal fonte de riqueza e de aculturação de imigrantes europeus.

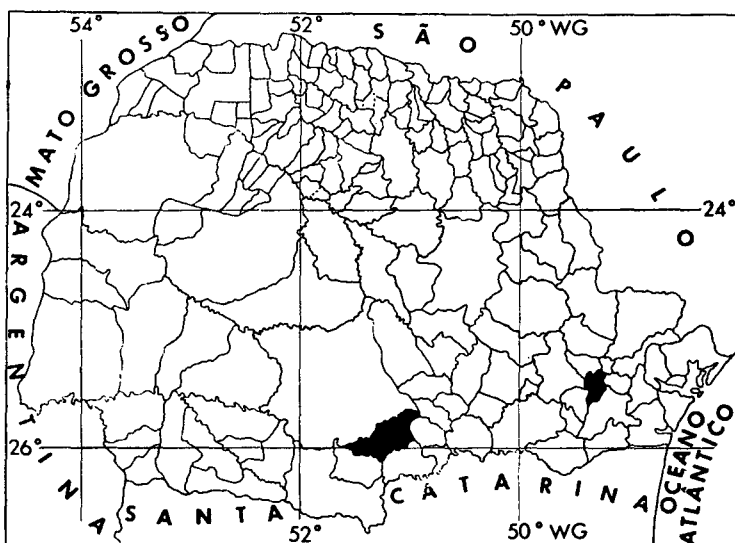
Assim, por iniciativa governamental, foi fundado a 19 de dezembro de 1910, o Núcleo Colonial Federal "Cruz Machado".

Pela Lei estadual n.º 1 735, de 22 de fevereiro de 1918, a colônia foi elevada à categoria de distrito judiciário do município de União da Vitória, isto é, dez anos após a fundação do Núcleo Colonial.

Em 1951, por fôrça da Lei estadual n.º 790, de 14 de novembro do mesmo ano, foi transformado em município autônomo, desmembrado de União da Vitória. A denominação do município constitui uma homenagem ao nome do Dr. Antônio Cândido da Cruz Machado, senador do Império, natural da cidade do Sêrro, em Minas Gerais, que era detentor do título nobiliárquico de Visconde do Sêrro

Prefeitura Municipal

e que, na ocasião da campanha para a independência da província do Paraná, desempenhou papel relevante, tendo-se colocado ao lado da causa paranaense.

LOCALIZAÇÃO — O município de Cruz Machado está situado na Zona Fisiográfica de Irati. Sua posição geográfica é determinada pelas coordenadas 26° 2' de latitude Sul e 51° 19' de longitude Oeste de Greenwich.

Limita ao norte com o município de Guarapuava; a oeste, com Bituruna; ao sul, com União da Vitória; e a leste, com Mallet.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 950 metros na sede municipal.

CLIMA — O município de Cruz Machado, situado em altitudes que variam de 900 a 1 000 metros, apresenta clima temperado. Frio durante o inverno, com ocorrência de geadas frequentes, e fresco, no verão. As temperaturas que se observam anualmente no município são de 26°C para a média das máximas, 8°C para a das mínimas e 17°C para a compensada.

ÁREA — Totaliza 1 415 quilômetros quadrados a área municipal.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Como principais citam-se os *rios*: Iguaçu, Palmeirinha, Palmital, da Areia, Sant'Ana e Guarani; os *saltos*: da Palmeirinha, do Sant'Ana, Grande e Encatilado.

RIQUEZAS NATURAIS — As reservas florestais da comuna são a sua principal riqueza natural.

POPULAÇÃO — Contava, pelo Recenseamento Geral de 1950, 14 488 habitantes, sendo 7 242 homens e 7 064 mulheres. De 17 habitantes por quilômetro quadrado era a densidade demográfica do município; 98% da população estava localizada na zona rural.

Aglomerações urbanas — Três aglomerações urbanas existem no município — a cidade de Cruz Machado e as vilas de Pinaré e Santana.

A cidade de Cruz Machado, em 1950, época do Recenseamento Geral do Brasil, simples vila do município de União da Vitória, contava uma população de 296 habitantes, sendo 163 homens e 143 mulheres, assim distribuídos: *quadro urbano* — 224, 125 homens e 99 mulheres; *quadro suburbano* — 82, 38 homens e 44 mulheres.

Pinaré possui uma população estimada de 100 habitantes e a vila de Santana, 80 pessoas.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Em dois ramos distintos se fundamenta a economia municipal: na agricultura e na indústria extrativa vegetal.

Nas culturas agrícolas os cereais estão em primeiro plano, e sua produção prevista para 1956 foi a seguinte: milho — Cr$ 24 840 000,00; feijão — Cr$ 16 303 500,00; trigo — Cr$ 7 475 360,00; arroz — Cr$ 4 881 600,00; centeio — Cr$ 961 000,00; batata-inglêsa — Cr$ 424 080,00; e outros em menor escala.

A indústria extrativa opera no ramo "madeireiro" (pinho, cedro, imbuia) e "ervateiro" (extração e beneficiamento da erva-mate). Dos seus 94 estabelecimentos industriais, 20 possuem 5 ou mais operários em atividade; é destacado, ainda, o número de estabelecimentos dedicados à "indústria alimentar", no município.

A suinocultura colabora também eficientemente para a economia municipal, sendo apreciável o valor de seu rebanho.

COMÉRCIO E BANCOS — A atividade comercial é desenvolvida pelos seus 10 estabelecimentos varejistas. Não funcionam estabelecimentos atacadistas, nem agências bancárias.

Seus produtos (agrícolas e industriais) são absorvidos pelas praças de União da Vitória, Ponta Grossa e Curitiba, no Paraná; São Paulo, no Estado do mesmo nome, onde adquire o suprimento necessário em gêneros e artigos que não produz, para o consumo habitual da população.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Apenas o transporte rodoviário serve a cidade e o município. Está separado dos congêneres limítrofes pelas seguintes distâncias: Guarapuava — 141 quilômetros; Marechal Mallet — 87 quilômetros; Bituruna — 74 quilômetros; União da Vitória — 54 quilômetros; Capital Estadual — 290 quilômetros. Possui a sede municipal uma agência postal do Departamento dos Correios e Telégrafos.

Não dispõe de campo de pouso nem aeroporto, para transporte aéreo.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Cruz Machado com cêrca de 400 habitantes, possui mais de 80 edificações, 20 logradouros públicos: 11 ruas, 4 travessas e 5 praças. É servida por energia elétrica para a iluminação pública e particular, com 57 ligações. Na cidade 4 hotéis prestam os serviços de hospedagem.

No ano de 1956, foram registrados na Prefeitura Municipal 51 veículos motorizados de tipos e marcas diversas: 2 automóveis e 49 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Residindo na cidade 1 dentista e 1 farmacêutico prestam assistência sanitária e em geral à população. A cidade dispõe de uma farmácia.

ALFABETIZAÇÃO — Os resultados do Censo de 1950 apontaram a existência, na sede do então distrito de Cruz Machado, de 247 pessoas de 5 anos e mais, das quais, 202

Vista de um trecho da Avenida Intendente Manoel Ribas

(82%) sabiam ler e escrever, sendo 113 homens e 89 mulheres.

Ensino — Funcionaram em 1956, no município, 51 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum, com a matrícula de 1 301 alunos.

FINANÇAS PÚBLICAS —

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1953......	423	80	789	286	780
1954......	470	110	884	303	635
1955......	496	164	1 119	457	906
1956......	812	41	1 300	...	...

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Marco de concreto, com placa de metal, onde se acham várias inscrições alusivas à instalação de energia elétrica. Foi construído pelo Govêrno Municipal e inaugurado em 21 de janeiro de 1951.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — No último domingo do mês de outubro, o povo de Cruz Machado promove a sua maior manifestação popular, tendo como objetivo homenagear a Cristo Rei, padroeiro do município. A maioria dos habitantes aflui à sede municipal e juntamente com a população citadina participam dos animados festejos então realizados.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O nome atual do município representa uma homenagem do Paraná ao Dr. Antônio Cândido da Cruz Machado, Senador do Império por Minas Gerais, e que se colocou ao lado dos paranaenses na luta pela emancipação da sua província.

Não existe uma designação gentílica própria para os habitantes do lugar. É distrito judiciário e têrmo subordinado à comarca de União da Vitória (3.ª entrância). Conta um Juiz de Paz e um Cartório do Registro Civil e Anexos.

Os podêres municipais estão assim representados: Prefeito Municipal, Sr. Antônio da Silva. Vereadores, Senhores Afonso Nadolny, Reinaldo Pelwka, Estanislau Oxust, Carlos Ermindo Rockembach, Arlindo Albino Matzembacher, Demétrio Storoz, Alexandre Prereima, Boleslau Sabata e Vicente Otto.

CRUZEIRO DO OESTE — PR

Mapa Municipal no 13.º Vol.

HISTÓRICO — Na relação das mais novas e florescentes comunidades em que vem sendo dividido e subdividido o território paranaense, alinha-se altaneiramente o município de Cruzeiro do Oeste. Situado na região ocidental do Estado, na mesopotâmia Paraná—Piquiri, Cruzeiro do Oeste constitui uma sentinela avançada nos lindes fronteiriços do Brasil com a República do Paraguai.

A área que compreende o território municipal foi percorrida pelos bandeirantes do século XVI em alguns de seus pontos mais acessíveis, desde as barrancas do rio Paraná até as margens do Piquiri, nas longas travessias do sertão realizadas por espanhóis, lusitanos e paulistas, a partir da segunda metade do século XV, quando apenas se conhecia o caminho pré-colombiano de Peabiru ou de São Tomé, em território da província paraguaia de Guaíra.

O território que hoje constitui o Estado do Paraná, a partir de 1530, quando o Brasil foi dividido em capitanias, pertenceu às donatarias de Martim Afonso de Souza e Pero Lopes de Souza, mais tarde conhecidas por Capitanias de São Vicente e Santo Amaro e, a partir de 1624, simplesmente São Vicente, após haverem constituído a Capitania de São Paulo.

Até o ano de 1617, o território de Guairá compreendia a região que do Paranapanema vai ao rio Iguaçu e, do rio Paraná ao Tibagi, já tinha a denominação de província e contava com as cidades de Guaíra e Vila Rica do Espírito Santo.

Os bandeirantes paulistas visitavam a região, que era assolada pelas suas incursões, capturavam índios e praticavam tôda uma série de atrocidades de que resultaria a destruição dos "pueblos" espanhóis, com o massacre de 1632, praticado pelas bandeiras de Manoel Preto e Raposo Tavares, quando as duas importantes cidades desaparecem totalmente do mapa da antiga província paraguaia de Guaíra.

Depois dêsses acontecimentos, que empaparam de sangue a terra agreste e dadivosa do sertão paranaense, no alvorecer de sua história, numa luta de vida e de morte entre os invasores ibéricos, cada qual mais ávido de ouro de sangue e de crimes, o silêncio voltou a reinar no seio da mata virgem e os bandeirantes paulistas iriam recomeçar o povoamento da terra. Mas a sua obra consistia em prear, perseguir, escravizar e dominar o gentio, pela fôrça e pelas armas, ao invés da obra pacifista e civilizadora empreendida pelos padres da Companhia de Jesus.

As pegadas impressas pelas bandeiras, nas suas múltiplas "entradas" na região, desde as lutas travadas com os castelhanos até a dominação completa, são o testemunho indelével, de onde brotaram, muitos anos mais tarde, os primeiros povoados, os patrimônios e aglomerados populacionais, ao longo dos rios Paranapanema, Pirapó, Ivaí, Piquiri e Paraná.

Batido por todos os lados, açulado intermitentemente pelos civilizados que devastavam o sertão na corrida insana em busca de ouro e pedras preciosas, o silvícola isolou-se, abandonou o seu habitat e emigrou para outras regiões mais distantes e mais pacíficas.

Rádio Difusora Cruzeiro d'Oeste

Surgiram então as primeiras "picadas" e os primeiros meios de comunicação entre os povos de São Paulo e do Rio Grande do Sul. E, quando, no Império, se tratou de incrementar a colonização e o povoamento do território, foram os caminhos fluviais e terrestres que serviram de meios de ligação entre os centros civilizados e a hinterlândia inexplorada, distante e desconhecida.

Mas a penetração e o aproveitamento efetivos das terras férteis e ubérrimas da vasta região ocidental do Paraná; a sua exploração comercial e divisão em pequenas datas; a fundação de centros urbanos, racionalmente planejados e executados, não são fenômenos de um passado longínquo, pertencem aos nossos dias.

Passado o ciclo do ouro e da mineração, superada a fase do nomadismo e das explorações seiscentistas, veio o período do trabalho permanente, da organização social e econômica, da dominação do solo e do seu aproveitamento. Decorridos mais de três séculos, a necessidade da formação de uma nova cultura, da fixação do homem à terra e de uma nova fase comercial, impuseram, como solução imediata, a formação de núcleos coloniais, de povoados, de cidades e de centros urbanos, nas zonas férteis e incultas do sertão.

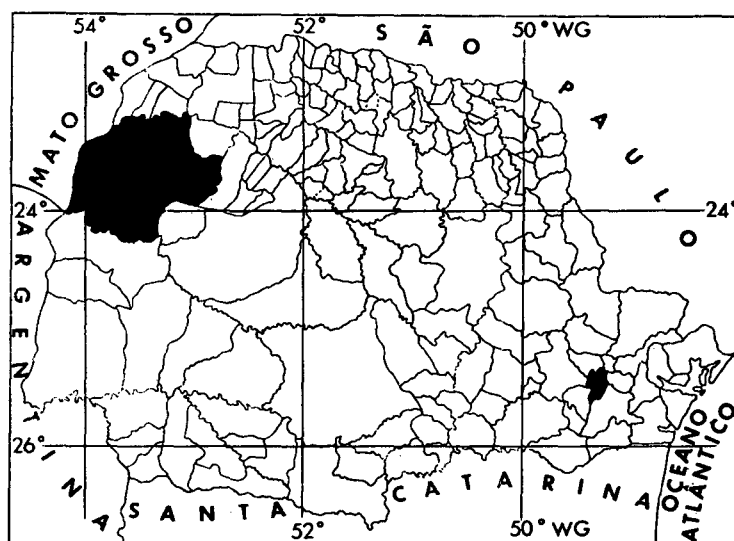
Cruzeiro do Oeste, como numerosas outras cidades surgidas da noite para o dia, no oeste, noroeste e sudoeste do Paraná, é uma cidade nova, construída com base num plano urbanístico adrede executado, com objetivo de dividir a terra, vendendo-a a pequenos proprietários que se fixaram desde logo no perímetro urbano ou na zona rural, dedicando-se à agricultura, ao comércio e à indústria.

Os fundadores de Cruzeiro do Oeste, chegados ali em 1947, foram Messias Francelino de Medeiros, guarda florestal do Departamento do Oeste, com sede na cidade de Laranjeiras do Sul; José Bogo, primeiro comerciante e hoteleiro da povoação; José Paulo da Silva, Laurindo Nunes de Oliveira, Joaquim José Ferreira, Aristides Mattes, Pedro Candinho, segundo comerciante a estabelecer-se na localidade; Juvenal Calixto, terceiro comerciante; Osvaldo Rodrigues do Amaral, Artur Teixeira.

Antes do estabelecimento dêsse grupo, já se encontravam na localidade os seguintes moradores: Américo Gonçalves de Oliveira, Sebastião Leonel, Sebastião Alves e o índio Vicente Guarani, descendente das primitivas tribos selvagens que, em remotíssimas eras, foram as naturais da região.

Com a criação do município de Peabiru, por fôrça da Lei estadual n.° 790, de 14 de novembro de 1951, desmembrado que fôra de Campo Mourão, Cruzeiro do Oeste foi elevado à categoria de distrito administrativo do novo município. Três anos depois, em virtude da Lei n.° 253, de 28 de novembro de 1954, era efetuado o desmembramento de Peabiru e elevado Cruzeiro do Oeste à categoria de município autônomo. Nessa época já o novo município contava, para sua formação administrativa, com sete povoados importantes que foram elevados, concomitantemente, à categoria de distritos administrativos. Tais localidades eram as seguintes: Iporã, Maria Helena, Pôrto Camargo, Saltinho do Oeste, Tuneira, Umuarama e Xambrê, compreendendo uma área total de 6 000 quilômetros quadrados.

O município de Cruzeiro do Oeste foi instalado a 17 de novembro de 1955, tendo assumido o cargo de Prefeito Municipal por eleição o Sr. Aparício Teixeira, ao mesmo passo que era instalada a Câmara Municipal, empossando-se os seus nove membros.

LOCALIZAÇÃO — A cidade de Cruzeiro do Oeste está situada na posição geográfica de 23° 47' de latitude Sul e 53° 5' de longitude Oeste de Greenwich, portanto na Zona Fisiográfica do Ivaí. Limita ao norte com os municípios de Querência do Norte, Santa Cruz do Monte Castelo e Santa Isabel do Ivaí; a oeste, com o Estado de Mato Grosso; ao sul, com Guaíra; e a leste, com Goioerê, Araruna e Rondon.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Alcança 580 metros na sede municipal.

CLIMA — O território abrangido pelo município de Cruzeiro do Oeste está situado na zona quente do Estado. O clima é ameno e agradável nas estações do inverno e quente nas do verão. As temperaturas observadas, no ano de 1956, foram para a média das máximas, 38°C; das mínimas, 15°C, e compensada, 26,5°C.

ÁREA — A área municipal é de 10 874 quilômetros quadrados.

RIQUEZAS NATURAIS — Dentre os vegetais temos cedro, peroba e palmito; e, dentre os minerais, argila para telhas e tijolos.

POPULAÇÃO — A população do município de Cruzeiro do Oeste, nos resultados censitários de 1950, acha-se incluída na de Foz do Iguaçu, de cujo território fazia parte naquela época, como simples povoado.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A atividade econômica predominante no município repousa na agricultura e suinocultura. As principais culturas agrícolas são (estimativa para 1956 do valor da produção): arroz — .... Cr$ 11 000 000,00; milho — Cr$ 7 800 000,00; algodão — Cr$ 4 896 000,00; feijão — Cr$ 1 250 000,00; trigo — ... Cr$ 432 000,00; em menor escala a batata-inglêsa, a batata-doce e a cebola.

Destaque à parte merecem as culturas permanentes do café e algodão e das frutas cítricas, cujo incremento se acentua aceleradamente, podendo-se prever, em futuro próximo, excelente produção que virá pesar sensìvelmente na balança das atividades econômicas do município. A suinocultura vem se desenvolvendo de forma bastante apreciável.

A indústria expande-se dia após dia e conta com cêrca de 68 estabelecimentos, sendo que 22 dêles ocupam 5 ou mais operários e os ramos de atividade industrial são: beneficiamento de cereais, extração e beneficiamento de madeira e produtos alimentares, destacando-se neste a industrialização do palmito.

O comércio de exportação de produtos de origem regional atingiu, em 1956, o valor de Cr$ 10 384 827,00.

COMÉRCIO E BANCOS — É cada vez mais acentuado o desenvolvimento das atividades comerciais do município, que conta 320 estabelecimentos varejistas, 6 atacadistas e 3 agências bancárias. Os produtos exportáveis destinam-se às localidades de Maringá, Apucarana, Londrina e Estado de São Paulo. Dêsses centros recebe as mercadorias e produtos manufaturados de que necessita para o seu consumo normal.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por estradas de rodagem que demandam tôdas as direções do seu território. O transporte coletivo e de carga na sua quase totalidade se faz por êsse meio.

Embora de criação recente, já possui Cruzeiro do Oeste um aeroporto, onde fazem escala diária táxis-aéreos de emprêsas particulares.

A estrada de ferro em construção — Apucarana—Guaíra — deverá atingir o município em futuro breve; tal acontecimento além de incrementar e estimular os seus meios de transporte, virá trazer novo surto de progresso à região.

No setor das comunicações rápidas dispõe o município de uma agência postal do Departamento dos Correios e Telégrafos; uma estação radiotelegráfica da chefatura de Polícia do Govêrno do Estado e uma Radioemissora particular.

Está separado dos demais municípios pelas seguintes distâncias: Campo Mourão — 117 quilômetros, Goioerê — 46 quilômetros; Guaíra — 180 quilômetros; Querência do Norte — 160 quilômetros, Santa Cruz do Monte Castelo — 180 quilômetros, Santa Isabel do Ivaí — 200 quilômetros, Paranavaí — 110 quilômetros, Rondon — 86 quilômetros e Cianorte — 56 quilômetros.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Cruzeiro do Oeste conta uma população de aproximadamente 10 000 habitantes. Possui 1 800 prédios, 30 logradouros públicos: 8 avenidas, 19 ruas e 3 praças. É servida de energia elétrica, dispondo de 2 pensões.

No ano de 1956, foram registrados 135 veículos motorizados: 7 automóveis, 70 caminhões, 15 camionetas e 43 jipes.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Quatro médicos, 6 dentistas e 6 farmacêuticos prestam assistência médico-sanitária à população e, bem assim, 2 hospitais: o Santa Maria e o São Vicente, e o Subposto de Higiene, mantido pelo Govêrno do Estado. Funcionam na cidade 6 farmácias.

Ensino — Em 1956, havia em todo o município 24 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum, com a matrícula de 1 883 alunos. Situa-se na cidade um Ginásio Estadual.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — O município possui uma associação cultural (lítero-recreativa) e um jornal, o Cruzeiro d'Oeste, que circula semanalmente. A cidade conta com uma estação radioemissora, de 50 watts na antena, freqüência de 1 550 quilociclos.

FINANÇAS PÚBLICAS —

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1956......	3 890	3 890	9 762	3 429	11 340

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — A padroeira do município é Nossa Senhora de Fátima, a quem o povo tributa carinhosa manifestação no dia 13 de maio, aniversário de sua aparição. É a festa por excelência dos católicos locais, alcançando sempre, com o correr dos anos, mais e mais brilhantismo. Tôda a cidade se engalana durante o transcorrer dessa majestosa parada de fé cristã, que tem o seu ponto alto na magnitude e imponência de que se reveste a procissão de encerramento. Outra festa de grande animação e concorrência é a de São Sebastião, que se verifica no dia 20 de janeiro, seguindo-se ainda outras manifestações religiosas, quando da passagem do São João e do Natal.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A sua denominação atual originou-se do fato de haver sido iniciado o primeiro povoado, que mais tarde iria dar margem à criação do município, à beira de uma encruzilhada de estradas de rodagem. Primitivamente conhecida por Cruzeiro, para diferenciá-la de outros povoados com êste nome, passaram seus fundadores a chamá-lo Cruzeiro do Oeste por situar-se no extremo oeste do Estado.

As pessoas nascidas no município recebem duas designações distintas, a saber: "cruzeirenses" e "cruz-do-estanos".

É distrito judiciário subordinado à comarca de Peabiru, município limítrofe. Conta com um Juiz de Paz e Cartório do Registro Civil e anexos.

É seu atual Prefeito Municipal o Senhor Aparício T. D'Ávila. São vereadores os Srs. Antônio Leite Vital, Nelson C. Barbosa, Antônio Vargas, Hirtiro Schima, João de Deus B. Filho, Alberto Carazai Filho, José Bastos de Oliveira, Joaquim Alencar F. Paiva e Sérgio Cardoso de Almeida.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

CRUZEIRO DO SUL — PR

Mapa Municipal no 12.º Vol.

HISTÓRICO — Malgrado a sua denominação, Cruzeiro do Sul, está localizado no Norte do Paraná, na fertilíssima região da terra roxa, onde a monocultura do café, num ciclo relativamente curto, conseguiu criar uma nova civilização.

A história de Cruzeiro do Sul, que é de ontem, liga-se à do município de Nova Esperança e, um pouco mais remotamente, à de Mandaguari que foi a "mater" prodigiosa de onde surgiram, em breves anos, nada menos de dez municípios autônomos.

Realmente, fundado o patrimônio de Mandaguari pela Companhia de Terras Norte do Paraná aproximadamente em 1940, três anos depois era elevado à categoria de distrito administrativo, integrando o município de Apucarana e com território desmembrado, em parte, do distrito de Rolândia do município do mesmo nome. A criação do distrito de Mandaguari se deu em virtude do Decreto-lei número 199, de 30 de dezembro de 1943.

Pela Lei estadual n.º 2, de 10 de outubro de 1947, Mandaguari foi elevado à categoria de município autônomo, com território desmembrado de Apucarana.

O acentuado progresso de Mandaguari, a partir de sua elevação a município, atingiu proporções extraordinárias, raramente observadas em qualquer parte do mundo, pois oito anos mais tarde, o município era desmembrado em nada menos de dez unidades municipais, inclusive o de Nova Esperança, que deu origem ao município de Cruzeiro do Sul.

Em junho de 1952 a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, antiga Companhia de Terras Norte do Paraná, iniciou a divisão em "datas" de uma grande área de terras de sua propriedade, com o fim de formar um patrimônio, no local onde hoje se encontra a sede municipal de Cruzeiro do Sul.

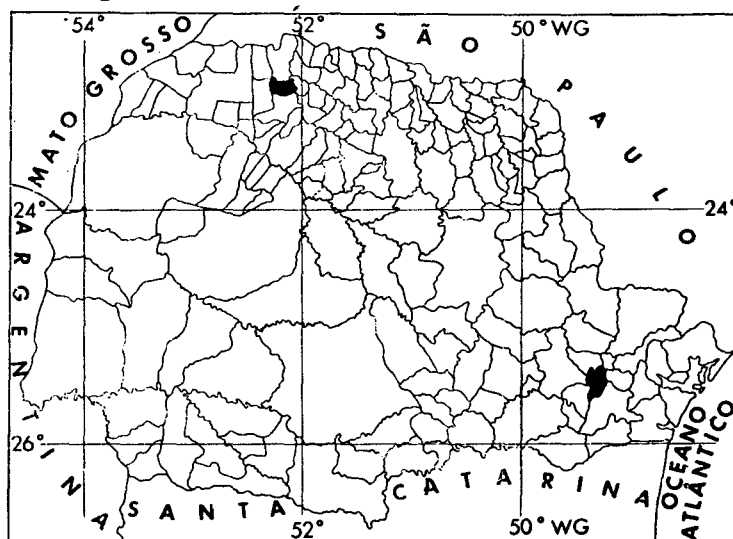
Feito o loteamento da gleba, a Companhia de Terras Norte do Paraná começou a vender "datas" a diversos interessados em estabelecer-se na localidade.

Os primeiros que se fixaram no patrimônio foram Alipio Gomes de Azevedo, Antonio Sarrão e Manoel Garrote, que promoveram as derrubadas iniciais e construíram os primeiros ranchos. Um mês depois de concluídas as primeiras obras, chegaram à localidade mais os Srs. Francisco Garcia Domingos, José Argentão, Jorge Cântele e diversos outros.

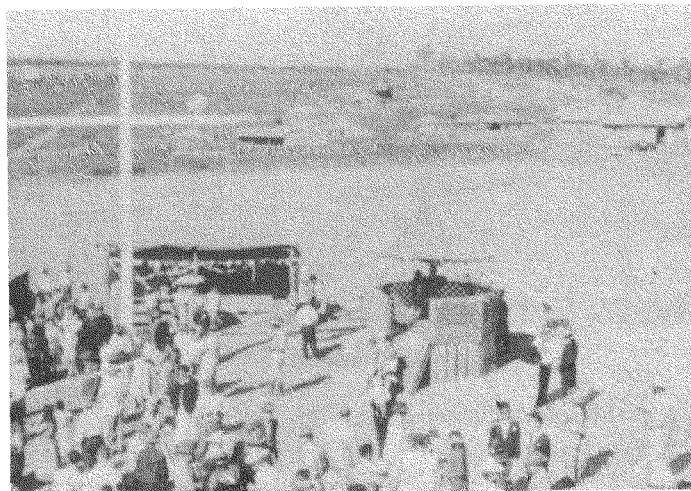
Igreja-Matriz de N. S.ª Aparecida

Êsse grupo de povoadores deu, em pouco tempo, notável progresso ao patrimônio. Tanto assim que dois anos após, por Lei de n.º 29, de 5 de maio de 1954, Cruzeiro do Sul foi elevado à categoria de distrito.

Um ano depois, pela Lei estadual n.º 2 548, de 26 de dezembro de 1955, o govêrno do Estado criou o município de Cruzeiro do Sul, desdobrado do território de Nova Esperança que, por sua vez, foi desmembrado de Mandaguari, uma das mais novas unidades municipais do Norte do Paraná.

LOCALIZAÇÃO — O município de Cruzeiro do Sul está situado na Zona Fisiográfica do Ivaí, tendo como limites ao norte Paranacity, a oeste Alto Paraná e São João do Caiuá, ao sul Nova Esperança e a leste Santa Fé. As coordenadas geográficas da sede são: 22° 58' de latitude Sul e 52° 07' de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 450 metros na sede municipal.

CLIMA — O município de Cruzeiro do Sul está localizado no setentrião paranaense em plena zona cafeeira. Possui clima quente e sêco. Durante o inverno conserva uma temperatura amena e no verão, bastante elevada, nada obstante as chuvas abundantes dêsse período. As temperatu-

Vista parcial de um trecho da cidade

ras médias observadas durante o ano de 1956 foram de 30°C para as máximas, 13°C para as mínimas e 22°C para a compensada.

ÁREA — A área municipal soma 268 quilômetros quadrados.

RIQUEZAS NATURAIS — A sua reserva em madeiras de lei constitui sua principal riqueza natural.

POPULAÇÃO — A população de Cruzeiro do Sul acha-se incluída na do município de Maringá, de cujo território fazia parte como simples povoado, em 1950, época do Recenseamento Geral.

Aglomeração urbana — A cidade de Cruzeiro do Sul é a única aglomeração urbana existente no município.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Situada em plena região das famosas terras roxas do Paraná, o município assenta sua principal atividade econômica na agricultura. Suas plantações, que são de feitio recente, deverão atingir o máximo rendimento em 1958.

A indústria, em fase latente, desenvolve atividades no ramo "extrativo vegetal" e no de "produtos alimentares"

Em 1956 sua exportação (interestadual) apresentou o valor de Cr$ 35 188 549,00, e o principal produto exportado foi o algodão com Cr$ 9 974 079,00.

COMÉRCIO E BANCOS — O movimento comercial de Cruzeiro do Sul é feito através de 100 estabelecimentos varejistas e 1 atacadista; 1 agência bancária acha-se instalada na sede. Realiza transações mercantis com as seguintes praças: Maringá, Nova Esperança e Londrina, no Paraná; Presidente Prudente e São Paulo, no Estado de mesmo nome, onde adquire em troca aquêles gêneros indispensáveis à subsistência e ao consumo do município, e produtos industrializados de que ainda não tem produção.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O meio de transporte comum no município é o rodoviário; boas estradas ligam-no às comunas limítrofes da região, das quais está separado pelas seguintes distâncias: Nova Esperança — 13 km; Paranacity — 1 km; São João do Caiuá — 13 km; Alto Paraná — 13 km; e Lobato — 15 km; da Capital Estadual dista 587 km.

Possui o município campo de pouso (1.200 m x 100 m) construído pela Prefeitura Municipal em 1956, dêle fazendo uso diário táxis-aéreos da região.

Ainda não possui pôsto ou agência postal do D.C.T.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Cruzeiro do Sul, com cêrca de 1 200 habitantes, possui 250 edificações e 15 logradouros públicos: 3 avenidas, 10 ruas e 2 praças. Tem um comércio bem movimentado, cujas transações crescem constantemente. No ano de 1956 foram registrados, na Prefeitura Municipal, 38 veículos motorizados: 13 automóveis e 25 caminhões. Acham-se, na cidade, 1 hotel e uma pensão.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Residem na sede do município, a cuja população prestam assistência, 2 médicos, 1 dentista e 2 farmacêuticos. Funcionam 2 farmácias na cidade.

Ensino — O ensino fundamental comum, no município, em 1956, era ministrado por 6 escolas primárias a um total de 375 alunos. Acha-se em funcionamento um Curso Normal Regional.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Encontra-se instalado em Cruzeiro do Sul o Cine Brasil, com capacidade para 150 espectadores.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1954......	—	526	—	—	—
1955......	—	4 782	—	—	—
1956......	—	...	—	—	—

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — O município realiza duas grandes manifestações populares: os festejos em honra de Nossa Senhora, durante todo o mês de maio, e a festa de São Judas Tadeu, padroeiro local, durante o mês de outubro. Ambas as festas são muito animadas e concorridas, atraindo tôda a população municipal.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A denominação do município foi dada pela Cia. de Terras Norte do Paraná Ltda. Seus habitantes são conhecidos pelo gentílico "cruzeirenses-do-sul". É sede de distrito judiciário subordinado à comarca de Nova Esperança (2.ª entrância), possuindo 1 Juiz de Paz e 1 Cartório do Registro Civil e anexos.

O Prefeito Municipal é o Sr. Jorge Duarte Cantele.

São Vereadores os Srs. Paulo Bertini, Luiz Junqueira da Silva, Antonio Revida Filho, Daniel Lopes Marques, José de O. Sobrinho, Ovidio Maia, Orlando K. Cavalcanti, Tadashi Shiwito e Pedro Cavalari.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

CURITIBA — PR

Mapa Municipal no 10.º Vol.

HISTÓRICO — Um dos principais objetivos do povo português ao lançar-se à tarefa do descobrimento de novas terras, cruzando os mares e circunavegando o globo terrestre, consistia em encontrar ouro e pedrarias preciosas.

À época do descobrimento do Brasil vigorava em Portugal e nos principais países da Europa o regime comercial denominado mercantilismo. Na vigência dêsse regime comercial o dinheiro e o ouro representavam riqueza com que Portugal, Espanha e muitas outras nações européias adquiriam as especiarias, produtos industriais e mercadorias que não possuíam e de que necessitavam para a sua própria sobrevivência.

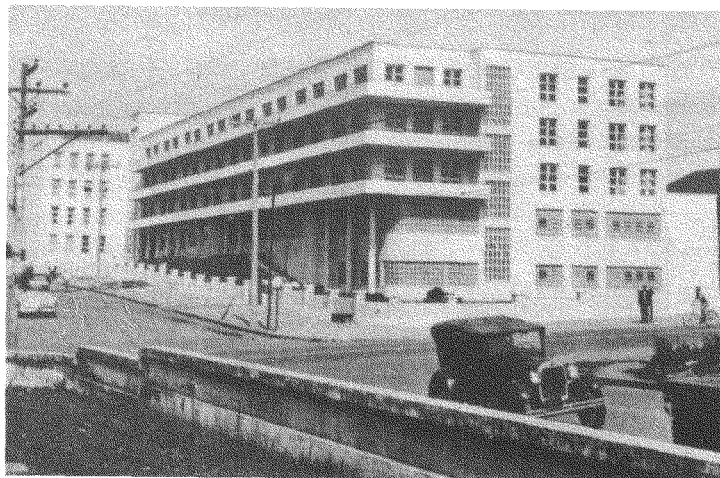
Ao descobrirem o Brasil os lusitanos não encontraram, de imediato, nem ouro nem pedras preciosas. Em vista disso o govêrno de Portugal resolveu arrendar o Brasil ao judeu-português Fernando de Noronha, que se dedicou a exploração do pau-brasil, sem se preocupar com as jazidas de ouro, de prata e de pedrarias preciosas existentes no território do país recém-descoberto.

Sòmente a partir de 1531, quando aportou a São Vicente, Martim Afonso de Souza, baseado em informações prestadas por Francisco de Chaves, português que se lhe apresentou em Cananéa, resolveu lançar ao interior brasileiro uma bandeira ou expedição em busca de ouro.

Em 1554, o Padre Anchieta, em carta escrita de São Paulo, anunciava, como que indo ao encontro do desejo lusitano: ..."agora finalmente, descobriu-se uma grande cópia de ouro e outros metais até aqui inteiramente desconhecidos, como afirmam todos".

Assim, ao longo do século XVI, todos viam ou supunham ver ouro nas terras do Brasil. Em 1578 Pizarro sonhou com a exploração de ouro em Paranaguá. Pedro de Almeida Peres Leme é de opinião que foi Afonso Sardinha o primeiro a encontrar ouro no Brasil, isso, em 1590. Afonso Sardinha teria encontrado ouro na serra de Jaguanimbaba (Mantiqueira), na de Jaraguá (têrmo da vila de São Paulo), na Ventura (têrmo da de Parnaíba) e na Ibiraçoaba (têrmo da de Sorocaba).

Todavia, ao invés de ter encontrado ouro, sabe-se que Afonso Sardinha explorou e fundiu ferro.

De qualquer maneira, nada indica que durante o século XVI os portuguêses houvessem encontrado e explorado minas ou jazidas de ouro em território brasileiro.

Hospital Militar

Estádio Durival de Brito

Ao despontar o século XVIII, a 15 de agôsto de 1603, o govêrno da metrópole expedia o primeiro Regimento das Terras Minerais do Brasil e fazia as primeiras concessões a descobridores de minas auríferas.

Posteriormente, por Alvará de 2 de janeiro de 1608, o govêrno português nomeava D. Francisco de Souza para o cargo de Governador e Capitão-general do Distrito do Sul do Brasil. que compreendia as capitanias do Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Vicente, com atribuições especiais a respeito das minas. Ao mesmo tempo eram nomeados seus auxiliares: um procurador, um tesoureiro, dois mineiros de prata, um mineiro de ouro de bêta, um ensaiador, um mineiro de pérola, um mineiro de esmeralda, um mineiro de salitre e dois mineiros de ferro.

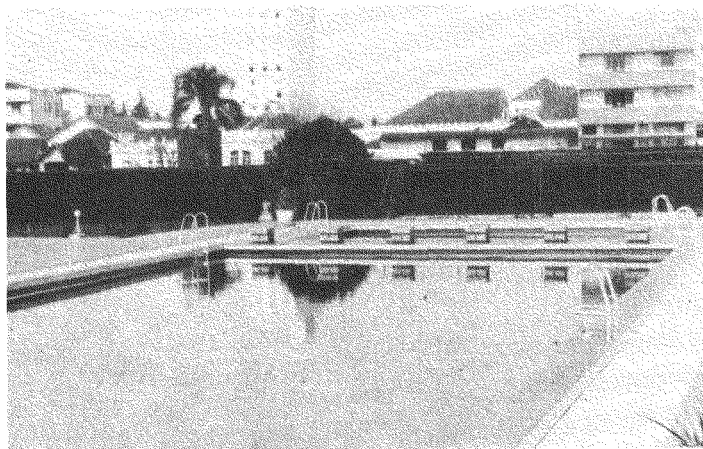
As minas, porém, não correspondiam às previsões e aos desejos da coroa portuguêsa. Tanto assim que a 8 de agôsto de 1618 um segundo Regimento de Terras Minerais era expedido pela metrópole, ampliando as disposições do Regimento de 1603.

Euzébio de Oliveira, citado por Romário Martins, diz: "Em virtude dessas novas concessões, as entradas se sucederam, contando-se, porém, os insucessos pelas tentativas feitas".

Os lusitanos, todavia, jamais esmoreceram na tarefa insana de pesquisar e caçar ouro, principalmente na região sul do Brasil. Assim, dentre as localidades onde primeiro surgiram notícias do descobrimento de minas de ouro e que maiores esperanças despertaram, figurou Paranaguá.

Gabriel de Lara, que chegara a Paranaguá em 1617, integrando a bandeira de Antônio Pedroso, sòmente em 1646 encontrou, nas encostas da Serra Negra, as lavras de Peruna ou Ibiteruna, comunicando o fato à Provedoria de São Paulo. Simultâneamente eram divulgados descobrimentos semelhantes em Iguape, Cananéa e nos sertões da Ribeira (Apiaí) e nos sertões do Açungui, compreendendo o sertão das Furnas e os campos de Curitiba.

"As duas zonas principais de penetração de mineradores e pesquisadores de minas — segundo Romário Martins — ao mesmo tempo ou com pequena diferença, foram as do vale do Ribeira de Iguape, compreendidos o Ribeirinha e o Açungui, suas principais nascentes; e no Cubatão, atual Nhundiaquara, onde, em 1653, já estavam assinaladas onze jazidas auríferas.

"Ambos êsses rumos eram tradicionalmente conhecidos. Pelo Ribeirão-Açungui, penetravam os bandeiran-

Piscina do Círculo Militar

tes nas regiões do Tibagi, Piquiri, Iguaçu e mais tarde Uruguai, desde os primeiros tempos de suas incursões caçadoras de índios".

Euzébio de Oliveira, em *Geologia e Recursos Minerais do Paraná*, assim descreve o trabalho dos mineradores:

"O processo de extinção de ouro com a "batéia" era o geralmente seguido; mas por vêzes desviavam temporàriamente o curso dos ribeiros e atacavam o leito descoberto retirando do fundo tanto minério quanto podiam".

Com o descobrimento das minas de Paranaguá, por Gabriel de Lara, em 1646, iniciou-se eficientemente o ciclo da mineração no Paraná e até mesmo na Colônia. Antes que a exploração se iniciasse regularmente, porém, o govêrno português, por intermédio do Governador Geral do Rio de Janeiro, nomeava Administrador e Provedor para o seu desenvolvimento, pesquisas de novas jazidas e defesa fiscal dos quintos reais.

Com êsse objetivo, em 1645-1647, Duarte Corrêa Vasqueanes, Governador Geral do Sul do Brasil, enviou a Eleodoro Ébano Pereira, como Entabolador e Administrador nos Distritos do Sul e o Provedor da Fazenda Real, Pedro de Souza Pereira a Mateus de Leão para seu delegado em Paranaguá, onde apenas haviam sido descobertas as primeiras minas, ignorando-se, ainda, se eram ou não produtivas.

Na zona do litoral foram notáveis, pelo menos em vista da esperança que despertaram, as minas de Peruna (Santa Fé), de Dom Jaime, as das serranias da baía dos Pinheiros e as que se localizavam às margens do rio Cubatão (Nhundiaquara).

Fora do litoral, na região do interior do Paraná, a área da exploração proveitosa da aluvião aurífera atingiu, principalmente, a vasta zona do Açungui, de Jaguariaíva do Tibagi e do planalto de Curitiba.

Foi então que, de Paranaguá, através da estrada do Cubatão, começaram a chegar aos campos de Curitiba os primeiros homens, as primeiras expedições ou bandeiras, que vinham à cata de ouro e das pedrarias preciosas.

Notícias de 1645 e 1647 informam que havia longas explorações das famosas lavras do Itaimbé (Açungui), talvez o início da caça ao ouro no Brasil, ao mesmo passo que nas minas da Ribeira de Iguape, a cuja bacia hidrográfica pertencia.

As três principais investigações sôbre as lavras do Itaimbé figuram entre as primeiras levadas a efeito nos distritos auríferos do sul do Brasil. A primeira, por Ébano Pereira, entre 1645 e 1647; a segunda, por Agostinho de Figueiredo, em 1670; e a terceira, por Don Rodrigo de Castello Branco, em 1679.

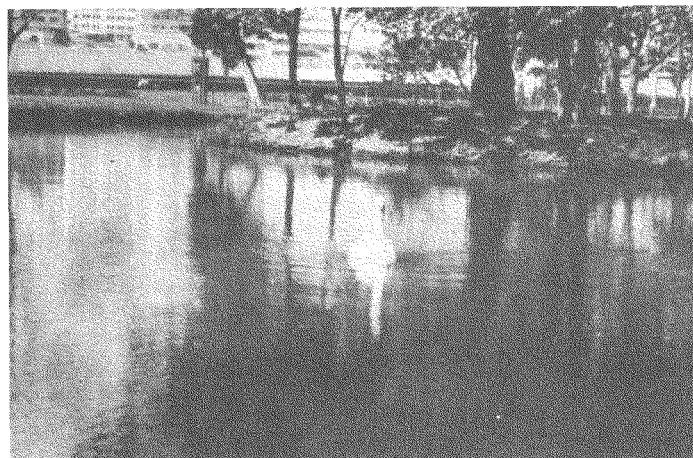
Ainda na região do Açungui (Campos de Curitiba) foram notáveis as minas de Nossa Senhora da Conceição, da Cachoeira e do Ribeirão, exploradas durante mais de 20 anos, por Salvador Jorge Velho e seu genro Antônio Pires de Campos, a partir de 1678 até 1699, quando entrou na sociedade seu irmão Simão Jorge Velho.

"Em São José dos Pinhais há vestígios de grandes trabalhos de mineração nas lavras de Saraiva, nas da serra que forma os vales dos rios Guaratubinha e da Prata. Em Lavrinhas, no sítio conhecido pela denominação de Fazendinha, em Campo Largo, há indícios de exploração de ouro em veeiro de quartzo; e em lugar incerto, ainda em 1712, o Capitão-mor João Rodrigues de França garimpava com grande sucesso.

"As minas do Arraial Grande (São José dos Pinhais) formadoras de um dos núcleos de origem do povoamento efetivo de Curitiba pelo grupo de Balthazar Carrasco dos Reis, poucos anos antes de 1661, ainda em 1741 eram satisfatòriamente exploradas pelos descendentes dêsse políada seiscentista, Gaspar Carrasco dos Reis e Balthazar Veloso da Silva e por Salvador de Albuquerque". (Romário Martins, *História do Paraná*.)

A primeira expedição oficial coordenadora dos serviços de exploração de minas de ouro nos Distritos do Sul (inclusive Curitiba) foi chefiada por Eleodoro Ébano Pereira, da qual fizeram parte seu filho Gibaldo Ébano Pereira, Sebastião Teixeira de Azevedo e outros.

Os Distritos do Sul, ao tempo em que aqui chegou a expedição de Eleodoro Ébano Pereira, se compunham dos distritos de Iguape, Cananéa e Paranaguá e dos distritos auríferos que lhe eram correspondentes, das minas da Ribeira e das do Açungui, no planalto de Curitiba.

Crônicas e documentos históricos, muito raros, pertinentes ao início do ciclo da exploração das minas de ouro de Paraná, atestam que Ébano Pereira desempenhou-se admiràvelmente, de suas funções. Movimentou os serviços de exploração das minas descobertas e promoveu o descobrimento de outras; organizou o trabalho e o arraialamento de garimpeiros, de forma a garantir a boa ordem dos serviços de exploração, assegurando aos grupos de mineradores o direito regimental às minas que descobrissem; dando, finalmente, diretrizes sociais e econômicas a um serviço

Passeio Público

que se ia iniciando desordenadamente, como era natural, em lugares até então fora das vistas de qualquer autoridade pública.

Graças ao êxito de sua administração e ao relêvo de sua atuação, como primeiro Administrador das Minas do Sul, Ébano Pereira é considerado o fundador de Iguape e Cananéa, apesar de tais localidades já serem vilas, no seu tempo.

Em Curitiba, não obstante já existirem moradores brancos, quando aqui chegou, foi Eleodoro Ébano Pereira quem realmente presidiu o advento social, preparando e conjugando os seus arraiais, estabelecendo entre êles a coesão e a ordem.

Ébano Pereira, que aportou aos campos de Curitiba em 1645, é o pioneiro do nosso povoamento e da nossa civilização. Foi a primeira autoridade em assuntos de descobrimentos, coordenação e mineração de ouro, sua fundição e cobrança dos quintos devidos ao Rei de Portugal.

Além do Mapa dos campos de Curitiba traçado pelo próprio Eleodoro Ébano Pereira, não há outro documento sôbre o povoamento inicial de Curitiba. Êsse mapa, descoberto pelo Dr. Moisés Marcondes na Biblioteca de Lisboa, foi publicado em "fac-simile" na obra de sua autoria "Contribuições para a História do Paraná".

De qualquer maneira, porém, é certo que muitos anos antes da vinda de Ébano Pereira, já aqui se encontravam numerosos moradores, pois o "Arraial de Curitiba", assinalado no mapa de sua autoria, já devia contar cêrca de 20 anos, àquela época.

O planalto curitibano era "terra de todos", de quantos nêle se estabeleciam para minerar ou para mascatear víveres com os garimpeiros. Antes de Ébano Pereira nenhuma autoridade havia visitado oficialmente a região, onde se localizava o "Arraial de Curitiba" e onde surgiria, muitos anos mais tarde, a grande e progressista cidade, que seria a Capital do Estado do Paraná.

A atuação de Eleodoro Ébano Pereira, na alvorada dos dias históricos dos distritos auríferos de Iguape, Paranaguá e Curitiba, confere-lhe o título de fundador da vila. Com relação a Curitiba, melhor do que às outras localidades se ajusta, em Ébano Pereira, a primacialidade dêsse título.

A expedição ou bandeira oficial movimentadora e coordenadora dos serviços de exploração das minas do sul foi conduzida por Ébano Pereira, por determinação de Duarte Corrêa Vasqueanes, Governador Geral do Rio de

Vista parcial da Praça Tiradentes, ao fundo a Catedral Municipal

Estação da Rêde Viação Paraná—Santa Catarina

Janeiro, entre os anos de 1645 e 1647 — conforme já foi dito — na época em que Vasqueanes governou, pela segunda vez, o sul do país.

Os distritos auríferos cuja administração foi confiada a Ébano Pereira e nos quais exerceu a sua missão oficial compunham-se de Iguape, Cananéa e Paranaguá, na costa; e nos sertões, correspondentes às regiões das minas da Ribeira, do Açungui de Cima, no então chamado sertão dos Pinhais.

Após a expedição comandada por Ébano Pereira, o Governador da Fazenda Real, atendendo aos interêsses da boa arrecadação dos quintos reais, criou, para efeito de fiscalização, postos fiscais em Iguape, Cananéa e Paranaguá. Para o cargo de provedor do pôsto de Paranaguá foi nomeado Mateus de Leão, por Provisão de 2 de abril de 1647.

As minas do planalto de Curitiba ficaram subordinadas à autoridade de Mateus de Leão, na Provedoria de Paranaguá.

Até o ano de 1649 Paranaguá contava com reduzido número de povoadores efetivos, mas já aspirava a sua elevação à categoria de vila, conduzida que era por indivíduos de "boa nota", dentre os quais se sobressaía Gabriel de Lara, que foi representante dos donatários da Capitania e cuja autoridade se estendia por "40 léguas da parte do sul", fidalgo de boa linhagem castelhana, e filho de Don Diogo Orodonez de Lara, morador em São Paulo, e que teve papel proeminente na fundação e povoamento de Curitiba.

Os bandeirantes conheceram desde os tempos primitivos, quando de suas arrojadas excursões de assalto aos índios ao ocidente da serra do Mar, o caminho pré-cabralino que, em território paranaense percorria o vale do Açungui em demanda do Tibagi, por onde várias das suas bandeiras penetraram no território da antiga província espanhola de Guaíra.

Essas veredas pré-cabralinas precederam as que do litoral de Paranaguá vinham ter ao planalto através da serra do Mar. As do sul da Ribeira foram, por certo, as únicas percorridas pelos bandeirantes dos dois ciclos de penetração do interior do continente: o da caça ao aborígene e o da primeira fase da mineração aurífera.

Estas foram o caminho fluvial do Cubatão que, navegado por canoas, se constituía de duas secções: Pôrto do Rocio de Paranaguá até o de Barreiros e, dêste, pelo rio

Nhundiaquara (também chamado Cubatão) até o Pôrto de Cima, onde se interrompia a navegação. Daí por diante, rumo ao planalto, o caminho era percorrido a pé, até Curitiba, pelas diversas picadas da Serra. Havia duas secções dêsse caminho, para efeito tarifário, sendo uma de Paranaguá a Morretes e outra de Morretes ao Pôrto de Cima.

Antônio Vieira dos Santos, em "Memórias Históricas de Paranaguá", escreve:

"Em 1772 o Tenente-coronel Afonso Botelho de Sampaio e Souza, Comandante da Expedição a Guarapuava, fêz abrir um caminho que, a partir de Barreiros, margeou a esquerda do rio Cubatão, a fim de transportar os trens de guerra dessa expedição vindos de Paranaguá.

"No caminho da Serra, de Pôrto de Cima à Borda do Campo, fêz também melhoramentos, avivando os "trilhos" e desbastando as matas laterais. Nesses serviços empregou uma companhia de Ordenanças e outra de Auxiliares.

"Foi nessa ocasião que se fêz o caminho pelo cume da serra, rompendo o grande penedo do Cadeado a fogo e pólvora, fazendo pela beirada dêle um trânsito estreito à beira de um precipício medonho, quando o primeiro caminho era fraldeando a Serra, mas o tempo o arruinou".

Todavia, um dos mais antigos e históricos caminhos que ligava Curitiba a São Paulo era o Caminho de Sorocaba. A secção meridional dêsse Caminho, isto é, de Curitiba aos campos de São Pedro do Rio Grande do Sul, é mais moderna que a de São Paulo a Curitiba. Primitivamente essa via de comunicação chegava a Curitiba, passando por Campo Largo e São José dos Pinhais; porém, com a abertura da Estrada da Mata, do Rio Negro para o sul, as próprias tropas lhe foram dando curso mais direto, seguindo da Lapa para o rio Iguaçu.

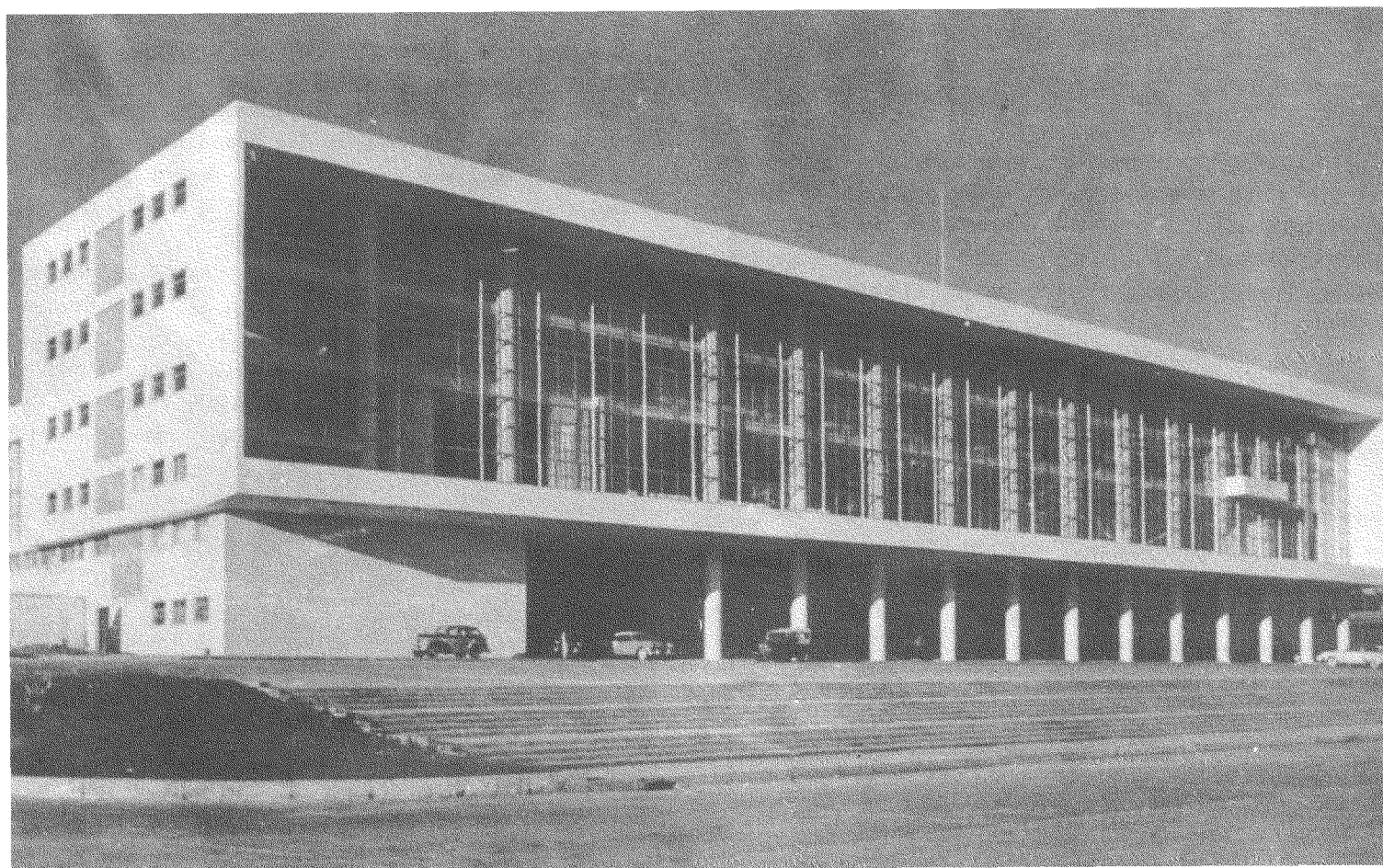
Dêsse caminho, ao longo de suas duas margens, foi que se originaram várias povoações do planalto paranaense, tais como Jaguariaíva, Piraí do Sul, Castro, Ponta Grossa, Palmeira, Campo Largo e muitas outras, que outrora foram simples "pousos" ou currais, lugares de descanso ou invernadas de gado.

Rocha Pombo assim descreve o histórico caminho de Sorocaba—Viamão:

"O caminho para São Paulo, pelos Campos Gerais, foi aberto desde os primeiros tempos do povoamento. O traçado cortava apenas alguns capões (onde os viajantes descansavam ou faziam pousadas), preferindo-se em geral o campo aberto onde a conservação dos caminhos era muito mais fácil. Desde que se saía de Curitiba, andava-se fazendo uma enorme curva até o passo de Itararé para São Paulo. Sôbre êsse caminho primitivo se foram formando povoados, tornando-se mais notáveis aquêles onde as caravanas (tropas) costumavam fazer pernoite"

Martim Afonso de Souza, que foi o primeiro português a comandar uma expedição ao Brasil, alguns anos após o seu descobrimento, já então com o título de donatário da feitoria de São Vicente e Cananéa, aportou em território paulista em 1530.

Tão logo chegou em São Vicente, Martim Afonso de Souza velejou para o sul, percorrendo a costa brasileira até o cabo de Santo Agostinho. Já em agôsto do mesmo ano atingia a costa na altura de Cananéa. Prosseguindo viagem rumo ao sul, atingiu o rio da Prata, onde tomou posse da terra para a coroa portuguêsa.

A 20 de janeiro de 1532 abrigou-se Martim Afonso de Souza, com a sua frota, em São Vicente. A respeito dêsse fato, diz Rocha Pombo:

Palácio Iguaçu (sede do Govêrno)

Vista parcial da Avenida João Pessoa

"Aquêles dias em que os portuguêses levantaram ali na praia de Itararé o estandarte cristão têm para nós (paranaenses) uma como que solenidade de culto."

Reforçando essa opinião do grande historiador brasileiro, acrescenta Oswaldo Pilotto:

"A gente do Paraná guarda, como os paulistas, com especial referência, o culto dêsse acontecimento, porque em São Vicente começa a nossa história regional".

Conforme assinalam vários historiadores nacionais, quando Martim Afonso de Souza chegou a São Vicente, já encontrou gente branca, que vivia em boa política com os índios carijós e tupiniquins.

E foi naquelas paragens que tiveram início a colonização e o povoamento da terra, realizações que encontraram em João Ramalho, que ali teria chegado por volta de 1530, o elemento de aproximação e harmonia por excelência.

Comentando a ligação dêsses fatos com a penetração lusitana em terras do Paraná, diz Oswaldo Pilotto:

"As incursões que a gente branca fazia pelas terras da marinha atingiam o litoral paranaense". E, citando Rocha Pombo, acrescenta:

"Tanto por terra como por mar, varejando os esteiros, os varadouros, os recôncavos das baías, ou fazendo caminhos pelas praias, a gente de Ramalho ia até Paranaguá e São Francisco, e é provável mesmo que até a Ilha dos Patos (Santa Catarina), onde viviam também muitos espanhóis e portuguêses".

Ratificado o Tratado de Tordesilhas (1492) cuidou a Espanha de tomar posse e assegurar o domínio das terras que, em decorrência do referido tratado, lhe pertenciam, neste lado do Atlântico.

Em vista disso, D. Álvaro Nunes Cabeza de Vaca, nomeado pelo Rei de Espanha para o cargo de "adelantado" (governador) da província do Paraguai, aportava, com um grande séquito militar, em Cananéa e São Francisco, na sua viagem para Assunção.

De Cananéa, Cabeza de Vaca, acompanhado por 250 homens e orientado por alguns selvagens, penetrou no sertão, atravessou a Serra do Mar e veio atingir o rio Iguaçu, os Campos Gerais e o "plateau" curitibano; tudo em vista do equívoco em que caíra, por entender que as terras do Paraná pertenciam aos domínios espanhóis, no Paraguai.

Êsse expedicionário castelhano atravessou o território paranaense, fundando cidades, abrindo picadas e traçando rumos para o futuro povoamento da terra. Do Iguaçu, Cabeza de Vaca demandou o rio Tibagi, rumando em seguida ao rio Ivaí. Dêsse ponto transpôs a Serra da Esperança, dirigiu-se para o Iguaçu, para atingir, finalmente, Assunção em 1542, de onde os espanhóis garantiam os seus domínios na América Latina.

Na sua trajetória pelo sertão, o "adelantado" Cabeza de Vaca fundou as cidades de Ontiveros, "Ciudad Real del Guaira" e Vila Rica do Espírito Santo, as quais passaram a constituir-se em sentinelas avançadas dos domínios de Espanha em terras americanas.

Até então o único dono da terra era o selvagem indômito, agressivo e feroz. Das margens do Paranapanema às barrancas do rio Paraná, ao ocidente das feitorias de Piratininga, viviam numerosas nações indígenas, entre as quais a dos guaranis, dos caingangues, dos tupis, dos tinguis, dos carijós, dos tupiniquins, dos cuminunguaras, dos iratins e milhares de outras grandes e poderosas tribos.

Antes da extraordinária emprêsa realizada por Cabeza de Vaca cruzaram pelos Campos de Curitiba Aleixo Garcia, que comandou a primeira bandeira paulista aos sertões do Tibagi, em 1526; e alguns anos mais tarde, em 1531, Pero Lôbo e Francisco Chaves, à frente de grandes expedições, também penetraram o sertão guairenho, atingindo a região dos Campos Gerais.

Posteriormente, em 1552, Ullrich Schmiedel, vindo de Assunção, com destino a São Vicente, acompanhado de quatro soldados alemães e vinte índios paraguaios, cruzou a região dos Campos Gerais, em território curitibano.

Êstes expedicionários precederam, no tempo e no espaço, às "entradas" dos mineradores e povoadores da zona, onde se situam a cidade e o município de Curitiba, e as incursões que realizaram através do sertão ignoto e agreste foram feitas pelos antigos caminhos pré-colombianos e pré-cabralinos dos aborígines da Serra do Mar; dos tropeiros da célebre feira de Sorocaba; das hordas guaranis da baía do Paranapanema; dos flibusteiros oriundos de tôdas as latitudes e dos habitantes do litoral quando, instigados pela caça do ouro, começaram a subir o planalto, pelas picadas abertas na floresta virgem.

Concomitantemente à eclosão dêstes fatos, enquanto portuguêses e lusitanos se digladiavam na defesa dos seus direitos, na exata localização do Meridiano de Tordesilhas, batendo-se pela posse e dominação da terra virgem do Brasil, o planalto de Curitiba ia crescendo, isolado do litoral e do mundo, no "plateau" da região das araucárias,

Vista parcial aérea da cidade

onde se formavam "pousos", "currais", "arraiais" e invernadas de tropeiros e mineradores.

Os primeiros nomes que aparecem na história de Curitiba, depois de Eleodoro Ébano Pereira, são os de Balthazar Carrasco dos Reis e Matheus Martins Leme.

Balthazar Carrasco dos Reis fêz parte da bandeira de Antônio Domingues, levada em 1648 ao rio Uruguai, vindo mais tarde, pouco antes de 1661, residir nos Campos de Curitiba, por onde passara a expedição de Domingues em 1648. Quando, em 1668 Gabriel de Lara veio tomar posse da localidade, encontrou Balthazar Carrasco dos Reis acompanhado de parentes, amigos e índios seus agregados, formando um dos grupos povoadores, que se achava estabelecido em redor de uma capela de pau-a-pique e em sítios a pequenas distâncias da sede da povoação de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais.

Todavia, assevera Romário Martins:

"Mas não foi êsse o primeiro grupo povoador do planalto curitibano. Antes dêle houve os que fundaram arraiais de mineradores mais ou menos estáveis na região aurífera atravessada pelos caminhos do Açungui e do Arraial Queimado (atual cidade de Bocaiúva do Sul), e a seguir na Borda do Campo (Atuba, Vilinha, Vila dos Côrtes) e no Arraial Grande (São José dos Pinhais), próximo ao flanco ocidental da Serra do Mar.

"Antes que surgisse o núcleo escasso e valoroso dos dezessete homens representativos da sociedade que Lara, em 1668, encontrou na povoação de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, elevada à Vila em 1693, Curitiba andou pairando naqueles arraiais de garimpeiros, — ora no divisor das águas auríferas do Capivari e do Açungui, ora à beira do campo que desce para a chapada do Cubatão e, finalmente, à fralda da Serra por onde os homens de aventura do Arraial Grande romperam caminho para o litoral, melhorando as aspérrimas veredas das antas e dos índios.

Tudo leva a crer que a primeira entrada e acampamento de gente branca no lugar onde seria fundada Curitiba teria ocorrido na região meridional da Ribeira, isto é, no Açungui, por onde passava o caminho pré-cabralino que ia ter ao Tibag e ao Piquiri: — "o clássico caminho do Guaíra", como diz Alfredo Ellis Júnior, citado por Romário Martins, e que tinha um ramal para o sul até o Campo dos Biturunas (Palmas) e para o Tapes, na futura província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

"Não seriam, contudo, pelo que se sabe, dêsses dias iniciais de Curitiba, Eleodoro Ébano e os de seu grupo de

Vista parcial da Praça Rui Barbosa

Entrada principal da Base Aérea de Curitiba

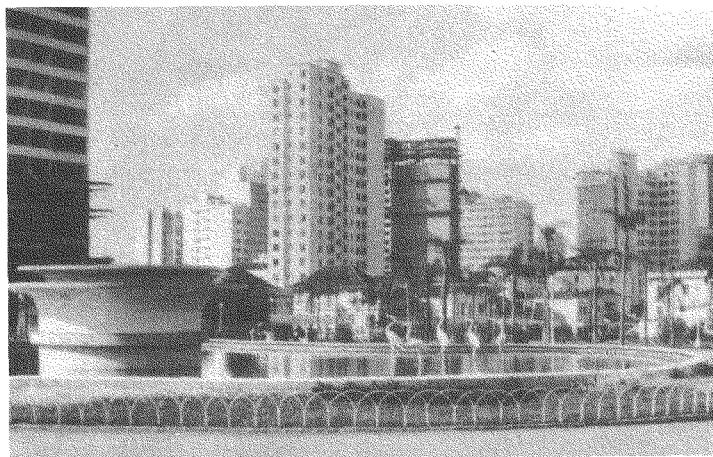
mineradores e entaboladores do serviço das minas, os primeiros que irromperam no planalto curitibano. Outros investigadores e exploradores das riquezas minerais da terra os teriam precedido, em tempos sem memória, nessa época de aventura em que o sertão era o grande fornecedor de possibilidades e de ilusões e o de Paranaguá era então de mais fácil acesso para os paulistas, por trilhos conhecidos de múltiplas bandeiras, que os percorreram para o oeste e para o sul". (Romário Martins — *História do Paraná.*)

Por falta de nomes e datas, deixam de aparecer na história de Curitiba os esforços anônimos e as datas iniciais das origens do povoamento, isto é, de quando os primeiros sertanistas vadearam a Ribeira de Iguape, subiram os vales do Açungui e do Ribeirinha, infletiram sôbre as nascentes do Capivari e fundaram o primeiro pouso de suas fadigas com as pepitas retiradas do escrínio das águas que descem das serras de Itaiacoca, do Brumado e de Sant'Ana.

Sòmente são conhecidos os grupos povoadores, que figuram em primeira plana na história de Curitiba, chefiados por Eleodoro Ébano Pereira, em 1647; o de Balthazar Carrasco dos Reis e Matheus Martins Leme, que em 1661 residiam no Barigui, fora dos arraiais dos garimpeiros; o grupo dos dezessete povoadores que assistiram a elevação do pelourinho em 1668; o de Salvador Jorge Velho, que entre 1678 e 1680 movimentava as lavras do Ribeirão e de Nossa Senhora da Cachoeira na região do Açungui; e dos "três povos" que erigiram a Vila em 1693.

Segundo outros, o grupo povoador de Balthazar Carrasco dos Reis teria sido instalado no Atuba, e foi êsse grupo que deu origem à formação do povoado de Curitiba.

"A história oficial de Curitiba — diz Romário Martins — se inicia ininterruptamente, em 1668, quando Gabriel de Lara, Capitão-mor de Paranaguá e Procurador do Donatário da Capitania, tomou posse da povoação que estava surgindo nos Campos de Curitiba, "em terras e limites da demarcação do senhor Marquês de Cascais", nela encontrando dezessete moradores representativos da sociedade que aí se estava constituindo e que lhe requereram a instituição da Vila".

Todavia, Gabriel de Lara não é o fundador de Curitiba. Alguns historiadores atribuem o fato a Eleodoro Ébano Pereira, que teria fundado a primeira povoação em 1654. A êsse respeito demos a palavra ao prof. Oswaldo Pilotto:

Agência dos Correios e Telégrafos

"Eleodoro Ébano Pereira teria sido o nome consagrado na fundação de Curitiba, não fôra a guerra que lhe fizera Gabriel de Lara, na ânsia de ser o homem da capitania de Paranaguá.

Ébano Pereira fôra nomeado provedor das minas. E as havia nos campos de Curitiba. Êle, entretanto, se esmaece ante o autoritarismo de Gabriel de Lara que desejava ficar só, digamos, temia a sombra de alguém que lhe poderia ter ofuscado o nome.

"O fato é que, apesar da consagração que Ébano Pereira recebeu do historiador Romário Martins, o seu nome se ofusca na história de Curitiba, embora esteja escrito por Vieira dos Santos que Ébano Pereira fundou Curitiba em 1654".

Ainda de acôrdo com um documento citado por Vieira dos Santos, não se sabe ao certo a data em que um paulista de nome Soares do Vale, em virtude de indisposição com o governador da Capitania de São Paulo, se teria exilado para os Campos Gerais e chegando aos Campos de Curitiba, desceu a serra até Paranaguá, para daí escrever ao sôgro que lhe mandasse a espôsa e a filha. Mais tarde, conhecendo ali uns tais Andrade, entusiasmou-os a virem em sua companhia para o planalto curitibano.

Em consequência, Lourenço Rodrigues de Andrade, com sua mulher e filha casada com um cidadão de sobrenome Seixas, vieram com aquêle fugitivo instalar-se nas proximidades do Atuba.

Sôbre êsse grupo primitivo que, ao que tudo indica, é o mesmo de Carrasco dos Reis e Matheus Leme, assim se refere o historiador Romário Martins:

"Os grupos de Matheus e de Balthazar eram aparentados e constituíam a maioria representativa dos povoadores. Balthazar era neto afim de Matheus e Antônio, Matheus, Miguel e Salvador Martins Leme eram filhos do Capitão-povoador. André Fernandes, Gaspar e Belchior Carrasco dos Reis eram filhos de Balthazar, e Manuel Soares, Antônio Rodrigues Seixas e José Teixeira de Azevedo eram seus genros.

"Balthazar tinha cinco filhas e é de supor que casadas com povoadores da localidade.

"O patriarcado do Capitão-povoador Matheus Martins Leme foi indiscutível e indisputável em quase meio século de sua residência no planalto curitibano.

"A grei curitibana morava em sítios dispersos dêsse planalto, às vêzes distantes da praça onde erigira a modesta capela para os santos do seu padroado.

"Matheus Leme e Carrasco dos Reis moravam no Barigui, sendo que êste tinha também outro sítio no Botiatuva; o Capitão Antônio Rodrigues Seixas, escrivão da Vila em 1693, em Campo Magro; Manoel Soares e Aleixo Mendes Cabral, no Passaúna, "no caminho das minas do Itambé"; João Rodrigues Cid, no Cajuru; Antônio Rodrigues Cid, no Uberaba; etc.".

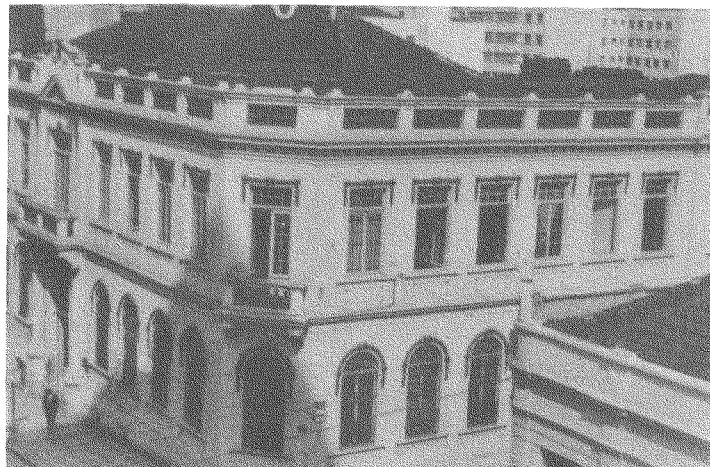
Balthazar Carrasco dos Reis que em 1648 acompanhou a bandeira de Antônio Domingues levada aos Campos dos Biturunas, na bacia do Uruguai, vindo a estabelecer-se mais tarde em Curitiba, foi também dono de uma sesmaria, cuja carta de posse data de 1661, localizando-se essa sesmaria no Barigui, onde, segundo afirma em sua petição, já residia "há alguns anos" e era confrontante com Matheus Martins Leme. Ali possuía êle roça e currais de gado bovino, cavalar e lanígero.

Antes de se transferir para Curitiba, Carrasco dos Reis, residia na vila de Parnaí, na Capitania de São Paulo, de onde saiu em 1645.

A respeito da fundação de Curitiba há uma lenda narrada por diversos historiadores, à qual estão ligados os grupos de primitivos povoadores, representados pelas famílias Seixas, Soares e Andrade. Êstes bandeirantes, em época incerta, teriam convidado o cacique dos campos do Tindiqüera, às margens do rio Iguaçu, para que lhes indicasse o melhor local para a instalação definitiva da povoação.

E é ainda Vieira dos Santos quem conta que o cacique, à frente do grupo de povoadores, trazendo na mão uma grande vara, após andar muito, percorrendo grande extensão de campos, fincou a vara no chão e, virando-se para os bandeirantes, disse: "Aqui!" — e, nesse mesmo lugar, os povoadores erigiram uma capelinha para o culto religioso.

A capelinha foi construída de pau-a-pique, no mesmo local onde hoje se encontra a Catedral Metropolitana de Curitiba. Essa pequena eremida foi mais tarde substituída pela matriz construída de pedra e barro, e que serviu à comunidade curitibana desde o ano de 1714 até 1866, quando foi demolida para, em seu lugar, ser edificada a atual Catedral Metropolitana.

Não há, portanto, uma data exata para a fundação da povoação de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, futura cidade de Curitiba. Contudo, levando-se em conta informações registradas pelo Dr. Raphael Pires Pardinho, Ouvidor Geral da Vila, em 1721, pode-se admitir como iniciada a povoação por volta do ano de 1661.

Prédio da Secretaria da Fazenda

Notícias exatas e referencias documentadas só existem a partir do ano de 1661, com a concessão da sesmaria a Balthazar Carrasco dos Reis, no Barigui e após a ereção do pelourinho, em 1668, por Gabriel de Lara.

Entretanto, Matheus Martins Leme e Balthazar Carrasco dos Reis são as duas figuras principais do povoamento e fundação de Curitiba.

"Além do núcleo principal de povoadores, dos elementos da elite seiscentista do sertão curitibano — diz Romário Martins — havia os grupos de aventureiros errantes arraialados nas regiões auríferas, ao sabor dos descobrimentos e das explorações, provindos dos primeiros dias da história da mineração; os gaúchos nômades, os índios e seus mestiços, gente egressa de bandeiras e de outros centros da população paulista; e os índios "administrados", "peças do gentio da terra", como diziam os povoadores".

Daí a necessidade da constituição de autoridade na povoação. A falta de repressão dêsses elementos perturbadores da ordem pública; o progresso e desenvolvimento que ia tendo a localidade; a falta de autoridade do Capitão-povoador, já então velho e decrépito; e a distância e dificuldade de comunicações com a Capitania de São Paulo; tudo isso motivou e forçou a elevação do povoado à categoria de Vila, para que, com a criação da justiça, houvesse "paz, quetação e bem do povo".

O pelourinho erguido em 1668 era o símbolo da autoridade regional, mas não tendo Gabriel de Lara dado prosseguimento à sua obra iniciada com a ereção do pelourinho naquele ano, para completar o seu ato instituidor da Vila, os problemas políticos e administrativos da povoação ficaram como antes, como se não tivessem tido início.

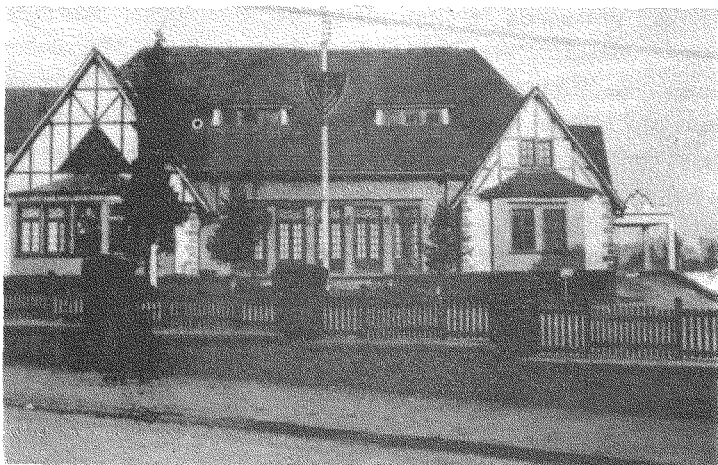
Envelhecido o patriarca de Curitiba, desmandados os povos, ameaçada a localidade de dissolução, Matheus Leme consultou em 1693 a Francisco da Silva Magalhães, então Capitão-mor de Paranaguá, sôbre a legalidade de um ato que, à vista das requisições populares, autorizasse a constituição da vila de Curitiba. Tendo Magalhães lhe respondido que Lara, em 1668, já havia autorizado êsse ato, tomou a deliberação de aquiescer à vontade do povo e às necessidades locais.

Foi então que o povo se dirigiu, em requerimento subscrito por quase todos os moradores da povoação, ao Capitão-povoador Matheus Martins Leme, pedindo a criação da vila e instituição da justiça, o que vale diier, a organização do govêrno municipal.

O histórico requerimento é do teor seguinte:

"Sr. Cappam Povoador.

Os moradores todos asistentes nesta povoasão de Nossa Senhora da Luz e Bom Jesus dos Pinhais que atendendo ao serviço de Deos e o de Sua Magestade, que Deos Guarde, paz, quietasão e ben comun deste povo, e por ser ja oje mui crescido por pasarem de noventa homes, e quanto mais crese a gente se vão fazendo móres desaforos, e ben se vio esta festa andarmos todos com as armas na mão, e apeloirou-se dos outros mais e outros ensultos de roubos, como he notorio e constante pelos casos que tem susidido e daqui em diante será pior, o que tudo causa o estar este dito povo tão desenparado de governo e desiplina da justiça. E atendendo nós, que ao dyante será pior por não aver a dita justiça na dita povoasão, nos ocorremos a Vmc. como Capp.am e cabesa dela, e por ser ja decrepito e não lhe obedeserem, seja servido promitir a que aja justiça nesta vila, pois nela a gente bastante para

Vista aérea da cidade

Sede do Graciosa Contry Clube

eyxerser os cargos da dita justisa que faz nomero de tres povos. E pela ordenasão ordena Sua Magestade que avendo 30 homes se eleja justisa, e demais de que consta que Vmc. por duas vezes percurou aos Capitais-móres das capitanias debayxo lhe viessem criar justisa na dita povoassão, sendo que não era necessario por ter avido ja aqui justisa na dita povoassão, sendo que não era necessario po ter avido ja aqui justisa em algum tempo criada pelo depunto Capp.am mór Gabriel de Lara, que levantou Pelourinho em nome do donatario o Snr. Marques de Cascais —; Pello que requeremos a Vmc. da parte de Deos e d'el-Re que visto o que alegamos e o nosso pedir ser justo e bem comum de todo este povo, o mande ajuntar e fazer eleysão e criar justisa e camera formada, pera que asim aja temor de Deos e d'el-Rei e por as coisas en caminho.
E Receberá Mercê". (Seguem-se as assinaturas).

Matheus Leme exarou o seguinte despacho na petição acima transcrita:

"Junte-se o povo. Deferirei o que pedem. Pinhais, 24 de março de 1693. (a) *Leme".*

Cinco dias após esta data histórica, reuniram-se os povoadores na igreja da localidade e aclamaram "seis homens de sã consciência", para que êstes nomeassem as autoridades da Administração e da Justiça.

Sob juramento prestado perante o padre Antônio de Alvarenga, assim o juraram os seis eleitores aclamados, que foram Agostinho de Figueiredo, Luiz de Góes, Garcia Rodrigues Velho, João Leme da Silva, Gaspar Carrasco dos Reis e Paulo da Costa Leme.

No ensejo dessa reunião foi lavrada a seguinte ata, que assinala a elevação da povoação de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais à categoria de Vila:

> "Aos vinte e nove dias do mez de Março da éra de 1693 annos, nesta Igreja de Nossa Senhora da Luz e Bom Jesus dos Pinhais por despacho desta petissão se ajuntou povo todo desta villa e pello Capp.am della lhe foi pruguntado o que todos lhe responderam a voz alta lhe quiriasse justisa para com isso, ver se ivitavam os muitos desaforos que nella se fazião, o que vendo o dito capitão hera justo o que pedião-lhe respondeu que nomeassem seis omens de sam comsiensa para fazerem os ofisiaes que aviam de servir, o que logo nomearão para com o dito Capitam povador fazerem emlisão, e como assim ourão todos por bem se asinaram com migo Antonio Rodrigues Seixas em falta do escrivão, que o escrevi. Matheus Martitns Leme, Antonio da Costa Veloso, Antonio Martins Leme, Manuel Soares, Domingos Rodrigues Soares, José Pereira Quevedo, João Leme da Silva, João Pereira de Avellar, André Rodrigues da Silva, Miguel Delgado, Diogo da Costa, Manoel Picam de Carvalho, Manoel da Silva Bayão, Agostinho de Figueiredo, Gaspar Carrasco dos Reis, Nicolau de Miranda Franco, Antônio de Siqueira Leme, João Alvares Martins, Miguel Fernandes de Siqueira, Braz Leme de Siqueira, Francisco de Mello, Jeronimo Roiz Side, Manoel Alvares Pedroso, Manoel Dias Cortes, Antonio Rodrigues Cid, Salvador Rodrigues, Amador Nunes de Bulhões, Salvador Martins, Antonio Luiz Tigre Leme, Paulo da Costa Leme, João Leme, Matheus Martins, Luiz Rodrigues, Antônio do Couto, José Martins Leme, Pedro Gonçalves Martins, Miguel Rodrigues, Caetano Leme Cabral, José Rodrigues Cid, Antonio dos Reis Cavaleiro, Fructuoso da Costa, João de Siqueira, Gonçalo Pires Lourenço Pinto, Pedro de Moraes de Monforte, Bertolomeo Nunes, Domingos André, Pedro Rodrigues, Balthazar Carrasco dos Reis, Luiz Leme da Silva, Antonio da Costa, João Velloso da Costa, Garcia Rodrigues, Innocencio de Medina, Roque Fernandes, Vicente de Góes, Placido de Ramos, Luiz de Siqueira, Antônio Garcia da Costa, Domingos Ribeiro de Abreu, José de Góes, João Felix Cavalgante".

A propósito dos primeiros atos referentes à criação da vila de Curitiba e da capacidade dos homens que a promoveram, diz o grande e erudito poeta curitibano Euclides Bandeira:

"Vêzes incontáveis hei posto no papel que Curitiba nasceu alfabetizada, isto pela significativa circunstância de terem subscrito o têrmo inicial quase todos os homens do povoado. Muita gente deve ter sofrido do asserto... Pois, aqui está preciosíssimo "fac-simile" do famoso têrmo. É bem de ver: nem tôdas as firmas são modêlo de caligrafia, mas são legítimas, de próprio punho, com as respectivas

Vista parcial da Rua 15 de Novembro

letras, — o aranhol de riscos e rabiscos que as enfeita e autentica numa espécie de florida impressão digital..."

Os seis eleitores escolhidos na primeira assembléia geral dos moradores realizada no dia 29 de março de 1693, dando cumprimento ao mandato que lhes foi outorgado, elegeram as seguintes autoridades municipais, que passaram a constituir o primeiro govêrno da vila recém-criada:

Juízes — Antônio da Costa Veloso e Manoel Soares.

Vereadores — Garcia Rodrigues Velho, Capitão Joseph Pereira y Quevedo e Antônio dos Reis Cavaleiro.

Procurador do Conselho — Capitão Aleixo Leme Cabral.

Escrivão da Câmara — João Rodrigues Seixas.

Estava satisfeita a vontade do povo. A petição da maioria e dos principais moradores da povoação havia sido atendida.

Os oficiais de justiça haviam de firmar, pela repressão aos "desaforos" e "outros insultos de roubos" e pela proibição de andarem nas festas "com armas na mão", as bases de uma vida de trabalho, em ambientes de ordem e de harmonia.

A 1.º de maio de 1693 iniciaram os oficiais da Câmara as suas atividades na administração pública, dando início à medição do rocio da vila.

É o que informa o "têrmo de medição", lavrado nesse dia. Mediram, a partir do pelourinho, meia légua de terra no rumo de nordeste, com uma corda de embira velha que media 25 braças, perfazendo a meia légua; "mandaram afincar por padrão dois paus de uvaranas verdes para que nascessem e brotassem e, ao fincar dois ditos paus, botaram terra para o ar tomando posse"

No dia seguinte lá foram, solenes, os mesmos oficiais marcar para sudoeste mil e quinhentas braças. Êsse trabalho prosseguiu e sòmente foi concluído em setembro de 1693.

Assim ficou marcado o rocio, tendo por padrões varas verdes de uvaranas, para que brotassem e nascessem. O escrivão apregoava e, como não se contestasse a medição, a posse das terras da Vila de Nossa Senhora da Luz e Bom Jesus dos Pinhais se confirmou.

Ao eleger a nova vila as suas primeiras autoridades públicas, sua verdadeira sociedade era de apenas "três povos", isto é, três grupos de trinta indivíduos cada povo e ainda com residências mais ou menos distantes do centro urbano.

Museu Paranaense

Quartel do C.P.O.R.

Nos arredores, dos lados do Barigui, do Passaúna, Capocu, do Juvevê, do Morungava, do Canguiri, do Botiatuva, do Cajuru, do Uberaba, de Tindiqüera etc., era onde tinham os seus sítios de morada os principais políadas fundadores, os "homens bons do Conselho", os "homens de sã consciência", a elite de uma sociedade constituída de "gente sem temor de Deus nem d'El-Rei" — índios, negros e seus mestiços, gaúchos nômades, escravaria das minas, salteadores, devassadores do sertão, ao léu de objetivos, — a escória que subia à tona do cadinho, onde eferveciam as primeiras combinações étnicas e sociais do Brasil seiscentista.

Os indivíduos que formavam os "três povos" primitivos de Curitiba constituíram a nata social do tempo e entre êles havia gente de certa linhagem, portuguêses e espanhóis: os Leme, Carrascos dos Reis, Costa Velozo, Figueiredo, Góes, Garcia, Rodrigues, Soares, Quevedo, Cid, Seixas etc.

Os Leme dominavam o Barigui com suas fazendas; os Carrascos dos Reis, o Barigui e o Botiatuva; os Soares, o Passaúna; os Cid, o Uberaba e o Cajuru; e assim por diante, constituindo uma aristocracia rural que, por mais de um século, foi a feição da nossa sociedade fundamental.

Quando foi instalada a vila o estado social do planalto curitibano era, em linhas gerais, o seguinte: uma elite criadora de situações estáveis e pacíficas e a gente alçada do sertão que, por fim, foi vencida pela fôrça moral dos grupos de seleção e acabou contribuindo com a sua valentia e o seu sangue, para defesa e dilatação territorial do Brasil.

Essa gente, dispersa nos campos do planalto, entregue à sua paixão aventurosa, foi a preparadora inconsciente da futura grandeza do país. De tal maneira ela caracterizava um tipo étnico aparte do das populações litorâneas como todo o habitante de regiões fronteiriças, que o governador da Capitania de São Paulo, o Morgado de Mateus, recomendava "essa gente da Curitiba como a mais própria para êsse efeito (a defesa de Iguatemi, em Mato Grosso) por ser criada amansando cavalo e mui parecida aos castelhanos nos costumes, como mui semelhante ao gentio que habita para essas bandas", os índios guaicurus, cavaleiros e amigos dos castelhanos, para que "se unam com êsses e os possam meter em paz".

Com a eleição, juramento e posse das primeiras autoridades, ficou constituído e organizado o govêrno da vila

Obelisco Municipal

de Nossa Senhora da Luz e Bom Jesus dos Pinhais de Curitiba. Entretanto, sòmente em 1721, com os provimentos ou posturas municipais redigidos pelo Ouvidor-Geral Dr. Raphael Pires Pardinho, ficaram definitivamente estabelecidas as normas de govêrno da nova comunidade.

Raphael Pires Pardinho, primeiro Ouvidor-Geral de Curitiba, chegou a Paranaguá em agôsto de 1721 tendo permanecido em Curitiba — "remota terra" — de setembro de 1721 a fevereiro do ano seguinte, e, conforme as suas próprias palavras, todo êsse tempo fôra necessário para atrair a êle "aquêles homens ainda um tanto fora da lei e dos bons costumes".

Em carta datada de Paranaguá, em 30 de agôsto de 1721, endereçada ao Rei de Portugal, Pires Pardinho, na qualidade de primeiro magistrado a pisar o solo curitibano. presta contas da correição que fêz "à vila de Curitiba" e diz que esta "fica nos campos por detrás da Serra de Paranapiacaba, distante 15 léguas da localidade onde escrevia: as primeiras seis navegadas por uma destas baias e por um rio (Cubatão ou Nhundiaquara) que vai quase ao pé da serra e em que há várias itaipavas e cachoeiras que se passam com risco. As outras 5 em se subir a Serra é de matos que nela há; e as últimas 4 de campos até chegar a vila que fica em bastante assento ao pé de um ribeiro, com casas de pau a pique cobertas de telha e Igreja de pedra e barro, que os freguêses reedificaram há poucos anos".

Assim, dava o Ouvidor Pires Pardinho notícias das dificuldades de acesso de beira-mar à última vila nesse tempo localizada no planalto ao sul do país.

Rememorando sua criação, diz Pires Pardinho que ela se originara em povoação fundada haveria 80 anos daquela data (1721) e por alguns moradores subidos de Paranaguá, com algumas cabeças de gado vacum e algumas éguas, que se multiplicaram em suficientes currais àquele tempo, disso vivendo os moradores de arredor da Vila, em distância até sete léguas e pelo caminho que vai para São Paulo, a partir de 1704, quando se "fabricavam" outros currais que muito multiplicavam suas produções.

Para Sorocaba e para as minas de Cataguases (Minas Gerais) levavam à mercância os curitibanos, uns por outros anos, de 800 a 1 000 cabeças de bois e cavalos.

Curitiba, São José e Senhor Bom Jesus do Perdão constituíam duas freguesias de um só têrmo, com 200 casais e mais 1 400 pessoas de confissão. Ainda êsse tempo, pelos "matos da Serra de Paranapiacaba" se trabalhava nas catas auríferas com algum proveito, embora a descoberta das minas de Cataguases e depois das de Cuiabá tivessem desviado muitos antigos mineradores paulistas.

É esta, em síntese, a descrição de Curitiba, feita pelo Ouvidor Raphael Pires Pardinho a El-Rei, em carta de 30 de agôsto do ano de 1721.

Quanto ao trabalho desempenhado por êsse magistrado, destacam-se as suas célebres posturas ou provimentos municipais, que constituíram, por assim dizer, a primeira legislação que orientou e dirigiu os destinos da nova cultura e civilização que estava se formando no planalto curitibano.

Em 129 itens, foi previsto nos setores de administração, justiça, culto divino e mais o que pudesse exigir o estabelecimento de normas de ação.

O item terceiro das posturas justificava que, "sendo a primeira correição na Vila, teriam mais extensão êstes capítulos para que, observando-os se evitassem as desordens em que até agora alguns tropeçavam por ignorância, e os maliciosos não se desculpavam de ignorantes".

As determinações estabelecidas nas primeiras posturas municipais eram claras, enérgicas e positivas. O primeiro provimento do Ouvidor-Geral Pardinho estabelecia normas muito enérgicas, que passamos a comentá-las por alto.

As obrigatoriedades de acompanhar a procissão do Corpo de Deus, de proceder a limpeza dos caminhos e muitas outras, deviam ser obedecidas sob pena de multa.

Eram condenados em uma "pataca" os que faltassem à festa de Nossa Senhora da Luz, padroeira da vila, realizada anualmente no mês de setembro, época em que quase a totalidade dos habitantes se reunia na Vila.

A propósito do trabalho de Pires Pardinho, escreve o historiador Vieira dos Santos:

"Isto foi em janeiro, sendo que em junho do mesmo ano o Ouvidor-Geral estava em correição na vila de Paranaguá, onde foram lidos os 178 capítulos dos seus provimentos, achando-se presentes 115 cidadãos principais que os assinaram, os quais depois foram confirmados por El-Rei D. João V".

Estava, assim, regulada a vida pública nas vilas de Curitiba e Paranaguá.

Desde os recuados dias da fundação do povoado, ou melhor dizendo, do "arraial de Curitiba, na segunda metade do século XVI, naquêle mesmo local indicado pelo chefe índio que disse: "Aqui!' até a criação do município de Curitiba, por despacho e autorização do Capitão-povoador Matheus Martins Leme, passaram-se muitos anos de uma quase estagnação na vida da comunidade que se iniciava, decorrente, por certo, das dificuldades de acesso ao planalto e das longas distâncias que separavam os primeiros homens aqui aportados, provindos do litoral, onde ficaram, por assim dizer, isolados do resto do mundo.

Conforme já foi acentuado no início do presente trabalho, tôdas as atividades dos primeiros povoadores do território paranaense, pelo espaço de mais de dois séculos, se exerceram exclusivamente à beira dos rios auríferos e no pastoreio do gado.

As minas de ouro atraíram os primeiros moradores que aqui chegaram, trazendo os grupos iniciais de povoadores brancos que lhes possibilitaram a existência durante quase um século, no litoral e em certas regiões do planalto.

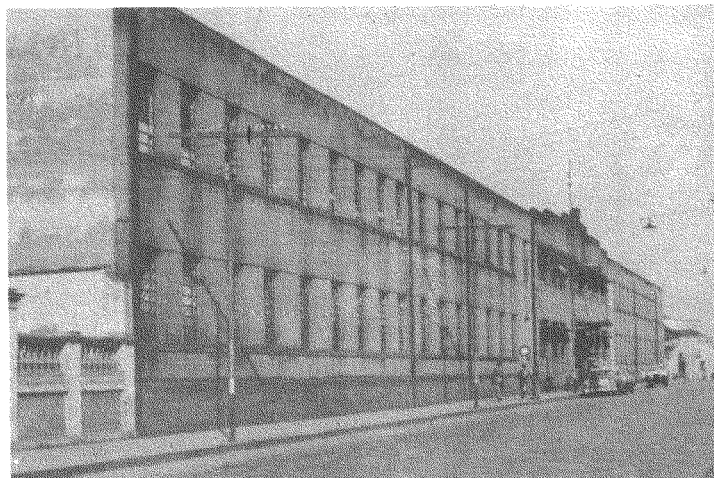
A caça, a pesca, os frutos silvestres e as roças de emergência foram o primeiro apoio possibilitador da vida dêsses homens de aventura, que aos poucos foram penetrando o sertão e lhe domando a agressividade e lhe desencantando os mistérios.

Onde quer que os grupos de mineradores e garimpeiros tocassem em zona rica de aluvião aurífera e nela se arraialavam demoradamente, iam-se constituindo os primeiros lares indo-europeus, mais ou menos fixos e as roças se iam estabilizando e se multiplicando.

Nos arraiais do planalto curitibano, dois séculos após a fundação do núcleo populacional de Curitiba, ainda se cuidavam dos trabalhos das minas, encontrando-se em plena atividade numerosos "arraiais" nas proximidades da vila.

À medida que os novos descobrimentos e as produções das minas iam escasseando, os grupos povoadores dos Campos de Curitiba passaram a explorar o pastoreio, novo gênero de vida, que foi exigindo esforços sedentários, fixados em tôrno dos "currais" da criação e foram surgindo os sítios e nas zonas dêstes os "arraiais" estáveis, nebulosas de futuras aldeias, vilas e cidades.

Devido ao surto de novos descobrimentos de ouro noutras regiões do país, principalmente, nas Minas Gerais,

Secretaria de Saúde Pública

Quartel da Polícia Militar

a criação se desenvolveu, e, aos Campos de Curitiba vinham os aventureiros da Vila de Sant'Ana do Paranaíba, centro de compra e venda de ouro e de formação de bandeiras descobridoras, a fim de comprar aqui e transportar o gado necessário às suas entradas e permanência nos sertões de Sabará e Ouro Prêto.

Foi assim se desenvolvendo a criação nos campos do planalto curitibano, o que contribuiu para a vinda de novos mineradores e bandeirantes de melhor estirpe social que os primeiros, os quais se foram dedicando a êsse gênero de atividade e constituíram o grupo dos fundadores da Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, em 29 de março de 1693.

Os homens do grupo de Matheus Martins Leme, sem se descuidarem dos trabalhos das minas, para os quais dispunham de índios "administrados", designação correspondente, na época, a "escravizados", se foram transformando em criadores de gado, e as populações que os sucederam não tiveram, no planalto de Curitiba e na região dos Campos Gerais, até o século XIX, mais rendoso meio de vida.

No século XVIII, de quando em quando, os governadores da Capitania de São Paulo ordenavam aos oficiais da Câmara de Curitiba que intimassem perante o Juiz Ordinário os desencaminhadores dos quintos reais "a declararem por suas consciências" as importâncias sonegadas aos quintos reais.

Por uma dessas declarações, feita em 1725, podem-se conhecer alguns dados do movimento da mineração naquêle ano, no Distrito de Curitiba, bem assim, os nomes dos respectivos mineradores.

Assim, em 1725, declaram "por suas consciências": João Veloso da Costa, haver extraído 200 oitavas; Zacarias Dias Côrtes, 200 oitavas; Manoel Soares da Silva, dever 12 oitavas; Manoel Duarte de Camargo, dever 5 oitavas; Francisco Xavier dos Reis, dever 10 oitavas; Bento Soares de Oliveira (das minas de Catanduvas), dever 17 oitavas. Marcelino Rodrigues, Ângelo Pedroso e outros, descobridores e exploradores de 12 ribeiros auríferos no Tibagi, sem ordem legal, foram processados.

Conforme um outro documento, o "Registro da Entrega de Ouro, em Curitiba ao Juiz Ordinário, com destino à Casa de Fundição de Paranaguá, a 12 de setembro de 1731", se verifica o declínio das extrações de ouro em

Assembléia Legislativa Municipal

pó no terraço curitibano, nas minas de *Arraial Grande, Canguiri, Uvaporanga* e *Purunã.*

De acôrdo com êsse documento, os mineradores abaixo relacionados remeteram as seguintes quantidades de ouro, em oitavas:

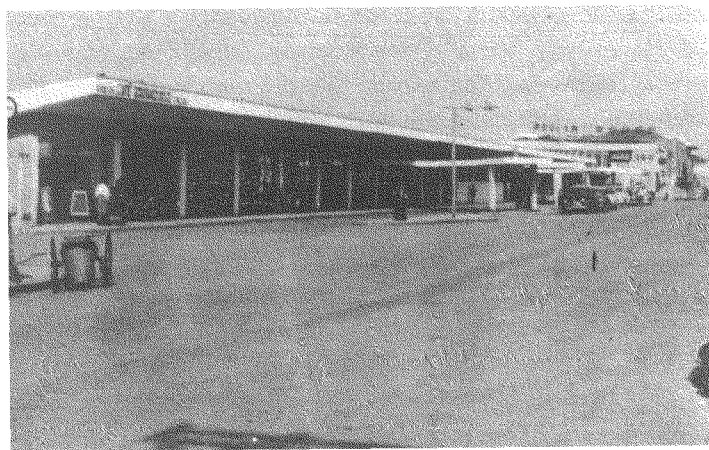
Joan da Costa Borges (Arraial Grande), 120; Miguel Rodrigues Ribas (Arraial Grande), meia libra; Frei Lauriano da Silva, 78 oitavas; Manoel Gonçalves Corrêa, 20; Manoel Rodrigues da Mota, 105; Agostinho Lopes (negociante), 15; Miguel Rodrigues Ribas (mercador no Arraial Grande) 81 1/2; Manoel Pinto do Rêgo, 20; Pedro Gouveia (ourives em Curitiba), 42; Manoel Rodrigues da Mota, 25; Joan da Cruz Borges, 83; Frei Lauriano da Silva, 1 1/2; Alferes Manoel Moreira — (pagamento dos mineiros das Minas Velhas do Arraial Grande), 20; Antonio de Aguiar (viajante), 18; Miguel Rodrigues Ribas (mercador de fazendas nas Minas Velhas do Arraial Grande), 30; Joseph Dias Côrtes (mineiro nas Minas Velhas do Purunã) 31; Miguel Rodrigues Ribas (mercador nas Minas Velhas do Arraial Grande), 232; Padre Francisco Tomaz de Assunção Braga (mercador de fazendas no Arraial Grande), 116. Diversos mineiros fizeram mais de uma remessa, na mesma data.

Mas não eram apenas as pessoas enumeradas nesse documento que se dedicavam à extração e comércio do ouro em Curitiba. Pela remessa de ouro dos quintos à Casa de Fundição de Paranaguá, feita no período de 1.º de janeiro a 31 de dezembro de 1731, verifica-se que diversas outras pessoas residentes no planalto curitibano se dedicavam a essa atividade.

É a seguinte a relação, com a localização das minas e respectiva quantidade, em oitavas, encaminhadas à Casa de Fundição em Paranaguá durante o ano já mencionado:

Joan da Cruz Borges (mercador no Arraial Grande), 47; Capitão Braz Domingues Veloso (viajante, morador em Paranaguá), 32; João Pereira Braga (morador nos Campos Gerais), 30; Miguel Rodrigues Ribas (negociante na vila de Curitiba), 336 1/2; Frei Lauriano da Silva, 40; Antonio de Aguiar, 44; Juan Dias Côrtes (minerador nas lavras do Canguiri e Uvaporanga), 112 1/2; Agostinho Lopes (negociante na vila), 77 1/2; Manoel Rodrigues Ribas (arraial Grande), 73; Capitão Antonio Luiz Tigre, 50; Frei Lauriano da Silva, 80; Zacarias Dias Côrtes (mineiro nas Lavras Velhas do Purunã), 25; Juan da Cruz Borges, 280; Guilherme Paulo, 200; Manoel da Costa Filgueira, 50; Miguel Rodrigues Ribas, 54; Manoel Alves Fontes, 60; Sebastião dos Santos, 14; Manoel Rodrigues da Mota, 100; Manoel Martins de Faria, 78; Pedro de Gouveia (ourives na vila), 24; Sebastião dos Santos Pereira, 85; Francisco Diniz Pinheiro, 90; Miguel Gonçalves Lima, 80; Manoel Gonçalves Lima, 23; Francisco dos Reis, 20 1/2.

A mineração que tanto movimentou as ambições nos tempos coloniais, era feita pelo braço escravo e, por isso mesmo, gratuitamente. Assim, não só econômicamente foi possível executar êsse trabalho, como também trouxe como seu melhor resultado prático a conquista e o povoamento do sertão.

Além disso, já naqueles tempos, se verificava que os mercadores e comerciantes de gêneros alimentícios, de tecidos e armarinhos ganhavam mais que os garimpeiros. Pode-se depreender isso da lista acima referida, de paga-

Estação Rodoviária

mentos de quintos reais, pois enquanto audazes sertanistas, homens célebres na história do bandeirantismo, como os irmãos Jorge Velho, os Côrtes, os Tigres e outros, pagavam insignificantes quotas de quintos reais, os mercadores, como o Padre Francisco Tomaz, com as suas "fazendas sêcas", trocadas por ouro em pó, os Rodrigues Ribas, os Juan da Cruz Borges, os excediam de muito, no pagamento dêsses direitos fiscais.

"A mineração — diz Romário Martins — ainda assim, a quase tôda a gente seduzia, porque qualquer que fôsse o capital acumulado, representava, sempre, uma fortuna".

Ainda, segundo as informações dêsse grande historiador, eram os seguintes os valores, em moeda sonante, do ouro extraído nas lavras do planalto curitibano:

"A oitava de ouro, em 1703, valia, na Casa de Fundição do Rio de Janeiro, 1$200 (mil e duzentos). Nestas condições, 1 000 oitavas, que se acumulavam com sacrifícios fáceis de imaginar, não passavam de 1:200$000 (um conto e duzentos mil réis), ou seja, mil e duzentos cruzeiros. Mas esta quantia era "in illo tempore", uma riqueza. Da do porte, talvez, da de Salvador Jorge Velho, que Azevedo Marques diz ter levado de Curitiba para São Paulo, e que mereceu ao historiador paulista o qualificativo de "considerável".

Até aí e, ainda, por muitos anos, a indústria da mineração cresceu paralelamente às atividades pastoris, com a descoberta de novas minas e a fundação de arraiais de garimpeiros.

Mas, a partir de 1668, os moradores de Curitiba começaram a desenvolver a criação de gado vacum, cavalar e ovino. Já então diversos habitantes do planalto curitibano possuíam pequenos rebanhos. A região oferecia condições favoráveis ao desenvolvimento da pecuária, mas a criação em grande escala, em Curitiba, era impossível devido ao seu isolamento dos demais centros produtores do país.

A ligação de Curitiba com São Paulo e com o Rio Grande do Sul, através do caminho de Sorocaba — Viamão, até então mal esboçado no sertão, sòmente se deu a partir do ano de 1730.

O comércio e a criação de gado tiveram, pois, influência decisiva no povoamento do território paranaense, muito maior, certamente, que a mineração do ouro, que não fixava populações senão muito excepcionalmente como são os casos de Paranaguá, Curitiba e São José dos Pinhais.

Foi o governador da Capitania de São Paulo Antônio Caldeira Pimentel quem, em 1728-1730, sugeriu a ligação de Curitiba com os pampas de Vacaria, no Rio Grande do Sul, fazendo sentir aos curitibanos as possibilidades e vantagens que adviriam dessa ligação, menos aleatória do que as decorrentes do árduo labor do descobrimento e da exploração das minas.

Uma nova fase para a vida de Curitiba exsurgiu com a mudança de atividade de grande número dos seus habitantes. Alguns mineradores se fizeram tropeiros, invernadores e criadores de gado e retiraram das minas o pessoal necessário a êsses misteres.

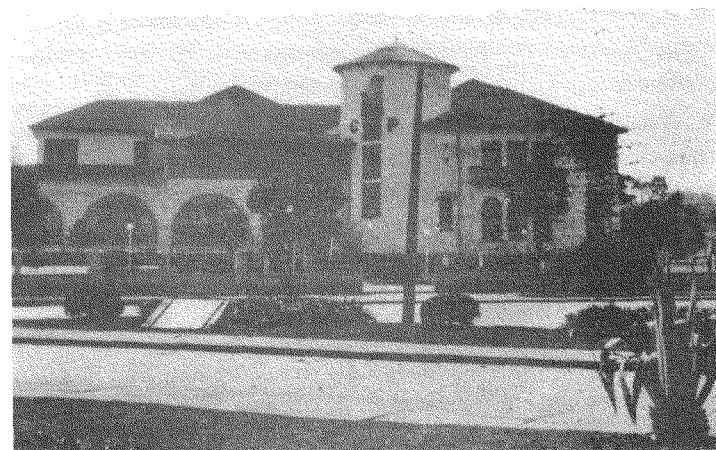
Os curitibanos se adaptaram, desde logo, a êsse novo meio de vida. A propósito diz o Capitão-mor Lourenço Ribeiro de Andrade:

"Os mais ágeis dos antigos mineradores, se fizeram comerciantes de gados, comprando-os no Rio Grande e vendendo-os em Sorocaba e em São Paulo e criando-os por sua própria conta em fazendas que estabeleceram nos Campos Gerais e nos de Curitiba.

"Nos primeiros tempos os lucros foram os mais animadores, valendo um cavalo 25$000 e um boi 8$000. A grande produção levada aos mercados compradores, porém, no fim do século XVIII havia determinado sensível baixa de preços, vendendo-se então um cavalo por 4$000 e um boi por 2$000.

"Assim mesmo, porém, a indústria do transporte e da criação de gado se manteve com resultados satisfatórios para as poucas necessidades da vida rural dêsse tempo, visto ter penetrado profundamente nos costumes e nos hábitos da população. Por sua vez, os índios e mamelucos, aos quais o trabalho da mineração não seduzia, encontraram na vida agitada dos campos de criação e na condução de tropas a longas distâncias, ocupações à feição de sua índole, a esse mister se afeiçoando de tal maneira que o governador da Capitania, D. Luiz Antonio de Souza Bótelho Mourão, os preferiu para a realização das entradas que lançou a tôdas as partes do sertão do sul, recomendando aos auxiliares "essa gente cavaleira de Curitiba como a mais própria para enfrentar índios e castelhanos com os quais se confundia".

Documentos da época registram a agitação que a mudança de atividade prática do povo curitibano promoveu, saindo do ciclo da mineração para ingressar no da exploração pastoril.

Um exemplo disso foi o ato da Câmara Municipal de Curitiba, atestando, em 4 de maio de 1734, "que João Alvares de Castro em sua vida descobriu uns campos

Círculo Militar

agrestes entre o Guaraúna e Imbetuva e assim que os descobriu logo começou a queimar e botar nêles gado e cavalgaduras e começou a fabricar sítios e fazer aterrados, passagem das ditas criações, e haverá 15 anos pouco mais ou menos e sempre os conservou em sua vida, sucedendo-o sua viuva e o segundo marido desta Francisco da Silva Xavier, "pagando sempre dízimos aos rendeiros dizimeiros".

Em 1735 o comércio de tropas entre Curitiba, Itu e Sorocaba estava estabelecido com certa intensidade e ao que parece um tanto hostil ao pagamento dos direitos reais, como se depreende de um "bando" mandado publicar nessas três vilas pelo governador da Capitania de São Paulo, exigindo fiança para os comboios de tropas que as percorressem. Nesse tempo, um dos maiores criadores e tropeiros curitibanos devia ter sido Cristovam Pereira de Abreu, citado no "bando", que em 1731 conduziu de uma só vez, de Curitiba a Sorocaba, 800 cabeças de gado vacum e cavalar.

Essa nova atividade do povo curitibano e a constituição, no Têrmo de Curitiba, de Companhias de Auxiliares que obrigavam a população môça a revistas mensais, incompatibilizou grande parte do povo com os trabalhos da mineração ainda remanescente e com a criação e o transporte de gado que se iam fazendo promissores.

Decorrente dêsses fatos, por volta de 1768, as duas indústrias entraram em tal decadência, que o governador da Capitania, Francisco da Cunha Menezes, suspendeu o recrutamento daquêles que se ocupassem da agricultura, mister que conciliava os interêsses da defesa militar com os relativos aos meios de subsistência da população local.

Dêsse estado de coisas resultou proveito para a população e para a localidade. O Capitão-mor Lourenço Ribeiro de Andrade informa, em 1797:

"Não posso afirmar que o povo, no tempo presente, com a lavoura esteja mais rico do que no tempo da mineração. Porém, mais luzido é manifesto".

Acrescentam historiadores que as principais fazendas pertenciam a pessoas residentes em Paranaguá, Santos e São Paulo, sendo que aos habitantes de Curitiba apenas pertenciam as pequenas propriedades do rocio da Vila.

A lavoura e a criação produziam excessos de trigo, feijão, milho, fumo e toucinho, que, com a erva-mate (então chamada Congonha) eram exportados para a Marinha e dali reexportados para os demais mercados de São Paulo, Rio de Janeiro e capitanias do norte do Brasil.

A mineração, a criação e o comércio de gado e, finalmente, a roça, formaram, sucessivamente os três ciclos do povoamento do território curitibano.

Enquanto os primeiros moradores do planalto curitibano andaram catando ouro pelas vertentes das serras, não constituíram senão acampamentos provisórios que se deslocavam ao sabor de novos descobrimentos de grupiaras. Foi o ciclo da caça ao ndio para o trabalho das minas, em que o acampamento era o concentrador de arraiais provisórios.

"Quando o ouro escasseou — diz Romário Martins — deixando menos fortuna que desilusões, os arraiais dos nossos imensos sertões servidos apenas de trilhos selváticos para as comunicações com as vilas mais próximas e que ainda assim jaziam a centenas de leguas de Curitiba, ficaram em grande parte agremiados na região do planalto, entre a Serra do Mar e o sertão próximo e presago. Foi então que procuraram salvar-se das contingências do próprio meio social que haviam criado, fundando os órgãos mais precisos à justiça e à administração pública, investigando as veredas mais acessíveis a outros centros de populações e se dedicando à criação e ao comércio do gado. Foi o ciclo pastoril e tropeiro, mais criador de êxitos felizes que os que deram origem a entradas de preadores de índios e de caçadores de pepitas auríferas.

"Foi o ciclo da criação pastoril que iniciou a vida doméstica, a atividade prática, o estabelecimento da ordem nos nossos turbulentos e instáveis "arraiais" de mineradores. Foi a criação — no dizer de João Ribeiro — "o quase único aspecto tranquilo da nossa cultura; por ela abriram-se comunicações terrestres iniciadas pela conquista e conservou-se, como ainda hoje se conserva, nas estâncias sertanejas, o verdadeiro ou único tradicionalismo da vida nacional".

Concomitantemente à influência da criação do transporte de gado para que as populações se agremiassem em determinados locais de "pouso" e de "currais", a formação de "roças" com fins industriais, isto é, com excessos comerciais, foi fixando essas e outras populações em lugares certos e estáveis e dando origem às fazendas, às freguesias, às vilas e às cidades, como aconteceu com Jaguariaíva, Piraí do Sul, Castro, Ponta Grossa, Palmeira, Campo Largo Rio Negro etc.

A criação de gado, a lavoura de milho, feijão, trigo e outros cereais, a industrialização e comércio do mate a partir do ano de 1722 (data da Resolução Régia que permitiu que o comércio de Congonha fôsse feito com o rio da Prata), obrigaram à vida sedentária os antigos homens de aventura, os nômades do ciclo da mineração; e as comunicações mais fáceis e seguras, pelo caminho das tropas ponteados de povoados, animaram as entradas de outros povoadores.

Os vários climas do planalto, as pastagens abundantes e fartamente irrigadas, a terra fértil, o caminho mais curto a meio têrmo do mercado de gado de Sorocaba com a região grandemente produtora dos campos de Vacaria (Rio Grande do Sul), a floresta repleta de materiais de fácil comércio decorrente da erva-mate e da indústria incipiente do pinho, eram outras tantas condições especialíssimas para as preferências dos que, no século XVIII, buscavam a vida estável, as atividades pacíficas, a segurança, as expectativas da fortuna, no sul paulista, onde os sucessos dos primeiros povoadores acenavam às esperanças como estrêlas guiadoras no firmamento verde dos pinheirais" (Romário Martins, *História do Paraná*).

Durante a viagem que empreendeu através do território brasileiro, o notável sábio francês Saint'Hilaire estêve em Curitiba, dando uma completa descrição de sua situação em 1820, resumida nas seguintes palavras:

"Curitiba está situada a mais de 110 leguas de São Paulo, mais ou menos a 25º 51' 42" de latitude Sul (indicação de Pizarro) e deve o seu nome à prodigiosa quantidade de araucária brasiliensis que cresce nos seus arredores. Em guarani *"curiti"* significa pinho e *"tiba"* reünião, igual a reünião de pinheiros.

"Na época de minha viagem todo o mundo contava nessa cidade que os primeiros habitantes da região se estabeleceram primeiro num lugar denominado Vila Velha, que é mais próximo da Serra de Paranaguá e onde construíram sòmente palhoças.

"Não sei se sua estadia nêsse lugar tinha inconveniente para êles, mas aí não ficaram muito tempo. Segundo antiga lenda a imagem de Nossa Senhora da Luz, padroeira, tinha tôdas as manhãs os olhos voltados para o lugar que hoje Curitiba ocupa e foi por essa razão, segundo a lenda que os colonos para ali se transportaram. Por si mesmos êles proclamaram cidade (aliás, vila), seu novo centro, inquietando-se pouco com direitos e autoridade de seu soberano.

"Curitiba foi construída numa das partes mais baixas dum vasto plano odulado que apresenta agradável alternativa de campos e bosques e que do sul ao nordeste se limita pela Serra do Mar.

"Essa cidade tem a forma quase circular e se compõe de 220 casas pequenas e cobertas de telhas, quase tôdas só ao rés do chão, porém, em grande número construidas de pedra. Cada casa, como em Minas e Goiás, tem o seu quintal, mas aqui não se vê nessas espécies de jardins, nem bananeiras, nem mamoeiros, nem cafeeiros: são macieiras, pecegueiros e outras árvores frutíferas da Europa que se costuma plantar.

"As ruas são largas e quase regulares. Algumas foram inteiramente calçadas, outras o são ùnicamente na frente das casas. A praça pública é quadrada, muito grande e coberta de grama.

"As igrejas são em número de três, tôdas construidas de pedra. A que mais merece ser citada é a igreja paroquial, dedicada a Nossa Senhora da Luz. Foi construida isoladamente, na praça pública, porém, mais próxima de um que dos outros lados, prejudicando a sua regularidade. Não tem tôrres nem campanario. A capela-mor e os dois altares laterais são bonitos e bem ornamentados, a nave é elevada e tem trinta passos de comprimento, mas não tem abóboda e é sem teto e desnuda.

"Curitiba não é menos deserta durante a semana, que a maioria das cidades do interior do Brasil. Quase todos os habitantes são aqui agricultores que não ocupam suas casas senão aos domingos e nos dias de festas, quando se desobrigam dos seus deveres religiosos.

"Não se conta em Curitiba e nos arredores senão poucos homens ricos. Vi o interior das principais casas da cidade e posso dizer que nas outras sedes de comarca ou mesmo de têrmo, não havia nenhuma pertencente a homens honoráveis, que fôsse menos ornamentada. As paredes eram simplesmente caiadas e o mobiliário das salas de visita compunha-se apenas de uma mesa e alguns bancos.

Hospital São Lucas

"Em nenhuma outra parte do Brasil eu havia visto tantos homens verdadeiramente brancos, como no distrito de Curitiba. Os habitantes daqui pronunciam o português sem a alteração que revela mistura da raça caucásica com a vermelha. São grandes e bonitos, têm os cabelos castanhos e a tez rosada, maneiras agradáveis, fisionomia aberta e nada têm do sarcástico humor (bazófia) que freqüentemente torna insuportáveis os empregados e os comerciantes da Capital do Brasil.

"As mulheres têm traços mais delicados que as das outras partes do Imperio por onde viajei. Elas se escondem menos e conversam com desenvoltura.

"A hospitalidade dos curitibanos não é sobrepujada pela dos mineiros. Se não são inteligentes como êstes, têm mais consistência e participam mais da natureza dos seus ascendentes europeus".

Esta descrição feita por Saint'Hilaire, diz bem o que era Curitiba em 1820, isto é, 127 anos após a sua elevação à categoria de vila, quando já haviam desaparecido os homens que promoveram a sua fundação, estruturando os seus fundamentos em bases jurídicas e sociais, em 1693.

Após a proclamação da independência do Brasil, em 1822, Curitiba continuou integrando a Capitania de São Paulo.

Data de 1723 a criação da comarca de Paranaguá, para a qual foi nomeado, em 1724, o Dr. Antônio Alves Lanhas Peixoto.

Entretanto, sòmente a 10 de fevereiro de 1725 foi efetivada a divisão da capitania em duas comarcas. O fato se deu em reunião havida em São Paulo, na casa do governador-geral Rodrigo César de Menezes, estando presentes o ouvidor-geral Francisco da Cunha Lôbo, da comarca de São Paulo e Lanhas Peixoto confirmado na ouvidoria geral da comarca de Paranaguá.

À nova comarca deviam pertencer a vila de Iguape, a vila de Cananéa, a de São Francisco, a Ilha de Santa Catarina, a vila de Laguna e daí por diante até o rio da Prata, e, Serra Acima, a Vila de Nossa Senhora dos Pinhais de Curitiba, correndo até o lugar das Furnas, inclusive.

Por Carta régia de 1747 foi determinado ao governador-geral Gomes Freire de Andrade, que o ouvidor de Paranaguá passasse ao Rio Grande e aí criasse "uma vila dividida da de Curitiba pelo sertão e Serra Acima".

Em virtude de resolução do Conselho Ultramarino, em 1749 foi criada a ouvidoria da ilha de Santa Catarina.

Muitos anos mais tarde, em virtude do Alvará de 19 de fevereiro de 1812, foi determinado que os ouvidores da comarca de Paranaguá passassem a residir na vila de Curitiba, nova sede da comarca que passou a denominar-se comarca de Paranaguá e Curitiba.

Por Alvará de 16 de dezembro de 1812, foi criada a comarca de São Pedro do Rio Grande do Sul e Santa

Catarina, ficando, assim, a comarca de Paranaguá com seus limites na parte sul marcados, na costa, pela barra sul do São Francisco e, no interior, pelo rio Negro.

A vinda da Família Real, para o Brasil, em 1808, refletiu de maneira extraordinária, em todos os recantos do território nacional.

A comarca de Paranaguá à qual estava subordinada Curitiba, recebeu ordem do governador da capitania Antônio José de França e Horta, enviada através da Câmara de Vereadores, para publicação de editais anunciando que deveria haver "nove dias de liminárias pela feliz chegada de Sua Alteza Real ao Brasil e sua Augusta Familia e que os párocos fizessem cantar um *Te Deum*."

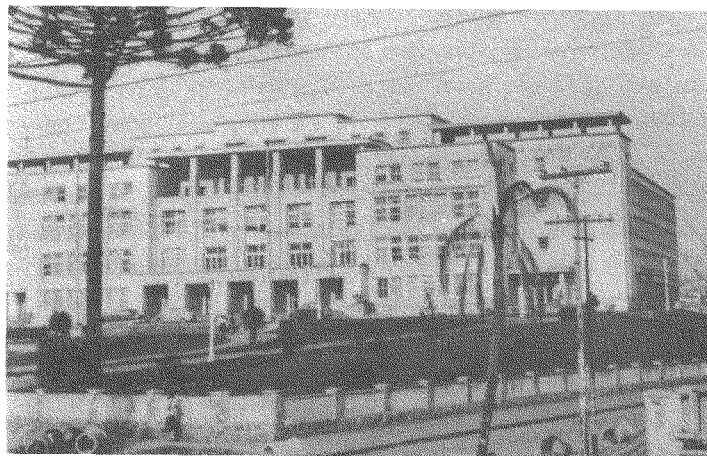
Vieira dos Santos informa que em verença de 11 de abril "a Câmara fez publicar editais que, no dia 19 dêste mês, se havia de fazer uma festa solene em ação de graças pela feliz chegada do Augusto Príncipe Regente e sua Real Família, e se poriam luminárias nos dias 17, 18 e 19; e que no dia 24 dêste mês e no dia 1.º de maio podiam fazer os brinquedos que quisessem os Oficiais da Ordenança e no dia 8 sairiam os alfaiates, no dia 15 os carpinteiros, no dia 22 os sapateiros debaixo da direção dos respectivos juizes de ofício e no domingo do Espírito Santo e dias sucessivos há de haver Ópera e Entremezes; e nomearam o Sargento-mor Manoel Antonio da Costa para diretor da função".

Em Curitiba as festas seriam sòmente as da igreja. Em vereança de 8 de maio, a Câmara aprovava a compra de uma arrôba de cêra para as festas reais e notificava o "fabriqueiro e mais tesoureiros das igrejas para fazerem luminárias nas mesmas". A 6 de agôsto a Câmara aprovou o pagamento de seis mil e quatrocentos réis ao Reverendo Tomé de Castro pelo "sermão que pregou nas festas reais".

Ao que se sabe, D. João VI foi grato a tôdas as manifestações de aprêço que o povo paranaense lhe tributou.

Em setembro de 1808 mandava providenciar sôbre a petição que lhe fôra remetida a respeito da "fatura do caminho novo da vila de Antonina para Curitiba e da conservação do caminho velho de Morretes para a dita vila de Curitiba".

É de julgar a importância que a êsse tempo já era dada à comunicação entre Curitiba e o litoral. Delineava-se a constituição de uma região cujas populações, embora separadas pela aspereza da serra do Mar, se interdependiam e haviam de se empolgar por uma aspiração comum, qual fôsse o govêrno próprio.

Em 1811 apareceu a primeira manifestação nesse sentido. A 6 de julho, reunida a Câmara de Paranaguá, resolveu endereçar ao Príncipe Regente uma representação sôbre a questão. Longo é o documento que alega não ter a comarca "um govêrno que observe e veja tudo de mais perto, animando a agricultura, fazendo trabalhar alguns ociosos e dando trabalhos a outros que sendo diligentes e podendo utilizar o Estado e aumentar os rendimentos dos cofres reais, são ocupados em coisas insignificantes que não sendo úteis ao real serviço são prejudiciais a êles, ao Estado e à Real Fazenda, diminuindo os dízimos e os mais direitos e tributos que se pagam anualmente".

Colégio Estadual

Continua a representação em considerações relativas à pouca atenção que o govêrno da capitania dispensava aos problemas e aos reclamos dos seus habitantes.

Pondera que a comarca é a de melhores portos e surgidouros sem fortificações algumas e que se faz "govêrno de cada uma das vilas desta comarca que são Paranaguá, Cabeça de Comarca, Iguape, Cananéa, Antonina, Guaratuba, Curitiba, Vila Nova do Príncipe e Lajes em uns comandantes faltos de instrução e sistema político para governar e não cuidam do aumento dos povos e da agricultura, sendo êste o primeiro móvel de felicidade do Estado".

E é Oswaldo Pilotto quem diz:

"Depois de outras considerações justificativas terminava a petição rogando ao Príncipe, se dignasse "olhas compadecido para esta comarca, mandando-nos um governador, que sua residência seja nesta vila, Cabeça de Comarca, independendo do General da capitania de São Paulo, e que para criação do dito govêrno é necessário um sujeito sábio e prudente e instruido no modo de governar, saber procurar todos os meios de felicitar os povos, aumentar a agricultura e comércio, cuidar da arrecadação e aumento dos direitos reais e aumentar a população estamos bem informados de que tôdas estas circunstâncias, e o mais que deve ter um bom governador, concorrendo na pessoa do ilustríssimo Pedro Joaquim de Castro Correia e Sá, rogamos a Vossa Alteza Real, seja servido separar esta comarca da capitania de São Paulo, ficando independente daquêle governador e capitão-general".

Era o primeiro brado pela emancipação política do Paraná.

A Correia e Sá, proposto para o cargo de governador da nova comarca, foi enviada cópia da representação.

A 25 de abril de 1812 endereça-lhe a Câmara longo ofício solicitando suas diligências no sentido de se efetivar a almejada separação. Acredita-se que Correia e Sá houvesse trabalhado, com base no relatório que lhe enviara a Câmara, pela causa dos filhos de Paranaguá, indicado que estava para o govêrno da nova unidade. Entretanto, a representação não surtiu o efeito desejado.

O povo paranaense e principalmente de Paranaguá aguardou nova oportunidade, para insistir na autonomia da província. A 15 de julho de 1821 devia ser feito o juramento das "bases da constituição , elaborada pelas Côrtes de Lisboa em face da revolução de 1820.

Hotel Iguaçu

Mariluz Hotel

Nesse dia, o Sargento-mor Francisco Gonçalves da Rocha e o Capitão Inácio Lustosa de Andrade procuraram o Primeiro-Sargento de Milícias Floriano Bento Viana, informando-o sôbre os planos que tinham de aproveitar a solenidade do juramento para dar o brado de separação.

Os dois milicianos "expuzeram-lhe como diz Vieira dos Santos — os grandes vexames que estavam sofrendo com as arbitrariedades e despotismos praticados pelos comandantes militares daquela vila e de outras autoridades, por falta de pronto recurso que havia ao govêrno da Província na distância de cento e dez leguas; e que além disso caminhavam diàriamente, para a mesma capital, muitos recrutamentos, longe de sua Pátria e famílias, ficando estas com a tristeza e miséria quando lhes era arrecadado um filho para estas conscrições; que muitas vêzes era aquêle o único que lhes servia de amparo; e, além de tudo, grandes somas de capitais desta comarca seguiam para o Depósito da Junta da Fazenda, anualmente, ficando esgotada a mesma Câmara de moeda girável; e outras muitas razões ponderáveis e justificáveis; afinal se declararam dizendo-lhes: — "Se você quizer dar o brado de separação nós todos dentro da Câmara o apoiaríamos e ficávamos assim desmembrados de São Paulo".

A resposta de Bento Viana a estas considerações teria sido: "Conheço demais o que me expõem, e se em mim está o bem da minha Pátria, amanhã às horas competentes darei o brado de convite para nossa separação de São Paulo, contanto que me não enganem".

No dia 15 de julho chegara, finalmente, a hora do cumprimento da palavra dada, do juramento solene. Em frente à casa da Câmara estava formado o batalhão e o povo que se juntara para assistir o juramento da constituição.

Houve a solenidade de juramento na sala do Conselho e a seguir o juiz de fora, Dr. Antônio de Azevedo Melo e Carvalho e os membros da Câmara, com o respectivo estandarte, assomaram à sacada, tendo então êsse magistrado proferido o têrmo de juramento. Do lado de fora, o povo e os milicianos responderam: "Assim o juramos" Em seguida explodiram vivas à religião, à constituição e ao Rei D. João VI.

Logo que terminou a solenidade, Floriano Bento Viana, que formava junto com o seu batalhão, deu um passo à frente e formulou o requerimento combinado:

"Ilustríssimos senhores, temos concluido com o nosso juramento de fidelidade, agora queremos que se nomeie um govêrno provisório que nos governe em separado da Província; tornam-se os nossos recursos morosos e cheios de desespêro e que de tudo dê-se parte à Sua Majestade".

O despacho do júri foi êste: "Ainda não é tempo, com vagar se há de representar a Sua Majestade". A êsse despacho do juiz, o intrépido e corajoso sargento retrucou: "O remédio logo se aplica ao mal quando êste aparece e, portanto, não há ocasião melhor nem mais oportuna".

Em face do pronunciamento incisivo do juiz, ninguém mais ousou insistir, apesar do plano anteriormente combinado de apoio integral à proclamação de Bento Viana.

Já tinham sido escolhidos até os nomes das pessôas que deveriam constituir o govêrno da nova província. De acôrdo com uma carta de D. Córdula Rodrigues de França endereçada ao seu filho Capitão José Martins Araújo que explica: "E já até com deputados aqui nomeados sendo autores de tudo o Sargento-mor Rocha e o Sargento-mor Lustosa; para presidente tinham o governador e o ouvidor para vice-presidente. O Sá, dessa, para Secretário da Guerra; para o Interior, José Luiz Pereira. Deputados, pela Agricultura, Bento Gonçalves e José Gonçalves; pelo Comércio, Cap-mor e Bentote; pela Marinha, o Cap. Amaral, do Pilar e pela tropa do coronel dessa, Jacinto e Sargento-mor Bastos e pelo Clero o Padre Antonio dos Morretes e Padre Manoel".

Francisco Negrão, com a sua autoridade de pesquisador e genealogista, esclarece que o presidente seria o Sargento-mor José Vitorino da Rocha; o vice-presidente, o Dr. José Carlos Pereira de Almeida Tôrres, então ouvidor-geral e corregedor da comarca de Curitiba e Paranaguá; o Secretário da Guerra, o Coronel Inácio de Sá Sottomaior, comandante do Regimento de Cavalaria de Curitiba; Secretário do Interior, Capitão José Luiz Pereira; deputado pela Agricultura, Bento Gonçalves Cordeiro do Nascimento e José Gonçalves do Nascimento; deputados pelo Comércio, Capitão-mor Manoel Antônio Pereira e Capitão Bento Antônio da Costa; deputados pela Marinha, Capitão Amaral de Antonina; deputado pela tropa, Capitão Jacinto Xavier das Neves e Sargento-mor Bastos; deputado pelo Clero, Padre Antônio Rodrigues de Carvalho, de Morretes e Padre Manoel Antônio da Costa Nogueira.

O Desembargador José de Azevedo Cabral recebeu ordem de abrir inquérito a respeito do movimento que passou à história do Paraná com o nome de "Conjura Separatista". Todavia, Bento Viana nada sofreu. Conforme observa Vieira dos Santos, aquêle magistrado "nada achou que lhe fôsse culpável a êste cidadão, como órgão da vontade geral de pugnar pela emancipação de sua Pátria".

É bem possível que tenha havido naturais temores da parte daquêles que na hora solene jogaram à fogueira o sargento cuja confiança nos maiorais estipulou a sua coragem. "Contanto que me não enganem" — tinha dito êle.

A resposta pronta e solene do magistrado foi água na fervura. Mas Floriano Bento Viana se projetou na história do Paraná pela sua corajosa atitude, principalmente, de retrucar o juiz que não deferira o seu pedido.

A idéia, porém, não morreu. Em 1832 e 1834 a Câmara de Vereadores fêz representações contra a situação

dominante. Em vista disso, em 1835 a Secretaria dos Negócios do Império solicitou informações a respeito das condições em várias regiões da comarca. As informações prestadas não surtiram efeito, mas ficaram acentuadas as esperanças do povo paranaense de que um dia a mesma se transformaria em realidade.

A idéia separatista nascida com Bento Viana em 1812 jamais desfaleceu e, durante longos anos foi o sonho do povo paranaense, que, aos poucos foi tomando corpo e dominando o pensamento dos habitantes da então Quinta Comarca de São Paulo.

A 17 de maio de 1842 rompeu em Sorocaba o movimento revolucionário chefiado pelo brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar. A região sul do país, por sua vez, desde o ano de 1835 estava agitada com a deflagração da guerra dos farrapos.

Curitiba era ponto delicado em face dêsses dois movimentos revolucionários. O Barão de Monte Alegre, então governador de São Paulo, mandou sondar o ambiente na Quinta Comarca, e o encarregado da tarefa foi João da Silva Machado, mais tarde Barão de Antonina, já conhecido da gente curitibana, como fundador, em 1829, da colônia alemã da Capela da Estrada da Mata, futura cidade de Rio Negro.

João da Silva Machado, que era comerciante de gado, percorria freqüentemente a estrada que do Rio Grande do Sul conduzia para Sorocaba, passando por Curitiba (Caminho de Sorocaba—Viamão).

Tendo dado fiel cumprimento à sua missão de auscultar o pensamento dos homens da Comarca de Curitiba, Silva Machado escreveu a 23 de julho de 1842, minuciosa carta ao governador, dando conta do que observara. Um dos trechos dêsse documento retrata a situação reinante naquela época:

"A notícia da rebelião de Sorocaba derramou aqui a confusão por haver chegado conjuntamente a primeira proclamação, ordens e cartas diversas; em consequência fizeram-se reuniões noturnas. Uns queriam fazer a separação, nomeando presidente; outros, um govêrno provisório de três membros; outros, finalmente, não sei o que, até a Câmara se reunir para dar posse aos empregados policiais; foi quando felizmente chegaram aquelas cartas que V. Exia. mandou pela Marinha com tanta prontidão, que, sendo uma para o Ten.-cel. Miguel Marques dos Santos, que ali se achava, publicou seu contexto à face da Câmara, e como além da recomendação d'ordem lhes assegurava a separação da comarca, elevando-a a Província, ficaram satisfeitos e desamotinaram-se".

Informava ainda Silva Machado que havia empenhado a sua palavra no sentido de que Curitiba havia de ser Província e pedia a Monte Alegre que não o deixasse ficar em falta. Em outra carta enviada ao governador, mais tarde, insistia o futuro Barão de Antonina: "Os curitibanos estão firmes como uma rocha e nada há a temer; porém, minha palavra está empenhada; tendo-lhe prometido (debaixo da proteção de V. Exia.) que esta comarca em breve será separada por um decreto, ela já está de fato e seria espezinhada pela Assembléia provincial se não o verificasse de direito"

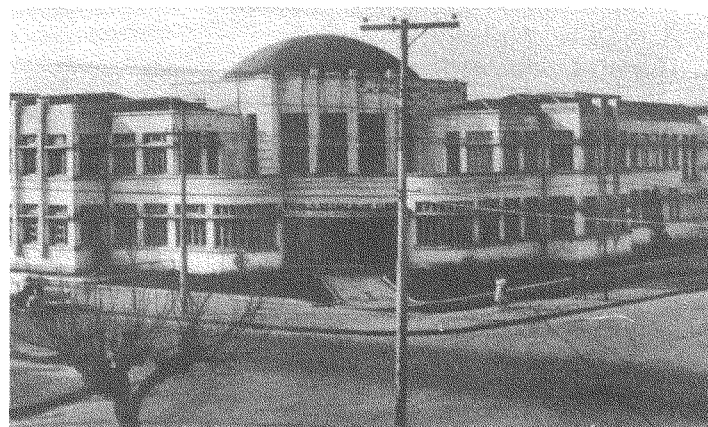
O Barão de Monte Alegre atendeu à observação de João da Silva Machado, pois, a 30 de junho propôs ao Ministro do Império a elevação da Quinta Comarca à categoria de Província. A 30 de setembro eram solicitadas informações sôbre a comarca e a 4 de janeiro de 1845 a Câmara Municipal de Paranaguá respondia aos quesitos e protestava contra a pretensão que tinha a Câmara de Curitiba de fazer desta vila a capital da nova Província.

Igualmente, as Câmaras de Antonina e Morretes colaboraram no ideal de tornar autônoma a província do Paraná, manifestando-se também, junto ao govêrno da capitania de São Paulo. A idéia tomou tamanho vulto que já em abril de 1843 o assunto era ventilado no Congresso Nacional, provocado pela representação federal, com pedido de informações, que prontamente foi atendido pelo Ministro do Império.

Com base nessas informações, a 29 de abril de 1843, Carlos Carneiro de Campos, Visconde de Caravelas, apresentou o projeto de elevação da Quinta Comarca (Curitiba) à categoria de província, justificando-o ampla e documentadamente.

Henrique de Resende, deputado paulista manifestou-se contrário. Temia êle que a medida acarretasse grandes prejuízos para São Paulo, pois havia sido informado de que a maior renda da Província resultava dos direitos sôbre o comércio de tropas que eram cobrados na comarca de Curitiba. Entendia ainda aquêle representante paulista que a revolução de Sorocaba é que tinha motivado a idéia de separação. Acabado o movimento não mais havia necessidade de pensar no assunto. Mas os deputados José Machado, paulista, e Bernardino Jacinto da Veiga, mineiro, se colocaram a favor do projeto. Carneiro da Cunha e Paulo Cândido o combateram.

O jornal paulistano "Governista", colocou-se ao lado dos paranaenses, advogando a causa da Quinta Comarca. Atacando a iniciativa e manifestando-se contra o "Governista", o Padre Diogo Feijó, saiu a público, bradando: "Unidos, somos paulistas mas divididos seremos prêsa do Govêrno".

Enquanto no Congresso Nacional o assunto era discutido, debatido e modificado, Manoel Francisco Correia Júnior, Francisco de Paula e Silva Machado, interpretando os anseios do povo paranaense, não esmoreciam em suas propagandas, feitas por todos os meios, inclusive pelas colunas dos jornais da Côrte. Paula publicava e distribuía

Escola Técnica Municipal

Vista aérea da cidade

os seus escritos em boletins avulsos pelos habitantes da comarca.

Em 1850 retornou o assunto a ser debatido no Congresso, onde transitava o projeto de criação da Província do Amazonas. O senador Batista Oliveira apresentou uma emenda fazendo-o extensivo à comarca de Curitiba o que se vencia para a do Alto Amazonas.

Carneiro de Leão, representante mineiro, colocou-se ao lado do Paraná. Opôs-se à emenda o senador Vergueiro, paulista, que a modificava no sentido de ser a comarca de Curitiba incorporada à Província de Santa Catarina. Finalmente, o projeto foi dividido em dois: um propondo a Província do Amazonas e o outro a do Paraná. O primeiro foi aprovado, pois era assunto proveniente da própria Câmara. O projeto relativo à criação da Província do Paraná foi enviado à Câmara dos Deputados para a necessária discussão.

Sòmente três anos depois, em 1853, o projeto entrava em discussão. Os deputados paulistas conselheiros Nébias e Barbosa da Cunha opinavam pelo adiamento do projeto. Mas, o deputado mineiro Cruz Machado foi o paladino da causa, colocando o problema na ordem de assunto nacional. "Trata-se — dizia êle — de criar um centro administrativo que possa trazer em resultado fortificações e povoações nas nossas fronteiras, antes que, algum tempo adiante, sejamos apanhados desprevenidos, ou antes que apareçam conflitos a respeito do nosso território".

Os representantes paulistas, entretanto, faziam tudo para protelar a aprovação do projeto. O recurso seria a apresentação de emendas. Pacheco Jordão propôs o aumento do número de deputados indicado no projeto. O conselheiro Nébias emendava o projeto com a proposição de que fôsse anexada à Província de São Paulo a parte de Minas Gerais que já pertencia ao bispado de São Paulo. Encontrava-se já em terceira discussão o projeto, quando Ribeiro de Andrade passou a combatê-lo.

Ao iniciar um dos seus últimos discursos, dizia aquêle deputado paulista: "Como o sacerdote acompanha o condenado ao patíbulo ou a vítima ao martírio, para cumprir sua sagrada missão, quero, nêste momento solene da mutilação da Província de São Paulo, proferir algumas palavras sentidas, para lastimar o retalhamento da Província que represento".

De nada adiantou, porém, a enérgica oposição dos representantes paulistas à aprovação do projeto. Depois de mais de quarenta anos do primeiro pedido de separação feito pela Câmara de Paranaguá ao Príncipe Regente D. João VI; decorridos trinta e três anos daquela corajosa atitude de Bento Viana, miliciano e paranaense dos mais ilustres, que, interpretando o desejo e as aspirações do Pa-

raná, requereu, no instante solene em que se procedia ao juramento da constituição aprovada pelas Côrtes de Lisboa, a separação da Quinta Comarca e sua elevação à categoria de Província autônoma; depois dos longos e persistentes trabalhos desempenhados por Paula Gomes, Silva Machado e Correia Júnior; depois de tudo isso, vencidos todos os obstáculos e superadas tôdas as dificuldades, finalmente, o Congresso Nacional aprovava o projeto de lei que criava a Província do Paraná, desmembrando-a da de São Paulo.

O fato auspicioso e há tanto esperado se registrava no dia 20 de agôsto de 1853. Era o Projeto de lei n.º 704, que a 29 do mesmo mês e ano recebeu a sanção imperial e estava assim concebido:

"Art. 1.º — A comarca de Curitiba, na Província de São Paulo, ficou elevada à categoria de província com a denominação de Província do Paraná. A sua extensão e limites serão os mesmos da referida comarca.

Art. 2.º — A nova província terá como capital a cidade de Curitiba, enquanto a Assembléia respectiva não decretar o contrário.

Art. 3.º — A Província do Paraná dará um senador e um deputado à Assembléia-Geral; sua assembléia provincial constará de 20 membros.

Art. 4.º — O Govêrno fica autorizado a criar na mesma Província as estações fiscais indispensáveis para a arrecadação e administração das rendas gerais, submetendo depois o que houver determinado ao conhecimento da Assembléia-Geral para definitiva aprovação.

Art. 5.º — Ficam revogadas as disposições em contrário".

Estava satisfeita a aspiração do povo de Curitiba. Foi uma idéia que nasceu, amadureceu e frutificou sob o calor e o entusiasmo do povo curitibano, da gente do Paraná e de notáveis líderes de outras unidades do Império. Cruz Machado, representante mineiro à Assembléia-Geral, foi o líder e o batalhador destemeroso da causa do Paraná. No senado, Honório Hermeto Carneiro de Leão, marquês do Paraná, garantiu o êxito do empreendimento.

Manoel Francisco Correia Júnior e Francisco de Paula e Silva Gomes foram os propagandistas incansáveis, que para tudo e a todos apelavam no sentido de que fôsse firmada a convicção da necessidade de ser a Quinta Comarca de São Paulo desmembrada e elevada à categoria de província independente.

João da Silva Machado, Barão de Antonina, o notável colonizador e batalhador pelo progresso do Paraná, foi, em todos os momentos históricos da grande cruzada, o homem certo das horas incertas, que garantiu a arrancada do ideal que advogou até que fôsse transformado em realidade.

Floriano Bento Viana, antigo sargento de Milícias, foi o herói da Conjura *Separatista*, aquêle que teve a bravura e o patriotismo de proclamar perante as mais altas autoridades lusitanas, no momento em que se procedia o juramento da constituição, a necessidade de autonomia de Curitiba, da instituição de um govêrno próprio e de ser decretada imediatamente a separação da província, porque "o remédio logo se aplica ao mal quando êste aparece..."

Pela sua coragem e intrepidez, Bento Viana é o herói do movimento que emancipou a Quinta Comarca e instituiu a Província do Paraná.

A notícia da aprovação do projeto pela Câmara dos Deputados e a respectiva sanção por D. Pedro II, correu célere, e dois dias depois, chegava ao conhecimento da Câmara de Vereadores de Curitiba. A êsse respeito escreve Oswaldo Pilotto:

"A 1.º de setembro reuniu-se a Câmara de Curitiba, convocada por "ter chegado a notícia dada por pessoas fidedignas da cidade de Paranaguá de haver, no dia 20 do mês próximo findo, passado na Assembléia-Geral a lei que eleva esta comarca à categoria de Província, pelo que propôs o Sr. Presidente que se devia convidar os habitantes desta cidade para iluminarem suas casas pelo espaço de três dias, bem como para assistirem no dia 4 do corrente, às 10 horas da manhã a um solene *Te Deum* que em ação de graças se há de entoar na Igreja Matriz; assim se resolveu se fizesse público por edital e autorizou-se ao Procurador para satisfazer as despesas necessárias, bem como que se ilumine a casa desta Câmara".

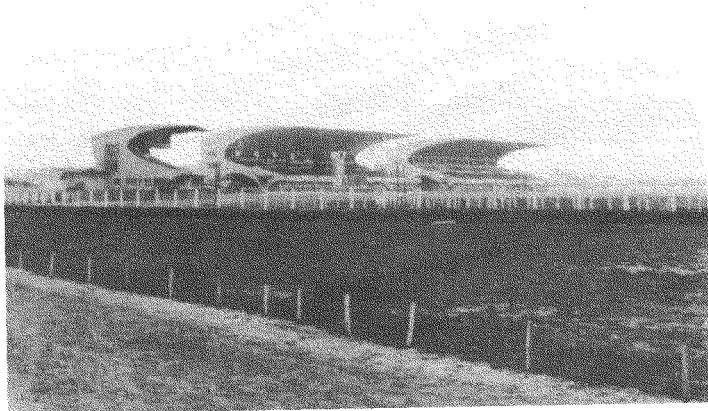
É o que consta da ata da sessão extraordinária da Câmara de Curitiba, realizada no dia 1.º de setembro de 1853.

E foi assim que, pela Lei Imperial n.º 704, de 29 de agôsto de 1853, a Quinta Comarca de São Paulo elevou-se à categoria de província e a antiga vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba passou à categoria de cidade e de capital da nova província, que surgiu com a denominação de Província do Paraná.

Decorrido pouco mais de um mês o povo curitibano e paranaense se preparava, com grandes solenidades e os maiores festejos embalados ao som das músicas etéreas dos pinheirais e pelo ritmo do entusiasmo avassalador, para receber o primeiro presidente da província, aquêle que, em virtude das disposições da Lei n.º 704, viria organizar o govêrno e dar estrutura jurídica às instituições da novel unidade administrativa do Império.

A 3 de outubro a Câmara de Vereadores, aquela mesma grande e notável instituição que, pelo espaço de quase três séculos geriu e administrou a coisa pública, assegurou a integridade da comuna e defendeu as liberdades públicas, aplicando o direito e distribuindo a justiça, em reunião dos seus membros, resolveu nomear uma "co-

Faculdade de Ciências Econômicas

Hospital das Clínicas

Hipódromo do Tarumã

missão encarregada de tudo que fôr tendente à recepção do Presidente". Nessa mesma sessão, deliberou ainda a Câmara "retocar as tintas do edifício da cadeia", autorizando o procurador a pagar as despesas caso não fôsse possível satisfazê-las por subscrição particular". Ainda nessa sessão, "lavrou-se edital convocando os povos para caiar e limpar as frentes de suas casas, bem como o fiscal mandar limpar os arbustos que estão na entrada da estrada de baixo e aquêles que ficarem nos pátios públicos e ruas"

Antes de recordarmos as festividades e alegrias populares da instalação da província e organização do seu primeiro govêrno, com a chegada e tomada de posse do primeiro presidente, o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcelos, nos reportaremos aos primórdios da colonização estrangeira, à chegada a Curitiba de imigrantes europeus, que aqui se integraram e emprestaram a sua contribuição ao progresso e ao desenvolvimento do Paraná e de sua grande e progressista capital.

Demos a palavra a Newton Carneiro, para que fale a respeito dos primitivos movimentos migratórios, da contribuição européia, que haveria de dar uma nova feição à nossa cultura, à nossa vida e à nossa civilização:

"E surge, então, uma etapa nova em nossa morfologia política e social. Começam a chegar os homens louros que galgam os contrafortes do planalto na esperança de aqui respirarem um ar mais leve, uma atmosfera menos imobilizadora e mais propícia às atividades incontidas que o pioneirismo exige. Vêm aos pares, depois aos grupos, aqui fazem uma constatação inesperada e surpreendente: o clima era europeu,. menos agrestes as ralas capoeiras dos arredores de Curitiba, bucólicas e pitorescas como as pastagens da Turingia e da Morávia os nossos Campos Gerais, e a rainha da nossa flora, a soberba "araucária brasiliensis", tão inspiradora, decorativa e estética evocava — com sua majestade militar -- as coníferas dos Cárpatos e da Boêmia.

"O fluxo imigratório adensa-se com a propaganda que daqui fazem os primeiros colonos e é tão maciça, tão volumosa essa torrente humana, que os nossos hábitos, o nosso gôsto, os nossos pendores vão — aos poucos — perdendo o seu cunho aportuguesado. A terra e a gente os acolhem aberta e generosamente.

"Ao em vez de moldarem-se ao nosso trato, são os mamelucos que se arianizam no amaneiramento europeizante. Não fôsse o repicar tristonho e intermitente dos velhos sinos, lembrando os momentos de vida interior, evocando lastros espirituais amortecidos, comprometendo o ádvena numa saudade indefinida e morna, e êle se fundiria de pronto nesse cenário novo, ilimitado e hipnotizador.

"Mas também aos sinos no seu apêlo matinal e festivo, cumpria despertar — na repetição insistente do seu chamamento autoritário — cumpria sacudir, cumpria instigar, cumpria fazer polarizar as energias latentes, transformando-as no "elan" realizador que opera os mais surpreendentes cometimentos. Cumprirá lembrar-lhes que lá êles eram menos excedentes humanos, anônimos e supérfluos, aqui seriam os pró-homens de uma cultura nascente e — ainda mais — inspirariam uma nova heráldica, que afidalgaria seus rebentos e seus descendentes, com uma nobreza amadurecida no sazonamento de um trabalho heróico e ininterrupto, amadurecido de forma lenta mas constante e humanizadora".

De fato, os primeiros imigrantes europeus a chegarem em Curitiba eram alemães, e formavam apenas um casal. Procediam da colônia tedesca da Capela da Estrada da Mata, fundada em 1829 por João da Silva Machado, o ilustre Barão de Antonina a quem tantos e tão assinalados serviços deve o Paraná.

O primeiro alemão a aportar ao planalto curitibano foi Miguel Müller, que aqui chegou a pé, em companhia de sua noiva Ana Krantz, com quem se casou mais tarde. Corria o ano de 1833 e, até então, a não serem espanhóis e portuguêses, nenhum outro elemento europeu havia atingido o território curitibano.

Graças à confiança e cooperação dos curitibanos, Miguel Müller conseguiu estabelecer-se em Curitiba com uma pequena ferraria.

No período de 1830 a 1840 Curitiba foi visitada por diversos imigrantes alemães, entre os quais Frederico Guilherme Wirmond, natural da cidade de Colônia e tronco de tradicional família lapeana.

Em 1838 chegaram aqui as famílias Pletz, Stresser e Pichet que, deixando o núcleo colonial de Rio Negro, vieram estabelecer-se em Curitiba. No período de 1833 a 1869 vieram cinqüenta famílias alemãs, as primeiras se dedicaram aos trabalhos de chácaras, e as outras as mais diferentes atividades. As primeiras famílias se estabeleceram no Quarteirão das Mercês; as demais localizaram-se à margem da estrada que do Alto de São Francisco seguia para Santa Felicidade; no Barigui, ao lado esquerdo do Cemitério Municipal; na Estrada do Meio, também conhecida por Açungui Velha; na Estrada Nova do Açungui, no Aú, na Estrada da Graciosa; na Estrada da Graciosa, rumo à colônia Argelina; na Estrada do Portão e na Estrada de Mato Grosso.

Os primeiros esforços para aperfeiçoar a agricultura em Curitiba foram promovidos por Buddelmeyer, em 1856, o qual transportou da Colônia Dona Francisca, em Santa Catarina, em cargueiros, o primeiro carro de quatro rodas, puxado por cavalos e o primeiro arado. Diz o historiador Agostinho Ermelino de Leão que "foi um dia de sucesso, quando o Sr. Buddelmeyer, sentado no carro e guiando o cavalo, passou nas ruas da vilinha. A admiração foi muito grande, pois ninguém imaginava haver carros de quatro rodas e ainda mais, puxados por cavalos!"

Em Curitiba, os alemães se estabeleceram no rocio da cidade, formando o primeiro "cinturão verde" da Capital, que fornecia todos os produtos agrícolas de que necessitava a população curitibana.

O progresso foi rápido e vigoroso, em todos os sentidos. Em 1870, Leopoldo Recher Himdrich Pek, Ernesto Kaener e João Henrique Egilhard apresentaram-se ao vice-presidente da província, no exercício do cargo de presidente. Dr. Agostinho Ermelino de Leão, manifestando o desejo de se estabelecerem no Pilarzinho, nas imediações da Capital.

Era muito próspera a situação da colônia alemã, que se estendia por todo o rocio de Curitiba. O govêrno autorizou o estabelecimento solicitado, mandando demarcar 90 lotes no Pilarzinho, sendo que as despesas correram por conta do crédito de 10 contos de réis, consignados pela Lei n.º 243, de 20 de abril de 1870. O Dr. Agostinho Ermelino de Leão, então presidente, no seu relatório à Assembléia Provincial, diz o seguinte:

"Entendi que não devia perder a ocasião de atrair a emigração de tão bons colonos para a província, que luta com a falta de braços para a cultura de seus vastos e férteis terrenos".

A colônia alemã do Pilarzinho ficou a cargo da Câmara Municipal de Curitiba. O govêrno proporcionou transportes a alguns colonos, de São Francisco a Paranaguá e forneceu alimentação de Antonina a Curitiba e, por mais dois dias, depois de sua chegada a esta Capital.

A partir de 1870 o govêrno provincial começou a impulsionar a colonização no Paraná. E foi a colônia alemã do Pilarzinho a primeira a contar com o apoio oficial. No ano seguinte nova lei era sancionada pelo presidente da província, com o objetivo de estimular e desenvolver a colonização. A Lei n.º 369, de 7 de março de 1871, instituiu um auxílio de oito contos de réis à Companhia Colonizadora que introduzisse na província colonos importados de qualquer país da Europa.

Nesse mesmo ano, o vice-presidente Agostinho Ermelino de Leão, grande incentivador da colonização estrangeira no Paraná, dizia, em seu relatório encaminhado à Assembléia provincial, referindo-se ao rocio de Curitiba:

"Povoado em geral por alemães, ostenta pontos cuidadosamente cultivados e, em suas ondulantes searas tôda a beleza da apurada cultura européia, e abastece de cereais, legumes e outros produtos próprios dos países frios a não pouca avultada população desta ativa e florescente cidade"

Em 1871 a população do rocio era de 2 000 pessoas, inclusive grande número de alemães.

O núcleo colonial alemão de Curitiba, como aconteceu com o do Rio Negro e os demais instalados no Paraná, não era formado apenas por agricultores, mas de profissionais de várias categorias, o que contribuiu sobremaneira para o progresso e desenvolvimento da província. Em Curitiba os alemães desenvolveram intensa atividade, trabalhando, inclusive na construção da Catedral Metropolitana e noutras obras de grande importância.

A partir do ano de 1871 apareceram em Curitiba os imigrantes polonêses e ucraianos. Calcula-se que no período de 1871 a 1934 entraram no Paraná 48 131 polonêses e 19 272 ucraianos. Em Curitiba, êsses imigrantes criaram os seguintes núcleos coloniais: Pilarzinho, em 1871; Abranches, 1873; Santa Cândida, 1875; Santo Inácio, Dom Augusto, D. Pedro, Tomás Coelho, Lamenha, Murici, Zacarias e Moema, em 1876.

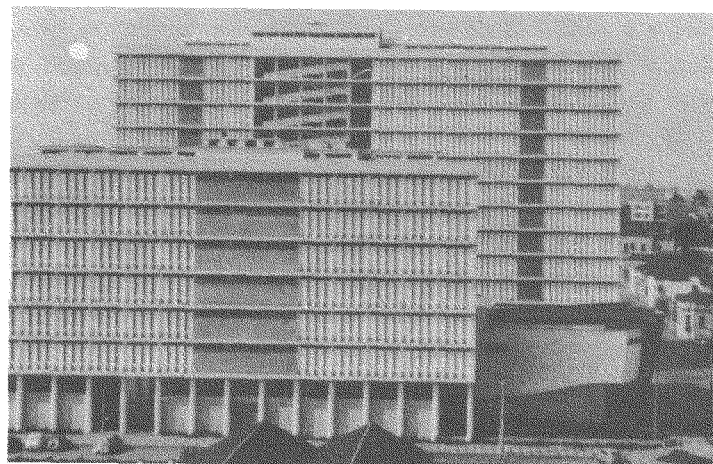
Os núcleos italianos não são dos mais antigos, mas de maior evidência quantitativa e qualitativa. O geógrafo italiano Domênico Bartolotti (*Il Brasile Meridionale*), escreve a propósito: "A primeira colônia italiana foi constituída com cinquenta famílias embarcadas no veleiro "Ana Pizzorno", em fevereiro de 1875. Localizou-se perto da costa, na proximidade de Paranaguá, dando ao lugar o nome de Alexandra. Em 1877 chegaram novos lavradores italianos, que se estabeleceram em tôrno de Morretes, achando uma colonização já iniciada".

Dêsses dois núcleos do litoral, os italianos vieram para Curitiba, aqui se estabelecendo e formando os núcleos coloniais do Açungui, Argelina, Santa Felicidade, Água Verde, Alfredo Chaves (Colombo), Nova Tirol (Piraquara) e outros.

Outros grupos étnicos de menor importância foram chegando e se estabelecendo nos arredores de Curitiba. Em 1847 vieram os franceses, que fundaram a Colônia Tereza e, em 1876, as Colônias Orleãs e Nossa Senhora do Pôrto. A partir do ano de 1865 outros grupos menores aportaram ao território curitibano, tais como, austríacos, inglêses, suecos, holandeses e numerosos outros.

Voltando à criação da Província do Paraná, vamos encontrar a cidade de Curitiba regorgitando de júbilo, o povo azafamado, as autoridades que até então dirigiram os destinos da terra, jungidas ao bastão de comando do govêrno paulista, preocupadas com o futuro da terra e a própria natureza em festa perene, diante dos grandes acontecimentos vividos.

Por Carta Imperial de 27 de setembro de 1853, foi nomeado Presidente da Província do Paraná o Dr. Zacarias de Góes e Vasconcellos, figura que pelas suas qualidades de homem íntegro, administrador inteligente e político perspicaz, estava à altura de montar a administração da nova unidade política do Império.

Paranaguá recebeu o primeiro Presidente da Província com grandes festividades, manifestando-lhe o desejo que tinha de que fôsse ali instalada a capital. Sôbre essa questão diz Rocha Pombo: "Os habitantes desta cidade se empenharam fortemente junto do delegado imperial para que logo ali fizesse a instalação da província e por

Outro aspecto da Faculdade de Ciências Econômicas

muito tempo alimentaram a esperança de que viesse a ser Paranaguá a capital escolhida".

Mas Zacarias de Góes e Vasconcellos trazia instruções para o início do seu govêrno e, além disso, a Lei n.º 704 estabelecia que a sede provisória da província seria Curitiba. Assim, não restavam quaisquer dúvidas a respeito e, no dia 19 de dezembro de 1853 a cidade de Curitiba, engalanada e festiva, recebia os foros de capital da província do Paraná, com a sua instalação oficial, solene e brilhante.

As determinações da Câmara referentes aos retoques de pintura do edifício da cadeia e limpeza das ruas foram cumpridas.

Na sala da Câmara foi feito "um gradil, estrado e dois reposteiros". O dinheiro obtido por subscrição não foi suficiente para pagar tão importantes apTestos. Finalmente, no dia 19 de dezembro, ao conselheiro Zacarias "achando-se presente às onze horas da manhã sendo recebido com tôdas as formalidades do estilo, a Câmara por seu presidente deferiu-lhe o juramento dos santos evangelhos, — depois de ser lida pelo Secretário a Carta Imperial de sua nomeação".

Disso se vê que às Câmaras de Vereadores se conferiam podêres verdadeiramente admiráveis. A Câmara de Curitiba, até então, único órgão do poder público, emanado do povo, assistindo o juramento e dando posse ao primeiro mandatário da Província, a mais alta autoridade regional, de livre escolha e nomeação do Imperador!.

Em seguida realizou-se solene *Te Deum* na Igreja Matriz, em ação de graças, ao qual compareceram, além do Presidente Zacarias de Góes, tôdas as autoridades locais e grande número de populares.

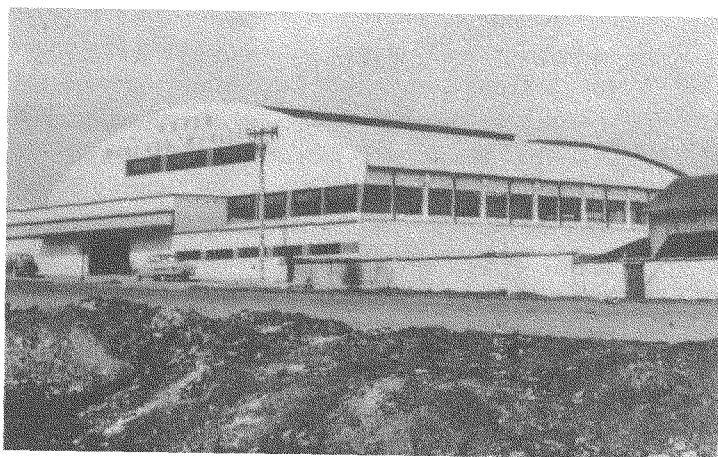
A ata da sessão solene da Câmara Municipal, realizada no dia 19 de dezembro de 1853, é do teor seguinte:

> "Aos desenove de Dezembro de mil oito centos e cincoenta e trez anos n'esta cide. de Coritiba na salla das Sessões Municipaes presentes os Senhores vereadores Ferreira — Enéas — Bandeira — Lustosa de Andre. — Paula Guims. — Borges de Macedo — Moraes — Silveira — e Ferreira da Luz — abrio o Sr. Presidente a presente Sessão e declarou ser motivo d'ella o tomar em consideração o Aviso do Ministerio do Imperio de desenove de Septembro do corrente anno — que foi lido — em que comunica a Camara o achar-se nomeado por Carta Imperial de desesete de Septembro do corr.e ano o Exm.º Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos para Presidente d'esta Provincia do Paraná que foi creada pela Lei n.º 704 de 29 de Agosto ultimo — para que se desse posse e deferisse juramento por seu Secretario sua nomeação solicitando tomar posse no dia de hoje — achando presente as onze horas da manhã — sendo recebido com todas as formalidades do estilo — a Camara por seu Presid.e deferio-lhe o juramento dos Santos Evangelhos — depois de ser lida pelo Secretario a Carta Imperial de sua nomeação — findo o acto retirou-se o Exm.º Presid.e com as m.mas formalid.es. A Camara Municipal deliberou que se fizessem as Camaras Municipaes da Provincia as convenientes participações — afixando-se igualm.e os respectivos Editaes — e concluida a presente Sessão foi a Camara acompanhar o Exm.º Presidente da Prov.ª ao Te Deum e Missa Solemne que em Acção de Graça se celebra na Igreja Matriz — E para constar fiz esta acta em que assinão o Sr. Presid.e e Vereadores da Camara Municipal. E eu Laurindo Abelardo de Brito — Secretario a escrivi. (ass.) Ferr.ª — Moraes — Lustosa d'Andrade — Borges de Macedo — Bandeira — Ferr.ª da Luz — Paula Guim.s — Enéas — Silveira".

A respeito desta ata e do Têrmo de Juramento e posse do Presidente, lavrados por um bacharel que para isso fôra especialmente nomeado, há um particular interessante: o homem não era paranaense. Viu as vibrantes solenidades com os olhos desinteressados do oficial burocrata, que se limita a cumprir fielmente a missão para a qual o designaram. Daí por que ambas as peças saíram lacônicas, insípidas e sem a refulgência que o acontecimento impunha.

O segundo e importante documento está vasado nos seguintes têrmos:

> *Termo de Juramento e posse dados ao Illm.º Exm.º Sr. Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos — Presidente desta Provincia — como abaixo se declara.*
>
> "Aos desenove dias do mez de Dezembro do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e cincoenta e trez no Paço da Camara Municipal d'esta Cidade de Côritiba — achando-se o Presidente e Membros da Camara — sendo presente o Exm.º Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos — que participou a esta Camara achar-se nomeado por sua Magestade o Imperador por Carta Imperial de desesete de Septembro do corrente anno para o cargo de Presidente d'esta Provincia do Paraná — o que foi comunicado por Aviso do Ministerio do Imperio — de desenove de Septembro do corr.e anno — tomou posse e jurou aos Sanctos Evangelhos bem e fielm.e cumprir os deveres do cargo para que foi nomeado. E para constar fiz este termo em que assignão com o Exm.º Presidente juramentado o Presidente e Membros da Camara Municipal. E eu Laurindo Abelardo de Brito — Secretário que o Escrevi. (ass.) Zacarias de Góes e Vasconcellos, Manoel Antonio Ferreira, Joaquim José Pto. Bandeira, Francisco de Paula Guimaraens, Antonio Ricardo Lustoza d'Andrade, Vicente Ferr.ª da Luz, João Silv.ª de Mird.ª, Benedicto Enéas de Paula, Ignacio José de Moraes, Francisco Borges de Macedo".

Francisco Negrão, porém, o cuidadoso pesquisador e estudioso de nossa história, paranaense ,inflamado e entusiasta, não perdoou a frieza do documento e comentou-o com estas palavras:

Super Mercado Municipal

"O Dr. Laurindo Abelardo de Brito foi nomeado e empossado no cargo de Secretário da Câmara, especialmente, para lavrar a ata da sessão de posse e o têrmo de juramento e posse do Dr. Zacarias, no cargo de Presidente, no entanto, o que vemos?

"Essas atas são simplesmente banais, e sem a magnificência que devia revestir a solenidade tão empolgante, e que tão vasto influxo veio trazer a vida da nova Província que se vinha de instalar.

"Nenhuma referência ao regozíjo popular, às festividades públicas e particulares, às iluminações feéricas das ruas e casas particulares, ao apresto dos brilhantes preparativos da Casa da Câmara e do Palácio do Govêrno, feitos por subscrições populares.

"Parece que o Dr. Laurindo não sentiu emoções com êsse fato de tão grandiosa relevância". "Nem a ata foi assinada pelas pessoas gradas e povo, como era de praxe"

No dia seguinte ao da posse do Presidente Zacarias de Góes e Vasconcellos, voltou a Câmara Municipal a se reunir em sessão extraordinária, com o fim de estabelecer relações oficiais com o Presidente da Província, fazendo-lhe uma visita por intermédio de uma Comissão especialmente designada.

Eis o inteiro teor dêsse documento:

"Aos vinte de Dezembro de mil oito centos e cincoenta e trez annos n'esta cidade de Coritiba na salla das Sessões Municipaes presentes os Srs. vereadores Ferr.ª — Bandr.ª — Enéas — Ferr.ª da Luz — Moraes — Lustoza de Andr.e — Borges de Macedo — Silveira — (Manoel Antonio Ferreira, Joaquim José Pinto Bandeira, Benedito Enéas de Paula, Vicente Ferreira da Luz, Inácio José de Morais, Antonio Ricardo Lustoza de Andrade, Francisco Borges de Macedo, João Silveira de Miranda) "abrio o Sr. Presid.e a presente Sessão e declarou ser motivo della o nomear uma Comissão para felicitar o Exm.º Presid.e da Província e protestar adhesão a sua administração e posto em discução deliberou a Camara enviar uma Comissão de trez membros para a qual forão nomeados os Senhores Bandeira — Enéas — e Silveira, resolvendo mais a mesma que a Comissão levando a S. Ex.ª a sua Carta Imperial de nomeação pedisse em nome della o original do discurso recitado pelo Exm.º Presid.e da Provincia na occasião de sua posse na salla da Camara, o que sendo cumprido pela Comissão levantou-se a Sessão por em quanto — e voltando a Comissão partecipou ter sido recebida pelo Exm.º Presidente com especial agrado, e que o havia enviar immediatamente o seu discurso". Leo-se um Officio do Sr. Chefe de Policia comunicando haver tomado posse no dia 19 do corrente — Ficou a Camara inteirada e deliberou que se respondesse — Leo-se um officio do Fiscal da Camara pedindo providencia sobre dois lampeões que se achão na casa de residência do Exm.º Presidente e que pertencendo a ella devião ser acesos a custa da mesma. Foi posto em discução, e discutido suficientemente a Camara deliberou que o Procurador fornecesse com os meios para conservar acesos os referidos lampeões — não excedendo a quantia de vinte mil reis — athe que a Camara podesse receber authorização para essa despesa — a que agora só accede por conhecer sua urgente necessidade".

No mesmo dia (20 de dezembro) o Presidente comunicava a tôdas as Câmaras Municipais a sua posse e dava início à sua administração. O Chefe de Polícia, Dr. Antônio Manoel Fernandes Júnior, nomeado por Carta Imperial de 20 de outubro, tomou posse no dia da instalação do govêrno e dava já as suas primeiras providências oficiais.

Ao partir da Côrte com destino ao Paraná, onde vinha assumir a chefia do govêrno da nova província, Zacarias de Góes e Vasconcellos recebeu instruções por escrito, que constituíam verdadeiro programa de govêrno. Essas instruções consubstanciadas em diversos itens estavam assinadas pelo Ministro do Império, Luiz Pereira de Couto Ferraz e dispunham sôbre os seguintes problemas de ordem administrativa e política: preenchimento de cargos; expedição de ordens no sentido de serem procedidas eleições de deputados à Assembléia Provincial e de um deputado e um senador à Assembléia-Geral; dar informações a respeito da instrução pública, agricultura, comércio, indústria, propondo medidas para o desenvolvimento de tais atividades; mandando conservar em bom estado as estradas, fazendo examinar por engenheiro hábil as mesmas e especialmente a da Graciosa; ter atenção com as estradas que ligam Curitiba com São Francisco e com Guarapuava; propor o que parecesse mais acertado para a criação de núcleos coloniais, promovendo assim o aumento da população livre; informar sôbre a colônia militar do Jataí e a possibilidade da comunicação fluvial com Cuiabá; informar ainda sôbre os aldeamentos indígenas nos campos de Guarapuava e Palmas, lembrando providências para aumento do número dos mesmos; indicar, finalmente, as necessidades da Província, em qualquer ramo do serviço público e cuja solução dependesse do Govêrno ou do Poder Legislativo Federal.

Estava demonstrado nesse documento o interêsse que tinha o Govêrno do Império na prosperidade da nova província, de cujas possibilidades de desenvolvimento e riqueza muito se falava naquela época. Os dois principais problemas com que se preocupou Zacarias de Góes e Vasconcellos, desde a sua chegada a Curitiba, foram a ordem pública e as vias de comunicações e transportes.

Coube à Chefia de Polícia estabelecer os distritos policiais da província e obter das respectivas autoridades informações a respeito das várias regiões do Paraná, do que resultou a descrição geral que fêz das cidades, vilas e

freguesias do território paranaense, com esbôço geográfico das várias regiões e notícia sôbre as belezas naturais.

Pelo relatório do primeiro titular da Chefia de Polícia do Paraná, Dr. Antônio Manoel Fernandes Júnior, sabe-se que, no ano de sua instalação a província se constituía das cidades de Curitiba e Paranaguá; das vilas de Guaratuba, Antonina, Morretes, Príncipe (hoje, Lapa), Castro, São José dos Pinhais e Guarapuava; das freguesias de Campo Largo, Palmeira, Rio Negro, Ponta Grossa, Jaguariaíva e Tibagi; e das capelas curadas de Guaraqueçaba, Iguaçu, Votuverava e Palmas.

Rodrigo Júnior dá a seguinte descrição de Curitiba no ano da instalação da província do Paraná:

"Vila pobre e modesta, tornada cidade em 1842 e capital da nova província por lei de 29 de agôsto de 1853, Curitiba era, no ano em que a focalizamos (1853), uma povoação pequena e insignificante, destituída das galas que hoje a exornam.

"Cidade *in nomine* apenas, constituía um colégio eleitoral com eleitores paroquiais. No conselho de jurados estavam qualificados 226 cidadãos. Contava 5 819 habitantes, dos quais 762 de côr preta. Consoante se deduz do exíguo número dos seus moradores, não passava de um pugilo de casas, mal alinhadas e "separadas umas das outras por cêrcas de tábuas e extensos muros de pedra e taipa". Eram as casas em número de 308, estando 52 em construção.

"Três sobrados, sòmente três sobrados, dominavam a casaria térrea da cidade: um situado no Largo da Ordem, próximo à Capelinha (igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas), outro pertencente a D. Angélica do Biang, e o terceiro, que, mais tarde se chamou irônicamente "Palácio de Cristal", fronteiro à futura rua do Assungui (Mateus Leme dos nossos dias), lado do local batizado pelo povo "Bica do Campo", posteriormente Largo Dezenove de Dezembro.

"Ressentiam-se as ruas da falta de calçamento, e, em muitas delas, ostentavam-se caldeirões temerosos. Estendiam-se, apenas, sôbre o leito dessas *calles* primitivas, algumas pedras, desiguais, mal ajustadas, mal unidas, inclinando-se, de um lado e de outro, para o seu meio, formando uma espécie de vala a fim de dar vazão às correntezas pluviais.

"A rua Fechada (atual José Bonifácio) era a que apresentava melhor aspecto: pedras em forma de lajes, mais bem assentadas, mais bem dispostas, desciam de ambos os lados para o centro da via pública, com declividade suficiente para dar escoamento às águas abundantes que, nos dias tempestuosos, por ali transitavam, em enxurradas, vinda dos pontos mais elevados dessa parte da urbe.

A rua mais movimentada, contudo, era a do Comércio (hoje Marechal Deodoro), onde se achavam estabelecidas lojas de fazendas e armarinhos, negócios de secos e molhados. Existia então na cidade, localizada no pátio da Matriz, uma única padaria, que foi a fornecedora de pão ao Conselheiro Zacarias.

Sob as chuvas de inverno ou de janeiro, transmudavam-se as vias públicas em verdadeiros pantanais, que ùnicamente, o heroísmo da gente necessitada ousava arrostar, ali patinhando, a atolar-se, às vêzes, até os tornozelos.

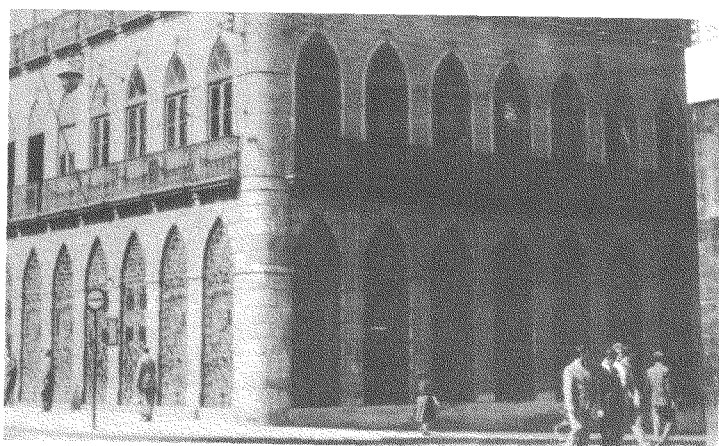
Tribunal de Justiça

De resto, é isto bem compreensível, sabendo-se que grande parte da cidade se encontra assentada num buraco, em local, então, em extremo alagadiço, referindo Jesuíno Silva que, em anos precedentes à época em foco, o futuro Largo do Chafariz (agora Praça Zacarias) tinha uns vislumbres de brejo estendido até a ponte existente sôbre o rio Ivo (situada em frente da atual Rua Marechal Deodoro), com vasto lameiro defronte à residência do Brigadeiro Franco, "onde havia sido montado antes um engenho de socar erva-mate, que já encontramos de todo arruinado". (Refere-se ao engenho do ajudante João Gonçalves Franco). Mais tarde, apesar da pouca solidez do terreno, é que, naquêle largo, se edificaram as primeiras habitações (flanco correspondente à Rua Emiliano Perneta do nosso tempo); depois que, por meio de valas abertas, foi possível conseguir-se a ressecação do aludido banhado.

Em 1853 a Câmara Municipal de Curitiba funcionava quase junto a cadeia (havia um espaço de permeio), situada no pátio da Matriz, na esquina fronteira à atual relojoaria Berta Gomes. Compunham a governança da cidade os vereadores Benedito Enéas de Paula, Fidélis José da Silva Carrão, Manoel José da Cunha Bittencourt, Floriano Berlintes de Castro, Francisco de Paula Guimarães, Inácio José de Morais, Francisco Borges de Macedo e Antônio Ricardo Lustoza de Andrade. sob a presidência do coronel Manoel Antônio Ferreira.

Não se reuniam êsses "homens bons" em dias determinados, havendo semanas inteiras em que deixavam de aparecer na sede da edilidade; provàvelmente a urgência de certos despachos, ou negócios de certa relevância a tratar é que lhes motivava a convocação arbitrária. No mês de junho só se realizou uma sessão, no govêrno da urbe, e esta mesmo extraordinária, por haver precisão de se informar ao Juiz Municipal qual o número de presos existentes na cadeia, e de tratar dos consertos que o mau estado desta prisão estava exigindo.

Era também no pátio da Matriz que se encontrava o mercado de então, chamado pelo povo "as casinhas", sito no local do sobrado em cujo andar térreo vemos hoje o empório de comestíveis "Colombo".

Era constituído de pequenas casas "quase em ruínas" baixas, sem soalho nem fôrro, esburacadas e de "triste aparência". A edificação daquêle lado da futura Praça Tiradentes era tôda formada de moradias de pau-a-pique, achatadas, cobertas de telhas goivas, e esclarecidas por

Banco do Estado do Paraná

janelas baixas. Êste o estilo arquitetônico português, transportado de Lisboa para o nosso país; em Curitiba, desde os tempos da vila, seguiam-no à risca, obedecendo, assim, aos ditames absolutistas da moda.

O perímetro edificado da cidade era delimitado da seguinte forma: ao norte, ao lado do "Palácio de Cristal", a Bica do Campo (posteriormente Praça Dezenove de Dezembro); ao sul, a rua do Comércio (Marechal Deodoro) com a ponte do Ivo e, a seguir, a rua da Entrada (atual Emiliano Perneta), onde havia algumas casas; a leste, a rua da Carioca (Riachuelo), existindo, ao sul desta, onde estão hoje o Clube Curitibano e o baldio à esquerda de Marechal Deodoro, um extenso banhado; e a oeste a rua da Ladeira (Dr. Murici), onde a casa de Ana do Ivo (então existente, em parte, entre o canto atual da "Maison Blanche" e a esquina da "Casa dos Três Irmãos") fechava por êsse lado a rua das Flôres (15 de Novembro).

Circunscrito assim o âmbito citadino, enumeramos-lhe as ruas: a partir do norte para o sul da cidade, em sentido transversal: — rua Nova do Saldanha (atual Presidente Carlos Cavalcanti), rua dos Alemães (13 de Maio), rua do Fogo (São Francisco), rua da Cadeia (mais tarde Praça Municipal), rua Alegre (Cândido de Leão), rua das Flôres (15 de Novembro), rua do Comércio (Marechal Deodoro) e rua da Entrada (Emiliano Perneta); em sentido longitudinal, a partir de leste para oeste da cidade: — rua da Carioca (Riachuelo), rua do Louro (Barão do Sêrro Azul), rua Fechada (José Bonifácio), rua do Rosário e rua da Ladeira (Dr. Murici).

A rua Ébano Pereira (anteriormente Borges de Macedo) existia apenas em projeto, tendo a Câmara deliberado em sessão de 14 de outubro de 1853, que fôsse uma comissão demarcá-la, ali deixando marcos indicadores.

Contavam-se as seguintes travessas: — a da Ordem, mais conhecida por Travessa da Capelinha, entre o largo da Ordem e rua dos Alemães; a da rua Fechada (travessa Iranaí); a da Igreja Matriz (Monsenhor Celso). Havia um único bêco: — o bêco do Inferno (hoje do Marumbi), que, segundo Romário Martins, em 1863, dez anos mais tarde, só possuía uma casa.

Quanto a praças, eram só três as que a cidade possuía: o largo da Ordem (praça Coronel Enéas), denominado pelo vulgo "pátio da Capelinha"; o largo da Matriz, com a designação popular de "Pátio"; e o largo da Ponte (atual praça Zacarias).

Refere Jesuíno Silva que poucas famílias, naquêles ditosos dias, deixavam de ter em casa uma ou mais vacas, as quais, a fim de se lhes tirar o leite de manhã, eram, à tarde, reconduzidas pelos escravos do campo próximo, onde costumavam pastar. Muitos dêsses animais permaneciam, à noite, deitados nas frentes das casas ou nas praças da cidade. Ótimo pasto era-lhes oferecido pelo pátio da Matriz, onde a grama verde se ostentava sempre viçosa.

A cidade, como já dissemos, ainda não possuía iluminação, e, após a morte do dia, ali vagavam, em plena treva, as cabras, bois e cavalos — costume êsse que só foi derrogado, muito tempo depois, em 1875, na administração do Dr. Lamenha Lins, e isto por ter êste distinto Presidente, ao atravessar o largo da Igreja, caído, em grave risco, por cima de uma vaca, que se achava, com muito confôrto, mas pouca reverência, deitada em plena rua da cidade..."

A 8 de maio de 1854, finalmente, as atas da Câmara Municipal já nos fala de "deputados provinciais", o que demonstra já terem sido realizadas eleições a estar prestes a iniciar suas atividades o outro ramo do Legislativo, o de âmbito provincial, com o qual o Presidente Zacarias de Góes e Vasconcellos teria, daí por diante, mais diretas e constantes relações administrativas.

Da sessão do Legislativo Municipal realizada no dia 8 de maio de 1854, constou, entre outras providências, a autorização ao Procurador para satisfazer a despesa de 16$000 (dezesseis mil réis) "pela impreção de trinta exemplares para servirem de Diplomas aos Deputados Provinciais".

Ainda na mesma sessão "foi presente uma circular do Exm.º Presidente da Prov.ª declarando ter adiado a Assembléia Legislativa Provincial para o dia 15 do futuro mez de Julho, ficou a Camr.ª enteligenciada e se officiou ao mesmo Exm.º Senr., accusando o seu recebimento". Noutro trecho da ata se encontra esta passagem importantíssima:

"Forão assinados e remetidos os offícios com os diplomas a Deputados Provinciaes, bem como ao Excelentíssimo Senr. Presidente da Prov.ª a copia authentica da acta da apuração para Deputados Provinciaes na forma determinada pelo art. 88 da lei regulamentar de Eleições".

Eleitos os deputados e instalada a Assembléia Provincial, ficou determinado, pela Lei n.º 1, de 26 de julho de 1854, que fôsse Curitiba a capital da Província. Paranaguá pleiteara ser a sede do govêrno. A Câmara de Guarapuava representou ao Presidente no sentido de que fôsse ali instalada a capital. Mas a primeira lei provincial, votada pela Assembléia e sancionada por Zacarias de Góes e Vasconcellos, ratificou a Lei Imperial n.º 704 e resolveu o problema.

Estava montada e em pleno funcionamento a máquina administrativa da província a cuja frente se encontrava a figura extraordinária de homem público e administrador, que foi o Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos.

Curitiba, a antiga vila de Nossa Senhora da Luz e Bom Jesus dos Pinhais, por determinação de lei, era a capital da novel e esperançosa unidade política do Império Brasileiro.

Logo após a instalação da província — um ano depois — surgia em Curitiba o primeiro jornal, fundado sob os auspícios do presidente Zacarias de Góes e Vasconcellos. Foi o "Dezenove de Dezembro", fundado, dirigido e redatoriado por mais de meio século, por Cândido Martins Lopes, o pioneiro da imprensa no Paraná.

Euclides Bandeira, reportando-se à importância e significação dêsse fato, diz: "A instalação da Província do Paraná e o advento da imprensa curitibana coincidem"; e Osvaldo Pilotto acentua que "a história da imprensa paranaense começa com a história do Paraná".

A 5.ª Comarca de São Paulo até então não contara com os inestimáveis serviços da imprensa. Coube a Cândido Martins Lopes, tipógrafo, natural do Rio de Janeiro, acompanhar Zacarias de Góes, com o propósito de instalar uma tipografia em Curitiba.

Tendo transportado o prelo e todo o material tipográfico necessário, conseguiu instalar a sua tipografia, e a 1.º de abril de 1854 saía à luz o primeiro número do primeiro periódico paranaense: "Dezenove de Dezembro", jornal que, pela sua vida longa e pela inflexível diretriz traçada pelo seu fundador, entrou, com dignidade, para a história da nossa imprensa, como o fixador de todos os instantes da vida e do progresso da província do Paraná. Completara seus trinta e seis anos de existência cheia de glórias, com altivez e suportando os dias amargos em que o Partido Liberal, a que se filiara, caía do poder.

No dia 9 de abril de 1890, depois dos mais altos e notáveis serviços prestados ao Paraná e ao Brasil, deixava, finalmente, de circular o "Dezenove de Dezembro", em virtude dos acontecimentos políticos então ocorridos. Nesse dia o jornal saiu com a primeira página ocupada pelo Decreto de 29 de março, que sujeitava a imprensa ao regime do Decreto n.º 83, de 23 de dezembro de 1889, que limitava a livre manifestação do pensamento.

Em nota inserta no rodapé explicava: "À vista dêste decreto, o "Dezenove de Dezembro" suspende temporàriamente a sua publicação até que se restabeleça a plena liberdade de imprensa". As outras três páginas estavam em branco.

O capitão Cândido Martins Lopes, além de fundador, proprietário e diretor do "Dezenove de Dezembro", exerceu diversas e importantes funções públicas, entre as quais de Procurador interino da Tesouraria Provincial, Juiz de Paz, Subdelegado de Polícia e Vereador à Câmara Municipal de Curitiba.

O "Dezenove de Dezembro" prestou relevantes serviços à administração da província e mereceu inteiro apoio dos primeiros dirigentes do Paraná. O espírito esclarecido do Presidente Zacarias foi solícito em emprestar o concurso eficiente do seu esfôrço, no sentido de dar continuidade de vida e ação dinâmica do semanário de Cândido Martins Lopes.

O próprio Presidente orientava a sua publicação e redigia artigos e informações que eram publicados no "Dezenove de Dezembro". Para custear as despesas decorrentes da publicidade de matéria de interêsse da administração, o govêrno lhe concedia uma subvenção mensal de 60$000 (sessenta mil réis).

Até o ano de 1857 era o único jornal existente em Curitiba. No dia 20 de setembro dêsse ano, circulou a primeira edição do "Jasmim", primeiro órgão literário da província e que teve vida longa e brilhante.

No ano de 1861 surgiu novo jornal de caráter político — o "Mascarado" — e mais tarde, outros órgãos de imprensa foram aparecendo, principalmente, após a proclamação da República.

Outro fato histórico que contou com destacada atuação do povo curitibano foi a guerra do Paraguai, declarada em 1864 por Francisco Solano Lopes, depois de haver aprisionado o vapor brasileiro "Marquez de Olinda" e invadido a província de Mato Grosso.

A fôrça de linha da guarnição de Curitiba, composta de 153 praças e 9 oficiais, tão logo irrompeu a guerra, seguiu para São Paulo, incorporando-se às fôrças expedicionárias do coronel Manoel Pedro Drago.

Por aviso de 4 de agôsto de 1865 foi mobilizada a Guarda Nacional, determinando, ainda, o mesmo Aviso, que 800 homens dessa Guarda seguissem imediatamente para a fronteira. Na mesma ocasião foi nomeado para organizar, instruir e comandar, o tenente-coronel José Maria Barreto Falcão.

Êsses guardas nacionais constituíram um batalhão de infantaria, um esquadrão de cavalaria e uma companhia de artilharia, corpos êsses que "atingiram a um alto estado de disciplina e eficiência", de acôrdo com informações contidas nos relatórios oficiais.

Ainda em 1865 seguiram para o Rio de Janeiro os primeiros voluntários da pátria que, em número de 78 praças e 3 oficiais, foram incluídos no 4.º Batalhão de Infantaria, que dali seguiu para o teatro da guerra, e um Batalhão de quatro companhias, da Guarda Nacional, com 318 praças e 7 oficiais que, a 24 de maio seguiu para Santa Catarina, em trânsito para Montevidéu, sob o comando do major em comissão José Artur de Murinelly.

Até o fim de 1865 o Paraná havia contribuído para a guerra com o total de 1 239 soldados, assim distribuídos: 517 da Guarda Nacional, 416 Voluntários da Pátria, 221 da Fôrça de primeira linha e 85 recrutas.

Com o perpassar dos anos a cidade de Curitiba foi aumentando, sempre e cada vez mais. O "rush" do progresso não cessou jamais de seguir-lhe os passos, acompanhando-a sempre pelo tempo em fora.

Uma descrição sucinta mas completa do que era a capital do Paraná no recuado ano de 1878 foi feita pelo historiador Ermelino Agostinho de Leão. Eis o que nos conta aquêle ilustre e valoroso historiador paranaense:

"Devemos agora recordar o que era a nossa Capital, quando em 1878 cursávamos as aulas do Colégio Curitibano, no Alto de São Francisco.

A cidade já então apresentava indícios de crescente prosperidade; surgiam ruas novas como a dos Alemães, hoje 13 de Maio, a do Riachuelo e tantas outras. A cidade, pròpriamente dita, ficava compreendida entre as ruas Marechal Deodoro, então chamada rua do Imperador, antiga rua do Comércio e a rua de São Francisco; fechavam a quadra as ruas do Riachuelo e a do Rosário e Dr. Murici

até a praça Zacarias, de onde se prolongava o casario pela rua da Entrada, hoje Aquidaban (atual Emiliano Perneta).

Iluminada a querosene, sem calçamento algum, sem diversões permanentes, era Curitiba um vilarejo que mal merecia o nome de Capital da Província.

A rua 15 de Novembro, antiga rua das Flores ou da Imperatriz, era a principal da cidade. Com exceção dos sobrados Loureiro e Carvalho, as casas muito baixas, não sendo de estranhar o fato de terem alguns dos visitantes o hábito de colocar os chapéus sôbre os telhados.

As diversões bem raras, eram proporcionadas pelas companhias equestres, sendo frequente a visita da Companhia Circo Pery, que funcionava na Praça Municipal, no local onde hoje se ostenta a estátua do Barão do Rio Branco.

Desde os primeiros espetáculos formavam-se partidos pelas mais famosas artistas da Companhia: o entusiasmo ia num crescendo; as flôres rareavam nos jardins, as palmas ecoavam nas arquibancadas, chapéus eram jogados à arena. Os benefícios das estrêlas realizavam-se com estrondo.

No decorrer do espetáculo distribuíam-se versos em letras de ouro em honra da artista, sendo um exemplar impresso em cetim, entregue na arena, pela comissão dos partidários.

Não ficavam aí as homenagens: fazia-se a entrega de carta de alforria de algum velho escravo em regozijo do festejo: condecorava se a artista com a medalha de ouro especialmente para êsse fim. Coroava-se com grinalda de flôres as mais lindas e raras, enquanto o entusiasmo explodia nas arquibancadas, chegando ao delírio.

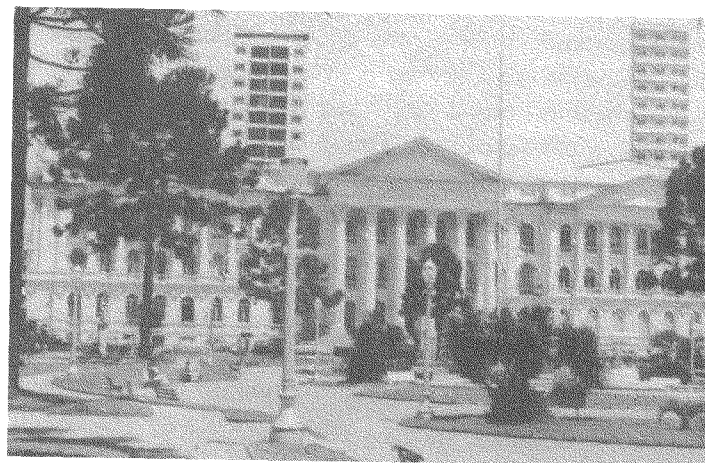
Curitiba não possuía um teatro; assistimos espetáculos na rua do Riachuelo, entre as ruas 13 de Maio e São Francisco, num salão desprovido de todo o confôrto, com grosseiras tábuas servindo de balaustrada aos camarotes.

Depois abriu-se o salão Tivoly, também na rua São Francisco.

As "retraites" das bandas marciais, tinham como pontos de preferência as pontes dos rios Belém, na estrada da Graciosa, e do rio Ivo, na rua 15 de Novembro, pouco aquém do Teatro Central (hoje Cine "Broadway").

Eram extremos da cidade, pois além do rio Ivo, no local onde existem a avenida Luiz Xavier (avenida João Pessoa) e a praça Osório, havia uma restinga de mato. Onde hoje se desdobram numerosas ruas era então o potreiro do Bittencourt, muito abundante de araçás e guabirobas-do-campo, que constituíam as nossas alegrias infantis".

Quase todos os escritores, cronistas e historiadores que se referem à topografia de Curitiba do passado, são unânimes em descrever o terreno em que assentava a cidade como sendo alagadiço e até mesmo pantanoso.

Todavia, sòmente em 1880 cuidou-se objetivamente do problema do saneamento. O Presidente da Província, por Ato de 12 de novembro de 1880, designou uma comissão composta dos engenheiros Drs. Francisco Antônio Monteiro Tourinho, Francisco Clementino e Santiago Dantas, a qual, pela primeira vez, realizou trabalho objetivo e eficiente no sentido de ser dada solução ao grave problema do saneamento de Curitiba, levando a bom têrmo as suas atividades.

Praça Santos Andrade e Universidade do Paraná

Ainda no dia 28 de agôsto de 1880, o engenheiro Joaquim Rodrigues Antunes assinou contrato com o govêrno da Província, para proceder ao abastecimento de água potável à cidade de Curitiba.

No início do ano de 1880, quando ocupava o cargo de Presidente da Província o Dr. Manoel Pinto de Souza Dantas Filho, registrou-se um dos acontecimentos da mais alta significação para a história de Curitiba: a visita do Imperador D. Pedro II e sua digna consorte, Imperatriz D. Tereza Cristina.

Tendo recebido comunicação de que havia sido designada a data em que o Imperador e sua real comitiva deixariam a Côrte com destino ao Paraná, as autoridades municipais e provinciais tomaram, imediatamente, tôdas as providências no sentido de serem condignamente recepcionados em Curitiba os imperiais visitantes, à sua chegada em Curitiba e durante todo o tempo de sua permanência no Paraná.

A Câmara Municipal, em sessão realizada no dia 28 de janeiro de 1880 tomou importantes deliberações, mandando afixar o seguinte Edital:

"A Câmara Municipal de Curitiba convida a todos os moradores desta cidade para, no prazo de 8 dias, a contar da publicação dêste, mandarem caiar as frentes de suas casas e limparem as valetas e ruas correspondentes às mesmas, sob pena de multa. Do que, para constar lavrou o presente Edital. Em 28 de janeiro de 1880. (as.) José Lourenço de Vasconcellos Chaves, Presidente".

No dia seguinte (29 de janeiro), a Câmara Municipal realizava nova sessão com o fim de tratar da elaboração do programa da visita do Imperador. Nessa sessão, o vereador Ferreira de Moura fêz a seguinte indicação, que foi aprovada por unanimidade:

"Indico que por tão faustoso acontecimento, se convide as Câmaras Municipais de Campo Largo, São José dos Pinhais, Arraial Queimado e Votuverava, para comparecerem no dia da chegada de Sua Majestade a esta cidade e pedir aquelas Câmaras que convidem a seus munícipes para também comparecerem na ocasião, dando-se prèviamente o necessário aviso do dia certo da chegada de S.M. o Imperador".

Universidade do Paraná, onde funcionam as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras

Todavia, por motivos alheios à sua vontade, o Imperador foi obrigado a adiar a visita ao Paraná. E as autoridades municipais e provinciais suspenderam, temporàriamente, as suas atividades referentes à elaboração do programa.

Voltando às suas atividades, em virtude de haver sido designada a data da visita do Imperador, o govêrno provincial constituiu e nomeou a seguinte "Comissão de Recepção de Suas Magestades Imperiais": Dr. Luiz Barreto Corrêa de Menezes, Dr. Sérgio Francisco de Souza Castro, Dr. Agostinho Ermelino de Leão, Dr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho, Dr. Francisco Alves Guimarães, Dr. Antonio Carlos Pires de Carvalho e Albuquerque, Dr. João José Pedrosa, Dr. José Lourenço de Sá Ribas, Dr. João Batista Ribeiro, Major Luiz Manoel Agner, Tenente-coronel Benedicto Enéas de Paula, Ildefonso Pereira Corrêa, Comendador Antonio Ricardo dos Santos, Antonio Martins Franco, Capitão Augusto Stellfeld, Alfredo Caetano Munhós e Antonio Ricardo Lustoza de Andrade.

Entretanto, só em 12 de maio de 1880 a Comissão de Recepção dava à publicidade o programa de recepção ao Imperador D. Pedro II, D. Tereza Cristina e sua imperial comitiva cuja chegada a Curitiba era aguardada para breve.

E já no dia 18 do mesmo mês, viajando pelo paquête "Rio Grande", depois das comunicações devidas, chegava ao Pôrto de Paranaguá o grande monarca brasileiro, sendo recepcionado naquela cidade pelo Presidente da Província, Presidente da Câmara Municipal, outras altas autoridades e enorme massa popular.

O Presidente da Província, que se encontrava em Paranaguá, no momento da chegada do Imperador Dom Pedro II, dirigiu ao Chefe de Polícia o seguinte telegrama: — "São tres e meia da tarde: estão entrando na barra os transportes em que entram SS.MM.II. conforme o sinal do telegrafo marítimo".

Pouco depois, novo despacho telegráfico era enviado ao Chefe de Polícia, pelo mais alto magistrado provincial, redigido nestes têrmos: — "Suas Magestades Imperiais acabam desembarcar seis e meia da tarde. Grandes demonstrações regozijos".

Por sua vez, o Delegado de Polícia de Paranaguá endereçou ao Chefe de Polícia o seguinte telegrama: — "SS.MM. chegaram às 5 e um quarto, embarcaram no ancoradouro da Cutinga e desembarcaram nesta cidade às 6 e meia. Muito regozijo no desembarque. haviam de 900 a 1 000 pessoas. O temporal de chuva felizmente cessou"

No dia seguinte a comitiva imperial, deixando Paranaguá, rumou para Antonina, iniciando sua viagem para Curitiba, onde chegou à tarde do dia 21 de maio de 1880. A cidade estava engalanada. O povo curitibano, tendo à frente as suas mais altas autoridades, prestou as maiores e mais entusiásticas homenagens ao ilustre Imperador do Brasil e à Imperatriz D. Tereza Cristina.

Comissões de cavalarianos e de colonos alemães, com seus trajes característicos, foram "encontrar" e recepcionar a D. Pedro II e sua brilhante comitiva, em pontos distantes da cidade. Ao aproximar-se da capital a caravana imperial foi saudada com numerosas salvas de artilharia, havendo entusiástica queima de fogos, soltura de "balões" etc.

Após sua entrada solene e triunfal em Curitiba, o Imperador e a Imperatriz foram hospedados no Paço Imperial para isso preparado especialmente pela Comissão de Recepção e Festejos, numa casa situada na atual rua Marechal Deodoro, antiga rua do Comércio. Ali, no mesmo dia de sua chegada em Curitiba, os Augustos Imperadores recepcionaram as autoridades, pessoas e representantes dos vários municípios do interior. Estiveram presentes os representantes das Câmaras Municipais de Curitiba, São José dos Pinhais, Votuverava (atual Rio Branco do Sul), Pôrto de Cima, São José da Boa Vista, Ponta Grossa e Castro.

No dia 22 de maio, D. Pedro II, acompanhado de autoridades e membros de sua comitiva, visitou o Museu Imperial, fundado em 1876, onde foi recebido pelo Diretor e fundador daquela instituição, Dr. Agostinho Ermelino de Leão e pelo Dr. Constante Coelho, além de numeroso público, que ali se encontrava, a fim de render as suas homenagens ao máximo dirigente brasileiro.

Ainda no mesmo dia, presentes o Imperador D. Pedro II, o Ministro da Agricultura, o Presidente da Província e outras altas autoridades, procedeu-se à inauguração, com extraordinária pompa e brilhantismo, do Hospital de Caridade de Curitiba, construído por iniciativa do humanitário médico Dr. José Cândido da Silva Murici, um dos seus mais dinâmicos e esforçados fundadores.

No dia 23 de maio, no Museu Provincial, presentes o Imperador e a Imperatriz, foi feita a estréia, com enorme sucesso, do "Hino do Guaíra" (marcha triunfal), de autoria do Dr. João Manoel da Cunha e dedicado às Suas Majestades, como homenagem especial.

Em sessão extraordinária, realizada no dia 24 de maio de 1880, a Câmara Municipal de Curitiba, comemorando *ad perpetuam Rei memoriam* a visita do Imperador D. Pedro II e sua digníssima consorte, em homenagem a SS.MM. Imperiais resolveu denominar: 1) *Praça de Pedro II* — ao então Largo da Matriz; 2) *Rua da Imperatriz* — à então rua das Flôres; e 3) *Rua do Imperador* — à então Rua do Comércio.

Depois de importante programa desenvolvido em Curitiba, os nobres visitantes resolveram efetuar uma visita às vilas de Campo Largo, Palmeira, Ponta Grossa, Lapa e Castro. Assim, às 9 horas da manhã do dia 24 de maio de 1880, o Imperador e a Imperatriz, acompanhados

Vista aérea parcial da cidade

de brilhante comitiva, deixaram a capital do Paraná, partindo com destino à vila de Campo Largo.

Na dia 31 do mesmo mês, depois das visitas feitas às vilas mencionadas, a comitiva imperial retornava a Curitiba, onde chegou após a meia noite.

A 2 de junho foi feito o lançamento oficial da pedra fundamental da Penitenciária do Paraná, em solenidade presidida pelo Imperador D. Pedro II e com a presença do Presidente da Província Dr. Souza Dantas Filho e demais altas autoridades.

Finalmente, no dia 4 de junho, às 14 horas, D. Pedro II e D. Tereza Maria Cristina, depois de haverem cumprido importante e histórico programa em território paranaense, partiram de Curitiba, com destino ao Pôrto de Antonina, de regresso de sua longa viagem ao Paraná. Ao bota-fora de Suas Majestades Imperiais, que estêve concorridíssimo, compareceram o Presidente da Província, Dr. Manoel Pinto de Souza Dantas Filho, o Presidente da Câmara Municipal, da Assembléia Provincial, demais altas autoridades e grande massa popular.

Conforme noticiaram os jornais da Côrte, a 30 de junho de 1880, o Ministério do Império encaminhou ao Arquivo Público do Império, para ser guardada, a *Chave da Cidade de Curitiba* entregue ào Imperador D. Pedro II, na ocasião de sua visita ao Paraná.

Já no tempo da visita de D. Pedro II à província do Paraná, havia sido iniciado e se encontrava em plena efervescência o movimento abolicionista. A propósito, conta-se a história do Major Ferreira, abastado fazendeiro dos Campos Gerais, que hospedando em sua casa o Imperador, depois da refeição, que não brilhou em requintes de fartura, teria dito: "Senhor Imperador, eu poderia ter matado mais um peru, mais um leitão para obsequiar V.M. Mas não quis: preferi que, em comemoração à honra da visita, V.M. concedesse as cartas de alforria aos meus escravos, que aqui entrego, pois penso que assim serei mais agradável à V.M." Esta atitude do fidalgo fazendeiro dos Campos Gerais lhe valeu o título de Barão de Guaraúna, com que D. Pedro II o condecorou.

Por um motivo ou outro de satisfação ou homenagem o número de libertos ia crescendo.

Assim foi que, em homenagem aos Augustos Imperadores do Brasil, ainda no ensejo de sua visita ao Paraná, a Baronesa de Tibagi, progenitora do Conselheiro Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, ex-presidente da Província, ex-senador do Império, ex-Ministro da Agricultura etc., concedeu liberdade aos seus escravos de nome Manoel e Raqual, matriculados sob os números 212 e 220, assegurando-lhes alimentos e vestuários durante a sua vida, desde que desejassem permanecer em sua casa.

Mas, foi em Paranaguá que nasceu o movimento abolicionista paranaense. Os jornais abolicionistas e republicanos "Operário da Liberdade" e "Livre Paraná", o primeiro surgido em 1870 sob a direção do jurista e poeta Dr. Antônio de Barros Júnior, e o segundo em 1883, dirigido por Fernando Simas, foram os arautos do movimento abolicionista do povo do litoral paranaense.

A 25 de março de 1888 foi fundada a Confederação Abolicionista Paranaense, que realizou intenso movimento pela libertação de escravos.

Coube a iniciativa dessa organização ao Clube Militar que obteve para isso o concurso da Câmara Municipal, de várias sociedades curitibanas e de órgãos da imprensa.

Presidia o Clube Militar o major Dr. Martins de Melo e a diretoria da Confederação era a seguinte: Presidente, major Frederico Solon Sampaio Ribeiro; vice-presidente, major Antônio Gomes Pimentel; orador, José Francisco da Rocha Pombo; 1.º secretário, Nestor Victor, dos Santos; 2.º secretário, Dr. Francisco Itaciano Teixeira.

Foi em tôrno dessa Confederação que se desenvolveu tôda a campanha abolicionista em Curitiba e no Paraná.

Igualmente empolgante foi o movimento republicano no Paraná.

Os jornais "Operário da Liberdade" e "Livre Paraná", em Paranaguá, foram os paladinos do movimento abolicionista e pugnaram também pela instituição do regime republicano no Brasil. O "Diário Popular", jornal fundado em Curitiba, em 3 de novembro de 1887, pelo jornalista e historiador José Francisco da Rocha Pombo, também contribuiu, de maneira extraordinária para a propaganda dos ideais republicanos.

A 15 de março de 1886 surgia o primeiro número da "A República", órgão do Partido Republicano Paranaense. Êste periódico sòmente desapareceu da circulação em virtude da revolução de outubro de 1930.

O Clube Republicano fundado em Curitiba em 1885 intensificou a campanha republicana e prestou notáveis serviços à causa da implantação do novo regime. A respeito dêsse Clube escreve Romário Martins;

"O Clube Republicano de Curitiba não deixava apaga-se o fogo sagrado do seu ideal e promovia repetidas conferências e *meetings* que se realizavam no Salão Tivolí, à rua de São Francisco onde doutrinam e agitaram a opinião pública da cidade, entre outros, Correia de Freitas, Nestor Vítor, Otávio do Amaral, Emiliano Perneta, Sebastião Paraná, Albino Silva, Vasconcelos etc.".

Ao ser proclamada a República, a 15 de novembro de 1889, encontrava-se na presidência da província o Conselheiro Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, que foi destituído do cargo.

Os jornais "Pátria Livre", "A Ordem" e "A República", a 16 e 17 de novembro fizeram circular boletins que iam anunciando o correr dos acontecimentos no Rio de Janeiro. Êsses boletins, publicando os poucos telegramas recebidos, eram àvidamente procurados, como o seriam hoje, em circunstâncias análogas, as edições especiais, fartamente ilustradas e bombàsticamente apregoadas pelas ruas.

A 17 de novembro, a Câmara Municipal de Curitiba investia no cargo de governador provisório do Estado o comandante da Brigada Coronel Francisco José Cardoso Júnior. Era Presidente do Legislativo Municipal Antônio Ricardo do Nascimento.

Dêsse ato lavrou-se a seguinte ata, documento altamente interessante, de um momento histórico, de relevância nacional:

"A Câmara Municipal da Capital da Provincia do Paraná, hoje Estado Federal do Paraná, o exército e o povo reunidos em sessão pública às onze horas da ma-

nhã do dia dezessete de Novembro de 1889 (mil oitocentos e oitenta e nove) na sala da Câmara aderiram ao Govêrno Republicano instalado no dia 15 do corrente na cidade do Rio de Janeiro sob a presidência do General Deodoro da Fonseca e os cidadãos Tenente Coronel Benjamin Constant e Quintino Bocaiuva, constituidos em govêrno provisório da República Federal Brasileira. E por assim terem resolvido e assentado foi pelo Povo, Exército e Câmara Municipal convidado o Sr. Coronel Francisco José Cardoso Júnior, Comandante da Brigada, a tomar posse, provisòriamente do cargo de Governador Geral do Estado do Paraná. Em ato contínuo o Snr. Presidente da Câmara Municipal, Antonio Ricardo Nascimento, declarou em uma das janelas da Câmara: — *"Está empossado e aclamado pelo Povo, Exército e Câmara Municipal o Snr. Coronel Comandante da Brigada Francisco José Cardoso Junior, do cargo de Governador Geral do Estado do Paraná"*.

E para constar lavrei a presente proclamação em que assinam o Snr. Cel. Francisco José Cardoso Junior, Governador Geral do Estado do Paraná, Câmara Municipal, Povo e Exército. Eu Antonio Ricardo do Nascimento, Presidente da Câmara Municipal da Capital do Estado do Paraná a escrevi. — (a.a.) Francisco José Cardoso Junior. — Antonio Ricardo do Nascimento. (Seguem-se numerosas assinaturas)".

No dia anterior a êsse histórico acontecimento, logo após haver a oficialidade da Brigada aqui comandada pelo Coronel Francisco José Cardoso Júnior, aderido ao movimento revolucionário, tendo comunicado a sua adesão por telegrama expedido a 16, quatro oficiais foram comunicar ao Presidente Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, exibindo-lhe um telegrama do Marechal Deodoro da Fonseca, que incumbia o Coronel Cardoso Júnior da manutenção da ordem, o que valia por uma destituição do Presidente da Província.

Assim compreendendo, o Conselheiro Jesuíno Marcondes oficiou ao Coronel Comandante da Brigada, "declarando finda a sua missão presidencial e oferecendo todo o seu concurso para que a ordem pública não fôsse alterada".

Deixando o poder, o Conselheiro Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, reuniu o Partido Liberal e aconselhou seus correligionários "a atitude imposta pelo patriotismo, de calma, prudência e leal cooperação na obra construtora do novo regime".

Após se haverem sucedido vários governadores durante o ano de 1890, coube ao último dêstes, General Aguiar de Lima, presidir à realização das eleições. Nesse pleito venceu o Partido Liberal, que elegeu a maioria dos deputados à Assembléia Constituinte, a quem coube escolher o Presidente e o Vice-Presidente do Estado.

Foram assim eleitos, pelo Congresso Estadual, o Dr. Generoso Marques dos Santos e o Desembargador Joaquim Inácio Silveira da Mota, respectivamente, para êsses dois postos.

Câmara Municipal

Novos e importantes fatos ainda se desenrolaram na política paranaense, mas já então no âmbito estadual. A República, entretanto, estava feita, e, mais uma vez, coube à Câmara Municipal de Curitiba o primeiro e mais importante passo na instalação do novo regime: foi ainda a Câmara de Vereadores quem primeiro aderiu ao novo regime e deu posse ao primeiro Governador republicano do Paraná.

A Revolução Federalista de 1893, que rebentou no Rio Grande do Sul, sob o comando de Gumercindo Saraiva e motivada por sérios desentendimentos entre os dois grandes chefes políticos de maior evidência no extremo sul do país, teve grande repercussão no Paraná, onde se desenrolaram acontecimentos de suma importância e gravidade.

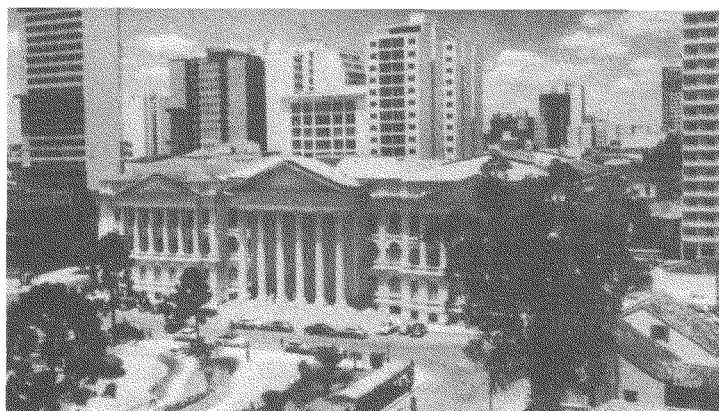
Durante vários dias, enquanto o General Gomes Carneiro, comandando as fôrças legalistas, combatia as tropas revolucionárias no histórico cêrco da Lapa, Curitiba, a capital do Paraná se achava completamente dominada pelos revolucionários. O próprio comandante da praça, General Pêgo Júnior, sentindo a gravidade da situação, abandonou Curitiba, retirando-se para a cidade de Castro.

O Dr. Vicente Machado, vice-governador do Estado, no exercício de governador, resolveu também transferir-se para Castro, para onde mudou, por decreto, a capital do Estado.

Durante o período revolucionário, em menos de quatro meses sucederam-se no poder, nada menos de cinco governadores. Superada a fase revolucionária, voltou ao poder o Dr. Vicente Machado. Exercia o cargo de chefe do distrito militar o General Éverto Quadros.

Numerosas prisões foram então efetuadas. Entre os detidos figurava o Barão do Sêrro Azul, que a 20 de maio foi embarcado com destino a Paranaguá, com mais cinco prisioneiros, de onde deveriam seguir para o Rio de Janeiro.

Mas, à noite, no Quilômetro 65 da Estrada de Ferro Paraná—Santa Catarina o trem parou. O Barão do Sêrro Azul e seus companheiros foram aí fuzilados, no despenhadeiro, sem qualquer espécie de julgamento, no decurso dessa viagem sinistra. Eram seus companheiros Preciliano Correia, Balbino Mendonça, Lourenço de Matos Guedes, José Joaquim Ferreira de Moura e José Lourenço Schleder.

Nos cemitérios de Paranaguá e de Curitiba outras vidas foram roubadas. Ficaram, assim, abertas feridas profundas na família paranaense que relembra com horror os "dias fratricidas" da revolução federalista.

Universidade do Paraná, frente à Praça Santos Andrade

Em 1894 reassume o govêrno do Estado o Dr. Francisco Xavier da Silva, que se licenciara em 1893 e havia de ser o chefe de govêrno probo e realizador, ainda nos períodos iniciados em 1900 e 1908.

As vias de transportes e comunicações, que constituíram preocupação do govêrno de Zacarias de Góes e Vasconcelos, não tardaram a transformar-se em realidade positiva. Em 1873 foi entregue ao livre trânsito a Estrada da Graciosa. As indústrias da madeira e do mate tiveram, com êsse melhoramento, sentido novo para a balança econômica paranaense.

Depois, outra grande aspiração se realizou. Os irmãos Rebouças e o Dr. Teixeira Soares deixaram seus nomes ligados ao grande empreendimento que foi a Estrada de Ferro que, encravada nas encostas da serra do Mar, honrando, pelo arrôjo da obra que ela é, a engenharia nacional, vencia os socalcos da serra e atingia os altiplano do primeiro planalto, ligando o litoral, o Pôrto de Paranaguá a Curitiba.

A primeira fumarada da locomotiva que, em fevereiro de 1885 conduziu o trem inaugural, de Paranaguá a Curitiba, marcou ponto de alta projeção na ascendente linha que, na nossa história, a cronologia registrou.

A estrada da Graciosa voltou a preocupar o govêrno de Carlos Cavalcanti, elevado ao poder em 1912.

Um dos maiores e mais expressivos acontecimentos na história de Curitiba foi a fundação da Universidade do Paraná em 1912. Foram idealizadores e realizadores dessa grandiosa obra os Professôres Drs. Victor Ferreira do Amaral, Nilo Cairo e Pamphilo de Assumpção.

Sôbre a concretização dessa gigantesca e monumental obra assim se exprime o Dr. Victor Amaral:

"A Universidade do Paraná surgiu quase "ex abrupto", sem grande período de incubação: — foi o produto de um gesto quase impulsivo, uma obra de audácia, — "sudentes fortuna juvat" À prematura tentativa da fundação de uma Universidade feita pelo ilustre historiógrafo e fecundo jornalista paranaense, Sr. José Francisco da Rocha Pombo, em 1892, seguiu-se um largo período, em que ninguém, que se saiba, cogitou da fundação de uma Universidade em terras do Paraná".

O documento que tornou realidade a patriótica iniciativa foi a "Ata da Assembléia Geral da Universidade do Paraná", concebida nos seguintes têrmos:

"Aos dezenove dias do mês de Dezembro de mil novecentos e doze, no recinto do Congresso Legislativo, na cidade de Curitiba, reunidos todos os lentes catedráticos e substitutos da Universidade do Paraná, que constam do respectivo têrmo de posse, tomou a palavra o Snr. Dr. Victor Ferreira do Amaral para explicar os motivos da reunião e disse que, na qualidade de presidente da comissão organizadora da Universidade, cumpria-lhe expor aos colegas o assunto que ali os congregava. Há muito, falou o orador, fazia-se sentir em nosso próspero Estado a necessidade da fundação de escolas superiores, pois não sòmente já é hoje elevado o número dos patrícios estudiosos que buscam em outros Estados as academias superiores, mas também é grande o de talentos que, por falta de recursos pecuniários suficientes para fazerem como os outros, aqui ficam estiolando-se e lamentando a falta dessas escolas

onde desejariam aperfeiçoar a sua cultura. Dêsse estado de cousas, há muito surgiu a lembrança da fundação de uma Universidade no Estado, tendo tido a primeira idéia dela o Snr. Rocha Pombo, cujo projeto prematuro não pôde vingar. Depois dêle pensaram na hipótese o orador e o Snr. Pamphilo de Assumpção; e, após os ingentes esforços da comissão da qual agora faz parte o orador, como os do infatigável colega Dr. Nilo Cairo, parece, enfim, chegado o momento de vermos realizado o dourado sonho. Nesta reunião, prossegue, devem ficar lançadas as bases do grande empreendimento; mas também deve ficar bem consignado que não nos propomos fazer rótulos para dourar a ignorância, mas sim ministrar um ensino profícuo e sólido que prepare o aluno para a vida prática. Em seguida, o Dr. Nilo Cairo propõe à assembléia que aclame o Dr. Victor Ferreira do Amaral para presidir os trabalhos, no que é apoiado unânimemente, sob uma salva de palmas. Tomando assento na cadeira, depois de agradecer, o Dr. Victor do Amaral chama para secretários os Doutores Nilo Cairo e Daltro Filho e, ato continuo, concede a palavra ao Dr. Nilo Cairo para dar à casa uma explicação sôbre o projeto de Estatutos organizado pela Comissão e do qual êle fôra relator. Usando a palavra, o Dr. Nilo Cairo leu os principais artigos do referido projeto, estendendo-se em alguns dêles em detalhadas explicações; depois do que, tendo em vista a disposição dos Estatutos que permite suas alterações ulteriores pelo Conselho Superior da Universidade, propõe o orador que se o aprove sem modificações, a fim de evitar debates, para o que não haveria tempo. Posta em discussão e votação a proposta do Dr. Nilo Cairo, e ninguém tomando a palavra, é ela aprovada. Pede então licença para falar o Dr. Nilo Cairo e diz que vai apresentar à assembléia uma chapa de eleição da Diretoria que deve funcionar nos dois próximos anos, rogando, ao mesmo tempo, que lhe perdoem os colegas a imodéstia de se incluir na mesma. Posta em discussão e votação a chapa apresentada, é aprovada, sendo eleitos: Diretor da Universidade do Paraná: Doutor Victor do Amaral; Vice-diretor: Desembargador Doutor Euclides Bevilaqua; Secretário: Dr. Nilo Cairo; Subsecretário: Dr. Daltro Filho; Tesoureiro: Dr. Flávio Luz; Bibliotecário: Dr. Hugo Simas; Conselho Econômico: Drs. Pamphilo de Assumpção, Reynaldo Machado e Arthur Franco. Em vista do dispositivo dos Estatutos, e depois de agradecer a sua eleição, o Dr. Victor do Amaral declara que vai proceder ao sorteio das delegações das várias Congregações que deverão fazer parte do Conselho Superior da Universidade, o qual terá de funcionar durante o ano vindouro, sendo, desta feita, sorteados os Senhores Doutores Benjamin Lins, Vieira Cavalcanti, Afonso Camargo, Vieira de Alencar, Claudino dos Santos, Virgolino Brasil, Arthur Obino, Petit Carneiro, João Espíndola, Moreira Garcez, Adriano Gulin, Manoel Carrão, João Perneta, Plínio Tourinho, Cândido de Abreu, Niepce da Silva, Sebastião Paraná, Arthur Loyola e Generoso Borges, os quais são proclamados e empossados. Pede a palavra depois o Dr. Nilo Cairo para solicitar à casa que conceda uma licença de três meses a dois lentes que se acham na Europa e não podem comparecer, os Srs. Drs. Miguel Santiago e Mattos Azevedo, no que é apoiado. Ainda com

Teatro Guaíra

a palavra, propõe que a assembléia dê plenos poderes à diretoria para providenciar sôbre a instalação dos cursos da Universidade e para adotar e publicar os programas de exames de admissão à matrícula o que, posto em discussão e votação, obtém unânime aprovação. Continuando com a palavra, o mesmo orador propõe que se aclame Diretor honorário o Snr. Dr. Carlos Cavalcanti, presidente do Estado, o que é aprovado por unanimidade. Logo após, o Snr. Presidente marca para as 7 horas da noite, no mesmo local, a sessão magna de instalação e distribuição de diplomas e nomeia as seguintes comissões: recepção de senhoras — Drs. Benjamin Lins, Niepce da Silva, Petit Carneiro, Sebastião Paraná e Arthur Obino; recepção de cavalheiros — Drs. Ericksen Filho, Julio Xavier, Generoso Borges, Pinto Rebelo e Emiliano Perneta. E depois de assinado por todos os presentes o têrmo de posse, o Senhor Presidente declara encerrada a sessão. Em firmeza do que eu, Dr. Nilo Cairo, Secretário, lavrei esta ata que vai assinada por mim e pelo Snr. Diretor da Universidade".

No mesmo dia e local procede-se à instalação solene da Universidade com a presença do mundo oficial e o fato é consignado na ata que a seguir se lavrou:

"Aos dezenove dias do mês de Dezembro de mil novecentos e doze, às sete horas da noite, no recinto do Palácio do Congresso Legislativo do Estado, nesta cidade de Curitiba, reunidos todos os lentes da Universidade, teve lugar a sessão magna, inaugural, de instalação da Universidade do Paraná. Abriu a mesma o Snr. Dr. Victor do Amaral, diretor, que convidou o Snr. Dr. Carlos Cavalcanti, Presidente do Estado e Diretor Honorário da Universidade, a presidir os trabalhos da sessão, bem como o Snr. General Alberto de Abreu, inspetor da 11.ª Região Militar, e o Exm. e Revm.º Snr. Bispo Diocesano D. João Braga a tomarem assento aos lados da mesa. Isto feito, o Snr. Dr. Carlos Cavalcanti proferiu algumas palavras congratulatórias, louvando a fundação da Universidade, depois do que deu a palavra ao Secretário, Senhor Dr. Nilo Cairo, para ler a ata da eleição da diretoria e o têrmo de posse dos membros do corpo docente. Terminada a leitura, manda o Snr. Presidente que o Secretário faça a chamada dos lentes catedráticos e substitutos, aos quais vai distribuindo os respectivos diplomas, que se acham

sôbre a mesa. Terminada a distribuição, o Snr. Presidente dá a palavra ao orador oficial da Universidade, Senhor Dr. Manoel de Cerqueira Daltro Filho, para fazer o discurso inaugural. Esta oração que, por seu tamanho deixa de ser transcrita na ata, será publicada no relatório anual. Findo o discurso do orador, o Snr. Presidente suspendeu a sessão, às oito horas e meia da noite. Em firmeza do que eu, Secretário, Dr. Nilo Cairo da Silva, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelo Snr. Diretor Honorário, Dr. Carlos Cavalcanti".

O Prof. Guarita Cartaxo, referindo-se ao acontecimento, escreve:

"Estava concretizada a idéia da Universidade. Restava pô-la em marcha. Já se haviam escolhido no acanhado meio provinciano de então, entre os profissionais com inclinação para o magisterio, os primeiros professores dos cursos desde logo instalados: direito, engenharia, odontologia, farmácia e comércio. Em prédio à rua Comendador Araújo montaram-se as escolas, a secretaria e a diretoria da Universidade, além de alguns gabinetes. Aos 15 de março de 1913 abrem-se solenemente as aulas com 96 alunos e 26 professores.

"O Estado, ainda no govêrno Carlos Cavalcanti, prossegue o prof. Cartaxo, oficializa a existência da Universidade, em lei votada pelo Congresso Estadual. Era o primeiro triunfo que vinha coroar as primícias ainda incertas do magnífico empreendimento.

"Vale recordar a histórica lei em que se afirmam o espírito público e o discernimento dos estadistas daquêle tempo:

"Lei n.º 1 284 — O Congresso Legislativo do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a lei seguinte:

Art. 1.º — Fica oficialmente reconhecida pelo Estado a Universidade do Paraná, com sede na Capital.

Art. 2.º — Os diplomas da Universidade do Paraná, em igualdade de condições, concorrerão nas nomeações para os cargos estaduais que demandem competência técnica profissional.

Art. 3.º — Fica o poder executivo autorizado a contribuir para a constituição do patrimônio dessa instituição com a quantia que julgar conveniente, revertendo para o Estado em caso de dissolução da Universidade, parte do referido patrimônio, correspondente ao auxílio concedido em virtude desta lei.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

O Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, a faça executar.

Palácio da Presidência do Estado do Paraná, em 27 de Março de 1913, 25.º da República. (ass.) Carlos Cavalcanti de Albuquerque. Marins Alves de Camargo".

Não ficou apenas nisso a cooperação oficial. A fim de que a Universidade pudesse concretizar-se, o govêrno decretou a concessão de um crédito especial de oitenta contos de réis para a construção do seu patrimônio. O Decreto tomou o número 389, de 23 de maio de 1913, e foi o primeiro auxílio oficial.

A cidade se empolgara com a criação da sua Universidade e tôdas as autoridades emprestavam o seu completo apoio a essa iniciativa.

Foi assim que, a 17 de novembro de 1913, o então Prefeito Municipal de Curitiba, Dr. Cândido Ferreira de Abreu, sancionou a Lei n.º 399 da Câmara Municipal, que concedeu, a título gratuito, para patrimônio da Universidade do Paraná, o terreno situado na Praça Santos Andrade, entre as ruas 15 de Novembro, Garibaldi e prolongamento das ruas João Negrão e Marumbi, onde foi construído o majestoso edifício, que tanto orgulha e ufana o povo do Paraná.

O projeto do edifício é de autoria do Dr. Baeta de Faria, professor da Escola de Engenharia, e o construtor da grandiosa obra foi Bortolo Bergonse. Em 1914, embora a obra ainda estivesse inacabada, as faculdades e seus diversos cursos já começaram a funcionar na sede própria.

Nesse mesmo ano os podêres públicos estaduais concederam a primeira subvenção anual à Universidade, cujas dificuldades financeiras eram angustiantes, em face dos encargos e responsabilidades assumidos.

Pela Lei n.º 1 367, de 6 de março de 1914, o Congresso Legislativo do Paraná concedeu um auxílio de trinta e seis contos de réis, por ano, à novel instituição.

Em 1915, em virtude da lei Maximiliano, a Universidade foi desmembrada, a fim de que as Faculdades que a compunham pleiteassem, isoladamente, o seu reconhecimento junto ao govêrno Federal. Isso porque, a lei não permitia a localização de escolas superiores em cidades com menos de cem mil habitantes, e Curitiba apenas contava com 66 mil habitantes.

Em virtude do grande movimento de opinião que então se iniciou no Paraná, com repercussão no Congresso Nacional, foi revogada a exigência da população, mas o Conselho Superior de Ensino indeferiu o pedido de inspeção preliminar da Universidade.

Procedida a reforma dos estatutos, a Universidade ficou reduzida às Faculdades de Direito, com os cursos de Direito e Comércio; Engenharia, com os de Engenharia Civil e Agronomia; Medicina, com os de Medicina e Cirurgia, Farmácia, Odontologia, Obstetrícia e Medicina Veterinária.

Desde então travou-se árdua e indescontinuada luta pela restauração da Universidade do Paraná. Essa campanha contou com o apoio integral dos insignes paranaenses Dr. Victor Ferreira do Amaral, Afonso Camargo, Caetano Munhoz da Rocha, Macedo Filho e Nilo Cairo. Numerosas tentativas de restauração da Universidade fracassaram.

Só em 1946, quando Ministro de Educação o Professor Ernesto Souza Campos a Universidade encontrou eco nos seus pendores pela difusão do ensino universitário.

Nesse ano era Interventor Federal no Paraná o Professor Brasil Pinheiro Machado e deputados federais Erasto Gaertner, Bento Munhoz da Rocha Neto e Aramis de Ataíde, todos professôres da Universidade.

Devido ao gigantesco trabalho desenvolvido por todos êsses ilustres mestres, com o apoio do govêrno do Estado, do Prof. Pedro Calmon e do Ministro da Educação, foi, finalmente, instalada (novamente) a Universidade do Paraná, no dia 1.º de abril de 1946, em solenidade precedida de uma sessão do Conselho Universitário.

Vista aérea da cidade

A ata dessa reunião, lida na de instalação, é o documento básico da reconstituição da Universidade do Paraná.

A restauração da Universidade do Paraná tornou-se realidade com a assinatura do Decreto-lei n.º 9 323, de 6 de junho de 1946, do Presidente da República, que aprovou os Estatutos e equiparou a Universidade do Paraná, concedendo-lhe as regalias de universidade livre.

O govêrno do Estado, que tinha na pessoa do Professor Brasil Pinheiro Machado, então Interventor Federal, um dos maiores lutadores pela reconstituição da Universidade, concedeu, através de dois decretos, auxílios de cinco milhões de cruzeiros, destinado ao fundo Universitário e mais uma subvenção anual de três milhões de cruzeiros.

A obra gigantesca e grandiosa que representa para o Paraná e para o Brasil a Universidade do Paraná, sòmente foi concluída definitivamente com a sua federalização.

Desfraldada a bandeira da federalização, organizou-se uma comissão de Universitários que, no Rio de Janeiro, apresentou ao Presidente da República o pedido do povo paranaense. Integravam essa comissão o governador Moysés Lupion, o reitor da Universidade Prof. Flávio Suplicy de Lacerda, Diretores das Faculdades e Presidentes dos Diretórios e Centros Acadêmicos.

Longo memorial foi entregue ao general Eurico Gaspar Dutra, então Presidente da República, que, juntamente com uma mensagem e exposição de motivos do Ministro da Educação, Dr. Clemente Mariani, foi encaminhado à Câmara dos Deputados em 10 de março de 1950.

Na Câmara o pedido foi recebido com simpatia.

No Senado o Dr. Arthur Santos, Prof. da Universidade do Paraná, discutindo o projeto de federalização de outras instituições universitárias brasileiras, apresentou emenda, incluindo a Universidade do Paraná.

Um substitutivo elaborado pelo Senador Arthur Santos, reunindo tôdas as emendas apresentadas no Senado, dispõe sôbre o sistema federal de ensino superior.

Aprovado êsse substitutivo pelo Senado e posteriormente pela Câmara dos Deputados, o Presidente da República sancionou a Lei n.º 1 254, de 4 de dezembro de 1950, que, entre outras instituições universitárias brasileiras, federalizou a Universidade do Paraná.

Estava assim concluída mais uma etapa de gloriosas lutas da Universidade do Paraná, estabelecimento que honra e dignifica a cultura do povo brasileiro.

Com o decorrer dos anos, Curitiba foi sendo agitada e sacudida por uma crescente onda de progresso e por movimentos das mais diferentes origens; uns, decorrentes do seu agigantado crescimento e evolução; outros, motivados por acontecimentos de amplitude nacional.

Assim, o movimento revolucionário que rebentou a 3 de outubro de 1930, na capital do Estado do Rio Grande do Sul e, concomitantemente, em diversas outras unidades da Federação, tinha raízes profundas no Paraná, e explodiu em Curitiba no dia 5 de outubro daquêle ano, sob a chefia do então major do Exército Plínio Alves Monteiro Tourinho.

No mesmo dia em que rebentou a revolução em Curitiba, foi deposto o Presidente do Estado Dr. Afonso Alves de Camargo, tendo assumido o govêrno o General Mário Tourinho, que nomeou para o cargo de Secretário-Geral do Govêrno o Dr. João Ribeiro de Macedo Filho, Professor da Universidade do Paraná.

Aquêles três cidadãos: Plínio Tourinho, Mário Tourinho e Macedo Filho, foram três nomes que naquele instante supremo da vida paranaense, tranqüilizaram os corações sobressaltados com as primeiras notícias da revolução triunfante.

O comandante em chefe das fôrças revolucionárias, major Plínio Tourinho, garantiu a segurança e a ordem, advertindo, ao mesmo tempo que seriam severos os chefes para com os que abusassem do poder da revolução. Mário Tourinho e Macedo Filho eram outros dois nomes honrados e inspiradores de confiança. Por isso, o povo curitibano e a gente do Paraná confiaram nêles, na sua integridade e no seu elevado padrão de honorabilidade.

Em épocas as mais remotas partiram de Curitiba numerosas expedições ou bandeiras, muitas delas sob a direção e comando de curitibanos natos, que se embrenharam pelo sertão, procurando "alargar a terra" e descobrir novas paragens e novas riquezas naturais.

De Curitiba partiu, em 1720, a bandeira de Zacarias Dias Côrtes a quem se atribui o descobrimento dos Campos de Palmas; a histórica bandeira chefiada por Diogo Pinto de Azevedo Portugal, que em 1809 tomou posse efetiva dos Campos de Guarapuava, dando início ao povoamento da região ocidental do Paraná; Domingos Lopes Cascaes, que penetrou no sertão, navegando "cousa de 70 leguas" através do rio Iguaçu, atingindo as famosas cataratas do Iguaçu em 1768; Francisco Nunes Pereira; Bruno da Costa Filgueira, que em 1769 comandou uma expedição ao sertão, seguindo pela margem direita do rio Iguaçu até atingir a sua barra no rio Paraná; além de muitos outros intrépidos bandeirantes, que realizaram façanhas e feitos de heroísmo e bravura dignos de figurarem na história de uma grande nação.

O povo e as autoridades de Curitiba tomaram parte ativa nas lutas contra Artigas, em 1816, mobilizando os batalhões de milicianos para a defesa dos sertões do sul, além de 400 guerrilheiros curitibanos, que, depois do término da guerra, ficaram residindo em Montevidéu e no Rio Grande do Sul, por semelhança de hábitos com os espanhóis e os gaúchos da fronteira rio-grandense.

Mas a campanha contra Artigas, na Província Oriental do Uruguai e as bandeiras enviadas ao sertão da Comarca de Curitiba, desfalcaram sèriamente as povoações curitibanas e aumentaram as rio-grandenses e uruguaias.

A Revolução Farroupilha que explodiu no Rio Grande do Sul a 20 de setembro de 1835, atingiu de maneira extraordinária, no período de 1838 a 1840, a Comarca de Curitiba, quando, para defesa do sul da província de São Paulo, houve necessidade de reforçar as guarnições, para evitar as tentativas feitas pelos *Farrapos* de invadirem a fronteira, o que realizaram em diversos pontos do território catarinense.

Atendendo à requisição do General Pedro Labatut, comandante em chefe da defesa da província, que chegou a Paranaguá a 7 de fevereiro de 1840, Curitiba forneceu 200 guardas nacionais e mais 200 cavalarianos, de Curitiba e Castro, perfazendo o total de 677 praças fornecidos pelas cidades de Paranaguá, Curitiba, Antonina e Castro, excluindo as fôrças que já ocupavam o setor de Campo do Tenente e depois se incorporaram à Divisão do Rio Negro.

Nos Campos Gerais e Curitiba parece que tinham os *Farrapos* muitos adeptos. A notícia da derrota das fôrças do brigadeiro Francisco Xavier da Cunha, no Passo da Vitória, Rio Grande do Sul, comunicada pelo coronel Correia Júnior ao Capitão Manoel Antônio da Cunha, comandante da guarnição da Vila do Príncipe acrescenta a possibilidade de os rebeldes invadirem a Província "pela estrada do sertão (antiga estrada da Mata), principalmente, com o partido que supõem ter a seu favor, nos Campos Gerais e em Curitiba", — como esclarece um ofício de 26 de dezembro de 1839, transcrito por Vieira dos Santos, em sua *História de Paranaguá*.

A formação e definição do território paranaense e mais, pròpriamente, da Comarca de Curitiba, sofreu, através do tempo e do espaço, numerosas alterações. Focalizando-a em largos traços, assim a descreve Romário Martins:

"Formadas as nossas duas principais vilas, de Paranaguá e Curitiba, de 1661 a 1711 (data da aquisição, pela Coroa, da Capitania de Santo Amaro) ficaram compreendidas na Capitania de Paranaguá, constituidas das quarenta leguas de costa do sul a começar de doze leguas ao sul de Cananéa (Ilha do Mel), na barra de Paranaguá, acabando na terra de Santa Ana (Santa Catarina) a vinte e oito graus e um têrço. Essa era a secção da marinha que constituia a parte sul da antiga Capitania de Santo Amaro, da qual Pero Lopes de Souza foi o primeiro donatário.

Da altura da barra de Paranaguá (Ilha do Mel) para o norte seguia-se o trecho da costa com seu correspondente sertão, que pertencia à donatária de Martim Afonso de Souza, isto é, a Capitania de São Vicente.

Com o desmembramento do território de Minas Gerais da Capitania de São Paulo e reconstituida esta, por Alvará de 2 de dezembro de 1720, ficaram pertencendo à de São Paulo tôdas as vilas do sul de Parati, inclusive, até às indeterminadas fronteiras espanholas. "Pelo sertão, ao norte e ao oeste, as suas fronteiras seriam aquelas que a ousadia dos paulistas traçasse com suas aventuras e conquistas" (Washington Luiz, *Capitania de São Paulo*).

Dentro dêste quadro geográfico existiam então (1720) a cidade de São Paulo e vinte e uma vilas, além de pequenas povoações. Situavam-se em território subordinado à ouvidoria de Paranaguá as vilas paulistas e litorâneas de Iguape, Cananéa, Paranaguá, São Francisco, Ilha de Santa Catarina e Laguna e no interior a de Curitiba, que eram as que existiam, na região, até a margem setentrional do Rio da Prata".

O têrmo da vila de Curitiba, em 1755, confinava com o da vila de Sorocaba pelo rio Itararé; e para a parte do sul sua demarcação era o rio Pelotas. Para êste, abrangia o sertão do Tibagi até o rio Paranapanema, o curso do Ivaí e os campos de Guarapuava.

Em 1809, quando se tratou de povoar os campos de Guarapuava, a Carta Régia de 1.º de abril definiu como limites dessa região os rios Paraná e Uruguai, derrogando tôdas as disposições em contrário.

As fronteiras da Capitania de São Paulo, ao sul, já haviam sido objeto da Carta Régia de 5 de novembro de 1808, estabelecendo que "os terrenos que desaguam no Paraná e formam do outro lado as cabeceiras do Uruguai", estavam todos compreendidos nessa Capitania.

Foram muito numerosas as desanexações de têrmos ou distritos de vilas ocorridas no imenso território meridional da Capitania de São Paulo e que motivaram alterações nas fronteiras da Comarca de Paranaguá e Curitiba. Em 1749 ficou limitada, na costa, pelo rio São Francisco e no interior pelo rio Negro, perdendo, assim, as vilas de Nossa Senhora do Destêrro que passou a constituir a Ouvidoria da Ilha de Santa Catarina e as vilas de Laguna e Rio Grande. Com a criação, em 1821, da Comarca da Ilha de Santa Catarina, foram as vilas de São Francisco do Sul e de Lajes desmembradas da comarca de Paranaguá e Curitiba e compreendidas na comarca criada.

As vilas de Cananéa e de Iguape pertenciam à Comarca de Curitiba em virtude da Lei de 1832, formando então a terceira Comarca de São Paulo. Por fôrça da Lei n.º 11, de 17 de abril de 1852 (então Quinta Comarca) aquelas duas vilas foram desanexadas da Comarca, que desde então sòmente compreendia os municípios de Curitiba, Paranaguá, Príncipe (Lapa), Antonina, Morretes, Guaratuba e Castro.

A Lei n.º 704, de 29 de agôsto de 1853, que elevou a Comarca de Curitiba à categoria de província, estabeleceu no seu artigo primeiro, que "a Comarca de Curitiba, na província de São Paulo, ficava elevada à categoria de província, com a denominação de Província do Paraná e que a sua extensão e limites seriam os mesmos da referida Comarca".

Os limites da Comarca eram constituídos pelo conjunto das divisas legais e convencionais dos municípios confinantes já então estabelecidas, como pondera Orville Derby. Ainda sôbre a mesma questão, diz Ermelino de Leão:

"A tentativa do Senado Imperial, em 1856, visando declinar em lei os limites da província e para êsse fim dirigindo consultas às Câmaras interessadas, não pode significar que faltasse ao Paraná o requisito necessário de uma demarcação legal. Nem isso poderia ser o pensamento do legislador brasileiro, atendendo-se a que o expresso na Lei n.º 704, mandando conservar a mesma extensão e limites da antiga Comarca, revela, muito ao contrário — que existiam e eram reconhecidas as divisas comerciais, que passaram à categoria de limites provinciais"

Ao ser criada a província do Paraná os limites da Comarca de Curitiba, "legais, históricos ou convencionais", eram os seguintes:

Com a província de São Paulo: pelo rio Ararapira até o istmo do Varadouro, daí ao espigão divisor das águas das baías do Mar Pequeno, por êste, pelos rios Ribeira e Itapirapuan até às nascentes dêste na serra do mesmo nome, daí em direção às cabeceiras do rio Itararé, por êste até sua foz no rio Paraná;

Com a província de Santa Catarina: da barra do Saí-guaçu às nascentes do rio Negro, por êste até a sua confluência do Iguaçu, pelo rio Preto até as suas nascentes na serra do Espirgão, por esta até o rio Marombas, por êste até sua confluência no rio Uruguai;

Com a província do Rio Grande do Sul: o rio Uruguai e por êste até a foz do rio Paperi-Guaçu;

Com as repúblicas da Argentina e do Paraguai: os limites do Império; e

Com a província de Mato Grosso: Pelo talvegue do rio Paraná, a partir do salto grande das Sete Quedas até a barra do Paranapanema.

A respeito dos limites do Paraná com Santa Catarina surgiu uma questão, que ficou conhecida na história do Brasil pela denominação de "Guerra do Contestado", a qual, durante muitos anos agitou a opinião pública brasileira e que custou muito sangue aos povos das duas unidades da Federação.

Diversas alterações foram introduzidas, tendo, finalmente, o govêrno de Santa Catarina proposto contra o Paraná uma ação ordinária de reivindicação de limites, que, por sua vez, foi motivo de longos e intermináveis debates no Parlamento Nacional e nos Tribunais do país.

Após muitos anos de luta fratricida e de derramamento de sangue, foi, finalmente, firmado o acôrdo de 20 de outubro de 1916, que pôs têrmo à questão.

Um dos últimos e mais empolgantes capítulos da história de Curitiba é, sem dúvida, aquêle que se refere às comemorações do primeiro centenário da emancipação política do Paraná, através de grandiosas e indeléveis solenidades realizadas durante o mês de agôsto de 1953.

Pelo espaço de vários dias seguidos Curitiba hospedou as mais altas autoridades federais do país e ilustres personalidades do estrangeiro.

O programa oficial comemorativo do I Centenário do Paraná desenvolvido durante o mês de agôsto constou do seguinte.

"Dia 7 (início das solenidades), às 18 horas — Inauguração do edifício da Faculdade de Direito de Curitiba.

Dia 10, às 9 horas — Abertura dos Jogos Infantis Escolares, a cargo do Departamento de Educação Física da Secretaria de Educação e Cultura. Grandes demonstrações de ginástica rítmica. Cantos corais e desfile de atletas, no Estádio Ferroviário. Às 20 horas — Torneio Quadrangular Feminino de Basquetebol, com a participação das representações do Fluminense F.C., C.R. do Flamengo, do Rio de Janeiro, E.C. Sírio de São Paulo e Curitiba F.C., no Ginásio do Clube Atlético Paranaense. Às 20,30 horas — Grande Concêrto Sinfônico sob a regência do Prof. Ludwig Seyer, na Sociedade Concórdia.

Dia 11, às 20 horas — Grande *show* artístico ao ar livre. No *show* das noites de 11, 12, 14, 16 e 17 foram

Fachada da nova sede da Inspetoria Regional de Estatística

apresentados respectivamente festivais das etnias: sírio-libanesa, ucraína, polonesa, germânica, japonêsa, e um festival de todos os folclores, na Praça Tiradentes. Às 20 horas — Prosseguimento do Torneio Feminino de Basquetebol, no ginásio do Clube Atlético Paranaense.

Dia 12, às 8 horas — solenidade da Declaração de Assistência a Oficial, da Polícia Militar do Estado, primeira Turma da Escola de Formação de Oficiais Combatentes. Às 10 horas — Inauguração Oficial da IV Exposição Nacional Canina do Paraná, organizada pelo Paraná Kennel Clube, no estádio do Curitiba Futebol Clube. Às 15 horas — Abertura oficial do Concurso de Vitrinas e Fachadas. Às 20 horas — Grande *show* artístico ao ar livre, na praça Tiradentes e prosseguimento do Torneio Feminino de Basquetebol, no ginásio do Clube Atlético Paranaense. Às 20,30 horas — Representação pelo Grupo Teatral Independente, na Sociedade Rio Branco.

Dia 13, às 16 horas — Partida Internacional de Futebol, no Estádio Ferroviário. Às 19,30 horas — Grande Concêrto Sinfônico pela Banda da Polícia Militar do Estado, na Praça Tiradentes. Às 20 horas — Festival do Centenário, no Graciosa Country Clube. Às 20,30 horas — Reprise da Representação do Grupo Teatral Independente, na Sociedade Rio Branco.

Dia 14, às 20 horas — Grande *show* artístico ao ar livre na Praça Tiradentes.

Dia 15, às 20 horas — Apresentação de grande conjunto orfeônico de senhoritas, a cargo do Instituto de Educação e de Colégios Particulares de Curitiba. Fizeram-se ouvir 1 200 vozes, sob a regência do maestro Bento Mossurunga e Prof. Zuleide Picanço, na Praça Tiradentes. Às 21 horas — Partida Internacional de Futebol, no Estádio Ferroviário.

Dia 16, às 17 horas — Instalação solene do III Congresso Regional de História do Paraná, prestando homenagem a D. Pedro II. Às 20 horas — Noite das etnias estrangeiras. Apresentação de folclores das etnias: japonêsa, ucraína, sírio-libanesa, germânica, francesa, polonesa, italiana, holandesa e da colônia portuguêsa, na Praça Tiradentes.

Dia 17, às 15 horas — Sessão solene da Assembléia Legislativa do Estado, em comemoração da emancipação política do Paraná. Às 19 horas — inauguração das exposições dos livros oferecidos à Biblioteca Pública do Paraná, pelas etnias germânicas, polonesa, japonêsa, italiana, sírio-libanesa e ucraína; exposição de curiosidades de origem germânica; arte gráfica polonesa e arte folclórica ucraína, no Instituto de Educação de Curitiba. Às 20 horas — Grande *show* artístico, ao ar livre, na Praça Tiradentes. Às 23 horas, — Baile de Gala realizado pelos Aspirantes a Oficial, da Polícia Militar, no Círculo Militar.

Dia 18, às 11 horas — Recepção ao Presidente da República, no Aeroporto Afonso Pena. Às 15 horas — Homenagem ao instalador e primeiro presidente da província do Paraná, conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcelos, na Praça Zacarias, junto à herma daquele ilustre estadista. Às 16 horas — Grande desfile escolar, étnico e de escoteiros. Desfilaram com trajes típicos de cada nação, componentes das etnias germânica, polonesa, japonêsa, italiana, ucraína, sírio-libanesa, francesa, holandesa e das comunidades britânica e portuguêsa. Às 18,30 horas — Inauguração do Grupo Escolar Tiradentes, na Praça 19 de Dezembro. Às 20 horas — Grande festival artístico e baile comemorativo do Centenário, para a etnia germânica, na Sociedade Rio Branco. Às 22,30 horas — Recepção oficial do Centenário, oferecida pelo Govêrno do Estado às autoridades e à sociedade, no Clube Curitibano, com a presença do Presidente da República e de todos os hóspedes oficiais.

Dia 19 (Dia do Centenário da Lei n.º 704) — Zero hora — Anúncio festivo e solene do Centenário. Fogos de artifício, acompanhados de toque de sinos, apitos e sirenas de fábricas anunciaram a entrada do novo século de existência do Paraná. No local da recepção falaram os Senhores Presidente da República e Governador do Estado. Às 6 horas — Alvorada do Centenário, pela Banda de Clarins da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, irradiada do alto de um dos arranha-céus da cidade. Às 9,30 horas — Revista e desfile militar. Além da guarnição federal da 5.ª Região Militar, sediada em Curitiba e contingentes da Aeronáutica, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, tomou parte, também, um Destacamento Naval composto das guarnições dos torpedeiros da Armada Nacional, fundeados na baía de Paranaguá, bem como um contingente do Corpo de Fuzileiros Navais, com a respectiva banda de música. Às 10 horas — Hasteamento solene dos pavilhões Nacional e do Paraná, inaugurando-se o Monumento do Centenário (obelisco), na Praça 19 de Dezembro. Às 10,30 horas — Revista às tropas pelos Senhores Presidente da República e Governador do Estado. Às 11 horas — desfile Militar. Às 15 horas — Inauguração no edifício da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários, com a presença do Presidente da República e demais altas autoridades. Sessão solene na Câmara Municipal com a cooperação do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Às 15,30 horas — Inauguração do edifício do Sindicato dos Lojistas e Varejistas do Comércio do Paraná. Às 16 horas — Inauguração da Exposição Internacional do Café e Feira de Curitiba. Usaram da palavra o Ministro da Agricultura, Sr. João Cleofas e o Presidente da Comissão de Comemorações do Centenário, Dr. Brasil Pinheiro Machado. Oferecimento de medalhas de ouro da Exposição e da Feira ao Presidente da Repú-

blica. Às 19,30 horas — Abertura ao público dos portões da Exposição Internacional do Café e Feira de Curitiba. O Govêrno do Estado proporcionou ao povo, grandioso espetáculo com fogos de artifício, baile ao ar livre, número de arte e representações folclóricas. Às 21 horas — Banquete ao Presidente da República e demais autoridades, no Clube Curitibano.

Dia 20, às 9 horas — Grande festa pública ao ar livre, pela Sociedade Duque de Caxias, no arrabalde do Bacacheri. Às 10 horas — Missa oficiada por Dom Manoel da Silveira D'Elboux, Arcebispo Metropolitano de Curitiba, na Praça Tiradentes, em frente à Catedral Metropolitana. Às 11 horas — Conferência dos Governadores dos sete Estados da Bacia do Paraná—Uruguai, com a presença do Presidente da República. Às 13 horas — Almôço do Presidente da República e Governador do Estado, em companhia das respectivas espôsas, no Graciosa Country Clube. Às 15 horas — Solenidade inaugural dos Postos de Puericultura da Campanha do Centenário. Às 15,30 horas — Inauguração da Creche "Dona Darcy", no arrabalde de Santa Quitéria, pela Senhora Flora Munhoz Camargo da Rocha, Presidente da Legião Brasileira de Assistência, Secção do Paraná. Às 15,30 horas — Inauguração de uma placa de bronze no edifício da Biblioteca Pública, como homenagem da etnia polonesa e entrega dos livros oferecidos por essa etnia. Às 15,50 horas — Inauguração do edifício da Caixa de Seguros de Vida dos Funcionários Públicos do Estado do Paraná. Às 17 horas — Festa Turfística do Centenário, no Hipódromo do Guabirotuba, disputando-se os Grandes Prêmios "Paraná do Centenário", "Presidente Getúlio Vargas" e "Governador Bento Munhoz da Rocha Netto". Às 20 horas — Grande baile do grupo étnico germânico, na Sociedade Rio Branco. Às 20,30 horas — Grande espetáculo coreográfico, tendo sido encenada a ópera "Copélia", pelo *ballet* da Sociedade Thalia, sob a direção do prof. Tadeu Morozowicz, no teatro do Colégio Estadual. Às 21 horas — Partida Internacional de Futebol, no Estádio Ferroviário.

Dia 21 — às 8 horas — Natal Popular promovido pela Secção do Paraná da Legião Brasileira de Assistência, com distribuição de roupas e brinquedos, na Praça Tiradentes, pela Sr.ª Flora Munhoz Camargo da Rocha, Presidente daquela entidade. Às 8,30 horas — Regresso do Presidente da República à Capital Federal. Às 13 horas — Visita do Governador do Estado aos torpedeiros da Armada Nacional, fundeados no Pôrto de Paranaguá. Às 15 horas — Descerramento da placa inaugural da Rua Jerônimo Dursky, primeiro colono polonês chegado ao Paraná. Às 20,30 horas — Reprise da ópera "Copélia", no Colégio Estadual.

Dia 22 — às 9 horas — Missa solene na Colônia Abranches, sede da primeira colonização polonesa do Paraná. Inauguração do monumento ao pioneiro da imigração polonesa, Edmundo Sebastião Wos Saporki. Às 11 horas — Inauguração do. Sanatório São Carlos, tendo sido descerrada uma placa alusiva ao Centenário. O Sanatório São Carlos está situado no Bairro do Guabirotuba. Noite de arte da colônia polonesa, com a apresentação do grande pianista Mulkuzinsky, no Colégio Estadual.

Dia 23 — às 17 horas — Inauguração do busto de Paderewiski, no Teatro Guaíra, como homenagem da etnia polonesa. Às 17,30 horas — Encerramento do III Congresso Regional de História do Paraná. Às 21 horas — Banquete oferecido pela etnia polonesa, na Sociedade União.

Dias 25 e 27 — às 10 e 16 horas — Reprises da Ópera "Copélia", no Teatro do Colégio Estadual.

Dia 30 — às 21 horas — Apresentação do Coral Evangélico, com o oratório "São João Batista", de Léo Schneider, no Teatro do Colégio Estadual do Paraná.

Dentre as comemorações que assinalaram a passagem do I Centenário de emancipação política do Paraná, destacaram-se os congressos, reuniões e conferências, muitos dêles de caráter internacional, levados a efeito em Curitiba. A grandiosidade das programações e a alta significação da efeméride comemorada atraíram a atenção de todos os setores da vida nacional e internacional, que fizeram da capital paranaense a sede de suas atividades científicas, políticas, sociais e culturais.

Os certames em referência, quase todos realizados nas dependências do Colégio Estadual do Paraná — o maior estabelecimento de ensino da América do Sul e verdadeiro padrão para edifícios no gênero, foram os seguintes:

V Reunião Nacional de Leprologia, II Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, IX Semana Odontológica Brasileira II Reunião Penitenciária Brasileira VI Congresso Nacional dos Estudantes Secundários, II Congresso Nacional do Ministério Público, II Congresso das Universidades Brasileiras, II Congresso Nacional de Folclore, I Congresso de Normas Técnicas, V Congresso Nacional de Jornalistas V Congresso R.A.R. Reunião de Administradores Rodoviários, I Congresso Florestal e Madeireiro (do I.N.P.), II Congresso Brasileiro de Filosofia, I Congresso Nacional de Educação Física, IV Jornada Brasileira de Radiologia, II Congresso Nacional do Capítulo Brasileiro, I Congresso Pan-Americano do Colégio Internacional de Cirurgiões, XI Congresso Nacional de Educação, Convenção Pan-Americana de Radioamadores, Congresso Nacional dos Servidores Públicos, VII Jornada Brasileira de Obstetrícia e Ginecologia, IX Convenção Brasileira de Farmacêuticos, II Seminário dos Professôres de Farmácia do Brasil, VI Congresso Nacional de Tuberculose, Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Congresso Nacional dos Veteranos de Guerra do Brasil, XI Congresso Brasileiro de Higiene, XI Congresso Brasileiro de Medicina Veterinária, I Congresso Eucarístico Regional, II Congresso Latino-Americano de Psicologia, II Conferência Nacional de Desembargadores, X Reunião Anual de Dermatologia e Sfilografia, II Conferência Rural no Brasil, III Congresso Internacional do Café, III Congresso Filatélico Brasileiro, XIV Congresso Brasileiro de Esperanto e I Congresso de Sociologia no Brasil.

Nos primitivos tempos da vida pública de Curitiba os chefes do Govêrno Municipal eram os presidentes da Câmara de Vereadores. Mais tarde, já no segundo Império, foi criado o cargo de Superintendente Municipal, que era ocupado pelo chefe do executivo Municipal, fican-

do independente o poder legislativo representado pela Câmara Municipal.

Após a proclamação da República foi criado o cargo de Prefeito Municipal, correspondente às antigas denominações dadas ao cargo ocupado pelo chefe do executivo Municipal. Durante o período republicano, ocuparam o cargo de Prefeito Municipal de Curitiba os seguintes cidadãos:

Cândido Ferreira de Abreu, de 5-893 a 12-894; Guilherme Xavier de Miranda, de 12-894 a 11-895; Cyro P. Vellozo, de 11-895 a 9-896; Cícero Gonçalves Marques, de 9-896 a 5-898 e de 7-898 a 5-900; Manoel José Gonçalves (interino), de 5-898 a 7-898 e 10-907; Arthur de Souza Ferreira, de 6-900 a 7-900; Luiz Antonio Xavier, de 9-900 a 6-907; Cícero Gonçalves Marques, de 7-900 a 9-900; Antonio Rodrigues da Costa, de 9-900 a 10-908; Joaquim Pereira de Macedo, de 10-908 a 9-912; João Antônio Xavier, de 9-912 a 9-913; Cândido Ferreira de Abreu, de 1-913 a 12-915; Claudino R. F. dos Santos (ignorado); João Antonio Xavier, de 12-915 a 1-920; J. Moreira Garcês, de 1-920 a 12-927 e de 1-928 a 2-928; João Withers e Francisco de Paula Guimarães, em períodos ignorados; Eurides Cunha, de 12-927 a 1-928 e de 2-928 a 9-930; Joaquim Pereira de Macedo, de 9-930 a 1-932; Avelino Lopes (interino), de 1-932 a 2-932; Jorge L. Meissner, de 2-932 a 6-937; Carlos Heller, de 9-937 a 1-938; Aluízio França, de 6-937 a 9-937; Oscar Borges, de 1-938 a 4-938; J. Moreira Garcês, de 4-938 a 7-940; Rozaldo G. de Mello Leitão, de 7-940 a 10-943; Ângelo Lopes, de 7-938 a 8-938; Hostílio César de Souza Araújo, de 20 a 29-938; Alexande Beltrão, de 10-943 a 2-946; Algacy Munhoz Mäder, de 3-946 a 9-946; João Macedo Souza, de 2-946 a 3-946 e de 9-946 a 10-946; Raul de Azevedo Macedo, de 10-946 a 3-947; Ângelo Lopes, de 3-947 a 12-947; Ney Leprevost, de 27-2-948 a 10-1-949; Linneu Ferreira do Amaral, de 10-1-949 a 30-1-951; Amâncio Moro, de 30 de janeiro de 1951 a 17-7-951; Wallace Thadeu de Mello e Silva, de 17-7-951 a 10-951; Erasto Gaertner, de 10-951 a 16-5-953; José Luiz Guerra Rêgo, de 22-5-953 a 2-4-954; Ernani Santiago de Oliveira, de 2-4-954 a 14-11-954; Ney Amintas de Barros Braga, de 15-11-954 até o presente, devendo o seu mandato expirar-se em 15 de novembro do ano em curso. É o primeiro Prefeito eleito, de Curitiba, desde a Revolução de outubro de 1930.

O distrito de Curitiba foi criado em 1654 e o município a 29 de março de 1693, tendo sido elevado, no mesmo ato, à categoria de vila.

Pela Lei provincial de São Paulo, sob n.º 5, de 5 de fevereiro de 1842, a vila de Curitiba recebeu foros de cidade.

Em virtude da Lei provincial n.º 1, de 26 de julho de 1854, Curitiba foi elevada à categoria de capital da província do Paraná, desmembrada que fôra, em 1853, do território da província de São Paulo.

Por fôrça do Decreto estadual n.º 24, de 18 de janeiro de 1894, perdeu a categoria de capital pelo curto espaço de quatro meses, readquirindo-a, em virtude do Decreto estadual n.º 25, de 29 de abril do mesmo ano.

No ano de 1911 o município de Curitiba era formado apenas do distrito da sede; já em 1929 estava subdividido em 6 distritos de paz, a saber: Curitiba, Campo Magro, Nova Polônia, Portão, São Casemiro do Taboão e Santa Felicidade.

Segundo dados oficiais referentes ao quadro administrativo do Estado do Paraná, em 1933, o município de Curitiba se compunha de 5 distritos de paz, que eram: Curitiba, Nova Polônia, Portão, São Casemiro do Taboão e Santa Felicidade, desaparecendo o distrito de Campo Magro constante da divisão administrativa de 1929.

Na conformidade do quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 6 667, de 31 de março de 1938, Curitiba se constituía de apenas 3 distritos: o da sede (compreendendo as zonas de Curitiba, Portão e São Casemiro do Taboão) e os de Nova Polônia e Santa Felicidade.

Em decorrência do Decreto-lei estadual n.º 7 573, de 20 de outubro de 1938, que fixou a divisão territorial do Estado do Paraná para vigorar no quinqüênio 1939-1943, o município de Curitiba perdeu parte do extinto distrito de Nova Polônia, com a qual se criou no município de Campo Largo o distrito de Ferraria, passando o restante a formar o território do novo distrito de Campo Comprido.

Adquiriu, por outro lado, os distritos-sedes dos extintos municípios de Colombo e Tamandaré, o último dos quais, acrescido do território do distrito de Nossa Senhora da Conceição, também suprimido e que pertencia ao município de Tamandaré, além de parte do distrito-sede do município de Piraquara, anexada ao distrito de Curitiba.

Ainda em consequência dêsse Decreto-lei, o distrito de Curitiba perdeu o território com que se instituiu o distrito de Umbará, no município de Curitiba. Êste, em conseqüência do exposto na mencionada divisão administrativa, aparece composto de 6 distritos: e o da sede (compreendendo as zonas de Curitiba, Portão e São Casemiro do Taboão) e os de Campo Comprido, Colombo, Santa Felicidade, Tamandaré e Umbará.

De acôrdo com as determinações do Decreto-lei estadual n.º 199, de 30 de dezembro de 1943, o município de Curitiba perdeu para o distrito de Piraquara, no município de idêntico nome parte do distrito-sede e, para o município de Colombo, restabelecido o distrito dêsse nome, o de Timoneira (ex-Tamandaré) e parte do de Santa Felicidade.

Conforme a divisão territorial que êsse Decreto-lei estabeleceu para vigorar no qüinqüênio 1944-1948, integravam o município de Curitiba 4 distritos administrativos, a saber: Curitiba (com os distritos judiciários de Curitiba, Portão e Taboão), Santa Felicidade, Campo Comprido e Umbará.

A última alteração havida no quadro territorial e administrativo deu-se em 1952, quando foi criado o distrito administrativo de Tatuquara, desmembrado do de Umbará.

Antes da criação da comarca de Curitiba foi criada a de Paranaguá, em 1723. Entretanto, a divisão da capitania de São Paulo em duas comarcas sòmente se deu em 1725. À nova comarca deviam pertencer as vilas de Iguape, Canéia, São Francisco, Ilha de Santa Catarina,

vila de Laguna e, daí por diante até o rio da Prata, e, serra acima, a Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba, correndo até o lugar das Furnas, inclusive.

Pelo Alvará de 19 de fevereiro de 1812, foi determinado que os ouvidores da comarca de Paranaguá passassem a residir em Curitiba, nova sede da comarca, que recebeu a denominação de comarca de Paranaguá e Curitiba. Ainda no ano de 1812, por Alvará de 16 de dezembro, foi criada a comarca de São Pedro do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, ficando, assim, a comarca de Paranaguá e Curitiba com seus limites ao sul marcados, na costa, pela barra sul do São Francisco, e, no interior, pelo rio Negro.

A Lei n.º 704, de 29 de agôsto de 1853, desmembrou a comarca de Curitiba, transformando-a em província independente, com a denominação de província do Paraná, sendo até então a 5.ª Comarca da Capitania de São Paulo.

Adquirida autonomia política, a província do Paraná iniciou, logo após a sua instalação, a sua legislação própria. Assim, pela Lei provincial n.º 2, de 26 de julho de 1854, criou a comarca de Curitiba, e, pela Lei provincial n.º 1, de igual data, Curitiba fôra escolhida para capital da nova província.

Em atos posteriores, que deixam de ser mencionados por absoluta impossibilidade a comarca de Curitiba foi sendo desmembrada e outras comarcas, como as de Campo Largo, São José dos Pinhais, Castro, Ponta Grossa etc., foram surgindo.

De acôrdo com o quadro da divisão territorial de 31 de dezembro de 1936, a comarca de Curitiba era composta de três têrmos: o da sede, compreendendo os municípios de Curitiba, Piraquara, Rio Branco e Tamandaré; o de Araucária e o de Colombo, com o município dêsse nome e os de Bocaiúva e Campina Grande.

Já o quadro territorial de 31 de dezembro de 1937, bem como o Anexo ao Decreto-lei estadual n.º 6 667, de 31 de março de 1948, fazia com que a comarca de Curitiba compreendesse unicamente o têrmo-sede, a que, no entanto, ficaram jurisdicionados 5 municípios, a saber: Curitiba, Bocaiúva, Piraquara, Rio Branco e Tamandaré.

Em virtude do Decreto-lei estadual n.º 7 573, de 20 de outubro de 1938, o têrmo de Curitiba perdeu os municípios de Rio Branco e Tamandaré, por terem sido extintos: o primeiro foi incorporado ao município de Cêrro Azul e o segundo ao de Curitiba.

A comarca de Curitiba, de acôrdo com o que estabeleceu o mencionado Decreto-lei n.º 7 573, aprovando o quadro territorial do Estado, para vigorar no quinquênio 1939-1943, estava composta de dois têrmos: o da sede, abrangendo os municípios de Curitiba, Bocaiúva do Sul e Piraquara e mais o de Araucária, transferido que fôra da extinta comarca do mesmo nome.

O Decreto-lei estadual n.º 199, de 30 de dezembro de 1943, que estabeleceu a divisão territorial para vigorar no qunquênio 1944-1948, criou, na comarca de Curitiba, mais dois têrmos: o de Bocaiúva do Sul (ex-Imbuial e ex-Bocaiúva), formado pelo município dêsse nome e desmembrado do têrmo da sede, e o de Colombo, com o território do município de igual nome, então restaurado por fôrça do supracitado Decreto-lei.

A partir da mencionada divisão territorial, a comarca de Curitiba passou a contar com quatro têrmos, a saber: o da sede, compreendendo os municípios de Curitiba e Piraquara, e os de Araucária, Bocaiúva do Sul e Colombo.

A Lei estadual n.º 315, de 19 de dezembro de 1949, dividiu o Estado do Paraná em 12 secções judiciárias. A comarca de Curitiba ficou integrada à primeira dessas secções e formada pelas comarcas de Curitiba, Castro, Foz do Iguaçu e Piraí do Sul.

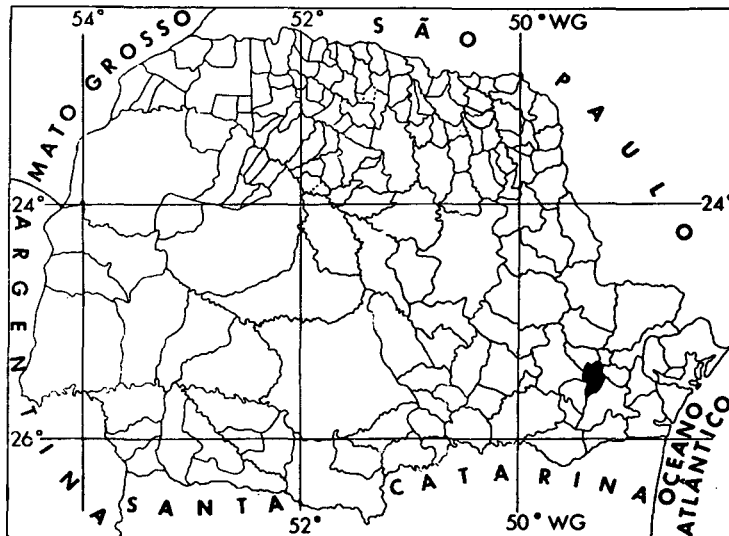
A Lei estadual n.º 1 452, de 14 de dezembro de 1953, estabeleceu a nova divisão judiciária do município de Curitiba, criando dez distritos judiciários, a saber: sede, Portão, Taboão, Barreirinha, Boqueirão, Cajuru, Campo Comprido, Santa Felicidade, Umbará e Tatuquara.

Os distritos judiciários não correspondem aos distritos administrativos, que são apenas cinco: sede Municipal, Campo Comprido, Santa Felicidade, Tatuquara e Umbará.

Anteriormente, pela Lei estadual n.º 790, de 14 de novembro de 1951, que fixou o quadro da divisão administrativa do Paraná para o quinquênio 1952-1956, foram criados, na comarca de Curitiba, além dos distritos administrativos, os seguintes subdistritos judiciários: Taboão, Barreirinha, Boqueirão, que passaram a distritos judiciários com a vigência da Lei n.º 1 452, de 14 de dezembro de 1953.

LOCALIZAÇÃO — O município de Curitiba está situado sôbre uma chapada do primeiro planalto paranaense, de configuração moderadamente irregular, o que convém para romper a monotonia e garantir ao território uma aparência pinturesca.

O território apresenta relevos suavemente ondulados, com as limitações altimétricas que variam de 800 a 950 metros acima do nível do mar. Compreende o "plateau" curitibano, no primeiro planalto paranaense, formado pelo complexo fundamental, e limitado a leste pela Serra do Mar.

Quase todo o território do município se encontra numa bacia sedimentar plistocênica, não havendo traços distintos no relêvo, que apresenta vales largos e suaves e algumas colinas pouco elevadas.

Posição do Município em relação ao Estado.

Passeio Público Municipal

Dos acidentes do terreno resultam na área urbana da cidade diversas bacias hidrográficas, predominando a do rio Belém, com o talvegue pouco afastado da direção norte-sul; as demais são de riachos seus tributários. O riacho Ivo atravessa o coração da cidade; é o responsável natural pelas freqüentes inundações das ruas centrais, após recolher as cheias do córrego Bigorrilho. O outro afluente à margem direita do Belém, o riacho Água Verde, e o da esquerda, o riacho Juvevê, conquanto pequenos os caudais, amiúde ultrapassam a capacidade de suas caixas hídricas, proporcionando problemas e causando não menores preocupações aos habitantes ribeirinhos e à administração municipal.

O planalto curitibano é realmente um terreno acidentado, situado dentro do "Sistema dos Degraus e Patamares Meridionais", classificação extensiva aos demais planaltos do Paraná e outros Estados da região sul, formando uma sucessão de "cuestas" ou anticlinos, que envolvem as depressões formadoras dos três planaltos paranaenses.

De acôrdo com o mapa geológico do Dr. Reinhardt Maack, existem terrenos desde o período Siluriano, Devoniano, que se compõem de extensas camadas de arenitos, chistos argilosos calcários; dispostos horizontalmente parecem se estender numa faixa que partindo de Sengés se prolonga até o extremo sul do Estado.

A vegetação dos campos, constituída de relva baixa e continua, com arbustos de um metro, no máximo, ocupa grande parte da bacia sedimentar em que assenta o município. Não raro, porém, nestes campos, próximos às cabeceiras, nas encostas e altos das colinas, aparecem numerosos capões, onde são freqüentes as araucárias. É uma região de vegetação mista, alternando os campos e os capões, com predominância dos primeiros.

Quanto à hidrografia, destaca-se o rio Iguaçu, que tem suas nascentes no município de Curitiba, sendo um dos seus formadores o rio Atuba. Vários pequenos rios se vão lançar no Iguaçu, tais como o Passaúna, Barigui, Belém e Ivo, sendo que os dois últimos atravessam a cidade, conforme já foi dito. O Iguaçu corre em direção sul do município, formando várzeas inundáveis, onde se exploram excelentes argilas, utilizadas nas indústrias de construção, olarias e cerâmicas.

SITUAÇÃO FÍSICA — Zona geográfica, área, altitude, latitude, longitude e temperatura:

ESPECIFICAÇÃO		RESULTADOS
Zona geográfica		Planalto de Curitiba
Área (km²)	Do município	421
	Da sede	245
Altitude (metro)		908
Latitude Sul		25° 25' 48"
Longitude W. Gr.		49° 16' 15"
Temperatura (°C)—1956.	Média das máximas	27,6
	Média das mínimas	6,7
	Média compensada	16,4
	Precipitação no ano, altura — TOTAL (mm)	1.077,7

FONTES. Secção de Estatística da Capital da I.R. do Paraná
Estação Meteorológica do M. A. em Curitiba.
Sinopse Estatística de Curitiba.

ESTADO DA POPULAÇÃO — I — População do município e respectivos números-índices, segundo os recenseamentos gerais:

ESPECIFICAÇÃO			DADOS NUMÉRICOS	
			Do Estado	Do Município
População recenseada	Números absolutos	1872	126 722	12 651
		1890	249 491	24 553
		1900	327 136	40 755
		1920	685 711	78 986
		1940	1 230 278	140 656
		1950	2 115 547	179 208
	Números-índices (Base: 1872—100)	1872	100	100
		1890	197	194
		1900	258	322
		1920	541	624
		1940	970	1 111
		1950	1 669	1 416

FONTES. Sinopse do Censo Demográfico de 1950
Secção de Estatística da Capital da I.R. do Paraná

II — População presente na data do Recenseamento Geral — 1.°-IX-1950.

1. Pessoas presentes, por sexo, segundo a situação do domicílio, a côr, a religião e a nacionalidade:

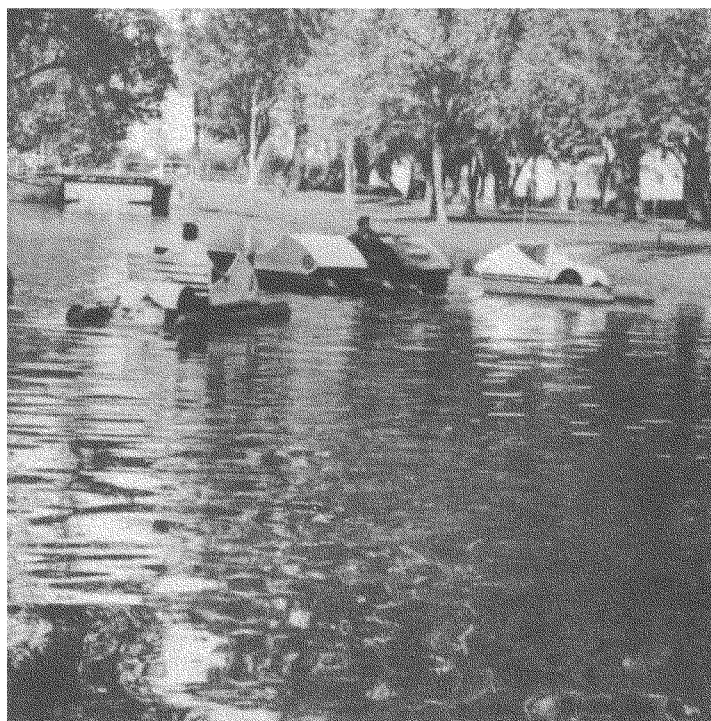
ESPECIFICAÇÃO	SEXO		
	Total	Homens	Mulheres
Tôdas as Idades			
TOTAL	180 575	88 486	92 089
Segundo a situação do domicílio			
Quadro urbano	87 848	41 365	46 483
Quadro suburbano	53 374	26 600	26 774
Quadro rural	39 353	20 521	18 353
Segundo a côr			
Brancos	169 031	82 831	86 200
Pretos	3 340	1 535	1 805
Amarelos	690	377	313
Pardos	7 016	3 503	3 513
Segundo a religião			
Católicos	159 689	76 286	80 403
Protestantes	13 002	6 326	6 676
Espíritas	4 828	2 403	2 425
Ortodoxos	777	426	351
Israelitas	997	514	483
Budistas	266	147	119
Maometanos	56	44	12
Outras religiões	1 503	753	750
Sem religião	1 119	728	391
Sem declaração de religião	1 338	859	479
Segundo a nacionalidade			
Brasileiros natos	168 380	82 110	86 270
Brasileiros naturalizados	1 684	1 070	614
Estrangeiros	10 492	5 302	5 190
Sem declaração de nacionalidade	19	4	15

FONTE. Sinopse do Censo Demográfico de 1950.

2. Pessoas presentes de 5 anos e mais, de 15 anos e mais e de 10 anos e mais:

ESPECIFICAÇÃO		SEXO		
		Total	Homnes	Mulheres
PESSOAS DE 5 ANOS E MAIS				
Segundo o domicílio e a instrução				
TOTAL	Sabem ler e escrever	131 038	66 180	64 858
	Não sabem ler e escrever	27 596	11 194	16 402
	TOTAL	158 634	77 374	81 260
Quadro urbano	Sabem ler e escrever	70 145	33 839	36 306
	Não sabem ler e escrever	9 716	3 481	6 235
	SUBTOTAL	79 861	37 320	42 541
Quadro suburbano	Sabem ler e escrever	37 346	19 313	18 033
	Não sabem ler e escrever	8 905	3 705	5 200
	SUBTOTAL	46 251	23 018	23 233
Quadro rural	Sabem ler e escrever	23 547	13 028	10 519
	Não sabem ler e escrever	9 805	4 484	5 321
	SUBTOTAL	23 352	17 512	15 840

ESPECIFICAÇÃO	SEXO		
	Total	Homens	Mulheres
PESSOAS DE 15 ANOS E MAIS			
Segundo o estado conjugal			
Solteiros	46 002	24 679	21 323
Casados	70 209	34 537	35 672
Viúvos	8 116	1 426	6 690
Desquitados e divorciados	593	214	379
TOTAL	124 920	60 856	64 064
PESSOAS DE 10 ANOS E MAIS			
Segundo o ramo de ocupação			
Agricultura, pecuária e silvicultura	3 343	3 157	186
Indústrias extrativas	642	608	34
Indústrias de transformação	21 062	18 005	3 057
Comércio de mercadorias	8 244	6 863	1 381
Comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguro e capitalização	1 462	1 242	220
Prestação de serviços	13 393	6 687	6 706
Transportes, comunicações e armazenagens	5 381	5 039	342
Profissões liberais	1 113	906	207
Atividades sociais	5 110	2 321	2 789
Administração Pública, Legislativo, Justiça	3 250	2 464	604
Defesa Nacional e Segurança Pública	4 762	4 700	62
Atividades domésticas não remuneradas e atividades escolares discentes	64 214	9 772	54 442
Atividades não compreendidas nos demais ramos, atividades mal definidas ou não declaradas	224	167	57
Condições inativas	10 245	7 235	3 010
TOTAL GERAL	142 445	69 348	73 097

FONTE. Sinopse do Censo Demográfico de 1950.

Outro aspecto do Passeio Público Municipal

Movimento da população — Nascimentos, casamentos e óbitos registrados no município — 1953-1955:

ESPECIFICAÇÃO		ANOS				
		1953	1954	1955	1956	1957
Nascidos vivos	Masculino	4 050	4 321	4 538	4 704	5 198
	Feminino	3 869	4 193	4 351	4 568	4 920
	TOTAL	7 919	8 514	8 889	9 272	10 118
Nascidos mortos	Masculino	235	230	215	248	277
	Feminino	185	168	193	189	224
	TOTAL	420	398	408	437	501
Óbitos gerais	Masculino	1 651	1 683	1 869	1 872	1 991
	Feminino	1 200	1 285	1 403	1 417	1 479
	TOTAL	2 851	2 968	3 272	3 289	3 470
Casamentos		2 523	2 533	2 848	2 249	2 838

PRODUÇÃO AGRÍCOLA — 1. Área cultivada, quantidade e valor da produção por espécie — 1956:

ESPECIFICAÇÃO	ÁREA CULTIVADA (ha)	UNIDADE	QUANTIDADE PRODUZIDA	PREÇO MÉDIO (Cr$)	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Abacaxi	—	—	—	—	—
Abóbora	470	fruto	390 000	5,00	195 000,00
Alfafa	—	—	—	—	—
Algodão (em caroço)	—	—	—	—	—
Alho	120	arrôba	16 400	225,00	19 680,00
Alpiste	—	—	—	—	—
Amendoim	20	kg	28 000	6,00	168 000,00
Arroz	660	saco de 60 kg	16 500	300,00	4 950 000,00
Aveia	72	kg	18 000	6,50	117 000,00
Batata-doce	920	tonelada	10 160	2 000,00	20 320 000,00
Batata-inglêsa	850	saco de 60 kg	70 500	200,00	14 100 000,00
Cana-de-açúcar	—	—	—	—	—
Cebola	100	arrôba	25 000	80,00	200 000,00
Centeio	280	kg	235 000	6,00	1 410 000,00
Cevada	—	—	—	—	—
Ervilha	70	saco de 60 kg	1 190	480,00	571 200,00
Fava	—	—	—	—	—
Feijão	1 480	saco de 60 kg	16 950	380,00	6 641 000,00
Feijão-soja	—	—	—	—	—
Fumo (em fôlha)	150	arrôba	7 800	40,00	312 000,00
Juta	—	—	—	—	—
Linho	—	—	—	—	—
Mamona	—	—	—	—	—
Mandioca	24	tonelada	2 520	2 200,00	554 400,00
Melancia	55	fruto	38 000	12,00	456 000,00
Melão	—	—	—	—	—
Milho	6 100	saco de 60 kg	190 000	135,00	25 650 000,00
Piretro	—	—	—	—	—
Timbó	—	—	—	—	—
Tomate	55	kg	165 000	5,00	825 000,00
Trigo (em grão)	400	kg	450 000	7,00	3 150 000,00

FONTE. Secção de Estatística da Capital da I.R. do Paraná.

População pecuária — 1. Rebanhos existentes em 31 de dezembro, no município, por espécie — 1957:

ESPECIFICAÇÃO		NÚMERO DE CABEÇAS	VALOR (Cr$)
Bovinos	Bois, vacas, vitelos	14 300	71 500 000,00
	Búfalos	—	—
Eqüinos		11 000	44 000 000,00
Asininos		8	48 000,00
Muares		1 700	6 800 000,00
Suínos		26 500	66 250 000,00
Ovinos		3 500	1 400 000,00
Caprinos		4 000	1 200 000,00
Patos, marrecos e gansos		10 500	1 050 000,00

FONTE. Secção de Estatística da Capital da I.R. do Paraná.

PRODUÇÃO INDUSTRIAL — 1. Principais resultados, segundo as classes de indústria — 1955:

CLASSES DE INDÚSTRIA	NÚMERO DE ESTA-BELECI-MENTOS	PESSOAL EMPREGADO 3-XII	SALÁRIOS E VENCI-MENTOS (Cr$)	DESPESAS DE CONSUMO (Cr$)				VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$ 1 000)
				Matérias-primas	Combustíveis e lubrificantes	Energia elétrica	Embalagem	
Extrativa de produtos minerais	3	27	985	970	335	71	63	4 792
Extrativa de produtos vegetais	3	38	869	6 136	45	16	3 309	12 154
Transformação de minerais não metálicos	49	1 441	34 239	14 739	6 697	975	1 992	93 546
Metalúrgica	37	823	21 634	61 107	809	434	837	108 131
Mecânica	11	574	22 767	42 658	1 457	637	603	98 493
Material elétrico e material de comunicações	8	178	5 900	12 955	12	147	87	28 805
Construção e montagem de material de transporte	9	229	7 401	15 735	406	94	47	33 334
Madeira	100	2 473	66 767	235 361	1 399	3 111	3 257	416 971
Papel e papelão	5	158	4 975	9 117	15	41	22	24 129
Mobiliário	42	1 690	41 727	62 339	79	1 240	2 351	134 023
Couros, peles e produtos similares	14	883	22 225	68 692	575	553	699	137 370
Química e farmacêutica	15	1 336	36 365	215 218	3 217	1 670	26 958	487 903
Têxtil	8	1 081	22 057	32 566	345	777	430	77 217
Vestuário, calçado, artefato de tecidos	31	552	13 401	36 903	16	190	516	64 734
Produtos alimentares	66	2 106	56 414	488 980	2 768	4 187	59 326	740 135
Bebidas	11	748	22 289	65 045	3 287	1 464	9 905	231 046
Editôras e gráficas	35	1 142	36 343	58 958	184	790	512	126 072
Diversas	25	860	21 753	21 519	714	493	1 532	77 373
TOTAL	472	16 339	438 111	1 448 992	22 360	16 890	112 446	2 896 228

Prefeitura Municipal

2. Quadro comparativo da organização e produção industrial — 1950-1955:

ANOS	ORGANIZAÇÃO				VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
	Número de estabelecimentos	Capital e reservas (Cr$)	Pessoal empregado	Fôrça motriz (H.P.)	
1950	343	...	11 228	...	1 032 749
1951	...	...	...	...	...
1952	471	...	14 191	...	1 559 584
1953	501	...	15 766	...	1 866 587
1954	494	...	16 280	...	2 521 178
1955	472	...	16 339	...	2 896 228

FONTE. Departamento Estadual de Estatística.

MEIOS DE TRANSPORTE — I — Tábuas Itinerárias de Curitiba a algumas capitais do país, cidades circunvizinhas, partes marítimas e fluviais e principais centros urbanos do Paraná:

ITINERÁRIO SEGUNDO OS PONTOS EXTREMOS	MEIOS DE TRANSPORTE	EXTENSÃO EM KM	TEMPO MÉDIO GASTO EM VIAGEM	VIA	EMPRÊSAS
Curitiba ao Rio de Janeiro	Ferroviário	...	3 dias	São Paulo	R.V.P.S.C.
	Ônibus	910	21 horas	São Paulo	Emprêsa Nossa Senhora da Penha, Expresso Brasileiro e Viação Cometa
	Automóvel	910	12 horas	São Paulo	—
	Avião	703	3 horas	São Paulo	Real-Aerovias, VARIG, VASP, Cruzeiro do Sul, PANAIR
Curitiba a São Paulo	Ferroviário	...	...	São Paulo	R.V.P.S.C.
	Ônibus	510	14 horas	Direto	Emprêsa Nossa Senhora da Penha
	Automóvel	510	12 horas	Direto	—
	Avião	330	1,10 hora	Direto	Real-Aerovias, VARIG, VASP, Cruzeiro do Sul, PANAIR
Curitiba a Pôrto Alegre	Ferroviário	...	3 dias	...	R.V.P.S.C. e V.F.R.G.S.
	Ônibus	750	1 dia	Lajes, Vacaria e Caxias do Sul	Expresso do Sul Lt.da
	Automóvel	750	1 dia	Lajes, Vacaria e Caxias do Sul	—
	Avião	625	2,00 horas	Direto	VARIG, Real-Aerovias, SADIA
Curitiba a Florianópolis	Ônibus	360	10 horas	Joinvile, Itajaí, Tijucas	Auto Viação Catarinense Lt.da
	Automóvel	360	8 horas	Joinvile, Itajaí, Tijucas	Expresso Limousine Curitiba-Joinvile
	Avião	260	1 hora	Joinvile, Itajaí, Tijucas	REAL, VARIG, TAC, VASP, PANAIR
Curitiba a Piraquara	Ferroviário	24	1 hora	Direto	R.V.P.S.C.
	Ônibus	25	1 hora	Direto	Emprêsa Casemiro Glowacki
	Automóvel	25	0,30 hora	Direto	—
Curitiba a Colombo	Ônibus	18	0,50 hora	Direto	Emprêsa São Cristóvão Lt.da
	Automóvel	18	0,40 hora	Direto	—
Curitiba a Almirante Tamandaré	Ônibus	20	1 hora	Direto	Casemiro Glowacki
	Automóvel	20	0,50 hora	Direto	—
Curitiba a Campo Largo	Ônibus	33	1 hora	Barigui do Seminário	Emprêsa Sul Americana de Transportes
	Automóvel	33	1 hora	Barigui do Seminário	—
Curitiba a Araucária	Ferroviário	32	1,20 hora	Direto	R.V.P.S.C.
	Ônibus	27	1 hora	Direto	Emprêsa Pedro R. Fraceschi
Curitiba a São José dos Pinhais	Ônibus	15	0,30 hora	Direto	Emprêsa Lapeana
	Automóvel	15	0,20 hora	Direto	—
Curitiba a Paranaguá	Ferroviário	120	3 horas	Direto	R.V.P.S.C.
	Ônibus	120	3 horas	Morretes	Emprêsa Sul Americana de Transportes
Curitiba a Londrina	Ferroviário	...	...		R.V.P.S.C.
	Ônibus	325	10 horas	Ponta Grossa, Castro etc.	Emprêsa Flecha de Ouro Lt.da
	Automóvel	325	10 horas	Ponta Grossa, Castro etc.	—
	Avião	320	1 hora	Ponta Grossa	VASP, REAL, VARIG, PANAIR
Curitiba a Foz do Iguaçu	Ônibus	835	2 dias	Ponta Grossa, Guarapuava	Diversas Emprêsas
	Automóvel	835	11/2 dias	Ponta Grossa, Guarapuava	—
	Avião	534	2,30 horas	Direto	Real-Aerovias
Curitiba a Ponta Grossa	Ferroviário	145	3 horas	Campo Largo, Palmeira	R.V.P.S.C.
	Ônibus	140	3 horas	Campo Largo, Palmeira	Oriental Transportes Rodoviários Lt.da
	Avião	100	0,20 hora	Direto	REAL, VASP, Cruzeiro do Sul

II — Rodoviação — 1. Automóveis e outros veículos existentes — 1957:

ESPECIFICAÇÃO	DADOS NUMÉRICOS
A — Para Passageiros	
Automóveis comuns e jipes	8 497
Ônibus e microônibus	347
Ambulâncias	30
Motociclos com 2 ou 3 rodas	353
Outros veículos	87
B — Para Carga	
Caminhões comuns	1 403
Auto-socorro	15
Reboques	92

FONTE. Secção de Estatístcia da Capital da I.R. do Paraná.

2. Número de emprêsas e de passageiros transportados — 1957:

DISCRIMINAÇÃO			DADOS NUMÉRICOS
Número de Emprêsas	Urbano	Ônibus e lotações	31
		TOTAL	31
	Interurbano		12
Passageiros transportados Capital (linhas urbanas)		Ônibus e lotações	69 824 543
		TOTAL	69 824 543
Número de passageiros embarcados na Estação Rodoviária (1)			—

(1) A Estação Rodoviária de Curitiba foi inaugurada no dia 31 de maio de 1958.

FONTE. Secção de Estatística da Capital da I.R. do Paraná.

3. Aeronáutica civil — 1955:

ESPECIFICAÇÃO		DADOS NUMÉRICOS
Transporte de passageiros	Embarcados	131 859
	Desembarcados	133 021
Transporte de carga (kg)	Embarcada	1 394 088
	Desembarcada	1 971 262
Transporte de correio (kg)	Embarcado	23 765
	Desembarcado	37 664

FONTE. Anuário Estatístico do Brasil — 1957.

II — Telefones — Serviços telefônicos na capital nos anos:

ANOS	NÚMERO DE LINHAS	NÚMERO DE APARELHOS
1947	4 457	5 885
1948	4 543	6 295
1949	4 587	6 558
1950	4 653	6 887
1951	4 703	7 286
1952	4 770	7 707
1953	4 843	8 065
1954	4 957	8 663
1955	5 055	9 124
1956	5 179	9 537
1957	5 209	9 826

FONTE. Companhia Telefônica Nacional — Agência de Curitiba.

III — Radiocomunicação — 1956:

ESPECIFICAÇÃO		DADOS NUMÉRICOS
Número de emprêsas	Estaduais	4
	Federais	(1) 2
	TOTAL	6
Número de estações	Estaduais	5
	Federais	(2) 2
	TOTAL	7

(1) Inclusive uma da Rêde de Viação Paraná-Santa Catarina.

(2) O Departamento dos Correios e Telégrafos possui apenas uma estação radiotelegráfica, em Curitiba.

FONTE. Secção de Estatística da Capital da I.R. do Paraná.

PROPRIEDADE IMOBILIÁRIA — I — Prédios existentes em 31-XII-954:

ESPECIFICAÇÃO		DADOS NUMÉRICOS
Em geral	Zona urbana	18 850
	Zona suburbana	12 707
	Zona rural	...
	TOTAL	31 557
Segundo o destino	Exclusivamente residenciais	25 400
	Utilizados como residências e outros fins	2 510
	Não utilizados para residência	3 647

II — Construções civis licenciadas — 1953-1957:

ANOS	CONSTRUÇÕES LICENCIADAS	ACRÉSCIMOS OU MODIFICAÇÕES	ÁREA LICENCIADA (m²)	
			Coberta	Piso
1953	1 513	489	304 442,55	183 512,36
1954	1 353	357	185 073,87	279 624,56
1955	1 133	369	150 033,83	267 369,56
1956	1 876	352	223 560,94	342 771,30
1957	1 418	372	213 070,23	283 644,34

FONTE. Secção de Estatística da I.R. do Paraná.

III — *Transcrições de transmissões de imóveis* — Transmissões transcritas nos anos:

ANOS	TOTAL		POR COMPRA E VENDA	
	Número	Valor (Cr$)	Número	Valor (Cr$)
1953	5 739	390 832 855,00	3 787	245 230 428,00
1954	5 481	552 968 038,00	3 582	314 828 188,00
1955	5 256	482 374 316,00	3 433	259 259 064,00
1956	5 257	522 345 576,00	3 666	296 653 814,00
1957	5 595	617 429 041,00	3 568	307 636 880,00

2. Hipotecas inscritas nos anos:

ANOS	NÚMERO	VALOR (Cr$)
1953	949	142 178 594,00
1954	1 038	163 687 131,00
1955	786	162 541 200,00
1956	978	213 432 976,00
1957	892	247 422 597,00

FONTE. Secção de Estatística da Capital da I.R. do Paraná.

Vista da entrada para o Passeio Público Municipal

BANCOS E CASAS BANCÁRIAS — I — Número de estabelecimentos — 1957:

ESPECIFICAÇÃO	RESULTADOS
Matrizes	4
Agências	25

II — Compensação de cheques nos anos:

ANOS	CHEQUES COMPENSADOS	
	Número	Valor (Cr$ 1 000 000)
1954	223 202	10 112
1955	273 662	13 310
1956	356 636	19 349

FONTES: Secção de Estatística da Capital da I.R. do Paraná.
Anuário Estatístico do Brasil — 1957.

Caixas Econômicas — 1956:

ESPECIFICAÇÃO		DADOS NUMÉRICOS
Caixa Econômica Federal	Matriz	1
	Agências Metropolitanas	6
Caixa Econômica Estadual	Matriz	—
	Agências Metropolitanas	—

FONTE: Secção de Estatística da Capital da I.R. do Paraná

COMÉRCIO — Movimento da exportação, pelo município, em 1956:

PRODUTOS	PÊSO (kg)	VALOR (Cr$ 1 000)
Móveis de madeira e acessórios	3 745 451	116 672 018
Pinho compensado	14 647 123	111 512 966
Cola de origem animal	3 323 426	100 031 685
Manufaturas de peles e couros	483 738	93 956 786
Pinho	21 001 905	69 392 946
Cerveja	4 488 280	58 889 751
Laminados de madeira	4 360 269	58 184 609
Fósforos	1 886 460	52 844 015
Formol	2 792 073	45 102 159
Couros de caprinos preparados ou curtidos	215 149	36 439 268
Feijão	4 087 442	33 337 823
Obras impressas	400 038	27 595 651
Artefatos de madeira para decoração e ornamentação	165 202	26 827 156
Caixas de madeira para embalagem	5 101 072	25 762 184
Manufaturas de madeira	490 653	24 715 989
Erva-mate beneficiada	1 346 467	23 822 414
Fitas de rayon	31 097	21 328 593
Artigos manufaturados diversos	1 089 017	20 563 980
Arroz sem casca	1 513 853	19 278 809
Resina de pinho	243 756	17 640 360
Decalcomanias	12 542	17 551 918
Artigos de vidro para uso doméstico	588 221	15 986 558
Tábuas serradas de pinho	4 951 901	15 809 969
Etiquêtas impressas	217 492	15 534 409
Pianos	117 387	15 460 357
Velas de estearina	367 310	14 763 757
Perfumaria e cosméticos	40 790	14 527 633
Escôvas para dentes	43 059	14 270 064
Couro de suíno preparado ou curtido	228 377	13 459 057
Café em grão	454 680	13 392 375
Tábuas serradas de imbuia	3 977 272	13 246 834
Roupa interior	16 918	12 979 526
Cedro compensado	1 068 595	12 461 495
Batata para alimentação	3 814 881	10 863 632
Artigos de ferro e aço fundidos	302 594	10 064 682
Aniagem de juta	207 733	10 046 673
Cal viva ou extinta	12 446 894	9 914 452
Imbuia compensada	916 618	9 528 729
Tábuas para assoalho e teto	1 707 004	9 337 063
Janelas e portas de madeira	706 412	9 131 342
Madeiras compensadas	1 044 855	8 950 719
Artigos de louça para uso doméstico	458 818	8 876 548
Resina	157 682	8 393 869
Produtos para embelezamento	23 059	8 353 440
Biscoitos e bolachas	323 438	8 201 021
Artigos de fôlhas-de-flandres	237 761	7 887 192
Mármore	623 967	7 743 629
Laminado de pinho	1 726 894	7 736 311
Pregos de ferro e aço	364 275	7 508 746
Milho	2 194 059	7 199 114
Sacos de juta para embalagem	137 285	6 907 976
Refrigerantes	937 605	6 882 179
Vernizes	76 316	6 816 297
Correias de movimentos para máquinas	54 436	6 179 903
Sabão mole de potassa	445 898	6 152 894
Bombas para líquidos	191 838	5 780 345
Solas de couro	116 400	5 779 318
Chocolate	57 418	5 630 943
Sacos de papel para embalagem	157 886	5 111 366
Telhas para capotes e ventiladores	5 291 932	5 073 990
Cadarços e alásticos	9 181	5 033 696
TOTAL GERAL	140 148 579	1 617 286 432

CONSUMO — Custo da vida — 1954-1956 — 1. Gêneros alimentícios:

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	PREÇOS MÉDIOS (Cr$)		
		1954	1955	1956
Açúcar	kg	7,20	8,80	12,30
Arroz	»	15,80	13,80	16,00
Banha	»	36,00	39,70	45,00
Batata-doce	»	4,80	5,00	5,40
Batata-inglêsa	»	6,40	6,80	6,50
Café em pó (tipo médio)	»	46,90	50,00	50,00
Carne de vaca (de 1.ª)	»	24,80	33,50	36,00
Carne de vaca (de 2.ª)	»	16,50	23,30	30,00
Carne de porco	»	29,50	39,60	44,20
Carne-sêca	»	33,80	39,50	49,50
Farinha de mandioca	»	6,10	5,70	7,00
Farinha de milho	»	6,20	6,70	10,00
Feijão	»	4,70	11,80	14,20
Galinha ou frango	cabeça	43,90	55,80	60,70
Leite	litro	5,60	6,80	8,30
Manteiga	kg	75,90	100,80	112,00
Ovos	dúzia	20,00	30,50	30,80
Pão de trigo	kg	7,80	8,30	13,70
Peixe fresco	»	24,70	25,00	25,40
Peixe salgado (bacalhau)	»	...	...	61,40
Toucinho	»	35,80	41,20	46,80
Pato	cabeça	55,90	73,90	80,00
Abacaxi (tamanho médio)	um	8,10	11,10	10,00
Banana	dúzia	2,80	3,30	5,60
Laranja	»	8,70	20,00	21,00
Mamão	um	7,90	9,00	10,00
Abóbora	kg	4,30	5,00	5,50
Aipim ou mandioca	»	4,30	5,00	5,20
Alface	molho	2,80	3,20	3,00
Cenoura	kg	3,40	7,70	8,00
Couve	molho	2,30	2,60	3,00
Espinafre	»	2,20	2,70	3,00
Favas	kg	—	—	—
Maxixe	»	—	16,90	20,00
Milho verde	espiga	1,50	2,50	2,00
Quiabo	kg	30,10	30,00	30,00
Repôlho	»	3,70	6,10	8,00
Chuchu	»	5,40	12,40	14,00
Álcool 36º	litro	9,50	12,00	13,70
Gás (engarrafado)	kg	—	—	13,00
Eletricidade para iluminação	kwh	0,80	1,00	1,30
Querosene	litro	3,60	3,10	3,60
Carvão vegetal	kg	4,80	5,00	5,00
Lenha bruta	m^3	70,00	79,60	93,40
Óleo combustível (diesel)	litro	1,30	1,80	2,20

FONTE: Secção de Estatística da Capital da I.R. do Paraná

II — *Vestuário* — 1. Tecidos

ESPECIFICAÇÃO	LARGURA (cm)	PREÇOS MÉDIOS (Cr$/metro)		
		1954	1955	1956
Tecidos de algodão				
Voile estampado	70	21,75	25,00	42,50
Voile liso	70	25,00	30,00	32,50
Lino estampado	70	14,25	22,50	29,50
Linon liso	70	12,25	16,25	23,75
Tricoline de algodão	80	38,75	40,00	42,50
Brim cáqui	70	40,00	48,75	55,00
Brim zuarte	70	30,00	37,50	41,50
Morim para lençol	85	24,25	31,25	35,00
Tecidos rayon				
Sêda lisa	80	47,50	60,00	62,50
Sêda estampada	80	50,00	62,80	72,50
Tecidos de lã	150	210,00	230,00	287,50
Casemira nacional	70	20,00	30,00	33,75

FONTE: Secção de Estatística da Capital da I.R. do Paraná

2. Calçados, roupa de cama e mesa, tinturaria, confecção e variedade:

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	PREÇOS MÉDIOS (Cr$)		
		1954	1955	1956
Calçado				
Sapato para senhora	par	162,50	200,00	225,00
Sapato para homem	»	265,00	397,50	387,50
Sapato para criança	»	57,50	91,25	85,75
Chinelos	»	32,50	60,00	60,00
Meia				
Meias para senhora	par	77,50	77,50	80,00
Meias para homem	»	32,50	40,00	55,00
Meias para criança	»	20,00	25,00	26,25
Roupa de cama e mesa				
Toalha de rosto	uma	32,50	46,25	50,00
Toalha de banho	»	92,50	100,00	100,00
Toalha de mesa	»	120,00	127,50	150,00
Colcha de algodão para solteiro	»	80,00	85,00	157,50
Colcha de algodão para casal	»	187,30	200,00	245,00
Lavagem de roupa				
Terno de casemira	um	32,50	40,00	42,50
Terno de brim	»	27,50	30,00	37,50
Vestido	»	25,00	38,75	42,50
Confecções.				
Terno de casemira	um	935,00	1 000,00	1 250,00
Feitio de terno de brim	»	200,00	358,00	525,00
Feitio de vestido	»	150,00	200,00	200,00
Variedades				
Lenço	dúzia	135,00	147,50	157,50
Gravata	uma	55,00	82,50	90,00
Cinto	um	65,00	80,00	100,00
Suspensório		80,00	80,00	80,00

III — *Higiene:*

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	PREÇOS MÉDIOS (Cr$)		
		1954	1955	1956
Escôva de dentes	uma	8,75	17,00	20,00
Lâminas "Gillete"	1/2 dúzia	8,50	12,00	10,00
Pente para homem "Fanabor"	um	4,00	12,00	6,50
Talco "Ross"	lata	9,75	11,00	15,70
Pasta "Kolynos"	tubo	6,25	7,00	7,70
Sabonete "Lever" e "Gessy"	caixa	8,75	19,00	23,00
Pó de arroz "Royal"	»	7,75	25,00	30,00
Água-de-colônia "Regina"	vidro	15,50	53,00	85,00
Fixador de cabelo "Bylcreen"	»	15,50	16,00	20,00
Carmim (rouge) "Gessy"	caixa	12,00	11,00	15,50
Baton	um	10,75	15,00	20,00
Sabão	kg	—	—	—
Barba (simples)	uma	5,00	6,70	7,70
Cabelo (simples)	corte	11,00	17,50	20,00
Engraxate (menos a côr branca)	um	4,75	5,00	5,00

FONTE: Secção de Estatística da Capital da I.R. do Paraná.

IV — *Assistência médica, dentária e farmacêutica:*

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	PREÇOS MÉDIOS (Cr$)		
		1954	1955	1956
Assistência				
Médico (consulta no consultório)	uma	112,00	122,00	148,00
Dentista — Obturação	»	63,20	80,00	100,00
Dentista — Extração	»	50,00	85,00	100,00
Farmácia				
Algodão hidrófilo	100 g	7,67	11,30	9,88
Antigripais	ampola	5,00	5,30	8,00
Xarope contra a tosse	vidro	8,00	12,00	14,25
Comprimidos	envelope	1,00	1,50	1,80
Magnésia "Philipps" e "Murray"	vidro	12,40	14,00	15,00
Tintura de Iôdo	25 g	4,00	6,20	8,50
Purgativo	vidro	8,00	8,00	10,00
Reconstituinte		24,00	36,50	46,20

FONTE: Secção de Estatístca da Capital da I.R. do Paraná.

MELHORAMENTOS URBANOS — I — *Logradouros Públicos* — 1954:

ESPECIFICAÇÃO		DADOS NUMÉRICOS
Segundo a espécie	Avenidas e alamedas	31
	Ruas	457
	Travessas e becos	25
	Largos e praças	33
	Estradas e caminhos	21
	Jardins e parques	1
	TOTAL	568
Segundo o tipo de revestimento	De asfalto e concreto	89
	De paralelepípedo	182
	De macadame simples ou betuminoso	297
	TOTAL	568
Sòmente arborizados	Avenidas e alamedas	8
	Ruas	22
	Largos e praças	5
	Outros	1
	TOTAL	36
Sòmente ajardinados	Largos e praças	2
	Outros	—
	TOTAL	2
Arborizados e ajardinados	Largos e praças	14
	Outros	—
	TOTAL	14

FONTE: Secção de Estatística da Capital da Inspetoria Regional.

II — Iluminação pública e domiciliária — 1956:

Ano de inauguração		1 892
Número de ligações elétricas	Residenciais	38 935
	Comerciais	7 179
	Industriais	752
	Govêrno Municipal	25
	Governos Estadual e Federal	369
	Outras	5
	TOTAL	47 265
Logradouros públicos servidos	Em tôda a extensão	122
	Parcialmente	198
	TOTAL	310
Consumo total de energia (kwh)	Para iluminação pública	23 509 281
	Para iluminação particular	77 208 857
	TOTAL	124 770 844

FONTE: Secção de Estatística da Capital da I.R. do Paraná.

III — *Água e esgotos* — 1956

ESPECIFICAÇÃO		DADOS NUMÉRICOS
Abastecimento de água canalizada		
Mananciais captados	Número	1
	Capacidade m³ em 24 horas)	45 000
Extensão das linhas adutoras (m)		12 350
Estações elevatórias	Número	4
	Capacidade horária de elevação (m³)	1 800
	Potência total das máquinas (c.v.)	
Reservatórios	Número	3
	Capacidade total (m)	20 000
Rêdes distribuidoras	Extensão total (m)	350 171,35
	Hidrômetros	10 500
	Penas dágua	3 000
	Ligações livres	11 060
	Bicas, torneiras ou chafarizes públicos	86
	Registros para extinção de incêndios	400
	Ligações (prédios ou domicílios)	23 621
Esgotos sanitários		
Extensão total	Da rêde (m)	195 737,51
	Do emissário (m)	2 800
Número total	Tanques fluxíveis	39
	Poços de inspeção	2 500
Prédios esgotados	Por fossas	8 504
	Pela rêde	15 101
Logradouros servidos	Em tôda a extensão	160
	Parcialmente dotados	70

FONTE: Secção de Estatística da I.R. do Paraná.

IV — *Área pavimentada, na sede municipal* — 1956:

ESPECIFICAÇÃO	ÁREA (m²)	PERCENTAGEM
Paralelepípedos	265 848	11,04
Asfalto	125 853	5,23
Concreto asfáltico	624 788	25,97
Macadame	1 367 940	56,87
Recalçamento	21 499	0,89
TOTAL	2 405 928	100,00

TÍTULOS PROTESTADOS NO MUNICÍPIO — 1953 a 1957:

ANOS	QUANTIDADE	VALOR (Cr$)
1953	3 707	31 436 136,00
1954	4 986	39 956 774,20
1955	2 986	47 556 320,30
1956	2 986	47 556 320,30
1957	5 179	65 681 165,60

FONTE: Secção de Estatística da Capital da I.R. do Paraná.

SINISTROS E ACIDENTES — Incêndios ocorridos na capital — 1956:

ESPECIFICAÇÃO		DADOS NUMÉRICOS
Segundo a natureza dos bens sinistrados	Estabelecimentos comerciais	25
	Estabelecimentos industriais	6
	Residências	48
	Edifícios públicos	7
	Outros	
	TOTAL	119
Segundo a extensão dos sinistros	Total	5
	Parcial	114
	TOTAL GERAL	119

FONTE: Secção de Estatística da Capital da I.R. do Paraná.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — *Casas de saúde, hospitais e sanatórios — Estabelecimentos segundo a finalidade, total de leitos, corpo clínico e auxiliar* — 1956:

DESIGNAÇÃO	ENDERÊÇO	FINALIDADE	TOTAL DE LEITOS	CORPO CLÍNICO E AUXILIAR		
				Médicos	Enfermeiros e auxiliares	
					Diplomados	Não diplomados
1. Casa de Saúde São Vicente	Av. Dr. Vicente Machado, 401	Clínica médica, maternidade cirurgia	77	29	—	16
2. Casa de Saúde Dr. Moysés Paciornik	R. Lourenço Pinto, 83	Cirurgia geral e obstétrica	56	17	1	8
3. Casa de Saúde Dr. Antonio Amarantes	R. Marechal Floriano, 2238	Cirurgia e obstetrícia	16	1	—	2
4. Casa de Saúde Nossa Senhora do Rosário	R. Conselheiro Laurindo, 540	Clínica geral	24	6	3	3
5. Casa de Saúde Nossa Senhora da Glória	Av. Munhoz da Rocha, 1247	Neurologia, fisioterapia	38	3	1	6
6. Casa de Saúde São Francisco	R. São Francisco, 147	Obstetrícia, cirurgia, traumatologia	34	4	1	4
7. Clínica Nossa Senhora de Fátima	Av. República Argentina, 2546	Fisioterapia, clínica médica	17	1	—	3
8. Casa Maternal	R. Angelo Sampaio, 1 357	Pediatria pré-natal	17	1	—	1
9. Clínica Dr. Hamilton de Azevedo	Av. Vicente Machado, 60	Cirurgia geral, clínica médica	21	4	1	6
10. Asilo São Vicente de Paula	R. Barão Campos Gerais	Clínica médica	40	3	2	2
11. Hospital Oswaldo Cruz	R. Ubaldino do Amaral, 205	Doenças contagiosas	150	6	—	3
12. Hospital Psiquiátrico N. S. da Luz	R. Marechal Floriano, s/nº	Psiquiatria	764	10	—	6
13. Hospital São Lucas	Av. João Gualberto, 1946	Cirurgia, clínica geral	92	25	1	85
14. Hospital Nossa Senhora das Graças	Rua Jaguariaíva, 59	Clínica médica, cirurgia, pediatria, obstetrícia	114	23	3	25
15. Hospital da Cruz Vermelha Brasileira	Av. Vicente Machado, 1326	Clínica médica, cirurgia, traumatologia	108	22	—	6
16. Hospital de Crianças César Perneta	Av. Silva Jardim, 1936	Pediatria, cirurgia	120	17	—	30
17. Hospital Victor do Amaral	Av. Iguaçu, 1953	Ginecologia, obstetrícia	90	24	4	20
18. Hospital Sanatório São Carlos	Jardim das Américas	Cirurgia, tuberculose	117	4	1	1
19. Hospital da Polícia Militar do Estado	R. Marechal Floriano, 1342	Clínica geral	17	6	3	3
20. Hospital de Caridade (Santa Casa de Misericórdia)	Praça Ruy Barbosa, 694	Clínica médica, cirurgia	390	60	7	45
21. Instituto de Medicina e Cirurgia do Pr.	R. Ubaldino Amaral, 550	Cirurgia, obstetrícia, cancerologia, ortopedia	90	16	—	23
22. Sanatório Médico-Cirúrgico do Portão	Av. República Argentina, 4406	Cirurgia, clínica tisiológica, endoscopia-peroral	216	15	2	36
23. Sanatório Bom Retiro	R. Nilo Peçanha, 1 552	Doenças nervosas e mentais	113	3	—	9

FONTE: Secção de Estatística da Capital da I.R. do Paraná.

II — *Assistência hospitalar e serviços de saúde* — 1956 — Quadro resumo:

ESPECIFICAÇÃO		DADOS NUMÉRICOS
Estabelecimentos com internamento		
Segundo a entidade mantenedora	Oficial	5
	Particular	16
	TOTAL	21
Segundo a finalidade da especialização	Geral	11
	Tuberculose	2
	Lepra	
	Psiquiatria	3
	Pediatria	1
	Maternidade	2
	Outras especialidades	2
Possuindo	Ambulatório	7
	Lactário	2
	Farmácia	13
	Laboratório	9
	Gabinete dentário	9
Número de leitos	Oficiais	1 842
	Particulares	530
	TOTAL	2 372
Estabelecimentos sem internamento		
Segundo a entidade mantendora	Oficial	32
	Particular	14
	TOTAL	46
Segundo as atividades assistenciais	Infantis	18
	Assistência médica geral	28
Possuindo	Laboratórios	14
	Lactários	17
	Farmácia	19
	Raios X	9

FONTE: Departamento Estadual de Estatística.

CADASTRO PROFISSIONAL — 1956:

ESPECIFICAÇÃO	DADOS NUMÉRICOS
Advogados	807
Engenheiros	515
Agrônomos	60
Dentistas	380
Farmacêuticos	96
Médicos	496
Veterinários	35
Pessoal auxiliar de saúde	

FONTE: Secção de Estatística da Capital da I.R. do Paraná.

COOPERATIVISMO — 1956:

ESPECIFICAÇÃO		DADOS NUMÉRICOS
Número de cooperativas		9
Número de sócios		8 010
Capital (Cr$)	Subscrito	18 121 680,00
	Realizado	13 876 340,00
Valores patrimoniais (Cr$)		22 729 041,00
Valor dos serviços executados (Cr$)		135 765 566,00

ASSOCIAÇÕES DE CARIDADE — Número de entidades, associados e de pessoas beneficiadas — 1956:

ESPECIFICAÇÃO	DADOS NUMÉRICOS
Número	24
Número de associados	27 880
Pessoas beneficiadas	972 272
Valor dos benefícios prestados (Cr$)	8 793 714,90

FONTES: Secção de Estatística da Capital da I.R. do Paraná.

ASILOS E RECOLHIMENTOS — 1956:

ESPECIFICAÇÃO			DADOS NUMÉRICOS
Número de estabelecimentos	TOTAL		16
	Segundo o principal fim	Para órfãos	4
		Para menores desamparados	3
		Para velhice desamparada	1
		Mistos	4
		Outros	4
	Segundo o sexo dos internados	Masculino	6
		Feminino	3
		Ambos os sexos	7
	Segundo a idade dos internados	Adultos	6
		Adolescentes e crianças	5
		Tôdas as idades	5
Internados em 31-XII-1956			3 592

ASSOCIAÇÕES DE BENEFICÊNCIA MUTUÁRIA — *Número de entidades, associados e benefícios prestados* — 1956:

ESPECIFICAÇÃO	DADOS NUMÉRICOS
Número de entidades	86
Número de associados	125 547
Total de benefícios prestados	10 843
Valor dos benefícios (Cr$)	20 211 250,00

FONTES: Secção de Estatística da Capital da I.R. do Paraná.

EDUCAÇÃO — I — *Ensino primário geral — Unidades escolares, corpo docente e matrícula inicial* — 1957:

ESPECIFICAÇÃO			DADOS NUMÉRICOS
Unidades escolares	Grupos escolares		28
	Escolas isoladas		93
	TOTAL		121
Segundo a dependência administrativa	Estadual		95
	Municipal		—
	Particular		26
	TOTAL		121
Número de professôres	Com regência de classe	Normalistas	355
		Não normalistas	195
	Auxiliares	Normalistas	355
		Não normalistas	82
Matrícula no fim do 1.º mês do ano letivo	Na 1.ª série		9 890
	Na 2.ª série		6 815
	Na 3.ª série		5 396
	Na 4.ª série		4 320
	TOTAL		26 421

FONTE: Departamento Estadual de Estatística.

II — *Ensino médio* — Unidades escolares, professôres, matrícula inicial e conclusões de cursos — 1955-1956:

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADES ESCOLARES	NÚMERO DE PROFESSÔRES		MATRÍCULA INICIAL		CONCLUSÕES DE CURSOS EM 1955	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Ensino Ginasial	17	253	211	5 571	3 785	694	595
Ensino Colegial	14	226	76	2 246	557	591	120
Ensino Comercial	9	107	17	1 461	449	316	93
Ensino Normal	5	16	67	3	615	1	216
Ensino Industrial	12	245	27	275	79	16	4
TOTAL	57	847	398	9 556	5 485	1 618	1 028

FONTE: Departamento Estadual de Estatística.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — I — Bibliotecas públicas e semipúblicas:

ESPECIFICAÇÃO	DADOS NUMÉRICOS
Número de bibliotecas	43
Número de volumes	239 729

II — *Diversões públicas* — 1. Cinemas e cine-teatros:

ESPECIFICAÇÃO	DADOS NUMÉRICOS
Número de emprêsas existentes	7
Número de cinemas e cine-teatros existentes	15
Número de sessões realizadas	12 800
Capacidade total	15 082
Número total de expectadores	5 733 973

2. Teatros:

ESPECIFICAÇÃO	DADOS NUMÉRICOS
Número de emprêsas existentes	1
Número de teatros existentes	1
Número de sessões realizadas	241
Número total de espectadores	72 300

FONTE: Secção de Estatística da Capital — I.R. do Paraná

II — *Associações culturais* — 1956:

ESPECIFICAÇÃO		DADOS NUMÉRICOS
Número de associações destinadas a cultura	Artística	3
	Científica	8
	Física	84
	Literárias	4
	Recreativa	10
	Outras	4
	TOTAL	113
Número de associados	Artística	940
	Científica	1 396
	Física	44 472
	Literária	871
	Recreativa	9 214
	Outras	426
	TOTAL	57 319

FONTE: Secção de Estatística da Capital, da I.R. do Paraná

III — Radiodifusão — Emissoras — 1956:

DESIGNAÇÃO DA EMISSORA	PREFIXO	FREQÜÊNCIA (kc/s)	FAIXA DE ONDAS	DATA DA PRIMEIRA EMISSÃO	DISTÂNCIA MAIS LONGÍNQUA EM QUE FOI OUVIDA	NÚMERO DE HORAS DE IRRADIAÇÃO DURANTE O ANO — Idioma — Nacional	Estrangeiro
1. Rádio Clube Paranaense Ltda	P.R.B. -2	1 440	Longas	1924			
	Z.Y.S. 35		Médias	1954	Inglaterra	6 150	420
	Z.Y.S. 33		Curtas	1954			
2. Rádio Guairacá Ltda	Z.Y.M.-5	560	Longas	1946	Paraguai	6 452	68
3. Rádio Curitibana Ltda	Z.Y.S. 47	640	Longas	1955	Rio Grande do Sul	6 147	24
4. Rádio Colombo	Z.Y.S. 42	1 010	Longas	1955	Argentina	6 897	—
5. Rádio Marumbi Ltda	Z.Y.G. 8	730	Longas	1946	São Paulo	6 431	53
	Z.Y.S. 32	103	Curtas	1946	São Paulo	—	—
6. Rádio Tingui	Z.Y.S. 46	1 390	Longas	1955		6 000	120
7. Rádio Cultura do Paraná	S.Y.S. 25	930	Longas	1952	Minas Gerais	6 155	180
8. Rádio Difusora Ouro Verde	Z.Y.S. 50	590	Longas	1956	Ponta Grossa	5 548	2
9. Rádio Emissora Paranaense Ltda	Z.Y.Z. 9	1 210	Longas	1950	Japão, Suécia	6 743	—
	Z.Y.S. 30	923	Médias	1953	Japão, Suécia	6 743	—
	Z.Y.S. 43	9 545	Curtas	1955	Japão, Suécia	6 743	—

IV — *Imprensa periódica* — Discriminação segundo os característicos — 1956:

ESPECIFICAÇÃO			QUANTIDADE	TIRAGEM MÉDIA POR EDIÇÃO
Periódicos arrolados	Jornais	Diários — Matutinos	5	8 800
		Diários — Vespertinos	3	5 830
		Diários — SOMA	8	14 630
		Semanários	3	5 500
		Quinzenários	—	
		Mensários	2	2 250
		SUBTOTAL	5	7 750
	Revistas	Semanários	—	—
		Quinzenários	—	—
		Mensários	6	2 504
		SUBTOTAL	6	2 504
	Anuários		4	3 250
	TOTAL		23	28 134

FONTE: Secção de Estatística da Capital — I.R. do Paraná

V — *Difusão bibliográfica* — 1956:

ESPECIFICAÇÃO	DADOS NUMÉRICOS
Número de tipografias	64
Número de livrarias	22

VI — *Excursionismo* — *meios de hospedagem* — 1956:

ESPECIFICAÇÃO	DADOS NUMÉRICOS
Hotéis	
Número	58
Capacidade (número de hóspedes)	3 281
Diária mais comum em hotel de nível médio (Cr$)	180,00
Pensões	
Número	46
Capacidade (número de hóspedes)	1 197
Mensalidade mais comum (Cr$)	2 000,00

VII — *Praça de esportes* — 1956:

ESPECIFICAÇÃO	DADOS NUMÉRICOS
Número	40
Destinadas a volibol	1
Destinadas a basquetebol e volibol	12
Destinadas a futebol	5
Destinadas a volibol, basquetebol e futebol	15
Destinadas a outros esportes	7

FONTE: Secção de Estatística da Capital da I.R. do Paraná.

VIII — *Certames culturais* — 1956 — Conferências, Congressos e Exposições:

ESPECIFICAÇÃO	DADOS NUMÉRICOS
Conferências realizadas	26
Congressos	—
Exposições artísticas	3

FONTES: Anuário Estatístico do Brasil — 1957.

FINANÇAS PÚBLICAS — I — *Receita arrecadada federal, estadual e municipal, e despesa realizada pelo município, na capital* — 1950-1957:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$)				DESPESAS REALIZADAS NO MUNICÍPIO
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	162 693 528,30	233 178 037,60	41 428 771,40	29 277 662,30	66 898 133,40
1951	225 500 222,60	249 023 215,60	43 909 871,20	31 104 144,20	63 736 893,40
1952	299 872 954,30	208 119 449,10	70 505 341,70	52 167 105,70	105 981 975,20
1953	376 521 319,40	253 765 973,70	103 932 976,40	68 589 867,50	161 963 615,30
1954	433 926 753,00	314 100 752,50	110 886 569,10	80 859 557,70	171 167 151,30
1955	551 734 163,80	388 533 316,20	140 261 290,10	102 971 515,40	178 715 992,90
1956	790 933 624,20	438 677 569,80	180 535 881,00	122 239 006,20	206 552 299,00
1957	906 190 234,40	693 857 712,10	227 134 584,00	177 468 506,80	261 887 724,80

II — Receita municipal arrecadada segundo a natureza — 1954-1956:

DISCRIMINAÇÃO				VALOR (Cr$)		
				1954	1955	1956
Renda Ordinária	Tributária	Impostos	Territorial urbano	6 902 207,30	8 119 872,70	10 672 532,30
			Predial urbano	36 453 929,10	48 000 659,00	53 823 299,90
			Indústrias e Profissões	10 589 136,20	14 004 615,20	18 146 740,20
			Licença	3 616 030,50	3 549 588,70	3 581 737,60
			Dívida Pública	2 618 802,20	3 657 810,90	5 192 325,90
			Atos da Economia do Município e Atos regulados por lei	10 910 475,40	12 454 203,90	15 887 480,20
			SUBTOTAL	71 090 580,70	89 786 750,40	107 304 116,10
		Taxas	Emolumentos	3 188 656,20	3 113 336,80	3 626 371,70
			Viação	10 903 952,30	12 344 031,30	13 814 568,50
			Limpeza	3 933 091,40	5 093 512,90	5 687 569,00
			Fiscalização e Serviços Diversos	4 384 279,60	4 078 779,80	4 156 624,80
			Assistência e Segurança Social	1 281 068,60	1 477 997,30	1 602 567,40
			SUBTOTAL	23 691 048,10	26 107 658,10	28 887 701,40
			TOTAL DA RENDA TRIBUTÁRIA	94 781 628,80	115 894 408,50	136 191 817,50
	Renda Patrimonial			1 836 469,70	1 560 700,70	1 114 088,50
	Renda Industrial			8 080,00	24 409,40	89 510,50
	Transferência de Contas Correntes			900 000,00	412 073,90	4 824 745,10
	Rendas Diversas			9 944 390,60	20 583 697,60	37 836 719,40
	TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES			107 470 526,10	138 475 290,10	180 056 881,00
Renda Extraordinária				3 416 000,00	1 786 000,00	479 000,00
TOTAL GERAL				110 886 569,10	140 261 290,10	185 535 881,00

III — *Arrecadação do Impôsto de Vendas e Consignações* — 1953-1957:

ANOS	ARRECADAÇÃO (Cr$)
1953	183 776 780,80
1954	220 921 434,10
1955	290 251 731,20
1956	371 811 775,20
1957	427 662 013,60

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA — Eleições para vereadores à Câmara Municipal realizadas em 1956:

LEGENDAS	VOTOS APURADOS	VEREADORES ELEITOS
Partido Social Progressista	8 002	3
Partido Libertador	3 927	1
Partido Republicano Trabalhista	4 338	1
Partido Trabalhista Nacional	3 409	—
Partido Socialista Brasileiro	1 159	—
Partido Social Trabalhista	3 269	—
União Democrática Nacional	7 062	3
Partido Social Democrático	10 088	4
Partido Republicano	8 701	3
Partido Democrata Cristão	6 755	2
Partido de Representação Popular	3 581	—
Partido Trabalhista Brasileiro	9 292	3
TOTAL	69 583	20

Resultados das eleições para Prefeito Municipal da Capital realizadas em 1955:

CANDIDATOS	PARTIDO QUE REPRESENTAVA	VOTOS APURADOS	
		Números absolutos	% sôbre o total
Ney Amintas de Barros Braga	PR	18 327	29,94
Walace Tadeu de Mello e Silva	PST	11 576	18,93
Alfredo Pinheiro Júnior	PSD	11 070	18,09
Estêvão Ribeiro de Souza Neto	PTB	8 007	13,09
Amâncio Moro	PL	5 213	8,55
João Cid Portugal Macedo	PDC	4 567	7,48
Roberto Barrozo	PTN	1 307	2,13
Manoel Aranha	UDN	1 101	1,79
TOTAL	—	61 168	100,00

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Além dos cursos d'água, que banham o município, Curitiba é quase destituída de acidentes geográficos.

São os seguintes os acidentes geográficos existentes no município de Curitiba:

Rio Iguaçu — Nasce no território municipal, na divisa de Curitiba com São José dos Pinhais, na confluência dos rios Atuba e Irati. Corre, dentro do município, onde percorre, aproximadamente, 55 quilômetros. É o rio de maior extensão no Estado do Paraná. A 20 quilômetros de sua foz com o rio Paraná estão localizadas as famosas Cataratas de Santa Maria.

Rio Atuba — Corre em direção N.S. Nasce no lugar denominado Atuba. Não é navegável. É um dos formadores do rio Iguaçu.

Rio Passaúna — Nasce no distrito de Santa Felicidade, percorre êste distrito e o de Campo Comprido. Não é navegável, correndo em direção N.S. Êste curso d'água é aproveitado, nalguns trechos, mediante barragens e canais, para pequenas indústrias: fábricas de banha, olarias, moinhos de cereais etc.

Rio Barigui — Banha todos os distritos do município de Curitiba. Corre em direção N.S. É aproveitado, em certos trechos, mediante barragens e canais, para pequenas indústrias, tais como, fábricas de banha, olarias, curtumes, moinhos de cereais etc.

Rio Belém — Banha o distrito e a cidade de Curitiba. É canalizado, parcialmente, dentro do quadro urbano. Utilizado para embelezamento do Passeio Público, um dos principais logradouros públicos da capital. Não é rio navegável.

Rio Ivo — Banha o distrito e a cidade de Curitiba, sendo o grande responsável pelas freqüentes inundações da cidade. É canalizado, parcialmente, dentro do quadro urbano. Deságua no rio Belém, que, por sua vez, é afluente da margem direita do Iguaçu. Não é navegável.

Rio Bacacheri — É um dos afluentes da margem direita do rio Iguaçu. Corre na direção N.S. O curso dêste rio é aproveitado, em parte, mediante barragens e canais, para pequenas indústrias. Não é navegável.

Rio Água Verde — Nasce nas proximidades da Avenida 7 de Setembro. Corre em direção O.S., não sendo rio navegável, dada a sua pouca profundidade e extensão.

Rio Juvevê — Nasce nas proximidades da Penitenciária Central do Estado, na Avenida Anita Garibaldi, no bairro do Aú de Cima. Corre na direção N.S., desaguando no rio Belém.

Rio Bigorrilho — Tem sua nascente no término da Rua D. Júlia Wanderley, no alto das Mercês, e corre em direção N.O. — S. Deságua no rio Ivo.

Tanque do Bacacheri — Está situado no bairro do Bacacheri, a quatro quilômetros do centro da cidade. Serve de balneário com organização incipiente e rudimentar. O tanque é formado por barragens de dois ou três córregos.

Tanque do São Lourenço — Localizado no bairro de São Lourenço, na estrada da colônia Abranchas, a 6 quilômetros do centro da cidade. Serve de barneário e possui instalações rudimentares e grosseiras.

Tanque do Glaser — Situado a 11 quilômetros da cidade. Serve de balneário, contando com instalações rudimentares.

Cachoeira sem denominação — Localizada no rio Iguaçu, na divisa do distrito de Umbará, município de Curitiba com o de São José dos Pinhais. O terreno é de propriedade do Sr. Inácio Elias, residente em Ganchinhos, distrito de Umbará, município de Curitiba. A cachoeira tem a altura aproximada de 3 metros, sendo desconhecida a sua potência.

Cascatinha — Situada na estrada de Curitiba—Santa Felicidade, a 4 quilômetros, aproximadamente da sede municipal. Serve de balneário e é um agradável objetivo de turismo.

RIQUEZAS NATURAIS — O município de Curitiba é rico em produtos de origem mineral. Suas riquezas naturais de maior importância são: água mineral de que possui fontes no bairro do Aú de Baixo e no das Mercês; areia para construção, pedra britada e para construção, pedra bruta, saibro, macadame, lenha e diversos outros.

Existem em Curitiba importantes fábricas de manilhas de barro, louça e cerâmica, tinta em pó, caolin, quartzo, talco, ladrilhos, calcários, artefatos de cimento etc.

A produção de madeira, outrora, de notável importância econômica para o município, vem diminuindo com o perpassar dos anos, em virtude da exploração em alta escala medida que vai ocasionando o desaparecimento das florestas ao derredor da cidade e das sedes distritais.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Além da sede municipal, Curitiba possui, atualmente, quatro distritos administrativos, cujas sedes são aglomerações urbanas: Campo Comprido, Santa Felicidade, Tatuquara e Umbará. As sedes distritais são consideradas vilas, mas não têm govêrno próprio.

A última divisão territorial feita no município de Curitiba foi aprovada pelo Decreto-lei n.º 199, de 30 de dezembro de 1943, mas não incluiu o distrito administrativo de Tatuquara, que foi criado posteriormente.

Segundo os dados do Recenseamento Geral de 1950, a população dêsses distritos era a seguinte: Campo Comprido, 2 783 habitantes; Santa Felicidade, 3 976 habitantes e Umbará, 2 363 habitantes. A população do distrito de Tatuquara foi incluída na do distrito de Umbará, ao qual pertencia antes de sua criação, e, à época do Censo Geral de 1950.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — A cidade conta com elevado número de monumentos históricos e artísticos, comemorativos de acontecimentos e fatos notáveis, ou de homenagem a vultos ilustres, paranaenses ou nacionais, de real mérito e incontestável prestígio.

Com particularidades dignas de menção podem ser arroladas as *Ruínas de São Francisco* — localizadas no Alto de São Francisco, onde, no século passado, os Padres Capuchinhos iniciaram a construção das obras de uma capela dedicada a São Francisco das Chagas, não tendo sido concluídas essas obras. Curitiba figura entre as poucas e raras capitais brasileiras que não são servidas por emprêsas ou serviços de carris-urbanos.

Segundo a espécie, os monumentos históricos e artísticos existentes em Curitiba até dezembro de 1957, são os seguintes:

Estátuas — De Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, localizada na praça do mesmo nome, construída por iniciativa particular, em granito e bronze, e inaugurada em 21 de abril de 1927; do Marechal Floriano Peixoto, na praça Tiradentes, erguida por iniciativa oficial, em bronze e granito, e inaugurada no dia 19 de fevereiro de 1902; do Barão do Rio Branco, na praça Dr. Generoso Marques, construída em bronze e granito, por iniciativa do Govêrno do Estado, inaugurada a 10 de janeiro de 1912; de São Vicente de Paula, localizada no pátio do Asilo dos Velhos, à rua Barão dos Campos Gerais, em homenagem ao engenheiro Ademaro Lustosa, levantada em pedestal de granito, com inscrições em bronze e imagem de cimento, construída por iniciativa oficial e inaugurada a 30 de outubro de 1926. Mais tarde, em 1943, foi adicionada a estátua do engenheiro Ademaro Lustosa, em homenagem especial à sua memória. Estátua de Nossa Senhora da Glória, localizada no Alto da Glória, bairro do Bacacheri, construída por iniciativa particular.

Monumentos — À República, situado na praça Tiradentes, construído em granito e bronze, por iniciativa do povo e do govêrno do Estado e inaugurado oficialmente em 15 de novembro de 1939. É uma das obras do escultor paranaense João Turin. A Santos Dumont, localizado na praça Santos Andrade, defronte da Universidade do Paraná, construído todo em bronze e granito, por Yolando Mallozi, escultor italiano, e inaugurado oficialmente a 10 de dezembro de 1936. Monumento a Ruy Barbosa, também situado na praça Santos Andrade, em frente da Universidade do Paraná, construído em granito e bronze e inaugurado oficialmente a 5 de novembro de 1937. Monumento ao Semeador, situado na praça Eufrásio Correia, ao lado do edifício da Assembléia Legislativa do Estado, construído por iniciativa da colônia polonesa (a quem representa homenagem) e inaugurado em janeiro de 1922. Monumento a Edmundo Sebastião Wos Saporski, pioneiro da colonização polonesa no Paraná. Foi inaugurado no dia 22 de agôsto de 1953, por ocasião das solenidades comemorativas do I Centenário do Paraná. Monumento ao Presidente Getúlio Vargas, localizado na praça Tiradentes, construído em granito e bronze, por iniciativa popular, e inaugurado a 24 de agôsto de 1957.

Hermas — Do Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos, localizada na praça Zacarias, tôda em bronze e granito, construída por iniciativa oficial e inaugurada a 19 de dezembro de 1908; de Emílio de Menezes, na praça General Osório, mandada construir por iniciativa oficial e inaugurada em janeiro de 1909; do Padre Ildefonso Correia, situada na praça Santos Andrade, inaugurada em 5 de novembro de 1917; de Domingos Nascimento, localizada na praça General Osório e inaugurada a 1.º de janeiro de 1915; de Emiliano Pernetta, situada na praça General Osório, construída de granito e bronze e inaugurada em 1921; de Carlos Gomes, na praça do mesmo nome, construída em bronze e granito, inaugurada em 26 de fevereiro de 1925; do Dr. André de Barros, localizada no pátio da Santa Casa de Misericórdia, na praça Ruy Barbosa, construída por iniciativa oficial, em bronze e granito; da Professôra Júlia Wanderley da Costa, situada na praça Santos Andrade, inaugurada a 19 de dezembro de 1935; do Dr. Nilo Cairo, na praça Santos Andrade, em granito e bronze, inaugurada a 15 de novembro de 1937; do Dr. Victor do Amaral, localizada na praça Santos Andrade, em frente ao edifício da Universidade do Paraná, inaugurada a 19 de dezembro de 1937; do Monsenhor Celso Itiberê da Cunha, situada na praça Garibaldi, inaugurada a 11 de setembro de 1942; do Barão do Sêrro Azul, na praça Miguel Couto, construída por iniciativa do povo e do Govêrno, inaugurada em 1946; de Fido Fontana, localizada no Passeio Público; de Emiliano Pernetta, situada na "Ilha das Ilusões" (Passeio Público), com a presença do homenageado, onde Emiliano foi coroado "Príncipe dos Poetas Paranaenses"; de Manoel Ribas, no Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas (Vila dos Funcionários), inaugurada a 8 de março de 1946; ainda de Manoel Ribas, no "hall" do Colégio Estadual do Pa-

raná; do Dr. José Pereira dos Santos Andrade, localizada na praça do mesmo nome, inaugurada a 15 de junho de 1950; do maestro Raul Menssing, localizada na praça General Osório; do General Plínio Alves Monteiro Tourinho, na Escola de Engenharia da Universidade do Paraná, inaugurada a 19 de maio de 1951.

Placas — Comemorativa do Centenário da Independência do Brasil, situada na avenida 7 de Setembro, inaugurada no dia 7 de setembro de 1912; ao Dr. Teixeira Soares, na plataforma do edifício-sede da Rêde de Viação Paraná—Santa Catarina, inaugurada no dia 5 de novembro de 1935; a André Rebouças, localizada na Avenida João Pessoa, inaugurada em 1938; comemorativa do Centenário de Carlos Gomes, na praça do mesmo nome, inaugurada em 1936; comemorativa do Bicentenário de Frei J. Marianno V. Vellozo, localizada no Passeio Público, inaugurada em 1941; a Santos Dumont, na praça Santos Andrade, inaugurada a 17 de julho de 1933; a Emiliano Pernetta, no Passeio Público (local onde o grande vate foi coroado "Príncipe dos Poetas Paranaenses"); no Laboratório Miguel Couto, situado na avenida 7 de Setembro, inaugurada a 13 de outubro de 1945; com a efígie de D. Pedro II, no Grupo Escolar D. Pedro II inaugurada a 24 de fevereiro de 1928; comemorativa do cinqüentenário de fundação da Colônia Santa Felicidade, na Matriz de Santa Felicidade, construída em mármore e inaugurada a 5 de fevereiro de 1928; em homenagem a João Gualberto de Sá Filho, no Quartel da Polícia Militar do Estado, inaugurada a 11 de junho de 1938; em homenagem ao Coronel Dulcídio Pereira, inaugurada a 14 de abril de 1938; alusiva à inauguração do Quartel da Polícia Militar do Estado, no Quartel da referida Corporação, inaugurada a 11 de junho de 1938; de homenagem da Sociedade Beneficente União dos Chauffeurs à Diretoria Fundadora, pela comemoração do seu 25.º aniversário, na praça General Osório, inaugurada a 29 de setembro de 1942; comemorativa do lançamento da primeira pedra fundamental do Cemitério Municipal de Curitiba, localizada no Cemitério Municipal, inaugurada a 1.º de dezembro de 1854; em homenagem à Fôrça Expedicionária Brasileira, na data do seu regresso do "front" da Itália, na Plataforma da Rêde de Viação Paraná—Santa Catarina, inaugurada em 1945; em homenagem ao historiador paranaense Alfredo Romário Martins — o "Príncipe dos Jornalistas do Paraná", no local do seu nascimento, na rua Comendador Araújo, 338, oficialmente, a 10 de dezembro de 1942; em homenagem ao Visconde de Taunay, na praça Ruy Barbosa, 15 (parede externa do Colégio São José); em homenagem ao Dr. Garcês do Nascimento, no "hall" do Hospital de Crianças (avenida Silva Jardim), inaugurada a 30 de outubro de 1942; contendo o texto da carta de Getúlio Vargas, anexa à sua estátua, na praça Tiradentes; placa inaugural da rua Jerônimo Dursky, primeiro colono polonês chegado ao Paraná; comemorativa da inauguração do edifício da Biblioteca Pública do Paraná, inaugurada a 19 de dezembro de 1953; com a efígie do Prof. Fernando Moreira, colocada no ato da inauguração da avenida Professor Fernando Moreira.

Bustos — Comemorativo da Fundação de Curitiba, em bronze, inaugurado em 1942, na Praça Tiradentes; do Dr. Moreira Garcês, ex-Prefeito Municipal de Curitiba, localizado na avenida 7 de Setembro, construído em bronze e inaugurado em 1942; comemorativo da construção da rodovia do Cerne, situado na avenida Cruzeiro, inaugurado em 21 de setembro de 1940; do Prof. Elysio de Oliveira Vianna, no pátio do Colégio Novo Ateneu, rua Emiliano Pernetta; do Prof. Lysímaco Ferreira da Costa, no Grupo Escolar de que é patrono, inaugurado em 1944, localizado na avenida Iguaçu; de Sebastião Paraná, no pátio do Instituto de Educação de Curitiba, inaugurado em 1936; de Hideo Noguchi, sábio japonês, homenagem da Colônia Japonêsa do Paraná ao I Centenário de emancipação política do Estado. Está localizada na secção de Filosofia da Biblioteca Pública e foi inaugurado no dia 19 de dezembro de 1953. Contém pequena placa de bronze em que se declara o objetivo da homenagem; busto de Paderewiski, localizado no Teatro Guaíra e inaugurado no dia 23 de agôsto de 1953; busto de Luiz de Camões, no saguão da Biblioteca Pública do Paraná, inaugurado no dia 19 de dezembro de 1953, no ensejo das comemorações do I Centenário de emancipação política do Estado.

Monumentos Artísticos — Pequeno lago artificial, construído pela municipalidade, sito na praça Carlos Gomes; Repucho artístico, construído pela Prefeitura na praça General Osório; Repucho artístico feito pelo govêrno municipal e localizado na praça Eufrásio Correia; Obelisco (Monumento do Centenário), construído pelo Govêrno do Estado e inaugurado em 1953, durante as comemorações do I Centenário do Paraná, localizado na praça 19 de Dezembro; Monumento ao Trabalhador, na praça 19 de Dezembro, gigantesco monumento de granito, em nu artístico, construído pelo Govêrno do Estado e inaugurado em 1953; Monumento à Colonização, conjunto de quadros artísticos, recordando os principais episódios da história do Paraná, localizado na praça 19 de Dezembro, construído pelo Govêrno do Estado e inaugurado em 1953; Monumento à Mulher Paranaense, representado por um nu artístico, estando a estátua sentada, localizada no Centro Cívico, nas proximidades do Palácio do Govêrno do Estado, tendo sido inaugurada em 1953; Fonte Luminosa com lago artificial, construídos pela Prefeitura Municipal, situados na praça Ruy Barbosa, inaugurados em 1957; Estátua, localizada no saguão da Biblioteca Pública do Paraná, inaugurada em 1953, ano do I Centenário do Estado, como homenagem da Câmara de Comércio de Carrara (Itália).

Outros Monumentos — Marco zero de Curitiba, localizado na praça Tiradentes, construído em granito e bronze, por iniciativa do Conselho Nacional de Geografia .... (I.B.G.E.); Casa de Alfredo Andersen, considerada monumento público por lei da Municipalidade, por ter sido a casa onde viveu e morreu o célebre pintor Alfredo Andersen, considerada monumento público por lei da Municipalidade, por ter sido a casa onde viveu e morreu o célebre pintor Alfredo Andersen, considerado o "Pai da Pintura Paranaense", está localizado na rua Mateus Leme, n.º 336; Marco Comemorativo do Centenário da Indepen-

dência do Brasil, construído por iniciativa oficial, em bronze e granito e localizado na praça Santos Andrade.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Os festejos e comemorações religiosas mais antigos e tradicionais da cidade eram a festa do Divino, com bandeira, as de São João e a do Senhor Bom Jesus. A primeira, entretanto, caiu em desuso, e as outras ainda são realizadas com certo brilhantismo e popularidade.

Além dessas são comemoradas as seguintes festas religiosas (Igreja Católica): São Sebastião, 20 de janeiro; São José, 19 de março; Nossa Senhora Aparecida, 8 de maio; Santa Rita de Cássia, 22 de maio; Santo Estanislau, 7 de maio; Santo Antônio, 13 de junho; São Pedro e São Paulo, 29 de junho; São Judas Tadeu, 28 de julho; São Cristóvão (Padroeiro dos Motoristas), 27 de julho; São Bom Jesus, 6 de agôsto; Assunção de Nossa Senhora, 15 de agôsto; Nossa Senhora da Luz (Padroeira de Curitiba), 8 de setembro; Nossa Senhora das Mercês, 24 de setembro; São Francisco de Assis, 4 de outubro; Santa Terezinha, 3 de outubro; e festa de Natal, 25 de dezembro.

O dia de Ano Bom (1.º de janeiro) e o dia de Reis (6 de janeiro), também são comemorados com alguma festividade, embora já não se manifestem as mesmas solenidades populares com que era feito outrora.

A primeira imagem da padroeira de Curitiba, Nossa Senhora da Luz, veio diretamente de Portugal, a pedido das autoridades locais. Em solenidade de grande deslumbramento realizada no dia 16 de novembro de 1720, foi entronizada no altar da matriz da Vila de Curitiba a imagem da padroeira.

A Câmara Municipal, em sessão realizada no dia 15 do mesmo mês, convidou a todos os moradores da vila e dos subúrbios, para concorrerem com as suas presenças para o maior brilhantismo da procissão promovida pelo povo e govêrno municipais.

Mas a história da antiga capela de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, hoje transformada na magnífica Catedral Metropolitana de Curitiba, apresenta facêtas de larga e profunda importância que se acham estreitamente ligadas à própria história de Curitiba, com a qual nasceu nos idos de 1954.

Os primeiros passos para a fundação da povoação e ereção da ermida, se encontram envoltos num misto de história e de lenda. Segundo Vieira dos Santos, o grupo fundador da vila teria recorrido à colaboração do cacique de uma tribo indígena do local denominado Tindiquera, para que o auxiliasse na escolha do local mais apropriado à fundação do povoado.

Andando à frente do grupo, com uma vara na mão, ao chegar em determinado ponto, o chefe índio fincou a vara no solo, dizendo: "Taki-Kevas!", isto é, "Aqui!"

Foi exatamente nesse local que o grupo povoador fêz erigir a primeira capelinha de Curitiba: uma ermida construída de pau-a-pique e que serviu por longos anos ao culto religioso, construída no mesmo local onde em 1715 se levantou a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Luz e onde hoje se encontra a Catedral Metropolitana de Curitiba.

Antes de 1715 já existia ali "a antiga Igreja de Nossa Senhora da Luz e Bom Jesus dos Pinhais que servia de Matriz; naturalmente, alguma ermida de madeira, onde se celebravam os ofícios religiosos desde 1654", conforme depoimento do historiador Francisco Negrão.

Segundo êsse autor — "a Imagem de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba, foi mandada vir de Portugal e solenemente posta no altar a 16 de novembro de 1720. A Câmara em vereança de 15 dêsse mês mandou afixar um quartel convidando todos os da vila e seus suburbios para que concorressem com suas pessoas para assistir à procissão, para a colocação da Virgem Nossa Senhora da Luz, Padroeira da Vila, no lugar da Igreja Matriz".

É de supor-se que a criação da paróquia, se não é anterior à da Vila, remonte a essa mesma época — 1668, sendo, porém, certo que em 1747 Curitiba já era paróquia, como se vê do têrmo de abertura do primeiro livro do Tombo, pelo Vigário Padre Manoel Domingos Leitão.

A antiga Matriz era construída de pedra e barro, espaçosa e de forma elegante. Em 1860, por ocasião do levantamento das tôrres, abatendo estas de algum modo, quando já estavam em meia altura, produziram algumas fendas no fronstispício, o que motivou mais tarde, frustrados os esforços empregados para consolidar o edifício, a sua completa demolição.

O péssimo estado de conservação em que se encontrava a Igreja Matriz, no ano de 1875, forçou o Presidente da Província a solicitar autorização ao Bispo de São Paulo, para que fôsse efetuada a mudança das imagens e traslação do Santíssimo Sacramento, para a Igreja do Rosário que, naturalmente, era mais nova e se achava em melhor estado de conservação.

É o que se depreende do assentamento feito pelo Bispo Dom Lino por ocasião de sua visita pastoral a Curitiba, e registrado às fôlhas 4 verso do Livro do Tombo da Paróquia de Nossa Senhora da Luz, vazado nestes têrmos:

"Instado por telegrama do Ex.mo Presidente Doutor Adolpho Lamenha Linz, para autorizarmos a transferência dos paroquiais e a trasladação do Santíssimo Sacramento e das imagens da Matriz para a Capela do Rosário, em razão do estado ruinoso daquela, iminente perigo de desabamento e necessidade de sua reconsideração, concedemos, por despacho telegráfico, a autorização pedida, e num domingo à tarde, 19 de Dezembro de 1875, vigésimo segundo aniversário da instalação da Província efetuou-se com tôda solenidade o ato da trasladação".

Três dias depois deu-se começo aos trabalhos da demolição, que só terminaram em 1880. Seus lindos altares foram retirados e colocados na Igreja do Rosário e parte do vigamento foi aproveitado para a Igreja da Ordem.

O lançamento e bênção da primeira pedra teve lugar no dia 13 de fevereiro de 1876, às 4 horas da tarde, funcionando no ato o Rev.mo Vigário Padre Agostinho Machado de Lima, com a assistência de tôdas as autoridades e grande concurso do povo.

Os trabalhos de construção duraram vinte e seis anos. A nova Matriz foi inaugurada oficialmente no dia 7 de setembro de 1893, sendo então Vigário o Rev.mo Padre

Alberto José Gonçalves. É o mesmo grandioso e imponente edifício que foi transformado em Catedral, ao ser criado o Bispado de Curitiba, alguns anos mais tarde.

Construída em estilo gótico, segundo o modêlo da Sé de Barcelona, a Catedral de Curitiba é um grandioso e monumental templo, com suas tôrres erguidas para o alto, a representar e traduzir, perenemente, a fé e o dinamismo do povo paranaense vivida através de longo espaço de quase três séculos de trabalhos e realizações, desde o longínquo ano de 1654, quando o chefe aborígine — primeiro donatário e dominador absoluto da terra — com a sua autoridade e conhecimento de homem autóctone, andando à frente do grupo povoador, altivo e soberano, fincou a vara no chão, dizendo: "Aqui!"

Outros templos tradicionais e de grande importância para a cultura religiosa do povo curitibano são: A Igreja da Ordem, assim chamada por ter sido fundada pelos irmãos da Ordem Terceira de São Francisco de Assis. Está situada na praça Coronel Enéias, mais conhecida pela denominação popular de "Praça da Ordem", e conserva, ainda, o aspecto rústico e tradicional de sua primitiva estrutura arquitetônica. Muito freqüentada por grande número de devotos, é o único templo religioso da Igreja Católica Romana que possui uma placa indicadora de sua denominação histórica: "Igreja da Ordem".

A Igreja do Rosário, situada na praça Ruy Barbosa, junto ao Convento dos Padres Franciscanos (Ordro Fratrum Minorum), é outro formoso templo religioso, cuja antiguidade histórica remota aos tempos da colônia e da fundação de Curitiba. No pátio da Igreja existe um Santuário de Nossa Senhora de Lourdes, muito freqüentado por elevado número de devotos, ornamentado com simplicidade e beleza, e, ao lado, funciona o antigo e renomado estabelecimento de ensino primário e secundário, que é o Colégio do Rosário, sob a direção dos Padres da Ordem de São Francisco de Assis.

Cumpre registrar ainda as igrejas de São Francisco de Paula, muito antiga e freqüentada; de Nossa Senhora das Mercês, no bairro do mesmo nome; do Alto Cabral, de Santa Quitéria; de Nossa Senhora Sant'Ana, na colônia Abranches; de Santa Felicidade e muitas outras.

Ao todo existem 27 templos do Culto Católico em Curitiba, dos quais, uma Catedral Metropolitana; 26 Igrejas Matrizes.

A população católica de Curitiba, segundo dados do Recenseamento Geral de 1950, compreendia o total de 156 689 habitantes, ou seja, 86 por cento da população total do município. Dêsse número, 76 286 eram do sexo masculino e 80 403 do sexo feminino.

Os outros 24 por cento da população adotavam outras religiões, destacando-se o culto protestante, com 13 002 adeptos; o culto espírita, com 4 828; ortodoxos, 777; israelitas 997; e diversos outros grupos menores.

No que se refere a festejos populares, sem caráter religioso, há que registrar apenas as festas de Carnaval e o "Trote de Calouros", adotado por algumas Faculdades da Universidade do Paraná e realizado uma vez por ano, após os resultados dos exames vestibulares. Embora o "Trote" tenha constituído velha tradição e costume quase que obrigatório entre os acadêmicos curitibanos, com o decorrer do tempo, está caindo em desuso, e vários Institutos de Ensino Superior já o aboliram completamente.

Culto Católico Romano — 1956

ESPECIFICAÇÃO		DADOS NUMÉRICOS
Número de paróquias		27
Número de matrizes		27
Número de capelas	públicas	36
	semipúblicas	—
Número de batizados		12 212
Número de crismas		4 716
Número de comunhões		774 985
Número de casamentos		1 560
Número de extrema-unções		1 188
Número de encomendações		1 089
Número de procissões		131
Número de associações religiosas	Destinadas ao sexo masculino	42
	Destinadas ao sexo feminino	52
	Destinadas a ambos os sexos	54
	TOTAL	148
Número de associados	Masculino	3 916
	Feminino	6 540
	Ambos os sexos	12 299
	TOTAL	22 755

O carnaval de hoje também já não pode ser comparado com o de outros tempos, quando o povo saía para as ruas para cortejar o "Rei Momo", entregando-se a verdadeiras extravagâncias durante os três dias do "reinado" do famoso "Imperador da Folia".

Uma das mais antigas e legítimas expressões do folclore paranaense, hoje totalmente esquecida e abandonada, é a "Congada". Festa popular, tìpicamente regional, a "Congada" tem sido revivida, esporàdicamente por iniciativa de algumas entidades culturais, como a Comissão Paranaense de Folclore, que tem contribuído de maneira ponderável para concretização de festejos e solenidades folclóricas de alto valor cultural e educativo.

Entre as principais efemérides, cumpre registrar as seguintes, quase tôdas comemoradas com festas cívicas, em que tomam parte autoridades, unidades militares, estudantes e o povo: 29 de março — Dia de Curitiba, dia de festa local; 19 de agôsto — Dia do Paraná, data comemorativa da emancipação política do Estado; 7 de setembro — Independência do Brasil; e 15 de novembro — Proclamação da República.

VULTOS ILUSTRES — A história de Curitiba está repleta de filhos ilustres que, na política, nas ciências, nas letras e nas artes, desempenharam papel de alta relevância destacando-se, por isso mesmo, dos demais, pelo renome e projeção que deram à terra em que nasceram.

Entre muitos outros, cabe mencionar aqui os seguintes nomes de curitibanos ilustres, cuja destacada atuação, na administração, na política, nas ciências, nas letras e nas artes, representa uma auréola de inextinguível luminosidade na trajetória de suas existências, voltadas sempre e invariàvelmente, para a grandeza da terra do seu nascimento, do seu Estado natal e da pátria que honraram e estremeceram:

O primeiro e mais rutilante nome que aparece na história literária de Curitiba é o de *Emílio de Menezes*, que figura, ao mesmo tempo, ao lado dos nomes dos maiores poetas do Brasil; Dr. *Victor Ferreira do Amaral*,

médico e professor, foi o fundador da Universidade do Paraná; *Alfredo Romário Martins,* jornalista, escritor e historiador, cognominado "O Príncipe dos Jornalistas Paranaenses"; *Emiliano Pernetta,* notável poeta e escritor, que, ainda em vida, foi coroado "Príncipe dos Poetas Paranaenses"; Dr. *Ermelino Agostinho de Leão* (não o primeiro, que era baiano), político, jornalista e historiador; *Rodrigo Júnior,* uma das mais altas expressões da poesia do Paraná; *Jayme Balão,* jornalista, poeta e escritor; *Euclides Bandeira,* o mais vigoroso e combativo jornalista de todos os tempos e poeta de fino lavor; *Júlia Wanderley da Costa,* notável educadora, de renome nacional; Monsenhor *Celso Itiberê da Cunha,* ilustre membro da Igreja Católica, a quem Curitiba, o Paraná e o Brasil devem imensuráveis serviços prestados em todos os setores da atividade humana; *Ildefonso de Souza Correia,* Barão do Cêrro Azul, político, industrial, poeta e escritor, bàrbaramente trucidado em 1893 no Quilômetro 65 da Estrada de Ferro Curitiba—Paranaguá; *Lysímaco Ferreira da Costa,* emérito educador de várias gerações de paranaenses ilustres; general *Plínio Alves Monteiro Tourinho,* militar ilustre, político de grande projeção e professor da Universidade do Paraná; *Domingos Nascimento,* poeta e escritor; Dr. *Arthur Ferreira dos Santos,* jurista, político e professor universitário; Dr. *André de Barros,* médico, político e homem de Estado; *Sebastião Paraná* professor, jornalista e historiador; Dr. *João José Pedrosa,* primeiro paranaense que exerceu o cargo de Presidente da Província, de onde seguiu para a Província do Pará, na qualidade de seu Presidente, tendo falecido quando se encontrava no exercício dêsse cargo; *César Lattes,* emérito cientista, cujo nome está ìntimamente ligado ao descobrimento e aproveitamento da energia atômica, como autor de valiosas descobertas no campo da pesquisa atômica, nos mais importantes e renomados laboratórios dos Estados Unidos da América do Norte; *Francisco de Paula e Silva Gomes,* um dos primeiros e mais vibrantes propugnadores da independência da província do Paraná; Conselheiro *João da Silva Carrão,* que, entre outros cargos exerceu o de professor da Academia de Direito de São Paulo, nos seus primeiros anos de atividade; o historiador *Sebastião Dias de Souza Negrão;* o Dr. *David Antônio da Silva Carneiro,* emérito historiador, homem de grande saber e professor universitário; *Serafim França,* mavioso poeta da terra e muitos outros.

Merece destaque especial o nome do eminente cientista *César Lattes,* nascido em Curitiba, onde fêz os seus primeiros estudos e formado pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo. É um dos maiores físicos da atualidade.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — A cidade e o município de Curitiba são dotados de numerosos, belos e importantes objetivos de turismo, motivo por que são freqüentemente visitados por turistas procedentes de tôda parte do país e do estrangeiro.

Entre os principais objetivos de turismo relacionam-se os seguintes:

1. *Museu Paranaense* — Fundado em 1876, pelo ilustre escritor e historiógrafo, Dr. Ermelino Agostinho de Leão, coadjuvado por outras expressivas figuras da época e pelo govêrno da província, que lhe dispensou as melhores atenções, o Museu Paranaense é um estabelecimento que honra e enaltece a cultura do povo paranaense. Devido ao seu extraordinário crescimento e meritória projeção nos círculos culturais do Estado, em 1957, o Museu foi desmembrado em duas partes, do que resultou a criação do Instituto de História Natural do Paraná, que se acha instalado na praça 19 de Dezembro. A sede primitiva do Museu Paranaense, onde ainda funciona a outra parte em que foi desmembrado, está localizada na rua Buenos Aires, esquina da Avenida Batél.

É um museu de natureza geral, com exceção da parte de História Natural, possuindo notáveis e valiosas coleções de elementos históricos; objetos de arte antiga; arte indígena paranaense; numismática etc. Administrado por um conselho do qual fazem parte figuras das mais relevantes da intelectualidade paranaense, inclusive funcionários altamente especializados, formados em História, Geografia, Arqueologia etc.

2. *Museu Coronel David Carneiro* — Especializado em documentação e instrumentos da História do Paraná. Conta com valiosas coleções relativas a História Geral, especialmente do Paraná e do Brasil. Possui importantes coleções de numismática e documentação histórica de inestimável valor e utilidade. Organizado e mantido pelo seu Diretor e Proprietário, o historiador e intelectual paranaense, Dr. David Antônio da Silva Carneiro, o Museu "Coronel David Carneiro" está situado no perímetro urbano da capital, à rua Brigadeiro Franco, n.º 1828.

3. *Catedral Metropolitana de Curitiba* — Grandioso e imponente templo católico de invulgar beleza e majestade, construído em estilo gótico, no modêlo da Sé de Barcelona. A Catedral Metropolitana, cuja formosa história vai narrada noutro capítulo do presente trabalho, foi inaugurada oficialmente, em 1894. Sua origem remonta aos primeiros dias da fundação do antigo povoado de Nossa Senhora da Luz e Bom Jesus dos Pinhais, no longínquo ano de 1854. Está localizada na praça Tiradentes, antigo largo da Matriz, em ponto central e em logradouro mais movimentado da cidade.

4. *Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas do Paraná* — Localizado no populoso bairro do Bacacheri. É uma entidade integrante da administração estadual. O I.B.P.T.P. é o mais notável e importante de todos os Institutos Científicos do Paraná. Dotado de moderna e completa aparelhagem e de pessoal técnico altamente especializado, o Instituto de Biologia possui, ainda, um valioso museu de Mineralogia, onde se encontram amostras de minérios de tôdas as regiões do Estado.

Produtos farmacêuticos e veterinários de renome internacional, são fabricados pelo I.B.P.T.P., além de realizar pesquisas científicas e tecnológicas, em todos os campos da ciência.

Na mesma área do Instituto de Biologia estão localizadas as Escolas Superiores de Agricultura e Veterinária e de Química do Paraná, da Universidade, e o Instituto de Química do Paraná.

5. *Universidade do Paraná* — Grandioso e arquitetônico templo do saber e da cultura do Paraná. Está localizado no centro da cidade, entre as ruas 15 de Novembro, Presidente Farias, Travessa Buffrem e Praça Santos Andrade. Abrange um quarteirão inteiro da cidade.

Nêle funcionam as Faculdades de Direito, de Medicina, com os cursos de Farmácia e Odontologia e a Escola de Engenharia. Estudantes de nível superior, da Universidade do Paraná, preparando-se, com eficiência, para o exercício de tôdas as profissões liberais.

6. *Passeio Público de Curitiba* — Aprazível recanto próprio para recreação, dotado de formosos jardins, instalações, lagos artificiais, parques infantis, secção de zoologia, bares e restaurantes. Recoberto por frondosa e exuberante arborização. O Passeio Público é mantido pela Prefeitura Municipal e está localizado em zona central da cidade.

7. *Graciosa Country Clube* — Magnífico edifício sede de uma das mais tradicionais e importantes associações recreativas da elite curitibana. Está localizado no populoso bairro do Bacacheri, em aprazível e pinturesco local. Possui piscina e campos para desportos (tênis, gôlfe e basquetebol).

8. *Cassino Ahu* — Situado no bairro do Ahu de Baixo. A sede está instalada em belo e imponente edifício. Possui confortável piscina e um magnífico bosque para piqueniques e outras diversões populares. No mesmo local encontra-se a fonte de água mineral "Ahu", largamente utilizada pelos habitantes de Curitiba. O Cassino, pròpriamente dito, presentemente, não está em funcionamento, em virtude de determinações superiores.

9. *Colônia Santa Felicidade* — Sede do distrito do mesmo nome. Povoada por imigrantes e descendentes de italianos e poloneses. Santa Felicidade é notável, principalmente, pelos excelentes vinhos de uva ali produzidos pelos seus habitantes.

10. *Campo Comprido* — Pequena e tradicional vila, sede do distrito de Campo Comprido, fundada e colonizada por imigrantes italianos. Conta, também, com importantes fábricas de excelente vinho de uvas, muito apreciados pelos turistas.

1. *Santa Cândida* — Outra colônia italiana, das muitas fundadas em Curitiba, durante o século XIX, situada a poucos quilômetros distantes da sede municipal. É uma das muitas atrações turísticas do município.

12. *Colônia Abranches* — Colônia fundada no govêrno do Presidente Frederico Carlos de Araújo Abranches, por imigrantes poloneses. Dista 6 quilômetros do centro da cidade. Sua denominação constitui uma homenagem ao Presidente Araújo Abranches, que foi um dos maiores impulsionadores do seu progresso e desenvolvimento.

13. *Alto das Mercês* — Grande e populoso bairro, situado no ponto mais elevado da cidade, de onde se descortina vista panorâmica de Curitiba e seus arredores, bem como a paisagem encantadora dos campos e capões que a circundam. Avista-se ainda, ao longe, em direção nordeste a sueste a "paisagem alpinina" da Serra do Mar, um dos principais acidentes geográficos do Paraná.

14. *Minas de Ouro da firma "Minas Leão Júnior Lt.da"* — Mina de ouro, cuja exploração se acha paralisada, presentemente. Nesse estabelecimento eram extraídas e trabalhadas milhares de toneladas de minério bruto e mais de 40 quilogramas de ouro fino por ano. Para chegar ao local da mina há o seguinte itinerário a percorrer: Segue-se de Curitiba pela linha de ônibus "Curitiba—Campo Largo", até a sede distrital de Campo Comprido, de onde se segue por estrada particular de propriedade da firma "Minas Leão Júnior Lt. até a mina, havendo uma distância de três quilômetros que não dispõe de meios de condução.

15. *Engenho de Beneficiamento de erva-mate, da firma Leão Júnior Lt.da* — Estabelecimento industrial que constitui importante objetivo de turismo em face de sua notável organização econômica e social. É o único estabelecimento industrial de grandes proporções que mantém serviços de assistência social perfeitamente organizados. Mantém, entre os seus serviços de assistência social um restaurante operário, fornecendo ótima alimentação para mais de 350 operários.

16. *Colégio Estadual do Paraná* — Suntuoso, amplo e belo edifício, onde funcionam os Cursos Ginasial e Colegial, de propriedade do Govêrno Estadual. A moderna e arquitetônica construção do Colégio Estadual obedece aos requisitos previstos na legislação federal de ensino. O edifício está localizado em lugar alto, sêco, arejado e com luz e água abundante. Possui piscinas, largas áreas destinadas à recreação, grande salão nobre, refeitório, chuveiros etc. Está situado na zona urbana da cidade, sendo servido por linha de ônibus.

17. *Clube Curitibano* — Trata-se da nova sede social do Clube Curitibano. Possui luxuosas ornamentações, sendo que a decoração foi feita pela "Casa Nunes" do Rio de Janeiro. Está localizado no perímetro urbano da cidade, em edifício próprio de 9 andares.

18. *Escola do S.E.N.A.I.* — Localizada à rua Chile, 1 380, no perímetro urbano da cidade. O Estabelecimento é mantido pelo S.E.N.A.I., contando com ótima organização, eficiência de trabalho e completo equipamento das salas de aula.

19. *Centro Cívico* — É o conjunto arquitetônico constituído pelos seguintes edifícios, alguns já construídos, outros em construção: Palácio Iguaçu, compreendendo o Palácio do Govêrno do Estado e a residência do Governador; Palácio da Assembléia Legislativa; Palácio das Secretarias de Estado; e Palácio do Tribunal do Júri. O Centro Cívico está situado no final da avenida Dr. Cândido de Abreu, no perímetro urbano da cidade. Foi idealizado, planejado e construído, em parte, no govêrno do Dr. Bento Munhoz da Rocha Netto, no período de 1950 a 1955.

20. *Teatro Guaíra* — Situado na rua 15 de Novembro, em ponto central da cidade, o Teatro Guaíra é uma das mais gigantescas realizações do govêrno do Prof. Bento

Munhoz da Rocha Netto. Sua grandiosa construção ainda não foi acabada, encontrando-se em funcionamento apenas o Pequeno Auditório.

21. *Biblioteca Pública* — Um dos mais imponentes edifícios públicos de Curitiba. Localizado na esquina das ruas Dr. Murici e Cândido Leão, a Biblioteca Pública do Paraná foi construída na administração do Prof. Bento Munhoz da Rocha Netto, no período de 1950-1955.

22. *Praça Ruy Barbosa* — Formoso e aprazível logradouro público, situado defronte da tradicional Santa Casa de Misericórdia de Curitiba. Possui uma bela e moderna fonte luminosa, além de ser inteiramente asfaltada, arborizada e ajardinada. Foi construída na administração do Prefeito Ney Braga, primeiro prefeito eleito de Curitiba, após os longos e negregados anos da ditadura.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Encontram-se em funcionamento, no município, 10 Cartórios do Registro Civil, dos quais, 6 na cidade e 4 nos distritos.

Foi o seguinte o movimento do Registro Civil, no período de 1953 a 1956:

ANOS	CASAMENTOS	NASCIMENTOS	ÓBITOS
1953	2 499	8 215	2 711
1954	2 513	10 964	2 855
1955	2 841	11 392	3 389
1956	2 279	11 727	3 130
1957	2 838	11 960	3 457

Curitiba figura entre as cidades onde mais se constrói. De ano para ano, a cidade vem adquirindo aspectos de grande e moderna metrópole. Em lugar dos antigos prédios de estilo português e colonial, que vão sendo demolidos, surgem edifícios de 20 e mais andares.

No período de 1953 a 1957 foi o seguinte o movimento de construção, licenciamento de novas construções em Curitiba:

ANOS	CONSTRUÇÕES LICENCIADAS	ACRÉSCIMOS OU MODIFICAÇÕES	ÁREA LICENCIADA (m²)	
			Coberta	Piso
1953	1 513	489	304 442,55	183 512,36
1954	1 353	357	185 073,87	279 624,56
1955	1 133	369	150 033,17	267 369,56
1956	1 876	352	223 560,94	342 771,30
1957	1 418	372	213 070,23	283 644,34

O movimento de inscrição de hipotecas convencionais, registrado em Curitiba, durante o qüinqüênio 1953 a 1957, é expresso pelos seguintes números:

ANOS	INSCRIÇÕES DE HIPOTECAS CONVENCIONAIS	
	Quantidade	Valor (Cr$)
1953	949	142 178 594,00
1954	1 038	163 687 131,00
1955	787	162 541 200,00
1956	978	213 432 976,00
1957	892	247 422 597,00

O alto índice observado no movimento das transcrições de imóveis revela o crescente e vertiginoso progresso de Curitiba. A tabela abaixo expressa, com fidelidade, o movimento de transcrições de imóveis verificado em Curitiba, no período de 1953-1957:

ANOS	TOTAL		POR COMPRA E VENDA	
	Número	Valor (Cr$)	Número	Valor (Cr$)
1953	5 739	390 832 855,00	3 787	245 230 428,00
1954	5 481	552 968 038,00	3 582	314 828 188,00
1955	5 256	482 374 316,00	3 433	259 259 064,00
1956	5 357	522 345 576,00	3 666	296 653 814,00
1957	5 595	617 429 041,00	3 568	307 636 880,00

Existem na sede da comarca de Curitiba 6 Tabeliães de Notas; quatro Oficiais de Protestos de Títulos; 4 Escrivães do Cível, com a denominação ordinal correspondente a cada uma das varas cíveis; 4 Escrivães do Crime, também com a denominação ordinal correspondente a cada uma das varas criminais; 2 Escrivães de Órfãos, Ausentes, Interditos e Provedoria; 1 Escrivão de Família, Falências e Concordatas; 1 Oficial do Registro Civil de Casamentos, acumulando as funções de Escrivão do Júri e Execuções Criminais; 1 Escrivão de Menores; 1 Escrivão da Fazenda Pública e Acidentes do Trabalho; 2 Oficiais do Registro de Nascimentos e Óbitos (na sede); um Contador, Partidor, Distribuidor e Depositário Público.

A comarca de Curitiba compreende 4 Circunscrições Imobiliárias, delimitando cada uma a competência dos 4 Oficiais do Registro de Imóveis, que são denominados ordinalmente de primeiro a quarto.

No período de 1953-1957 registrou-se o seguinte movimento nos Cartórios de Protestos de Títulos:

ANOS	QUANTIDADE	VALOR (Cr$)
1953	3 707	31 436 136,00
1954	4 986	39 956 774,20
1955	2 986	47 556 320,30
1956	4 285	41 199 438,80
1957	5 179	65 681 165,60

O Tribunal de Justiça, com sede na cidade de Curitiba, é composto de 11 desembargadores.

Curitiba é sede de um Arcebispado. O Arcebispo Metropolitano conta com a colaboração de um Bispo Auxiliar. Existem 27 paróquias, em todo o município e 63 templos católicos.

Em 1956 se encontravam em tráfego, no município, 8 626 veículos motorizados, sendo 6 974 automóveis e 1 652 caminhões de carga.

Encontram-se em atividade, no município, 387 emprêsas de transporte rodoviário, assim distribuídas: Para passageiros, 279; para carga, 108. No transporte coletivo de passageiros eram utilizados 258 auto-ônibus e 21 veículos de outras espécies (autolotações).

O quadro abaixo reflete o movimento de passageiros transportados pelas emprêsas de transporte coletivo, no período de 1953 a 1957:

ANOS	NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS
1953	58 272 522
1954	55 852 720
1955	48 831 032
1956	58 699 801
1957	69 824 543

Em 31 de dezembro de 1956 encontravam-se em atividade, no município, os seguintes profissionais liberais: 496 médicos, 807 advogados, 380 dentistas, 96 farmacêuticos, 515 engenheiros 60 agrônomos e 35 veterinários.

Curitiba conta com grandes e notáveis hotéis podendo destacar-se os seguintes: Grande Hotel Moderno, Hotel Climax, Lord Hotel e Hotel Yonscher, que são de caráter internacional. Ao todo existem 53 hotéis e 41 pensões, na cidade de Curitiba.

Funcionam em Curitiba as Delegacias Fiscal, Regional do Trabalho, Impôsto de Renda, Serviço do Patrimônio da União, Serviço de Fomento Agrícola e muitos outros órgãos representativos dos Ministérios da República. Além disso, exercem as suas atividades na capital paranaense as Delegacias das seguintes autarquias: IPASE, IAPC, IAPI, IAPETC, IBGE, sendo sede da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Serviços Públicos dos Estados do Paraná e Santa Catarina.

Curitiba é, ainda, sede da 5.ª Região Militar e da Zona Aérea. Possui um aeroporto militar, situado no bairro do Bacacheri e uma Escola de Preparação de Oficiais da Aeronáutica e Curso de Preparação de Oficiais da Reserva. Diversas unidades militares do Exército Brasileiro têm seus quartéis na cidade ou nas proximidades da mesma.

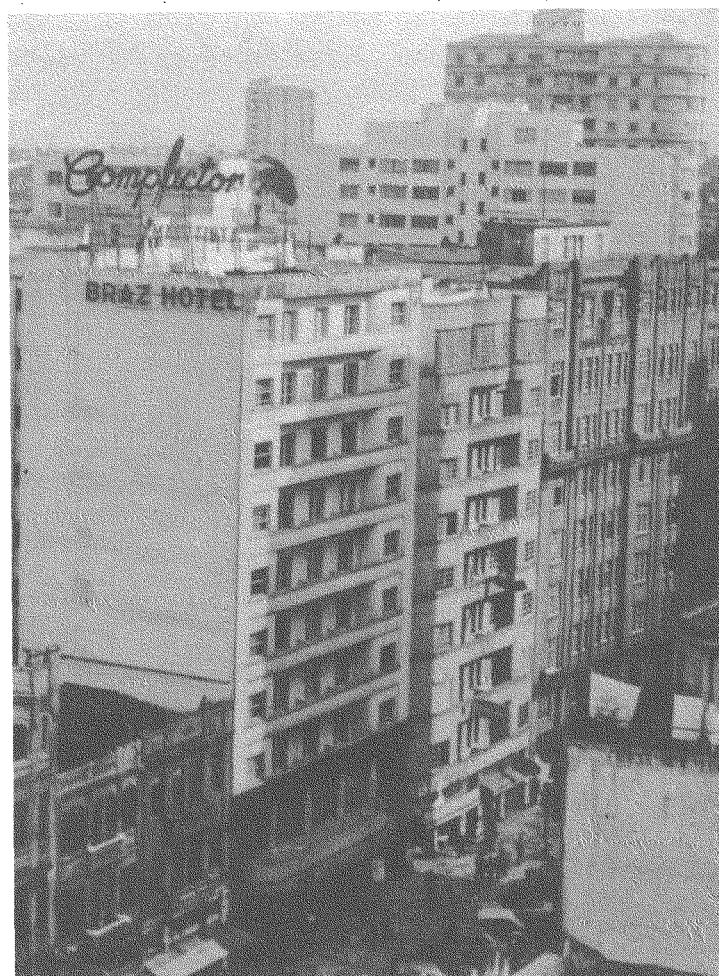
Encontram-se em fase final de sua construção o Supermercado Público de Curitiba. Feiras públicas volantes, em número bem elevado, funcionam, semanalmente, em vários pontos da cidade, oportunidade em que os colonos dos arredores da capital expõem os seus produtos à venda, abastecendo, assim, a população citadina dos produtos agrícolas indispensáveis à sua manutenção.

O serviço de manutenção da ordem pública é exercido pela Polícia Militar do Estado e pela Guarda Civil do Paraná. Existem ainda a Guarda de Trânsito, do Departamento do Serviço de Trânsito e o Corpo de Bombeiros, que é subordinado à Polícia Militar do Estado.

Em 1953 foi extinto o serviço de transporte coletivo em Carris Urbanos, que era mantido pela Companhia Fôrça e Luz do Paraná e cujo acervo foi transferido à Municipalidade que, por sua vez, o extinguiu. Assim, Curitiba é uma das poucas e raras capitais brasileiras que não contam com essa espécie de transporte.

O símbolo de Curitiba e do Paraná é o pinheiro. Até a etimologia da palavra Curitiba significa, em guarani, "pinheiral", ou seja, "terra dos pinheirais". O pinheiro tem exercido notável influência na cultura e na formação sociológica do povo paranaense. Poetas e escritores de todos os tempos têm sido incansáveis em cantar a grandeza e a magnificência dos pinheiros do Paraná.

Há uma importante obra literária, poética e artística cujo tema obrigatório é a majestade dos pinheiros que constituem a riqueza nativa mais antiga e mais prodigiosa da região dos Campos Gerais, onde os bandeirantes do século XVII fundaram e construíram Curitiba.

O nome científico do pinheiro é *Araucaria brasiliensis*. Pertence à família das coníferas, designação dada ao grupo vegetal formado de árvores que produzem frutos em forma de cone. Sua figura, quase sempre gigantesca, lembra

Braz Hotel

uma enorme taça ou imenso guarda-sol, voltado para os céus.

A araucária cresce em linha reta, tomando agigantado desenvolvimento, podendo atingir altura superior a 50 metros, chegando a medir de dois a três metros de diâmetro. O desenvolvimento normal do pinheiro paranaense é de 30 metros de altura e de 1 a 2 metros de diâmetro.

Sendo árvore nativa, ainda hoje são poucos os que se dedicam ao seu plantio e cultura racional. Durante muito tempo não se soube explicar como os pinheiros apareciam em grupos, em pontos afastados, sem que ninguém os plantasse. Entretanto, hoje já se sabe que êsse trabalho de reflorestamento é obra da gralha-azul, ave que vive nos planaltos do Paraná e tem no pinhão — o fruto do pinheiro — o seu alimento predileto.

A gralha descasca o pinhão para comer-lhe a polpa. É previdente como a formiga e, por isso, enterra em diversos lugares boa quantidade de pinhões, para lhes servirem de alimento, mais tarde, isto é, quando termina a safra das pinhas. Acontece que algumas dessas aves morrem e outras esquecem os lugares onde enterram os pinhões.

Essas sementes esquecidas germinam, nascem e produzem os grandes pinheiros que mais tarde fornecem madeiramento e matéria-prima para diversas indústrias. Um aspecto curioso no caso do plantio do pinhão é êste: a semente, que é cônica, é plantada, quer pela gralha-azul, quer pelo homem, com a ponta para baixo, sendo que o futuro pinheiro nasce sempre em forma de anzol pois que primeiro o embrião desce no solo para só depois voltar-se para cima, em busca do ar e das altitudes.

Lord Hotel

Antes da impiedosa devastação praticada pelos primeiros lavradores e industriais dedicados à exploração da indústria madeireira, era comum encontrar-se, nas regiões planaltinas do Paraná, grandes e extensas matas formadas apenas de pinheiros. Hoje, principalmente, nos arredores de Curitiba já são muito raras essas florestas araucarianas, existindo apenas grupos remanescentes ou resultantes do plantio por alguns órgãos públicos e particulares.

O tronco do pinheiro fornece a madeira chamada pinho, de grande e variada aplicação industrial. Depois da derrubada das matas, os troncos das araucárias são transportados em vagonetes, ou arrastados por juntas de bois, para as serrarias, onde são transformados em toros, pranchas, tábuas, sarrafos, fôlhas e serragens, utilizados nas construções e no fabrico das caixas, caixotes, palitos de fósforos e diversos produtos e subprodutos.

O pinheiro é muito resinoso cortado por veios avermelhados, de que se desprende ativo cheiro de terebintina, que são as essências extraídas das coníferas. As terebintinas destiladas fornecem a essência de terebintina, utilizada para dissolver gorduras, fabricar vernizes e diluir tintas.

O nó de pinho contém grande quantidade de resina e é um excelente combustível. O pinhão, que contém muito amido, elemento nutritivo, é usado como alimento. Além de os habitantes de Curitiba e do sul do Paraná comerem o pinhão assado ou cozido, fabricam do mesmo farinha e *paçoca*, que são comidas com leite ou com café.

A maioria das casas de campo dos colonos e habitantes da região dos pinheirais é construída com tábuas e tabuinhas de pinheiro. Os móveis, desde os bancos mais simples até as mesas e mobílias de salas e quartos, também são feitos de pinho.

Durante o inverno, que é a época da safra do pinhão, os curitibanos, particularmente os das zonas de campo, promovem uma festa campestre, chamada *sapecada*. É uma espécie de piquenique, do qual participam algumas famílias e que consiste em colhêr os pinhões caídos, pois as pinhas maduras debulham-se fàcilmente, ou derrubá-los do pinheiro.

Com os próprios ramos secos dos pinheiros — as grimpas — que caem das árvores, faz-se uma fogueira, na qual é colocada uma camada de grimpas e outra de pinhões; em seguida repete-se a operação, para, finalmente, atear fogo no monte assim preparado.

Quando se extingue a fogueira está pronta a sapecada, e os pinhões todos assados. Então, com um pedaço de pau — o *macête* — depois de colocar o pinhão sôbre uma pedra ou madeira dura, dão-se algumas pancadas no pinhão, que salta da casca, sendo saboreado ainda quente. Nessas festas, realizadas quase sempre em junho, nas festas de São João e São Pedro e São Paulo, há músicas populares, ouvindo-se versos como êstes:

Pinheiro, dá-me uma pinha,
Pinha, dá-me um pinhão,
Menina, dá-me um abraço
Que eu te dou meu coração.

Quem tem pinheiros tem pinhas
Quem tem pinhas tem pinhão,
Quem tem amôres tem zelos
Quem tem zelos tem paixão.

Do pinheiro nasce a pinha,
Da pinha nasce o pinhão,
Dos homens nasce o zêlo,
Da mulher a ingratidão...

À sombra dos pinheirais criam-se porcos, que são alimentados, em grande parte, com pinhões. Por isso, a criação de suínos é fácil e rendosa. A *araucaria brasiliensis* representa para o povo paranaense a casa, o alimento e o próprio agasalho. Suas habitações são, em geral, feitas de pinho. Muitas famílias, na época do pinhão, têm nêle seu principal alimento. Durante a estação hibernal é à beira do fogo que o caboclo se aquece, enquanto o nó de pinho se queima.

O sertanejo paranaense, simples e supersticioso, acredita que quando o pinheiro deixa cair as fôlhas, no silêncio da noite, é prenúncio de graves acontecimentos, sinal de sêca nos campos e diminuição da produção. Quando as pinhas são desenvolvidas e os frutos se apresentam crescidos é sinal de fartura. Quando os galhos do pinheiro rangem à noite, com o impulso dos ventos, é um mau augúrio: alguém está para morrer e o pinheiro está oferecendo madeira para o caixão fúnebre.

Se o pinheiro *canta*, quando suas fôlhas são embaladas pelas brisas da madrugada, indica noivado na vizinhança. Se cai repentinamente um dos galhos do pinheiro, produzindo na floresta forte estrondo, é porque as águas dos rios vão transbordar em breve. Quando se derruba o pi-

nheiro e o machado apresenta a lâmina crivada é indício de lutas nas tribos indígenas. Se, pela manhã, desprendem-se gôtas cristalinas da ramagem do pinheiro, é noiva que chora ao deixar o lar paterno. Quando o pinheiro cai inteiro para nunca mais se erguer, alguém está caído, varado por bala em luta sangrenta. Quando as pinhas caem sem intervenção do homem é augúrio de paz e felicidade. Se caem as fôlhas verdes quando se passa embaixo das ramagens do pinheiro é alguém que gosta de nós sem o sabermos; mas, se as fôlhas forem sêcas é sinal de ódio que alguém nos tem.

Quando o sol desponta e as ramagens do pinheiro procuram a direção do astro que surge é sinal de bom tempo; mas, se elas se conservam sem vivacidade, despreocupadas dos raios solares, é aviso certo de temporais fortes e prolongados.

O pinho figura entre as madeiras que fornecem a celulose, substância empregada no fabrico do papel. Duas das maiores fábricas de papel da América do Sul estão localizadas no Estado do Paraná.

Curitiba possui o seu escudo ou brasão de armas. O brasão de armas do município de Curitiba é constituído da seguinte maneira:

Um pinheiro — símbolo do Paraná — em fundo vermelho formando um escudo, encimado por um castelo aurífero, simbolizando o ciclo de ouro, que foi a primeira e mais antiga fonte de riqueza de Curitiba; êstes emblemas são circundados por cachos entrelaçados de trigo e uva — notáveis riquezas municipais, vendo-se embaixo, em sentido horizontal, uma faixa vermelha, com os seguintes dizeres: "29 de março de 1692" — data da criação do município.

Banco Inglês S.A.

Além do Cemitério Municipal existem, na cidade, mais os seguintes: Cemitério da Água Verde, Cemitério Israelita, Cemitério Protestante e outros localizados nas sedes distritais e nas principais colônias do município.

O Cemitério Municipal, que é o mais antigo do município, foi construído por iniciativa do Padre João de Abreu Sottomaior, com o apoio e a colaboração do presidente Zacarias de Góes e Vasconcellos. A construção teve início a 1.º de dezembro de 1854.

Pela Lei n.º 91, de 15 de outubro de 1902, foi criado o Cemitério das Comunas Evangélicas "Deutsche Evangelische Christus Germeinde" e Igreja Evangélica Presbiteriana de Curitiba.

O movimento do gado abatido no Matadouro Municipal de Curitiba, no período de 1954 a 1957 foi o seguinte:

ANOS	NÚMERO DE CABEÇAS	CARCAÇAS APROVEITADAS
1954	53 749	10 343 235
1955	42 089	8 264 970
1956	31 490	6 736 362
1957	...	...

A sensível baixa verificada no número de cabeças abatidas em 1954 e nos anos seguintes, chegando a atingir uma diferença de mais de 20 000 cabeças em 1956, explica-se pelo fato de existir grande número de marchantes que possuem frigoríficos próprios, onde passaram a abater o gado de sua propriedade, não se utilizando, assim, dos serviços do Matadouro Modêlo Municipal. Êsses dados não figuram na tabela acima.

Conta o município com uma Estação Meteorológica, do Ministério da Agricultura; e um Pôsto Pluviométrico, mantido pela Divisão de Águas do 3.º Distrito do Ministério de Agricultura.

O município é servido pela Rêde de Viação Paraná—Santa Catarina. Em todo o trajeto da linha ferroviária, no território municipal, existem 6 estações ou pontos de parada ferroviários, que são: Curitiba, Portão, Barigui, Colônia Argelina, Aú e Barreirinha.

O serviço de Fomento da Produção Agropecuária é exercido, em Curitiba, pelas seguintes entidades públicas: Pôsto de Monta da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Paraná; e Assistência Técnica à Agropecuária, do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas.

A atual legislatura municipal foi eleita em 1955, devendo terminar seu mandato em outubro do corrente ano de 1958. Exerce o cargo de Prefeito Municipal o Sr. Ney Amintas de Barros Braga, major do Exército, primeiro Prefeito eleito em Curitiba após o golpe de Estado de 1937.

A Câmara Municipal de Curitiba compõe-se de vinte vereadores, que são os seguintes: Dr. Antenor Pamphilo dos Santos, Antônio Domakoski, Antônio Biazetto, Erondy Silvério; Dr. Elias Karam, Dr. Edmundo Leinig Saporski, Dr. Felipe Aristides Simão, Dr. Ivo Moro, Irlan Cavet, Dr. José Maria de Azevedo, João Stival; João Gasparin Filho, Dr. Jurandyr de Azevedo e Silva, Coronel Máximo Pinheiro Lima, Myltho Anselmo da Silva, Dr. Menotti

Capriglione, Ondino Ruy Camargo de Loyola, Dr. Sebastião Penteado Darcanchy, Victório José Roda e Dr. Vicente Capriglione.

Em 1955 existiam 99 701 eleitores alistados, em todo o município.

A denominação popular por que são conhecidos os habitantes do município é "curitibanos", denominação que já serviu de topônimo para um município do vizinho Estado de Santa Catarina, isto é, o município de Curitibanos, fundado por antigos habitantes de Curitiba.

ORIGEM DO NOME — O primitivo nome do pequenino povoado, que seria transformado mais tarde em vila, cidade e capital, foi o de Nossa Senhora da Luz e Bom Jesus dos Pinhais. Denominava-se Campos Gerais ou Campos de Curitiba a região em que se instalou a povoação. Durante os primeiros tempos não se adicionava ao lugar o topônimo Curitiba, embora conhecido. Ao despachar o requerimento que lhe dirigiram os habitantes da localidade em 1693, Mateus Martins Leme datou o seu despacho de *Pinhais* e não de *Curitiba*. Sòmente depois da instituição da vila é que a mesma passou a ser conhecida pela designação completa de Vila de Nossa Senhora da Luz e Bom Jesus de Curitiba, desaparecendo, assim, a palavra *Pinhais*, que foi substituída por Curitiba.

Até há bem pouco tempo havia dúvida, não só quanto à origem da palavra Curitiba, mas também quanto à sua etimologia e verdadeiro significado na linguagem corrente. Os autores que se ocuparam do assunto, apresentando estudos e interpretações do nome, nenhuma distinção fizeram sôbre se Curitiba é palavra de origem tupi ou guarani.

Coube ao jovem professor Arion Dall'Igna Rodrigues, em magnífico trabalho publicado na imprensa curitibana, em 1952, e, mais tarde reproduzido na edição especial de "Ilustração Brasileira", comemorativa do I Centenário do Paraná, em dezembro de 1953, definir a verdadeira proveniência do topônimo, dando a sua exata interpretação etimológica.

Em primeiro lugar, é necessário fazer a devida distinção entre os idiomas indígenas tupi e guarani, que não são a mesma coisa.

Eis, em síntese, a opinião esclarecedora e abalizada do professor Arion Dall'Igna Rodrigues, brilhante expressão da cultura paranaense, a respeito da etimologia do vocábulo Curitiba, tema, até então, bastante controverso:

"A diferença entre o tupi e o guarani antigos não é muito grande; era possível mesmo, a intercompreensão dos indivíduos que falavam uma e outra língua. Se bem que se manifeste também no vocabulário e na morfologia, a diferença é principalmente fonética, isto é, de pronúncia.

A *s* tupi corresponde *h* em guarani: tupi *só* "ir", guarani *hó;* tupi *seté* corpo "dêle", guarani *hété;* a *pw* tupi corresponde *kw* em guarani; tupi *pwã* "dedo da mão" guarani *kwã;* tupi *pwerab* "sarar", guarani *kwerá;* a *k* tupi corresponde *g̃* guarani; tupi *kutúk* "ferir", guarani *kutúg̃;* tupi *mondók* "cortar", guarani *mondóg̃* etc.

Justamente por ser pequena a diferença entre as duas línguas, torna-se difícil, às vêzes, saber se um nome provém de uma outra, pois seria idêntico em ambas.

Quando se trata de topônimos porém, o conhecimento da área de distribuição geográfica de cada idioma remove, ao menos em parte, essa dificuldade. Sabendo-se que o Paraná estêve compreendido dentro da área guarani — e não tupi —, a origem de seus nomes deve ser procurada no guarani e não no tupi (não se está considerando, é claro, o caso de nomes provenientes de línguas indígenas não pertencentes à família tupi-guarani, como o caingangue)".

Analisando a origem, a etimologia e a morfologia do nome dado à capital do Paraná, apresenta o autor mencionado, os seguintes argumentos e considerações, situando o problema na sua verdadeira posição literária e científica:

"Para o nome *Curitiba,* entretanto, não só a região em que ocorre indica ser oriundo do guarani. O estudo de seu étimo confirma que é palavra de origem guarani e que não pode ser interpretada como sendo tupi. O étimo evidente de Curitiba é *kur ity ba,* palavra do guarani antigo que significa "pinheiral", derivada que é do nome *kur í,* que ocorre na forma *kur iy,* registrada no século XVII pelo padre Montoya, e que pròpriamente significa "árvore *kur í*", têrmo com que era designado o pinheiro; a significação própria dessa árvore.

O maior é neste caso equivalente ao sufixo português — *al.* Mas, enquanto o guarani antigo possui um nome especial para o pinheiro, dá-se também que o tupi antigo não apresenta nenhuma denominação de elementos — *ty'ba* é um sufixo abundancial, conforme o mais antigo dicionário do tupi antigo até hoje publicado, o "Vocabulário da Língua Brasílica", de autor anônimo, registra, para traduzir o português "pinhão" e "pinheiro", respectivamente, *pinã* e *pinãy'ba.*

Esta última palavra é formada de *pinã,* evidente portuguesismo, e o tupi teve de emprestar do português o nome *pinhão,* é evidente que não possuía têrmo próprio para designar a planta, o que, aliás, é muito natural, pois a *Araucaria brasiliensis* tem seu *habitat* limitado ao sul, coincidindo com o domínio guarani, e é desconhecida para o norte, onde se falava o tupi".

Em tais condições e, diante de tão fortes argumentos de uma autoridade no assunto, como é o eminente professor Arion Dall'Igna Rodrigues, desapareceram tôdas as dúvidas a respeito da origem, da etimologia e do significado do nome da cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná.

Trata-se de palavra de origem guarani e não tupi, como tem sido geralmente aceito por alguns escritores e historiadores. Alguns tratadistas, ao definirem e estudarem a questão, foram omissos quanto ao idioma a que o têrmo pertence.

Teodoro Sampaio, em "O Tupi na Geografia Nacional", e Romário Martins, em "Toponomástica Indígena do Paraná", não mencionam a língua a que pertence a palavra Curitiba, apesar da interpretação e definição que deram à mesma.

É de salientar-se, ainda, que a palavra já era conhecida e usada nestas paragens (Campos Gerais de Curitiba), quando aqui aportaram os primeiros bandeirantes lusitanos e espanhóis, muito embora a futura povoação houvesse recebido a designação primitiva de Nossa Senhora da Luz e Bom Jesus dos Pinhais.

CURIÚVA — PR

Mapa Municipal no 11.º Vol.

HISTÓRICO — Data de 1859 o início do povoamento da região em que surgiria, muitos anos depois, o município de São Jerônimo, que, por sua vez, daria origem a diversas outras comunidades, entre as quais, o atual município de Curiúva.

Por ato de 27 de junho de 1859, a Secretaria de Estado dos Negócios do Império mandava criar na Fazenda São Jerônimo um aldeamento de índios, em terras doadas, para êsse fim, pelo Barão de Antonina, com o objetivo de atrair as tribos que viviam errantes pelos sertões dos vales dos rios Paranapanema, Tibagi, e outros, trazendo-as para a civilização.

Ao ato do Govêrno Imperial e ao humanitário gesto do ilustre paranaense, que foi o Barão de Antonina, vieram juntar-se os trabalhos e esforços do grande sertanista Joaquim Francisco Lopes, que fundou, naquele mesmo ano, o aldeamento indígena de São Jerônimo, com o louvável propósito de atrair à sociedade civilizada as numerosas hordas selvagens que viviam em completo estado de nomadismo pelos sertões do Paraná.

Ao irromper a guerra do Paraguai, o Govêrno Imperial teve a necessidade de promover a exploração dos grandes rios da província do Paraná que pudessem servir de meios de comunicação com a província de Mato Grosso, iniciando-se então os trabalhos de exploração dos rios Paranapanema, Ivaí, Tibagi e Piquiri, bem assim, a construção de uma estrada ligando o Paraná a Mato Grosso. Às margens dêsses rios e ao longo da estrada em referência, nasceram diversos povoados, alguns dos quais prosperaram bastante, chegando a constituir centros de irradiação para os mais diferentes pontos da província e do Império. Em 1854, por determinação do Govêrno Imperial, foi criada a Colônia Militar do Jataí, abrangendo o futuro território do aldeamento indígena de São Jerônimo, que foi elevado à categoria de município em 1920, o qual seria desdobrado em 1945, para dar lugar à criação do município de Congonhinhas, de cujo desdobramento resultaria a criação, em 1947, do município de Curiúva.

Os primeiros moradores do atual município de Curiúva foram Antonio Cunha e Fortunato Rodrigues Jardim, que eram proprietários de grandes tratos de terras na localidade. Foram êles os primeiros povoadores da região.

Antes disso, porém, tôda a região constituía habitat natural de numerosas tribos de caingangues, como prova a criação de um aldeamento em São Jerônimo. Talvez o território houvesse sido visitado a partir do século XVII, quando os missionários espanhóis da Companhia de Jesus, a serviço do govêrno da província paraguaia de Guaíra, realizaram, nos sertões do Paraná, a primeira obra de catequese indígena.

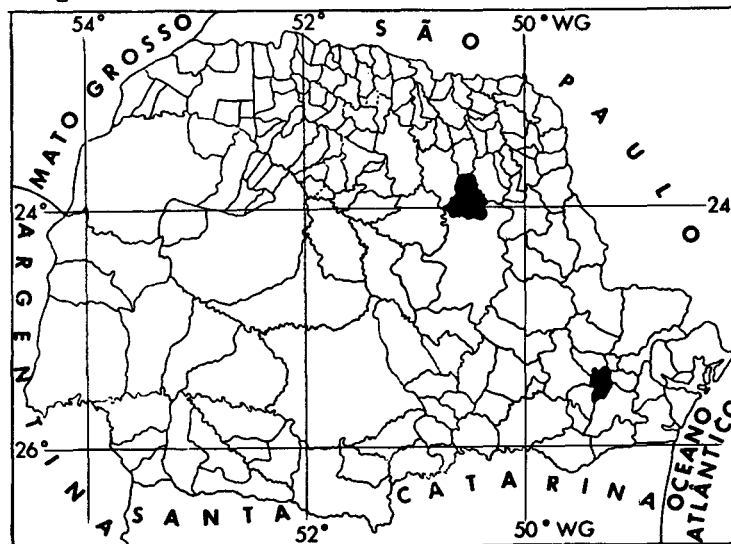
Contudo, a tentativa de colonização nacional de agrupamento do gentio num aldeamento e as primeiras idéias de desbravar e povoar a região tiveram comêço e andamento efetivo a partir da criação da Colônia Militar do Jataí, em 1854, através de conjugação de esforços do Govêrno Imperial, do Barão de Antonina e do inolvidável sertanista Joaquim Francisco Lopes.

A primitiva denominação de Curiúva era Caetê, com a qual foi elevado à categoria de distrito policial, por Decreto estadual n.º 985, do ano de 1912, integrando o território do município de São Jerônimo.

Pelo Decreto-lei estadual n.º 199, de 30 de dezembro de 1943, retificado pelo de n.º 311, de 26 de fevereiro de 1945, o distrito de Curiúva passou a formar os municípios de Araiporanga e Congonhinhas.

Voltando, novamente, a adquirir a sua autonomia, Curiúva foi elevado à categoria de município, em virtude da Lei estadual n.º 2, de 10 de outubro de 1947, tendo sido desmembrado do município de Congonhinhas, ao qual pertencia como simples distrito administrativo, dando-se a sua instalação no dia 26 de outubro do mesmo ano.

O município está dividido administrativamente em três distritos, que são: o da sede municipal, Figueira e Sapopema.

LOCALIZAÇÃO — Situado na Zona Fisiográfica de Tibagi, o município limita ao norte com Congonhinhas; a oeste, com São Jerônimo da Serra e Ortigueira; ao sul, com Tibagi; e a leste, com Ibaiti. A sede do município está localizada na posição geográfica de 24° 02' de latitude Sul e 50° 28' de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 1 000 metros na sede municipal.

CLIMA — O município de Curiúva, situado em uma região cujas altitudes variam de 900 a 1 000 metros, possui clima temperado, saudável e sêco. Frio, no período do inverno e agradável no verão. As temperaturas médias, observadas no ano de 1956, foram de 25°C a das máximas, 10°C a das mínimas e 17,5°C a compensada.

ÁREA — Curiúva tem a área de 1 035 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais rios que banham o município não são navegáveis. São êles: rio Laranjinha, rio Lajeado e rio das Antas.

RIQUEZAS NATURAIS — O carvão-de-pedra representa a riqueza de origem mineral e a peroba e o pinheiro, a de origem vegetal.

POPULAÇÃO — Contava o município de Curiúva, por ocasião do Recenseamento Geral de 1950, uma população de 11 538 habitantes, sendo 6 043 homens e 5 495 mulheres.

Prefeitura Municipal

Segundo a côr — 8 704 brancos, 643 pretos, 2 122 pardos e 55 amarelos; o estado civil (de 15 anos e mais) — 2 042 solteiros, 3 971 casados, 371 viúvos e 2 desquitados; a nacionalidade — 126 estrangeiros e 7 brasileiros naturalizados; a religião 10 856 católicos romanos e 682 de outras religiões. De 11 habitantes por quilômetro quadrado era a densidade demográfica do município; 94% da população recenseada naquele ano estava localizada na zona rural.

Aglomerações urbanas — Duas aglomerações urbanas existem no município, a cidade de Curiúva e a vila de Sapopema. A primeira, por ocasião do Recenseamento Geral do Brasil de 1950, contava uma população urbana de 742 habitantes, sendo 397 homens e 345 mulheres, assim distribuídos: quadro urbano — 523, 292 homens e 231 mulheres; quadro suburbano — 219, 105 homens e 114 mulheres. Estimam-se, no presente, em 1 200 e 700 habitantes as populações da cidade de Curiúva e da vila de Sapopema, respectivamente.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Dotado de características próprias, o município assenta sua principal atividade econômica na suinocultura; seguem-lhe em importância a agricultura e a indústria extrativa "mineral e vegetal", como fontes de renda municipal. Em 1956, além do consumo interno e escoamento para os municípios vizinhos, Curiúva exportou para fora do Estado, gado suíno no valor aproximado de Cr$ 4 955 579,00.

As suas principais culturas agrícolas, com produção e valor previstos para 1956, são: milho — Cr$ 13 785 000,00; arroz — Cr$ 10 500 000,00; café — Cr$ 3 600 000,00; feijão — Cr$ 1 550 000.00; algodão — Cr$ 260 000,00; trigo

Grupo Escolar Municipal

— Cr$ 144 000,00; em menor escala a mandioca, o alho, a cebola e a batata-inglêsa.

Na indústria extrativa, merece destaque a produção carbonífera (Curiúva possui grandes jazidas do minério de alto teor) explorada por três grandes emprêsas particulares. Vêm a seguir a extração de madeiras de lei e indústria alimentar.

Dos seus 16 estabelecimentos industriais, 8 ocupam 5 ou mais operários em suas atividades normais.

Sua exportação (interestadual) em 1956 atingiu a apreciável soma de Cr$ 10 125 123,00.

Igreja-Matriz do Divino Espírito Santo

COMÉRCIO E BANCOS — Na cidade e interior existem cêrca de 20 estabelecimentos comerciais varejistas, não havendo estabelecimento atacadista nem agências bancárias.

As praças com as quais mantém intercâmbio mercantil são: Jaguariaíva, Castro, Curitiba, Cornélio Procópio, Ribeirão do Pinhal e Londrina, no Paraná; Itararé e São Paulo, em São Paulo.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município dispõe dos meios de transporte rodoviário e ferroviário. O primeiro serve a sede e todo o interior; o segundo (R.V.P.S.C.) atravessa o território municipal, cujos trilhos passam a 84 km da sede, na Estação de Lisímaco Costa.

As distâncias que o separam dos municípios próximos são as seguintes: Ibaiti — 73 km; São Jerônimo da Serra — 59 km; Tibagi — 96 km; Congonhinhas — 110 km; Capital do Estado — 254 km.

Na sede encontra-se instalada uma agência postal do D.C.T.; para a comunicação urgente dispõe do serviço da R.V.P.S.C. na Estação de Lisímaco Costa.

Há dois campos de pouso, um situado na sede municipal e outro, no distrito de Figueira, nos quais aterrissam esporàdicamente aviões de pequeno porte.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Curiúva conta cêrca de 1 200 habitantes. Possui perto de 250 edificações, 5 logradouros públicos: 2 avenidas, 2 ruas e 1 praça; 4 hotéis prestam os serviços de alimentação e hospedagem. O comércio local é animado, transacionando com as principais praças do País, nos setores atacadista e varejista.

No decorrer do ano de 1956, a Prefeitura Municipal de Curiúva registrou 62 veículos motorizados, sendo 14 automóveis de diversos tipos e marcas e 48 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existe uma farmácia na cidade.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, encontravam-se no município 9 405 pessoas de 5 anos e mais, das quais, 2 977 sabiam ler e escrever, sendo 1 957 homens e 1 020 mulheres. Na sede municipal, presentes 619 pessoas de 5 anos e mais, 336 delas (212 homens e 124 mulheres) sabiam ler e escrever.

Ensino — Em 1956, funcionaram no município 30 unidades de ensino primário fundamental comum, com a matrícula de 1 053 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há no município dois cinemas, ambos no interior, sendo o Cine Cambuí, na localidade de Lisímaco Costa, do distrito de Figueira, com 250 lugares, e o Cine São Jorge, na vila de Sapopema, com 200 lugares.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	*	960	515	280	...
1951	*	1 118	537	288	...
1952	*	1 000	606	307	...
1953	*	1 240	924	334	...
1954	*	1 618	1 051	301	1 448
1955	*	2 165	949	398	1 094
1956	*	2 830	1 371	529	1 122

Os pagamentos dos tributos são efetuados na Coletoria de Cornélio Procópio e Tomazina.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — Em data móvel, sempre porém no decorrer do mês de junho, o povo de Curiúva promove a sua maior manifestação religiosa compreendendo vários festejos em honra do Divino Espírito Santo,

Vista parcial da Rua Ipiranga

Pôsto de Higiene do Estado

padroeiro do município. Seguem-se outras comemorações por ocasião da Páscoa e do Natal.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — É desconhecida a origem do nome dado ao município. As pessoas nascidas em Curiúva são denominadas "curiuvenses". É distrito judiciário e têrmo subordinado à comarca de São Jerônimo da Serra. Conta ainda com os distritos judiciários de Figueira e Sapopema, também pertencentes àquela comarca. Possui em cada distrito um Juiz de Paz e um cartório do Registro Civil, e anexos.

Os podêres municipais estão assim representados: Prefeito Municipal, Seony Mainardes Rosas; vereadores: João Mainardes Rosa, Renato Martins, Brasilio de Matos, Camilo Hay Mussi, Lázaro Braz da Silva, Francisco Narciso da Silva, Estanislau Bogucheski, Leopoldo F. de Queiroz e Luiz Carlos Marquez.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

ENGENHEIRO BELTRÃO — PR

Mapa Municipal no 13.º Vol.

HISTÓRICO — Quando do afluxo colonizador das férteis terras roxas localizadas no setentrião do Estado, favoráveis à cultura de todos os cereais, máxime, do café, rubiácea com justiça cognominada de "ouro verde do Brasil", várias foram as iniciativas que se desenvolveram e se lançaram no oportuno e rendoso mister colonizador daquela região. Patrimônios, glebas, vastas áreas, eram parcelados em lotes do tipo colonial ou em áreas conjuntas para formação de fazendas de café.

O atual município de Engenheiro Beltrão foi um dos produtos daqueles movimentos demográfico-econômico-sociais. Surgiu, como dezenas de outros da região Norte do Estado, daqueles fenômenos históricos, sem precedentes na História do Brasil e do Paraná.

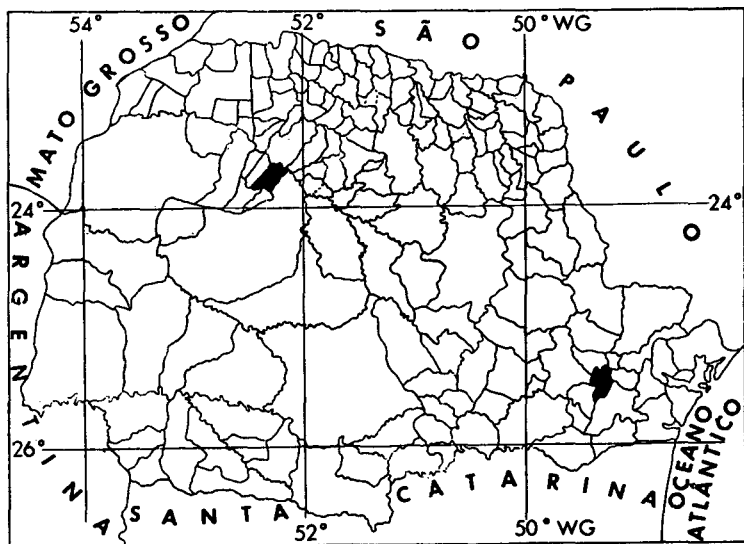
Situado à margem esquerda do caudaloso rio Ivaí, o atual município de Engenheiro Beltrão deve seu desbravamento, colonização e peculiar surto de progresso econômico e demográfico à iniciativa da Sociedade Técnica e Colonizadora "Engenheiro Beltrão Lt.

A Sociedade, nos anos anteriores a 1950, adquiriu vasta área compreendida na região Leste de Peabiru e nordeste de Campo Mourão compreendida entre os rios Mourão

Vista de um trecho da Avenida 7 de Setembro

e Ivaí; colonizada, com técnica e descortino, entrou, desde logo, no mais franco progresso, com a organização de inúmeras fazendas de plantação de café.

Cortadas as terras pertencentes à Sociedade pela rodovia que ligava Campo Mourão a Maringá, esta fundou, no eixo da estrada e em território de sua propriedade, a futura cidade Engenheiro Beltrão, topônimo que foi uma homenagem ao diretor daquela organização. O programa urbanístico da localidade escolhida teve seu início em 1949. Impulsionados os trabalhos pela ação eficaz da Sociedade, o surto do progresso e animação econômica foi fato quase sem paralelo, já que pela Lei estadual n.º 613, de 27 de janeiro de 1951, foi a localidade elevada à categoria de distrito administrativo e judiciário ao mesmo tempo. Prosseguindo em ritmo de grande desenvolvimento, três anos decorridos de sua elevação à categoria de distrito, foi elevada à cidade, sede do novo município de Engenheiro Beltrão, formado com território desanexado do de Peabiru, isto pela Lei estadual n.º 253, de 26 de novembro de 1954. Realizadas as primeiras eleições em 3 de outubro daquele mesmo ano, foram constituídos os Podêres Executivo e Legislativo municipais, êste último constituído de 9 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Engenheiro Beltrão situa-se na Zona Fisiográfica do Ivaí. Limita com os municípios de Campo Mourão ao sul; a leste, com o de Marialva; ao norte, com o de Maringá; a oeste, com os de Jussara, Terra Boa e Peabiru. A cidade de Engenheiro Beltrão está localizada nas coordenadas geográficas de 23° 48' de latitude Sul e 52° 15' de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 520 metros na sede municipal.

CLIMA — Quente e úmido. As temperaturas observadas na região foram de 30°C, 25°C e 20°C, durante o ano.

ÁREA — A área do município mede 484 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O principal acidente geográfico do município é o rio Ivaí. Em segundo plano, o rio Mourão. O território municipal é banhado por vários outros rios, ribeiros e riachos que o tornam bem servido de águas e muito fértil.

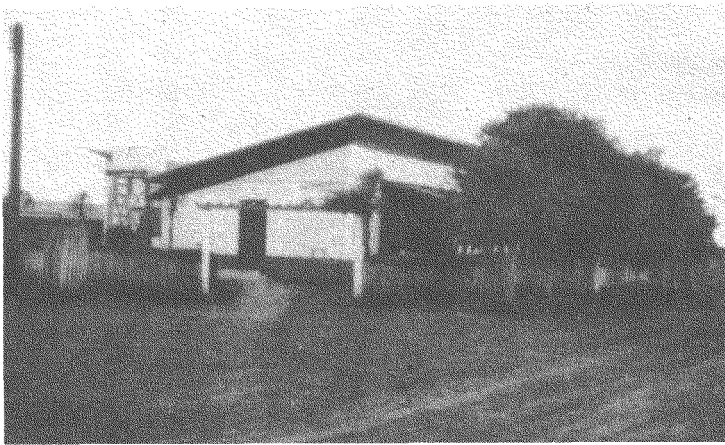
Igreja-Matriz Municipal

POPULAÇÃO — Acha-se incluída na do município de Campo Mourão, ao qual pertencia, quando da realização do Censo de 1950.

Aglomeração urbana — A cidade de Engenheiro Beltrão constitui a única aglomeração urbana, no município.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A indústria é pouco desenvolvida. A economia do município se assenta exclusivamente na produção do café, vindo em plano secundário as de milho, feijão e arroz.

COMÉRCIO E BANCOS — Há no município vários estabelecimentos varejistas. O comércio é bem desenvolvido. Mantém transações com as praças de Maringá, Apucarana, Londrina, Ponta Grossa e Curitiba.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido apenas pelo transporte rodoviário que o liga aos municípios vizinhos nas distâncias seguintes: Peabiru, 9 km; Campo Mourão, 13 km; Maringá, 36 km e

Casa de Saúde e Maternidade Dr. Bruno Otto Bergold

Terra Boa, 17 km. A ligação às Capitais do Estado e Federal se faz também por rodovia, nas distâncias de 722 e 1 792 km, respectivamente.

ALFABETIZAÇÃO E ENSINO — Há no município 11 unidades de ensino primário fundamental comum com 789 alunos.

ASPECTOS CULTURAIS — Funciona em Engenheiro Beltrão um cinema. O futebol é o esporte mais praticado, como ocorre em tôdas as localidades do Estado.

FINANÇAS PÚBLICAS — Em decorrência da recente criação do município, apenas a arrecadação do ano de 1956 é fornecida através dos dados seguintes: receita estadual arrecadada — Cr$ 481 205,00, e municipal (tributária) ... Cr$ 1 601 000,00.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A atual organização administrativa e legislativa do município está assim constituída: Prefeito Municipal, Sr. Joaquim Antonio Bueno; Vereadores, Srs. Walter Brawn da Silva, Sr. Antonio Brunetta, Sr. Olavo Parisi, Sr. Alfredo Vaz, Sr. Nadir Klein, Sr. Luiz Gonzaga Sodré, Sr. Joaquim V. Pereira, Sr. Pedro Benvindo Rosa.

Constitui o distrito único de Engenheiro Beltrão subordinado judiciàriamente à comarca de Peabiru.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Paraná.

FAXINAL — PR

Mapa Municipal no 12.º Vol.

HISTÓRICO — Verdadeiro rôlo compressor, na implantação do progresso, criação de cidades e povoamento do solo, o "rush" do café transformou inteiramente, em apenas duas décadas, o panorama geográfico do Norte do Paraná.

Até o ano de 1929, aproximadamente, quando a Companhia de Terras Norte do Paraná, depois de haver adquirido extensa gleba do govêrno do Estado, estabeleceu-se na região, a imensa zona que, da bacia do Paranapanema se estende até as barrancas do Ivaí em direção ao noroeste, era desabitada, inculta e bravia, consistindo, tôda ela, numa longa faixa de sertão que separava o Paraná do Estado de São Paulo.

O alvorecer de nova era para a zona setentrional da mais jovem Unidade da Federação teve o seu marco inicial na fundação da cidade de Londrina, logo após o estabelecimento daquela poderosa emprêsa imobiliária ao Norte do Paraná.

Outro fator que contribuiu, extraordinàriamente, para incrementar o progresso da região foi a construção da Estrada de Ferro São Paulo—Paraná, cujos trilhos não tardaram a atingir a cidade de Apucarana e dali se prolongaram até o traçado técnico da futura cidade de Maringá — um dos últimos florões da obra civilizadora da Companhia de Terras Norte do Paraná — na consecução do seu vasto plano de colonização e povoamento. Devido a êsse fenômeno, a que se juntou inteligente e racional política de distribuição das terras, cuja fertilidade serviu de motivo a intensiva e eficiente propaganda, Apucarana sofreu desde logo um influxo de progresso impressionante de que resultou o seu desdobramento em numerosas unidades municipais.

Faxinal, que hoje constitui importante centro urbano, localizado na área cafeeira do setentrião, até há bem poucos anos estava totalmente coberto pelas florestas virgens e suas terras roxas e ferazes ainda não tinham sido tocadas pela mão dos pioneiros do café, da colonização e do povoamento.

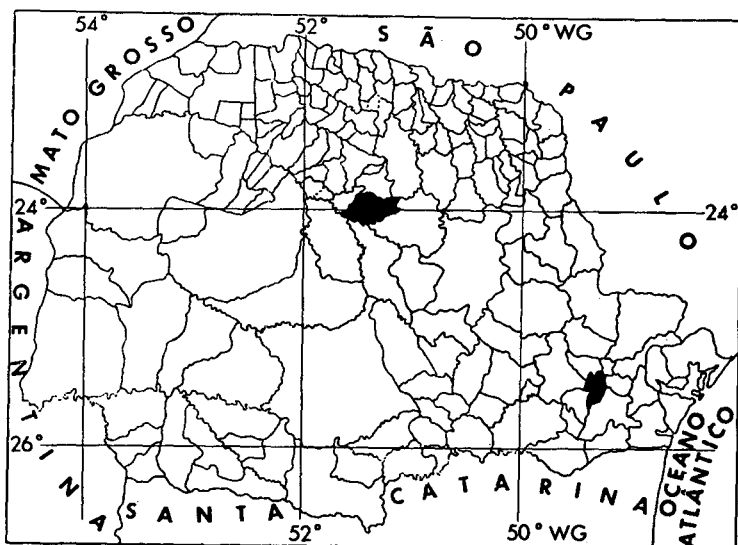
Os primeiros desbravadores do sertão a fixarem residência na localidade, em 1927, foram os Srs. Cecilio Caetano dos Santos, João Vacheski, Evaldo Vekerkin e Francisco Leocádio dos Santos. Acompanhado das respectivas famílias, aquêles corajosos desbravadores construíram duas casas no outeiro onde hoje se localiza a sede do município de Faxinal.

Coroados de pleno êxito os empreendimentos relativos à fundação do povoado, graças, principalmente, à uberdade do solo que atraiu imediatamente grande número de novos habitantes, dentro de pouco tempo Faxinal era elevado à categoria de distrito administrativo do município de Apucarana.

A área em que foi fundado o município de Faxinal era de aproximadamente 40 000 alqueires, mandados demarcar pelo então Interventor Manoel Ribas.

Pelo Decreto estadual n.º 790, de 14 de novembro de 1951, foi criado o município de Faxinal, por desmembramento do território de Apucarana. Sua instalação realizou-se logo a seguir, procedendo-se ao mesmo tempo, à posse do primeiro Prefeito Municipal e da Câmara de Vereadores.

Prefeitura Municipal

LOCALIZAÇÃO — O município de Faxinal, cuja sede tem como coordenadas geográficas 24° de latitude Sul e 51° 20' de longitude W.Gr., está situado na Zona Fisiográfica do Ivaí. Está limitado ao norte pelos municípios de Borrazópolis, Araruva e Londrina; a oeste, por Manoel Ribas; ao sul, por Cândido de Abreu; e a leste, por Ortigueira.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 780 m na sede municipal.

CLIMA — Faxinal possui clima quente, comum à região Norte do Estado. Agradável e temperado no inverno e bastante quente no verão. No decorrer do ano de 1956, foram registradas as temperaturas seguintes: 32°C para média das máximas, 18°C para a das mínimas e 25°C para a compensada.

ÁREA — A área municipal mede 957 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos da comuna são os rios São Pedro. Bufadeira, Azul e Pereira. No rio São Pedro existe a queda São Pedro, com potência de 1 500 H.P. e onde está sendo construída usina hidrelétrica.

RIQUEZAS NATURAIS — As riquezas naturais estão representadas apenas pelo reino vegetal, sendo as reservas de pinho, peroba e cedro as de maior evidência.

POPULAÇÃO — Contava Faxinal, então distrito administrativo do município de Apucarana, por ocasião do Censo de 1950, com uma população de 9 432 habitantes, sendo

Agência do Banco Agrícola S.A.

Igreja-Matriz Municipal

4 480 homens e 4 592 mulheres. Densidade demográfica de 9 habitantes por quilômetro quadrado; 91% da população recenseada estavam localizados na zona rural.

Aglomeração urbana — Apenas uma aglomeração urbana, a da cidade de Faxinal existe no município. Segundo resultados censitários de 1950, contava com uma população de 875 habitantes, assim distribuída: quadro urbano: 445, sendo 205 homens e 240 mulheres; quadro suburbano: 430, sendo 215 homens e 215 mulheres. A população atual da cidade é estimada em 1 500 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A mais importante atividade econômica do município reside na agricultura; em ordem decrescente vêm a suinocultura e a indústria extrativa e alimentar.

Suas principais culturas agrícolas, com a respectiva produção estimada para 1956, foram: o café — .... Cr$ 40 500 000,00; o milho — Cr$ 56 430 000,00, o arroz — Cr$ 28 000 000,00; o feijão — Cr$ 8 960 000,00 e a batata-inglêsa — Cr$ 830 000,00. A criação de gado suíno, em plano destacado, é outra fonte de renda municipal.

A indústria, com seus 11 estabelecimentos, ocupa, em 7 dêles, 5 ou mais operários em atividade; explora preferencialmente os ramos "madeireiro" e "produtos alimentares". Em 1956 sua exportação (interestadual) alcançou a apreciável soma de Cr$ 8 658 311,00. É destacada a produção de laranjas no município; em 1956 produziu, segundo estimativa, Cr$ 12 600 000,00.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem no município 14 estabelecimentos varejistas e uma agência bancária. As transações mercantis se fazem com as seguintes localidades; Apucarana, Maringá, Arapongas, Londrina e Ponta Grossa, tôdas no Paraná. Ditas praças, além das compradoras dos produtos do município, suprem-no das mercadorias e gêneros de que necessita ou de que não tem produção própria, para o consumo habitual.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por estradas de rodagem que conduzem a todos os seus quadrantes. Está separado dos congêneres limítrofes pelas seguintes distâncias: Araruva — 44 km; Pitanga — 106 km; Ortigueira — 80 km; Reserva — 160 km; Borrazópolis — 36 km; Londrina — 112 km; da Capital

Grupo Escolar Municipal

Estadual — 496 km. Possui um campo de pouso particular. Na sede funciona uma agência postal do D.C.T.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Faxinal conta cêrca de 1 500 habitantes e mais de 250 prédios. Tem 32 logradouros públicos: 2 avenidas, 26 ruas e 4 praças, 4 hotéis e 2 pensões.

A Prefeitura Municipal registrou, no ano de 1956, 55 veículos motorizados, sendo 13 automóveis e 42 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Residindo no município, 1 médico, 3 dentistas e 4 farmacêuticos prestam assistência médico-sanitária à população. Um Pôsto de Higiene propicia assistência médica em geral. Na cidade, acha-se instalada 1 farmácia.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — O Pôsto de Higiene do Govêrno Estadual presta assistência social à população.

O Banco Agrícola de Faxinal (Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada), fundado em 1953, congrega 188 associados.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo os resultados do Recenseamento Geral de 1950, existem na sede do então distrito de Faxinal 749 pessoas de 5 anos e mais, e delas 238 sabiam ler e escrever, sendo 145 homens e 93 mulheres.

Ensino — Nas 24 escolas que ministram o ensino primário fundamental comum no município, em 1956, estiveram matriculados 616 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Funciona na sede do município o Cine Imperial, com 150 lugares.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1953......	...	...	1 413	589	1 104
1954......	...	1 612	1 392	508	2 756
1955......	...	1 588	1 614	555	3 300
1956 (1)...	...	2 244	1 400	450	1 838

(1) — Receita Arrecadada Federal — A ausência de dados se explica pela não existência de Coletoria Federal no Município.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — A festa dedicada a São Sebastião, padroeiro do município, no dia 20 de janeiro, é o motivo da maior manifestação popular levada a efeito em Faxinal. Muita afluência, muita animação, grande demonstração de fé, caracterizam todos os movimentos dessa grande parada religiosa.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — É desconhecida a origem do nome dado ao município. Contudo, consta que, quando ainda povoado, fôra denominado "Faxinal" pela abundância ali da espécie vegetal assim chamada. Daí teria então surgido o nome do novo município. Os nascidos em Faxinal adotam o gentílico faxinalenses.

Faxina é distrito judiciário e têrmo subordinado à comarca de Araruva, possuindo 1 Juiz de Paz e 1 Cartório do Registro Civil e anexos.

O govêrno municipal está assim representado: Prefeito, o Sr. Expedito Zanatti, e Vereadores os Srs. Manoel Moreira Vidal, João Alves Domingues, Aures Bahls, João Bouruque, Oscar João Bordignon, Antenor Cabral Nunes, José Gilião Sobrinho, Militano R. da Silva e David J. Cury.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal (Paraná). Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Paraná.

FLORAÍ — PR

Mapa Municipal no 12.º Vol.

HISTÓRICO — O atual município de Floraí, fundado por um grupo de colonizadores, em 1947, é resultado dos frequentes desmembramentos por que passou o município de Mandaguari, no curto espaço em que se fêz a sua história.

Fundado em 1943, pela Companhia de Terras Norte do Paraná, o patrimônio de Mandaguari, em 1947, era elevado à categoria de município, tendo o Recenseamento Geral de 1950 registrado, em seu território, a existência de 120 000 habitantes. Fenômenos como êsse forçaram o desdobramento, por várias vêzes seguidas do território municipal de Mandaguari, originando-se, em menos de dez anos, a formação de mais de uma dezena de novas unidades administrativas.

Comunas de progresso extraordinário, como Marialva, Maringá, Mandaguaçu, Nova Esperança, Alto Paraná, Paranavaí e muitas outras constituem fruto do "rush" do café, que formou no Norte do Paraná uma nova cultura, através do pioneirismo colonizador e desbravador, originadas no desdobramento quase sistemático do território do município de Mandaguari.

O município de Nova Esperança, resultado da avalancha progressista de Mandaguari de que foi desmembrado recentemente, é que deu origem ao município de Floraí, bem como a diversas outras unidades municipais.

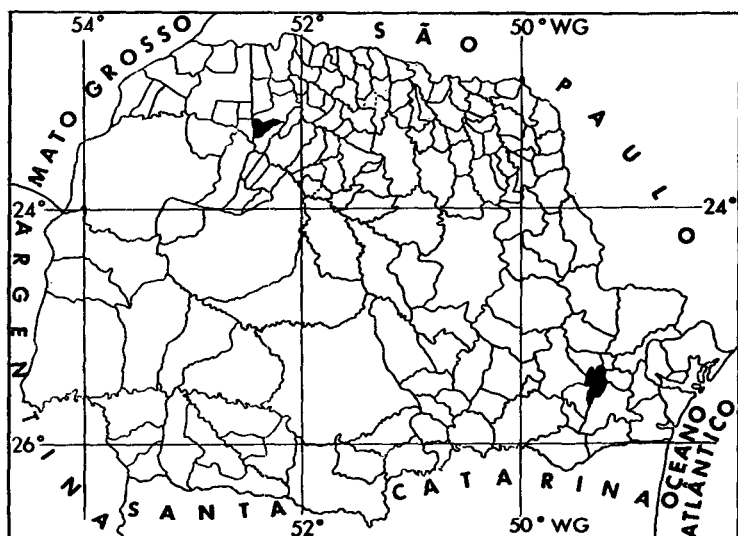
Assim, tendo sido elevado à categoria de município autônomo em 1947, oito anos depois, em 1955, Mandaguari era dividido e subdividido numa série de comunidades, as quais, por sua vez, um ano ou dois após a sua criação, também sofreram novos desdobramentos, dando lugar a outras cidades, a outros municípios que muito contribuíram para o desenvolvimento da colonização e povoamento da região. É o caso de Nova Esperança, antigo patrimônio da Capelinha, desmembrado em 1952 do território de Mandaguari, cujo vertiginoso progresso assinalou uma das fases mais expressivas na história do povoamento da hinterlândia paranaense, na região, que passou a ser conhecida por *Norte*

Novo, abrangendo a área que de Mandaguari se prolonga até o Pôrto São José, nos lindes do Paraná, com o Estado de Mato Grosso.

Até o ano de 1947 tôda essa vasta área do território paranaense ainda era floresta virgem.

A Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, antiga Companhia de Terras Norte do Paraná, proprietária de uma gleba na localidade onde hoje se encontra a cidade de Floraí, iniciou em 1947 um loteamento, fundando o patrimônio de Floraí. Seus primeiros povoadores foram João Lucas de Freitas, Paschoal Fagion, Matias Garcia, Antonio Granzotto, João Servantes Belmont, Nicola Espires, Oswaldo da Silva e outros.

Pela Lei municipal n.º 16, de 11 de julho de 1951, foi elevado à categoria de distrito administrativo de Nova Esperança. Quatro anos mais tarde, pela Lei estadual número 2 512, de 25 de novembro de 1955, foi desmembrado de Nova Esperança e elevado à categoria de município autônomo. Com a instalação do município deu-se também a posse do primeiro Prefeito por eleição, que foi o Sr. Oswaldo da Silva, bem assim, da primeira Câmara de vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Floraí está situado na Zona Fisiográfica do Ivaí. Limita ao norte com Nova Esperança; a oeste, com Tamboara; ao sul, com São Jorge; e a leste, com Mandaguaçu. A sede está situada na posição geográfica de coordenadas 23° 19' de latitude Sul e 52° 17' de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 580 metros na sede municipal.

CLIMA — O território municipal de Floraí acha-se localizado na Zona atingida pelo clima quente, próprio do setentrião paranaense. Ameno e saudável. Bastante quente no verão, fresco e agradável no inverno. As temperaturas observadas no ano de 1956, foram de 31°C para a média das máximas, 12°C para a das mínimas e 21°C para a compensada.

ÁREA — A área municipal mede 216 quilômetros quadrados.

RIQUEZAS NATURAIS — As reservas florestais, que constituem a sua riqueza natural, são de pequena monta. O município conta 2 500 alqueires de terras com matas virgens.

Residência de um dos fundadores do município

POPULAÇÃO — A população de Floraí acha-se incluída na do município de Maringá, de cujo território fazia parte, como simples povoado, por ocasião do Recenseamento Geral de 1950.

Aglomeração urbana — No município existe apenas uma aglomeração urbana, a da sede municipal. Por estimativa, sua população atual é de 1 000 habitantes.

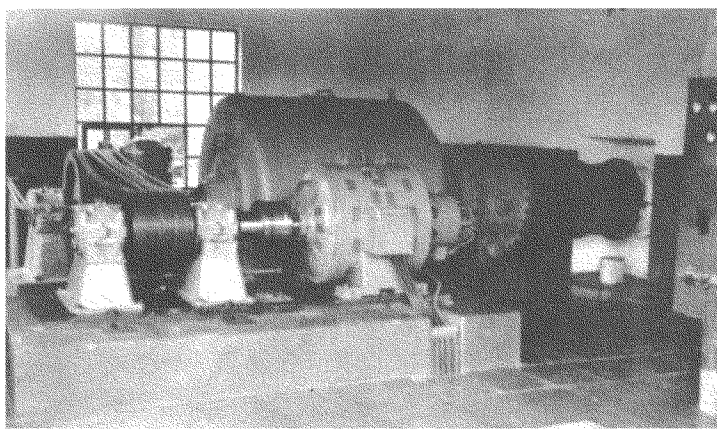
ATIVIDADES ECONÔMICAS — A atividade econômica do município reside na agricultura, principalmente no cultivo do café. A cafeicultura, de surto recente, conta já perto de 10 milhões de pés, com uma produção esperada para 1958 de aproximadamente 40 milhões de cruzeiros. Vêm a seguir as culturas do algodão e cereais, entre êstes o milho, o arroz, o feijão e o trigo. A citricultura começa a surgir também como fonte de renda municipal e a indústria em fase primária, opera nos ramos "extrativo vegetal" e "indústria alimentar".

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local está representado por 81 estabelecimentos varejistas, 1 atacadista e uma Agência Bancária, com tendência a se expandir cada vez mais.

Sua principal produção, o café, é exportada através do pôrto de Paranaguá, no Paraná. Mantém transação ainda com as praças de Maringá e Nova Esperança (PR) e São Paulo (SP).

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O transporte que serve o município é o rodoviário. Floraí está separado dos municípios limítrofes pelas seguintes distâncias: São Carlos do Ivaí — 20 km; Nova Esperança — 15 quilômetros; São Jorge — 4 km; Mandaguari — 12 km; da Capital Estadual — 568 km.

Por ser município de criação recente, ainda não possui agência postal do D.C.T.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Floraí conta, atualmente, uma população estimada em 1 000 habitantes. Possui cêrca de 200 prédios em sua maior parte destinados a fins residenciais; 15 logradouros públicos: 2 avenidas, 11 ruas e 2 praças. É servida por energia elétrica com 250 ligações domiciliares. Foram matriculados 39 veículos motorizados na Prefeitura Municipal, no ano de 1956, sendo 10 automóveis e 29 caminhões. Funcionam 2 hotéis no município.

Máquina da Usina Hidrelétrica Floraí Lt.da

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica em geral é prestada à população do município através de 1 médico, 3 dentistas e 1 farmacêutico, estando localizadas 4 farmácias na cidade.

Ensino — Funcionaram no município 6 unidades de ensino primário fundamental comum, com a matrícula de 506 alunos, em 1956.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — O povo de Floraí comemora com grande regozijo a festa de sua padroeira, Nossa Senhora Aparecida, que se constitui na maior manifestação religiosa ali realizada. Ocorre sempre no mês de maio, em data móvel, e consta de novena solene, com missa e procissão no dia do encerramento; os festejos são muito concorridos e animados.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Seus habitantes são conhecidos pelo gentílico floraienses. É distrito judiciário e têrmo subordinado à Comarca de Nova Esperança. Na sede funciona um Cartório do Registro Civil e anexos e um Juiz de Paz. O govêrno municipal está assim representado: Prefeito — Sr. Oswaldo da Silva; Vereadores, os Srs. Wilson José de Andrade, João Marcos Vieira, João Quarelli, Florentino Cirillo, Antonio Kuivida, José Ratti, Ruy Espires, Onofre Alves de Lima e Yoshio Fukukita.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

FLORESTÓPOLIS — PR

Mapa Municipal no 12.º Vol.

HISTÓRICO — Em 1940, por iniciativa de Ricardo Lunardelli, grande potentado do café em São Paulo, registrava-se a primeira penetração do sertão, onde hoje se localiza o município de Porecatu e diversas outras unidades municipais desmembradas dêle. O povoamento das terras situadas na bacia do Paranapanema tem, assim, em Ricardo Lunardelli o seu pioneiro. A fundação de um patrimônio às margens do rio Paranapanema, as primeiras derrubadas das matas, a formação das primeiras lavouras de café e o comêço do povoamento da região, tudo isso foi obra pioneira de grande repercussão na vida econômica e social dos primitivos habitantes do vale do Paranapanema.

Dentro do plano preestabelecido de criar riqueza com o aproveitamento da terra feraz e dadivosa, Ricardo Lunardelli deu início a uma grande obra que pouco tempo depois se concretizaria na existência de várias comunidades, onde floresce uma nova civilização formada quase tôda ela com base na cultura do café, do algodão, da cana-de-açúcar e dos cereais próprios da zona.

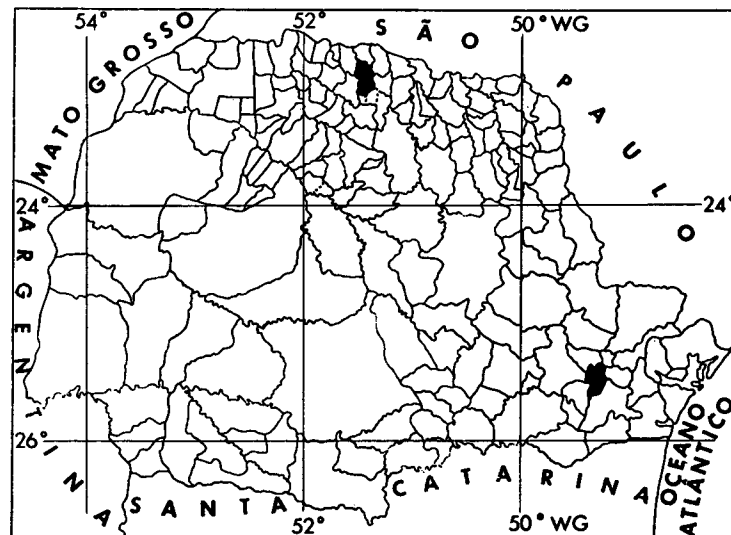
Na vasta gleba de terras localizada na maior bacia fluvial do Norte do Paraná, o pioneiro do povoamento da zona onde está o município de Florestópolis, embora adotando um sistema diverso dos demais colonizadores, deu enorme impulso ao desbravamento, colonização e povoamento das terras do vale do Paranapanema.

É que a obra de preparo e cultivo de vasta área de terras exigia grande número de pessoas aptas para o trabalho rústico do solo e, para ali foram convocados numerosos trabalhadores que com as famílias se estabeleceram na localidade. Novos patrimônios não tardaram a ser organizados noutros pontos do município, sendo o de Florestópolis um dêles, em meio à floresta virgem, por iniciativa de outros pioneiros, dentro do plano da pequena propriedade para fixação do homem ao solo.

Florestópolis, cidade da floresta, ao tempo de sua fundação o seu nome se ajustava perfeitamente à realidade.

O fundador do patrimônio, depois município de Florestópolis, foi João Dias dos Reis, possuidor de uma gleba de terras. Achou por bem loteá-la e promover a venda de "datas" às numerosas pessoas desejosas de se estabelecerem na região, com vistas aos trabalhos agrícolas e pastoris.

Os poucos e incompletos dados históricos encontrados não permitem traçar, mesmo resumido, um apanhado geral da vida do município de Florestópolis, a não ser que se ligue, como foi feito, a sua história à de Porecatu, fundado em 1940. Assim, não há referência sôbre a sua elevação a distrito, sabendo-se que pela Lei estadual n.º 790, de 14 de novembro de 1951, Florestópolis foi elevado à categoria de município, desmembrado do de Porecatu e instalado pouco tempo depois.

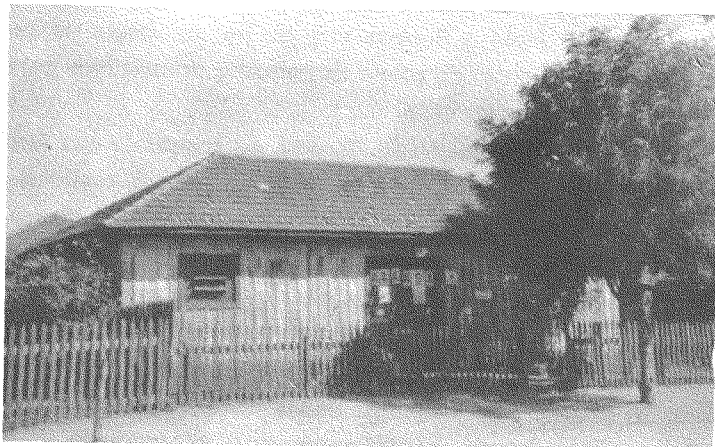
LOCALIZAÇÃO — O município de Florestópolis está situado na Zona Fisiográfica do Norte, tendo como coordenadas geográficas 22° 53' de latitude Sul e 51° 19' de longitude W.Gr. Seus limites são: ao norte, com Porecatu; a oeste, com Centenário do Sul e Jaguapitã; ao sul, com Bela Vista do Paraíso; e a leste, com Alvorada do Sul.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Florestópolis, situado na Região Norte do Estado, possui clima quente e saudável. Fresco e agradável na época hibernal e bastante quente na do verão. As temperaturas observadas no ano de 1956 foram de 34,4°C para a média das máximas, 19,4°C para a das mínimas e 26,9°C para a compensada.

ÁREA — Sua área é de 412 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município são: os ribeirões Capim, Vermelho e Grande.

POPULAÇÃO — A população de Florestópolis acha-se incluída nos resultados censitários de 1950 relativos a Porecatu de cujo território fazia parte naquele ano.

Aglomeração urbana — A cidade de Florestópolis é a única aglomeração existente no município, com uma população urbana de, aproximadamente, 1 800 habitantes.

Prefeitura Municipal

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Predomina em todo o município, como atividade econômica fundamental, a agricultura, nela se destacando a cultura, do café. Em 1956, segundo previsão, sua produção agrícola achava-se assim distribuída: café — Cr$ 36 000 000,00; feijão — .... Cr$ 4 125 000,00; arroz — Cr$ 3 300 000,00; milho — .... Cr$ 950 000,00; e batata-inglêsa — Cr$ 660 000,00; e laranja — Cr$ 400 000,00.

A indústria colabora com sua parcela para a economia municipal (dos seus 24 estabelecimentos industriais, 2 dêles ocupam 5 ou mais operários em suas tarefas). Age preferencialmente nos ramos "indústria extrativa vegetal" e "indústria alimentar".

O total da sua exportação em 1956 (Interestadual) atingiu a considerável soma de Cr$ 35 792 768,00, figurando o café como o principal produto exportado, com .... Cr$ 22 338 300,00.

COMÉRCIO E BANCOS — Os encargos comerciais do lugar estão afetos a 10 estabelecimentos varejistas e uma agência bancária. Transaciona principalmente com Porecatu, Bela Vista do Paraíso e Londrina. Aí e em São Paulo (SP) o município se abastece daquilo que necessita para seu consumo normal e de que não tem produção ou fabricação própria.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por estradas de rodagem que demandam todos os sentidos do seu território. Está separado dos congêneres vizinhos pelas seguintes distâncias: Jaguapitã — 30 km; Centenário do Sul — 40 km; Alvorada do Sul — 10 km; e Porecatu — 10 km. Na sede municipal acha-se instalada uma agência postal do D.C.T.

Avenida Hermínia Lupion

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Florestópolis possui, atualmente, cêrca de 1 800 habitantes. Há 350 prédios, dos quais, 329 destinados a fins residenciais. São 18 os logradouros públicos: 1 avenida, 15 ruas e 2 praças. É servida por energia elétrica para iluminação pública e particular, havendo o registro de 160 ligações. Encontram-se 2 hotéis na cidade.

No ano de 1956, foram registrados na Prefeitura Municipal 35 veículos motorizados: 3 automóveis e 32 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária é prestada à população por 2 médicos, 3 dentistas e 2 farmacêuticos, residentes na cidade onde estão sediadas 4 farmácias.

Ensino — Existiam em funcionamento no município, em 1956, 12 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum, nos quais estiveram matriculados 997 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Funciona em Florestópolis 1 cinema, o "Cine-Teatro Para Todos", com 288 lugares.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANO	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)			
	Federal	Estadual	Municipal total	Tributária
1956................	—	4 913	...	2 627

Agência do Banco Comercial do Paraná S.A.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — São religiosas as principais manifestações populares e ocorrem por ocasião da Páscoa, São João, São Pedro e São Paulo, Natal e Ano Novo.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A existência de florestas densas no local onde hoje se encontra a cidade originou a designação atual, ou seja, Florestópolis (cidade da floresta). Quem nasce no município é conhecido pelo gentílico florestopense.

Florestópolis é distrito judiciário e têrmo subordinado à vizinha comarca de Porecatu. Conta com um Juiz de Paz e um Cartório do Registro Civil e Anexos.

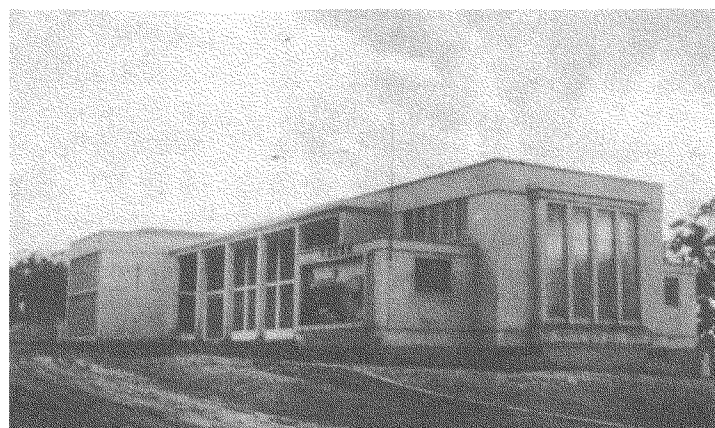
O govêrno do município está assim representado: Prefeito Municipal, o Sr. Nicolau Caldeira; vereadores, os Senhores Nicanor Ravagnani, José Braga, Jamil Safadi, Emes Galvão, Sebastião da F. Broca, Manoel Braz da Silva, Sebastião Parente, Guilherme Masironi e Paulo Mansini.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

FOZ DO IGUAÇU — PR

Mapa Municipal no 13.º Vol.

HISTÓRICO — De tôdas as comunidades do Estado do Paraná, Foz do Iguaçu é a que possui situação geográfica mais singular. Situada no extremo oeste do Brasil, no ângulo reto formado pela conjunção dos rios Paraná e Iguaçu, limitando com duas Repúblicas sul-americanas com que mantemos os mais estreitos laços de amizade e confraternização, o município de Foz do Iguaçu exerce papel da mais alta relevância na interligação comercial e de boa vizinhança continental.

Data de 1888 o início do povoamento da região onde hoje se encontra o município de Foz do Iguaçu. Segundo o historiador Romário Martins, o povoamento da região geofísica entre o Paraná e o Iguaçu, por elementos nacionais, foi regular e definitivamente iniciado, com o estabelecimento de uma Colônia Militar fundada a 23 de novembro de 1889, sob a direção do engenheiro militar José Joaquim Firmino, da Comissão de Estradas Estratégicas, de que era diretor o então capitão Belarmino de Mendonça. Êste ilustre militar, que mais tarde foi elevado ao generalato do Exército Brasileiro, chegou a Foz do Iguaçu no dia 15 de julho de 1888, tratando imediatamente de

Fôro Municipal

tomar posse para o Brasil da região lindeira que, das Sete Quedas, vai até a Foz do Iguaçu, então pràticamente sob o domínio das vizinhas Repúblicas do Paraguai e Argentina. Até aí a região era habitada quase que exclusivamente pelos índios caingangues. Além das numerosas tribos selvagens que infestavam a região, o coronel Belarmino de Mendonça Lôbo encontrou estabelecidos ali Pedro Martins da Silva e o espanhol Manoel Gonzalez, que haviam chegado em 1881.

Romário Martins, entretanto, relaciona a seguinte população, por nacionalidade, encontrada em 1889, na região de Foz do Iguaçu: 188 paraguaios, 93 brasileiros, 33 argentinos, 5 franceses, 2 uruguaios, 2 espanhóis e 1 inglês, perfazendo ao todo 324 pessoas.

Igreja-Matriz Municipal

A atividade principal dos habitantes da localidade consistia na exploração da erva-mate, denominada por Saint Hilaire por *Ilex Paraguaiensis*. Ainda de acôrdo com os dados registrados pelo historiador Romário Martins, em Sol de Maio e Pôrto Santa Helena, localidades sediadas no interior do futuro município de Foz do Iguaçu, encontravam-se 500 descendentes de italianos venezianos, e em Colônia Inglêsa, diversos descendentes de inglêses, italianos e alemães. Tôdas essas localidades ficavam à margem do rio Paraná.

Em 1912 foi extinta a Colônia Militar de Foz do Iguaçu, passando a região a integrar o território do município de Guarapuava. Dois anos depois, pela Lei n.º 383, de 14 de março de 1914, foi criado o município de Foz do Iguaçu, cuja sede recebeu a denominação de Vila Iguaçu.

Sua instalação efetuou-se a 10 de junho do mesmo

Câmara

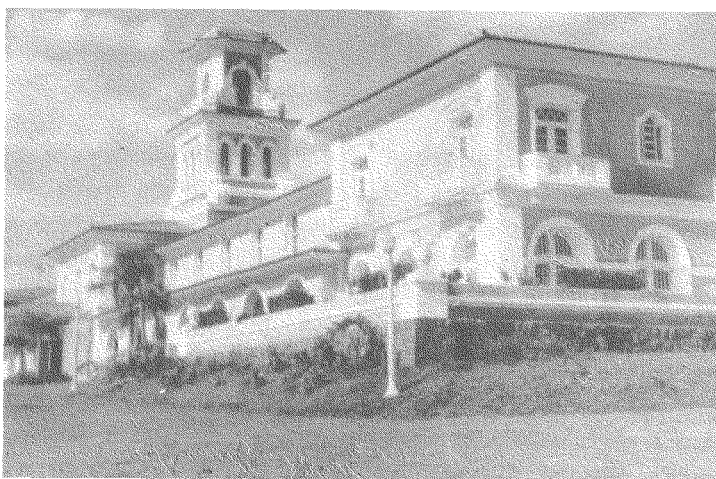
Ginásio Estadual

Municipal, que ficou composta pelos seguintes vereadores: Jorge de Oliveira Silveira, Fidélis Alves, Fulgêncio Pedroso de Almeida, Jorge Samways, João Martins Boska e Inácio de Sá Sottomaior.

Logo a seguir foi empossado o primeiro Prefeito Municipal coronel Jorge Schimmelpfeng, eleito e reeleito, posteriormente, tendo dirigido os destinos do município até 21 de setembro de 1928, data em que, por fôrça de ato constitucional, o cargo de Prefeito passou a ser de nomeação.

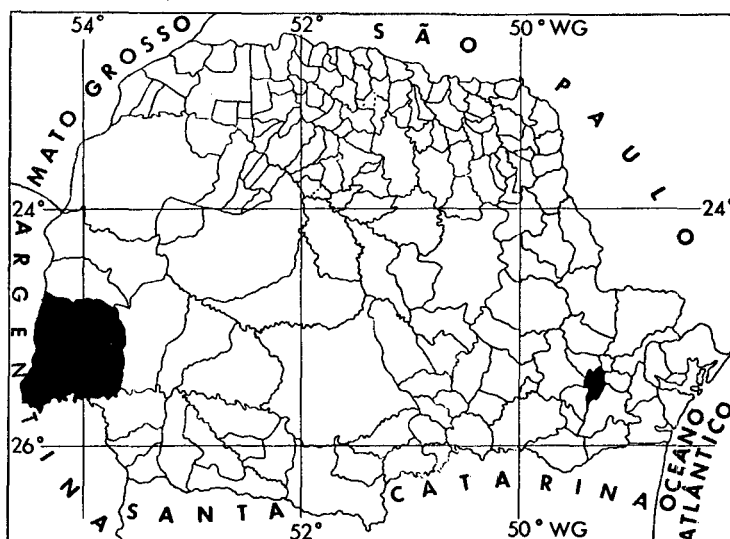
Em 1935, em face do novo regime constitucional, foi eleito o Sr. Jorge Samways para o cargo de Prefeito Municipal. Com o evento do Estado Novo, Jorge Samways foi mantido, permanecendo no cargo até 1938.

Com a criação do Território Federal do Iguaçu, pelo Decreto-lei n.º 5 812, de 13 de setembro de 1943, o município passou a pertencer ao referido Território, cuja sede foi localizada na cidade de Laranjeiras do Sul. Extinto o Território, em decorrência da volta do país ao regime constitucional, Foz do Iguaçu novamente passou a integrar o território do Estado do Paraná.

A denominação de Foz do Iguaçu foi dada ao antigo município e comarca de Iguaçu pela Lei estadual n.º 1 783 de 5 de abril de 1918.

Aspecto do Novo Hotel do Município

A sede municipal está situada a seis quilômetros da foz dos rios Paraná e Iguaçu, nos extremos limites da fronteira do Brasil com as Repúblicas do Paraguai e Argentina, e a 20 quilômetros das famosas cataratas de Santa Maria ou saltos do Iguaçu, situados no rio de mesmo nome.

Devido à situação geográfica, a cidade de Foz do Iguaçu constitui importante objetivo de turismo, sendo anualmente visitada por viajantes e pessoas dos mais diferentes países do mundo.

LOCALIZAÇÃO — Com sua sede na posição geográfica de coordenadas 25° 32' 45" de latitude Sul e 54° 35' 7" de longitude Oeste de Greenwich, o município de Foz do Iguaçu situa-se na Zona Fisiográfica do Sertão do Rio Paraná. Limita com Toledo ao norte, República do Paraguai a oeste, República Argentina ao sul e Cascavel a leste.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 173 metros na sede municipal.

CLIMA — O município de Foz do Iguaçu situado na região abrangida pela confluência do rio Paraná com o Iguaçu, em uma altitude de 173 metros, possui clima quente e sêco. Fresco durante o inverno e muito quente no verão, quando há ocorrência de chuvas intermitentes. As temperaturas observadas, no decurso do ano de 1956, foram de 33°C a média das máximas, 8°C a das mínimas e 20,5°C a compensada.

ÁREA — A área municipal mede 7 790 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município é banhado por dois importantes rios, o Paraná e o Iguaçu. Neste último é encontrado o salto do Iguaçu, com altura de 80 metros e potencial hidráulico de 800 000 H.P. Na comuna existem outros saltos de menor importância, como

Hotel Cassino

Cataratas do rio Iguaçu

o São João, São Vicente, o Ocoi e Passo-Cuê. No rio Paraná estão as ilhas Acaraí. Dentre as serras citam-se as de São Francisco, do Boi Prêto e do Benjamim.

RIQUEZAS NATURAIS — As imensas florestas virgens são a sua maior riqueza natural.

POPULAÇÃO — A população do município de Foz do Iguaçu, por ocasião do Censo de 1950, somava 12 010 habitantes, inclusive a dos atuais municípios de Cruzeiro do Oeste, Guaíra e Toledo, que faziam parte de seu território, naquela época, como simples povoados.

Aglomerações urbanas — Existem no município 4 aglomerações urbanas: cidade de Foz do Iguaçu e vilas de Gaúcha, Matelândia e Medianeira.

A cidade de Foz do Iguaçu contava, pelo Recenseamento Geral do Brasil de 1950, uma população de 3 000 habitantes, sendo 1 579 homens e 1 421 mulheres, assim distribuídos: *quadro urbano* — 2 201, 1 138 homens e 1 065 mulheres; *quadro suburbano* — 797, 441 homens e 356 mulheres. Estima-se a sua população atual em 4 000 habitantes.

As vilas de Gaúcha, Matelândia e Medianeira possuem uma população estimada em 300, 350 e 400 habitantes, respectivamente.

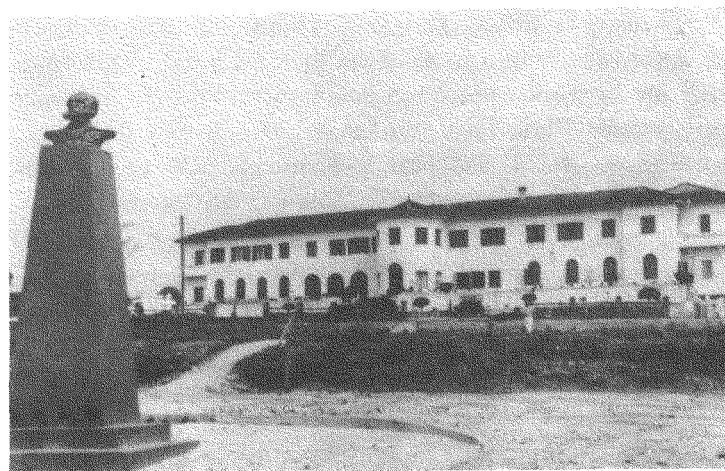
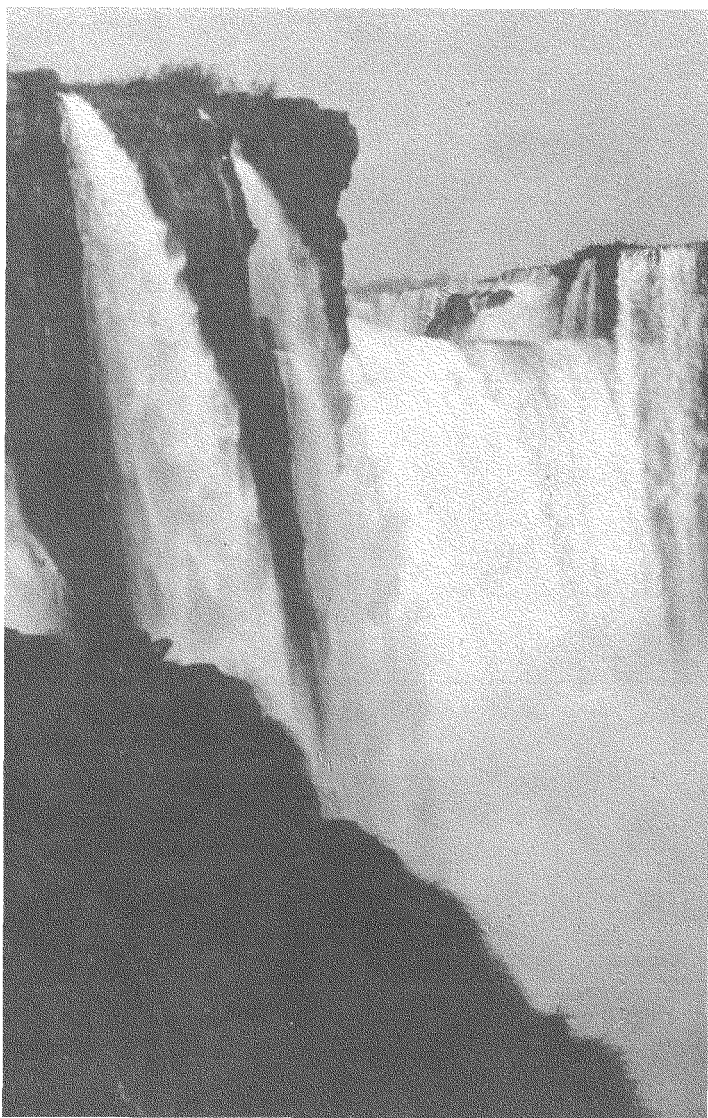
ATIVIDADES ECONÔMICAS — Na indústria extrativa vegetal está situada a atividade fundamental à economia do município.

Suas imensas reservas florestais, em que predominam o cedro, o ipê, a cabriúva, o louro e o pinheiro, propiciam uma exploração industrial cada vez mais progressiva e rendosa para o município.

Dos seus 50 estabelecimentos industriais, 15 ocupam, em sua atividade normal, 5 ou mais operários. Cêrca de 70% do total situam-se na indústria "madeireira" e os restantes na indústria "extrativa mineral" e indústria "alimentar".

A agricultura contribui destacadamente com parcela de suas culturas; (com a produção estimada para 1956) merecem destaque: milho — Cr$ 1 140 750,00; feijão — Cr$ 1 102 000,00; arroz — Cr$ 900 000,00; batata-inglêsa — Cr$ 720 000,00; trigo — Cr$ 250 000,00; tomate — Cr$ 187 500,00; e a uva — Cr$ 110 000,00.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local é realizado por 182 estabelecimentos varejistas, 3 atacadistas, coadjuvados por 2 agências bancárias.

Tendo em vista a sua situação na zona fronteiriça, Foz do Iguaçu, além do comércio habitual, mantém co-

Praça Tamandaré, ao fundo Hotel Cassino Iguaçu

Outro aspecto das cataratas do rio Iguaçu

mércio internacional com a Argentina e o Paraguai, principalmente na exportação de madeiras. Mantém ainda transação com as cidades de Ponta Grossa, Curitiba e São Paulo; naquelas cidades fronteiriças e nessas, se abastece o município dos gêneros e artigos de que necessita para o seu consumo próprio, mercadorias essas que ainda não produz ou fabrica.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município está bem servido no setor de transportes e comunicações, através das suas rodovias, rios navegáveis e serviço regular de aviação comercial.

A estrada BR-35 (estratégica) que liga Foz do Iguaçu a Curitiba, e que se acha em fase de conclusão, tornar-se-á em breve internacional pois será usada pelo Paraguai para atingir Paranaguá onde tem pôrto livre cedido pelo govêrno do Brasil. Tal fato será concretizado após o término da ponte em construção, sôbre o rio Paraná.

O transporte fluvial é feito por embarcações denominadas "rebocadores" e "chatas" carregando exclusivamente madeira, no rio Paraná, entre aquela cidade e a de Toledo.

Emprêsas aéreas particulares fazem uso, para servir o município, de um bem aparelhado aeroporto e seus 3 campos de pouso.

Está separado dos demais municípios limítrofes, via rodoviária, pelas seguintes distâncias: Cascavel — 142 quilômetros; Toledo — 190 quilômetros; Capanema — 740 quilômetros; da Capital do Estado — 760 quilômetros.

Na sede acha-se instalada uma agência postal-radiotelegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos; funcionam ainda os postos radiotelegráficos do govêrno do Estado e das companhias de aviação comercial (Real e Varig) que servem o município.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Foz do Iguaçu, com cêrca de 4 000 habitantes, possui mais de 820 edificações, das quais, 790 servindo para fins residenciais. Há 35 logradouros públicos: 5 avenidas, 28 ruas, 1 travessa e uma praça. É servida por energia elétrica para a movimentação das indústrias e para as iluminações pública e particular, esta com 600 ligações domiciliares.

No decorrer do ano de 1956 foram registrados, na Prefeitura Municipal, 99 veículos motorizados: 24 automóveis de tipos e marcas diversas e 75 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária é proporcionada à população do município por 2 médicos, 3 dentistas e 1 farmacêutico.

Prestam assistência médica em geral ao povo de Foz do Iguaçu, um Pôsto de Endemias Rurais, do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, um Hospital Geral, uma Casa de Saúde e um Pôsto de Higiene. A cidade conta ainda com 3 farmácias.

Outro ângulo das cataratas do rio Iguaçu

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — O Pôsto de Higiene e o de Endemias Rurais prestam serviços de assistência social à população.

A Cooperativa dos Funcionários da Industrial Madeireira do Paraná Limitada, fundada em 1955, congrega um total de 90 associados, em atividade na indústria madeireira da região.

ALFABETIZAÇÃO — O total de pessoas de 5 anos e mais existente no município, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 13 434, das quais, 6 373 sabiam ler e escrever. Na sede municipal, das 2 520 pessoas de 5 anos e mais, sabiam ler e escrever 1 694, sendo 949 homens e 745 mulheres.

Ensino — O ensino primário fundamental comum, no município, em 1956, foi ministrado a 747 alunos, através de 18 unidades escolares. Existe na cidade um estabelecimento de ensino extraprimário, o Ginásio Estadual, com uma Escola Normal, anexa.

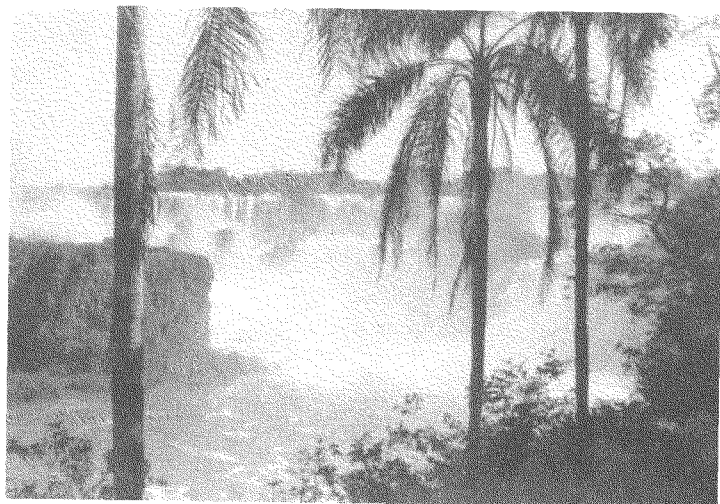
OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — A cidade conta com dois cinemas: o Cine Star, com 600 lugares, e o Cine Iguaçu com 144. O movimento do primeiro, em 1956, foi da ordem de 256 exibições cinematográficas, com 40 108 espectadores, e do segundo, 248 sessões, com 16 710 assistentes. Localiza-se na sede municipal a Rádio Cultura de Foz do Iguaçu, prefixo ZYS-54, freqüência de 1 510 quilociclos. Foz do Iguaçu conta duas bibliotecas, uma pertencente ao Ginásio Estadual, com 330 volumes, e outra, ao Curso Normal Regional, com 400 volumes, ambas de obras gerais. A cidade dispõe, também, de 1 tipografia, onde se edita "A Notícia", periódico mensal, de cunho noticioso.

Outro belo aspecto das cataratas do rio Iguaçu

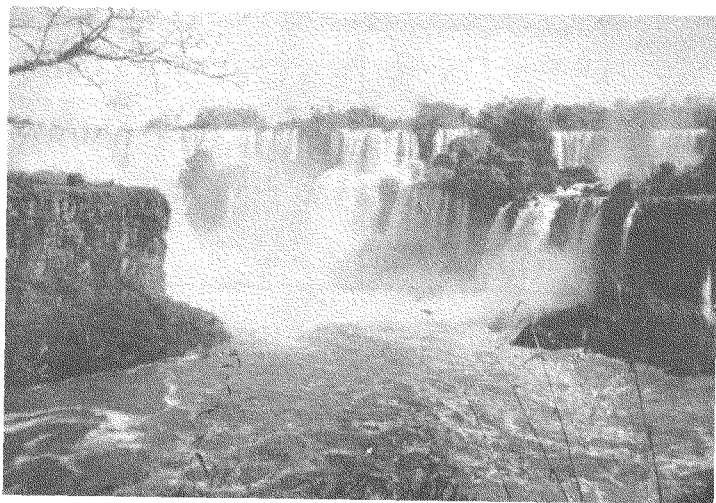
Vista das cataratas do rio Iguaçu

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950......	733	3 085	621	253	550
1951......	1 341	7 904	1 180	297	1 164
1952......	2 547	5 667	1 472	527	1 523
1953......	3 113	7 620	2 363	469	2 110
1954......	4 934	5 141	2 633	610	2 237
1955......	4 877	7 121	2 156	582	2 196
1956......	6 188	9 402	2 482	910	2 825

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Há no município o Marco Brasileiro, monumento de pedra e cimento, construído em 1903, que traz gravados o ano e os nomes Rondon e Dionísio Cerqueira. Está localizado na foz do rio Iguaçu, distante 5 quilômetros da sede municipal.

Mais uma vista das cataratas do rio Iguaçu

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — A principal manifestação popular consiste nos festejos dedicados a São João Batista, padroeiro do município, no período de 15 a 24 de junho. Êsses festejos, caracterizados, ainda, pelos folguedos juninos que coincidem, são bastante animados, atraindo os moradores de todo o município e das localidades de Puerto Presidente Franco e Puerto Iguazu, das vizinhas repúblicas do Paraguai e da Argentina, respectivamente. São realizadas também as seguintes festividades: Santo Alberto, no dia 7 de agôsto; São Miguel, no dia 29 de setembro; e Nossa Senhora Medianeira de Tôdas as Graças, no dia 3 de outubro, esta última na vila denominada Cidade Medianeira.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Foz do Iguaçu vem de há muito se constituindo, por inteira justiça, um dos principais pontos de turismo do território nacional. À cidade afluem, diàriamente, dezenas de turistas, em sua maioria estrangeiros, a fim de conhecerem as famosas e deslumbrantes cataratas do Iguaçu, consideradas pela sua beleza, pelos seus contrastes, pelo seu forte sentido ciclópico e pelas suas proporções majestosas, uma das maravilhas do mundo. Realmente, os saltos do Iguaçu, distantes 27 quilômetros da cidade, oferecem um espetáculo digno de ser visto. Olhados de qualquer ângulo franqueiam sempre ao espectador visões panorâmicas deslumbrantes. Além dos

Outra magnífica vista das cataratas do rio Iguaçu

saltos dos quais os mais belos e representativos são o do Diabo e da Garganta, possui o município, como atração turística, o Museu do Parque Nacional de Iguaçu.

Outra bela vista das cataratas do rio Iguaçu

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O nome do município é de origem "Guarany" podendo ser decomposto, na sua grafia primitiva: Yg (água), açu (grande), portanto "Yguaçu" (rio grande). Por estar situado na confluência dos rios Iguaçu e Paraná, recebeu o nome que conserva até nossos dias de "Foz do Iguaçu". Seus habitantes são designados usualmente pelo gentílico "iguaçuenses".

É Foz do Iguaçu comarca de 3.ª entrância do Estado do Paraná, e se faz representar por intermédio do Juiz de Direito, Promotor Público e Cartórios do Cível, Crime, Tabelionatos e do Registro Civil e anexos.

Novo ângulo das cataratas do rio Iguaçu

Os podêres municipais estão assim representados: Executivo — Prefeito, o Sr. Dirceu Lopes; Legislativo — Vereadores, os Srs. Jacob H. Beck, Henrique Ghellere, Francisco G. Menezes, Artur Farinon, Luiz Trentin Neto, Jacob Albrecht Beck, Aroldo Esteves de Souza, José Della Pasquá e João Lobato Machado.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Paraná.

FRANCISCO BELTRÃO — PR

Mapa Municipal no 13.º Vol.

HISTÓRICO — No fascínio da célebre campanha da "Marcha para o Oeste", lançada pelo Presidente Getúlio Vargas, amadureceu, pelo espaço de muitos anos, para afinal eclodir vitoriosa, uma das fases mais movimentadas e progressistas da enorme extensão de terras, conhecida pelas denominações de Oeste do Paraná e Faixa de Fronteira.

Efetivamente, data de dois decênios, se tanto, o início da colonização do Oeste paranaense. Em que pêse a circunstância de ter sido fundada uma Colônia Militar em Foz do Iguaçu, em 1889, tôda a vasta zona que vai de Foz do Iguaçu à fronteira de Santa Catarina e aos limites do atual município de Palmas, até há bem poucos anos era sertão bruto, desconhecido e inexplorado.

Uma das medidas efetivas de colonização e povoamento da Faixa de Fronteira tentada pelo autor da "Marcha para o Oeste", foi a criação de Territórios Federais, em 1943, ocasião em que surgiu o Território Federal do Iguaçu, cuja existência foi efêmera e pouco produtiva.

A criação de um núcleo de colonização nacional, denominado Colônia Agrícola General Osório, cuja sigla — "CANGO" — é bem conhecida até os dias presentes, constituiu-se outra iniciativa do govêrno Vargas, no seu propósito de povoar e colonizar as terras do Oeste paranaense. E a "CANGO", localizada no interior do atual município de Francisco Beltrão, vem prestando inestimáveis serviços na obra de desbravamento da região e de fundação do município.

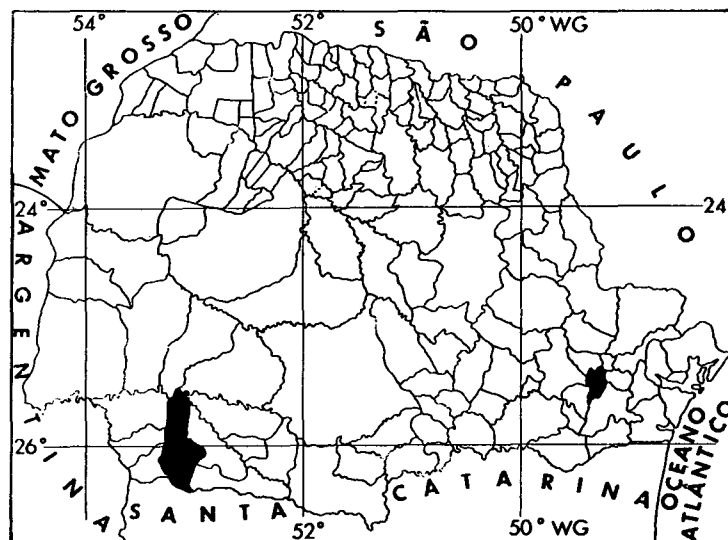
A denominação do lugar é uma homenagem ao ilustre engenheiro paranaense, Dr. Francisco Trevisani Beltrão, que, na qualidade de Diretor do Departamento do Oeste, foi o iniciador do povoamento da localidade, em 1922. Naquela época, o Dr. Francisco Beltrão exercia as funções de Diretor da Fundação do distrito que, mais tarde receberia o seu nome.

A região do Sudoeste do Paraná onde se localiza o atual município de Francisco Beltrão é célebre em virtude de ter sido palco de notáveis acontecimentos durante o período revolucionário de 1922 a 1925. Assim, em 1923 passou por ali a Coluna Prestes; em 1924, o general Juarez Távora, integrante das fôrças revolucionárias comandadas por Luiz Carlos Prestes; Fidêncio de Melo e o general Firmino Paim; e, finalmente, em 1925, o general Leonel da Rocha, todos figuras de relêvo nos movimentos revolucionários que naquela época sacudiam o território nacional.

As primeiras casas construídas no lugar em que se acha a cidade de Francisco Beltrão datam do ano de 1944 e são fruto do trabalho pioneiro de Ricardo Kintz, descendente de colonos alemães de Santa Catarina. O segundo morador do povoado foi Fredolino Keres. Do Rio Grande do Sul vieram no mesmo ano mais os seguintes colonos e respectivas famílias: Pedro Miguel da Fonseca, Dâmaso Gonçalves, Júlio de Assis Cavalheiro, procedente de Clevelândia.

Pela Lei estadual n.º 790, de 14 de novembro de 1951, foi criado o município de Francisco Beltrão, cuja instalação oficial se deu em dezembro do ano seguinte.

Nessa data procedeu-se também à posse da primeira Câmara Municipal e do primeiro Prefeito por eleição da nova comunidade.

LOCALIZAÇÃO — Com sua sede na posição geográfica das coordenadas 26º 4' de latitude Sul e 53º 3' de longitude W. Gr., o município de Francisco Beltrão situa-se na Zona Fisiográfica de Guarapuava. Limita ao norte com Guaraniaçu, Laranjeiras do Sul e Chopinzinho; a oeste, com Capanema, Santo Antônio e Barracão; ao sul, com o Estado de Santa Catarina; e a leste, com Clevelândia e Pato Branco.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 600 metros na sede municipal.

CLIMA — Francisco Beltrão, situado na região fronteiriça da República Argentina e na do Sudoeste do Paraná, possui clima temperado. Fresco com incidência de geadas nas estações invernosas e agradável nas do verão, porém, um pouco quente. As temperaturas registradas, no decorrer do ano de 1956, foram 33ºC para a média das máximas, 8ºC para a das mínimas e 20ºC para a compensada.

ÁREA — A área municipal é de 2 168 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município são os rios Chopim, das Marrecas, Marmeleiro, Cotegipe e Catorze.

RIQUEZAS NATURAIS — Como os demais municípios desta zona, a sua principal riqueza são as reservas florestais.

POPULAÇÃO — Sua população acha-se incluída na do de Pato Branco, de cujo território fazia parte, como simples povoado, por ocasião do Recenseamento Geral de Brasil de 1950.

Aglomerações urbanas — A cidade de Francisco Beltrão constitui a única aglomeração urbana do município, com uma população estimada em 2 000 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Na agricultura está estruturada a economia do município, bem coadjuvada pela indústria extrativa vegetal.

Suas principais culturas, inclusive produção prevista para 1956, foram: milho — Cr$ 307 500 000,00; trigo — Cr$ 48 000 000,00; feijão — Cr$ 20 700 000,00; arroz —

Cr$ 2 900 000,00; batata-inglêsa — Cr$ 481 200,00; centeio — Cr$ 387 500,00; amendoim — Cr$ 220 000,00; em menor escala, o fumo, a alfafa, a mandioca e a cana-de-açúcar.

A indústria extrativa vegetal colabora eficientemente para a economia do município; as imensas reservas florestais existentes (pinho, cedro e imbuia) estão sendo exploradas por "serrarias" em grande número existentes no município. Dos seus 43 estabelecimentos industriais, 14 operam com 5 ou mais trabalhadores ativos. Parte menor da indústria age no ramo "produtos alimentares".

A pecuária é também de todo apreciável, principalmente (90% do total) na criação e exportação do gado suíno; em 1956, para outros Estados, foram exportados Cr$ 1 834 954,00 de suínos.

O total de sua exportação em 1956 atingiu ...... Cr$ 20 715 988,00.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio do município está representado por 200 estabelecimentos varejistas e 9 atacadistas. Ainda não possui agência bancária. As transações são efetuadas principalmente com as praças de Pato Branco, Barracão, União da Vitória e Curitiba, no Paraná; Erechim e Pôrto Alegre, no Rio Grande do Sul. Ditas localidades servem de abastecedores de produtos que o município não produz e de que necessita para seu consumo normal.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido apenas por estradas de rodagem que vão de um extremo a outro de seu território. No pequeno campo de pouso existente (provisório) aterrissam esporàdicamente aviões particulares do tipo teco-teco. O transporte de passageiros é feito por meio de ônibus diários.

Dista dos municípios limítrofes: Pato Branco — 22 quilômetros; Barracão — 97 quilômetros; Santo Antônio — 35 quilômetros; Capanema — 32 quilômetros; Clevelândia — 130 quilômetros; da Capital Estadual — 656 quilômetros.

Na cidade funciona uma agência postal do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Francisco Beltrão conta cêrca de 2 000 habitantes, 400 edificações urbanas, 13 logradouros públicos: 2 avenidas, 10 ruas e uma praça. É servida por energia elétrica para iluminação pública e particular, esta com 90 ligações domiciliares.

O registro de veículos motorizados, na Prefeitura Municipal, no ano de 1956, elevou-se ao número de 89, sendo 14 automóveis de diversos tipos e 75 caminhões. Encontram-se na cidade 4 hotéis e 3 pensões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Residindo na sede municipal, 3 médicos, 8 dentistas e 2 farmacêuticos prestam assistência médico-sanitária à população. A população dispõe, ainda, dos serviços do Hospital São Vicente de Paula (particular), da Casa de Saúde Santo Antônio (também particular) e dos Postos de Puericultura e de Higiene, mantidos pelo Govêrno Estadual. Funcionam duas farmácias na cidade.

COOPERATIVISMO — Tem sede na Colônia Agrícola Nacional General Osório uma Cooperativa de consumo, produção e venda de produtos agrícolas, congregando 256 associados.

Ensino — Em 1956 funcionaram no município, 73 unidades de ensino primário fundamental comum, em que estiveram matriculados 3 031 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Na cidade acha-se instalado o Cine Aurora, com capacidade para 140 pessoas.

Ainda como veículo de cultura, encontra-se em funcionamento na sede municipal a Rádio Broadcasting de Francisco Beltrão, prefixo ZYS-48, transmitindo na freqüência de 1 600 quilociclos.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1953......	—	—	974	874	974
1954......	—	121	1 544	1 394	1 544
1955......	—	2 820	1 746	1 596	1 746
1956......	—	5 613	2 326	1 826	2 326

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Foi constatada a existência de águas minerais e térmicas, ainda não exploradas, nas proximidades dos rios Chopim e Cotegipe.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — Os festejos dedicados a Nossa Senhora da Glória, padroeira do município, constituem o ponto alto de tôdas as manifestações populares levadas a efeito na sede municipal. Compreendem novena, missa solene e procissão no dia do encerramento, a 28 de outubro, quando então se dá a reunião de todos os habitantes do município. Seguem-se, com bastante animação, as festas de São Judas Tadeu e de São Sebastião.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O nome dado ao município representa uma homenagem ao ilustre engenheiro paranaense Dr. Francisco Trevisani Beltrão, que foi o iniciador e principal fundador da cidade, em 1922.

Os nascidos no município são chamados usualmente de "marrecoanos"; tal denominação provém de Marrecas, primitivo nome do município, ainda quando era simples povoado.

É comarca judiciária de 2.ª entrância, criada em 24 de abril de 1954, compondo-se apenas do distrito da sede. Ali funcionam cartórios cível, criminal e do registro civil com estabelecimento anexo.

As autoridades municipais são: Prefeito, Sr. Ângelo Camilotti; vereadores, os Srs. Jahir de Freitas, Florindo Penso, Luiz F. Paggi, Cresto Manfroi, Telmo Octávio Mueller, Dante Manfroi, Dr. Walter A. Pecoite, Brasílio Clemente Ticcher e Paulo Borghezon.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

GOIO-ERÊ — PR

Mapa Municipal no 13.º Vol.

HISTÓRICO — Situado na região do Noroeste do Paraná, o novo município de Goio-Erê, como muitos outros da mesma zona, é o fruto de um longo trabalho de colonização e povoamento do planalto paranaense que, apesar de ser conhecido desde o século XVI, sòmente nos tempos modernos foi efetivamente explorado, povoado e aproveitado no desenvolvimento de uma nova e florescente civilização.

A história de Goio-Erê, bem assim a das demais unidades administrativas do Noroeste paranaense, é a própria história de tôda uma extensa região que constitui as bacias do Tibagi, do Ivaí e do Piquiri, conhecida de espanhóis e lusitanos desde a segunda metade do século XV.

Em 1541, D. Álvaro Nunes Cabeza de Vacca, enviado ao Paraguai pelo rei da Espanha, como "adelantado" daquela província, em virtude da assinatura do Tratado de Tordesilhas, ao chegar à América, tomou posse em nome do soberano espanhol, de Cananéia e da Ilha de Santa Catarina, e se internou no sertão correspondente a êsses dois pontos extremos da costa. Seguido de numerosa comitiva, fêz o longo trajeto do litoral ao rio Iguaçu, Campos de Curitiba, Campos Gerais, rios Tibagi e Piquiri; em todo êsse imenso percurso encontrou numerosas aldeias de índios guaranis, não havendo nenhum outro povo na região.

Apossando-se do território, de 1555 a 1557, Cabeza de Vacca fundou as povoações de Ontiveros, Vila Rica e Ciudad Real del Guairá, situadas, respectivamente, às margens dos rios Paraná, Piquiri e Corumbataí, com soldados e civis castelhanos, que trataram logo de submeter ao jugo de Espanha os povos selvagens existentes na região.

No período de 1610 a 1629, os Padres Jesuítas, devidamente autorizados pelo rei de Espanha, fundaram 13 "reduções" nos vales dos rios Pirapó, Tibagi, Ivaí e Piquiri. Sòmente após a destruição dessas "reduções" e das cidades de Vila Rica do Espírito Santo e Ciudad Real del Guairá, pelas bandeiras de Manoel Preto e Antônio Raposo Tavares, em 1639, é que índios de outras tribos, principalmente caingangues, invadiram o extenso território, que fazia parte da província espanhola de Guairá, sujeita ao govêrno do Paraguai.

Durante muitos anos, depois da primeira penetração do território pelos espanhóis, a região foi habitada exclusivamente por aborígines das mais diferentes raças. Decorrentes das primitivas incursões dos castelhanos surgiu desde tempos imemoriais o Caminho de Peabiru, mais tarde denominado de São Tomé, ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul, e cruzando pelo antigo território guairenho, onde pontificaram as "reduções" da Companhia de Jesus, antes da penetração das famosas bandeiras paulistas, que destruíram os estabelecimentos dos castelhanos e os expulsaram definitivamente da região.

A denominação atual do município de Peabiru, bem assim, o nome de outras localidades e municípios, da bacia de Paranapanema até a mesopotânia Ivaí—Piquiri, são sinais perenes e evidentes da passagem de castelhanos e portuguêses, de guaranis e bandeirantes, bem como de brasileiros de outras latitudes pelo sertão paranaense.

Goio-Erê como, de resto, todos os demais municípios da grande mesopotâmia ocidental do Paraná, tendo sentido o domínio de outros povos, a partir do século XVI, permaneceram, contudo, pràticamente desconhecidos, datando o seu povoamento de época recente, quando pioneiros e desbravadores começaram a devassar o sertão, abrindo caminhos e iniciando uma nova cultura que deu origem à criação de numerosas comunidades, tendo o café por base principal.

Os Srs. Francisco Scarpari, Carlos Scarpari e Vlademir Scarpari foram os primeiros a se estabelecerem às margens do rio Goio-Erê, fundando as primeiras fazendas de café, em 1943. Para atingir o ponto onde deram início ao seu trabalho de colonização e povoamento, os três pioneiros rasgaram veredas e picadas através do sertão, sem que pudessem contar com qualquer espécie de auxílio ou colaboração oficial.

Alguns anos mais tarde, os irmãos Scarpari resolveram lançar os fundamentos de uma cidade, organizando, para isso, uma firma que recebeu a denominação de "Sociedade Goio-Erê". A esta emprêsa coube a responsabilidade de planejar e executar a idéia da construção de um centro urbano, medindo e demarcando os lotes que deveriam constituir os perímetros urbano e rural.

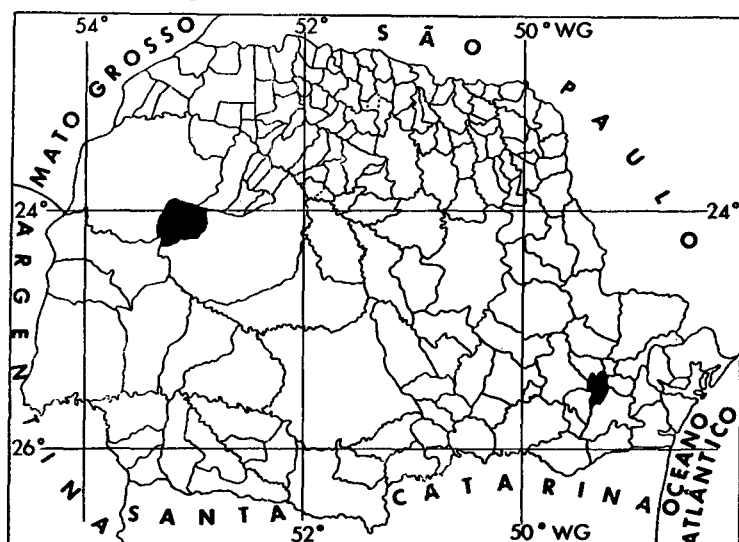
As primeiras pessoas a fixarem residência na futura cidade foram Dario de Castilhos, que fundou a primeira hospedagem em 1953; José Robleski e os Irmãos Agostinho, que fundaram os primeiros estabelecimentos comerciais atacadistas. Ao mesmo tempo se desenvolviam as atividades agrícolas, na zona rural, e novos moradores adquiriam terras e se estabeleciam na região.

Ao mesmo tempo em que se desenvolviam estas atividades, uma importante rodovia, ligando Campo Mourão e Cascavel, era construída e passava pela localidade de Goio-Erê, permitindo a facilidade de transportes e comunicação com a cidade nascente e outros centros de maior atividade do Estado.

Iniciada a urbanização do povoado em 1953, já no ano seguinte, Goio-Erê era elevado à categoria de distrito judiciário do município de Campo Mourão.

Pela Lei n.º 48, de 10 de agôsto de 1955, foi elevado à categoria de município, tendo sido instalado a 22 de novembro de 1956, data em que também foi empossado o seu primeiro Prefeito Municipal. Francisco Scarpari, um dos fundadores do novo município e grande batalhador pelo seu progresso, foi o primeiro Prefeito escolhido pelo povo para dirigir os destinos da nova unidade administrativa.

LOCALIZAÇÃO — O município de Goio-Erê está situado na Zona Fisiográfica do Ivaí. Tem como coordenadas geográficas 24º 13' de latitude Sul e 53º de longitude Oeste de Greenwich. Limita ao norte com Cruzeiro do Oeste e

Araruna; a oeste, com Cruzeiro do Oeste; ao sul, com Guaíra e Campo Mourão; e a leste, com Campo Mourão.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 550 metros na sede municipal.

CLIMA — Goio-Erê, situado na região Noroeste do Paraná, em sertão, recém-desbravado, possui clima quente e sêco, agradável no inverno e bastante quente no verão. As temperaturas observadas, no município, durante o ano de 1956, foram para a média das máximas — 32°C, a das mínimas — 20°C, compensada — 26°C.

ÁREA — Mede 1 374 quilômetros quadrados a área municipal.

RIQUEZAS NATURAIS — Dentre as riquezas naturais de origem vegetal destacam-se peroba, cedro e marfim, e dentre as de origem mineral a argila branca, para fabrico de tijolos e telhas.

POPULAÇÃO — A população do município de Goio-Erê, na época do Censo de 1950, estava incluída na de Campo Mourão do qual fazia parte.

Aglomerações urbanas — A cidade de Goio-Erê é a única aglomeração urbana existente no município.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura tem a primazia na vida econômica municipal, secundada pela suinocultura. Suas principais culturas são: milho, feijão, arroz, algodão, alho e cebola. Em futuro próximo o café deverá ser a cultura predominante na região, pois as plantações que vêm sendo feitas ainda não atingiram sua maioridade de produção. A criação de suínos é apreciável, tornando-se por isso de certa significação na economia do município.

A indústria, em fase latente, está se iniciando nos ramos "extrativo vegetal" e "produtos alimentares". Das riquezas vegetais que vêm sendo exploradas, destacam-se a peroba, o pau-marfim e o cedro, em grande quantidade na região; embora seja Goio-Erê município de criação recente, em 1956 a exportação de produtos de origem local atingiu o valor de Cr$ 1 502 078,00.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio está afeto a 150 estabelecimentos varejistas, 5 atacadistas e uma agência bancária.

Mantém transação (comércio exportador e importador) com as praças de Campo Mourão, Maringá, Londrina e Curitiba, no Paraná; e São Paulo, no Estado de mesmo nome.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido pelos meios de transporte rodoviário e aéreo. Liga-se aos congêneres limítrofes pelas seguintes distâncias, via rodoviária: Cruzeiro do Oeste — 58 quilômetros; Campo Mourão — 85 quilômetros; Cascavel — 145 quilômetros; Guaíra — 205 quilômetros; à Capital Estadual — 679 quilômetros.

A cidade é servida por um aeroporto onde pousam e decolam regularmente táxis-aéreos de emprêsas particulares, e aviões comerciais de emprêsas especializadas, uma vez por semana.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Goio-Erê conta atualmente uma população de 1 200 habitantes. Oito bem traçados logradouros públicos cortam a sede com simetria e elegância: duas avenidas, cinco ruas e uma praça. É servida por energia elétrica para a iluminação pública e particular, esta com 101 ligações. Sua concentração urbana é constituída de mais de 200 prédios, dos quais, 190 destinados a fins residenciais. Os serviços de alimentação e hospedagem são prestados por 2 hotéis e 6 pensões.

Em 1956, foram registrados, na Prefeitura Municipal, 35 veículos motorizados: 18 automóveis e 15 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Prestam assistência à população de Goio-Erê, no setor médico-sanitário e médico em geral, 2 médicos, 4 dentistas e 8 farmacêuticos, residentes na sede municipal. Contam-se 8 farmácias.

Ensino — Em 1956, funcionaram no município 8 unidades de ensino primário fundamental comum, com matrícula de 241 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Encontra-se na cidade o Cine Goio-Erê, com 160 lugares.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1956......	—	1 815	—	—	—
1957......	—	...	5 000	2 765	5 000

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A atual denominação do município teve origem no nome do rio que passa pela cidade também chamado Goio-Erê.

As pessoas nascidas no município são conhecidas, usualmente, pelo gentílico goio-erenses. É formado por 3 distritos judiciários tendo cada um dêles um Juiz de Paz e Cartório do Registro Civil e anexo. Na sede funciona um tabelião. Todos os distritos estão subordinados à comarca vizinha de Campo Mourão. Pelo último alistamento eleitoral (1956) contavam-se 2 080 eleitores. O govêrno municipal está assim representado: Executivo — Prefeito Municipal, Sr. Francisco Scarpari. Vereadores, os Srs. Raul Gomes de Almeida, Gilberto Piovesan, Gil Marques de

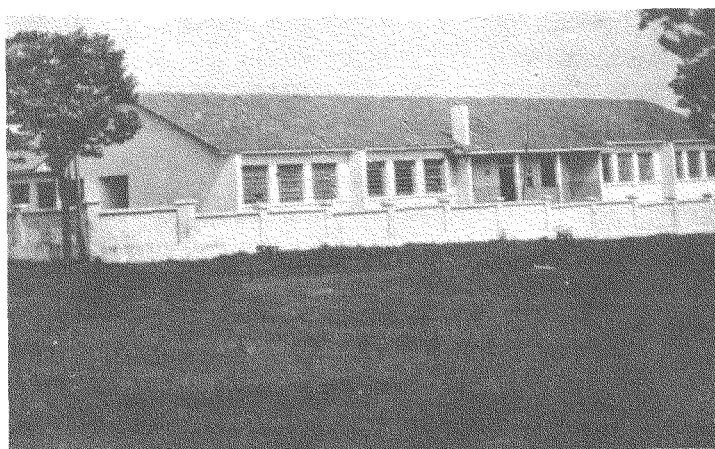
Almeida, Vicente Carlos Barbosa, Lourenço Malucelli, Waldemir Machado, Altino Borges de Macedo, Paulino Lustoza de Freitas e Paulo Gorski.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

GUAÍRA — PR

Mapa Municipal no 13.º Vol.

HISTÓRICO — Até meados do século XVI, a região compreendida na margem esquerda do rio Paraná, apesar de pertencer ao Govêrno do Paraguai, como de resto tôda a área que hoje constitui o território do Estado do Paraná, era habitada exclusivamente por selvagens, distribuídos em numerosas tribos, que foram até aquela data os únicos e verdadeiros senhores da terra, cujo domínio incontrastável perdurou ainda pelo espaço de longos anos. Em 1554, porém, começou a jurisdição espanhola de Assunção a firmar-se à margem esquerda do grande rio, cuja transposição punha Castela diante de um território imenso, mas dentro, porém, dos seus legítimos direitos de conquista, limitado pelo meridiano de Tordesilhas, e na possibilidade de conseguir fixar-se em portos do Atlântico, de Iguape para o sul, nos paralelos do seu efetivo domínio ao ocidente. Irala, Governador do Paraguai, fêz fundar o "pueblo" de Ontiveros a uma légua do Salto das Sete Quedas, iniciado com 60 castelhanos sob a chefia do capitão Rodrigues de Vergara, repartindo-se então pelos povoadores quarenta mil famílias indígenas. A três léguas de Ontiveros fundou o Govêrno paraguaio outro "pueblo", a Ciudad Real del Guaira, na confluência do rio Piquiri com o mesmo "direito" sôbre a escravização do gentio.

Em 1576 novo estabelecimento espanhol foi fundado à margem esquerda do rio Paraná, denominando-se Vila Rica do Espírito Santo. Foi seu dirigente o célebre capitão Ruy Diaz Melgarejo, nomeado por João de Garay, Governador em Assunção. Vila Rica foi depois transferida para a confluência do Corumbataí com o Ivaí, onde prosperou e se tornou a sentinela castelhana mais avançada no sertão de Guaíra, que dominou durante mais de meio século, isto é, até a sua destruição pelos bandeirantes paulistas em 1632. No ano de 1620, Guaíra, que merecera em 1617 a denominação de província constituída de duas cidades: Ciudad Real del Guaíra e Vila Rica do Espírito Santo,

Grupo Escolar Mendes Gonçalves

Vista parcial da Praça Presidente Dutra

concorrendo todo o resto do Paraguai com outras duas cidades, a saber, Assunção — sede do govêrno — e Santiago de Xeres, estava virtualmente perdida para a Espanha. Os bandeirantes paulistas já lhe assolavam periòdicamente o vasto território, capturando-lhes os índios independentes, o que pressagiava o dia em que as "reduções" missionárias e os "pueblos" espanhóis seriam, por sua vez, atacados, como aconteceu, e destruídos, como o foram. Já em 1629, os estabelecimentos dos Padres Jesuítas, com exceção de Loreto e Santo Inácio, que estavam situados fora da vasta região mais povoada, foram completamente devastados pelos bandeirantes paulistas, e, em 1632, Vila Rica, último reduto espanhol capaz de oferecer resistência, foi sitiada por Antônio Raposo Tavares, que punha na mais séria e grave situação 4 500 pessoas sitiadas, entre brancos e selvagens. Sòmente depois que os paulistas romperam a linha empírica demarcadora das duas conquistas ibéricas e destruíram os "pueblos" castelhanos e as "reduções" jesuíticas em Guaíra, afastando a pretensão do Govêrno do Paraguai de prolongar nesse rumo o seu domínio até o Atlântico, — foi que a diplomacia lusitana praticou ou permitiu os atos de posse e jurisdição portuguêses, tanto no litoral de Paranaguá, como no sertão de Curitiba.

Rio Paraná, vendo-se um modesto ancoradouro

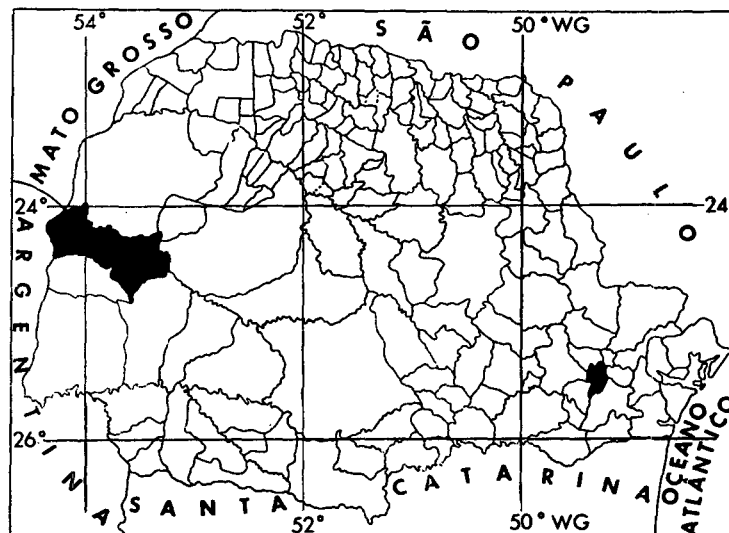
Guaíra de hoje, isto é, a cidade que surgiu na primeira metade do século XX, pertenceu, pelo espaço de 50 anos, aproximadamente, à Companhia Matte Laranjeira S.A., entidade que povoou, desbravou e colonizou, a região

Vista do Salto 16 — Grupo 7

dando-lhe o impulso de que necessitava para o seu progresso e evolução e colocando-a, finalmente, na posição em que se encontra, atualmente.

Em 1944, por ato do Presidente da República, a Companhia Matte Laranjeiras S.A. foi encampada pelo Serviço de Navegação da Bacia do Prata, sendo adquirida a região de Guaíra pelo Estado do Paraná, constituindo-se então o atual município de Guaíra. Êsse ato oficial realizou-se através da Lei n.º 790, de 14 de novembro de 1951, votada pela Assembléia Legislativa do Estado e sancionada pelo então governador Bento Munhoz da Rocha Netto. O primeiro Prefeito Municipal eleito pelo povo foi o Doutor Gabriel Fialho Gurgel, que terminou o seu mandato em 14 de dezembro de 1956, data em que assumiu aquêle cargo o Sr. Celino da Rocha Araújo, segundo Prefeito eleito do município de Guaíra. A Câmara Municipal compõe-se de 9 vereadores, escolhidos pelo povo em 14 de dezembro de 1956: Antônio Gordin, Hervin Jost, João Batista de Oliveira, Walter M. Barbosa, Norberto Riger, João Manoel Zeballos, Leto de O. Medeiros, Vicente Augusto Brilhante e Ivo Miranda Ramos.

LOCALIZAÇÃO — Com a sede municipal situada na posição geográfica de coordenadas 24° 4' de latitude Sul e 54° 11' de longitude W. Gr., o município de Guaíra situa-se na Zona Fisiográfica do Sertão do Rio Paraná.

Limites: ao norte, municípios de Cruzeiro do Oeste e Goio-Erê, a oeste com o Estado de Mato Grosso e a República do Paraguai, ao sul com os municípios de Toledo e Cascavel e a leste com o de Campo Mourão.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 231 metros.

CLIMA — Guaíra, como tôda a região extremo oeste do Paraná, desfruta de clima bom e saudável. Bastante quente e úmido, nas estações da primavera e do verão, fresco e suave nas do outono e inverno. As temperaturas médias observadas, no município, no ano de 1957, foram 15,7°C para as mínimas, 26,4°C para as máximas e 21,05°C para a compensada.

ÁREA — Corresponde a 4 542 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município faz sua divisa oeste pelo rio Paraná, onde está localizado o salto das Sete Quedas, com altura de 115 metros e com potencial hidráulico avaliado em 5 000 000 H.P., constituindo-se na mais bela queda d'água do Estado. No rio Paraná, ainda são encontradas as ilhas Grande e do Pacu.

RIQUEZAS NATURAIS — As grandes reservas florestais da comuna formam a sua principal riqueza natural.

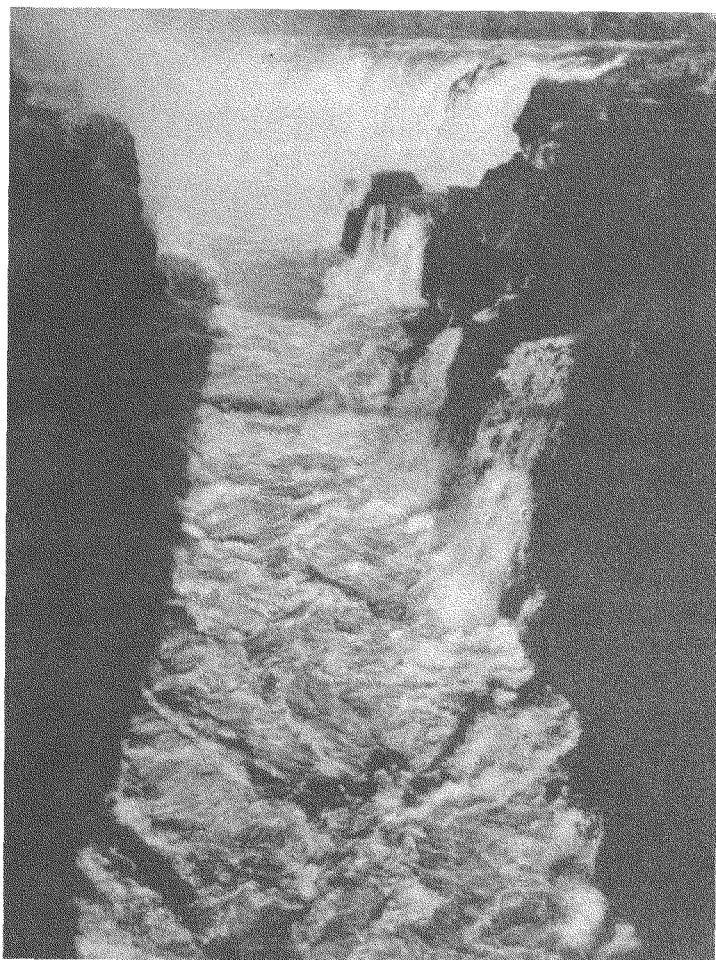
POPULAÇÃO — A sua população, em 1950, foi recenseada juntamente com a do município de Foz do Iguaçu, de cujo território fazia parte como simples povoado. Atualmente a população do município é estimada em cêrca de 2 400 habitantes.

Aglomerações urbanas — O município de Guaíra conta, atualmente, com quatro aglomerados urbanos: cidade de Guaíra, e vilas de Nova Maripá, Palotina e Terra Roxa d'Oeste. A cidade de Guaíra possui uma população estimada em 1 900 habitantes; Nova Maripá — 200; Palotina — 100 e Terra Roxa d'Oeste — 200.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A atividade agrícola e a indústria extrativa constituem a principal fonte de renda do município, secundadas pela pecuária. O valor da produção agrícola prevista para 1956 estava assim compreendido: feijão — Cr$ 900 000,00; milho — .... Cr$ 800 000,00; arroz — Cr$ 300 000,00; batata-inglêsa — Cr$ 300 000,00; banana — Cr$ 100 000,00. Embora ainda sem produção, o café, cujo plantio se iniciou, deverá, num futuro breve, se constituir numa das vigas-mestras da economia municipal. A quantidade plantada até 1957 ascendia a 100 mil pés.

Vista do Quartel a 5.ª Cia. Fronteira

A indústria, com 3 estabelecimentos, se situa nos ramos "madeireiro" e "cerâmico", sendo que 2 dêles ocupam 5 ou mais funcionários em suas tarefas diárias.

Vista do Sálto 6 — Grupo 2

Salto 16 — Ponte Pencil Wenceslau Braz — Grupo 7

Na pecuária, ainda pouco desenvolvida, predominam os rebanhos "bovino" e "suíno" que suprem as necessidades do consumo interno.

O valor da exportação (interestadual) do município em 1956 atingiu Cr$ 2 425 514,00, sendo toros de cedro e milho os principais produtos exportados.

COMÉRCIO E BANCOS — As atividades comerciais de Guaíra, são exercidas por 12 estabelecimentos varejistas, não dispondo no momento de estabelecimentos atacadistas, nem bancários.

O comércio local mantém intercâmbio com as seguintes localidades: Toledo, Foz do Iguaçu e Maringá no Paraná e Pôrto Epitácio no Estado de São Paulo.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido pelos transportes rodoviário, ferroviário, fluvial e aéreo. Existe um campo de pouso onde pousam regularmente os aviões da VASP, REAL e táxis-aéreos de outras cidades próximas.

Está ligado às seguintes localidades: Cruzeiro do Oeste — 183 quilômetros (rodoviário); Toledo — 127 quilômetros (rodoviário); Cascavel — 175 quilômetros (rodoviário). Por via fluvial comunica-se com as localidades de Pôrto Brasília, Pôrto São José no Paraná e Pôrto Epitácio em São Paulo. Fazem transporte fluvial as emprêsas Navegação São Paulo—Paraná Limitada e a do Serviço de Navegação da Bacia do Prata.

A estrada de ferro que serve ao município é a "Guaíra —Pôrto Mendes", num trajeto aproximado de 45 quilômetros.

Dista da Capital Estadual por estrada de rodagem cêrca de 820 quilômetros. Da Capital Federal, via Curitiba, 1 930 quilômetros.

Na cidade existe uma Agência Postal do Departamento dos Correios e Telégrafos; funcionam ainda os serviços radiotelegráficos do Ministério da Marinha, Ministério da Guerra, Ministério da Aeronáutica, Serviço de Navegação da Bacia do Prata e da Fundação Paranaense de Colonização e Imigração.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Guaíra com cêrca de 1 900 habitantes, conta com 380 edificações, das quais 10 se destinam a fins industriais, 13 logradouros públicos, dos quais 2 avenidas, 10 ruas e 1 praça, todos arborizados.

Há serviços de água canalizada e de esgotos sanitários; o primeiro com 1 600 metros de linhas distribuidoras, percorrendo 18 logradouros e abastecendo 234 prédios; a rêde de esgôto tem a extensão de 2 410 metros, serve 12 logradouros e beneficia 151 prédios.

No decorrer do ano de 1956, foram emplacados, na Prefeitura Municipal, 14 automóveis e 9 caminhões. Três hotéis e uma pensão prestam os serviços de hospedagem e de alimentação. É uma cidade turística por excelência, dada a proximidade das Sete Quedas, no rio Paraná.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Dois médicos, 1 dentista e 2 farmacêuticos, residentes na cidade, prestam assistência médico-sanitária à população, havendo os seguintes estabelecimentos: Hospital Guaíra, mantido pela Prefeitura Municipal, e Pôsto de Malária, do Serviço Nacional da Malária (Ministério da Saúde). Existem duas farmácias na sede municipal.

Salto 17 — Ponte Pencil "Sidwel" — Grupo 7

ENSINO — O ensino primário fundamental comum foi ministrado no município, em 1956, a 374 alunos, através de 7 unidades escolares.

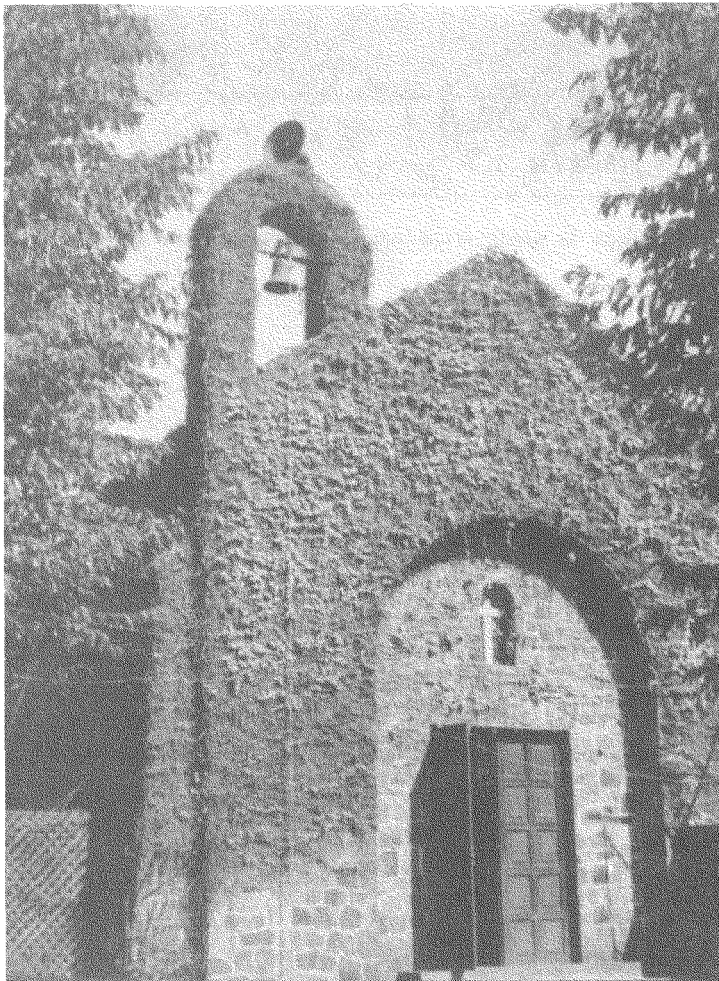
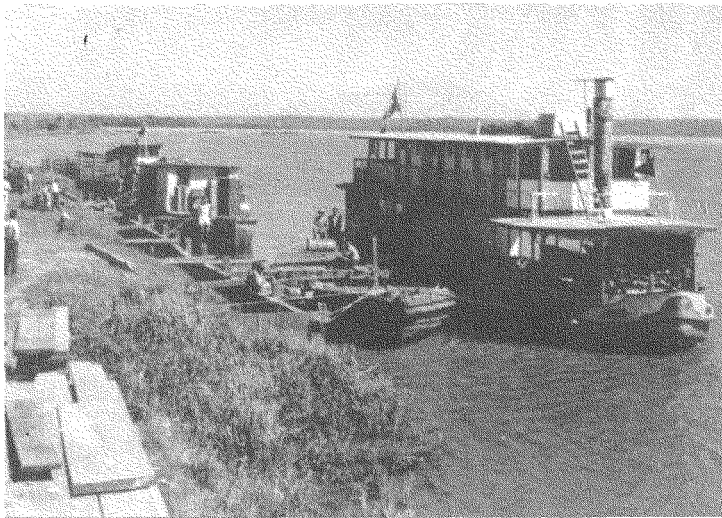
OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Funciona na cidade o Cine Guaíra, com 125 lugares. Existe no município uma associação cultural-desportiva, congregando 141 associados.

FINANÇAS PÚBLICAS —

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1954......	—	547	—	—	—
1955......	—	1 728	2 490	—	1 344
1956......	—	2 215	5 354	—	3 083

Observações: Coletoria Federal — não há.
Coletoria Estadual — inaugurada em fevereiro de 1954.
Prefeitura Municipal — instalada sòmente em 14/12/1952.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Existe, há 30 quilômetros da cidade de Guaíra, a noroeste, vestígios da Ciudad Real de Guaíra, fundada pela Companhia de Jesus da Espanha, tendo sido capital da República Teocrática de Guaíra.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — O município tem como padroeira Nossa Senhora dos Navegantes, cuja festa se realiza com muita animação e grande afluência de fiéis. Além desta, têm lugar no município as festas de Santo Antônio, São João e São Pedro, respectivamente, a 13, 24 e 29 de junho. Tradicionalmente,

Igreja N. S.ª dos Navegantes

Pôrto externo Municipal

realizam-se também os festejos comemorativos do Natal e Ano Novo.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Distante apenas 3 quilômetros da sede municipal encontra-se o salto Sete Quedas, no rio Paraná. Como o próprio nome indica, o salto possui 7 quedas d'água, ligadas, dando a idéia de uma grande escada. Os "degraus" dessa escada têm altura variável de 10 a 20 metros, sendo 115 metros, a diferença entre o seu nível superior e inferior. Dada a sua beleza grandiosa, êsse acidente geográfico constitui um dos principais pontos turísticos do Estado e mesmo do país, atraindo turistas da Europa, América do Norte e do Sul.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A denominação Guaíra ou Guairá, de origem guarani, decomposta etimològicamente, possui vários significados. Parece-nos todavia mais exato o de "lôbo selvagem". As pessoas nascidas no município são chamadas, usualmente, guairenses ou guirentios. O município é sede de distrito judiciário e têrmo subordinado à comarca de Toledo. Na sede existe um Cartório do Registro Civil e Anexos, e um Juízo de Paz. O eleitorado inscrito no ano de 1957 somava 1 187 cidadãos. Está sediado em Guaíra o quartel da 5.ª Cia. de Fronteiras, fundado em 1947, com o efetivo de 224 homens.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Paraná.

GUARACI — PR

Mapa Municipal no 12.º Vol.

HISTÓRICO — O povoamento da região onde hoje se localiza o município de Guaraci teve início no ano de 1945. A história de Guaraci, que é uma das mais novas unidades administrativas do norte do Paraná, está ligada à história de Jaguapitã, município que, apesar de ser um pouco mais antigo, também se inclui no rol dos municípios novos do Paraná. Efetivamente, Jaguapitã foi elevado à categoria de distrito em 30 de dezembro de 1943, e à de município em outubro de 1947. Mas o fenômeno que é comum à tôda a região do norte do Paraná não se restringe ao município de Jaguapitã ou ao de Guaraci: é uma decorrência do "rush" do café. As numerosas cidades surgidas do dia

Prefeitura Municipal

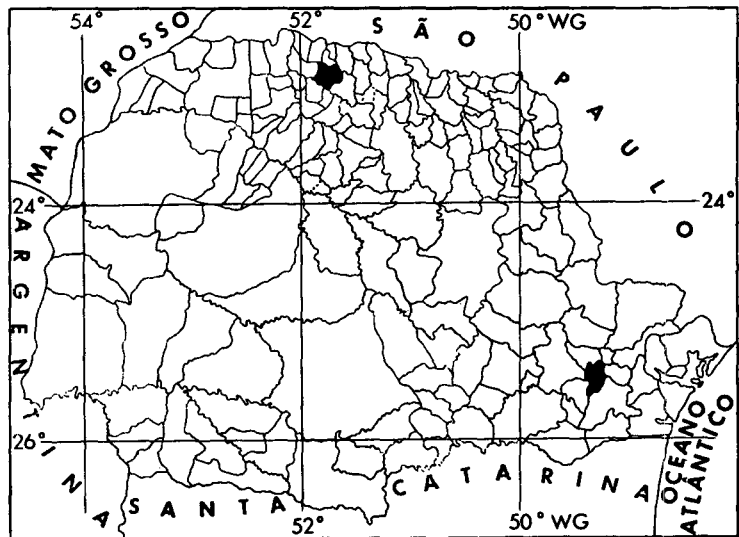
para a noite em todos os quadrantes da região; a derrubada violenta das matas; a penetração, por vêzes racionalizada, das florestas; o cultivo do solo, feraz e bravio; a transformação de zonas inóspitas e perigosas, tudo isso foi obra rápida, realizada de afogadilho.

Em sua maioria, as cidades do setentrião paranaense tiveram origem num patrimônio, isto é, num loteamento de terras roxas, próprias à cultura do café. Um proprietário da gleba, firma individual ou coletiva, procedia a medição e demarcação da terra, organizava o plano do loteamento, fundava o patrimônio. Estavam lançados os alicerces de uma futura cidade. Tudo girava em tôrno do comércio da terra, do seu aproveitamento racional, da cultura do solo, do plantio do café. Assim nasceram várias dezenas de cidades do norte do Paraná. Assim se processou a colonização e o povoamento de tôda a vasta região fisiográfica do Estado. Prevaleceu a política da pequena propriedade, da fundação de núcleos populacionais denominados patrimônios. Foi precisamente essa a política adotada pela Companhia de Terras Norte do Paraná, e foi essa a política seguida por diversas outras firmas e emprêsas imobiliárias de menor vulto, mas que muito contribuíram para o progresso e o desenvolvimento da região, com a criação de patrimônio, fundação de cidades, abertura de estradas e de vias de comunicações, aproveitamento das terras e povoamento do solo.

Vista parcial da Avenida Presidente Getúlio Vargas

Em 1945 os colonizadores Carlos Luiz Costa, Augusto Lourenço da Silva, Norberto da Silva e João Firmino dos Santos chegaram ao local onde hoje se encontra a cidade de Guaraci, dando início aos trabalhos da fundação de um patrimônio, no quilômetro 24 da Estrada de Jaguapitã. Em 1947, passou a denominar-se Colônia de São Sebastião do Guaraci. Naquela época já existiam dez casas de madeira, cobertas de tabuinhas. Três anos depois, foi elevado à categoria de distrito administrativo, integrando o quadro territorial do município de Jaguapitã. Em 1950, a sede distrital já contava com cinquenta casas, estando em franco progresso e desenvolvimento.

Pela Lei estadual n.º 253, de 2 de dezembro de 1954, era elevado à categoria de município, desmembrado do de Jaguapitã. Na data da instalação, que se deu pouco tempo depois, foram empossados o primeiro Prefeito, Senhor João de Giuli, e Vereadores.

LOCALIZAÇÃO — É na Zona Fisiográfica do Norte que está situado o município de Guaraci. A posição geográfica de sua sede é determinada pelas coordenadas 22° 59' de latitude Sul e 51° 7' de longitude Oeste de Greenwich. Está limitado ao norte por Cafeara, a oeste por Colorado e Santa Fé, ao sul por Santa Fé e Santa Zélia e a leste por Jaguapitã.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

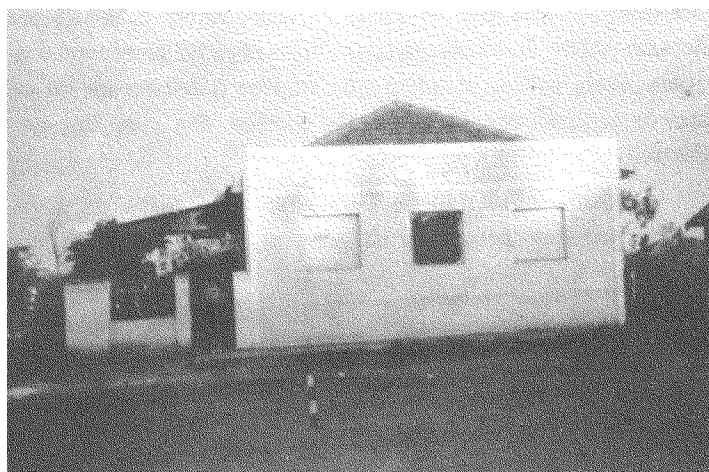
ALTITUDE — A altitude é de 342 metros.

CLIMA — O município de Guaraci, situado na região Norte do Estado, possui clima quente e sêco. Fresco e agradável no inverno, quente e abafante no verão, quando ocorrem chuvas abundantes. As temperaturas médias que se observam, anualmente, no município são de 33°C para as máximas, 15°C para as mínimas e 19°C para a compensada.

ÁREA — Corresponde a 340 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — A população do município de Guaraci foi recenseada juntamente com a do de Jaguapitã, a cujo território pertencia na ocasião do Recenseamento Geral de 1950.

Aglomerações urbanas — Duas aglomerações urbanas existem no município: a da cidade de Guaraci e a da vila de Nossa Senhora das Graças. A cidade de Guaraci conta atualmente com uma população estimada em 3 500 habitantes e 3 000 a da vila de Nossa Senhora das Graças.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Aparece a agricultura como atividade econômica predominante no município, colocando-se o café e o algodão em evidência. A previsão da produção agrícola do município para 1956 apresenta os seguintes dados: café — Cr$ 62 400 000,00; algodão — .... Cr$ 21 515 000,00 feijão — Cr$ 3 820 000,00; milho — Cr$ 2 778 000,00; e arroz — Cr$ 1 163 560,00; em menor escala o amendoim, semente de mamona, alho e cebola.

Casa de Saúde São Francisco

A indústria situa-se em sua maior parte no ramo "extrativo vegetal", seguido do ramo "produtos alimentares". Dos seus 19 estabelecimentos, 4 ocupam 5 ou mais operários.

A pecuária, embora ainda em fase de ascensão, apresenta considerável rebanho que irá brevemente influir na economia municipal. Em 1956, sua exportação (interestadual) atingiu a cifra de Cr$ 36 443 757,00.

COMÉRCIO E BANCOS — Na sede e interior do município existem funcionando 3 estabelecimentos atacadistas, 85 varejistas e duas agências bancárias. O comércio local mantém intercâmbio de mercadorias e produtos agrícolas com as localidades de Curitiba e Paranaguá no Paraná, e Santos e São Paulo no Estado do mesmo nome. Ali, se abastece de gêneros e produtos indispensáveis para o seu consumo normal.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido apenas pelo transporte rodoviário. Está ligado aos demais municípios limítrofes pelas seguintes distâncias: Jaguapitã — 22 km; Santo Inácio — 50 km; Colorado — 50 km; Centenário do Sul — 35 km; Lupionópolis — 32 km.

Avenida Senador Moisés Lupion

Banco Agrícola e Coletoria Estadual

Na sede funciona um pôsto de correio do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Guaraci, com cêrca de 3 500 habitantes, possui 25 logradouros públicos: uma avenida, 23 ruas e uma praça, e mais de 700 edificações. É servida por energia elétrica para iluminação pública e domiciliar, esta com 115 ligações.

Existem na cidade 2 hotéis e 5 pensões. No ano de 1956 foram registrados na Prefeitura Municipal 12 automóveis e 17 caminhões. A vila de Nossa Senhora das Graças, com uma população estimada em 3 000 habitantes, possui mais de 400 edificações e 30 logradouros públicos: uma avenida, 28 ruas e uma praça.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Dois médicos e 6 farmacêuticos prestam assistência médico-sanitária em geral à população, funcionando, na cidade, 6 farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Em Guaraci funciona um departamento do Banco Agrícola (Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada), com sede no município de Juaguapitã.

Hotel Guaraciaba

Ensino — Um total de 1 189 alunos matriculados recebeu instrução primária em 1956, através das 14 unidades de ensino fundamental comum que funcionaram naquele ano, no município.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Funcionam no município 2 cinemas: o Cine Teatro Guaraci, na sede, com 180 lugares, e o Cine Teatro Ideal, na vila de Nossa Senhora das Graças, com 130. Há uma livraria na cidade.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1956......	—	—	2 250	1 520	2 250
1957 (1)...	—	—	3 895	2 034	3 895

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — As principais manifestações populares são de cunho religioso e consistem nos festejos promovidos por ocasião da Páscoa, do dia de São João, São Pedro e São Paulo, Natal e Ano Novo.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O nome Guaraci é de origem tupi, significando sol. Seus habitantes são chamados usualmente guaracienses. O município é distrito judiciário e têrmo subordinado à comarca de Jaguapitã. Conta com 2 348 eleitores. As autoridades do município são: Prefeito Municipal — Senhor João de Giulli; Vereadores, Senhores Sebastião Fernandes Júnior, José Apolinário Jacinto, Bráulio M. da Silva, José Matone, Nero Neiva Ferro, Marcílio de Oliveira, Luiz Gomes dos Santos, Olímpio Pereira Mendes e Walter Nogueira.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Paraná.

GUARANIAÇU — PR

Mapa Municipal no 13.º Vol.

HISTÓRICO — Data de pouco tempo o povoamento e colonização da região, onde se localiza o atual município de Guaraniaçu e tôdas as demais comunidades da zona conhecida por faixa de fronteira ou oeste do Paraná, nos limites do Brasil com as Repúblicas do Paraguai e Argentina. Tôda a vasta gleba de terras que, dos Campos de Guarapuava, se estende ao ocidente do Paraná, até a cidade de Foz do Iguaçu, nos lindes extremos do nosso país com aquelas Repúblicas sul-americanas, embora tôda já conhecida por diversos personagens, desde a época do descobrimento e povoamento dos Campos de Guarapuava, permaneceu desconhecida durante longos anos, isto é, a partir das entradas das bandeiras paulistas e primeiras expedições espanholas até o ano de 1888, quando foi fundada a Colônia Militar do Iguaçu, que deu origem à cidade de Foz do Iguaçu, primeiro centro populacional instalado na linha divisória do Brasil com aquêles dois países coirmãos. Regida por uma legislação especialíssima, a faixa de fronteira, apesar da fertilidade das suas terras e das inesgotáveis riquezas naturais de que é dotada, permaneceu inexplorada e desconhecida até há bem poucos anos.

As cidades de Cascavel, Toledo, Laranjeiras do Sul e muitas outras, que surgiram e se levantaram em pleno sertão ocidental do Estado do Paraná, são conquistas da moderna civilização e frutos da cultura que ali se vem formando nos últimos cinqüenta anos. Isso não significa, porém, que o oeste do Paraná seja uma região sem história. Muito ao contrário, foi ali, no meio do sertão, que se desenrolaram acontecimentos históricos de importância e significação da mais alta relevância. Apesar de não haver nenhuma referência a respeito da passagem pela região da faixa de fronteira dos primeiros exploradores lusitanos e espanhóis, tais como Aleixo Garcia, Pedro Lobo, Francisco Chaves, Cabeza de Vacca e tantos outros, presume-se que alguns dêsses exploradores, durante as suas viagens através dos Campos Gerais e nas ligações entre o Brasil e os demais países do Prata, tenham feito alguma penetração naquela zona, sabido como é que muitos dêles foram os primeiros a proceder a navegação fluvial dos rios Iguaçu e Paraná.

O atual município de Guaraniaçu foi palco de graves acontecimentos ocorridos durante o período revolucionário de 1922 a 1925.

Catanduvas do Sul, que hoje é um distrito administrativo do município, teve a sua instalação efetuada no ano de 1902, na ocasião em que a Comissão Militar comandada pelo general Cândido Mariano da Silva Rondon estendeu até aquela localidade os fios da linha telegráfica, inaugurando, também, a Estação Telegráfica de Catanduvas. Estiveram presentes ao ato os então tenentes Espírito Santo Cardoso, José Armando Ribeiro e capitão Felix Fleury.

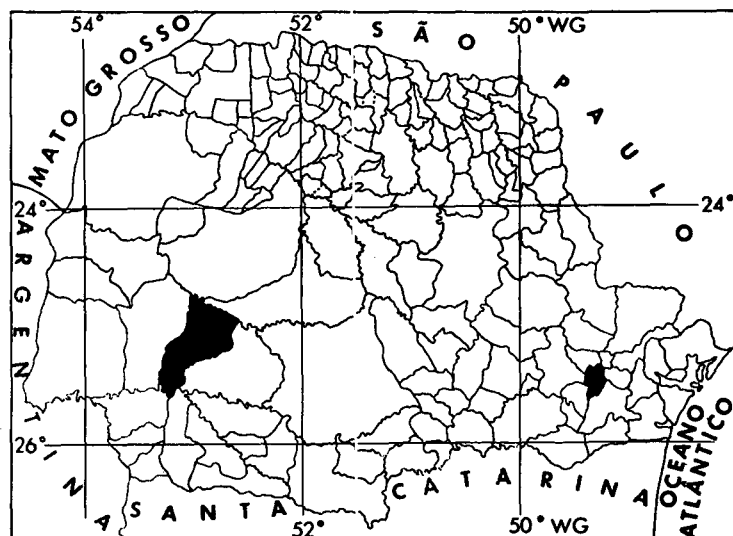
Voltando, porém, aos sangrentos acontecimentos desenrolados ali no período revolucionário de 1922 a 1925, devemos destacar a passagem e acampamento, no interior do município de Guaraniaçu, dos chefes revolucionários general Izidoro Lopes, tenentes João Cabanas, Estilac Leal, Luiz Carlos Prestes, João Neves da Fontoura, Juarez Távora e muitos outros.

Em Catanduvas do Sul, hoje distrito administrativo de Guaraniaçu, verificaram-se alguns encontros entre as tropas legalistas e revolucionárias, de que resultaram numerosos feridos, saindo vitoriosas as fôrças legalistas, depois de fragorosa derrota infringida aos revolucionários. Nas localidades conhecidas pelas denominações de serras dos Medeiros, Borman, Belarmino, Formigas e Roncador verificaram-se sangrentas lutas e ferozes batalhas travadas entre as tropas revolucionárias e legalistas. A capela de São Sebastião, hoje no município de Guaraniaçu, serviu de hospital às fôrças revolucionárias.

A primeira estrada de rodagem traçada e construída, ligando as cidades de Guarapuava e Foz do Iguaçu, foi executada no período de 1917 a 1922, pelo engenheiro civil Dr. Francisco Natel de Camargo.

O distrito judiciário de Guaraniaçu foi criado e instalado em 1934. Finalmente, pela Lei estadual n.º 790, de 14 de novembro de 1951, foi elevado à categoria de município autônomo desmembrado do de Laranjeiras do Sul. Em dezembro do ano seguinte, procedeu-se a sua instalação solene, sendo, ao mesmo tempo, empossados o primeiro Prefeito Municipal e a primeira Câmara de Vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município está situado na Zona Fisiográfica do Iguaçu. A cidade de Guaraniaçu tem como coordenadas geográficas os pontos 25° 8' de latitude Sul e 52° 20' de longitude W.Gr. Está limitado ao norte por

Campo Mourão, a oeste por Cascavel, ao sul por Francisco Beltrão e Capanema e a leste por Laranjeiras do Sul.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal está a 920 metros.

CLIMA — O município de Guaraniaçu possui clima temperado. Fresco e úmido nas estações hibernais, quente e também úmido nas do verão. As temperaturas médias observadas, no ano de 1956, foram de 12°C a das mínimas, 25°C das máximas e 16,5°C a da compensada.

ÁREA — Corresponde a 3 137 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Dois importantes cursos d'água fazem o limite do município: rio Iguaçu ao sul, e rio Piquiri ao norte. Cortam o território municipal outros rios menos importantes: Adelaide, Izolina, Tormenta e Tourinho. Citam-se ainda, como acidentes geográficos, as serras Guarani e dos Medeiros.

RIQUEZA NATURAL — As reservas florestais constituem sua principal riqueza natural.

POPULAÇÃO — A população do atual município foi incluída, nos resultados censitários de 1950, na de Laranjeiras do Sul, a cujo território pertencia como simples povoado.

Aglomerações urbanas — Três aglomerações urbanas existem no município: a da cidade de Guaraniaçu, das vilas de Catanduva e Faxinal de São João. Calculam-se as atuais populações urbanas de Guaraniaçu em 400 habitantes, Catanduvas 150 e Faxinal de São João 100 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A atividade econômica de maior relêvo do município está a cargo de sua agricultura. As principais culturas agrícolas apresentaram os seguintes valores: milho — Cr$ 9 742 500,00; trigo — .... Cr$ 1 495 000,00; arroz — Cr$ 345 600,00; batatinha — Cr$ 255 000,00; feijão — Cr$ 416 000,00.

A indústria extrativa vegetal opera no ramo madeireiro. Dos 10 estabelecimentos industriais existentes no município, 3 ocupam 5 ou mais operários. A existência de grandes reservas florestais na região prenuncia para breve grande expansão da indústria madeireira.

COMÉRCIO — No município existem 8 estabelecimentos varejistas de regular porte, que representam o comércio local. O município mantém intercâmbio de produtos agrícolas e mercadorias em geral com as praças de Foz do Iguaçu, Laranjeiras do Sul e Ponta Grossa. Principalmente neste último se abastece do que necessita para seu consumo interno, tais como medicamentos e artigos que não produz ou possui.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Por Guaraniaçu passa a estrada estratégica a cargo do Govêrno Federal (BR-35) em fase de conclusão. No distrito de Catanduvas do Sul, existe um pequeno campo de pouso. Na cidade funciona uma Agência Postal Telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos. Dista dos municípios vizinhos: Campo Mourão — 195 km; Francisco Beltrão — 260 km; Laranjeiras do Sul — 85 km; Cascavel — 85 km; da capital Estadual — 515 km.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Guaraniaçu conta atualmente uma população urbana estimada em 400 habitantes. Há, ali, em funcionamento, 2 hotéis. Durante o ano de 1956, foram registrados, na Prefeitura Municipal, 14 automóveis e 30 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — 1 médico e 1 farmacêutico prestam serviços de assistência médico-sanitária e em geral à população do município, existindo, na cidade uma farmácia.

Ensino — Em 1956, funcionaram no município 36 escolas primárias, através das quais foi ministrado o ensino fundamental comum a 997 alunos matriculados.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1953	...	...	...	600	483
1954	...	...	...	883	721
1955	...	...	...	971	1 404
1956	...	...	...	1 268	1 311

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — O município dedica sua maior manifestação popular ao seu padroeiro, São Sebastião, cuja festa, no dia 20 de janeiro, é realizada ainda na vila de Catanduvas, antiga sede do município, cujos habitantes, cultivando a sua tradição religiosa, não permitiram até hoje fôssem os festejos transferidos para o local onde se vem erguendo a nova cidade de Guaraniaçu.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos no município recebem o nome de guaraniaçuanos. O topônimo Guaraniaçu é de origem guarani.

O município é composto de 2 distritos judiciários: Guaraniaçu e Catanduvas, ambos subordinados à comarca de Laranjeiras do Sul. Os podêres municipais estão assim apresentados: Prefeito Municipal — Senhor Geraldo Marques Siqueira; Vereadores — Senhores Francisco Milanski, João Cardoso, José R. da Cunha, Roberto Santos Amaral, Manoel Alves de Lima, José de Oliveira, Eudóxio Antonio Badotti, Jorge Pio Gonçalves e Jorge Morais de Cruz.

GUARAPUAVA — PR

Mapa Municipal no 13.º Vol.

HISTÓRICO — Logo após o descobrimento do Brasil, algumas expedições visitaram as costas do sul, fazendo incursões em diferentes pontos do território. Atribui-se ao navegador português Aleixo Garcia a primeira penetração e o conseqüente descobrimento dos territórios do Paraguai e Guaíra. Tendo partido de Lisboa a 16 de agôsto de 1501, Aleixo Garcia, atendendo a determinações de André Gonçalves, chegando ao Brasil, fêz-se acompanhar de alguns índios e seguiu viagem para o oeste. Na província paraguaia de Guaíra atravessou êle os rios Cinzas, Tibagi e Ivaí, subiu em direção ao vale do Piquiri, navegou grande parte dêste rio, indo, finalmente, transpor o rio Paraná, em local próximo das Sete Quedas. Outros bandeirantes seguiram Aleixo Garcia na aventura através do insondável e misterioso sertão guairenho. Em 1526 Garcia realizou nova viagem, tendo atingido a região dos Campos Gerais. Pero Lobo e Francisco Chaves em 1531 também cruzaram pelos Campos Gerais, em viagem de exploração a serviço da coroa portuguêsa. Segundo o Barão de Capanema, o "adelantado" Álvaro Nunes Cabeza de Vacca, no ano de 1541, quando vinha da Espanha com destino a Assunção, capital do Paraguai, também atravessou os Campos Gerais, passou pelos lugares onde mais tarde fundaram a vila do Príncipe, hoje cidade da Lapa, a vila de Palmeira e a cidade de Ponta Grossa. Aí, nas margens do Tibagi, demorou-se Cabeza de Vacca entre os índios, para os quais, tendo montado uma forja, mandou fazer ferramentas em troca de víveres com que o sustentavam; depois seguiu novamente para o oeste, atravessando o Ubaí-Uvaí.

Mas o descobrimento dos Campos de Guarapuava, pròpriamente ditos, foi obra de outros bandeirantes, realizada alguns anos mais tarde. Em decorrência do meridiano das linhas divisórias estabelecidas pelo Tratado de Tordesilhas, assinado em 1492, entre as terras descobertas por espanhóis e portuguêses, o Rei de Espanha resolveu apossar-se do território do Paraguai que compreendia a província de Guaíra, mais tarde reconquistada para o Brasil e que hoje constitui grande parte do Estado do Paraná.

O domínio espanhol começou e perdurou por muitos anos na região ocidental do Paraná. As primeiras fundações castelhanas apareceram em 1554. *Ontiveros,* junto à foz do Piquiri, à margem direita, distante uma légua das Sete Quedas; *Ciudad Real del Guaira,* também na confluência do Piquiri com o rio Paraná, três e meia léguas a jusante do salto das Sete Quedas e *Vila Rica do Espírito Santo,* fundada em 1576, "segundo dos grandes núcleos espanhóis da província de Guaíra".

Vista parcial da cidade

Vista parcial da Rua Senador Pinheiro Machado

Até 1617 o território de Guaíra, que efetivamente se estendia do Paranapanema ao Iguaçu e do rio Paraná ao Tibagi, e pretendia prolongar-se até a costa ocidental e ter por portos atlânticos Cananéia e Santa Catarina, pertencia à província do Rio Prata. Mas, a partir de 1554, ao lado das cidades espanholas, surgia o sertão de Guaíra, outra modalidade de aldeamento e catequese do aborígine. Eram as "reduções" fundadas pelos Padres da Companhia de Jesus.

As rivalidades entre portuguêses e espanhóis — os dois grandes dominadores dos povos selvagens — chegavam ao auge e, em 1629, as bandeiras paulistas comandadas por Manoel Preto e Antonio Raposo Tavares invadiram Guaíra e destruíram totalmente as "reduções" e as cidades de Vila Rica do Espírito Santo e Ciudad Real del Guaira. Assim foi conquistada Guaíra para a coroa portuguêsa. Depois disso, Guarapuava e todo o sertão do oeste caíram em completo abandono pelo espaço de um século e meio, voltando a região ao antigo domínio das numerosas e aguerridas tribos dos guaranis, caicangues, camés, vitorões, dorins e demais nações indígenas, comandadas pelo lendário cacique Guairacá, as quais deixaram de ser perturbadas por elementos alienígenas até a conquista dos Campos de Guarapuava, realizada muitos anos mais tarde. Nada menos de cinco expedições ou bandeiras foram organizadas e levadas ao ocidente, com o objetivo de descobrir os Campos de Guarapuava, os Campos de Palmas e outras regiões ainda em poder dos aborígines aguerridos e bravios.

O descobrimento da região dos Campos de Guarapuava foi obra realizada pelo então sargento Cândido Xavier de Almeida e Souza que, em 1768, cumprindo ordens do tenente-coronel Afonso Botelho de Sampaio e Souza, partiu de Curitiba, comandando a quarta bandeira enviada aos Campos de Guarapuava. Era governador-geral da Capitania de São Paulo o ativo e inteligente D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, Morgado de Mateus, que sentindo pairar sôbre a sua Capitania a ameaça dos castelhanos, já senhores do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, tentando enfraquecê-los, atraindo-os para o Paraguai, determinou a organização da bandeira que iria descobrir, finalmente, a região situada no extremo oeste de Curitiba. Cândido Xavier de Almeida e Souza, em carta dirigida ao tenente-coronel Afonso Botelho de Sampaio e Souza, datada de 22 de setembro de 1770, assim descreve o importante feito:

Praça 9 de Dezembro, ao fundo a Igreja-Matriz Municipal

"Pelas 7 horas, descobrimos para a parte direita, na contra-costa, um grande clarão, que julgamos ser queimadas, cujas cinzas no dia seguinte cairam sôbre nós. Então, fiz aprontar uma esquadra de 8 homens, um cabo inclusive e o Sargento José Lourenço das Neves, municiados com 11 cartuchos. Às 9 horas fiz marchar o dito Sargento, com a escolta referida e determinei o que consta da cópia inclusa. Aos 10 dias, logo pelas 9 horas o Sargento trouxe a feliz notícia de que em meio de picadas, saiu ao campo onde achou nêle, grandes roçadas do gentio, de milho, feijão, abóbora e todo o gênero. Entrou num paiol onde tudo estava empilhado em cestos grandes. Acharam duas pilhas de pontas de flechas a enchugar-se ao sol, porém, em nada tocaram" Estavam, pois, descobertos os famosos Campos de Guarapuava, em 8 de setembro de 1770. Faltava apenas estudar a possibilidade de iniciar o seu povoamento, com a tomada definitiva de sua posse para o mundo civilizado.

Um ano depois do descobrimento dos Campos de Guarapuava, o tenente-coronel Afonso Botelho de Sampaio e Souza, irmão do Governador da Capitania de São Paulo, resolveu ir pessoalmente à sua conquista. Partiu de Curitiba a 10 de novembro de 1771, chegando ao sopé da serra da Esperança a 26 do mesmo mês. A 6 de dezembro a sua expedição atingia a borda dos Campos. Nesse local foi levantada uma grande cruz, que foi benta ao troar de tiros de artilharia. No dia seguinte, armaram caprichoso rancho para a capela e no dia 8 de dezembro de 1771, dia da festa de Nossa Senhora da Conceição, celebrou-se a primeira missa nos Campos de Guarapuava, cantada da melhor forma, seguindo-se no final uma salva de artilharia, em meio a grande regozijo. Mas a posse durou pouco. Alguns dias depois, os selvagens atacaram de surprêsa e com grande energia os dominadores alienígenas. Então, atemorizado com o sucedido, Afonso Botelho abandonou a emprêsa, batendo em retirada. Novamente voltaram os nativos, índios das mais diferentes nações, a serem os donos e únicos senhores da vasta e imensa região dos Campos de Guarapuava. Tal situação perdurou ainda pelo longo espaço de 37 anos.

O Govêrno de São Paulo não desistia, porém, da idéia e da necessidade de promover o povoamento da região. Assim, em 1809, nomeou o capitão Diogo Pinto de Azevedo Portugal chefe da segunda bandeira povoadora para os Campos de Guarapuava.

Acompanhado do padre (curitibano) Francisco das Chagas Lima — o grande catequista de Queluz —, Azevedo Portugal partiu em meados de 1809, comandando uma expedição de cêrca de trezentas pessoas, devidamente armadas e municiadas.

Romário Martins escreve a respeito: "A posse efetiva dos Campos de Guarapuava, cuja denominação abrangia os vastos territórios de Guaíra donde os paulistas haviam, no século XVII, expulsado as organizações civis e religiosas dos castelhanos, já havia sido tentada sob o govêrno de D. Luiz Antonio em combinação com a política do Conde de Oeiras (Pombal) — novamente entrou nas cogitações portuguêsas com a vinda de D. João, regente do Reino, para o Rio de Janeiro".

E acrescenta o grande historiador paranaense: "Embora o Tratado de Santo Ildefonso (177) tivesse resolvido o traço das fronteiras entre Portugal e Espanha quanto aos seus domínios americanos, ainda era, contudo, motivo de cogitações, a necessidade de ocupar territórios conquistados pelos paulistas além da Linha Meridiana que entre as duas coroas dividia os respectivos direitos em terras do Novo Mundo".

Em Carta Régia de 5 de novembro de 1808, o Príncipe Regente determinava ao capitão-general de São Paulo que fôsse feita guerra aos índios que impediam o povoamento e dadas sesmarias nos Campos de Guarapuava e ao longo das vias de comunicações com êsses campos, a partir de Curitiba, tudo isso "tendo em vista o quase total abandono em que se achavam os Campos Gerais de Curitiba e os de Guarapuava".

As providências iniciais para a organização da bandeira de Diogo Pinto de Azevedo Portugal dizem bem da urgência e necessidade das medidas determinadas pelo Govêrno de São Paulo. Criou-se a *Junta da Real Expedição e Conquista de Guarapuava,* abriu-se o voluntariado de povoadores, organizaram-se corpos de Milicianos em Curitiba para proteção da expedição e confiou-se sua direção, militar e administrativa, a Diogo Pinto de Azevedo Portugal, que foi elevado ao pôsto de tenente-coronel.

A 27 de junho de 1810 levantou-se no ponto onde está situada a "Fazenda Trindade", uma "Atalaia", sôbre 4 esteios e com a altura de 40 palmos. Concluídas lentamente as primeiras construções, em 1812 iniciou-se o aldeamento dos índios, que começou com a captura do índio Pahy. Êste foi convencendo os demais silvícolas das vantagens de serem aldeados. A 7 de agôsto de 1812, chegavam ali, para ficar em definitivo, 312 índios.

Diogo Pinto foi o chefe do serviço de povoamento dos Campos de Guarapuava até o ano de 1816. Seu caráter austero e violento gerou certos atritos com povoadores e milicianos e até mesmo com o grande padre Chagas Lima, motivo por que a povoação que pretendeu fundar no Atalaia não progrediu. Reinava grande desgôsto entre os povoadores e os milicianos começavam a desertar.

Êstes fatos chegaram ao conhecimento da Junta da Real Expedição e Conquista de Guarapuava, em São Paulo, que tomou uma providência ainda mais desastrada: determinou a retirada dos milicianos para a borda dos Campos Gerais, a um local denominado Linhares, conservando o padre Chagas na sua missão, mas completamente desamparado do auxílio oficial.

Em 1817, em vista das informações prestadas oficialmente pelo padre Chagas Lima, o govêrno de São Paulo determinou o retôrno da tropa, milicianos e povoadores para

Guarapuava, já então sob o comando do tenente Antonio Rocha Loures, que fôra nomeado diretor do serviço de conquista, em substituição a Diogo Pinto de Azevedo Portugal.

Por Alvará Régio de 11 de novembro de 1819, foi criada a Freguesia de Guarapuava, sob a invocação de Nossa Senhora de Belém. Sua instalação oficial e solene se deu a 9 de dezembro do mesmo ano, com todos os atos formais, assinados pelo tenente Antonio da Rocha Loures e padre Francisco das Chagas Lima.

A sede da povoação foi transferida para a planície entre os rios Coutinho e Jordão, légua e meia, ao sul de Atalaia, ficando na antiga sede o aldeamento dos índios, sob a direção do índio Luiz Tigre Gacon, que contava com a assistência do padre catequizador. Os índios votorões aldeados e postos sob o cacicado de um chefe estranho à sua tribo, mostravam, freqüentemente, seu desgôsto. Diante disso, Tigre Gacon fazia sortidas contra os votorões e dorins não aldeados, o que excitou os ânimos destas duas tribos.

A revanche não tardou — como descreve Romário Martins. A 26 de Abril de 1825, os dorins, em grande massa, assaltaram a aldeia de Atalaia e, não obstante a heróica resistência dos camés, mataram muitos dêles e incendiaram a povoação. Avistado o clarão do incêndio pelas tropas de Belém, Rocha Loures marchou com elas em socorro da praça atacada, mas, em ali chegando, só encontrou o brazeiro fumegante e o campo repleto de cadáveres.

Durante a batalha o padre Chagas Lima rezava, ajoelhado. Foi salvo pelo seu fiel servidor Reginaldo, que o carregou às costas até um capão próximo, onde se haviam homiziado os camés vencidos na refrega.

A povoação de Nossa Senhora de Belém de Guarapuava, conforme exposição feita na "Fala" do Presidente Rafael Tobias de Aguiar, em 1835, pelo menos de acôrdo com os desejos dos paulistas "era tida por decadente devido a ação "rotineira e apoucada inteligência" do seu dirigente de então".

Em 1853 a freguesia era ameaçada de nova invasão de índios e *andantes*. A defesa da povoação foi chefiada e dirigida por Antonio de Sá Camargo, mais tarde Visconde de Guarapuava, que, à frente de 36 homens, defendeu estòicamente a povoação e seus habitantes, em noite fria de inverno. Os invasores, ao atacarem o quartel, gritavam: "Viva a República!"

A primeira escola que funcionou na localidade era dirigida pela professôra Bibiana Carriel Bittencourt, casada com o Sr. José Bittencourt, e que, em 1836 contava 17 alunas, funcionando na própria residência de dona Bibiana.

Pela Lei n.º 12, de 17 de julho de 1852, a povoação de Nossa Senhora de Belém foi elevada à categoria de vila. No ano seguinte foi nomeado primeiro Juiz de Paz o cidadão Bernardino José de Lacerda. O primeiro presidente da Câmara Municipal foi o major Luiz da Silva Gomes, que dirigiu os negócios municipais no período de 1860 a 1861.

Em 2 de maio de 1859, em virtude da lei n.º 54, da mesma data, foi criada a comarca de Guarapuava, sendo seu primeiro Juiz de Direito o Dr. José Antonio de Araujo Vasconcelos.

A vila de Nossa Senhora de Belém recebeu foros de cidade pela Lei n.º 271, de 12 de abril de 1871.

Em 21 de dezembro de 1892 foram criados os distritos de Pinhão, Reserva e Cavernoso. Em 1910, os distritos de Guarapuavinha, Colônia Mallet, Campo Real e Foz do Iguaçu. Em 1913, o de Candói. Em 1917, o de Palmeirinha E, finalmente, em 1920, o de Campo Mourão. O município de Guarapuava, que abrangia a região inteira do ocidente do Paraná, sofreu diversas alterações, sendo desmembrado muitas vêzes.

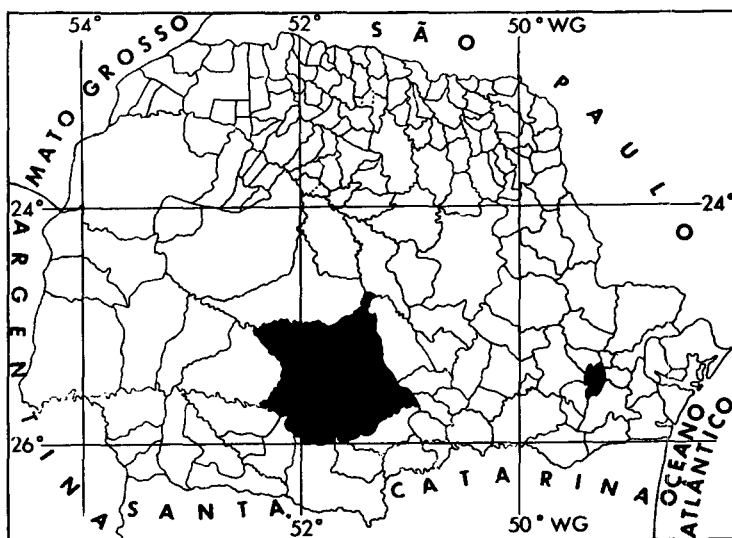
Assim, em 1877 perdia grande extensão territorial, com a criação do município de Palmas (que, por sua vez, foi desmembrado para dar lugar à criação dos municípios de União da Vitória, em 1890; Clevelândia, em 1892; Mangueirinha, Paulo Frontin e Cruz Machado, em 1953). De Clevelândia saíram os municípios de Pato Branco, Francisco Beltrão, Santo Antônio e Capanema, criados em 1953.

Em 1906, foi efetuado o desmembramento de Guarapuava para a criação do município de Prudentópolis; em 1914, o de Foz do Iguaçu; em 1944, o de Pitanga e Laranjeiras do Sul. Do desdobramento de Pitanga, saiu o município de Campo Mourão, em 1947, do qual resultou a criação, em 1953 do município de Peabiru. Êste não tardou a ser desmembrado, e já em 1955 dêle saíam os municípios de Araruna, Francisco Beltrão, Cruzeiro do Oeste e Rondon.

Laranjeiras do Sul em 1953 deu o município de Guaraniaçu. Com o desmembramento do município de Foz do Iguaçu em 1953, e oriundo de Guarapuava, surgiram os municípios de Cascavel, Guaíra e Toledo. Ao todo 25 unidades municipais foram criadas em virtude dos freqüentes desmembramentos do município de Guarapuava.

Em 1928, antes dos sucessivos desmembramentos, Guarapuava abrangia uma área de 54 450 quilômetros quadrados, ou seja, área equivalente à quarta parte do Estado do Paraná.

O brigadeiro Francisco Ferreira da Rocha Loures, que foi a primeira autoridade judiciária de Guarapuava, até a instalação da comarca, a 13 de julho de 1857, fazia, solenemente, o lançamento do têrmo de abertura do Protocolo das Audiências do Juízo Municipal, do têrmo de Guarapuava.

LOCALIZAÇÃO — O município de Guarapuava está situado na Zona Fisiográfica de Guarapuava. Sua sede tem como coordenadas geográficas os pontos: 25º 23' 36" de latitude Sul e 51º 27" 19' de longitude W.Gr. Limita ao norte com Pitanga e Reserva, a oeste com Laranjeiras do Sul e Chopinzinho, ao sul com Mangueirinha, Palmas e Cruz Machado, e a leste com Prudentópolis, Irati e Rio Azul.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — De 1 120 metros é a altitude na sede municipal.

CLIMA — O clima de Guarapuava é temperado, durante o verão; é bastante frio, no inverno, quando há ocorrência de geadas freqüentes e, por vêzes, nevadas, indo a temperatura em alguns dias de 8 a 12° abaixo de zero.

As temperaturas médias registradas, no decorrer do ano de 1956, foram: 11,9° a das mínimas, 22,1° a das máximas e 10,2° a compensada.

ÁREA — A área municipal soma 11 639 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os de mais destaque são os rios Iguaçu, Piquiri, Jordão e Cavernoso, a serra da Esperança, o salto Jordão e as cachoeiras Curucacas, Três Capões, São Sebastião e do rio do Poço. Dentre êstes, o mais importante é o salto do rio Jordão com a altura de 52 metros e potência de 10 000 H.P.

POPULAÇÃO — O atual território de Guarapuava, na época censitária de 1950, contava uma população de 67 436 habitantes, sendo 34 340 homens e 33 096 mulheres. Segundo *a côr* — 57 296 brancos, 3 191 pretos, 6 819 pardos e 1 amarelo; segundo o *estado civil* (15 anos e mais) — 11 958 solteiros, 23 202 casados, 2 446 viúvos e 51 desquitados; segundo *a nacionalidade* — 455 estrangeiros e 317 brasileiros naturalizados; *a religião* — 64 807 católicos romanos e 2 629 de outras religiões.

Aglomerações urbanas — O município aloja 11 aglomerações urbanas: Guarapuava, Candói, Canta Galo, Goioxim, Guairacá, Guará, Guarapuavinha, Marquinho, Palmeirinha, Pedro Lustosa e Pinhão.

A cidade de Guarapuava, segundo o Censo Demográfico de 1950, possuía 5 489 habitantes, dos quais, 2 567 homens e 2 922 mulheres, assim distribuídos: *quadro urbano* — 1 890, 832 homens e 1 058 mulheres; *quadro suburbano* — 3 599, 1 735 homens e 1 864 mulheres. Conta, atualmente, uma população citadina estimada em 10 000 habitantes. As estimativas atuais para as populações das vilas do município são: Candói — 120 habitantes; Cantagalo — 180 habitantes; Caioxim — 190 habitantes; Guairacá — 120 habitantes; Guará — 250 habitantes; Guarapuavinha — 1 250 habitantes; Marquinho — 150 habitantes; Palmeirinha — 220 habitantes; Pedro Lustosa — 80 habitantes; Pinhão — 280 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A atividade fundamental à economia do município se assenta na indústria extrativa vegetal, secundada pela pecuária e agricultura.

Sua indústria situa-se nos ramos "madeireiro", "ervateiro" e "produtos alimentares". Conta 240 estabelecimentos o parque industrial de Guarapuava; dêste número, nada menos de 138 ocupam 5 ou mais operários. Os 90% da exportação em 1956 foram de pinho bruto, tábuas serradas, laminados de pinho, caixas de madeira e tábuas serradas de imbuia. Guarapuava é o maior parque industrial do oeste paranaense.

O gado bovino é criado em grande quantidade, sendo seu rebanho um dos mais expressivos do Estado. Com destaque aparece também a criação de suínos. Suas principais

Rua Capitão Rocha

culturas agrícolas valeram, em 1956: milho — .... Cr$ 54 693 200,00; trigo — Cr$ 17 830 400,00; batata-inglêsa — Cr$ 16 800 000,00; feijão — Cr$ 17 000 000,00; arroz — Cr$ 7 280 000,00; amendoim — Cr$ 2 110 000,00; centeio — Cr$ 1 962 000,00 e a cevada — Cr$ 320 500,00. Importante é a sua citricultura, pois em 1956, a produção prevista era da ordem de Cr$ 2 602 440,00.

A exportação interestadual em 1956 foi superior a 86 milhões de cruzeiros.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio de Guarapuava é representado por 30 estabelecimentos atacadistas, 271 varejistas. Há, na cidade, 4 agências bancárias e 1 Agência da Caixa Econômica Federal do Paraná.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Guarapuava é servida pelos transportes rodoviário, ferroviário e aéreo (táxi-aéreo). Pela cidade passa a estrada rodoviária federal (BR-35), que irá unir Curitiba a Foz do Iguaçu.

Está separado dos municípios vizinhos pelas distâncias seguintes: Prudentópolis — 79 km; Pitanga — 98 km; Laranjeiras do Sul — 120 km; Irati — 140 km; Rio Azul — 181 km; Mangueirinha — 149 km; Palmas — 202 km; Cruz Machado — 91 km; Reserva — 194 km; da Capital Estadual — 320 km.

No setor das comunicações telegráficas, Guarapuava conta com os seguintes serviços: agência postal-telegráfica do D.C.T., agência da R.V.P.S.C., postos radiotelegráficos do Govêrno do Estado e da 5.ª Região Militar (Exército). Dispõe de serviço telefônico urbano e interurbano bem como de uma radioemissora.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Guarapuava conta cêrca de 10 000 habitantes, ali existindo 1 995 edificações, sendo 1 848 delas para fins residenciais. Há uma rêde telefônica com 350 aparelhos instalados. Dispõe de energia elétrica para movimentação da indústria e iluminação pública e domiciliar, esta com 1 463 ligações. O serviço de água canalizada tem 15 000 metros de linhas, distribuidoras que servem 16 logradouros e abastecem 280 prédios.

Existem na cidade 49 logradouros públicos, quase todos revestidos: 2 avenidas inteiramente pavimentadas com paralelepípedos; 42 ruas, 13 das quais, pavimentadas, também, com paralelepípedos; 4 praças graciosas e 1 parque. Registra-se a existência de 16 hotéis e 2 pensões para os serviços de alimentação e pousada.

Durante o ano de 1956, foram registrados, na Prefeitura Municipal, 350 automóveis e 392 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A população do município tem para assistência médico-sanitária os serviços de 7 médicos, 11 dentistas e 6 farmacêuticos, residentes na cidade. Contam-se ainda os seguintes estabelecimentos assistenciais: Hospital São Vicente de Paula, Casa de Saúde e Maternidade São Judas Tadeu, ambos particulares, Pôsto de Puericultura, mantido pela Legião Brasileira de Assistência e Dispensário Regional de Lepra, de propriedade do Govêrno Estadual. Funcionam 5 farmácias na sede do município.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A assistência social é prestada no município, especìficamente à infância, pelo Pôsto de Puericultura, e aos portadores do "mal de hansen", pelo Dispensário ali mantido para êsse fim. As agremiações: Guarapuava Esporte Clube, Guairacá Esporte Clube e Grêmio Esportivo do Oeste proporcionam assistência social aos seus membros, em número de 147, 110 e 120, respectivamente.

Estão localizadas no município as seguintes entidades cooperativistas: Cooperativa dos Produtores do Mate Ltda., fundada em 1946, congregando 60 associados, aos quais presta os benefícios de sua finalidade: incentivo da produção e financiamento; Cooperativa Agrícola Mista "Samambaia" Ltda., com 78 sócios, aos quais assiste desde 1952, ano de sua fundação, e tendo como finalidade o comércio (compra e venda) de produtos agropecuários; Cooperativa Central Agrária Ltda, fundada em 1951, com 6 associados; Cooperativa Mista "Cachoeira" Ltda., fundada em 1951, congregando 75 sócios e tendo como finalidade o comércio (compra e venda) de produtos agrícolas; Cooperativa Agrícola Mista "Socorro" Ltda., fundada em 1952, fomentando a produção agrícola e se compondo de 83 associados; Cooperativa Agrícola "Vitória" Ltda., fundada em 1951, 80 associados, (consumo); Cooperativa Agrícola Mista "Jordãozinho" Ltda., fundada em 1952, com 91 sócios, (consumo); e Cooperativa Agrícola Mista "Entre Rios" Ltda., fundada em 1952, com 93 associados, (consumo).

ALFABETIZAÇÃO — Segundo os resultados do Recenseamento Geral de 1950, existiam no município 55 690 pessoas de 5 anos e mais. Dêsse total, 24 776 sabiam ler e escrever, sendo 14 326 homens e 10 450 mulheres. Das 4 805 pessoas de 5 anos e mais encontradas na sede municipal, 3 850 sabiam ler e escrever, sendo 1 915 homens e 1 935 mulheres.

Ensino — Em 1956, funcionaram no município 272 unidades do ensino primário fundamental comum, em que estiveram matriculados 8 271 alunos. Existem na cidade os seguintes estabelecimentos de ensino extraprimário: Escola Técnica de Comércio de Guarapuava, Escola Normal Regional Nossa Senhora de Belém e Ginásio Estadual Manoel Ribas, com uma escola normal secundária anexa.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Na cidade está localizado o Cine Guará, com 70 balcões e 650 cadeiras, tendo realizado 437 sessões cinematográficas em 1956, com a freqüência de 126 809 pessoas. Há 2 livrarias e 1 tipografia na sede municipal. Editam-se no município 2 jornais, a "Fôlha do Oeste" e "Tribuna Paranaense", ambos de periodicidade semanal.

Guarapuava conta uma estação radioemissora: ZYP-4, Rádio Difusora Guarapuava, freqüência de 1 590 quilociclos e potência de 100 watts.

São encontradas as seguintes bibliotecas: Municipal Padre Ruyz de Montoya, com 2 500 volumes; do Centro Guaíra, com 1 142 volumes; da Associação dos Professôres da Escola de Aplicação Visconde de Guarapuava, com 850 volumes; dos Marianos e Filhas de Maria, com 400 volumes, e do Ginásio Estadual Manoel Ribas, com 350 volumes, tôdas de obras gerais.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950......	1 446	3 600	2 400	930	1 520
1951......	2 327	5 777	3 070	1 573	1 747
1952......	4 678	6 356	3 417	1 660	3 057
1953......	5 290	9 113	4 390	1 764	3 338
1954......	8 172	11 072	5 635	1 895	3 375
1955......	11 665	13 345	8 361	2 238	5 689
1956......	17 275	16 616	9 029	2 800	7 398

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — O município de Guarapuava possui diversas fontes de águas termais medicamentosas, destacando-se a de Santa Clara, distante 89 km da cidade. Está classificada como água mineral hipotermal alcalina sódica, procurada para cura de moléstias de pele e estômago.

Existe no local um bem montado hotel e o Govêrno do Estado está aparelhando a fonte com todos os requisitos necessários à sua exploração.

Além dessa, existem no município as de Jacu, Nossa Senhora de Belém, Boa Vista, Cachoeira, Cavernoso, Capão Redondo, Igrejinha e outras.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — A mais importante manifestação religiosa que se verifica no município ocorre durante o período que vai de 22 de janeiro a 2 de fevereiro, quando se comemora com tôda pompa a festa de Nossa Senhora de Belém, padroeira local. Dos mais longínquos recantos do território municipal, o maior do Estado (11 639 quilômetros quadrados), o povo se desloca até a cidade para, em conjunto com sua população, render homenagem à querida protetora. Grande parada de fé, caracteriza-se ainda pela animação de que se revestem os folguedos externos, como sejam barraquinhas, quermesses, leilões, bailes, etc. O encerramento da festa, culmina com solenissima procissão percorrendo quase metade das ruas da cidade. Secundàriamente, mas com bastante brilhantismo, festejam-se o São João e o Natal.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — "Guarapuava" é topônimo indígena da língua guarani, que decomposto, significa : *guará* (lobo, cão selvagem) — *apuava* (bravio, arisco) Guarapuava (lôbo bravio).

Seus habitantes são conhecidos pela denominação tradicional de guarapuavanos.

O município é comarca judiciária de 4.ª entrância, criada em 2 de março de 1859, pela Lei n.º 54 do Govêrno Provincial. Seu primeiro juiz foi o Dr. João Antonio de Araujo e Vasconcelos. Compreende nada menos de 13 distritos judiciários: sede Guarapuavinha, Condói, Guairacá,

Guará, Goiosim, Pedro Lustosa, Palmeirinha, Pinhão, Marquinho, Canta Galo, São Domingos e Turvo.

Na sede funcionam duas varas; primeira vara cível e segunda vara criminal e cartórios de cível, crime, Registro de Imóveis, Registro Civil (um em cada distrito) e Tabelionatos de notas.

Guarapuava é das mais antigas cidades do Paraná, deixando patentes aos que a visitam os sinais marcantes e tradicionais da colonização luso-brasileira.

É seu Prefeito Municipal o Sr. Joaquim Prestes; e vereadores, os Srs. Antonio Estecke, Gumercindo F. dos Santos, José Dutra de Campos, David Nunes da Silva, Alceu de Oliveira, Edison Ben-hur, W. Teixeira, Valdivio Guimarães, Sebastião de C. Ribas, Miguel Maciel Ribas, Abrão Vieira de Campos, Amazonas F. Caldas, Heitor Rocha Kramer, Renato Küster; Dr. Eloi Pimentel, Dr. João de Mattos Leão, Generoso F. da Costa, Eduardo Horst, Aleixo Tomaz e Antonio M. de Oliveira.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Terras, Geografiá e Colonização.

GUARAQUEÇABA — PR

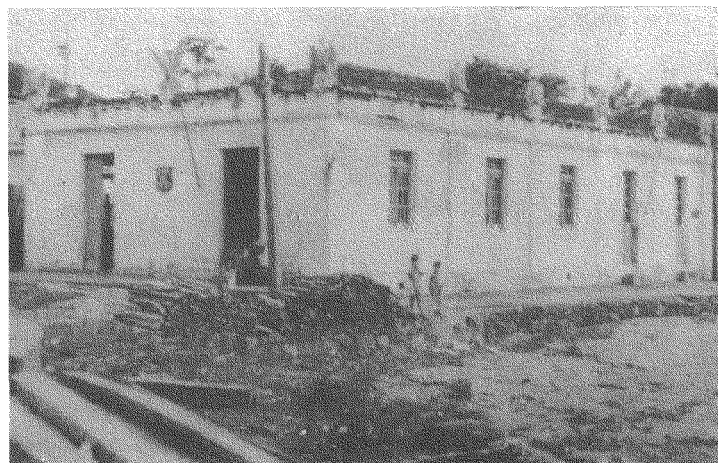
Mapa Municipal no 10.º Vol.

HISTÓRICO — O município de Guaraqueçaba (Guarakessaba) pode ufanar-se de ter sido o primeiro pedaço do solo paranaense povoado por portuguêses.

Em 1545, quando a expedição de Senabrio naufragou nas costas de Superagui, já ali encontrou dois colonos portuguêses. Diz Hans Staden (Viagens e Cativeiro Entre os Selvagens do Brasil): "Estes nos perguntaram donde vínhamos e replicaram que devíamos ter um bom pilôto para chegar até àquele pôrto, porque apesar de êles bem o conhecerem, com semelhante tempestade não poderiam ter entrado. Contamos-lhes então que vínhamos da Hespanha e como o vento e as ondas nos impelira até o naufrágio. E quando pensávamos estar perdidos uma grande embarcação com selvagens e os 2 lusos abordaram o navio. Quando ouviram isso admiraram-se e deram graças a Deus e disseram que estávamos no pôrto de Superagui "SUPRAWRAY), distante 18 léguas de uma ilha chamada São Vicente, que pertencia a El-Rei de Portugal e lá moravam êles e aquêles que tínhamos visto com o navio pequeno, que fugiram porque pensaram que éramos franceses".

Mais tarde, finda a campanha de Iguape, mantida entre os vicentinos e espanhóis ao mando de Ruj Moschera, aliado dos tupiniquins, Diogo de Unhatte, tabelião da Ouvidoria de São Vicente, obteve de Pero Cubas, a sesmaria denominada Paranaguá, entre os rios Ararapira e Superagui, em 1614, mais tarde povoada por seus filhos.

No período que vai de 1638 a 1646, Gabriel de Lara, fundador da Capitania de Paranaguá, descobriu, nas encostas da Serra Negra, rica lavra de ouro, revelando o achado às Provedorias das Minas de São Paulo. Com a nova descoberta, numerosos mineiros e aventureiros se dirigiram para a região, explorando os rios e socavando o ouro de lavagem em diversos lugares.

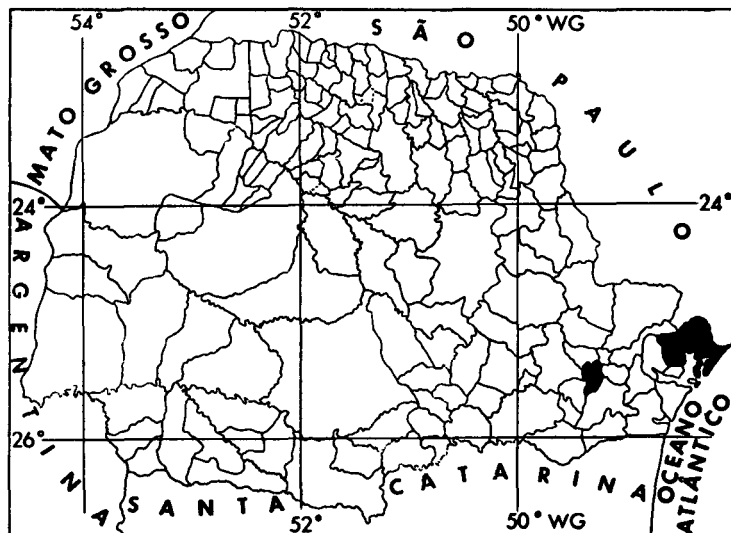
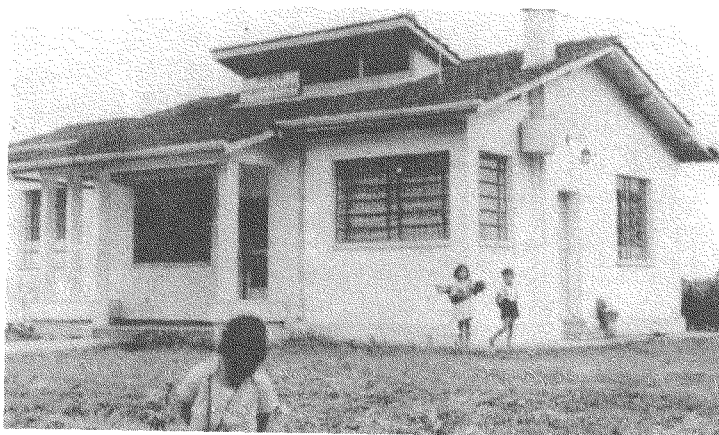
Por sua vez, os missionários jesuítas da Casa de Missões de Cananéa, para comodidade do serviço de catequese dos carijós, então os donos das terras, fundaram em Superagui um estabelecimento agrícola e ao mesmo tempo religioso.

Prefeitura Municipal

A população disseminada ao longo dos numerosos rios encontrou sérias dificuldades para conseguir um local onde se pudesse fixar uma povoação Central, visto que numerosos sítios e fazendas reivindicavam a honra de ser sede da futura povoação, resultando daí grande desvantagem para a pronta instalação também de uma freguesia.

Em 1838, Cypriano Custódio de Araujo e José Fernandes Corrêa construíram uma capela na fralda do morro de Guitumbê, sob a invocação do Bom Jesus dos Perdões, templo solenemente bento a 15 de junho de 1839. Em tôrno da capela foram surgindo habitações e dentro em pouco nascia um povoado, elevado a freguesia em 1854, mas sòmente gozando do predicamento de município, no ano de 1880. Permaneceu nessa categoria até 1938, quando extinto e anexado como distrito ao município de Paranaguá.

Mais tarde, pela Lei n.º 2, de 10 de outubro de 1947, foi a sua autonomia administrativa restaurada e a nova instalação do município ocorreu a 31 do mesmo mês e ano.

LOCALIZAÇÃO — Guaraqueçaba está situada na Zona Fisiográfica do Litoral, à margem direita da baía das Laranjeiras. Limita com os municípios de Paranaguá, Antonina e Campina Grande do Sul, do Estado do Paraná, com o município de Cananéia, do Estado de São Paulo e com o Oceano Atlântico.

Encontra-se na posição geográfica de 25° 18' de latitude Sul e 48° 21' de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Pôsto de Puericultura

ALTITUDE — Apenas 10 metros na sede municipal.

CLIMA — O clima do município é quente, atingindo em épocas de maior calor a temperatura de 35ºC. Dada a sua proximidade do mar, torna-se agradável, mantendo-se sêco (mesmo na fase invernal). O período de chuvas vai de abril a dezembro.

ÁREA — A área do município é de 1 924 quilômetros quadrados.

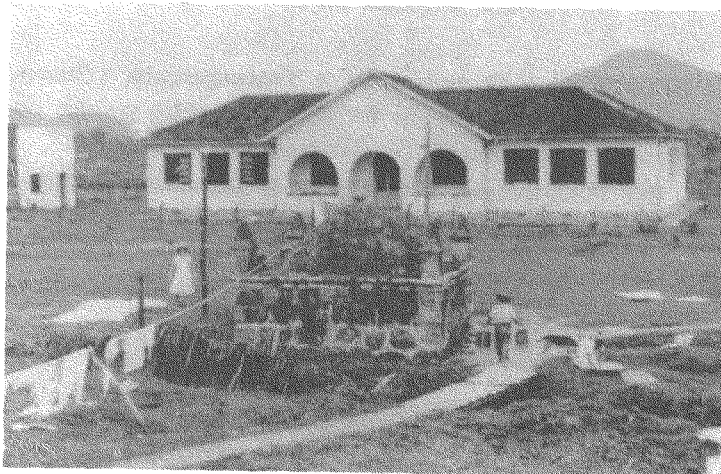
ACIDENTES GEOGRÁFICOS — No território do município situam-se duas baías: Laranjeiras, em cuja margem direita está erigida a cidade, e Pinheiros. O rio mais importante é o Guaraqueçaba que deságua na baía das Laranjeiras, sendo navegável em todo o seu curso. Outros rios, todos navegáveis em parte: Assungui, Barreiros, Borrachudo, Capivari, Guamiranga, Ipanema do Sul, Itaqui, Morato, Pocatuva, Patos, Pito, Potinga, Santo, Serra Negra, Tagassaba e Varadouro Velho. Das ilhas existentes, destacam-se: das Peças e Rasa. Duas quedas: Guaracui e Morato, esta última precipitando-se de uma altura de 80 metros, com uma potência calculada de 11 000 H.P. Entre as serras, figuram como mais importantes Tromomó, Taquari e Negra.

RIQUEZAS NATURAIS — O município de Guaraqueçaba é rico em madeiras de várias espécies. A banana e a laranja são nativas e, ao tempo em que eram exportadas para a Argentina, constituíam a grande riqueza do lugar. No reino mineral, há ainda vestígios de muitos minérios, faltando apenas ser pesquisados. A argila é abundante. Contudo é pouco explorada. A maior riqueza natural encontra-se no reino animal e consiste na larga exploração do pescado. Uma das espécies, a sardinha, é industrializada. O camarão é também bastante explorado. A fauna é rica em animais de pêlo e aves silvestres.

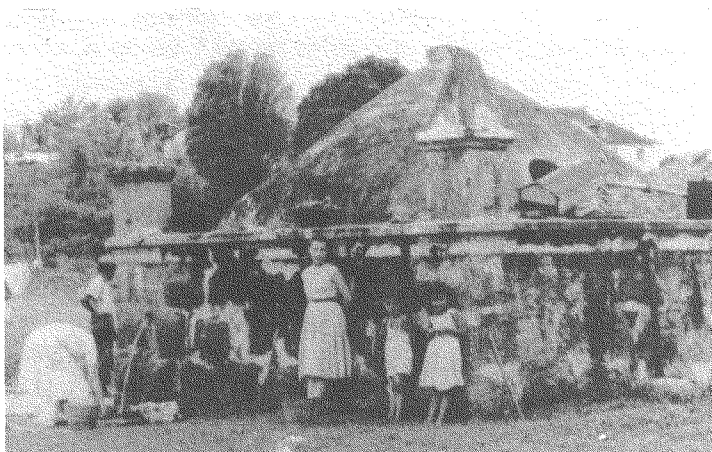
Igreja Católica

POPULAÇÃO — Pelo Recenseamento Geral de 1950, o município contava apenas 7 174 pessoas, das quais, 3 734 homens e 3 440 mulheres. A densidade demográfica era de 4 habitantes por quilômetro quadrado e 90% da população aglomeravam-se no quadro rural. Era, na época, o município menos populoso do Estado do Paraná.

Aglomerações urbanas — Três são as aglomerações urbanas atualmente no município: a cidade de Guaraqueçaba, com 555 habitantes, sendo 280 homens e 275 mulheres; a vila de Ararapira, com 152 habitantes, sendo 82 homens e 70 mulheres, e a vila de Serra Negra que, por ocasião do Censo de 1950, não gozava dessa categoria, sendo a sua população atual estimada em menos de 100 pessoas.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A principal atividade econômica do município reside no pescado. Há ali 2 colônias organizadas e quase tôda a população ativa dedica-se a êsse mister. Em 1956 foram apanhados 1 009 742 quilogramas de peixes no valor de Cr$ 8 988 661,00. A agricultura é praticada em pequena escala. Apenas 2 indústrias representam o parque fabril do município: uma de conserva de palmito e outra, de conserva de sardinhas.

Grupo Escolar Municipal

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade é servida por uma linha de navegação marítima, de propriedade do govêrno do Estado, com sede em Paranaguá. Uma lancha vai a Guaraqueçaba 2 vêzes por semana. Dista da Capital Estadual 145 quilômetros sendo 27 até Paranaguá, via marítima, e daí a Curitiba, rodoviária, 118 quilômetros ou ferroviária, 131 km. Dista das cidades de Paraná 27 km, via marítima; de Antonina, 51 km, via marítima; de Cananéia (SP), 84 km, via marítima. Liga-se à Capital Federal, via marítima, num percurso de 1 276 km. O transporte é feito em pequenas lanchas ou canoas de propriedade particular. Existe 1 pôsto telegráfico situado na sede municipal.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Guaraqueçaba é uma das menos populosas do Estado, com apenas 555 pessoas (280 homens e 275 mulheres). O número de logradouros públicos é de apenas 7 ruas. Há em tôda a cidade 83 ligações elétricas. Não há um edifício que se destaque, apontando-se ùnicamente a igreja como sendo o prédio mais sóbrio, mesmo porque a sua finalidade assim o requer.

Chafariz Público

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Antigamente existiu ali um subposto de higiene hoje desaparecido. Assim, a população de Guaraqueçaba é totalmente desprovida de assistência médico-sanitária, e, quando necessário, recorre à vizinha cidade de Paranaguá.

ALFABETIZAÇÃO — O Censo de 1950 mostrou a existência de 5 875 pessoas de 5 anos e mais no município, das quais 1 495 sabiam ler e escrever, sendo 951 homens e 544 mulheres.

Ensino — Em 1956, funcionaram em Guaraqueçaba 32 unidades escolares do ensino primário fundamental comum.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950......	—	124	205	58	325
1951......	—	139	390	84	285
1952......	—	145	479	121	387
1953......	—	727	901	116	594
1954......	—	263	606	64	685
1955......	—	268	921	74	614
1956......	—	710	979	123	866

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — Anualmente, no dia 6 de agôsto, comemora-se a festa do Bom Jesus dos Perdões, padroeiro do município. Êste acontecimento atrai à sede a quase totalidade dos habitantes do município que vêm render sua homenagem ao santo patrono. Os festejos são muito animados desde o início, a 28 de julho.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os filhos do município são denominados guaraqueçabanos.

Seu atual Prefeito é o Sr. Celso Roberto Xavier. A atual legislatura, constituída de 9 vereadores, é exercida pelos Srs. Jorge Zamaninski, Eleutério Pereira Lopes, Salim Ferreira do Carmo, Celmiro Costa, Salvador Inácio de Lara, Octacílio Corrêa, Augusto Rodrigues, Celmiro Adão de Miranda, Olivares P. do Nascimento. O município teve sua época áurea, tendo sido inclusive o maior pôrto exportador do Estado, perdendo essa posição para a cidade de Paranaguá por falta de instalações condizentes com essa primazia. Por outro lado, a ausência de estradas para escoamento de sua produção, por causa da topografia essencialmente cortada de rios e ribeirões, contribuiu para que, apesar da fertilidade do solo, poucos ali quisessem se instalar. Por tudo isso, decorre, de algum tempo para cá, pouco desenvolvimento no município que chegou mesmo a ser extinto em 1938, voltando a sua restauração 9 anos depois.

A formação judiciária do município consta de 1 juiz de Paz, 1 tabelião e 1 oficial de justiça.

FONTES — Sinopse Estatística do Município. Departamento Estadual do Paraná. 1950. Arquivos da Agência Municipal de Estatística. História do Paraná. Romário Martins. Documentação da I.R.E.M. do Paraná.

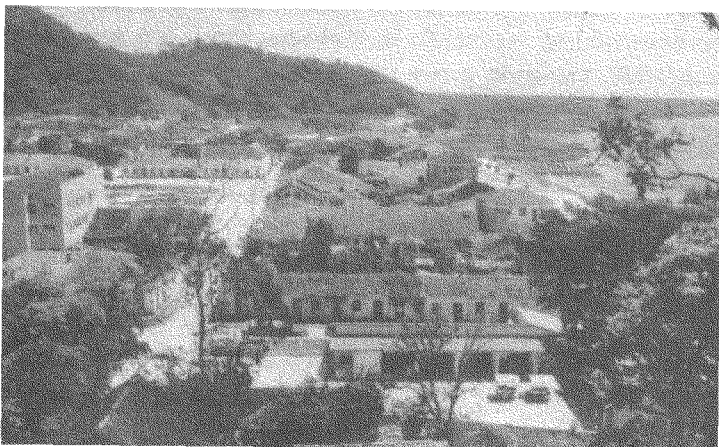
GUARATUBA — PR

Mapa Municipal no 10.° Vol.

HISTÓRICO — O rei de Portugal, D. José I, assessorado pelo Marquês de Pombal, através de uma recomendação datada de 26 de janeiro de 1765, ordenou ao capitão-general da Capitania de São Paulo, D. Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão, que fundasse vilas e povoados em pontos mais convenientes do Brasil, a fim de congregar tôdas as pessoas que viviam em sítios volantes ou dispersos.

Por Portaria de 5 de dezembro de 1765, D. Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão houve por bem incumbir a seu primo Afonso Botelho de Sam Payo e Souza, tenente-coronel das Tropas Auxiliares, de formar uma povoação na enseada de Guaratuba. Para dar início a essa tarefa, Afonso Botelho de Sam Payo e Souza necessitava de duzentos casais para cultivarem as terras descobertas, determinando às pessoas que quisessem entrar nesse número se apresentassem ao sargento-mor das Ordenanças, a fim de que fôssem demarcadas as terras de que necessitavam, bem como de lhes serem entregues as ferramentas indispensáveis, de acôrdo com as possibilidades de cada um.

A 13 de maio de 1768, D. Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão concedeu os favores pedidos pelo fundador da nova povoação, os quais consistiam na criação e manutenção de uma igreja, que lhes servisse de pasto espiritual.

Necessidades de ordem militar, principalmente, a tentativa de ocupação da ilha de Santa Catarina, em 1768, por fôrças espanholas, levaram o govêrno da Capitania à execução de medidas preventivas, no setor meridional da Capitania de São Paulo, surgindo então a necessidade da elevação de Guaratuba à categoria de vila.

Vista parcial da cidade

Assim, dando cumprimento à Portaria de 20 de janeiro de 1770, do Governador General de São Paulo, o tenente-coronel Afonso Botelho de Sam Payo e Souza, depois de haver afixado os editais na vila de Paranaguá e na povoação de Guaratuba, dirigiu-se a esta, em companhia do ouvidor-geral da comarca, Lourenço Maciel Azamor, capitão comandante Francisco Aranha Barreto, tenente Joaquim Coelho da Luz e mais oficiais e soldados, juntamente com os camaristas de São Francisco, os padres comissários Frei João de Santana Flôres, Francisco Borges e mais o padre Bento Gonçalves Cordeiro e a população, erigiu no dia 29 de abril de 1771 em vila a nova povoação, que recebeu o nome de Vila de São Luiz de Guaratuba da Marinha. Das solenidades da fundação da vila constou a celebração da santa missa, pelo Páraco Bento Gonçalves Cordeiro, que foi ajudado pelos padres frei João Santana Flôres e Francisco Borges.

A 30 de abril de 1770 foi eleita a primeira Câmara Municipal, com a aprovação do fundador da vila e do Ouvidor-Geral, que ficou assim constituída: Juiz, Antônio Carvalho Bueno; vereador mais velho, Antônio de Oliveira; segundo vereador, Manoel de Miranda Coutinho; procurador do Conselho, Joseph Martins Ferreira; escrivão da Câmara e Tabelião, Constantino José Cardoso. A Câmara prestou juramento na forma do estilo, tendo sido empossada pela Câmara de São Francisco.

A vila de Guaratuba permaneceu dirigida pelos vereadores e assistida pelo Presidente da Província, até a Proclamação da República, quando passou a eleger o seu primeiro prefeito, que assumiu o cargo em 1892, prosseguindo assim até 20 de outubro de 1938, quando, por fôrça do Decreto-lei estadual n.º 7 573, foi extinto o município, passando a constituir um distrito do município de Paranaguá.

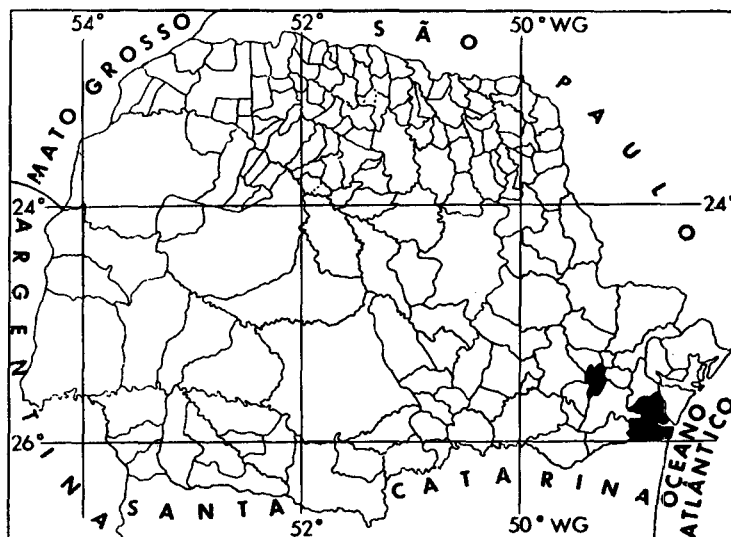
Pela Lei n.º 2, de 10 de outubro de 1947, foi restaurado o município de Guaratuba, sendo instalado oficialmente no dia 25 do mesmo mês e ano.

O município de Guaratuba é um dos mais antigos do Estado, figurando entre os cinco municípios fundados no regime colonial. O seu povoamento data do ano de 1656, que é atribuído a Gabriel de Lara, primeiro capitão-mor da Capitania de Paranaguá, que foi iniciador da colonização.

O município de Guaratuba fêz parte da comarca de Paranaguá até o ano de 1954, quando passou a constituir distrito judiciário da comarca de São José dos Pinhais.

O topônimo Guaratuba tem sua origem na enorme quantidade de pássaros chamados "guará" que eram encontrados naquela baía. Foi-lhe acrescentada a palavra indígena "tuba", que significa muito.

LOCALIZAÇÃO — O município de Guaratuba está localizado na Zona Litorânea do Paraná. A posição geográfica da sede municipal é de 25º 52' de latitude Sul e 48º 34' de longitude Oeste de Greenwich.

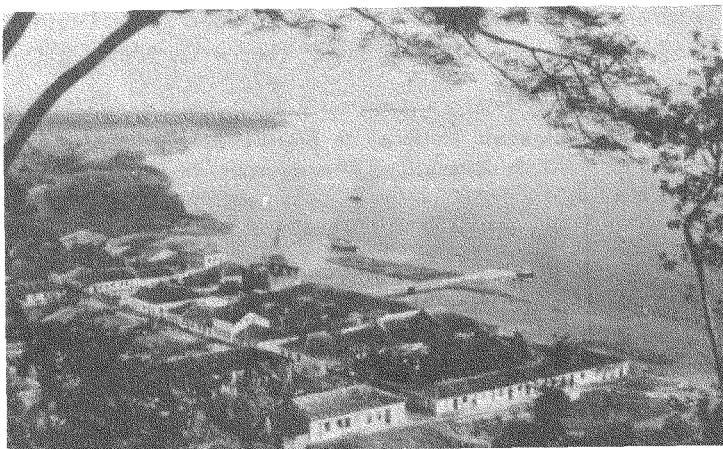
Limita ao norte com o município de Paranaguá e o Oceano Atlântico; ao oeste, com o município de Morretes; ao sul, com os de São José dos Pinhais e Tijucas do Sul; e a leste, com o Estado de Santa Catarina.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da cidade de Guaratuba é de 6 metros.

CLIMA — O clima é quente. Em 1956, foram registrados os seguintes dados relativos à temperatura ambiente: média das máximas, 30ºC; média das mínimas, 12,5ºC; média compensada, 21,25ºC; precipitação no ano, altura total, 2 milímetros.

ÁREA — A área total do município é de 1 320 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — São os seguintes os acidentes geográficos existentes no município: *Rios* — Cubatão, Cubatãozinho, Descoberto e São João. *Saltos* — Cubatão e Grande. *Lagoa* — do Parado. *Ilhas* — Pescaria, Graças, Baixo Grande, Barigui, Capim de Baixo, Capim de

Igreja-Matriz Municipal

Outro aspecto parcial da cidade

Cima, Capim do Meio, Rato, Papagaios. *Serras* — Prata, Agudinho, Araraquara, Batatal, Bico Tôrto, Cubatão, Cruvados. *Morros* — Brejatuba, Morretes e do Pinto.

RIQUEZAS NATURAIS — As principais riquezas naturais são: *vegetais* — peroba, cedro, canela, jacarandá, garuvu, pau-d'alho e caxeta; *minerais* — pedras de granito e areia para construção; *animais e aves* — anta, capivara, porco-do-mato, caititu, paca, veado, cutia, tamanduá, bugiu, jacutinga, caupema, jacu, araçuama, tucano, nhambu, uru e papagaio.

POPULAÇÃO — Segundo os dados do Recenseamento Geral de 1950, o município possuía, naquela época, 4 439 habitantes, dos quais 2 314 homens e 2 125 mulheres. A densidade demográfica é de 4 habitantes por quilômetro quadrado. A maioria da população, ou seja, 79%, se encontrava no perímetro rural.

Aglomeração urbana — A única aglomeração urbana existente no município é a sede municipal, cuja população, de acôrdo com o Censo Demográfico de 1950, somava 945 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A pesca, a agricultura e o turismo constituem as atividades fundamentais do município. A pesca, uma de suas principais fontes de riqueza, é feita, ainda, por sistemas empíricos, sem nenhuma orientação técnica ou científica para os pescadores.

Possui o município terras férteis, onde são cultivados o milho, a mandioca, o arroz, a cana-de-açúcar, a banana, a laranja e muitos outros produtos de grande importância econômica.

O turismo também constitui fonte de receita digna de registro. Cidade balneária por excelência, possuindo as melhores praias do Estado, Guaratuba é visitada freqüentemente por elevado número de turistas de todo o país.

COMÉRCIO E BANCOS — Na sede municipal encontram-se em atividade 20 estabelecimentos comerciais do tipo varejista. Guaratuba mantém relações mercantis com as cidades de Curitiba, Paranaguá, Morretes e Joinvile. Com exceção dos produtos agrícolas, todos os demais são importados. Há apenas uma agência bancária em funcionamento no município.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Guaratuba está ligada às seguintes cidades, por estradas de rodagem: Capital do Estado, 152 quilômetros; Paranaguá, 55 quilômetros; São José dos Pinhais, 137 quilômetros; Joinvile (SC), 73 quilômetros e São Francisco (SC), 35 quilômetros. Dista, da Capital da República 1 202 quilômetros (rodovia).

Guaratuba é pôrto de mar. Há um trapiche de 50 metros de comprimento, construído de pedras e argamassa, no qual atracam embarcações de pequeno porte. O município conta com os serviços de uma agência postal-telegráfica.

No pôrto da Passagem onde se inicia a estrada para a cidade de Paranaguá, existe outro trapiche de atracações, onde são encostados os barcos e canoas, que fazem a travessia da baía de Guaratuba.

O trapiche tem papel importante, sendo feitas por êle as comunicações com a estrada de Paranaguá. Até bem pouco tempo, era o único ponto por onde se escoava a produção do município e se fazia a ligação com a Capital do Estado.

ASPECTOS URBANOS — Os logradouros públicos são todos revestidos de cascalho denominado "berbigão", que é extraído dos sambaquis. Existe uma usina elétrica de propriedade do Estado. A energia elétrica é produzida por 4 geradores a óleo-cru, com capacidade de 208 kW e é fornecida sòmente à noite, das 18 às 23 horas. O consumo médio mensal de luz pública e particular é de aproximadamente 6 500 kWh. Conta com serviço de água encanada com rêdes distribuidoras de 15 000 metros de extensão que abastecem 700 prédios em 28 logradouros. A cidade de Guaratuba, face à sua condição de cidade balneária, pelas praias de que é dotada, é muito procurada por pessoas das mais diferentes localidades do Estado e do País.

ALFABETIZAÇÃO — A população do município, em 1950, era de 4 439 habitantes. Dêsse cômputo, 1 266 pessoas sabiam ler e escrever, isto é, 699 homens e 567 mulheres, o que representa 28% do total da população. Assim, o Recenseamento Geral de 1950 encontrou em Guaratuba 1 308 homens e 1 225 mulheres, de 5 anos e mais, que não sabiam ler nem escrever.

Ensino — Em 1956, estavam em funcionamento no município 25 unidades escolares do ensino primário fundamental comum.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — O município edita um periódico de circulação semanal. Há um cinema. O Iate Clube Guaratuba é uma associação de caráter esportivo-cultural, que tem prestado bons serviços ao muni-

Vista parcial da praia de Guaratuba

Baía de Guaratuba

cípio. O Clube Atlético Ipiranga é outra entidade esportiva de grande importância para a cultura e o desenvolvimento sócio-cultural de Guaratuba.

FINANÇAS PÚBLICAS —

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950......	—	413 549,00	644 795,00	420 827,00	782 62,00
1951......	—	577 815,00	2 051 945,00	506 092,00	1 929 942,00
1952......	—	690 514,00	4 423 104,00	971 512,00	5 317 560,00
1953......	—	901 352,00	5 715 432,00	794 423,00	5 920 924,00
1954......	—	855 463,00	5 688 538,00	880 957,00	7 210 459,00
1955......	—	1 184 555,00	7 358 513,00	11 041 908,00	8 983 613,00
1956......	* 326 000,00	1 400 018,00	3 330 846,00	931 992,00	3 614 129,00

A Coletoria Federal foi instalada em abril de 1956.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — A igreja-matriz de Guaratuba é considerada monumento, tendo sido tombada pelo Serviço do Patrimônio Artístico Nacional e pela Comissão Estadual. Está estreitamente ligada à história do município, pois foi com missa celebrada nessa igreja que se marcou a fundação de Guaratuba, como unidade autônoma.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — As festas populares, além das de Ano-Bom, Carnaval e Natal, são a do padroeiro da cidade e outras promovidas pelo Iate Clube de Guaratuba.

VULTOS ILUSTRES — Na galeria dos homens ilustres de Guaratuba figuram, além de D. *Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão,* os nomes dos demais fundadores do município, a saber: tenente-coronel *Afonso Botelho de Sam Payo,* alferes *Antônio Carvalho Bueno, Antônio de Oliveira, Manoel de Miranda Coutinho, Joseph Martins Ferreira* e *Constantino José Cardoso.*

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Tudo, em Guaratuba, é atração turística. A própria cidade, em face das belas e grandes praias que possui, e mesmo por sua situação geográfica, é um importante objetivo de turismo.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — As pessoas nascidas no município são conhecidas pelo gentílico guaratubanos.

O atual Prefeito é o Sr. Renê Silveira. O Poder Legislativo Municipal compõe-se de 9 vereadores, que são: Odilon Mafra de Souza, Nicolau Jamur Sobrinho, José Vendramini, Benjamin da C. Padilha, Stenio Nico, Teodoro Kempinski, Paulo Saporski Filho, Carlos G. Mafra e Orlando Pevervanso.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

IBAITI — PR

Mapa Municipal no 11.º Vol.

HISTÓRICO — O povoamento da região onde hoje se localizam vários municípios autônomos, na bacia do Paranapanema, até bem pouco tempo formada apenas pelo município de Tomazina, foi iniciado em 1867, pelo major Tomaz Pereira da Silva, chefe de numerosa família e procedente de Itajubá, Estado de Minas Gerais.

Três séculos antes dêsse acontecimento, os missionários espanhóis da Companhia de Jesus, em virtude da demarcação do meridiano pelo Tratado de Tordesilhas, atingiram o sertão paranaense, na antiga província paraguaia de Guairá, iniciando a catequese dos povos selvagens, que eram os únicos donatários das terras, antes da conquista dos europeus e paulistas. Êsses missionários, convictos de que pisavam território paraguaio, fundaram treze reduções, as quais, em 1554, já se achavam em franco funcionamento. A de Santo Inácio Mini fôra fundada à margem esquerda do rio Santo Antônio, afluente do rio Paranapanema; a de São Pedro, localizada à margem direita daquele importante curso de água. Mas a obra dos Jesuítas espanhóis foi quase totalmente destruída em 1629 pelos bandeirantes paulistas, desaparecendo pela violência gerada na luta entre portuguêses e castelhanos.

Sòmente três séculos mais tarde novo trabalho colonizador era iniciado, não mais por espanhóis e portuguêses, mas por elementos nacionais, atraídos pela exuberância e fertilidade das terras, pelo seu aproveitamento racional, e não mais pela procura de ouro e pedrarias preciosas ou pela caça e escravização do aborígine.

Tocado por essa nova política, veio da província das Alterosas, da centenária cidade de Itajubá, o major Tomaz Pereira da Silva, que seria o fundador do município de Tomazina, de que resultaram diversas outras unidades municipais, inclusive o município de Ibaiti, originário de Patrimônio do Café, no ano de 1909, sendo o seu fundador o coronel Luiz Ferreira de Melo. Êsse cidadão doou uma área de 75 alqueires de terras a Nossa Senhora Aparecida e ao Divino Espírito Santo, padroeiro da povoação.

Patrimônio do Café foi elevado à categoria de distrito policial, pelo Decreto n.º 651, de 1.º de dezembro de 1909, na gestão do governador Dr. Francisco Xavier da Silva.

Através da Lei n.º 2 008, de 1.º de março de 1921, elevou-se à categoria de distrito judiciário, mantida a primitiva denominação de Patrimônio do Café. A instalação se deu a 15 de julho de 1923.

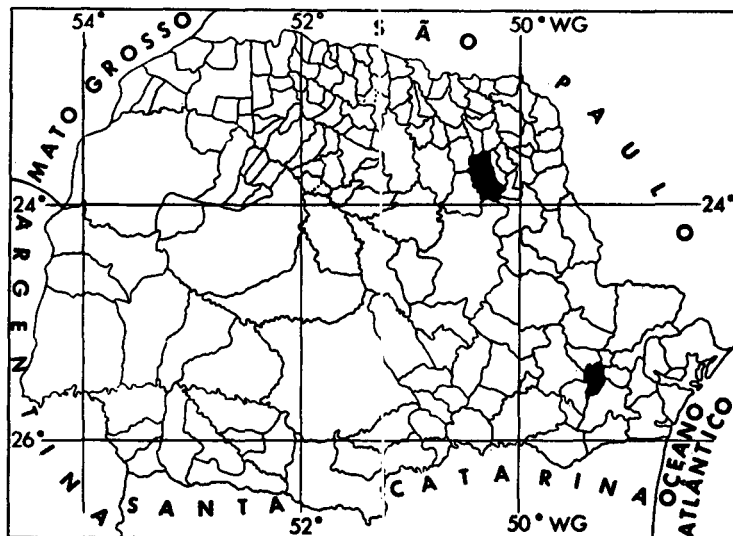
Em virtude do Decreto estadual n.º 2 465, de 2 de abril de 1927, a sede distrital foi transferida para o lugar de nome Barra Bonita, de que tinham sido fundadores Teófilo Marques da Silveira, Fritz Heberstret, Alexandre Mar-

ques Leal e Ananias Costa construtores das primeiras casas, lançando os fundamentos de uma povoação. Em setembro de 1926 foi inaugurada a Estação Ferroviária neste último local, que recebeu e manteve a denominação Artur Bernardes até o ano de 1930, quando voltou a chamar-se novamente Barra Bonita. Posteriormente recebeu o nome de Ibaiti.

Pela Lei estadual n.º 2, de 11 de outubro de 1947, passou à categoria de município, com território desmembrado do de Tomazina. A instalação solene se deu no dia 9 de novembro do mesmo ano, tendo sido empossado no cargo de Prefeito Provisório o Sr. Ataíde Loyola, dirigente dos destinos da comuna até o dia 8 de dezembro de 1947.

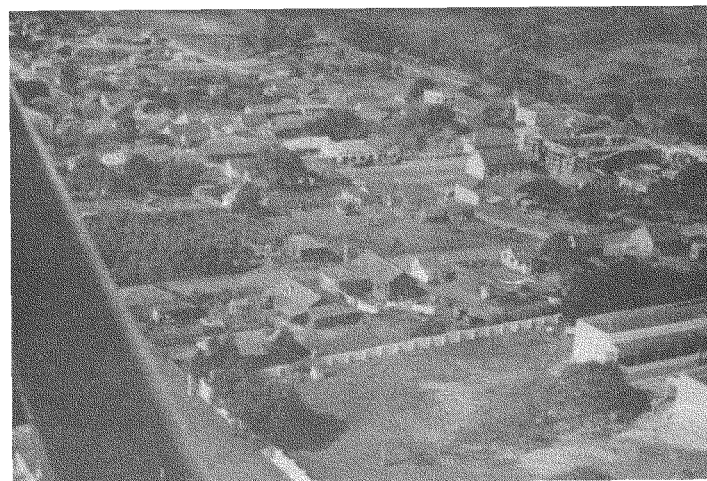
Realizadas as eleições municipais, elegeu-se Prefeito o Sr. Júlio Farah. A primeira Câmara Municipal, eleita na mesma ocasião, ficou constituída dos seguintes vereadores: José de Moura Bueno, Humberto Moacyr Schena, Leôncio de Almeida e Silva, Anibal Ramos Marques, João Alfredo Costa, Napoleão da Silva Reis, Ricardo Gonçalves Bacco, Sebastião Goulart de Oliveira e Waldomiro Ferreira de Quadros.

A comarca de Ibaiti foi criada pela Lei n.º 1 542, de 14 de dezembro de 1953, sendo solenemente instalada em 9 de junho de 1954, pelo Dr. Alceu Conceição Machado, seu primeiro Juiz de Direito.

LOCALIZAÇÃO — A cidade de Ibaiti está situada na posição geográfica de 23°50'45" de latitude Sul e 50°11'16" de longitude W. Gr. O município acha-se localizado na Zona Fisiográfica de Tomazina. Seus limites são: Congonhinhas, Ribeirão do Pinhal e Japira, ao norte; Curiúva, a oeste; Tibagi, ao sul; e Japira e Pinhalão, a leste.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 850 metros na sede municipal.

CLIMA — O município de Ibaiti, situado na Zona Fisiográfica de Tomazina, possui clima temperado pendendo para quente. As temperaturas, durante o inverno, são regulares o que muito contribui para que o mesmo seja ameno e agradável. As temperaturas médias observadas no decorrer do ano são: 29°C para as máximas, 13°C para as mínimas e 21°C para as compensadas.

ÁREA — A área municipal mede 676 quilômetros quadrados.

Vista aérea parcial da cidade

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os acidentes geográficos de mais destaque são: o rio Laranjinha, os ribeirões do Engano e do Engano 2.º, a Gruta de Nossa e o Morro do Pico Agudo, com 1 200 metros de altitude.

POPULAÇÃO — O município de Ibaiti, pelo Recenseamento Geral de 1950, contava uma população de 10 547 habitantes, sendo 5 468 homens e 5 079 mulheres. Segundo a *côr* — 8 933 brancos, 541 pretos, 628 pardos e 429 amarelos; o *estado civil* (15 anos e mais) — 1 785 solteiros, 3 692 casados, 306 viúvos e 2 desquitados; a *nacionalidade* — 382 estrangeiros e 23 brasileiros naturalizados; a *religião* — 9 108 católicos e 1 239 de outras religiões. A densidade demográfica era de 11 habitantes por quilômetro quadrado; 89% da população estavam localizados na zona rural.

Aglomeração urbana — No município existe apenas uma aglomeração urbana a da cidade de Ibaiti. Possuía, segundo resultados censitários de 1950, uma população urbana de 1 158 habitantes, sendo 587 mulheres e 571 homens; *quadro urbano* — 1 104, 544 homens e 560 mulheres; *quadro suburbano* — 54, 27 homens e 27 mulheres. Estima-se a população em 3 000 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A cafeicultura é, dentre as múltiplas atividades agrícolas da região, a que mais se destaca na economia municipal.

Suas principais culturas agrícolas são, com seus respectivos valores: café — Cr$ 67 980 000,00; arroz — ... Cr$ 9 360 000,00; feijão — Cr$ 5 617 650,00; milho —

Prefeitura Municipal

Vista de um trecho da Rua Paraná

Cr$ 2 760 000,00; algodão — Cr$ 889 600,00; batata-inglêsa — Cr$ 672 000,00.

A pecuária se concentra na suinocultura sendo regular seu rebanho, cuja produção, em 1956 foi de .... Cr$ 1 336 780,00 (valor da exportação).

A indústria conta com 14 estabelecimentos, 4 dos quais operam com 5 ou mais trabalhadores. Explora os ramos de "produtos alimentares" e indústria "madeireira" e "carbonífera".

Em 1956, a exportação (interestadual) do município alcançou a soma de Cr$ 8 466 707,00.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem no município 60 estabelecimentos comerciais varejistas, 3 atacadistas e 3 agências bancárias.

Mantém intercâmbio de mercadorias e produtos agrícolas com as praças de Curiúva, Ribeirão do Pinhal, Jacarèzinho e Paranaguá, no Paraná; Ourinhos, Marília e São Paulo, em São Paulo; e Rio de Janeiro, DF.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por estradas de rodagem e por estrada de ferro (R.V.P.S.C.), existindo na sede 1 pequeno campo de pouso que está sendo ampliado para maior utilização. Ibaiti dista dos congêneres vizinhos conforme segue:

Ribeirão do Pinhal — 70 quilômetros; Jundiaí do Sul — 63 quilômetros; Japira — 9 quilômetros; Pinhalão — 19 quilômetros; Jaguariaíva — 114 quilômetros; Tibagi — 160 quilômetros; Curiúva — 73 quilômetros; Congonhinhas — 115 quilômetros; e da Capital Estadual — 319 quilômetros.

Na sede funciona uma agência postal do Departamento dos Correios e Telégrafos. O serviço telegráfico é feito em colaboração com a agência ferroviária da Rêde Viação Paraná—Santa Catarina.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Ibaiti conta cêrca de 3 000 habitantes. Possui 42 logradouros públicos: 4 avenidas, 28 ruas, 4 travessas e 6 praças. Seu aglomerado urbano é formado por mais de 700 prédios, em sua maior parte servindo de domicílios. Dispõe de energia elétrica para a indústria e iluminação pública e particular, esta com 241 ligações domiciliares. O comércio é sólido e de grande movimento. Mantém transações de vulto com as principais praças do país, notadamente com as de Curitiba, São Paulo (SP), Ourinhos (SP), Rio de Janeiro (DF), Paranaguá, etc. A hospedagem é atendida por 2 hotéis e 3 pensões.

No ano de 1956, foram registrados na Prefeitura Municipal 83 veículos motorizados, sendo 25 automóveis de diversos tipos e marcas e 58 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Há em Ibaiti 4 médicos, 2 dentistas e 5 farmacêuticos. Como fonte de assistência médica em geral, existe na cidade o Hospital Municipal de Ibaiti, com 20 leitos, laboratório de análises clínicas, dispensário e farmácia, mantido por uma organização particular. Funcionam ali 5 farmácias.

ALFABETIZAÇÃO — O número de pessoas de 5 anos e mais existente no município, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 8 735, das quais, 3 290 sabiam ler e escrever, sendo 2 082 homens e 1 208 mulheres. Na sede do município, as pessoas daquela idade elevavam-se a 998. Dêsse total, 633 sabiam ler e escrever: 351 homens e 282 mulheres.

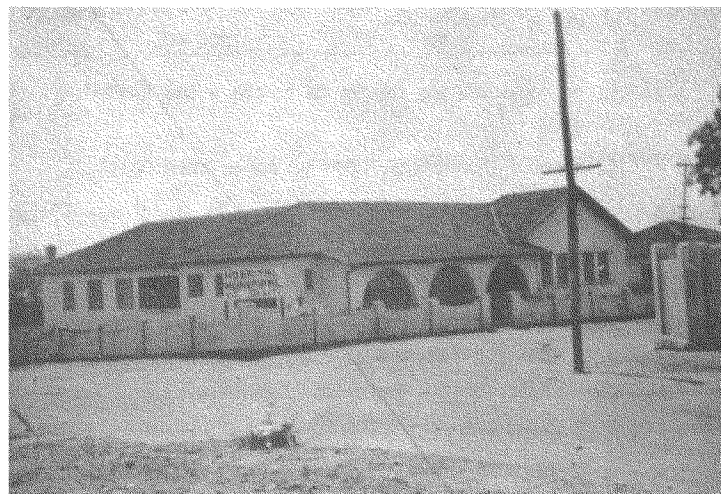
Ensino — Em 1956, o ensino primário fundamental comum foi ministrado em Ibaiti a 1 037 alunos matriculados nas 20 unidades escolares em funcionamento naquele ano. Há na cidade os seguintes estabelecimentos de ensino extra-primário: Ginásio Estadual e Curso Normal Regional.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Uma associação esportivo-cultural.

Na cidade localizam-se dois cinemas: Cine Ibaiti e Cine Cruzeiro, cada um dispondo de 200 lugares.

FINANÇAS PÚBLICAS —

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	...	1 755	705	1 438	1 002
1951	...	2 811	1 515	591	1 232
1952	759	2 541	1 083	437	743
1953	603	3 038	1 336	524	1 747
1954	1 737	3 534	1 337	528	1 275
1955	...	5 519	1 991	700	1 392
1956	...	5 189	2 292	846	2 292

Observações — Não foi registrada a arrecadação federal dos anos de 1950, 1951, 1955 e 1956, por não ter a Coletoria Federal de Tomazina feito o levantamento discriminado daqueles anos.

Hospital Municipal

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — Os ibaitienses têm como padroeiro o Sagrado Coração de Jesus, em cuja honra realizam imponentes festejos. A data dessa manifestação corresponde sempre ao último domingo do mês de maio, quando se reúnem na cidade todos os habitantes do município.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos no município são conhecidos pelo gentílico ibaitiense.

O município foi elevado à categoria de comarca judiciária em 14 de dezembro de 1953, com a Lei estadual n.º 1 542. Seu primeiro Juiz foi o Dr. Alceu Conceição Machado. Na sede funcionam os cartórios do Cível, do Crime, do Registro Civil e Anexos e de Imóveis.

Suas autoridades municipais são: Prefeito, Sr. Sebastião G. de Oliveira; vereadores, os Srs. João Alfredo Costa, Geraldo Sales Vieira, D'Januzi J. D. L. Aquino, Samuel Tones, Teófilo Dib, Dalio da Silva Reis, Olavo Ribeiro da Silva, Humberto Moacyr Schers e Manoel de Moura Bueno.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

IBIPORÃ — PR

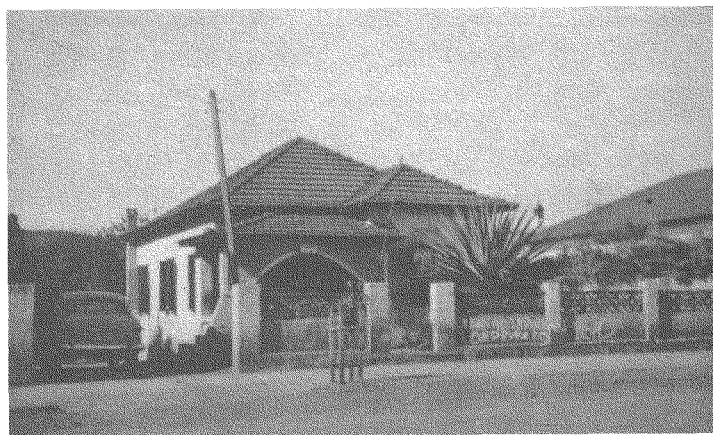
Mapa Municipal no 12.º Vol.

HISTÓRICO — Os primeiros habitantes do atual município de Ibiporã aportaram ali em 1934. Até então a localidade era inteiramente desabitada, existindo apenas alguns vestígios de índios nômades e esparsas roças de caboclos. Nada mais indicava a passagem do homem pela região. Apesar disso, convém ressaltar que a zona abrangida pelo município de Ibiporã, às margens do rio Tibagi, no Norte do Paraná, foi visitada e conhecida por povoadores e colonizadores brancos, pelo menos, a partir da segunda metade do século XIX.

Essa colonização teve origem na abertura de uma picada que o Barão de Antonina mandou abrir, a fim de facilitar os transportes para Mato Grosso através dos rios Tibagi, Paranapanema, Ivinheima e Brilhante. A picada foi aberta pelos fundos do Campo da Lagoa, indo ter à margem direita do Tibagi, no lugar denominado Jataí — como descreve o historiador Romário Martins.

Por influência de João da Silva Machado, Barão de Antonina, foi fundada em 1851, nessa região, a Colônia Militar de Jataí, cuja direção ficou a cargo do grande sertanista Joaquim Francisco Lopes. Outras colônias foram fundadas na região, a partir dessa data. Assim, a área compreendida pelo atual município de Ibiporã, forçosamente teria sido visitada pelos primeiros colonizadores do Jataí. Contudo, sòmente a partir de 1934, chegaram ali os primeiros moradores em caráter definitivo.

Dada a exuberância das terras roxas e das riquezas naturais, a localidade não tardou a se desenvolver e progredir vertiginosamente. Já em 1935, o pequeno povoado contava o total de treze casas de madeira.

Dentre os primeiros habitantes de Ibiporã, destaca-se o Sr. J. Figueira, que muito contribuiu para a construção do primitivo e único caminho, que ligava o povoado ao

Prefeitura Municipal

Jataí, caminho êsse que a Companhia de Terras Norte do Paraná transformou na rodovia ligando Jataí a Londrina, a fim de haver maiores e mais eficientes meios de comunicação entre Londrina e os demais núcleos populacionais do norte do Estado.

O fundador da povoação foi o engenheiro Francisco Beltrão, homem de grandes iniciativas e a quem o Paraná deve relevantes serviços, em quase todos os setores de atividade. Deve-se ao Dr. Francisco Beltrão o planejamento e execução definitiva da cidade de Ibiporã.

Os primeiros comerciantes a se estabelecerem em Ibiporã foram João Drevenk , André Serti, José Silva Sá, Severiano José de Souza e José Scaliza. Em 1938 foi instalada a primeira farmácia, dirigida pelo Sr. José dos Santos. Nesse ano chegou também o primeiro médico, Doutor Elio Bonetto, filho da Itália, mas já naturalizado brasileiro.

A primeira escola que funcionou na localidade era dirigida pela Sr.ª Bárbara Machado de Oliveira, em 1936, tendo sido um ano mais tarde substituída pelo seu marido, Sebastião Luiz de Oliveira.

Cooperando na obra de desbravamento e colonização do Norte do Paraná, a Companhia Ferroviária São Paulo —Paraná estendeu as suas linhas da cidade de Cambará às localidades recém-fundadas. Em vista dessa iniciativa, as "pontas de trilho" atingiram o povoado de Ibiporã no ano de sua fundação, isto é, em 1934, mas sòmente em 1936 se deu a inauguração da estação ferroviária, retardada pela necessidade de ser primeiramente inaugurada a de Londrina, patrimônio que crescia vertiginosamente.

A partir de 1936 o desenvolvimento de Ibiporã foi rápido e constante. Em tôdas as fases da vida social, econômica, política e administrativa da povoação, contou ela com a eficiente colaboração do Dr. Francisco Gutierrez Beltrão, de quem a Companhia de Terras Norte do Paraná era procuradora. Com o seu desaparecimento, sucedeu-lhe na obra do povoamento e colonização de Ibiporã, o seu filho, Dr. Alexandre Beltrão.

O cemitério Público de Ibiporã foi inaugurado no ano de 1935, quando se efetuou o primeiro sepultamento.

Ibiporã foi fundada em território pertencente ao município de Sertanópolis. Em 20 de outubro de 1938 era elevado à categoria de distrito administrativo daquele município.

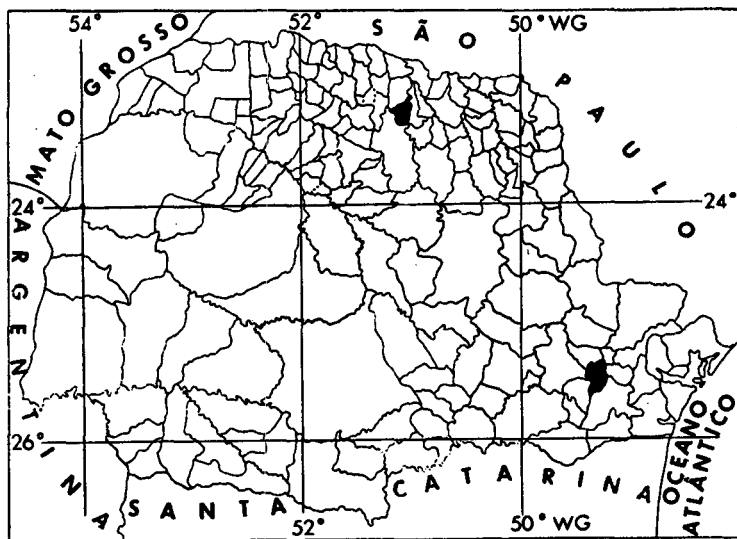
A 10 de outubro de 1947, em virtude da Lei estadual n.º 2, foi criado o município de Ibiporã, desmembrado do

Fachada do Ginásio Estadual e Grupo Escolar Engenheiro Francisco Beltrão

de Sertanópolis, com os mesmos limites anteriores. No dia 8 de novembro de 1947 procedeu-se à instalação do novo município, empossando-se ao mesmo tempo o primeiro Prefeito Municipal, Sr. José Pirse de Godoy.

A Paróquia de Ibiporã foi fundada a 8 de dezembro de 1943, tendo sido seu primeiro Vigário o Padre Vitoriano Valente Monteiro.

A denominação do município (*Ibi* — terra; *porã* — bonita), nome de origem tupi, porque em guarani significa habitante da terra, foi tirada do ribeiro do mesmo nome, que passa nas proximidades da sede, com nascente perto de Londrina, e que deságua no ribeiro Jacutinga, um dos afluentes do rio Tibagi, no vale do qual está localizada a cidade de Ibiporã.

LOCALIZAÇÃO — O município de Ibiporã está situado na Zona Fisiográfica Norte. Sua sede tem como coordenadas geográficas 23° 17' de latitude Sul e 15° 03' de longitude W. Gr. Limita ao norte com Sertanópolis; a oeste e sul, com Londrina; e a leste, com Jataìzinho.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 486 metros na sede municipal.

CLIMA — Ibiporã, situado na Zona Fisiográfica do Norte do Paraná, possui clima quente e sêco. As temperaturas observadas nas estações hibernais variam de 15 a 18°C e, no verão, de 30 a 33°C. As temperaturas médias observadas no município no decorrer do ano de 1956 foram de 30°C para a média das máximas; de 18°C para a das mínimas; e 24°C para a compensada.

ÁREA — A área municipal mede 276 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O principal acidente geográfico é o grande rio Tibagi, onde está localizada a ilha dos Cágados.

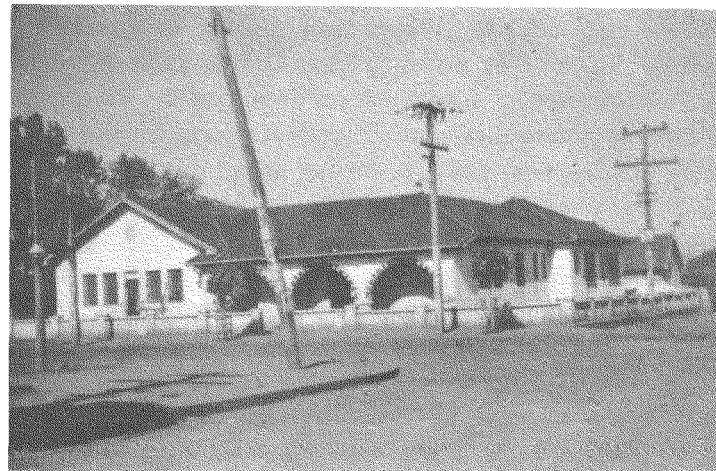
RIQUEZAS NATURAIS — Areia, argila e pedras para construção representam as suas riquezas naturais.

POPULAÇÃO — O município de Ibiporã contava pelo Recenseamento Geral de 1950 uma população de 19 542 habitantes, sendo 10 289 homens e 9 253 mulheres. Segundo a *côr* — 17 497 brancos, 814 pretos, 801 pardos e 371 amarelos; segundo a *nacionalidade* — 702 estrangeiros e 101 brasileiros naturalizados; segundo o *estado civil* (15 anos e mais) — 3 180 solteiros, 6 885 casados, 374 viúvos; segundo a *religião* — 17 553 católicos romanos e 1 989 de outras religiões. De 66 habitantes por quilômetro quadrado era a densidade demográfica do município; 82% da população recenseada estavam localizados na zona rural.

Aglomeração urbana — A cidade de Ibiporã é a única aglomeração urbana existente no município. Contava, pelo Recenseamento Geral de 1950, com uma população urbana de 3 543 habitantes, sendo 1 791 homens e 1 752 mulheres, assim distribuída — *quadro urbano* — 2 782, 1 395 homens e 1 387 mulheres — *quadro suburbano* — 761, 396 homens e 365 mulheres. Estima-se a população atual da cidade de Ibiporã em 4 300 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A principal atividade econômica do município está assentada em sua agricultura, despontando em primeiro plano o cultivo do café. O valor da produção agrícola para 1956 estava assim previsto: café — Cr$ 38 000 000,00; feijão — Cr$ 75 587 000,00; arroz — Cr$ 22 400 000,00; milho — Cr$ 8 515 000,00; algodão — Cr$ 360 000,00; e uva — Cr$ 2 362 500,00.

Sua indústria possui 57 estabelecimentos, dos quais 12 ocupam 5 ou mais operários. Age nos ramos de "indústria extrativa mineral e vegetal", "produtos alimentares" e sub-ramo "beneficiamento de cereais".

A exportação do município em 1956 (interestadual) atingiu a soma de Cr$ 100 499 125,00.

Pôsto de Saúde e Fôro Municipal

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 45% concentravam-se no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura".

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local está representado por 25 estabelecimentos varejistas, 3 atacadistas e 3 agências bancárias. Mantém transação mercantil com as praças de Londrina, Paranaguá e Curitiba, no Paraná; e Santos e São Paulo, em São Paulo. Ditas cidades abastecem o município daquilo que necessita para o seu consumo interno e do que não tem produção própria.

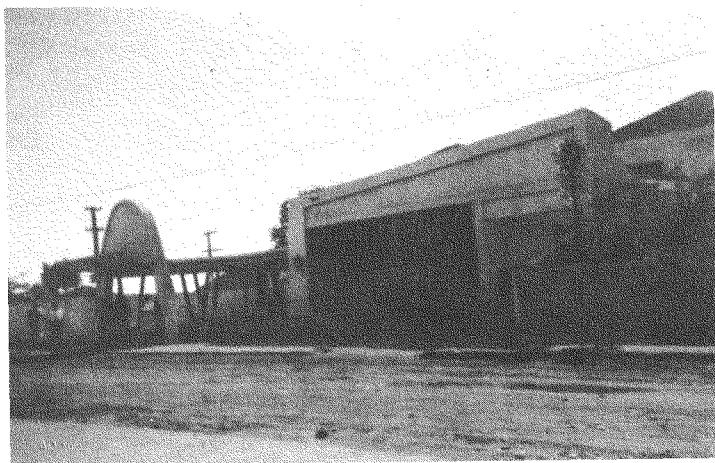
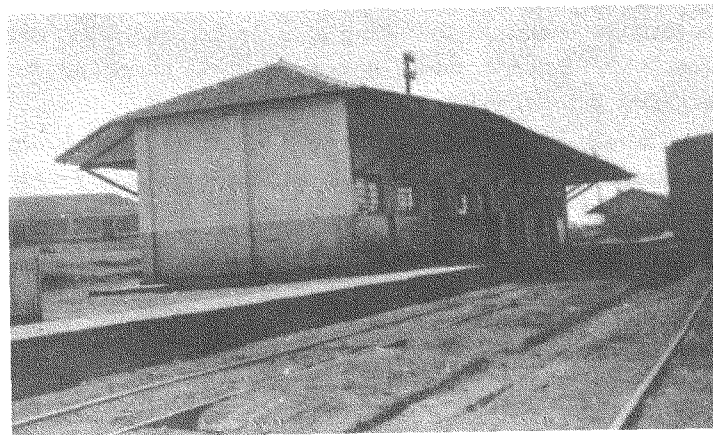
MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade e o município são servidos por estrada de rodagem e estrada de ferro (R.V.P.S.C.). Ibiporã fica situada à margem da "estrada do cerne" que liga Londrina a Curitiba, e dista dos municípios limítrofes: Londrina — 15 quilômetros; Sertanópolis — 36 quilômetros; Jataìzinho — 20 quilômetros; da Capital Estadual — 580 quilômetros.

Na sede funcionam uma agência postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos e o serviço telegráfico da R.V.P.S.C. Uma radioemissora está sediada em Ibiporã.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Ibiporã, com cêrca de 4 300 habitantes, possui aproximadamente 890 edificações urbanas, das quais 829 servem de residências. Há 65 logradouros públicos: 12 avenidas, 35 ruas, 3 travessas e 5 praças. É servida por energia elétrica para movimentação das indústrias, refrigeração, iluminação pública e particular. O número de ligações elétricas eleva-se a cêrca de 1 000. Conta Ibiporã com um serviço de água canalizada cuja rêde, com 18 000 metros, percorre 35 logradouros, abastecendo 2 156 prédios.

Há 4 hotéis e 1 pensão para os serviços de alimentação e pousada.

No decurso do ano de 1956, foram registrados, na Prefeitura Municipal, 401 veículos motorizados: 322 automóveis de diversos tipos e marcas e 79 caminhões e camionetas.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A população de Ibiporã é muito bem servida no que diz respeito à assistência médico-sanitária em geral, contando com cinco médicos, 5 dentistas, 5 farmacêuticos, 3 hospitais (Santa Terezinha, Nossa Senhora do Carmo e Cristo Rei), 1 pôsto de puericultura e 1 subposto de higiene. A cidade está dotada de 7 farmácias.

Hospital Santa Therezinha

Estação Ferroviária

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — O Pôsto de Puericultura, mantido pela Legião Brasileira de Assistência, presta assistência social à infância e o subposto de higiene, do Govêrno do Estado, à população em geral.

Proporcionam assistência social aos seus membros a Associação das Môças Japonêsas, com 112 sócios, e o Centro Católico, com 155 associados. A Cooperativa Agrícola Mista de Ibiporã Limitada, tendo como finalidade: produção, consumo, compra e venda de produtos agrícolas, congrega 917 associados.

ALFABETIZAÇÃO — Os dados da última operação censitária, levada a efeito em 1950, acusaram a existência de 15 786 pessoas de 5 anos e mais no município. Dêsse total, 7 867 sabiam ler e escrever, sendo 4 958 homens e 2 909 mulheres. Na sede municipal, as pessoas daquele grupo de idade eram 2 876, sendo que 1 811 sabiam ler e escrever: 1 073 homens e 138 mulheres.

Ensino — Em 1956 funcionaram no município 30 unidades de ensino primário fundamental comum, com a matrícula de 2 451 alunos. Existe na cidade um estabelecimento de ensino extraprimário, o Ginásio Estadual de Ibiporã.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Na cidade funciona o Cine Radar, com 440 lugares. Ibiporã conta com uma estação radioemissora: Rádio Cultura do Norte do Paraná, ZYS-51, freqüência de 1 320 quilociclos. Circula no município o semanário "A Voz do Norte", jornal político-informativo. O Centro Católico de Ibiporã mantém na cidade uma biblioteca circulante, com cêrca de 500 volumes de obras gerais. Existe 1 livraria na cidade.

FINANÇAS PÚBLICAS —

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	5 114	1 438	866	1 418
1951	—	5 284	1 956	1 576	1 945
1952	—	6 059	3 491	2 333	3 637
1953	—	5 221	3 038	2 723	2 961
1954	—	5 264	3 340	3 333	2 951
1955	—	9 658	4 026	1 587	3 592
1956*	—	12 981	4 090	3 981	3 873

* Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Os festejos de mais destaque no município se verificam por ocasião da Semana Santa, promovendo-se manifestações religiosas pelo São João e Natal.

Os folguedos carnavalescos vêm tomando ùltimamente acentuado impulso no município, contando já com milhares de adeptos e, por isso mesmo, ocorrem animados e com organização.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O topônimo Ibiporã é de origem indígena, do idioma tupi; significa: *Ibi* (terra) + *porã* (bonita) = Ibiporã — Terra bonita.

Seus habitantes são conhecidos como ibiporaenses.

O eleitorado local com 5 424 eleitores. É comarca Judiciária de 1.ª entrância, compreendendo apenas o distrito da sede, e foi criada em 1954. Seu primeiro Juiz foi o Dr. José Arruda Santos. Na sede funcionam os cartórios do Cível, do Crime, de Imóveis e Registro Civil e Anexos.

O govêrno municipal está assim representado: Prefeito — Sr. Mário de Menezes. Vereadores — Srs. Dirceu Coutinho Gomes, Armando Zaparolli, Alberto Sperândio, Orlando Pelissou, Ronat Walter Sodré, Urgel Mallin, José Justino A. Pereira, José Gonçalves Pigarro e Voltareno Figueira.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

IGUARAÇU — PR

Mapa Municipal no 12.° Vol.

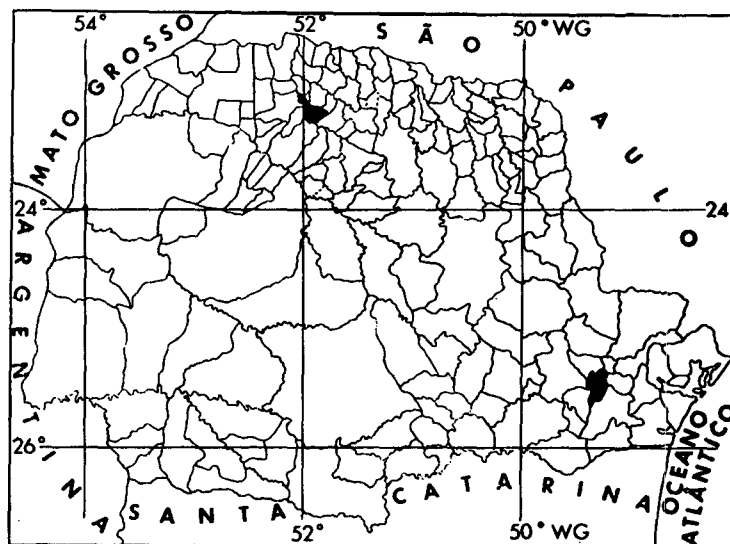
HISTÓRICO — Com a fundação do patrimônio de Astorga, em 1947, pouco tempo depois elevado à categoria de município, iniciava a Companhia de Terras Norte do Paraná o povoamento de importante zona que, até então, se encontrava esquecida e inexplorada. De Astorga originou-se, dentro em poucos anos, a série de quase uma dezena de novas unidades administrativas municipais, inclusive o atual município de Iguaraçu. Integrada à prodigiosa região fisiográfica denominada Norte do Paraná, a gleba onde a Companhia formou o patrimônio de Astorga recebeu, desde logo, a contribuição fecunda e dinâmica da cultura cafeeira, que projetou a região e o Estado do Paraná como Unidade Federativa de primeira grandeza, num período relativamente curto, conhecido na história do Brasil pela designação genérica de ciclo do café.

A intensa procura de terras no Norte do Paraná provocou, em muitos Estados, êxodos rurais, sòmente comparáveis ao ciclo da mineração, no século XVII, na região de Minas Gerais. Lavradores, agricultores e aventureiros procedentes de todos os meridianos do Brasil afluíram, num ritmo incessante, aos lugares onde começavam a florescer os patrimônios, todos êles de iniciativa e sob orientação particular. Inicialmente, abriam-se picadas na floresta virgem, a fim de tornar possível a comunicação entre a civilização e o patrimônio nascente. Medidas, demarcadas e divididas as terras, os compradores já se encontravam à espera, na fila dos futuros proprietários e, uma vez realizada a operação, atiravam-se à luta.

Os primeiros povoadores do município de Iguaraçu procediam de três Unidades Federativas diferentes: Joaquim Ferreira Leite, do Paraná; Paulo Naga, de origem italiana, do Estado de São Paulo, e João Fernandes, do Estado de Minas Gerais. No ano de 1942, com a chegada à localidade dêsses três elementos, acompanhados das respectivas famílias, foi que se deu o início do povoamento da mesma. Mais tarde, em 1946, João Batista e Antônio Escravinato compraram ali um lote de 14 alqueires paulistas, que foram logo divididos em "datas", iniciando-se as primeiras construções no patrimônio de Iguaraçu.

Com a aquisição de mais 30 alqueires de terras de propriedade de Pedro Vailése, cresceu a área do patrimônio. Pela Lei n.° 1 998, de 8 de março de 1954, a povoação foi elevada à categoria de distrito de Astorga.

E já em 1955, em virtude da Lei n.° 2 505, de 22 de novembro, foi considerado município autônomo, desmembrado do de Astorga, sendo instalado pouco tempo depois.

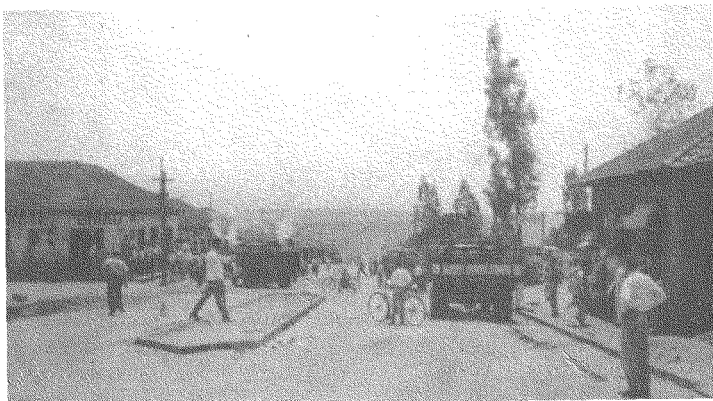
LÒCALIZAÇÃO — Iguaraçu está localizado na Zona Fisiográfica do Norte e sua sede situa-se no ponto de coordenadas geográficas 23° 11' de latitude Sul e 51° 46' de longitude W. Gr. Limita ao norte com Santa Fé; a oeste, com Mandaguaçu; ao sul, com Maringá; e a leste, com Astorga.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 580 metros na sede municipal.

CLIMA — Iguaraçu, localizado no setentrião paranaense, possui clima quente peculiar daquela região fisiográfica. Fresco e agradável no inverno, durante o verão apresenta uma temperatura elevada, havendo, então, chuvas frequentes. As temperaturas médias observadas no ano de 1956 foram de 27°C para as máximas, 14°C para as mínimas e 21°C a compensada.

ÁREA — Iguaraçu tem uma área de 308 quilômetros quadrados.

RIQUEZAS NATURAIS — As reservas florestais, apesar de bastante diminuídas, representam a sua principal riqueza natural.

POPULAÇÃO — A população de Iguaraçu acha-se incluída na do município de Astorga, de cujo território fazia parte, como simples povoado, por ocasião do Recenseamento Geral do Brasil de 1950.

Vista parcial da Avenida Brasil

Aglomerações urbanas — Duas aglomerações urbanas existem no município — a da cidade de Iguaraçu e a da vila de Flórida.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município, desde sua origem e fundação, é essencialmente agrícola. O café sobressai dentre as demais culturas, seguido de milho, arroz, feijão, amendoim, algodão, cana-de-açúcar, cebola e alho.

Uma cultura diferente mas destacada é a de mamona, cuja exportação em 1956 atingiu 310 mil cruzeiros, em sementes.

A pecuária conceitua-se principalmente na suinocultura, havendo pequeno excedente exportável.

A indústria, em fase inicial, age nos ramos de "produtos alimentares" (80%) e outros menos destacados (inclusive a madeira).

A exportação (interestadual), em 1956, somou a importância de Cr$ 718 185,00.

COMÉRCIO E BANCOS — No município estão em pleno funcionamento 26 estabelecimentos comerciais varejistas e 2 agências bancárias.

O comércio local mantém o intercâmbio de mercadorias e produtos agrícolas com as praças de Arapongas e Londrina, no Paraná, e São Paulo, em São Paulo. O município importa dessas praças os produtos de que necessita para seu consumo interno e de que ainda não tem produção própria.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O meio de transporte que serve Iguaraçu é o rodoviário. Dista de seus congêneres limítrofes: Munhoz de Mello — 16 quilômetros; Astorga — 19 quilômetros; Lobato — 44 quilômetros; Santa Fé — 26 quilômetros; Maringá — 17 quilômetros: da Capital Estadual — 501 quilômetros

Praça do Correio

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Iguaraçu é um centro urbano muito desenvolvido e com incalculáveis perspectivas de progresso para o futuro. Estima-se a população urbana atual em 2 000 habitantes. Mais de 400 edificações modernas conta a cidade. Os 13 logradouros públicos dão-lhe aspecto agradável e harmonioso: 1 avenida, 11 ruas e 1 praça. A hospedagem é atendida por 3 hotéis e 10 pensões.

Durante o ano de 1956, a Prefeitura Municipal registrou 40 veículos motorizados: 5 automóveis e 35 caminhões.

A vila de Flórida, também em franco surto progressista, tem uma população estimada em 700 habitantes. Possui cêrca de 250 edificações urbanas e 7 logradouros públicos: 1 avenida, 5 ruas e 1 praça.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Município de criação recente (novembro de 1955), Iguaraçu conta já com grandes recursos no que se refere à assistência médico-sanitária e em geral: 2 médicos, 6 dentistas, 2 farmacêuticos e 1 hospital (Hospital e Maternidade Nossa Senhora Aparecida), existindo 2 farmácias na cidade.

Praça rodoviária Municipal

ENSINO — O ensino primário fundamental comum foi ministrado no município, em 1956, por 18 unidades escolares, em que estiveram matriculados 677 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Na cidade, o Cine Glória acomoda a assistência em 50 balcões e 175 cadeiras.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — A população do município dedica carinhosa manifestação a Nossa Senhora Aparecida, padroeira local. Anualmente, no primeiro domingo do mês de setembro, realizam-se animados festejos, a que comparece em massa a população de Iguaraçu.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O topônimo Iguaraçu é de origem tupi. Os habitantes do lugar adotam o gentílico iguaraçuense.

É distrito judiciário subordinado à vizinha comarca de Astorga. Na sede funciona um Cartório do Registro Civil e Anexos, bem como um Juiz de Paz. São autoridades municipais: Prefeito Sr. Sebastião Martins da Silva; Vereadores Srs. José Ribeiro da Silva, Vicente Furtado, Alberto Brunetti, Tomaz Ginak, Paulo Marcolini, Henrique Peres, João Girardi, Modesto Camgussu da Costa e Sincero Luiz de Mauro.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

IMBITUVA — PR

Mapa Municipal no 11.º Vol.

HISTÓRICO — A conquista da extensa região conhecida pela denominação de Campos Gerais é obra de diversas expedições ou bandeiras, e foi levada a efeito num trabalho de muitos anos.

Sabe-se que a zona foi visitada por importantes personalidades, logo depois do descobrimento do Brasil, a partir, portanto, do século XVI. A primeira bandeira que atingiu os Campos Gerais foi a de Aleixo Garcia, em 1526. Mais tarde, em 1531, as de Pero Lobo e Francisco Chaves cruzaram os Campos Gerais. Igualmente, D. Álvaro Nuñes Cabeza de Vacca, governador do Paraguai, na sua viagem da Espanha àquele país, passou, em 1541, pela região onde hoje se encontram as cidade da Lapa, Palmeira e Ponta Grossa, em demanda dos sertões do Tibagi.

Também Ulrich Schmiedel e diversos outros bandeirantes atravessaram os Campos Gerais no período de 1552 a 1636.

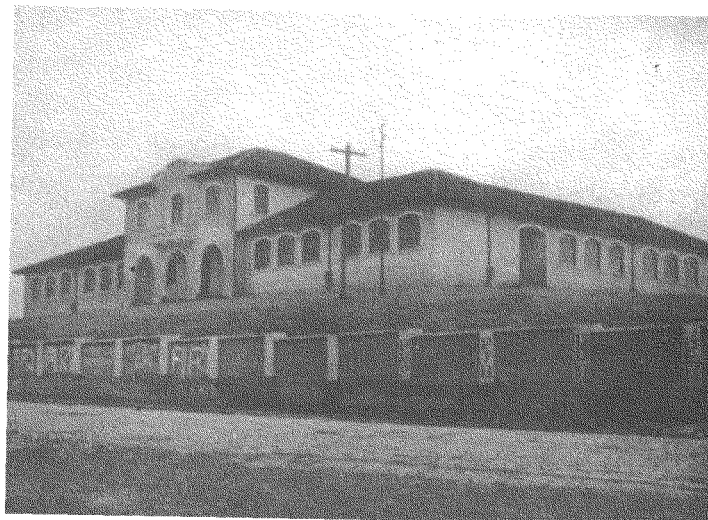
A tentativa do povoamento da região começou logo após essas primeiras "entradas" de bandeiras e expedições, e constituiu desejo manifesto do govêrno da Capitania de São Paulo, que procurou desde logo promover o povoamento dos Campos Gerais, como medida preventiva contra as incursões dos castelhanos.

Em 1704, o capitão-mor Pedro Taques de Almeida fundou em São Paulo, sob o patrocínio de Rodrigues França, uma importante companhia destinada a promover a exploração da indústria pastoril nos Campos Gerais. Para êsse fim, obteve a concessão de vasta área de terras, que deveria abranger os atuais municípios de Jaguariaíva, Piraí do Sul, Castro e Ponta Grossa.

No ano de 1706 começaram a movimentar-se em direção dos Campos Gerais os primeiros povoadores da Companhia Pedro Taques, atraídos pela propaganda inteligente desenvolvida por Rodrigues de França, em favor da região, principalmente em Faxina, de onde levas enormes de mineradores e vaqueiros demandaram às terras da concessão.

Naquela época não era possível determinar, com exatidão, as linhas limítrofes das terras da Companhia, onde nem mesmo os rios que as delimitavam possuíam nomes definitivos. Assim, era natural que um extravasamento de fronteiras se desse em vários pontos, apagando os horizontes da concessão, com internamento dos povoadores, campos e sertões adentro, numa região habitada, então, por numerosas tribos de índios selvagens e bravios.

Dentre as diversas expedições enviadas aos Campos Gerais e aos Campos de Guarapuava, com o objetivo de promover o seu povoamento, cumpre citar a que foi comandada por Diogo Pinto de Azevedo Portugal que, em 1809, rasgando 18 léguas de sertão, rumou ao ocidente, devassou o território que hoje constitui o município de Imbituva e conquistou, seguido por Rocha Loures, os Campos de Guarapuava para a civilização.

A primitiva denominação de Campos Gerais, que abrangia tôda a região descampada desde o Itararé até o contraforte das cercanias de Guarapuava, no terceiro planalto paranaense, era aos poucos modificada, com o desenvolvimento das povoações que foram surgindo.

Grupo Escolar Municipal, onde funciona também o Ginásio Estadual

Da feira permanente de Sorocaba, constituindo, nos primeiros tempos históricos, o escoadouro quase único para as produções pastoris das fazendas de Guarapuava, como também de todo o Sul do Brasil, originou-se movimentado e rico comércio de tropas desta região e o famoso centro paulista.

Tropas enormes, a cada passo desciam as serras, rumo a Sorocaba e, a cada momento, ricos comerciantes escalavam o planalto ao encontro das comitivas, para melhores negócios.

Às margens do histórico Caminho de Viamão, então pululante de tropeiros e marchantes, foram aparecendo, aqui e acolá, desde o Rio Grande do Sul até São Paulo, os pontos de "pouso", os beliches, os marcos, enfim, as futuras cidades dos Campos Gerais. A conformação geológica de um dêles, lembrando um cupim, assegurou-lhe êste nome. E desde então "Cupim" passou a ter destaque entre os "pousos" preferidos pelos tropeiros.

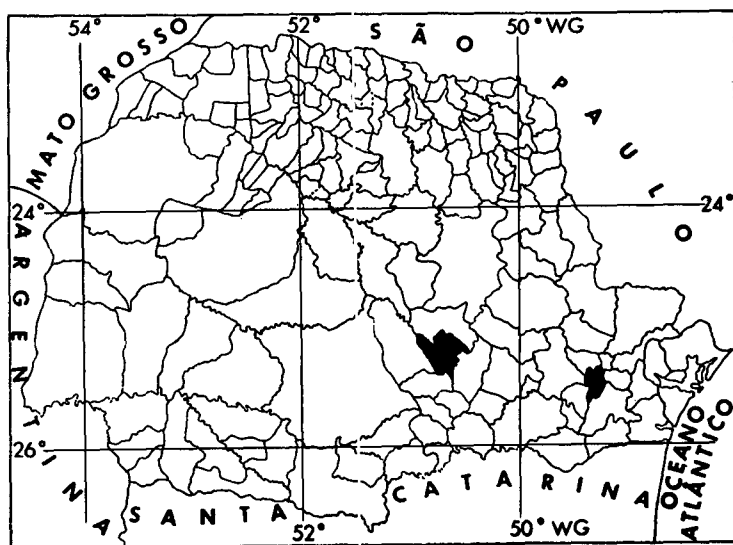
Em 1871 Antônio Lourenço, bandeirante de fibra, natural de Faxina, abandonando o comércio de tropas, aliciou companheiros e demandou a Cupim, iniciando a construção da vila. Aos primeiros habitantes juntaram-se outros, numa luta titânica de destruir para construir a natureza bravia e inculta. Êsses primeiros povoadores eram todos procedentes de Faxina, então Capitania de São Paulo.

A nova povoação não tardou a sofrer a influência de colonos alemães, poloneses e russos, que deram notável contribuição ao seu progresso e desenvolvimento. Aproximadamente em 1870 chegaram ali as primeiras famílias alemãs, procedentes de Santa Catarina. Dos núcleos coloniais paranaenses de Taquari e Quero-Quero também ali surgiram alguns alemães do Volga. As primeiras famílias prepararam o caminho para o estabelecimento de outras. Os colonos alemães que ali chegaram fixaram residência na direção da estrada que mais tarde ligaria Imbituva a Guarapuava, Ribeira, Mato Branco e Maria Brava.

Ao todo eram 50 famílias, mais ou menos. Em 1909 foi fundada a colônia do Cedro, com o total de 28 famílias alemãs. Também os italianos, em 1896, adquiriram terras em Cupim e iniciaram a fundação de uma colônia.

O povoamento da localidade teve início em 1871. Dez anos depois, em virtude da Lei n.º 651, de 26 de março de 1881, a povoação de Cupim foi elevada à categoria de vila com a denominação de Santo Antônio de Imbituva, perdendo, assim, a sua antiga denominação.

Pela Lei n.º 938, de 2 de abril de 1910, Imbituva recebeu foros de cidade sendo elevada à comarca de segunda entrância. O seu território pertencia ao município de Ponta Grossa, abrangendo inicialmente a área que hoje forma os municípios de Irati e Prudentópolis.

LOCALIZAÇÃO — Com sua sede situada no ponto de coordenadas geográficas 25° 13' 43" de latitude Sul e 50° 36' 06" de longitude W Gr., o município de Imbituva está localizado na Zona Fisiográfica de Irati. Tem como limites: ao norte, Ipiranga; a oeste, Prudentópolis; ao sul, Irati; e a leste, Teixeira Soares.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 968 metros, na sede municipal.

CLIMA — O município de Imbituva possui clima temperado. Frio, nas estações hibernais, fresco e agradável, no verão. Há ocorrência de chuvas frequentes no verão e geadas no inverno. As temperaturas médias observadas no ano passado foram de 32°C a das máximas, 12°C a das mínimas e 22°C a compensada.

ÁREA — A área municipal soma 1 073 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os acidentes geográficos de mais destaque são os rios: Ribeira, Barreiro e Perdido; a serra da Ribeira; o morro do Nogueira, com 880 metros de altitude; a queda d'água do rio Barreiro e o salto do rio dos Patos.

RIQUEZAS NATURAIS — Erva-mate e argila para cerâmica são as riquezas naturais de maior evidência na comuna.

POPULAÇÃO — A população do município de Imbituva era de 17 520 habitantes, segundo o Recenseamento Geral do Brasil de 1950, sendo 8 858 homens e 8 662 mulheres. Do total recenseado, eram brancos 16 325, 274 pretos, 876 pardos e 1 amarelo; segundo o *estado civil* (15 anos e mais) — 3 459 solteiros, 5 907 casados, 570 viúvos e 10 desquitados; segundo a *nacionalidade* — 100 estrangeiros, e 77 brasileiros naturalizados; segundo a *religião* — 15 098 católicos romanos e 2 422 de outras religiões.

Aglomerações urbanas — Três aglomerações urbanas existem no município — Imbituva, Apiaba e Guamiranga.

A cidade de Imbituva possuía, por ocasião do Recenseamento Geral do Brasil de 1950, 2 034 habitantes, sendo 1 001 homens e 1 033 mulheres, assim distribuídos: *quadro urbano* — 1 780: 875 homens e 905 mulheres; *quadro suburbano* — 254: 126 homens e 128 mulheres.

Vila de Apiaba — 365 habitantes, sendo 187 homens e 178 mulheres.

Vila de Guamiranga — 494 habitantes, sendo 252 homens e 242 mulheres.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Na agricultura reside a atividade fundamental à economia do município, secundada pela indústria extrativa e pecuária. Os valores das suas principais culturas agrícolas, com previsão da produção para 1956, foram: feijão — Cr$ 8 550 000,00; trigo — Cr$ 7 440 000,00; batata-inglêsa — Cr$ 4 834 800,00; milho — Cr$ 4 000 000,00; arroz — Cr$ 765 000,00; centeio — Cr$ 633 600,00; e uva — Cr$ 1 615 000,00.

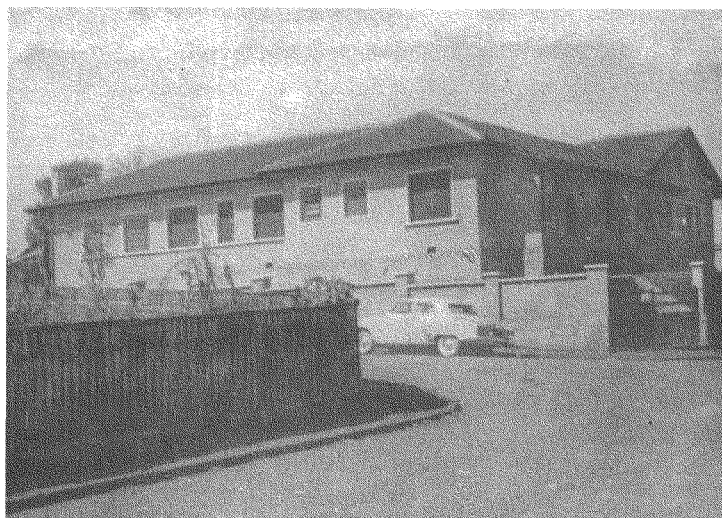
A indústria, com 32 estabelecimentos industriais, possui 10 ocupando 5 ou mais operários. Situa-se preferencialmente nos ramos "indústria extrativa, vegetal e mineral", "indústria ervateira" e "produtos alimentares".

A pecuária tem valor econômico para o município no que se refere à criação de gado suíno, bovino e eqüino, embora sejam poucos os criadores.

Em 1956, o valor da exportação para outros Estados somou a importância de Cr$ 1 578 987,00.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem funcionando normalmente no município 20 estabelecimentos comerciais varejistas e 3 estabelecimentos bancários, um dos quais é a Caixa Econômica Federal do Paraná, filial, que tem em depósito Cr$ 4 204 904,70, correspondente a 861 cadernetas.

O comércio local mantém intercâmbio de mercadorias exportadas e importadas com as seguintes praças: Ponta Grossa e Curitiba, no Paraná, e São Paulo, na Capital.

Vista parcial da Rua 15 de Novembro

Pôsto de Saúde e Puericultura

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município está dotado do transporte rodoviário, através das estradas de rodagem, inclusive a BR-35, que o cortam de um extremo ao outro. Dista dos seguintes municípios: Prudentópolis — 42 quilômetros; Irati — 38 quilômetros; Teixeira Soares — 24 quilômetros; Ipiranga — 32 quilômetros; Ponta Grossa — 58 quilômetros; da Capital Estadual — 198 quilômetros.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Imbituva, com cêrca de 3 000 habitantes, possui mais de 720 edificações e 36 logradouros públicos: 1 avenida inteiramente pavimentada, 30 ruas — 6 parcialmente pavimentadas — 2 travessas e 3 praças. É servida de energia elétrica para a movimentação das indústrias, para calefação, refrigeração e iluminação pública e particular. 427 ligações elétricas se registraram na cidade.

Há 1 hotel e 4 pensões prestando os serviços de alimentação e hospedagem.

No ano de 1956, foram registrados, na Prefeitura Municipal, 283 veículos motorizados: 66 automóveis e 217 caminhões e camionetas.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A população do município conta com os serviços profissionais de 2 médicos, 2 dentistas e 2 farmacêuticos. Dois postos de puericultura e 1 de higiene prestam assistência médica em geral, existindo, na cidade, 2 farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Os três estabelecimentos de saúde existentes na sede municipal prestam, também, assistência social à população, sendo que os 2 postos de puericultura, um da Legião Brasileira de Assistência e outro do Departamento de Assistência à Criança, da Secretaria de Saúde Estadual, especìficamente à infância.

A Cooperativa dos Produtores de Mate "Imbituva" Limitada, fundada em 1943, congrega os produtores de mate do município, num total de 646.

ALFABETIZAÇÃO — Conforme apurou o Censo de 1950, existiam no município 14 602 pessoas de 5 anos e mais, das quais, 8 546 sabiam ler e escrever, sendo 4 675 homens e 3 871 mulheres. Das pessoas de 5 anos e mais presentes na sede municipal, em número de 1 742, 1 395 sabiam ler e escrever: 690 homens e 705 mulheres.

Ensino — Funcionaram no município 57 unidades de ensino primário fundamental comum, com 1 855 alunos matriculados em 1956. Existem na cidade o Ginásio Estadual de Imbituva e a Escola Normal Secundária.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Encontram-se duas entidades culturais, ambas esportivas, promovendo entre si animadas e concorridas partidas de futebol.

O Cine Imbituvense dispondo de 220 lugares, levou a efeito 241 projeções cinematográficas, a que estiveram presentes 24 683 pessoas, no correr do ano de 1956.

Dispõe a sede municipal de 1 biblioteca mantida pela Prefeitura, com 1 386 volumes de obras gerais, e 1 livraria.

FINANÇAS PÚBLICAS —

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950......	707	...	717	...	764
1951......	1 129	...	790	...	667
1952......	2 081	1 266	771	...	661
1953......	2 006	1 517	1 055	...	842
1954......	1 364	1 951	1 026	...	1 197
1955......	2 582	2 354	1 017	...	1 176
1956......	2 654	2 628	1 600	...	1 788

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — Todo o município se irmana no período de 1.º a 13 de junho a fim de comemorar a festa de seu padroeiro, Santo Antônio, constando de uma trezena, missa solene e procissão, quermesses, barraquinhas e leilões, tudo decorrendo em meio ao mais vivo entusiasmo de fé e animação.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Quem nasce em Imbituva é imbituvense.

O topônimo é de origem indígena e foi dado à cidade, em virtude de já existir anteriormente à fundação do município outro acidente geográfico, um rio com igual nome, junto à sede.

É Imbituva comarca de 2.ª entrância, composta de três distritos judiciários: Imbituva, Apiaba e Guamiranga.

Na sede, auxiliam a administração da Justiça os Cartórios do Cível e do Crime, Registro Civil e de Imóveis, além de Cartórios do Registro Civil de cada distrito.

Seu eleitorado compreende 3 542 cidadãos.

Uma indústria do município, com escritório em Irati, dedica-se à extração do "carvonite", de valor inestimável para a medicina e a ciência, sendo uma das poucas na América do Sul.

O Govêrno Municipal está assim representado: Prefeito — Sr. José Buerher Júnior. Vereadores — Srs. Antônio E. Pontarello, Thomas Ribeiro de Jesus, Oswaldo Lima do Prado, Augusto Botoenko, Edgard Tosetto, Jorge Tebiunka, Olinto Chaves, Miguel Camargo Pedroso e Doutor Melviz Sponholz.

FONTES — Inspetorià Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Paraná.

IPIRANGA — PR

Mapa Municipal no 11.º Vol.

HISTÓRICO — Depois de Curitiba, a região dos Campos Gerais, situada no terceiro planalto do Paraná, foi a segunda zona a ser descoberta e povoada.

Quando Diogo Pinto de Azevedo Portugal, por incumbência do governador-geral da Capitania de São Paulo, partiu, em 1809, para proceder à conquista dos Campos de Guarapuava, recém-descobertos, a zona ainda se encontrava inteiramente em poder de numerosas tribos indígenas.

A conquista definitiva dos Campos de Guarapuava, ou melhor, da região do terceiro planalto, foi obra que durou mais de meio século. Durante êsse período foram organizadas diversas bandeiras e expedições que, de Curitiba e de Guarapuava, penetraram os Campos Gerais em tôdas as direções, numa luta fratricida e duradoura entre os aborígines, sòmente dominados depois de quase um século de verdadeira guerra movida pela cobiça dos conquistadores brancos.

Sòmente após a conquista dos Campos Gerais e da fundação de Guarapuava, dominadas as tribos indígenas que flagelavam a região, deu-se início à fundação de Ponta Grossa, importante centro intermediário entre Curitiba e Guarapuava e demais regiões a ocidente.

E foi de Ponta Grossa que, por volta do ano de 1850, partiu a primeira expedição que atingiria o território do atual município de Ipiranga. Essa expedição se compunha dos seguintes elementos: Valeriano Antônio da Silva, Bento da Silva Leiria, Henrique José Fernandes, Manoel Antunes Ribeiro, Generoso Pinto Leal Taques, Floriano Paes de Almeida, Ponciano da Rocha e José dos Santos Martins. Guiados pelo índio Joaquim, êsses homens penetraram o território do atual município de Ipiranga, dando-lhe a denominação de Guarda Velho, de onde passaram, em seguida, para as localidades de Lustosa, Avencal, Enxovia e Quebra-Cachorro, construindo casas e cultivando as terras.

Mas a fundação pròpriamente dita de Ipiranga foi obra do português Joaquim Teixeira Duarte, que veio para o Paraná em 1853, no mesmo vapor que conduziu o primeiro presidente da província, Conselheiro Zacarias Goes e Vasconcelos.

Joaquim Teixeira Duarte chegou à localidade no ano de 1866, fixando residência e iniciando a fundação de um povoado. No mesmo ano deu comêço à construção do cemitério, o que indica que na localidade já existia bom número de moradores. Em 1867 trouxe êle para a povoação o Padre Antônio Pina, celebrante da primeira missa em louvor à padroeira, Nossa Senhora da Conceição, benzendo em seguida o cemitério.

Ainda no ano de 1867 iniciava-se a construção da primeira capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição, sendo mais tarde substituída por uma nova igreja, construída pelo arquiteto José Maria de Freitas, que, ainda hoje, é o templo de que se serve a população para as suas práticas religiosas.

O terreno onde Joaquim Teixeira Duarte lançou os fundamentos da povoação foi doado por Francisco da Silva Leiria, Emídio Martins Padilha, Manoel Pinto de Oliveira e Dona Maria Joaquina de Andrade, conforme documento firmado em 16 de junho de 1867.

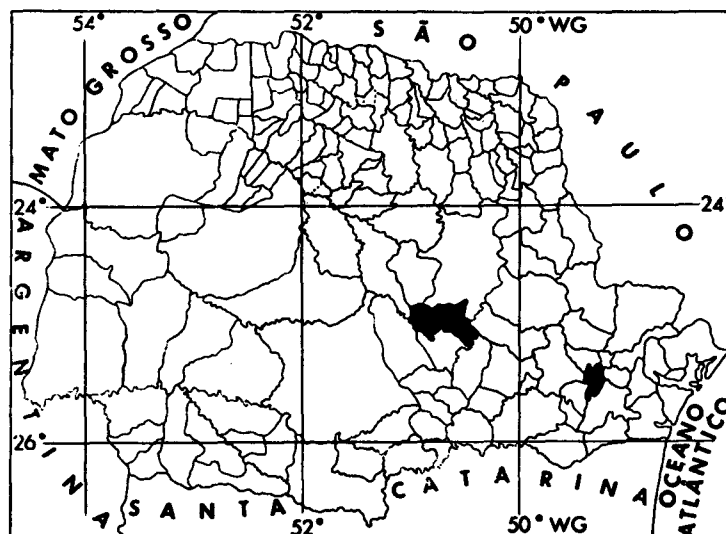
A partir de 1829, quando chegaram os primeiros imigrantes europeus ao Paraná, Ipiranga sofreu a influência de colonos poloneses, alemães e holandeses, fundadores, na região, dos núcleos coloniais de Taió, Ivaí e Bom Jardim. A primeira leva de imigrantes europeus que chegou a Ipiranga era composta de 519 pessoas, as quais se fixaram nas localidades já referidas.

Por ato de 5 de ábril de 1890, foi criado o distrito de paz de Ipiranga, tendo o Decreto n.º 148, de 14 de março de 1891, determinado as divisas entre os distritos de Conchas e de Ipiranga.

Obteve foros de vila pela Lei n.º 115, de 7 de dezembro de 1894, passando também à categoria de município autônomo, em virtude dêsse diploma legal.

A sede municipal elevou-se à categoria de cidade pela Lei n.º 2 736, de 31 de março de 1930.

LOCALIZAÇÃO — O município de Ipiranga está situado na Zona Fisiográfica de Irati. Tem como limites os municípios de Tibagi e Reserva ao norte, Prudentópolis a oeste, Imbituva ao sul e Ponta Grossa a leste.

A sede municipal está localizada na posição geográfica de coordenadas 25º 01' de latitude Sul e 50º 35' de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

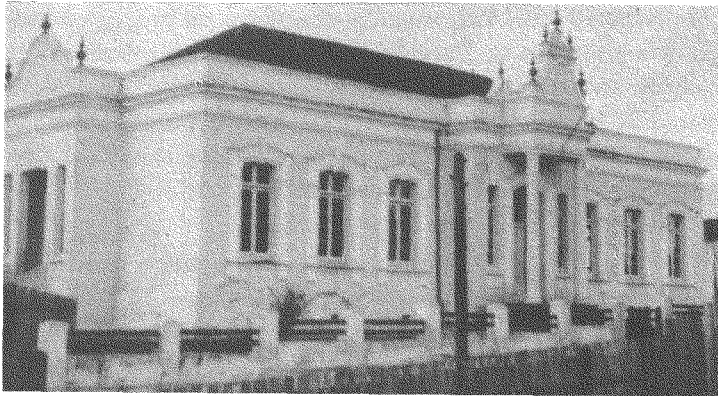
ALTITUDE — É de 789 metros na sede municipal.

CLIMA — O município de Ipiranga apresenta clima temperado. Fresco no inverno, quando há ocorrência de geadas, um pouco quente e agradável no verão, com chuvas abundantes.

As temperaturas observadas no ano de 1956 foram de 29,9ºC para a média das máximas, 6,2ºC para a das mínimas e 13,5ºC a compensada.

ÁREA — A área municipal soma 1 551 quilômetros quadrados.

RIQUEZAS NATURAIS — O pinheiro é a riqueza natural de maior evidência.

POPULAÇÃO — Pelo Recenseamento Geral de 1950, a população do município de Ipiranga era de 18 064 habitantes, sendo 9 067 homens e 8 997 mulheres. Segundo *a côr* — 15 661 brancos, 489 pretos e 1 873 pardos; segundo *o estado civil* (15 anos e mais) — 3 316 solteiros, 6 168 casa-

Grupo Escolar Dr. Cláudio dos Santos

dos, 634 viúvos e 6 desquitados; segundo *a nacionalidade* — 633 estrangeiros e 44 brasileiros naturalizados; segundo *a religião* — 17 408 católicos romanos e 1 656 de outras religiões. Os 87% da população então existente estavam localizados na zona rural. De 12 habitantes por quilômetro quadrado era a densidade demográfica do município.

Aglomerações urbanas — Conta o município três aglomerações urbanas — a cidade de Ipiranga e as vilas de Bitumirim e de Ivaí.

Segundo os resultados do Recenseamento Geral de 1950, a cidade de Ipiranga contava com uma população de 1 209 habitantes, sendo 569 homens e 640 mulheres assim distribuídos: *quadro urbano* — 915, 425 homens e 490 mulheres; *quadro suburbano* — 294, 144 homens e 150 mulheres.

A vila de Bitumirim possuía 482 habitantes, sendo 237 homens e 245 mulheres. *Quadro urbano* — 268, 128 homens e 140 mulheres; *quadro suburbano* — 214, 109 homens e 105 mulheres.

A vila de Ivaí com 580 habitantes, sendo 305 homens e 275 mulheres; *quadro suburbano* — 196, 99 homens e 97 mulheres; *quadro urbano* — 384, 296 homens e 178 mulheres.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As bases econômicas do município estão situadas na agricultura, seguida de perto pela indústria extrativa vegetal. As principais culturas agrícolas são, de acôrdo com os seus valores para 1956: milho — Cr$ 48 000 000,00; trigo — Cr$ 4 550 000,00; feijão — Cr$ 3 900 000,00; batata-inglêsa — Cr$ 2 000 000,00; centeio — Cr$ 1 080 000,00; arroz — Cr$ 972 000,00; uva — Cr$ 400 000,00.

A indústria conta com 31 estabelecimentos dos quais 8 ocupam 5 ou mais funcionários. Situa-se nos ramos "extrativo-vegetal" (madeireiro, ervateiro, fabricação de papel e papelão) e "produtos alimentares" (beneficiamento de cereais).

Sua pecuária é de pequeno porte atendendo apenas ao consumo interno, sendo maior o rebanho suíno.

Ipiranga conta com imensas reservas florestais onde o pinho predomina seguido por uma grande quantidade de "ervais", donde é extraída a "erva-mate" (chá, chimarrão).

COMÉRCIO E BANCOS — Existem no município 20 estabelecimentos varejistas que representam o comércio local. As transações mercantis (comércio importador e exportador) se fazem com as praças de Ponta Grossa, no Paraná, e São Paulo, em São Paulo, onde, por sua vez, são adquiridas as mercadorias que o município não produz e de que necessita para seu consumo interno.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por estradas de rodagem que demandam todo o interior comunicando-se com as comunas limítrofes: Tibagi — 80 km; Reserva — 72 km; Ponta Grossa — 54 quilômetros; Imbituva — 27 km; e Prudentópolis — 70 km; com a Capital Estadual — 195 km.

Na sede funciona uma agência postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Ipiranga, com uma população estimada em 1 350 habitantes, possui cêrca de 290 edificações, 24 logradouros públicos, dos quais, 18 ruas, 4 travessas e 2 praças. Encontram-se 3 hotéis e 2 pensões.

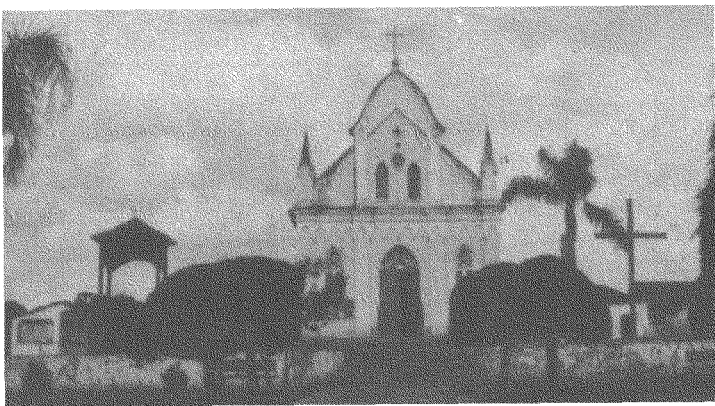
No decurso do ano de 1956, foram registrados, na Prefeitura Municipal, 293 veículos: 8 automóveis, 56 caminhões, 9 camionetas, 1 motociclo, 21 bicicletas e 198 carroças.

A vila de Bitumirim conta mais de 100 edificações e 9 logradouros públicos: 1 avenida, 7 ruas e 1 praça. E a de Ivaí, com 140 edificações, dispõe de 11 logradouros públicos: 10 ruas e 1 praça.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Exercem a profissão no município, a cuja população prestam assistência médico-sanitária, 1 médico, 1 dentista e 1 farmacêutico. São encontrados ainda, no distrito de Ivaí, o Hospital Sagrado Coração de Jesus e, na sede, 1 pôsto de puericultura, mantido pela Legião Brasileira de Assistência e 1 pôsto de higiene, da Secretaria de Saúde do Estado. Há também uma farmácia.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Os postos de higiene e puericultura também prestam serviços de assistência social à população, êste último especìficamente à infância. A Cooperativa dos Produtores de Mate "Ipiranga" Lt.da congrega 461 associados, aos quais presta tôda a assistência inerente a sua especialidade.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 mostrou a existência de 14 925 pessoas de 5 anos e mais, das quais, 7 004 sabiam ler e escrever, sendo 3 927 homens e 3 077 mulheres. Na sede municipal, o número de pessoas de 5 anos e mais era de 1 019, sendo que 776 sabiam ler e escrever: 390 homens e 386 mulheres.

Prédio onde funciona o Executivo Municipal

Igreja-Matriz de N. S.ª Imaculada Conceição

Ensino — O ensino primário fundamental comum foi ministrado no município, em 1956, a um total de 1 808 alunos, através de 44 unidades escolares. Existe na cidade um estabelecimento de ensino religioso, o Seminário São Basílio Magno.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Na sede municipal funciona 1 cinema, o Cine São Joaquim, com 200 lugares.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950......	451	433	606	286	927
1951......	782	508	666	322	767
1952......	721	935	806	376	790
1953......	647	1 007	484	294	688
1954......	765	1 180	402	231	748
1955......	681	1 183	296	222	821
1956 (1)...	1 002	1 431	2 810	332	1 438

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — Como padroeira do município é a Nossa Senhora da Conceição a quem o povo dedica a maior manifestação popular. Os festejos têm início no dia 30 de novembro, constando de solene novena e se encerrando no dia 8 de dezembro, com missa e procissão, percorrendo as principais vias públicas.

Nos distritos de Bitumirim e Ivaí, comemoram-se as festas de Santo Antônio e São João.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos no município são ipiranguenses. O topônimo Ipiranga representa uma homenagem ao local onde foi proclamada a independência do Brasil.

É comarca judiciária de 1.ª entrância compreendendo os distritos de Bitumirim, Ivaí e o da sede. Seu primeiro Juiz foi o Dr. Isidoro Breginski. Funcionam na sede os Cartórios do Cível, do Crime e Registro Civil e Anexos (um em cada distrito) e do Registro de Imóveis.

As entidades municipais são: Prefeito — Sr. Otávio Cirylo de Oliveira. Vereadores — Srs. José Marques Portella, Bernardino Giovanetti Vaz, Thomaz Henydia, Hamilton Guarnieri, Emílio José Blum, Pedro G. Silva, Estanislau S. Kossemba, João Leonel Denck e Victório Monosso.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Paraná.

IRATI — PR

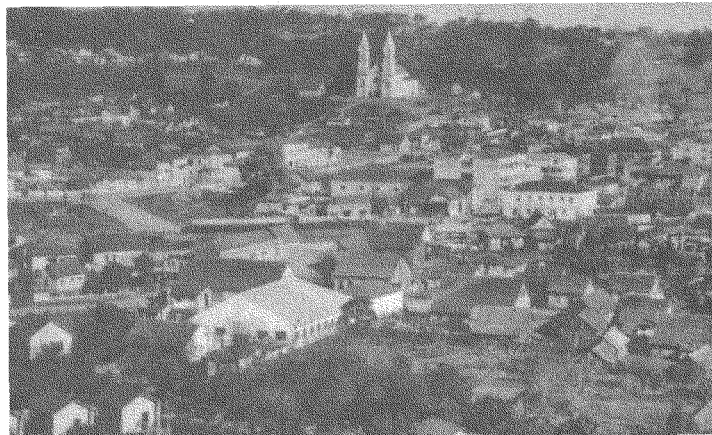
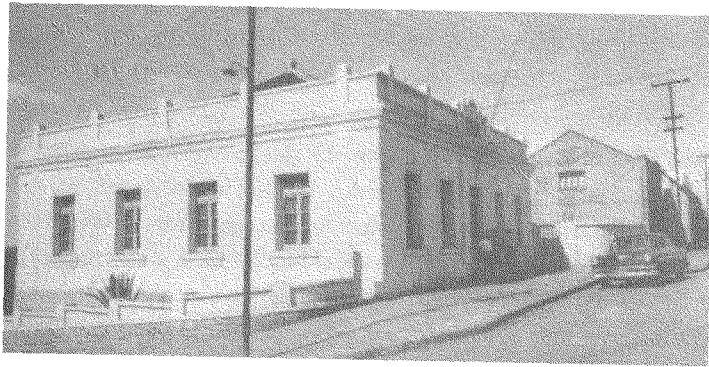
Mapa Municipal no 11.º Vol.

HISTÓRICO — Até a época da declaração da guerra, no ano de 1865, era pleno sertão o território do atual município de Irati. Logo após a declaração da guerra, foi decretado o recrutamento da Guarda Nacional e das tropas de primeira linha. Diversas famílias, temerosas de serem atingidas pelo recrutamento, se refugiaram no sertão, dando origem à formação de pequeno povoado, que recebeu a denominação de Covòzinho ou Covalzinho.

Mais tarde, em 1899, o coronel Francisco de Paula Pires e o Sr. Emílio Batista Gomes adquiriram vasta área de terras na localidade, fixaram-se em plena mata virgem para lançarem os fundamentos da futura cidade de Irati. Naquela época, a região se constituía área territorial do município de Santo Antônio de Imbituva, mais tarde simplesmente Imbituva.

O primeiro projeto de sua localização era o da Vila de São João, conhecida presentemente pela denominação de Irati Velho, e situada em lugar alto, plano, pitoresco e aprazível, com a aspiração de ser, futuramente, servida pelos trilhos da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, o que, entretanto, não aconteceu, uma vez que, ao ser construída, aquela ferrovia foi desviada da vila, marginando as colinas, para atingir o Covalzinho, sendo então inaugurada a Estação Ferroviária e Telegráfica, com a denominação de Estação de Irati.

Segundo Charlevois, uma das tribos indígenas de nação tupi, que habitava o Paraná, era denominada "Iraitins" ou "Iratienses". Êstes selvagens foram aldeados pelos Padres Jesuítas, na vertente oriental do rio Paraguai (entre 22° e 19°, de latitude Sul), aldeias essas que foram destruídas, mais tarde, pelas bandeiras paulistas de Manoel Preto e Antonio Raposo Tavares. Informa ainda que, nos bosques espessos, que desde as nascentes do Uruguai seguem para o norte e para o ocidente até saírem nos "Geraira", andavam vagueando os Iraitins, assim denominados porque usavam um casquete de cêra na cabeça, casquete êsse produzido por uma espécie de abelha silvestre de nome Iratim. Daí as probabilidades de que a cidade de Irati deva o seu nome à remota presença e dominação do gentio Iratim, por aquelas paragens.

Em 1900 a então freguesia de Irati foi elevada à categoria de distrito policial e, em 1902, à categoria de dis-

Vista parcial da cidade

Prefeitura Municipal

trito judiciário. Ainda em 1900 foi instalada a Agência dos Correios e Telégrafos em Irati. No ano seguinte, aparecia a primeira escola primária, na sede distrital.

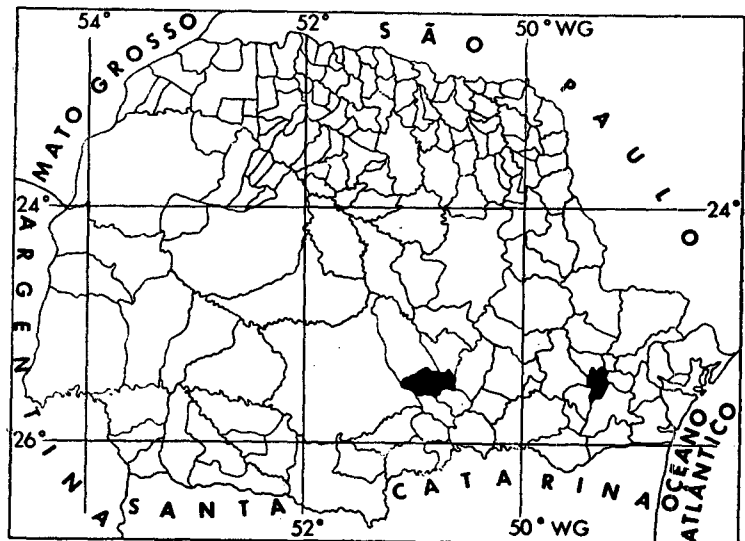
Pela Lei estadual n.º 716, de 2 de abril de 1907, sancionada pelo governador Dr. João Cândido Ferreira, Irati foi elevado à categoria de município, com território desmembrado do de Imbituva. A solenidade de instalação do município realizou-se a 15 de julho do mesmo ano, sendo empossados: Emilio Batista Gomes, no cargo de Prefeito Municipal; Benedito Moraes, Vicente de Benedito, Paulo dos Santos Xisto, Cesar Bittencourt, Juvenal de Paula Ribas e Alfredo Augusto de Cristo, nos cargos de Vereadores à primeira Câmara Municipal.

Imigrantes alemães, poloneses e de outras nacionalidades deram notável impulso ao progresso do município. A colonização estrangeira em Irati recebeu também o auxílio e cooperação do Govêrno Federal, que, a 30 de agôsto de 1908, fundou o Núcleo Colonial "Gonçalves Júnior", em local situado a 18 quilômetros da Estação Ferroviária de Irati.

De acôrdo com os planos do Govêrno, a colônia deveria admitir sòmente colonos alemães e holandeses. Assim, em 1908 chegavam a Irati as primeiras levas de imigrantes dessas nacionalidades, sendo seis famílias alemãs e quatro holandesas. Já no ano seguinte apareceram novos imigrantes alemães, inclusive algumas famílias oriundas da Rússia, as quais, não podendo suportar a solidão da floresta, abandonaram a colônia.

Em 1.º de fevereiro de 1911 foi inaugurada a escola alemã de Irati, da qual foi primeiro professor Alberto Biesemeyer. A sociedade agrícola, fundada no dia 22 de julho de 1909, teve no Sr. Neumann um dos seus mais ativos e eficientes sócios. A paróquia foi criada a 11 de março, sob a invocação de Nossa Senhora da Luz, funcionando, no mesmo ano, o Colégio Nossa Senhora das Graças.

Outros melhoramentos surgiram, cabendo salientar o semanário "Correio do Sul", cujo primeiro número circulou a 3 de outubro de 1935; a inauguração da Agência da Caixa Econômica Federal, no mesmo ano; a 7 de outubro de 1939, foi inaugurado o Grupo Escolar "Duque de Caxias"; no dia 8 do mesmo mês e ano, o Hospital "S. V. de São Paulo"; a 20 de março, o Ginásio Irati; e, em 1941, os serviços de Água e Esgotos da cidade.

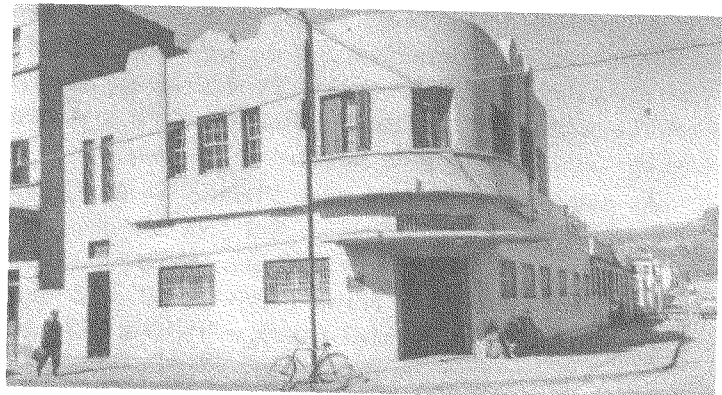
LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na Zona Fisiográfica de Irati. A sede municipal tem como coordenadas geográficas: 25° 27' 56" de latitude Sul e 50° 37' 51" de longitude W.Gr. Limita ao norte com Imbituva e Prudentópolis a oeste, com Guarapuava; ao sul, com Rio Azul e Rebouças; e a leste, com Teixeira Soares.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 812 metros na sede municipal.

CLIMA — O município possui clima frio e úmido, situado que está na região onde se registram, no período hibernal, geadas freqüentes. As temperaturas médias registradas no ano de 1956 foram de 24,2°C a média das máximas; 11°C, a das mínimas; e 17,6°C, a compensada.

ÁREA — A área municipal mede 919 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O território do município é bastante acidentado. Dois terços, aproximadamente, são montanhosos. Destacam-se a serra da Esperança, onde se localizam: o cêrro de Nhá Cota com 1 000 m de altitude e o morro da Ordenança, com 950 m. Entre os cursos dágua, contam-se os rios dos Patos, Curatuva, das Antas, Prêto e Riozinho.

POPULAÇÃO — Pelos resultados do Recenseamento Geral de 1950, o município de Irati contava uma população de 25 491 habitantes, 12 641 homens e 12 850 mulheres. Segundo a *côr*, 24 475 brancos, 213 pretos, 762 pardos e 5 amarelos; segundo o *estado civil* (15 e mais anos) 5 078 solteiros, 8 770 casados, 976 viúvos e 40 desquitados; segundo a *nacionalidade,* 1 282 estrangeiros e 318 brasileiros naturalizados; segundo a *religião,* 24 172 católicos romanos e 1 319 de outras religiões. Os 69% da população recenseada estavam localizados na zona rural.

Agência do Banco do Brasil S.A.

Aglomerações urbanas — Possui o município quatro aglomerações urbanas: Irati, sede municipal e distritos de Gonçalves Júnior, Guamirim e Itapará.

A cidade de Irati contava, segundo os resultados censitários de 1950, uma população urbana de 7 072 habitantes, dos quais 3 355 homens e 3 717 mulheres, assim distribuídos: *quadro urbano* — 6 984 habitantes, 3 303 homens e 3 681 mulheres; *quadro suburbano* — 88, 52 homens, e 36 mulheres.

As sedes distritais possuíam, também, na época do recenseamento, as seguintes populações: Gonçalves Júnior — 302 habitantes, 151 homens e 151 mulheres; Guamirim — 348 habitantes, 175 homens e 173 mulheres; Itapará — 217 habitantes, 106 homens e 111 mulheres. Estima-se em 7 600 habitantes a população atual da cidade de Irati, de 500 a de Gonçalves Júnior, 400 a de Guamirim e 510 a de Itapará.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Constitui a agricultura a mais sólida atividade fundamental da economia do município bastando, em abono dessa assertiva, registrar-se que Irati é considerado o maior produtor de batata-inglêsa (batatinha) do Paraná e um dos principais municípios produtores de trigo.

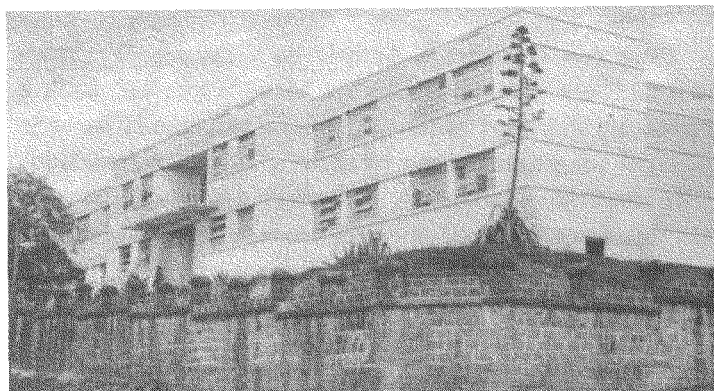
Suas primordiais culturas agrícolas, são: batata-inglêsa, no valor de Cr$ 99 000 000,00; trigo, no valor de ...... Cr$ 50 820 000,00; milho, no valor de Cr$ 46 476 000,00; feijão, no valor de Cr$ 40 560 000,00; centeio, no valor de Cr$ 1 625 000,00; arroz, no valor de Cr$ 5 520 000,00; uva, no valor de Cr$ 540 000,00. Em menor escala, a cebola e o alho.

A indústria colabora eficazmente para a economia municipal; nada menos de 116 estabelecimentos industriais possui Irati, dos quais, 35 ocupam 5 ou mais pessoas. Age principalmente nos ramos "madeireiro" (75% do valor total) e de de produtos alimentares (26%).

Em 1955 o parque industrial iratiense ocupava 1 253 pessoas econômicamente ativas (10 anos e mais) e valia cêrca de 206 milhões de cruzeiros. Merecem citação as indústrias de vidro, fósforo, cerâmicas, alcatrão vegetal e de máquinas agrícolas. A pecuária, principalmente a de suínos, embora em menor escala, influi na sua economia. Sua população pecuária em 1954 valeu aproximadamente 26 milhões de cruzeiros.

A exportação total do município (interestadual) em 1956 somou a importância de Cr$ 187 307 318,00.

Agência do Banco Comercial do Paraná S.A.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem no município 8 estabelecimentos comerciais atacadistas, 116 varejistas e 4 agências bancárias. Na cidade funciona uma filial da Caixa Econômica Federal do Paraná. Mantém Irati intercâmbio de produtos agrícolas e mercadorias com as praças do Paraná, através de Ponta Grossa, e Curitiba, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Grupo Escolar Duque de Caxias

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — É bem servido o município neste setor, pois conta com os transportes rodoviário, ferroviário (R.V.P.S.C.) e aéreo. Neste último há que se destacar a inauguração em .... 14-9-1957 de um bem aparelhado aeroporto.

Irati dista dos demais municípios limítrofes: Imbituva — 56 km; Prudentópolis — 58 km; Guarapuava — 144 km; Rio Azul — 39 km; Rebouças — 27 km; Teixeira Soares — 34 km; da Capital Estadual — 284 km; (ferrovia) e 174 km (rodovia). No setor das comunicações telegráficas, dispõe Irati dos serviços da agência postal-telegráfica do D.C.T. e da Agência Ferroviária da R.V.P.S.C. Além dêsses serviços, Irati dispõe de uma rêde de telefones, urbana e interurbana, e de uma radioemissora de ondas médias.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Irati conta uma população estimada em 7 600 habitantes; cêrca de 1 590 edificações, das quais 1 520 servindo para fins residenciais. É servida de energia elétrica para fôrça motriz e iluminação pública e domiciliar, esta com 1 293 ligações. Conta a cidade, também, com serviço telefônico, urbano e suburbano, com uma rêde de 360 aparelhos ligados. É abastecida por um bem aparelhado serviço de água com 16 000 metros de linhas distribuidoras, e ligação para 485 prédios, em 33 logradouros. A rêde de esgotos tem a extensão de 12 486 metros, servindo 25 logradouros e beneficiando 410 prédios.

Os 74 logradouros públicos cortam harmoniosamente a pitoresca cidade: 2 belas avenidas, 69 ruas pavimentadas parcialmente, e 3 praças, uma das quais inteiramente pavimentada, arborizada e artìsticamente ajardinada.

Durante o ano de 1956 foram registrados, para efeito de emplacamento na Prefeitura Municipal, 623 veículos motorizados — 238 automóveis e 385 caminhões.

O comércio é sólido e muito movimentado, tanto no ramo varejista (116 estabelecimentos) quanto no atacadista. Possui a cidade inúmeros pontos de reuniões públicas, bem montados bares e restaurantes, 3 hotéis e 2 pensões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — São plenamente satisfatórios os recursos com que contam os habitantes do município, no que tange ao fator assistência médico-sanitária e em geral: 6 médicos, 5 dentistas, 4 farmacêuticos, duas casas de saúde (Hospital de Caridade São Vicente de Paulo — particular — e Centro de Saúde, mantido pelo Govêrno Estadual) e 4 farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — O Centro de Saúde presta assistência social à população do município.

Duas cooperativas: a Agrária de Consumo "Fraternidade" Lt.da e a dos Produtores de Mate "Florestal" Lt.da, a primeira na vila de Gonçalves Júnior e a segunda na sede municipal congregam, respectivamente, 27 e 882 associados e têm como finalidade, esta, incentivar a produção e zelar pelos interêsses dos produtores de mate, e aquela, o comércio (compra e venda) de produtos agropecuários.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo os dados do Recenseamento Geral de 1950, existiam no município 21 513 pessoas de 5 anos e mais. Dêsse total, 12 728 sabiam ler e escrever, sendo 6 886 homens e 5 842 mulheres. Das 1 101 pessoas de 5 anos e mais presentes na sede municipal, 4 652 sabiam ler e escrever, sendo 2 329 homens e 2 323 mulheres.

Ensino — Em 1956, funcionaram no município 57 unidades de ensino primário fundamental comum, com a matrícula de 3 505 alunos. Existem na cidade 3 estabelecimentos de ensino extraprimário: o Ginásio São Vicente de Paula, o Ginásio Nossa Senhora das Graças, com uma escola normal anexa, e o Ginásio Irati, com uma escola técnica de comércio e uma escola normal anexas.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Doze são as associações culturais, assim distribuídas: 9 desportivas, 2 recreativas e 1 profissional.

Na cidade funciona o Cine-Teatro Wasilewski, com 1 050 lugares, tendo realizado 560 exibições cinematográficas, em 1956, com um total de 112 866 espectadores. Localizam-se na cidade 1 livraria e 1 tipografia. Editam-se em Irati 2 jornais semanais: "Correio do Sul" e "Tribuna dos Municípios". Estão localizadas na sede municipal 3 bibliotecas: a do Clube do Comércio, com 1 033 volumes; a do Grêmio Dr. Fernando Seiller Rocha, com 2 080; e a Pública Municipal, recém-organizada, com 465 volumes, tôdas de obras gerais.

Em fase experimental vem funcionando na cidade de Irati a Rádio Cultura Iratiense, dependendo a sua inauguração oficial ainda de alguns fatôres técnicos não superados, mas que já se constitui numa realidade e motivo de orgulho para os habitantes do município.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	4 988	7 051	1 534	1 203	1 602
1951	5 766	8 657	1 605	1 197	1 621
1952	10 008	7 243	2 999	1 627	2 970
1953	10 296	12 134	3 379	1 730	2 842
1954	12 737	13 733	3 711	2 018	3 710
1955	21 157	16 247	5 513	2 763	4 950
1956	26 914	22 806	3 092	3 766	6 073

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Na Praça da Bandeira estão localizados os bustos em bronze do coronel Emílio Batista Gomes, primeiro Prefeito Municipal; do Sr. Manoel Ribas, Interventor do Paraná, falecido em 1944; e do Sr. Moysés Lupion, atual Governador do Estado, busto êste inaugurado por ocasião dos festejos do cinqüentenário de Irati, em 14-9-1957.

Também na mesma oportunidade comemorativa inaugurou-se a imagem de Nossa Senhora das Graças, montada na colina dos Nogueiras, junto à cidade, monumento êste com 22 metros de altura, todo branco, iluminado à noite, possuindo em sua base uma pequena capela. É considerada como a maior imagem de Nossa Senhora em todo o mundo.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — No município são promovidas as seguintes manifestações religiosas: festa de Santo Antônio (13 de junho), de São João (24 de junho), de São Pedro (29 de junho), Nossa Senhora da Luz, padroeira local (8 de setembro), São Miguel (29 de setembro) e Finados (2 de novembro). A festa em honra da padroeira é adredemente organizada e se reveste de muito brilhantismo e animação, arrastando à sede municipal todos os iratienses e ainda centenas de habitantes dos municípios vizinhos. A manifestação no dia de Finados caracteriza-se, particularmente, pelo alto espírito de contrição, com recitação de preces especiais e romaria ao cemitério, onde são depositadas flôres e aceso um mundo de círios em tôdas as sepulturas.

Seminário Seráfico

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O topônimo "Irati" é de origem indígena, usado pela tribo dos Iratins, Iraitins ou Iratienses; acredita-se tenha por sua vez provindo de uma pequena abelha silvestre chamada e conhecida por "Iratim", cujo mel era consumido pelos silvícolas e a cêra dos favos servia para o feitio de "casquetes" (espécie de chapéu) que usavam à cabeça.

Seus habitantes levam a denominação de iratienses.

É sede de comarca de 3.ª entrância, criada em .... 24-5-1926, possuindo os cartórios do Cível e Comércio, 1.º Tabelionato, Registro de Imóveis e 2.º Tabelionato, e Criminal abrangendo o Registro Civil e anexos. Seu primeiro Juiz foi o Dr. Eduardo Xavier da Veiga, agora Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Seu eleitorado conta 6 246 cidadãos inscritos.

Os podêres municipais estão assim representados: Prefeito — Sr. João Mansur. Vereadores — Srs. Estanislau Letcha Koski, João Anciutti Pessoa, Pedro Garzuse, Nascimento S. Pepe, Olavo Santini, Dr. Ewaldo Garcez Rocha, José Galicioli, José Siqueira Rosas, Alexandre Buchman, Dr. Antonio Lopes Junior, Angelo Biachi Sobrinho.

ITAGUAJÉ — PR

Mapa Municipal no 12.º Vol.

HISTÓRICO — Remontam ao século XVI as primeiras referências históricas da região em que se localizam diversos municípios do Norte do Paraná, entre os quais o de Itaguajé. É que a extensa zona compreendida entre a bacia do rio Paranapanema, no extremo norte do Paraná, até as margens do Tibagi, Piquiri e Ivaí, a ocidente da antiga província paraguaia de Guaíra, foi a primeira a ser visitada e povoada pelos europeus.

O atual município de Itaguajé, embora seja uma das mais novas unidades administrativas do Estado, tem a sua história ligada à do município de Santo Inácio que, por sua vez, tira a sua história da antiga "Redução de Santo Inácio Mini", fundada pelos missionários espanhóis da Companhia de Jesus, em 1554, aproximadamente. Assim, tôda a área que pertenceu ao município de Jaguapitã, posteriormente desmembrado em diversas comunidades municipais, a partir do século XVI já era conhecida e habitada por elementos europeus.

A Redução de Santo Inácio Mini fundada pelos Jesuítas espanhóis à margem esquerda do Paranapanema, como as doze restantes, eram aldeamento de índios e tinham a finalidade de catequizar os povos selvagens que dominavam todo o território da antiga província paraguaia de Guaíra, demarcada pelo meridiano do Tratado de Tordesilhas.

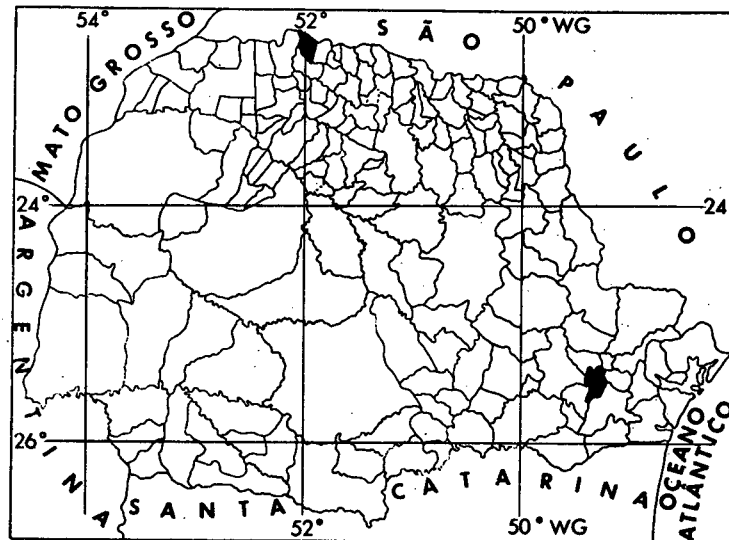
Com a entrada das bandeiras paulistas de Manoel Preto e Antonio Raposo Tavares, que, em 1629, destruíram diversas reduções e duas cidades construídas pelos espanhóis em pleno coração do sertão, os Padres Jesuítas foram obrigados a abandonar a região e uma nova fase surgiu então na história da conquista das terras que constituem a bacia do Paranapanema e dêste até o Iguaçu e o Paraná, nos limites do Brasil com o Paraguai.

Pelo espaço de quase três séculos os bandeirantes palmilharam o sertão, vadearam rios, cruzaram regiões desconhecidas, abriram veredas, penetraram os mais inóspitos lugares e foram deixando por tôda parte a semente de sua cultura, de uma civilização nova.

Mas, passada a fase da catequese indígena, superada a época do bandeirantismo nômade e errante, veio uma fase de estagnação, de marasmo para a grande e rica região da bacia do Paranapanema, a que se daria mais tarde a denominação de Norte do Paraná. Superada, também, esta fase, surgiu a do bandeirantismo moderno, das iniciativas arrojadas e das realizações ciclópicas. Então a antiga região perlustrada pelos Jesuítas espanhóis desde o ano de 1950 recebeu o influxo dêsse bandeirantismo moderno e diferente que se transformou no maior e mais dinâmico movimento colonizador de que há notícia na história social e econômica do povo brasileiro.

E com a nova política de loteamento das terras, de divisão em pequenas datas, fixou-se o homem ao solo, criaram-se novas cidades e até mesmo uma nova cultura foi estabelecida, com base no "rush" do café, que transformou o Norte do Paraná.

Do sucessivo desmembramento do município de Jaguapitã resultou a criação de muitos outros, entre os quais o de Santo Inácio, de onde saiu o de Itaguajé, que, pela Lei n.º 790, de 11 de novembro de 1951, foi elevado à categoria de distrito e pela Lei estadual n.º 253, de 26 de novembro de 1954, já era elevado a município, com território desmembrado do município de Santo Inácio. A instalação deu-se pouco tempo depois, juntamente com a posse do primeiro Prefeito eleito e dos membros da Câmara Municipal.

LOCALIZAÇÃO — Na Zona Fisiográfica Norte está localizado o município de Itaguajé. A posição geográfica da sede municipal tem como coordenadas 22º 41' de latitude Sul e 51º 54' de longitude W.Gr. Limita ao norte com o Estado de São Paulo; a oeste, com Paranacity; ao sul, com Colorado; e a leste, com Santo Inácio.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 273 metros na sede municipal.

CLIMA — O município de Itaguajé está localizado no setentrião paranaense, sendo seu clima quente. No verão a temperatura se apresenta elevada, ocorrendo chuvas abundantes nessa estação do ano. O inverno é fresco e muito agradável.

As temperaturas observadas, no ano de 1956, foram de 32ºC a média das máximas, 18ºC a das mínimas e 25ºC a compensada.

ÁREA — Mede a área municipal 343 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Nos resultados do Recenseamento Geral de 1950, a população do atual município de Itaguajé acha-se incluída na de Santo Inácio, a cujo território pertencia, naquela ocasião.

Aglomeração urbana — A cidade de Itaguajé constitui a única aglomeração urbana existente no município, com uma população estimada em 7 300 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura é o principal sustentáculo da economia municipal, secundada pela indústria extrativa vegetal. As principais culturas agrícolas (produção prevista para 1956) são: café — .... Cr$ 225 000 000,00; algodão — Cr$ 62 920 000,00; arroz — Cr$ 2 914 000,00; milho — Cr$ 1 006 720,00; amendoim — Cr$ 484 000,00; bananas — Cr$ 480 000,00; feijão — Cr$ 268 812,0.

Além do café e algodão, a cultura da hortelã-pimenta é de produção elevada, para fins industriais. A indústria

Vista parcial da Rua José Correia Araújo

consta de 48 estabelecimentos, dos quais 6 ocupam 5 ou mais operários; age preferencialmente no ramo "extrativo vegetal" (madeireiro e extração de óleo de menta) e "produtos alimentares" (inclusive beneficiamentos de cereais) A pecuária não tem significação econômica para o município.

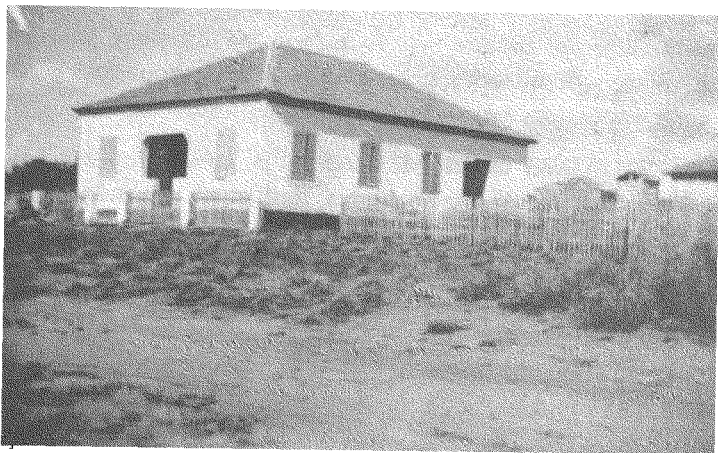
Dos produtos exportáveis, em 1956, além do café, merecem citação "tábuas serradas de peroba", com .... Cr$ 8 245 545,00 e "óleo de menta", com Cr$ 7 721 791,00.

O total da exportação (interestadual) em 1956 foi da ordem de Cr$ 31 324 050,00.

COMÉRCIO E BANCOS — Existe no município cêrca de 452 estabelecimentos comerciais varejistas e uma agência bancária, que mantêm o comércio local e transação (comércio exportador e importador) com as praças de Maringá e Londrina, no Paraná; Presidente Prudente e Tupã, em São Paulo. Os produtos importados pelo município são os que não têm produção própria ou quantidade suficiente para o consumo interno.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O meio de transporte que possui o município é o rodoviário, ligando-o aos municípios limítrofes, dos quais está separado pelas seguintes distâncias: Colorado — 30 km; Paranacity — 40 km; Santo Inácio — 27 km; Presidente Bernardes (SP) — 80 km; Pirapòzinho (SP) — 60 km. Da Capital Estadual dista 590 km.

Não é servido por estradas de ferro; possui um pequeno campo de pouso.

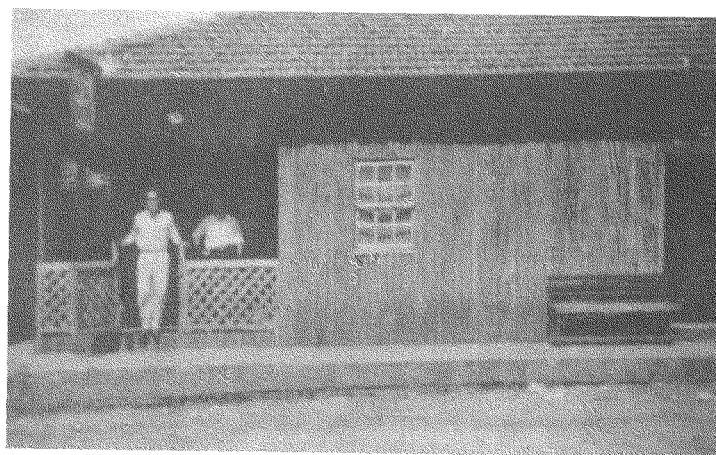
ASPECTOS URBANOS — A cidade de Itaguajé com atualmente 7 300 habitantes possui cêrca de 1 500 edificações urbanas: 20 logradouros públicos: 1 avenida, 16 ruas e praças.

Casa Paroquial

É servida por energia elétrica para a iluminação pública e particular, esta com 106 ligações domiciliares. Encontram-se 2 hotéis e 5 pensões.

Durante o ano de 1956 foram registrados na Prefeitura Municipal 33 veículos motorizados: 2 automóveis e 31 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Prestam assistência médico-sanitária, em geral, à população 3 médicos, 3 dentistas e 2 farmacêuticos, residentes na sede do município. Existem 5 farmácias na cidade.

Ensino — Em 1956 havia 16 unidades de ensino primário fundamental comum, em Itaguajé, com a matrícula de 1 081 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Em fase de organização, acha-se o Grêmio Esportivo Itaguajé. Funciona o Cine-Teatro Entre Rios, com capacidade para 250 espectadores.

Hotel Central

FINANÇAS PÚBLICAS

ANO	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1956......	—	—	2 000	2 227	1 542 120,10

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Comemoram-se, no município, as festas de São João e Natal, ambas muito animadas e bastante concorridas.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Itaguajé é topônimo indígena, do idioma tupi. As pessoas nascidas no município são conhecidas como itaguajeenses. É distrito judiciário de Jaguapitã (comarca); na sede funciona um cartório do Registro Civil e anexos e um Juiz de Paz.

Os podêres municipais estão assim representados:

Prefeito — Sr. José Gregório de Oliveira. Vereadores — Srs. Durval Galdino, Francisco Dias C. Molina, Almiro Alves de Almeida, José Alves de Almeida, Luiz Vieira de Moura, José Bispo Sobrinho, Manoel Sebastião Santos, Rogério Gonçalves Filho e José Florentino da Silva. Itaguajé conta com cêrca de 2 000 eleitores inscritos.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Paraná.

ITAMBARACÁ — PR

Mapa Municipal no 12.º Vol.

HISTÓRICO — Data do ano de 1922 o início do povoamento da região, onde se localiza o atual município de Itambaracá. A formação de patrimônios nas terras roxas do Norte do Paraná já se encontrava em voga e constituía uma modalidade nova e diferente da divisão e distribuição das terras a pequenos agricultores, que teriam nesses patrimônios a assistência de que necessitavam nos primeiros tempos do seu estabelecimento e fixação ao solo.

Via de regra, a formação de patrimônios ficava circunscrita à iniciativa privada. Companhias imobiliárias ou firmas individuais proprietárias de grandes áreas de terras promoviam o loteamento dessas terras, originando-se daí a organização de centros urbanos, circundados por um "cinturão verde", onde surgiam as lavouras de café e cereais.

A fundação do patrimônio de Itambaracá fugiu um pouco dessa rotina, porque foi organizado por iniciativa da Prefeitura Municipal de Jacarèzinho e não por atividade particular. Inicialmente recebeu a denominação de Jaborandi. O novo centro urbano foi fundado em 1922, compreendendo o loteamento de uma gleba de 35 alqueires de terras, localizadas às margens do córrego Jaborandi.

A colonização e povoamento do novo patrimônio teve comêço quando desbravadores quase anônimos e aventureiros de diversas procedências passaram pela localidade e se extasiaram diante da exuberância e fertilidade das terras, muito próprias ao desenvolvimento da agricultura e da pecuária e dotadas de incalculáveis reservas florestais, onde vicejavam, abundantemente, as mais preciosas e importantes madeiras de lei.

Através dessa propaganda espontânea difundida por tôda parte e, principalmente, nas regiões já colonizadas, o patrimônio de Jaborandi não tardou a despertar o interêsse de verdadeiros homens de visão que desejavam fundar um núcleo agrícola de onde pudessem tirar os produtos indispensáveis à manutenção própria e de suas famílias.

Foi assim que se fixaram na localidade, como pioneiros de sua colonização, o Capelão João Faustino, grande propagador da religião católica e incansável catequizador e fundador de templos religiosos, o qual conseguiu atrair com a sua palavra de fé e denodada confiança no futuro da região, outros pioneiros, que foram: Luiz Antônio Rodrigues, Manoel da Silva Machado, Antônio Parralego, Major Florêncio, João Alves, família Lázaro Gomes Pinto e outros.

A família Lázaro Gomes Pinto se destacou como implantadora da cultura do café na região e incentivadora do comércio local; Antônio Parralego foi o primeiro comerciante de secos e molhados, tecidos, etc., e estabeleceu-se também com o primeiro hotel que denominou "Hotel Santa Maria"; Manoel da Silva Machado, homem dotado de grande visão, foi também um dos primeiros comerciantes, destacando-se ainda como introdutor das primeiras indústrias de cerâmica e de beneficiamento de cereais; Luiz Antônio Rodrigues dedicou-se ao desbravamento das matas, formando novos núcleos populacionais, sendo o primeiro na criação de gado vacum e suíno. Foi ainda o proprietário do primeiro automóvel que entrou no patrimônio de Jaborandi. O percurso de 36 quilômetros entre Cambará e esta localidade foi feito em três dias de viagem. É que não havia estrada de rodagem, sendo êsse tempo gasto na abertura do caminho, por onde devia passar o automóvel.

A primeira rodovia que ligou o patrimônio de Jaborandi a Sussuí, no Estado de São Paulo, foi aberta pelos colonizadores acima referidos, no que foram auxiliados pela Prefeitura Municipal de Jacarèzinho com 15 por cento do total das despesas.

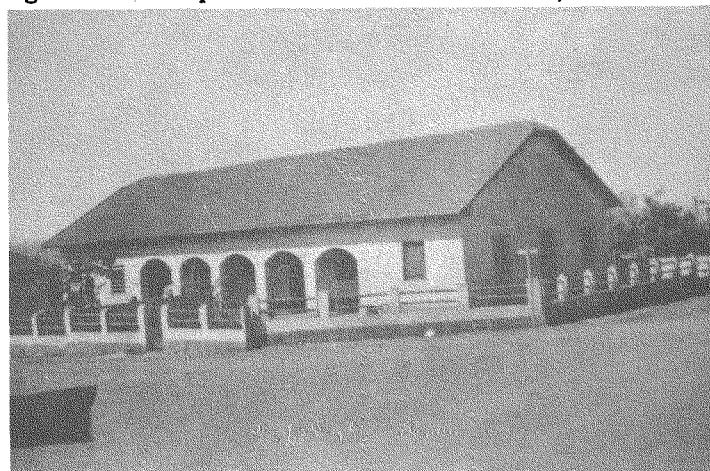
Com o desmembramento do município de Jacarèzinho em virtude da criação do de Cambará, o patrimônio de Jaborandi passou a integrar o território dêsse último, recebendo notável impulso no seu progresso, no que colaborou decisivamente a fecunda administração de Bráulio Barbosa Ferraz, à frente da Prefeitura Municipal de Cambará.

Por essa época, outro centro populacional progredia e se desenvolvia extraordinàriamente, graças à administração do Prefeito Bráulio Barbosa Ferraz: era o patrimônio de Ingá que, por Decreto estadual n.º 347, de 30 de março de 1935, foi elevado à categoria de distrito administrativo de Cambará, ao qual Jaborandi ficou jurisdicionado.

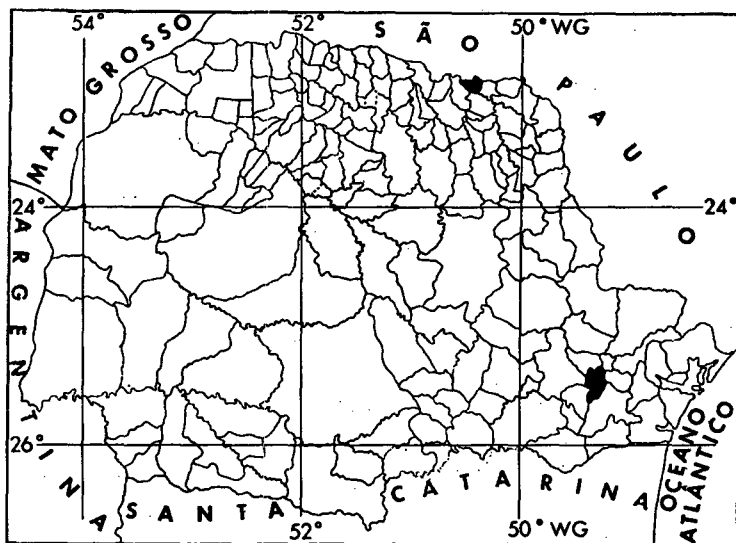
Em virtude do Decreto-lei n.º 199, de 31 de dezembro de 1943, o distrito de Ingá foi elevado à categoria de município, com a denominação de Andirá, e o patrimônio de Jaborandi à categoria de distrito administrativo de Andirá, com a denominação de Itambaracá, época em que foi criado o primeiro Cartório Distrital.

Por fôrça da Lei municipal n.º 81, de 21 de setembro de 1953, da Prefeitura de Andirá, o distrito de Itambaracá perdeu parte do seu território em virtude da criação do distrito de São Joaquim do Pontal, sendo Prefeito Municipal o Sr. Orlando Urizzi e, pelo Decreto-lei estadual n.º 32, de 7 de fevereiro de 1955, Itambaracá, finalmente, conseguiu a sua emancipação, elevado que foi à categoria de município, passando a administrar também o distrito de São Joaquim do Pontal.

Em 3 de outubro de 1955, foram realizadas as primeiras eleições municipais, tendo sido Prefeito Municipal por eleição o Sr. Horácio Cheira, e vereadores os seguintes cidadãos: Adalberto Carlos Giocanini, Antônio Fabris, Artur Ribeiro da Silva, Canuto Parralego, Sebastião Soares de Brito, Domingos Menegazzo, Inácio V. de Araújo, Kietiro Outiki e Cassiano Aparecido Dias, que constituíram a primeira Câmara Municipal de Itambaracá.

Em 17 de dezembro de 1955 foi empossado o primeiro Vigário da Paróquia de São Francisco Xavier, de Itamba-

Prefeitura Municipal

racá, o Padre Leonardo Nilssen, nomeado por provisão de D. Geraldo de Proença Sigaud, Bispo Diocesano de Jacarèzinho, que criou a paróquia no dia 1.º de novembro de 1955.

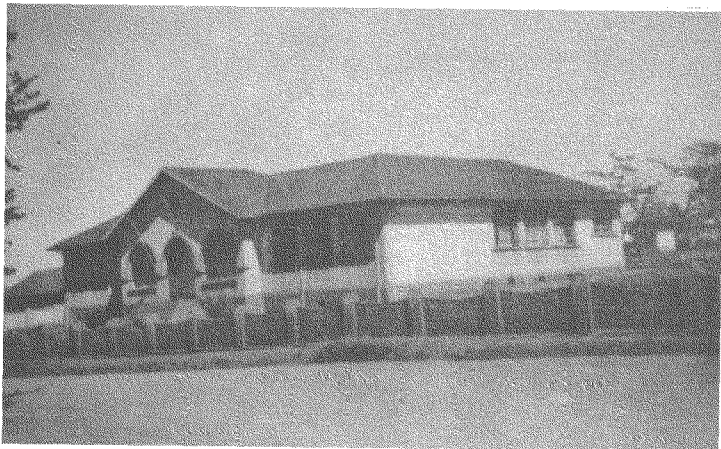
LOCALIZAÇÃO — A sede municipal está situada na posição geográfica de coordenadas: 23° 2' de latitude Sul e 50° 22' de longitude W.Gr., e o município enquadrado na Zona Fisiográfica Norte. Está limitado ao norte pelo Estado de São Paulo; a oeste, por Santa Mariana; ao sul, por Bandeirantes e a leste, por Andirá.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Itambaracá possui clima quente, bom e saudável. As temperaturas registradas nos últimos anos foram de 33°C a média das máximas, 18°C a das mínimas e 25,5°C a compensada.

ÁREA — A área do município é de 201 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os seus principais acidentes geográficos são: rio Paranapanema, rio das Cinzas e cachoeira do Salto das Cinzas, com aproximadamente 1,80 metros de altura.

RIQUEZAS NATURAIS — As riquezas naturais em evidência são representantes do reino mineral: argila e areia. Em segundo plano, as reservas de madeiras.

POPULAÇÃO — O atual território de Itambaracá contava, na época do Recenseamento Geral de 1950, uma população de 9 336 habitantes, sendo 4 998 homens e 4 338 mulheres.

Grupo Escolar Marcílio Dias

Agência do Banco Comercial do Paraná S.A.

A densidade demográfica era de 36 habitantes por quilômetro quadrado. Os 91% da população municipal estavam localizados na zona rural.

Aglomerações urbanas — Conta o município duas aglomerações urbanas: Itambaracá e São Joaquim do Pontal.

A cidade de Itambaracá, com a categoria de vila, na época censitária de 1950, possuía 831 habitantes, sendo 433 homens e 398 mulheres, assim distribuídos: quadro urbano — 642 (344 homens e 308 mulheres); quadro suburbano — 189 (99 homens e 90 mulheres). Estima-se sua população atual em 1 350 habitantes.

São Joaquim do Pontal, simples povoado, em 1950, conta, agora, cêrca de 300 habitantes, aproximadamente.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Na agricultura reside a principal atividade econômica do município. Das culturas agrícolas destacam-se (inclusive a produção prevista para 1956): café — Cr$ 18 000 000,00; milho — ...... Cr$ 52 130 000,00; arroz — Cr$ 14 275 000,00; algodão — Cr$ 6 552 000,00; feijão — Cr$ 2 420 000,00. Ùltimamente vem tomando impulso a cultura do rami, para fins industriais. Em menor escala, as culturas de alfafa, mandioca e trigo.

A pecuária também colabora para a economia municipal, tendo a exportação de suínos em 1956 alcançado a cifra de Cr$ 5 248 332,00.

A indústria, em fase inicial, possui 17 estabelecimentos, dos quais 1 funciona com 5 ou mais operários. Explora os ramos: "produtos alimentares" (inclusive beneficiamento de cereais) e "indústria de cerâmica".

A exportação total do município em 1956 atingiu a soma de Cr$ 33 723 235,00.

COMÉRCIO E BANCOS — Conta o município com cêrca de 28 estabelecimentos varejistas e 1 agência bancária.

Mantém intercâmbio comercial (comércio exportador e importador) com as praças de Cornélio Procópio, Bandeirantes, Ponta Grossa, Curitiba e Paranaguá, no Paraná; e Ourinhos, Assis e a Capital de São Paulo, no Estado de São Paulo. Adquire nessas localidades os artigos e gêneros de que necessita para seu consumo interno.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por estradas de rodagem que o ligam às comunas vizinhas: Andirá — 22 km; Bandeirantes — 12 km; Santa Mariana — 26 km; Sussuí (SP) — 28 km; Palmital (SP) — 44 km; Cândido Mota (SP) — 41 km; distando da Capital Estadual — 429 km.

Vista parcial da Avenida Manoel Ribas

Na sede acha-se instalada uma agência postal do D.C.T. O município dispõe dos serviços telefônicos da Cia. Telefônica Nacional.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Itambaracá possui atualmente cêrca de 1 350 habitantes, 17 logradouros públicos, dos quais, 2 avenidas e 15 ruas. É servida por energia elétrica para iluminação pública e domiciliar, esta com 148 ligações. Existem, na cidade, quase três dezenas de estabelecimentos comerciais, de todos os ramos, e mais de 300 edificações das quais 258 servindo para residência. No ano de 1956 foram registrados na Prefeitura Municipal 46 veículos motorizados: 18 automóveis e camionetas e 28 caminhões. Um confortável hotel presta os serviços de hospedagem e de alimentação. Há também serviços telefônicos urbano, com 10 ligações, e interurbano.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Atendem à população do município com os recursos de que carece no setor da assistência médico-sanitária e em geral 1 médico, 2 dentistas e 2 farmacêuticos, residentes na cidade.

Na sede municipal funcionam 2 farmácias.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 mostrou a existência, na sede do então distrito de Itambaracá, de 673 pessoas de 5 anos e mais, das quais, 403 sabiam ler e escrever, sendo 242 homens e 161 mulheres.

Ensino — 9 estabelecimentos de ensino fundamental comum funcionaram no município, em 1956, nos quais foram matriculados 637 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existe na cidade o Cine Santa Rita, com 500 lugares. O seu movimento em 1956 foi da ordem de 7 574 espectadores para um total de 112 sessões cinematográficas.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	1 290	—	—	—
1951	—	1 513	—	—	—
1952	—	1 868	—	—	—
1953	—	1 407	—	—	—
1954	—	1 869	—	—	—
1955	—	2 155	—	—	—
1956	—	3 166	1 391	646	1 258

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E EFEMÉRIDES — São comemoradas no município as seguintes datas fixas: 3 de dezembro, dia de São Francisco Xavier, padroeiro local; 24 de junho, dia de São João Batista, e 30 de novembro, aniversário da instalação do município e datas móveis; Páscoa e Semana Santa.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — "Itambaracá" é topônimo indígena de origem tupi e significa: "pedra de águas correntes". Quem nasce no município é itambaracaense. É composto de 2 distritos judiciários: o da sede, e o de São Joaquim do Pontal, ambos subordinados à comarca de Andirá, município vizinho. Nos distritos funcionam Cartórios do Registro Civil e Anexos e Juízes de Paz.

São autoridades municipais: Prefeito, Sr. Horácio Cheira. Vereadores — Srs. Antônio Fabris, Cascuto Parralego, Adalberto C. Giovanini, Artur R. da Silva, Sebastião Soares de Brito, Inácio V. de Araújo, Kietiro Oitiki, Domingos Menegosso e Cassiano A. Dias.

Existiam em 1957, 1 292 eleitores inscritos no município.

JABOTI — PR

Mapa Municipal no 11.º Vol.

HISTÓRICO — Jaboti tem como seus fundadores Antônio José de Azevedo e João de Paula, que fixaram residência naquele local no findar do século passado. Mais tarde lançaram êles os fundamentos da cidade formando seu patrimônio que doaram à Nossa Senhora das Dores, padroeira local.

O atual território de Jaboti fazia parte da Fazenda Jaboticabal, nome êste escolhido para denominar a nova localidade, o qual foi abandonado por verificarem, seus fundadores, a existência de cidade paranaense com o mesmo nome. Vigorou então até 1919, quando passou a denominar-se Carlópolis. Entretanto, para conservar o nome tradicional da região, resolveram dar ao novo povoado a denominação "Jaboti".

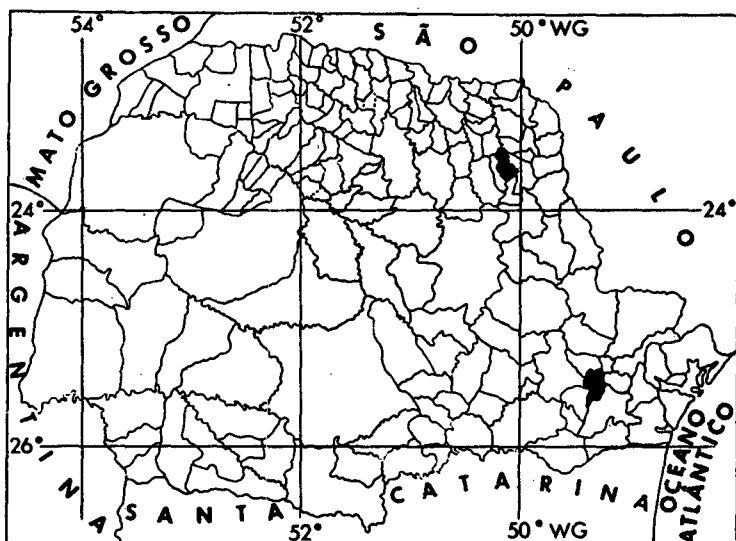
Elevado à categoria de distrito policial pelo Decreto n.º 561, de 1.º de dezembro de 1909, quando governava o Estado Francisco Xavier da Silva, foi mais tarde em 19 de março de 1912 transformado em distrito judiciário, pela Lei n.º 1 110, daquela data. Em 1928, elevou-se à categoria de município, com território desmembrado do de Tomazina. Realizadas as primeiras eleições municipais, foram eleitos os Srs. Hermindo Augusto de Oliveira, para Prefeito, e para a constituição da Câmara: Lupércio Garcia Freire, José Ferreira Tavares, Adelino Moraes e Silva, Arnoldo Noronha Nogueira, Teófilo Marques da Silveira e Manoel Ramos y Ramos.

Pelo Decreto n.º 106, de 22 de janeiro de 1934, do Interventor Federal, Manoel Ribas, foi extinto o município de Jaboti, por não atingir sua arrecadação o "quantum" previsto em lei, voltando o território a integrar o de Tomazina.

Com a Lei n.º 790, de 14 de novembro de 1951, constituiu parte do município de Japira, pela criação dêste, desanexado do de Tomazina.

Voltou Jaboti, à categoria de município pela Lei estadual n.º 253, de 26 de novembro de 1954, desmembrado de Japira.

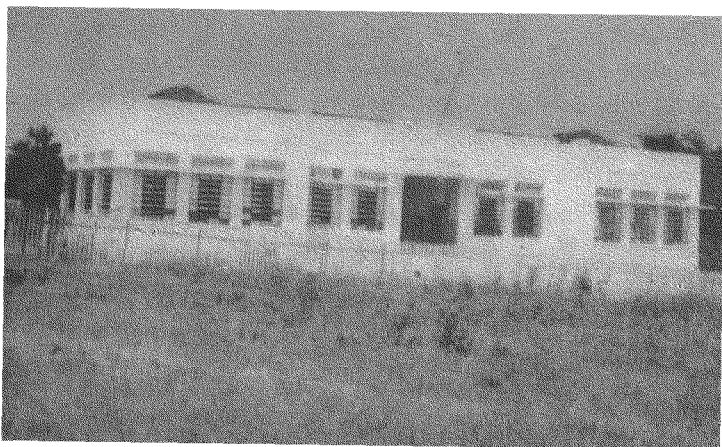
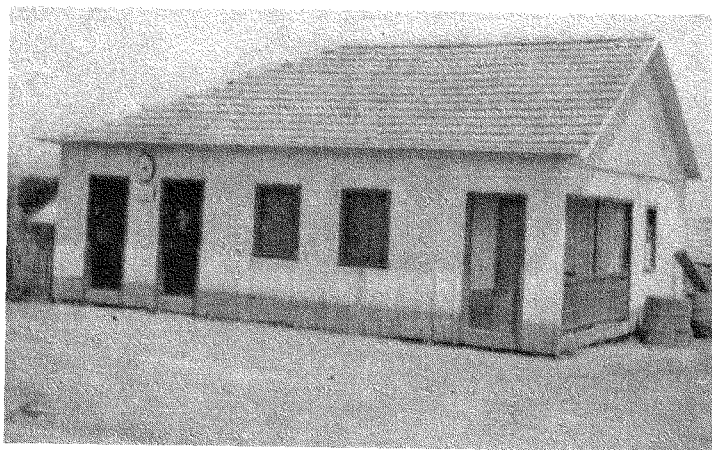
LOCALIZAÇÃO — Jaboti situa-se na zona fisiográfica de "Tomazina". Limita ao norte com os municípios de Jundiaí do Sul e Joaquim Távora; ao sul, com os de Ibaiti e Pinhalão; a leste, com o de Tomazina; e ao oeste, ainda, com o de Ibaiti, Congonhinhas e Ribeirão do Pinhal.

A cidade de Jaboti está situada na posição geográfica de 23° 42' de latitude Sul e 50° 4' de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — De 611 metros, na sede municipal, é a altitude registrada.

CLIMA — O clima é ameno e saudável. Observou-se, em 1956, a seguinte temperatura: média das máximas — 26°C; média das mínimas — 14°C; e média compensada — 20°C.

ÁREA — Com a área de 430 quilômetros quadrados, Jaboti é um dos menores municípios do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O principal acidente geográfico do município é o rio das Cinzas, que corre na direção sul-norte. O território municipal de Jaboti é sulcado por vários rios e ribeiros dos quais se destacam os rios Justo, Marimbondo, e ribeiro das Pedras, Vermelho, da Corredeira, do Patrimônio, do Erval e Lageado.

Grupo Escolar Jaboti-Paraná

Prefeitura Municipal

No sistema orográfico, ali estão a Serra de Boa Vista, o Pico de Bela Vista e o Pico Agudo, êste, com 916 metros de altitude.

POPULAÇÃO — Contava, pelo Recenseamento de 1950, com 6 722 habitantes inclusive a população do atual município de Japira que então fazia parte do seu território como simples povoado, sendo 3 411 homens e 3 211 mulheres. A densidade era de 13 habitantes por quilômetro quadrado; 93% da população estavam localizados no quadro rural. É de se notar a predominância numérica do elemento masculino — na zona rural — 3 511 homens para 3 211 mulheres. Há quase perfeito equilíbrio na zona urbana — 231 homens e 232 mulheres.

Aglomerações urbanas — Duas aglomerações urbanas existem no município, a de Jaboti (sede municipal) e a de Conselheiro Mayrinck (sede do distrito do mesmo nome). Sòmente é conhecida a população recenseada, em 1950 (da cidade) — 463 habitantes — 231 homens e 232 mulheres, assim distribuídos: quadro urbano — 152 homens e 146 mulheres; quadro suburbano — 79 homens e 86 mulheres.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As principais fontes econômicas do município são a agricultura e a pecuária. Na agricultura sobressaem milho, arroz, feijão e batata.

Das pessoas em atividade (10 anos e mais), 40% da população se dedicam à "agricultura, pecuária e silvicultura".

COMÉRCIO E BANCOS — No município há 13 estabelecimentos comerciais importantes e uma centena de outros de pequenos capitais, como bares, botequins, etc. O comércio local mantém transações com as praças de Santo Antônio da Platina, Jacarèzinho, Ourinhos (SP), Marialva (SP), São Paulo (SP), Curitiba (PR), Pinhalão, Venceslau Braz e Ponta Grossa.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Jaboti é servido apenas por estradas de rodagem. Está ligado aos municípios vizinhos de Japira, Joaquim Távora, Jundiaí do Sul, Tomazina e Pinhalão. Dista a cidade de Jaboti da Capital do Estado 305 quilômetros e, da Capital Fe-

deral, 882 quilômetros. As outras distâncias seguem na tábua itinerária abaixo:

ESPECIFICAÇÃO	DISTÂNCIA (km)	VIA DE TRANSPORTE	OBSERVAÇÕES
Municípios limítrofes			
Japira	13	Rodoviária	—
Jundiaí do Sul	52	Rodoviária	—
Joaquim Távora	70	Rodoviária	(Via Tomazina e Siqueira Campos)
Tomazina	24	Rodoviária	—
Pinhalão	6	Rodoviária	—

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Jaboti possuía, por ocasião do Censo de 1950, 463 habitantes. É servida de luz elétrica com 70 ligações. O consumo médio anual é de aproximadamente 56 000 kW para tôda a cidade.

ALFABETIZAÇÃO E ENSINO — É desconhecida a percentagem de pessoas, em idade escolar, que sabiam ler e escrever. Em 1957, havia 7 unidades de ensino primário fundamental comum e uma de ensino complementar.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)			DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Estadual	Municipal		
		Total	Tributária	
1953	393	—	—	—
1954	506	—	—	—
1955	529	—	—	—
1956	738	910	288	910

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — As pessoas nascidas no município adotam o gentílico jabotienses. O colégio eleitoral do município é de 950 votantes.

Igreja-Matriz Municipal

Realizadas as eleições municipais, em 3 de outubro d 1955, foram eleitos os seguintes cidadãos: Sr. Domingo Ferreira de Quadros — Prefeito Municipal. Para a Câmar Municipal: Srs. José Custódio de Siqueira, Dalico Rodri gues Daniel, José Guedes de M. Neto, Vitorino Correi Sebastião Rodrigues, Felisbino Proença de Souza, Bene dito Ubirajara S. Freire, João Juventino de Siqueira.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Depar tamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Ter ras e Colonização do Paraná.

JACARÈZINHO — PR

Mapa Municipal no 12.º Vol.

HISTÓRICO — O primeiro desbravador do território que compõe o atual município de Jacarèzinho foi o fluminense Antônio Calixto, ali chegado, aproximadamente, por volta do ano de 1886. A êsse pioneiro devem-se as derrubadas de matas, de onde surgiram as primeiras lavouras da região

A partir de então, outros sertanistas começaram a chegar à localidade, fixando-se nas proximidades da residência de Antônio Calixto. Entre êstes destacam-se Joaquim Severo Batista e Francisco de Paula Figueiredo.

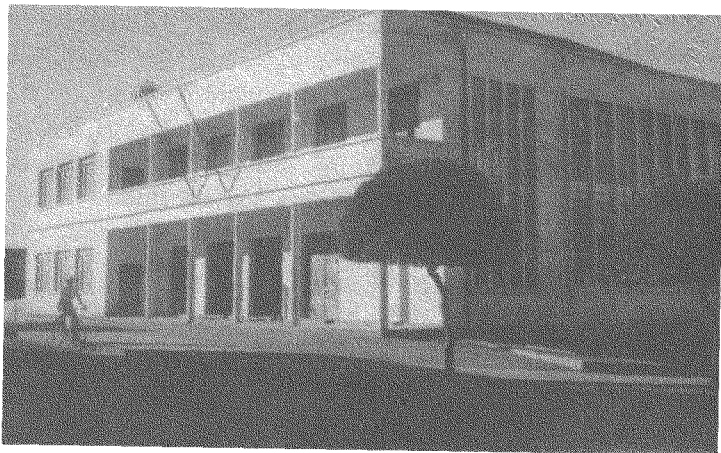
Em 1888, a família Alcântara, de origem mineira chegou a Jacarèzinho, acompanhada de grande comitiva da qual faziam parte o médico João Cândido de Souza Fortes e o Padre Frei Inácio de Melo e Souza, celebrante da primeira missa na povoação nascente. À família Alcântara deve-se a fundação da Fazenda da Prata, que muito contribuiu para o povoamento e desenvolvimento da região, até então sertão inóspito.

Frei Inácio de Melo e Souza, logo que ali chegou, tratou de promover a ereção de uma capela, na Fazenda da Prata, e sua construção foi concluída em 1895, tendo o referido sacerdote procedido a sua bênção no dia 25 de dezembro do mesmo ano.

Com a notícia da fertilidade e excelência das terras de Jacarèzinho, outras famílias procedentes de Minas Gerais e São Paulo estabeleceram-se na localidade, nascendo, assim, a povoação.

No ano de 1896, Joaquim Antônio Graciano e sua mulher, Maria Sabina de Jesus, fizeram doação aos padroeiros do lugar, Nossa Senhora da Conceição e São Sebastião, de uma sesmaria de 50 alqueires de terra, obtida do Govêrno Imperial. Nesse ato, o casal foi representado pelo tenente Antônio da Fonseca Alcântara. Ergueu-se uma capela, ao redor da qual novas casas foram surgindo.

Ainda nesse mesmo ano, o tenente Antônio da Fonseca Alcântara abriu uma estrada de rodagem, ligando o novo povoado ao pôrto dos Alcântaras, no rio Paranapanema. Por volta de 1889 e 1890 aportaram em Jacarèzinho o Dr. Costa Júnior, Júlio Cerqueira Cezar, Manoel Brizola Veado, João Frutuoso de Melo e Baltazar Sodré, que constituíram a terceira leva de pioneiros, empreendedores, através de uma região desconhecida, de uma aventura arriscada e quase temerária.

Arrostando tôdas as dificuldades próprias da época e do ambiente, tais como as grandes distâncias, endemias, falta de estradas, de vias de comunicação e de recursos,

Prefeitura Municipal

aquêles desbravadores do sertão jamais se atemorizaram diante das dificuldades dos obstáculos enfrentados. Ao invés, tentaram e realizaram obra gigantesca, transformando a matéria agreste e rude em magnífico centro de cultura, de progresso e de civilização.

Dentro em pouco foram sendo ampliadas, aperfeiçoadas e desenvolvidas as culturas agrícolas, e surgiram os produtos da lavoura, os cereais, o açúcar bangüê, a aguardente, o café, exportado pela primeira vez em 1896 por Francisco Inácio de Paula Abreu e por Baltazar Sodré; apareceu a criação de suínos em larga escala e tudo evoluiu e se desenvolveu, graças à feracidade do solo e à salubridade do clima.

Entretanto, a região sòmente começou a se desenvolver em ritmo acelerado de progresso, a partir do ano de 1910, com a vinda de novos fazendeiros e o afluxo de grande número de imigrantes paulistas e mineiros. Figuram dentre êsses as famílias Barbosa Ferraz e Pimenta, Leôncio de Castro, Luiz Antônio de Almeida Barros, Dr. Fernandes Eugênio Martins Ribeiro e Dr. Geraldo Pacheco Jordão.

O município de Jacarèzinho é hoje um centro de primeira grandeza dentro do Estado do Paraná, quer como produtor de café, de cereais, animais e outras mercadorias próprias da região setentrional do Paraná, quer como unidade de cultura, progresso e civilização.

O primitivo nome do lugar foi Nova Alcântara, tendo sido criado distrito com essa denominação em 4 de julho de 1890, como unidade administrativa do município de Tomazina.

Pela Lei estadual n.º 352, de 2 de abril de 1900, foi elevado à categoria de município autônomo, com a denominação de Nova Alcântara, e desmembrado do município de Tomazina. A instalação oficial foi efetuada em janeiro de 1901. Por fôrça da Lei estadual n.º 471, de 3 de abril de 1903, passou a denominar-se Jacarèzinho, em virtude do rio de idêntico nome, que banha o município.

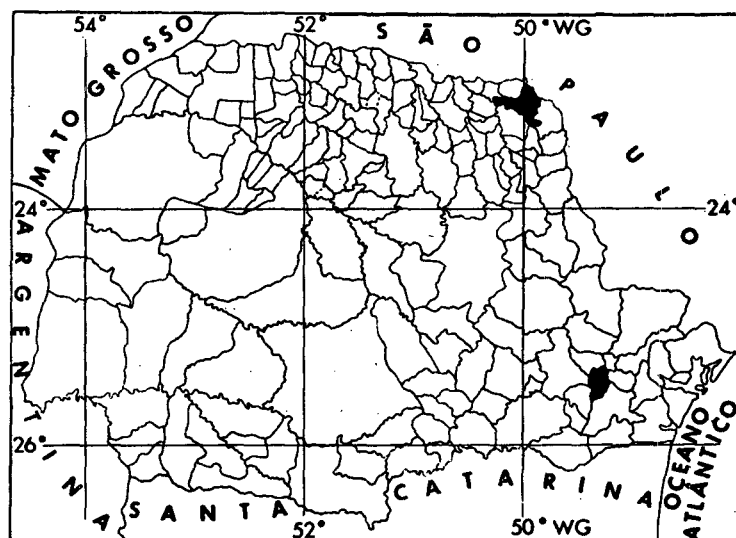
A comarca foi criada pela Lei estadual n.º 525, de 9 de março de 1904, sendo instalada no dia 1.º de junho do mesmo ano. A sede municipal passou à categoria de cidade em virtude da Lei estadual n.º 1 020, de março de 1911.

No decurso de poucos anos, o território municipal sofreu diversos desmembramentos, que resultaram na criação de muitos outros municípios autônomos, o que bem demonstra a pujança do seu progresso. Assim, pela Lei estadual n.º 1 424, de 31 de março de 1914, Jacarèzinho perdeu parte do seu território, que passou a formar o município de Santo Antônio da Platina.

Pela Lei estadual n.º 2 208, de 28 de março de 1923, foi criado o município de Cambará, com território desmembrado do de Jacarèzinho. Ainda pela Lei estadual n.º 2 396, de 14 de novembro de 1934 efetuou-se novo desmembramento territorial, criando-se o município de Bandeirantes que, abrangendo parte do território de Cornélio Procópio, ficou integrando a comarca de Jacarèzinho, até a vigência do Decreto estadual n.º 6 213, de 18 de janeiro de 1938, que transferiu a comarca de Jataí para Cornélio Procópio. Nessas condições, o atual município de Jacarèzinho ficou com um território bastante reduzido, compreendendo apenas os distritos da sede municipal e o de Barra do Jacaré.

Seus limites atuais foram estabelecidos pela Lei estadual n.º 790, de 14 de novembro de 1951, quando foi fixada a nova divisão administrativa do Paraná, para vigorar no quinqüênio 1952-1956.

LOCALIZAÇÃO — Jacarezinho está localizado na Zona Fisiográfica do Norte do Paraná. São os seguintes os limites do município: ao norte, os municípios de Andirá e Cambará e o Estado de São Paulo; ao sul, os de Santo Antônio da Platina e Joaquim Távora; a oeste, os de Bandeirantes e Andirá; e a leste, o de Ribeirão Claro.

A posição geográfica da sede municipal tem as seguintes coordenadas: latitude Sul — 23° 9' 24", longitude Oeste de Greenwich — 49° 58' 16".

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal de Jacarèzinho é de 435 metros.

CLIMA — O clima do município é quente, como, aliás, ocorre nas demais comunidades da região Norte do Paraná. Segundo observações meteorológicas, registrou-se a temperatura média das máximas de 30°C; a das mínimas, 20°C; a compensada, 25°C; precipitação anual — 1 478,6 milímetros.

ÁREA — A área total do município é de 680 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município possui alguns acidentes geográficos de certa importância. Entre

Avenida Presidente Getúlio Vargas

os cursos d'água destacam-se os rios Paranapanema, Jacaré e Cinzas. A serra Grande tem 600 metros de altitude e serve de divisa entre Jacarèzinho e Bandeirantes. Existem ainda a gruta chamada da Pedra Criminosa e a Lagoa do Pedro Martins.

RIQUEZAS NATURAIS — O município possui grande quantidade de argila de ótima qualidade, própria para o fabrico de telhas, tijolos e outros artigos de cerâmica. Conta, também, com enormes depósitos de pedra-de-ferro e areias de grande valor para as obras de construções.

POPULAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 revelou que o município de Jacarèzinho contava uma população de 34 405 habitantes. Dêsse total, 18 122 pertenciam ao sexo masculino e 16 283, ao sexo feminino. Apresentava a densidade demográfica de 49 habitantes por quilômetro quadrado. Nada menos de 76% da população se encontravam na zona rural. A sede municipal, em 1950, contava uma população de 8 131 habitantes.

Aglomeração urbana — A única aglomeração urbana existente em todo o território municipal é a cidade de Jacarèzinho. Segundo o Recenseamento Geral de 1950, a população da sede municipal era de 8 131 habitantes, dos quais, 3 928 homens e 4 203 mulheres.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O maior e mais importante ramo de atividade econômica do município é a agricultura, seguindo-se-lhe a pecuária, o comércio e a indústria. A agricultura, pecuária e silvicultura abrangem nada menos de 41% da população ativa (10 anos e mais). Ao café seguem-se em importância, na economia do município, a cana-de-açúcar e o arroz com casca. O valor da produção agrícola, em 1954, foi de 149 milhões de cruzeiros. Em 31 de dezembro de 1954 a população pecuária tinha o seu valor estimado em 26 milhões de cruzeiros.

A indústria, ocupando 636 pessoas econômicamente ativas, valia, em 1955, quase 261 milhões de cruzeiros. O principal ramo industrial era o de produtos alimentares, que representava 90% do valor global do parque industrial de Jacarèzinho, e se compunha, na sede municipal, de 13 estabelecimentos, em 1957.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio, na cidade de Jacarèzinho, é bastante desenvolvido. Existem na sede municipal 8 estabelecimentos atacadistas e 109 varejistas. Quanto ao movimento bancário, que apresenta resultados satisfatórios, se resume em 5 agências representativas de grandes estabelecimentos de crédito do Paraná e outras Unidades da Federação.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por estradas de rodagem, estrada de ferro (Rêde de Viação Paraná—Santa Catarina) e por transportes aéreos, a cargo da "Real-Aerovias Brasil". A cidade está ligada aos municípios vizinhos de Cambará, Ribeirão Claro, Joaquim Távora, Santo Antônio da Platina, Bandeirantes e Andirá. A distância entre a sede municipal e a Capital do Estado, por estrada de ferro, é de 528 quilômetros e, por estrada de rodagem, 374 quilômetros.

Entre a sede municipal e as cidades vizinhas, segundo o meio de transporte, as distâncias são as seguintes:

Cambará — ferroviário, 41 quilômetros; rodoviário, 21 quilômetros; *Andirá* — ferroviário, 69 quilômetros, rodoviário, 39 quilômetros; *Bandeirantes* — *ferroviário*, 93 quilômetros, rodoviário, 58 quilômetros; *Ribeirão Claro* — rodoviário, 29 quilômetros; *Santo Antônio da Platina* — rodoviário, 22 quilômetros; *Joaquim Távora* — ferroviário, 57 quilômetros, rodoviário, 60 quilômetros; Ourinhos (SP) — ferroviário, 27 quilômetros; rodoviário, 27 quilômetros; *Curitiba* — aéreo, 260 quilômetros; ferroviário, 528 quilômetros, rodoviário, 420 quilômetros.

Há no município uma agência postal-telegráfica, uma estação radioemissora, que é a Sociedade de Rádio Difusora de Jacarèzinho, ZYN-2, com a potência de 250 watts e freqüência de 1 460 quilociclos.

ASPECTOS URBANOS — A sede municipal, pelo seu aspecto urbanístico, é uma das mais belas e importantes da região setentrional do Paraná. Os logradouros públicos são quase todos calçados a paralelepípedos, isto é, 50 por cento da área urbana da cidade. Há uma linha de ônibus que serve a cidade para o transporte de passageiros, dentro dos perímetros urbano e suburbano.

A rêde telefônica conta com 174 aparelhos. No setor da iluminação existem 2 660 ligações elétricas. Há 7 hotéis e 8 pensões. Na Prefeitura Municipal estão registrados 237 automóveis e 292 caminhões. Possui Jacarèzinho um aeroporto, com um tráfego bastante intenso. Há os serviços de água canalizada e esgôto. A rêde distribuidora de água mede 21 700 metros, abastecendo 1 082 prédios em 27 logradouros. A rêde de esgotos, com a extensão de 21 353 metros, beneficia 1 070 prédios.

Exatoria Estadual

Foi a seguinte a produção e consumo de energia elétrica, no último ano: Para iluminação pública — 266 970 quilowatts; para iluminação particular — 3 489 489 kWh; para fôrça motriz — 1 718 548 kWh.

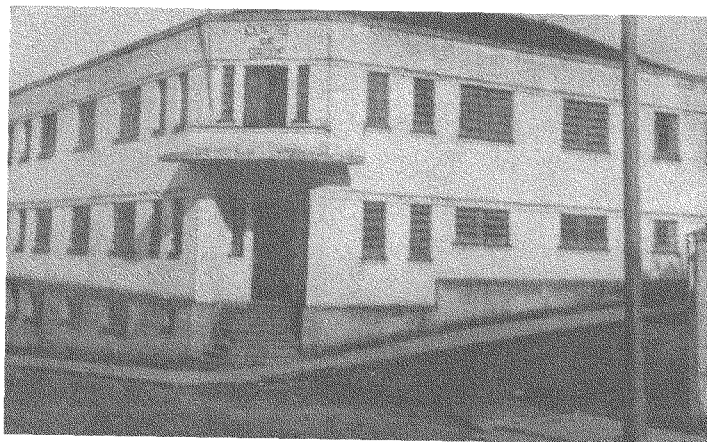
ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município conta com os serviços da modelar Santa Casa de Misericórdia, que possui 77 leitos. Atualmente, o edifício está sendo remodelado e ampliados os seus cômodos e serviços, dada a intensa procura do nosocômio em aprêço pelas populações das cidades vizinhas.

O corpo médico de Jacarèzinho é representado por 13 profissionais. Há ainda 13 cirurgiões-dentistas e 6 farmacêuticos. Em relação, também, aos estabelecimentos de assistência médico-sanitária, devem ser arrolados mais os seguintes: Centro de Saúde, 4.º Distrito Sanitário do Departamento Nacional de Endemias Rurais, Pôsto Federal contra o Tracoma, Pôsto de Puericultura e Pôsto de Combate à Ancilostomose. Existe, ainda, o Asilo dos Orfanatos São José e São Vicente de Paulo.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Com o objetivo de prestar assistência aos agricultores e lavradores do município, foi fundado e se encontra em funcionamento, o Pôsto Agropecuário de Jacarèzinho, que é a sede da 5.ª Secção de Fomento Agrícola do Paraná. De muita utilidade para todos os agricultores é a Sala Ambiente do Serviço do Café, órgão do Ministério da Agricultura, a que incumbe o fomento agropecuário em geral, assistência técnica à lavoura, distribuição e venda de sementes selecionadas, empréstimo de máquinas agrícolas e animais reprodutores.

Êsse órgão mantém um Campo de Cooperação destinado a produção e experiências das variedades cultivadas no município; demonstração de métodos nacionais, mecanização de agricultura e diversas outras atividades. Todos êstes serviços são mantidos em regime de cooperação, pelos Govêrnos estadual e federal.

ALFABETIZAÇÃO — Dos 28 575 habitantes registrados pelo Censo Demográfico de 1950, no município de Jacarèzinho, 11 055 pessoas sabiam ler e escrever. Isto significa que o índice de alfabetização, ali, era de 38%. Do total de alfabetizados, 6 817 eram do sexo masculino e 4 238, do sexo feminino. Não sabiam ler nem escrever 17 493 pessoas, sendo 8 238 homens e 9 255 mulheres.

Instituto Biológico de Pesquisas Tecnológicas

Centro de Saúde Estadual

Ensino — Em 1956 estavam em funcionamento 67 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, 4 do ensino secundário e 1 do curso comercial.

O ensino secundário é ministrado pelo Colégio Estadual Rui Barbosa, Colégio Cristo Rei e Colégio Imaculada Conceição. Além dêsses estabelecimentos, funcionam na cidade de Jacarèzinho duas Escolas Normais Secundárias e um Curso Técnico de Contabilidade.

O ensino primário, amplamente difundido em todo o território municipal, é ministrado por 5 Grupos Escolares, na sede, e por 62 escolas públicas isoladas, disseminadas por todo o município.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Encontram-se em funcionamento no município as seguintes bibliotecas estudantis: a do Colégio Cristo Rei, com 1 380 volumes; a do Colégio Imaculada Conceição, com 2 150 volumes; a da Escola de Aplicação da Escola Normal, com 1 171 volumes; e a do Colégio Rui Barbosa, com 5 500 volumes.

Circulam no município o semanário "Jacarèzinho" para divulgação de matéria de interêsse do município; "Ecos do Cristo Rei", de periodicidade bimestral; "O Protestante", jornal bimestral, órgão da Igreja Presbiteriana Conservadora do Brasil.

A Associação Esportiva Jacarèzinho é uma entidade que goza de excelente conceito em todo o território estadual.

Existe também um cine-teatro bastante freqüentado pela população local.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950......	4 700	16 149	2 258	1 585	2 006
1951......	7 335	17 596	2 991	1 836	2 521
1952......	6 977	20 005	4 522	2 319	4 156
1953......	7 117	19 582	9 753	2 542	6 186
1954......	8 631	24 893	6 853	2 794	7 753
1955......	11 055	34 739	6 911	3 221	5 182
1956......	11 114	41 785	8 074	4 641	5 435

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — A cidade tem belas e expressivas tradições religiosas. Durante o ano realizam-se importantes festejos, quase todos acompanhados de procissões, cumprindo destacar as seguintes festas: da Imaculada Conceição, em 8 de dezem-

Hotel Municipal

bro; de São Sebastião, em 20 de janeiro; de São Benedito, no mês de maio, além das grandes procissões da Semana Santa.

Seguindo velha tradição mineira, transplantada para o Paraná, realizam-se congadas, durante os festejos em referência. A Catedral Diocesana é um dos mais belos templos do Paraná e foi construída em 1885, ali existindo obras do pintor Eugênio Sigaud e do escultor Silvestre Blasco.

Nota peculiar da cidade é a Fanfarra Feminina das alunas do Colégio Imaculada Conceição e dos Orfeões do mesmo estabelecimento de ensino, bem como do Colégio Estadual "Rui Barbosa".

A bênção das máquinas e instrumentos de trabalho, e as festas que se seguem na Usina de Açúcar local lembram os festejos dos engenhos de açúcar do tempo do Império.

VULTOS ILUSTRES — Figuram neste plano os fundadores do município, entre os quais se destacam *Antônio Calixto, Joaquim Sevério Batista, Francisco de Paula Figueiredo,* Dr. *João Cândido de Souza Fortes,* o Padre *Inácio de Melo e Souza, Joaquim Antônio Graciano, Antônio da Fonseca Alcântara* e muitos outros, cujas memórias são sempre reverenciadas pelos habitantes do município.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Às pessoas nascidas no município dá-se a denominação de jacarezienses.

Jacarèzinho é comarca de 2.ª entrância, contando com um Juiz de Direito, 1 Promotor Público, 1 Cartório do Registro Civil, na sede municipal, outro na sede do distrito de Barra do Jacaré, Cartório do Registro de Títulos e Documentos, Tabelionato de Notas, Cartório do Escrivão do Cível, Comércio e Anexos e 1 Escrivania do Crime.

A legislatura vigente foi instalada em 1955. É Prefeito Municipal de Jacarèzinho o Sr. Cássio Arantes Pereira. A Câmara Municipal compõe-se de 11 vereadores: Waldemar M. de Figueiredo, Alírio Ximenes, Nelson Jorge, Arnaldo Bardelli, José Galeriani, Nelson Gomes de Oliveira, Arlindo Bessa Júnior, Accílio Cecílio, Péricles Pereira, Anésio de Almeida e José Miglácio.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Paraná.

JAGUAPITÃ — PR

Mapa Municipal no 12.º Vol.

HISTÓRICO — Na época histórica surgida com a afluência de pessoas de outros Estados em direção às terras exuberantes situadas no setentrião paranaense, maravilhosamente propícias ao cultivo de tôda espécie de cereais, notadamente ao do café, inúmeras eram as caravanas, com o objetivo exclusivo de escolherem áreas vastas e conjuntas em terras devolutas do Estado. Tais fenômenos migratórios tiveram registro na história do desbravamento dos ínvios sertões, então existentes, no atual território do município de Jaguapitã.

A sede do município, hoje próspera e bela cidade, surgiu em meados de 1937, ano em que ali chegou uma caravana composta de várias famílias, das quais se destacaram as dos Srs. Antônio Pinto e Izaltino Rodrigues, consideradas como as fundadoras da localidade. Lançados os seus fundamentos, a localidade floresceu tão logo foi constituído o Patrimônio denominado São José dos Bandeirantes. Naquele mesmo ano, foi inaugurada a primeira casa comercial de propriedade do Sr. Izaltino Rodrigues, hoje, verdadeiro empório comercial com a denominação de "Casa Branca".

Em 1940, já a localidade no mais franco desenvolvimento, contando com inúmeras edificações, foi pelos moradores requerida ao Govêrno Estadual a medição das glebas do Patrimônio. Realizada por topógrafos da Secretaria da Agricultura, teve o Patrimônio o seu nome substituído para Colônia de São José dos Bandeirantes, que progrediu ainda mais, devido à afluência, nos anos de 1941 a 1943, de inúmeras outras famílias e de tal maneira cresceu que, pelo Decreto-lei n.º 199, de 30 de dezembro de 1943, foi elevada à categoria de vila, com a nova e atual denominação de Jaguapitã. Foi a nova vila instalada, a 1.º de janeiro do ano seguinte, juntamente com a Agência Arrecadadora de Impostos, tendo como seu primeiro titular o Sr. Silvado de Melo.

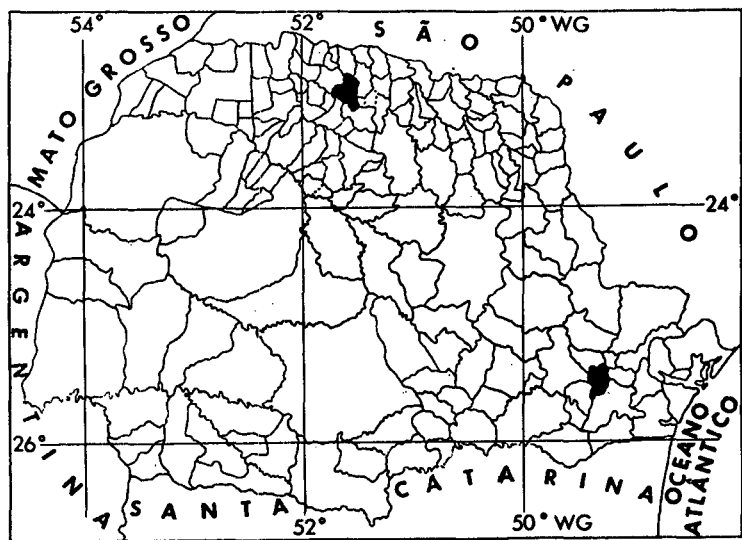
Pertencendo, desde o início ao município de Sertanópolis, continuou a integrá-lo, até 1947, época em que foi dêle desmembrado para se constituir em novo município, criado pela Lei estadual n.º 2, de 10 de outubro daquele ano. Teve como seu primeiro Prefeito, eleito em sufrágio popular realizado em 7 de novembro de 1947, o Sr. Alfredo Baticiato.

Prefeitura Municipal

Coletoria Estadual

Do primitivo território municipal de Jaguapitã, foram criados, pela Lei n.º 790, de 14 de novembro de 1951, os municípios de Centenário do Sul, Lupionópolis e Santo Inácio; pela de n.º 253, de 26 de novembro de 1954, os de Cafeara, Colorado, Guaraci e Itaguajé.

LOCALIZAÇÃO — Jaguapitã acha-se localizado na Zona Fisiográfica Norte do Paraná, em pleno setentrião paranaense. Limita ao norte com os municípios de Centenário do Sul, Guaraci e Florestópolis; a leste, com o de Bela Vista do Paraíso; ao sul, com o de Rôlandia; e a oeste, com o de Astorga.

A cidade está situada na posição geográfica das coordenadas 23° 06' de latitude Sul e 51° 32' de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — De 450 metros é a altitude na sede municipal.

CLIMA — O município possui clima quente, sêco durante o verão, fresco e úmido, no inverno. As temperaturas médias observadas em 1956 foram: 27°C para a das máximas; 14°C, a das mínimas e 18°C, a compensada.

ÁREA — A área do município é de 492 quilômetros quadrados, sendo atualmente uma das menores do Estado, em virtude de seus desmembramentos sucessivos para formar outras comunas.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O principal acidente geográfico é o rio Bandeirantes do Norte, que divide o município de Jaguapitã com os de Astorga e Rolândia. É cortado por diversos ribeiros e córregos, dos quais se destacam os de Santa Rita, Centenário, Pelotas, Jaguapitã, Araruna, do Capim, e córregos Água Bonita, Jaraguá, Floresta, Campestre e outros.

RIQUEZAS NATURAIS — Do reino mineral é extraída a argila, matéria-prima para a fabricação de tijolos e telhas, que se constitui, pròpriamente, a única riqueza em exploração.

POPULAÇÃO — A população recenseada no município de Jaguapitã, por ocasião do VI Recenseamento Geral do Brasil, foi de 17 637 habitantes, sendo 9 328 homens e 8 309 mulheres, das quais, 2 635 residiam nos quadros urbano e suburbano e 15 002, na zona rural.

De 14 habitantes por quilômetro quadrado era a densidade demográfica do município. Segundo resultados censitários, 85% dos habitantes estavam localizados na zona rural.

Aglomeração urbana - Existe apenas o aglomerado urbano formado pela cidade de Jaguapitã, que contava, na época do Censo de 1950, com 2 635 habitantes, sendo 1 303 homens e 1 332 mulheres.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A economia do município está quase totalmente assentada na cultura do café, seguindo-lhe as de milho, algodão, feijão e arroz.

Das pessoas presentes no município, 42% se ocupam nos ramos da agricultura, pecuária e silvicultura.

As atividades industriais embora em pequena escala são intensas. Funcionam sem interrupção serrarias, olarias, fábricas de móveis, de calçados, máquinas de beneficiamento de café e arroz.

O comércio é bem desenvolvido nos ramos atacadista e varejista, de cereais, armarinhos e ferragens. Somam-se 77 estabelecimentos, dos quais, 11 atacadistas. Estão instalados na cidade 2 bancos.

COMÉRCIO E BANCOS — O município conta 11 estabelecimentos atacadistas, 66 varejistas e 2 agências bancárias que representam crédito e comércio locais.

Efetua um intercâmbio intenso de produtos agrícolas e mercadorias com as seguintes praças: Curitiba, Parana-

Avenida Paraná

guá e Londrina, no Paraná; São Paulo e Santos, em São Paulo. Ali vende sua produção própria, e compra os produtos e artigos indispensáveis para o consumo interno do município.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade de Jaguapitã é servida por estradas de rodagem que a ligam às sedes dos municípios vizinhos nas distâncias de: Rolândia, 32 quilômetros; Santo Inácio, 72 quilômetros; Guaraci, 22 quilômetros; Centenário do Sul, 37 quilômetros; Astorga, 32 quilômetros; Porecatu, 60 quilômetros; Florestópolis, 33 quilômetros; Lupionópolis, 54 quilômetros; Cafeara, 45 quilômetros. A ligação às Capitais do Estado e Federal é feita, também, pelo transporte rodoviário, em uma extensão de 405 e 1 160 quilômetros, respectivamente.

As comunicações são feitas pela agência do Departamento dos Correios e Telégrafos e pôsto radiotelegráfico da Polícia Militar do Estado.

ASPECTOS URBANOS — A cidade conta com 27 logradouros públicos: 2 praças, 4 avenidas e alamedas e 21 ruas. É servida de energia elétrica para a iluminação pública e domiciliária e para fôrça motriz, fornecida pela organização econômica denominada "Fazenda Maragogipe". Durante o ano de 1956, havia 437 ligações. O consumo naquele ano, foi aproximadamente de 30 000 kW.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência é prestada à população por 3 médicos, 3 dentistas e 4 farmacêuticos. Existem na cidade 5 farmácias.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo resultados do VI Recenseamento do Brasil, das pessoas presentes, em idade escolar no município, 16% sabiam ler e escrever.

Ensino — Em 1956 havia 48 unidades escolares do ensino primário fundamental comum e o Ginásio de Jaguapitã.

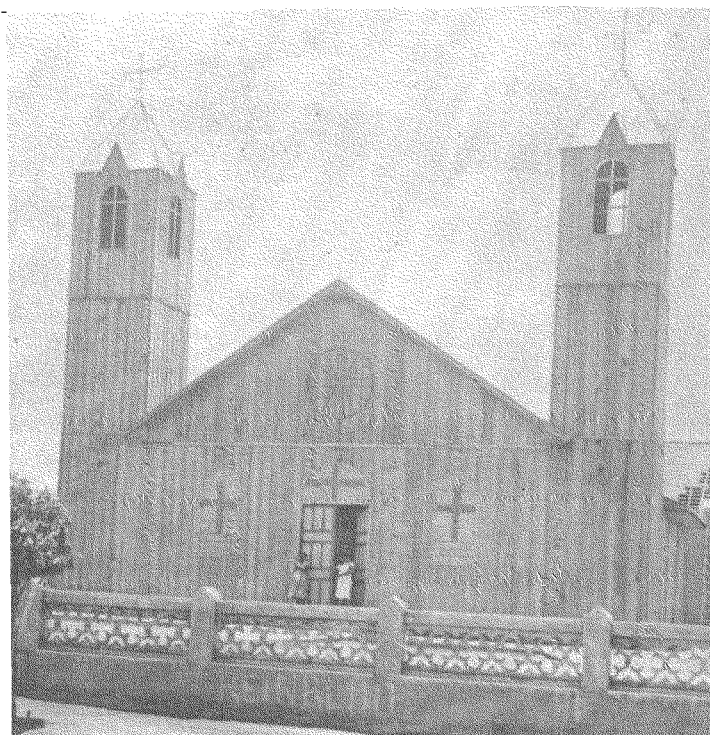
OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Funcionam, na cidade, 2 cinemas e 1 biblioteca estudantil, do Ginásio de Jaguapitã, com 300 volumes.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950......	...	5 851	1 732	1 109	1 646
1951......	...	6 826	2 575	1 112	2 667
1952......	...	8 105	4 150	3 017	4 392
1953......	...	7 341	4 053	2 289	3 927
1954......	...	7 033	4 512	2 470	3 741
1955......	...	11 926	4 558	2 692	5 435
1956 (1)...	...	9 333	5 311	3 476	5 169

(1) Orçamento.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O topônimo Jaguapitã dado ao município é de origem tupi, ignorando-se, todavia, seu exato significado. Seus habitantes são chamados jaguapitaenses.

É sede de comarca judiciária de 2.ª entrância compreendendo os distritos de: Jaguapitã, Guaraci e Colorado. Funcionam na sede os Cartórios do Registro Civil e Anexos, do Crime e do Cível e Tabelionato; nas sedes distritais, os cartórios de Registro Civil e Anexos. O eleitorado inscrito em 1955 era de 4 825 cidadãos.

Igreja-Matriz Municipal

A legislatura atual foi empossada em 1955, e está assim constituída: Prefeito — Sr. Reinaldo Gonçalves. Vereadores — Srs. José Coleto, Joaquim Rodrigues da Silva, Jerônimo Ribeiro, Zoilo A. Alcântara, Dr. Leão Gomel, Eurico Paiva Vidal, José Justino Neto, Alcino Cerci, Doutor Lúcio Milanez.

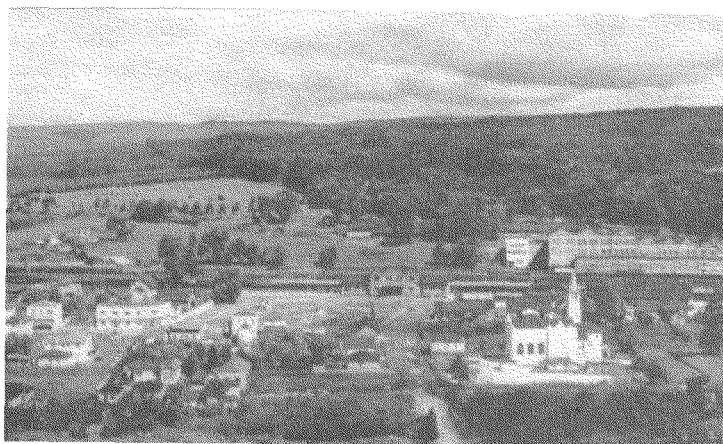
A representação judiciária está integrada pelos: Doutor Leonardo Freitas de Oliveira — Juiz de Direito; Doutor Lauro Pasternack — Promotor Público; Dr. Nemesio Jacob — Oficial do Registro Civil; Sr. Hercílio Leite de Paula e Silva — Oficial do Registro de Imóveis; Sr. Reinaldo Gonçalves — Oficial do Tabelionato de Notas; Senhora Eunice Kobilka — Oficial do Cível e Comércio; Senhor Raul Siqueira — Distribuidor e Partidor Público; Sr. Joaquim Alvina e Geraldo Barbosa — Oficiais de Justiça.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística no Paraná. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Paraná.

JAGUARIAÍVA — PR

Mapa Municipal no 11.° Vol.

HISTÓRICO — No início do século XVII, bandeirantes paulistas e tropeiros de gado fizeram as primeiras penetrações na região que hoje constitui o território de Jaguariaíva. Estas "entradas" no sertão de Jaguariaíva realizaram-se através do histórico Caminho de Sorocaba que, de São Paulo conduzia a Viamão, na província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Diz Romário Martins que dêsse caminho se originaram as povoações denominadas Registro, Cadaz, Pedroso, Escuma, Hanguá, Rio Verde, Morungaba, Samambaia, Pinsá, Araras tôdas à margem esquerda do rio Jaguariaíva; Rocha, Caiacanga, Pitanga, Taiacoca, Cambaju, Porcos, Pelado, Campo Largo, Frei Carlos, Campo do Tenente, Passa Três,

Vista parcial da cidade baixa

Espigão, Capão Alto, Campo Alegre, Papagaios, Curitiba, Lajes, Frei João, Tributos, Pinheiros Altos, Portão, Frutas, Tomido, Vacaria, Alto da Serra, Rodante e Viamão.

Aliás em 1755, era êsse o itinerário, cujo ponto de partida era Sorocaba ou Jorocabas, na província de São Paulo, e ponto terminal em Viamão, no Rio Grande do Sul.

A maioria das localidades em referência foi transformada em cidades; muitas delas ainda hoje conservam a sua primitiva denominação. Os povoados que se tornaram mais notáveis — segundo Rocha Pombo — foram aquêles onde os tropeiros faziam o seu pernoite, nas longas travessias do sertão, desde Viamão até Sorocaba, onde se realizam as célebres feiras de gado vacum, bovino, cavalar e muar, as quais, por isso mesmo, ficaram conhecidas pela designação de "pousos".

Exatamente no ponto em que o Caminho de Sorocaba atravessava o rio "Tyaguariahiba" (hoje Pôrto Velho) estava localizado um dêsses "pousos", estação de "pouso" ou "invernada de gado". À proporção que o comércio, transporte e criação de gado iam-se desenvolvendo surgiam, à beira do caminho, pequenos sítios de criação, denominados "currais", que contribuíam para o desbravamento e povoamento do território.

Quase tôda a região do planalto guairenho, hoje conhecida pelo nome de Norte do Paraná, até o terceiro planalto, nos Campos Gerais, era habitada pelos índios "Coroados", da grande família dos Caingangues, que embaraçavam a ação dos bandeirantes e dos primeiros povoadores.

A propósito dêsses silvícolas escreveu Saint'Hilaire: "Os paulistas dão aos bugres vizinhos de Jaguariaíva o nome de "Coroados" porque, dizem êles, êsses selvagens têm o hábito de fazer no meio da cabeça uma "tonsura" a que, em português se chama "coroa" e que, além dos Coroados havia outras tribos na vizinhança de Jaguariaíva.

Nos tempos primitivos os senhores tomavam posse da terra, povoavam-na, deixando nela os escravos negros para cuidarem do rebanho. Muitos dêsses escravos, mesmo depois da Abolição da Escravatura, continuaram trabalhando com os seus antigos senhores, pelo que, até hoje é apreciável, no município, o número de descendentes africanos, sendo importante a contribuição do elemento negro na formação social, econômica e política da Jaguariaíva.

Os primeiros povoadores do município eram procedentes de São Paulo e dos Campos de Curitiba. Já no ano de 1726, o capitão Bartolomeu Paes de Abreu, morador na cidade de São Paulo, requereu o registro de uma carta de data, alegando que,

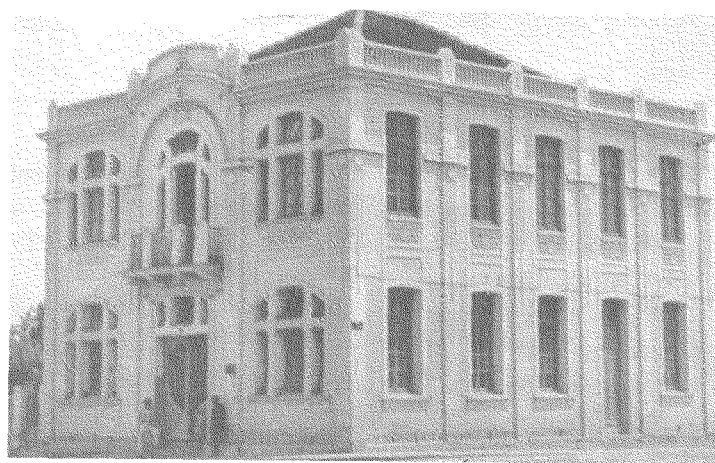
"no ano de setecentos e quatro pediu ao Capam. mor Pedro de Almeyda pay do Suppe. húa sorte de terras no camo. q. vay da va. de Sorocaba pa. a de Corityba comessando do Rio Jaguaricatú por diante para si seus filhos e filhas fazendo menção dos suplicantes de húa data, e sendo concedida a dita terra pello Cor. e Capm. Gnal. desta Capitania, como se mostrava pela Sesmaria q. junto oferecia, entrava o Suppe. a Sitiar a fazenda de Gados entre o Rio Jaguaricatú e Jaguariahyba em os campos chamados bôa vista, e no ano de Sete centos, e dezenove, tomara o Suppe. posse judicial, etc.".

Além dessa, foram registradas mais as seguintes sesmarias: do sargento-mor João Leite Penteado, em 19 de junho de 1726; de Francisco Xavier de Salles, em 4 de novembro de 1732; de Antônio Pereira Barbalho, em 6 de julho de 1728; de Mateus Corrêa Leme, em 16 de junho de 1728; do sargento-mor Manoel Gonçalves de Aguia, em 4 de julho de 1726, tôdas situadas em terrenos que constituem o território do atual município de Jaguariaíva.

Uma das figuras históricas, de maior projeção na formação do município de Jaguariaíva foi o coronel Luciano Carneiro Lobo, um dos primeiros moradores e fundadores da povoação que deu origem ao município. Era filho de Francisco Carneiro Lobo, natural de Portugal e de D. Quiteria Maria da Rocha. Casou-se, em primeiras núpcias, com D. Francisca de Sá, em 1778, de cujo matrimônio houve oito filhos.

Luciano Carneiro Lobo adquiriu do tenente Manoel Pacheco Catto e sua mulher, Maria Custódia Ribeiro Leite, e aos irmãos desta, alferes Francisco de Salles Brito, no ano de 1795, a Fazenda Jaguariaíva, e, após a morte de sua primeira espôsa, D. Francisca de Sá, ocorrida em 10 de abril de 1806, passou a residir definitivamente na referida Fazenda.

Datam dessa época as freqüentes visitas que fazia à Fazenda "Samambaia", de propriedade do seu particular amigo, o ex-Ouvidor e Corregedor de Paranaguá, Dr. Manoel Lopes Branco e Silva, Fazenda esta recebida como dote de casamento, do seu cunhado, o capitão Francisco Menezes de Souza, conforme consta de uma escritura lavrada em notas do Escrivão de Paranaguá, no ano de 1796.

Em 1810 o coronel Luciano Carneiro Logo contraiu novas núpcias com Izabel Branco e Silva, filha do seu amigo Dr. Manoel Lopes Branco e Silva, a qual contava apenas 16 anos e o noivo já atingira a casa dos 50.

Edifício da Prefeitura Municipal (cidade alta)

O nome do coronel Luciano Carneiro Lobo alcançou tão alto prestígio e projeção, que o Senado da Câmara, em 2 de maio de 1816 o distinguiu com um convite oficial para tomar parte nas solenidades dos esponsais do Príncipe D. Pedro com a Arquiduquesa Carolina d'Áustria, conforme se verifica do programa das festividades realizadas no dia 12 e seguintes de outubro de 1818.

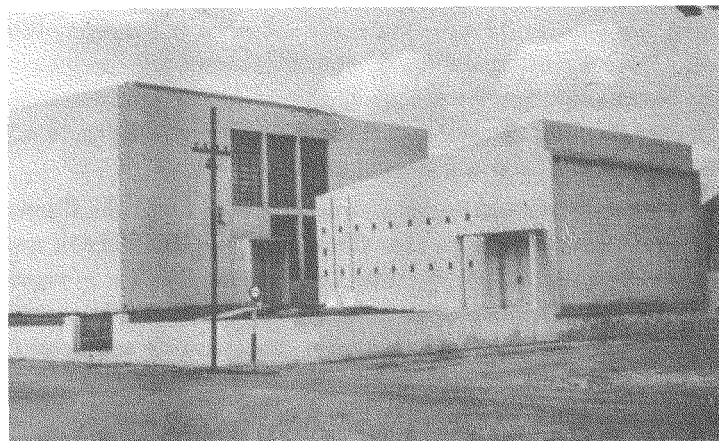
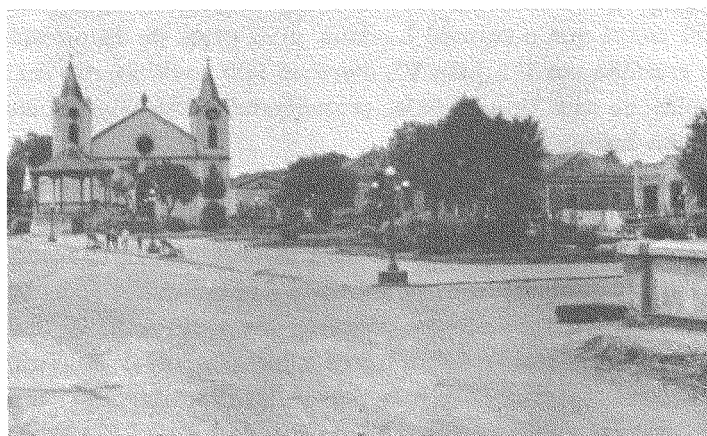
Na Côrte integrou o séquito dos "Moços de forcado e comas suas Capinhas", distinguindo-se de tal maneira, que El-Rei D. João VI houve por bem promovê-lo ao alto pôsto de coronel de milícias, para servir agregado ao Regimento de Curitiba.

Os pensamentos e atividades de Carneiro Lobo e de sua jovem espôsa convergiam para uma única preocupação, que era a grandeza e o progresso de Jaguariaíva. E foi devido à sua interferência que o Presidente da Província de São Paulo determinou a construção da ponte sôbre o rio Itararé, como ressalta um documento da época, assinado pelo então Presidente daquela Província, Dr. Lucas de Andrade Monteiro de Barros.

Conseguida a elevação de sua Fazenda à categoria de freguesia, pelo Alvará Imperial de 15 de setembro de 1832, passou, desde logo, D. Izabel Branco e Silva a trabalhar junto ao Bispado de São Paulo para conseguir a licença a fim de construir uma nova capela, em virtude do aumento da população e a insuficiência da capela existente na localidade.

Data de 1828 o requerimento feito pelo coronel Luciano, D. Izabel e outros moradores de Jaguariaíva, solicitando licença para a construção da nova capela, licença essa que foi concedida pela Provisão de 28 de maio de 1830, do Bispo de São Paulo, D. Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade, ato que lhe concedia a "faculdade para fundar e erigir a Capela", sob a invocação do Senhor Bom Jesus da Pedra Fria.

Por motivo de constantes e demoradas viagens à Côrte e, ainda, devido a moléstias que durante sete anos o afastaram de suas atividades, o coronel Luciano e sua mulher não puderam construir a capela. Nesse ínterim, um dos irmãos de D. Izabel, residente na Fazenda Samambaia, levantou, no local onde hoje passa a estrada que conduz à Fazenda Capistrano Cunha, uma igreja sob a invocação do Divino Espírito Santo, com o objetivo de fundar ali uma povoação. Esta capela — segundo dizem — foi incendiada por um outro irmão de D. Izabel, alguns anos mais tarde.

Em 9 de janeiro de 1834 nova Provisão foi dada para ereção da capela, que foi mandada construir por D. Izabel, em 1863. Era um templo de barro, sem tôrre, com 30 por 60 palmos, com sino do lado de fora.

Edifício do Forum

Praça D.ª Isabel, onde está situada a Igreja-Matriz Senhor Bom Jesus da Pedra Fria

Depois do falecimento do coronel Luciano Carneiro Lobo, ocorrido em 12 de maio de 1842, D. Izabel prosseguiu na sua obra meritória de elevar e engrandecer a sua terra. Em 1863 saía de sua Fazenda, acompanhada por grande comitiva, em direção ao Pôrto Velho onde pernoitou. No dia seguinte, dirigiu-se com o seu séquito, do qual fazia parte o engenheiro alemão Heuchel, para demarcar o local da capela, tendo ela mesmo capinado o lugar onde foi colocado o primeiro esteio.

Nesse ano começaram as primeiras construções na localidade. Na atual Praça Dona Izabel, onde se encontra hoje a casa do Sr. Sebastião Xavier da Silva, é que foi construído o primeiro prédio residencial de Jaguariaíva, e o segundo, erguido no terreno que hoje pertence à Congregação Mariana, denominado, na época "Casa Grande".

Em 20 de abril de 1866, D. Izabel, inspirada nos seus sentimentos religiosos e animada com o surto de progresso da freguesia, fêz doação, por esmola, à imagem do Senhor Bom Jesus da Pedra Fria, para lhe ficar como patrimônio, de grande extensão de terra, cuja escritura foi lavrada em Castro, dando-se ao patrimônio o valor de 180$000, (cento e oitenta mil réis), com a condição de que todo aquêle que ali edificasse uma casa, pagaria um fôro de dez réis por braça quadrada, renda essa destinada à conservação e aformoseamento das alfaias, etc.

Senhora de grande fortuna, D. Izabel aplicou-a em obras de caridade. Prestou relevantes serviços à Pátria. Por ocasião da guerra do Paraguai, forneceu gratuitamente o gado necessário ao abastecimento das fôrças que se formaram em Jaguariaíva para combaterem no Paraguai. Até a Guarda Nacional foi mantida a suas expensas.

A venerada e respeitável dama faleceu em 17 de agôsto de 1870, deixando numerosa prole e notáveis serviços prestados a Jaguariaíva, ao Paraná e ao Brasil.

A Fazenda principal de Sorocaba até os confins meridionais dos Campos Gerais, quando Saint'Hilaire a visitou em 1820, era a do coronel Luciano Carneiro Lobo, segundo a opinião do grande sábio e viajante. Foi ela que possibilitou o povoamento da região que, no Itararé, vai até os lindes de Castro.

Foi ainda essa Estância, plantada nos campos até então desertos, ponteados de capões de pinheiros e percorridos pelas águas dos rios Capivari, Cinzas, Jaguariaíva e Jaguaricatu, que fêz recuarem para o sertão as hordas dos

caingangues, cobrindo de gado as pastagens campesinas, a tal ponto que o coronel Luciano, num gesto de entusiasmo e gratidão por D. João VI, ofereceu 500 novilhas, das mais belas de sua propriedade, presenteando com elas o monarca lusitano.

Francisco Xavier da Silva, natural de Caparica, e procedente de Curitiba, foi outro povoador e grande incentivador do progresso da região. Era proprietário da Fazenda Caxambu, situada entre a Fazenda Jaguariaíva e a do Vilela, homem considerado possuidor de certo grau de cultura, amigo do progresso e trabalhador infatigável. Sua propriedade constava de grande pomar, belo jardim, ótima casa residencial e todo o confôrto.

Falecido em 23 de outubro de 1829, deixou aos seus herdeiros o montemor de cento e nove contos de réis, além de vasta propriedade em bens imóveis.

Neto dêste varão ilustre foi o Dr. Xavier da Silva, governador do Estado do Paraná, no período de 1892 a 1894 e Presidente do mesmo, no período de 1908 a 1912.

Sucederam a êstes bandeirantes do progresso, as famílias Ferreira de Almeida, Melo, Fonseca, Ribas, Sampaio e Marques.

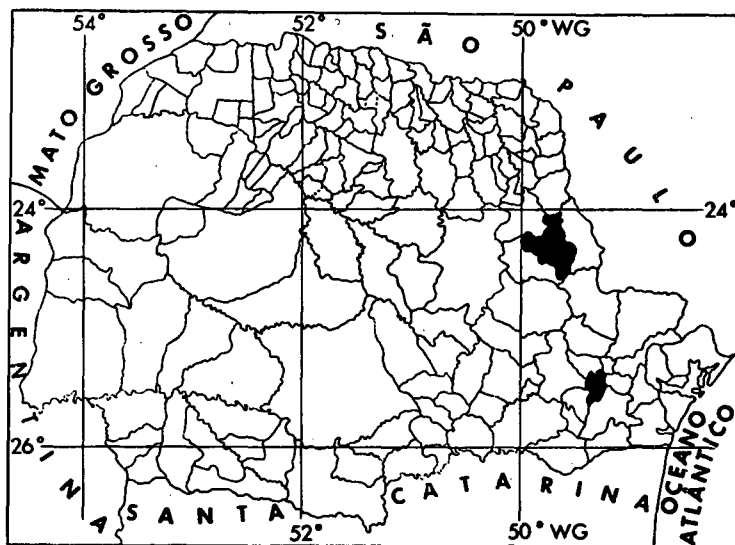
O Alvará de 15 de setembro de 1823 elevou Jaguariaíva à freguesia. Pela Lei n.º 2, de 26 de julho de 1854, foi criada a comarca de Castro, a que ficou pertencendo a freguesia de Jaguariaíva. Foi elevado à categoria de município, desmembrado do território de Castro, em virtude da Lei provincial n.º 423, de 24 de abril de 1875. Por fôrça da Lei n.º 585, de 16 de abril de 1880, foi criada a comarca, com a denominação de Boa Vista e Jaguariaíva. A Lei provincial n.º 717, de 9 de dezembro de 1882, revogou as duas leis anteriores, voltando Jaguariaíva à sua situação primitiva. Mais tarde, em virtude da Lei n.º 15, de 21 de maio de 1892, o município de Jaguariaíva passou a ser têrmo do mesmo nome, pertencendo à comarca de São José da Boa Vista. Pela Lei n.º 674, de 19 de março de 1907, foi elevada à categoria de comarca, com instalação em 15 de abril de 1907, em virtude das determinações do Decreto estadual n.º 76, de 26 de março de 1907. A sede municipal foi elevada à categoria de cidade pela Lei estadual n.º 811, de 5 de maio de 1908.

Os limites municipais sofreram diversas alterações, em virtude de várias leis e decretos governamentais, sendo que a última dessas alterações se refere à criação do município de Arapoti, pela Lei n.º 253, de 26 de novembro de 1954, que desmembrou o território de Jaguariaíva, criando o município de Arapoti.

Ginásio Estadual e Grupo Escolar Moisés Lupion

Desde a criação do município, Jaguariaíva teve 16 prefeitos, dos quais 9 eleitos e 7 nomeados. O seu primeiro prefeito por eleição foi o Sr. Pedro Xavier da Silva, no período de 1904 a 1907.

LOCALIZAÇÃO — O município de Jaguariaíva está situado na Zona Fisiográfica dos Campos Gerais, limitando, ao sul, com os municípios de Piraí do Sul e Cêrro Azul; ao norte, com o município de Arapoti e Venceslau Braz; a leste, com o município de Sengés.

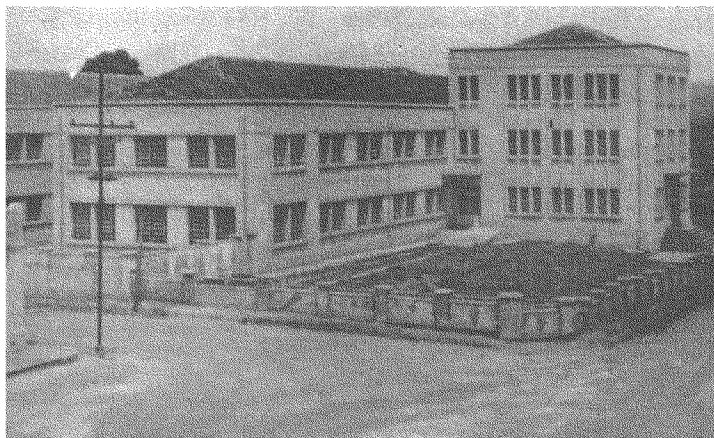
A cidade está localizada em uma colina formada na confluência dos rios Capivari e Jaguariaíva, na margem esquerda dêstes; encontra-se na posição geográfica de ...... 24º 14' 49" de latitude Sul e 49º 42' 23" de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 840 metros na sede municipal.

CLIMA — O clima é salubre e agradável, principalmente na região dos Campos. As temperaturas médias das máximas e mínimas em 1956 foram de 28,1ºC e 7,9ºC, respectivamente; média compensada — 18ºC.

ÁREA — A área do município é atualmente de 1 465 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O principal acidente geográfico do município é o rio Jaguariaíva, que corre na direção de sul para norte, servindo de limite com o município de Sengés. Segue-se o rio Capivari, que corre, também, na direção de sul para norte. Ambos não apresentam condições de navegabilidade, principalmente pela seqüência de cachoeiras que se formam, nos seus cursos, tais como Quebra-Dentes, Serrinha e Pedraria, no Jaguariaíva, e Cilada, Cachoeirão e outra sem nome, no Capivari.

Nota-se no território do município a serra do Canastrão que serve de divisa com Cêrro Azul e a das Furnas, que atravessa o município na direção este-oeste. Vêm a seguir o Capão da Gralha, situado nos Campos do Corisco, com 1 339 metros de altitude (o ponto mais alto do município) e o morro da Mandinga, à margem esquerda do rio Jaguariaíva, no local Fazenda Pesqueira, cuja altitude é calculada em 888 metros.

Prédio do Hospital Regional

RIQUEZAS NATURAIS — No reino vegetal encontram-se, com certa abundância, pinho, peroba, imbuia, cedro e cascas taníferas. A riqueza animal está, ainda, muito bem representada no município, principalmente por aves silvestres e animais de pêlo. No primeiro caso, perdizes, codornas, jacus, urus, nhambus, maracanãs, baitacas, pombas-do-ar, papagaios, etc. No segundo, antas, capivaras lontras, caititus, pacas, cutias, coatis, tamanduá-bandeira, tamanduá-mirim, veado-pardo, veado-branco, veado-catingueiro, veado-virá e cambocica. Peixes e camarões são também encontrados com muita abundância. No reino mineral, é digna de registro apenas a existência de barro (argila) para a fabricação de telhas e tijolos.

POPULAÇÃO — Pelo Recenseamento Geral de 1950, existiam no município 22 194 habitantes (11 333 homens e 10 861 mulheres) inclusive 11 192 pessoas (5 729 homens e 5 463 mulheres) que habitavam os distritos de Arapoti e Calógeras, os quais, pela Le n.º 253, de 26 de novembro de 1954, passaram a constituir o atual município de Arapoti. Daquele total, 4 157 pessoas (2 010 homens e 2 147 mulheres) residiam na sede do município. A densidade demográfica era de 8 habitantes por quilômetro quadrado e 58% da população estavam localizados no quadro rural.

Aglomerações urbanas — Atualmente, são duas as aglomerações urbanas existentes no município: a cidade de Jaguariaíva, com 4 157 habitantes, sendo 2 010 homens e 2 147 mulheres, e a vila de Bertanholi, com 417 habitantes, sendo 196 homens e 221 mulheres, segundo o Recenseamento de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município assenta sua economia principalmente na pecuária, cujo desenvolvimento vem ocorrendo nos últimos tempos com grande intensidade. Nota-se nos criadores o cuidado em selecionar os rebanhos, tanto que, na espécie bovina, predominam as raças zebu-gir e guzerate, holandês, schwitz, caracu e jérsei; na espécie suína, as raças canastrão, duroc-jérsei, poland china e serkshire. Tôda criação é feita à sôlta, o que representa relativa facilidade, existindo, no entanto, a separação dos reprodutores.

A agricultura, por seu turno, representa papel de destaque na economia do município, mormente as culturas do milho, feijão, batatinha, algodão, etc. A pomicultura e horticultura vêm aos poucos se acentuando dentro das atividades agrícolas.

O parque fabril do município apesar de pequeno é também de real significação. Exemplo frisante dêste setor econômico são as indústrias de frigorífico da firma S. A. I.R.F. Matarazzo, com uma média mensal de 400 operários e um abate variável de 100 000 a 150 000 porcos por ano, além de milhares de aves diversas, centenas de bois, cabritos e carneiros; seguem-se-lhe em importância duas fábricas de Papelão Branco de Madeira (pasta mecânica para papel).

Pelo Censo de 1950, 46% das pessoas ativas (10 anos e mais) concentravam-se no ramo "atividades domésticas"

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio do município é feito com as praças de Curitiba e São Paulo para onde são exportados os produtos fabricados e onde se adquirem tecidos, armarinhos, calçados, roupas feitas, ferragens, louças, materiais elétricos e de construção, etc., através de 4 estabelecimentos atacadistas e 104 varejistas.

Há na sede do município 3 agências bancárias.

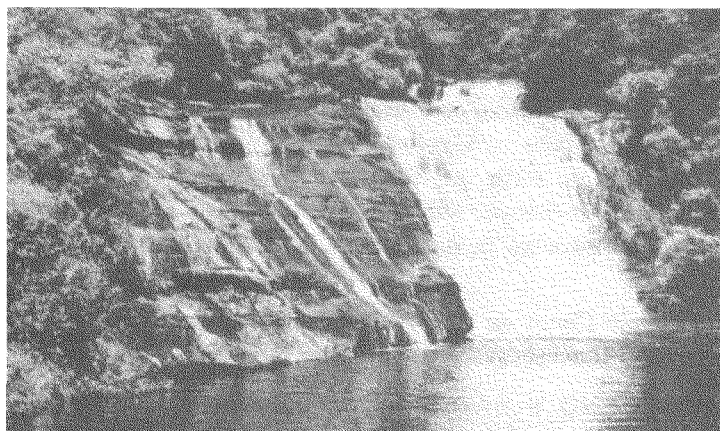
MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Na cidade de Jaguariaíva está a junção das ferrovias São Paulo—Rio Grande e Rêde Viação Paraná—Santa Catarina. Há, distante 2,5 quilômetros da sede municipal, um campo de pouso para emergência, de propriedade da Prefeitura. O município está ligado à Capital do Estado, num percurso de 220 quilômetros e (ferrovia), 337 quilômetros. Dista da Capital Federal, através dos mesmos meios de transporte, via Curitiba, 840 e 980 quilômetros, respectivamente. Tem ligação com os municípios vizinhos de Piraí do Sul — 50 km (rodovia) e 58 km (ferrovia); de Sengés — 42 km (rodovia) e 74 km (ferrovia); de Arapoti — 20 km (rodovia) e 28 quilômetros (ferrovia); de Venceslau Braz — 81 km (rodovia e 89 km (ferrovia); de Cêrro Azul, via Piraí do Sul, Castro, Curitiba e Bocaiúva do Sul — 316 quilômetros.

A cidade é sede de uma emprêsa de ônibus e é ainda servida por essa modalidade de transporte procedente das cidades vizinhas e que demanda à Capital do Estado.

As comunicações telegráficas com Jaguariaíva tanto podem ser feitas através do Telégrafo Nacional como pelo Telégrafo da Rêde Viação Paraná—Santa Catarina.

A sede municipal é servida também por estação transmissora de ondas médias: Rádio Jaguariaíva Lt.da, na freqüência de 1 530 quilociclos, prefixo ZYS-2. Há, ainda, pequena emprêsa telefônica, com 28 aparelhos instalados.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Jaguariaíva é habitada por 4 157 pessoas. Tem a sua avenida principal cal-

Pôsto de Puericultura da L.B.A.

Queda do Lageado Grande, desaguando à direita do rio Jaguariaíva

çada a paralelepípedos, num total de 6 534 metros quadrados e extensão de 643 metros. É servida por luz elétrica, com 762 ligações domiciliares, comerciais e industriais. O serviço de água canalizada tem 8 125 metros de linhas distribuidoras que abastecem 880 prédios em 35 logradouros.

Como edifícios mais importantes, podem ser citados: Prefeitura Municipal, Hospital Regional, Ginásio Estadual, Grupo Escolar, Indústrias F. Matarazzo e Igreja-Matriz.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — 3 médicos, 2 dentistas e 3 farmacêuticos prestam assistência médico-sanitária à população do município.

Há na cidade 1 Hospital Regional, recém-construído, com 180 quartos e apartamentos, considerado um dos maiores e mais modernos do Estado; 1 hospital de emergência mantido pela Cooperativa Mista "26 de Outubro" Lt.da, no qual foi realizado, em 1956, um total de 387 intervenções cirúrgicas; 1 Pôsto de Puericultura; 1 Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância; 1 Subposto de Higiene e 3 farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A assistência social é prestada aos habitantes de Jaguariaíva, por intermédio de tôdas as instituições já citadas anteriormente e mais pelas seguintes associações: Clube União Jaguariaivense, com 182 sócios; Clube União Operária e Recreativo, com 411 sócios; Associação Atlética Matarazzo, com 300 sócios; Esporte Clube Recreativo Ferroviário, com 620 sócios e Clube Recreativo de Amadores Teatrais, com 130 sócios, todos com assistência privativa para os seus associados e famílias, e, finalmente pela Cooperativa Mista "26 de Outubro" Lt.da, que assiste indistintamente tôda a população.

ALFABETIZAÇÃO — Da população de 5 anos e mais presente na época do Censo de 1950, num total de 18 507, inclusive os habitantes dos distritos de Arapoti e Calógeras, menos de 50%, ou seja, 8 080 (4 764 homens e 3 316 mulheres) sabiam ler e escrever. Na sede do município, que contava com 3 604 pessoas de 5 anos e mais, o índice de alfabetização era de aproximadamente 80%, totalizando 2 664 pessoas, sendo 1 394 homens e 1 270 mulheres.

Ensino — Em 1956, funcionaram em todo o município 47 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum com 3 760 alunos matriculados. Na cidade existem 1 Colégio particular e 1 Ginásio Estadual com 1 Escola Normal Regional anexa.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Na sede do município são encontrados 4 associações desportivo-culturais e 1 grêmio amador de representações teatrais; 4 cinemas. O futebol é a diversão por excelência da população citadina.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	...	...	912	449	964
1951	...	...	1 017	492	991
1952	...	...	1 575	502	1 454
1953	...	7 062	1 875	527	1 572
1954	...	8 422	2 265	507	2 618
1955	...	6 426	2 888	649	2 885
1956	...	6 663	3 428	534	3 073

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Distante 20 quilômetros da sede municipal, na entrada do Sertão, existe uma imagem denominada "Santa da Serra", a que se atribui alguns milagres, sendo por isso visitada por romeiros da cidade e por pessoas procedentes de outros municípios que ali vão constantemente pagar as suas promessas.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — Tôda a população católica do município, religião aí predominante, festeja durante 11 dias, com término a 6 de agôsto, o padroeiro da cidade, Senhor Bom Jesus da Pedra Fria. O povo acorre em massa com muita antecedência, à sede municipal a fim de tomar parte nos festejos. De outras cidades vizinhas chegam também a Jaguariaíva centenas de pessoas, com o mesmo objetivo. Festejam-se, ainda, no município, os dias 24 de julho e 25 de dezembro, dedicados, respectivamente, a São João Batista e Natal. Os folguedos carnavalescos quase não têm expressão no município.

VULTOS ILUSTRES — O povo de Jaguariaíva aponta como vultos ilustres, no passado do município, as figuras dos seus fundadores: Luciano Carneiro Lobo e sua espôsa, D. Izabel Branco e Silva. No presente, orgulha-se de ser filho do município o ex-senador e atual governador do Paraná, Moysés Lupion.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — As pessoas nascidas no município recebem a denominação de jaguariaivenses.

A atual formação judiciária é constituída de 1 Juiz de Direito, 1 Promotor Público, 1 Promotor Público Substituto, 1 Escrivão do Registro Civil, 1 Escrivão do Registro de Imóveis, 1 Escrivão do Cível, 1 Oficial Maior, 1 Escrivão Juramentado, 2 Juízes de Paz, 2 Oficiais de Justiça, 1 Depositário Público, 1 Avaliador Judicial, na sede e 1 Escrivão do Registro Civil no distrito de Bertanholi. Em Jaguariaíva, funcionam 3 cartórios e em Bertanholi, 1.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

JANDAIA DO SUL — PR

Mapa Municipal no 12.º Vol.

HISTÓRICO — Obediente ao programa a que se traçou, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, antiga Companhia de Terras Norte do Paraná, idealizou e executou gigantesco plano de povoamento e colonização de 515 000 alqueires de terra adquirida do Govêrno do Estado do Paraná e situada nas bacias dos rios Paranapanema, Tibagi, Pirapó e Ivaí. Dentro dêsse programa racional, devido inteiramente à iniciativa privada, porque a Companhia foi organizada inicialmente com inglêses, a emprêsa imobiliária em aprêço realizou a mais extraordinária obra.

Medidas, demarcadas e divididas as terras até então inexploradas vendeu a Companhia de Terras Norte do Paraná pequenos lotes e "datas", formando patrimônio, facilitando a aquisição dêsses lotes e "datas", abrindo estradas, promovendo o povoamento do solo, criando riquezas para constituir uma nova civilização em plena hinterlândia paranaense.

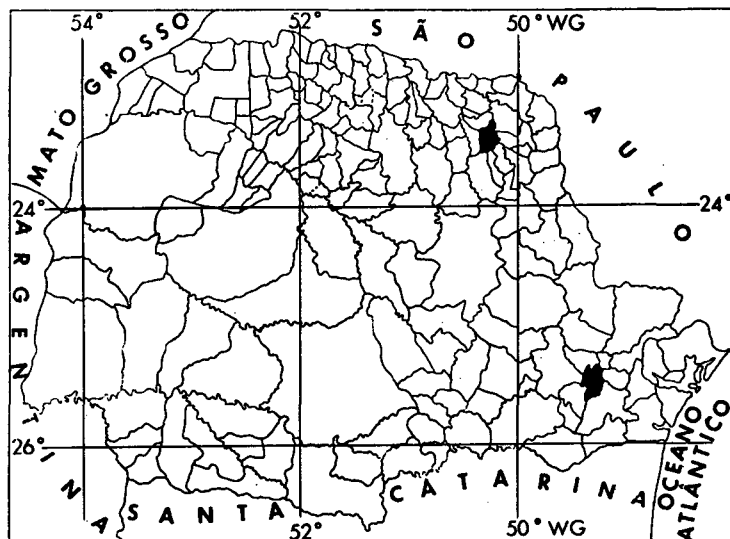
Ao longo da antiga Estrada do Mato Grosso, que das margens do Paranapanema conduz à mesopotâmia Piquiri-Ivaí, ao ocidente da antiga província paraguaia de Guaíra, cortando em sentido longitudinal a mais fértil e prodigiosa região brasileira, a Companhia de Terras Norte do Paraná foi formando patrimônios, derrubando a mata, erigindo cidades e conduzindo o progresso.

O patrimônio de Jandaia do Sul, à margem esquerda do "estradão" que caminhava sempre para frente, figura entre as últimas realizações daquela organização imobiliária, que muito merecidamente recebeu a denominação de "semeadora de cidades". Das 82 cidades localizadas na Região Fisiográfica do Norte do Paraná, 62 foram fundadas ou tiveram a sua fundação auxiliada pela Companhia de Terras Norte do Paraná.

Com a abertura do patrimônio, tornou-se desde logo centro de convergência de agricultores oriundos dos mais diversos pontos do Estado e do país. São escassas as referências históricas do território, hoje cidade de Jandaia do Sul. Sabe-se, contudo, que as suas atividades estão ligadas à própria história do Norte do Paraná.

Pouco tempo após a sua fundação, Jandaia do Sul era elevada à categoria de distrito e, pela Lei estadual número 790, de 14 de novembro de 1951, já era município autônomo, desmembrado de Apucarana, e sua sede recebia os foros de cidade. A instalação solene do município se deu a 12 de dezembro de 1951, com a posse do primeiro Prefeito, Sr. Lino Marquetti. Na mesma ocasião foi empossada a primeira Câmara de Vereadores.

Prédio da Prefeitura Municipal

LOCALIZAÇÃO — O município está situado na Zona Fisiográfica do Ivaí, limitando com Mandaguari ao norte, Marialva a oeste, São Pedro do Ivaí ao sul e Apucarana a leste. A cidade de Jandaia do Sul está na posição geográfica de coordenadas: 23° 37' de latitude Sul e 51° 37' de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Situado que se acha na Zona Fisiográfica do Ivaí, Jandaia do Sul goza de clima bom e saudável, bastante quente nos meses de novembro a março. Há ocorrência de chuvas frequentes o que muito favorece à região. No decorrer do ano de 1956, as temperaturas médias registradas foram 27°C para as máximas, 12°C para as mínimas e 19,5°C para a compensada.

ÁREA — É de 510 quilômetros quadrados a área municipal.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Destacam-se, como acidentes geográficos, os rios Ivaí e Bom.

POPULAÇÃO — De 28 483 habitantes, era a população de Jandaia do Sul, inclusive a dos atuais municípios de Bom Sucesso e São Pedro do Ivaí que, por ocasião do Censo Geral de 1950, faziam parte de seu território.

Aglomerações urbanas — Contém o município 2 aglomerações urbanas: cidade de Jandaia do Sul e vila Marumbi.

Pelos resultados censitários de 1950, Jandaia do Sul contava uma população citadina de 4 903 habitantes, sendo 2 589 homens e 2 314 mulheres, assim distribuída: *quadro urbano* — 2 267 habitantes, 1 184 homens e 1 083 mulheres; *quadro suburbano* — 2 636 habitantes, 1 405 homens e 1 231 mulheres. Conta, atualmente, com cêrca de 12 000 habitantes.

A vila de Marumbi possui uma população urbana de 500 habitantes, aproximadamente.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O café é a cultura predominante no município, daí ser de base essencialmente agrícola sua economia municipal. Segue-se em importância o cultivo de cereais diversos.

Grupo Escolar de Jandaia do Sul

A produção agrícola de 1956, segundo estimativa, apresentava os seguintes valores: café — Cr$ 245 000 000,00; milho — Cr$ 18 525 000,00; arroz — Cr$ 10 500 000,00; feijão — Cr$ 6 187 500,00; tomate — Cr$ 676 000,00 e banana — Cr$ 660 000,00. Merece destaque a cultura da hortelã-pimenta para o fabrico do "óleo de menta"; em 1956, a exportação dêsse produto apresentava o valor de Cr$ 4 606 900,00.

A população pecuária, em 1954, valeu aproximadamente 17 milhões de cruzeiros; a predominância do gado suíno sôbre os demais fêz com que em 1956 fôssem exportados Cr$ 4 431 994,00 de suínos para alimentação.

A indústria conta com 30 estabelecimentos industriais, dos quais 5 ocupam 5 ou mais funcionários; os principais ramos eram "produtos alimentares" (77% do valor total) e "bebidas" (14%). Em 1955 ocupava 159 pessoas economicamente ativas e valia quase 69 milhões de cruzeiros.

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) 37% estão ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura".

Sua exportação (interestadual) em 1956 somou .... Cr$ 76 607 652,00.

COMÉRCIO E BANCOS — No município funcionam 13 estabelecimentos atacadistas, 116 varejistas e 9 agências bancárias. O comércio local mantém transação principalmente com as praças de Apucarana, Mandaguari, Maringá, Londrina e Ponta Grossa.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido pelos meios de transporte rodoviário e ferroviário (R.V.P.S.C.).

Dista das comunas limítrofes: Mandaguari — 10 km; Apucarana — 18 km; Borrazópolis — 32 km; Campo Mourão — 135 km e Marialva — 20 km; da Capital Estadual — 494 km (rodovia) e 808 km (ferrovia).

Dispõe de uma agência postal-telegráfica do D.C.T. e uma agência da R.V.P.S.C., bem como de serviço telefônico.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Jandaia do Sul possui cêrca de 12 000 habitantes, 2 820 edificações, das quais 2 268 servem para fins residenciais. É servida por energia elétrica para fôrça motriz e iluminação pública e domiciliar, e de serviço telefônico interurbano. A cidade é cortada por 76 logradouros públicos: 11 avenidas, 58 ruas, 5 travessas e 2 praças. No ano de 1956, foram registrados, na Prefeitura Municipal, 116 automóveis de tipos diversos e 232 caminhões.

O comércio conta com 14 estabelecimentos atacadistas e 120 varejistas, detentores de grandes estoques e volumosas transações em todos os ramos comerciais.

Há 5 hotéis, 4 pensões, e inúmeros restaurantes prestando serviços de hospedagem e alimentação.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A população do município está muito bem servida no setor da assistência médico-sanitária e em geral, contando para tanto com 14 médicos, 9 dentistas, 5 farmacêuticos, 4 estabelecimentos de saúde (Casa de Saúde e Maternidade Nossa Senhora de Fátima, Casa de Saúde São Jorge, Hospital Santa Maria — todos particulares — e Pôsto de Higiene, do Govêrno Estadual) e 5 farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — O Pôsto de Higiene presta, também, serviços de assistência social ao povo em geral.

ALFABETIZAÇÃO — Através dos resultados apresentados pelo Recenseamento Geral de 1950, constatou-se a existência, na sede do então distrito de Jandaia do Sul, de 3 978 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 2 367 sabiam ler e escrever: 1 427 homens e 940 mulheres.

Ensino — Funcionaram em 1956, no município, 12 unidades de ensino primário fundamental comum, nos quais foram matriculados 962 alunos. Existem na cidade os seguintes estabelecimentos de ensino extraprimário: Ginásio Estadual, Escola Normal Regional e Escola Normal Secundária.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Encontra-se na cidade o Cine Guarujá, com 918 lugares, tendo levado a efeito, em 1956, um total de 413 espetáculos cinematográficos, assistidos por 121 645 pessoas. Na vila de Marumbi localiza-se o Cine Cruzeiro do Sul, com 120 lugares.

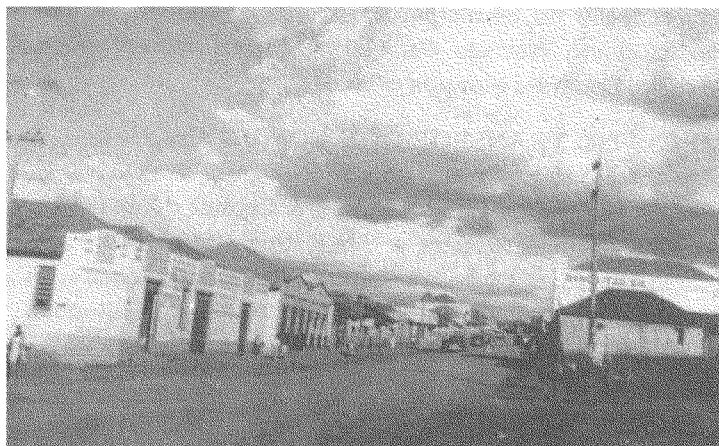
Existem na sede municipal 1 livraria e 1 tipografia.

Ainda como instrumento de cultura, há na cidade a Biblioteca Pública Municipal, com 368 volumes, de obras gerais.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	(*)	3 244	—	—	—
1951	(*)	4 396	—	—	—
1952	(*)	10 529	—	—	—
1953	(*)	10 229	—	4 933	3 685
1954	(*)	9 312	—	5 823	5 627
1955	(*)	19 422	—	7 423	5 589
1956	(*)	16 198	—	(1) 5 000	—

(*) A arrecadação Federal é feita pela recebedoria de Mandaguari.
(1) Orçamento de 1956.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — As principais manifestações populares residem no culto religioso prestado pelo povo do município, a Santo Antônio e São João Batista, cujas festas se realizam nos dias 13 e 24 de junho, respectivamente, sendo esta última, por dizer respeito ao padroeiro local, levada a efeito com tôda pompa, inclusive com os folguedos próprios de que tradicionalmente se reveste a época junina.

Vista parcial da Avenida Bom Sucesso

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar são chamados jandaienses-do-sul.

O município é sede de comarca de 2.ª entrância, criada pela Lei n.º 1 542, de 14 de dezembro de 1953, composta de 3 distritos judiciários: sede, Bom Sucesso e Marumbi, funcionando na cidade os cartórios do Cível, Crime, de Imóveis e Registro Civil e Anexos, e nos distritos o cartório do Registro Civil e um Juiz de Paz em cada.

Eleitores inscritos em 31 de dezembro de 1956: 6 068.

Os podêres municipais são assim representados: Prefeito Sr. Luiz Antonio dos Santos; Vereadores — Srs. Lázaro de Paula Rodrigues, Genésio Pires Ramos, José Matias Fernandes, Otávio Impossetto, Antenor Rodrigues Simões, Laudelino Lacerda, João Esplicido, Ademar Vilela, João Franco de Souza e Vergílio Brischiliari.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Paraná.

JAPIRA — PR

Mapa Municipal no 11.º Vol.

HISTÓRICO — A cidade de Japira tem como seu fundador o coronel Joaquim Pedro de Oliveira, chegado à localidade em 1923. Um ano após, atravessava fazenda de sua propriedade a construção da estrada de ferro. O referido coronel fêz doação da área suficiente para a construção da estação ferroviária, que veio a ser inaugurada a 15 de novembro daquele ano. Daí em diante a localidade, tendo como ponto de convergência a estação ferroviária, desenvolveu-se com a denominação de Japira, dada à estação.

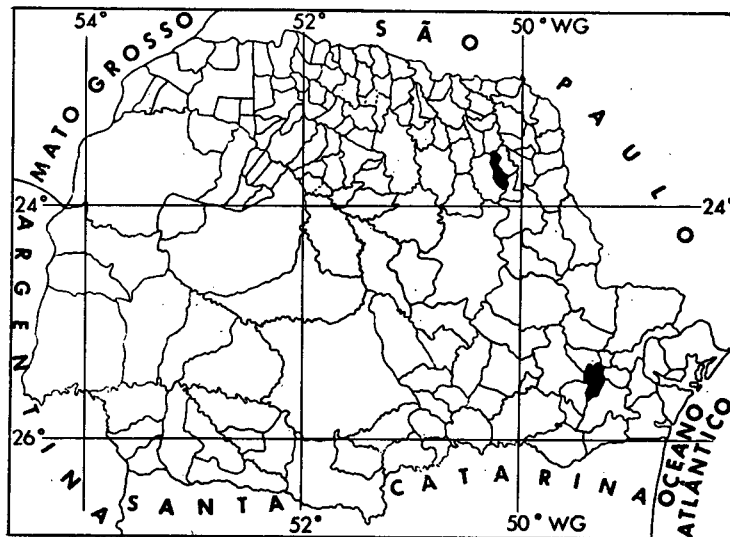
O topônimo "Japira" tem origem no seguinte fato: quando se encontrava em construção a estrada de ferro naquela região, o engenheiro Francisco Bittencourt, encarregado dos trabalhos, acampou na Fazenda Barreiro, distante da atual cidade 2 quilômetros, fazenda essa de propriedade do Coronel Joaquim Pedro de Oliveira, fundador da cidade; defronte ao acampamento havia uma palmeira com diversos ninhos de um pássaro chamado "japira ou guaxe". Achando o fato interessante, pois procurava dados para a denominação da nova estação ferroviária, aproveitou-o, sugerindo ao Ministério da Viação fôsse a mesma chamada Japira, no que foi atendido.

Japira foi elevada à categoria de distrito pela Lei número 93, de 19 de setembro de 1948, e à de município pela de n.º 790, de 14 de novembro de 1951, com áreas territoriais desmembradas dos municípios de Tomazina e de Ibaiti.

O novo município ficou constituído, então, de mais de oitocentos quilômetros quadrados, abrangendo as localidades de Jaboti, Conselheiro Mayrink, Vila Guai e Vassoural. Era sua formação administrativa constituída de três distritos: Japira, Jaboti e Conselheiro Mayrink e povoados de Vila Guai e Vassoural.

Mais tarde, em 1954, perdeu parte de seu território para a formação do município de Jaboti, cuja área abrangeu os distritos de Jaboti e Conselheiro Mayrink. Pela Lei número 3 073, de 3 de abril de 1957, perdeu, também, a área abrangida pelas localidades de Vila Guai e Vassoural, que por plebiscito, passaram a integrar o município de Ibaiti.

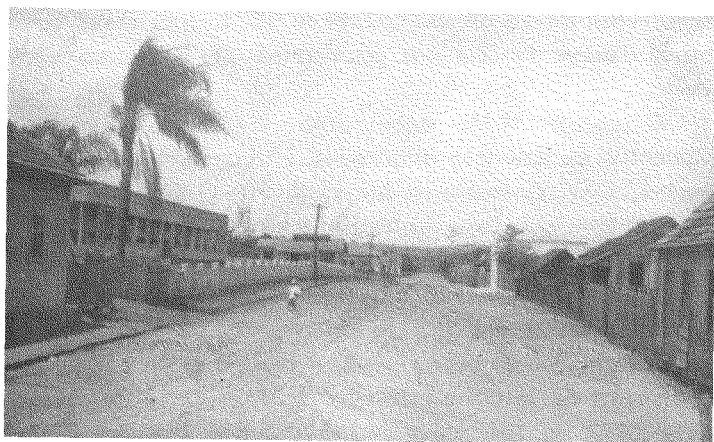
As primeiras eleições foram realizadas em 9 de novembro de 1952, tendo sido eleito prefeito o coronel Joaquim Pedro de Oliveira e para constituir a primeira Câmara Municipal os cidadãos: Francisco Cascardo, Helmuth Carlos Mylins, Angelino Batista Pereira, Nestor Custódio Ferreira, Sebastião Simão da Costa, José Inácio de Oliveira, José Custódio da Silva, Joaquim da Costa Vale e Domingos Ferreira de Quadros. As cerimônias de posse dos eleitos e de instalação do município se realizaram em 14 de dezembro de 1952.

LOCALIZAÇÃO — Japira está localizada na Zona Fisiográfica de Tomazina. Limita ao norte com Ribeirão do Pinhal e Rio Cinzas; ao sul, com Ibaiti e Pinhalão; a leste, com Tomazina; e a oeste, ainda com Ibaiti. A cidade situa-se entre as posições geográficas de 23° 47' de latitude Sul e 50° 08' de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 656 m.

CLIMA — Localizado o município na região Norte do Estado, é o seu clima considerado quente. As temperaturas médias observadas, no ano de 1956, foram: 29°C para a das máximas, 13°C para a das mínimas e 21°C para a compensada.

ÁREA — De 381 quilômetros quadrados é a área do município.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Como acidente geográfico, registra-se o ribeiro do Engenho, que banha vasta re-

Vista da Rua Ruy Barbosa

gião, mormente, as denominadas Jaboticabal e Marimbondo. Na área territorial de Japira, têm suas nascentes e primeiros tributários o rio das Justas e ribeiro do Saltinho, Vermelho, Jaboticabal, do Patrimônio e Grande, além, de inumeráveis córregos. Vasta rêde hidrográfica banha o município tornando-o bem servido e de solo fértil.

O pico Agudo é o ponto culminante da região. Com a altitude de aproximadamente 1 000 metros, é êle avistado em um raio de 100 km.

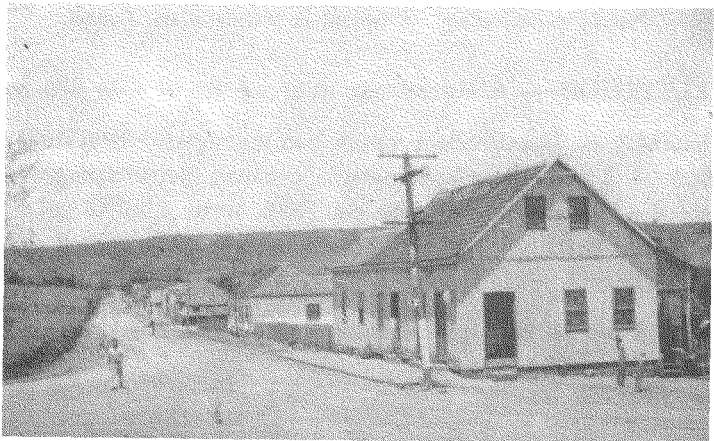
POPULAÇÃO — Japira, por ocasião do VI Recenseamento Geral de 1950, foi recenseado como simples povoado com população incluída na do distrito de Jaboti do qual fazia parte.

Aglomeração urbana — Apenas uma aglomeração urbana existe no município: a da cidade de Japira.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A economia do município está fundamentada na cultura e produção de café. O arroz, o milho, o feijão, a batata e outros cereais ocupam lugares subsidiários, sendo as produções de arroz, milho e feijão de maiores valores econômicos em relação às demais.

Há no município fábricas de beneficiamento de madeira e cereais, ocupando a liderança as indústrias de beneficiamento de café.

COMÉRCIO — Havia, em 1956, 14 estabelecimentos comerciais, varejistas no município.

O comércio, apesar do reduzido número de estabelecimentos especializados, é bastante intenso, dado o volume apreciável da produção agrícola, vendida diretamente pelos produtores. Os principais mercados ou centros compradores

Rua Coronel Joaquim Pedro de Oliveira

da produção do município são Curitiba, São Paulo, Paranaguá, Santo Antônio da Platina, Jacarèzinho, Ourinhos, Marília, Londrina e outras cidades.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Japira é servido por transporte rodoviário e ferroviário que o ligam aos municípios limítrofes, à Capital do Estado e à do País, como demonstra a tábua itinerária abaixo:

ESPECIFICAÇÃO	DISTÂNCIA (km)	VIA DE TRANSPORTE	OBSERVAÇÕES
Municípios limítrofes			
Ibaiti	12	Ferroviária	R.V.P.S.C.
Ibaiti	9	Rodoviária	—
Jundiaí do Sul	42	Rodoviária	—
Jaboti	13	Rodoviária	—
Pinhalão	10	Rodoviária	—
Pinhalão	14	Ferroviária	R.V.P.S.C.
Capital Estadual	310	Rodoviária	Via Cerne
	384	Rodoviária	Via Ponta Grossa
	473	Ferroviária	R.V.P.S.C.
Capital Federal	887	Rodoviária	Via Itararé e São Paulo
	1 140	Ferroviária	Via Itararé e São Paulo pela R. V. P. S. C., E. F. S. e E. F. C. B
	1 166	Ferroviária	Via Ourinhos e São Paulo, pela R.V.P.S.C. E.F.S. e E.F.C.B.

No setor de comunicações Japira conta com a agência postal do Departamento de Correios e Telégrafos e com o serviço telegráfico da Estação ferroviária da Rêde de Viação Paraná—Santa Catarina. É servida a cidade de um pôsto central de telefone interurbano, na rêde da Companhia Telefônica Nacional.

ASPECTOS CULTURAIS — A cidade de Japira conta com logradouros públicos bem traçados. Possui iluminação elétrica, pública e domiciliar, esta com 86 ligações. A energia elétrica é fornecida por emprêsa particular, sendo o seu consumo médio anual, para a cidade, de 66 000 kWh.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Esta assistência é prestada à população por 1 médico, 1 dentista e 2 farmacêuticos práticos licenciados, existindo 2 farmácias na cidade.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1953	123	459	911	381	733
1954	116	725	1 328	469	1 291
1955	—	640	1 253	535	1 325
1956	—	800	1 404	474	1 395

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — As pessoas nascidas no município são conhecidas pelo gentílico japirense. Japira é têrmo judiciário da comarca de Tomazina, e possui um colégio eleitoral de 1 180 votantes. Os podêres municipais estão assim constituídos: Prefeito, Sr. Francisco Cascardo; Vereadores, Srs. Arnaldo Ferbeck; Wilson Leite dos Santos; Nilson Souto; Leôncio Otilio; Natanael Marques de Araujo; Antonio Emidio da Silva; Otávio de Oliveira; Luiz Fernandes de Oliveira.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

JATAÌZINHO — PR

Mapa Municipal no 12.º Vol.

HISTÓRICO — Corria o ano de 1850. O Barão de Antonina, visando à descoberta dos campos Paiquerê e a abertura de uma estrada comunicando os Campos Gerais com Mato Grosso, mandou abrir uma picada em direção ao rio Tibagi, em ponto navegável, vindo êste caminho sair no Pôrto do Jataí. Feita a exploração da zona pelo sertanista Joaquim Francisco Lopes, o Barão de Antonina tratou de conseguir a fundação de uma colônia militar no ponto onde terminava a picada, tendo conseguido que fôsse baixado o Decreto n.º 751, de 2 de janeiro de 1851. Entretanto, sòmente a 10 de agôsto de 1855, foi ereta a Colônia, sob o comando do major reformado Tomaz José Muniz.

Então, como se temesse pela sorte da Província de Mato Grosso, cuja invasão parecia iminente pela sanha da política imperialista do ditador paraguaio Francisco Solano Lopes, surgiu um plano estratégico com o objetivo de transportar tropas por meios terrestre e fluvial, visando à defesa daquele pedaço da pátria brasileira.

Já nessa época, havia, do outro lado do rio Tibagi, em frente ao Pôrto Jataí, uma nova colônia fundada também por Joaquim Francisco Lopes, por ordem, ainda, do Barão de Antonina, que, entusiasmado com o desenvolvimento da nova cidadela militar determinou a vinda de um missionário para a catequese dos índios ali aldeados.

Foi designado para cumprir essa missão Domingos Antônio, Frei Timótheo de Castel Nuovo, que a 2 de agôsto de 1855, fundou no local o núcleo catequético de São Pedro de Alcântara, sendo entronizada solenemente, nessa ocasião, a imagem de Nossa Senhora dos Anjos. Por êsse motivo, Frei Timótheo històricamente é considerado também fundador do atual município de Jataìzinho, cuja designação remonta ao ano de 1943, quando o Conselho Nacional de Geografia apontava outra cidade no Estado de Goiás com o nome de Jataí, cujo nome, a exemplo de muitos outros então constatados, não deveria continuar servindo a mais de uma cidade do Brasil.

Mas é ao sertanista Joaquim Francisco Lopes que cabe a honra de primeiro se ter instalado na localidade, embora em companhia de outros bravos companheiros, cujos nomes não ficaram na história.

Depois de haver prestado valiosos serviços a essa colônia militar, Joaquim Francisco Lopes, deixando aí três filhos naturais, partiu em busca de novas terras, cumprindo sua rotineira e arrojada missão de desbravador de sertões, porém com freqüentes retornos e missões a Jataí, onde era chamado "o Homem da Natureza", conseguindo, assim, deixar escrito seu nome, com brilhantismo, nas páginas históricas de Jataìzinho e do Paraná.

Pela Lei n.º 333, de 12 de abril de 1872, foi criada a freguesia de Jataí, com sede na colônia militar do mesmo nome e sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição. A vila foi criada com a denominação de São Jerônimo, por Lei estadual n.º 1 918, de 23 de fevereiro de 1920 e instalada a 21 de setembro do mesmo ano. Sua elevação à categoria de cidade ocorreu com a Lei n.º 2 614, de 14 de março de 1929, tomando o nome de Jataí.

O território do atual município de Jataìzinho formava o distrito de Jataí, do antigo município de São Jerônimo, tendo por sede a colônia militar fundada graças aos esforços do Barão de Antonina. Dêsse território, porém, foram desmembrados vários outros municípios tais como Londrina, Assaí, Cambé, Rolândia, Jaguapitã, Arapongas, Cornélio Procópio, Sertanópolis, Mandaguari, Maringá, Uraí, Ibiporã, etc., todos atualmente dispondo de sedes modernas e progressistas, destacadamente Londrina e Maringá, graças à riqueza da região, considerada hoje como o esteio da economia paranaense.

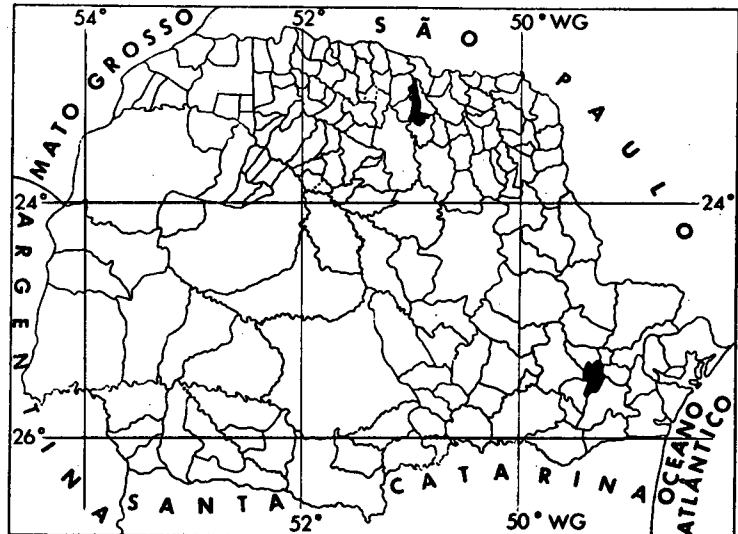
Entrementes, o então município de Jataí, berço de grande parte dessa florescente região que é o Norte do Paraná, tinha os seus dias contados e a 20 de outubro de 1938, pelo Decreto-lei n.º 7 573, era extinto, passando o seu território a pertencer parte ao então município de São Jerônimo, hoje São Jerônimo da Serra, e parte ao novo distrito de Assaí.

A atual designação de Jataìzinho se deu a 30 de dezembro de 1943, em decorrência da Lei n.º 199, quando formava um distrito do já então município de Assaí.

A 10 de outubro de 1947, porém, pela Lei n.º 2, Jataìzinho foi restaurado na sua categoria de município, passando a formar uma nova comuna do Estado do Paraná, verificando-se a instalação de sua sede a 8 de dezembro do mesmo ano.

Foi seu primeiro Prefeito Municipal, nesta nova fase de sua autonomia administrativa, o cidadão José Morais Neves, eleito em 16 de novembro de 1947 e empossado a 8 de dezembro do mesmo ano, quando da instalação do município. O Sr. José Morais Neves não chegou, entretanto, ao fim do seu mandato, renunciando em junho de 1950, sendo seu sucessor o Sr. Edison Gonçalves Palhano, que ficou à frente da Prefeitura de Jataìzinho até o dia 8 de dezembro de 1951.

Nas eleições de 3 de outubro de 1950, foi eleito para Prefeito de Jataìzinho o Sr. Manoel Nowisk, que dirigiu o município até 8 de dezembro de 1955, desde quando se encontra à frente de Jataìzinho o Sr. Antônio Brandão de Oliveira, seu atual Prefeito.

LOCALIZAÇÃO — Jataìzinho situa-se na Zona Fisiográfica do Norte, limitando com os municípios de Assaí, Sertanópolis, Uraí e Ibiporã. A sua sede está situada à margem direita do rio Tibagi, na latitude Sul de 23º 16' e longitude W.Gr. de 50º 59'.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 346 metros na sede municipal.

CLIMA — O clima é salubre e agradável. A média compensada da temperatura verificada em 1956 foi de 24,2°C, com média mínima de 16,4°C e máxima de 32°C.

ÁREA — A área do município é atualmente de 310 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Tem o município de Jataìzinho no rio Tibagi o seu principal acidente geográfico. Êste rio corre na direção norte-sul, com a largura de 300 a 400 metros e a profundidade variável de 2 a 30 metros. Banha o município numa extensão de 115 quilômetros. São notáveis, em seu curso dentro do município, os saltos Pau-d'Alho e Passo do Galdino, o primeiro medindo 3 metros de altura, com potência calculada de 1 000 H.P. Também merecem destaque as ilhas dos Cágados, com uma área aproximada de 32 quilômetros quadrados e Três Bôcas, à altura da foz do ribeiro Três Córregos, afluente do Tibagi.

RIQUEZAS NATURAIS — O município tem no café e no algodão a sua maior fonte de riqueza vegetal. A riqueza animal está representada por aves silvestres e peixes. No reino mineral, há abundância de barro (argila) prestando-se à fabricação de tijolos e telhas.

POPULAÇÃO — Jataìzinho contava pelo Recenseamento Geral de 1950 com 13 724 habitantes, sendo 7 307 homens e 6 417 mulheres. Estavam 92% da população localizados no quadro rural, sendo a densidade demográfica de 47 habitantes por quilômetro quadrado.

Aglomeração urbana — A única aglomeração urbana existente no município é a cidade de Jataìzinho, com a população de 1 052 habitantes (553 homens e 499 mulheres), uma das menores cidades do Estado.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A economia do município reside principalmente no café e no algodão, cujas culturas vêm sendo bastante desenvolvidas ùltimamente, graças à fertilidade do seu solo e clima saudável.

No ramo industrial, nota-se grande incremento da indústria cerâmica, que é hoje considerada a mais volumosa do Setentrião paranaense. O município pode abrigar e desenvolver grandes indústrias, devido ao volumoso manancial que banha os arrabaldes da cidade. Os saltos Pau-d'Alho com a potência calculada de 1 000 H.P. e o Passo do Galdino, com potencial muito superior mas ainda não estimado, prestam-se esplêndidamente para a captação de fôrça necessária a impulsionar um parque fabril de grandes possibilidades. Para o local estão acorrendo algumas importantes firmas industriais, destacando-se, já, a indústria de produtos alimentares Anderson Clayton & Companhia Limitada.

Das pessoas ativas (10 anos e mais), 45% concentravam-se no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura".

COMÉRCIO E BANCOS — Não há comércio atacadista no município, existindo, contudo, dentre os 120 estabelecimentos varejistas, alguns que, pelo seu maior giro comercial, estão em condições de suprir certas deficiências das chamadas pequenas casas comerciais. Não há bancos nem agências bancárias no município. O intercâmbio comercial é feito com as praças vizinhas de Assaí, Londrina, Cornélio Procópio e Ibiporã. Também de São Paulo e Curitiba, embora em menor quantidade, procedem determinados artigos de carência local.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido pela Rêde Viação Paraná—Santa Catarina. Por essa ferrovia está ligado à capital do Estado, numa distância de 725 quilômetros, e à capital federal, via Curitiba, dela distando 1 138 quilômetros. Por várias rodovias, acha-se distante 22 quilômetros de Assaí, 34 quilômetros de Sertanópolis, 26 quilômetros de Uraí e 8 quilômetros de Ibiporã. Das duas últimas dista, respectivamente, 31 e 12 quilômetros por estrada de ferro.

Na sede do município acha-se instalada uma agência postal-telefônica de 4.ª classe, de propriedade do Correio Nacional. As comunicações telegráficas com a cidade de Jataìzinho são feitas via Londrina ou Cornélio Procópio.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Jataìzinho contava, pelo Recenseamento Geral de 1950, uma população de 1 052 habitantes, sendo 553 homens e 499 mulheres. É servida de luz elétrica, com um total de 139 ligações. Os prédios mais em evidência são os da Prefeitura Municipal, da igreja-matriz, do Pôsto de Higiene, do Grupo Escolar, da Coletoria Estadual e do Pôsto de Puericultura.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A população do município é assistida por 2 médicos, 1 dentista e 1 farmacêutico. Assistência médica geral é prestada pelo Pôsto de Puericultura recém-instalado. Funcionam na cidade 5 farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — O Pôsto de Higiene do Serviço Nacional de Endemias Rurais presta assistência social à população jataizinhense.

ALFABETIZAÇÃO — Das 11 084 pessoas de 5 anos e mais presentes no município, quando da realização do Censo de 1950, apenas 4 304 sabiam ler e escrever, das quais 2 837 homens e 1 467 mulheres.

Ensino — Em 1956 havia em todo o município 24 unidades escolares de ensino fundamental comum com 1 213 alunos matriculados.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — A sede municipal dispõe de 1 cinema.

É praticado o futebol através de algumas agremiações esportivas locais.

FINANÇAS PÚBLICAS —

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	...	1 759	...	...	...
1951	...	3 054	...	...	...
1952	...	3 978	1 442	580	1 299
1953	...	2 535	1 858	676	1 497
1954	...	4 504	1 350	540	1 401
1955	...	5 453	1 572	535	1 601
1956 (1)	...	7 368	2 228	774	2 128

(1) O orçamento de 1956 foi previsto em Cr$ 1 550 000,00.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Na Praça Frei Timótheo, zona urbana de Jataìzinho, há um monumento encimado pelo busto do Frei Timótheo, mandado erigir pela Comissão dos Festejos do Centenário do município e aí colocado a 10 de agôsto de 1955, em homenagem ao grande catequizador e fundador da freguesia.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — O ponto culminante dos festejos religiosos no município reside na celebração, todos os anos, da festa da padroeira, Nossa Senhora da Conceição, iniciada a 30 de novembro e encerrada no dia 8 de dezembro, data da criação da freguesia. O último ato solene é uma imponente procissão, com bênção do Santíssimo Sacramento.

Por tradição, comemora-se no município a Páscoa, o São João (dia 24 de junho) e o Natal (25 de dezembro). Ocorrem, no município, manifestações populares por ocasião dos folguedos carnavalescos.

VULTOS ILUSTRES — Embora não sejam naturais de Jataìzinho, são lembradas com carinho e veneração as figuras dos fundadores da ex-colônia militar de Jataí: Barão de Antonina, *Joaquim Francisco Lopes* e *Domingos Antônio* — o Frei *Timótheo de Castel Nuovo.*

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Além dos saltos Pau-d'Alho e do Galdino, no rio Tibagi, nenhuma atração turística de maior significação oferece a cidade ou município de Jataìzinho.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — As pessoas nascidas no município recebem a denominação de jataizinhense.

A Câmara Municipal é constituída de 9 vereadores, sendo a atual legislatura instalada em 1955, composta pelos Srs. Antônio Gomes de Farias, Manoel Gonçalves da Cruz, Lázaro Ribeiro de Melo, João Batista Teodoro, Evilázio Rangel Cordeiro, Jorge Tiba, Izidoro Galli, Francisco Rodrigues Fortes, Manoel Noviski. No quadro da divisão judiciária do Estado, fixada para o qüinqüênio 1948-1953, o município de Jataìzinho figura como têrmo judiciário da comarca de Uraí. Em sua sede existe um Cartório Judiciário, de que é titular o Sr. João Martins Dutra e Oficial Maior o Sr. Pedro Pereira de Araújo. Há, ainda, um Juizado de Paz, composto de 1 titular e 3 suplentes.

FONTES — "Sinopse Estatística do Município de Jataìzinho". Departamento Estadual de Estatística do Paraná, 1950. Arquivo da Agência Municipal de Estatística. Documentação da I.R.E.M. do Paraná.

JOAQUIM TÁVORA — PR

Mapa Municipal no 11.° Vol.

HISTÓRICO — Um dos primeiros povoadores do atual município de Joaquim Távora foi o capitão Miguel Dias, primeiro chefe político do distrito de Afonso Camargo, primitivo nome do município. O capitão Miguel Dias chegou a ser vereador à Câmara Municipal de Santo Antônio da Platina, a cujo território pertencia então o distrito de Afonso Camargo, domicílio político e residência do capitão Miguel Dias.

A povoação teve o seu progresso ràpidamente desenvolvido, graças à passagem dos trilhos da Estrada de Ferro da Rêde de Viação Paraná—Santa Catarina; às atividades do capitão Miguel Dias; e à fertilidade e exuberância do seu solo.

Possuindo invejável propriedade agrícola nas cercanias da povoação, situada quase totalmente nas terras roxas do Norte do Paraná, o capitão Miguel Dias, já em 1929, cultivava 30 000 pés de café frutificando, e ainda procurava derrubar matas, a fim de ampliar a sua lavoura cafeeira e intensificar a cultura dos seus grandes e verdejantes canaviais.

Miguel Dias era proprietário de diversas glebas de terra de onde retirava grande quantidade de madeira, transportada para a estação ferroviária ou para as serrarias. Paralelamente às atividades industriais, o primeiro povoador de Joaquim Távora se dedicava à agricultura, especializando-se na cultura do café.

Outros colaboradores de Miguel Dias e que muito contribuíram para a fundação e desenvolvimento de Joaquim Távora foram: Joaquim Fonseca, Jerônimo Vaz Vieira, Antônio Joaquim Vieira que, desde 1917, já se estabelecera nas terras que hoje formam o território do município. Naquela época existia o patrimônio da Barra Grande, cuja fundação data do ano de 1915, aproximadamente.

Antes de sua fundação, o município de Joaquim Távora era conhecido pela denominação de Fazenda do Jaboticabal da Barra Grande, de propriedade de João Ayres Dias, Job Ayres Dias e outros, todos pertencentes à tradicional família Assis Teixeira.

Ao ser elevado à categoria de distrito administrativo do município de Santo Antônio da Platina, a antiga Fazenda do Jaboticabal da Barra Grande recebeu o nome de Afonso Camargo, em homenagem ao então Presidente do Estado, Dr. Afonso Alves de Camargo.

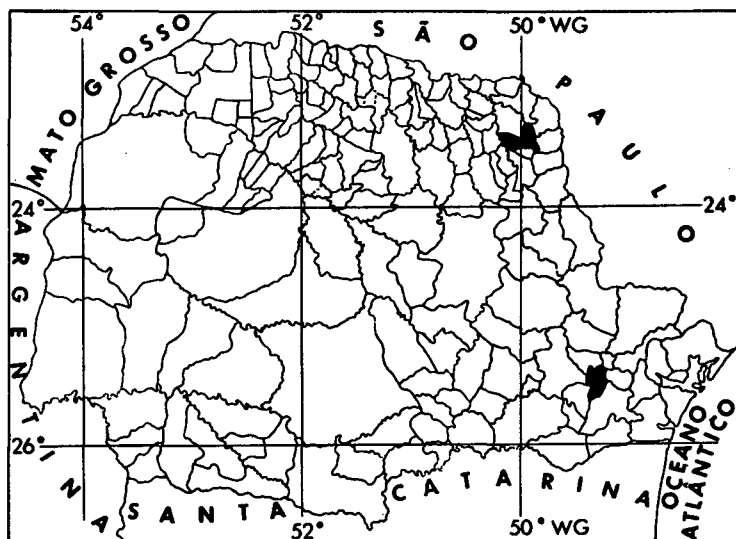
Pela Lei estadual n.° 2 645, de 10 de abril de 1929, foi criado o município de Afonso Camargo, com território desmembrado de Santo Antônio da Platina. A instalação do novo município se deu em 21 de setembro do mesmo ano.

Em virtude da revolução de outubro de 1930, foi dada a denominação de Getúlio Vargas à Estação da Estrada de Ferro, passando o município a denominar-se Joaquim Távora, por fôrça do Decreto estadual n.° 332, de 6 de novembro de 1930.

A nova denominação foi uma homenagem à memória de Joaquim Távora, falecido em trabalhos preparatórios para a revolução de 1930, da qual foi um dos grandes idealistas. O ato do govêrno, mudando o nome do município, foi apenas a concretização da vontade popular, que lhe pediu essa providência.

Até o ano de 1947, o município era formado por três distritos administrativos — o da sede, o de Joá e o de Quatiguá. Pela Lei estadual n.° 2, de 10 de outubro de 1947, perdeu o distrito de Quatiguá, que passou a formar novo município autônomo do Estado.

A 1.° de janeiro de 1944, o município foi elevado a têrmo judiciário e posteriormente à categoria de comarca, cuja instalação ocorreu a 25 de janeiro de 1949. Em 1953 foi a comarca elevada à categoria de segunda entrância.

LOCALIZAÇÃO — O município de Joaquim Távora está localizado na Zona Fisiográfica conhecida pela designação de "Zona de Tomazina". Geogràficamente o município situa-se nas seguintes coordenadas: latitude Sul — ...... 23° 29' 48", longitude W. Gr. — 49° 55' 29". Joaquim Távora limita ao norte com os municípios de Santo Antônio da Platina e Jacarèzinho; a oeste, com o de Jundiaí do Sul; ao sul, com os de Tomazina e Quatiguá; e a leste, com os de Ribeirão Claro, Carlópolis e Siqueira Campos.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude do município é de 634 metros.

CLIMA — O clima de Joaquim Távora é quente. A temperatura máxima registrada foi de 35°C e a média das mínimas de 8°C.

ÁREA — A área total do município é de 525 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Existem no município os seguintes: rio Cinzas e rio Jacarèzinho, serra da Figueira e vale da Pirambeira.

POPULAÇÃO — A população total do município, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 10 435 habitantes. Dêsse total, 5 317 eram do sexo masculino e 5 118, do feminino. No perímetro urbano encontravam-se 2 934 habitantes, dos quais 1 453 homens e 1 481 mulheres.

A maior parte da população concentrava-se na zona rural (46%), assim discriminada: 2 524 homens e 2 378 mulheres, num total de 4 902 habitantes.

Aglomeração urbana — Além da sede municipal, há mais 2 aglomerações urbanas, que são as sedes dos distritos de Joá e Guapirama.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A principal atividade econômica do município é a agricultura, destacando-se a lavoura do café. Cultivam-se também o milho, o feijão e outros cereais. Conforme o Recenseamento Geral de 1950, 44% das pessoas ativas no município se dedicavam ao ramo de "atividades domésticas".

O principal ramo de indústria de Joaquim Távora é o da produção de telhas e tijolos, sendo a indústria de beneficiamento do café e arroz também bastante incrementada, merecendo registro especial.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio na sede municipal é bem desenvolvido, constituindo uma das atividades mais importantes do município. A cidade conta com 5 estabelecimentos atacadistas e 71 varejistas. Encontram-se em funcionamento na sede municipal 3 agências bancárias.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município está ligado por ferrovia e rodovia aos seguintes municípios vizinhos: Quatiguá, ferrovia, 12 quilômetros, rodovia, 8 quilômetros; Siqueira Campos, ferrovia, 38 quilômetros, rodovia, 30 quilômetros; Tomazina, rodovia, 49 quilômetros; Japira, rodovia, 75 quilômetros; Santo Antônio da Platina, rodovia, 36 quilômetros; Jacarèzinho, ferrovia, 57 quilômetros, rodovia, 57 quilômetros; Carlópolis, rodovia, 26 quilômetros; Ribeirão Claro, rodovia, 60 quilômetros; Jundiaí do Sul, rodovia, 42 quilômetros; Curitiba, ferrovia, 472 quilômetros, rodovia, 314 quilômetros.

Há em funcionamento, no município, 1 agência postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos e 1 agência telegráfica mantida pela Rêde de Viação Paraná —Santa Catarina, contando o município com o total de 56 aparelhos telefônicos.

Em 1956 foram ali emplacados pelo serviço de trânsito 25 automóveis, 31 caminhões e 10 camionetas.

ASPECTOS URBANOS — A sede municipal possui uma avenida inteiramente pavimentada, 5 ruas parcialmente e 12 ruas sem pavimentação.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Exercem a sua profissão na sede municipal 3 médicos, 4 dentistas e 3 farmacêuticos, encontrando-se em funcionamento 2 hospitais, com o total de 20 leitos disponíveis. Funcionam três farmácias.

ALFABETIZAÇÃO — Conforme dados do Censo Demográfico de 1950, a população total do município era de 10 435 habitantes. Sabiam ler e escrever 3 736 pessoas, ou seja, 2 286 homens e 1 450 mulheres. O índice de alfabetizados era de 33%.

Ensino — Funcionavam no município 16 unidades escolares do ensino primário fundamental, com 950 alunos matriculados.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — O Grupo Escolar "Miguel Dias" mantém uma biblioteca estudantil com 430 volumes.

FINANÇAS PÚBLICAS —

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950......	672	1 640	798	345	247
1951......	982	2 072	815	393	999
1952......	1 430	2 212	1 044	483	980
1953......	1 511	2 798	1 329	885	1 354
1954......	1 678	3 722	1 395	510	1 271
1955......	2 281	4 312	1 741	664	1 750
1956......	3 404	4 391	2 249	828	2 175

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — A principal solenidade religiosa é a festa de São Sebastião, padroeiro da cidade, que é realizada no dia 20 de janeiro. Quanto às procissões tradicionais, podem ser arroladas a da Sexta-

-feira da Paixão e a de Nossa Senhora das Graças, em 31 de maio.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — O Vale da Pirambeira, pequena depressão, nas proximidades da cidade, com alguns aspectos pitorescos.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos no município são conhecidos pela designação de tavorenses.

A atual legislatura foi instalada em 1955. É Prefeito Municipal o Sr. Theodorico C. de Oliveira. A Câmara compõe-se de 9 vereadores, que são: Sebastião Sartori, Doutor Lincoln Graça, Álvaro Lins de Alencar, Egydio Ivo Cornélius, Joaquim Vieira dos Santos, Gabriel Manoel, José Ananias, Luiz Martini e Dr. Evandro Diogo de Siqueira.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

JUNDIAÍ DO SUL — PR

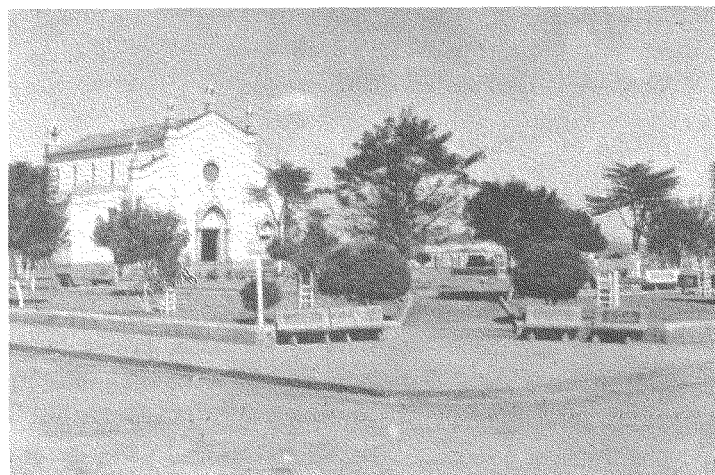
Mapa Municipal no 11.º Vol.

HISTÓRICO — Foi em 1917 que Salvador Castilho, caboclo desbravador de matas, e dois índios guaranis, Raimundo e Benedito, chegaram às terras onde hoje se localiza o Município de Jundiaí do Sul. Partiram êles da fazenda Santa Joana, no Município de Santo Antônio da Platina, por uma picada, que os levou até o acampamento do Lageado, hoje Abatiá, e depois até as margens do rio Noite Negra, atual Galho Grande, onde seria erguido o primeiro rancho.

Os pioneiros encontraram no local três tribos de índios: os Caiacangs, em maior número, e os Guaranis e Coroados, tribos menores. Seriam ao todo uns 1 800 índios.

O primeiro núcleo de brancos foi instalado em 1918. No ano seguinte, o primeiro cartório, tendo sido então celebrada a primeira missa por Frei Belino Maria, vigário da paráquia de Santo Antônio da Platina.

Prédio da Prefeitura Municipal

Parte das terras que hoje pertencem ao Município foram doadas, em 1936, pelo catarinense João Francisco da Veiga, proprietário da fazenda São Francisco — doação feita à Mitra Diocesana de Jacarèzinho, com a condição, porém, de que o Município viesse a receber o nome de São Francisco, o mesmo daquela fazenda de que fôra parte.

Igreja São Francisco de Assis, na Praça Pio X

Contudo, em virtude da proximidade do Ribeirão do Jundiaí, o prefeito de Santo Antônio da Platina, sr. Joaquim Cardoso da Silveira, em 1938 resolveu batisar o novel distrito da Comarca com a denominação de Jundiaí.

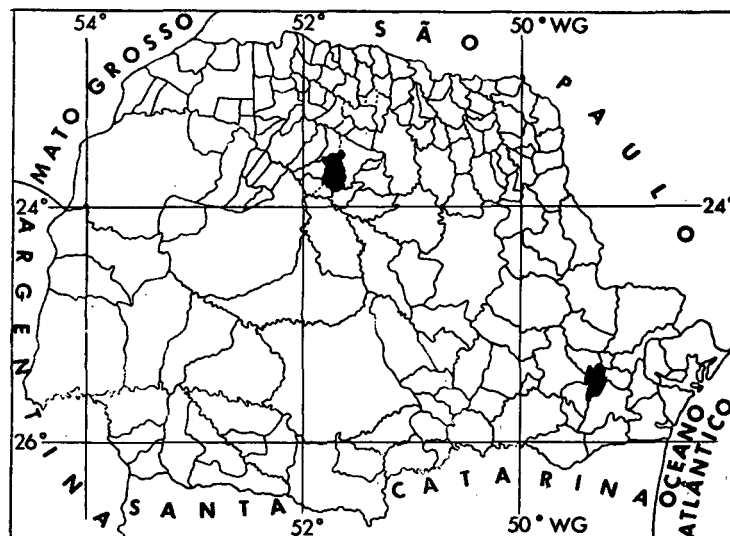
No mesmo ano, a 20 de outubro, o distrito perdeu parte de seu território, pelo Decreto-lei estadual n.º 7 573, para a formação do distrito de Pinhal, também pertencente ao Município de Santo Antônio da Platina.

Pelo Decreto-lei n.º 199, de 30 de dezembro de 1943, passou a denominar-se Cinzas, sendo elevado à categoria de Município a 10 de outubro de 1947, pela Lei n.º 2. Verificou-se a 5 de dezembro do mesmo ano a instalação da sede.

Em 1951, por fôrça de uma lei (n.º 790, de 14 de novembro), ganhou nova denominação: Rio Cinzas, isso por causa da proximidade do Rio das Cinzas.

Cinco anos depois, a 7 de março de 1956, a Assembléia Legislativa do Estado, atendendo a uma constante manifestação da opinião pública da comuna, baixou a Lei n.º 2 618, que alterou mais uma vez aquela denominação: passou o Município a Jundiaí do Sul.

O Município é um dos distritos judiciários da Comarca de Ribeirão do Pinhal. Conta com o Cartório de Paz, que acumula o Tabelionato, Registro Civil e anexos.

LOCALIZAÇÃO — A cidade está situada na posição geográfica de 23° 25' de latitude sul e 50° 14' de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 530 metros.

CLIMA — Média de 26ºC.

ÁREA — 304,30 km².

POPULAÇÃO — De acôrdo com os dados do Recenseamento Geral de 1950, o Município tinha na época 7 351 habitantes — 3 842 homens e 3 509 mulheres. Portanto, 24 habitantes por quilômetro quadrado.

82% da população, segundo se verificou, estava localizada no quadro rural, existindo apenas uma aglomeração urbana.

Em 1957, a população de Jundiaí do Sul seria da ordem de 8 000 habitantes, segundo estimativa elaborada pelo Departamento Estadual de Estatística.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O café é a base econômica do desenvolvimento do município, embora cultivado ainda em pequena escala. Outras culturas são o arroz, o feijão e o milho. Ainda são produzidos algodão, batata-inglêsa e cebola. A produção local é vendida na maior parte para São Paulo, Paranaguá, Ourinhos, Jacarèzinho, Santo Antônio da Platina, Curitiba e Sorocaba.

Desenvolve-se regularmente a pecuária, havendo mesmo exportação de gado para localidades vizinhas.

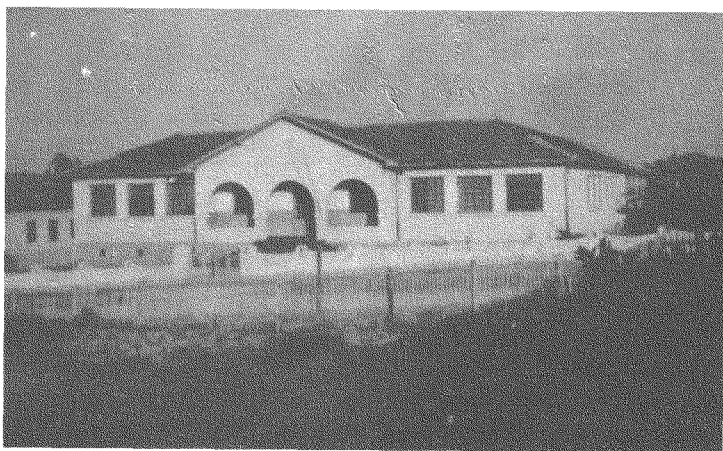
No campo industrial, têm particular relêvo as serrarias e as olarias, com produção satisfatória. Existem 21 estabelecimentos industriais em funcionamento.

Há beneficiamento de café e de arroz.

MEIOS DE TRANSPORTES — O Município dispõe de estrada de rodagem, que o liga à Capital do Estado (416 quilômetros) e à Capital da República (1 234 quilômetros). Cêrca de 40 carros, entre automóveis, caminhões e jipes, estão registrados na Prefeitura.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem em funcionamento 54 estabelecimentos comerciais e um bancário.

ASPECTOS URBANOS — A cidade dispõe de 256 ligações elétricas. A energia elétrica é fornecida pela Companhia Hidrelétrica Paranapanema, produzida na usina instalada no salto de Palmital (São Paulo). O consumo de energia para fins de iluminação pública é da ordem de 3 908 kWh; o para fim particular, de 11 924; o para fôrça motriz, de 1 690.

Há 2 pensões e um cinema.

Grupo Escolar Moisés Lupion

Hospital e Maternidade São Francisco

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A população dispõe de 3 farmácias. Em exercício 3 dentistas e 3 farmacêuticos.

ALFABETIZAÇÃO — 19% das pessoas presentes em Jundiaí do Sul, em idade escolar, sabiam ler e escrever, segundo os dados do Recenseamento Geral de 1950.

Ensino — Abertas à população infantil existem no Município 10 unidades escolares do ensino primário fundamental comum.

FINANÇAS PÚBLICAS — A receita arrecadada pelo Município em 1956 foi da ordem de Cr$ 1 735 713,80, para uma despesa orçada em Cr$ 1 638 999,40.

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS — No dia 6 de janeiro realiza-se em Jundiaí do Sul a festa dos Reis Magos; a 20 de janeiro, a festa de São Sebastião; a 4 de outubro, a festa de São Francisco de Assis, que é o padroeiro da Cidade; a 25 de dezembro, a festa de natal. O mês de maio é consagrado pela população às festas da devoção de Nossa Senhora e o mês de junho à devoção do Sagrado Coração de Jesus.

Entre outras procissões, realizam-se normalmente as de Quarta-feira e Quinta-feira Santas e de Domingo de Páscoa.

JUSSARA — PR

Mapa Municipal no 13.º Vol.

HISTÓRICO — Os patrimônios fundados pela Companhia Norte do Paraná, antiga Companhia de Terras do Paraná, em sua quase totalidade, são hoje centros urbanos de grande importância, responsáveis pelo progresso e pela grandeza da região fisiográfica conhecida pela denominação de Norte do Paraná.

Desde o ano de 1924, quando um grupo de colonizadores inglêses, tendo à frente Lord Lovat, organizou a referida emprêsa imobiliária, vem ela idealizando, planejando e fundando patrimônios, muitos dos quais, num curto lapso de tempo, foram transformados em belas e progressistas cidades, através das quais brotaram uma civilização e uma cultura diferentes, estruturadas no ciclo do café e situadas ao longo do trópico de Capricórnio.

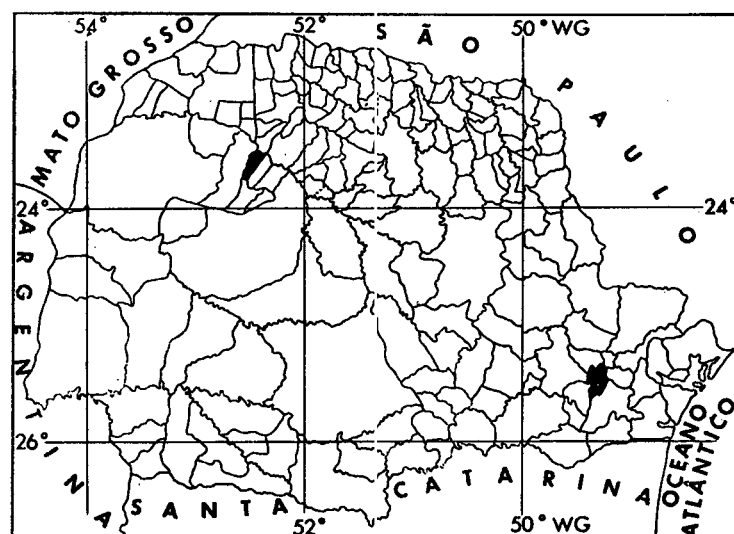
Durante mais de trinta anos, a Companhia de Terras Norte do Paraná andou semeando cidades, plantando o progresso, rasgando estradas, povoando, criando riquezas e en-

grandecendo a região, o Estado e o próprio país. E não foi apenas no Norte pròpriamente dito, mas no Norte Novo e até no Noroeste a Companhia andou plantando cidades e levando o progresso.

É impressionante registrar o fenômeno que cercou Jussara, desde a sua fundação até a sua elevação à categoria de município, no curto período de apenas três anos. Além de Maringá, só a cidade de Jussara, na região Noroeste do Estado, conseguiu equiparar-se em pujança e prodígio.

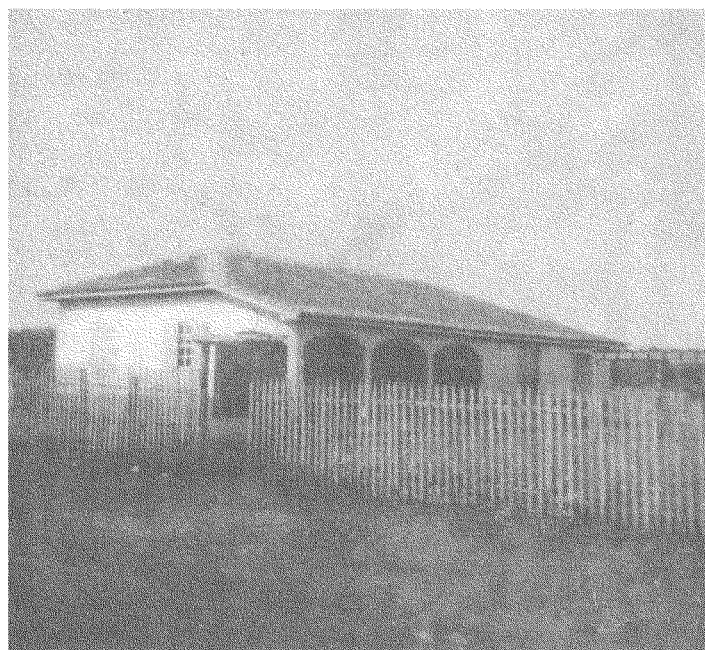
Os primeiros a comprarem terras e estabelecerem-se no patrimônio de Jussara, por isso mesmo considerados fundadores da cidade, foram: Manoel José Soares que se estabeleceu, a princípio, como colono, passando, depois para o comércio e chegando a ser o primeiro Prefeito Municipal eleito pelo povo de Jussara; Pedro Pardo, procedente do Estado de São Paulo, adquiriu terras e se estabeleceu com casa comercial; Luiz Tozzo, primeiro açougueiro; Gumercindo de Moraes, comerciante; Ary Bacon, farmacêutico. Foram os primeiros médicos da localidade os Drs. José Jucowski e Frederico Gabrielli, vindos da Bahia, em 18 de agôsto de 1951 e meados de 1952, respectivamente.

Jussara foi elevado à categoria de município pela Lei estadual n.º 2 411, de 13 de julho de 1955, tendo sido instalado em novembro do mesmo ano. Na mesma data foram empossados o primeiro Prefeito Municipal e Vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Jussara localiza-se na Zona Fisiográfica do Ivaí. A cidade está situada na posição geográfica de coordenadas 23° 50' de latitude Sul e 52° 27' de longitude W.Gr. Seus limites são: ao norte, São Jorge e Cianorte; a oeste, Cianorte; ao sul, Araruana; e a leste, Terra Boa.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 408 metros na sede municipal.

CLIMA — Jussara possui clima quente. Observa-se, nos períodos da primavera e do verão, um calor ardente seguido de chuvas copiosas. Os invernos apresentam-se frescos e agradáveis. As temperaturas registradas no município, no ano de 1956, foram de 30°C a média das máximas; 18°C a das mínimas; e 24°C a compensada.

ÁREA — A área municipal soma 227 quilômetros quadrados.

Prefeitura Municipal

POPULAÇÃO — A população do município de Jussara está incluída na do de Campo Mourão de cujo território fazia parte como simples povoado, por ocasião do Recenseamento Geral de 1950.

Aglomerações urbanas — A cidade de Jussara é a única aglomeração urbana do município. Estima-se atualmente sua população em 2 500 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — É de base eminentemente agrícola a economia do município, sobressaindo o café como cultura principal. Seus cafeeiros deverão atingir o auge da produção, todavia, sòmente em 1958. As demais culturas agrícolas, na ordem de importância, são: algodão, milho, feijão, arroz, alho e cebola.

Em 1956 a exportação dêsses produtos foi: milho — Cr$ 3 209 640,00; feijão — Cr$ 2 353 478,00; e arroz — Cr$ 223 410,00. O algodão teve uma colheita prevista para 1956 de Cr$ 1 008 000,00.

A indústria conta com 17 estabelecimentos dos quais 5 ocupam 5 ou mais operários e age preferencialmente nos ramos "produtos alimentícios" (70% do valor total) e "madeireira" (18%).

A exportação de palmito em conserva no ano de 1956 atingiu a soma de Cr$ 5 990 837,00. O município exportou nada menos de Cr$ 12 716 846,00, naquele ano.

A pecuária encontra-se em fase de desenvolvimento, atendendo, entretanto, apenas ao consumo interno.

COMÉRCIO E BANCOS — Funcionam no município 4 estabelecimentos atacadistas, 10 varejistas e 2 agências bancárias. O comércio local mantém intercâmbio (importação e exportação) com as praças de: Maringá, Apucarana, Londrina, Ponta Grossa e Curitiba, no Paraná, e São Paulo, (SP).

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O meio de transporte que serve o município é o rodoviário; em breve terá o ferroviário da R.V.P.C.S., cujos trilhos, partindo de Maringá para atingir Guaíra deverão passar em Jussara tão logo seja concluída a ponte rodo-ferroviária sôbre o rio Ivaí. Liga-se aos municípios de São Jorge

19 — 24 943

Igreja-Matriz Municipal

— 60 km; Terra Boa — 16 km; Cianorte — 11 km; Araruna — 30 km; Capital Estadual — 721 km. Na sede funciona um Pôsto do D.C.T. para o serviço postal.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Jussara conta com cêrca de 2 500 habitantes, 8 logradouros públicos: 1 avenida e 7 ruas. Possui mais de 450 edificações, quase tôdas servindo, também, para fins residenciais. A hospedagem é atendida por 2 hotéis e 1 pensão, em Jussara.

No decorrer do ano de 1956, foram registrados, na Prefeitura Municipal, 60 veículos: 3 automóveis, 11 jipes e 46 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Residem na cidade 2 médicos, 1 dentista e 3 farmacêuticos (práticos licenciados). A assistência médica em geral está a cargo de 1 hospital e de 1 pôsto de higiene. Há 3 farmácias na sede municipal.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — O Pôsto de Higiene, da Secretaria de Saúde do Estado, presta, também, serviços de assistência social à população do município.

Ensino — O ensino primário fundamental comum, no município, foi ministrado em 1956 por 7 unidades escolares a um total de 396 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Funciona na cidade de Jussara o Cine São Pedro, com 400 lugares.

A Prefeitura Municipal mantém uma biblioteca com 800 volumes de obras gerais, doados pelo Instituto Nacional do Livro.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1954......	—	985	—	—	—
1955......	—	1 223	—	—	—
1956......	—	2 363	—	1 700	1 531

NOTA: Na cidade não existe Coletoria Federal.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — Realizam-se no município duas festas, em honra de Nossa Senhora das Graças, padroeira local, e do Sagrado Coração de Jesus. Ambas se revestem de muita solenidade e animação, assistindo a elas a quase totalidade dos habitantes municipais. Festejam-se ainda o São João, a Páscoa e o Natal.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Jussara é topônimo que surgiu em 1952 por ocasião da escolha de Miss Brasil que recaiu na Senhorita Jussara Marques. Representa uma homenagem dos fundadores da cidade à bela brasileira. Seus habitantes são conhecidos por jussarenses. É distrito judiciário subordinado à comarca de Peabiru; possui um Juiz de Paz e um Cartório do Registro Civil e Anexos. O colégio eleitoral conta cêrca de 1 300 eleitores. As autoridades municipais são: Prefeito Municipal — Senhor Manuel José Soares; Vereadores — Gumercindo D. Morais, Maria de M. Santos, Anisio de C. Jucá, Luiz Pinheiro, Antonio Eugenio Belinazzo, José Jarolim Siqueira, João Carniel, Francisco G. da Silva, José Henrique de Andrade.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

LAPA — PR

Mapa Municipal no 11.º Vol.

HISTÓRICO — Não obstante a falta de elementos positivos, admite-se que os primeiros civilizados a realizarem incursões na região dos Campos Gerais foram Aleixo Garcia, que comandou a primeira bandeira paulista, em 1526, e, mais tarde, em 1531, as bandeiras de Pero Lobo e Francisco Chaves.

O terceiro expedicionário a penetrar a região foi Álvaro Nuñes Cabeza de Vacca, em 1541, na viagem que realizou da Espanha ao Paraguai, na qualidade de "adelantado" (governador) daquela província espanhola na América do Sul.

Trazendo a missão de tomar posse para a coroa de Castela das terras situadas ao ocidente da linha limítrofe com as de Portugal, na América, Cabeza de Vacca aportou em Cananéia, que considerava pôrto espanhol e em São Francisco, desembarcando a 29 de março de 1541 na ilha de Santa Catarina. O "adelantado" castelhano tomou posse, em nome do rei de sua pátria, das três localidades visitadas.

Acompanhado de um contingente de 250 homens de armas, 36 cavalos e alguns índios "vaqueanos", Cabeza de Vacca subiu o rio Itapocu, atravessou a Serra do Mar, à margem oriental do Campo do Tenente e o rio Iguaçu, nas proximidades da atual cidade de Araucária.

Nessa longa travessia do grande país em que se encontrava, o conquistador castelhano, conforme escreve o Barão de Capanema, passou pelos lugares, onde mais tarde seriam fundadas as cidades da Lapa, Palmeira e Ponta Grossa.

Do Iguaçu seguiu Cabeza de Vacca, com a sua gente, em demanda do rio Tibagi, onde chegou com dois dias de viagem ao sítio da atual Estação do Lago, alcançando, na altura da Aldeia Tapapuraçu, a estrada que, de Piratininga e Cananéia conduzia ao Paraguai.

Monumento ao General Carneiro, na Praça do mesmo nome

Antonio Raposo Tavares, no segundo ataque que levou a efeito aos "pueblos" espanhóis de Vila Rica do Espírito Santo e Ciudad Real deu Guaira, transpôs o rio Paraná, atingindo o "pueblo" de Santiago de Xéres. Em 1636, o mesmo aguerrido bandeirante, chefiando uma bandeira de 120 paulistas e mais 1 000 índios tupis, atingiu a localidade de Tapes, em São Pedro do Rio Grande do Sul. Diz Ellis Júnior que "tomou a bandeira o caminho do Guaíra, passando pelo Açungui e sertão dos Carijós".

Em que pese a falta de referência, é livre de dúvida que Raposo Tavares passou pelos Campos Gerais, na região onde hoje se encontra a legendária cidade da Lapa.

No ano de 1720 Zacarias Dias Côrtes organizou uma expedição levada aos Campos de Palmas, com resultados satisfatórios e promissores, tendo feito importantes descobrimentos, com que se entusiasmou o govêrno da Capitania de São Paulo, a determinar uma verificação no caminho para o Rio Grande do Sul. Aliás, a abertura de uma via de comunicação dessa natureza já havia sido sugerida pelo sertanista Bartolomeu Paes.

Para isso mandou organizar uma bandeira, cujo comando confiou ao sargento-mor Francisco de Souza Faria e outra sob o comando de Manoel Rodrigues da Mota, indicado pela Câmara de Curitiba. Êste bandeirante custeou tôdas as despesas da bandeira que levou aos sertões do sul, abrindo a picada até os campos de Lages. A bandeira de Souza Faria deveria partir de Laguna, a fim de se encontrar com a de Rodrigues da Mota.

Escreve Romário Martins que "as picadas, do norte e do sul, não se encontraram e foi preciso lhes corrigir as diretrizes". Nova bandeira foi levantada, para proceder à retificação, e Manoel Rodrigues da Mota manteve-se no sertão à sua custa.

Deve-se, portanto, a abertura da *Estrada do Mota,* que tantos serviços prestou ao povoamento dos Campos Gerais de Curitiba e do Rio Grande do Sul, ao bravo bandeirante curitibano Manoel Rodrigues da Mota. Esta denominação foi fàcilmente alterada, mais tarde, para "Estrada da Mata"; isso porque, do rio Negro para o sul, o caminho atravessava uma região de intensa floresta virgem.

A abertura do caminho foi iniciada em 1730 e concluída em 1731. O trecho que aqui recebeu a denominação de Estrada da Mata era apenas uma parte do histórico Caminho de Sorocaba—Viamão.

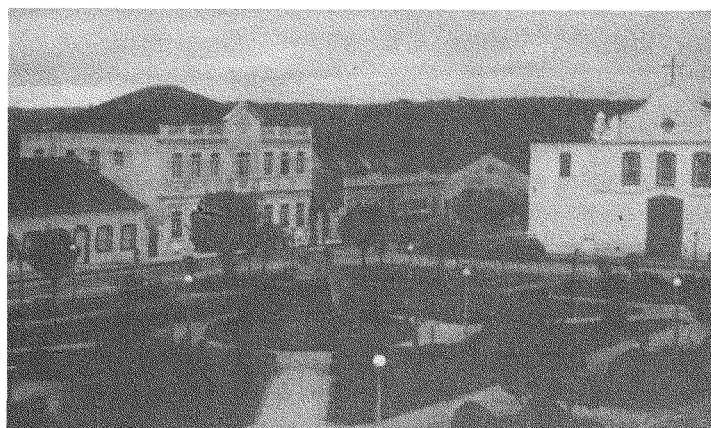
Ao longo dessa estrada foram surgindo os "pousos" ou "invernadas" dos tropeiros e comerciantes de gado com a famosa feira de Sorocaba.

Um dêsses "pousos" recebeu a denominação de Capão Alto. Com a abertura da Estrada da Mata, em 1731, o govêrno da Capitania de São Paulo resolveu criar um Registro para cobrança do pedágio do gado que transitava por aquêle caminho, o qual foi instalado à margem do rio Iguaçu que, por êsse motivo, ficou sendo conhecido por rio do Registro.

O Capão Alto estava localizado no ponto em que a lenda, um século depois, veio consagrar a um famoso asceta, quando então passou a chamar-se Gruta do Monge. Era ali o final da etapa diária para aquêles que, pela manhã, deixavam as margens do rio Negro e que, ao anoitecer, buscavam local próprio para o repouso merecido.

Em tôrno do Registro, que outra coisa não era senão um pôsto fiscal, foram paulatinamente se estabelecendo alguns moradores. João Pereira Braga e sua mulher, D. Josefa Gonçalves da Silva, foram os primeiros a se estabelecerem na localidade de Capão Alto.

Baixo relêvo, colocado na base do pedestal da estátua do General Carneiro

Os primitivos moradores dedicaram-se às atividades agrícolas, o que contribuiu para o desenvolvimento da localidade. Em conseqüência, o antigo pouso de Capão Alto, em meados do século XVIII, já contava com regular número de habitantes. Já existia uma capelinha tôsca sob a invocação de Nossa Senhora do Capão Alto, erigida pelos Padres Carmelitas do Tamanduá, e que teve por primeiro

Praça General Carneiro

Vigário o padre João da Silva Reis, filho do primeiro casal que chegou à localidade.

A povoação foi elevada à categoria de freguesia no dia 13 de junho de 1797, tendo como padroeiro Santo Antônio. Nessa época chegou ali o capitão Francisco Teixeira Coelho, de nacionalidade portuguêsa, que se interessou pela localidade, prestando reais serviços ao seu progresso.

Por ocasião das expedições para descoberta dos sertões do Tibagi, levadas a efeito por determinação do tenente-coronel Afonso Botelho de Sampaio e Souza, estacionou na povoação uma companhia de auxiliares, que recebeu a inspeção daquele militar a 10 de fevereiro de 1771, tendo o mesmo providenciado "o mais que era preciso para aumento da nova Freguesia"

O progresso da freguesia era cada vez mais empolgante, despertando, por isso, nos povoadores, a esperança de conseguirem a sua elevação a vila.

Contava já com "trezentos e tantos fogos", apresentando aspecto agradável à vista, com suas ruas bem alinhadas quando, em 1806, o seu comandante mandou edificar o prédio que deveria servir de Câmara e Cadeia.

Nessa altura, os habitantes do lugar, "tendo à frente o capitão Francisco Teixeira Coelho, comandante das funções da freguesia, passaram procuração ao coronel José de Carvalho e capitão José de Andrade e Vasconcelos, para que qualquer dêles solicitasse ao governador-geral da Capitania de São Paulo a elevação da freguesia à categoria de vila, com Justiça Ordinária e Juiz de órfãos".

Desempenhando-se da missão que lhe foi confiada, o coronel José Vaz de Carvalho, como procurador dos habitantes da freguesia do Capão Alto, requereu a graça da ereção da vila no dia 26 de fevereiro de 1806. Em sua petição, alegava, entre outras coisas, a circunstância de achar-se a referida freguesia muito distante da vila de Curitiba, o que dificultava sobremaneira os negócios forenses.

Lembrava ainda, o requerente, os limites para o distrito da nova vila, que seriam o rio do Registro (Iguaçu), com o distrito de Curitiba e, para o sertão, o rio que servia de divisa entre os distritos de Curitiba e Lages, o rio da Estiva, hoje catarinense.

A petição teve despacho favorável, chegando a notícia da criação da vila à florescente povoação no dia 6 de junho de 1806.

Em regozijo pelo auspicioso acontecimento, realizaram-se nesse dia solenes festas populares procedendo-se, na casa da Câmara Municipal, a eleição dos juízes de paz e vereadores, que deveriam exercer o mandato na primeira legislatura. Foram eleitos Gabriel da Silva Sampaio, Juiz Presidente; José França, José Vieira e Manoel Maciel, vereadores; e, João Ferrasores, procurador do Conselho.

A povoação tomou então a denominação de Vila Nova do Príncipe.

Em carta datada de 20 de junho de 1806, o capitão Francisco Teixeira Coelho comunicava ao Governador de São Paulo a satisfação de que se achava possuído o povo da vila, pelo atendimento às suas aspirações.

Em 1829 chegaram ao Paraná os primeiros imigrantes alemães, em número de 60 pessoas, que se estabeleceram na antiga Estrada da Mata, dando início à fundação do Senhor Bom Jesus do Rio Negro, núcleo colonial que contribuiu de forma notável para o progresso do Paraná.

Os colonos tedescos se compunham de 12 famílias e chegaram à Capela da Estrada da Mata no dia 6 de fevereiro de 1829.

Durante o seu govêrno, Catarina II, da Rússia, que era de origem germânica, promoveu o desenvolvimento de uma colonização alemã de grandes proporções, às margens poéticas do Volga. A grande Czarina deu todo apoio a essa colonização, porém, em 1877, o novo Czar revogou as disposições de Catarina II, passando a oprimir os alemães com impostos e serviço militar obrigatório.

Foi assim que naquele ano, da população alemã do Volga, que atingia vinte mil habitantes, partiu o primeiro grupo de imigrantes, com destino às terras livres do Brasil. Em aqui chegando, êsses colonos escolheram para seu estabelecimento um lugar no planalto paranaense, nas proximidades da então Vila Nova do Príncipe.

Os núcleos coloniais fundados pelos alemães do Volga, em território do atual município da Lapa, foram denominados Mariental, Johannisdorf, Wirmond e outros. Êsses núcleos progrediram ràpidamente e, dentro em breve, surgiram diversos outros localizados no planalto paranaense.

Documentos históricos merecedores de fé informam que já em 1829, à época da fundação do núcleo alemão da Estrada da Mata, alguns imigrantes se estabeleceram na Vila Nova do Príncipe, dedicando-se aos trabalhos de construção da estrada. Aos poucos êsse número foi aumentando.

O patriarca da família alemã da Lapa foi Eugênio Westphalen, farmacêutico, natural de Berlim, que chegou ali em 1830. Homem culto e trabalhador, chefe de família numerosa, Eugênio Westphalen deu notável contribuição ao progresso e desenvolvimento da vila.

Panteon dos Heróis, onde repousam os restos mortais de revolucionários de 1893 e 1894

Durante a Guerra dos Farrapos a Lapa constituiu-se em ponto de concentração das fôrças legais, principalmente, quando José Garibaldi invadiu Santa Catarina, em 1843.

Com a criação da Província do Paraná, em 1853, e sua conseqüente organização judiciária, a Vila do Príncipe passou a ser o 5.º têrmo judiciário e policial da comarca da Capital, sendo-lhe jurisdicionada a freguesia do Rio Negro, que já contava com 421 fogos, uma população de 1 884 habitantes e dois eleitores para o colégio da Vila do Príncipe.

Por Decreto n.º 1 418, de 16 de agôsto de 1854, foi criado o Juízo Municipal e de Órfãos da vila, sendo nomeado primeiro juiz o Dr. Manoel de Barros Wanderley Lins que, ao que tudo indica, não assumiu o cargo.

A 30 de maio de 1870 Vila Nova do Príncipe foi elevada à cabeça de comarca, deixando, assim, de ser têrmo judiciário de Curitiba. A instalação da nova comarca ocorreu a 11 de junho de 1871, pelo seu primeiro juiz de Direito, Dr. Antonio Candido Ferreira de Abreu.

Em 1872 Vila Nova do Príncipe recebeu foros de cidade, passando a denominar-se cidade da Lapa, nome por que era conhecida a povoação desde os princípios de sua história, mas que não era adotado oficialmente.

Após a proclamação da República, por Decreto número 28, do Govêrno do Estado do Paraná, foi instalada a primeira Intendência Municipal e a Câmara, que ficou constituída pelos Srs. Eduardo Alberto de Andrade Wirmond, Presidente; Francisco Manoel da Silva Braga, Vice-Presidente; e Olympio Westphalen, Tobias Cardoso Moreira, João Pacheco dos Santos Lima, Dr. Candido Ferreira e Américo Pereira de Rezende, vogais.

A cidade de Lapa tem uma página épica de sua história, nas lutas que ali se desenrolaram por ocasião da Revolução Federalista, no ano de 1894.

No início daquele ano, a parte sul do município foi invadida pelas tropas revolucionárias rio-grandenses. Então, de um momento para outro, a pacífica e calma cidade campesina foi transformada em autêntica praça de guerra, onde, por vários dias seguidos, se verificaram sangrentos acontecimentos.

Os exércitos revolucionários sob o comando de Gumercindo Saraiva, vitoriosos nas campinas do Rio Grande do Sul, depois de haverem conquistado grande parte do território catarinense, tencionavam apoderar-se das unidades legalistas, apossando-se de Curitiba.

E já no dia 27 de dezembro de 1893, vários piquêtes do inimigo apareciam nas proximidades de Lapa, que contava com uma guarnição de pouco mais de 700 homens.

Visando a obstar a marcha vitoriosa do inimigo, o general Argolo organizou uma Divisão de Exército de 1 800 homens, para defender o Paraná, lutando contra as hostes de Gumercindo e Aparicio Saraiva. Essa Divisão ficou constituída de quatro brigadas mistas, ficando a primeira, segunda e quarta na cidade de Lapa, e a terceira em Tijucas, na encruzilhada, sob o comando do coronel Adriano Pimentel.

Em virtude de ordens do Comando Geral, alguns dias depois, o grosso das tropas governistas era desfalcado. Diversos efetivos partiram para Tijucas, Ambrósios e Paranaguá, a fim de reforçar as guarnições dessas cidades. Outros destacamentos guerrilhavam o inimigo no Campo do Tenente, Várzea e Rio Negro.

Fôro Municipal

Finalmente, a 15 de janeiro de 1894, apresentaram-se frente à cidade de Lapa, as hostes federalistas, compostas por um efetivo de cêrca de 1 200 homens, surgindo pela estrada do Rio Negro.

As fôrças legais, sob o comando do bravo general Antonio Ernesto Gomes Carneiro, logo que os revolucionários se aproximaram numa distância de quatro quilômetros, romperam fogo de artilharia.

Imediatamente os exércitos inimigos estenderam as linhas de atiradores, flanqueada por numerosa cavalaria e responderam à saudação com tiros de quatro canhões Krup.

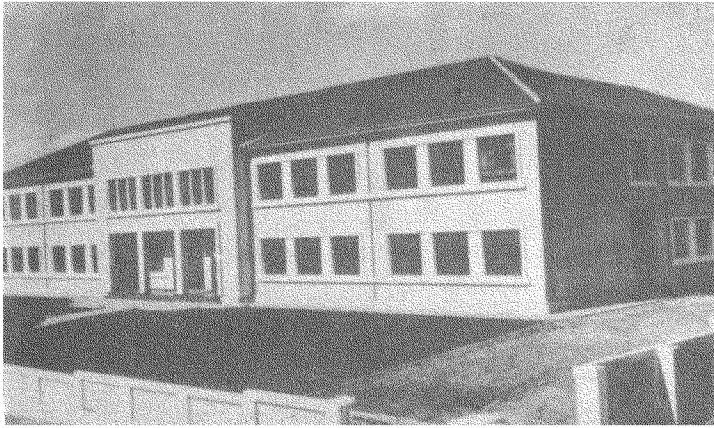
Poucas horas após, cessava o primeiro combate e, de lado a lado apresentavam-se os contendores para a batalha que seria travada no dia seguinte. Ainda, durante êsse dia, os atacantes canhonearam por diversas vêzes os legalistas, que não puderam responder ao fogo inimigo, dada a pouca distância em que se achavam da Praça, e por medida de economia.

No dia 17 de janeiro, pela manhã, partiu para Curitiba o capitão Lauro Müller, a fim de se entender com o comandante do Distrito sôbre o concêrto de um novo plano de defesa.

Logo após a partida do trem, que se movimentou com grande velocidade, os revolucionários romperam cerrado fogo contra a praça, realizando, imediatamente, um ataque pela retaguarda, pois durante a noite haviam contornado a cidade, ocupando posições no alto da Gruta do Monge.

A peleja foi renhida durante todo o dia, sendo mantidas pelos defensores tôdas as posições que ocupavam. Do dia 18 a 21 continuou o ataque de lado a lado, tendo os legalistas construído trincheiras em diversas ruas da cidade, que se achava completamente sitiada.

A 22 continuou o combate, tendo os revolucionários descido para as matas entre a Gruta do Monge e a cidade, ocupando posições também atrás do Cemitério. Às 7 horas da manhã dêsse dia, três cavaleiros desceram do Monge, exibindo uma bandeira branca, para parlamentarem. Intimados a pararem à distância, não atenderam, recebendo, por isso, uma saraivada de balas que os obrigou a regressar.

Em represália, romperam os atacantes cerrada fuzilaria contra a Praça. Mas, como a demora do sítio roubava aos revolucionários o tempo de que tanto precisavam para outras conquistas, cessaram êles o fogo por alguns instantes, enquanto José Loureiro e Artur Balster, negociantes em Curitiba, procuravam servir de intermediários, evitando o

Grupo Escolar Dr. Manoel Pedro

derramamento de sangue. O general Gomes Carneiro, comandante da Praça, porém, não os recebeu, fazendo-os retornar ao local de origem.

Novamente recomeçou a renhida peleja, ocupando os sitiantes a Estação Ferroviária, o Cemitério Municipal e o Engenho Lacerda, enquanto os sitiados se recolhiam às trincheiras.

Mas não puderam ainda os revolucionários contar com a vitória. Os sitiados, encorajados pelo admirável valor do seu comandante, iniciaram a reconquista dos pontos tomados pelo inimigo. Clementino Paraná, à frente das fôrças do Regimento de Segurança, assaltou e conquistou a Estação; Inacio Costa expulsou os sitiantes das matas da direita.

O número de baixas foi elevado de parte a parte.

De 23 a 26 foi diário e de sol a sol o bombardeio de Lapa pelos quatro canhões Krup dos atacantes. A defesa foi reduzida em seu raio e limitada às zonas de trincheiras. O inimigo ocupou a Rua das Tropas e o Alto da Lapa.

De 28 de janeiro a 1.º de fevereiro, a cidade, exposta aos tiros dos sitiantes, foi inclementemente batida. Em qualquer das ruas o trânsito se tornou perigoso. "Não raro viam-se caírem feridos ou mortos aquêles que, por necessidade do serviço ou por atos comuns de imprudência, transitavam por elas".

De 2 a 6 de fevereiro, os atacantes consolidaram suas posições e mantiveram seguido tiroteio. A 7, já o inimigo tiroteava dos quintais da Rua da Boa Vista, e as fôrças, muito numerosas, atacavam todos os flancos da cidade.

"Trava-se então renhido e mortífero combate, no qual os contendores, se não chegaram ao uso da arma branca, fuzilavam-se, entretanto, apenas separados por cêrcas de tábuas que dividiam os quintais ou fechavam os lances de rua onde não existiam casas".

Serra Martins dirigia os setores de um lado da cidade e Joaquim Lacerda, os de outro lado: Gomes Carneiro, a cavalo, estava em tôda a parte, dando o exemplo e animando a resistência. Foi assim que apareceu na trincheira erguida no cruzamento da Rua das Tropas com a da Boa Vista entre as casas de Francisco de Paula e do coronel João Pacheco, onde a fuzilaria estava dizimando a guarnição.

Apenas chegara, uma bala de fuzil inimigo o prostrou gravemente ferido. Foi recolhido à casa próxima, do professor Pedro Fortunato de Souza Magalhães, onde ficou em tratamento, aos cuidados do Dr. João Candido Ferreira, médico da segunda Brigada.

O duelo entre a trincheira e os atacantes recrudesceu. Os patriotas lapeanos, do Batalhão Floriano Peixoto, Henrique José dos Santos e alferes Fidencio Guimarães, comandante e subcomandante dêsse setor, quase que ao mesmo tempo caíram mortos. O alferes-aluno Gustavo Lebon Régis, que manobrava, com eficiência, um canhão Krup, era pôsto fora de combate, gravemente ferido.

Mortos ou feridos, caíram todos os defensores da heróica e fatídica trincheira.

Calou-se, finalmente, o canhão. Emudeceram as carabinas. Pela trincheira, defendida agora pelos mortos, ia passar triunfante o inimigo. Mas, num supremo instante apareceram para combater ao lado dêles, o coronel Lacerda, o major Menandro Barreto e o capitão Sisson, com reforços de patriotas lapeanos e do 17.º de Infantaria de Linha.

E o canhão ribombou de novo. E as carabinas estalaram outra vez, no ritmo agônico dos tiroteios, num supremo esfôrço de defesa da praça e da legalidade.

As casas da Rua Boa Vista começaram a ser invadidas pelo inimigo.

Numa luta fratricida e feroz, caíam de parte a parte, dezenas de combatentes.

No fragor de um dêsses assaltos, tombou, atingido por uma bala, o Dr. José Amintas de Barros, Comandante do Batalhão Floriano Peixoto e que havia sido promovido ao pôsto de tenente-coronel na véspera dêsse dia aziago.

Noutro setor é mortalmente ferido o coronel Candido Dulcidio Pereira, ídolo dos seus soldados e comandante do Regimento de Segurança.

A luta foi por todos os lados árdua e mortífera. Mas a vitória era das armas inimigas. Daí resultaram desânimos e deserções. A causa da defesa perdia entusiasmo e esperanças. Reinava o fatalismo quase em desalento.

No dia 8 de fevereiro os soldados do Regimento de Segurança foram informados da morte do seu bravo comandante, coronel Dulcidio Pereira. Foi preciso antecipar o seu enterramento, para que os soldados voltassem aos seus postos.

Findava-se, também, quase à mesma hora, o general Gomes Carneiro, comandante-geral da Praça.

A situação era extremamente grave. Havia, contudo munição e víveres para mais alguns dias. Diante disso, reunidos todos os comandantes de unidades, o coronel Lacerda propôs que assumissem todos o compromisso de honra, de defender a cidade, até que se esgotassem os últimos recursos.

"De pé, braços estendidos e mãos sobrepostas, — foi essa promessa solenemente feita".

No dia 10, a notícia da morte do general Gomes Carneiro era conhecida de todos. A desolação foi geral. O cadável do grande herói, envolto na bandeira do 17.º Batalhão de Infantaria, foi sepultado na sacristia da Matriz de Lapa.

Na manhã do dia 11, um emissário dos sitiantes trouxe um ofício do general Laurentino Pinto Filho, comandante do 2.º Corpo do Exército Revolucionário, dirigido ao coronel Joaquim Lacerda, propondo a capitulação.

Já então a impressão geral era a de que a resistência se tornara impossível e a derrota rondava as fortificações da cidade. O ofício foi assinado.

E Lapa capitulou.

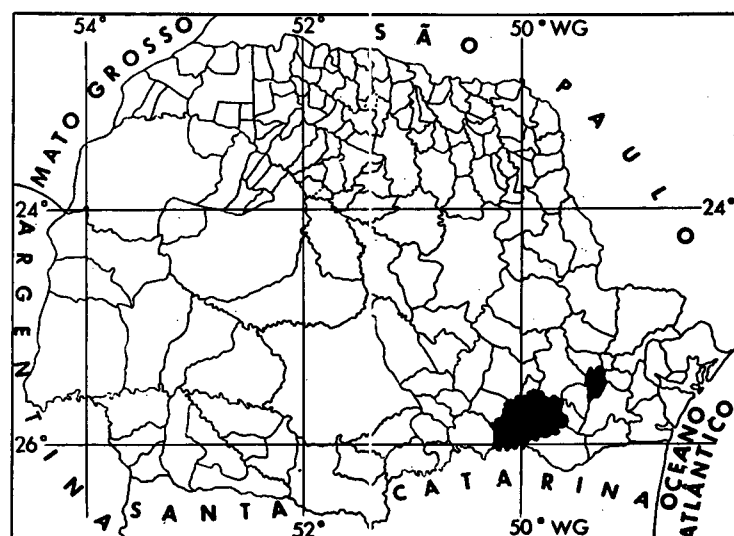
Terminou assim a histórica resistência que à pequenina e pacífica cidade de Lapa trouxe o galardão de heróica e legendária.

Em 1895 foi fundada a colônia Antônio Olinto, na fertilíssima região compreendida entre as águas dos rios Negro e Iguaçu, próximo a sua confluência.

Com a criação do município de Rio Negro foram alterados os limites do município, que perdeu a zona compreendida entre os rios Várzea e Negro, passando a servir de divisa uma linha que partindo do rio Palmito, pelas fraldas orientais da serra do Quicé, vai alcançar as cabeceiras do ribeirão Vermelho, por onde segue até a sua confluência com o rio da Várzea.

Depois do acôrdo que dirimiu as questões de limites entre os Estados do Paraná e Santa Catarina, ficando o município de Rio Negro com uma pequena área, foi ainda desmembrado do município de Lapa extenso território de 1 000 quilômetros quadrados que foi incorporado ao município de Rio Negro.

Em 1955, o distrito de Contenda, uma de suas mais antigas colônias formada quase que exclusivamente por imigrantes polacos, foi elevado à categoria de município, motivo por que foi Lapa ainda uma vez desmembrada.

LOCALIZAÇÃO — O município de Lapa está situado na Zona Fisiográfica dos Campos Gerais, e a posição geográfica da sede é determinada pelas coordenadas 25° 46' 02" de latitude Sul e 49° 43' 10" de longitude W.Gr. Limita ao norte com Palmeira, Pôrto Amazonas e Campo Largo; a oeste, com São João do Triunfo e São Mateus do Sul; ao sul, com o Estado de Santa Catarina; e a leste, com Contenda e Rio Negro.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 907 metros na sede municipal.

CLIMA — O município da Lapa é dotado de clima ótimo, sêco e muito saudável. Vale em abono desta assertiva sua escolha, pelo Govêrno do Estado, para a localização de sanatórios destinados ao tratamento de doenças pulmonares. Com 907 metros de altitude, Lapa possui clima temperado. Fresco e agradável no verão, frio, porém, sêco no inverno

Vista de um trecho da Rua Barão do Rio Branco

quando se observam geadas freqüentes. As temperaturas médias registradas, no ano de 1957, foram 26°C a média das máximas; 5°C, a das mínimas e 15°C a compensada. A altura total da precipitação registrada no ano de 1956 foi de 1 089 mm.

ÁREA — O município tem uma área de 2 588 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Lapa é banhado por uma extensa rêde fluvial, destacando-se os seguintes rios: da Várzea, Calixto, Iguaçu, Negro, da Cruz, Butiá, dos Patos, Estrêla, Água Amarela, dos Patinhos Passa Dois e Água Funda. São encontradas as serras do Monge, do Palmital e do Ouro. Na primeira existe um paredão granítico de 400 metros de altura, cujo nome, Monge, está intimamente ligado à cidade por fatos históricos e lendários.

RIQUEZAS NATURAIS — São encontradas: madeira, argila e erva-mate, como riquezas naturais de importância.

POPULAÇÃO — O município tem 32 731 habitantes, sendo 16 510 homens e 16 221 mulheres, exclusive 13 911 pessoas recenseadas cujas declarações prestadas no Censo de 1950 não foram apuradas por extravio do material de coleta. De 13 habitantes por quilômetro quadrado era a sua densidade demográfica.

Aglomerações urbanas — Existem, no município, 3 aglomerações urbanas: cidade de Lapa, e vilas de Antônio Olinto e Água Azul.

A cidade de Lapa, segundo os resultados do Censo Demográfico de 1950, contava uma população de 5 381 habitantes, assim distribuída: *quadro urbano* — 4 328, sendo 1 967 homens e 2 361 mulheres; *quadro suburbano* — 1 053, 539 homens e 514 mulheres. Estima-se a população atual em 6 500 habitantes.

A população urbana da vila de Água Azul é calculada em 150 habitantes e a de Antônio Olinto, em 270 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agropecuária, juntamente com a indústria extrativa vegetal (madeireira e ervateira) constitui a base econômica do município.

As culturas agrícolas principais alcançaram em 1956 os valores seguintes: trigo — Cr$ 10 800 000,00; milho — Cr$ 9 360 000,00; centeio — Cr$ 7 600 000,00; arroz — Cr$ 5 760 000,00; feijão — Cr$ 4 320 000,00; batata-inglêsa — Cr$ 2 016 000,00; tomate — Cr$ 225 000,00; cevada — Cr$ 140 000,00; e amendoim — Cr$ 120 000,00.

A indústria é constituída de 70 estabelecimentos, dos quais, 23 ocupam 5 ou mais operários. Os principais ramos são: "madeireiro", "ervateiro" e de "cerâmica". Em 1955 a indústria (ocupando 427 pessoas econômicamente ativas) atingiu o valor de quase 26 milhões de cruzeiros.

A pecuária colabora também para a economia municipal: um rebanho em 1955 valia cêrca de 120 milhões de cruzeiros, cabendo 45 milhões ao gado bovino e 48 ao suíno.

Os produtos exportados pelo município em 1956 atingiram a apreciável soma de Cr$ 18 768 463,00.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem no município 12 estabelecimentos comerciais atacadistas, 79 varejistas e 3 agências bancárias. Na cidade funciona uma agência da Caixa Econômica Federal do Paraná.

O comércio local mantém transação (comércio exportador e importador) com as praças de Curitiba, São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (DF).

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por estradas de rodagem e por estrada de ferro (R.V.P.S.C.) — ligando-o às seguintes comunas: Rio Negro — 44 km (rodovia) e 44 km (ferrovia); Pôrto Amazonas — 38 km (ferrovia) e 29 km (rodovia); Contenda — 26 km; São Mateus do Sul — 82 km; Mafra (SC) — 45 km (rodovia e ferrovia). À Capital Federal — 66 km (rodovia) e 76 km (ferrovia).

Funcionam na cidade dois serviços telegráficos: agência postal-telegráfica do D.C.T. e agência da R.V.P.S.C.

Lapa dispõe de serviço telefônico e conta uma radioemissora.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Lapa possui cêrca de 6 500 habitantes, 1 640 edificações, das quais, 1 582 servem para fins residenciais. Dispõe de telefone interurbano e de energia elétrica para fornecimento de fôrça motriz e iluminação pública e domiciliar, esta com 885 ligações. O serviço de água canalizada, cuja rêde distribuidora tem a extensão de 15 000 metros, abastece 800 prédios em 27 logradouros.

A cidade é cortada harmoniosamente por 43 logradouros públicos: 2 avenidas, 28 ruas, 8 travessas e 5 praças, tôdas revestidas com paralelepípedos e macadame, 5 das quais arborizadas. Há edifícios importantes, destacando-se: Forum, Ginásio Estadual, Escola de Aplicação, Hospital, Igreja-Matriz, Santuário de São Benedito, Panteon dos Heróis, Cinema, Rádio, Prefeitura e clubes Lapeano, Congresso Recreativo e 7 de Setembro.

No ano de 1956, foram registrados na Prefeitura 74 automóveis e 185 caminhões de tipos e marcas diversas.

Na cidade, 3 hotéis e 2 pensões, além de 5 restaurantes, prestam serviços de hospedagem e de alimentação.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Na sede municipal residem 6 médicos, 5 dentistas e 3 farmacêuticos, prestando assistência médico-sanitária à população. Localizam-se também ali os seguintes estabelecimentos de saúde, fonte de assistência médica em geral: Maternidade Nossa Senhora da Luz, da Legião Brasileira de Assistência; Pôsto de Higiene, mantido pelo Govêrno do Estado; Fundação Hipólito Araujo, cuja manutenção está a cargo dos Governos Federal e Estadual; Sanitário São Sebastião, ainda mantido pelo Govêrno do Estado; e Pôsto de Puericultura, pertencente à Associação de Proteção à Maternidade e à Infância (sociedade particular). Existem 3 farmácias na sede do município.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Tôdas as entidades de saúde localizadas na cidade prestam, também, serviços de assistência social à população do município. Duas associações esportivas assistem os seus membros: União Esporte Club, com 205 sócios, e Avay Futebol Clube, com 97. Funcionam duas cooperativas na cidade: Cooperativa dos Produtores de Mate "Legendária" Limitada, congregando 1 332 associados e Cooperativa Popular de Consumo Ltda., com 97 sócios.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 mostrou a existência de 27 397 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 12 749 (7 245 homens e 5 504 mulheres) sabiam ler e escrever. Na sede municipal, das 4 640 pessoas de 5 anos e mais, 3 152 sabiam ler e escrever, sendo 1 574 homens e 1 578 mulheres.

Ensino — O ensino primário fundamental comum foi ministrado no município, em 1956, a um total de 3 615 alunos, através de 100 unidades escolares. Existem na cidade os seguintes estabelecimentos de ensino extraprimário: Ginásio Estadual "General Carneiro" e Escola Normal "Novo Ateneu".

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há 2 associações culturais, ambas dedicando-se à prática de vários esportes, como futebol, volibol, atletismo, ciclismo, etc. Na cidade funciona o Cine Glória, com 630 lugares, tendo realizado 324 espetáculos cinematográficos, em 1956, a que estiveram presentes 47 597 pessoas. Localiza-se na sede municipal a Rádio Legendária Ltda., com 100 watts de potência, raio de alcance de 25 km, freqüência de 1 540 quilociclos.

Circulam no município os seguintes jornais: Tribuna Lapeana, fundada em 16-2-57, Jornal de Lapa, fundado em 13-6-55 e Lapa Jornal, fundado em 1952, todos informativos e de periodicidade quinzenal.

Na cidade são encontrados, ainda, os seguintes veículos de cultura: 1 livraria e 1 biblioteca infanto-juvenil, com cêrca de 1 200 volumes.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950......	1 034	2 040	1 256	...	*
1951......	1 144	2 199	1 548	...	*
1952......	1 502	2 438	1 182	...	*
1953......	1 923	3 058	1 466	...	*
1954......	2 416	3 467	1 765	...	*
1955......	3 482	4 395	2 349	...	*
1956......	3 997	5 423	2 420	...	*

Tôda a receita municipal foi despesa realizada no município.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — O município realiza as seguintes festas religiosas: 13 de junho, dia de Santo Antônio, padroeiro local, e 26 de dezembro, dia de São Benedito. Sede que é de uma das Prelazias paranaenses, a cidade de Lapa hospeda verdadeiras multidões, procedentes dos diversos municípios adjacentes, por ocasião dos festejos em honra do

padroeiro, além de contar com a presença de todo o povo lapeano.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O topônimo é de origem desconhecida. As pessoas nascidas no município são conhecidas por lapeanos.

Lapa é comarca judiciária de 3.ª entrância, compreendendo os distritos de: Lapa, Água Azul, Antônio Olinto, Areia Branca e Contenda (município).

A primeira instalação da comarca se verificou em 11 de junho de 1871. Na sede funcionam os cartórios do Cível, do Crime, de Imóveis, e Registro Civil e Anexos; em cada distrito um cartório do Registro Civil e Anexos e um Juiz de Paz.

São autoridades municipais: Prefeito — Sr. Trajano Elke Pires; Vereadores — Srs. Sebastião Pires Furiatti, Fenelon Moreira, Reinaldo Maquiavelli, Heitor Ribas, Alvaro P. da Cunha, José C. Monteiro, José Simplício de Meira, Benvindo Cordeiro Ferreira, Dr. Pedro Passos Leoni, Nivaldo Ferreira Martins, José Leonardi, D. Gasparina C. Miléo e João Moura Azambuja.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Paraná.

LARANJEIRAS DO SUL — PR

Mapa Municipal no 13.º Vol.

HISTÓRICO — A extensa região compreendida entre os rios Ivaí, Iguaçu e Paraná, até os limites dos Campos Gerais, no terceiro planalto paranaense, durante muitos anos constituiu o território do atual município de Guarapuava.

O descobrimento e a penetração dos Campos Gerais e, mais precisamente, dos Campos de Guarapuava, não foi conquista de uma geração. Numerosas bandeiras e expedições organizadas em Curitiba e em Paranaguá demandaram a região e, pelo espaço de longos anos, tentaram, por vêzes, inùtilmente, abrir veredas através do sertão e atingir a longínqua zona dos Campos de Guarapuava, dominada inteiramente por índios das tribos caingangues, votorões, dorins e muitas outras.

Sòmente em 1769 a bandeira comandada por Antonio da Silveira Peixoto, a quinta expedição enviada ao ocidente, conseguiu atingir pontos culminantes de sua emprêsa, nos Campos de Guarapuava, que foram finalmente descobertos pelo sargento Candido Xavier de Almeida e Souza, que passou à história como o descobridor da famosa região dos Campos de Guarapuava, e faleceu em 1831, no pôsto de marechal, depois de longa e brilhante carreira militar.

Em 1809, o célebre sertanista Diogo Pinto de Azevedo Portugal, comandando um bandeira povoadora, composta de cêrca de 300 pessoas, partiu de Curitiba com destino aos Campos de Guarapuava, após haver sido elevado ao pôsto de tenente-coronel e nomeado diretor do serviço de povoamento dos referidos Campos, por ato do Governador-Geral de São Paulo.

Outras expedições seguiram-se à de Diogo Pinto, tôdas com o fim de explorar e povoar a região dos Campos Gerais, no terceiro planalto do Paraná, nos lindes do Paraguai e Argentina. Não há informes a respeito de nomes e datas das primeiras penetrações do sertão, onde recentemente surgiu a cidade de Laranjeiras do Sul. Sabe-se, entretanto, que ao ser fundada a Colônia Militar do Iguaçu, em 1888, já se encontravam estabelecidos na zona diversos colonos descendentes de inglêses, italianos, espanhóis, franceses e paraguaios. Pôrto Santa Helena, Sol de Maio, Colônia Inglêsa e outras eram localidades habitadas, ao longo do rio Paraná, embora sem grande penetração no interior.

Também de Guarapuava existia um antigo caminho, aberto através do sertão, que se comunicava com a povoação do Iguaçu e Pôrto Guaíra, habitados por selvagens, paraguaios e argentinos.

A enorme distância que separava Foz do Iguaçu de Guarapuava e outros centros populacionais incipientes; as dificuldades de transporte e vias de comunicações; a interrupção da navegabilidade dos rios Iguaçu e Paraná, devido às Cataratas de Santa Maria, no primeiro, e os Saltos das Sete Quedas, no segundo; o perigo permanente oferecido pelas hordas indígenas que, acuadas nos Campos Gerais, se rinconavam nos sertões do oeste; além de muitos outros, constituíram fatôres negativos que, por longos anos, dificultaram a posse da região e o seu povoamento.

De qualquer maneira, coube a Guarapuava, ou melhor, aos seus desbravadores e conquistadores, realizar as primeiras entradas no sertão e iniciar o povoamento da localidade onde hoje se encontra o município de Laranjeiras do Sul, elevado à categoria de distrito judiciário, por ato da Câmara de Vereadores de Guarapuava.

No ano de 1898, pela Lei n.º 185, de 25 de abril, era criado o distrito policial de Laranjeiras do Sul, servindo de ponto intermediário de ligação entre Guarapuava e Foz do Iguaçu e constituindo um marco avançado da civilização na faixa de fronteira, em plena floresta virgem e embastida do ocidente paranaense.

A área dêsse distrito estava circunscrita aos seguintes limites físicos: pelo rio Cantagalo até as suas cabeceiras, na serra de São João ou rio Cavernoso; por esta acima até Catanduvas; daí ao rio das Tormentas ou Deodoro; descendo por êste até a barra do rio Iguaçu; e por êste acima até a barra do rio Cantagalo.

Mais tarde o distrito foi transformado em Colônia Militar, fundada pelo Primeiro Batalhão de Engenharia, durante a administração do marechal Mallet, no Ministério da Guerra. Por êsse motivo recebeu a denominação de Colônia Marechal Mallet.

Por ocasião da importante missão que lhe foi confiada, de estender linhas telegráficas através do sertão, o general Candido Mariano da Silva Rondon palmilhou a extensa área que da Foz do Iguaçu atravessa a região de Laranjeiras do Sul, em direção à cidade de Guarapuava, no "plateau" dos Campos Gerais. A obra pacificadora e humana realizada pelo legendário militar entre o selvagem bravio e o branco atrevido e flibusteiro ainda hoje é recordada pelos habitantes do município e de tôda a zona ocidental do Paraná.

No período de 1923 a 1925, a região de Laranjeiras do Iguaçu bem como a de Foz do Iguaçu, foram teatro de violentos combates fratricidas, feridos entre as tropas legais e os revolucionários comandados pelo general Izidoro Dias Lopes e entre a Coluna Prestes, sob o comando de Luiz Carlos Prestes, da qual faziam parte os então tenentes

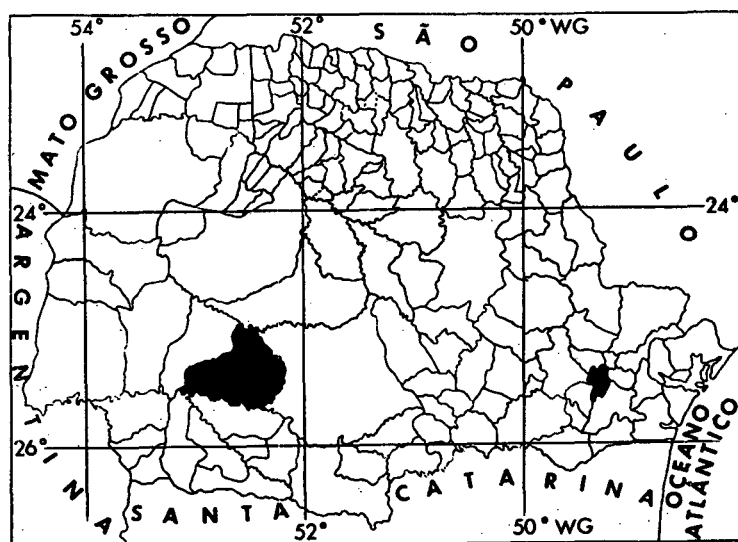
Juarez Távora, João Alberto e muitos outros. Ainda hoje, em diversos pontos do município, são visíveis os sinais da passagem dos revolucionários, testemunhando alguns aspectos da terrível hecatombe que, em época não muito distante, se desenrolou nos sertões do Paraná.

Com a criação do Território Federal do Iguaçu, pelo Decreto-lei n.º 5 812, de 13 de setembro de 1943, Laranjeiras do Sul passou a integrar a nova Unidade Federada, desmembrada que foi do Estado do Paraná. O Decreto-lei n.º 5 839, de 21 de setembro de 1943, anexou o município ao território Federal do Iguaçu, elevando-o à categoria de Capital do Território.

Pelo Decreto-lei n.º 6 550, de 31 de maio de 1944, e nos têrmos dos artigos 161 e 162, do Decreto-lei número 6 887, de 21 de setembro do mesmo ano, o município passou a denominar-se Iguaçu, continuando como Capital do Território do mesmo nome.

Em virtude da Constituição de 1946, na conformidade do estatuído no seu Ato das Disposições Transitórias, foi extinto o Território Federal do Iguaçu, cujo primeiro Govêrnador foi o coronel Garcez do Nascimento.

Em tais condições, pelo Decreto-lei estadual n.º 533, de 21 de novembro de 1946, foi criado o município de Laranjeiras do Sul, no Estado do Paraná, com o território do distrito de Iguaçu, sendo instalado solenemente a 30 de novembro do mesmo ano, juntamente com a posse do Prefeito eleito e da primeira Câmara de Vereadores.

LOCALIZAÇÃO — A posição geográfica da sede municipal está compreendida entre as coordenadas de 25° 24' 11" de latitude Sul e 52° 24' 48" de longitude W.Gr. Laranjeiras do Sul situa-se na Zona Fisiográfica de Iguaçu. Limita ao norte com o município de Pitanga; ao sul, com os municípios de Francisco Beltrão e Chopinzinho; a oeste, com o município de Guaraniaçu; e a leste, com o município de Guarapuava.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal encontra-se a uma altitude de 900 metros.

CLIMA — O município de Laranjeiras do Sul está situado na zona abrangida pelo clima frio, comum do terceiro planalto paranaense. A temperatura, durante o inverno, se mantém baixa, com freqüências de geadas e em alguns anos neves são registradas. No verão ela se apresenta quente e agradável, com incidência de chuvas abundantes. O clima em geral é ameno e muito saudável. As temperaturas médias registradas no município, no ano de 1956, foram de 22°C para as máximas, 6°C para as mínimas e 14°C para a compensada.

ÁREA — O município compreende uma área de 4 202 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Entre os acidentes geográficos de Laranjeiras do Sul destacam-se os seguintes: *rios* — Iguaçu, Guarani, Piquiri e das Cobras, nenhum dêles navegável no município; *saltos* — Santiago e Osório, ambos encontram-se no rio Iguaçu; *serras* — União e Xagu.

POPULAÇÃO — Segundo resultados do Recenseamento Geral de 1950, o município de Laranjeiras do Sul possuía 23120 habitantes (12 009 homens e 11 111 mulheres).

Aglomerações urbanas — O município de Laranjeiras do Sul conta oito aglomerações urbanas: cidade de Laranjeiras do Sul e vilas de Barreirinho, Campo Novo, Espigão Alto, Erveira, Pôrto Santana, Rio Bonito e Virmond.

A cidade de Laranjeiras do Sul tinha, por ocasião do Recenseamento Geral de 1950, uma população de 962 habitantes, sendo 474 homens e 488 mulheres, tôda localizada no quadro urbano. Estima-se a população atual em 2 000 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Na agricultura se assenta a principal atividade econômica do município, secundada pela indústria extrativa vegetal.

As mais importantes culturas agrícolas apresentaram em 1956 os valores seguintes:

Milho — Cr$ 8 910 000,00; trigo — .... Cr$ 5 652 000,00; arroz — Cr$ 1 728 000,00; batata-inglêsa — Cr$ 900 000,00; feijão — Cr$ 562 800,00; centeio — Cr$ 269 500,00; e em menor escala, a cana-de-açúcar, a mandioca, o milho e a cebola.

A produção pecuária em 1954 valeu aproximadamente 59 milhões de cruzeiros.

A indústria conta com 38 estabelecimentos, dos quais, 20 ocupam 5 ou mais operários. Os principais ramos são: o "madeireiro" (94% do valor total) e "produtos alimentares". Em 1955 a indústria ocupava 408 pessoas econômicamente ativas (10 anos e mais) e valia aproximadamente 24 milhões de cruzeiros.

Da população do município, 38% das pessoas em idade ativa estão ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura".

A maioria de sua produção agropecuária e industrial é absorvida pelo próprio Estado, sendo otimista a exportação para outros Estados (Cr$ 795 793,00 em 1956).

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local está representado por 48 estabelecimentos varejistas e 2 atacadistas. Na cidade funciona uma agência bancária. Mantém transação (comércio exportador e importador) com as praças de Ponta Grossa e Curitiba, onde vende sua produção e adquire as mercadorias necessárias para o consumo do município.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O meio de transporte de que dispõe o município é o rodoviário, principalmente, o da BR-35 (Estrada Federal, Curitiba—Foz do Iguaçu) que atravessa seu território de um extremo ao outro, passando a dois quilômetros da sede. Existem ainda 3 campos de pouso para aeronaves de pequeno porte: 2 de particulares e 1 do Ministério da Aeronáutica. Esporàdicamente é servida por táxis-aéreos provenientes de Curitiba.

Liga-se aos municípios de: Guarapuava — 120 km; Guaraniaçu — 85 km; Chopinzinho — 90 km; à Capital Estadual — 430 km; à Capital Federal — 1 450 km.

Na sede funciona uma Agência postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Laranjeiras do Sul possui atualmente cêrca de 2 000 habitantes, mais de 500 edificações, 31 logradouros públicos: 11 ruas, 15 travessas e 5 praças. É servida de iluminação elétrica pública e particular, esta com 168 ligações domiciliares. Dispõe dos serviços de água canalizada e esgotos sanitários. Linhas distribuidoras com 8 800 metros abastecem de água 52 prédios em 4 logradouros. A rêde de esgotos tem 1 200 metros e beneficia 50 prédios. Há 5 hotéis e 1 pensão para os serviços de alimentação e hospedagem.

Durante o ano de 1956, foram registrados na Prefeitura Municipal 83 veículos motorizados: 16 automóveis e 67 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Os habitantes dos municípios têm, para assistência médico-sanitária, 2 médicos, 2 dentistas e 3 farmacêuticos. São encontrados ainda: o Hospital de Caridade, o Pôsto de Puericultura e o Pôsto de Higiene. Funcionam na cidade 3 farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A população também recebe assistência social por intermédio do Pôsto de Puericultura, mantido pela Legião Brasileira de Assistência, e Pôsto de Higiene, da Secretaria de Saúde do Estado. Uma associação esportiva, o Ipiranga Futebol Clube, proporciona assistência social aos seus 150 membros e familiares.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Censo de 1950, existiam no município 23 666 pessoas de 5 anos e mais, das quais 8 487 sabiam ler e escrever, sendo 5 073 homens e 3 414 mulheres. Na sede municipal, o número de pessoas de 5 anos e mais elevava-se a 821, sendo que 660 sabiam ler e escrever, das quais 338 homens e 322 mulheres.

Ensino — Funcionaram no município, em 1956, 75 unidades de ensino primário fundamental comum, em que estiveram matriculados 2 744 alunos.

Existem na sede municipal 2 estabelecimentos de ensino extraprimário, um Ginásio Estadual e um Curso Normal Regional.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Uma associação esportivo-cultural. Um cinema, o Cine Teatro Guarani, com 120 lugares. Uma livraria.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950......	..	895	1 498	296	677
1951......	...	1 259	959	359	924
1952......	509	1 786	1 280	369	1 335
1953......	595	2 031	1 436	389	1 492
1954......	1 020	2 922	1 426	406	1 467
1955......	1 271	3 053	1 457	505	2 374
1956......	1 566	3 728	1 980	601	1 364

Observação: Nos anos de 1950 e 1951, a Coletoria Federal estêve anexada à Coletoria Federal de Guarapuava.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — O município tem como padroeira a Senhora Santana, cuja festa se realiza no dia 26 de julho, com muito brilhantismo, animação e concorrência por parte de todos os seus habitantes.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A cidade teve em 1945 enorme surto de progresso por ser designada como a capital do extinto Território Federal do Iguaçu, ocasião em que se chamou Iguaçu.

É comarca judiciária de 2.ª entrância, compreendendo os distritos de: Laranjeiras do Sul, Catanduvas (Guaraniaçu), Espigão Alto, Guaraniaçu (município próprio) e Virmond.

Há na sede um Juiz de Direito, um Promotor Público, Cartórios do Cível, Crime, de Imóveis e do Registro Civil e Anexos.

A Câmara Municipal é composta de 9 vereadores: Álvaro Natel de Camargo, João Chusciak, Pedro Alves da Silva, Roberto Heuke, Eugênio Martins Junior, Heitor Safroider, Terezinha Pelissari Lopes, Heli Marques Pereira, João da Costa Cristo. É Prefeito Municipal o Sr. Arival N. de Camargo.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

LEÓPOLIS — PR

Mapa Municipal no 12.º Vol.

HISTÓRICO — As primeiras penetrações do território do atual município de Leópolis datam da época do início do povoamento de Cornélio Procópio, no ano de 1926.

Entre os primeiros desbravadores da região figuram Antonio Barbosa Júnior, Antonio Ribeiro dos Santos Júnior, Antonio Sobral Neto, Abelardo Ferra, Bento Ferraz, João Franco de Camargo, Luiz Franco da Rocha, José de Campos Gatti e outros.

Mais tarde, a Companhia Agrícola Barboza, que foi a fundadora do patrimônio e da futura cidade de Leópolis, adquiriu grandes glebas de terras ao Govêrno do Estado do Paraná, estabelecendo-se na região, com o objetivo de colonizá-la, através da formação de loteamentos e patrimônios em diversas localidades.

Em 1938 Cornélio Procópio era elevado à categoria de município, e em 1940 lançavam-se os fundamentos do patrimônio de Leópolis, situado na mesma faixa de terra roxa do Norte do Paraná, em território da jurisdição de Cornélio Procópio.

A gleba em que se localiza o município de Leópolis pertencia, ao tempo de sua fundação, ao Sr. Léo Barboza, sócio da Companhia Agrícola Barboza, que durante muitos anos planejou e desenvolveu eficiente e útil trabalho de colonização, procurando fixar o homem à terra, através da política da pequena propriedade.

Poucos anos após a sua fundação, o patrimônio de Leopolis foi elevado à categoria de distrito administrativo do município de Cornélio Procópio, fato que, por si só, demonstra a vitalidade da região, o acêrto da política seguida pelos seus fundadores e a intensa procura das terras do Norte do Paraná por elementos de todos os demais Estados da Federação, bem como por estrangeiros de diversas nacionalidades.

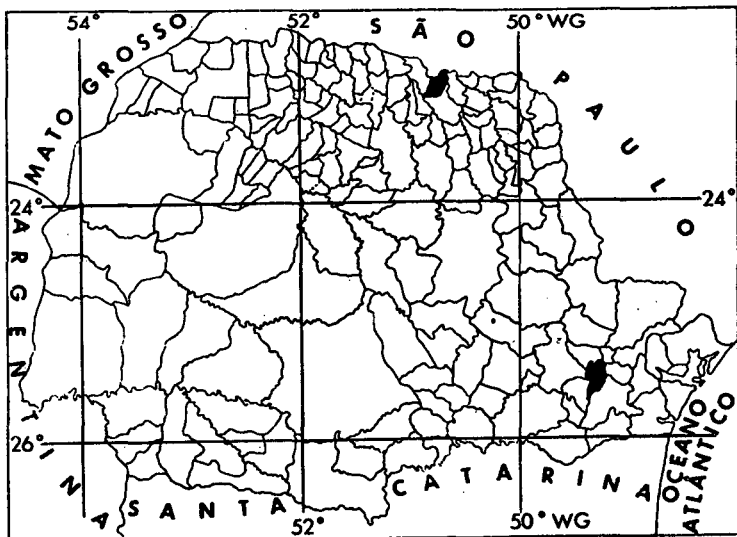
A criação do distrito se deu pela Lei n.º 2, de 11 de outubro de 1947 e pela Lei n.º 790, de 14 de novembro de 1951 foi elevado à categoria de município, desmembrado do território do município de Cornélio Procópio.

O primeiro Prefeito Municipal de Leópolis foi o Senhor Braz da Silva, que governou a nova comunidade até o dia 14 de dezembro de 1953, data em que foi eleito Prefeito Municipal o Sr. Pedro Frutuoso.

A primeira Câmara Municipal se compunha dos seguintes vereadores: José Julio Pereira, Octogibes de Souza, Cipriano de Oliveira, Candido Tomaz da Luz, Francisco de Mendonça, Honorato de Oliveira, Antonio Ribeiro, David Bruniera e Alfredo Mussi.

Em 1956 foi novamente eleito Prefeito o Sr. Braz da Silva, que se encontra no exercício de supremo mandatário do município.

O fato marcante na vida da comunidade de Leópolis e que caracteriza tôda a região do Norte do Paraná é o seu índice de progresso vertiginoso, calcado na economia cafeeira.

LOCALIZAÇÃO — A sede municipal está situada na posição geográfica de 23° 4' de latitude Sul e 50° 14' de longitude W.Gr. Leópolis encontra-se na Zona Fisiográfica do Norte. Limita ao norte com o Estado de São Paulo; ao sul, com os municípios de Cornélio Procópio e Uraí; a oeste com o município de Sertaneja; e a leste, com o município de Santa Mariana.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Na sede municipal a altitude é de 530 m.

Prédio onde funcionam a Prefeitura e a Câmara Municipais

CLIMA — O município de Leópolis possui clima quente. As temperaturas observadas no ano de 1956 foram de 25,8°C para a média compensada e 15,3°C para a das mínimas.

ÁREA — O município compreende uma área de 398 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os rios Paranapanema e Congonhas e o ribeirão dos Veados constituem os principais acidentes geográficos do município.

POPULAÇÃO — A população de Leópolis, segundo os resultados do Censo Demográfico de 1950, era de 9 355 habitantes, sendo 4 932 mulheres.

Aglomerações urbanas — A cidade de Leópolis constitui a única aglomeração urbana, em todo o território municipal, com uma população urbana estimada em 1 000 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura constitui a viga-mestra de sua economia, secundada pela pecuária e indústria extrativa vegetal.

As culturas agrícolas representaram, em 1956, os valores seguintes: café — Cr$ 55 860 000,00; feijão — .... Cr$ 27 104 000,00; milho — Cr$ 26 000 000,00; algodão — Cr$ 10 010 000,00; arroz — Cr$ 1 316 000,00; em menor escala, o amendoim, o alho, a cebola, o rami, a semente de mamona e a mandioca.

A indústria, composta de 16 estabelecimentos comerciais, explora os ramos: "madeireiro", "cerâmica" e "produtos alimentares".

A exportação interestadual do município em 1956 foi da ordem de Cr$ 21 834 316,00.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local, ainda em fase embrionária, conta 4 estabelecimentos varejistas, mantendo intercâmbio de mercadorias e produtos agrícolas com os municípios de Cornélio Procópio e Londrina, no Paraná; Assis, Bauru, Ourinhos, no Estado de São Paulo.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade e o município são servidos pelo transporte rodoviário e fluvial; aquêle, através de ônibus e caminhões de carga, e êste, através de embarcações que têm por base o Pôrto de Areias, às margens do rio Paranapanema, dirigindo-se principalmente para a cidade de Assis (SP) na divisa interestadual.

Liga-se aos municípios vizinhos de: Cornélio Procópio — 19 km; Uraí — 18 km; Sertaneja — 8 km; Florinea (SP)

— 16 km; e Santa Mariana — 40 km; à Capital Estadual — 452 km.

Na sede municipal funciona um Pôsto do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Leópolis conta uma população urbana estimada em 1 000 habitantes, e 180 edificações. Há 14 logradouros públicos: 12 ruas e 2 praças. A rêde de água canalizada tem 500 metros de extensão e abastece 2 logradouros.

Na Prefeitura Municipal, no ano de 1956, foram registrados 49 veículos motorizados: 7 automóveis e 42 caminhões de diversos tipos e marcas.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Prestam assistência médico-sanitária e em geral à população 1 dentista e 1 farmacêutico residentes na cidade, existindo ali ainda 1 farmácia.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, na sede do então distrito de Leópolis, encontravam-se 381 pessoas de 5 anos e mais, das quais, 238 sabiam ler e escrever: 138 homens e 100 mulheres.

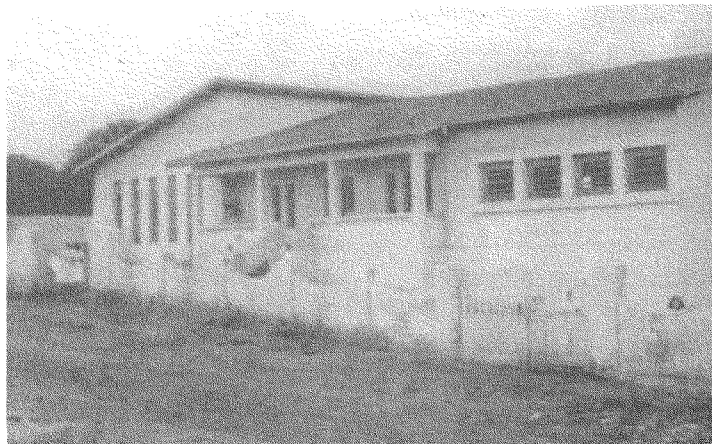
Ensino — Funcionaram no município, em 1956, 7 unidades de ensino primário fundamental comum, com a matrícula de 398 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Na cidade funciona o Cine Leópolis, com 80 lugares.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1953......	423	—	1 012	571	1 025
1954......	470	—	1 359	540	1 321
1955......	497	—	1 450	471	1 163
1956......	633	—	1 995	653	2 275

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — A padroeira do município é Nossa Senhora da Conceição Aparecida, cuja festa se realiza no dia 13 de outubro e se constitui no maior acontecimento popular aí levado a efeito, arrastando à sede municipal todos os habitantes de Leópolis, que vêm emprestar o seu concurso ao brilhantismo de que se revestem as festividades.

Trecho da Rua Munhoz da Rocha e parte da Praça 14 de Dezembro

Grupo Escolar Municipal

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A denominação dada à cidade e município representa uma homenagem ao Sr. Leo Barboza, um dos seus fundadores, proprietário do imóvel em que se localiza Leópolis. Seus habitantes são chamados leopolenses.

É Leópolis distrito judiciário subordinado à comarca de Cornélio Procópio; na sede funciona 1 cartório do Registro Civil e Anexos e 1 Juiz de Paz.

Os podêres municipais estão assim representados: Prefeito Sr. Braz Silva; Vereadores — Srs. Eurico Pedro de Almeida, Alfredo Mussi, Antônio José Ribeiro, David Brunieri, Francisco Silva, Cenira Domingues de Souza, Pedro Candido da Silveira, José Joaquim Mendes e Cândido Tomaz da Silva.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

LOANDA — PR

Mapa Municipal no 12.º Vol.

HISTÓRICO — A cidade de Loanda, que é o produto da obra civilizadora da Emprêsa Colonizadora Norte do Paraná Limitada, teve os seus fundamentos lançados em outubro de 1952, quando se deu início ao trabalho de derrubada e queima das matas.

À frente dessa emprêsa imobiliária se encontravam os Srs. Irio Spinardi, fundador de Dracena, no Estado de São Paulo; Lino Spinardi, progenitor do primeiro; Azio Monticuco, primeiro e atual Prefeito Municipal; e Sebastião Delfino Machado, todos homens de grande capacidade realizadora e atividade convergente para o progresso.

Os primeiros habitantes de Loanda foram Duarte Celestino de Oliveira, Antônio Locchetti, João Tavares de Souza e Moysés de Souza, que, com as respectivas famílias, ali se estabeleceram e iniciaram as primeiras construções. A primeira casa construída foi a do Sr. Duarte Celestino de Oliveira, localizada no lote 10, da quadra 359 e as primeiras lavouras foram as dos Srs. Pedro Peterson Filho e Saturnino da Silveira, que surgiram na zona rural, na periferia da cidade.

As terras dos perímetros urbano e suburbano da nova sede municipal, com a área de 220 alqueires, foram adquiridas dos antigos proprietários David Bancow e Santiago Matin Corral, no ano de 1952.

Prefeitura Municipal

Logo após a derrubada da floresta virgem, iniciou-se o traçado da cidade, sendo levantadas as primeiras casas, tôdas de madeira, em virtude da falta de material de alvenaria, na região. No mesmo ano começaram a ser instaladas a primeira cerâmica e a primeira serraria, não tardando assim, a contar a povoação com material competente para as suas construções.

Em vista da fertilidade extraordinária da terra, aquela emprêsa imobiliária não encontrou dificuldade na colocação e venda dos lotes e datas, que atraíram grande número de compradores e interessados dos mais diferentes pontos do Estado e do país. A povoação, que já nasceu com o nome de "cidade", cresceu do dia para a noite, e o "rush" do café não tardou a dominar a região, transformando a cidade nascente num centro populacional de enorme importância.

A denominação da cidade resultou de um concurso realizado entre os primeiros moradores e membros da Companhia Imobiliária fundadora da povoação. Foi vencedor o Sr. Lino Spinardi, residente em Tupã, Estado de São Paulo, sede da Emprêsa Colonizadora Norte do Paraná Limitada. O nome escolhido é o da cidade africana de *Luanda,* capital de Angola, na África portuguêsa.

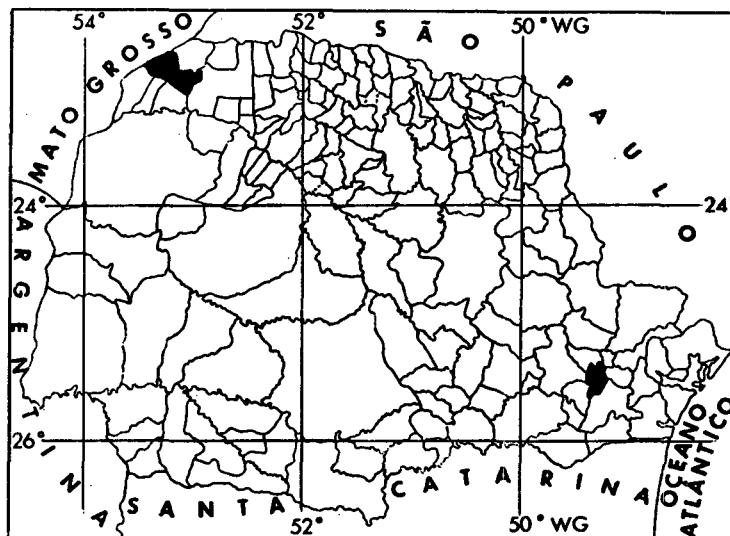
O distrito foi criado pela Lei n.º 47, de 15 de agôsto de 1953, tendo sido elevado a município pela Lei estadual n.º 253, de 26 de novembro de 1954, portanto, dois anos após a sua fundação, como simples núcleo colonial, na prodigiosa e extraordinária região do Norte do Paraná.

As eleições para escolha das primeiras autoridades públicas realizaram-se a 30 de outubro de 1955, tendo sido eleitos — Prefeito Municipal, Azio Monticuco; e vereadores, Duarte Celestino de Oliveira, Dimer Spinardi, Doutor Hugo Roberto Acorssi, Joaquim Fernandes Gudes, José Ribeiro do Nascimento, Narciso D'Aviz, Pedro Peterson Filho, Serhio Scalise e Lauro de Freitas Fernandes. A posse dessas autoridades verificou-se na ocasião da instalação do município, pouco tempo após a realização das eleições, isto é, a 27 de novembro de 1955.

Em 8 de maio de 1956, o município de Loanda, que já era distrito judiciário da comarca de Paranavaí, foi elevado a comarca, ficando constituída dos distritos judiciários de Loanda (sede), Santa Isabel do Ivaí, Santa Cruz do Monte Castelo, Querência do Norte e Nova Londrina.

O primeiro Juiz de Direito da comarca foi o Doutor Abraão Atem, e o primeiro Promotor Público, o Doutor Lamartine Rollo Soares. São serventuários da Justiça: Manoel Ferreira do Vale, Fuad Jarrus, Dr. Murilo Camargo, Manrique Gandara, Dante Ramos e João Teixeira Nogueira.

LOCALIZAÇÃO — A posição determinada pelas coordenadas geográficas de 22° 55' de latitude Sul e 53° 07' de longitude W. Gr. localiza a sede municipal de Loanda.

Encontra-se o município na Zona Fisiográfica do Ivaí, limitando ao norte com o Estado de Mato Grosso e o município de Nova Londrina; ao sul, com os municípios de Santa Cruz do Monte Castelo e Santa Isabel do Ivaí; a oeste, com o Estado de Mato Grosso e o município de Querência do Norte; e a leste, com o município de Paranavaí.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede do município de Loanda encontra-se a uma altitude de 560 metros.

CLIMA — O município de Loanda possui clima quente. As temperaturas observadas no ano de 1957 foram 31,9°C a média das máximas; 12,3°C, a das mínimas; e 22,19°C a compensada.

ÁREA — Compreende o município uma área de 1 031 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Dentre os acidentes geográficos de Loanda destaca-se o rio Paraná que banha o seu território.

RIQUEZAS NATURAIS — A madeira é a principal riqueza natural do município.

POPULAÇÃO — O município foi criado e instalado em 1954, por desmembramento do município de Paranavaí. Êste, por sua vez, em 1950, era distrito administrativo de Mandaguari, vindo a elevar-se à categoria de município, em 1951. Nestas condições, é desconhecida a população do município de Loanda, sendo estimada em 6 500 pessoas, aproximadamente.

Aglomerações urbanas — Existem no município 3 aglomerações urbanas: a cidade de Loanda e as vilas de Pôrto São José e Pôrto Rico.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município é de base essencialmente agrícola, como os demais da região setentrional do Paraná. Dentre as principais culturas existentes

destaca-se a do café em primeiro plano, seguido da de cereais e algodão.

Em 1956, segundo estimativa, era a seguinte a produção agrícola do município: café — Cr$ 16 640 000,00; milho — Cr$ 13 500 000,00; arroz — Cr$ 1 710 000,00; algodão — Cr$ 1 321 200,00; feijão — Cr$ 562 500,00; em menor escala, o amendoim, a mandioca, a cebola e a semente de mamona e trigo.

A indústria, ainda em fase embrionária, opera nos ramos "madeireiro", de "cerâmica" e de "produtos alimentares".

Existem funcionando 8 estabelecimentos industriais; apenas 2 dêles ocupam 5 ou mais funcionários.

A pecuária é pouco desenvolvida, destacando-se, todavia, a predominância do rebanho suíno.

Em 1956 a exportação interestadual do município alcançou a cifra de Cr$ 9 956 556,00.

COMÉRCIO E BANCOS — O município conta com 32 estabelecimentos varejistas e 1 atacadista. Em vias de instalação encontra-se 1 agência bancária.

Mantém Loanda intercâmbio de produtos agrícolas e mercadorias com as praças de Paranavaí, Maringá e Londrina, no Paraná; Pôrto Epitácio, Presidente Prudente e São Paulo, em São Paulo.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por transporte rodoviário, aéreo e fluvial. As rodovias cortam o território municipal em tôdas as dierções. Duas emprêsas aéreas mantêm linhas regulares (Real-Aerovias-Nacional e Vasp), três vêzes por semana, pousando no aeroporto local que dista cêrca de 2 quilômetros da cidade. O transporte fluvial se processa através dos portos de São José, Pôrto Rico e Pôrto São Pedro, sendo mais movimentado o primeiro, onde embarcações diversas que ligam Pôrto Guaíra a Pôrto Epitácio transportam cargas e passageiros.

Liga-se aos seguintes municípios limítrofes: Nova Londrina — 45 quilômetros, via Pôrto São José, e 35 quilômetros, via Gleba Erechim (rodoviário); Paranavaí — 90 quilômetros (rodoviário); Santa Isabel do Ivaí — 10 quilômetros (rodoviário); Santa Cruz do Monte Castelo — 22 quilômetros; Querência do Norte — 64 quilômetros (rodoviário); à Capital Estadual — 607 quilômetros (rodoviário) e 478 quilômetros (aéreo); à Capital Federal — 1 374 quilômetros (rodoviário) e 1 028 quilômetros (aéreo).

Coletoria Estadual

Lançamento da lancha "Apucarana", no rio Paraná

Na cidade funciona um Pôsto de correio do Departamento dos Correios e Telégrafos, bem como os serviços radiotelegráficos da Real e Vasp.

ASPECTOS URBANOS — Conta a cidade de Loanda com a população aproximada de 2 200 habitantes. Cêrca de 500 edificações, das quais 428 servem para fins residenciais. Possui a cidade energia elétrica para fôrça motriz e iluminação pública e particular, esta com 800 ligações. É servida por uma rêde de abastecimento de água com 6 000 metros de extensão, beneficiando 1 100 prédios em 28 logradouros.

Foram, no ano de 1957, registrados na Prefeitura Municipal, 17 automóveis e 68 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Residindo em Loanda, 1 médico, 5 dentistas e 2 farmacêuticos prestam assistência médico-sanitária e em geral à população. Na cidade encontram-se mais os seguintes estabelecimentos de saúde: 1 casa de saúde, 1 pôsto de higiene e 1 de puericultura. Há em funcionamento 2 farmácias.

ENSINO — O município contava 7 unidades de ensino primário fundamental comum, em 1956, por intermédio das quais foi ministrada instrução a 489 alunos. A Prefeitura mantém 1 ginásio na sede do município, além de um curso normal, que funciona anexo ao referido estabelecimento.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1955......	—	1 459	—	—	—
1956......	—	2 485	3 324	1 476	3 186

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Sendo o povo do município essencialmente católico, as principais manifestações populares ali levadas a efeito dizem respeito às comemorações das festas de São João, padroeiro local; São José, a 19 de março; além de outras como Semana Santa, Passagem de Ano, Natal, etc. Comemora-se condignamente a data da instalação do município, a 27 de novembro.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O nome dado ao município o foi em homenagem à cidade de LUANDA, Capital de Angola, na África ocidental Portuguêsa, e surgiu de um concurso público realizado pela companhia colonizadora que fundou o município.

Seus habitantes são chamados loandenses. Loanda é sede de comarca de 1.ª entrância compreendendo os distritos de Loanda, Santa Isabel do Ivaí, Santa Cruz do Monte Castelo, Querência do Norte e Nova Londrina, anteriormente subordinados à comarca de Paranavaí. O primeiro Juiz de Direito foi o Dr. Abraão Ateme. O primeiro promotor público, o Dr. Lamartine Rollo Soares. Na sede funcionam os Cartórios do Cível, do Crime, de Imóveis, do Registro Civil e Anexos e Tabelionato. Seu atual Prefeito Municipal é o Sr. Azio Monticuco. O legislativo municipal é constituído pelos seguintes vereadores: José R. do Nascimento, Lamo F. Fernandes, Dimor Spinardi, Duarte C. de Oliveira, Dr. Hugo R. Alcorsi, Joaquim F. Guedes, Sérgio Scaligo, Pedro Peterson Filho e Narciso Dareis.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

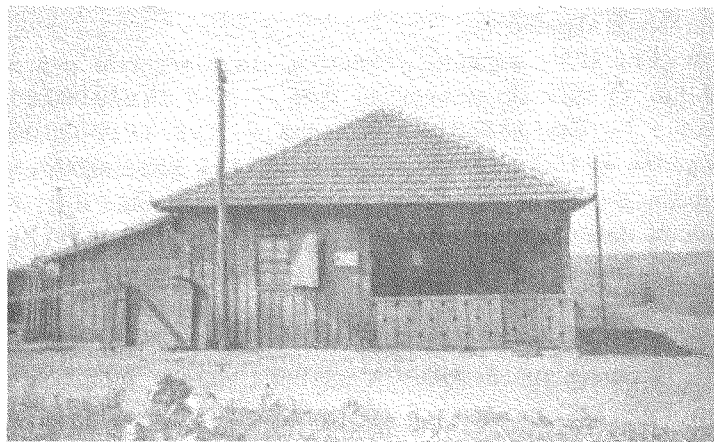
LOBATO — PR

Mapa Municipal no 12.º Vol.

HISTÓRICO — Produto de uma fase agitada e pioneira da história do povoamento e colonização da Região Fisiográfica Norte do Paraná, a maioria das suas unidades municipais nascidas ontem, sob o influxo do ciclo do café responsável pelo "rush" populacional de enormes massas humanas a deslocar-se num dos maiores movimentos migratórios do país, ainda não possuem pròpriamente a sua história.

Até o ano de 1924, quando a Companhia de Terras Norte do Paraná se estabeleceu na região, fundando a cidade de Londrina, a vasta zona de terras situada nas bacias do rios Paranapanema, Ivaí, Tibagi e Piquiri era sertão bruto.

Embora o município de Astorga de que se originou o de Lobato tenha sido obra daquela companhia imobiliária, as poucas referências históricas encontradas nada informam que êste também tenha sido planejado e fundado pela em-

Prefeitura Municipal

Coletoria Estadual

prêsa semeadora de cidades e condutora do progresso e do engrandecimento do Norte do Paraná.

À obra genuìnamente pioneira da C.T.N.P. não tardou a tentativa de imitação por parte de certos grupos aventureiros trazidos para a região no rôlo compressor do êxodo que assinalou as primeiras levas de povoadores e conquistadores das terras.

Daí o motivo da falta de documentação referente à história política, social, econômica e administrativa de várias comunidades municipais, não só do Norte mas do Oeste do Paraná, muitas das quais surgidas ao acaso, ao sabor do comércio de terras, numa conjuntura de autêntico aventureirismo.

Os primeiros moradores da localidade onde hoje se encontra o município de Lobato estabeleceram-se ali no ano de 1948. Entre êsses pioneiros figuram os Srs. Ildefonso Martins Portelinha, Haride Cavalete e Oscar Coutrin Ribeiro.

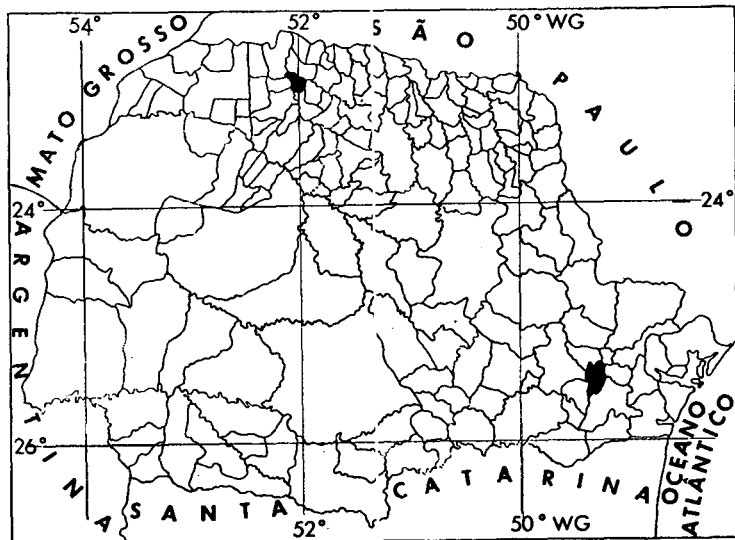
Ildefonso Martins Portelinha, primeiro Prefeito eleito do município, tendo tomado posse em 1956, ainda se encontra no exercício do seu cargo.

Lobato nem ao menos chegou a ser distrito administrativo do município de Astorga, pois, foi elevado diretamente a município pela Lei estadual n.º 2 804, de 31 de julho de 1956, compreendendo uma área desmembrada do território de Astorga.

Também não há referência quanto à origem do nome do município. Presume-se que tendo sido fundado por paulistas, êstes o tenham batizado por essa denominação em homenagem a Monteiro Lobato, escritor brasileiro.

O município de Lobato está situado na fertilíssima região setentrional do Paraná, nas terras roxas, onde o ciclo cafeeiro, no período de duas dezenas, construiu uma nova civilização com elementos oriundos de todos os quadrantes do país, calcada nos moldes culturais de São Paulo, do qual o Norte do Paraná, em muitos aspectos, parece ser um grande e notável prolongamento.

Fruto da exuberância do solo e do esfôrço dos primeiros desbravadores do sertão ignoto, o município de Lobato constitui afirmação dinâmica e espontânea da eficiência e capacidade realizadora dos modernos bandeirantes, que fizeram daquela fértil região a Canaã brasileira, ou a nova Terra da Promissão.

LOCALIZAÇÃO — A cidade de Lobato está localizada nas coordenadas geográficas: 23° 00' 30" de latitude Sul e 51° 54' de longitude W. Gr., situando-se o município na Zona Fisiográfica do Ivaí. Limita ao norte com os municípios de Paranacity e Colorado; ao sul, com os municípios de Iguaraçu e Nova Esperança; a oeste, com o município de Cruzeiro Sul; e a leste, com o município de Santa Fé.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Na sede municipal a altitude é de 480 metros.

CLIMA — O município de Lobato encontra-se na região abrangida pelo clima quente e sêco. Bastante chuvoso nas estações do verão, fresco e agradável nas do inverno. As temperaturas registradas no ano de 1956 foram de 27°C a média das máximas, 14°C a das mínimas e 22,5°C a compensada.

ÁREA — O município compreende uma área de 224 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os rios Bandeirantes do Norte, Pirapó e o ribeiro Araçá são os principais acidentes geográficos existentes em Lobato.

POPULAÇÃO — A população do município está incluída nos resultados censitários do de Astorga, a cujo território pertencia, como simples povoado, por ocasião do Censo de 1950.

Aglomerações urbanas — A cidade de Lobato é a única aglomeração urbana existente no município, estando a população atual estimada em 1 200 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Constitui base da economia municipal sua agricultura, bastante desenvolvida, nela sobressaindo o café. A produção da famosa rubiácea deverá atingir seu clímax em 1958, quando os cafeeiros de plantio recente começarem a produzir. Ao café seguem em importância o algodão, o milho, o feijão, o arroz, a cebola e a mandioca.

A indústria, em fase primária, explora o ramo "madeireiro" (80%) e "produtos alimentares". Dos seus estabelecimentos industriais, 3 ocupam 5 ou mais funcionários.

A pecuária não tem importância econômica embora haja pequena produção que é absorvida pelo consumo interno do município.

COMÉRCIO E BANCOS — Contam-se no município 4 estabelecimentos varejistas e 2 agências bancárias. O comércio local mantém transação com as praças de Astorga, Arapongas e Londrina, no Paraná, e São Paulo, no Estado de São Paulo. Nessas praças são vendidos seus produtos agrícolas e adquiridos aquêles de que necessitam para o consumo interno do município.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade é servida ùnicamente pelo transporte rodoviário e liga-se aos municípios vizinhos de Santa Fé — 20 quilômetros; Iguaraçu — 38 quilômetros; Jaguapitã — 60 quilômetros; Nova Esperança — 28 quilômetros; Capital do Estado — 542 quilômetros.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Lobato conta atualmente uma população de cêrca de 1 200 habitantes. Possui mais de 200 edificações e 11 logradouros públicos. Há em funcionamento 2 hotéis e 2 pensões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Prestam assistência médico-sanitária e em geral à população do município: 1 médico, 2 dentistas e 1 farmacêutico, residentes na cidade. Encontram-se 3 farmácias na sede municipal.

ENSINO — O ensino primário fundamental comum foi ministrado no município através de 8 unidades escolares para 440 alunos, em 1956.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Localiza-se na cidade o Cine Marabá, com 230 lugares.

FINANÇAS PÚBLICAS —

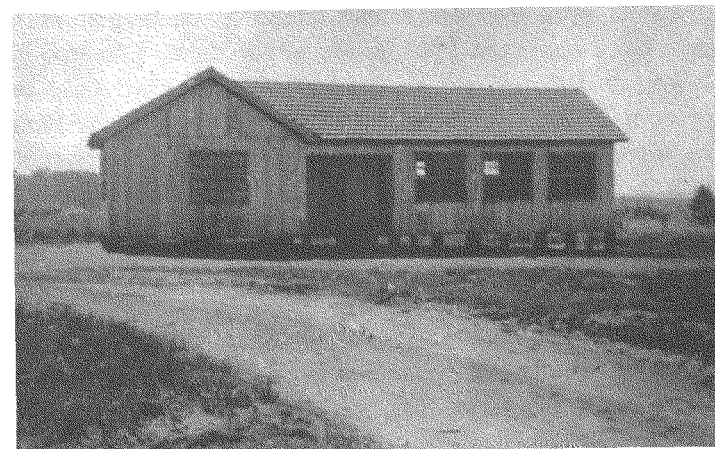
ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1956......	(*)	(*)	...	120	...

(*) O município não encerrou ainda o primeiro ano de criação, existindo sòmente o orçamento. A Coletoria Estadual foi criada em 16 de outubro de 1956.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Dada a sua condição de município mais novo do Estado, as manifestações religiosas se restringem ainda àquelas promovidas por tradição e apenas no aconchego do lar, como por exemplo as comemorações da Páscoa e do Natal.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O nome do município representou sem dúvida uma homenagem de seus fundadores ao grande escritor pátrio Monteiro Lobato.

Grupo Escolar Municipal

20 — 24 943

Vista parcial da principal rua da cidade

Seus habitantes são chamados lobatenses. É distrito judiciário da comarca de Astorga, tendo na sede um Juiz de Paz e Cartório do Registro Civil e Anexos. São autoridades municipais. Prefeito — Sr. Ildefonso M. Portelinha. Vereadores — Srs. José de Salles, Ercílio Masson, Durval Calantonio, Sebastião Veiga e Silva, Jorge Mise, Jair A. de Oliveira, José Cavaleti, Waldomiro P. Carvalho e Wilson de Lima Lemos.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

LONDRINA — PR

Mapa Municipal no 12.º Vol.

HISTÓRICO — Quando em visita ao Norte do Paraná, em 1924, um grupo de capitalistas e técnicos inglêses, chefiado por Lord Lovat, deparou com as portentosas terras roxas, seus componentes muito se impressionaram com a sua feracidade, com a magnificência de luxuriante vegetação, com o porte atlético das figueiras-brancas, dos paus-d'alho, cedros e perobas, que, extasiados, contemplavam.

Pela experiência adquirida em grandes emprêsas realizadas em vários países, tiveram os capitalistas e técnicos inglêses a visão da extraordinária e vasta expansão agrícola e industrial que estava reservada para a região; tal foi o entusiasmo que resolveram, desde logo, adquirir grande porção da invejável gleba que representa hoje grande parte do território dos municípios da região.

A compra das terras pelo citado grupo deu-se, parte em 1925 e parte em 1927, sendo adquirida do Govêrno do Estado do Paraná, por escritura pública, uma extensão superior a 500 000 alqueires, no planalto, entre os rios Paranapanema, Ivaí e Tibagi, fundando-se então a Companhia de Terras Norte do Paraná, com sede em Londrina e com um capital em ações no valor de Cr$ 18 500 000,00, sendo maior acionista a firma Paraná Plantations Limitada, de Londres.

Em 1927, quando a Companhia de Terras Norte do Paraná resolveu adquirir mais terras, vieram fazer a escolha das mesmas os Drs. Willie da Fonseca Brabazon Davids, Gastão de Mesquita Filho e Antônio de Morais Barros.

Mais tarde, a fim de facilitar a obra de colonização, a Paraná Plantations Limitada organizou a Companhia Ferroviária São Paulo—Paraná, cuja primeira diretoria ficou constituída do seguinte modo: Presidente, Dr. Erasmo T. de Assumpção; Vice-Presidente, Dr. João Domingues Sampaio; Tesoureiro, Sr. H. M. Thomas; Superintendente, Dr. T. D. Hamilton; Secretário, Sr. J. C. Belfrge; Representante junto ao Govêrno do Estado do Paraná, Dr. João de Oliveira Franco.

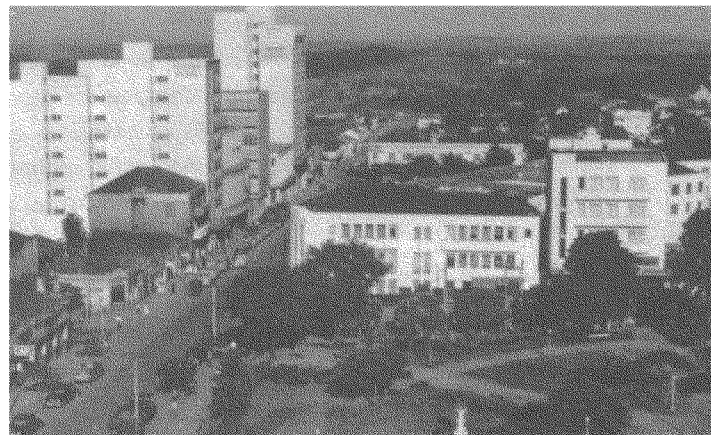
O Sr. Arthur Thomas, diretor-gerente da Companhia de Terras Norte do Paraná e diretor-tesoureiro da Companhia Ferroviária São Paulo—Paraná, chegou ao Brasil em maio de 1924, vindo ao setentrião paranaense, pela primeira vez, em junho de 1925, quando esta foi fundada.

Depois de uma viagem cheia de acidentes e sacrifícios, chegou ao local onde hoje se ergue a cidade de Londrina, em 1929, elegendo, então, a futura cidade para sede da maior emprêsa colonizadora da América do Sul.

O trecho da Estrada de Ferro São Paulo—Paraná, entre as cidades de Ourinhos, em São Paulo e Cambará, no Paraná, foi construído no período de 1924 a 1927, pelos fazendeiros daquela zona, destacando-se entre êles os Senhores Antônio Barbosa Ferras, Antônio Ribeiro dos Santos e Dr. Willie da Fonseca Brabazon Davids.

Em 18 de agôsto de 1929 partiu de Ourinhos, Estado de São Paulo, uma caravana com destino às famosas terras roxas do Norte do Paraná. No dia 21 a caravana transpôs o rio Tibagi, chegando a um marco de madeira, que representava o ponto inicial da fundação de Londrina. Faziam parte dessa caravana de desbravadores, entre outros, o Dr. Alexandre Razgulaeff e Sr. George Smith.

Quando os trilhos da São Paulo—Paraná atingiram as barrancas do Tibagi, já havia mais de 130 quilômetros de ótimas estradas de rodagem em Londrina, cuja verdadeira data de fundação remonta ao ano de 1931. Desde 1930, porém, vieram chegando os primeiros compradores de terras e colonos alemães e japonêses, avolumando-se em pouco tempo a população de Londrina. Êsses colonos eram procedentes do Estado de São Paulo.

Iniciou-se então o extraordinário plano de colonização e povoamento do setentrião paranaense, agora de propriedade da poderosa Companhia, em virtude de compra feita ao Govêrno do Estado, que lhe outorgou o competente título de propriedade. Encontrava-se à frente da administração estadual o dinâmico e brilhante administrador Manoel Ribas, então Interventor Federal no Paraná.

Vista parcial do Município

Para isso, as terras com o seu título garantido foram convenientemente divididas; os lotes, demarcados ao sabor do cliente; os patrimônios, urbanìsticamente projetados; e as datas, convenientemente piqueteadas. Abriu-se uma rêde-mestra de boas estradas de rodagem, seguindo sempre o espigão, de mais de 2 000 quilômetros e de outro tanto de estradas carroçáveis vicinais, os picadões que levavam os colonizadores à porta de suas casas.

Tôdas essas vias de comunicação foram e continuam a ser mecânicamente conservadas. Até o ano de 1948 haviam sido entregues às Municipalidades cêrca de 600 quilômetros de rodovias, sendo que se achavam a cargo da Companhia 1 400 quilômetros, a que foram acrescentados perto de 300 quilômetros que constituem o ritmo anual de abertura de novas rodovias.

Os lotes rurais foram sàbia e tècnicamente divididos, de forma que todos êles dispõem no espigão a estrada e a área do plantio do café e, na baixada, confrontando com a água, o pasto, o pequeno pomar e a moradia. Não existiam, conseguintemente, as tão freqüentes questões por servidão ou divisas.

Os compradores foram atraídos através de intensa e honesta propaganda, na qual se garantia a facilidade de pagamento a prestações, por meio do eficiente plano de quatro anos, bem como assistência e transporte para as primeiras instalações. Provou-se numa chácara experimental que ali vicejavam pujantemente: os cereais, o café, o algodão, o tungue, as frutas, as fibras têxteis e tudo o mais.

A pecuária também se estabeleceu satisfatória e vitoriosamente, como o comprovaram grandes rebanhos de renomados criadores e fazendeiros. Em todos os setores de atividade humana se notava desde os primeiros dias um aspecto de prosperidade, nas lavouras, no comércio e nas indústrias extrativas de madeiras, sob os olhares esperançosos dos pioneiros, confiantes na garantia que se lhes dava dos transportes que partiam da roça até os centros consumidores, através do picadão, da estrada de rodagem e da ferrovia.

A atuação oficial da União, do Estado e do município sòmente se estabeleceram, quando já as terras estavam povoadas e os patrimônios abertos, a cidade fundada e em pleno florescimento.

E assim foi percorrida pelos colonos inglêses uma árdua mas vitoriosa etapa colonizadora até o ano de 1944, e Lord Lovat, o incorporador de Paraná Plantations Syndicate Ltd., chefe de clã da Escócia, extraordinário sertanista e homem de incalculável fortuna, que já se tinha notabilizado como valorizador das terras do Sudão, veio, mais uma vez, comprovar o seu valor e capacidade no Brasil. A partir de 1944 a Companhia de Terras Norte do Paraná passou a ser integrada e dirigida exclusivamente por brasileiros, mas o exemplo de Lord Lovat e de seus companheiros ficou e foi seguido de perto pelos seus sucessores nacionais.

Estação ferroviária

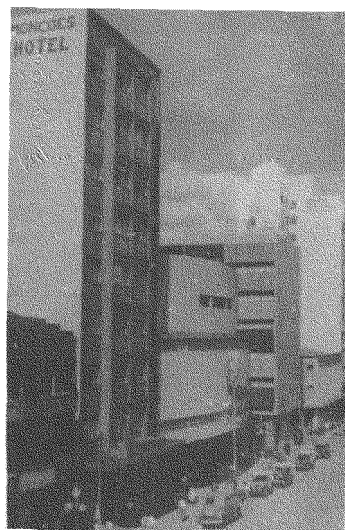
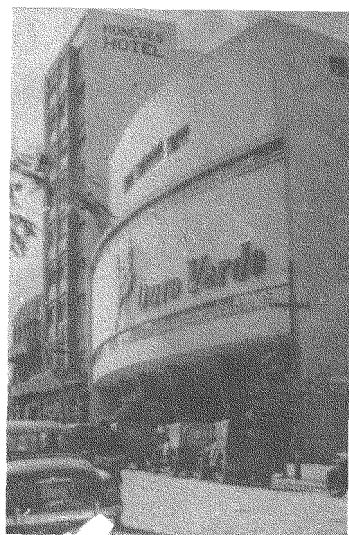
Estação rodoviária

O município de Londrina foi criado por Decreto estadual de 3 de dezembro de 1934, e sua instalação oficial e solene se deu no dia 10 do mesmo mês e ano, com a presença do Dr. Rozaldo de Melo Leitão, representante do Interventor Federal, Sr. Manoel Ribas; Prefeito Municipal de Sertanópolis; Dr. Joaquim Vicente de Castro, primeiro Prefeito de Londrina; Dr. Athos Morais de Castro Vellozo; Sr. Joaquim Teixeira, Delegado Regional de Polícia de Jataí; Dr. J. L. Adamson, Sr. George Smith, Doutor Odilon Borges de Carvalho, Sr. Humberto Puiggari Coutinho e outras altas autoridades.

Já se encontrando nomeado, tomou posse no cargo de primeiro Prefeito Municipal do novo município o Dr. Joaquim de Castro, não havendo eleição e, em conseqüência, Câmara de Vereadores, em virtude do regime então vigente.

O nome Londrina dado à nova cidade surgiu numa reunião dos fundadores da Companhia de Terras Norte do Paraná, realizada em 1929, com o fim de se escolher um nome sugestivo para a cidade em projeto. O Dr. João Sampaio, Presidente da Companhia, em virtude da ligação existente entre a nova povoação e Londres, de onde vieram os fundadores e o capital para o seu desenvolvimento, opinou pela denominação Londrina. A sugestão foi aceita por unanimidade de votos dos presentes, surgindo o nome da cidade que seria, num futuro próximo, o orgulho da gente da Terra de Guairacá.

Pela Lei estadual n.º 191, de 9 de outubro de 1937, foi criado o distrito judiciário de Nova Dantzig, hoje município de Cambé, e pelo Decreto n.º 6 589, de 14 de março de 1938, criou-se o distrito judiciário de Rolândia, que, pouco tempo depois, era elevado à categoria de município autônomo.

Por Decreto n.º 6 213, de 18 de janeiro de 1938, foi criada a comarca de Londrina, classificada na categoria de 2.ª entrância. A instalação da comarca ocorreu a 27 do mesmo mês e ano, com a presença das autoridades administrativa e judiciária, a seguir mencionadas: Sr. Manoel

Rua Maranhão

Cine Ouro Verde

Ribas, Interventor Federal no Estado; General Comandante da 5.ª Região Militar; Dr. Omar Gonçalves da Mota, Secretário do Interior e Justiça; Dr. João de Oliveira Franco, Secretário da Fazenda; Dr. Augusto da Rocha Faria, Juiz de Direito da Comarca, que foi empossado nesse ato, além de diversos Prefeitos Municipais e outras autoridades estaduais e municipais.

Em virtude do Decreto-lei estadual n.º 7 573, de 20 de outubro de 1938, foram incorporados ao município de Londrina, a partir de 1.º de janeiro de 1939, os distritos de Marilândia, São Sebastião e São Roque.

Integravam o município de Londrina, em 1943, os distritos da sede municipal, Cambé (ex-Nova Dantzig); Rolândia, Marilândia (atual Araruva); São Roque (atual Tamarana) e São Sebastião com uma área total de 23 562 quilômetros quadrados.

Na divisão territorial para o quinquênio 1944-1948, o município foi desmembrado, perdendo a área de 20 690 quilômetros quadrados, que hoje constitui os territórios dos municípios de Rolândia, Arapongas, Apucarana, Mandaguari, Marialva, Jandaia do Sul, Maringá, Nova Esperança, Paranavaí, Araruva, Mandaguaçu, Astorga, Alto Paraná e muitos outros.

Em outubro de 1947 desmembrou-se o distrito de Cambé, que foi elevado à categoria de município, com a área de 214 quilômetros quadrados.

Em 1954, por fôrça de Resolução n.º 13, de 17 de agôsto de 1954, da Assembléia Legislativa do Estado, perdeu o município a área de 277 quilômetros quadrados, em favor do município de Araruva.

Atualmente Londrina compõe-se dos distritos da sede, Tamarana, Irerê, Warta, São Luiz e Guaravera, ocupando uma área de 2 081 quilômetros quadrados.

Os chefes do executivo municipal, desde a fundação do município, foram os seguintes: Dr. Joaquim Vicente de Castro, 1934-1935; Rosalino Fernandes, 1935; Dr. Willie da Fonseca Brabazon Davids, 1935-1940; capitão Custódio Raposo Netto, 1940; Dr. João Ferrario Lopes, 1940-1941; capitão Miguel Balbino Blasi, 1941-1943; João de Jesus Neto, 1943-1944; Guilherme Ribeiro Soares, 1946; capitão Aquiles Pimpão Ferreira, 1943-1945; Dr. José Munhoz de Mello, 1945; Guilhermino Ribeiro Soares, 1945; Doutor Ary Pizatto Ferreira, 1945-1946; Dr. Odilon Borges de Carvalho, 1946; Ulysses Xavier da Silva, 1946-1947; Edwy Taques de Araújo, 1947; Dr. José Moraes Neves, 1947; Edwy Taques de Araújo, 1947; Dr. Ary Pizatto Ferreira, 1947; Hugo Cabral, 1947-1949; Dr. Milton Ribeiro de Menezes, 1949; Hugo Cabral, 1949-1950; Dr. Milton Ribeiro de Menezes, 1950-1955; e Antônio Fernandes Sobrinho, que se acha presentemente no exercício de seu mandato.

A Câmara Municipal se compõe de 19 vereadores, que são: Renato Loures Bueno, Alcyone Ferreira Alves, Olavo G. F. da Silva, Dionísio X. Sampaio, Nelson Maculan, Renato Cunha, Gilberto S. dos Santos, José Hosken de Novais, José Maurício Barroso, José Dias Aro, Alberto João Zortes, João Tavares de Lima, José Antônio de Queiroz, Cláudio Curotto, Dimas de Barros, Antônio Sherlowisk, Darcírio Egger, Milton Ribeiro de Menezes e Sadau Mesuko. A atual legislatura foi instalada em 1955 e termina em 1958.

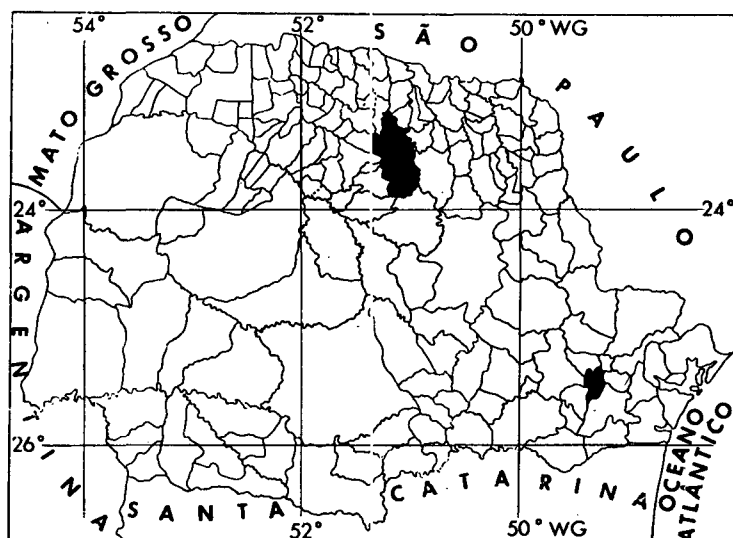
Em fevereiro de 1948, a cidade de Londrina recebeu a visita oficial do então Presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra, que se fêz acompanhar de sua comitiva e dos governadores Moysés Lupion, do Paraná, a Adhemar de Barros, de São Paulo. Nessa ocasião foram inaugurados pelo Presidente da República a Agência do Banco do Estado do Paraná S.A., o edifício próprio da Prefeitura Municipal e a residência particular de Mister Arthur Thomas, um dos fundadores da cidade, onde foi prestada elegante homenagem aos visitantes.

A comitiva presidencial estava assim composta: Doutor Daniel de Carvalho, Ministro da Agricultura; Dr. Clóvis Pestana, Ministro da Viação e Obras Públicas; General Álcio Souto, Chefe da Casa Militar; Dr. Carlos Roberto Aguiar, Secretário particular do Presidente; senador Arthur Santos; senador Flávio Guimarães; deputados Fernando Flôres e Aramys Athayde; governador Moysés Lupion; general Cordeiro de Farias, comandante da Quinta Região Militar; governador Adhemar de Barros; secretário de Estado e outras altas autoridades.

Londrina era então conhecida pela denominação poética de "Cidade Menina", e sua população, estimada em 20 000 pessoas, vibrou intensamente, de júbilo e satisfação, com a alta e honrosa distinção que lhe concedeu o Presidente da República.

Av. Rio de Janeiro

LOCALIZAÇÃO — O município localiza-se na Zona Fisiográfica do Norte, fazendo limites com as seguintes comunas: Ibiporã, Sertanópolis, Bela Vista do Paraíso, Cambé,

Arapongas, Apucarana, Araruva, Ortigueira, São Jerônimo da Serra e Assaí. Sua sede municipal está assinalada pelas coordenadas geográficas de 23° 23' 30" de latitude Sul e 51° 11' 30" de longitude W. Gr., distando da Capital Estadual, em rodovia, 410 quilômetros e por ferrovia, 749.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 576 metros na sede municipal.

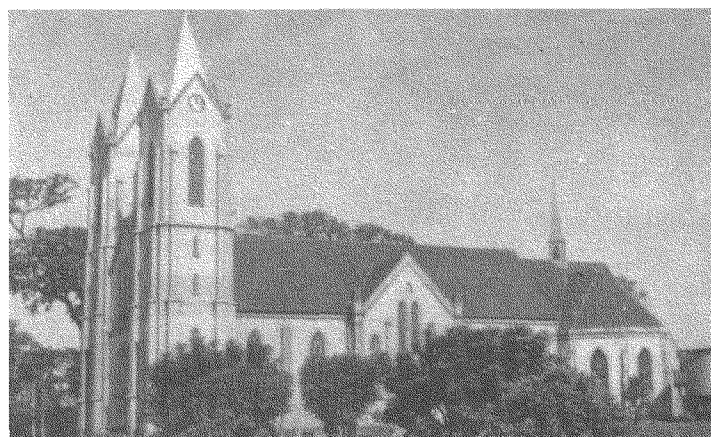
CLIMA — Londrina, localizada em pleno setentrião paranaense, possui clima quente úmido. Os verões apresentam-se bastante quentes e abafadiços, com incidência de chuvas constantes. A temperatura baixa um pouco nas estações hibernais e, então, o clima se torna ameno e agradável, embora, ainda quente, em relação a outras zonas climáticas do Sul.

As temperaturas médias observadas, no decurso do ano de 1956, foram as seguintes: média das máximas — 31°C; média das mínimas, 14°C; e média compensada, 22,5 graus centígrados.

ÁREA — O território do município compreende uma áera de 1 990 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — São os seguintes os principais acidentes geográficos do município: *rios*: Tibagi e Taquara; *ribeiros*: Três Bôcas, Apertado, Apucaraninha, e Cafèzal.

RIQUEZAS NATURAIS — Grandes reservas florestais assinalam a principal riqueza natural do município, donde se extraem madeiras, lenha e carvão vegetal.

Colégio Coração de Jesus

Igreja-Matriz Municipal

POPULAÇÃO — Pelo Recenseamento Geral de 1950, o município de Londrina apresentou uma população de 71 412 habitantes, sendo 37 268 homens e 34 144 mulheres. Segundo a *côr* — 62 085 brancos, 3 427 pretos, 970 pardos e 4 546 amarelos; o *estado civil* (de 15 e mais anos) — 13 745 solteiros, 25 259 casados, 1 629 viúvos e 39 desquitados; a *nacionalidade* — 457 brasileiros naturalizados; segundo a *religião* — 61 536 católicos romanos e 9 876 de outras religiões. A densidade demográfica era de 35,6 habitantes por quilômetro quadrado; 55,09% da população recenseada estavam localizados na zona rural.

Aglomerações urbanas — No município de Londrina são encontradas cinco aglomerações urbanas: a da cidade de Londrina, e as das vilas de Guaravera, Irerê, São Luís e Tamarana.

A cidade de Londrina, pelo Recenseamento Geral de 1950, apresentava uma população de 32 075 habitantes, sendo 16 806 homens e 16 289 mulheres, assim distribuída: *quadro urbano* — 17 395 habitantes, 8 815 homens e 8 580 mulheres; *quadro suburbano* — 15 700, sendo 7 991 homens e 7 709 mulheres.

Os aglomerados urbanos do município possuem as seguintes populações estimadas: Guaravera — 600 habitantes; Irerê — 800 habitantes; São Luís — 300 habitantes; Tamarana — 650 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura constitui a principal atividade econômica do município, secundada pela indústria e pecuária. Há que se ressaltar a predominância do café sôbre as demais culturas, também com produção em nível elevado. Londrina figura entre os primeiros municípios em todo o Estado, quanto ao valor de sua produção agrícola.

Os principais produtos agrícolas atingiram em 1956 os valores seguintes: café — Cr$ 100 000 000,00; milho — Cr$ 166 777 000,00; arroz — Cr$ 108 920 000,00; feijão — Cr$ 103 615 000,00; algodão — Cr$ 14 400 000,00; laranja — Cr$ 8 280 000,00; banana — Cr$ 4 160 000,00. Com menores valores: a uva, o tomate, o amendoim, a mandioca e o trigo.

Uma das culturas que vem sendo cada vez mais desenvolvida é a do "rami", existindo em 1956 uma área aproximada de 1 452 hectares plantados, prevendo-se uma produção aproximada de 1 197 900 quilogramas.

Centro de Saúde

A indústria conta 291 estabelecimentos dos quais 95 ocupam 5 ou mais operários em suas atividades. Os principais ramos são: "bebidas e conexos", "óleos comestíveis", "cerâmica", "madeireira" e "produtos alimentares".

O valor da população pecuária em 1955 era estimado em 140 milhões de cruzeiros. O rebanho suíno é o maior, seguindo-se o bovino, o eqüino, o caprino e o ovino. Londrina exportou em 1956 gado suíno no valor de .... Cr$ 79 090 764,00.

O valor total da exportação do município em 1956 (interestadual) alcançou a cifra de Cr$ 1 132 334 528,00. Dos produtos exportados, os principais foram: o café em grão, o milho, o feijão, gado suíno, algodão em rama e "rami" em bruto.

COMÉRCIO E BANCOS — Excetuando a Capital do Estado, Londrina é a principal praça comercial do Paraná, funcionando como entreposto importador e exportador de tôda a zona setentrional paranaense. Tal fato é comprovado pela existência de 1 500 estabelecimentos comerciais varejistas, 28 atacadistas, 26 estabelecimentos bancários, sendo 1 matriz e 25 agências.

As principais praças com que o município mantém transação mercantil são: Curitiba e Paranaguá, no Paraná; São Paulo (SP), Santos (SP), e Rio de Janeiro.

Tôdas as cidades do Norte paranaense comerciam com Londrina, face à sua qualidade de entreposto comercial.

Londrina mantém ainda comércio internacional (exportação de café) com quase todos os países do mundo, através dos Portos de Paranaguá (PR) e Santos (SP).

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município situa-se em plano superior no que se refere a meios de transporte e comunicações; servem-no o rodoviário (em boa parte asfaltado), o ferroviário (da Rêde Viação Paraná—Santa Catarina) e o aéreo.

As cidades vizinhas e as capitais estadual e federal ligam-se a Londrina pelos seguintes meios de transporte: Cambé — 1) Rodoviário — 14 quilômetros; 2) Ferroviário — 14 quilômetros; Bela Vista do Paraíso — Rodoviário — 39 quilômetros; Sertanópolis — Rodoviário: via Ibiporã — 44 quilômetros; Ibiporã — 1) Rodoviário — 15 quilômetros; 2) Ferroviário — 15 quilômetros; Assaí — 1) Rodoviário — 45 quilômetros; 2) Misto: a) Ferroviário: 26 quilômetros até Jataìzinho; b) rodoviário: 22 quilômetros; Araruva — 1) Rodoviário — 91 quilômetros; 2) Misto: a) Ferroviário — 59 quilômetros até Apucarana; b) Rodoviário — 31 quilômetros; Apucarana — 1) Rodoviário — 60 quilômetros; 2) Ferroviário — 59 quilômetros; Arapongas — 1) Rodoviário — 42 quilômetros; 2) Ferroviário — 41 quilômetros; Rolândia — 1) Rodoviário — 26 quilômetros; 2) Ferroviário — 26 quilômetros; Capital Estadual — 1) Rodoviário: via Piraí do Sul — 410 quilômetros; 2) Ferroviário — 749 quilômetros; 3) Misto: a) Aéreo — 333 quilômetros até São José dos Pinhais; b) Rodoviário — 16 quilômetros; Capital Federal — 1) Rodoviário: via São Paulo — 1 129 quilômetros; 2) Aéreo — 841 quilômetros; 3) Ferroviário — 210 quilômetros até Ourinhos (SP); 500 quilômetros até São Paulo (E.F.S.) e 499 quilômetros (E.F.C.B.).

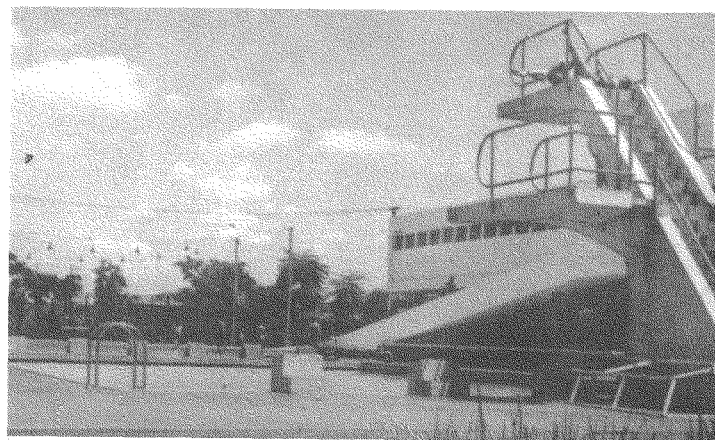
Londrina possui excelente aeroporto e moderna estação aeroviária, recentemente inaugurados. Dispõe de duas pistas, uma de concreto asfáltico com 1 650 x 40 m, e outra de concreto com 1 600 x 20 m. Dista 3 quilômetros do centro da cidade.

As principais emprêsas aéreas que funcionam no país servem a cidade, sendo intenso o movimento aéreo quer de passageiros, quer de carga.

Na cidade funciona uma moderna agência postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos; conta ainda os serviços telegráficos da R.V.P.S.C. (estrada de ferro), radiotelegráficos das emprêsas aéreas de navegação, do Govêrno do Estado e do Ministério da Agricultura.

Uma rêde telefônica urbana e interurbana serve a sede e o município.

ASPECTOS URBANOS — Londrina é uma cidade moderna. Surgida, como por encanto, na áurea época do apogeu do café, desenvolveu-se com extraordinária rapidez. Com uma população urbana atual estimada em mais de 48 000 habitantes, possui 345 logradouros públicos: 16 avenidas, 251 ruas, 56 travessas, 19 praças e 3 parques, dos quais, 52 inteiramente pavimentados com paralelepípedos e asfalto, e 31 parcialmente. A área com pavimentação de paralelepípedos é de 101 604 metros quadrados e de asfalto, 255 756,31 metros quadrados. A cidade é servida de água canalizada com 48 700 metros de rêdes distribuidoras, abastecendo 5 460 prédios em 31 logradouros. A rêde de esgôto sanitário serve 112 logradouros.

Contava Londrina, em 1954, com 9 918 edificações, assim discriminadas: 6 859 destinadas a fins exclusivamente residenciais, 2 082 para fins residenciais e outros

Piscina do Country Club

fins, 977 exclusivamente, também, para outros fins. Segundo o número de pavimentos — 9 721 edificações de um, 226 de dois, 49 de três, 12 de quatro e 10 de seis e mais pavimentos. Existiam, na cidade, 19 hotéis e 60 pensões. Foram, em 1956, emplacados na Prefeitura Municipal, 2 922 veículos motorizados, sendo 840 automóveis e 1 082 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Depois do município da Capital, é Londrina que no Estado do Paraná conta com maiores recursos médico-sanitários: 83 médicos, 60 dentistas e 31 farmacêuticos, residentes na sede municipal.

A assistência médica em geral é prestada à população através dos seguintes estabelecimentos de saúde: Santa Casa de Londrina (53 leitos), Casa de Saúde São Leopoldo Sociedade Anônima (33 leitos), Casa de Saúde Santa Cecília (26 leitos), Hospital Evangélico de Londrina (50 leitos), Clínica Santa Luzia 11 leitos), todos particulares, Pôsto Federal de Tracoma, do Govêrno Federal, e Centro de Saúde do 6.º Distrito Sanitário do Estado. Na cidade estão localizadas 31 farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — O Pôsto de Tracoma e o Centro de Saúde prestam relevantes serviços de assistência social à população do município.

São as seguintes as associações que proporcionam assistência social aos seus membros: Associação Cultural e Esportiva de Londrina, com 550 sócios; Associação Esportiva Londrinense, com 110 sócios; Londrina Country Clube, com 801 sócios; Sete de Setembro Futebol Clube, com 166 sócios; Associação Atlética Portuguêsa de Desportos, com 200 sócios; São Paulo Futebol Clube, em fase de reorganização; Sociedade Esportiva Regina, com 234 sócios; Bandeirantes Futebol Clube, com 309 sócios; Bangu Atlético Clube, em reorganização; Brasil Atlético Clube, com 98 sócios; Clube Atlético Juventus, com 38 sócios; Grêmio Atlético Londrinense, em fase de reorganização; Marianos Futebol Clube, com 2 042 sócios; Associação Atlética Aeroporto, com 53 sócios; Clube Londrinense de Caça, Pesca e Tiro, com 280 sócios; e Associação Independente de Londrina, com 43 sócios.

Existem em Londrina a Cooperativa Mista de Londrina Limitada (de consumo), com 277 associados e a Cooperativa Agrícola de Cotia, com 89 sócios, dedicando-se à compra e venda de produtos agrícolas.

ALFABETIZAÇÃO — Realizado o Censo de 1950, foi constatada a existência de 59 221 pessoas de 5 anos e mais naquele ano, no município. Dêsse total, 32 063 sabiam ler e escrever, sendo 18 606 homens e 13 457 mulheres. Das 38 130 pessoas de 5 anos e mais, na sede municipal, 20 550 sabiam ler e escrever: 11 360 homens e 9 190 mulheres.

Ensino — O município contava, em 1956, com 102 unidades de ensino primário fundamental comum, nas quais estiveram matriculados 10 193 alunos. Funcionam na cidade os seguintes estabelecimentos de ensino extraprimário: Conservatório Musical de Londrina, Ginásio Coração de Jesus, Ginásio Diocesano Nossa Senhora de Fátima, Colégio Londrinense e Escola Técnica de Comércio, Colégio

Santa Casa Municipal

Estadual e Escola Normal Secundária, Ginásio e Escola Normal Mãe de Deus e Seminário Vicente Palotti.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existem na sede do município 20 associações culturais, parte subordinada à Liga Regional de Futebol de Londrina e parte, à Liga de Esportes Atléticos de Londrina.

Em Londrina estão localizadas as seguintes estações radioemissoras: Rádio Difusora Paraná Limitada, prefixos ZYS-44 e ZYS-45, ondas longas de 690 quilociclos e ondas curtas de 3 365 quilociclos; Rádio Londrina S.A. prefixo ZYD-4, ondas longas de 580 quilociclos e Rádio Paiquerê Limitada, prefixo ZYS-57, freqüência de 1 110 quilociclos.

Seis bibliotecas merecem destaque: Biblioteca Pública Municipal, com 6 056 volumes catalogados; Biblioteca Estudantil da Escola Rui Barbosa, com 1 500 volumes; Biblioteca do Colégio Coração de Jesus, com 440 volumes; Biblioteca do Colégio Estadual, com 600 volumes; Biblioteca Machado de Assis, com 807 volumes; e Biblioteca do Colégio Mãe de Deus, com 820 volumes; a primeira pública, as demais particulares, tôdas de obras gerais.

Circulam no município os seguintes jornais: "Fôlha de Londrina" e "Gazeta do Norte", ambos diários, além de outros, sem periodicidade certa, como "O Combate", "Correio Paranaense" e "Fôlha do Povo", êstes de caráter político, aparecendo geralmente quando da aproximação de campanhas eleitorais.

Londrina dispõe de modernos cinemas, merecendo destaque especial o Cine Ouro Verde, tido como o mais luxuoso do Estado. Dispõe de 1 579 lugares, tendo levado a efeito, em 1956, um total de 1 880 exibições cinematográficas, a que estiveram presentes 724 074 pessoas; Cine Londrina, com 2 000 lugares (500 balcões e 1 500 cadeiras), cujo movimento, em 1956, foi da ordem de 770 projeções cinematográficas, para 229 384 espectadores; Cine Jóia, com 1 200 lugares, 720 exibições cinematográficas e 100 088 espectadores, em 1956, e ainda o Cine São Luiz, na vila de Irerê, com 205 lugares. A cidade de Londrina conta 10 livrarias.

Em Londrina, praticam-se vários esportes, desde o bretão até o cinegético, para tanto existindo duas ligas autônomas que promovem campeonatos regionais de futebol, basquetebol, volibol, tiro ao alvo, etc., arrastando milhares de aficionados às praças de desportos locais.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950......	29 996	60 307	15 587	10 977	16 280
1951......	43 316	80 147	21 372	10 855	20 610
1952......	70 873	96 981	30 443	14 607	30 000
1953......	74 983	81 656	35 395	21 265	35 940
1954......	71 628	88 420	47 109	26 725	40 001
1955......	85 255	133 689	61 751	29 181	68 186
1956 (1)...	91 313	145 215	52 647	31 043	58 975

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — São religiosas as principais manifestações populares, compreendendo as festas de Nossa Senhora das Graças, padroeira do município; de Nossa Senhora Aparecida; de São João, da Páscoa e do Natal. Tôdas elas são muito concorridas.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O topônimo "Londrina" tem origem na palavra Londres, capital da Inglaterra. As pessoas nascidas no município são chamadas londrinenses.

É sede de comarca de quarta entrância do Estado do Paraná, formada por quatro varas, à frente das quais estão 4 Juízes de Direito. Funcionam anexo os respectivos cartórios, Criminal, do Cível, de Imóveis, Registro Civil e Tabelionato. Compreende os distritos judiciários de: Londrina, Irerê, Tamarana e Warta.

O eleitorado inscrito em 1955 era de 19 354 votantes. É considerado a terceira fôrça eleitoral do Estado do Paraná.

Pela sua situação geográfica, econômica e cultural, Londrina é mui acertadamente cognominada "Capital do Norte do Paraná".

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

LUPIONÓPOLIS — PR

Mapa Municipal no 12.º Vol.

HISTÓRICO — A emprêsa imobiliária Aniz Abud & Cia. Lt.da requereu e obteve do Govêrno do Estado do Paraná a concessão de uma gleba de terras, situada na região, onde atualmente se acha o município de Lupionópolis.

Seguindo o exemplo de outras firmas organizadas com idêntica finalidade, a Aniz Abud & Cia. Lt.da tratou de medir e demarcar as suas terras em pequenos lotes, datas e sítios, formando um patrimônio dentro de um plano preestabelecido de colonização e povoamento.

Objetivando contribuir de maneira mais efetiva para o desenvolvimento do patrimônio, a emprêsa, depois de medir e demarcar os perímetros urbano e rural, mandou construir a suas expensas cêrca de 30 por cento das casas do povoado, vendendo-as, juntamente com os lotes, com facilidades de pagamento, aos interessados em se estabelecer na localidade.

Essa medida teve resultado eficiente e imediato, concorrendo para o rápido desenvolvimento e progresso do patrimônio em organização. As vendas de terras, tanto na

Prefeitura Municipal

zona urbana quanto na rural, foram sèriamente incrementadas, e a população de Lupionópolis cresceu do dia para a noite. Dedicando-se às atividades agrícolas, os moradores do novo patrimônio encontraram na uberdade do solo, principalmente na cultura do café, o seu mais importante fator de progresso e de riqueza, de tal forma que, em menos de um lustro, o patrimônio era elevado a município e sua sede recebia os foros de cidade.

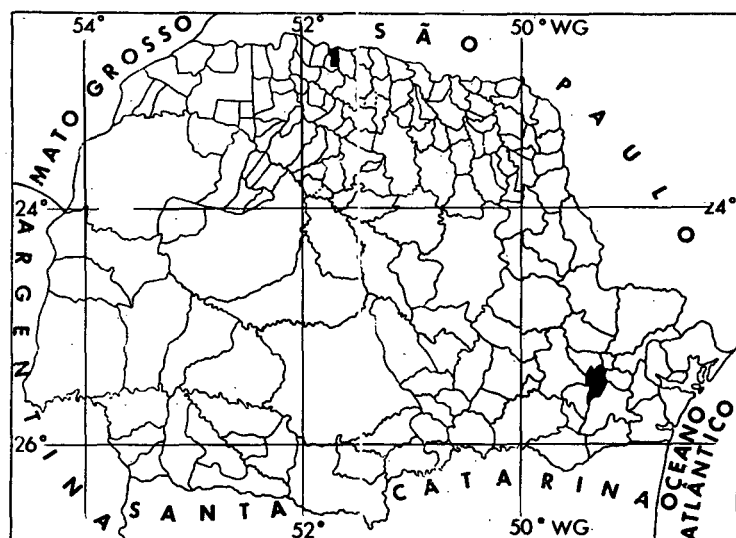
Pela Lei estadual n.º 613, de 27 de janeiro de 1951, foi criado o município de Lupionópolis, com território desmembrado de Jaguapitã, permanecendo com a sua antiga denominação de Lupionópolis, em homenagem ao Governador do Estado do Paraná, Sr. Moysés Lupion.

A 14 de dezembro de 1952 procedeu-se à instalação oficial do novo município, e, ao mesmo tempo foram empossados o primeiro Prefeito Municipal, Sr. Ibraim Abud Netto, filho do fundador do município, Aniz Abud, bem assim, os membros da Câmara de Vereadores.

Às margens do rio Paranapanema, numa invejável situação geo-econômica, Lupionópolis está ligado por importantes rodovias a diversas cidades da Alta Sorocabana, entre as quais a de Presidente Prudente, o que muito concorre para sua evolução e enriquecimento.

Av. Barra Dourada

LOCALIZAÇÃO — O município de Lupionópolis está localizado na Zona Fisiográfica do Norte, fazendo limites com Santo Inácio, Cafeara e Centenário do Sul, no Estado do Paraná, e Pirapòzinho, no Estado de São Paulo. A sua sede está compreendida entre as coordenadas geográficas de 22° 52' de latitude Sul e 51° 39' de longitude W. Gr. e

se liga à Capital do Estado, através de rodovia, numa extensão de 523 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Lupionópolis possui clima quente e saudável. Há ocorrência de chuvas abundantes durante o verão. As temperaturas observadas no ano de 1957 foram 33°C para a média das máximas, 18°C, a das mínimas e 25,5°C a compensada.

ÁREA — Compreende o território do município uma área equivalente a 102 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O rio Paranapanema separa o município do território paulista, sendo o principal acidente geográfico no município.

POPULAÇÃO — Quando da realização do Censo de 1950, o território do atual município de Lupionópolis era apenas uma parcela rural do município da Jaguapitã. Estima-se a sua população atual em cêrca de 7 000 habitantes.

Aglomeração urbana — O município conta uma única aglomeração urbana: a cidade de Lupionópolis, cuja população está estimada em 3 000 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A atividade considerada como fundamental à economia do município é a agrícola, aparecendo em plano destacado o cultivo do café. As principais culturas agrícolas, com a produção prevista para 1956, são: café — Cr$ 17 500 000,00; algodão — Cr$ 12 000 000,00; arroz — Cr$ 4 200 000,00; feijão — Cr$ 3 752 000,00; milho — Cr$ 2 200 000,00; em menor escala a uva, o amendoim e a batata-inglêsa e a hortelã-pimenta.

A indústria, com 10 estabelecimentos, tem 7 que ocupam 5 ou mais operários nas suas tarefas. Dedica-se aos ramos "madeireiro", "extração de areias, pedras" e "produtos alimentares".

Na pecuária, em que há predominância do rebanho suíno, reside outra fonte de renda do município, havendo sido exportado em 1956 gado suíno no valor de 1 milhão, 138 mil e 670 cruzeiros.

A exportação interestadual em 1956 atingiu a soma de Cr$ 67 408 092,00, sendo os principais produtos exportados: tábuas serradas de peroba, algodão em caroço, café e milho.

COMÉRCIO E BANCOS — Constituem o comércio e o crédito locais 12 estabelecimentos varejistas, 9 atacadistas e 2 agências bancárias.

Mantém intercâmbio comercial (importador e exportador) principalmente com as praças de Londrina, no Paraná, e Presidente Prudente, no Estado de São Paulo, onde vende sua produção e se abastece de mercadorias de que necessita para consumo próprio.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido pelos meios de transporte rodoviário e aéreo, êste através da VASP — Viação Aérea São Paulo Sociedade Anônima, com linha regular.

Dista, por via rodoviária, dos seguintes municípios: Cafeara — 9 quilômetros; Centenário do Sul — 12 quilômetros; Guaraci — 15 quilômetros; Pirapòzinho (SP) — 70 quilômetros.

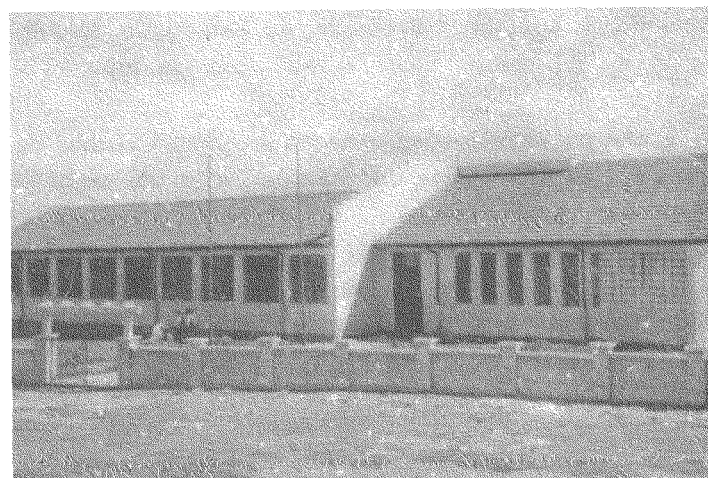
Da Capital Estadual dista: 600 quilômetros (rodoviário); da Capital Federal — 1 200 quilômetros (rodoviário). Não é servido de estrada de ferro.

Na sede funcionam os serviços telegráficos: agência postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos e da Delegacia de Polícia (radiotelégrafo).

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Lupionópolis conta atualmente uma população estimada em 3 000 habitantes. Cêrca de 620 edificações, das quais 563 servindo para fins residenciais. Dispõe de energia elétrica para fôrça motriz e iluminação pública e particular, esta com 151 ligações. Dispõe de água canalizada, com uma rêde distribuidora de 4 000 metros, abastecendo 150 prédios em 13 logradouros.

Existem, na cidade, 32 logradouros públicos, sendo 2 avenidas, 27 ruas e 3 praças. O comércio é constituído de 9 estabelecimentos atacadistas e 12 varejistas. Contam-se 2 hotéis e 2 pensões prestando os serviços de alimentação e de hospedagem.

No ano de 1956, foram registrados na Prefeitura Municipal 26 automóveis e 72 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A população recorre a 3 médicos, 1 dentista e 1 farmacêutico para assis-

Grupo Escolar Municipal

Hotel Avenida

tência médico-sanitária em geral. Funcionam na cidade os seguintes estabelecimentos de saúde: Hospital Santa Terezinha, Hospital Santa Maria e 1 pôsto de higiene; três farmácias.

ENSINO — Contavam-se 8 unidades do ensino primário fundamental comum, em funcionamento no município em 1956, com matrícula de 552 alunos. Na cidade há 1 ginásio municipal.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — A sede municipal dispõe de um cinema com 73 lugares.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1953......	450	600	1 800	550	1 800
1954......	550	750	2 000	600	2 000
1955......	600	800	2 200	700	2 200
1956.....	700	500	2 900	900	2 900

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Realizam-se, todos os anos, no dia 11 de maio, imponentes festejos em comemoração à data de fundação da cidade, constando o programa de: Missa Solene, desfile de estudantes, encerrando-se com grandioso baile no Clube Social.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO – O topônimo "Lupionópolis" representa uma homenagem dos fundadores do município ao então Governador do Estado, Sr. Moysés Lupion. As pessoas nascidas no município são lupionopolenses.

É distrito judiciário subordinado à comarca vizinha de Jaguapitã. Na sede existe um Juiz de Paz e um escrivão do Registro Civil e Anexos.

Seu Prefeito é o Sr. Ewando S. Pinto. São vereadores: Gualtiero Cini, Silas Duque Estrada, Armando Brugiato, José F. Marques, Artur S. Costa Sobrinho, Azor de C. Alves, João M. Falcão, Ibraim Abud Netto e Amadeu Alves da Silva.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Paraná.

MALLET — PR

Mapa Municipal no 11.º Vol.

HISTÓRICO — Quase todos os municípios localizados na região Sul do Paraná tiveram seu início nos trabalhos de penetração das bandeiras organizadas em Curitiba, municípios adjacentes e Guarapuava, depois do descobrimento dos campos de Palmas, pelo intrépido expedicionário curitibano Pedro de Siqueira Côrtes, que foi o conquistador da antiga zona dos campos dos Biturunas.

A conquista da região, que não foi obra de apenas um homem, durou muitos anos de trabalho persistente, árduo e descontinuado, até que fôsse possível o estabelecimento de civilizados, após a subjugação e domínio dos povos aborígines que até os primeiros albores do século XIX foram os únicos soberanos e absolutos donatários da terra.

A fundação de Palmas nas êrmas e longínquas paragens do sul da província foi o primeiro baluarte de uma nova civilização plantada pelos bandeirantes curitibanos que, com Zacarias Dias Côrtes, Pedro de Siqueira Côrtes e muitos outros, partiram de Guarapuava, cruzaram o sertão do Iguaçu e se estabeleceram na terra habitada pelo gentio.

Em 1884, quando, por iniciativa do Govêrno Imperial, já haviam sido iniciados os primeiros trabalhos de formação de núcleos coloniais estrangeiros, um grupo de bandeirantes organizou uma expedição que, de Campo Largo da Piedade (hoje Campo Largo), demandou ao sertão, rumo à região, onde hoje se localiza o município de Mallet. A expedição em aprêço não se revestiu do aparato das bandeiras do século XVII, mas era uma espécie de caravana, integrada por algumas famílias, que tinham em mente fundar uma povoação nas terras férteis e ubérrimas do sul da província. Tendo partido de Campo Largo da Piedade em meados de 1884, a caravana recebeu refôrço de outras famílias ao passar em Palmeira, tôdas de lavradores procedentes da localidade de Itaiacoca, município de Ponta Grossa, formando assim uma bandeira composta de quinze famílias, que marchou para a zona meridional, penetrando no sertão ignoto e bravio.

Dos chefes dessas famílias são conhecidos apenas três nomes: Frederico Carlos Franco de Souza, João Teixeira de Lima e Antonio Rodrigues de Lima.

Enfrentando tôda sorte de perigos e imprevistos, a bandeira, que trazia no sangue a bravura e a intrepidez dos

Prefeitura Municipal

Instituto "Divina Providência"

seus antepassados, enveredou pelo sertão adentro, ora abrindo picadas, ora seguindo por antigos caminhos de tropas; vadeando rios e superando óbices de tôda natureza, para, dois meses depois, atingir a região localizada à margem esquerda de um rio, onde fundou um pequeno povoado, com moradias provisórias, e lhe deu a denominação de Rio Claro, em virtude da limpidez das águas do rio que banha aquelas paragens.

As quinze famílias que realizaram tal empreendimento tinham por objetivo dedicar-se à agricultura e à pecuária.

Decorridos seis anos do estabelecimento dêsses pioneiros em Rio Claro, isto é, em 1890, aportou à região a primeira leva de imigrantes europeus, vindos diretamente da Polônia, aos quais o Govêrno Imperial vendeu vários lotes coloniais de 10 alqueires de terra, a longo prazo, concedendo-lhes sustento por dois meses, seguindo, assim, a política adotada para a formação de outros núcleos coloniais estrangeiros no Paraná.

Oriundos de países dominados pela Áustria, nova leva de colonos europeus, desta vez ucranianos, chegava à localidade, no ano de 1895.

Tendo em vista o progresso e desenvolvimento da região, que se processava, com ampla expansão para as localidades circunjacentes, a índole católica dos povoadores fêz erigir uma capela em louvor à Nossa Senhora do Rosário, e, nas proximidades dela, também em Rio Claro, um cemitério.

Alguns anos mais tarde, à vista do considerável aumento de fiéis, no mesmo local da capela, foi construída a Matriz de Nossa Senhora do Rosário. Por essa época já haviam sido erigidos nas proximidades do povoado um Clube recreativo polonês, um brasileiro e um ucraniano, quatro escolas e mais três capelas da religião católica apostólica romana.

Com a construção da capela de São Pedro, à margem direita do rio Xarqueada, formou-se em seu derredor um pequeno povoado, que tomou a denominação de São Pedro, em homenagem ao seu padroeiro.

Em 1903 os trilhos da Estrada de Ferro São Paulo—Rio Grande (atual Rêde de Viação Paraná—Santa Catarina) atingiram a povoação, sendo então inaugurada a respectiva Estação Ferroviária, que recebeu o nome de Estação Marechal Mallet, em homenagem ao engenheiro-militar Marechal João Nepomuceno de Medeiros Mallet, natural de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul. Formou-se, desta forma um povoado a que se deu o nome aglutinado de São Pedro de Mallet. Para êsse povoado afluiu a maior parte dos moradores das redondezas, e, de lugares mais distantes chegaram várias famílias, formando, assim, uma pequena povoação, que não tardou a ser elevada à categoria de distrito administrativo do município de São João do Triunfo.

Novo contingente de imigrantes chegou à localidade em 1909. Fundou-se, então, a colônia de Vera Guarani, em terras próximas à colônia Rio Claro, que foi povoada com 825 famílias polonesas, russas e nacionais. Com a disseminação dêsses colonos, surgiram outros núcleos coloniais, entre os quais Santa Ana, Eufrosina e Fluviópolis.

O impulso dado ao progresso da região com a execução dessa medida foi verdadeiramente notável, tanto assim que, três anos depois, o distrito de São Pedro de Mallet era elevado à categoria de município autônomo, desmembrado do de São Mateus do Sul, a cujo território já pertencia nessa época.

O município foi criado pela Lei estadual n.º 1 189, de 15 de abril de 1912, abrangendo os distritos da sede e de Rio Claro. A instalação da nova comuna e posse das respectivas autoridades se verificou no dia 21 de setembro do mesmo ano.

Em 26 de março de 1921 foi criado o distrito administrativo de Paulo Frontin, e, em 1938, o distrito de Dorizon.

A Lei estadual n.º 2 645, de 1.º de abril de 1929, deu oficialmente a denominação e grafia de *Mallet* ao município oriundo do antigo povoado fundado pelos bandeirantes de Campo Largo, em 1884.

Decorrente da Lei estadual n.º 790, de 14 de novembro de 1951, o município foi desmembrado, para ser criado o município de Paulo Frontin, compreendendo o território do distrito do mesmo nome que, por êsse ato, foi elevado à categoria de município.

Em 22 de novembro de 1892 foi criado o distrito judiciário de Rio Claro (atual Rio Claro do Sul), por ato do então município de São João do Triunfo, do qual fazia parte, uma vez que o município de São Mateus foi criado em 1908, desmembrado do de São João do Triunfo.

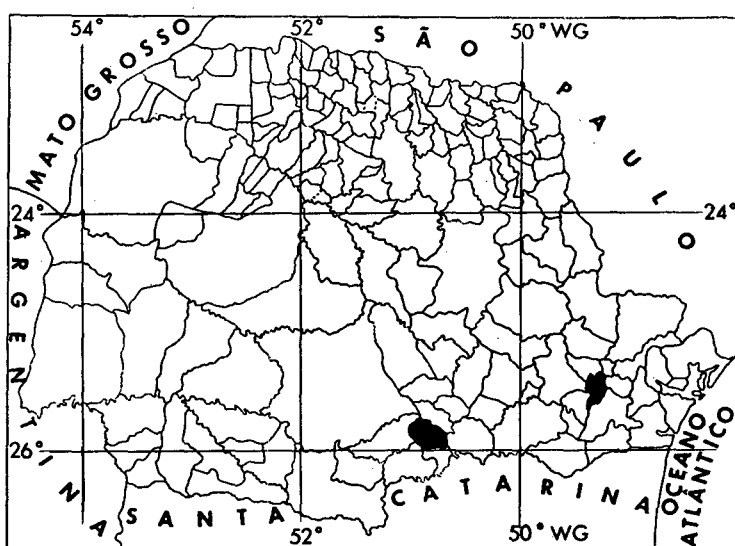
O distrito judiciário de São Pedro de Mallet (hoje Mallet), da comarca de São Mateus, foi criado em 17 de dezembro de 1908, sendo elevado a têrmo judiciário em 24 de março de 1923, pela Lei n.º 2 193, dessa data, fazendo parte da comarca de União da Vitória.

Grupo Escolar Municipal

Pelo Decreto-lei n.º 199, de 30 de dezembro de 1943, foi criada a comarca de Mallet, com os distritos judiciários de Mallet (sede), Rio Claro do Sul, Dorizon e Paulo Frontin.

Anteriormente, pela Lei n.º 5 907, de 9 de dezembro de 1937, o têrmo de Mallet tinha sido elevado à categoria de comarca, tendo, todavia, duração efêmera. O distrito judiciário de Dorizon foi criado em 1938, enquanto que, anteriormente, pela Lei n.º 2 040, de 26 de março de 1921, foi criado o distrito judiciário de Paulo Frontin.

LOCALIZAÇÃO — A sede municipal de Mallet localiza-se na posição determinada pelas coordenadas geográficas: .... 25º 53' 02" de latitude Sul e 50º 49' 32" de longitude W.Gr.

Mallet situa-se na Zona Fisiográfica de Irati. Limita ao norte com o município de Rio Azul; ao sul, com os municípios de União da Vitória e Paulo Frontin; a oeste, com o município de Cruz Machado; e a leste, com o de São Mateus do Sul.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede do município encontra-se a uma altitude de 835,5 metros.

CLIMA — O clima dominante em todo o território municipal é bom, sêco e saudável. Bastante frio no inverno e fresco e agradável no verão. Há nos meses de maio a agôsto incidência de frios rigorosos com geadas freqüentes. As temperaturas médias observadas no ano de 1957 foram de 31ºC para as máximas, 8ºC para as mínimas e 19ºC a compensada.

ÁREA — O município de Mallet compreende uma área de 711 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Dentre os acidentes geográficos do município destacam-se os rios Claro e Braço do Potinga, não navegáveis; as serras da Esperança e do Tigre, com a altitude de 1 200 e 800 m, respectivamente; as quedas dágua Usina, Susko, dos Vieiras e do Buczek; as cavernas do Morro Chato e do Vicinal Onze.

RIQUEZAS NATURAIS — A principal riqueza natural do município é a erva-mate.

POPULAÇÃO — Através dos resultados do Censo Demográfico realizado em 1950, contava o município 10 815 habitantes, sendo 5 323 homens e 5 492 mulheres. De 19 habitantes por quilômetro quadrado era a densidade demográfica; 79% da população estavam localizadas na zona rural.

Igreja-Matriz Municipal

Aglomerações urbanas — Conta o município com três aglomerados urbanos: cidade de Mallet e vilas de Dorizon e Rio Claro do Sul.

Segundo os resultados censitários de 1950, a cidade de Mallet possuía a população urbana de 1 477 habitantes, sendo 701 homens e 776 mulheres, assim distribuídos: *quadro urbano* — 990 habitantes, 463 homens e 527 mulheres, *quadro suburbano* — 487, sendo 238 homens e 249 mulheres .

As vilas de Dorizon e de Rio Claro do Sul possuíam 502 e 506 habitantes, respectivamente. A população atual da cidade é estimada em 1 720 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Na agricultura se fundamenta a principal atividade econômica do município. Das culturas agrícolas ali existentes destacam-se, pelos valores representados na pauta econômica: milho — ...... Cr$ 31 920 000,00; feijão — Cr$ 14 535 000,00; arroz — Cr$ 7 500 000,00; trigo — Cr$ 22 770 000,00; batata-inglêsa — Cr$ 2 625 000,00; centeio — Cr$ 2 580 000,00.

A indústria conta 72 estabelecimentos, dos quais 12 ocupam 5 ou mais operários. Age perferencialmente nos ramos "madeireiro", "ervateiro", "cerâmica", "águas minerais", "produtos alimentares" e "fábrica de palhões".

Na população pecuária predomina o rebanho suíno, servindo ao consumo interno do munciípio.

Em 1956 a exportação do município apresentou o valor de Cr$ 8 995 758,00.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem em Mallet 21 estabelecimentos comerciais varejistas, 2 atacadistas, e 1 agência bancária. O município mantém transações mercantis com as praças de União da Vitória, Ponta Grossa, Curitiba e São Paulo, para onde destina seus produtos agrícolas e industriais e onde adquire aquêles de que necessita para o seu consumo interno.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido de transporte rodoviário e ferroviário (R.V.P.S.C.).

Liga-se aos municípios vizinhos de: Rio Azul — 27 km (ferrovia) e 22 km (rodovia); Paulo Frontin — 22 km (ferrovia) e 23 km (rodovia); União da Vitória — 82 km (ferrovia) e 65 km (rodovia); São Mateus do

Hospital e Maternidade São Pedro

Sul — 48 km (rodovia); Cruz Machado — 90 km (rodovia); à Capital Estadual — 359 km (ferrovia) e 246 km (rodovia); à Capital Federal — 1 341 km (ferrovia) e 1 281 km (rodovia)

Na cidade funcionam os serviços telegráficos da agência da R.V.P.S.C. e da Agência do D.C.T., esta dotada de um telefone interurbano. Há 1 estação radioemissora.

ASPECTOS URBANOS — A cidade possui, atualmente, cêrca de 1 720 habitantes. Conta 430 edificações das quais 356 se destinam a fins residenciais. É servida de energia elétrica para iluminação pública e particular, esta com 286 ligações domiciliares. Existem 23 logradouros públicos: 2 avenidas, 18 ruas, 1 praça e 2 travessas. No ano de 1956, foram registrados, na Prefeitura Municipal, 63 veículos motorizados: 28 automóveis e 35 caminhões. Há no município 3 hotéis e 1 pensão.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária e em geral é prestada à população do município por intermédio de 2 médicos, 3 dentistas e 1 farmacêutico, residentes na cidade, onde estão localizados, ainda, os seguintes estabelecimentos: Hospital e Maternidade São Pedro, Hospital São José, 1 Pôsto de Puericultura e 1 de Higiene, além de 1 farmácia.

COOPERATIVISMO — Existem na sede municipal, em funcionamento, a Cooperativa dos Produtores de Mate Concórdia Lt.da, fundada em 1944, congregando os produtores de erva-mate, num total de 829, e a Cooperativa Mista Colonial Agromalletense Ltda., fundada em 1949 com 54 associados, dedicando-se ao comércio (compra, venda e consumo) de produtos agropecuários.

ALFABETIZAÇÃO — Elevava-se a 15 380, segundo o Censo de 1950, o número de pessoas de 5 anos e mais, encontradas no município. Dêsse total, 10 295 sabiam ler e escrever, sendo 5 619 homens e 4 676 mulheres. Na sede municipal, era de 1 284 o número de pessoas nas mesmas condições, sendo que 1 069 (511 homens e 558 mulheres) sabiam ler e escrever.

Ensino — O ensino primário fundamental comum foi ministrado por 33 unidades escolares no município, em 1956, a um total de 742 alunos. Existem na cidade 2 estabelecimentos de ensino extraprimário, 1 escola normal e 1 ginásio, denominado "Nicolau Copérnico".

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Uma associação esportivo-cultural, com 96 associados. Existe na cidade o Cine São Pedro, com 238 lugares. Edita-se no município, sob a responsabilidade do Ginásio "Nicolau Copérnico", o jornal estudantil "A Voz do Estudante", de periodicidade mensal. O município dispõe de uma estação radioemissora, ZYO-6, Rádio Malletense Ltda., transmitindo na freqüência de 1 600 kc. Há 2 bibliotecas, uma municipal, de obras gerais, com 1 250 volumes, e outra pertencente ao Ginásio "Nicolau Copérnico", com 190 volumes".

FINANÇAS PÚBLICAS

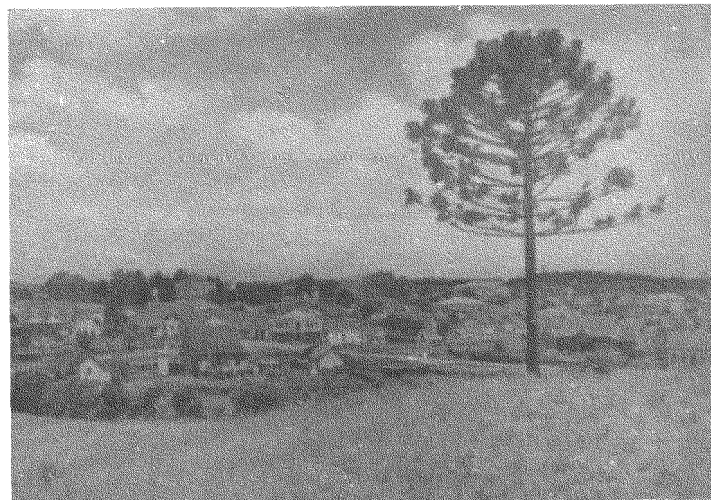
ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950......	496	1 445	739	445	2 037
1951......	653	1 048	826	432	2 003
1952......	591	1 118	907	485	2 632
1953......	610	1 402	1 191	379	2 730
1954......	705	1 397	953	379	3 509
1955......	868	1 685	1 431	411	3 740
1956......	1 510	1 984	1 433	451	4 064

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — O povo do município tem São Pedro como padroeiro, cuja festa, a 29 de junho, se reveste do maior brilhantismo e demonstração de fé. É muito concorrida, inclusive por pessoas de outros municípios vizinhos. Além desta manifestação popular, registram-se mais as seguintes: festas do Sagrado Coração de Jesus, a 2 de fevereiro; de Nossa Senhora do Rosário, a 3 de outubro, além daquelas de data móvel, como a Páscoa e outras.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O nome adotado pelo município representa uma homenagem ao Engenheiro Militar, Marechal João Nepomuceno de Medeiros Mallet, que orientava os trabalhos da ferrovia São Paulo —Rio Grande (hoje R.V.P.S.C.) quando da inauguração da estação ferroviária local, que na época chamou-se "Marechal Mallet", usando-se hoje apenas o nome "Mallet"

Seus habitantes são Malletenses.

Há no município vestígios de "petróleo" estando perto da cidade, em funcionamento, uma sonda da "Petrobrás".

Mallet é sede de comarca de 1.ª entrância, compreendendo os distritos de : Mallet, Dorizon, Rio Claro do Sul (distritos administrativos); Paulo Frontin e Vera Guarani (município de Paulo Frontin).

Vista panorâmica da região

Na cidade funcionam os cartórios do Cível, do Crime, de Imóveis, do Registro Civil e Anexos e tabelionato. Em cada distrito existe um Juiz de Paz e 1 Cartório do Registro Civil e Anexos.

O Prefeito Municipal é o Sr. Odilon de Barros Camargo.

O Legislativo possui 9 vereadores em exercício, a saber: Norberto Lapaginski, Julio Wronski Sobrinho, Henrique E. Trzas Kowski, Julio Bilek, Miguel Kurzyolowski, João Janeczko, Elias Choma, Orlando Carvalho e Waldomiro Schelliga.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

MANDAGUAÇU — PR

Mapa Municipal no 12.° Vol.

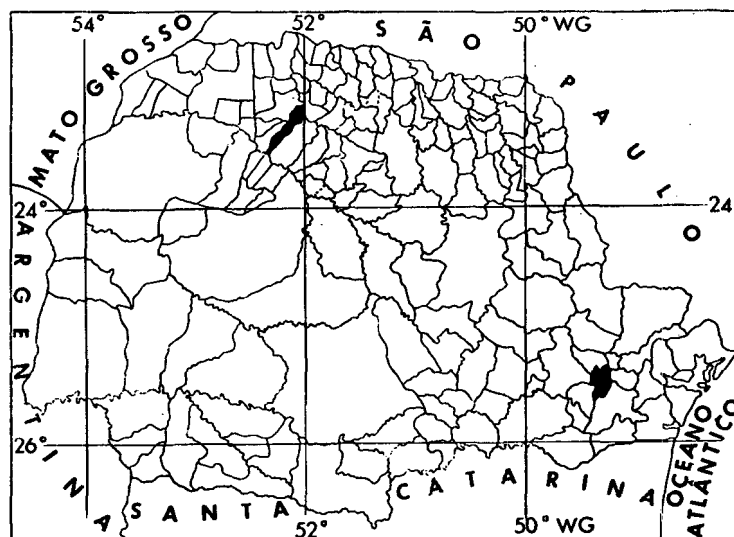
HISTÓRICO — Como quase tôdas as cidades fundadas na região geoeconômica do Norte do Paraná, Mandaguaçu é o resultado da obra realizada pela emprêsa imobiliária conhecida pela denominação de Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Proprietária de grandes tratos de terras no setentrião paranaense, a aludida Companhia imobiliária planejou e levou a efeito extraordinária obra de colonização na parte setentrional paranaense, nela se incluindo a atual cidade de Mandaguaçu. Êsse trabalho teve início em 1944, quando ali chegaram os primeiros moradores: Tito Rodrigues, Durvalino de Matos Medrado, João Angelin, José Braz e Santo Lonardoni. Suas propriedades foram construídas em terrenos adquiridos, anteriormente, da .... C.M.N.P., e com a sua chegada à localidade iniciaram-se os trabalhos de fundação do patrimônio, que se transformou, logo depois, em florescente e progressista povoação. Durvalino de Matos Medrado foi o primeiro comerciante de Mandaguaçu; apesar de pobre e das dificuldades enfrentadas, prestou bons serviços à povoação, contribuindo de maneira eficiente para o seu crescimento e evolução. Outros vieram, atraídos pela fertilidade da terra. Não tardou a dominar a lavoura do café. Abriram-se estradas, ampliando-se, dêsse modo, os meios de comunicações e transportes. Como conseqüência disto, o patrimônio se transformou num pujante núcleo de riqueza da região norte-paranaense.

Prefeitura Municipal

Av. Munhoz da Rocha

Entre os primitivos nomes dados à localidade destacam-se os de Vila Guaíra e Governador Lupion; mas, ao receber os foros de cidade, já era conhecida pela denominação atual de Mandaguaçu.

Pela Lei estadual n.° 790, de 14 de novembro de 1951, o patrimônio de Mandaguaçu foi elevado à categoria de município e instalado em dezembro do ano seguinte.

LOCALIZAÇÃO — As coordenadas geográficas de 23° 21' de latitude Sul e 52° 5' de longitude W.Gr. determinam a posição geográfica da sede municipal de Mandaguaçu. Situa-se o município na Zona Fisiográfica de Ivaí, limitando-se ao norte com Nova Esperança, ao sul com Maringá, a oeste com Nova Esperança e São Jorge e a leste com Iguaçu e Maringá.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede do município encontra-se a uma altitude de 580 metros.

CLIMA — Mandaguaçu possui clima quente. As temperaturas registradas, no ano de 1956, foram: 32°C para a média das máximas, 23°C para a das mínimas e 27,5°C para a da compensada.

ÁREA — Compreende o município uma área de 376 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — O atual município de Mandaguaçu, por ocasião do Recenseamento Geral de 1950, fazia parte do quadro rural do município de Mandaguari. Criado em

Igreja-Matr z Municipal

1951, já em 1954 foi desmembrado para a formação do atual município de São Jorge.

Aglomeração urbana — A cidade de Mandaguaçu é a única aglomeração urbana existente no município. A sua população atual acha-se estimada em 4 300 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Mandaguaçu é um município onde a agricultura predomina sôbre as demais atividades econômicas, constituindo, por isso, a base de sua economia. Das principais culturas agrícolas existentes em seu território, a do café é a maior, seguida da de cereais em geral. Em 1956, a produção agrícola do município valeu: café — Cr$ 168 000 000,00; feijão — Cr$ 8 000 000,00; arroz — Cr$ 525 000,00; amendoim — .... Cr$ 240 000,00; milho — Cr$ 150 000,00. Em menor escala — o trigo, o tomate, a mandioca e a batatinha. Na produção de frutas destacaram-se a banana — .... Cr$ 520 000,00, e a uva — Cr$ 320 000,00.

A indústria conta com 38 estabelecimentos, dos quais 5 ocupam 5 ou mais operários, sendo os principais ramos o "madeireiro", e o de "produtos alimentares". A exportação interestadual do município no ano de 1956 alcançou a cifra de Cr$ 9 610 289,00.

COMÉRCIO E BANCOS — Funcionam no município 17 estabelecimentos comerciais varejistas, 3 atacadistas e 6 agências bancárias. Mantém a comuna transação comercial com as praças de Nova Esperança, Londrina e Maringá, no Paraná, e com a capital do Estado de São Paulo, onde vende seus produtos agrícolas e adquire aquêles de que necessita para seu consumo interno.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Mandaguaçu liga-se por estradas de rodagem aos municípios vizinhos da região, através das seguintes distâncias: Maringá — 18 km; Nova Esperança — 24 km; São Jorge — 32 km; Iguaraçu — 47 km; à capital do Estado — 440 quilômetros; à capital Federal — 1 000 km.

Na cidade funciona um Pôsto de Correio do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Mandaguaçu conta cêrca de 4 300 habitantes, 870 edificações urbanas, das quais 844 servindo para fins residenciais. Possui rêde de telefones automáticos com 110 aparelhos instalados; energia elétrica para fôrça motriz e iluminação pública e particular. Há, na sede, 3 hotéis, 3 pensões, existindo 26 logradouros públicos, sendo duas avenidas, 20 ruas, 3 travessas e uma praça. Foram registrados na Prefeitura 12 automóveis e 34 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária e em geral, no município, é prestada por 6 médicos, 6 dentistas e 5 farmacêuticos. Na cidade funcionam os seguintes estabelecimentos de saúde: Hospital e Maternidade São Lourenço, Hospital e Maternidade Doutor Sá, Hospital e Maternidade São Paulo e Hospital Allan Kardec. Funcionam na sede municipal 5 farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — O Hospital Allan Kardec, mantido pelo Centro Espírita de Lupionópolis, presta inestimáveis serviços de assistência social à população do município, serviços êstes inteiramente gratuitos.

ENSINO — Em 1956, funcionaram no município 17 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, com a matrícula de 1 766 alunos, existindo, na cidade, 2 estabelecimentos de ensino extraprimário: 1 ginásio municipal e uma escola normal regional.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Funcionam no município o Cine Teatro Brasil, com 572 lugares, e o Cine Bandeirantes, com 30 bancos de madeira, ou aproximadamente 180 lugares, na vila do Orizona.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1952......	—	1 424	—	—	—
1953......	—	5 116	2 690	2 063	2 452
1954......	—	4 987	3 181	2 135	5 045
1955......	—	7 479	3 634	3 010	2 850
1956......	3 106	6 786	4 366	3 740	5 135

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — São de caráter religioso tôdas as manifestações populares realizadas no município. Assim, comemora-se com muita pompa a festa de São Sebastião (padroeiro local) a 20 de janeiro, o dia 31 de maio, data de encerramento do mês mariano, 8 de agôsto, dia de Nossa Senhora Aparecida, e 25 de dezembro, dia de Natal. Também se festeja o dia 14 de dezembro, data natalícia da criação do município — feriado municipal.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O topônimo Mandaguaçu é de origem guarani e pode ser assim decom-

Agência do Banco Moreira Sales S.A.

posto: manda (pomba) + guaçu (grande) = pomba grande. Quem nasce e reside no município é chamado mandaguaçuense. É distrito judiciário subordinado à comarca de Maringá. Na sede existe um Juiz de Paz e um Cartório do Registro Civil e Anexos. O Prefeito Municipal é o Senhor João Fracasso Filho. São Vereadores os Senhores Antônio Castanhar, Benedito Biazzi, Antônio Sabaine, Bomiciano Falheiros Pádua, Dimas da Silva Rocha, Arlindo Pedrolli, Domingos Lançoni, Dr. Paulo O. M. Bittencourt e Antônio Goes Filho.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

MANDAGUARI — PR

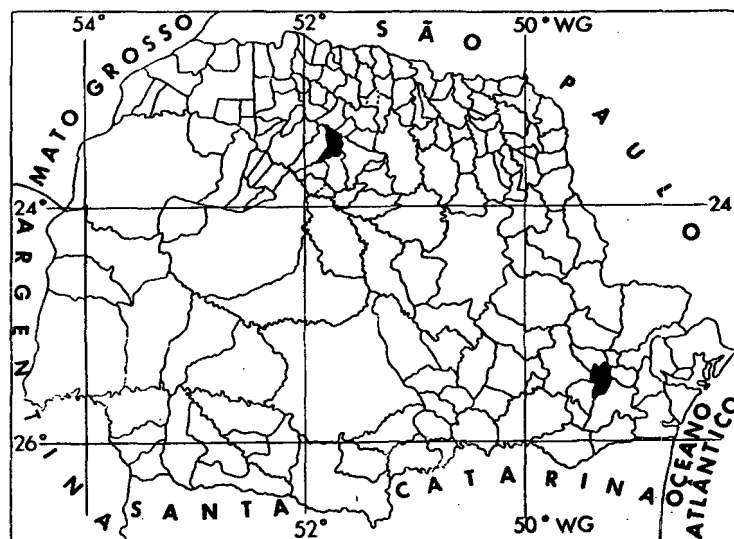
Mapa Municipal no 12.º Vol.

HISTÓRICO — A obra colonizadora da Companhia de Terras Norte do Paraná, iniciada em 1934, com a fundação da cidade de Londrina, em terras adquiridas do Govêrno do Estado, teve prosseguimento imediato, com a formação de novos e numerosos patrimônios nos mais diferentes pontos da região norte do Paraná. Os patrimônios idealizados pela referida Emprêsa imobiliária eram núcleos populacionais, com a demarcação *a priori* dos perímetros urbano e rural, bem como medição e loteamento da área destinada às lavouras, principalmente do café. Isso porque o comêço da colonização do norte do Paraná coincide com o lançamento do ciclo do café responsável pelo fausto do Paraná nos últimos vinte anos.

Logo após o lançamento dos patrimônios de Londrina e outros, que foram coroados de pleno êxito, no dia 6 de março de 1937 iniciativa-se, no espigão divisor das águas dos rios Tibagi e Ivaí, no prolongamento da estrada de rodagem que de Londrina atingia Campo Mourão, a noroeste do Paraná, um novo patrimônio, o de Vitória. Algum tempo depois, denominou-se Patrimônio Lovat, em homenagem ao fundador da Companhia de Terras Norte do Paraná, Lord Lovat. Quando da verificação e aprovação da toponímia das cidades brasileiras, êsse nome foi mudado para Mandaguari, que conserva até hoje. As primeiras famílias que se estabeleceram no patrimônio de Mandaguari, em 1937, foram as seguintes: Mattos, Figueiredo, Camacho, Munhoz, Guimarães, Retruci, Guedes, Coelho, Silvestre, Falkowiski, numerosas famílias alemãs que vieram diretamente da Alemanha, estabelecendo-se às margens do ribeiro Keller; as famílias de portuguêses Vinagre e Loureiro, e mais as famílias de Manoel dos Santos, Andrino Martins, Atílio Manerva, Custódio Ferreira da Rocha e José Táccola. Êstes foram os pioneiros do progresso e da evolução de Mandaguari, no desbravamento da região, cultura da terra, implantação do progresso e formação de uma moderna civilização. O apoio e colaboração eficientes dos fundadores da futura comunidade também não faltou aos trabalhos e atividades dos primeiros moradores, o que lhes permitiu rápida expansão em todos os setores de atividade humana.

Pelo Decreto-lei estadual n.º 199, de 30 de dezembro de 1943, o patrimônio de Mandaguari era elevado à categoria de distrito administrativo do município de Apucarana. O progresso que acompanhou a localidade desde a sua fundação firmou-se em ritmo acelerado, de maneira que três anos depois, pela Lei estadual n.º 2, de 10 de outubro de 1947, Mandaguari passava de distrito a município, contando então com grande número de habitantes, quer na sede municipal, quer na zona rural, onde a cultura do café se desenvolvia de forma extraordinária. O primeiro Prefeito Municipal, empossado na ocasião da instalação do município, foi o Sr. Décio Medeiros Pulim.

A partir de 1951 começava o desdobramento da área municipal em diversas outras comunidades. Até 1955 tinham saído do território de Mandaguari nada menos de dez unidades administrativas, fato que diz bem do vertiginoso progresso que acompanhou o município desde a sua fundação.

LOCALIZAÇÃO — O município acha-se na Zona Fisiográfica do Ivaí. A sede municipal tem como coordenadas geográficas 23º 31' de latitude Sul e 51º 41' de longitude Oeste de Greenwich. Limita-se ao norte com Sabáudia e Astorga, a oeste com Marialva, ao sul com Jandaia do Sul e a leste com Apucarana.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da cidade de Mandaguari é de 720 metros.

CLIMA — O município de Mandaguari, situado que se acha na Zona Fisiográfica do Ivaí, possui clima quente, bastante chuvoso no verão. A temperatura desce um pouco, tornando-se agradável no inverno.

ÁREA — O município tem a área de 344 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O curso d'água mais importante é o rio Pirapó, que faz a divisa com Astorga e Sabáudia. Outros de menor extensão: ribeiros dos Dourados, Keller, Cambuí, Rochedo e Alegre.

POPULAÇÃO — Pelo Recenseamento Geral de 1950, contava o município 16 153 habitantes, sendo 8 399 homens e 7 754 mulheres. A densidade demográfica era de 64 habitantes por quilômetro quadrado, achando-se 60% da população localizados na zona rural.

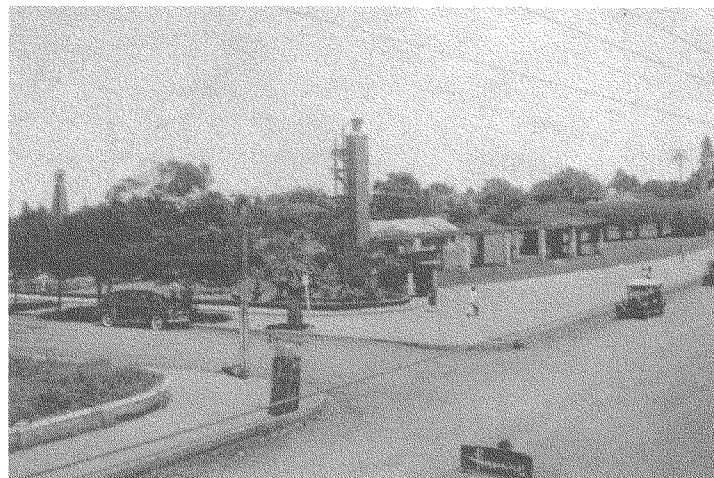
Aglomeração urbana — A cidade de Mandaguari é a única aglomeração urbana existente no município. Contava, na ocasião do Censo de 1950, uma população urbana de 6 387 habitantes, sendo 3 243 homens e 3 144 mulheres, e assim distribuída: *quadro urbano* — 5 324 (2 699 homens e 2 625 mulheres); *quadro suburbano* — 1 063 (544 do sexo masculino e 519 do feminino). Estima-se a população atual da cidade em 11 500 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura constitui a principal atividade do município, nela se sobressaindo o cultivo do café e o de cereais. A produção agrícola prevista para 1956 era: café — Cr$ 270 000 000,00; feijão — .... Cr$ 15 000 000,00; arroz — Cr$ 7 560 000,00; milho — Cr$ 4 500 000,00. Em menor escala o amendoim, a cana-de-açúcar, o trigo, o alho e a hortelã-pimenta. A indústria conta com 43 estabelecimentos, dos quais 5 operam com 5 ou mais operários; age preferencialmente nos ramos "madeireiro" e de "produtos alimentares". A principal madeira da região é a peroba.

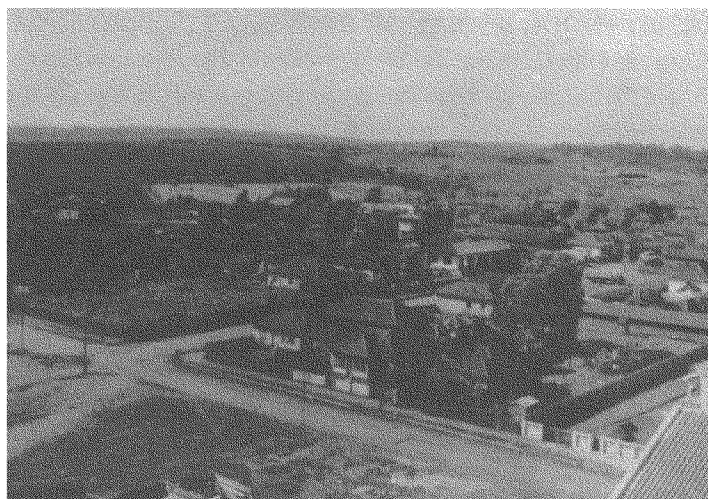
A pecuária atende apenas ao consumo interno, sendo pouco desenvolvida. Das pessoas ativas do município, 41% concentravam-se no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura".

O total da exportação (interestadual) em 1956 atingiu a cifra de Cr$ 68 155 286,00.

COMÉRCIO E BANCOS — Há em Mandaguari um movimento comercial bem acentuado, através de seus 48 estabelecimentos varejistas e 5 atacadistas. Ali encontram-se funcionando 12 agências bancárias e uma agência da Caixa Econômica Federal. Mantém intercâmbio de produtos agrícolas e mercadorias em geral com as praças de Londrina e Curitiba, no Paraná; São Paulo, no Estado do mesmo nome.

Vista parcial da Avenida Amazonas

Vista da Praça Independência

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — É bem servido o município no setor dos transportes e comunicações, através de estradas de rodagem, ferrovia .... (R.V.P.S.C.) e emprêsas de transporte aéreo (VASP, REAL). Perto da cidade localiza-se um aeroporto.

Liga-se Mandaguari aos municípios vizinhos de: Marialva — 10 km; Astorga — 25 km; Arapongas — 17 km; Apucarana — 10 km; Jandaia do Sul — 5 km; à capital do Estado — 630 km (ferrovia) e 450 km (rodovia); à capital Federal — 1 150 km.

Vista parcial da cidade

Trens e ônibus diários fazem o transporte de passageiros e cargas para vários municípios do Estado. Na cidade funcionam os serviços telegráficos da agência postal do Departamento dos Correios e Telégrafos, da agência ferroviária da R.V.P.S.C. e das emprêsas aéreas (rádio) que servem ao município.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Mandaguari possui cêrca de 11 500 habitantes. Conta com mais de 2 300 edificações, das quais 2 212 utilizadas para fins residenciais. É servida por serviços de telefones interurbanos e energia elétrica, para movimentação das indústrias, iluminação pública e particular, esta com 980 ligações. Existem 62 logradouros públicos, sendo 5 avenidas, 45 ruas, 5 travessas e 7 praças. No ano de 1956, foram registrados, na Prefeitura Municipal, 148 automóveis e 261 caminhões e camionetas. Seis hotéis e 14 pensões prestam os serviços de alimentação e de hospedagem na cidade.

Agência do Banco do Estado do Paraná S.A.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Prestam assistência médico-sanitária à população do município 13 médicos, 13 dentistas e 3 farmacêuticos. Seis casas de saúde, sendo 4 particulares: Hospital e Maternidade São Lucas, Hospital São Francisco, Hospital Santo Antônio e Casa de Saúde e Maternidade Mariana Brianez; e duas oficiais: 1 Pôsto de Puericultura e 1 Subposto de Higiene prestam assistência médica em geral à população. Existem 13 farmácias na sede municipal.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — O Pôsto de Puericultura, do Departamento Estadual da Criança, e o Subposto de Higiene, da Secretaria de Saúde do Estado, prestam, também, serviços de assistência social ao povo do município.

ALFABETIZAÇÃO — O Censo de 1950 constatou a existência de 82 268 pessoas de 5 anos e mais no município. Dêsse total, 34 934 sabiam ler e escrever, sendo 21 997 homens e 12 937 mulheres. Na sede municipal, das 5 226 pessoas de 5 anos e mais, 2 910 sabiam ler e escrever: 1 689 homens e 1 221 mulheres.

Ensino — O ensino primário fundamental comum foi ministrado no município, em 1956, a 2 739 alunos, através de 25 unidades escolares. Na cidade funciona um Ginásio Estadual com uma Escola Normal Secundária anexa.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Funciona na sede do município o Cine Ypiranga, com 980 lugares, que em 1956 realizou 458 espetáculos cinematográficos, com uma freqüência total de 137 900 pessoas. A cidade possui uma estação radioemissora, a Rádio Mandaguari, prefixo ZYS-26, transmitindo na freqüência de 1 530 quilociclos. A sede municipal conta ainda com 3 livrarias.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1952	—	—	11 982	8 495	9 060
1953	—	12 897	5 853	2 104	6 530
1954	—	13 027	10 219	2 671	8 559
1955	—	21 160	14 457	3 004	9 948
1956	4 357	19 969	8 521	3 404	10 836

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Tendo como padroeira Nossa Senhora Aparecida, é em sua honra que o município realiza a maior manifestação popular, promovendo vários festejos, no período de 1 a 8 de setembro.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A denominação local dos habitantes do município usada habitualmente é mandaguarienses. É ignorada a origem do topônimo, sabendo-se todavia ser proveniente do idioma indígena. Mandaguari é sede de comarca judiciária de 3.ª entrância, compondo-se apenas do distrito da sede. Na cidade funcionam os Cartórios do Cível, do Crime, de Imóveis, do Registro Civil e anexos. A comarca municipal é constituída de 9 vereadores, a saber: João Barandas, Danilto Rubio, Inácio José de Carvalho, João E. Ferreira, Mario Matos, Mario Deoceti, Dr. Rodrigo F. Nogueira, Luiz Primo Micani, Agenor Maroneze. É Prefeito Municipal o Senhor Dr. Élio Duarte Dias.

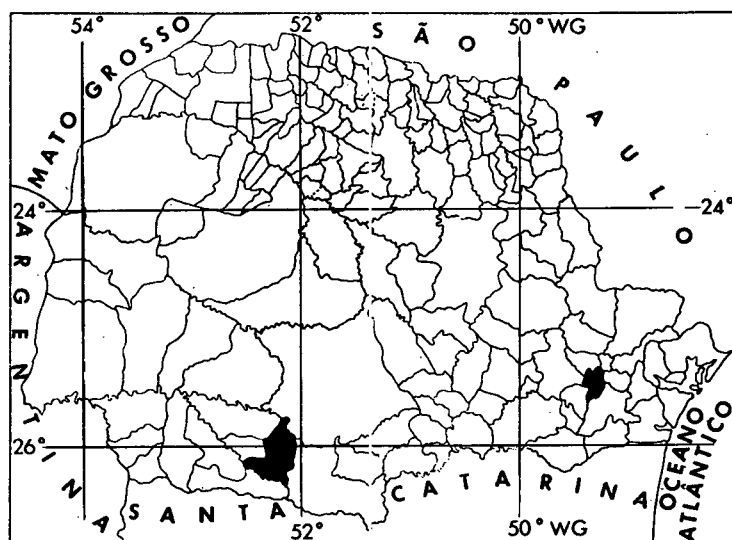
FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Paraná.

MANGUEIRINHA — PR

Mapa Municipal no 13.° Vol.

HISTÓRICO — É difícil estabelecer, com exatidão, a data em que se deram as primeiras penetrações, por civilizados, na região onde se encontra, atualmente, o território municipal de Mangueirinha. Situado na histórica região dos Campos de Palmas, acredita-se que as primeiras penetrações estejam ligadas ao descobrimento e conquista da região, com Zacarias Dias Côrtes, em 1720; e com Pedro de Siqueira Côrtes, em 1839.

O Ato de 20 de janeiro de 1887, época em que Mangueirinha constituía distrito judiciário e policial do município de Palmas, fixou-lhe as seguintes divisas: Da barra do lajeado Passo Fundo até as cabeceiras do mesmo, dêste ponto em direção às cabeceiras do arroio Estrêla, por êste abaixo até o rio Iguaçu, e por êste até a barra do lajeado Passo Fundo. Pela Lei estadual n.° 1 518, de 27 de março de 1915, as divisas foram alteradas da forma seguinte: Partindo da barra do arroio Rancho Grande, no rio Chopim, pelo mesmo arroio até a principal vertente; daí em diante, em linha reta, até a vertente mais próxima, deságua no arroio Butiá; por êste abaixo até a foz no rio Chopim e, por êste acima, até a barra do arroio Rancho Grande. A 13 de setembro de 1943, pelo Decreto-lei federal n.° 5 812, o distrito de Mangueirinha, então pertencente ao município de Clevelândia, passou a constituir parte do Território Federal do Iguaçu e, por Ato das Disposições Transitórias da Constituição vigente, voltou a pertencer ao Paraná, em virtude da extinção do Território. Pelo Decreto-lei estadual n.° 533, de 21 de novembro de 1946, foi criado o município de Mangueirinha, no Estado do Paraná, com sede na cidade do mesmo nome, dando-se a sua instalação oficial a 30 do mesmo mês e ano.

LOCALIZAÇÃO — As coordenadas geográficas de 25° 57' de latitude Sul e 52° 11' de longitude W.Gr. determinam a posição geográfica da sede municipal de Mangueirinha. Situa-se o município na Zona Fisiográfica de Iguaçu, limitando-se ao norte com os municípios de Chopinzinho e Guarapuava, ao sul com o município de Clevelândia, a oeste com os municípios de Coronel Vivida e Pato Branco e a leste com o município de Palmas.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede do município de Mangueirinha encontra-se a uma altitude de 620 metros.

CLIMA — Predomina no município o clima temperado. As temperaturas, no verão, não se elevam muito, sendo amenas e agradáveis; baixam, porém, no inverno, quando se observam geadas freqüentes. No ano de 1957, foram registradas as seguintes temperaturas médias: 28°C para as máximas, 14°C para as mínimas e 22°C para as compensadas.

ÁREA — Compreende o município uma área de 1 913 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os mais importantes acidentes geográficos de Mangueirinha são os rios Iguaçu e Chopim.

RIQUEZA NATURAL — A madeira é a principal riqueza natural do município.

POPULAÇÃO — Mangueirinha, por ocasião do Recenseamento Geral de 1950, era habitado por 22 396 pessoas, conforme discriminação a seguir *Segundo o sexo* — 11 461 homens e 10 935 mulheres; *segundo a nacionalidade* — 22 314 brasileiros natos, 34 brasileiros naturalizados e 48 estrangeiros; *segundo a côr* — 21 697 brancos, 486 pretos e 163 pardos; *segundo a religião* — 22 092 católicos apostólicos romanos, 245 protestantes, 17 espíritas, 24 de outras religiões, 4 sem religião e 14 sem religião declarada. Das 11 261 pessoas de 15 anos e mais, 3 208 declararam-se solteiras, 7 330 casadas, uma desquitada e 520 viúvas. Estavam localizados no quadro rural 97% da população, e a densidade demográfica correspondia a 6 habitantes por quilômetro quadrado. Em 1954, o município foi desmembrado para a formação de duas novas comunas: Chopinzinho (já distrito em 1950) e Coronel Vivida.

Aglomerações urbanas — Existem no município duas aglomerações urbanas: a cidade de Mangueirinha, com 362 habitantes (resultado do Censo de 1950), sendo 242 homens e 120 mulheres, e a vila de Covó.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A economia do município tem sua base assentada na agricultura, coadjuvada pela pecuária. As principais culturas agrícolas do município valeram, em 1956: feijão — Cr$ 25 295 250,00; trigo — Cr$ 1 865 500,00; arroz — Cr$ 1 837 500,00; amendoim — Cr$ 618 750,00; milho — Cr$ 9 742 500,00; batatinha — Cr$ 3 636 000,00. Em menor escala o centeio, a cevada, o fumo, a mandioca e a batata-doce.

Na pecuária predomina o rebanho bovino, em seguida vindo o suíno.

A indústria, em fase inicial, conta com 4 estabelecimentos industriais, dos quais um apenas ocupa 5 ou mais operários; age nos ramos: "madeireiro", "ervateiro" e de "produtos alimentares". Em 1956 a exportação do município atingiu a cifra de Cr$ 1 454 060,00.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem em Mangueirinha 5 estabelecimentos varejistas que representam o comércio local. Mantém intercâmbio comercial com as praças de Palmas, União da Vitória, Guarapuava, Ponta Grossa e Curitiba, ali se abastecendo o município dos gêneros e mercadorias de que necessita para seu consumo.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Dista dos seguintes municípios vizinhos: Chopinzinho — 48 km; Coronel Vivida — 60 km; Pato Branco — 122 km; Laranjeiras do Sul — 117 km; Guarapuava — 172 km; Palmas — 84 km; União da Vitória — 233 km; da capital do Estado — 47 km; da capital Federal — 1 493 km. Funciona no município uma agência Postal Telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Mangueirinha possui, aproximadamente, 800 habitantes, 160 edificações, das quais 52 servem para fins residenciais. Conta com 19 logradouros públicos, sendo uma avenida, 14 ruas, duas travessas e duas praças. Existe, na cidade, 1 hotel e uma pensão. O abastecimento de água canalizada se faz por uma rêde distribuidora de 320 metros que beneficia 15 prédios em 2 logradouros. Em 1957, foram registrados 1 automóvel e 7 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária e em geral é prestada à população do município através de dois estabelecimentos de saúde: 1 pôsto de higiene e 1 de puericultura.

ALFABETIZAÇÃO — O município, pelo Censo de 1950, contava um efetivo de 17 890 pessoas de 5 anos e mais. Dêsse total, 5 965 sabiam ler e escrever: 3 702 homens e 2 263 mulheres. Na sede municipal, das 202 pessoas de 5 anos e mais, 144 eram alfabetizadas (79 do sexo masculino e 65 do feminino).

Ensino — O ensino primário fundamental comum foi ministrado no município, em 1956, através de 27 unidades escolares, a um total de 655 alunos.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950......	—	391	526	162	445
1951......	—	898	549	132	530
1952......	—	852	985	251	971
1953......	—	593	1 088	327	1 055
1954......	—	449	1 232	365	1 370
1955......	—	695	1 972	496	2 087
1956 (1)...	—	1 280	1 391	326	(*) 1 534

(1) Orçamento. — (*) Real

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — O povo do município é profundamente católico. Comemoram-se as seguintes festas durante o ano: dia 8 de dezembro, dedicado a Nossa Senhora da Conceição, padroeira local; dia 24 de junho, consagrado a São João; dia 20 de janeiro, a São Sebastião, e, finalmente, as festas móveis correspondentes à Páscoa e ao dia do Divino Espírito Santo.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O topônimo Mangueirinha representa o diminutivo de mangueira (curral), lugar onde se recolhe o gado; nos primórdios do município, ali existia uma "mangueira" que, face ao seu exíguo tamanho, era chamada "mangueirinha". Daí, pois, a origem do nome que ficou até os nossos dias.

É distrito judiciário subordinado à comarca de Palmas, município limítrofe. Na sede existe um Juiz de Paz e um Cartório do Registro Civil e anexos. É Prefeito Municipal o Senhor Olímpio dos Santos Silva. A Câmara Municipal é composta de 9 Vereadores: Manoel C. da Silva, Francisco Pires Celestino, Osvaldino Mendes da Silva, José Ribas Dangu, Francisco F. dos Santos, Lúcio Fonseca Borba, João Linhares Serpa, Jocelin Tossulino e João Rodrigues.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

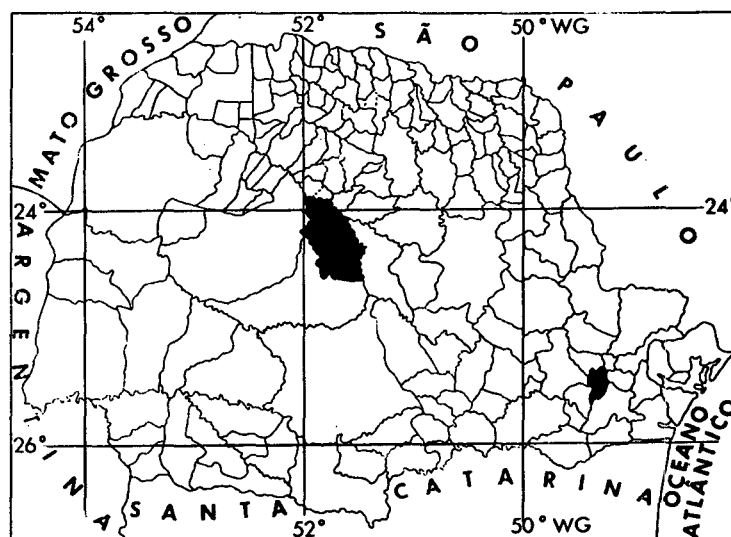
MANUEL RIBAS — PR

Mapa Municipal no 13.º Vol.

HISTÓRICO — Os primeiros moradores do atual município de Manuel Ribas chegaram à região, que antes formava o território do município de Pitanga, por volta do ano de 1847.

Descendo a serra da Pitanga, os irmãos Caillot e outros imigrantes franceses, que abandonaram o núcleo colonial fundado às margens do rio Ivaí pelo Dr. João Maurício Faivre, vieram estabelecer-se no lugar denominado Boa Ventura, em pleno sertão do noroeste paranaense. Ao mesmo tempo ali chegavam os brasileiros Elias do Nascimento e Manoel Martiniano de Freitas que se fixaram no lugar conhecido por Tigre. Do interior de São Paulo vieram os desbravadores e sertanistas Antônio Leonel Ferreira, João Luís Pereira e José Martins de Oliveira Melo, conhecido, também, pela alcunha de José Batista. Foram êsses os pioneiros do desbravamento, fundação e progresso do município de Pitanga, do qual surgiu, muitos anos mais tarde, o atual município de Manuel Ribas, por desmembramento do primeiro. Nessas condições, os primeiros trabalhos de conquista e posse da terra, as primeiras lutas travadas contra o aborígine, dono e senhor absoluto da terra, os primitivos núcleos civilizados e, finalmente, a fundação de cidades e o estabelecimento definitivo dos povos brancos, na região, foram realizados no território de Pitanga, cuja história é a própria história da comunidade recentemente criada nesse território, que é o município de Manuel Ribas, denominação dada em homenagem ao ex-Interventor Federal no Paraná.

Os primeiros povoadores que se estabeleceram no local onde surgiria a cidade de Manuel Ribas foram Fabrício Antônio Getúlio, Osório Francisco Meira, João Stanislau Psick e Vicente Cosntanski, os quais, prosseguindo a obra civilizadora dos seus antepassados, imprimiram notável impulso de progresso e desenvolvimento à localidade, o que determinou, pouco tempo depois, a sua elevação a município, desmembrado do de Pitanga. Não se sabe a data em que se deu a criação do distrito judiciário de Manuel Ribas, mas, ao ser elevado à categoria de município, pela Lei n.º 2 398, de 5 de julho de 1955, já possuía a localidade aquela categoria. Manuel Ribas foi instalado em dezembro de 1955, tendo sido empossado o primeiro Prefeito Municipal, Senhor Raul Messias, e instalada a Câmara de Vereadores.

LOCALIZAÇÃO — As coordenadas geográficas de 24º 32' de latitude Sul e 51º 43' de longitude W.Gr. determinam a localização da sede municipal de Manuel Ribas. Situa-se o município na Zona Fisiográfica do Ivaí, limitando-se ao norte com São Pedro do Ivaí e Borrazópolis, ao sul com o município de Pitanga, a oeste com o de Campo Mourão e a leste com os municípios de Faxinal e Cândido de Abreu.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — O distrito-sede encontra-se a uma altitude de 972 metros.

CLIMA — Possui o município clima temperado, sêco e saudável. As temperaturas médias observadas, no ano de 1957, foram de 23ºC para as máximas, 15ºC para as mínimas e 19ºC para a compensada.

ÁREA — Compreende Manuel Ribas uma área de 2 908 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município são os rios Ivaí e Corumbataí.

RIQUEZAS NATURAIS — A erva-mate e a madeira são as mais importantes riquezas naturais de Manuel Ribas.

POPULAÇÃO — A população do município por ocasião do Censo de 1950, então distrito do município de Pitanga, era de 17 087 habitantes, sendo 8 839 homens e 8 248 mulheres. Concentravam-se no quadro rural, 100% da população, sendo a sua densidade demográfica equivalente a 6 habitantes por quilômetro quadrado.

Aglomerações urbanas — São 3 as aglomerações urbanas existentes no município: a cidade de Manuel Ribas e as vilas da Ivaiporã e Guaritá.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A atividade predominante de maior significação econômica no município reside em sua agricultura moderna, em fase de franco desenvolvimento, seguida pela pecuária e indústria. Principais culturas: o café (500 mil pés novos), milho, feijão, arroz, centeio, batatinha, fumo e alho.

A pecuária, na sua quase totalidade formada por suínos, colabora eficientemente para a economia municipal. Em 1956 foram exportados Cr$ 4 692 784,00 daquele gado para alimentação. Seguem-lhe os rebanhos bovino, eqüino e caprino.

Funcionam no município cêrca de 21 estabelecimentos industriais, operando 6 com 5 ou mais operários. Explora a indústria os ramos: "madeireiro" e de "produtos alimentares". A exportação interestadual do município em 1956 somou Cr$ 5 805 637,00.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem em Manuel Ribas 9 estabelecimentos comerciais varejistas, mantendo os mesmos intercâmbio de produtos agrícolas e mercadorias com as praças de Pitanga, Apucarana, Ponta Grossa, Londrina, Curitiba e São Paulo (SP).

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município dispõe de boas rodovias que o ligam aos municípios de Cândido de Abreu — 26 km; Pitanga — 42 km; Campo Mourão — 140 km; Faxinal — 110 km; Jandaia do Sul — 94 km; à capital do Estado — 469 km.

Na sede existe um pequeno campo de pouso, estando em fase de construção um aeroporto para aviões comerciais e táxis-aéreos.

ASPECTOS URBANOS — Possui iluminação pública e particular, fornecida por usina elétrica com capacidade de 40 kVA, existindo, na cidade, vários logradouros públicos, 9 estabelecimentos comerciais varejistas e 2 hotéis. No ano de 1957, foram registrados, na Prefeitura Municipal, 30 automóveis e 15 caminhões. Existe na cidade 1 cinema, o Cine Ivaiporã, com 70 lugares.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O povo do município recebe assistência médico-sanitária e em geral por parte de 1 médico, 2 dentistas e 2 farmacêuticos. Conta ainda a população com uma farmácia situada na cidade.

Ensino — Em 1956, estiveram em funcionamento no município 21 unidades escolares, por intermédio das quais foi ministrado o ensino primário fundamental comum a 1 058 alunos.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1956......	—	571	1 198	602	1 600

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — A população de Manuel Ribas promove duas festividades durante o ano: dia 13 de junho, consagrado a Santo Antônio, padroeiro local, e dia 8 de dezembro, dedicado a Nossa Senhora da Conceição.

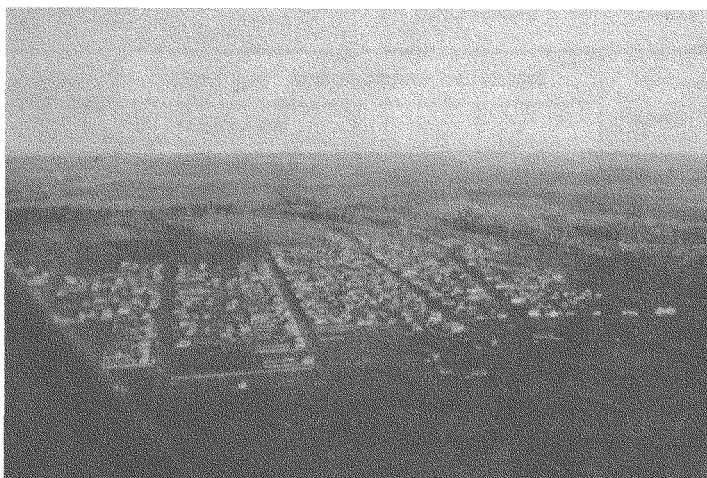
OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O nome do município é uma homenagem ao Sr. Manoel Ribas, ex-Interventor Federal do Paraná. Seus habitantes, todavia, são chamados campineiros, isto porque primitivamente o nome do povoado que deu origem ao município era Campina Alta. Na divisão e formação judiciária do Paraná, figura como distrito subordinado à comarca de Pitanga. Na sede existe um Juiz de Paz e um Escrivão do Registro Civil e anexos. O Prefeito Municipal é o Senhor Raul Ferreira Messias. São Vereadores os senhores: Genibre Ayres Machado, Casemiro Kosluck, Eduardo Walacki, Eduardo C. de Andrade, João Toskan, Florindo Tonelli, Guilherme Stipp, Oswaldo Jumas e Augusto Kauling.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

MARIALVA — PR

Mapa Municipal no 12.º Vol.

HISTÓRICO — Proprietária de extensa gleba de terra que, de Londrina se estendia pelas bacias dos rios Paranapanema, Tibagi, Pirapó e Ivaí, a Companhia de Terras Norte do Paraná, fundada por colonizadores inglêses em pleno sertão da região setentrional do Paraná, planejou, idealizou e executou, em curto espaço de tempo, o desbravamento, a colonização e o povoamento da área de 515 000 alqueires de terras adquiridas do Govêrno do Estado do Paraná.

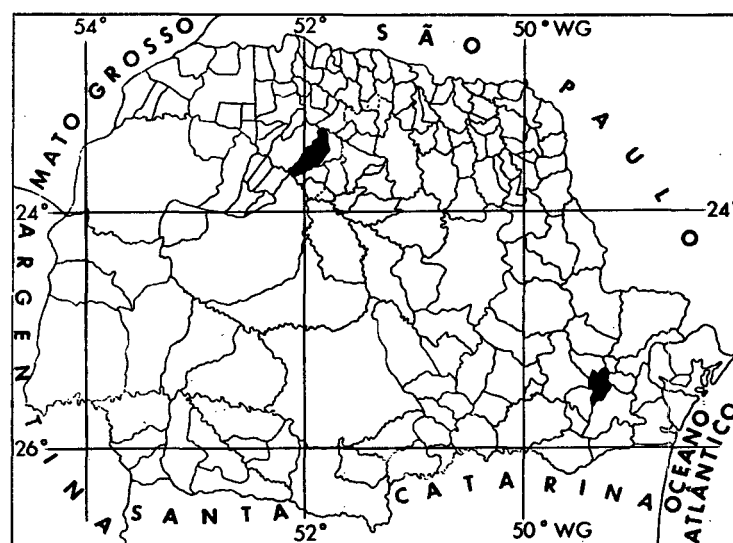
A Companhia foi fundada no ano de 1925 e, pouco tempo depois, dava início à importante obra de colonização particular. O plano adotado e pôsto em prática pela Companhia de Terras Norte do Paraná consistia na formação de patrimônios, com a delimitação dos perímetros urbano e rural, dos quais, obrigatòriamente, se originariam grandes e importantes cidades. A primeira a ser fundada foi a de Londrina, de onde se irradiaram as atividades colonizadoras da emprêsa imobiliária. Estradas de rodagem foram abertas e por elas ligados os patrimônios, sítios e fazendas que iam sendo formados. O caminho de Peabiru ou de São Tomé, de São Vicente, passava por Sorocaba, Botucatu, Tibagi, Ivaí e Piquiri. Os viajantes, vindo por Tietê, atravessavam o Paranapanema, nas proximidades da foz do Pirapó, subiam pela margem esquerda dêste, em direção ao Ivaí, pouco acima do seu afluente então denominado

Vista aérea da cidade

rio da Guia, margeando à esquerda o rio principal, até o atual município de Campo Mourão.

"Por êsse caminho — escreve Romário Martins — ou por parte dêle transitaram, no século XVI, numerosas pessoas e expedições, das quais, em 1541, Cabeza de Vaca e seu séquito militar, em direção ao Paraguai; Joahann Ferdinando, vindo de Assunção com a missão de incrementar o cultivo da mandioca em Santa Catarina, para o suprimento dos navios castelhanos, em 1549; os companheiros de Hans Staden, que, em 1551, deliberaram seguir por terra para Assunção; Ullrich Schimidel, em 1553, vindo do Paraguai para São Vicente; o grande missionário Padre Leonardo Nunes, quando pretendeu reunir em aldeia crianças indígenas para as educar; os irmãos Pedro Correia e João de Souza, pacificadores dos Carijós do ocidente e vítimas de sua abnegação apostólica; Juan de Salazar de Espinosa, Cipriano de Góes e Ruy Diaz Melgarejo, Governador de Vila Rica do Espírito Santo; Diogo Nunes, na sua viagem ao Paraguai e ao Peru; Braz Cubas e Luiz Martins, que em 1562 vararam trezentas léguas de sertão; etc., tudo isso antes e depois de haver Tomé de Souza, em 1552, mandado obstruir o caminho que da costa de Santa Catarina ia ter ao rio da Prata e que era um dos ramos da linha tronco de Peabiru".

Ao longo dêsse caminho primitivo, no trecho compreendido entre Londrina e Campo Mourão, foi que a Companhia de Terras Norte do Paraná, quatrocentos anos mais tarde, iniciou a construção de núcleos populacionais, patrimônios, sítios e fazendas, para os quais atraiu enorme massa humana oriunda de tôdas as Unidades da Federação, com o objetivo de se dedicar, principalmente, à cultura do café, para a qual as terras roxas da zona e o clima subtropical se prestam admiràvelmente. A Companhia adquiriu a Estrada de Ferro, já iniciada, de Ourinhos a Cambará, e, em poucos anos, atingiu as margens do Tibagi, atravessando cêrca de 150 quilômetros de terras de outros proprietários. Depois cruzou o grande rio e atingiu Londrina, em 1953, e, a seguir, Apucarana, em 1941. E assim, consecutivamente, surgiram, quase da noite para o dia, Cambé, Rolândia, Arapongas, Jandaia, Mandaguari, Marialva Maringá, Nova Esperança, São João do Caiuá, Astorga, Jussara, Cianorte e mais de uma dezena de outras cidades.

No meio da estrada que liga Mandaguari a Maringá, idealizou e planejou a Companhia o patrimônio de Marialva. A 18 quilômetros distante de cada uma daquelas cidades, à beira do "estradão que caminhava sempre para frente" — que é um trecho do histórico Caminho de Peabiru, por onde passaram dominadores, bandeirantes e aventureiros do século XVI — formou-se um patrimônio, que, poucos anos depois, era elevado à categoria de cidade, com a denominação de Marialva, dada pelos seus fundadores. O município de Marialva foi criado pelo Decreto-lei estadual n.º 790, de 14 de novembro de 1951, tendo sido desmembrado do território de Mandaguari que fôra elevado à categoria de município em 1947. A instalação solene do município de Marialva se deu no dia 14 de dezembro de 1952, data em que foi empossado o primeiro Prefeito eleito, Sr. Antônio Garcia Netto, e instalada a primeira Câmara de Vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Marialva está localizada na Zona Fisiográfica do Ivaí, limitando-se com os municípios de Astorga, Maringá, Engenheiro Beltrão, Campo Mourão, Bom Sucesso e Mandaguari. A posição geográfica da sede municipal está compreendida entre as coordenadas de 23° 29' de latitude Sul e 51° 44' de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal acha-se a uma altitude de 602 metros.

CLIMA — No município predomina o clima quente. Há ocorrências de chuvas abundantes, nos meses do verão. No inverno, o clima apresenta-se fresco e agradável. Observaram-se, durante o ano de 1956, as seguintes temperaturas médias: 30°C para as máximas, 18°C para as mínimas e 24°C para a compensada.

ÁREA — É de 697 quilômetros quadrados a área do município.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os rios Pirapó, Ivaí, não navegáveis, e os ribeiros Keller e Pinguim são os acidentes geográficos mais importantes de Marialva.

RIQUEZAS NATURAIS — O município conta com grandes reservas florestais, que constituem a sua principal riqueza natural.

POPULAÇÃO — Quando da realização do Censo de 1950, Marialva, então distrito do município de Mandaguari, contava 21 396 habitantes, sendo 11 151 homens e 10 245 mu-

lheres. A sua população urbana era constituída de 2 255 pessoas (1 186 do sexo masculino e 1 069 do feminino), a suburbana de 605 pessoas (330 homens e 275 mulheres) e a rural de 18 536 pessoas: 9 635 homens e 8 901 mulheres, correspondendo a 86% do total. A densidade demográfica era de 30 habitantes por quilômetro quadrado.

Aglomerações urbanas — Existem no município duas aglomerações urbanas: a cidade de Marialva, com 2 860 habitantes (1 516 homens e 1 344 mulheres), segundo o Censo de 1950, e a vila de Itambé, com uma população estimada de 800 pessoas.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Na agricultura se assenta a principal atividade econômica do município, coadjuvada pela pecuária e indústria. Das culturas existentes na região, coloca-se a do café em primeiro plano, seguida da de cereais em geral. Existem plantados cêrca de 14 milhões de pés de café. A produção agrícola em 1956 atingiu os seguintes valores: café — Cr$ 291 200 000,00; arroz — Cr$ 39 200 000,00; feijão — Cr$ 3 600 000,00; milho — Cr$ 3 315 200,00; batata-inglêsa — Cr$ 660 000,00; algodão — Cr$ 296 000,00; laranja — Cr$ 735 000,00; banana — Cr$ 450 000,00.

A população pecuária atingiu, em 1954, aproximadamente, 5 milhões de cruzeiros. A indústria (ocupando 76 pessoas econômicamente ativas) alcançou, em 1955, quase 18 milhões de cruzeiros; em 1956 contava com 26 estabelecimentos, ocupando menos de 5 empregados. Os principais ramos são: "produtos alimentares" (77% do valor total) e "madeireiro". A exportação de Marialva (interestadual), em 1956, atingiu a quantia de Cr$ 86 915 304,00.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem no município cêrca de 150 estabelecimentos comerciais varejistas, 4 atacadistas e 9 agências bancárias. Mantém transação comercial com as praças de Maringá, Londrina, Paranavaí e Curitiba, no Paraná, e São Paulo (SP)

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é dotado de transporte rodoviário e ferroviário (R.V.P.S.C.). Liga-se às cidades próximas de: Maringá — 18 quilômetros (rodovia e ferrovia); Jandaia do Sul — 30 quilômetros (rodovia) e 33 quilômetros (ferrovia); Mandaguari — 24 quilômetros (rodovia e ferrovia); Peabiru — 13 quilômetros (rodovia); Astorga — 38 quilômetros (rodovia); Campo Mourão — 108 quilômetros (rodovia). Dista da capital do Estado 742 quilômetros (rodovia) e 851 quilômetros (ferrovia); da capital Federal — 1 320 quilômetros, através de rodovia e via férrea, em conexão com as ferrovias Sorocabana e Central do Brasil. Na cidade, funcionam uma Agência Postal do Departamento dos Correios e Telégrafos bem como o Serviço Telegráfico da Rêde de Viação Paraná—Santa Catarina (agência local); serve a cidade uma rêde telefônica com 500 aparelhos urbanos.

Vista parcial da Av. Cristovam Colombo

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Marialva conta, atualmente, cêrca de 4 500 habitantes; 1 010 edificações urbanas das quais 903 servem para fins residenciais. Possui 34 logradouros públicos (5 avenidas, 22 ruas, 3 travessas e 4 largos e praças); 7 hotéis e uma pensão. No ano de 1957, foram emplacados na Prefeitura Municipal 12 automóveis e 139 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Prestam assistência médico-sanitária em geral à população do município 7 médicos, 5 dentistas, 5 farmacêuticos, 2 hospitais: o Santo Antônio e a Casa de Saúde e Maternidade Dr. Sulfim, além de 1 Pôsto de Higiene e 9 farmácias.

ALFABETIZAÇÃO — Quando da realização do Censo de 1950, existiam na sede do então distrito de Marialva 2 270 habitantes de 5 anos e mais, sendo que 1 263 eram alfabetizados, ou seja, 759 homens e 504 mulheres.

Ensino — No município, em 1956, funcionaram 15 unidades do ensino primário fundamental comum, com a matrícula de 1 027 alunos. Na cidade existem 2 estabelecimentos de ensino extraprimário: 1 ginásio e 1 curso normal regional.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Localiza-se na cidade 1 cinema, o Cine Avenida, com 560 lugares.

FINANÇAS PÚBLICAS —

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1953	...	...	3 195	4 100	3 196
1954	...	...	...	5 100	...
1955	...	12 281	5 501	5 100	7 024
1956	...	13 478	6 663	5 100	6 621

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Como principal manifestação popular, realiza-se no município a festa de São João, com animação e brilhantismo.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Pelos seus fundadores, foi dado ao município o atual nome, cuja origem é ignorada. As pessoas nascidas no município são chamadas marialvenses. É sede de comarca de 1.ª entrância, criada pela Lei estadual n.º 1 542, de 14 de dezembro de 1953, compreendendo os distritos de Marialva, Aquidaban e Itambé. Na cidade, além do Juizado de Direito e Promotoria Pública, funcionam ainda os Cartórios do Cí-

vel, do Crime, de Imóveis, do Registro Civil e anexos e Tabelionato. Em cada distrito existe um Juizado de Paz e um Cartório do Registro Civil e anexos. É Prefeito Municipal o Senhor Demétrio S. Braga. São Vereadores os Senhores Rafael Lopes, Dr. José O. Franco, Guitti Sato, Gerson C. de Mello, Glauco V. Magalhães, Dr. Milton T. Paes, João Claro, Jorge Turboy e Orlando N. Ferri.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

MARINGÁ — PR

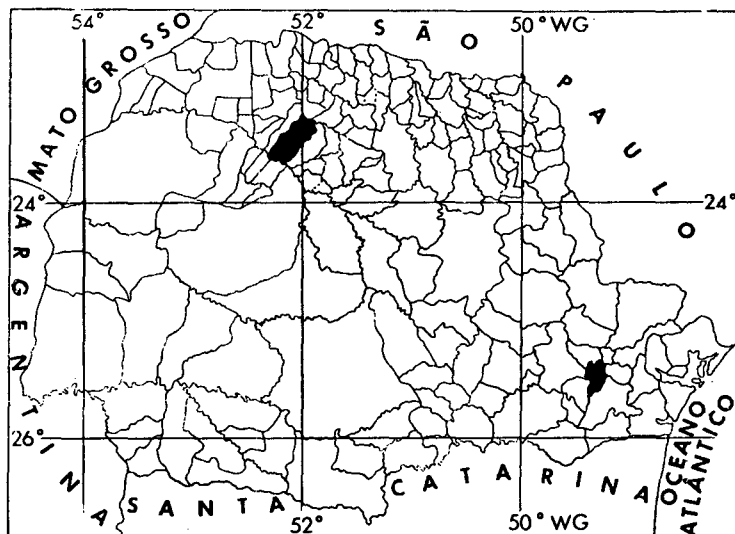
Mapa Municipal no 12.º Vol.

HISTÓRICO — A expansão demográfica e econômica do Município de Maringá, nos poucos anos de sua fundação, é um dos fenômenos mais importantes do crescimento verificado no Norte do Paraná.

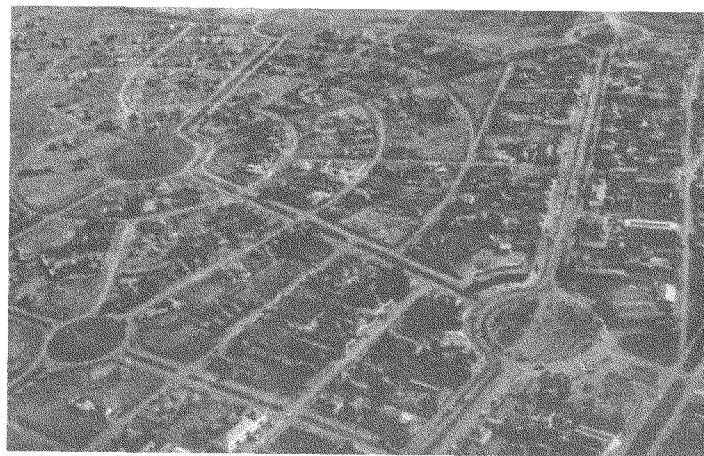
O Distrito de Maringá (nome cuja origem se atribui à conhecida composição de Joubert de Carvalho) foi criado em 10 de maio de 1947 e elevado a Município pela Lei n.º 790, de 14 de novembro de 1951, com área desmembrada do Município de Mandaguari.

Até pouco tempo antes do loteamento de suas terras pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, todo o território maringaense era pràticamente despovoado. O surto de progresso foi realmente espantoso, bastando mencionar que dez anos depois de sua criação Maringá era elevada a sede de bispado.

A sede é uma cidade moderna, com ruas amplas, tendo sido traçada pelo urbanista Jorge de Macedo Vieira e planejada para acolher futuramente uma população de 100 000 almas.

LOCALIZAÇÃO — Coordenadas geográficas da sede municipal: 23° 25' de latitude sul e 51° 25' de longitude W.Gr. Altitude: 555 metros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Média das máximas: 29,9°C e das mínimas, 15,7°C; média compensada, 27,8°C (1956). Precipitação anual: 1 509,2 mm (1956).

ÁREA — 999 quilômetros quadrados.

Vista aérea da cidade

POPULAÇÃO — Estimativa do Departamento Estadual de Estatística (Curitiba) para 30 de junho de 1957: 41 000 habitantes.

Em 1950, pelos resultados do Recenseamento Geral do País, o Distrito de Maringá, que compreendia também os atuais Municípios de Mandaguaçu, Nova Esperança, Floraí, Alto Paraná, Cruzeiro do Sul, Paranacity, São Jorge e São João de Caiuá, tinha 38 588 habitantes.

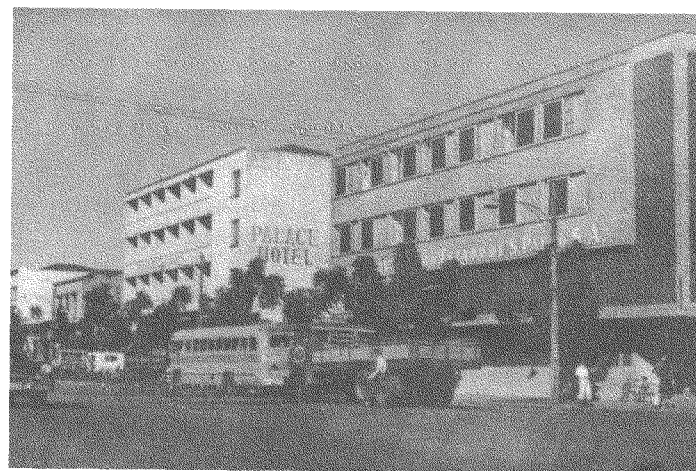
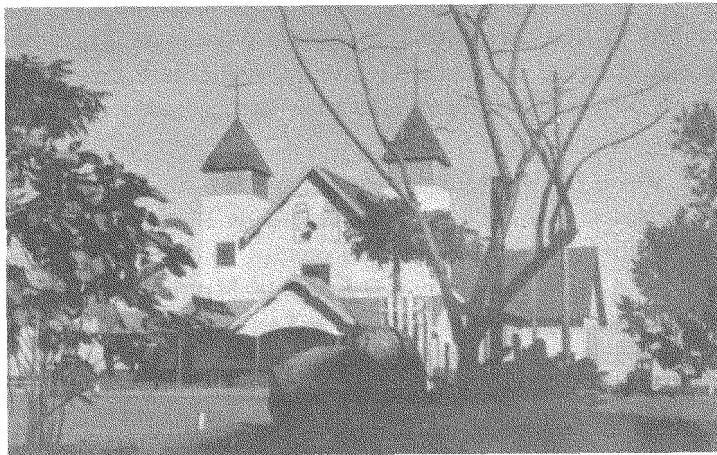
Aglomerações urbanas: No último Censo, Maringá (então vila) tinha 7 270 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A principal cultura agrícola do Município é o café, seguindo-se o milho, o feijão, o arroz, o trigo, a cana-de-açúcar e outras de menor vulto.

Em 1956, a área ocupada com culturas permanentes somava 19 264 hectares e a ocupada com culturas temporárias, 19 492 hectares. A área cafeicultada era estimada em 19 200 hectares, com 12 milhões de cafeeiros em produção.

Em 1956, o volume e o valor da produção das principais culturas agrícolas foram os seguintes:

PRODUTOS	QUANTIDADE		VALOR (Cr$ 1 000)
	Unidade	Volume	
Arroz em casca	Saco 60 kg	25 000	9 750
Café beneficiado (1)	Arrôba	1 900 000	1 200 000
Feijão	Saco 60 kg	25 000	10 750
Milho	» » »	400 000	38 000
Trigo	Quilograma	150 000	870

FONTE: Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura.
(1) Dados referentes a 1955.

Vista de um trecho da Av. Brasil

Catedral de N. S.ª da Glória

A produção industrial (principalmente beneficiamento de café) somava em 1955 mais de 500 milhões de cruzeiros, ocupando 812 pessoas. Em 1957, o número de estabelecimentos industriais ascendia a 39.

Além da indústria alimentar, o parque maringaense abrange indústrias como a da madeira, cerâmica, bebidas, mobiliário, conservas etc.

COMÉRCIO E BANCOS — em 1956, o Município contava com 49 estabelecimentos atacadistas e 1 305 varejistas.

Havia 18 agências bancárias.

MEIOS DE TRANSPORTE — O Município é servido pelas companhias aéreas Real-Aerovias e Viação Aérea São Paulo e, ainda, pela Rêde de Viação Paraná-Santa Catarina.

Agência Postal-Telegráfica

O aeroporto Dr. Gastão Vidigal tem uma pista de 60 por 1 800 metros. Maringá está ligada aos Municípios vizinhos por estradas de rodagem; à Capital Estadual por via aérea, ferrovia e rodovia; à Capital Federal, por via aérea e ferroviária, com passagem por São Paulo.

Dista de Curitiba 543 km pelo ar e 873 km por terra.

ASPECTOS URBANOS — Maringá é uma cidade em plena expansão. Possui quatro avenidas e cinco ruas, calçadas a paralelepípedos e pedras irregulares. Seu desenvolvimento obedece a um plano urbanístico. É uma cidade plana, favorecendo o largo uso de bicicletas (estimativa: 5 000 em tráfego diàriamente).

Há 31 hotéis, entre êles o Grande Hotel Maringá, um dos mais confortáveis do Estado; 29 pensões, 3 cinemas.

O número de ligações elétricas, em 1956, totalizava 3 805 e o de aparelhos telefônicos, 500.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Em 1957, exerciam atividades no Município: 24 médicos, 21 dentistas, 15 farmacêuticos e 3 veterinários.

As principais instituições clínico-hospitalares eram o Hospital e Maternidade São José, o Hospital e Maternidade Maringá, Hospital São Vicente, Hospital São Paulo, Casa de Saúde e Maternidade Santa Lúcia, Santa Casa de Misericórdia de Maringá, Hospital e Maternidade Santa Cruz e a Clínica Bastos.

Vista aérea de uma parte da cidade

ALFABETIZAÇÃO — Os dados censitários de Maringá para 1950 estão compreendidos no Município de Mandaguari. No último recenseamento, da população urbana de cinco anos e mais (5 937), sabiam ler e escrever 57,8%.

Até 1955, o Município dispunha de 49 unidades escolares.

ASPECTOS CULTURAIS — O Município conta com dois jornais diários, 3 tipografias, 4 livrarias, 2 cinemas e duas radiodifusoras, a Rádio Jornal ZYS e a Rádio Cultura de Maringá.

Avenida Brasil

Cruzamento das Avenidas Brasil e Duque de Caxias

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1953 (1)...	—	34 671	8 622	6 720	9 789
1954......	—	43 010	10 163	5 839	9 168
1955......	—	85 577	14 828	7 249	14 918
1956 (2)...	7 500	90 000	13 194	11 000	9 676

(1) O Município foi criado em 1951. — (2) Orçamento.

Grande Hotel Maringá

FORMAÇÃO JUDICIÁRIA — Maringá é Comarca de 3.ª Entrância.

ASPECTOS RELIGIOSOS — Em 1957, ou seja, apenas dez anos depois de sua fundação, Maringá se convertia em sede de bispado. O primeiro Bispo de Maringá, D. Jaime Luís Coelho, tomou posse de sua diocese em abril daquele ano.

ASPECTOS ADMINISTRATIVOS — Há 15 vereadores em exercício.

OUTROS ASPECTOS — Existem em Maringá diversas agremiações esportivas e culturais, destacando-se o Aeroclube de Maringá.

MORRETES — PR

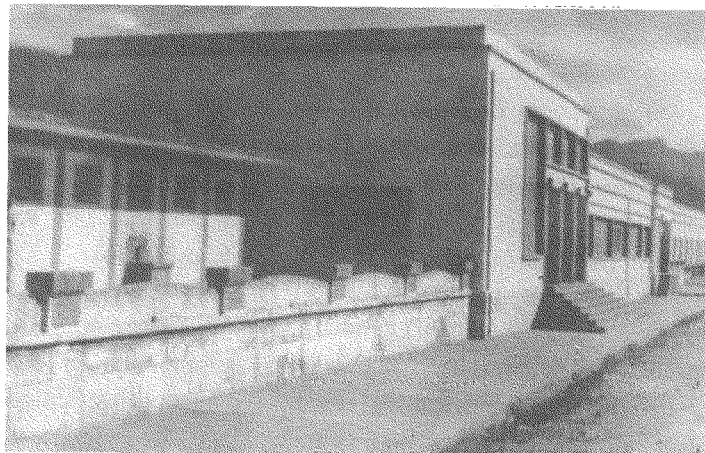
Mapa Municipal no 10.° Vol.

HISTÓRICO — Os primitivos moradores de Morretes foram aventureiros e mineradores, vindos de vilas e povoações paulistas, anteriormente ao ano de 1646. No período de 1648 a 1653 foram descobertas jazidas de ouro na região, as quais, em 1653, atingiram o total de 11, localizadas nos rios do Pinto, Guarumbi, Cubatão e outros. Os rios Guarumbi e Cubatão são hoje denominados Marumbi e Nhundiaquara.

Foi o Ouvidor Rafael Pires Pardinho quem, em 1721, determinou que a Câmara Municipal de Paranaguá medisse e demarcasse 300 braças em quadra, para servir de localização à sede da futura povoação de Morretes. Posteriormente, o Ouvidor Antônio Alves Lanhas Peixoto revogou os provimentos do Ouvidor Pardinho, mas a Câmara representou ao rei de Portugal, e êste, mais uma vez, confirmou os provimentos, motivo por que a 31 de outubro de 1733, a Câmara de Paranaguá procedeu à medição e demarcação das terras, no pôrto onde residia o rendeiro João de Almeida, para sede da futura povoação.

O povoamento da localidade foi lento e demorado.

Nos meados do século XVIII, o capitão Antônio Rodrigues de Carvalho e sua espôsa, Dona Maria Gomes Setúbal, naturais de Paranaguá, passaram a residir no povoado de Morretes. Êste casal tratou de construir uma igreja sob a invocação de Nossa Senhora do Pôrto e Menino Deus dos Três Morretes. As mesmas pessoas que erigiram a capela dotaram-na do patrimônio exigido, obtendo a Provisão a 5 de junho de 1769. A igreja já estava concluída, quando obteve a Provisão, sendo benta solenemente a 21 de julho pelo Vigário da Vara de Paranaguá, Padre Francisco de Meira Calassa. Parece que os mineradores, aproveitando-se da invejável situação geográfica de que desfrutava a região, situada na raiz da serra, entre o litoral e o planalto, dividiram as suas atividades, dedicando-se, parte dêles à mineração e parte ao comércio. Êsses fatôres do progresso tornaram Morretes, em poucos anos, um empório e um entreposto comercial de grande movimento.

A povoação de Morretes, ponto terminal da navegação de canoas, em tempo de baixa das águas e das estradas para Serra Cima, foi tomando grande incremento comercial, fato que despertou o zêlo da Câmara de Paranaguá, tanto assim que em 1780 o Ouvidor da Capitania mandou passar edital "em que proibia os comércios de fazendas sêcas de lojas em Morretes" e fazia outras odiosas limitações, tudo atendendo a pedido dos moradores da vila de Paranaguá. Tal proibição foi levantada no mesmo ano, por ordem do Governador General da Capitania, Martim Lopes Lobo Saldanha, em atenção à reclamação do comércio de Morretes, contra a medida prepotente da Câmara de Para-

Estação Ferroviária da Rêde de Viação Paraná-Santa Catarina

No primeiro plano, o rio Nhundiaquara; no fundo, o pico do Marumbi

naguá. Com a franquia do comércio, a povoação foi prosperando, tornando-se, dentro de curto espaço de tempo, o principal centro industrial da província.

A primitiva capela foi aumentada durante a capelania do Padre Francisco Xavier dos Passos, no período de 1782 a 1784, o qual conseguiu erigir as duas paredes principais e o frontispício da igreja, tendo concorrido pessoalmente para o bom andamento das obras, conduzindo pedras e outros materiais de construção.

Sucedeu ao fundador da capela, como protetor, o tenente João Ferreira de Oliveira, de 1797 a 1809, sendo sucedido pelo sargento-mor Antônio Ricardo dos Santos que, no período de 1810 a 1814, mandou levantar o frontispício da igreja. A 10 de junho de 1821, foi constituída a primeira Junta Paroquial da já então freguesia de Nossa Senhora do Pôrto de Morretes.

"Desde os primeiros tempos da história do litoral — diz Romário Martins — e, a seguir, do planalto, a via Pôrto de Barreiros—Pôrto Real (Morretes) —, Pôrto de Cima, foi o roteiro único até a raiz da serra do Mar, até a abertura do Ramal da Graciosa para Antonina e até mesmo algum tempo depois".

Criticando a guerra de portos que tanto prejudicou o progresso das comunicações do Paraná e que chegou a aliciar contra o Pôrto de Morretes o alto espírito do primeiro Presidente da Província, a ponto de o fazer dizer que a abertura da Graciosa (Estrada) em direção de Antonina "libertaria o comércio das fôrças caudinas do rio dos Morretes, — escreveu o engenheiro Monteiro Tourinho: "Enganaram-se todos, porque construiu-se a Estrada da Graciosa e como conseqüência forçada (da diretriz São João—Antonina) a Província teve de suportar as despesas dos ramais, e Morretes ou Barreiros continuou, como dantes, a ser um importante ponto de embarque intermediário do Pôrto de Paranaguá".

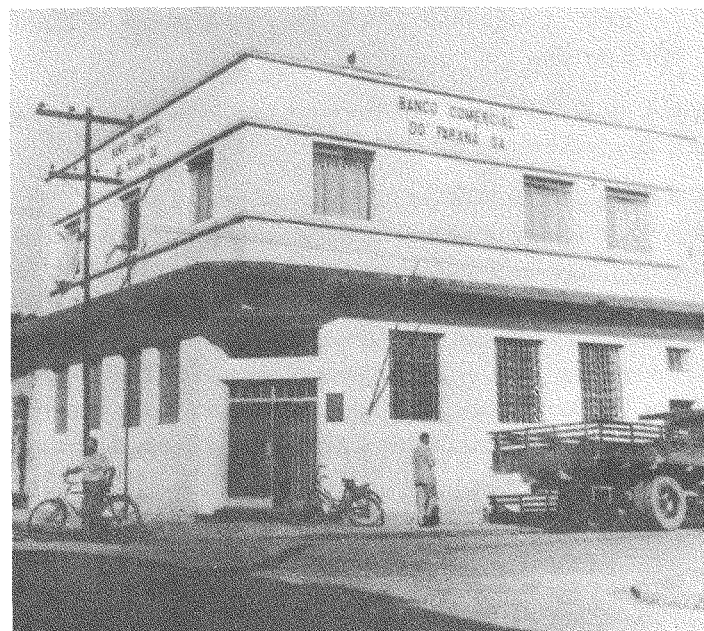
O caminho fluvial do Cubatão, navegado por canoas, constituía-se de duas secções: Pôrto do Rocio de Paranaguá até o de Barreiros, e dêste, pelo rio Nhundiaquara (também chamado Cubatão — de "*acu-antan*" — terra motuosa, de morros e picos, nome que passou ao rio e à localidade, pois Morretes é uma boa tradução do topônimo tupi-guarani *acu-antan* — até o Pôrto de Cima, onde se interrompia a navegação.

Daí em diante, rumo do planalto, o caminho era percorrido a pé até Curitiba, pelas diversas picadas da serra. Havia duas secções dêsse caminho, para efeito tarifário: de Paranaguá—Morretes e de Morretes—Pôrto de Cima e vice-versa, respectivamente.

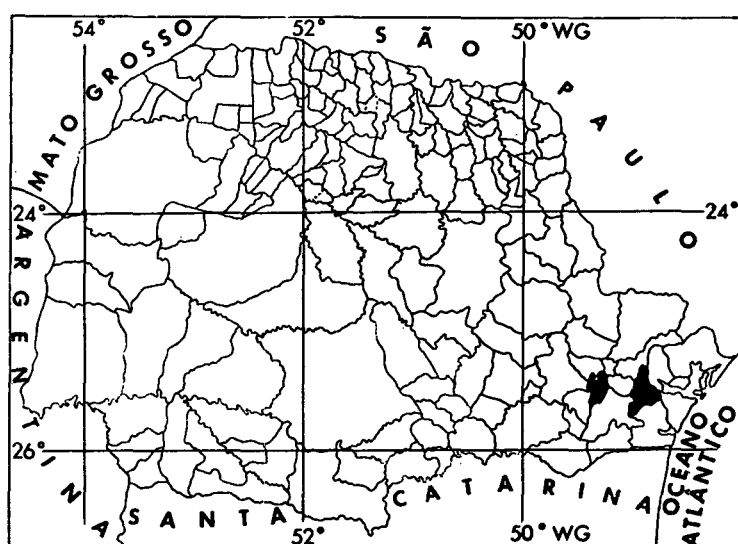
A Câmara de Paranaguá estabelecia o quantum dos fretes e passagens e os arrendava por contrato. Contrato das Passagens de Cubatão e depois Contrato das Canoas foram as denominações que tiveram êsses arrendamentos dos serviços de transporte.

A vila de Morretes foi criada por Lei provincial de São Paulo n.º 16, de 1.º de março de 1841, sendo o município desmembrado do de Antonina e instalado solenemente a 5 de julho do mesmo ano. Pela Lei provincial n.º 188, de 24 de maio de 1869, recebeu a denominação de Nhundiaquara, e, em virtude da Lei n.º 227, de 7 de abril de 1870, voltou a denominar-se definitivamente Morretes. Em virtude da Lei provincial n.º 188, de 24 de maio de 1869, Morretes recebeu os foros de cidade.

No período de 1811 a 1832, o comércio sobrepujou tôdas as demais atividades em Morretes. E nem só o comércio, mas também a indústria, em particular a indústria de beneficiamento de erva-mate, de que foram pioneiras pessoas abastadas de Paranaguá, que instalaram em diversos pontos do município engenhos de beneficiamento de erva-mate, quase todos movidos a fôrça hidráulica. Em 1823 foi construído um grande teatro de madeira, e nêle foram levadas à cena, por jovens morretenses, peças teatrais de grande importância, inclusive uma comédia de Esopo. Morretes enviou para a Guerra do Paraguai, em 1865, uma companhia de guerra ou um batalhão, que tomou o número 70. Em 11 de outubro de 1843 foi criado em Morretes um batalhão da Guarda Nacional.

Com a abertura do tráfego da Estrada de Ferro do Paraná, que ligou o planalto ao litoral, Morretes decaiu, cessando o movimento dos engenhos de erva-mate, e ficando reduzido de muito o seu comércio. A Estrada de Ferro iniciou o seu tráfego em 1885 e, desde então, a cidade e o município, florescentes, ricos e de intensa vida comercial, industrial e social, sofreram tremendo colapso, ficando as

Vista de um dos mais importantes estabelecimentos de crédito do Estado

suas atividades, em todos os setores, como que paralisadas por muitos anos. Operou-se, porém, desde logo, uma reação fecunda e Morretes se voltou às atividades da agricultura e da indústria, principalmente da aguardente, reconquistando, pouco a pouco, a sua antiga importância, no comércio e na indústria. Hoje, é uma cidade novamente em franco progresso, depois de quase quarenta anos de estacionamento.

LOCALIZAÇÃO — A sede do município de Morretes localiza-se na posição determinada pelas coordenadas geográficas seguintes: 25° 29' de latitude Sul e 48° 50' de longitude W. Gr. Morretes situa-se na Zona Fisiográfica do Litoral. Limita-se ao norte com o município de Campina Grande do Sul; ao sul com o de Guaratuba; a oeste com os de Piraquara e São José dos Pinhais, e a leste com os de Antonina e Paranaguá.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal encontra-se a uma altitude de 9,5 metros.

CLIMA — Possui o município clima quente e úmido. Há ocorrência de chuvas freqüentes, nos meses de outubro a fevereiro, época em que a temperatura conserva-se elevada. As médias observadas no município, no ano de 1957, foram: 30,9°C para as máximas, 13,6°C para as mínimas e 22,5°C as compensadas.

ÁREA — O município de Morretes compreende uma área de 661 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Morretes possui diversos e importantes acidentes geográficos, entre os quais destacam-se: *rios* — Nhumdiaquara, Sagrado e Marumbi, todos navegáveis; *serras* — do Marumbi, do Leão, da Farinha Sêca, da Graciosa, da Igreja, das Canavieiras, dos Órgãos e outras; *pico* — do Marumbi, com 1 547,20 metros; *morros* — do Chapéu, do Chapèuzinho, do Leão e outros de menor importância. Dentre as quedas d'água, destaca-se a do Véu da Noiva.

RIQUEZA NATURAL — A madeira de lei é a principal riqueza natural do município.

POPULAÇÃO — Por ocasião do Recenseamento Geral de 1950, possuía o município 10 566 habitantes, sendo 5 404 homens e 5 162 mulheres. Segundo a *côr* — 5 806 brancos, 240 pretos, 4 480 pardos e 17 amarelos; a *nacionalidade* — 149 estrangeiros e 28 brasileiros naturalizados; o *estado civil* (15 e mais anos) — 2 495 solteiros, 3 159 casados, 545 viúvos e 2 desquitados; a *religião* — 9 180 católicos apostólicos romanos e 1 386 de outras religiões.

Aglomerações urbanas — A cidade de Morretes e a vila de Pôrto de Cima constituem os aglomerados urbanos do município. Segundo os resultados do Recenseamento Geral de 1950, a cidade de Morretes possuía 2 341 habitantes, sendo 1 122 homens e 1 219 mulheres, assim distribuídos: *quadro urbano* — 1 645 habitantes (746 homens e 899 mulheres); *quadro suburbano* — 696 (376 do sexo masculino e 320 do feminino). A vila de Pôrto de Cima possuía 392 habitantes, ou seja, 192 homens e 200 mulheres.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A economia do município repousa em base agrícola e industrial. Localizado próximo ao litoral, Morretes se constitui no maior produtor de bananas do Paraná, com a safra prevista para 1956 em Cr$ 49 050 000,00. Além de banana, ali são cultivados (apresentando excelentes resultados) a cana-de-açúcar, a mandioca, o arroz, o tomate, a laranja, o milho e o feijão.

A indústria, contando com 39 estabelecimentos (15 com mais de 5 pessoas), fixa-se, principalmente, na fabricação de aguardente de cana, álcool, açúcar, papel e papelão para embalagem, farinha de trigo e outros produtos alimentares em geral.

A pecuária é diminuta, havendo criações de gado vacum destinado a produção de leite. Regular o rebanho suíno. Morretes em 1956 exportou em produtos agrícolas e mercadorias cêrca de Cr$ 6 000 000,00, assim compreendidos: papel de embalagem, banana e aguardente de cana.

COMÉRCIO E BANCOS — Funcionam em Morretes 134 estabelecimentos varejistas, 2 atacadistas e uma agência bancária. O município mantém transações com Paranaguá, Antonina e Curitiba, no Paraná; São Paulo (SP), Belo Horizonte (MG), Rio de Janeiro (DF), Florianópolis (SC) e Pôrto Alegre (RS); Buenos Aires, na Argentina e Montevidéu, no Uruguai.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Servem ao município os transportes rodoviário e ferroviário (R.V.P.S.C.) que o ligam às principais cidades vizinhas: Antonina — 31 quilômetros (rodoviário) e 16 quilômetros (ferroviário); Paranaguá — 42 quilômetros (rodoviário) e 41 quilômetros (ferroviário); Piraquara — 59 quilômetros (rodoviário) e 47 quilômetros (ferroviário); Campina Grande do Sul — 83 quilômetros (rodoviário); São José dos Pinhais — 160 quilômetros (rodoviário) e Guaratuba — 89 quilômetros (rodoviário). Dista das capitais, Estadual e Federal, respectivamente: a) rodoviário: 77 e 1 098 quilômetros; b) ferroviário — 69 e 1 112 quilômetros. Na cidade funcionam: uma Agência Postal Telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos; o serviço telegráfico da Rêde Viação Paraná—Santa Catarina (estrada de ferro) e um serviço telefônico urbano e interurbano.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Morretes possui uma população estimada em 2 600 habitantes. Conta com cêrca de 600 edificações, nos seus perímetros urbano e suburbano. É servida por energia elétrica, para as indústrias, para iluminação pública e domiciliar, esta com 560 ligações, e, também, por uma rêde telefônica com 50 aparelhos instalados. Existem na cidade 25 logradouros públicos, alguns possuidores de pavimentação de paralelepípedos (7 801 metros quadrados) e de macadame simples (27 887 metros quadrados). O serviço de água canalizada tem 6 000 metros de rêdes distribuidoras e abastece 225 prédios em 25 logradouros. A rêde de esgôto sanitário, com extensão de 4 619 metros, percorre 25 logradouros, beneficiando 225 prédios. No ano de 1956, foram registrados na Prefeitura Municipal 17 automóveis e 76 caminhões. Possui comércio bem desenvolvido e com larga escala de transações. Existem, na cidade, 2 estabelecimentos atacadistas, 134 varejistas, 1 hotel e 4 pensões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Dois médicos, 4 dentistas e 3 farmacêuticos, na sede do município, assistem os munícipes. Fontes de assistência médica em geral: Hospital e Maternidade de Morretes (particular), Pôsto de Higiene e Pôsto de Puericultura (Estado e Legião Brasileira de Assistência, respectivamente). Funcionam na cidade 3 farmácias.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950, verificou a existência de 8 830 pessoas de 5 anos e mais, das quais 4 339 sabiam ler e escrever, sendo 2 396 homens e 1 943 mulheres. Na sede municipal, das 1 960 pessoas de 5 anos e mais 1 350 sabiam ler e escrever, sendo 667 homens e 683 mulheres.

Ensino — O município, em 1956, contava com 37 unidades de ensino primário fundamental comum, em que estiveram matriculados 1 418 alunos. A cidade é servida por dois estabelecimentos do ensino extraprimário, em funcionamento: Escola Técnica de Comércio de Morretes e Ginásio Estadual Rocha Pombo.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Funciona na cidade o Cine-Teatro Municipal, com 400 lugares. Movimento em 1956: 113 exibições cinematográficas, com a freqüência de 13 831 pessoas. Funciona na sede municipal a Biblioteca Pública, com 1 100 volumes de obras gerais, pertencente à Prefeitura.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950......	1 025	1 794	614	288	993
1951......	1 330	2 054	701	298	715
1952......	1 825	2 938	823	336	654
1953......	3 140	4 302	1 085	376	1 202
1954......	4 216	5 408	1 149	390	992
1955......	3 391	6 333	1 405	414	1 411
1956 (1)...	4 171	9 341	1 851	524	1 502

(1) Orçamento.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Na ferrovia Curitiba—Paranaguá, o quilômetro 65, no território morretense e distante 4 quilômetros da sede dêste município, assinala o local exato onde foi trucidado Ildefonso Pereira Correia, Barão do Cêrro Azul, juntamente com 5 outros companheiros que, após a Revolução Federalista de 1894, eram declarados inimigos das fôrças governistas. Na cidade de Morretes estão erguidos os seguintes monumentos: 1) Herma em homenagem a José Francisco da Rocha Pombo, ilustre filho do município, localizada na Praça do mesmo nome. Belíssimo trabalho do escultor, também morretense, João Turim, apresenta o busto do homenageado, em bronze, sôbre um pedestal de granito. Foi inaugurada em 21 de julho de 1940 e a sua construção, cuja iniciativa se deve ao Govêrno Municipal, foi custeada pela população citadina de Morretes; 2) Busto de bronze, sôbre um pedestal de granito, homenagem do povo de Morretes ao seu ilustre filho, o decantado poeta Manoel de Oliveira Neto. Acha-se localizado na Praça Dr. Lamenha Lins, tendo sido inaugurado em 21 de dezembro de 1943. Trabalho executado, também, pelo escultor João Turim.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Realizam-se na comuna duas grandes festas religiosas: a de Nossa Senhora do Pôrto de Morretes, padroeira do município, a 8 de dezembro, e a da Santíssima Trindade. A primeira se vem realizando ininterruptamente desde 1812, data de sua instituição; a segunda, a partir de 1813. São levadas a efeito com muita animação e afluência de fiéis.

VULTOS ILUSTRES — 1) do passado: José Francisco da ROCHA POMBO, uma das maiores figuras do Paraná, era, no consenso unânime de todos os críticos, um grande romancista e pensador, além de "o historiador máximo da América Latina"; *João Turim,* escultor. Aperfeiçoou seus estudos na França e na Bélgica, tendo percorrido tôda a Europa, onde se manteve durante 15 anos, sem outra ajuda a não ser o fruto dos seus trabalhos. Há obras suas em profusão em todo o sul do Brasil, principalmente em Curitiba, onde se lhe erguem nada menos de 3 estátuas, várias hermas e um sem número de alegorias; *Frederico Lange de Morretes,* pintor de nomeada, aperfeiçoou-se na Alemanha. Os Estados do Paraná, São Paulo e Santa Catarina possuem obras suas de subido valor; *Manoel da Silveira Neto,* médico e poeta de renome fora mesmo do Brasil, pois, no período em que florescia a Escola Simbolista, suas produções receberam largos e merecidos elogios em Portugal, na França e na Bélgica. Publicou, entre outros livros, "Luar de Inverno" (poesias); *Aguilar Morais,* poeta e jornalista, laureado num concurso instituído pela "Gazeta do Povo", de Curitiba, em 1922, que tinha por tema, em verso, "a viagem dos paranaenses, em canoa, ao Rio de Janeiro"; *João Rodrigo de Freitas,* escritor e jornalista de grande projeção no Estado. Dirigiu, no Rio de Janeiro, em 1930, os jornais "A Batalha", a "A Esquerda"; *Marcelino Nogueira Júnior,* jurista *doublé* de escritor conceituado, de quem se disse que foi o "maior advogado do sul do Brasil"; D. *José de Santa Escolástica Faria,* monge, cujos estudos se realizaram em Roma. Viveu no mosteiro de Cueujães (Portugal) durante 34 anos, onde foi tido como um dos maiores sacros de sua época, predicado que aliava a uma grande piedade. Voltando ao Brasil, em 1910, veio para o Mosteiro de São Bento, onde, em 1920, foi eleito, pelo Capítulo Geral, Ar-

quiabade da Congregação Beneditina Brasileira. Faleceu a 1.º de maio de 1923; *Frederico de Oliveira*, figura marcante da Armada Brasileira, onde atingiu, por merecimento, o Almirantado; *José da Silveira*, médico brilhante e escritor, publicou, entre outros trabalhos, o livro "Thalassoterapia". Serviu com dedicação ao Exército Brasileiro, chegando ao pôsto de general. 2) Atuais: *Theodoro de Bona*, pintor. Aperfeiçoou-se na Itália e percorreu diversos países da Europa, nos quais deixou grande parte de sua obra, principalmente retratos. Num concurso instituído pela Rainha da Itália e de que participaram os maiores pintores da península, em número superior a mil, foi classificado entre os 40 escolhidos para a composição de um quadro de assunto militar, que deveria ser premiado e colocado na "Galeria della Vitória", no Palácio Real. Embora não conseguisse o 1.º lugar, recebeu um prêmio em dinheiro e o seu trabalho mereceu a honra de figurar naquela Galeria. Concorreu diversas vêzes a "Exposição Bienal de Veneza". Numa delas, quadros seus foram adquiridos pela Municipalidade Venezina e por S.M. o Rei da Itália. O quadro vendido ao Rei italiano intitulava-se "Paese Sotto la neve", verdadeira obra-prima da pintura mundial; *Odilon Negrão*, poeta e jornalista, tido e havido como uma das mais expressivas figuras da poesia brasileira.

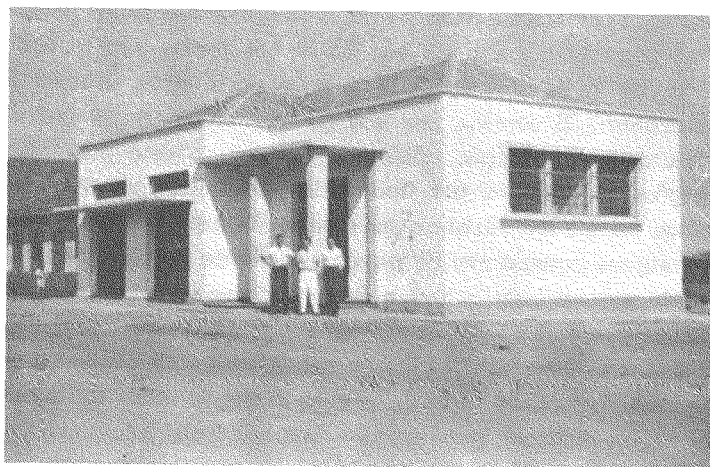
OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O nome atual do município originou-se no fato de estar a cidade cercada por pequenas elevações (morros); dada sua pequena altitude, surgiu o diminutivo Morretes, hoje designação oficial. É sede de comarca de primeira entrância e compreende os distritos judiciários de Morretes e Pôrto de Cima. Seu eleitorado em 1955 somava 3 841 cidadãos, ali estando sediada a 51.ª Zona Eleitoral. Há na comuna a Estação Experimental de Frutas Tropiciais, mantida pela Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná, com possibilidade de grande desenvolvimento, bem como o Pôsto Agropecuário, a cargo do Ministério da Agricultura.

As principais autoridades representativas do município são: Juiz de Direito — Dr. Galeno Martins de Brito; Promotor Público — Dr. Sidney B. Antunes de Oliveira; Prefeito Municipal — César Alexandre; Vereadores — Brasílio C. J. Bufara, José Pullides, José Pereira, Marvos L. de Bona, Narciso Malucelli, Sidney A. de Oliveira, Arlindo de Castro, Luiz Andretta, Manoel Vicente O. Mello.

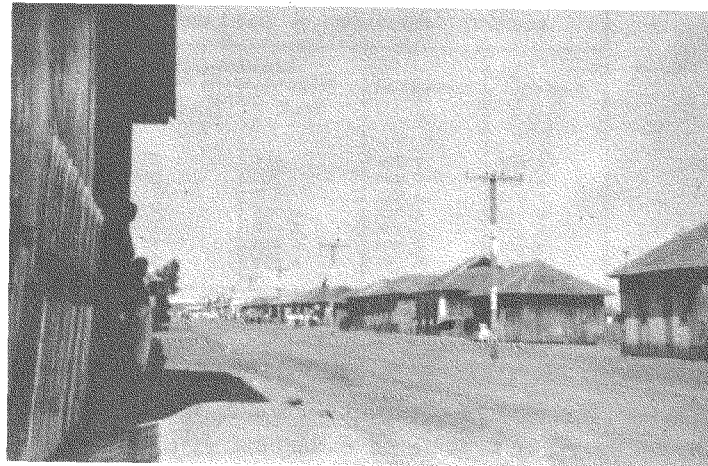
FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

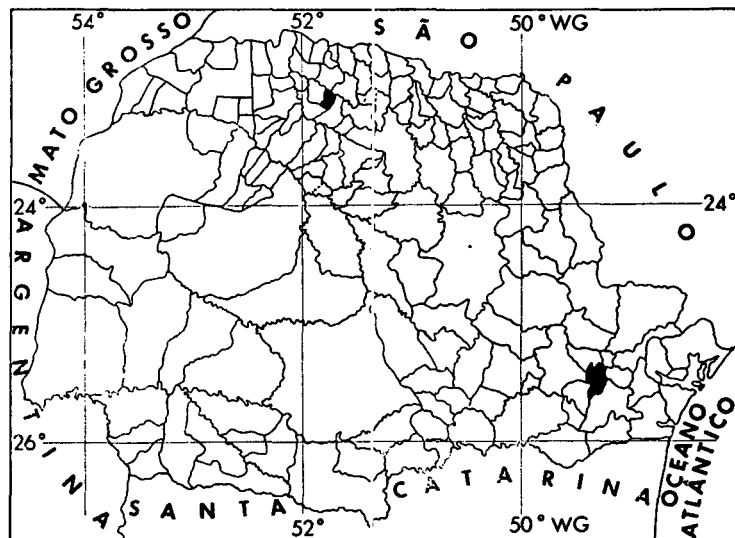
MUNHOZ DE MELO — PR

Mapa Municipal no 12.º Vol.

HISTÓRICO — Astorga foi o primeiro centro urbano de importância a ser fundado depois da criação do município de Arapongas, uma das mais extraordinárias realizações da "civilização do café" implantada na região Norte do Paraná. Inicialmente Astorga compreendia a vasta região de que resultou a criação — pelo seu desmembramento posterior — de cinco novas unidades municipais. Dentro dêsse território, em menos de um decênio surgiram tôdas essas

Agência do Banco Agrícola do Norte do Paraná

comunidades, em decorrência do progresso da região, proveniente da cultura do café. O vertiginoso progresso de Astorga se equiparou, desde os primeiros dias de sua história, ao de Arapongas, Rolândia, Apucarana e outras comunidades da região setentrional, onde floresceu uma cultura diferente, tomou vulto e se robusteceu uma civilização construída sob o influxo do café e do comércio de terras. A criação dos municípios de Munhoz de Melo, Iguaraçu, Santa Zélia, Lobato, Santa Fé e outros, pelo desmembramento de Astorga, foi uma decorrência da sua evolução e do seu vertiginoso progresso.

Munhoz de Melo, por ter surgido do impulso acelerado de um povoamento assaz rápido e, sobretudo, de criação recente — 1956 —, figura entre as numerosas comunidades paranaenses que, pràticamente, não possuem, ainda, uma história. As primeiras pessoas que chegaram à localidade onde, pouco tempo depois, surgiria um novo município, estabelecendo-se com "objetivo" de cultivar a terra, plantando café e cereais, foram: Olivério Bahls, Artur Moreira, Ricardo Daleski, Raimundo Pedro de Souza e Jorge Ricardo de Lima. A primeira denominação dada à localidade foi Interventor Manoel Ribas. Ao ser elevado à categoria de município, o patrimônio de Manoel Ribas passou a denominar-se Munhoz de Melo, em homenagem ao então Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Desembargador José Munhoz de Melo. O município foi criado pela Lei n.º 553, de 7 de janeiro de 1956. Seu primeiro Prefeito foi o Sr. Jorge Ricardo de Lima, eleito pelo povo e que ainda se encontra no exercício do seu mandato.

Av. Munhoz de Melo

LOCALIZAÇÃO — O município de Munhoz de Melo encontra-se na Zona Fisiográfica do Ivaí, sendo que a sua sede está localizada no ponto de coordenadas geográficas de 23° 09' de latitude Sul e 51° 43' de longitude Oeste de Greenwich. Tem como limites: ao norte Guaraci, a oeste Santa Fé e Iguaraçu, ao sul Astorga e a leste Jaguapitã.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 500 metros a altitude da sede municipal.

CLIMA — Situado o município no setentrião paranaense e na Zona Fisiográfica do Ivaí, possui clima quente, sêco e saudável. As temperaturas médias observadas no ano de 1956 foram 29°C para as máximas, 14°C para as mínimas e 22,5°C para a compensada.

ÁREA — Corresponde a 126 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — A sua população acha-se incluída na de Astorga, de cujo território fazia parte como simples povoado, por ocasião do Recenseamento Geral de 1950.

Aglomeração urbana — Apenas uma aglomeração urbana existe no município, a da cidade de Munhoz de Melo.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Aproveitando a exuberância das terras setentrionais do Paraná, onde se acha localizado, o município dedica-se, essencialmente, à agricultura que é sua mais importante fonte de riqueza. As principais culturas são: o café — cuja produção prevista para 1957 é de Cr$ 40 000 000,00, existindo cêrca de 2 milhões de pés plantados; a seguir o milho, o arroz, o feijão, o amendoim a batata e outras em menor escala.

Existem funcionando vários estabelecimentos industriais; apenas dois ocupam 5 ou mais operários. Os principais ramos são: de "produtos alimentares" e "madeireiro".

COMÉRCIO E BANCOS — Exercem suas atividades comerciais no município 2 estabelecimentos varejistas e uma agência bancária. Mantém Munhoz de Melo intercâmbio de produtos agrícolas e mercadorias com as praças de Astorga, Arapongas e Londrina.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se o município às cidades de: Iguaraçu (16 quilômetros); Santa Fé (20 quilômetros); Astorga (18 quilômetros). Dista da capital do Estado 500 quilômetros e da capital Federal 1 192 quilômetros.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Munhoz de Melo conta, aproximadamente, 2 000 habitantes, existindo ali 10 logradouros públicos: uma praça e 9 ruas.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existem duas farmácias na sede do município.

ENSINO — Em 1956, o número de unidades escolares do ensino primário fundamental comum era de 17, com a matrícula total de 919 alunos.

FINANÇAS PÚBLICAS —

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1956......			—	150	—

* Não existe Coletoria Federal no município — que está em seu primeiro ano de funcionamento — e a Estadual é de criação recente.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — São religiosas as principais manifestações populares, comemorando-se o São João, o Natal e a Páscoa.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A denominação primitiva da comuna era Interventor Manoel Ribas, posteriormente substituída pela de Munhoz de Melo, em homenagem ao então Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, José Munhoz de Melo. O município é distrito judiciário subordinado à comarca de Astorga. Existe na sede um Juiz de Paz e um Cartório do Registro Civil e anexos. O Prefeito Municipal é o Senhor Jorge Ricardo Lima. São Vereadores os Senhores João F. Barbosa, Gabriel de O. Silva, Pio Bazoni, Carlos de Marco, Fausto C. Pagani, Irineu Ferreira, Luiz G. Menezes, Sebastião Roberto, Vicente Liberato e Manoel de Almeida.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Paraná.

NOVA ESPERANÇA — PR

Mapa Municipal no 12.° Vol.

HISTÓRICO — Na história de cada uma das comunidades administrativas da região setentrional do Paraná, que se inicia, documentadamente, em 1925, há um fator que não pode deixar de ser mencionado como pedestal dessa mesma história: o trabalho da Companhia de Terras Norte do Paraná. A obra colonizadora empreendida por essa Emprêsa imobiliária, a partir daquele ano, após haver adquirido do Govêrno do Estado do Paraná uma área de 515 000 alqueires de terra, constitui fenômeno raro. Estendendo-se desde a bacia do Paranapanema aos vales dos rios Tibagi, Pirapó e Ivaí os domínios daquela poderosa Emprêsa particular, organizada e dirigida, inicialmente, por capitalistas britânicos, coube-lhe o papel relevante de planejar e executar o mais avançado e extraordinário plano de coloniza-

Vista parcial da cidade

ção em território paranaense. Entre as várias dezenas de cidades fundadas pela referida Companhia imobiliária, dentro de seu plano de colonização do setentrião paranaense, figura a cidade de Nova Esperança. Antes, porém, de sua penetração na localidade, em 1947, a mesma já era conhecida por tropeiros e viajantes vindos de São Paulo e Mato Grosso com destino aos Campos de Guarapuava e Palmas, ao ocidente e sul do Paraná. Êsses viajantes e boiadeiros fizeram as suas primeiras penetrações no sertão, onde hoje se localiza o município de Nova Esperança, por um "picadão", através da mata virgem, a partir do ano de 1926, o qual foi aberto margeando o ribeiro Biguá, por determinação de uma companhia de levantamentos de terras, que partiu da cidade de Presidente Prudente, no Estado de São Paulo, com destino ao Pôsto Taquaruçu, no município de Santo Inácio, no Estado do Paraná. A Companhia, naquela época, estava abrindo picadas que se destinavam aos Campos de Guarapuava, e, de uma hora para outra, determinou a paralisação dos serviços de levantamento, regressando o seu pessoal ao ponto de origem, provàvelmente por intermédio do Govêrno do Paraná, face às concessões feitas à Companhia de Terras Norte do Paraná. Em virtude da inesperada determinação dada pela emprêsa que procedia aos trabalhos de topografia e levantamento da região aos seus empregados, para suspenderem os trabalhos e retornar a Presidente Prudente, e como fôsse época de muita chuva, ficaram impossibilitados de atravessar o rio Paranapanema. Na sua retirada, os trabalhadores, em lombos de burros, tábuas e outros materiais para acampamento, resolveram, como entretenimento, erigir, no ponto final da picada, às margens do ribeiro Biguá, uma capelinha de aproximadamente dois metros de altura, por dois de comprimento e um de largura e coberta com fôlhas de zinco. Daí a origem da primitiva denominação do município de Capelinha, conhecido até hoje por numerosas pessoas que por aqui passaram anteriormente à sua elevação à categoria de município autônomo, em 1951.

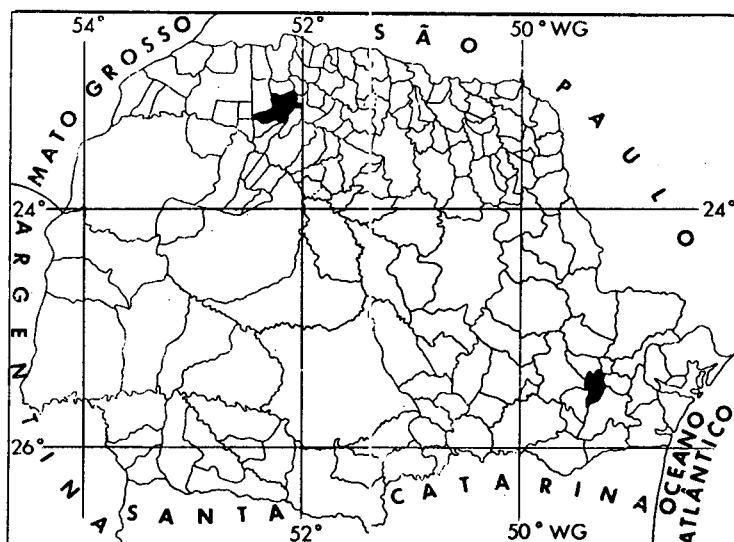
Em 1946 a Companhia de Terras Norte do Paraná, que já havia fundado outras cidades, chegou à Capelinha, cujas terras eram de sua propriedade, dando início à formação de um patrimônio, demarcando uma área de 155 000 alqueires paulistas, com a finalidade de prosseguir na sua obra de colonização.

Um cidadão de nome Artur foi o primeiro a adquirir uma "data". Construiu uma casinha de madeira, estabelecendo-se no novo patrimônio. A região era infestada por insetos e animais ferozes, e o primeiro morador, temeroso de ser atacado por êles, desertou, abandonando sua propriedade e tomando rumo ignorado. Logo depois, em outubro de 1946, chegavam ao lugar o Sr. José Xavier de Barros e sua espôsa, que passaram a ocupar a casa abandonada por Artur, transformada em hospedaria destinada a atender aos tropeiros e boiadeiros que por ali transitavam, vindos do Estado de Mato Grosso, através do Pôrto Camargo, no Paraná; e de Presidente Prudente, pelo Pôrto Taquaruçu, no rio Paranapanema, com destino a Maringá, Guarapuava e Paranavaí. É que já em 1944 existia um caminho através do sertão que ligava Maringá a Paranavaí, pelo qual já transitavam alguns veículos motorizados, passando pelas terras, nas proximidades da casa de José Xavier de Barros, distante 1 200 metros da Capelinha. Com o falecimento de José Xavier de Barros, Dona Benedita, sua espôsa, permaneceu sòzinha na hospedaria, como pioneira da fundação de Nova Esperança. Posteriormente apareceram ali Augusto Hengsh, de nacionalidade alemã, seu genro João Miranda, José Rodrigues, Heriberto Bruning, Levi Linhares e outros. Em 1947 veio de Londrina a família Fabrini, construindo aqui a primeira serraria, que muito contribuiu para a formação do patrimônio da Capelinha. Em 1948, a viúva de José Xavier de Barros construiu a primeira casa residencial e transformou a sua hospedaria em hotel. De 1948 a 1950 a povoação progrediu assombrosamente, formando-se, com rapidez extraordinária, uma grande cidade. Em vista do progresso alcançado e do aumento da população, os habitantes de Capelinha resolveram pleitear a sua elevação à categoria de distrito administrativo. Organizou-se, então, uma comissão composta do Dr. Álvaro D'Andréa Pinto, Dr. Artur Pinto Júnior, José Felipe Elias, Dario Rodrigues e outros, que se dirigiu à capital do Estado, pleiteando a criação do distrito da Capelinha. Entretanto, para surprêsa geral, a comissão conseguiu não a criação do distrito, mas do município de Nova Esperança, denominação que recebeu no ato de sua criação, o que se concretizou pela Lei estadual n.º 790, de 14 de novembro de 1951. Assim, o patrimônio de Capelinha, sem ao menos ter sido distrito de Mandaguari, foi elevado diretamente à categoria de município autônomo. O ato de instalação solene deu-se logo a seguir, sendo empossado o primeiro Prefeito Municipal eleito pelo povo, o médico Dr. José Teixeira Silveira, e instalada a Câmara Municipal. Os primeiros Vereadores foram: Dr. Kepler Gonçalves Palhano, José Felipe Elias, Hélio de Moraes Barbosa, Adelício Fagundes Dias, João Vieira, Afonso Sigssard, Alídio Roboledo, Daniel Lopes Marquez e Eduardo Sequi.

Em 1952 o município de Nova Esperança contava com o total de 21 patrimônios, numa área total de 155 000 alqueires, sendo 70 000 alqueires cultivados, havendo .... 82 200 000 pés de café e 1 358 quilômetros de estrada de rodagem. No período de 1951 a 1953 foram criados por Leis municipais os distritos de Floraí, Inajá, Paranacity, Alto Paraná, Atalaia e Paranapoema. Pela Lei estadual n.º 1 542, de 14 de dezembro de 1953, Nova Esperança foi elevado à categoria de comarca de primeira entrância.

O território de Nova Esperança já foi desmembrado diversas vêzes, tendo saído do mesmo os seguintes muni-

cípios autônomos: Alto Paraná, Paranacity, Floraí e Cruzeiro do Sul. Já foram criados mais os distritos de Irói, Uniflor e Barão de Lucena.

LOCALIZAÇÃO — A sede municipal localiza-se na posição determinada pelas coordenadas geográficas seguintes: 23° 12' de latitude Sul e 52° 12' de longitude W. Gr. Situa-se Nova Esperança na Zona Fisiográfica do Ivaí, limitando-se ao norte com o município de Cruzeiro do Sul, ao sul com os municípios de Floraí e São Jorge, a oeste com o município de Alto Paraná e a leste com os municípios de Lobato, Iguaraçu e Mandaguaçu.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede do município encontra-se a uma altitude de 600 metros.

CLIMA — Possui Nova Esperança clima quente. Não há ocorrência de geadas. Os invernos são frescos e agradáveis e os verões quentes, registrando-se, em alguns anos, chuvas freqüentes nestas estações. As temperaturas médias observadas, no ano de 1957, foram de 30°C para as máximas, 12°C para as mínimas e 22°C para a compensada.

ÁREA — O município de Nova Esperança compreende uma área de 705 quilômetros quadrados.

RIQUEZAS NATURAIS — A madeira é a principal riqueza natural do município.

POPULAÇÃO — Sua população acha-se incluída nos resultados censitários de 1950, na do município de Maringá, ao qual pertencia, naquele ano, como simples povoado. É estimada, atualmente, em 19 500 habitantes.

Aglomerações urbanas — Conta o município com cinco aglomerados urbanos: cidade de Nova Esperança e vilas de Atalaia, Barão de Lucena, Irói e Uniflor.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A maioria da população do município dedica-se aos afazeres da lavoura, principalmente a do café, que é a base da economia municipal. As principais culturas agrícolas do município valeram, em 1956: café — Cr$ 182 800 000,00; milho — .... Cr$ 426 000,00; arroz — Cr$ 90 300 000,00; laranja — Cr$ 16 000 000,00; algodão — Cr$ 9 550 000,00; feijão — Cr$ 1 710 000,00.

A indústria possui 59 estabelecimentos, dos quais 15 ocupam 5 ou mais operários, sendo principais, os ramos "madeireiro" e de "produtos alimentares". A exportaçã interestadual do município, em 1956, apresentou a soma d Cr$ 65 264 415,00.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem em Nova Esperanç 361 estabelecimentos varejistas, 4 atacadistas e 9 agência bancárias. Mantêm aquêles estabelecimentos intercâmbi comercial com as praças de Maringá e Londrina, no Paraná e São Paulo e Santos, em São Paulo.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se Nova Esperança aos municípios de Cruzeiro d Sul — 32 quilômetros (rodovia); Alto Paraná — 18 quilômetros (rodovia); Floraí — 30 quilômetros (rodovia) Mandaguaçu — 24 quilômetros (rodovia). Dista da capita do Estado 550 quilômetros (rodovia) e da capital Federa 1 245 quilômetros (rodovia).

Na cidade existe um aeroporto denominado Dr. Getúlio Vargas, com uma pista 1 200 x 500 m, utilizado diàriamente por aviões comerciais da Viação Aérea São Paul (V.A.S.P.) e Real-Aerovias-Nacional S.A., além d táxis-aéreos vindos dos municípios vizinhos. Acha-se instalado na cidade 1 Pôsto do Correio do Departamento do Correios e Telégrafos, estando em funcionamento, ainda, o serviços radiotelegráficos de uso privado das referidas empresas aéreas. Uma rêde telefônica constando de 300 aparelhos presta serviço à população urbana.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Nova Esperança possui 3 300 edificações, das quais 3 050 ocupadas para fin residenciais. É servida por energia elétrica para iluminaçã pública e domiciliar, e por telefones urbanos, com 300 ligações. Existem na cidade 53 logradouros públicos, sendo 4 avenidas, 44 ruas e praças. No ano de 1957, foram registrados na Prefeitura Municipal 122 automóveis e 276 caminhões. Cinco hotéis e uma pensão hospedam os visitantes da cidade.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município conta com ótimos recursos no setor assistencial: 8 médicos, 4 dentistas e 2 farmacêuticos, residentes na cidade, onde existem, ainda, duas casas de saúde e um pôsto de higiene, além de 5 farmácias.

ENSINO — Em 1956, funcionaram no município 23 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, em que estiveram matriculados 3 413 alunos. Há na cidade um Ginásio e uma Escola Normal.

Vista da Agência do Banco de Desconto S.A.

Escola Normal Júlia Wanderley

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Circula no município o "Jornal de Nova Esperança", de periodicidade quinzenal. Na cidade existem uma estação radioemissora, a Rádio Sociedade Nova Esperança — prefixo ZYS-41, freqüência de 1 370 quilociclos; uma biblioteca pública municipal, com 980 volumes de obras gerais, uma tipografia, 4 livrarias e 1 cinema, o Cine Esperança, com 1 300 lugares, tendo levado a efeito, em 1956, um total de 422 exibições cinematográficas, a que estiveram presentes ... 72 072 pessoas. Há, ainda, na vila de Uniflor, o Cine Santa Helena, com 100 lugares.

FINANÇAS PÚBLICAS —

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1952......	—	1 364	5	5	78
1953......	—	8 803	3 995	3 429	3 493
1954......	—	11 385	5 284	3 026	6 080
1955......	—	20 679	7 404	3 233	5 974
1956......	—	14 117	6 127	3 182	8 093

Orçamento Geral para 1957 — Municipal (doze milhões de cruzeiros) Cr$ 12 000 000,00.

OBSERVAÇÃO — A arrecadação municipal de 1952 refere-se apenas ao período de 14-12-1952 até o fim do mesmo mês, num total de Cr$ 4 974,50; a tributária de Cr$ 4 724,50 e as despesas efetuadas de Cr$ 77 488,50.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — O município é dedicado ao Sagrado Coração de Jesus, seu padroeiro, constituindo-se a festa em sua honra, durante o mês de junho (especialmente no segundo domingo), a maior manifestação popular, de que o povo em geral participa, tomando parte ativa nas solenidades. Comemoram-se, também, as datas de 8 e 25 de dezembro de cada ano, dedicadas respectivamente a Nossa Senhora da Conceição e ao Natal.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — É desconhecida a origem do nome da comuna. Seus habitantes são chamados nova-esperancenses. O município é sede de comarca de 2.ª entrância, formada por sete distritos judiciários: sede, Alto Paraná, Atalaia, Floraí, Paranacity, Paranapoema e São João do Caiuá.

Na cidade funcionam os Cartórios do Cível, Crime, Registro Civil e anexos, Tabelionato e de Imóveis. Em cada distrito há um Juiz de Paz, um Cartório Civil e anexos.

É Prefeito Municipal o Sr. Pedro Zanusso. São Vereadores: Júlio Zacarias, José Felipe Elias, Luiz Senenglia, Álvaro de C. Viana, Aristides A. Dias, Izalino A. de Oliveira, Adelício F. Dias, José Rodrigues Silva, Genísio P. dos Santos e Levy de O. Pacheco.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

NOVA FÁTIMA — PR

Mapa Municipal no 12.º Vol.

HISTÓRICO — O território do atual município de Nova Fátima pertenceu ao município de Congonhinhas que, por sua vez, foi desmembrado do de Jataìzinho.

Data de 1854 o início do povoamento da antiga região do vale do Jataí-Tibagi. Com a fundação da Colônia Militar do Jataí, pelo Govêrno imperial, entregue a João Francisco Lopes, tentava-se o primeiro passo para o povoamento do Norte do Paraná, em bases sólidas e com elementos nacionais e estrangeiros, muitos anos após a destruição da civilização espanhola, iniciada pelos Padres da Companhia de Jesus, a partir do ano de 1954. Presume-se, assim, que desde os primitivos tempos da catequese indígena até o comêço da colonização militar, e pelos tempos em fora, as terras que formam o atual município de Nova Fátima tivessem sido conhecidas por civilizados quando de suas andanças pelos caminhos ermos do sertão, principalmente pelos bandeirantes paulistas que a partir do século XVII assolaram a região, preando índios e caçando ouro e pedrarias preciosas.

O início da formação de um povoado à margem da Estrada Cornélio Procópio—Congonhinhas, porém, data de ontem. Os primeiros moradores que se estabeleceram aqui foram João Canedo, Pedro Marçal Ribeiro, João Batista Fróes, Sebastião Nicolau Fróes, Rosa Adriano Consolim, José Fernandes Fróes e Martiniano de Campos. O terreno onde foi fundada a povoação pertencia à Senhora Maria da Conceição de Carvalho Macedo, que tinha como procurador o Sr. Lupércio Amaral Soares, morador na localidade. Nos primeiros tempos, a localidade era conhecida pela denominação de Divisora, assim chamada por servir de divisa entre as Fazendas Santa Bárbara, Congonhas, Rio do Peixe ou Imbaú. O abastecimento dos primeiros moradores era feito em Congonhinhas, Ribeirão do Pinhal, Paiolão e Cornélio Procópio. O transporte realizava-se em lombo de burros e cavalos, que eram os principais auxiliares dos moradores, na travessia das distâncias que separavam essas localidades do povoado então nascente. Em 1940 chegou Antônio José Fogaça, também conhecido por Antônio da Luz, que instalou a primeira casa de comércio no mesmo local onde hoje se encontra o hotel de propriedade de Rosa Adriano Consolim. Alguns meses após o seu estabelecimento na localidade, Antônio José Fogaça adquiriu de Dona Maria da Conceição de Carvalho Macedo, por intermédio do seu procurador Lupércio Amaral Soares, dez alqueires de terras, situadas nas Fazendas Santa Bárbara e Congonhas, com o fim

de fundar um patrimônio. Feito o loteamento, iniciou a propaganda e a venda de lotes e "datas", em suaves prestações mensais. O povoado em perspectiva recebeu a denominação de Patrimônio da Luz, por influência da alcunha de seu proprietário Antônio da Luz. Daí por diante, começaram a realizar-se festas religiosas, que eram conhecidas por Domingo de Mês, em virtude de serem levadas a efeito no primeiro domingo de cada mês. O local destinado a êsses festejos era em frente a um cruzeiro, onde hoje se encontra o Pôsto Esso, da firma Schenfelder & Cia.

Em janeiro de 1942, o patrimônio foi visitado por Frei Demétrio de Dueville, que celebrou a primeira missa, na residência do Sr. João Batista Fróes, atualmente de propriedade de Shigeru Fujiwara.

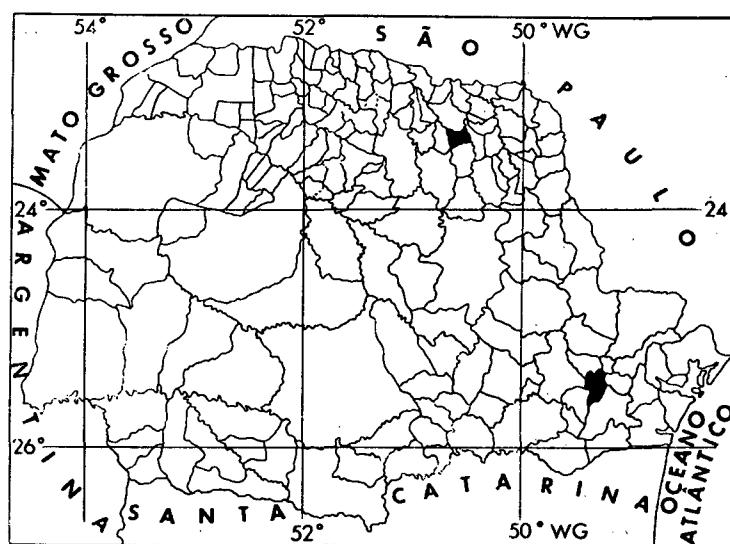
Por motivos imperiosos, Antônio José Fogaça teve de mudar-se, vendendo as terras de sua propriedade a Gustavo Schenfelder que continuou a sua obra, abrindo logradouros, vendendo lotes e difundindo o nome da localidade, motivo por que Gustavo Schenfelder figura no rol dos pioneiros e fundadores de Nova Fátima. A essa lista cabe acrescentar os nomes de Lupércio Amaral Soares e do Dr. Carlos Ross, que promoveram o loteamento de suas terras em tôrno do patrimônio, ampliando a área loteada. O Dr. Carlos Ross era representante da Senhora Ida Glazer, proprietária de uma gleba de terras no Divisor e integrante da Fazenda Rio do Peixe ou Imbaú. Em 1943 organizou-se uma comissão constituída por Gustavo Warner, ferreiro; Gustavo Schenfelder, comerciante; Sebastião Nicolau Fróes, lavrador; Martiniano de Campos, administrador de fazendas, e Álvaro Ursolino dos Santos, comerciante, com o fim de projetar e construir a capela da localidade. Os trabalhos tiveram andamento rápido e, inaugurada a igreja, foi a mesma confiada a Nossa Senhora da Luz, que passou a ser a padroeira do Patrimônio. Ainda em 1943 foi construído o prédio destinado ao funcionamento da primeira escola, tendo assumido o cargo de professôra a Senhora Maria Emília. A edificação foi localizada no lugar onde hoje se acha o edifício da Prefeitura Municipal. O primeiro farmacêutico a estabelecer-se na localidade foi o Sr. Oswaldo Faria, que instalou a primeira farmácia em 1943.

Por Decreto estadual de 1944, o Patrimônio da Luz passou a pertencer ao município de Congonhinhas e à comarca de Assaí. No mesmo ano procedeu-se a inauguração da capela de Nossa Senhora da Luz, passando, dessa data em diante, também o Patrimônio a denominar-se Nossa Senhora da Luz, em homenagem a sua padroeira. A primeira missa na nova capela foi celebrada por Frei Doroteu de Padova, Vigário da Paróquia de Congonhinhas. Em 1945 chegou ao povoado o Dr. Aloysio de Barros Tostes, que foi o primeiro médico do Patrimônio Nossa Senhora da Luz.

Pelo Decreto-lei n.º 92, de 14 de setembro de 1948, o Patrimônio foi elevado à categoria de distrito judiciário, com a denominação de Tulhas, em substituição à denominação de Nossa Senhora da Luz, preferida pelos habitantes e fundadores da localidade, mas que coincidia com o nome de outra cidade da Federação. Foi autor do projeto de lei que elevava o Patrimônio à categoria de distrito, bem como de sua nova denominação, o deputado Avelino Antonio Vieira. O nome foi tirado de Paiolão, que ficava nas proximidades e significa depósito de cereais. Logo após a criação do distrito judiciário de Tulhas foram empossadas as primeiras autoridades, a saber: Galdino Lico, no cargo de Subdelegado de Polícia; Reducino Soares de Camargo, Juiz de Paz; e Nicanor Ferreira de Mello, Oficial do Registro Civil e Tabelião de Notas. A 20 de abril de 1949 foi instalada a Coletoria Estadual, e em 1950, a Casa de Saúde "Santa Rita", de propriedade do Dr. Aloysio de Barros Tostes. Ainda no mesmo ano foi inaugurada a Usina Diesel Elétrica de Tulhas, e a primeira Agência dos Correios e Telégrafos. O progresso do novo distrito não parou. Organizaram-se sociedades recreativas, chegaram novos e numerosos habitantes, instalaram-se agências e filiais de grandes e importantes estabelecimentos bancários, evoluindo de maneira espantosa.

Pelo Decreto-lei n.º 790, de 14 de novembro de 1952, o distrito de Tulhas foi elevado à categoria de município, com a denominação de Nova Fátima, desmembrado do território do município de Congonhinhas. A nova denominação foi sugerida por D. Geraldo de Proença Sigaud, Bispo de Jacarèzinho, por ter encontrado certa semelhança entre a topografia local e a de Fátima, em Portugal. Esposou a idéia e batalhou pela sua concretização o Sr. Mércio Prudente Corrêa, que encontrou grande dificuldade para conseguir a mudança do nome do antigo Patrimônio da Luz.

A 18 de novembro de 1952 realizaram-se as eleições locais, tendo sido eleito primeiro Prefeito Municipal o Senhor Sebastião Nicolau Fróes, um dos fundadores do município. A instalação solene da nova comuna deu-se a 14 de dezembro de 1952, tendo sido empossado o Prefeito Municipal e a primeira Câmara de Vereadores, cujo primeiro Presidente foi o Sr. Ramiro Fraiz Martine.

LOCALIZAÇÃO — A sede municipal de Nova Fátima localiza-se na posição determinada pelas coordenadas geográficas seguintes: 23° 27' de latitude Sul e 50° 32' de longitude W.Gr. Nova Fátima situa-se na Zona Fisiográfica do Tibagi, limitando-se ao norte com o município de Cornélio Procópio, ao sul com o de Congonhinhas, e a oeste com o de Amoreira e a leste com o de Ribeirão do Pinhal.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal encontra-se a uma altitude de 680 metros.

CLIMA — Nova Fátima possui clima quente. As temperaturas médias observadas no ano de 1956 foram 32°C para as máximas, 18°C para as mínimas e 25°C para a compensada.

Farmácia São João

ÁREA — O município compreende uma área de 217 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os rios Congonhas e Laranjinha, não navegáveis, e a serra da Laranjinha, com 790 metros de altitude, são os principais acidentes geográficos locais.

POPULAÇÃO — Por ocasião do Censo de 1950, o município, então distrito de Tulhas, pertencente ao território municipal de Congonhinhas, possuía 8 298 habitantes, sendo 4 388 homens e 3 910 mulheres.

Aglomeração urbana — A cidade de Nova Fátima constitui a única aglomeração urbana no município.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A base fundamental da economia de Nova Fátima se fixa na agricultura, face à excelente fertilidade das terras que constituem seu território, secundada pela pecuária e indústria. Principais culturas agrícolas: café (8 milhões de pés), com a produção prevista de Cr$ 30 000 000,00; milho — Cr$ 15 795 000,00; feijão — Cr$ 10 868 970,00; arroz — Cr$ 10 556 000,00; algodão — Cr$ 774 000,00. Em menor escala batata-inglêsa, alfafa e mandioca.

A indústria é composta de 21 estabelecimentos, dos quais 2 ocupam 5 ou mais funcionários. Explora os seguintes ramos: "madeireiro" e de "produtos alimentares".

Na pecuária predominam os rebanhos bovino e suíno, havendo exportação de gado para outros municípios. A exportação, em 1956, atingiu a soma de Cr$ 6 801 220,00.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem no município 118 estabelecimentos comerciais varejistas, 1 atacadista e duas agências bancárias, que representam o comércio local. Mantém intercâmbio de produtos agrícolas e mercadorias (exportação e importação) com as praças de Santo Antônio da Platina, Ribeirão do Pinhal, Londrina, Cornélio Procópio e Paranaguá, no Paraná, e da capital de São Paulo.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — O município é servido sòmente por estradas de rodagem que demandam a sede e todo o interior, ligando-o às seguintes comunas: Congonhinhas — 8 km; Cornélio Procópio — 8 quilômetros; Ribeirão do Pinhal — 13 km; São Jerônimo da Serra — 11 km; Amoreira — 15 km; à capital do Estado — 387 quilômetros; à capital Federal — 1 005 km.

Na sede funciona um pôsto de Correio do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Nova Fátima conta com a população estimada em 3 000 habitantes, com mais de 600 edificações, rêde telefônica urbana e interurbana, com 29 aparelhos instalados, e energia elétrica para iluminação pública e domiciliar. Existem na cidade 21 logradouros públicos, sendo uma avenida, 18 ruas e duas praças. Há em funcionamento 2 hotéis e duas pensões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Dois médicos, 3 dentistas e 2 farmacêuticos, residentes no distrito-sede, prestam assistência médico-sanitária à sua população. Uma casa de saúde e um pôsto de higiene complementam as atividades daqueles profissionais, estando o comércio afim representado por duas farmácias.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo os resultados do Recenseamento Geral de 1950, a sede do então distrito de Tulhas (atual município de Nova Fátima) contava 923 pessoas de 5 anos e mais; dêsse total, 533 sabiam ler e escrever, sendo 361 homens e 172 mulheres.

Ensino — Em 1956, o município possuía 9 unidades escolares, através das quais foi ministrado o ensino primário fundamental comum a 605 alunos. Atualmente, funciona na cidade um Ginásio mantido pelo Govêrno do Estado.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Funciona na cidade um cinema, o Cine Luz, com 474 lugares.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1953......	...	1 685	1 254	629	1 244
1954......	...	1 404	1 410	564	1 294
1955......	...	2 224	1 298	622	1 204
1956 (1)...	...	2 449	1 885	814	1 384

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Realiza-se anualmente, no período de 4 a 13 de outubro, na sede do município, a maior manifestação popular, motivada pelo transcurso da festa da padroeira local, Nossa Senhora de Fátima. Depois desta, outra grande parada de fé tem lugar na cidade: a festa em homenagem a Santo Antônio, na noite de 12 para 13 de junho.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O nome Nova Fátima foi adotado para a comuna (cidade) por sugestão de D. Geraldo de Proença Sigaud, Arcebispo de Jacarèzinho, que achou a topografia local semelhante à existente em Fátima, Portugal. Seus habitantes são costumeiramente chamados fatimenses. O município é sede de distrito judiciário subordinado à comarca de Cornélio Procópio. Na sede existe um Juiz de Paz e um Cartório do Registro Civil e Anexos. O Prefeito Municipal é o Senhor Ramiro Fraiz Martine. São Vereadores os Senhores Reducino S. Camargo, Dr. Aloysio B. Tostes, Labib Chaek, Nery C. Lobo, Miguel A. Oliveira, Dr. Celso A. de Oliveira, Benedito M. Martins, Olívio Costa e Sebastião N. Fróes.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Paraná.

NOVA LONDRINA — PR

Mapa Municipal no 12.º Vol.

HISTÓRICO — São raros e imprecisos os dados relativos às primeiras notícias do povoamento e colonização da localidade, onde se encontra a cidade de Nova Londrina. Sabe-se, contudo, que desde antes do ano de 1930 existiu um "picadão" que, partindo do Pôrto São José, no rio Paraná, nos lindes com o Estado de Mato Grosso, cruzava as terras circunjacentes do atual município de Nova Londrina, para atingir a Fazenda Montoya, local onde hoje se encontra a cidade de Paranavaí. De acôrdo com as informações obtidas, em 1947 alguns sertanejos se instalaram na localidade mais tarde denominada Patrimônio Marilena, situado na Gleba Paranapanema. distante oito quilômetros da atual sede de Nova Londrina e noventa da sede municipal de Paranavaí.

Objetivando a extração e aproveitamento das madeiras de lei, abundantes na região, e a exploração das suas terras férteis e ubérrimas, no período de 1947 a 1950 estabeleceram-se ali duas emprêsas imobiliárias: a Emprêsa Colonizadora Marilena, de José Volpato, e a Terras e Colonização Paranapanema Ltda., dirigida por Antenor Borba e José Nite.

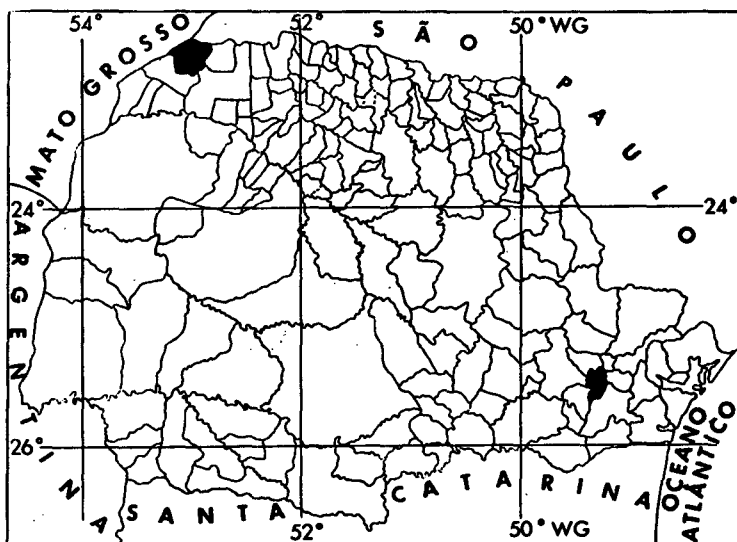
A primeira grande derrubada de que se tem notícia foi feita no local denominado Feijão Cru, hoje Marilena, à margem da Estrada do Pôrto São José, sob as ordens dos Irmãos Volpato. A segunda derrubada procedeu-se no lugar denominado Rancho Alegre, onde hoje se encontra a Fazenda Santa Helena, de propriedade de José Volpato. E a terceira se deu no local onde atualmente se acha a Fazenda Amapovo, de propriedade de André Volpato.

No período de quatro anos, a partir de 1947, existiam na região apenas três "posseiros": Henrique Palma, estabelecido nas proximidades de Areia Branca do Tucum; Atanásio Belo, na Água do Tigre; e José Nite, nas proximidades de Feijão Cru (Marilena). Entretanto, como primeiros colonizadores oficiais das terras que constituem hoje o território de Nova Londrina, devem ser considerados José Volpato e seus irmãos, que eram proprietários de uma área de 24 000 alqueires de terras, situada dentro da Gleba Paranapanema, às margens do rio Paraná, nas proximidades do Pôrto São José. Foram, portanto, os irmãos Volpato que abriram as primeiras picadas na mata virgem, colocando Marilena, depois Nova Londrina, em contacto com os demais centros civilizados do Norte paranaense e, por seu intermédio, com todo o território estadual. As comunicações iniciais foram feitas por intermédio dos núcleos nascentes de Loanda, Santa Isabel do Ivaí e Monte Castelo. A partir de 1950, com o espantoso desenvolvimento de Paranavaí, elevado a distrito em 11 de março de 1949, as terras das diversas regiões do novo e progressista distrito passaram a ser grandemente solicitadas. Entusiasmado pela procura impressionante das terras da região, um grupo de colonizadores, reunido em Londrina, resolveu fundar a Companhia Imobiliária Nova Londrina, com o fim de lotear e colonizar a Gleba Paranapanema e terras adjacentes, localizadas no então distrito de Paranavaí, município de Mandaguari. Figuravam como diretores da nova Emprêsa imobiliária os Senhores Silvestre Dresch, Armando Valentim Chiamuller, Leopoldo Lauro Bender, Ewaldir Bordin e Salin Zaidan. A Firma foi imediatamente registrada na Junta Comercial do Paraná sob n.º 19 884, em 3 de agôsto de 1950. Entretanto, sòmente em outubro de 1951 é que foram dados os primeiros passos efetivos para o início da colonização. Apesar dos esforços envidados, só em 1952 é que se efetivou o lançamento dos trabalhos preliminares do povoamento. Diversas casas foram construídas pela Companhia, o que lhe permitiu considerar fundada a nova cidade. Assim, ficou sendo considerado como data da fundação o dia 20 de outubro de 1952. A Companhia foi conseguindo trazer colonos de todos os rincões do Brasil, não tardando, também, a aparecerem os primeiros imigrantes estrangeiros interessados em ali estabelecer-se. Mas, a exemplo do que ocorreu com outras terras situadas na antiga Colônia Paranavaí, àvidamente procuradas pelas suas ótimas qualidades e pela sua posição geoeconômica, não tardaram, também, a surgir questões entre posseiros e litígios entre pretensos e legítimos donos da terra. Foi assim que, em 1952, no local mais tarde denominado Casa Queimada, nas proximidades de Areia Branca do Tucum, onde disputavam direitos João Alves da Rocha Loures e José Volpato, foram incendiadas as propriedades. Choques armados tiveram lugar e a região, durante muito tempo, foi palco de graves e dolorosos acontecimentos. Pelas mesmas razões, nas proximidades do Quilômetro 64, também da Gleba Paranapanema, onde disputavam direitos de posse Pedro Mariucci, de Cornélio Procópio, e a Emprêsa Imobiliária Cobrinco, novos choques armados tiveram lugar. Ambas as contendas, porém, foram prudentemente acalmadas pelos órgãos competentes da Justiça que, interferindo na luta, fizeram serenar os ânimos, resolvendo a questão e pondo têrmo à luta. Enquanto os choques eram travados, acirradamente, no âmago do sertão, visando à posse da terra, quando grupos se digladiavam, de armas em punho, novas e numerosas levas de colonos e trabalhadores afluíam à gleba, procurando comprar "datas", no maior e mais movimentado êxodo rural já verificado em plagas brasileiras. Predominava, nesse "rush" histórico, o elemento gaúcho, que trazia do velho Rio Grande do Sul os seus usos, costumes e tradições, a fim de implantá-los na terra roxa do setentrião paranaense.

Vista aérea da cidade

Em 8 de maio de 1956, o distrito judiciário de Nova Londrina passou a pertencer à nova comarca de Loanda, recentemente instalada, desmembrando-se da de Paranavaí.

Acompanhando o rápido progresso, a Igreja Católica elevou à Matriz a capela existente, criando a Paróquia de Nova Londrina e nomeando seu primeiro Vigário o Padre José Bevilaqua.

LOCALIZAÇÃO — A sede municipal localiza-se na posição determinada pelas coordenadas geográficas seguintes: 22° 55' de latitude Sul e 53° 10' de longitude W.Gr. Nova Londrina situa-se na Zona Fisiográfica do Ivaí, limitando-se ao norte com o Estado de São Paulo, ao sul com os municípios de Loanda e Paranavaí, a oeste com o município de Loanda e leste com o de Terra Rica.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede do município encontra-se a uma altitude de 480 metros.

CLIMA — Possui o município clima quente, havendo ocorrência de chuvas freqüentes durante os meses de novembro a fevereiro. As temperaturas médias registradas no ano de 1957 foram de 30,9°C para as máximas, 12,4°C para as mínimas e 21,6°C para a compensada.

ÁREA — O município de Nova Londrina compreende uma área de 847 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O rio Paranapanema e a ilha do Tigre constituem os mais importantes acidentes geográficos do município.

POPULAÇÃO — Estima-se a população atual do município em 25 000 habitantes, dos quais 89% estão localizados na zona rural. A densidade demográfica do município é de 29 habitantes por quilômetro quadrado.

Aglomerações urbanas — Duas são as aglomerações urbanas do município: Nova Londrina e Marilena.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A base econômica do município reside nas atividades agrícolas, nestas predominando a cultura do café. Existem plantados cêrca de 9 milhões de cafeeiros, dos quais 6 450 000 em formação e mais de 2 500 000 em produção, que em 1957 proporcionaram 10 080 sacas beneficiadas, valendo Cr$ 16 128 000,00. As demais culturas são: milho — 150 000 sacas: .... Cr$ 12 000 000,00; algodão — 110 000 arrôbas: .... Cr$ 11 000 000,00; arroz — 58 000 sacas: .... Cr$ 20 300 000,00; feijão-soja — 20 000 sacas: .... Cr$ 6 000 000,00; feijão — 10 400 sacas: .... Cr$ 3 120 000,00; trigo — 60 toneladas: Cr$ 300 000,00. Em menor escala o amendoim e a mamona.

A indústria também colabora para a economia do município. Existem ao todo 14 estabelecimentos industriais funcionando, dos quais 6 ocupam 5 funcionários ou mais. Age preferencialmente nos ramos "madeireiro" e de "produtos alimentares". A pecuária conta com um rebanho apreciável: 10 000 bovinos e 20 000 suínos. A exportação em 1956 foi da ordem de Cr$ 23 167 128,00.

COMÉRCIO E BANCOS — Funcionam no município 18 estabelecimentos comerciais varejistas e 3 atacadistas. Mantém Nova Londrina transações comerciais com as praças de Paranavaí, Alto Paraná e Maringá, no Paraná; Pôrto Epitácio e São Paulo, no Estado de São Paulo.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Existem na sede municipal uma estação rodoviária, 1 campo de pouso (800 x 40 m), onde escalam táxis-aéreos da B.C.A. (Brasil Organização Aérea) e da R.E.T.A. (Rêde Estadual de Transportes Aéreos). Na barra do ribeiro do Tigre, acha-se localizado o Pôrto do Tigre; aí está sendo construída uma balsa para a travessia de veículos e passageiros em direção à margem oposta, no Estado de São Paulo, onde se localiza a cidade de Rosana que será servida brevemente pela Estrada de Ferro Sorocabana. Nova Londrina está ligada, por estrada de rodagem, aos seguintes municípios: Loanda — 45 km; Paranavaí — 82 km; Terra Rica — 50 quilômetros; à capital do Estado — 599 km; à capital Federal — 1 366 km. Por via aérea liga-se à capital Estadual — 452 km, e à capital Federal — 1 002 km. Deverá ser instalada em breve uma Agência Postal do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Nova Londrina possui 3 000 habitantes, aproximadamente. Conta com cêrca de 670 edificações, 592 das quais se destinam a fins residenciais; possui diversos logradouros públicos — avenidas, ruas e praças. No ano de 1957, foram registrados na Prefeitura Municipal 19 automóveis e 50 caminhões. Há um serviço de abastecimento de água, cujas rêdes distribuidoras medem 1 200 metros e beneficiam 170 prédios. Cinco hotéis e uma pensão hospedam os visitantes da cidade. Está em funcionamento o Cine Brasil com capacidade para 300 espectadores.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Residem na sede municipal, a cuja população prestam assistência médico-sanitária e em geral, 1 médico, 3 dentistas e 2 farmacêuticos. Conta ainda a população citadina com um hospital e 1 pôsto de higiene em funcionamento, além de uma farmácia.

ENSINO — O ensino primário fundamental comum foi ministrado em 1956, através de 15 unidades escolares, a um total de 751 alunos. Funciona na cidade um Escola Normal Regional do 1.° Ciclo.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1955......	...	1 817	—	—	(*)
1956 (1)...	...	5 118	1 968	995	1 845

(*) O município foi instalado em 7/1/56, sendo que em 1955 era distrito administrativo de Paranavaí

(1) O orçamento municipal de 1956 era de Cr$ 3 500 000,00

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Essencialmente católica, a população do município realiza as suas principais manifestações no culto aos santos de sua fé: São Pedro, São João, Santo Antônio, São José, comemorando também por tradição a Páscoa e o Natal.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O nome Nova Londrina adveio da cidade coirmã Londrina, pelo fato de seu desenvolvimento assemelhar-se ao daquela, que nos dias atuais é a principal cidade do setentrião paranaense. Os habitantes do município são chamados nova-londrinenses.

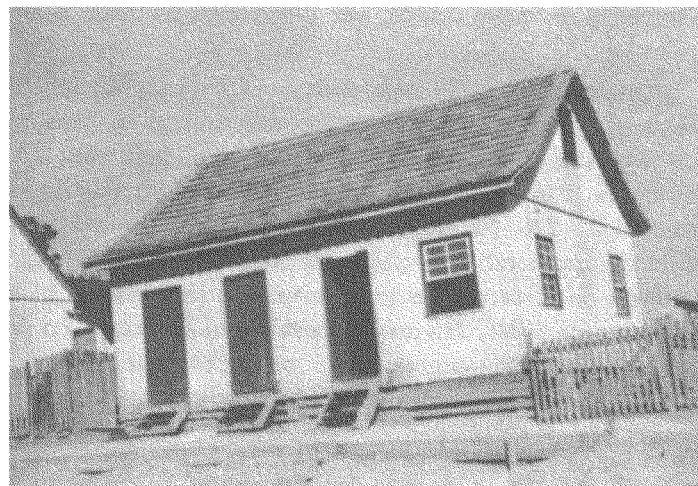
Nova Londrina é sede de distrito judiciário subordinado à comarca de Loanda, contando com um Juiz de Paz e um Cartório do Registro Civil e anexos. O Prefeito Municipal é o Senhor Avelino Antônio Colla. São Vereadores os Senhores Sodálio Cardoso, Júlio Antônio Matos, Ceslau Zilalanka, José João Budel, Manuci Martins, Maximiliano Bertazi, Alfio Borghi, Felinto de S. Freire e Antônio Scandelari.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

ORTIGUEIRA — PR

Mapa Municipal no 11.° Vol.

Prefeitura Municipal

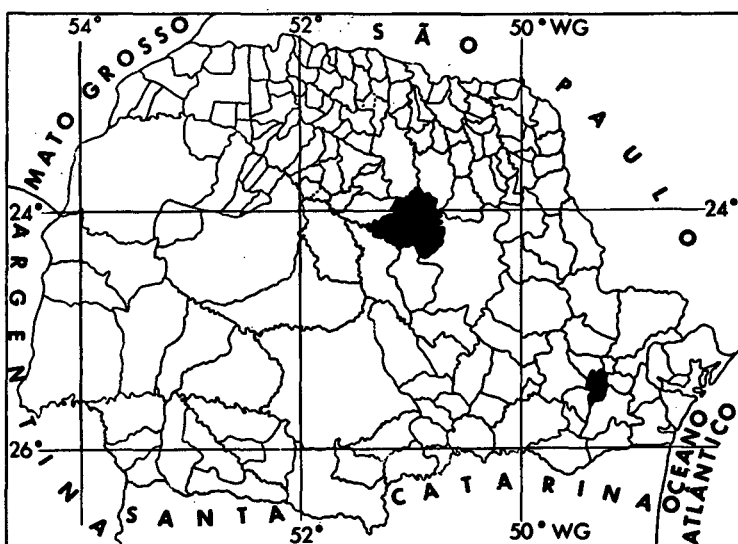
HISTÓRICO — Em princípios dêste século, três indômitos sertanejos, procedentes de lugares distantes, chegaram à localidade, onde deveria surgir, muitos anos mais tarde, a cidade de Ortigueira, no âmago do sertão paranaense. Eram êles Adolfo Alves de Souza, Domiciano Cordeiro dos Santos e Marcílio Rodrigues de Almeida que, abandonando suas terras no bairro do Socavão, no interior do Estado do Paraná, partiram, quase sem destino, em busca de novo paradeiro, à procura de guarida para as suas criações e terras que lhes propiciassem melhores e mais promissoras colheitas. Autênticos bandeirantes do século XX, percorreram longas e intermináveis distâncias, cruzaram regiões desertas, vadearam rios e chegaram, finalmente, ao seu destino. Alojaram-se num outeiro denominado Monjolinho. Estavam no interior do antigo município de Tibagi. Dois membros da caravana seguiram em frente, foram mais adiante, atingindo as margens de um rio a que deram o nome de Formigas. A distância entre Monjolinho e o rio Formigas se apresentava maior dada a existência de um espêsso taquaral sêco, que dificultava a travessia e, assim, Adolfo Alves de Souza e Domiciano Cordeiro dos Santos resolveram queimá-lo, devastando uma área de, aproximadamente, trezentos alqueires de terra. Passaram-se os anos e os intrépidos sertanejos foram vivendo ali. Em 1.° de setembro de 1905, resolveram plantar alguma coisa nas "queimadas", a título de experiência. O resultado foi dos mais animadores: de 5 litros de feijão plantado obtiveram 2 130 litros, ou seja, o equivalente a 53 alqueires, ou 11 alqueires por litro de semente confiada ao solo, o que representou um prodígio de fertilidade. Assim, as terras férteis, carinhosas e amigas do lugar das "queimadas" se tornaram admiradas de todos os homens que se dedicavam às lides da lavoura e que ali chegavam, oriundos de todos os recantos do Estado, atraídos pela fama de sua exuberância. Ali se fixaram mais algumas famílias e, do aglomerado humano, nasceu uma vila. Seus primitivos moradores chamaram-na Queimadas. A romaria dos adventícios não cessou. Homens de todos os graus de cultura foram chegando e se estabelecendo em Queimadas. Alguns de maior e mais elevada visão política e cultural, também, acorreram à nova povoação e ali se estabeleceram. Dentre êstes cabe salientar Isidoro da Rocha Pinto, ex-soldado, que se transformou no primeiro professor de Queimadas.

Em 9 de abril de 1916, chegou à povoação o Sr. Manoel Teixeira Guimarães, procedente do Estado do Rio de Janeiro, e que haveria de ser um dos primeiros homens a lutar pelas reivindicações populares do povoado nascente. Radicando-se em Queimadas, ali contraiu núpcias, uniu os seus esforços aos de Salvador Donato, prestigioso e honrado chefe político da localidade. Manoel Teixeira Guimarães foi, pelo espaço de longos anos, um valoroso baluarte a serviço do povo de Queimadas e do Paraná. Não tardou, assim, a localidade a ser elevada à categoria de distrito judiciário, recaindo a nomeação de primeiro Juiz de Paz na pessoa do cidadão Salvador Donato. A 9 de abril de 1921, foi criado o distrito policial, tendo sido nomeado primeiro subdelegado de Polícia Francisco Barbosa de Macêdo, outro bravo lutador e um dos pioneiros do progresso e engrandecimento de Queimadas.

No dia 9 de novembro de 1921, deu-se a instalação do Cartório de Paz, recaindo a nomeação de primeiro Escrivão de Tabelião na pessoa de Manoel Teixeira Guimarães que, nessa altura, já havia prestado notáveis serviços à localidade. A primeira assistência espiritual ao povo de Queimadas foi levada pelo Padre D. João Bragas, a 7 de novembro de 1923.

Daí por diante, a vila de Queimadas prosseguiu num ritmo ascendente de progresso, de evolução e de melhoramentos em direção a um futuro animador, como prêmio merecido dos que por ela lutaram e se sacrificaram, lançando

a semente de uma cidade, em pleno coração rude e desconhecido.

Queimadas mudou sua denominação para Ortigueira, atendendo a necessidade de ordem administrativa, uma vez que já existia no Estado da Bahia uma localidade com idêntico nome. Em 14 de novembro de 1951, em virtude da Lei estadual n.º 790, foi criado o município de Ortigueira, com território desmembrado parte do município de Tibagi e parte do de Reserva, sendo solenemente instalado a 14 de novembro de 1952. Na mesma ocasião foi empossado o primeiro Prefeito Municipal, eleito pelo povo, Sr. Francisco Sady de Brito bem como instalada a primeira Câmara de Vereadores.

LOCALIZAÇÃO — A sede do município de Ortigueira localiza-se na posição geográfica de 24° 13' de latitude Sul e 50° 52' de longitude W.Gr. Ortigueira situa-se na Zona Fisiográfica de Tibagi. Limita-se ao norte com os municípios de Londrina e São Jerônimo da Serra, ao sul com os de Cândido de Abreu e Reserva, a oeste com os de Araruva e Faxinal e a leste com os municípios de Curiúva e Tibagi.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

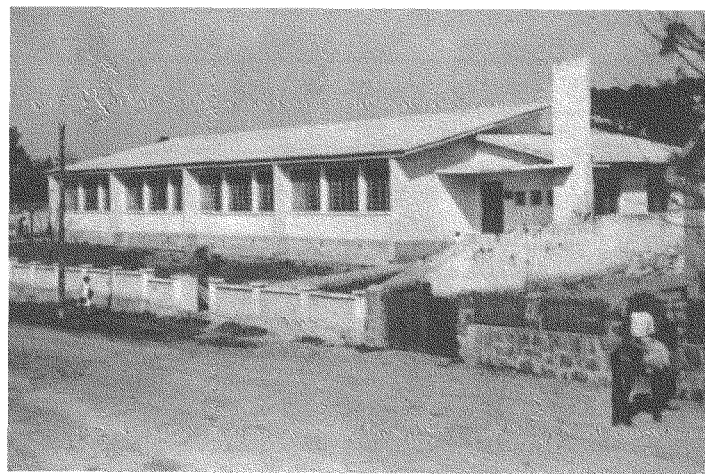
ALTITUDE — A sede municipal encontra-se a uma altitude de 760 metros.

CLIMA — Possui o município clima temperado, bom e saudável. As temperaturas médias observadas no decorrer do ano de 1956 foram de 25°C para as máximas, 7,7°C para as mínimas e 14,3°C para a compensada.

ÁREA — O município compreende uma área de 2 548 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O rio Tibagi e as serras do Monjolinho, do Valente, do Ferreirinha ou da Ortigueira são os acidentes geográficos de maior destaque no município.

RIQUEZAS NATURAIS — As principais riquezas naturais são a argila e a areia. Também é encontrado diamante em tôda a extensão do rio Tibagi, porém em pequena escala.

POPULAÇÃO — Pelo Recenseamento Geral de 1950, contava 13 428 habitantes, sendo 6 912 homens e 6 516 mulheres. A densidade demográfica era de 21 habitantes por quilômetro quadrado estando 94% da população localizados na zona rural.

Grupo Escolar Municipal

Aglomerações urbanas — Conta o município com 5 aglomerados urbanos: cidade de Ortigueira e vilas de Barreiro, Lajeado Bonito, Monjolinho e Natingui. Segundo o Censo Demográfico realizado em 1950, a cidade de Ortigueira, com a categoria de vila naquele ano, possuía 605 habitantes, sendo 286 homens e 319 mulheres, assim distribuídos: *quadro urbano* — 389 habitantes (184 homens e 205 mulheres); *quadro suburbano* — 216 (102 do sexo masculino e 114 do feminino). Estima-se sua população atual em 910 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura e a pecuária são as principais fontes econômicas do município. Os produtos agrícolas atingiram, em 1956, os valores seguintes: feijão — Cr$ 36 450 000,00; milho — Cr$ 35 475 000,00; batata-inglêsa — Cr$ 11 700 000,00; arroz — .... Cr$ 1 260 000,00; trigo — Cr$ 697 500,00. O município produz, também, em pequena quantidade: laranja, centeio, cevada, amendoim e mandioca.

Na pecuária predomina o rebanho suíno. Em 1956, a exportação de suínos atingiu o valor de Cr$ 26 574 368,00.

A indústria conta com 7 estabelecimentos, dos quais 3 ocupam 5 ou mais operários. Seus principais ramos são: "produtos alimentares" e "madeireiro". Em 1956, a exportação (interestadual) alcançou a cifra de Cr$ 26 661 688,00.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem no município 12 estabelecimentos varejistas. Ortigueira mantém transação comercial com as praças de Jaguariaíva, Castro, Ponta Grossa e Curitiba. Nessas cidades adquire os produtos de que necessita para seu consumo.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A comuna é servida por transporte rodoviário. Todavia, excelentes melhoramentos advirão em futuro breve, já que duas grandes estradas em construção ligarão a comuna a centros importantes: a Rodovia Ponta Grossa—Apucarana, estadual, e a Estrada de Ferro Central do Paraná, fazendo idêntico percurso, ambas com traçado passando pela sede do município. O município comunica-se com os vizinhos, nas seguintes distâncias: Tibagi — 86 km; Reserva — 72 quilômetros; Faxinal — 78 km; Araruva — 82 km; Curiúva — 167 km e São Jerônimo da Serra — 227 km. Dista da capital do Estado 314 km, via Tibagi e Ponta Grossa, através de rodovia.

Na sede funciona uma Agência Postal do Departamento dos Correios e Telégrafos.

Pôsto de Saúde e Puericultura

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Ortigueira possui uma população estimada em 910 habitantes. Existem nos seus quadros urbano e suburbano, cêrca de 190 edificações, das quais 186 se destinam a fins residenciais. É servida por energia elétrica para iluminação domiciliar com 29 ligações. No ano de 1956, foram emplacados na Prefeitura Municipal 7 automóveis e 30 caminhões. Há na cidade 3 hotéis.

ALFABETIZAÇÃO — Quando da realização do Censo de 1950, a sede do então distrito de Ortigueira possuía 502 pessoas de 5 anos e mais, das quais 249 sabiam ler e escrever, sendo 135 homens e 114 mulheres.

Ensino — Trinta e seis unidades escolares ministraram o ensino primário fundamental comum no município, em 1956, cuja matrícula elevou-se a 1 238 alunos.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950......	—	650	—	—	—
1951......	—	1 590	—	—	—
1952......	—	815	—	—	—
1953......	—	1 185	795	284	772
1954......	—	1 149	802	266	646
1955......	—	1 533	887	336	789
1956 (1)...	—	2 368	1 245	899	1 133

(1) Orçamento. O município não posui Coletoria Federal.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — A principal manifestação popular realiza-se no município, no dia 20 de janeiro, data consagrada a São Sebastião, padroeiro dos ortigueirenses. Tôda a gente do município acorre a sua sede para tomar parte nos festejos, que constam de novena, missa solene e procissão, com muita animação e brilho, dentro do sentido verdadeiramente religioso de que se reveste.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — É desconhecida a origem do nome adotado pelo município. As pessoas aí nascidas são denominadas ortigueirenses. Merece destaque a atividade de garimpos exercida por particulares no rio Tibagi, à cata de diamantes.

A formação judiciária da comuna é a de distrito e têrmo subordinado à comarca de Tibagi. Na sede existe um Juízo de Paz e um Cartório do Registro Civil e Anexos. O Senhor Antônio L. Morais é o Prefeito Municipal de Ortigueira. São Vereadores os Senhores: Antônio E. Brito, Antônio de O. Mattos, José T. Ribeiro, Antônio Laroca Filho, Pedro L. Luiz, Ernesto S. dos Santos, Sebastião B. Camargo, Francisco Barbosa Filho e Francisco T. dos Santos.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

PALMAS — PR

Mapa Municipal no 13.º Vol.

HISTÓRICO — A primeira expedição levada aos Campos de Palmas data de 1726 e foi chefiada pelo intrépido sertanista Zacarias Dias Côrtes, a quem alguns historiadores atribuem o descobrimento da região. Essa bandeira, que atingiu o norte do Uruguai, tinha por objetivo a exploração do ouro que diziam existir em grande quantidade no morro do Ibituruna, onde as lendas da época situavam riquezas maravilhosas. Francisco Negrão diz que Zacarias Dias Côrtes penetrara os sertões paranaenses com uma comitiva que se destinava a Vacaria, no Rio Grande do Sul, com a intenção de dali trazer gado vacum e muar para o comércio das minas de ouro de Cuiabá e de Goiás.

"A precedência dêsse descobrimento — diz Romário Martins — foi contestada por Fidel Branco Belloto que para isso justificou em juízo haver feito uma estrada no sertão, associado com o capitão Gabriel Alves de Araújo e outros curitibanos. Belloto não conseguiu provar que sua exploração tivesse atingido os campos de Palmas, mas sim que havia explorado parte do sertão do sul."

A bandeira de Zacarias Dias Côrtes descobriu e explorou as lavras de Inhangüera das quais tirou, sob juramento que fêz perante o Provedor das Minas, apenas 1 000 oitavas, responsabilizando-se pelo pagamento dos quintos reais, por não poder pagá-los na ocasião.

Francisco Xavier Pizzarro, em 1814, organizou e comandou uma expedição aos sertões do sul. Outra bandeira que explorou a região, na tentativa de atingir os Campos de Palmas foi a de Atanagildo Pinto Martins, que partiu de Guarapuava. Em 1835 José de Andrade Pereira e, mais tarde ainda, outros sertanistas, organizaram expedições, tentando conquistar e povoar a região, mas fracassaram nos seus intentos. Mas em 1836, duas bandeiras, oriundas de Guarapuava, uma comandada por Joaquim Ferreira dos Santos e outra por Pedro de Siqueira Côrtes, penetraram o sertão, saindo, quase ao mesmo tempo, nos Campos de Palmas. Dois grupos, com as mesmas intenções, entraram em choque, mas é ponto pacífico que cabe a Pedro Siqueira Côrtes a primazia da conquista e povoamento da imensa região, onde hoje se localiza a cidade de Palmas. O descobrimento dos Campos de Palmas teve grande repercussão em todo o território nacional. O Governador da Capitania de São Paulo, Rodrigo César de Menezes, oficiou à Câmara Municipal de Curitiba para que exigisse de Côrtes uma planta da região e um diário do seu percurso, o que foi feito, pois Varnhagen possuiu êsse roteiro das minas de Inhangüera e diz que as terras do norte dos campos da Vacaria (Rio Grande do Sul), "isto é, entre as cabeceiras

Vista geral da cidade

do Uruguai e do Iguaçu eram já muito conhecidas desde o século anterior, pelos mineiros de Curitiba, e por um antigo roteiro dêles (que consigo levava o sargento-mor Faria e que temos à vista) acêrca das minas de Inhangüera, haviam com tôda a certeza chegado ao pé do morro do Bituruna "que vai afocinhar no Uruguai" que tinha um campo "ao pé mui grande, mui razo e com muitos butiás que dão muito e boa farinha e por baixo dos butiás tem muita herva mimosa".

E acrescenta o grande historiador brasileiro:

"Dêstes informes temos provas evidentes que os nossos antigos mineiros tiveram exato conhecimento do campo modernamente chamado de Palmas e explorado de novo, pois até tratam do "mato grosso carrasquento" que havia para o sul, e do rio que aí corre (Chapecó) pelo pé da Serra Negra, o qual, diz o roteiro, vai buscar as cabeceiras de um monte que fica a leste dela, pequeno e de forma cônica, com uma campina ao pé".

Essa prova, de que a bandeira do mineiro curitibano Zacarias Dias Côrtes devassou os Campos de Palmas e explorou as lavras de Inhangüera, constituiu um dos argumentos do Barão do Rio Branco na defesa dos direitos do Brasil ao território das Missões.

De qualquer maneira, porém, a existência de extensos campos ao sul do Iguaçu e da 5.ª Comarca de São Paulo, separados dos Campos de Guarapuava apenas por um sertão de poucas léguas de largura marginal dêsse rio, era sabida desde o século XVII, quando os paulistas os atingiram com suas bandeiras levadas às regiões do Goyo-En (rio Uruguai) e nas depredações que fizeram nas Missões do Uruguai.

Assinala o Barão do Rio Branco, no seu "Memorial do Árbitro da Questão das Missões", que "os comissários portuguêses e espanhóis, que em 1759 procederam a demarcação da fronteira, encontraram em vários pontos da região de Palmas sinais evidentes da dominação brasileira no citado século".

No "Diário" da primeira demarcação, datado de 6 de março de 1859, encontram-se as seguintes anotações:

"Não distante d'esse segundo arrecife se achou na margem um morteiro *id est,* pilão velho, que pelo seu feitio conheceram os paulistas ser dos seus compatriotas que deixaram em alguma das suas antigas malocas, *id est,* das incursões que faziam contra os indios desses povos e também se vio um pequeno roçado de muitos annos que se attribuio aos mesmos".

O "Diário" da segunda demarcação também se refere a vestígios semelhantes entre o arroio da Corredeira Comprida e a foz do Chapecó... "encontramos varios tiestos de ollas de barro bien cocidos y con molduras, que sin duda deben ser de los paulistas cuando frequentaban este rio para hacer sus correrias a los pueblos de Missiones".

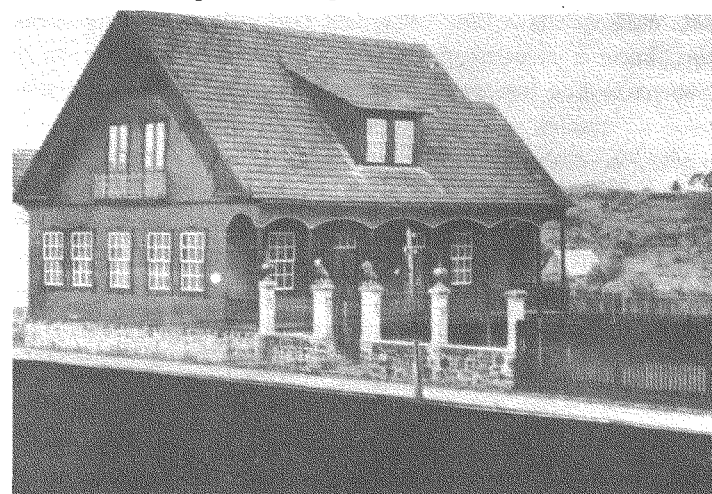
Perto das cabeceiras do rio Saudade, afluente ocidental do Chapecó e na longitude da foz dêste, no Campo-Erê, encontram-se restos de fortificações antigas, os chamados "muros", que em 1887 o primeiro comissário brasileiro explorou, reconhecendo que em tôrno dessa posição "tinha havido um entrincheiramento formado por dupla estacada revestida de terras".

Diz Romário Martins que o roteiro bandeirante citado por Varnhagen demonstra que os antigos paulistas conheceram a região modernamente chamada de "Campos de Palmas" então denominados "dos Biturunas". E acrescenta:

"Só foram, porém, explorados e ocupados a partir de 1839, por vários motivos: a precedência da exploração dos de Guarapuava e suas melhores condições de defesa contra as tribos selvagens, promovida pelo Governador da Capitania; a circunstância de os Campos de Palmas estarem ocupados por índios bravios e distantes de qualquer proteção oficial; o desconhecimento de caminhos que lá fôssem ter, só sabidos do gentio que disso fazia sagrado; e a carência de povoadores brancos, uma vez que os Campos de Guarapuava tinham capacidade bastante para os que nesse tempo se afazendaram no sertão"

Não ficou perdida, contudo, a tradição da existência dêsses campos, nem descuidada a conveniência de, por êles, se procurar uma vereda que comunicasse Guarapuava com a região norte do Rio Grande.

O tenente-coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal, comandante da expedição àquela praça, incumbiu o major Atanagildo Pinto Martins de procurar essa vereda, para ser melhorada e dar vazão ao comércio de Tropas. O índio Yongjong, que conhecia quanto era arriscado penetrar em direitura em pleno campo dos Biturunas ocupado por uma multidão de selvagens, "guiou-o um pouco mais ao oriente e, passando pela banda ocidental dos Campos de Palmas, saiu nos de Vacaria".

Não tendo conseguido o objetivo de sua missão, determinou Atanagildo Pinto Martins que Yongjong, acompanhado de oito homens, voltasse em procura do caminho que se desejava encontrar, mas o índio, que relutava cumprir essa ordem por saber que iria se defrontar com tribos

Prefeitura Municipal

bravias, ciosas dos seus redutos, desapareceu na floresta, não mais voltando à bandeira de Pinto Martins.

Depois que os campos de Guarapuava haviam sido conquistados ao aborígine e estavam divididos em fazendas de criação de grande prosperidade, atraindo a atenção de novos criadores de gado para as suas possibilidades, passaram os habitantes do planalto a olhar os Campos de Palmas como ofertantes de possibilidades, que algumas pessoas mais corajosas e aventureiras resolveram conquistar a todo custo aos selvagens.

A respeito das primeiras penetrações na região de Palmas, levadas a efeito muitos anos antes do descobrimento feito por Pedro de Siqueira Côrtes escreve o Dr. Arthur Martins Franco:

"Desde 1636, ali se concentravam as bandeiras paulistas, nos "Campos de Biturunas", hoje Campos de Palmas, quando iam ao ataque das Missões do Uruguai e ali, junto do Peperi-guaçu, ou simplesmente Peperi, construíram um acampamento entrincheirado, além de outros veementes indícios da sua ocupação, conforme assinala o "Diário" da primeira demarcação, de 6 de março de 1759".

Mas, voltemos às expedições organizadas em Guarapuava e em Curitiba com o fim de descobrir e iniciar o povoamento dos Campos de Palmas.

Joaquim Ferreira dos Santos, morador em Guarapuava, organizou em 1839 uma bandeira de exploração e posse dos Campos de Palmas, que contou com o apoio e colaboração de muitos sitiantes e povoadores locais, que, aderindo à iniciativa, reforçaram a expedição.

Bem informado sôbre o rumo que devia seguir, Ferreira dos Santos, à frente de sua bandeira, atravessou o estreito sertão marginal do Iguaçu, através de uma picada mal aberta que encontrou até o lugar denominado Alagoa, que já era campo, integrante dos Campos de Palmas. Regressou então a Guarapuava, a fim de transportar animais para os campos descobertos, o que conseguiu fazer à custa de grandes sacrifícios.

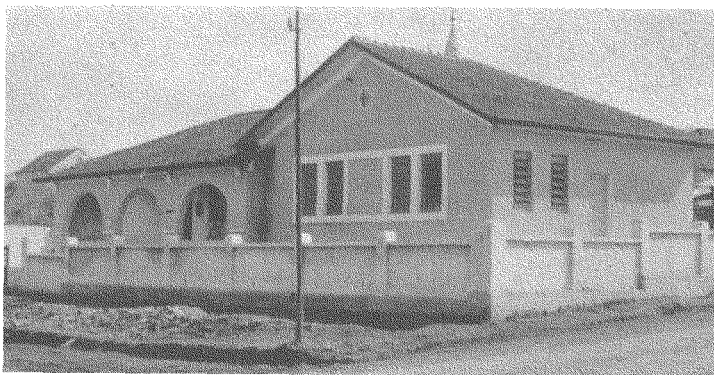
Outro bandeirante, Pedro de Siqueira Côrtes, homem audaz e empreendedor, se propôs para fazer parte da expedição chefiada por Joaquim Ferreira dos Santos, mas, não se sabe por que motivos, não foi aceito. Em vista disso, Siqueira Côrtes organizou à sua custa uma bandeira, e lançou-se ao sertão, com o mesmo objetivo. Abrindo um caminho abaixo do "passo" descoberto por Ferreira dos Santos, saiu nos Campos de Palmas, percorrendo-o na sua maior extensão. Queimou os campos e retirou-se, voltando pela picada aberta pelos primeiros exploradores. Em pleno sertão, na picada que percorriam, encontraram-se as duas expedições, disputando, violentamente, os direitos sôbre os Campos de Palmas. Tanto os membros de uma como da outra bandeira, num total de 60 "posseiros", empregaram-se durante todo o ano de 1839, em transportar e introduzir gado nos campos recém-descobertos, trazido de Guarapuava, na precipitada fundação das suas fazendas. A rivalidade entre os dois grupos aumentava cada vez mais.

"Os que chegavam depois — diz o cronista do descobrimento J. J. Pinto Bandeira — não respeitavam precedência e lançavam seus animais onde julgavam próprio, estivesse ou não o lugar ocupado, deixando a decisão do negócio ao arbítrio das armas, derrubando casas e arrasando currais."

Colégio Puríssimo Coração de Maria

Enquanto persistia a dissensão entre os posseiros, os selvagens rondavam, ameaçadores, os seus periclitantes estabelecimentos. A anarquia reinante e o receio de um ataque dos índios, entretanto, determinaram um entendimento preliminar entre os chefes e a gente das duas bandeiras povoadoras, segundo o qual as questões da posse seriam confiadas à solução de dois árbitros buscados entre cidadãos estranhos a tais competições e de alto conceito na comarca. A escolha recaiu no capitão Domingos Inácio de Araújo e no alferes José Caetano de Oliveira, que apresentaram razões de escusa, sendo substituídos pelo Dr. João da Silva Carrão e José Joaquim Pinto Bandeira, dois notáveis curitibanos que, saídos de Curitiba a 4 de abril de 1840, chegaram ao lugar de contenda a 28 de maio do mesmo ano. Na sua passagem por Guarapuava encontram o famoso índio Condá, cacique de uma horda de Caingangues em Palmas, conseguindo que êste índio os acompanhasse e prometesse acomodar sua gente, permitindo aos novos ocupantes dos campos o seu labor pacífico, com o qual todos lucrariam. Condá mais tarde cumpriu o prometido, reunindo sua gente aos conquistadores.

Conta o árbitro Pinto Bandeira que "à chegada dos dois comissários achavam-se os sócios reunidos em um só ponto, receosos de alguma tentativa dos índios, cuja suspeita minorou com a presença, ali, do principal".

As duas sociedades foram separadas pelo lajeado denominado Caldeiras, ficando a de Pedro Siqueira Côrtes para o poente e a de José Ferreira dos Santos para o nascente. Mas ambas estavam isoladas de qualquer via de comunicação com Curitiba, centro de recursos de que necessitavam, e assim propôs um dos sócios, Francisco de Paula e Silva Gomes, — que mais tarde seria o grande propugnador da elevação da comarca à província — entrar no sertão, com alguns companheiros, a fim de explorar em qualquer ponto a sua extensão navegável, "para por esta via terem segura e mais pronta comunicação com a cidade de Curitiba", o que conseguiu o intrépido sertanista. Outro problema surgiu, então, que era o de como atingir, a partir dos Campos de Palmas, a travessia até o rio, varando os sertões marginais, quando as circunstâncias obrigavam os posseiros a não se dispersarem, por serem poucos e falta de recursos. Para resolver tal problema, conseguiram os povoadores que fôsse executada a Lei paulista de 16 de março de 1837, que criou uma Companhia de Municipais

Pôsto de Higiene e Saúde

Permanentes, justamente "para com ela fazer-se, por parte do Govêrno, a descoberta dêstes campos" — e assim os Campos de Palmas, antes abrigo de feroz gentio, desde logo passaram a servir ao progresso e à civilização, como acentua Romário Martins. A 28 de abril de 1839, conforme depoimento de José Júlio Cleto da Silva, Pedro de Siqueira Côrtes firmou com outros destemidos sertanistas um contrato para o povoamento dos Campos de Palmas, antiga região dos Campos dos Biturunas, que, etimològicamente, significa *terra alta*. O interessante documento que foi redigido de próprio punho por Siqueira Côrtes é do teor seguinte:

"Nós, abaixo assinados, residentes na povoação dos Campos de Palmas, temos a declarar as condições seguintes:

1.º) Que seguimos a pôr em prática nossas pretensões, e nos submetemos a acompanhar o Sr. Pedro de Siqueira Côrtes e marchar debaixo de suas direções como prático que é do mesmo denominado campo;

2.º) e com êle formaremos nossas posses onde melhor a êle convier, e somos obrigados a morar naqueles terrenos;

3.º) todos os planos serão dados pelo dito Côrtes, o que somos obrigados a respeitar e obedecer os seus mandados e não podemos algum contrafazer os seus mandatos ou feitos;

4.º) cultivados que sejam aquêles terrenos em massa, de sorte que os campos que deverá tocar a cada um de nós, abaixo assinado, será dividido pelo mesmo Côrtes, e passado documento pelas autoridades que competir;

5.º) assim mais declaram que depois de divididas nossas propriedades, se algum de nós tiver de vender nossas posses, somos obrigados a vender ao mesmo Côrtes;

6.º) declaramos que no caso de morte não perderemos os direitos de nossas posses e ficará a quem de direito pertencer, que ficam sujeitos a cumprir nossos tratos;

7.º) se algum de nós abaixo assinado, em todo e qualquer tempo houvermos de não conseguir as condições neste declaradas, somos obrigados a perder nossos trabalhos e nada temos de haver naquelas posses e a êste artigo em virtude de nossos tratos para constar nós e nossos trabalhos no juizo competente lavramos termos de desistência a cujos tratos ficamos obrigados a cumprir, tanto em juizo como fora dêle.

E por firmeza de tudo mandamos passar o presente por um de nós e todos ouviram ler e por acharmos de nossa livre vontade assinamos.
Guarapuava, 28 de abril de 1839. Pedro de Siqueira Côrtes, João José Mendes, Domingos Floriano Machado, José Antonio de Lima Pacheco, Hermenegildo Alves de Araújo, Francisco Antonio de Araújo assina a rogo de Jerônimo Luiz Fernandes, a rogo de Benedito — Hermenegildo Alves de Araújo, a rogo de Francisco de Oliveira — João José Mendes, a rogo de Tobias A. dos Santos — Francisco de Siqueira. Francisco de Siqueira, por si. João Cardoso Monteiro. Pedro José Pereira. Francisco Inácio de Araujo Pimpão. Luiz Alves Carriel. Joaquim José de Oliveira. Pedro Ribeiro de Souza. A rogo de Joaquim J. Pedroso — Severo Tristão. A rogo de João Lustoza — Domingos de Siqueira Côrtes. Domingos de Siqueira Côrtes por si. Antonio de Siqueira Côrtes.
Estão fora da sociedade por não me acompanharem as pessoas seguintes: João José Mendes, Hermenegildo A. de Araujo, Salvador do Rosário, Tobias A. dos Santos, João Cardoso Monteiro. (assinado) Côrtes.

No preâmbulo do contrato acima transcrito, Pedro de Siqueira Côrtes disse: "Nós abaixo assinados, residentes na povoação dos Campos de Palmas". Todavia, a declaração de que os subscritores do referido documento tinham suas residências nos Campos de Palmas fôra apenas uma subtileza do arguto espírito de Pedro de Siqueira Côrtes, a fim de que, com a sua gente, pudesse fazer posse definitiva daquelas terras e ter, assim, a oportunidade de antecipar o registro, pois, naqueles tempos, quem chegasse primeiro seria o proprietário, podendo lançar no Livro do Tombo da Paróquia competente os seus direitos sôbre êste ou aquêle pedaço de terra.

Segundo alguns historiadores, em 1836 José de Sá Sottomaior fizera a penetração nos sertões do Iguaçu, saindo nos Campos do Palmas, onde foi feito prisioneiro e provàvelmente trucidado pelos índios. Ainda nesse mesmo ano, à procura de Sá Sottomaior, partiu de Guarapuava o sargento-mor José de Andrade Pereira que, após transpor o rio Iguaçu, regressou sem qualquer notícia a respeito do bandeirante desaparecido. Em vista de tais acontecimentos, a posse dos Campos de Palmas não foi confirmada, em caráter definitivo, a nenhum dos dois expedicionários. Daí por que a conquista e posse definitiva da região foram efetivamente realizadas em 1839, pelas bandeiras de Pedro de Siqueira Côrtes e José Ferreira dos Santos.

A denominação de Campos de Palmas foi dada por Atanagildo Pinto Martins, em 1815, quando, pela primeira

vez, atravessou a região, na exploração do rio Iguaçu, atendendo a determinações de Diogo Pinto de Azevedo Portugal, no comando da expedição que atingiu os Campos de Vacaria, na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, orientada pelo índio Yongjong.

O local em que se estabeleceu José Ferreira dos Santos e sua gente ficou sendo conhecido pela denominação de Arranchamento Velho. Pedro de Siqueira Côrtes, com os demais componentes da *Sociedade dos Primeiros Moradores de Palmas*, estabeleceram-se no lugar conhecido por Alagoa ou Lagoa.

Em descrição poética e quase lírica da localização do povoado, que é hoje a cidade de Palmas, diz o Dr. João Alves da Rocha Loures, desembargador e professor universitário, descendente dos descobridores e povoadores dos Campos de Palmas:

"Num rincão aprazível, à orla de uma restinga que lhe abriga dos ventos e lhe veda o acesso, e junto de uma lagoa de que tira o nome, — hoje quase extinta —, ergue-se a sólida e vetusta mansão de Pedro de Siqueira Côrtes, construída de pedra e terra socada, com amplas e altas janelas.

Para as bandas do Razo, o ribeirão de água límpida e sussurrante por entre pedras e corredeiras, a vista se espraia até as coxilhas de São Jerônimo e os campos da Fazenda São Pedro. Os campos da Lagoa, na afirmação dos descendentes dos povoadores, foi o primeiro ponto alcançado em 1836 pelas bandeiras povoadoras.

Ali, o maior dos bandeirantes ergueu o seu lar, em meio de uma luta sem tréguas com os bravios índios, que não lhe perdoaram nunca a destruição dos seus toldos nos sertões do Chapecó".

Nas lutas de conquista e povoamento dos Campos de Palmas aparecem, com destaque, duas impressionantes figuras de chefes indígenas, pela eficiente atuação que tiveram junto aos conquistadores brancos e na pacificação de suas tribos: Viri e Condá. Francisco de Paula Negrão escreve a respeito dêsses dois valorosos chefes aborígines:

"Enquanto se operava as medições, foi descoberto à margem do rio Uruguai o famoso Campo-Erê, onde encontraram em atitude hostil os índios do cacique Viri, por suporem êles que os expedicionários haviam massacrado o cacique Condá, do que foram dissuadidos por um vaqueano que lhes asseverou não ser verdadeira a morte de Condá, que se achava ao serviço da expedição.

Os caciques Viri e Condá, que a princípio mantiveram disputas porfiadas entre si, tornaram-se por fim aliados e suas tribos mantiveram-se em respeitosa harmonia e amizade, com o que muito lucraram os povoadores de Palmas, que por essa forma viram-se livres de ataques e traições de selvagens de outras tribos, ou de malfeitores.

O cacique Viri, chefe dos índios de Palmas, no seu tôldo, contavam com 16 cabanas, onde habitavam 177 índios mansos; Condá era o chefe dos índios dos Campos do Chopim e o seu prestígio se estendia até os índios dos Campos do Nonoaí. Os indígenas, desde o Pôrto União até os de Monte Taió, eram submissos e ferozes e traziam os habitantes e viajantes em constantes sobressaltos, com seus ataques traiçoeiros. Viri e Condá mantinham sôbre êles certa ascendência e eram por êles temidos, porém, nunca se empenharam em lutas. O brigadeiro Rocha Loures, de ordem do Presidente da Província do Paraná, em agôsto de 1857, encarregou os caciques Viri e Condá de encetarem as relações amigáveis com os indígenas do Pôrto União. Por êsse tempo, o Sr. José Caetano de Oliveira, depois Barão do Tibagi, foi encarregado da construção da estrada de Palmeira a Palmas e o brigadeiro Rocha Loures foi encarregado da estrada de Guarapuava a Palmas, da estrada das Missões e da de Palmas a Goio-En. Tudo isso só se tornou possível pela sábia política da aliança com aquêles caciques, que obtiveram nomeações, soldos e honrarias".

A pequena povoação fundada por Pedro de Siqueira Côrtes, localizada na Fazenda da Alagoa, em 1836, com a colaboração do primeiro grupo de povoadores, paulatinamente se foi desenvolvendo, mesmo porque os elementos mais representativos do grupo povoador se disseminaram pelo território da região, formando, cada qual, a sua fazenda de criação.

Pela Lei n.º 22, de 28 de fevereiro de 1855, a Assembléia Legislativa da província do Paraná, tendo em vista as necessidades da região, criou a freguesia de Palmas. Vinte anos depois, pela Lei provincial n.º 484, de 13 de abril de 1877, a freguesia de Palmas foi elevada à categoria de vila, passando a constituir município autônomo. Pelo Dr. Rodrigo Otávio de Oliveira Menezes, então Presidente da Província, foram baixadas as competentes instruções para a instalação do novo município, ato êsse que foi confiado à Câmara Municipal de Guarapuava.

Do ato da instalação realizado no dia 14 de abril de 1879, lavrou-se a seguinte ata:

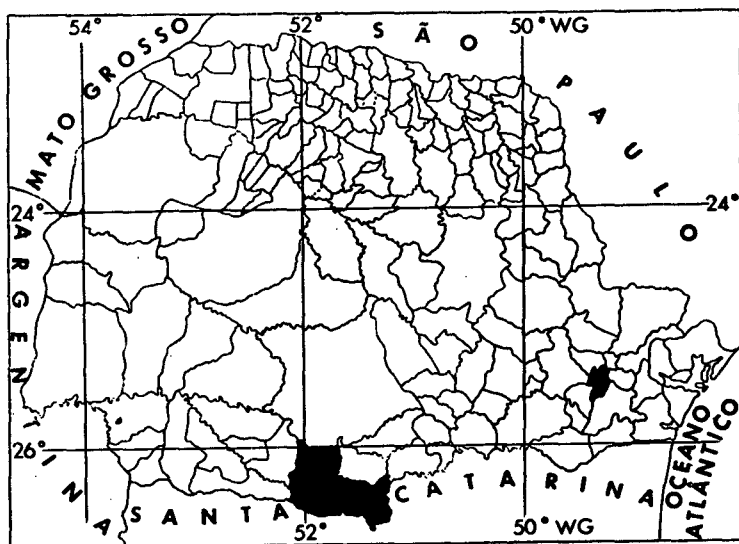
> "Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e setenta e nove, aos quatorze dias do mês de abril, nesta Vila do Senhor Bom Jesus dos Campos de Palmas, no Consistório da Igreja Matriz, às dez horas da manhã, compareceu o Tenente Manoel Joaquim de Oliveira, como presidente da Câmara Municipal de Guarapuava, comigo João Batista Pereira, secretário da dita Câmara, para efeito de deferir juramento e dar posse aos Vereadores desta mesma Vila, eleitos no ano passado, conforme determina as instruções expedidas por S. Ex.ª o Sr. Presidente da Província datadas de quatorze do mês de fevereiro último, que foi anunciado por editais, aí reunidos os cidadãos Fermino Teixeira Batista, Frederico Teixeira Guimarães, João Ferreira de Araujo, Francisco de Assis e Araujo Pimpão, que apresentaram os seus diplomas, cada um por sua vez prestou em um livro dos Santos Evangelhos o juramento de bem desempenharem (cumprirem) os deveres inerentes ao dito cargo. Assim empossados os ditos Vereadores, o cidadão Fermino Teixeira Batista, de entre êles o mais votado tomou assento no topo da mesa e proclamou que se achava inaugurada a Vila do Senhor Bom Jesus dos Campos de Palmas, criada pela Lei provincial número 484, de 13 de abril de mil oitocentos e setenta e sete, sendo os seus limites os designados na dita lei. Em seguida, a convite do mesmo presidente, os membros da

nova Câmara, o presidente da de Guarapuava e mais cidadãos presentes se dirigiram ao corpo da mesma Igreja e assistiram ao *Te Deum* entoado pelo Vigário, Reverendo Achilles Sparity. Não havendo mais do que tratar-se o senhor presidente mandou encerrar-se a presente ata que sendo lida foi aprovada e assinada. Eu João Batista, secretário, a escrevi. (ass.) Manoel Joaquim de Oliveira, Presidente — Fermino Teixeira Batista. Frederico Teixeira Guimarães. João Ferreira de Araujo. Francisco Assis e Araujo Pimpão".

A Igreja Matriz da Vila de Palmas foi inaugurada oficialmente no dia 6 de maio de 1883. A bênção do novo templo católico foi procedida pelo Padre Achilles Sapority, Vigário da Paróquia e com a presença de todos os membros da Câmara Municipal, depois de concedida autorização pelo Bispo de São Paulo, Dom Lino Deodato Rodrigues de Carvalho.

A Lei n.º 586, de 16 de abril de 1880, elevou o município à categoria de têrmo judiciário, suprimido mais tarde e restaurado pela Lei n.º 968, de 2 de novembro de 1889. A vila de Palmas foi elevada à sede de comarca e recebeu os foros de cidade pela Lei n.º 233, de 18 de dezembro de 1896. Em 1936 o povo de Palmas e do Paraná comemorou, com grande brilhantismo, o primeiro Centenário da descoberta e conquista dos Campos de Palmas, pelo intrépido bandeirante Pedro de Siqueira Côrtes que, pela sua bravura, audácia e destemor, tirou-os do domínio do aborígine, incorporando-os ao patrimônio do Paraná, e integrando-os à civilização cristã do século XIX.

O episódio histórico dos bandeirantes imortais, segundo o juízo insuspeito de Oliveira Viana, encerrou-se em 1836, com o povoamento dos Campos de Palmas. Os super-homens da América ali encerraram o ciclo de sua espantosa e inaudita expansão civilizadora.

LOCALIZAÇÃO — A sede municipal de Palmas está situada na posição geográfica de 26° 28' 59" de latitude Sul e 51° 59' 24" de longitude W. Gr., encontrando-se na Zona Fisiográfica de Guarapuava. Limita-se ao norte com o município de Guarapuava, ao sul com o Estado de Santa Catarina, a oeste com os municípios de Mangueirinha e Clevelândia e a leste com o município de Bituruna.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Na sede municipal a altitude é de 1 160 metros.

CLIMA — O município de Palmas está localizado na zona abrangida pelo clima temperado. As temperaturas médias registradas, no ano de 1956, foram de 22°C para as máximas, 10°C para as mínimas e 16°C para a compensada. No inverno há ocorrência de geadas freqüentes e algumas vêzes nevadas.

ÁREA — O município compreende uma área de 4 274 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Entre os acidentes geográficos do município destacam-se os seguintes: *rios* — Iguaçu, Chopim e Jangada, nenhum dêles navegável; *saltos* — Volta Grande, Nha Corita, Rio Bandeiras, do Abarracamento e outros; *morros* — da Baliza (n.º 1), com 1 221 metros; da Pederneira, com 1 290 metros; da Viga, com 1 338 metros; da Baliza (n.º 2), com 1 339 metros; da Espia, com 1 369 metros, e outros de menor importância.

RIQUEZAS NATURAIS — A madeira e a erva-mate são as principais riquezas naturais de Palmas.

POPULAÇÃO — Contava, pelo Recenseamento Geral de 1950, com 13 885 habitantes, sendo 7 179 homens e 6 706 mulheres. Três habitantes por quilômetro quadrado era a densidade demográfica do município, estando 80% da população localizados na zona rural.

Aglomerações urbanas — A cidade de Palmas e as vilas de General Carneiro e Jangada do Sul constituem as aglomerações urbanas do município. Palmas contava, por ocasião do Censo de 1950, com 2 778 habitantes, sendo 1 334 homens e 1 394 mulheres, assim distribuídos: *quadro urbano* — 1 526 (707 do sexo masculino e 819 do feminino); *quadro suburbano* — 1 202 (627 homens e 575 mulheres). General Carneiro e Jangada do Sul possuíam 85 e 400 pessoas, respectivamente. Estima-se a população atual de Palmas em 4 000 habitantes, em ambos os quadros: urbano e suburbano.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — No ramo pecuária tem o município sua principal atividade econômica, coadjuvado pela indústria extrativa vegetal e animal e agricultura. Sendo dotado de excelentes pastagens, a criação do gado bovino encontra habitat propício a um desenvolvimento satisfatório. A suinocultura é outro grande sub-ramo da pecuária, também existente no município. Em importância seguem-se os rebanhos ovino, eqüino, caprino e muar. Em 1956 a exportação de gado bovino atingiu Cr$ 2 704 500,00. A indústria possui 62 estabelecimentos funcionando, dos quais 42 ocupam 5 ou mais operários em suas tarefas. Destacam-se pelo valor econômico as que representam os ramos "madeireiro" (e sub-ramos), de "crina vegetal", "ervateiro" e de "produtos alimentares".

O valor da produção agrícola prevista para 1956 (em cruzeiros) era: laranja — Cr$ 19 875 000,00; uva — ... Cr$ 7 250 000,00; milho — Cr$ 5 525 000,00; batata — Cr$ 1 712 500,00; arroz — Cr$ 1 050 000,00. Seguem-se trigo, feijão e mandioca. A exportação total (interestadual) da comuna em 1956 alcançou a soma de .... Cr$ 6 082 197,00, sendo o gado bovino para alimentação,

o pinho, a crina vegetal e o gado suíno os principais produtos vendidos.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local é movimentado através dos seus 78 estabelecimentos varejistas, 4 atacadistas e 3 agências bancárias, inclusive a da Caixa Econômica Federal do Paraná.

O comércio de exportação do município é feito com as seguintes praças: União da Vitória, Ponta Grossa e Curitiba, no Paraná; Caçador, Joinvile, Blumenau e Joaçaba, em Santa Catarina; Erexim, Passo Fundo e Pôrto Alegre, no Rio Grande do Sul. Nessas localidades o município se abastece daqueles gêneros e mercadorias de que necessita para o seu consumo.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido pelos meios de transporte rodoviário e aéreo. Existe próximo à cidade um campo de pouso adaptado a aviões de porte comercial. Três vêzes por semana, aparelhos da Real-Aerovias-Nacional S.A. aí escalam.

Palmas liga-se às seguintes cidades e municípios próximos: Clevelândia — 30 quilômetros; Mangueirinha — 40 quilômetros; Bituruna — 120 quilômetros; União da Vitória — 110 quilômetros; Pôrto União (SC) — 120 quilômetros; Caçador (SC) — 120 km; Joaçaba (SC) — 66 quilômetros. Dista das capitais Estadual e Federal 458 e 1 943 quilômetros, respectivamente.

Na sede existe uma Agência Postal Telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos e um pôsto radiotelegráfico da Real-Aerovias-Nacional Sociedade Anônima.

ASPECTOS URBANOS — Conta a cidade de Palmas com cêrca de 4 000 habitantes e 840 edificações, 798 das quais servem para fins residenciais. É servida de energia elétrica, para fôrça motriz e iluminação pública e particular, esta com 570 ligações domiciliares; 26 logradouros públicos, sendo 9 avenidas, 12 ruas, duas travessas e 3 praças cortam, simètricamente, a cidade. No ano de 1957 foram registrados na Prefeitura Municipal, 72 automóveis e 88 caminhões.

Existem, na cidade, 4 estabelecimentos comerciais atacadistas e 78 varejistas, 6 hotéis e 5 pensões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Dois médicos, 3 dentistas e 1 farmacêutico prestam assistência médica em geral à população, além do Hospital de Caridade de Palmas e o Pôsto de Higiene e Saúde, da Secretaria de Saúde Pública do Estado. Há uma farmácia na cidade.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — O Pôsto de Higiene e Saúde presta também serviços de assistência social à população do município. O Caxias Esporte Clube proporciona assistência aos seus 64 sócios e membros de suas famílias. Está em funcionamento a Cooperativa Mista Agropecuária Palmense Limitada, congregando 350 associados. A sua instalação ocorreu em janeiro de 1949 e tem como finalidade o fomento da produção agropecuária.

ALFABETIZAÇÃO — O número de pessoas de 5 anos e mais existentes no município em 1950, segundo os dados do Censo naquele ano, era de 14 662. Dêsse total, 7 542 (4 220 homens e 3 322 mulheres) sabiam ler e escrever. Na sede municipal, das 2 378 pessoas de 5 anos e mais, 1 702 eram alfabetizadas, sendo 877 do sexo masculino e 825 do feminino.

Ensino — Em 1956, funcionaram no município 28 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, com a matrícula de 1 123 alunos. Encontram-se na cidade três estabelecimentos de ensino extraprimário, a saber: Seminário Diocesano São João Vianey, Ginásio Estadual de Palmas e Curso Normal Regional.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Uma associação esportivo-cultural. Funciona no distrito-sede o Cine Triunfo, com capacidade para 400 espectadores. O seu movimento em 1956 foi da ordem de 156 sessões cinematográficas, com 36 566 assistentes. Existem na cidade as seguintes bibliotecas: da Prefeitura Municipal, com 1 000 volumes, do Clube União Recreativo Palmense, com 350 volumes, do Ginásio Estadual, com 150 volumes e uma particular, com 150 volumes, tôdas de obras gerais.

FINANÇAS PÚBLICAS —

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950......	388	1 060	288	296	284
1951......	549	1 727	1 027	402	644
1952......	783	1 350	2 160	423	632
1953......	1 136	1 787	2 166	502	810
1954......	1 775	2 525	1 939	623	1 600
1955......	2 255	3 225	3 202	751	1 986
1956......	3 775	4 084	3 003	946	2 275

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — São de caráter religioso as principais manifestações populares levadas a efeito no município, em cuja sede se verificam as seguintes: festa do Senhor Bom Jesus, padroeiro local, a 6 de agôsto, com muita animação e brilhantismo, de que participa a quase totalidade dos habitantes de Palmas; festa de São Sebastião, a 20 de janeiro, festa de São João, a 24 de junho, além de festas móveis, como o Corpo de Deus, Divino Espírito Santo e Santíssima Trindade.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — É ignorada a origem do topônimo, sabendo-se, todavia, que a cidade está localizada nos então chamados Campos de Palmas, anteriormente Campos dos Biturunas. As pessoas nascidas no município recebem o nome de palmenses. Palmas é uma das mais antigas comarcas do Paraná, tendo sido instalada em 3 de março de 1890, sendo primeiro Juiz o Doutor Antônio Bley. Compreende os distritos judiciários de: Palmas, Bituruna, Coronel Vivida, Chopinzinho, General Carneiro, Jangada do Sul, Mangueirinha e São João. Em 1955 havia 5 452 eleitores inscritos. As autoridades principais de Palmas, atualmente em exercício, são: Juiz de Direito — Doutor José Elias Kuster; Promotor — Dr. Benjamin Martins do Rêgo Monteiro; Prefeito Municipal: Piratan de Araújo; Vereadores: Zanzi Mazoloti; Olímpio Marques; Brasileiro Loureiro; Antônio D. Bosquizolli; Jurandir Araújo; Francisco Costa; Ernesto Guaita; Clóvis F. de Almeida e Mozart Takimiu.

FONTES — *História do Paraná* — Romário Martins. *A Fazenda da Alagoa* — João Alves da Rocha Loures. *Notícia da Descoberta dos Campos de Palmas* — Joaquim José Pinto Bandeira. *Os Campos de Palmas* — Francisco de Paula Negrão. *O Centenário de Palmas* — José Júlio Cleto da Silva. *I Centenário do Povoamento dos Campos de Palmas* — Arthur Martins Franco. Arquivos da Prefeitura Municipal de Palmas.

PALMEIRA — PR

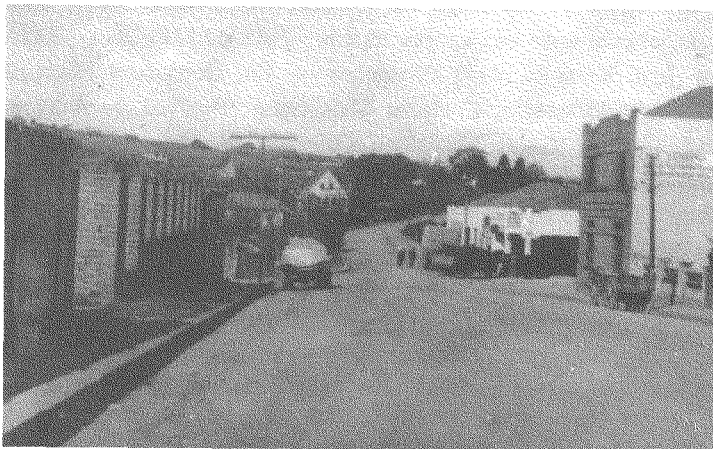
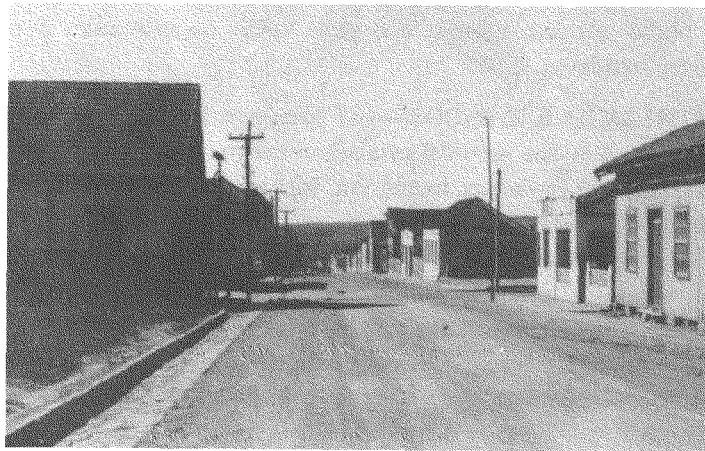
Mapa Municipal no 11.º Vol.

HISTÓRICO — Já o disse alguém, e com tôda a propriedade, que o povoamento da região do planalto paranaense, conhecida desde as mais remotas datas pela denominação genérica de Campos Gerais de Curitiba, foi obra de tropeiros e viajantes. Efetivamente, a maior parte das cidades que hoje se localizam na extensa região do planalto paranaense teve sua origem nos antigos pousos e currais de tropeiros e viajantes que, desde os primeiros tempos das penetrações e povoamento do sertão, transportavam suas tropas entre o Rio Grande do Sul e São Paulo.

Ao longo do antigo e histórico Caminho de Sorocaba a Viamão surgiram numerosos núcleos populacionais, que mais tarde se transformariam em cidades ricas e progressistas, entre as quais a atual cidade de Palmeira, sede do município do mesmo nome. Lugares que primitivamente eram simples pousos, currais ou descanso de tropeiros, com o decorrer dos anos se transformaram em grandes centros urbanos, como Itararé, em São Paulo, Jaguariaíva, Piraí do Sul, Castro, Ponta Grossa, Palmeira e Campo Largo, no Paraná. Descrevendo o Caminho de Sorocaba—Viamão, diz Rocha Pombo:

"O caminho para São Paulo, pelos Campos Gerais, foi aberto desde os primeiros tempos do povoamento. O Traçado cortava apenas alguns capões (onde os viajantes descansavam ou faziam suas pousadas), preferindo-se em geral o campo aberto, onde a conservação dos caminhos era muito mais fácil. Desde que se saía de Curitiba, andava-se fazendo uma enorme curva até o passo de Itararé para São Paulo. Sôbre êsse caminho primitivo se foram formando povoados, tornando-se mais notáveis aquêles onde as caravanas (tropas) costumavam fazer o pernoite". Romário Martins escreve a respeito do itinerário dêsse Caminho:

"O *Mapa Geográfico da América Meridional*, de Olmidilla, de 1775, traça a estrada de São Paulo até a localidade de Pitanga, nas nascentes do Tibagi, e daí em diante assinala as localidades por ela atingidas. Talvez a falta de ligação pela convenção adotada na secção de São Paulo e Pitanga tivesse sido esquecimento do gravador, porque é facílimo reconstituir, pelas localidades sucessivas e numeradas com precisão, o traçado do Caminho até Viamão".

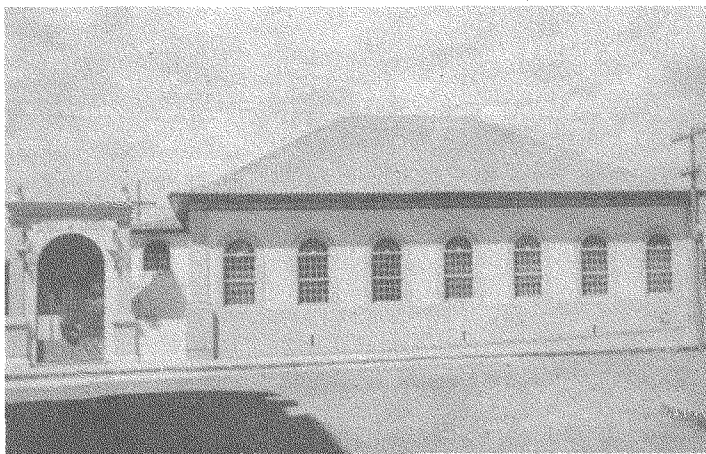
Não foi sòmente o fixar de vistas para as bandas do sul, onde os currais se iam alongando na direção do caminho de tropas de São Paulo ao Rio Grande do Sul, a partir

Vista de um trecho da Rua 15 de Novembro

Trecho da Rua Dr. Vicente Machado

de 1711, sob o influxo de novas levas de criadores irradiados dos núcleos portuguêses de Taubaté, Itu e Sorocaba, que concorreu para que os Campos Gerais se povoassem de pequenas aldeias; a exploração do ouro e de pedras preciosas trouxe a estas paragens, nos fins do século XVII, os audazes bandeirantes e sertanistas, que, a êsse tempo, devassaram quase todo o território do primeiro planalto do futuro Estado do Paraná.

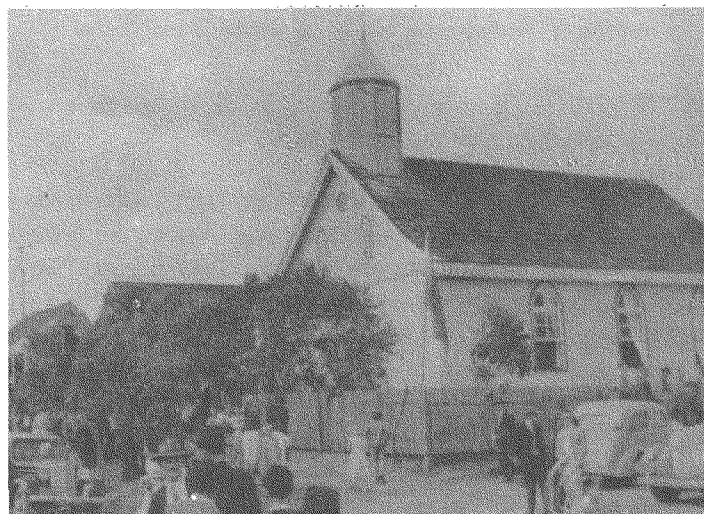
"Assim o "Curral das Vacas", no sítio abandonado de Santa Cruz do Sutil, onde Antônio Bicudo Camacho lavrara ouro nos anos de 1694 a 1699, se foi formando um insignificante povoado — como diz o historiador David Carneiro — primitivamente lugar de pouso e curral de descanso do gado, entre outras pequenas povoações do terraço central".

A criação da freguesia, que antes era conhecida pela denominação de Freguesia Nova, se deu no ano de 1833, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição. Sua história tem íntima ligação com a história de Freguesia Colada de Tamanduá, que estava situada nas proximidades da Freguesia Nova.

O lugar que se denomina Tamanduá, hoje território do município de Campo Largo, onde apenas existem ruínas e uma pequena capela colonial, compreendia uma área de meia légua, doada pelo seu fundador, coronel Antonio Luiz Tigre, a Nossa Senhora do Carmo. Falecendo sem deixar herdeiros legítimos, os seus sucessores doaram o terreno ao Convento do Carmo em São Paulo, que ali fundou uma casa conventual, que se manteve por mais de 60 anos. Proibido o noviciado, os frades Carmelitas foram morrendo, de sorte que tiveram de abandonar o convento de Tamanduá, deixando de celebrar ali os ofícios religiosos. Os moradores da localidade representaram ao Govêrno de São Paulo, e, no primeiro quartel do século XIX, foi ereta a nova freguesia da Conceição, com sede em Tamanduá.

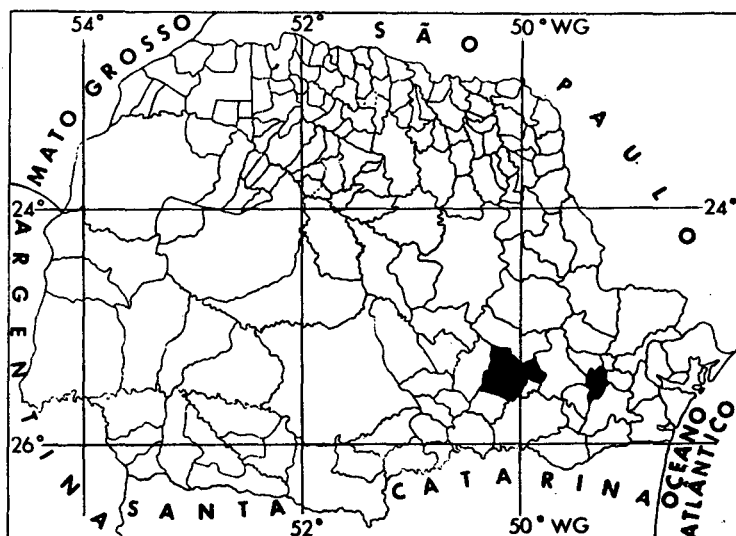
Depois de Curitiba, a freguesia de Tamanduá rivalizava em importância com São José dos Pinhais, Lapa e Castro. Mal situada, porém, para poder congregar e fixar povoadores, ocupando recanto destituído de bons mananciais, pouco abundante de lenha e mal abrigada do inverno; com seus habitantes dispersos em grandes distâncias e quase todos para além do rio dos Papagaios, que, nas enchentes, lhes vedava os passos, conforme descrição de Moisés Marcondes, no seu livro "Pai e Patrono", a Freguesia Colada de Nossa Senhora da Conceição do Tamanduá es-

Prédio do Clube Palmeirense

tava com os seus dias contados. Em condições assim desfavoráveis, acrescidas das de ordem religiosa, visto como os povoadores, internando-se pelos Campos Gerais, em busca de melhores condições, iam cada vez mais se distanciando da capela que, sob a invocação de Nossa Senhora do Carmo ali fôra construída pelos Padres Carmelitas, no ano de 1709, operou-se a transferência da freguesia para Palmeira, denominação por que era conhecido o capão que lhe deu o nome e também a Fazenda dos avós maternos de Jesuíno Marcondes, tenente Manoel José de Araújo e sua mulher, Dona Ana Maria da Conceição de Sá, doadores, por Ato de 7 de abril de 1819, do terreno onde deveria instalar-se a nova freguesia, cujo patrimônio foi também enriquecido pelos terrenos doados por escritura pública pelo Barão do Tibagi e por D. Josefa Joaquina de França, conforme se verifica da Lei n.º 337, de 19 de abril de 1872, que incorporou os mencionados terrenos aos bens municipais. Por outro lado, muito concorreu para essa mudança, segundo se depreende do relatório de 1854, do Presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos — a luta que manteve o Vigário Antônio Duarte dos Passos com o guardião do Carmo, a qual levou o primeiro a estabelecer a igreja no terreno onde hoje se encontra a Matriz de Palmeira. Com a transferência da sede da freguesia de Tamanduá para Palmeira, naturalmente se foi transferindo a população para o novo povoado onde se construíra a nova capela, transferida para ali em busca de melhores condições de vida. A corrente de povoamento foi mais tarde aumentada com a chegada dos colonos russos e alemães, que se estabeleceram nos Campos Gerais, a partir do ano de 1878. Pode dizer-se que a evolução social de Palmeira se processou sob os melhores auspícios, e isto não só porque já possuíam na nova freguesia suas propriedades e fazendas algumas distintas famílias, cujos nomes vêm ilustrando a história do Paraná, como pelo fato de haver em Tamanduá uma sociedade suficientemente organizada, conforme já nos referimos, e que se transferiu, em pêso, para a nova freguesia.

Pela Lei n.º 184, de 3 de maio de 1869, a freguesia de Palmeira foi elevada à categoria de vila, criando-se o município do mesmo nome. Os limites da nova comuna ficaram sendo os mesmos da antiga freguesia, que confinava a leste com Campo Largo, pelos rios Itaqui, Catanduba e Verde; ao sul com as freguesias do Príncipe (Lapa) e Palmas, separadas pelo rio Iguaçu; a oeste com Guarapuava e Ponta Grossa, por diversas linhas sêcas e separadas pelos rios Turvo, Guarauninha e Tibagi, até as suas cabeceiras. Instalada a vila e empossadas as primeiras autoridades municipais, a 15 de fevereiro de 1870, o seu desenvolvimento foi rápido e progressivo, pelo que se impôs o desmembramento do município, criando-se a freguesia de São João do Triunfo, pela Lei n.º 254, de 16 de março de 1871. Pela Lei n.º 238, de 9 de novembro de 1877, a vila de Palmeira recebeu os foros de cidade, conservando a primitiva denominação. Com a criação do município de Teixeira Soares, pela Lei n.º 1 696, de 26 de março de 1917, sofreu o município de Palmeira novo desmembramento, porquanto, anteriormente, já havia sido criado o município de São João do Triunfo. Outro desmembramento foi efetivado com a criação do município de Pôrto Amazonas, em decorrência da Lei n.º 2, de 10 de outubro de 1947. Até o ano de 1854 a freguesia de Palmeira pertencia à comarca de Curitiba; com a criação da de Castro, pela Lei n.º 2, de 16 de julho daquele ano, passou a integrar o território desta última comarca. Em virtude da Lei n.º 212, de 30 de março de 1870, que criou a comarca da Lapa, o município de Palmeira ficou compreendido na jurisdição da nova comarca. Pela Lei n.º 439, de 11 de maio de 1875, o têrmo de Palmeira passou à jurisdição da comarca de Campo Largo, e, em virtude da Lei n.º 17, de 9 de dezembro de 1881, foi anexado ao têrmo de Ponta Grossa. Pela Lei n.º 952, de 23 de outubro de 1889, o têrmo de Palmeira foi elevado à categoria de comarca, com instalação a 1.º de março de 1890, em solenidade presidida pelo seu primeiro Juiz de Direito, Dr. Tristão Cardoso de Menezes. Em virtude da nova divisão judiciária, a comarca de Palmeira, pelo Decreto n.º 2, de 6 de junho de 1891, foi rebaixada a têrmo, ficando subordinado à jurisdição da comarca de Ponta Grossa. Pela Lei n.º 322, de 8 de março de 1899, que reorganizou a divisão administrativa do Estado, a cidade de Palmeira figura novamente como cabeça de comarca. Criado em 1869 o município de Palmeira, constituía-se de um único distrito — o da sede municipal. Em 1871 foi criada a freguesia de São João do Triunfo, de cuja elevação a município, em 1890, resultou a circunstância de ficar novamente o município composto de um só distrito. Em 1892, por Decreto n.º 7, de 2 de janeiro, foi criado o distrito de Papagaios Novos. Por Lei municipal de 22 de outubro de 1909, foi criado o distrito de Teixeira Soares. Já em 1910 eram extintos o distrito de Papagaios Novos, sede de antigo núcleo colonial alemão, bem como o de Diamantina,

Igreja Evangélica Luterana "São João"

23 — 24 943

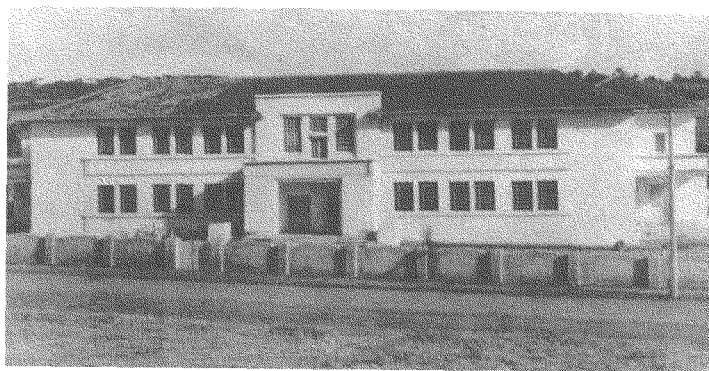
sôbre o qual não existem dados pormenorizados. Pela Lei n.º 1 164, de 30 de março de 1912, foram restabelecidos êsses distritos, para serem novamente extintos em 1920, em virtude da Lei estadual n.º 1 965. No ano de 1940 o antigo município de Entre Rios foi anexado, como simples distrito administrativo, ao município de Palmeira. Antes, em 1915, possuía Palmeira os distritos da sede, Papagaios Novos, Diamantina, Teixeira Soares e Pôrto Amazonas. Com a criação, pela Lei n.º 1 696, de 25 de março de 1917, do município de Teixeira Soares, e com a extinção, em 1920, dos distritos de Papagaios Novos e Diamantina, passou o município de Palmeira a ser constituído de apenas dois distritos. Já em 1921 foi novamente restabelecido o distrito de Diamantina, o mesmo acontecendo com o de Papagaios Novos, em 1930. Pelo Decreto n.º 146, de 11 de fevereiro de 1935, o distrito de Diamantina foi anexado ao município de Teixeira Soares. Atualmente, o município é formado por apenas três distritos administrativos, que são: o da sede municipal, Papagaios Novos e Guaragi, tendo perdido o distrito de Pôrto Amazonas, que foi elevado a município pela Lei n.º 2, de 10 de outubro de 1947.

LOCALIZAÇÃO — A posição geográfica da sede municipal está compreendida entre as coordenadas de 25° 25' 02" de latitude Sul e 49° 59' 57" de longitude W. Gr. Situa-se o município na Zona Fisiográfica dos Campos Gerais. Limita-se ao norte com o município de Ponta Grossa, ao sul com os de São João do Triunfo, Lapa e Pôrto Amazonas, a oeste com o município de Teixeira Soares e a leste com o de Campo Largo.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede do município de Palmeira encontra-se a uma altitude de 864 metros.

CLIMA — O município possui clima temperado, sêco e saudável. Há no inverno ocorrência de geadas. As temperaturas médias observadas no ano de 1957 foram: 26°C para as máximas, 6,5°C para as mínimas e 17,5°C para a compensada.

ÁREA — Compreende o município uma área de 1 760 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os rios Iguaçu, de direção S.S.O., navegável, e Tibagi, de direção S.N., não

Ginásio Estadual Dr. Alberto Gonçalves

navegável, são os acidentes geográficos que mais se destacam no município.

RIQUEZAS NATURAIS — A madeira e o minério de ferro representam as principais riquezas naturais de Palmeira.

POPULAÇÃO — Contava pelo Recenseamento Geral de 1950, com 16 459 habitantes, sendo 8 417 homens e 8 042 mulheres. A densidade demográfica era de 9 habitantes por quilômetro quadrado, estando 75% da população localizados na zona rural. Segundo a *côr* — 14 019 brancos, 1 070 pretos, 1 020 pardos; o *estado civil* (15 anos e mais) — 3 262 solteiros, 5 861 casados, 546 viúvos e 11 desquitados; a *nacionalidade* — 142 estrangeiros e 102 brasileiros naturalizados; a *religião* — 14 646 católicos apostólicos romanos e 1 813 de outras religiões.

Aglomerações urbanas — A cidade de Palmeira e a vila de Papagaios Novos constituem as aglomerações urbanas existentes no município.

Segundo os resultados do Recenseamento Geral de 1950, a cidade de Palmeira possuía 3 410 habitantes, sendo 1 669 homens e 1 741 mulheres, assim distribuídos: *quadro urbano* — 3 083 (1 499 do sexo masculino e 1 584 do feminino); *quadro suburbano* — 327 (170 homens e 157 mulheres). Estima-se a população atual da cidade de Palmeira em 4 600 habitantes, e a de Papagaios Novos em 450.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Das múltiplas atividades econômicas em desenvolvimento no município, encontram-se em primeiro plano a agricultura e a indústria, secundadas pela pecuária. A produção agrícola, em 1956, atingiu os seguintes valores: feijão — Cr$ 65 400 000,00; milho — Cr$ 51 135 000,00; batata-inglêsa — .... Cr$ 3 870 000,00; trigo — Cr$ 2 842 000,00; uva — .... Cr$ 2 448 000,00; centeio — Cr$ 2 200 000,00; arroz — Cr$ 1 167 600,00. Com menores valores: tomate, amendoim, mandioca, cebola e cebolinha.

Dos 70 estabelecimentos industriais existentes no município, cêrca de 18 ocupam 5 ou mais funcionários em suas atividades. A indústria dedica-se principalmente aos ramos "madeireiro" (extração e beneficiamento), de "cerâmica" e de "produtos alimentares".

A pecuária, de apreciável valor econômico, é composta dos rebanhos bovino e suíno, em sua maioria, havendo exportação de gado em pé, principalmente para a capital do Estado.

Exerce suas atividades no município, com sede na Fazenda Cancela, a Colônia Agrícola Witmarsum Limitada,

Praça Marechal Floriano Peixoto, ao fundo a Igreja-Matriz de N. S.ª da Conceição

que está incrementando as culturas do trigo, arroz, bem como a criação de gado leiteiro e produção de laticínios. A exportação interestadual em 1956 atingiu 47 milhões, 851 mil e 520 cruzeiros.

COMÉRCIO E BANCOS — É bem desenvolvido o comércio do município que conta com 125 estabelecimentos varejistas, 10 atacadistas e duas agências bancárias. Mantém intercâmbio comercial com as praças de Ponta Grossa, Curitiba e São Paulo (SP).

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido regularmente pelos transportes rodoviário e ferroviário (R.V.P.S.C.), que o ligam aos seguintes municípios limítrofes: Ponta Grossa — 45 quilômetros (rodoviário) e 53 quilômetros (ferroviário); Campo Largo — 63 quilômetros (rodoviário); Lapa — 67 quilômetros (rodoviário) e 72 quilômetros (ferroviário); Pôrto Amazonas — 24 quilômetros (rodoviário) e 28 quilômetros (ferroviário); São João do Triunfo — 50 quilômetros (rodoviário); e Teixeira Soares — 66 quilômetros (rodoviário) e 127 quilômetros (ferroviário). Dista da capital do Estado 96 quilômetros (rodoviário) e 130 quilômetros (ferroviário); da capital Federal — 1 102 quilômetros (rodoviário).

Grupo Escolar Coronel David Carneiro

Na sede funcionam os serviços telegráficos da Agência Postal do Departamento dos Correios e Telégrafos e da estação ferroviária da Rêde Viação Paraná—Santa Catarina. Uma rêde de telefones (144 aparelhos) serve a cidade.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Palmeira conta, atualmente, 4 600 habitantes. Possui cêrca de 1 150 edificações, das quais 899 servem para fins residenciais. É servida por energia elétrica, para fôrça motriz e iluminação pública e particular, esta com 850 ligações. Existem, na cidade, 27 logradouros públicos, sendo uma avenida, 19 ruas, uma travessa, 5 largos e praças e 1 parque. Em 1956, foram emplacados na Prefeitura Municipal 77 automóveis e 154 caminhões. O comércio local é formado por 3 estabelecimentos atacadistas e 125 varejistas. Conta a cidade com 4 hotéis.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Conta o povo palmeirense com os seguintes recursos de assistência médico-sanitária e em geral: 3 médicos, 3 dentistas e 2 farmacêuticos; 1 hospital, 1 Pôsto de Higiene, 1 Pôsto de Puericultura e duas farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Funciona no município desde o dia 7 de maio de 1944, data de sua instalação, a Cooperativa dos Produtores de Mate Palmeira Limitada, congregando 287 associados e dedi-

Grupo Escolar Jesuino Marcondes

cando-se, principalmente, ao comércio e fomento da erva-mate.

ALFABETIZAÇÃO — Pelo resultado do Censo de 1950, existiam no município 13 851 habitantes de 5 anos e mais. Dêsse total, 8 973 sabiam ler e escrever, sendo 4 930 homens e 4 043 mulheres. Das 2 912 pessoas de 5 anos e mais, existentes na sede municipal, 2 253 eram alfabetizadas: 1 110 homens e 1 143 mulheres.

Ensino — O ensino primário fundamental comum foi ministrado no município, em 1956, através de 52 unidades escolares, com 1 942 alunos matriculados. A cidade conta com os seguintes estabelecimentos de ensino extraprimário: Curso Normal Secundário de Palmeira, Escola Agrícola Getúlio Vargas (profissional) e Ginásio Estadual Alberto Gonçalves.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — O município conta com os seguintes veículos de cultura: uma estação radioemissora, a Rádio Ipiranga Limitada, prefixo ZYP-7 e freqüência de 1 040 quilociclos; uma livraria, duas tipografias; duas bibliotecas, uma pública, mantida pela Prefeitura Municipal, a Dr. Moisés Marcondes, com 1 053 volumes de obras gerais, e uma particular, pertencente ao Grupo Escolar Gesuíno Marcondes, com 1 027 volumes; 1 cinema, o Cine Teatro Municipal, com 730 lugares e movimento atual de 91 600 espectadores, e finalmente três associações esportivo-culturais, com um total de 392 sócios.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950......	1 398	1 731	1 284	475	1 383
1951......	2 230	2 271	1 948	426	1 967
1952......	2 966	2 533	1 681	432	1 201
1953......	5 768	2 773	2 539	442	1 586
1954......	7 801	3 406	2 607	545	1 980
1955......	8 431	4 146	3 024	564	1 956
1956......	7 184	5 477	3 304	703	2 375

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Embora tendo como padroeira Nossa Senhora da Conceição, cuja festa se realiza com muito brilhantismo, no período de 30 de novembro a 8 de dezembro, é, contudo, a festa de São Cristóvão, padroeiro dos motoristas, a que constitui principal manifestação popular do município. Com as mesmas características da festa da padroeira, é acrescida de uma particularidade especial: procissão motorizada, com desfile de todos os veículos do município, conduzindo o da frente a imagem do santo. Festejam-se, por

Prefeitura Municipal

tradição, os dias 24 de junho, consagrado a São João, e 25 de dezembro, dia do Natal.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O nome Palmeira deve-se ao fato de ter sido a cidade localizada e fundada em um "capão" (bosque em meio de um descampado) já anteriormente denominado Capão da Palmeira. As pessoas nascidas no município são conhecidas por palmeirenses. O município é sede de comarca de 3.ª entrância, formada pelos distritos de Palmeira, Papagaios Novos e Guaragi, no município; e Pôrto Amazonas (município limítrofe). Além do Juizado de Direito, Promotoria Pública, existem ainda na cidade os Cartórios do Cível, do Crime, do Registro de Imóveis, do Registro Civil e anexos e dois Tabelionatos; em cada distrito judiciário há um Juizado de Paz e um Cartório do Registro Civil e anexos.

O Prefeito Municipal é o Senhor Benjamin Malucelli; são Vereadores os Senhores Luiz Capraro, Adão Dzelusniack, Gabriel M. Carazzai, Eurides T. de Oliveira, Alfredo B. Klass, Henrique L. Stadler, Lineu M. Turra, Ricardo B. Seixas e Estevam Rigoni.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

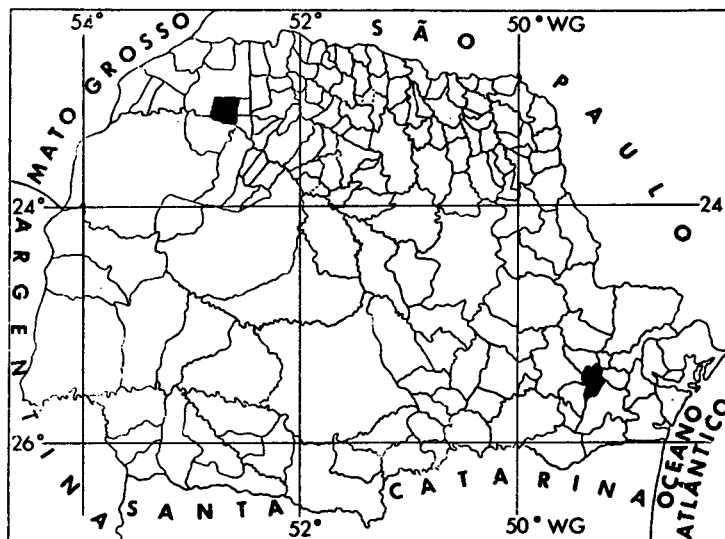
PARAÍSO DO NORTE — PR

Mapa Municipal no 12.° Vol.

HISTÓRICO — A região onde hoje se situa o município de Paraíso do Norte, às margens do rio Ivaí, até há bem pouco tempo era sertão bruto, integrando as terras devolutas do patrimônio do Estado do Paraná. O engenheiro civil Dr. Leôncio de Oliveira Cunha, em fins de 1949, adquiriu as terras da Gleba Pacheco, iniciando, logo a seguir, os trabalhos de levantamento topográfico da região, planejando e executando a formação de um patrimônio que recebeu a denominação de Paraíso do Norte. As primeiras pessoas a se estabelecerem nesse patrimônio organizado pelo Dr. Leôncio de Oliveira Cunha foram as seguintes: José Gonçalves da Silva, Alcides Fernandes Godói e José Tomaz. êste, como encarregado da construção da primeira casa a erguer-se no patrimônio, que foi a residência do Dr. Leôncio de Oliveira Cunha, proprietário do mesmo e fundador do núcleo populacional nascente. Já nos primeiros meses de 1951 surgiam na localidade a primeira casa comercial, de propriedade de Alexandre Castoni, e uma farmácia, dirigida por Benedito Franco. Ainda em 1951 surgiu a primeira panificadora do povoado.

O desenvolvimento da povoação foi rápido e absorvente. As vendas de lotes e datas atingiram números verdadeiramente impressionantes. Pessoas de tôdas as categorias sociais e provenientes dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e outras unidades da União compraram datas e sítios em Paraíso do Norte. Dentro do curto período de três anos, o patrimônio de Paraíso do Norte era uma cidade de vários milhares de habitantes. Sòmente na sede municipal existiam nada menos de 500 casas, e a população rural atingia a casa dos doze mil habitantes sendo hoje de 17 000 almas.

Tendo contribuído de maneira tão eficiente para o engrandecimento do Paraná e para a riqueza de sua população, os pioneiros da grandeza de Paraíso do Norte se movimentaram no sentido de conseguir a sua autonomia, elevando-o à categoria de município autônomo. Assim, pela Lei estadual n.° 253, de 26 de novembro de 1954, votada pela Assembléia Legislativa do Estado e sancionada pelo Chefe do Executivo paranaense, Paraíso do Norte foi transformado em município independente.

LOCALIZAÇÃO — A posição determinada pelas coordenadas geográficas de 23° 16' de latitude Sul e 52° 32' de longitude W. Gr. localiza a sede de Paraíso do Norte, enquanto o município situa-se na Zona Fisiográfica de Ivaí. Limita-se ao norte e a oeste com o município de Paranavaí, ao sul com o de Rondon e a leste com os municípios de Tamboara e São Carlos do Ivaí.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal encontra-se a uma altitude de 500 metros.

CLIMA — Predomina no município o clima quente. A temperatura baixa no inverno, tornando-se agradável, e se eleva bastante no verão, quando há ocorrência de chuvas abundantes. As temperaturas médias observadas, no ano de 1956, foram de 30°C para as máximas, 12°C para as mínimas e 22°C para a compensada.

ÁREA — Compreende o município uma área de 520 quilômetros quadrados.

ACIDENTE GEOGRÁFICO — O município possui sòmente o rio Ivaí, como principal acidente geográfico.

RIQUEZA NATURAL — A principal riqueza natural de Paraíso do Norte é a madeira.

POPULAÇÃO — Estima-se em 17 000 habitantes a população local.

Aglomerações urbanas — A cidade de Paraíso do Norte e a vila de Mirador constituem os aglomerados urbanos existentes na comuna. Estima-se a população atual da cidade em 3 500 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Predomina no município, como principal fonte de sua economia, a agricultura, e nesta, em plano destacado, o cultivo do café. As principais culturas atingiram em 1956 os valores seguintes: café — Cr$ 6 075 000,00; algodão — Cr$ 12 000 000,00; arroz — Cr$ 2 100 000,00; feijão — Cr$ 980 000,00; amendoim — Cr$ 450 000,00. A cultura do milho é apreciável e a do café deverá atingir excelente produção a partir de 1958, quando os cafeeiros novos começarão a produzir.

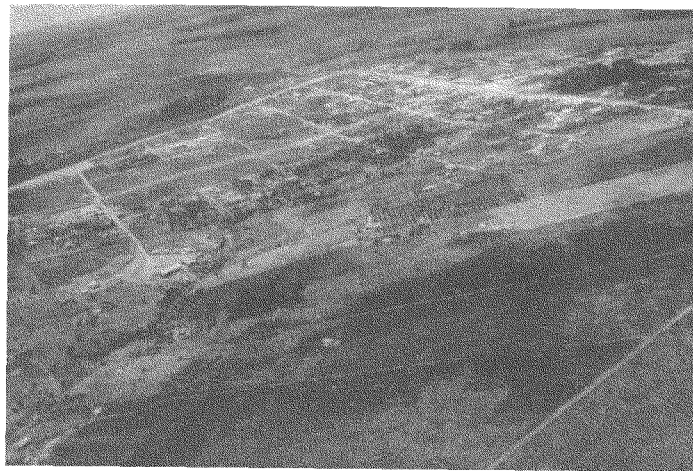
Na pecuária, a população suína sobrepõe-se às demais, contando com cêrca de 18 mil cabeças, aproximadamente; o rebanho bovino possui 4 mil cabeças. Há pequena exportação de gado.

Dos 12 estabelecimentos industriais existentes no município, 4 ocupam 5 ou mais operários. A indústria dedica-se principalmente aos ramos "madeireiro" e de "produtos alimentares". A exportação, em 1956, correspondeu a 12 milhões, 66 mil e 763 cruzeiros.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem na cidade e interior 14 estabelecimentos comerciais varejistas, 3 atacadistas e uma agência bancária. Paraíso do Norte mantém intercâmbio de produtos agrícolas com as praças de Paranavaí, Maringá, Santos (SP) e São Paulo (SP).

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por estradas de rodagem que o ligam aos vizinhos de Tamboara — 14 quilômetros; Paranavaí — 30 quilômetros; São Carlos do Ivaí — 25 quilômetros; Rondon — 16 quilômetros. Dista da capital do Estado, via rodoviária, 547 quilômetros; da capital Federal — 1 313 quilômetros. Na cidade existe um campo de pouso para pequenos aviões.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Paraíso do Norte possui cêrca de 3 000 habitantes, mais de 500 edificações; energia elétrica para iluminação pública e domiciliar, esta com mais de 150 ligações. No ano de 1957, foram emplacados na Prefeitura Municipal 17 automóveis e 51 caminhões. Existem na cidade 4 hotéis e duas pensões.

Casa de Saúde São Carlos

Vista aérea da cidade

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Possui o município 3 médicos, 4 dentistas, 4 farmacêuticos, 4 farmácias e a Casa de Saúde Carlos Aragão, instituição particular.

ENSINO — Quinze unidades de ensino primário fundamental comum, com a matrícula de 777 alunos, estiveram em funcionamento no município, em 1956. Há na cidade 1 curso normal regional.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existem na cidade 1 cinema, o Cine Bandeirantes, com 290 lugares.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1954......	...	1 588	—	—	—
1955......	...	1 976	—	—	
1956......	...	2 982	1 687	1 001	1 925

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — A principal manifestação popular que se realiza no município consiste na comemoração da festa da padroeira, Nossa Senhora Aparecida, a 8 de dezembro, em que tomam parte todos os habitantes locais. Por tradição, comemoram-se a Páscoa e o Natal.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — É desconhecida a origem do nome adotado pela comuna, sabendo-se todavia haver sido dado pela emprêsa colonizadora que o fundou. As pessoas aí nascidas são chamadas norte-paraisenses.

O município é distrito judiciário e têrmo subordinado à comarca de Paranavaí. Na sede existe um Cartório do Registro Civil e anexos e funciona um Juiz de Paz. O Prefeito municipal é o Senhor Pedro Stochero; são Vereadores: Alcides Franco Godoy, Sanão P. David, Humberto B. Couto, José T. da Silva, Saturnino F. de Freitas, Randolfo G. Ribeiro, Hamilton P de Souza, Patrício Sampaio e Guilherme Spigel.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Paraná.

PARANACITY — PR

Mapa Municipal no 12.º Vol.

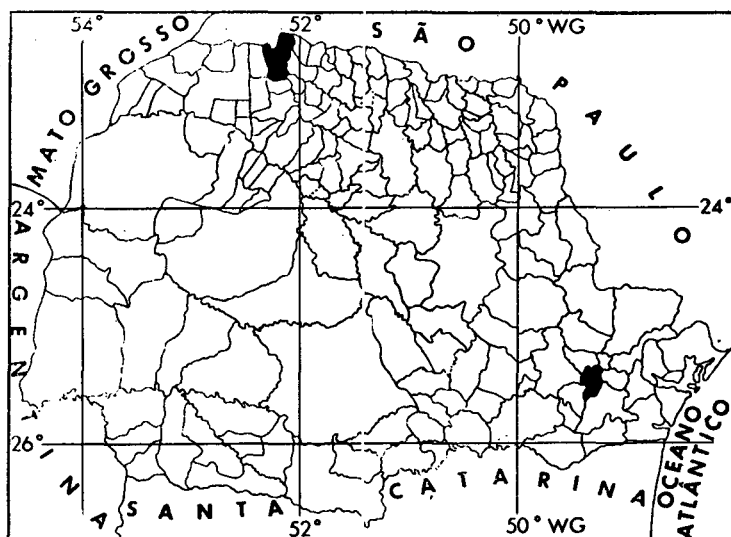
HISTÓRICO — Paranacity é o fruto do comércio de terra, racionalmente organizado e desenvolvido no Norte do Paraná, com o objetivo de dividir, povoar e tornar úteis as terras da região, especialmente indicadas à cultura do café, de que o Paraná é um dos maiores produtores. O município teve origem num patrimônio formado pela Imobiliária Progresso Limitada com sede na cidade de Apucarana e proprietária de uma vasta área de terras na região onde hoje se localiza a novel unidade municipal.

Em 1949 a Imobiliária Progresso Limitada, após medir e demarcar, colocou à venda nada menos de 6 400 *datas* de terras e 200 chácaras, dando a denominação de Paranacity ao patrimônio, em homenagem a um dos seus sócios, de nacionalidade norte-americana. As primeiras construções foram feitas pela própria emprêsa imobiliária, por intermédio do construtor Guilherme Schinel, juntamente com Abilio Soares, figurando ambos entre os primeiros desbravadores da localidade.

Com a vinda de João Chemin, primeiro comerciante, Mamed Kalil, Pedro Paulo Venério, João Moro, Emílio Audi, Francisco José Munhoz, João Galdino Inocêncio e muitos outros, iniciou-se o desenvolvimento do patrimônio de Paranacity.

á em 1953, pela Lei municipal n.º 16, de 10 de fevereiro de mesmo ano, foi criado o distrito de Paranacity, e, logo depois, em 1954, desmembrado do município de Nova Esperança, elevando-se à categoria de município, em virtude da Lei estadual n.º 253, de 26 de novembro de 1954.

Depois da realização das eleições municipais, efetuou-se a instalação do município, em dezembro de 1955, sendo então empossado o primeiro Prefeito Municipal, Venério Paulo Venério e os membros da respectiva Câmara de Vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Localizado na Zona Fisiográfica do Ivaí, Paranacity faz limites com os seguintes municípios: São João do Caiuá, Cruzeiro do Sul, Lobato, Colorado e Itaguajé, no Estado do Paraná, limitando-se, ainda, com o Estado de São Paulo. A sede municipal está situada na posição geográfica de 22° 53' de latitude Sul e 52° 07' de

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Coletoria Estadual

longitude W.Gr., ligando-se à capital do Estado, em rodovia, numa extensão de 502 quilômetros.

ALTITUDE — A sede do município encontra-se numa altitude de 460 metros.

CLIMA — Paranacity possui clima quente e sêco. As temperaturas elevam-se no verão e declinam no inverno tornando-se amenas e agradáveis. No ano de 1957, foram registrados 30°C para as médias das temperaturas máximas, 13°C para as mínimas e 22,5°C para as compensadas.

ÁREA — Compreende o município uma área equivalente a 816 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Tem o município, como seu principal acidente geográfico, o rio Paranapanema, nos limites com o Estado de São Paulo; o rio Pirapó, afluente do Paranapanema, serve-lhe de divisa com os municípios de Itaguajé e Colorado, e o ribeiro do Diabo separa-o do município de São João do Caiuá. Inúmeros ribeiros e córregos cortam o seu território, destacando-se o Fundo e o da Fartura.

RIQUEZAS NATURAIS — Argila e madeiras de lei (peroba, imbuia, cedro, etc.) constituem as riquezas naturais de Paranacity.

POPULAÇÃO — Quando da realização do Censo de 1950, o território que hoje constitui Paranacity fazia parte do município de Mandaguari. Entretanto, o seu desmembramento, em 1954, ocorreu do município de Nova Esperança, criado em 1951, com terras então pertencentes a Mandaguari. Daí a circunstância de, em 1950, época em que se realizou o VI Recenseamento Geral do Brasil, o município de Paranacity estar diretamente subordinado ao território de Mandaguari.

Aglomerações urbanas — O município possui três aglomerados urbanos: cidade de Paranacity e vilas de Inajá e Paranapanema. Trata-se de localidades novas, fundadas um pouco antes de 1953. Estimam-se as populações urbanas de Paranacity em 2 000 habitantes, Inajá 480 e Paranapanema 900.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O valor da produção agrícola, prevista para 1956, estêve representado do modo seguinte: milho — Cr$ 310 500 000,00; arroz — .... Cr$ 80 850 000,00; café — Cr$ 28 000 000,00; algodão — Cr$ 9 950 000,00; laranja — Cr$ 8 000 000,00; feijão — Cr$ 1 720 000,00. A cafeicultura surge em primeiro plano

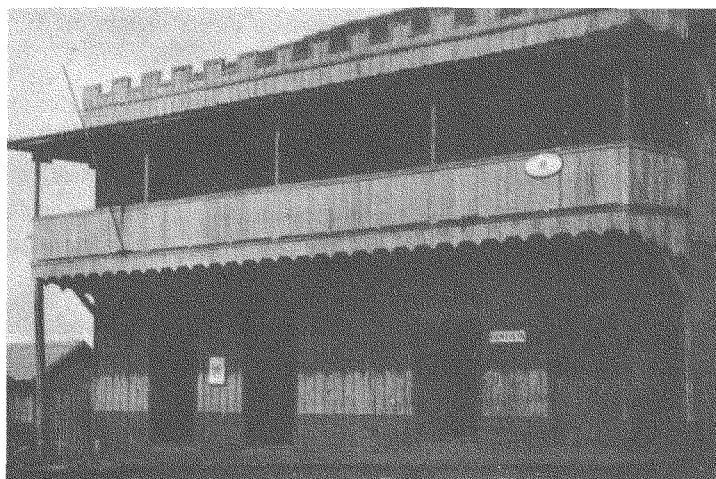
Agência do Banco Agrícola Norte do Paraná

no setor agrícola, embora sua produção não tenha ainda atingido o máximo, o que se dará em 1958. Existem, plantados, 40 milhões de pés de café.

A indústria conta com 14 estabelecimentos dos quais 7 ocupam 5 ou mais operários. Age preferencialmente nos ramos: "madeireiro" e de "produtos alimentares".

COMÉRCIO E BANCOS — Funcionam no município 15 estabelecimentos comerciais varejistas, 1 atacadista e uma agência bancária. Efetua Paranacity suas transações comerciais com os municípios de Paranavaí, Nova Esperança, Maringá e Presidente Prudente (SP). Nessas localidades vende sua produção agrícola e industrial, bem como adquire aquêles produtos que, por não possuir fonte própria, necessita para o seu consumo interno.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por estradas de rodagem que demandam a todo o interior de seu território, bem como o ligam aos seguintes municípios vizinhos: Cruzeiro do Sul — 2 quilômetros; São João do Caiuá — 22 quilômetros; Itaguajé — 53 quilômetros; Colorado — 38 quilômetros; Lobato — 60 quilômetros. Dista da Capital Estadual (rodovia) 502 quilômetros, e da Capital Federal (rodovia), 1 352 quilômetros.

ASPECTOS URBANOS — A cidade conta com cêrca de 2 000 habitantes, possuindo mais de 450 edificações, das quais 398 são ocupadas para fins residenciais. No ano de 1957, foram registrados, na Prefeitura Municipal, 68 veículos motorizados, sendo 13 automóveis e 55 caminhões. Possui 36 logradouros públicos: 4 avenidas, 29 ruas e 3

Prefeitura Municipal

praças. O comércio local é constituído de 15 estabelecimentos varejistas e 2 atacadistas. Existem, na cidade, 5 hotéis.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Dois médicos e 1 dentista e 1 clínica particular (Clínica Sant'Ana) prestam assistência médico-sanitária e em geral à população do município. Existem na cidade duas farmácias.

ENSINO — Funcionaram no município, em 1956, 14 unidades do ensino primário fundamental comum, com a matrícula de 1 027 alunos. Encontra-se também 1 curso normal regional.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Na cidade, acham-se em atividade o Cine Universo, com 120 lugares, e uma livraria.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANO	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1956......	...	899	3 446	1 265	1 343

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — A 8 de setembro, realiza-se na cidade a maior manifestação popular do mu-

Casa Paroquial

nicípio, ou seja, a festa de Nossa Senhora Aparecida, padroeira local.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A denominação "Paranacity" foi adotada pela emprêsa colonizadora, em homenagem a um dos seus sócios de nacionalidade "norte-americana". Assim, decomposta, daria: Paraná (Estado) mais *city* (cidade) igual a cidade do Paraná.

Seus habitantes são conhecidos por paranacitenses. Na configuração judiciária, aparece como distrito o têrmo subordinado à comarca de Nova Esperança, município vizinho.

Na sede existe um Juiz de Paz e um Cartório do Registro Civil e Anexos.

O Prefeito atual é o Sr. Venério Paulo Venério. São vereadores os Srs. Mabal Prestes Way, José Gomes da Silva, Amador Bortoletto, Miguel Lima Moreira, Ambrozio G. de Azevedo, Alidi Rapelato, Mamoro Sato, José Cordeiro de Souza e Waldemar Alves da Silva.

PARANAGUÁ — PR

Mapa Municipal no 10.º Vol.

HISTÓRICO — Encontrar ouro nas terras do Brasil foi o grande sonho acalentado pelos portuguêses desde os primeiros dias do descobrimento. Tendo falhado as primeiras tentativas nesse sentido, o govêrno lusitano se convenceu da inexistência de ouro e outras riquezas minerais nas terras descobertas por Pedro Alvares Cabral, motivo por que fêz uma concessão a Fernando de Noronha, que passou a explorar o "pau-brasil", como única riqueza natural do país.

Novos esforços foram empreendidos na pesquisa de ouro e pedras preciosas, logo após a chegada da expedição de Martim Afonso de Souza, em 1531. Ao aportar em São Vicente, Martim Afonso de Souza lançou ao interior do país uma bandeira em busca de ouro, baseado nas informações que lhe foram fornecidas pelo português Francisco de Chaves, que lhe foi apresentado em Cananéa.

Todos viam ou supunham ver ouro, no alvorecer do século XVI, embora nada houvesse de positivo. Já em 1554, o Padre Anchieta, em carta escrita de São Paulo, comunicava à coroa lusitana: "Agora finalmente descobriu-se uma grande cópia de ouro, prata, ferro e outros metais até aqui inteiramente desconhecidos, como afirmam todos"

Monsenhor Pizarro sonhou com a exploração de ouro em Paranaguá, em 1578. Diz Romário Martins que, segundo Pedro de Almeida Peres Leme, foi Afonso Sardinha o primeiro descobridor de ouro no Brasil, fato que se deu em 1590, na serra de Jaguanimbaba (Mantiqueira), na de Jaraguá (têrmo da vila de São Paulo), na Ventura (têrmo da de Parnaíba) e na de Ibiraçoaba (têrmo da de Sorocaba). Entretanto, em vez de ouro, sabe-se que Afonso Sardinha explorou e fundiu ferro.

A 15 de agôsto de 1603, o govêrno da metrópole expedia o primeiro Regimento das Terras Minerais do Brasil e fazia concessões aos descobridores de minas.

Por Alvará de 2 de janeiro de 1608, D. Francisco de Souza foi nomeado Governador e Capitão-general do Distrito do Sul do Brasil, que compreendia as capitanias do Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Vicente, com atribuições especiais, referente às minas para o que "lhe foram consignados um procurador, um tesoureiro, dois mineiros de prata, um mineiro de ouro de bêta, um ensiador, um mineiro de pérola, um mineiro de esmeralda, um mineiro de salitre e dois mineiros de ferro" — conforme descrição de Antonio Olinto.

Trecho da Estrada de Ferro Curitiba — Paraná

Vista parcial da Avenida Artur de Abreu

O trabalho de mineração, porém, não correspondia, naqueles tempos, aos desejos do govêrno lusitano.

A 8 de agôsto de 1618 foi expedido o segundo Regimento de Terras Minerais, que ampliou as disposições do de 1603, pelo que se depreende que a mineração havia malogrado. Com o fim de estimular os descobrimentos, o govêrno abriu mão de tôdas as minas, concedendo-as aos seus respectivos descobridores, desistindo, assim, do intento de as monopolizar.

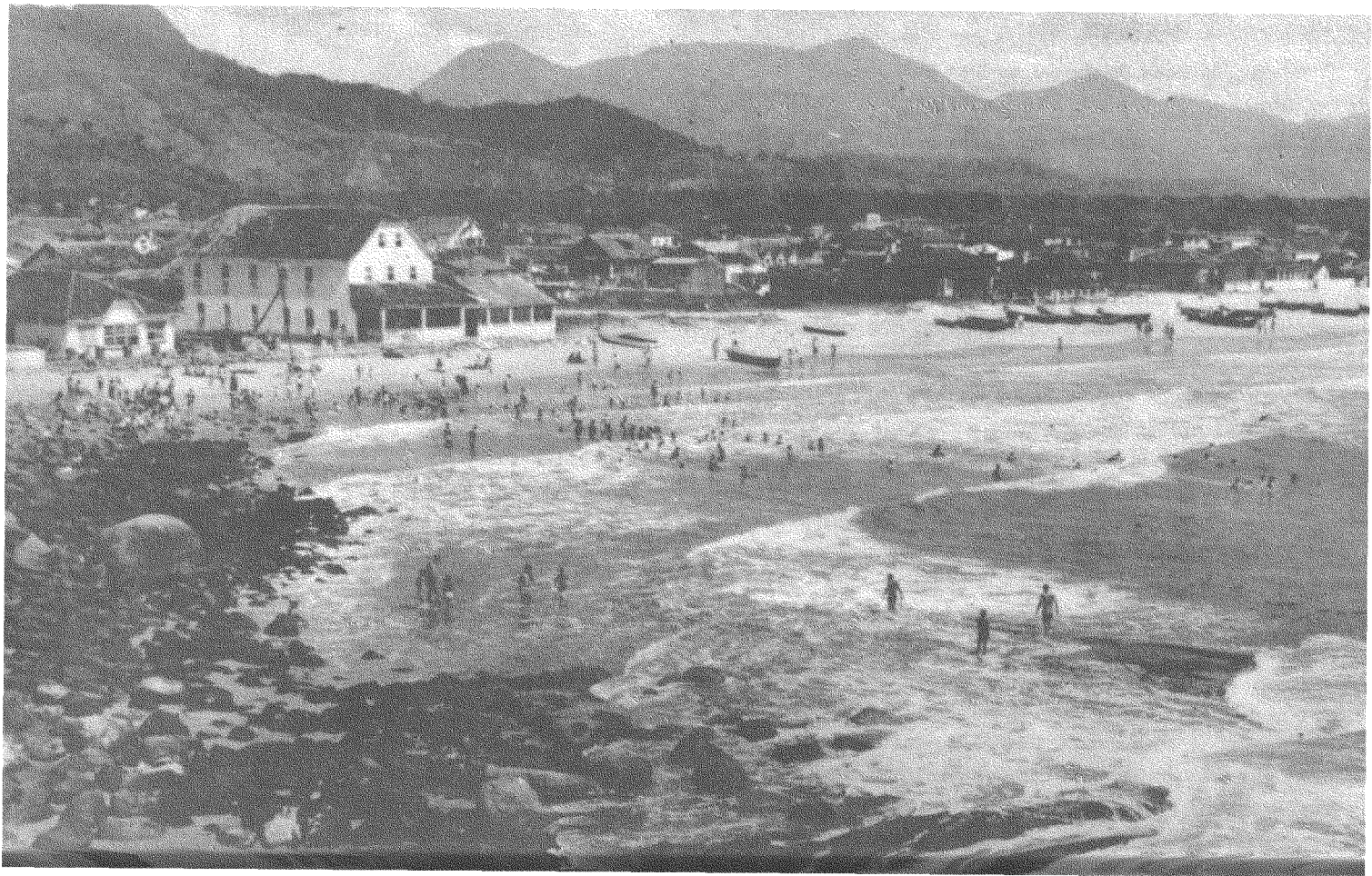
Euzebio de Oliveira diz que em virtude dessas novas concessões, as entradas se sucederam, contando-se, porém, os insucessos pelas tentativas feitas. É que não estava encerrado ainda o ciclo de caça ao índio, de resultados certos, e atividade onde assentavam os interêsses mais generalizados do Brasil seiscentista.

Dentre as regiões onde primeiro apareceram notícias de minas de ouro e que mais esperanças despertaram de grandes êxitos, figurou Paranaguá.

Em 1646, Gabriel de Lara manifestava em São Paulo o descobrimento das minas de ouro de Peruna e simultâneamente eram divulgados descobrimentos semelhantes feitos em Iguape, Cananéa e nos sertões da Ribeira, compreendendo o Apiaí, e do Açungui, compreendendo o sertão das Furnas e os campos de Curitiba.

Naquela época já existia uma pequena povoação em Paranaguá, pois os primeiros moradores a se estabelecerem no local chegaram ali, no período de 1550 e 1560. Receosos de ataques dos índios carijós que habitavam o continente, êsses moradores se estabeleceram na ilha do Cotinga, formando um arraial. No período de 1575 a 1580 o arraial do Cotinga foi sucessivamente desmembrado, passando sua população a estabelecer-se em terra firme, às margens do rio Tagaré ou Taquaré, atualmente denominado rio Itiberê.

À primeira leva de colonizadores sucederam-se outras que se estenderam por todo o recôncavo, depois de haverem entrado em contato pacífico com os povos aborígines. O descobrimento de jazidas de ouro na Serra Negra contribuiu para o aumento da população, admitindo-se mesmo que dessas minas saíram as primeiras amostras de ouro brasileiro, extraído em 1580 e enviado para a Côrte portuguêsa.

O afluxo de habitantes oriundos das vilas e povoações do norte, devido aos progressos da mineração, atingiu seu maior êxito por volta do ano de 1640, quando aportou a Paranaguá Gabriel de Lara investido das funções de Gover-

Vista da praia principal do município

nador Militar da Povoação e com atribuições de colonizar e defender o território que, para a metrópole, constituía posição de suma importância política e estratégica, de vez que se tratava de consolidar o domínio português, contestado pelo rei da Espanha.

Com a notícia dada por Gabriel de Lara da descoberta de jazidas de ouro, em 1646, ia ser iniciado eficientemente o ciclo de mineração no Paraná e até mesmo na Colônia. Antes que a exploração se iniciasse regularmente, porém, já o govêrno da metrópole, pelo seu delegado, o Governador-Geral do Rio de Janeiro, nomeava Administrador e Provedor para o seu desenvolvimento, pesquisa de novas jazidas e defesa fiscal dos quintos reais.

"Foi para êsse fim — diz Romário Martins — que em 1645-1647 o Governador-Geral do Sul do Brasil, Duarte Corrêa Vasqueanes, nomeou Eleodoro Ébano Pereira Entabolador e Administrador nos Distritos do Sul e o Provedor da Fazenda Real, Pedro de Souza Pereira, a Mateus de Leão para seu delegado em Paranaguá, onde mal se tinham descoberto as primeiras minas e nem se sabia ainda se seriam produtivas".

Mas o próprio fato da presença de autoridades oficiais nas regiões das minas então descobertas contribuiu para despertar o interêsse por êsse novo gênero da atividade econômica sertanista e, em breve, Iguape e Paranaguá se tornaram "as povoações mais florescentes da costa, enquanto não foram descobertos os ricos aluviões de Minas Gerais".

Ébano Pereira, fundador de Curitiba, é, também, um dos fundadores de Paranaguá. Eis o que diz a êsse respeito o historiador Antonio Vieira dos Santos:

"A origem desta Vila (de Paranaguá) também foi devida a Leodoro de Ébano Pereira, Capitão das Canoas de Guerra, que então teria na dita povoação grande influência sôbre os povos pela ingerência na administração das descobertas das minas".

A propósito diz Romário Martins:

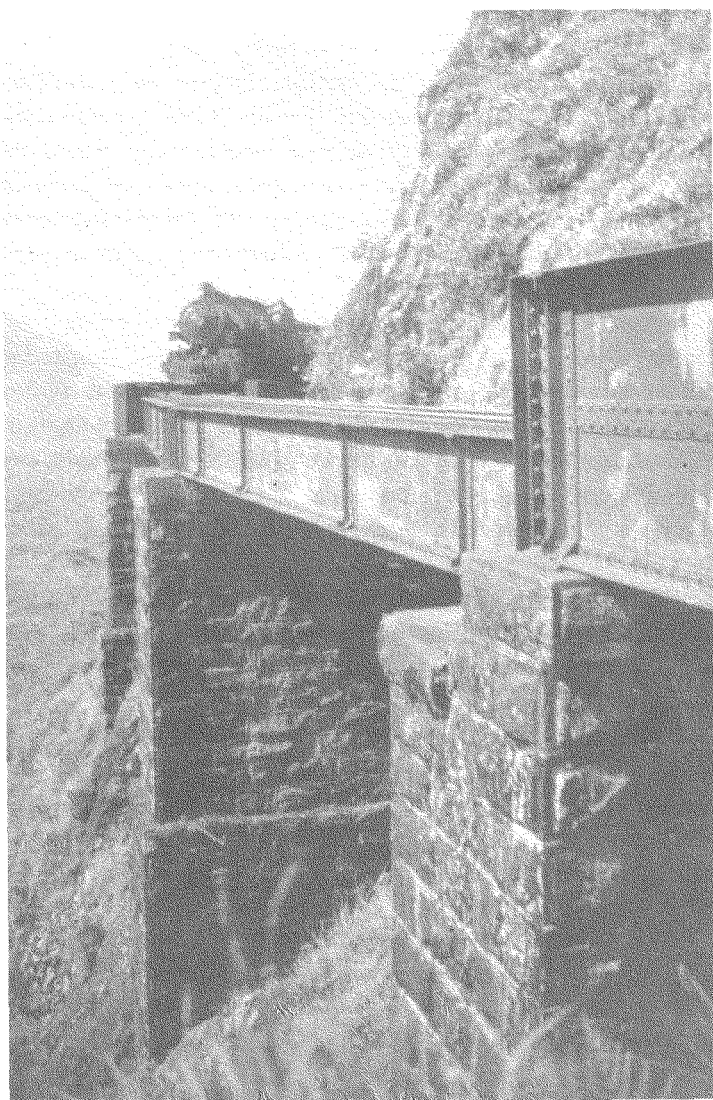
"E assim Eleodoro Ébano Pereira, agindo em virtude da importante função do seu cargo, em Iguape e Paranaguá, como em Curitiba, nos dias fundamentais dessas povoações, foi realmente, um dos fundadores delas, e, no seu tempo, o principal pela autoridade oficial que ali revestia a sua personalidade. Tanto mais notável quanto, como diz Vieira dos Santos, a sua influência se exercia sôbre a única atividade econômica dêsses povos, que era o descobrimento e a extração de ouro.

Ébano Pereira já estava em Paranaguá antes de 4 de março de 1649, data em que comunicou à Câmara, instituída nesse ano, e ao Capitão-Mor da Vila, sua qualidade oficial de Administrador das Minas. Não há elementos para se precisar o ano em que chegou a essa localidade, pois, posteriormente àquela data não existia nenhum serviço de administração pública".

E acrescenta o maior historiador do Paraná:

"A única autoridade derivante do Govêrno-Geral do Rio de Janeiro com jurisdição nesse Distrito do Sul era a dêle próprio".

Antes, porém, de 1649, Ébano já se encontrava em Paranaguá, porque nesse ano sua atividade no serviço da quintagem, barretamoento e marcação do ouro já motivava conflito de jurisdição com a Provedoria das Minas de São Paulo.

Descrevendo a região onde mais tarde surgiram as vilas de Paranaguá, no litoral, e Curitiba, no planalto, assim se refere frei Gaspar da Madre de Deus, que a mesma, "a prin-

Viaduto Carvalho — Estrada de Ferro Curitiba — Paraná

cípio fez parte do termo de São João de Cananéa, que compreendia as minas da Ribeira existentes nas terras dos Tupís e também as do Açungui e Paranaguá, descobertas no país dos Carijós".

Tanto em época anterior como posterior a êsses primeiros contatos com a região do litoral paranaense, castelhanos e portuguêses, degredados ou egressos da civilização, foram se homiziando entre os índios de tôda a costa do sul, levando a mesma vida dos nativos e se tornando tão selvagens quanto êles.

A gente de tal catadura não se pode atribuir outra atividade a não ser a do próprio silvícola a cujos costumes estêve de tal maneira afeita, que por vêzes chegou a perder a lembrança da própria língua de sua terra natal.

Atribui-se-lhe a prática ou o incitamento de várias tragédias ocorridas com os primeiros penetradores do sertão do sul: ataques a indefesos centros iniciais de povoamento; o extermínio da expedição de oitenta portuguêses na região do Iguaçu, em 1531; o assassínio dos jesuítas Francisco de Souza e Pedro Correia, missionários dos Carijós de Paranaguá e Santa Catarina; o assalto do castelhano Rui Peschera, em 1535, à povoação de São Vicente e diversos outros fatos deploráveis.

Não foram contudo, nem os traficantes com os tupiniquins, nem os preadores de carijós, nem os europeus alçados que adotaram os seus costumes e se confundiram com êles, elementos escassos e errantes, que iniciaram o povoamento de Paranaguá, do que resultou seus primeiros núcleos de moradores efetivos dos quais surgiu a primeira vila. Foram os caçadores de ouro que, a partir do século XVII, ali apareceram nas suas canoas, lanchas e almadias, vindos das primitivas vilas paulistas, pelo canal do Varadouro compenetrados de audácia e ambição, acompanhados de índios mansos, seus aproximadores de relações com os nativos locais.

Gabriel de Lara não foi o primeiro a se estabelecer em Paranaguá. Quando êle aportou à povoação já encontrou muitos pioneiros do seu povoamento. Em maio de 1632, Gabriel de Lara residia na vila de Iguape, e, antes de 1646 residia em Paranaguá, onde se dedicava ao trabalho de descobrir jazidas de ouro.

A bandeira comandada por Jerônimo Leitão, que de 1585 a 1591 andou preando índios na zona litorânea do Paraná, não esqueceu a região onde teve encontros com os Carijós, de vez que é conhecida a concessão da sesmaria feita em 1614, pelo Capitão e Ouvidor de Santos, a Diogo de Unhatte, situada entre os rios Ararapira e Superagui.

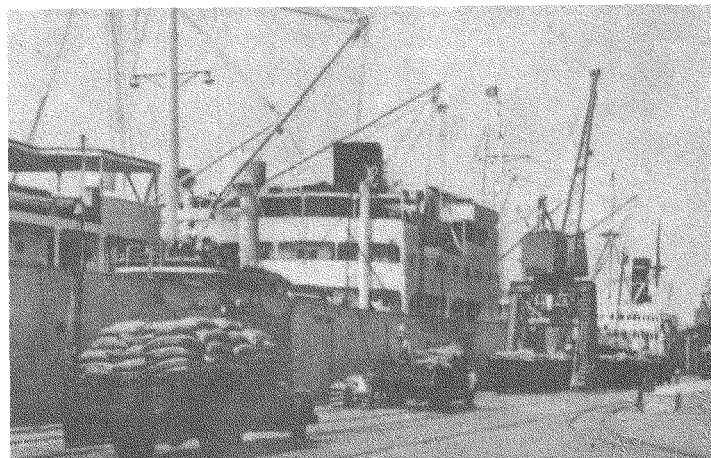
Tivesse ou não vindo habitar essas suas terras, infere-se que alguém por êle o fêz, talvez parentes seus, pois o seu nome ficou assinalando, até hoje, um dos rios de Guaraqueçaba.

O território do atual município de Paranaguá, pelo menos as terras mais próximas de Cananéa e ocupadas pelos Tupiniquins, amigos dos portuguêses, possìvelmente, em 1614, estava em início de povoamento promovido por aventureiros das povoações paulistas.

As terras mais ao sul, habitadas pelos carijós ressentidos das pelejas com os portuguêses, sòmente alguns anos mais tarde teriam sido habitadas pelos brancos. Sabe-se que os primeiros ádvenas lusitanos prudentemente se estabeleceram na ilha do Cotinga, sòmente se transferindo para o continente, depois de se convencerem de que ali podiam viver livres de qualquer hostilidade por parte dos selvagens.

Enquanto isso não se deu, é bem de ver que os descobrimentos de jazidas auríferas e suas explorações estiveram vedados aos adventícios de Cotinga, que é o centro inicial do povoamento regular do litoral paranaense.

Tais fatos teriam ocorrido pouco antes de 1646, data em que Gabriel de Lara estava em São Paulo manifestando descobrimentos de ouro no distrito que estava povoando.

É provável que a divulgação da existência de ouro em Paranaguá tivesse motivado novas entradas de aventureiros, reforçando-se, dêste modo, o núcleo de moradores presididos

Embarque de café no Pôrto de Paranaguá

por Lara, pois em 1648, era êsse Capitão Povoador, por Carta Régia de 29 de julho, autorizado pelo Ouvidor Geral do Brasil, Manoel Pereira Franco, em nome do rei de Portugal, a promover os atos legais necessários à elevação da localidade à categoria de vila, elegendo eleitores, vereadores, juízes, procurador do conselho e escrivão, fato que se realizou a 26 de dezembro de 1648, sendo que a solenidade de instalação da vila foi efetivada a 9 de janeiro de 1649.

Do têrmo de juramento e posse dos primeiros oficiais eleitos consta que a última formalidade não foi cumprida a 1.º de janeiro, "por estarem no dia do ano bom todos aqui para que bem e fielmente servissem seus cargos".

Esta explicação revela que os primeiros povoadores de Paranaguá, após a sua precavida concentração na ilha de Cotinga, se disseminaram em sítios, pelo continente. Já havia passado o receio de que os nativos os hostilizassem, dos quais uns se teriam retirado para o interior ou mais para o sul, outros teriam sido incorporados aos invasores, outros, enfim, desistindo da defesa da terra, quebrada que fôra a sua resistência

Os povoadores procuravam as glebas que mais lhes facilitassem a vida a aí habitavam com suas famílias e escravos-índios fazendo roças e cuidando de pequenas criações, fundamentos indispensáveis à permanência na terra conquistada. Os sítios eram ligados uns aos outros pela relativa proximidade, de onde os auxílios mútuos nas contingências e perigos da vida sertaneja, em terra mal dominada ainda pela ordem e em desproporções imensuráveis, com a exigüidade dos grupos recém-chegados.

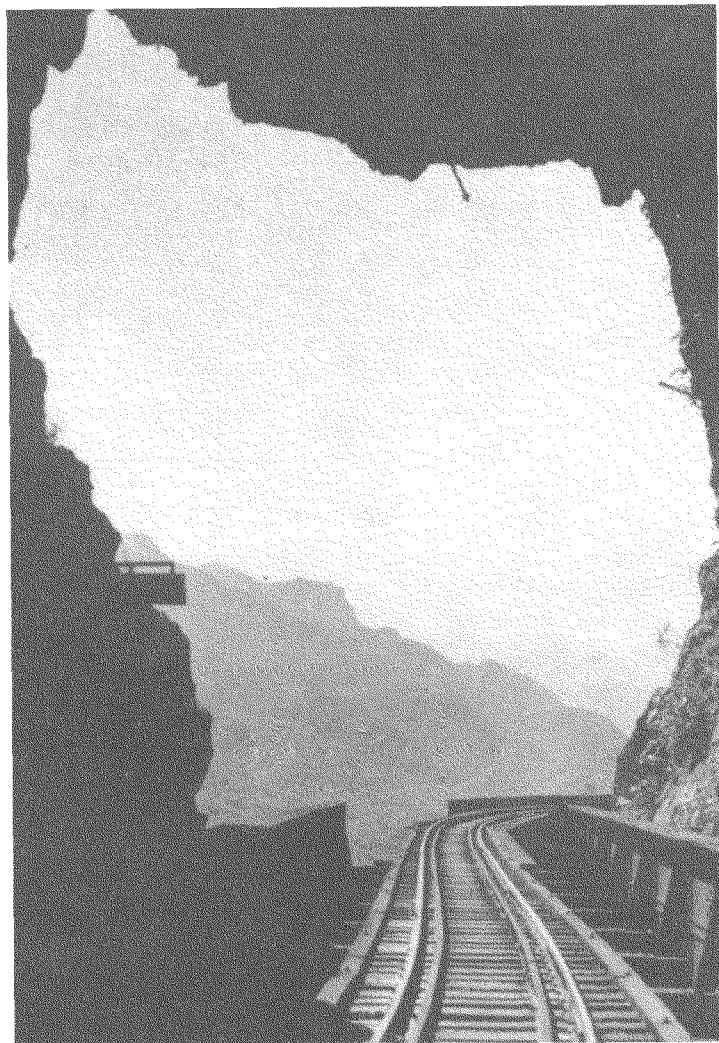
Inicialmente êsses sítios se localizavam em pontos próximos da costa e foi nêles que se erigiu a povoação central, onde morava o Capitão Povoador. Foi no local da residência do Capitão Povoador que em 1648 se levantou o pelourinho, símbolo da autoridade e da justiça. Depois os moradores se animaram a subir os rios que descem da serra: o Guaraguaçu, o Almeidas, o Correias, onde encontraram ouro, até que os bons resultados e e crescente ambição os levou a Serra Negra, Tagaçaba, Faisqueira, rios do Pinto, Guarumbi (atual Marumbi), Cubatão (Nhundiaquara) e outros pontos do litoral.

Novas levas de aventureiros acorreram, por certo, a reforçar o incipiente grupo de povoadores pelos resultados felizes, conseguidos pelos primeiros chegados. E o núcleo branco cresceu em fama e número, chegando a constituir, na costa do sul, sede da capitania (1660), a metrópole, por muitos anos sem rival, chegando sua influência a jurisdição de sua Ouvidoria a se exercer por "40 leguas da parte do sul".

Os primeiros povoadores de Paranaguá formavam um núcleo de certa significação social, no qual alguns se elevavam, com grande distinção, pelas suas origens e pelo seu passado.

Era pequeno o número dos povoadores do primeiro núcleo social do litoral, pois apenas 15 nomes figuram no primeiro "Termo de Ajuntamento" da população, atendendo a chamado de Gabriel de Lara, sendo de 95 o número dos que elegeram os administradores da vila, no dia de sua fundação, em 1649.

Os primeiros nomes que aparecem na história de Paranaguá são quase todos de gente boa, com antepassados ilustres e respeitáveis. Entre êles figuram os fidalgos de linhagem castelhana: Gabriel de Lara, filho de Dom Diogo Or-

Vista aérea parcial da cidade

Saída do Viaduto Carvalho — Estrada de Ferro Curitiba — Paraná

donez de Lara, morador em São Paulo; Diogo de Lara, seu irmão; Antonio e Manoel de Lara, seus filhos; João Gonçalves Peneda, íntimo amigo e talvez parente dos Lara, que foi o primeiro Juiz Ordinário da vila; Bartolomeu de Torales, o môço, filho do nobre castelhano do mesmo nome, habitante de Vila Rica do Espírito Santo (Guaíra) que após a destruição daquela cidade mudou-se para São Paulo; João Maciel Bassão ou Bazan, nos seus assentamentos alterado para Bayão, elemento social de conceito; Francisco da Silva Magalhães, um dos homens mais cultos da vila, que chegou a ocupar o cargo de Ouvidor, e em 1692, o de capitão-mor; Crisóstomo Alves, já capitão de ordenanças quando veio para o litoral; Tomaz Fernandes de Oliveira, capitão de infantaria com serviços militares em Angola, fôra capitão-mor em São Vicente, e substituiu Lara no mesmo pôsto em Paranaguá, onde exerceu também o cargo de Provedor das Minas; Manoel do Vale Porto, fundador da cidade de Antonina, natural de Valongo, senhor de grande número de escravos, minerador do território paranaense e, mais tarde, em Minas Gerais, fazendeiro na Graciosa e em São José dos Pinhais; Manoel Coelho, Estêvam de Fontes e Diogo de Braga, eleitos vereadores e Procurador na eleição para a fundação da vila; Domingos Pereira e Pedro de Uzeda, primeiros administradores da vila, em eleição que os coloca entre os principais elementos da sociedade paranagüense da época, destarte considerados os mais capazes de a organizar e conduzir.

Ermelino de Leão, no Dicionário Histórico e Geográfico do Paraná, diz existir a respeito de Domingos Gonçalves Peneda ou Caneda um documento na Biblioteca do Museu Britânico, que declara êsse povoador como fundador de Paranaguá e o qualifica como "homem régulo e matador", fugido de São Vicente com os seus sequazes.

Ao chegar a Paranaguá, em 1640, Gabriel de Lara efetivamente encontrou, na ilha da Cotinga, êsse povoador.

Entretanto, a história de Paranaguá, à luz de documentos, começa com a ação de Gabriel de Lara; o seu povoamento, a agremiação dos selvagens restantes das preações às atividades dos povoadores, o descobrimento e exploração de minas de ouro, a sua organização social, a sua fundação política e administrativa. Lara é o capitão-mor, o ouvidor, o alcaide, o lugar-tenente do Donatário, o Governador da capitania em nome de El-Rei.

A partir do ano de 1640 a 1682, quando faleceu, ocupou todos os postos do poder público na terra que encontrou como um indeciso núcleo de aventureiros e que soube conduzir e desenvolver de modo a torná-lo o mais importante centro de civilização, no seu tempo, de todo o confim meridional da Colônia, depois de São Vicente.

Paranaguá cresceu tanto que em 1660 foi elevada à categoria de capitania. Romário Martins — o mais autorizado historiador do Paraná, — diz que a capitania "criada para firmar no quinhão meridional de Pero Lopes de Souza a posse de seu sucessor hereditário, o Marquês de Cascais, não passou de uma unidade de segunda ordem entre as demais capitanias e estêve sempre subordinada ao Govêrno-Geral do Rio de Janeiro e depois ao de São Paulo.

Em 1654 a Câmara Municipal deu posse da vila a Diogo Vaz de Escobar, Governador da capitania de Itahaen assim reconhecendo ser a localidade pertencente ao Conde da Ilha do Príncipe; mas em 1656 empossou a Simão Dias de Moura, igualmente Governador da mesma capitania, porém, representante do Marquês de Cascais, que mantinha, com o Conde, acirrada demanda pela sucessão nos direitos do primitivo donatário da parte meridional da capitania de Santo Amaro.

Valendo-se de sua vitória sôbre o Conde da Ilha do Príncipe, o Marquês de Cascais, representado por seu procurador, nomeou a Gabriel de Lara capitão-mor, ouvidor, e alcaide-mor da vila, garantindo-se ainda mais, dessa maneira, a influência política e social dêsse personagem.

A Câmara Municipal, entretanto, relutou em dar posse a Lara nesses postos, sòmente o fazendo em 1660. Naquele ano se encontrava em Paranaguá o Governador da capitania de Itahaen, Antonio Barbosa Sotti Maior, com o in-

Vista de um trecho da Avenida Artur de Abreu

Ponte de São João — Estrada de Ferro Curitiba — Paraná

tento de tomar posse da vila para a sua jurisdição, e em tais condições pareceu oportuno à Câmara completar a organização do govêrno local com a investidura de Gabriel de Lara nos cargos para os quais fôra nomeado pelo Marquês de Cascais, o que fêz a 15 de março de 1660.

Os podêres conferidos a Gabriel de Lara pelo herdeiro da capitania de Pero Lopes de Souza fizeram-no administrador de todos os interêsses do donatário na porção meridional do feudo: seu lugar-tenente e procurador, capitão-mor, ouvidor e alcaide-mor.

A secção meridional da capitania de Santo Amaro que principiava na altura da barra de Paranaguá e corria quarenta léguas para o sul, como dizia Lara, passou, pois, a constituir, em 1660, com a posse dêste, a capitania de Paranaguá.

Em novembro do mesmo ano chegou a Paranaguá, em inspeção às minas de ouro, o Governador do Rio de Janeiro, general Salvador Corrêa de Sá e Benevides, que desde logo verificou ser uma das causas do escasso rendimento da mineração a contenda entre os herdeiros de Pero Lopes, que periòdicamente perturbavam a vida da pequena povoação da costa por meio dos seus prepostos em Itahaen.

Em vista disso, o Governador determinou "que a Vila se conservasse em nome de Sua Majestade como se tinha criado"; que não se reconhecesse "nenhum dos donatários pleiteantes à sua posse, visto êles próprios duvidarem dos seus direitos".

A partir dessa data, nos seus editais, Gabriel de Lara se dizia *"Povoador da Vila de N. S. do Rosário da Capitania de Paranaguá em nome de sua Alteza e com os mesmos poderes de Lugar Tenente e Procurador do Marquês de Cascais nas Vilas de* 40 *léguas da parte do Sul"*, que era a extensão da costa que se pretendia fôsse correspondente à doação feita a Pero Lopes de Souza.

Nessas condições, a vila e a capitania de Paranaguá ficaram constituídas de todos os órgãos políticos: o legislativo, representado pela Câmara; o judiciário, pela Justiça Ordinária na investidura do ouvidor, e o Executivo, na do capitão-mor e alcaide-mor.

Desde então a alçada dos governador de Itahaen não as atingiu e as deixou viverem por si mesmas, apenas obedecendo à jurisdição, nos casos gerais, dos Governadores-Gerais do Rio de Janeiro.

A existência da capitania se prolongou pelo período de 1660 a 1710. Os capitães-mores foram os seguintes: Gabriel de Lara, 1660 a 1682; Tomaz Fernandes de Oliveira, 1683 a 1688; Gaspar Teixeira de Azevedo, 1689 a 1692; Francisco da Silva Magalhães, 1692 a 1698; e João Rodrigues França, 1701 e 1710.

Por Provisão de 21 de agôsto de 1724 foi nomeado o primeiro ouvidor, Dr. Antonio Alves Lanhas Peixoto. No ano de 1725 procedeu-se à divisão das ouvidorias de São Paulo e Paranaguá. Separou-se uma da outra por uma linha imaginária, balizada na costa de Iguape e lançada para o Poente "até ao lugar das Furnas, exclusive".

O ouvidor Lanhas Peixoto representou a Rodrigo Cezar, Governador da capitania de São Paulo contra a exclusão das Furnas da sua ouvidoria, medida que arrebatara de sua jurisdição a povoação de Itararé que pertencia à vila de Curitiba. Despachando essa representação, o Governador paulista determinou ao ouvidor de São Paulo, por ordem de 28 de junho de 1726, que convocasse o ouvidor de Paranaguá e os oficiais do Senado e da Câmara paulistas e opinassem sôbre o assunto.

Ao que tudo indica, a reclamação do Dr. Lanhas Peixoto foi atendida, porque, transcrevendo o Têrmo de Divisão das Ouvidorias limítrofes, Vieira dos Santos, em suas "Memórias de Paranaguá", escreve ... "correndo (a linha imaginária partida da costa do Iguape) até o lugar das Furnas, *inclusive*, que é o sertão povoado".

A ouvidoria de Paranaguá compreendia todo o sul do Brasil até o rio da Prata. A oeste ia até as Furnas, no sertão povoado, e no "que estava por descobrir e povoar"; a linha que em Iguape tinha a sua baliza, prolongada para oeste, dividiria "as inovadas povoações".

Pertenciam à ouvidoria de Paranaguá, ao tempo de sua criação, as vilas marítimas de Iguape, Cananéa, São Francisco, Nossa Senhora do Destêrro (Florianópolis), Laguna, e, em Serra Acima, a de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba, que eram as únicas existentes, tendo sido a de Nossa Senhora do Destêrro elevada a essa categoria pelo primeiro ouvidor de Paranaguá, a 26 de março de 1726.

Em 1749 começou a se desagregar o imenso território da ouvidoria de Paranaguá, que abrangia parte do atual Estado de São Paulo, os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e os territórios até o rio da Prata, inclusive a República do Uruguai.

A carta Régia de 20 de novembro dêsse ano, expedida em virtude da resolução do Conselho Ultramarino de 20 de junho, criou a ouvidoria da Ilha de Santa Catarina, dando-lhe por divisa com a de Paranaguá "a barra austral do rio São Francisco, o Cubatão do mesmo rio e o rio Negro que se mete no grande de Curitiba (Iguaçu); e ao sul "os montes que desaguam para a lagoa Imeri (Lagoa Mirim)".

Em 1812, por Alvará de 16 de dezembro, foi criada a comarca de São Pedro do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, com sede em Pôrto Alegre; e por Alvará de 12 de fevereiro de 1821, aquela comarca foi dividida, criando-se a comarca de Ilha de Santa Catarina e a comarca do Rio Grande do Sul.

Pelo mesmo Alvará, a ouvidoria de Paranaguá que em 1749 havia perdido os territórios ao sul do rio São Francisco e do rio Negro perdeu mais a vila de Lages, cujo têrmo a oeste era assinalado pelos rios Canoinhas e Marombas e avaliado em 200 léguas quadradas.

Por Alvará de 19 de fevereiro de 1812, foi transferida a sede da ouvidoria de Paranaguá para Curitiba.

A partir de 29 de novembro de 1832 deixaram de existir as ouvidorias, que foram extintas nessa data, pelo artigo 8.º do Código do Processo Criminal.

Após a anulação do Tratado de Madrid, em 1750, por ocasião da guerra entre Portugal e Espanha (1761-1777) foi determinada a restauração da capitania de São Paulo, bem assim, as providências a cargo do seu Governador e Capitão-General Dom Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, necessárias à segurança das fronteiras, de modo a possibilitar, finda a guerra, a negociação de novo tratado, com as mesmas ou melhores vantagens para Portugal.

Outro trecho da Avenida Artur de Abreu

Foram então criadas as vilas de Guaratuba, de Lages e o pôsto militar de Iguatemi; tentou-se a ressureição de Vila Rica do Espírito Santo; realizaram-se o descobrimento, a exploração e o povoamento de Guarapuava, etc.

Entre tais providências figurou a construção de uma fortaleza na barra de Paranaguá, obra que foi confiada ao tenente-coronel Afonso Botelho de Sampaio e Souza, irmão e ajudante-de-ordens do Governador de São Paulo. As obras foram iniciadas a 19 de janeiro de 1767 e concluídas a 23 de abril de 1789.

Visando diminuir as despesas da Real Fazenda, o Governador, por Portaria de 28 de janeiro de 1766, pediu que a vila de Paranaguá auxiliasse da maneira que lhe fôsse possível.

Da vereança convocada para tomar conhecimento dessa portaria, vê-se que Paranaguá atravessava uma fase de extrema decadência econômica e social, pois deliberou a Câmara que, "atendendo ao miserável estado da terra, a seus moradores não lhes convinha contribuir com cousa alguma para a mesma obra, pois que por limitada que fosse (a contribuição) a julgavam violenta". Que esta vila realmente era a mais numerosa de povo que tinha a marinha, porém, que "distinguindo a qualidade dos seus moradores, se achariam só sessenta ou setenta com algum tratamento, sendo tudo o mais gente de pé descalço" Que o ouro que então produzia a comarca, compreendidas as vilas do Iguape, Paranaguá, Rio de São Francisco e Curitiba, "não excedia, um ano por outro, pelo manifesto da Intendência, a cem libras pouco mais ou menos"

O povo chegou a exprimir seu desapoio às obras da fortaleza, em comício que realizou a 2 de fevereiro de 1766, ao qual compareceram 76 pessoas. Parece, entretanto, que essa relutância amparada na "pobreza da terra", acabou por ceder à fôrça de vontade do Capitão-General, uma vez que portaria do Marquês de Pombal, Ministro dos Negócios do Reino, datada de 22 de julho de 1766, dirigida ao Governador paulista, refere "o bom agazalho" dado pelos paranagüenses às obras das fortificações da barra, "dispostos, com todo o gôsto, para as referidas obras e prontos para concorrerem para elas com suas pessoas e com seus escravos".

Segundo Azevedo Marques, a construção da fortaleza foi concluída no dia 23 de abril de 1769, ficando artilhada com duas peças calibre 24, duas de 18 e duas de 12. Todos êsses canhões, nesse dia, salvaram em honra do grande êxito dêsse esfôrço do Capitão-General e da maior obra de defesa da costa sul da capitania.

A guerra que, em 1761 resultou do tratado chamado "pacto de família", dos Bourbons, de França e Espanha contra Inglaterra e Portugal, trouxe desastrosas conseqüências para a segurança das fronteiras pactuais na América entre os dois governos ibéricos.

Foi anulado o Tratado de Limites de 1750, realizado sob a base do "uti possidetis" das conquistas territoriais dos bandeirantes paulistas, e as antigas lutas recomeçaram, com mais intensidade, tendo a dirigi-las Don Pedro Ceballos que, com um poderoso exército se apossou da Colônia do Sacramento e invadiu o Rio Grande do Sul.

Com uma ostentosa armada e um exército que chegou a somar vinte mil homens, Ceballos arrasou as fortificações do Sacramento e se apossou da ilha de Santa Catarina. Em 1777 quase todo o sul reconhecido português pelo Tratado de Madrid (1750) estava "em poder dos espanhóis de Buenos Aires, mas logo, nesse mesmo ano restituído pelo Tra-

tado de Santo Ildefonso (1777), perdendo-se, contudo, a Colônia de Sacramento, as Missões (orientais do Uruguai) e algumas terras da fronteira meridional concedidas no Tratado anterior", consoante descrição de João Ribeiro.

Em vista de tais acontecimentos, a capitania de São Paulo estêve ameaçada em seus diferentes pontos indefesos da costa, especialmente Paranaguá, que era a localidade a êsse tempo mais importante imediatamente ao norte da região já ocupada pelas fôrças de Ceballos.

O pôrto de Paranaguá mereceu, por isso, especial atenção da defesa. Desde a ribanceira do Estaleiro, os possíveis locais de desembarque até o Campo Grande foram cobertos por trincheiras de grossos madeiros entrelaçados, acompanhados de largos e profundos fossos, com acesso apenas por dois portões guarnecidos.

No lugar da ribanceira, próximo à barranca do Estaleiro e fronteiro à ilha da Cotinga e à entrada do rio, levantou-se um fortim de pedra e cal, com vários lances de muros artilhados com doze peças. Fronteiro ao pôrto do Estaleiro se encruzaram grossas amarras, sôbre o rio Taguaré, impedidoras de entrada de embarcações. No morro da Fortaleza e no Cubatão colocaram-se outras peças de artilharia e na barra do sul algumas ronqueiras de alarme, com vigias em tôda a praia de Guaratuba.

Durante mais de dois anos estas fortificações foram constantemente melhoradas, nelas trabalhando numerosas turmas de Ordenanças e Auxiliares. Um depósito de gêneros alimentícios foi estabelecido no edifício do Colégio dos Jesuítas e continuamente acumulava mantimentos.

Mas, a prolongada ameaça de invasão e conquista da vila pelos espanhóis foi útil a Paranaguá. Os aprestos bélicos para sua defesa movimentaram sua população e a dos povoados próximos, colocando-as sob um regime de disciplina e trabalho. Por determinação das autoridades, quem não era soldado devia ocupar-se decididamente da lavoura, produzindo principalmente farinha de mandioca, que durante o período colonial foi o principal alimento de guerra; e pelo Govêrno da Capitania a localidade foi olhada com muito mais interêsse, na imensa de sua perda.

Nas demais vilas próximas, de Morretes a Curitiba, a mocidade foi mobilizada para fornecer reforços e para a produção de alimentos.

Tudo isso fêz Paranaguá viver alguns anos de animação, operosidade e abastança, que não gozava desde que entraram em declínio os áureos tempos da mineração.

Um dos fatos históricos de maior significado ocorrido em Paranaguá foi aquêle que ficou conhecido como "Conjura Separatista".

A 15 de julho de 1821 a Câmara Municipal prestou juramento de obediência às bases da Constituição decretada pelas Côrtes Gerais Extraordinárias e Constituintes de Lisboa e de vassalagem a Dom João VI, como Rei Constitucional do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve, ao Príncipe Regente do Brasil e à dinastia da Casa de Bragança.

Na véspera dêsse dia, o capitão Floriano Bento Viana, que devia formar no ato com a sua quarta Companhia do Regimento de Milícias, foi procurado pelo sargento-mor de ordenanças Francisco Gonçalves da Rocha e pelo capitão Inácio Lustosa de Andrade, sendo por êstes convidado para iniciar uma revolta tendente a separar a comarca do govêrno de São Paulo, por ocasião da formatura dos milicianos.

Ficou combinado entre os conjurados que quando o Juiz de Fora, Dr. Antonio de Azevedo Melo e Carvalho, proferisse a fórmula do juramento, o capitão Floriano Bento Viana desse o grito separatista, que êles, das janelas do Paço, o secundariam e apoiariam, bem como os membros da Câmara e o povo.

Isso, porém, não aconteceu. Sòmente o capitão miliciano cumpriu o combinado. Prestado o juramento, disse Bento Viana: "Ilustríssimo Senhor. Temos concluído com o nosso juramento de fidelidade. Agora queremos que se nomeie um govêrno provisório que nos governe em separado da Província".

O Juiz de Fora respondeu "que ainda não era tempo e que com vagar se havia de representar a Sua Majestade". Ninguém lhe retrucou. Apenas, ainda, o capitão Floriano, que disse: "O remédio logo se aplica ao mal quando aparece. Portanto, não há ocasião melhor nem mais oportuna".

Foi, pois em Paranaguá que se deu o primeiro brado em favor da emancipação da Província do Paraná. E o herói dêsse feito foi o capitão de milícias Floriano Bento Viana.

Vieira dos Santos diz "que todo o povo ficou mudo e em grande quietude e que aqueles mesmo cidadões que influiram a êsse herói, emudeceram". Outros o denunciaram como rebelde e ao desembargador José de Azevedo Cabral foi determinada a abertura de um inquérito. Mas os tempos passaram e Bento Viana foi justamente considerado pela sua atitude. Fizeram-se seus admiradores o ouvidor José Carlos Pereira de Almeida Tôrres, mais tarde Presidente de São Paulo, e José Inácio Alves Alvim, espíritos liberais da época, e ainda, em 1848, Francisco de Paula e Silva Gomes, figura máxima da campanha separatista, que escrevia a Bento Viana, do Rio de Janeiro, dizendo-lhe que ali "estava trabalhando a favor da obra tão heròicamente por V. S. iniciada no ano de 1821, cujo feito patriótico será sempre lembrado nos anais do nosso país".

Nessa carta, Paula Gomes apelava para a valiosa influência de Bento Viana, "em tudo quanto se necessite para o benefício de nossa futura Província, desinteressando-se até, se necessário fôr, de qualquer ressentimento particular para conseguir o nosso desejado fim, porque o amigo é bastante generoso para fazer qualquer sacrifício a benefício da nossa pátria".

Êsse documento, escrito 27 anos depois do pronunciamento dos milicianos de Paranaguá comandados por Floriano Bento Viana, mostra que o acontecimento teve uma alta significação em todo o país.

Além disso, é preciso que se acentue que até os nomes para a organização do Govêrno da futura Província já estavam escolhidos. Uma carta datada de 16 de julho de 1821, dia seguinte ao do acontecimento, assinada pela Senhora Córdula Rodrigues França, escrita de Paranaguá e endereçada ao seu filho, capitão José Martins de Araujo, relata minuciosamente as circunstâncias em que o fato ocorreu e descreve a sua extensão política.

De acôrdo com êsse documento, o Govêrno Provisório resultante da sublevação encabeçada por Bento Viana teria a seguinte composição: Presidente da nova Província, José Carlos Augusto de Oynhausen, então presidente da provín-

cia de São Paulo; vice-presidente, Dr. José Carlos Pereira de Almeida Torres, que exercia o cargo de ouvidor da comarca, francamente favorável ao movimento e que assumiria a presidência. Os demais membros do Govêrno seriam: Secretário da Guerra, coronel Inácio de Sá Soto Maior, comandante do regimento de cavalaria de Curitiba; Secretário do Interior, capitão José Luiz Pereira; Deputados pela Agricultura, Bento Gonçalves Cordeiro do Nascimento e José Gonçalves do Nascimento; Deputados pelo Comércio, capitão-mor Manoel Antonio Pereira e capitão Bento Antonio da Costa; Deputado pela Marinha, capitão Amaral, de Antonina; Deputados pela Tropa, capitão Jacinto Xavier das Neves e sargento-mor Bastos; Deputados pelo Clero, padre Antonio Rodrigues de Carvalho, de Morretes, e padre Manoel Antonio da Costa Nogueira.

Outro fato histórico de repercussão internacional, ocorrido em Paranaguá, foi o combate do "Cormorant", no dia 29 de julho de 1850. A origem dêsse acontecimento está ligada ao tráfico de africanos para o Brasil, e decorreu da maneira seguinte:

Embora proibido por lei de 1831 o tráfico de escravos para o Brasil, sòmente a partir de 1850 começou a proibição a ser vigiada e fiscalizada pelo Govêrno Imperial, com o auxílio da Inglaterra. A partir daquele ano a costa brasileira foi percorrida por cruzadores nacionais e inglêses, em virtude de acôrdo firmado entre os dois países. Nada obstante, o hediondo comércio continuou a ser feito, com graves riscos e perigos, mas não cessou.

Após a Lei de 1831, parece que em Paranaguá o negregado comércio tomou vulto e foi grandemente incrementado. Escreve Romário Martins:

"Esta desobediência à humana lei trouxe como conseqüência, em 1850, a perseguição de uma galera e três bergantins negreiros, até o Pôrto da cidade, pelo cruzador inglês "Cormorant". No Pôrto já se encontravam outras barcas, quando entrou o cruzador. Foram aprisionados os bergantins "D. Ana" e "Sereia" e a galera "Campeadora". Para não se deixar prender com a sua negra carga o comandante do brigue "Astro", José Francisco do Nascimento, teve uma resolução trágica, bradante de desumanidade: afundou seu navio!

O comandante do "Cormorant", capitão Hubert Schumberg, recebeu a visita do guarda-mor da Alfândega, a quem entregou um ofício subscrito ao "Ilmo. Snr. Comandante da Fôrça da Cidade de Paranagua", naturalmente referente aos acontecimentos. O guarda-mor Francisco Pinheiro apresentou o ofício ao coronel Manoel Antonio Guimarães (depois Visconde de Nacar), comandante da Guarda Nacional, que se recusou a recebê-lo. Igual procedimento tiveram o Delegado de Polícia, José Francisco Barroso, e o Juiz Municipal, Dr. Filastro Nunes Pires, pelo que o portador o colocou na Agência Postal.

Todos êstes acontecimentos ocorreram no dia 29 de julho de 1850. À noite, a mocidade paranagüense resolveu tomar um desfôrço do capitão inglês, pelo que combinou ir à Fortaleza da Barra e dar combate ao "Cormorant". Entre essa destemida juventude figuravam Manoel Ricardo Carneiro, Caetano José de Souza, Bento Antonio de Menezes, José Cardenes do Amaral, Joaquim Caetano de Souza Ferreira, Antonio José de Medeiros, Custódio Borges, Antonio José da Costa Júnior, Francisco Pire, Paulo José Dias Cardoso, Vitor da Silva Freire, Manoel José de Oliveira, Antonio Gonçalves Pindaí, Salvador do Prado, José da Cruz, João Feliciano dos Santos, Manoel Luiz Fernandes e outros, inclusive as tripulações dos navios arestados.

Pela manhã do dia seguintes êsses improvisados guerreiros desembarcavam na Ilha do Mel. Um entendimento com o comandante da Fortaleza, capitão Joaquim Ferreira Barbosa, se impunha, antes de tudo. Para orador foi escolhido Manoel Ricardo Carneiro. Falou a linguagem cívica da mocidade do seu tempo e daquela hora de vindita patriótica. Um navio de guerra estrangeiro havia arestado embarcações nacionais dentro do Pôrto e isso era suficiente para explicar e determinar uma reação pelas armas. Ali estavam para ajudar a Fortaleza a cumprir o seu dever.

Ao aparecer o "Cormorant", rumo da barra, conduzindo os brigues "D. Ana" e "Sereia" e a galera "Campeadora", o comandante da Fortaleza fêz seguir ao encontro um escaler conduzindo o sargento da Guarda Nacional Tomaz José de Oliveira, com a incumbência de entregar ao capitão do cruzador inglês um ofício nestes têrmos: "Ilmo. Snr. Tenho a ordem do meu govêrno para V.S. hão levar as barcas nacionais, que não estão despachadas pelas autoridades da cidade e nem por mim como comandante desta Fortaleza, pois do contrário me verei obrigado a fazer fogo e só assim poderá sair o vapor".

Êste ofício não foi entregue. O escaler foi recebido com um tiro de pólvora sêca e regressou. Ao mesmo tempo a Fortaleza foi alvejada por bombas de calibre 80 e balas 36. Travou-se a luta.

Funcionaram todos os canhões do forte e os do cruzador inglês, durante trinta minutos, pois nesse tempo o "Cormorant" já estava fora do alcance das balas da Fortaleza e ancorava na enseada das Conchas. Aí os inglêses repararam danos porventura ocasionados no cruzador, tripularam a galera "Campeadora", incendiaram os brigues "D. Ana" e "Sereia" e prosseguiram viagem conduzindo a galera, rumo do norte.

Assim respondeu a população de Paranaguá à afronta sofrida por um cruzador estrangeiro.

A Revolução Federalista de 1893 teve episódios sensacionais em Paranaguá, que, no dia 15 de janeiro de 1894, foi tomada pela esquadra do almirante Custódio de Melo, dando ensejo à capitulação da praça de Tijucas, entrada das fôrças revolucionárias em Curitiba e o célebre cêrco da Lapa.

Os navios que compunham a esquadra comandada por Custódio de Melo, que forçaram a barra de Paranaguá, na manhã de 15 de janeiro de 1894, foram o cruzador "República" e os navios mercantes, armados em guerra, "Esperança", "Palas", "Urano" e "Iris".

Em terra reinava agitação e quase atingia os limites de desordem pública. Entre os elementos de sua defesa havia federalistas, do que é exemplo a parte da Guarda Nacional, à qual se reuniram civis, que levou a efeito um sério levante, a 11 de janeiro, sob o comando de Narciso França.

Foram efetuadas numerosas prisões em Paranaguá. Quando desembarcaram as fôrças da esquadra, encontravam-se na cadeia 110 pessoas prêsas, sendo 42 presos políticos e 68 elementos da Guarda Nacional, revoltados.

A prisão mais notável de político foi a do prestigioso federalista paranaense coronel Teófilo Soares, residente em

Trecho da Rua D. Júlia da Costa

Antonina, mas chefe espiritual da revolta dos guardas nacionais de Paranaguá, onde então se encontrava.

A conquista de Paranaguá, pelos federalistas, operou-se da seguinte maneira, conforme descrição de Romário Martins:

"A 13 de janeiro de 1894 apareceu à vista da fortaleza da barra o vapor "Esperança", que, sendo recebido com tiros de bateria do "forte", retrocedeu. No dia seguinte reapareceu o "Esperança", acompanhado dos vapôres "Urano" e outros, que avançaram pelo canal da baía protegidos pelos canhões do cruzador "República". Demais, a resistência da Fortaleza foi mera formalidade, de nenhuma eficiência.

Logo flutuou no forte a bandeira branca da rendição. Os navios passaram e foram ancorar em frente à ilha das Cobras. Nessa posição ficavam ocultos das vistas da cidade, o que, aliás, foi providência dispensável, pois a defesa de terra nada podia fazer contra a artilharia pesada dos navios atacantes.

A defesa de Paranaguá contava apenas com seis canhões de campanha e 400 homens sem adestramento militar: contingentes do "Batalhão Patriótico 23 de Novembro" e da Guarda Nacional local. Afora essa gente, apenas meia dúzia de artilheiros do exército.

Depois de quatro horas de bombardeio, calaram-se as baterias da esquadra. Nessa altura do combate chegaram a Paranaguá reforços de infantaria: o general Pêgo Júnior, comandante do Distrito Militar, com cêrca de 100 homens da Guarda Nacional de São Paulo.

Com a cessação do fogo, parecia que os atacantes desistiam de Paranaguá e iam atacar Antonina, onde julgavam mais fraca a defesa, e donde fariam seguir para Curitiba suas tropas de desembarque.

O general Pêgo Junior assim o entendeu, ao que parece, pois retirou-se para Morretes, com 60 homens de guarnição. A esquadra, entretanto, cessara fogo a fim de receber o vapor "Iris", armado em guerra, que lhe trazia 250 homens de desembarque.

O "Urano" aproxima-se, então, do Pôrto d'Água, sem receio da artilharia da costa, e arria escaleres cheios de tropa. A fôrça de artilharia, comandada nesse local por Domingos Nascimento e composta de 20 praças apenas, embalde tenta repelir os adversários já em terra, protegidos pelas granadas de bordo.

Sucedem-se os desembarques e o bombardeio continua. Granadas explodem em todos os setores da defesa, que silenciam.

Só um setor resiste: o da cadeia, na cidade, defendido pelo capitão Julio Garcia, da Guarda Nacional paulista, e pelo cabo Pedro Machado, do 3.º Regimento de Curitiba. A tudo resistia a guarnição da cadeia, sitiada e violentamente tiroteada pelos revoltosos, — aos parlamentários do almirante e às balas dos fuzileiros navais.

Venceu-a, porém, a exortação de um prisioneiro, o coronel Teófilo Soares Gomes, que assim salvou soldados e presos de um sacrifício inútil.

Além dos dois heróis da defesa da guarnição da cadeia, merecem ser citados mais os seguintes patriotas que lutaram na defesa de Paranaguá:

Entre os oficiais do exército — capitães Manoel José de Faria e Albuquerque e Servando Loiola; tenentes Domingos Nascimento e João Pires de Albuquerque; alferes João Negrão. Entre civis, guardas nacionais e patriotas, majores João Carvalho de Oliveira e Alfredo Paes de Barros; capitães Leon Sounis, Paulo Assunção, Francisco Negrão, José Ferreira da Luz, Benjamin Cesar Correia; tenentes Teófilo Marques, Aníbal Carneiro, Alvaro Natividade; alferes Pedro Viriato de Souza, Clarimundo José Correia, Julio Perneta; sargentos — Ismael Martins, João Natividade, João do Vale e Balduino Munhoz. E mais um pugilo de bravos com Carmelo Rangel à frente. Duas mortes atingiram as fileiras da defesa: as dos patriotas Francisco dos Santos Lima (Chico Padre), sargento-ajudante do "Batalhão 23 de Novembro", e Gabriel Bittencourt, do mesmo Batalhão, êste falecido depois, em virtude de ferimentos recebidos em combate".

A idéia da emancipação da Província, com a desanexação da 5.ª comarca de São Paulo, lançada em 1821 por Floriano Bento Viana, não esmoreceu. Assim é que nos anos de 1832, 1834, 1843 e 1853, foram repetidas as solicitações da comarca pela sua elevação à Província e algumas vêzes, a Secretaria dos Negócios do Império, em atenção a elas, pediu informações sôbre as condições econômicas, principalmente, das vilas do sul paulista, autoras dessas solicitações.

Muitos anos antes, porém, Pedro Joaquim de Castro Correia e Sá, neto de Salvador Correia de Sá e Benevides, depois de ter sido ajudante-de-ordens do governador da capitania do Rio Grande do Sul, desenvolveu atividades junto à Câmara Municipal de Paranaguá, a fim de conseguir a criação de uma Capitania, constituída das seguintes vilas: Paranaguá (sede do Govêrno), Iguape, Cananéa, Antonina, Guaratuba, Curitiba, Castro, Vila Nova do Príncipe (Lapa) e Lages.

O plano de Pedro Joaquim de Castro Correia e Sá, aventureiro político, falhou mas ficou a idéia a reforçar a propaganda separatista desenvolvida por Floriano Bento Viana, Manoel Francisco Correia Júnior e Francisco de Paula e Silva Gomes, que conseguiram a concretização de um ideal defendido pelo espaço de tantos lustros, quando, em 1853, finalmente, criou-se a província do Paraná, desmembrada da de São Paulo.

Ao ser decretada a emancipação da 5.ª comarca de São Paulo, que se transformou na província, hoje Estado do Paraná, a cidade de Paranaguá, os seus habitantes, através da Câmara Municipal, pleitearam a elevação de Paranaguá a capital da nova província, o que não conseguiram, entretanto, em vista do dispositivo de lei que estabelecia que a capital da nova província seria na cidade de Curitiba.

O mesmo desejo foi novamente manifestado na ocasião da chegada ao Pôrto de Paranaguá do primeiro Presidente da província, Zacarias de Góes e Vasconcellos, quando, nomeado pelo Govêrno Imperial, se dirigia a Curitiba a fim de assumir o seu cargo. Mais uma vez fracassou a tentativa dos paranagüenses, prevalecendo os dispositivos da lei que criou a província.

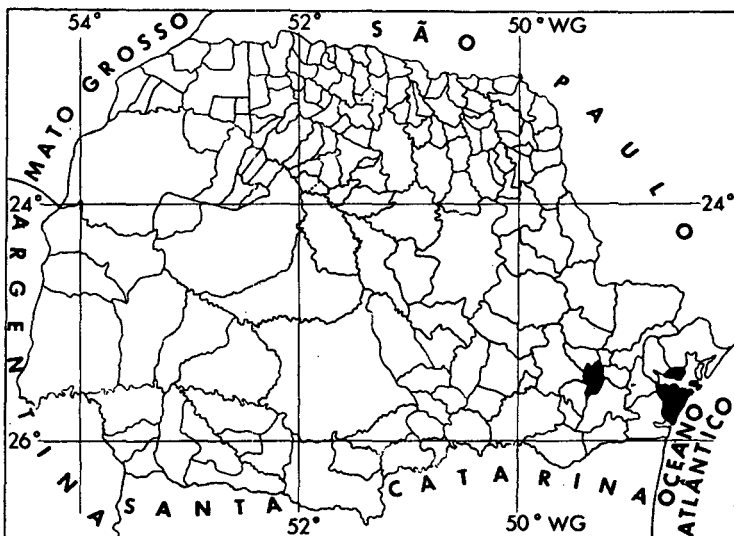
Todos os movimentos cívicos que, nas diferentes fases da história do Brasil, agitaram a alma nacional encontraram no povo de Paranaguá o mais franco e decidido apoio. A campanha abolicionista, que, em 1888 extirpou do Brasil a mancha negra que o humilhava perante as demais nações civilizadas do mundo, e a campanha republicana de 1889, tiveram nos paranagüenses verdadeiros baluartes, desde os pródromos do movimento, no decurso dos acalorados dias das duas campanhas e no desfecho histórico que as mesmas tiveram e que é de todos conhecido.

Dada a sua situação geográfica e sua posição de porta de entrada do Paraná através do Atlântico, nos tempos em que a navegação marítima e fluvial era o único meio eficiente de transporte, Paranaguá exerceu, em todos os tempos, papel de relevância nos destinos do Paraná e do Brasil.

No movimento que resultou na Proclamação da República, o município se fêz representar através de intensa e eficiente propaganda, feita especialmente pelo Clube Republicano, fundado em 1887, por uma plêiade de paranagüenses ilustres, entre os quais Nestor Victor, político e literato de notável saber, que mais tarde foi um dos principais críticos do movimento simbolista brasileiro.

Em 1902 foi inaugurada a iluminação elétrica; em 1908 instalou-se o serviço telefônico e, seis anos depois, o de abastecimento dágua e a rêde de esgotos.

No ano de 1934 foram construídas as docas do Pôrto D. Pedro II, com 450 metros de cais acostável, colocando-se o Pôrto de Paranaguá entre os principais portos do Brasil.

LOCALIZAÇÃO — A sede municipal esta compreendida entre as coordenadas geográficas: 25° 31' 15" de latitude Sul e 48° 30' 34" de longitude W. Gr. Paranaguá situa-se na Zona Fisiográfica do Litoral. Limita ao norte e a leste com o oceano Atlântico; ao sul e a oeste, com o município de Guaratuba; e a oeste, com o município de Morretes.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Na sede municipal a altitude é de 5 m.

CLIMA — O município de Paranaguá possui clima quente, comum no litoral paranaense. Úmido e chuvoso nas estações primaveris e do verão, épocas em que a temperatura se conserva bastante elevada.

As temperaturas médias registradas foram 30,9°C a das máximas; 13,8°C a das mínimas; e 22,3°C a compensada.

ÁREA — O município ocupa uma área de 914 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Paranaguá possui diversos acidentes geográficos entre os quais destacam-se os seguintes: *rios* — Itiberê e Guaraguaçu, ambos navegáveis; *ilhas* — do Mel, das Cobras, Rasa da Cotinga e das Pedras; *baía* — a de Paranaguá; *gruta* — das Encantadas, situada na parte meridional da Ilha do Mel e ainda o oceano Atlântico e numerosas praias, entre as quais cita-se: a Costeira, a de Leste ou Laga, a de Matinhos e a de Caiubá.

POPULAÇÃO — De 24 638 habitantes, sendo 12 419 homens e 12 219 mulheres, era a população existente, por ocasião do Censo Demográfico realizado em 1950. Segundo *a côr* — 20 175 brancos, 496 pretos, 3 819 pardos e 54 amarelos; *o estado civil* — (15 anos e mais) — 5 075 solteiros, 8 950 casados, 1 313 viúvos e 24 desquitados; *a nacionalidade* — 409 estrangeiros e 56 brasileiros naturalizados; *a religião* — 24 146 católicos romanos e 2 492 de outras religiões. A densidade demográfica era de 28 habitantes por quilômetro quadrado; 34% da população estavam localizados na zona rural.

Aglomerações urbanas — Três aglomerações urbanas existem no município: cidade de Paranaguá e vilas de Alexandra e Matinhos. Segundo o Censo de 1950, a cidade de Paranaguá possuía 15 803 habitantes, sendo 7 823 homens e 7 980 mulheres, assim distribuídos: *quadro urbano* — .... 14 163 habitantes, 7 009 homens e 7 154 mulheres; *quadro suburbano* — 1 640, sendo 814 homens e 826 mulheres. Sua população atual é estimada em 23 000 habitantes. As populações das vilas de Alexandra e de Matinhos são também estimadas em 1 100 e 2 200 habitantes, respectivamente.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Os "transportes, comunicações e armazenagem" constituem as principais atividades econômicas da população de Paranaguá. Isto resulta de estar localizado no município o Pôrto de Paranaguá que, em conseqüência do desenvolvimento da cafeicultura paranaense, ocupa lugar de destaque na vida econômica nacional.

Contribuem ainda para a economia municipal a agricultura e a produção do pescado e a indústria. O valor da produção agrícola prevista para 1956 foi o seguinte: arroz — Cr$ 4 498 200,00; banana — Cr$ 3 308 800,00; laranja — Cr$ 1 464 500,00; milho — Cr$ 1 258 400,00, seguindo-se os cultivos da cana-de-açúcar, feijão, abacaxi, mandioca, melancia, tomate, abacate e limão.

Paranaguá pode ser considerado o primeiro município pesqueiro do Paraná. Em 1956 foram produzidas 835 toneladas de peixe fresco no valor de Cr$ 10 639 997,00. Tal ramo vem se desenvolvendo acentuadamente face a procura, consumo e exportação do pescado, para todo o Estado e para o Estado de São Paulo.

A indústria é constituída de 57 estabelecimentos dos quais 27 ocupam 5 ou mais operários em suas tarefas. Os principais ramos são: produtos alimentares, minerais não metálicos e extração de produtos vegetais.

Revelam dados estatísticos que 28% das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) estão ocupadas no ramo "transportes, comunicações e armazenagem", seguindo-se 6% no ramo "agricultura". A indústria ocupou em 1955 cêrca de 386 pessoas (econômicamente ativas) e atingiu o valor de 39 milhões de cruzeiros.

A exportação total de Paranaguá em 1956 totalizou Cr$ 293 450 842,00. Como principais produtos exportados (na sua maioria através do pôrto) figuram: o café em grão, tábuas serradas de pinho, papel de embrulho, móveis de madeira e acessórios, feijão, pinho compensado, caixas de madeira para embalagem, erva-mate beneficiada e papel para a impressão de jornais.

COMÉRCIO E BANCOS — Paranaguá é considerado um dos mais importantes e tradicionais entrepostos do Paraná pelo seu comércio de café, erva-mate e madeira de pinho beneficiada.

Na sede municipal e interior há 1 354 estabelecimentos varejistas, 18 atacadistas e 17 estabelecimentos bancários (inclusive uma agência da Caixa Econômica Federal do Paraná) que constituem as vigas-mestras do seu comércio e crédito.

Face a sua privilegiada situação marítimo-geográfica, Paranaguá mantém transações com o país e com quase tôdas as nações do globo, sendo mais intensas todavia com: Curitiba, Londrina, Ponta Grossa e União da Vitória, no Paraná; São Paulo (SP), Rio de Janeiro (DF), e no exterior com os Estados Unidos, França, Holanda, Noruega, Suécia, Inglaterra, Argentina, Canadá e Alemanha.

Na qualidade de grande pôrto, Paranaguá importa quase todo o combustível (gasolina e óleo) e trigo consumidos pelo Estado do Paraná.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é dotado dos principais meios de transporte a saber: o rodoviário, o ferroviário, o marítimo e o aéreo.

O primeiro, através de excelente auto-estrada que o liga à Capital do Estado; o ferroviário, por intermédio da Estrada de Ferro Rêde Viação Paraná—Santa Catarina (R.V.P.S.C.); o transporte marítimo se efetiva pelo Pôrto D. Pedro II, o principal pôrto paranaense e o terceiro do Brasil em movimento e instalações, ocupando o segundo lugar entre os principais exportadores de café do mundo. Possui cais com uma faixa de blocos acostável numa extensão de 2 000 metros, com 13 armazéns pertencentes à administração, com a metragem de 100 x 30 m e 20 guindastes elétricos para carregamento e descarga.

Paranaguá possui um aeroporto bem situado, servido diàriamente pelas emprêsas aéreas Cruzeiro do Sul S.A., Transportes Aéreos Catarinenses S. A. e Viação Aérea Rio-grandense S. A. (Varig), bem como por "táxis-aéreos" da "BOA" — Brasil Organização Aérea.

Liga-se aos seguintes municípios e cidades próximas: Guaraqueçaba — 27 km (marítimo); Guaratuba — misto a) rodoviário — 27 km; b) marítimo 2 km; Morretes — 42 km (rodoviário) e 41 km (ferroviário); Antonina — 57 km (rodoviário), 57 km (ferroviário); e 22 km (marítimo). Dista da capital Estadual: 118 km (rodoviário), 110 km (ferroviário) e 86 km (misto) — 70 km aéreo e 16 km (rodoviário). Dista da Capital Federal: 1 085 km (rodoviário), 1 139 (ferroviário), via São Paulo, e 773 km aéreo.

Na cidade funcionam: agência postal-telegráfica do D.C.T.; serviços telegráficos da R.V.P.S.C. (estrada de ferro); radiotelegráfico do Govêrno do Estado; radiotelegráfico das emprêsas aéreas que operam no município; e serviço telefônico urbano e interurbano.

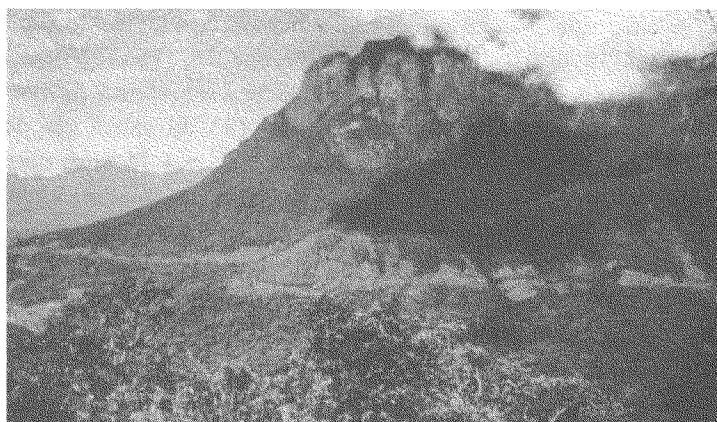
ASPECTOS URBANOS — A cidade de Paranaguá conta atualmente 23 000 habitantes e cêrca de 4 600 edificações. É servida por serviço telefônico com 750 aparelhos instalados; dispõe de energia elétrica para fôrça motriz e iluminação pública e particular, esta com acima de 4 000 ligações. Há 91 logradouros públicos, sendo 4 avenidas, 69 ruas, 3 travessas, 10 praças, 2 parques e 3 ladeiras, todos pavimentados com paralelepípedos, num total de 541 680 metros quadrados. Foram registrados, na Prefeitura Municipal, no ano de 1956, 294 veículos motorizados: 127 automóveis e 167 caminhões. Também, na cidade, são encontrados 18 estabelecimentos atacadistas, 1 358 varejistas, 15 hotéis e 3 pensões. Paranaguá é a mais importante cidade do litoral paranaense. Dispõe de água canalizada com 38 254 metros de rêdes distribuidoras que abastecem 3 745 prédios em 65 logradouros. Dispõe, outrossim, de rêde de esgôto sanitário, numa extensão de 14 142 metros, beneficiando 1 534 prédios em 57 logradouros.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Residem na cidade 16 médicos, 8 dentistas e 6 farmacêuticos. Prestam assistência médica em geral à população os seguintes estabelecimentos: Santa Casa de Misericórdia, Casa de Saúde Nossa Senhora do Rocio, Casa da Criança "Dr. Olinto de Oliveira", Maternidade de Paranaguá, Ambulatório do I.A.P.M., Ambulatório do I.A.P.E.T.C., Policlínica dos Pescadores, Pôsto do Departamento Nacional de Endemias Rurais, Centro de Saúde, Subposto de Higiene (Vila de Matinhos) Subposto de Higiene (Vila de Alexandra). Na cidade há 6 farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Com exceção da Santa Casa de Misericórdia e da Casa de Saúde Nossa Senhora do Rocio, mantidas por particulares, os demais estabelecimentos de saúde localizados no município proporcionam serviços de assistência social à população. Proporcionam também assistência aos seus associados: Clube Literário, 778 sócios; Clube Olímpico de Paranaguá, 680; Clube de Natação e Regatas "Comandante Santa Ritta", 604; Clube Atlético Seleto, 709; Rio Branco Esporte Clube, 353; Paranaguá Futebol Clube, 480; Universal Futebol Clube, 127; Grêmio Elite Esporte Clube, 208; Iate Clube de Paranaguá, 259; Academia de Música de Paranaguá, 95; Associação Cultural Nipo-Brasileira de Paranaguá, 90 e Associação Atlética Banco do Brasil, 42 associados.

ALFABETIZAÇÃO — O Censo de 1950 constatou em Paranaguá a existência de 20 941 pessoas de 5 anos e mais, das quais 12 558 sabiam ler e escrever: 6 893 homens e 5 665 mulheres. Na sede municipal, das 13 492 pessoas naquelas idades, 9 689 (5 210 homens e 4 479 mulheres) eram alfabetizadas.

Ensino — Em 1956, 70 unidades escolares, com um total de 4 140 alunos matriculados, ministravam o ensino primário fundamental comum no município. Na cidade funcionam 4 estabelecimentos de ensino extraprimário: Academia de Música de Paranaguá, Colégio São José, Escola Técnica de Co-

O afamado "Véu da Noiva", cena que se aprecia na ferrovia Curitiba-Paraná

Um dos belos aspectos que é dado ver, ao viajar-se na ferrovia Curitiba-Paraná

mércio e Colégio Estadual "José Bonifácio" com a Escola Normal "Dr. Caetano Munhoz da Rocha" anexa.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há dez associações culturais, entre elas, 6 desportivas. Funcionam na cidade os cinemas Rosário e Rocio, dispondo de 450 e 150 lugares, respectivamente. O movimento conjunto em 1956 foi da ordem de 542 exibições cinematográficas, a que estiveram presentes 148 138 espectadores.

Em Paranaguá achava-se localizada uma estação radioemissora, a Rádio Difusora de Paranaguá, prefixo ZYC-5, freqüência 1 460 kc. Circulam no município, onde são editados, os seguintes jornais: "Diário do Comércio" (diário), "Gazeta do Litoral" (duas vêzes por semana) e "Boletim Informativo do Pôrto de Paranaguá" (trimestral). Encontram-se em funcionamento na cidade a Biblioteca do Clube Literário, de uso privado, com 2 280 volumes de obras gerais, e a Biblioteca Pública Municipal, com 1 763 volumes, também de obras gerais. Como veículo de cultura, existem, ainda, na cidade, 5 bem montadas livrarias.

Praticam-se vários esportes na sede do município, entre êles o iatismo, predominando, porém, o futebol.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950......	94 857	141 866	3 457	2 504	3 375
1951......	159 989	242 577	5 115	3 055	4 880
1952......	208 844	238 466	6 200	3 878	7 880
1953......	302 779	300 026	13 308	4 975	13 032
1954......	283 677	231 850	15 804	5 623	15 529
1955......	223 287	231 292	11 336	6 387	19 434
1956......	109 652	444 097	19 158	7 916	14 346

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Prédios e templos tombados: Conventos dos Jesuítas — (1755) — Divisão do Patrimônio Histórico Nacional. Igreja da Ordem II de São Francisco — (1741) — Divisão do Patrimônio Hist. Nacional. Igreja de São Benedito — (1710) — Divisão do Patrimônio Histórico Nacional. Fonte Velha Colonial — (1658) — Divisão do Patrimônio Histórico Nacional.

Bustos, estátuas, obeliscos, placas, pedras lavradas e prédios: 1 — Busto do Professor José Cléto da Silva: Praça Leocádio Pereira, construído por autor brasileiro. Inaugurado em 1913 — Figura de bronze e pedestal de granito; iniciativa do Govêrno Municipal.

2 — Busto do Governador Manoel Ribas: erigido na Avenida do mesmo nome (Cais do Pôrto de Paranaguá). Construído por autor brasileiro e inaugurado em 1939. Figura de bronze e pedestal de granito; iniciativa dos Governos Municipal e Estadual.

3 — Busto de Monsenhor Celso Itiberê: erigido na Praça Eufrásio Correia e removido em 1949 para a Praça Fernando Amaro. Construído por autor brasileiro e inaugurado em 1945. Figura de bronze e pedestal de alvenaria; iniciativa de particulares.

4 — Busto do Símbolo da República: erigido nos Jardins da Prefeitura Municipal. Construído por autor brasileiro. Inaugurado em 1945. Figura de gêsso e pedestal de alvenaria; iniciativa do Govêrno Municipal.

5 — Estátua do Senador Dr. Caetano Munhoz da Rocha: erigida na Avenida Artur de Abreu e inaugurada em 1928. Foi construída por autor brasileiro. Figura de bronze e pedestal de granito; iniciativa do Govêrno Municipal e o povo de Paranaguá.

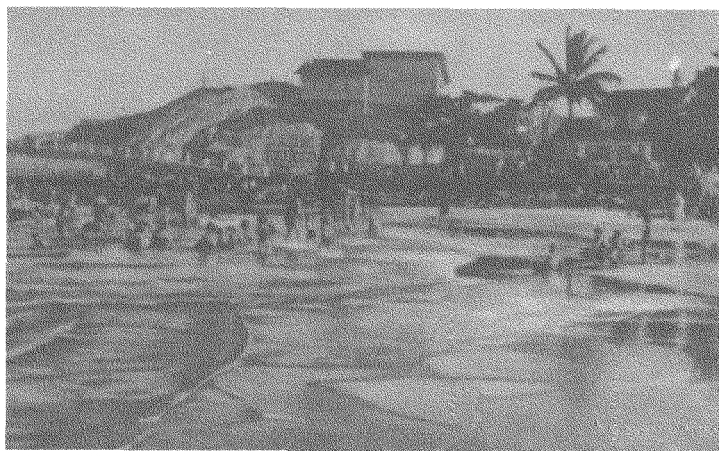
6 — Obelisco Comemorativo ao Centenário da Cidade de Paranaguá: erigido no entroncamento das Avenidas Gov. Manoel Ribas e Gabriel de Lara. Construído por autor brasileiro e inaugurado em 1943. Obelisco de granito e placa de bronze; iniciativa do Govêrno Municipal.

7 — Obelisco Comemorativo ao Tricentenário de Paranaguá: erigido no Largo Monsenhor Celso Itiberê em frente à Igreja-Matriz. Inaugurado em 29 de julho de 1948. Construído pela firma Peon & Tourinho. Obelisco em granito com uma placa de bronze; iniciativa do Govêrno Municipal.

8 — Fonte Luminosa: localizada na Avenida Artur de Abreu. Construída por autores portuguêses. Inaugurada em 1939. A sua figura é tôda de granilha e alvenaria; iniciativa do Govêrno Municipal.

9 — Urna com as cinzas da Poetisa D. Julia de Costa: transladada do Cemitério de Santa Catarina, em 1948, e alojada numa herma erigida na Praça Fernando Amaro; iniciativa do Govêrno Municipal, Estadual e do povo de Paranaguá.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Realizam-se no município as seguintes festas religiosas: Nossa Senhora do Rocio, padroeira local e também do Estado do Paraná, constituindo-se, por êsse motivo, uma das mais grandiosas manifestações que se verificam no Estado; comparecem católicos de várias partes do Brasil; Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, na sede municipal; Nossa Senhora Auxiliadora, na vila de Alexandra. Além destas, realizam-se as festas tradicionais de São João, Mês Mariano, Natal, Ano Novo e Páscoa.

VULTOS ILUSTRES — *Agostinho Ermelino de Leão* — Jurista, magistrado e administrador estadual. *Albino José da Silva* — Intelectual, jornalista, ativo propugnador pela República e Abolição da Escravatura no Brasil. *Brasilio Itiberê da Cunha* — Notável diplomata brasileiro e gênio musical. *Fernando Machado Simas* — Propagandista inflamado da República e da Abolição da Escravatura no Brasil. *Hugo Simas* — Advogado, magistrado e jornalista. *Iria Correia* — Primeira pintora paranaense. *José Henrique Santa Ritta* — Ilustre magistrado e grande intelectual.

Vista parcial da bela Praia de Matinhos

Artur Ferreira de Abreu — Conspícuo paranagüense que teve assento no Senado Federal. *Julia da Costa* — Primeira e grande poetisa paranaense. *Manoel Francisco Correia* — Parlamentar, estadista, presidente da Província de Pernambuco, ministro de Negócios Estrangeiros, deputado e senador pelo Paraná. *Manoel Eufrasio Correia* — Grande político e parlamentar, falecido como presidente da Província de Pernambuco em 1888. *Nilo Cairo da Silva* — Engenheiro militar e notável médico homeopata, um dos fundadores da Universidade do Paraná. *Manoel Antonio Guimarães* — Condecorado pelo Govêrno Imperial e agraciado com o título de Barão, depois Visconde de Nacar. *Marechal Alberto Ferreira de Abreu* — Engenheiro militar, autor de vários trabalhos geográficos sôbre o Paraná, representando-o na Câmara e no Senado Federal. *Candido Ferreira de Abreu* — Engenheiro distinto, ocupante de cargos de confiança da Administração do Estado, do qual foi também representante no Congresso Federal.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — *Ilha do Mel* — Balneário lindo e pitoresco, para onde afluem muitos banhistas na época própria (junho a setembro), de todos os recantos do Estado; um ótimo e confortável hotel dá abrigo a milhares de pessoas. Desde o desembarque na ponte em frente ao Mirante, onde está instalado o radiotelégrafo do Ministério da Marinha, o visitante tem logo à sua frente a Fortaleza da Ilha do Mel, magnífico baluarte de guerra e guardião da barra, mandado construir em 1767 pelo capitão Afonso Botelho de Souza Mourão; mais para sueste, numa distância de 4 quilômetros aproximadamente, no extremo de uma grande enseada a partir da Fortaleza, eleva-se o Morro das Conchas, onde foi instalado o "Farol das Conchas", cuja luz é divisada a 20 milhas de distância pelos navegantes que demandam a barra.

Gruta das Encantadas — Na ponta da Prainha, parte meridional da Ilha do Mel, existe uma curiosa gruta, admirável e importante obra da natureza. A superstição popular, tecendo bela e ingênua lenda, deu-lhe o nome de "Encantadas".

Ilha da Cotinga — Esta ilha, grande e montanhosa, com seus 103 metros de altitude, é um lugar aprazível, ventilado e cheio de encantos, oferecendo à vista dos visitantes um magnífico panorama, onde sobressai contornada de verdes e pitorescas ilhas a bela e majestosa baía de Paranaguá, considerada uma das mais lindas e vastas do globo.

Convento dos Jesuítas — Prédio histórico, construído pela Companhia de Jesus em 19 de março de 1755. Na sua parte térrea, existe uma grande abertura em forma de porta, abobadada, o que originou a lenda (?) da existência de um subterrâneo que comunica o Convento dos Jesuítas com o arrabalde a 2 ou 3 quilômetros distante, chamado "Pôrto dos Padres". É possível que êste nome tenha direta analogia com a lenda, tanto mais que, segundo historiadores, supõe-se ter sido por êste lugar que, precipitadamente saíram os Jesuítas quando surpreendidos com as enérgicas determinações do Marquês de Pombal. Nem a ambição (fala-se de tesouros ocultos no subterrâneo) e nem a curiosidade levaram alguém a procurar o que existe de verdade com relação ao tão falado subterrâneo.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O topônimo "Paranaguá" deriva dos nomes indígenas "Paraná" — *grande rio* e "goa" *redondo* — alusão manifesta à baía existente na região. As pessoas nascidas no município são conhecidas pelo gentílico parnanguaras.

A comarca, criada em 10-2-1725, é a primeira do Paraná, compreendendo atualmente os distritos de Paranaguá, Alexandra, Ararapira, Guaraqueçaba, Matinhos e Serra Negra. Na cidade funcionam os Cartórios do Cível, Crime, de Imóveis e Registro Civil e Anexos e Tabelionatos. Seu eleitorado em 1955 era de 8 157 cidadãos inscritos. Paranaguá é a mais antiga cidade do Estado do Paraná. Possui duas corporações musicais que animam as festas e folguedos do lugar. As principais autoridades atualmente em exercício são: Prefeito — Sr. João Eugenio Cominese. Vereadores — Srs. Nicodemos R. de Camargo, Brasilio Alena, Aramis F. Macaggi, Ubirajara Bastos, Mario G. dos Santos, Authero R. P. da Costa, Gerson Alipio da Costa, Dr. Didio A. de C. Viana, Dr. João F. de Campos, Dr. Evaldo Scliring Filho, João Custódio da Cunha, João Fernandes, Segismundo Gonçalves, Jorge P. Marcondes.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

PARANAVAÍ — PR

Mapa Municipal no 12.° Vol.

HISTÓRICO — Entre as mais jovens regiões do Estado do Paraná a serem povoadas e colonizadas, como decorrência do ciclo do café, está a imensa zona situada a noroeste, na bacia dos rios Paraná e Paranapanema, nos lindes do Paraná com o Estado de Mato Grosso. Foi ali que, ainda no início do século XVI, espanhóis e portuguêses fizeram as suas primeiras penetrações, quase ao mesmo tempo, desencadeando as primeiras lutas pela posse efetiva da terra. Assim, o descobrimento, o desbravamento e o povoamento das terras que hoje constituem o Estado do Paraná foram obra de castelhanos, portuguêses e bandeirantes paulistas que, a partir de 1501, começaram a fazer suas primeiras "entradas" através do sertão guairenho, trilhando os caminhos fluviais e as "picadas" íngremes do sertão agreste ignoto e bravio. Data do início dessas penetrações a abertura dos primitivos caminhos através do sertão e conhecidos pelas denominações de Caminho de Peabiru ou de São

Rua Getúlio Vargas, esquina com a Rua Minas Gerais

Tomé, Caminho Terrestre do Cubatão, Caminho Fluvial do Cubatão, de Itupava e do Arraial e de Sorocaba a Viamão, por onde transitaram, no século XVI, personalidades ilustres, numerosas pessoas e expedições as mais diversas.

Foi, exatamente, nas terras que hoje constituem a prodigiosa região do Norte do Paraná que o rei de Espanha, tendo em vista as disposições do Tratado de Tordesilhas, mandou aos seus súditos que promovessem a invasão do território brasileiro, iniciando ali a formação de aldeamento de índios selvagens, a fundação de povoados e a catequese e civilização dos povos autóctones que, até aquela época, eram os únicos donatários da terra.

A partir de 1554, já existiam nas bacias dos rios Paranapanema, Ivaí, Tibagi, Piquiri e Paraná as "reduções" jesuíticas e as cidades espanholas de Ontiveros, Guaíra e Vila Rica do Espírito Santo. Tôda a zona que hoje constitui a área do Estado do Paraná era conhecida pela denominação de Província de Guaíra e pertencia ao Paraguai, então domínio exclusivo dos povos castelhanos. Sòmente a partir de 1629, com a tomada e destruição dos centros de dominação dos espanhóis, pelas bandeiras paulistas de Manoel Prêto e Antônio Raposo Tavares, foi que se conquistou para o Brasil e para o Paraná a região compreendida entre as bacias dos rios Paraná e Uruguai, ou seja, os territórios dos atuais Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Desde o ano de 1530, porém, os portuguêses, com Martim Afonso de Souza e Pero Lopes de Souza, se haviam estabelecido em Piratininga e São Vicente, de que se originou a Capitania de São Paulo, à qual, posteriormente, depois de elevada à categoria de província, foi anexado o Paraná, na qualidade de sua Quinta Comarca.

Trecho da Avenida Paraná

De qualquer forma, porém, durante quase quatro séculos, a zona setentrional do Paraná ficou esquecida e abandonada, sendo apenas visitada por viajantes, bandeirantes e exploradores europeus.

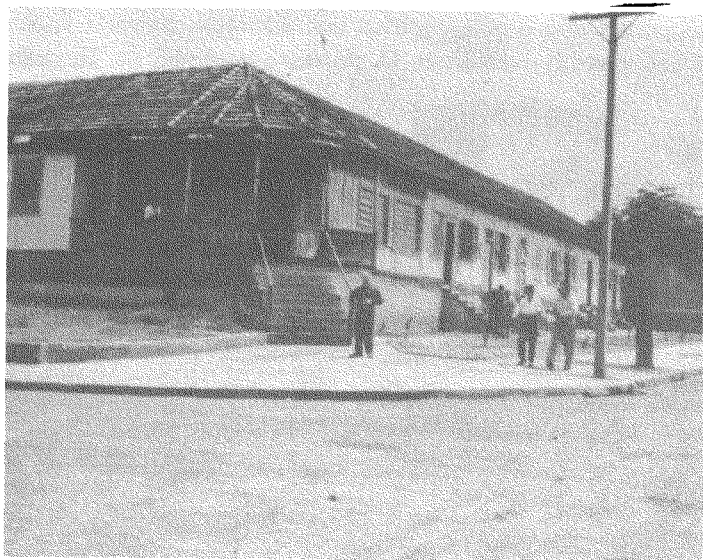
A região onde hoje se encontra o município de Paranavaí pertenceu, mais tarde, às comarcas de Tibagi, Londrina, Rolândia, Apucarana e Mandaguari, em épocas sucessivas, do povoamento e colonização do território.

Até o ano de 1928 a zona era completamente desabitada, constituída de terras devolutas, de propriedade do Estado. A partir dessa data foi que se iniciou o povoamento e colonização da região. O único meio de comunicação até então existente era uma estrada antiga que, partindo de Presidente Prudente, no Estado de São Paulo, cruzava o rio Paranapanema, em sentido leste-oeste, atingindo a localidade, onde surgiu, mais tarde, o município de Paranavaí. O primeiro núcleo populacional surgiu na antiga Fazenda Montoia, que se situava no mesmo local onde hoje se encontra o Pôsto Zootécnico (Fazenda Experimental do Estado). Aí, em 1930, já existia um Cartório do Registro Civil, o que significa que Montoia, naquela época, já era distrito judiciário. O primeiro escrivão do Registro Civil dêsse distrito, Sr. Alpiniano Nascimento Ramos, foi quem fêz o casamento de Manoel Paulino da Silva, atual proprietário e comerciante na cidade de Paranavaí. Manoel Paulino e José Firmino da Silva, ambos de origem cabocla, são os moradores mais antigos da localidade, podendo ser considerados bandeirantes e pioneiros da região em que, há muitos anos atrás, se estabeleceram e iniciaram o desbravamento do sertão desconhecido e agreste.

Esquina da Rua Alagoas, cruzamento com a Avenida Paraná e Rua Espírito Santo

A partir de 1930 o povoamento deslocou-se ràpidamente para a Fazenda Brasileira (atual zona urbana do município), em cujas terras virgens e férteis foi plantado nada menos de um milhão de cafeeiros. A inesgotável exuberância da terra roxa da Fazenda Brasileira atraiu, em curto lapso de tempo, pessoas de todos os quadrantes do país, caboclos rudes mas honestos e trabalhadores, e, até mesmo, aventureiros e pessoas deslocadas que, de uma ou outra forma, vieram contribuir para o progresso e desenvolvimento da cidade nascente. A Fazenda Brasileira — surgindo sob a inspiração do grande brasileiro Dr. Lindolfo Collor, ilustre prócer político, um dos líderes do movimento revolucionário de 1930 e autor da Legislação Trabalhista

Brasileira — veio a pertencer-lhe. Posteriormente foi transferida à Companhia Braviaco, que tinha como seu principal sócio Landulfo Alves, que chegou a ser Interventor Federal no Estado da Bahia.

Em virtude de os processos de concessão das terras adotados naquele tempo não serem muito legais, o Govêrno estadual fêz cessar as concessões, quando a localidade encontrava-se em pleno desenvolvimento. Todavia, algum tempo mais tarde, em virtude do Decreto n.º 800, de 8 de abril de 1931, assinado pelo general Mário Tourinho, então Interventor Federal do Paraná, as terras de Paranavaí voltaram ao domínio do Estado, sendo autorizado o seu loteamento. Data dessa época o início da decadência da povoação e da localidade. Talvez devido à burocracia existente e às dificuldades dela resultantes, verificou-se verdadeiro êxodo na população, que, após muito sacrifício, abandonava o patrimônio, para fixar-se noutra localidade. Sòmente a partir de 1944 reiniciou-se o loteamento sob a orientação do Dr. Francisco de Almeida Faria, quando, então se acredita, tenha a localidade recebido a denominação de Colônia Paranavaí, neologismo formado pela junção dos nomes dos rios Paraná e Ivaí.

Prefeitura Municipal

Considerando, entretanto, que a Colônia estava ligada ùnicamente ao Estado de São Paulo, pela estrada que conduzia ao Pôrto São José e subia o rio pela estrada de Presidente Prudente, o Interventor Manoel Ribas resolveu determinar a abertura de um picadão que, partindo de Arapongas, ligasse Paranavaí com o resto do Estado. Êsse caminho foi novamente aberto e melhorado em 1939, pelo capitão Telmo Ribeiro, e desde a sua abertura foi conhecido pela denominação de Estrada da Boiadeira.

Em virtude de a Companhia Colonizadora haver retirado o apoio que vinha dando à localidade, caiu o desânimo sôbre a população, ao ponto de desaparecer completamente e ser extinto o distrito de Montoia. Assim, em 1944 a população de Montoia era inferior à existente em 1930. A propósito, diz o Dr. Sinval Reis, Juiz de Direito da atual comarca de Paranavaí, em brilhante artigo no "O Noroeste":

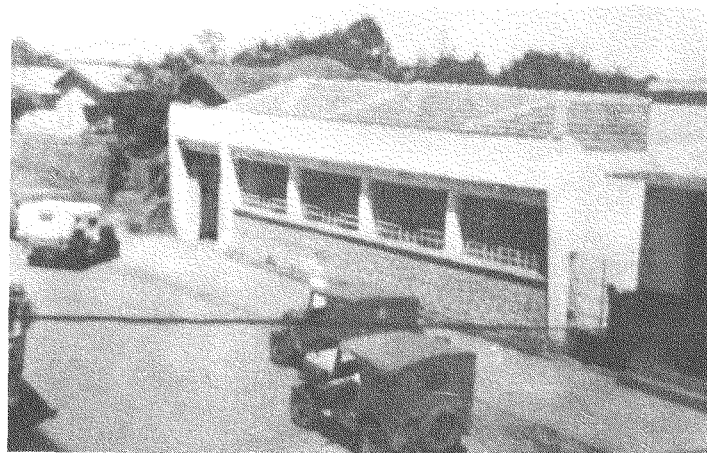
"O arquivo dos registros de nascimentos e casamentos, do antigo distrito de Montoia, pertencente a Tibagi, se encontram hoje na comarca de Rolândia.

Ginásio Estadual

"Temos ainda vivos entre nós os verdadeiros bandeirantes e construtores de nossa riqueza e civilização, brasileiros de puro cerne, que honram qualquer civilização: Manoel Paulino da Silva, José Firmino da Silva, Irmãos Parmiano, José Pretinho, João Clareano, Antonio Parmiano, capitão Telmo Ribeiro, Rodrigo Ayres de Oliveira, Sebastião Cândido de Freitas e muitos outros, cujos nomes não conseguimos colhêr.

"A partir de 1944, Paranavaí ressurgiu, qual Fênix, das cinzas em que jazia, num surto de realizações e progresso sem interrupção, nem mesmo com as catastróficas geadas de 1953 e 1955".

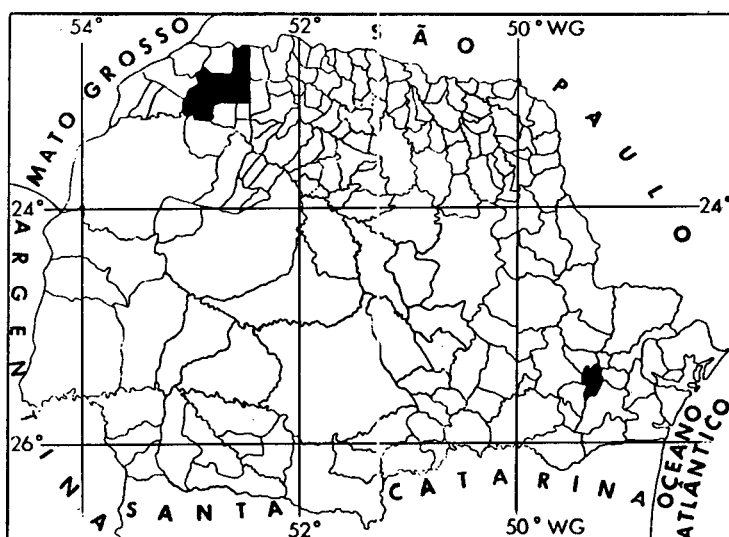
Para construir a capela foi derrubada a mata virgem, sendo autores dêsse trabalho Rodrigo Ayres de Oliveira, Patriota, Joaquim Lins Machado e outros. A primeira missa foi celebrada na casa de Waldomiro de Carvalho, nas proximidades do local onde hoje se encontra a Estação Rodoviária. O fato ocorreu no dia 25 de dezembro de 1944, sendo celebrante o Padre secular João Guerra. A seguir foram celebradas outras missas em casas particulares, inclusive na Inspetoria de Terras.

O município foi criado com o desmembramento do de Mandaguari, pela Lei estadual n.º 790, de 14 de dezembro de 1951, e solenemente instalado a 14 de dezembro de 1952, com a posse do seu primeiro Prefeito Municipal, o médico Dr. José Vaz de Carvalho, e instalação da primeira Câmara Municipal, composta pelos seguintes Vereadores, eleitos juntamente com o Prefeito: Armando de Castro Araújo, Domiciano Martins, Gustavo Marques de Oliveira,

Agência do Banco do Brasil S.A.

José Gomes de Lima, Antônio Pilar Cardoso, Dario de Assis Machado, Aldo Silva, José de Souza Leite, Vivaldo de Oliveira e Ivo Carvalho Duarte. Na época de sua autonomia, o município de Paranavaí era formado apenas por dois distritos: Catarinenses e Pôsto São José. A administração do Dr. José Vaz de Carvalho imprimiu tal progresso ao município que, já em 1953, pela Lei estadual n.º 1 542, de 14 de dezembro, era elevado à categoria de comarca, sendo instalada, como comarca de 2.ª entrância, em 1.º de março de 1954, tendo como primeiro Juiz de Direito o Dr. Sinval Reis e primeiro Promotor Público o Dr. Carlos Alberto Manita.

Em 1956, no concurso promovido pela Associação Brasileira dos Municípios, Paranavaí foi classificado, recebendo o Diploma de Honra, como um dos cinco municípios de maior progresso e desenvolvimento, em todo o Brasil.

Ao ser elevado a município, Paranavaí possuía apenas dois distritos, porém, o vertiginoso progresso que avassalou a comuna foi de tal maneira impressionante que, pela Lei n.º 253, de 26 de novembro de 1954, Paranavaí foi desmembrado, saindo do seu território os seguintes municípios autônomos, que nem chegaram a ser distritos: Querência do Norte, Santa Cruz do Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí, Loanda, Nova Londrina, Terra Rica, Paraíso do Norte, Tamboara e São Carlos do Ivaí. Em 1956 foi criada a comarca de Loanda, constituída dos cinco primeiros municípios, enquanto os novos foram instalados após a realização das eleições a 3 de outubro de 1955.

LOCALIZAÇÃO — O município situa-se na Zona Fisiográfica do Ivaí. É limitado ao norte pelos municípios de Nova Londrina e Terra Rica e pelo Estado de São Paulo, a oeste pelos de Loanda e Santa Isabel do Ivaí, ao sul pelos de Rondon, Paraíso do Norte e Tamboara, e a leste pelos de Alto Paraná e São João do Caiuá.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital

ALTITUDE — É de 503 metros na sede municipal.

CLIMA — Paranavaí possui clima quente, dominante no setentrião paranaense. As temperaturas médias registradas no ano de 1957 foram de 31,4ºC para as máximas, 11,9ºC para as mínimas e 21,4ºC para a compensada.

ÁREA — A área municipal corresponde a 2 213 quilômetros quadrados.

Vista de um trecho da Rua Acre

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O rio Paranapanema, que faz a divisa de Paranavaí com o Estado de São Paulo. Existem ainda os ribeiros: Paranavaí, Corda do Frade, Selma, do Corvo e do Caiuá.

RIQUEZAS NATURAIS — As reservas florestais da comuna representam a principal riqueza natural.

POPULAÇÃO — Em 1950, pelo Recenseamento Geral, o então distrito de Paranavaí possuía 25 520 habitantes, 14 328 homens e 11 192 mulheres. Estima-se a população atual em 42 000 pessoas.

Aglomerações urbanas — No município existem seis aglomerações urbanas: Paranavaí, sede municipal, Catarinenses, Guairacá, Comur, Jurema e Planaltina do Paraná, sedes distritais. Em 1950, a cidade Paranavaí possuía 1 874 habitantes, sendo 1 026 homens e 848 mulheres. Estima-se a população atual em 13 600 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Representa a agricultura a mais importante atividade econômica do município, destacando-se o café e o algodão, como os principais produtos, vindo a seguir o cultivo de cereais em geral. A produção agrícola (estimativa) prevista para 1957, apresentava os seguintes valores: café — 21 000 sacas: .... Cr$ 33 600 000,00; algodão — 600 000 arrôbas — ...... Cr$ 15 000 000,00; milho — 250 000 sacas: .... Cr$ 25 000 000,00; arroz — 40 000 sacos: .... Cr$ 14 000 000,00; feijão — 6 000 sacas: Cr$ 2 130 000,00. Em escala menor mamona, hortelã-pimenta, amendoim e trigo, êste em fase experimental.

A pecuária está em franco desenvolvimento, cujo rebanho pode ser assim distribuído (1957): bovinos — ... 25 000 cabeças; suínos — 80 000; eqüinos — 10 000; caprinos — 8 000. Em quantidades menores, o gado ovino e os demais. Um fato curioso na pecuária é o início da criação de búfalos, feita por fazendeiro local, contando já com cêrca de 100 cabeças.

A indústria é constituída por 59 estabelecimentos, dos quais 9 ocupam 5 ou mais operários em suas tarefas. Os ramos mais importantes são: "madeireiro", de "produtos alimentares" e de "calçados".

Em 1956, o principal produto exportado foi o algodão, com Cr$ 44 906 891,00. A cultura do café é formada por cafeeiros novos e adultos, sendo que a produção máxima se dará a partir de 1958. A exportação (interestadual) em 1958 foi da ordem de Cr$ 65 950 063,00.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem na cidade e interior do município 410 estabelecimentos varejistas (352 na sede e 58 nos distritos), 8 atacadistas e 8 agências bancárias que representam o comércio e crédito locais.

Paranavaí mantém intercâmbio de produtos agrícolas e mercadorias de comércio (importação e exportação) com as seguintes praças: Nova Esperança, Maringá, Alto Paraná, Londrina, Ponta Grossa, Curitiba, Presidente Prudente (SP), Santo Anastácio (SP) e São Paulo (SP).

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é dotado dos meios de transporte rodoviário e aéreo. As estradas de rodagem conduzem para os seguintes municípios: Terra Rica — 60 quilômetros; Nova Londrina — 82 quilômetros; Loanda — 90 quilômetros; Santa Isabel do Ivaí — 96 quilômetros; Santa Cruz do Monte Castelo — 112 quilômetros; Querência do Norte — 150 quilômetros; São João do Caiuá — 28 quilômetros; Alto Paraná — 18 quilômetros; Tamboara — 16 quilômetros; Paraíso do Norte — 30 quilômetros; Rondon — 68 quilômetros; Mirante do Paranapanema (SP) — 120 quilômetros. Dista da capital do Estado 517 quilômetros (rodoviário) e 400 quilômetros (aéreo); da capital Federal 1 248 quilômetros (rodoviário) e 950 quilômetros (aéreo).

Um bem construído aeroporto serve ao município, onde diàriamente aportam aeronaves das emprêsas Real, Vasp, Varig e Cruzeiro do Sul, em linhas regulares, bem como táxis-aéreos. Na cidade funcionam os seguintes serviços telegráficos: da agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos, da Chefatura de Polícia do Estado e das companhias de navegação aérea que servem ao município. Há também duas radioemissoras.

ASPECTOS URBANOS — Estima-se a população atual da cidade em 13 600 habitantes, a qual conta com mais de 2 900 edificações; dessas, 2 730 se destinam a fins residenciais. É servida de energia elétrica para iluminação pública e domiciliar. Existem, na cidade, 24 logradouros públicos, alguns pavimentos com revestimento de concreto e de asfalto. No ano de 1956, foram registrados na Prefeitura Municipal 276 automóveis, 715 caminhões e 71 ônibus. O comércio local é constituído de 358 estabelecimentos, cujo número elevado bem diz de sua pujança. Existem, na cidade, 19 hotéis e 12 pensões.

Vista aérea da cidade

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Doze médicos, 11 dentistas e 8 farmacêuticos prestam assistência médico-sanitária em geral à população do município. Na cidade funcionam os seguintes estabelecimentos de saúde: Hospital Santa Júlia, Hospital Santa Margarida, Hospital São João, Hospital São Lucas, Hospital do Estado, Pôsto Federal de Tracoma, Pôsto de Higiene e ainda 8 farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Funcionam na cidade dois estabelecimentos de assistência social, um para crianças abandonadas, a Casa da Criança de Paranavaí; e outro, o Albergue Noturno Alan Kardec, para abrigar velhos e pessoas desamparadas; é mantido por um grupo de espíritas locais.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 verificou a existência, na sede do então distrito de Paranavaí, de 1 513 pessoas de 5 anos e mais, das quais 827 sabiam ler e escrever, sendo 508 homens e 319 mulheres.

Ensino — O ensino primário fundamental comum foi ministrado no município, em 1956, através de 18 unidades escolares, nas quais estavam matriculados 1 967 alunos. Funciona na cidade um Ginásio Estadual, com uma Escola Normal anexa.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há três entidades esportivo-culturais, congregando um total de 653 associados. Existe na cidade um ótimo cinema, o Cine Paranavaí, com 1 000 lugares, tendo realizado, em 1956, 404 exibições cinematográficas, com a freqüência de mais de 170 000 espectadores. Na sede municipal, estão localizadas duas radioemissoras: Rádio Cultura Norte-Paranaense Limitada, prefixo ZYS-59, transmitindo na freqüência de 1 490 quilociclos, e Rádio Emissora de Paranavaí, prefixo ZYS-39, freqüência de 1 600 quilociclos. Circula no município o órgão "O Noroeste", de periodicidade semanal. Há, ainda, na cidade, duas tipografias e uma livraria.

FINANÇAS PÚBLICAS —

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1952......	...	15 081	—	—	—
1953......	...	17 047	4 075	2 898	3 808
1954......	...	22 128	4 698	2 622	4 797
1955......	...	24 800	11 185	4 180	9 223
1956......	(*) 8 053	23 516	15 154	3 433	(**) 17 092

(*) A partir de abril de 1956, quando foi instalada a Coletoria Federal em Paranavaí
(**) Em 1956 foi possível uma despesa maior que a arrecadação, devido o saldo anterior de Cr$ 2 130 713,00.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — As principais manifestações populares levadas a efeito no município são de caráter religioso. Assim é que são condignamente comemoradas as seguintes datas: 20 de janeiro, dia de São Sebastião, padroeiro local, 16 de julho, dedicado a Nossa Senhora do Carmo; 15 de agôsto, Assunção de Nossa Senhora; 25 de dezembro, dia de Natal, além de várias outras datas móveis, como Ascensão do Senhor, Corpus Christi, Endoenças e Paixão (Semana Santa).

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A denominação atual do município provém das palavras "Paraná" e

Avenida Paraná, ao fundo a Rádio Paranavaí

"Ivaí" — nomes de dois rios — que cortam o seu território. Assim, tem-se Paraná + (I) vai = Paranavaí. Os filhos da comuna são conhecidos por paranavaienses.

O município é sede de comarca de 2.ª entrância e da 18.ª Secção Judiciária do Estado do Paraná. Compreende cêrca de 11 distritos judiciários, sendo 5 no município e 6 fora dêle, ou seja, pertencentes a outros municípios subordinados à comarca: Paranavaí, Jurema, Guairacá, Graciosa, Planaltina, Mirador, Paraíso do Norte, Nova Aliança do Ivaí, São Carlos do Ivaí, Tamboara e Terra Rica. O atual Juiz de Direito (e primeiro) é o Dr. Sinval Reis e o Promotor, o Dr. Carlos Alberto Manita. Existem em Paranavaí, ainda, um Pôsto Zootécnico mantido pelo Govêrno Estadual destinado ao incremento das atividades pecuárias, bem como um Pôsto de Defesa Sanitária Animal, a cargo do Ministério da Agricultura. O Prefeito Municipal é o Senhor Ulisses Bandeira. São Vereadores os Senhores Doutor Aldo Silva, Francisco R. Ruiz, José de Souza Leite, Dr. José V. de Carvalho, José Schueraff, Minoru Imoto, Nelson B. dos Santos, Oswaldo Mandalozzo e Vivaldo de Oliveira.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

PATO BRANCO — PR

Mapa Municipal no 13.° Vol.

HISTÓRICO — As primeiras penetrações de homens brancos na região onde hoje se encontra o município de Pato Branco datam de 1839, quando o bandeirante curitibano Pedro de Siqueira Côrtes, comandando uma expedição ao sul da 5.ª Comarca da Capitania de São Paulo, descobriu os Campos de Palmas. Muitos anos após, iniciou-se o povoamento da região de Clevelândia, elevada a município pelo desmembramento do município de Palmas, e que daria, mais tarde, oportunidade para criação de quase uma dezena de novas unidades municipais.

Em 1919 aportaram à localidade, onde surgiria o município de Pato Branco, os primeiros moradores: João Damasceno, Miguel Conrado, Francisco Índio de Lima, Pací-

Prefeitura e Câmara Municipais

fico Pinto de Lima, Inácio Galvão, João Macário dos Santos, Manoel Loureiro Sampaio. Quintiliano M. Bueno, família dos Venâncios e muitos outros, todos procedentes do Rio Grande do Sul. Em 1924 já estava formada uma povoação, conhecida pela denominação de Vila Nova de Clevelândia. Novas levas de colonos e agricultores, vindos do Rio Grande do Sul, foram chegando e contribuindo para o aumento do povoado e o desenvolvimento de Vila Nova.

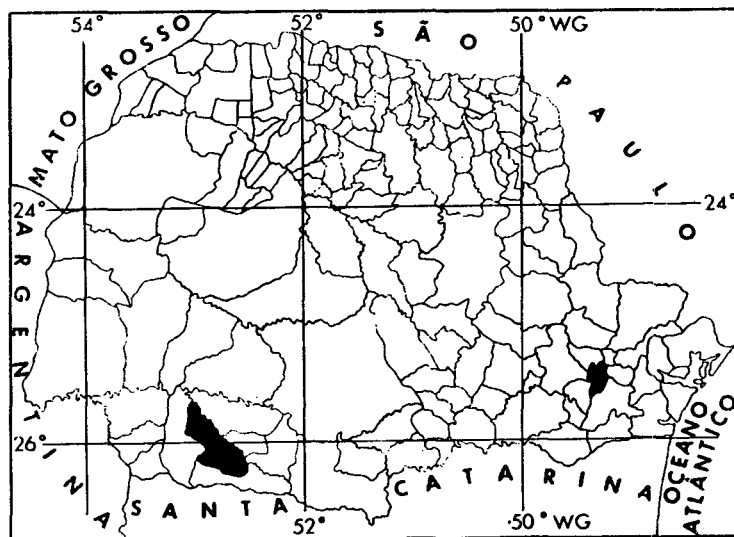
A localidade foi elevada à categoria de distrito judiciário em 1927, com a denominação de Bom Retiro. O primeiro Juiz de Paz foi o Sr. João Ribeiro; Escrivão Distrital, Pedro José da Silva; Subdelegado de Polícia, Pacífico Pinto de Lima; e a primeira professôra, Matilde Chames. No ano de 1928 iniciaram-se os trabalhos de medição e demarcação dos primeiros lotes e datas, que seriam vendidos aos agricultores e colonos (posseiros) que afluíam, em elevado número, à região, atraídos pela fertilidade das terras e facilidade de aquisição. No mesmo ano foi criado e instalado em Bom Retiro um escritório do 3.º Comissário de Terras, sob a direção dos engenheiros Dr. Alexandre Gutierrez Beltrão e Francisco Gutierrez Beltrão, além do Sr. Carlos Coelho Júnior que, na qualidade de agrimensor, efetuou a medição das terras que constituíam o território do futuro município. A primeira indústria que se instalou em Bom Retiro foi uma serraria, de propriedade de Pedro Bortot. À 6.ª Inspetoria de Terras, instalada em 1932, sob a direção do Sr. Deurélio Trevisani Beltrão, deve o município grande soma de serviços prestados e valiosa contribuição ao seu progresso e desenvolvimento.

Um dos poucos filhos do Paraná a fixar residência na localidade foi o professor Juvenal Loureiro Cardoso, que ainda hoje é funcionário público, chefe de numerosa prole e residente no centro da atual cidade de Pato Branco.

A denominação atual Pato Branco foi dada pelo Doutor Francisco Gutierrez Beltrão e se deve ao rio Pato Branco, que banha o município, passando pelas proximidades da sede municipal.

A partir de 1935, se foram estabelecendo na localidade os primeiros profissionais liberais — médicos, dentistas, farmacêuticos etc. Ainda nesse mesmo ano a povoação recebeu a visita pastoral do Bispo D. Antônio Mazzarotto e do Interventor Federal no Estado, Sr. Manoel Ribas, que procedeu à inauguração do Grupo Escolar Professor Agostinho Pereira. O primeiro diretor dêsse estabelecimento de ensino foi o professor Juvenal Loureiro Cardoso, que já vinha exercendo importante atividade em prol da nacionalização do ensino e sua propagação. Fato digno de menção foi a parada dos Escoteiros Antônio João, que desfilaram pela vila, formando em frente do Grupo Escolar, no ato de sua inauguração. Ainda em 1935, por ato do Govêrno Federal, foi criada a Colônia Agrícola Nacional General Osório, sediada na região do atual município de Francisco Beltrão, cuja atividade muito contribuiu para a evolução social e econômica do sudoeste do Paraná, e instalada a agência Postal-telegráfica, sendo nomeada para dirigi-la a Senhora Araci Cavalheiro de Melo.

O distrito, criado pela Lei n.º 2, de 10 de outubro de 1947, prosseguiu na sua evolução, e, com o decorrer dos anos, novos melhoramentos iam surgindo. Assim, em 1946 foi inaugurado o Hospital Santa Margarida, obra levada a efeito graças aos esforços e tenacidade do Dr. Sílvio Vidal, médico estabelecido na localidade desde os primórdios de sua fundação. Pela Lei estadual n.º 790, de 30 de outubro de 1951, Pato Branco foi elevado à categoria de município, desmembrado do de Clevelândia. A instalação do município se deu no dia 14 de dezembro de 1952, sendo empossados, na mesma data, o Prefeito e demais autoridades. O primeiro Prefeito Municipal eleito pelo povo de Pato Branco foi o Sr. Plácido Machado, e a primeira Câmara Municipal ficou constituída dos seguintes Vereadores: Dr. Harry Valdyr Graeff, Arcênio Gonçalves de Azevedo, Casemiro Gauzar, João Viganó, Aristides Martins, Antônio Zanol, Vitélio Parzianello, Guerino Zandoná e Genuíno Piacentini. Ao ser elevado à categoria de município, foram, também criados os seguintes distritos judiciários: Coxilha Rica, Dois Vizinhos, Verê, Bom Sucesso e Vargem Bonita. A comarca foi criada por Lei estadual de 24 de abril de 1954.

LOCALIZAÇÃO — O município de Pato Branco está situado na Zona Fisiográfica do Iguaçu, estando a sede situada entre as coordenadas de 26º 11' de latitude Sul e 52º 36' de longitude W. Gr. Tem como limites: ao norte os municípios de Chopinzinho e Coronel Vivida, a oeste o de Francisco Beltrão, ao sul o de Clevelândia e a leste o de Palmas.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 760 metros.

CLIMA — O clima do município é temperado, sêco e saudável. A temperatura baixa no inverno, quando se obser-

Fôro Municipal

vam geadas freqüentes. Foram registradas as médias de 26,8°C para as máximas, 13,5°C para as mínimas e 20,1°C para a compensada, no ano de 1957.

ÁREA — É de 1 683 quilômetros quadrados a área do município.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município é cortado por uma rêde fluvial, tendo maior destaque os *rios*: Chopim, de direção S.O., Pato Branco, de direção S.N., Ligeiro, de direção S.N., sendo que nenhum apresenta condições de navegabilidade. É de importância, também, o salto Grande, no rio Chopim, com 18 metros de altura, e potência aproximada de 10 000 cavalos-vapor.

RIQUEZAS NATURAIS — As reservas florestais do município representam a sua principal riqueza natural.

POPULAÇÃO — Era de 48 065 habitantes a população do município, inclusive a dos de Barracão, Capanema, Francisco Beltrão e Santo Antônio que, por ocasião do Recenseamento Geral de 1950, integravam o município de Pato Branco como simples povoados — distribuída da forma seguinte: 24 836 homens e 23 229 mulheres.

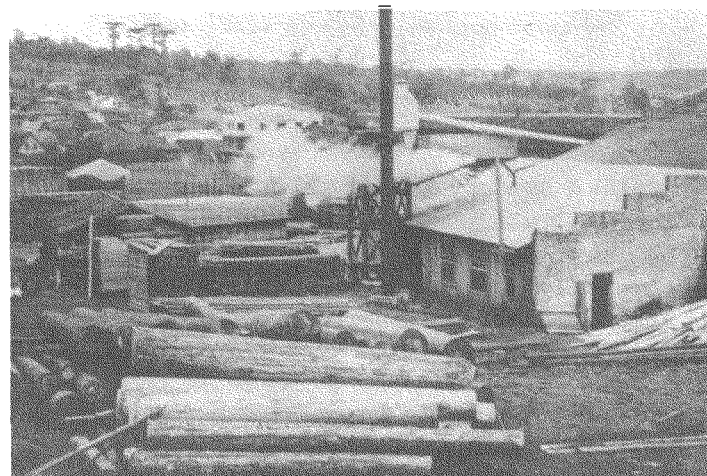
Aglomerações urbanas — Seis aglomerados urbanos existem no município: Pato Branco, sede municipal, e vilas-sedes dos distritos de Bom Sucesso, Coxilha Rica, Dois Vizinhos, Vargem Bonita e Verê. A cidade de Pato Branco contava, pelo Recenseamento Geral de 1950, com 3 434 habitantes, sendo 1 656 homens e 1 778 mulheres, assim distribuídos: *quadro urbano* — 1 404 (680 do sexo masculino e 724 do feminino); *quadro suburbano* — 2 030

Colégio N. S.ª das Graças

(976 homens e 1 054 mulheres). Conta, atualmente, com 3 800 habitantes aproximadamente.

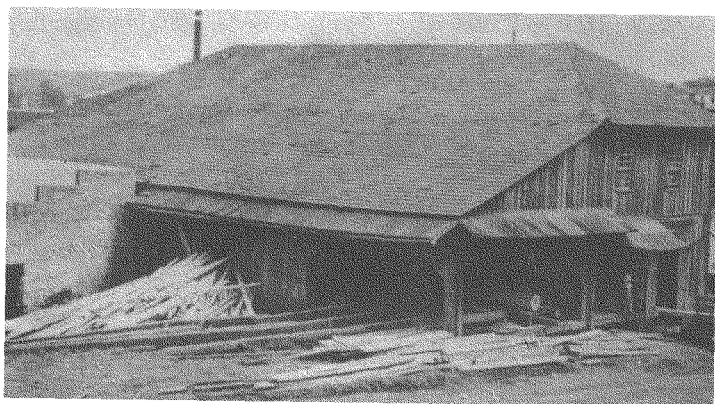
ATIVIDADES ECONÔMICAS — Como principal fonte de renda do município aparece a agricultura, coadjuvada pela indústria e pecuária. O valor da produção agrícola prevista para 1956 foi: milho — Cr$ 51 000 000,00; feijão — Cr$ 25 200 000,00; arroz — Cr$ 3 600 000,00; centeio — Cr$ 760 000,00; batata-inglêsa — Cr$ 672 000,00. Seguem-se as culturas de trigo, uva, amendoim, alfafa, cebola, cana-de-açúcar e mandioca com menores valores. Menção especial seja feita ao cultivo do trigo que se vem desenvolvendo progressivamente, apresentando excelentes resultados, podendo se transformar em breve na cultura de maior significação econômica do município.

A indústria, em fase bem adiantada, conta com 131 estabelecimentos, dos quais 79 ocupam 5 ou mais obreiros em suas atividades. Explora os ramos "madeireiro" (61% do valor total) e o de "produtos alimentares" (23%).

O efetivo pecuário do município apresentava, em 1954, aproximadamente 42 milhões de cruzeiros. O valor da exportação (interestadual) em 1956 atingiu cêrca de 13 milhões, 294 mil e 31 cruzeiros, sendo os principais produtos exportados: pinho, feijão, tábuas e laminados de pinho.

Indústria Madeireira Pato Branco Lt.da

COMÉRCIO E BANCOS — Bastante promissor e intenso é o comércio local, constituído por 420 estabelecimentos varejistas, 5 atacadistas e uma agência bancária. Pato Branco mantém intercâmbio permanente de produtos agrícolas e industriais (exportação e importação) com as seguintes praças: União da Vitória, Curitiba, Ponta Grossa, Pôrto Alegre (RS), Erechim (RS) e São Paulo (SP).

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é dotado do meio de transporte rodoviário; terá o aéreo em futuro próximo, já que, perto da cidade, encontra-se em fase final de construção um grande aeroporto que servirá para aeronaves comerciais, devendo ser iniciada uma linha regular entre Pato Branco e as demais cidades do Estado e do país. Possui uma radioemissora. Via rodoviária, liga-se aos municípios seguintes: Francisco Beltrão — 75 quilômetros; Clevelândia — 50 quilômetros; Coronel Vivida — 46 quilômetros. Da capital do Estado, via rodoviária, dista 493 quilômetros, e da capital Federal, 984 quilômetros.

Na sede funciona uma agência postal telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos, bem como o ser-

Outra vista da Indústria Madeireira Pato Branco Lt.da

viço radiotelegráfico da Inspetoria de Terras do Govêrno do Estado.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Pato Branco possui cêrca de 3 800 habitantes, mais de 720 edificações, das quais 684 servem para fins residenciais. É servida de energia elétrica para fôrça motriz e iluminação pública e particular, esta com 400 ligações domiciliares. Possui 38 logradouros públicos, sendo 30 ruas, 3 travessas e 5 praças. A hospedagem é feita por 8 hotéis e 4 pensões. No ano de 1956, foram registrados na Prefeitura Municipal 116 veículos e 220 caminhões de tipos e marcas diversos.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Três médicos, 2 dentistas e 3 farmacêuticos prestam assistência médico-sanitária em geral à população do município. Na cidade funcionam 4 instituições de saúde: a Associação de Beneficência Médica Hospitalar, a Casa de Saúde São Paulo, 1 Pôsto de Puericultura e 1 Pôsto de Higiene, além de três farmácias.

ALFABETIZAÇÃO — A sede do então distrito de Pato Branco, quando da realização do Censo de 1950, contava 2 844 habitantes de 5 anos e mais. Dêsse total, 1 845 sabiam ler e escrever: 933 homens e 912 mulheres.

Ensino — Em 1956, funcionaram na cidade e no resto do município 113 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, com a matrícula de 4 035 alunos. Há na cidade 1 estabelecimento de ensino extraprimário, o Ginásio Nossa Senhora das Graças.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Citam-se três associações esportivo-culturais. Funciona na cidade o Cine Avenida, com 315 lugares. O principal veículo de cultura do município é a Rádio Pato Branco, ZYS-37, freqüência de 1 520 quilociclos.

FINANÇAS PÚBLICAS —

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1953......	—	3 539	3 100	3 100	—
1954......	—	5 087	1 937	1 014	1 727
1955......	—	7 854	3 316	1 434	3 273
1956......	—	10 791	2 761	2 051	2 340

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — A principal manifestação popular levada a efeito no município é a comemoração da festa do padroeiro, a 29 de junho (dia de São Pedro), comemorando-se também o dia de Nossa Senhora da Saúde, a 21 de novembro.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O topônimo Pato Branco é devido ao rio de idêntico nome, situado nas proximidades da sede municipal. As pessoas nascidas na comuna recebem a denominação de pato-branquenses. O município é sede de comarca de 2.ª entrância e compreende os seguintes distritos judiciários: Pato Branco (sede), Coxilha Rica, Dois Vizinhos, Vargem Bonita e Verê. O Prefeito de Pato Branco é o Dr. Harri Valdir Graeff; são Vereadores os Senhores Dr. Iris Mário Caldart, Eurides Dalatra Bonfante, Guerino Zandoná, Felisberto Oldoni, Alberto Geron, Dario Vergílio Rost, Germano Corona, Doutor Natalício Fischer e Pedro José da Silva.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Paraná.

PAULO FRONTIN — PR

Mapa Municipal no 11.º Vol.

HISTÓRICO — Atribui-se o descobrimento da antiga região dos Campos dos Biturunas, mais tarde denominada Campos de Palmas, ao sertanista curitibano Zacarias Dias Côrtes que, em 1720, comandou uma expedição ao sul do Iguaçu, tendo atingido o norte do Uruguai.

Outros bandeirantes e exploradores, durante o século XVIII, penetraram na região que, segundo uns, já era conhecida antes do feito de Zacarias Dias Côrtes. Joaquim Ferreira dos Santos, Atanagildo Pinto Martins, Pedro Dias Côrtes e muitos outros são figuras de bandeirantes e desbravadores que primeiro cruzaram a vasta zona dos Biturunas, então dominada inteiramente por grandes tribos de índios selvagens e ferozes.

Depois da fundação de Palmas, foram surgindo, com o decorrer do tempo, pequenos núcleos populacionais, quase todos às margens do rio Iguaçu, que hoje constituem as cidades de União da Vitória, São Mateus do Sul, Mangueirinha, Mallet, Paulo Frontin e outras.

Para o progresso e desenvolvimento da região muito contribuiu a navegação fluvial do Iguaçu, iniciada na última década do século passado, por Amazonas de Araújo Marcondes, que foi o primeiro a dotar o sul do Paraná de uma emprêsa de navegação fluvial, sendo, ao mesmo tempo, o fundador de diversas cidades importantes.

Assim, os primeiros contactos com o futuro município de Mallet, de cujo desmembramento resultou a criação do atual município de Paulo Frontin, foram feitos através de União da Vitória, primeira povoação fundada por Amazonas de Araújo Marcondes, na bacia do Iguaçu, no antigo Campo dos Biturunas, e antiga zona contestada entre os Estados do Paraná e Santa Catarina.

Ao sudoeste dessa região, de cujas primitivas explorações nos dá notícias o próprio Francisco Adolfo Varnhagem na sua monumental História do Brasil, bem como o Visconde de Taunay, já existia em 1886 pequeno arraial formado por sertanejos humildes e rudes, conhecido pela

Igreja-Matriz Municipal

denominação de "Chapéu de Sol", sem que se soubesse como poderiam ali ter chegado.

É o próprio A. D'Escragnolle Taunay quem, ao regressar de uma viagem a União da Vitória para Pôrto Amazonas, assim se refere a essa localidade: "No lugar denominado "Chapéu de Sol" morava ali pobre gente em um recanto de vagabundagem e correrias de indômitos bugres, a cujos assaltos estão sujeitos".

Presume-se que êsses habitantes tenham descido o rio Iguaçu até onde lhes foi possível, desembarcando, a contragosto na margem e vindo a formar, com o decurso dos anos, numeroso núcleo de população cabocla. Sòmente essa hipótese permite compreender-se a presença dessa "pobre gente" naquelas paragens, numa época tão remota e num local tão afastado de quaisquer outros centros civilizados.

A partir de 1900, chegaram à Colônia Rio Claro, município de Mallet, 825 famílias de imigrantes polacos, ucranianos e russos, com que recebeu a comunidade notável impulso no seu povoamento e colonização. Diversos outros núcleos coloniais surgiram na região, entre os quais o de Vera Guarani.

Esta colônia recebeu a denominação de "Núcleo Federal de Vera Guarani" e foi fundada pelo Govêrno Federal, a 20 de janeiro de 1902, com a área de 17 453 hectares, com sede no lugar que posteriormente receberia a denominação da futura Estação Ferroviária, ou seja, Paulo Frontin, para o qual foram encaminhados numerosos imigrantes ucranianos e polacos, principalmente, ucranianos oriundos da Áustria.

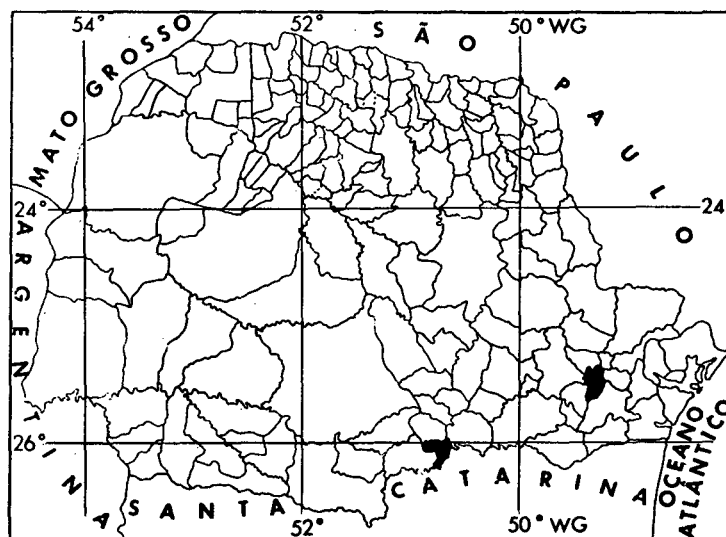
Com a inauguração, a 20 de abril de 1904, do trecho da Estrada de Ferro ligando Dorizon a Paulo Frontin, sob a responsabilidade da Estrada de Ferro São Paulo—Rio Grande, a Colônia recebeu grande impulso.

O nome dado à última estação ferroviária foi uma homenagem ao ilustre engenheiro brasileiro Paulo Frontin. Desde então, a sede do "Núcleo Colonial de Vera Guarani" passou a denominar-se Paulo Frontin, nome que conservou até hoje, sem jamais haver sido alterado.

Em 1908, o povoado de Vera Guarani, localizado no centro do Núcleo Federal de mesmo nome, tornou-se subsede da colonização. O seu progresso foi lento e descontinuado, de modo que, em 1911, a sua população era constituída de 4 208 pessoas.

Outros núcleos coloniais foram criados e a afluência de elementos de nacionalidade polaca, russa e ucraniana continuou a aumentar, de modo que, em 1922, o Govêrno criou o "Núcleo Santana", situado, também, no distrito de Vera Guarani.

Finalmente, pela Lei estadual n.º 790, de 14 de novembro de 1951, foi criado o município de Paulo Frontin, com território desmembrado do de Mallet. Sua instalação oficial se deu pouco tempo depois, juntamente com a posse do primeiro Prefeito Municipal, Sr. Antônio Possidente, e da primeira Câmara de Vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Paulo Frontin situa-se na Zona Fisiográfica de Irati. Faz limite com Mallet ao norte, União da Vitória a oeste, o Estado de Santa Catarina ao sul e São Mateus do Sul a leste.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude na sede é de 777 metros.

ÁREA — É de 401 quilômetros quadrados a área municipal.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município é banhado pelo rio Iguaçu, que corre na direção do sudeste para o sul; faz o seu limite com o Estado de Santa Catarina e é navegável nesse trecho (26 quilômetros). De menor importância são os rios Jararaca, Santana, Claro e Barra Grande.

A linha divisória, com o município de União da Vitória, é feita pela serra da Esperança, cuja altitude máxima é de 1 200 metros.

CLIMA — O município de Paulo Frontin possui clima bom, fresco e agradável no verão, quando se observam chu-

vas freqüentes, e bastante frio no inverno, com geadas numerosas.

RIQUEZAS NATURAIS — A erva-mate e o petróleo, êste último ainda não explorado, representam as riquezas naturais da comuna.

POPULAÇÃO — Pelo Censo Demográfico realizado em 1950, a população municipal contava 7 212 habitantes, sendo 3 577 homens e 3 635 mulheres.

Aglomerações urbanas — Duas aglomerações urbanas existem no município: cidade de Paulo Frontin e vila de Vera Guarani. Paulo Frontin possuía, por ocasião do Recenseamento Geral de 1950, a população de 506 habitantes (261 homens e 245 mulheres).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A atividade de maior expressão econômica na vida do município reside na agricultura.

A produção agrícola em 1956 (extrativa) foi da seguinte ordem: milho — Cr$ 15 795 000,00; trigo — .... Cr$ 10 065 000,00; feijão — Cr$ 6 885 000,00; arroz — Cr$ 4 725 000,00; batata-inglêsa — Cr$ 2 403 500,00; centeio — Cr$ 960 000,00; em menor escala, tomate, batata-doce, abóbora, alho, amendoim, mandioca e culturas de caráter permanente como a erva-mate, a laranja e a bergamota.

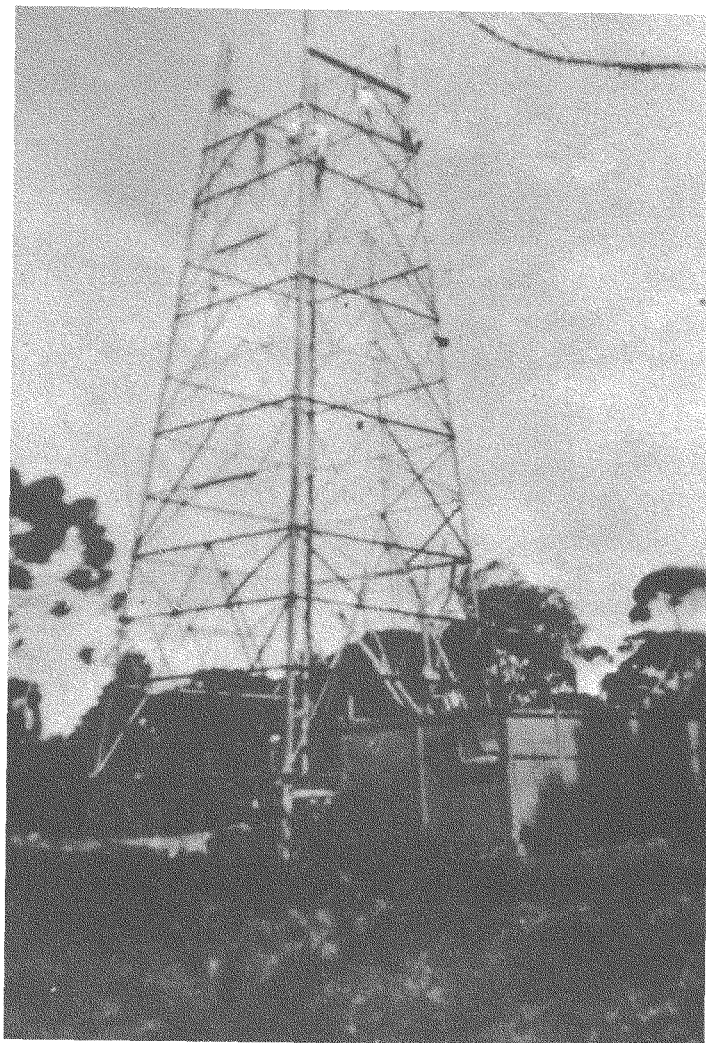
A atividade pecuária se restringe apenas às necessidades do município.

A indústria conta 33 estabelecimentos, dos quais, 3 utilizam 5 ou mais operários em suas tarefas. Predominam os ramos "extração e beneficiamento de madeira" e "produtos alimentares".

A exportação (interestadual) do município em 1956 atingiu a cifra de Cr$ 1 617 696,00.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem em Paulo Frontin 6 estabelecimentos varejistas e 3 atacadistas, que representam o comércio local. As transações mercantis (comércio exportador e importador) são feitas com as praças de União da Vitória, Ponta Grossa, Curitiba, Caçador (SC) e São Paulo (SP).

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido pelos transportes ferroviário e rodoviário, aquêle da Rêde Viação Paraná—Santa Catarina.

Residência do agente da estação ferroviária de Paulo Frontin

Tôrre da Petrobrás, na Linha Dr. Limoeiro

Liga-se aos seguintes municípios limítrofes: Morretes — 23 quilômetros (rodovia) e 33 quilômetros (ferrovia); São Mateus do Sul — 73 quilômetros (rodovia); União da Vitória — 42 quilômetros (rodovia) e 49 quilômetros (ferrovia); Cruz Machado — 113 quilômetros (rodovia). Dista da Capital Estadual: 205 quilômetros (rodovia) e 392 quilômetros (ferrovia). Da Capital Federal — 1 240 quilômetros (rodovia) e 1 374 quilômetros (ferrovia).

A cidade não dispõe de aeroporto ou campo de pouso. Às margens do rio Iguaçu, que atravessa seu território, possui o município dois portos fluviais: "das Cinzas", em Chapéu-de-Sol, e o "Vicente", em Espigãozinho, estando ambos paralisados, face à inexistência de linhas regulares de navegação em funcionamento.

Na sede existe uma agência postal do Departamento dos Correios e Telégrafos; o serviço telegráfico é feito por intermédio e colaboração da R.V.P.S.C. através de sua agência local.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Paulo Frontin conta com 620 habitantes, aproximadamente, com 130 edificações e energia elétrica, esta ligada em 78 prédios residenciais.

Contam-se 7 logradouros públicos, 3 estabelecimentos comerciais atacadistas, 6 varejistas, 1 hotel e 1 pensão.

No ano de 1957, foram registrados, na Prefeitura Municipal, 22 veículos motorizados, sendo 1 automóvel e 21 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária é prestada à população local por 2 dentistas e 1 farmacêutico, residentes na cidade, onde existem também 1 farmácia, um pôsto de higiene e 1 de puericultura.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Existe no município, funcionando na sede do distrito de Vera Guarani, a Cooperativa Mista Agropecuária Limitada, fundada em 3 de setembro de 1930. Congrega 99 associados e se dedica ao comércio (compra e venda) de produtos agropecuários.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo os resultados do Recenseamento de 1950, existiam na sede do então distrito de Paulo Frontin, 430 pessoas de 5 anos e mais. Dêsse total, 358 sabiam ler e escrever, sendo 182 homens e 176 mulheres.

Ensino — O ensino primário fundamental comum foi ministrado no município, em 1956, através de 28 unidades escolares, com a matrícula de 955 alunos.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950......	71	...	—	—	6
1951......	93	...	—	—	4
1952......	66	...	—	—	8
1953......	68	...	716	293	516
1954......	78	...	774	303	753
1955......	96	...	781	285	748
1956 (1)...	168	...	1 155	309	1 153

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Tendo como padroeira Nossa Senhora Santana, é a ela que o povo do município dedica e promove em sua honra, a principal manifestação popular. Constam os festejos de novena, com procissão solene ao encerramento, no dia 26 de julho de cada ano.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A denominação "Paulo Frontin" surgiu como homenagem ao notável engenheiro brasileiro Paulo Frontin, especializado em estradas de ferro.

Não há uma designação especial para os seus habitantes que os identifique de imediato.

O município compõe-se de dois distritos judiciários: o da sede e o de Vera Guarani, ambos subordinados à comarca de Mallet. Em ambos existem um Juiz de Paz e um Cartório do Registro Civil e Anexos.

Está à frente do Executivo Municipal o Prefeito, Senhor Ladislau Brzezinski.

São vereadores os cidadãos: Antônio Euzébio França, Pedro Chopechu, Miguel Scaramella, Arturo da Rocha, Vitor Ignaszewski, Ceslau Koufidera, Isidoro Herman, Silvestre Popia e Alberi José Carloto.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

PEABIRU — PR

Mapa Municipal no 13.º Vol.

HISTÓRICO — Desde antes do descobrimento da América, os povos indígenas conheciam um caminho que se estendia por mais de mil e duzentos quilômetros, da costa de São Vicente ao rio Paraná, atravessando os rios Tibagi, Ivaí e Piquiri, pelo qual se comunicavam com o oceano Atlântico e com as regiões mais distantes do ocidente. A oeste do Paraná o caminho prosseguia até atingir o Peru e a costa do oceano Pacífico. Êsse caminho histórico, pré-colombiano, era denominado Caminho de Peabiru. Pelas descrições de viajantes e exploradores e pelos mapas e cartas existentes, verifica-se que êsse caminho atravessava, em sentido leste-oeste, a região onde hoje se situa o município de Peabiru, na zona noroeste do Estado do Paraná. É o que se infere da seguinte descrição de Romário Martins:

"Os bandeirantes utilizaram-se do Caminho de Peabiru em tôdas as direções da linha tronco e dos seus ramais. Se vinham pela linha tronco, o itinerário era São Vicente—Piratininga (São Paulo), Sorocaba, Botucatu, Tibagi, Ivaí, Piquiri. Se vinham pelo Tietê, atravessavam o Paranapanema próximo à foz do Pirapó, subiam pela margem dêste em direção ao Ivaí, atravessavam pouco acima do seu afluente então denominado rio da Guia, margeando a esquerda o rio principal, até ao atual Campo Mourão.

"A igual distância do Ivaí e do Piquiri, o caminho se bifurcava para o sul e ia ter ao Iguaçu no ponto em que êste rio, na sua margem esquerda, recebe o Santo Antônio".

Além de sua antigüidade histórica, o Caminho de Peabiru reveste-se de particular importância porque por êle transitaram, no século XVI, numerosas personalidades importantes e diversas expedições memoráveis. Em 1541 passou por êle D. Álvaro Nuñes Cabeza de Vaca e sua expedição militar; Joahann Ferdinando, em 1549; os companheiros de Hans Standen, em 1551; Ulrich Schmidel, Padre Leonardo Nunes, os irmãos Pedro Correia e João de Souza, Juan de Salazar de Espinosa, Cipriano de Goes e Ruy Diaz Melgarejo, em 1556; Diogo Nunes, Braz Cubas e Luiz Martins, em épocas posteriores.

Cabeza de Vaca, enviado pelo rei de Espanha como "adelantado" do Paraguai, ao desembarcar na América, tomou posse, em nome da coroa espanhola, de Cananéa e da Ilha de Santa Catarina. Para que lhe fôsse possível chegar ao Paraguai, Cabeza de Vaca se internou pelo sertão correspondente aos dois pontos extremos, seguido de numerosa comitiva militar, realizando o longo trajeto do litoral ao rio Iguaçu, passando pelos Campos de Curitiba, Campos Gerais, rios Tibagi e Piquiri e, novamente, ao Iguaçu, nas proximidades dos Saltos de Santa Maria, encontrando, em todo êsse longo percurso, numerosas aldeias de índios da nação dos guaranis.

O itinerário seguido por Ulrich Schmidel, o alemão que regressou do Paraguai em 1553, onde, como militar, serviu aos Governos de Fernando Mendonza, Irala e Cabeza de Vaca — seguindo a trilha do Caminho de Peabiru —, é assim descrito por Gentil de Moura:

"Partindo de Assunção, desceu o Paraguai e subiu o Paraná até a barra do Iguaçu; daí seguiu pela margem direita até a altura do rio Cotegipe; em seguida atravessou os rios Piquiri, Cantu e outros afluentes dêsses rios; trans-

pôs a serra da Esperança; passou pelas cabeceiras do Corumbataí e foi cruzar o Ivaí nas proximidades de Teresina. Depois, em rumo de sudoeste, foi passar nas cabeceiras do Tibagi, onde deixou o caminho para Santa Catarina, pelo qual subiu Cabeza de Vaca. Aí, tomando à esquerda, pendeu para as matas do vale do Açungui, passou pela aldeia dos Bilreiros e de Carisieba, onde, logo adiante encontrou a encruzilhada do caminho que descia para Cananéea.

"Prosseguindo, porém, sempre à esquerda, deixou o vale do Açungui e foi sair nos Campos da Faxina, Capão Bonito e Itapetininga, pelos quais seguiu até as proximidades de São Miguel Arcanjo, deixando outra encruzilhada que servia para ligar Cananéa à região de Piratininga. Dêsse ponto, pelos campos de Sarapui e de Sorocaba, foi sair em Biesaie, mais tarde Maniçoba ou Japiúva e hoje Itu, de onde procurou o rio Tietê por cujas margens seguiu até as proximidades do rio Jurubatuba. Descansou três dias na aldeia dêsse nome, até que, finalmente, chegou a Santo André".

O grande missionário espanhol Padre Leonardo Nunes também fêz a mesma travessia, quando pretendeu reunir em aldeias ("reduções") crianças indígenas, com a finalidade de as educar e instruir. Igualmente, os irmãos Pedro Correia e João de Souza, pacificadores dos índios Carijós do ocidente e que foram vítimas de sua abnegação apostólica.

Ruy Diaz Melgarejo, fundador e Governador da Vila Rica do Espírito Santo que, em companhia de Cipriano de Goes e Juan de Salazar de Espinosa, penetraram o sertão de Guaíra, após haverem as autoridades de São Vicente lhes negado permissão para isso, motivo por que fizeram a travessia por terra. Em decorrência dessas penetrações e em virtude de disposições do Tratado de Tordesilhas, que dividia as terras descobertas no Novo Mundo entre portuguêses e espanhóis, êstes últimos fundaram nas bacias do Paranapanema, Tibagi, Ivaí, Pirapó, Corumbataí e Paraná a "sua" província de Guaíra, que ficava sob a administração do Govêrno do Paraguai. Surgiram, assim, no coração do sertão guairenho, as primeiras povoações destinadas a promover o aldeamento, a catequese e a civilização do aborígine, neste lado do Atlântico. Eram as cidades de Ontiveros, Vila Rica do Espírito Santo e Ciudad Real del Guaira, fundadas em 1554. A região de Peabiru estava compreendida no território dessas fundações, que era o território da província de Guaíra.

Depois apareceram as "reduções" fundadas pelos Padres da Companhia de Jesus. Inicialmente foram treze as reduções de Guaíra. Montoya, definindo o que eram êsses aldeamentos denominados "reduções", assim se expressa:

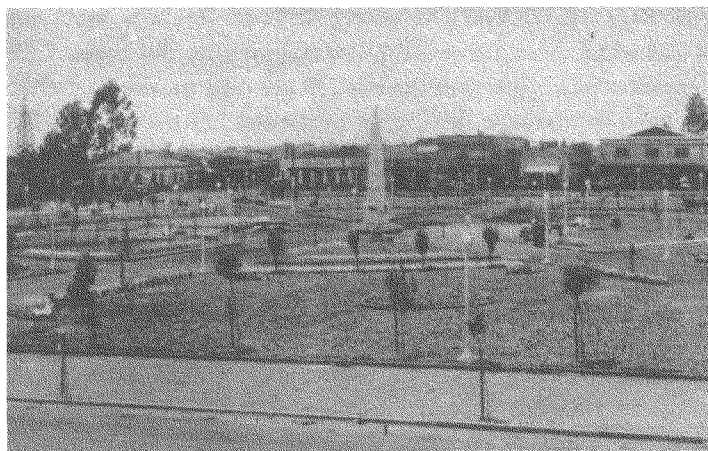
"Chamamos reduções, na "Conquista Espiritual", aos povos índios que, vivendo à sua antiga usança nos montes, foram reduzidos pelas diligências dos padres a povoações grandes e à vida política e humana".

Grande número das reduções se localizava às margens dos rios Tibagi, Ivaí, Piquiri e Iguaçu, na zona onde atualmente se encontram os municípios de Campo Mourão, Peabiru, Goioerê, Cruzeiro do Oeste e diversos outros. Aí se localizava a República Jesuítica do Paraguai, que foi totalmente destruída pelos bandeirantes paulistas no século XVII.

Eram os "pueblos" castelhanos a primeira tentativa de povoamento e civilização do sertão paranaense, tarefa que, depois de mais de setenta anos de existência, malogrou definitivamente, para não mais surgir, mas, muito ao contrário, as façanhas e bravuras dos bandeirantes do século XVII fizeram com que o Meridiano de Tordesilhas recuasse, passando a antiga Província de Guaíra a integrar o território brasileiro, após a destruição das reduções jesuíticas. Concomitantemente à dominação castelhana, os portuguêses, a partir de 1531, tentavam dominar e colonizar o território brasileiro, o que se verificou após a divisão em donatárias, ficando o território que hoje forma o Estado do Paraná pertencente às duas donatárias mais meridionais do Brasil, isto é, aquelas que foram concedidas a Martim Afonso de Souza e a Pero Lopes de Souza. Essas donatárias foram conhecidas mais tarde por capitanias de São Vicente e Santo Amaro e, depois de 1624, simplesmente por São Vicente, de que resultou a formação da Capitania de São Paulo. As terras doadas por D. João III a Martim Afonso e Pero Lopes constituíram a região austral do Brasil Português, dividida em dois quinhões a cada um dos favorecidos. De São Vicente partiam as bandeiras que estenderam os domínios portuguêses no Brasil até o extremo sul, na antiga província de Tapes, depois conhecida pela denominação de São Pedro do Rio Grande do Sul. Mas a situação dos limites das colônias luso-castelhanas cada vez mais se agravava, de maneira que já em 1635 não mais era possível a Espanha pretender restaurar a fronteira do Tratado de Tordesilhas, que, aliás, nunca foi respeitada pelos bandeirantes paulistas. Celebrou-se então o Tratado de Madrid, que modificou profundamente as linhas demarcatórias dos limites das terras das duas nações ibéricas, no Novo Mundo, disso resultando a atual configuração geográfica do Brasil.

A linha demarcatória da fronteira do Brasil com o Paraguai, pelos rios Paraná e Iguaçu, sòmente veio a ser definitivamente assinalada em virtude do disposto no Tratado de Santo Ildefonso e por outro assinado em 1873. Até o ano de 1617, o território de Guaíra que, efetivamente, se estendia do Paranapanema ao Iguaçu e do Paraná ao Tibagi, compreendia tôda a área que hoje constitui a numerosa série de unidades municipais da íona do noroeste do Paraná, inclusive Peabiru. Foi aí que os castelhanos fundaram os "pueblos", conseguindo reunir, só em Vila Rica do Espírito Santo, mais de 20 000 índios guaranis.

"Em 1629 — conforme diz Romário Martins — os estabelecimentos dos Jesuítas, com exceção de Loreto e Santo Inácio, que eram situados fora da vasta região mais povoada, foram completamente devastados pelos paulistas, e em 1632, Vila Rica, único reduto espanhol capaz de oferecer resistência, estava sitiada por Antônio Raposo Tavares, que punha na mais séria situação 4 500 sitiados brancos e índios".

"Dirigiram a resistência espanhola o mestre-de-campo Francisco Benitez, lugar-tenente do Governador e justiça maior de Vila Rica; o mestre-de-campo Ruy Ortiz Melgarejo; capitães Estevam Martin, Diogo de Vargas, alcaides ordinários; Lourenço del Villar, alferes real, capitão-de-guerra Francisco Fernandes, o sargento-mor Agostinho Sanches e alguns moradores de maior importância como Lucas de Vilalva, João Álvares Martinez, Francisco Vasques e Gonçalo Portilho y Frias, membros do cabildo vila-riquenho", —

Vista da Praça Visconde Guarapuava

como descreve Afonso E. de Taunay, em sua "História das Bandeiras Paulistas".

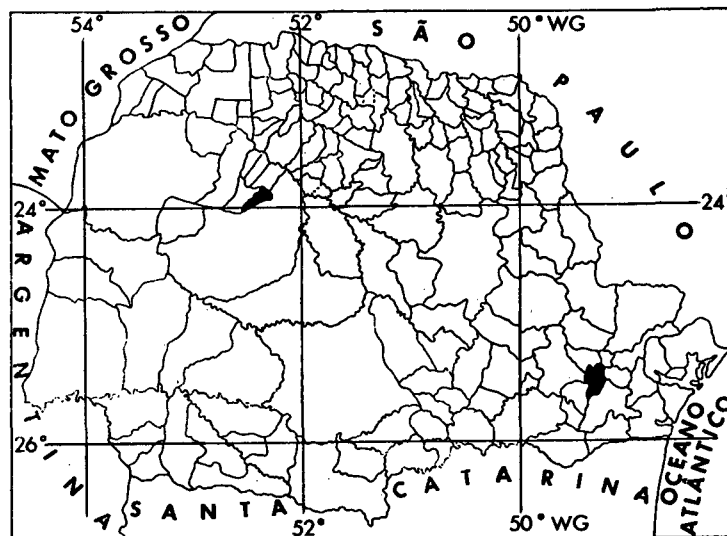
O próprio Bispo do Paraguai — diz o autor citado —, D. Fray Cristobal de Aresti, vencendo as maiores dificuldades e perigos, foi ter à Vila Rica, onde animou a defesa, exortando os combatentes nos pontos mais atacados, empunhando um crucifixo. Ao seu lado formavam o seu secretário, armado de escopeta, e quatro sacerdotes "con sus alfanjes". Mas em breve viu o Bispo a inutilidade da resistência e, de acôrdo com o cabildo, propôs a retirada para além do rio Paraná. Por ocasião do ataque de Manoel Preto e Raposo Tavares, em 1629, os índios aldeados pelos Jesuítas subiam a mais de 100 000. Morreram na peleja 15 000 e 60 000 foram escravizados e vendidos em São Paulo e nas capitânias do norte. Assim terminou o domínio espanhol em Guaíra. Levado pelo ímpeto das bandeiras paulistas para o oeste do rio Paraná, e na região de Xeres, muito mais para o ocidente, resultou dêsse episódio o aumento territorial do Brasil, com a feição geográfica que até hoje apresenta.

Escravizados ou emigrados os guaranis, dos seus mais numerosos agrupamentos, e, vencidos os espanhóis nos seus últimos redutos, o território de Guaíra foi invadido pelos índios "gês" de além Paraná, cujas tribos se estabeleceram nos seus vastos domínios. E assim passaram-se os anos e rolaram os séculos, até que o antigo território da extinta província de Guaíra voltou a ser objeto de maior interêsse por parte dos brasileiros de todos os quadrantes da pátria.

O primeiro marco de civilização a aparecer no antigo sertão guairenho foi a cidade de Campo Mourão. Do povoamento então iniciado e desenvolvido, adveio vertiginoso surto de progresso de que resultou a fundação de Peabiru e mais meia dúzia de novas comunidades municipais nos lugares onde, quase quatro séculos antes, se desenvolveram os trágicos episódios de que resultou a ampliação dos limites do território nacional, na luta peal posse definitiva da terra que seria do Brasil.

O município de Peabiru, oriundo da Colônia Mourão, organizada pelo Dr. Sady Silva em 1945, é uma das mais novas unidades municipais do Paraná. Exercia o Dr. Sady Silva o cargo de Chefe da 5.ª Inspetoria de Terras, do Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Estado, com sede na cidade de Guarapuava, quando resolveu iniciar, no sertão de Peabriu, um patrimônio, com o fim de atrair colonos e povoar a região. Após localizar a sede do novo patrimônio, fundou a Colônia Mourão, transferindo para ali a sede da Inspetoria de Terras, cuja administração o Govêrno do Estado lhe havia confiado. As primeiras pessoas a se estabelecerem na nova Colônia foram José Silvério, José Rios e D. Candinha Alves. Em 1946 vieram para a localidade mais os Senhores Sezinando Ribas, nomeado Guarda-Florestal e Administrador da Colônia; Silvino Lopes de Oliveira, sargento radiotelegrafista da Fôrça Pública do Estado; e o Dr. Daniel Portella, médico. Foram pioneiros da abertura do patrimônio Ernesto Mateus, Narcisco Simão, Vinicio Vecchi, Alfredo Ferreira, Armindo Sartorelli, José Couto Costa, Emidio Bueno e Domingos Camargo Ribas. A denominação de Peabiru — palavra indígena, que significa "rumo ao sertão" — foi dada pelo seu fundador, Dr. Sady Silva.

Sem que houvesse sido elevado à categoria de distrito, Peabiru foi criado município autônomo, pela Lei estadual n.º 790, de 14 de novembro de 1951, com território desmembrado do município de Campo Mourão. A instalação solene se deu em dezembro de 1952, após a realização das eleições, tendo sido empossado o primeiro Prefeito Municipal, Sr. Silvino Lopes de Oliveira, e instalada a Câmara de Vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município está situado na Zona Fisiográfica do Ivaí. A cidade localiza-se na posição geográfica de coordenadas 23° 64' de latitude Sul e 52° 20' de longitude W.Gr. Limita-se ao norte com Engenheiro Beltrão, a oeste com Araruva, ao sul e a leste com Campo Mourão.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede está a 520 metros de altitude.

CLIMA — Situado na Zona Fisiográfica do Ivaí, Peabiru possui clima quente. As temperaturas médias observadas, no ano de 1956, foram de 30°C para as máximas, 20°C para as mínimas e 25°C para a compensada.

ÁREA — Corresponde a 431 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município de Peabiru é banhado por vasta rêde fluvial, destacando-se os seguintes *rios*: Ivaí, Piquiri, da Vargem, Goioerê, Ligeiro e d'Areia. Nenhum dêles permite navegação.

POPULAÇÃO — Não há dados com respeito à população municipal, porquanto se acha incluída na do município de Campo Mourão, de cujo território fazia parte, como sim-

Avenida Raposo Tavares

ples povoado, por ocasião do Recenseamento Geral de 1950. Todavia, estima-se em 9 000 habitantes sua atual população. *Aglomeração urbana* — A cidade de Peabiru constitui a única aglomeração urbana do município. Estima-se sua população atual em 4 000 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A economia do município assenta suas bases nas atividades agropecuárias e industrial. A produção agrícola, em 1956 (estimativa) foi a seguinte: milho — Cr$ 33 600 000,00; arroz — ...... Cr$ 2 968 000,00; algodão — Cr$ 1 957 500,00; feijão — Cr$ 736 000,00; batata — Cr$ 312 000,00. Em menor escala, o amendoim, o trigo, a batata-doce e a mandioca. Das frutas, a banana é cultivada em grande quantidade, sendo sua produção, prevista para 1956, avaliada em .... Cr$ 3 720 000,00. O cultivo do café está sendo incrementado, devendo, brevemente, apresentar produção apreciável. A pecuária tende a desenvolver-se na criação de suínos para consumo interno e exportação, sendo já de regular valor seu rebanho.

A indústria possui 26 estabelecimentos, dos quais 7 ocupam 5 ou mais operários. Destaca-se no ramo "extrativo vegetal" (madeireiro); de "cerâmica" e de "produtos alimentares".

Em 1956, a exportação (para os estados) somou a importância de Cr$ 23 290 772,00, sobressaindo-se tábuas de pinho e cereais como os principais produtos.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem no município 30 estabelecimentos varejistas, 2 atacadistas e duas agências bancárias, todos localizados na cidade, constituindo o comércio local que mantém intercâmbio de mercadorias e produtos agrícolas (importação e exportação) com as praças de Maringá, Apucarana, Londrina, Ponta Grossa, Curitiba e com a capital de São Paulo.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A comuna é servida por boas estradas de rodagem e pelo transporte aéreo, através de táxis-aéreos, que usam o campo de pouso local, sem linhas regulares, todavia. Liga-se, via rodoviária, aos municípios de: Campo Mourão — 14 km; Araruva — 10 km; Terra Boa — 16 km; Engenheiro Beltrão — 9 km. Dista, por estrada de rodagem, da capital do Estado, 740 km, e da Federal 1 810 km. Na sede funciona uma Agência Postal do Departamento dos Correios e Telégrafos e o serviço radiotelegráfico da Delegacia de Polícia local.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Peabiru conta com 4 000 habitantes, cêrca de 1 420 edificações, das quais 1 200 servindo para fins residenciais. É servida de energia elétrica para iluminação pública e particular, esta com 102 ligações. Existem, na cidade, 27 logradouros públicos, sendo duas praças, 21 ruas e 4 avenidas. No ano de 1956, foram registrados na Prefeitura Municipal 26 automóveis e 180 caminhões. Há na cidade 5 hotéis e duas pensões que prestam os serviços de alimentação e de hospedagem.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A população do município conta com 2 médicos, 3 dentistas e 4 farmacêuticos, que lhe prestam assistência médico-sanitária e em geral, além de 1 pôsto de Higiene, mantido pelo Govêrno do Estado, e da Casa de Saúde São Lucas, mantida por particulares. Na cidade, funcionam 4 farmácias.

ENSINO — Em 1956, funcionaram no município 8 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, com a matrícula de 805 alunos. Há na cidade, mantido pelo Govêrno do Estado, um Ginásio com curso normal anexo.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Funcionam na cidade as seguintes entidades culturais: Sociedade Cultural 25 de julho, com 107 associados; Associação Esportiva Operária, com 32 sócios, e Associação Cultural, Esportiva e Recreativa de Peabiru, com 150 membros. Existem 2 cinemas, o Cine Vera, com 330 lugares e um outro, sem denominação, pertencente à Emprêsa Cinematográfica São Jorge, com capacidade para 500 pessoas.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total.	Tributária	
1953......	—	8 616	—	—	1 182
1954......	—	15 225	—	—	—
1955......	—	8 158	—	—	—
1956......	2 657	8 426	—	3 000	—

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — As principais manifestações populares que se realizam no município são tôdas de caráter religioso e compreendem os festejos em honra de São João, a 24 de junho; de Nossa Senhora Aparecida, a 8 de setembro, além das comemorações por ocasião do Natal e da Páscoa.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — O topônimo Peabiru, têrmo indígena, pode ser traduzido como "rumo ao sertão" As pessoas nascidas no município recebem a denominação de peabiruenses. Como sede de comarca de 2.ª entrância, criada em 1953, teve na pessoa do Dr. Jorge Andiguetto seu primeiro magistrado, e do Dr. Alceu Mendes da Silva, seu primeiro Promotor Público. Fazem parte da comarca os distritos judiciários de Peabiru, Araruva, Cruzeiro do Oeste e Engenheiro Beltrão. O Prefeito Municipal é o Senhor Elentério G. de Andrade; são vereadores os Senhores Venício Vecchi, Henrique Bassi, Darcy Keim, Dr. Germano Andrade, Silvio Barros, Alceu Venâncio, Nivando Antônio Simionato, Osmário Pereira da Rosa, José Satti e Isaías Daniel Silveira.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

PINHALÃO — PR

Mapa Municipal no 11.º Vol.

HISTÓRICO — O atual município de Pinhalão teve sua origem num patrimônio fundado em 1923 por Geraldo Vieira da Fonseca, homem inteligente e dinâmico, proprietário de uma gleba de terras na região.

Considerando que os trilhos da Estrada de Ferro São Paulo, partindo de Tomazina com destino às terras de sua propriedade, nas quais deveria ser construída uma Estação Ferroviária, estavam se aproximando do final, Geraldo Vieira da Fonseca, desejando incentivar o progresso da região, tomou as necessárias providências no sentido de ser formado o patrimônio, determinando a execução do seu traçado, abertura das ruas, demarcação e medição dos lotes e tudo o mais.

A primeira rua a ser aberta foi a da Caixa d'Água, que não passava de um picadão que desceu em reta, do alto do traçado, passando pelo centro do perímetro urbano do patrimônio e atingindo a caixa dágua, que estava sendo construída no local da futura Estação Ferroviária. No alto da rua foi erigida uma capelinha, consagrada à Nossa Senhora Aparecida, padroeira da localidade e, na frente dessa capelinha, surgiu a primeira casa construída no patrimônio, de propriedade de Geraldo Vieira da Fonseca e que serviu de residência ao fundador.

Em 24 de fevereiro de 1924 inaugurou-se oficialmente a Estação Ferroviária de Pinhalão, cujo nome teve origem na grande quantidade de pinheiros (*Araucaria Brasiliensis*) existentes na localidade.

Além de Geraldo Vieira da Fonseca, fundador do município, figuram entre os primeiros proprietários em Pinhalão os Srs. Bonifácio Rodrigues da Luz, Manoel Fariz Martinez, José Moreira Paes e Frutuoso Pereira dos Santos.

O distrito judiciário de Pinhalão foi criado pelo Decreto-lei estadual n.º 48, de 7 de outubro de 1936 e instalado a 16 de fevereiro de 1937, pelo Dr. Aprígio de Paula Carvalho Cordeiro, Juiz de Direito da comarca de Tomazina, com a presença do Sr. Manoel Ribas, Interventor Federal no Estado.

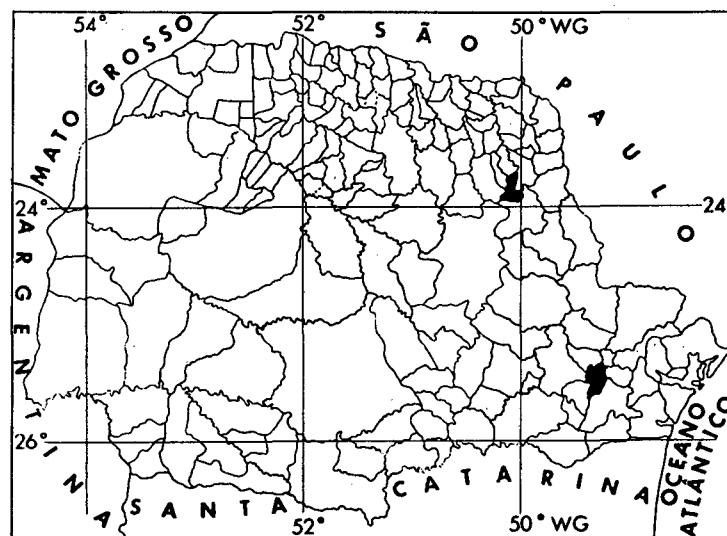
As primeiras autoridades distritais, empossadas no ato de instalação da comarca, foram: Frutuoso Pereira dos Santos e Manoel Fariz Martinez, Juízes de Paz; e José Moreira Paes, Subdelegado de Polícia.

Pinhalão foi elevado à categoria de município autônomo pela Lei estadual n.º 790, de 14 de novembro de 1951. Em 9 de novembro de 1952 realizou-se o primeiro pleito eleitoral no município, tendo sido eleito, como candidato único à Prefeitura, Leonardo Francisco Nogueira, que tomou posse em dezembro de 1952, no ensejo da instalação do município, juntamente com os membros da Câmara Municipal, que ficou assim composta: Presidente, Elias Domingos; 1.º Secretário, Álvaro Alfieri; 2.º Secretário, Jamil Wahl; vereadores: Pedro de Castro, José Pereira dos Santos, Antônio de Oliveira Mariano, Antônio Gomes de Oliveira e Sebastião Alves Sobrinho.

Agência do D.C.T., situada na Rua Eufrásio Correia

O primeiro Prefeito Municipal, Leonardo Francisco Nogueira, não terminou o seu mandato, por ter falecido a 26 de maio de 1956. Assumiu seu substituto, José Pereira dos Santos, que permaneceu no cargo até o fim do mandato, isto é, 14 de dezembro de 1956, quando foi empossado o segundo Prefeito, Calixto Domingos, que ainda se acha em exercício.

O município de Pinhalão possui dois distritos administrativos — o da sede e o de Lavrinha, instalado em 18 de abril de 1956. A cidade de Pinhalão é banhada pelo Ribeiro Grande, estando o quadro urbano situado à margem direita e o suburbano, à esquerda dêsse ribeiro, sendo ambos ligados através de uma ponte, construída no final da Rua Geraldo Vieira, que é o principal logradouro público da cidade.

LOCALIZAÇÃO — O município de Pinhalão está localizado na Zona Fisiográfica Tomazina. A posição geográfica da sede é indicada pelas coordenadas 50° 04' de longitude W.Gr. e 23° 47' de latitude Sul. Tem como limites, ao norte, o município de Jaboti; a oeste, os municípios de Japira e Ibaiti; ao sul, o município de Arapoti; e a leste, o município de Tomazina.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 578 metros a altitude da sede municipal.

CLIMA — Pinhalão desfruta de clima quente e saudável, de altitude regular. Temperatura agradável nas estações hibernais; quente, porém suportável, nas do verão. As temperaturas médias observadas no ano de 1956 foram 32°C, a das máximas; 20°C, a das mínimas; e 26°C, a compensada.

ÁREA — A área municipal mede 254 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Destacam-se o rio das Cinzas, que corre na direção sul-norte; o ribeiro Grande,

Pôsto de Puericultura

na direção oeste-leste; e o ribeiro da Anta, na direção nordeste-sudoeste, nenhum permitindo a navegação. O pico Bela Vista tem 680 m de altitude.

RIQUEZAS NATURAIS — As principais são: de origem mineral, a argila e pedra-de-fogo, e de origem vegetal, as matas, para extração de lenha e madeiras de construção.

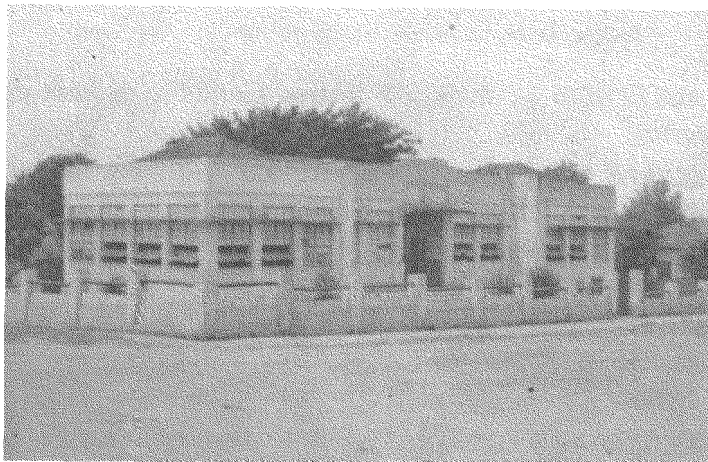
POPULAÇÃO — Segundo os resultados do Censo Demográfico realizado em 1950, o município de Pinhalão contava uma população de 3 922 habitantes, sendo 2 094 homens e 1 828 mulheres.

Aglomerações urbanas — Duas aglomerações urbanas, a da cidade de Pinhalão e da vila de Lavrinha, existem no município. A cidade de Pinhalão, antes, vila pertencente ao município de Tomazina, contava, pelo Recenseamento de 1950, com 716 habitantes, dos quais 359 homens e 357 mulheres, assim distribuídos: *quadro urbano* — 434 habitantes, 218 homens e 216 mulheres; *quadro suburbano* — 269 habitantes, 141 homens e 128 mulheres.

Estima-se a população atual da cidade em 1 000 habitantes e a vila de Lavrinha em 120 pessoas.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Constitui a Agricultura a principal atividade econômica do município, coadjuvada pela pecuária e indústria.

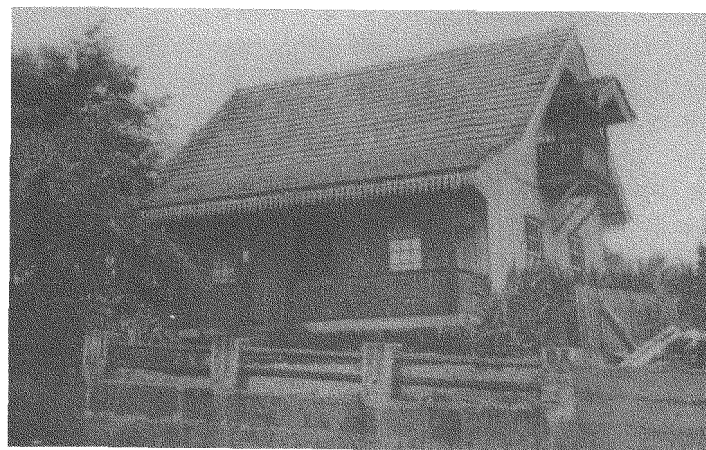
O valor da produção agrícola prevista para 1956 era: café — Cr$ 10 157 400,00; milho — Cr$ 7 210 000,00; arroz — Cr$ 3 360 000,00; feijão — Cr$ 3 100 500,00.

A pecuária conta com um rebanho apreciável, em que a suinocultura predomina.

Grupo Escolar Municipal

Cêrca de 18 estabelecimentos industriais funcionam no município, 2 dêles ocupando 5 ou mais funcionários. Dedica-se a indústria aos seguintes ramos: madeireiro, cerâmica e produtos alimentares.

A exportação (interestadual) do município, em 1956, atingiu a soma de Cr$ 3 528 897,00, sendo o arroz e o feijão os principais produtos exportados.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem no município 21 estabelecimentos varejistas, 3 atacadistas e 2 agências bancárias, que representam o comércio local, o qual mantém transação, principalmente, com as praças de Jacarèzinho, Jaguariaíva, Itararé (SP), Curitiba, Paranaguá e a Capital de São Paulo, para onde exporta seus produtos agrícolas e industriais, obtendo, por seu turno, os gêneros e artigos necessários ao consumo do município.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município dispõe dos meios de transporte rodoviário e ferroviário (R.V.P.S.C.), que o ligam aos seguintes municípios vizinhos: Tomazina — 13 km (rodoviário e ferroviário); Ibaiti — 20 km (rodoviário e ferroviário); Japira — 10 km (rodoviário e ferroviário) e Jaboti (rodoviário).

Sede da Associação E.R. de Pinhalão

Dista da Capital Estadual: 293 km (rodoviário e ferroviário) e da Capital Federal: 1 300 km (rodoviário e ferroviário).

Não há aeroporto nem campo de pouso.

Na cidade funciona uma agência postal do D.C.T., sendo o serviço telegráfico feito por intermédio da agência ferroviária da R.V.P.S.C.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Pinhalão conta uma população de 1 000 habitantes aproximadamente. O aglomerado é constituído de mais de 200 edificações, das quais, 192 se destinam a fins residenciais. É servida de energia elétrica para iluminação pública e particular, esta com 121 ligações domiciliares. Existem na cidade 11 logradouros públicos: 10 ruas e 1 praça.

No ano de 1956, foram registrados 19 veículos motomecanizados: 6 automóveis e 13 caminhões de diversos tipos e marcas.

O comércio local é bem desenvolvido, tanto no ramo atacadista, quanto no varejista. Funcionam 1 hotel e 1 pensão com os serviços de alimentação e hospedagem.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária em geral é prestada aos habitantes do município por 1 médico, 2 dentistas e 2 farmacêuticos, além

Vista geral da cidade

de 1 Pôsto de Puericultura e 1 Subposto de Higiene, ambos mantidos pelo Govêrno do Estado. Funcionam na cidade 2 farmácias.

ALFABETIZAÇÃO — Quando da realização do Censo de 1950, a sede do então distrito de Pinhalão contava 594 pessoas de 5 anos e mais das quais 301 sabiam ler e escrever, sendo 165 homens e 136 mulheres.

Ensino — Em 1956, funcionaram no município 9 unidades de ensino primário fundamental comum, com a matrícula de 407 alunos. Acha-se em funcionamento um Curso Normal Regional, na sede do município.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existe na cidade uma associação esportivo-cultural, congregando 40 associados; um cinema, o Cine Recreio, com capacidade para 300 pessoas; e uma biblioteca, de propriedade da Associação Esportiva e Recreativa de Pinhalão, com 970 volumes de obras gerais.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	...	940	...	...	...
1951	...	1 005	...	...	...
1952	...	538	...	...	...
1953	...	760	...	689	431
1954	...	1 191	...	755	977
1955	...	1 504	...	1 055	995
1956	...	1 683	...	1 417	1 417

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — O povo do município é essencialmente católico. Nestas condições, a maior manifestação popular que ali se verifica diz respeito aos festejos em honra de Nossa Senhora Aparecida, padroeira local, no período de 5 a 8 de setembro de cada ano, com invulgar animação, atraindo à sede municipal a quase totalidade do povo pinhalense. Comemoram-se, também, a Páscoa e o Natal.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O nome "Pinhalão" foi dado ao município em virtude de, naquela região, existir, quando de sua fundação, uma grande quantidade de "pinheiros" (Araucaria brasiliensis). Seus habitantes são chamados pinhalenses. É distrito judiciário subordinado à comarca de Tomazina, tendo na sede um Juiz de Paz, o Sr. Venício Meyer e um Cartório do Registro Civil e Anexos.

O Prefeito Municipal atual é o Sr. Calixto Domingues. São vereadores: Venício Meyer, João A. Rodrigues, Sebastião Dias Chaves, Otarico Bueno, Luiz Vicente Sobrinho, Sebastião Pereira Machado, Noé P. dos Santos, Pedro de Castro e Luiz Bonim.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

PIRAÍ DO SUL — PR

Mapa Municipal no 10.° Vol.

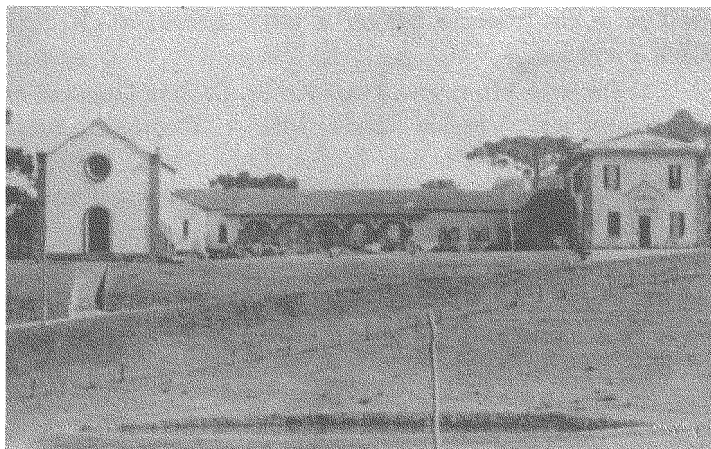
HISTÓRICO — Já no século XVI era conhecido o caminho de tropas que, de São Paulo, atingia Viamão, no Rio Grande do Sul, passando pelos Campos Gerais, no Paraná, planalto de Santa Catarina, Vacaria e outras localidades. A abertura dêsse caminho histórico, que, desde os primeiros tempos, foi conhecido pela denominação de Caminho de Sorocaba, deve-se à iniciativa dos tropeiros de gado do sul do país, cujo comércio com as famosas feiras daquela cidade paulista vinha de data remotíssima. Dos "pousos" dos tropeiros foram nascendo, ao longo do caminho, numerosas povoações, muitas das quais se transformaram em cidades importantes, tais como Jaguariaíva, Castro, Ponta Grossa, Palmeira, Campo Largo, Piraí do Sul, Lapa e Rio Negro, originárias dêsses "pousos" ou "acampamentos" dos feirantes de Sorocaba.

Eis como Rocha Pombo descreve o Caminho de Sorocaba:

"O caminho para São Paulo, pelos Campos Gerais, foi aberto desde os primeiros tempos do povoamento. O traçado cortava apenas alguns capões (onde os viajantes descansavam ou faziam suas pousadas), preferindo-se, em geral, o campo aberto, onde a conservação dos caminhos era muito mais fácil. Desde que se saía de Curitiba, andava-se fazendo uma enorme curva até o passo de Itararé para São Paulo. Sôbre êsse caminho primitivo se foram formando povoados, tornando-se mais notáveis aquêles onde as caravanas (tropas) costumavam fazer o pernoite".

Depois de mencionar os diversos itinerários seguidos pelo Caminho de Sorocaba, citando "Mapas" e outros documentos, diz Romário Martins:

"Pelo visto, ligava-se grande importância a êsse caminho, que a tinha, inegàvelmente, pois foi, em seu tempo, a

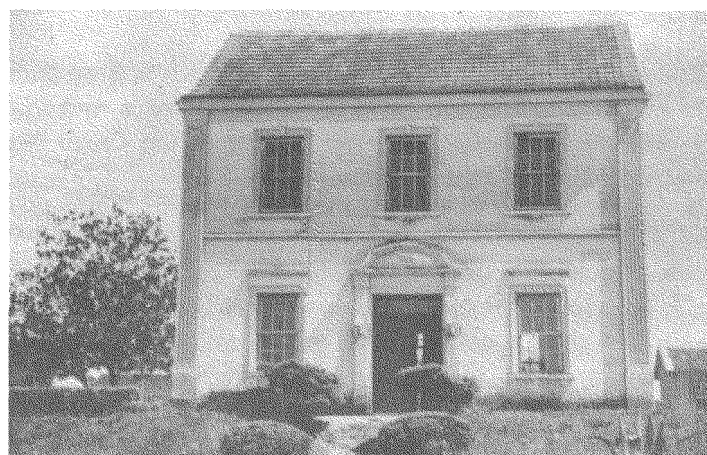
Igreja-Matriz Municipal

Colégio Santa Marcelina

única comunicação terrestre de São Paulo aos confins meridionais do Brasil e o incentivo para as povoações que, devido a êle, pontearam os campos do seu percurso e que, muitas delas, se transformaram em vilas e cidades, como, no Paraná, Jaguariaíva, Piraí do Sul, Castro, Ponta Grossa, Campo Largo, Lapa e Rio Negro".

O povoamento da localidade onde hoje se encontra a cidade de Piraí do Sul foi iniciado em princípios do século XVII, numa gleba de propriedade do Padre Lucas Rodrigues França, filho do capitão-Governador João Rodrigues França, que figura entre os primeiros povoadores do Campo de Curitiba, como fundador de arraiais de mineração e dono de uma sesmaria de que se originou a fundação da cidade de Piraquara. A fazenda de propriedade do Padre Lucas Rodrigues França se localizava no vale do rio Piraí. O primitivo nome da localidade foi o de Bairro da Lança, tirado de uma das primeiras famílias que habitaram o lugar.

Com o estabelecimento de Manoel da Costa Ferreira e sua espôsa, Ana Maria Tenória, efetuado alguns anos mais tarde, aumentou-se o número de moradores da povoação que, nessa altura, já contava com regular efetivo de habitantes. Nos meados do século XVIII, os moradores dos bairros do Piraí, Lança, Fundão e outros sentiram a necessidade de uma capela, onde pudessem praticar o culto religioso, e cogitaram então de erguê-la, sob a invocação de Nossa Senhora Sant'Ana. Ana Mendes Tenória, auxiliada pelo seu marido, Manoel da Costa Ferreira, tratou de doar o terreno necessário à ereção da capela, o qual se situava no lugar denominado Campo Comprido, além do rio Piraí, o que foi feito por escritura pública lavrada em Tabelião de Notas, dando, ainda, como contribuição, para

Vista da Rua 15 de Novembro

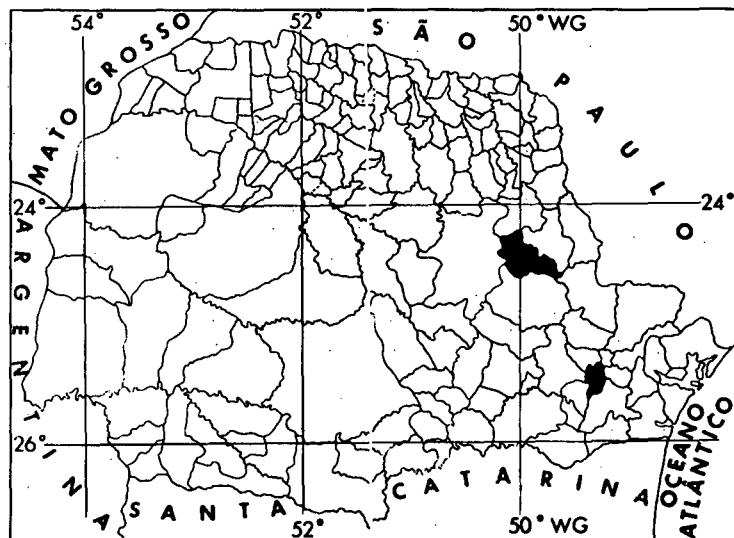
o mesmo fim, trinta novilhas e quatro touros. O contrato estabelecia que a capela seria construída com o auxílio dos moradores e vizinhos da localidade, ficando a doação sem efeito, na hipótese de não ser construída a igreja. O fervor e o entusiasmo com que Ana Mendes Tenória lançou-se à obra não esmoreceu e contou com o apoio dos demais moradores, surgindo, afinal, o templo. Seu marido, Manoel da Costa Ferreira, adquiriu a imagem da padroeira Nossa Senhora Sant'Ana, bem como os paramentos e alfaias necessários ao culto divino. A morte, porém, veio surpreendê-lo, quando consagrava os seus últimos dias à execução da obra que idealizara juntamente com a sua espôsa, na satisfação do seu desejo religioso de criar uma nova freguesia na povoação de Piraí. Ana Mendes Tenória também não sobreviveu muito tempo ao seu marido. Mortos os protetores e fundadores da Capela de Sant'Ana do Piraí, o abandono trouxe para a capela ruínas as mais desoladoras. Em 1765 estava ela caindo aos pedaços; as imagens e paramentos se encontravam em poder de particulares e tudo jazia no mais completo abandono. Por êsse tempo, o visitador ordinário, Padre Manoel Francisco Villela, Vigário da Paróquia de Santos, em visita que ali realizou, determinou que os obje-

Prédio da Prefeitura Municipal

tos sagrados passassem a ser recolhidos à Matriz de Curitiba, até que a capela de Piraí fôsse reconstruída.

Nos meados do século XIX, os moradores do bairro da Lança erigiram a capela do Senhor Menino Deus; e, em tôrno do novo templo, se foram erguendo vivendas, que formaram a povoação da Lança. Dentre os primitivos habitantes da localidade, destacam-se João Lança, Joaquim Guerreiro, Joaquim Bueno do Amaral, Alfredo Moreira, Mariano Casimiro, Avelino Marcondes, Joaquim Rolim, Francisco Carrano, Francisco Gioff, Joaquim Gabriel, Júlio Moreira, Balduíno José Teixeira e outros.

Pela Lei n.º 329, de 12 de abril de 1872, o povoado da Lança foi elevado à categoria de freguesia, com a denominação de Freguesia do Senhor Menino Deus do Piraí, integrando o território do município de Castro. Em virtude da Lei provincial n.º 631, de 5 de março de 1881, Piraí foi elevado à categoria de vila, com território desmembrado do município de Castro. O novo município foi instalado solenemente a 24 de julho de 1882, data em que foi também empossada a primeira Câmara Municipal. Ao efetuar-se a revisão do quadro territorial do Estado, em 1943, a denominação do município foi alterada para Piraí Mirim, por fôrça do Decreto-lei estadual n.º 199, de 30 de dezembro

de 1943. Pela Lei estadual n.º 2, de 10 de outubro de 1947, ainda uma vez foi modificada a denominação do município, que passou a denominar-se Piraí do Sul, nome que ainda conserva até a presente data.

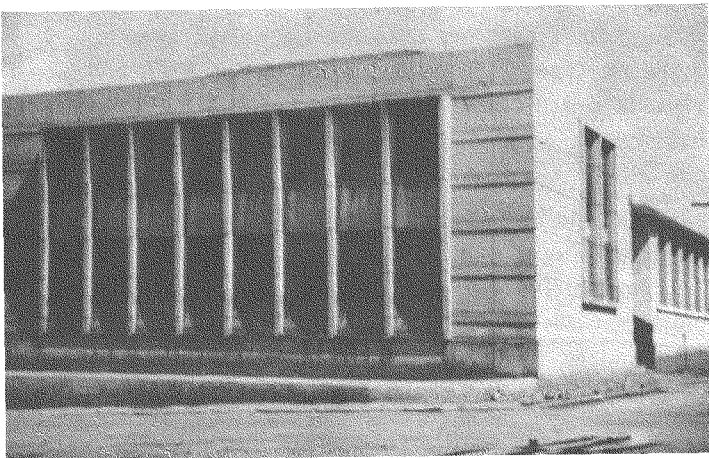
LOCALIZAÇÃO — Está localizado na Zona Fisiográfica dos Campos Gerais. Sua sede encontra-se na posição geográfica 24° 32' de latitude Sul e 49° 57' de longitude Oeste de Greenwich. Tem como limites Arapoti e Jaguariaíva ao norte, Tibagi a oeste, Castro ao sul e Jaguariaíva a leste.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 1 009 metros no distrito-sede.

CLIMA — Possui o município clima bom e sêco. As temperaturas, no verão, são bastante agradáveis, porém, baixas no inverno, quando se registram geadas. As médias observadas, no ano de 1956, foram de 30°C para as máximas, 10,5°C para as mínimas e 20°C para as compensadas.

ÁREA — A área de Piraí do Sul é de 1 374 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município é dividido em duas partes (zona Alta e zona Baixa) pela serra das Furnas. Os cursos d'água mais importantes são os rios Piraí, Iapó, das Cinzas e Carreira. Neste último, acha-se o salto Carreira, com a altura de 5 metros.

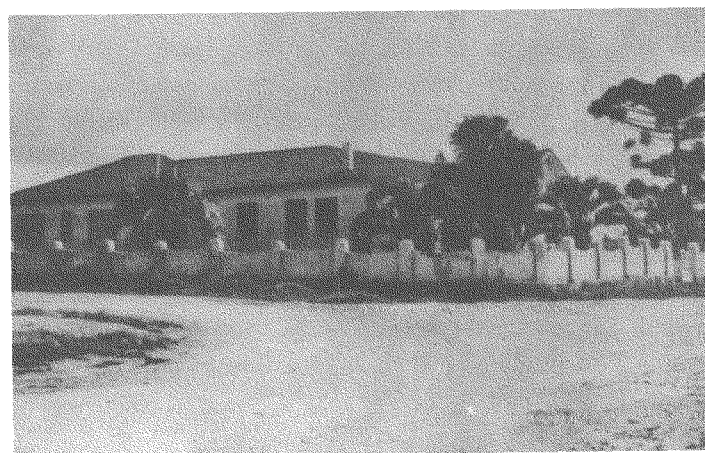
POPULAÇÃO — Pelo Recenseamento Geral de 1950, contava o município 11 971 habitantes, sendo 5 999 homens e 5 972 mulheres. A densidade demográfica é de 9 habitantes por quilômetro quadrado, achando-se 72% da população localizados no quadro rural.

Edifício do Forum

Aglomerações urbanas — A cidade de Piraí do Sul constitui a única aglomeração urbana do município e contava, pelo Recenseamento Geral de 1950, com 3 374 habitantes, sendo 1 629 homens e 1 765 mulheres, assim distribuídos: *quadro urbano* — 3 177 (1 530 do sexo masculino e 1 647 do feminino); *quadro suburbano* — 217 (99 homens e 118 mulheres). Estima-se a população atual da cidade em 3 900 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura representa a principal atividade econômica do município, secundada pela indústria extrativa vegetal e pecuária. A produção agrícola em 1956 (previsão) era: milho — .... Cr$ 22 458 000,00; feijão — Cr$ 5 510 400,00; arroz — Cr$ 1 536 000,00; trigo — Cr$ 1 163 750,00; batata-inglêsa — Cr$ 744 000,00; centeio — Cr$ 494 000,00; tomate — Cr$ 115 800,00; e cevada — Cr$ 98 000,00.

A indústria constitui-se de 17 estabelecimentos, dos quais 2 ocupam 5 ou mais funcionários. Age nos ramos "madeireiro", de "cerâmica" e de "produtos alimentares".

Na pecuária, tem predominância o gado suíno que, em 1956, teve exportados Cr$ 826 260,00. A exportação interestadual nesse mesmo ano alcançou a cifra de 6 milhões, 25 mil e 976 cruzeiros.

COMÉRCIO E BANCOS — Há no município 75 estabelecimentos varejistas, 3 atacadistas e duas agências bancárias, todos localizados na sede. O comércio local mantém intercâmbio com as praças de Ponta Grossa e Curitiba no Paraná; São Paulo no Estado do mesmo nome.

Pôsto de Higiene Municipal

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade e o município são servidos pelos meios de transporte rodoviário e ferroviário (R.V.P.S.C.) e liga-se aos municípios limítrofes pelas seguintes distâncias: Jaguariaíva — 50 quilômetros; Castro — 30 quilômetros (ferrovia e rodovia); Cêrro Azul — 120 quilômetros (rodovia); Tibagi — 103 quilômetros (rodovia); à capital do Estado — 158 quilômetros (rodovia e ferrovia); à capital Federal — 1 050 quilômetros (rodovia e ferrovia).

Existe um campo de pouso na cidade para serventia de aviões de pequeno porte.

Funcionam na sede os serviços telegráficos da Agência Postal do Departamento dos Correios e Telégrafos e da Agência Ferroviária da Rêde de Viação Paraná—Santa Catarina. Possui Piraí do Sul, ainda, uma estação radioemissora de ondas médias.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Piraí do Sul conta 3 900 habitantes, segundo estimativa. Possui rêde telefônica com 111 aparelhos instalados. Há energia elétrica para fôrça motriz, iluminação pública e particular, esta com 768 ligações. Existem, na cidade, 41 logradouros públicos, sendo 3 avenidas, 28 ruas, 6 travessas e 4 praças, e ainda 3 hotéis. No ano de 1957, foram registrados na Prefeitura Municipal 35 automóveis e 78 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Um médico, 5 dentistas e 3 farmacêuticos residem no município, a cuja população prestam assistência médico-sanitária.

Como fonte de assistência médica em geral existem no município a Santa Casa de Saúde São José, um Pôsto de Puericultura e um Pôsto de Higiene, mantidos respectivamente pelo Dr. Elias A. Netto, pela Legião Brasileira de Assistência e pela Secretaria de Saúde do Govêrno Estadual. Funcionam na cidade 3 farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Os postos de Puericultura e de Higiene prestam também serviços de assistência social à população.

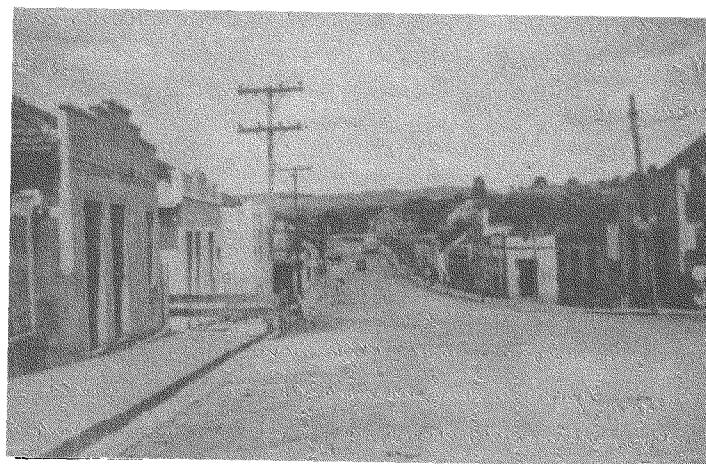
ALFABETIZAÇÃO — Os dados do Recenseamento Geral de 1950 acusaram para o município um total de 10 106 pessoas de 5 anos e mais, das quais 4 914 sabiam ler e escrever, sendo 2 734 homens e 2 180 mulheres. Das 2 880 de 5 anos e mais, existentes na sede municipal, 2 048 (1 043 do sexo masculino e 1 005 do feminino) eram alfabetizadas.

Ensino — O município contava em 1956, com 36 unidades de ensino primário fundamental comum, em que estiveram matriculados 1 387 alunos. Funcionam na cidade os seguintes estabelecimentos de ensino extraprimário: Curso Normal Regional Dr. Getúlio Vargas e o Ginásio Estadual do Paraná.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — A cidade é dotada de dois cinemas: o Cine Íris, com 200 lugares, e o Cine Teatro Imperial, com 550 cadeiras, onde se acha instalada a Rádio Piraí do Sul, ZYS-28, freqüência de 1 520 quilociclos.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	1 749	2 833	833	334	658
1951	2 807	2 112	669	335	474
1952	3 477	2 630	836	341	498
1953	2 177	2 930	1 076	347	841
1954	1 968	2 154	1 408	451	749
1955	2 857	2 693	1 711	448	1 446
1956	3 804	3 076	800	384	800

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — São de cunho religioso as principais manifestações levadas a efeito no município, destacando-se a festa realizada em honra de Nossa Senhora das Brotas, padroeira local. Acontece ser muito concorrida e de bastante animação, com barracas, quermesses e leilões.

Avenida João Pessoa

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais da comuna são chamados piraienses. O topônimo é de origem indígena. O município é sede de comarca judiciária de 2.ª entrância, compreendendo apenas o distrito da sede. Há na cidade um Juiz de Direito, um Promotor Público e Cartórios do Cível, do Crime, de Imóveis e do Registro Civil e anexos. A comarca foi criada pelo Decreto n.º 441, de 1.º de fevereiro de 1946. É Prefeito Municipal o Senhor João Maria Queiroz. A Câmara Municipal é composta dos seguintes Vereadores: Dr. João B. A. Gnoato, Dario Rolim de Moura, Sanito Milléo, Antenor Sampaio, Jorge Queiroz Netto, Pedro Rodrigues da Costa, Paulino Gonçalves da Silva, João Tomes Pereira e Samuel Milléo.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Paraná. *História do Brasil* — Rocha Pombo. *História do Paraná* — Romário Martins.

PIRAQUARA — PR

Mapa Municipal no 10.º Vol.

HISTÓRICO — Muitos anos, antes do início do povoamento pròpriamente dito da região dos Campos Gerais de Curitiba, já os bandeirantes haviam penetrado os sertões curitibanos, por várias vêzes e em diversos pontos. As primeiras incursões realizadas por êsses bandeirantes tinham por objetivos a procura do ouro. As penetrações de mineradores nos Campos de Curitiba, todavia, foram feitas desde remotas eras, através do caminho pré-cabralino, que em território paranaense percorria o vale do Açungui em demanda do Tibagi, ao ocidente da antiga província castelhana de Guaíra. Já no início do século XVI, a região foi visitada por diversas bandeiras, e muitos aventureiros permaneceram aqui, dedicando-se ao trabalho de exploração das minas de ouro.

No interior a área da exploração proveitosa da aluvião aurífera atingiu, principalmente, a imensa região do Açungui, Jaguariaíva e Tibagi e o planalto de Curitiba. As explorações das lavras do Itaimbé (Açungui), por exemplo, são famosas, pois assinalam o início da procura do ouro no Brasil meridional. Entre os primeiros grandes descobridores de lavras auríferas no planalto curitibano, a história registra os nomes de Ébano Pereira, em 1645 e 1647; Agos-

Prédio da Prefeitura Municipal

tinho de Figueiredo, em 1670 e Dom Rodrigo de Castelo Branco, em 1679.

Na região do Açungui foram também notáveis as minas de Nossa Senhora da Conceição, da Cachoeira e do Ribeirão, exploradas pelo espaço de mais de 20 anos por Salvador Jorge Velho o seu genro Antônio Pires de Campos, a partir de 1678 até 1699 e, dessa época em diante, também por seu irmão Simão Jorge Velho.

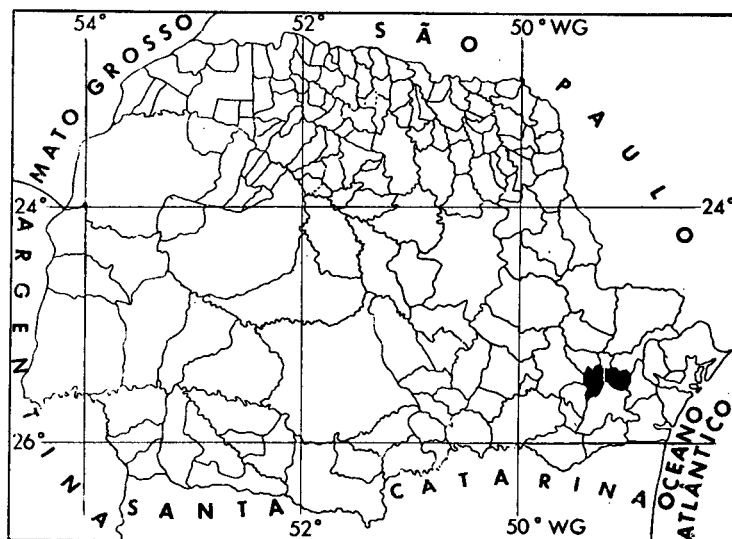
"Em São José dos Pinhais" — diz Romário Martins — "há vestígios de grandes trabalhos de mineração nas lavras de Saraiva e nas da serra que forma os vales dos rios Guaratubinha e da Prata. Em Lavrinhas, no sítio denominado Fazendinha, em Campo Largo, há indícios de exploração de ouro em veeiro de quartzo; e em lugar incerto, ainda em 1712, o capitão-mor João Rodrigues de França garimpava com sucesso".

Assim, o povoamento dos Campos de Curitiba teve sua origem nos trabalhos de mineração, na procura do ouro, nas pesquisas dos garimpos. As minas do Arraial Grande, mais tarde São José dos Pinhais, formadoras de um dos primitivos núcleos que deram origem ao povoamento efetivo de Curitiba, pelo grupo de Baltazar Carrasco dos Reis, poucos anos antes de 1661, ainda em 1741, eram satisfatòriamente exploradas por Gaspar Carrasco dos Reis, Baltazar Veloso da Silva e Salvador de Albuquerque. Das lavras do Arraial Grande, fundado por mineradores bandeirantes, foi que se originou o atual município de São José dos Pinhais e dêste o de Piraquara.

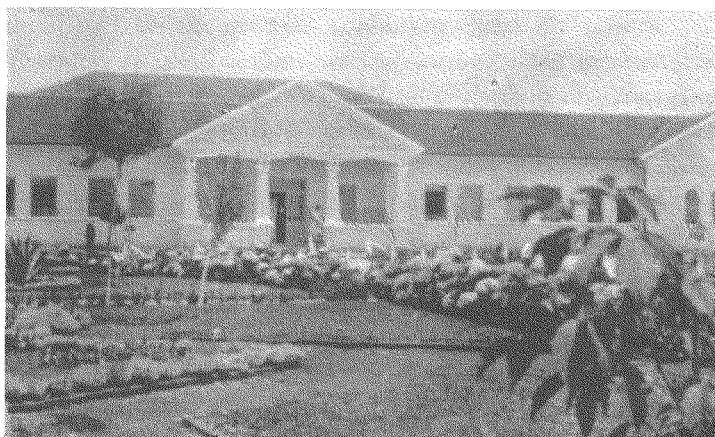
Em data ignorada, o mineiro paranagüense capitão Manoel Picam de Carvalho, acompanhando as lutas pela procura do ouro no planalto curitibano, fundou um sítio, pequeno arraial de mineração, no lugar onde hoje se encontra o município de Piraquara. Alguns anos mais tarde, em 1731, Manoel Picam de Carvalho vendeu o sítio ao capitão Antônio Esteves Freire e à sua sogra, Dona Isabel da Serra, por 500$000 (quinhentos mil réis), incluindo tôda a criação da propriedade. Ainda nessas épocas que remontam aos primórdios do povoamento e exploração dos Campos curitibanos, além da fazenda já referida, havia outras nas vizinhanças que, conjuntamente, formavam o território do atual município de Piraquara. Essas fazendas eram de propriedade do capitão Manoel Gonçalves Cadeixa, Manoel Cordeiro Matoso e do sargento-mor Manoel do Vale Pôrto que em 1710 obteve uma sesmaria entre os rios Pequeno e Itaqui, Manoel Rodrigues Tomaz e capitão-mor Governador João Rodrigues França.

Apesar da sua antiguidade, o povoado de Piraquara permaneceu estacionário durante muitos anos, como parte integrante do município de São José dos Pinhais. Constituído, inicialmente, como arraial de grimpeiros, passou, mais tarde, a ser uma propriedade particular, vendida e revendida, até chegar ao poder do capitão Francisco da Silva Freire que ao que tudo indica, não teria sido o último proprietário particular da Fazenda. Outras fazendas e sesmarias se foram formando ao redor do futuro povoado ou vila, hoje cidade de Piraquara. Sòmente com a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro do Paraná, ligando o litoral ao planalto, foi que a localidade sofreu o primeiro impulso de progresso. Com a denominação de Deodoro, em homenagem ao marechal Manoel Deodoro da Fonseca, surgiu ali um próspero e futuroso povoado.

Pela Lei n.º 836, de 9 de dezembro de 1885, foi criada a freguesia de Piraquara sob a invocação do Senhor Bom Jesus. Pelo Decreto n.º 17, de 10 de janeiro de 1890, foi elevada à categoria de vila, com a denominação de Deodoro, tendo sido instalada no dia 29 do mesmo mês e ano. Mais tarde, em abril de 1929, voltou a denominar-se vila de Piraquara. Em 31 de março de 1938, Piraquara recebeu os foros de cidade. Seu progresso, especialmente nos setores da agricultura e da pecuária, é devido à vinda de imigrantes europeus, principalmente de italianos que, em 1878, aqui chegaram, em número de 350. Foram os fundadores da Colônia Santa Maria, hoje Nova Tirol, núcleo de elevado sentido econômico na vida local.

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na Zona Fisiográfica do Planalto de Curitiba. Tem sua sede na posição geográfica determinada pelas coordenadas 20° 29' 42" de latitude Sul e 40° 03' 29" de longitude W. Gr. Limita-se com Campina Grande do Sul (ex-Timbu) e Colombo ao norte, com Curitiba a oeste, com São José dos Pinhais ao sul e com Morretes a leste.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Na sede municipal é de 896,91 metros.

CLIMA — Desfruta o município de clima sêco e saudável. Decorrente de sua altitude, observam-se nas estações hibernais geadas freqüentes, com baixas temperaturas. Os verões são quentes e agradáveis. As temperaturas médias registradas no decurso do ano de 1956 foram de 31°C para as máximas, 1°C para as mínimas e 16°C para a compensada.

Hospital Adauto Botelho Êste Hospital destina-se ao tratamento de psicopatas

ÁREA — Corresponde a 327 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os de maior importância são: Pico Marumbi, com 1 515 metros, situado na serra do mesmo nome, sendo o ponto culminante do Estado; serras da Farinha Sêca, Boa Vista, Emboque e Marumbi; rios Itaqui, Iraí, Palmital, Ipiranga, Piraquara, Atuba, Bracajuvava, Iraìzinho e Caiguava.

RIQUEZAS NATURAIS — De origem mineral, existem pedras para construções, areia e barro cerâmico. De origem vegetal, pinho e erva-mate.

POPULAÇÃO — O município por ocasião do Recenseamento Geral de 1950, possuía a população de 6 910 habitantes, sendo 3 696 homens e 3 214 mulheres. Vinte e dois habitantes por quilômetro quadrado era a densidade demográfica municipal, achando-se 82% da população recenseada localizados na zona rural.

Aglomeração urbana — A cidade de Piraquara constitui a única aglomeração urbana no município. Segundo os resultados do Censo de 1950, contava com uma população de 1 267 habitantes, sendo 610 homens e 657 mulheres, assim distribuídos: *quadro urbano* — 895 pessoas, com 423 do sexo masculino e 472 do feminino; *quadro suburbano* — 372, sendo 187 homens e 185 mulheres. Conta, atualmente, com cêrca de 1 600 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município tem assentada sua economia, principalmente na agricultura, secundada pela indústria extrativa e pecuária. Em 1956 sua produção agrícola era assim estimada: trigo — .... Cr$ 1 260 000,00; milho — Cr$ 1 080 000,00; arroz — ... Cr$ 900 000,00; centeio — Cr$ 270 000,00; batata-inglêsa — Cr$ 30 400,00. Em menor escala o feijão e a mandioca. A produção de frutas em 1956 foi a seguinte: uva — .... Cr$ 1 740 000,00; laranja — Cr$ 174 000,00; e ainda maçã, caqui e limão.

A indústria conta com 47 estabelecimentos, dos quais 12 ocupam 5 ou mais funcionários, sendo os principais ramos explorados: de "cerâmica", "madeireiro", de "calçados" e os sub-ramos de beneficiamento de cereais, café e madeiras. Em 1956 a exportação interestadual foi da ordem de Cr$ 4 543 233,00.

COMÉRCIO E BANCOS — Há na cidade e interior do município cêrca de 56 estabelecimentos varejistas, 5 atacadistas e uma agência bancária.

Piraquara mantém transações comerciais com as praças de Curitiba, Paranaguá, Morretes, São Paulo e Rio de Janeiro.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido pelos transportes rodoviário e ferroviário (R.V.P.S.C.) ligando-o às cidades próximas, das quais dista: Curitiba — 25 quilômetros (rodovia) e 23 quilômetros (ferrovia); Campina Grande do Sul — 18 quilômetros (rodovia); São José dos Pinhais — 25 quilômetros (rodovia); Colombo — 37 quilômetros (rodovia); Morretes — 61 quilômetros (rodovia) e 46 quilômetros (ferrovia). Da capital Federal dista 912 quilômetros (rodovia).

Piraquara é uma das poucas cidades do Paraná que possuem via férrea eletrificada (37 quilômetros dentro do município), ligando-a a Curitiba e a Véu da Noiva, no município de Morretes. Na cidade funciona uma agência Postal do Departamento dos Correios e Telégrafos; o serviço telegráfico é feito em colaboração com a agência local da Rêde Viação Paraná—Santa Catarina.

ASPECTOS URBANOS — Estima-se a população atual da cidade em 1 620 habitantes, existindo em seu agrupamento urbano cêrca de 372 edificações, das quais 368 se destinam a fins residenciais. A comuna é servida de energia elétrica para movimentação de suas indústrias e iluminação pública e particular, esta com 372 ligações. O abastecimento de água é feito através de 2 130 metros de rêdes distribuidoras que beneficiam 84 prédios. Quinze logradouros públicos cortam a cidade — uma avenida, 10 ruas, das quais uma pavimentada, com 2 200 metros quadrados de paralelepípedos, e 4 travessas. Foram registrados, em 1956, na Prefeitura Municipal 69 automóveis e 134 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Encontram-se no exercício da profissão 17 médicos, 6 dentistas e 2 farmacêuticos. O Estado mantém no município os seguintes estabelecimentos de assistência médica em geral: Subposto de Higiene, na sede, Sanatório São Roque, na Colônia do mesmo nome, e Hospital Colônia Adauto Botelho, no lugar denominado Canguareí. A Legião Brasileira de Assistência mantém na sede um Pôsto de Puericultura. Existem na cidade duas farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Todos os estabelecimentos de saúde existentes no município prestam, também, serviços de assistência social à população.

Fachada principal da Penitenciária Central do Paraná

ALFABETIZAÇÃO — Existiam em Piraquara, segundo o Censo de 1950, um total de 9 544 pessoas de 5 anos e mais. Dêsses 5 932 sabiam ler e escrever, sendo 3 307 homens e 2 625 mulheres. Na sede municipal, das 1 112 pessoas de 5 anos e mais, 837 eram alfabetizadas: 416 do sexo masculino e 421 do feminino.

Ensino — Funcionaram em 1956, no município, 23 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, com a matrícula de 903 alunos. Na cidade encontra-se 1 estabelecimento de ensino extraprimário — o Ginásio Romário Martins.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Dispõe a sede municipal de um cinema, o Cine Santa Cecília, com capacidade para 195 pessoas. Existem ainda as bibliotecas do Sanatório São Roque, com 1 710 volumes, Biblioteca Pública Municipal, com 1 350 volumes, Biblioteca Estudantil do Grupo Escolar Manoel Eufrásio, com 800 volumes, tôdas de obras gerais.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950......	...	711	525	172	422
1951......	...	997	857	156	890
1952......	1 181	1 319	708	160	444
1953......	1 220	1 345	916	157	670
1954......	975	1 579	1 000	258	797
1955......	1 701	1 810	1 000	260	1 400
1956......	3 488	2 081	950	294	950

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — O povo piraquarense promove as seguintes manifestações religiosas: festa do Bom Jesus dos Passos, padroeiro do município, a 6 de agôsto; Nossa Senhora da Assunção, na Colônia Nova Tirol, a 15 de agôsto; Nossa Senhora dos Remédios, no povoado Laranjeiras, a 16 de outubro; Nossa Senhora do Rocio, no povoado Capoeira dos Dinos, a 15 de novembro; São Roque, na Colônia São Roque, a 16 de agôsto; São João, nos povoados de Borda do Campo e Roça Nova, a 24 de junho; Imaculada Conceição, nos lugares denominados Campinhinha e Pinhais, a 8 de dezembro; Nossa Senhora do Carmo, na Fazenda do Capão, a 16 de julho; São José, em Canguiri, a 19 de março; Santa Clara, no povoado Barro Vermelho, a 12 de agôsto, e São Pedro, a 29 de junho, tôdas bastante animadas e concorridas.

Pôsto de Puericultura Francisco Leal

Grupo Escolar Manoel Eufrásio (Estadual)

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O topônimo Piraquara é de origem indígena, podendo ser assim decomposto: *Pira* (peixe) mais *coara* (buraco, cova); ou corrupção de "Piraquara", *Pira* (peixe) mais *guara* (o comedor, o riscador).

São chamados piraquarenses os habitantes do município. Aí se encontra a Penitenciária Agrícola de Piraquara, do Govêrno Estadual, cujas edificações possuem 76 692 metros quadrados, numa área total de 1 911,8 hectares. No mesmo local (Palmeira), acham-se instalados a Colônia Penal Agrícola Manoel Ribas e o Núcleo Industrial do Iraí (olaria), ambos pertencentes ao Departamento de Estabelecimentos Penais do Paraná. É pensamento geral que em futuro breve Piraquara venha a tornar-se um grande centro operário, abrigando grande massa trabalhadora em atividade na Capital do Estado. Piraquara é sede de distrito judiciário subordinado à comarca de Curitiba, funcionando ali um Cartório do Registro Civil e Tabelionato ou anexos e um Juiz de Paz. A Câmara Municipal é composta de nove vereadores: Zacarias Vieira, João B. Salgueiro, Alcides Schane, João L. Jacomel, Albino J. de Souza, Francisco S. de Souza, Milton Armstrong, Hugo Vieira e Chafic Boasar. O Prefeito é o Senhor Lírio Jacomel.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Paraná.

PITANGA — PR

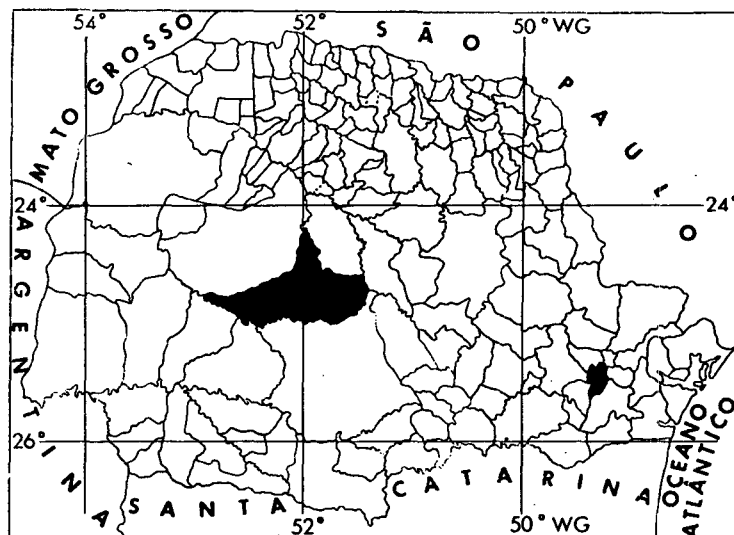
Mapa Municipal no 13.° Vol.

HISTÓRICO — Malograda, pràticamente, a colonização francesa intentada pelo Dr. João Maurício Faivre, médico e notável vulto da ciência da França, às margens do rio Ivaí, fundador da Colônia Teresa em 1847, algumas famílias por êle transportadas para a referida colônia abandonaram-se e se dirigiram para a serra da Pitanga, onde, superados os maiores obstáculos, lançaram os fundamentos de uma pequena povoação. O insucesso do grande colonizador francês não foi total, mas fêz com que muitos dos seus patrícios, mais por ingratidão do que por desânimo e malôgro, se disseminassem por diversas localidades do sul e do oeste paranaense, em busca de lugares mais salubres, porque a Colônia Teresa fôra acometida por uma epidemia de malária que grassou durante algum tempo na região.

Entre os imigrantes franceses que tiveram essa iniciativa, abandonando o seu chefe e mentor para internarem-se no sertão do oeste paranaense, figuram os irmãos Caillot, que, subindo o planalto, estabeleceram-se no lugar denominado Boa Ventura, na serra da Pitanga. Concomitantemente a êsse gesto de audácia dos imigrantes franceses, os paranaenses, irmãos Elias do Nascimento e Manoel Martiniano de Freitas, furando o sertão, atingiam a localidade denominada Tigre e aí se estabeleceriam. Alguns anos mais tarde, no auge da luta fratricida, que foi a Revolução Federalista de 1893 na cidade de Itapeva, Estado de São Paulo, era assassinado um chefe político local, e seu genro, Antônio Leonel Ferreira, receando igual sorte, resolveu retirar-se dali, transferindo a residência para o interior do Paraná. Internando-se pelos sertões do oeste paranaense, passou com pequena comitiva pelo atual território do município de Pitanga, fixando-se no lugar denominado Pedra Branca, hoje município de Prudentópolis. Escolhido e demarcado o lugar para o seu estabelecimento, Antônio Leonel Ferreira voltou à sua terra natal, a fim de transportar a família e haveres que abandonara, ao ter que fugir para o Paraná. Em São Paulo, na cidade de São Pedro do Turvo, Antônio Leonel Ferreira encontrou-se com João Luiz Pereira, um seu irmão e seu genro José Martins de Oliveira Melo, que também se dispuseram a acompanhá-lo, seguindo para os sertões do Paraná, levados, principalmente, pela auspiciosa notícia que lhes deu Antônio Leonel Ferreira sôbre a prodigiosa exuberância da terra. Feitos os aprestos para a viagem, a expedição se pôs em marcha, chegando a Pitanga em julho de 1897, estabelecendo-se às margens do rio Batista, designação dada pela população do município, em homenagem ao bravo sertanista José Martins de Oliveira Melo, mais conhecido por José Batista, e um dos fundadores do município, chefe de numerosa prole, falecido recentemente, cercado do respeito e do carinho da população pitanguense. Ainda entre os primitivos moradores da localidade figuram Tomaz Ribeiro, que se estabeleceu nas proximidades da atual usina elétrica, e o gaúcho Ernesto Tavares, que construiu sua residência às margens do rio que banha a cidade, e que, por isso, foi denominado rio Ernesto.

Alguns anos após a chegada dos pioneiros da fundação da cidade de Pitanga, aportaram à localidade os primeiros colonos estrangeiros, que trouxeram a sua contribuição ao progresso da região, trabalhando e cultivando a terra. Em 1910 era criado o Distrito Policial e em 1925 o Distrito Judiciário, instalando-se, nessa época, as primeiras repartições públicas: Cartório, Coletoria Estadual, Agência do Correio e outras. Tanto o Distrito Policial como o Judiciário pertenciam ao município de Guarapuava. Pelo Decreto-lei estadual n.º 199, de 30 de dezembro de 1943, o distrito de Pitanga foi elevado à categoria de município do mesmo nome, desmembrado do de Guarapuava. A instalação oficial da sede municipal realizou-se a 1.º de janeiro de 1944, ficando o município formado pelos distritos de Pitanga e Campo Mourão. Êste último foi desmembrado, por ter sido elevado a município, pela Lei estadual n.º 2, de 10 de outubro de 1947.

Pitanga tornou-se tristemente célebre pelos acontecimentos ocorridos em 1923, entre os índios Caingangues (Coroados) e os habitantes da vila. Os selvagens possuíam, na margem direita do rio Ivaí, cinco mil alqueires de terras que, para fins de colonização, o Estado trocou por igual área, à margem esquerda do referido rio. Entretanto, nem bem haviam sido demarcadas as terras, o Serviço de Proteção aos Índios mandou-lhes um memorial, dando-lhes uma área que incluía tôdas as propriedades dos habitantes do município, garantidas pelos dispositivos da Lei n.º 820, de 1908, do Govêrno do Estado do Paraná. Isso ocasionou saques e assassinatos praticados pelos Caingangues que se julgavam com direito às terras já habitadas pelos brancos. Apovorada com a sanha revolucionária e agressiva dos índios, a população da cidade reuniu-se na casa de Pedro Mendes, de onde assistiu às correrias e depredações cometidas pelos selvagens indignados. Em meio a tantos distúrbios, Emílio Landmann, pensando dissuadir os selvagens de continuarem a faina de destruição, dirigiu-se ao local onde estavam reunidos em grandes folganças, e os ameaçou, disparando sua arma contra a massa impetuosa e delirante. Ao invés de se intimidarem, os índios, cheios de furor, avançaram contra o agressor, que pagou com a vida a sua temeridade. Nessa altura, já os aborígines haviam praticado atos de violência e barbaridade, entre os quais a chacina da família de Manoel Alves Loureiro, degolando êste, matando sua espôsa, abrindo-lhe o ventre e ferindo a facão um seu filho, que veio a falecer mais tarde. Diante disso, a população, num movimento de defesa e desafronta, reuniu-se e rechaçou o ataque, batendo-se heròicamente contra os selvagens, que sofreram numerosas baixas. Tais episódios muito influíram para diminuir o impulso de progresso e evolução de que estava animada a região, caindo a vila de Pitanga, daí em diante, no mais desolador abandono, até que, esquecidos os seus habitantes de tão dolorosos acontecimentos, reiniciaram as suas atividades, voltando a trabalhar pelo desenvolvimento e prosperidade da cidade e do município.

LOCALIZAÇÃO — Acha-se a cidade de Pitanga localizada nas coordenadas geográficas de 24° 45' 21" de latitude Sul e 5° 45' 49" de longitude W.Gr., sendo que o território municipal encontra-se na Zona Fisiográfica do Ivaí.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Limita-se ao norte com os municípios de Campo Mourão e Manoel Ribas, ao sul com os de Laranjeiras do Sul e Guarapuava, a oeste com o município de Guaraniaçu e a leste com os municípios de Cândido de Abreu Guarapuava.

Término da Avenida Dr. Getúlio Vargas

ALTITUDE — A sede do município de Pitanga encontra-se a uma altitude de 860 metros.

CLIMA — Possui o município clima temperado. A temperatura é fresca e amena nos meses de verão, baixa e com ocorrência de geadas freqüentes, no inverno. No ano de 1957, foram registradas as seguintes temperaturas médias: 19ºC para as máximas, 5ºC para as mínimas e 12ºC para a compensada.

ÁREA — Compreende o município uma área de 5 734 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Entre os acidentes geográficos do município destacam-se os rios Ivaí e Piquiri, o morro Chapéu de Sol e as serras da Pitanga e do Piquiri.

RIQUEZA NATURAL — A riqueza natural de maior evidência na comuna é a de origem vegetal: madeira e erva-mate.

POPULAÇÃO — Por ocasião do Recenseamento Geral de 1950, contava o município 37 651 habitantes (19 322 homens e 18 329 mulheres). A densidade demográfica foi de 6 habitantes por quilômetro quadrado, estando 97% da população localizados na zona rural.

Aglomerações urbanas — Conta o município com 6 aglomerações urbanas: cidade de Pitanga e vilas de Barra Bonita, Bela Vista, Boa Ventura, Palmital e Santa Maria. Possuía a cidade de Pitanga, por ocasião do Censo de 1950, 1 008 habitantes, sendo 517 homens e 491 mulheres, assim distribuídos: 644 habitantes, no quadro urbano, dos quais 334 homens e 310 mulheres; quadro suburbano — 364, sendo 183 do sexo masculino e 181 do feminino. Estima-se em 1 300 habitantes a população atual da cidade.

Vista parcial da cidade

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A atividade fundamental à economia do município se fixa na agricultura, ainda merecendo destaque, pela sua importância, a indústria e a pecuária. Os principais produtos agrícolas são (com a produção prevista para 1956): milho — Cr$ 87 077 250,00; feijão — Cr$ 7 680 000,00; arroz — Cr$ 6 454 800,00; trigo — Cr$ 5 940 000,00; centeio — Cr$ 1 760 800,00; batata-inglêsa — Cr$ 2 592 000,00. Em menor escala, a batata-doce, a abóbora, a mandioca e a cebola.

O parque industrial é formado por 81 estabelecimentos, dos quais, 40 ocupam 5 ou mais operários em suas atividades. Em 1955 a indústria empregava 1 016 pessoas econômicamente ativas (10 anos e mais) e valia aproximadamente 63 milhões de cruzeiros. Os principais ramos são: o "madeireiro" (94% do total), o "ervateiro" e o de "produtos alimentares".

Na pecuária predomina o rebanho suíno sôbre os demais. O valor total de todo o rebanho do município, em 1954, aproxima-se de 215 milhões de cruzeiros. Há grande exportação de gado suíno, principalmente para o município de Ponta Grossa.

Igreja Nossa Senhora da Luz

Das pessoas em idade ativa, 40% estão ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". A exportação interestadual em 1956 somou Cr$ 1 051 410,00.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem, exercendo atividades normais no município, 31 estabelecimentos varejistas, 1 atacadista e duas agências bancárias. Pitanga mantém transação comercial com produtos agrícolas, industriais e mercadorias com os municípios de Guarapuava, Apucarana, Ponta Grossa e Curitiba, vendendo sua produção e adquirindo os artigos e gêneros necessários para o seu consumo.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido pelo transporte rodoviário que o une aos seguintes vizinhos: Manoel Ribas — 42 km; Campo Mourão — 150 km; Guarapuava — 100 km; Reserva — 200 km; Laranjeiras do Sul — 150 km. Dista da capital do Estado 427 km (rodoviário). Na sede existe um pequeno campo de pouso para aviões de pequeno porte.

Funciona na cidade uma agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Pitanga conta cêrca de 1 300 habitantes, mais 300 edificações, das quais 268 servem para fins residenciais. É servida de energia elétrica para iluminação pública e particular. Na Prefeitura Muni-

cipal, no ano de 1957, foram registrados 49 automóveis e 117 caminhões. Existem, na cidade, 4 hotéis e duas pensões. Há 28 logradouros públicos: 3 avenidas e 25 ruas.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Conta a população do município com a assistência de 3 médicos, 2 dentistas e 2 farmacêuticos. Na cidade funcionam 2 estabelecimentos de saúde: o Hospital São Vicente de Paulo e 1 Pôsto de Higiene, além de duas farmácias.

ALFABETIZAÇÃO — Pelo Censo de 1950, existiam no município 44 394 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 10 625 sabiam ler e escrever: 6 735 homens e 3 890 mulheres. Entre as 878 pessoas de 5 anos e mais que habitavam a sede municipal, 639 eram alfabetizadas: 346 do sexo masculino e 293 do feminino.

Ensino — Em 1956, funcionaram na cidade e no resto do município 35 unidades de ensino primário fundamental comum, com a matrícula de 1 525 alunos. Existe na cidade um estabelecimento de ensino extraprimário, o Curso Normal Regional.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Encontram-se funcionando, na cidade, 1 cinema com 300 lugares, e uma livraria.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Realizam-se anualmente no município as seguintes manifestações populares: dia 26 de julho, data da padroeira, Nossa Senhora Sant'Ana; 8 de dezembro, dedicado a Nossa Senhora da Glória, e dia 15 de agôsto, comemorado pelos componentes do Rio Ucraíno, em louvor à Assunção de Nossa Senhora. Além destas, são ainda comemorados o Natal e a Páscoa.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O topônimo Pitanga, de origem "tupi", significa o fruto da pitangueira, uma das plantas mirtáceas da flora brasileira. Os habitantes locais são conhecidos por pitanguenses. O município é sede de comarca de 2.ª entrância, compreendendo os Distritos Judiciários de Pitanga, Ivainópolis, Guaretá, Manoel Ribas, Palmital e Santa Mariana.

Na sede funcionam, além do Juiz de Direito e Promotor Público, os Cartórios do Cível, do Crime, de Imóveis e do Registro Civil e anexos. Em cada distrito, há um Juiz de Paz e um Cartório do Registro Civil. O Prefeito Municipal é o Senhor José Grande. São Vereadores: José Ferreira Pultes, Moisés de Miranda, Alexandre Schon, Dirceu Portugal, Arnaldo Jansen, Antônio Pantarolo, Aníbal Ziegnon, Benedito L. de Souza, Paulo Grande e José de Oliveira.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

PONTA GROSSA — PR

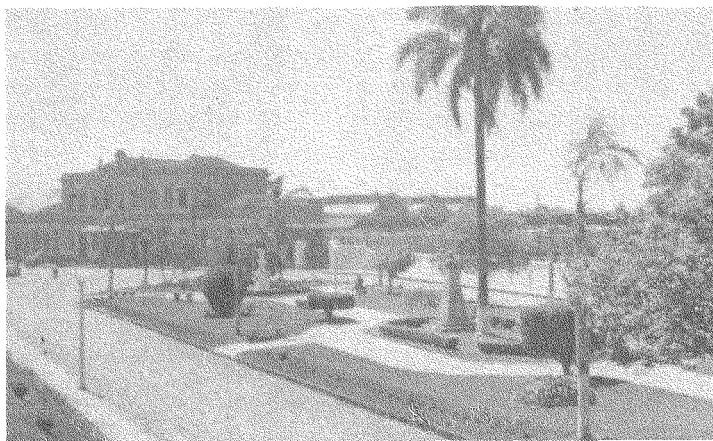
Mapa Municipal no 11.º Vol.

HISTÓRICO — A história de Ponta Grossa, antigo recanto da imensa Capitania de São Vicente, situada na longínqua e vasta região dos Campos Gerais, não poderia escapar à regra geral. E de fato, portuguêses e espanhóis, através de bandeiras e expedições, organizadas do outro lado do Atlântico, foram os primeiros civilizados a perlustrarem a zona onde hoje se localiza a cidade de Ponta Grossa.

Datam do século XVI as primeiras incursões feitas nos Campos Gerais e atribuídas, possìvelmente, às bandeiras paulistas de Aleixo Garcia, em 1526, e de Pero Lobo e Francisco Chaves, em 1531. Alguns anos mais tarde, isto é, em 1541, o "adelantado" Don Álvaro Nunes Cabeza de Vacca, nomeado Governador-Geral do Paraguai, na sua viagem da Espanha para aquela província, atravessou os Campos Gerais. Diz o Barão de Capanema, a respeito dessa viagem histórica: "Cabeza de Vacca passou pelos lugares onde mais tarde se fundou a vila do Príncipe, hoje cidade da Lapa, a vila de Palmeira e a cidade de Ponta Grossa. Aí, nas margens do Tibagi, demorou-se Cabeza de Vacca entre os índios, para os quais, tendo montado uma forja, mandou fazer ferramenta em troca de víveres com que o forneciam; depois seguiu novamente para oeste, atravessando o Ubaí-Ivaí".

Em 1552, Ullrich Schmiedel, vindo de Assunção com destino a São Vicente, acompanhado de quatro soldados alemães e vinte índios paraguaios, atravessou também os Campos Gerais. Novas expedições de paulistas e vicentistas palmilharam as terras do atual município de Ponta Grossa, durante o período de 1631 a 1636, ao tempo das bandeiras seiscentistas. Contudo, a posse das terras e a influência civilizadora da região sòmente tiveram início definitivo no ano de 1800, conforme notícias históricas que consignam fatos registrados naquela época. Até aí, os Campos Gerais estavam inteiramente sob a jurisdição da vila de Castro ou de Nossa Senhora Sant'Ana do Pirapó, como era conhecida. O espírito conquistador das bandeiras deu ensejo a que abastados paulistas, atraídos pela munificência das invernadas e pela beleza da região, viessem estabelecer as suas fazendas nas proximidades dos rios Verde e Pitangui. Pouco tempo depois, os Beneditinos do Mosteiro de Santos obtinham concessão dos campos, que denominaram Fazenda de Santa Bárbara. Entretanto, por descaso ou dificuldades dêsses religiosos, em 1813, o Governador Interino da Província de São Paulo, D. Matheus Abreu Pereira, fazia doação das terras dos Campos Gerais ao alferes Atanagildo Pinto Martins, bandeirante paranaense, que durante muitos anos perlustrou o planalto paranaense, atingindo os Campos de Palmas e chegando até a Vacaria na província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Os Beneditinos protestaram, reivindicando a posse das terras. Mas, logo depois, era senhor dos Campos Gerais o capitão-mor José Goes e Moraes, que fêz doação das terras aos Padres Jesuítas. Êstes erigiram uma capela dedicada a Santa Bárbara, em local próximo ao ribeiro São Miguel, afluente do Pitangui, estabelecendo ali o Curato da Companhia de Jesus, que prosperou extraordinàriamente, como acontecia, aliás, com tis empreendimentos no país.

Entre os novos habitantes leigos dos Campos Gerais também havia prosperidade. Largos tratos de terras foram transformados em belas e opulentas fazendas, esparsas na região. Entre essas, destacava-se a de propriedade do sargento-mo Miguel da Rocha Ferreira Carvalhaes, denominada Bom Sucesso, cuja invernada, conhecida pelo nome de Boa Vista, abrangia o atual perímetro urbano da cidade de Ponta Grossa.

No alto do morro, onde hoje se encontra a Catedral diocesana, os tropeiros construíram um tôsco rancho de pousada, junto a uma mangueira, onde existia uma figueira

Praça Munhoz da Rocha

centenária. Nas proximidades do riacho, e debaixo da figueira, plantaram uma cruz. Aí era o ponto de parada das tropas e viajantes.

A necessidade de um centro de aproximação entre os fazendeiros e os religiosos num ponto eqüidistante levou os Jesuítas a construírem, à margem direita do Lajeado Grande, um barracão, que ficou tìpicamente conhecido pelo nome de Casa-de-telha, e era onde se celebravam os sacramentos e as festas religiosas. Foram essas as duas células primárias de Ponta Grossa. A Casa-de-telha era o ponto de trânsito do sul e da marinha (litoral), a São Paulo, assim como das tropas que demandavam a famosa feira de Sorocaba.

Miguel da Rocha Ferreira Carvalhaes, homem inteligente e prático, prevendo o grande futuro da região, tratou de incentivar o seu progresso. Para isso, convocou os fazendeiros Domingos Ferreira Pinto, Domingos Teixeira Lobo, Antônio da Rocha Carvalhaes e Benedito Mariano Ferreira Ribas, além de outros, expondo-lhes não só o fato aludido como as vantagens que adviriam do congraçamento das habitações que, futuramente, resolveriam as dificuldades das lides civis e eclesiásticas, cujas sedes se encontravam em Castro, muito distante daquela localidade. Nessa reunião, o sargento-mor contou que havia ordenado ao seu capataz Francisco Mulato procurasse nos seus domínios, na invernada Boa Vista, um local apropriado para o estabelecimento de uma povoação. O local escolhido por Mulato foi o sítio hoje conhecido por Chácara D. Madalena, no subúrbio de Nova Rússia. Dando conta de sua missão, diz a lenda, o capataz houve por bem definir de modo mais explícito: "Sinhô sabem bem porque é encostado naquêle capão que tem a ponta grossa"

Foram unânimes os convocados em aceitar as propostas de Carvalhaes, exceto quanto à sede do aldeamento, querendo cada um fazer prevalecer o seu ponto de vista. Por isso, Carvalhaes sugeriu a solução do impasse com a oracular intervenção de um pombo: onde êle pousasse seria a sede, como escolha da Providência. Assim, um pombo doméstico, de côr branca, com um laço de fita vermelha, foi sôlto e depois de fazer grandes revoadas ante a expectativa sensacional dos próximos fundadores do povoado, foi pousar na cruz do rancho de tropeiros, sob a figueira, local em que, como já se disse, encontra-se a atual Catedral do Bispado de Ponta Grossa. Decidiu-se, dessarte, harmoniosamente e com bons augúrios, a pendência, sob talvez um certo misticismo e um tom profético da boa predestinação da nascente cidade de Ponta Grossa, a futura "Princesa dos Campos", pois assim foi deliberado denominar-se a localidade, em face das palavras de Francisco Mulato: "naquêle capão que tem a *ponta grossa*". Segundo a opinião, de outros, o nome primitivo foi também o augúrio auspicioso de Estrêla — "porque podia ser vista de muitas léguas de distância, situada no meio do campo, sôbre uma eminência como a cidade atual ainda está", como descreve Nestor Victor, no seu livro "Terra do Futuro".

Iniciando o aldeamento, Carvalhaes fêz doação do terreno para a construção da capela de Nossa Senhora da Sant'Ana, templo modesto, coberto de palha, erigido por Jerônimo Vieira. Ponta Grossa ou Estrêla progrediu notàvelmente, evoluindo de maneira rápida e com grande prosperidade.

O Alvará imperial de 15 de setembro de 1823 criou a freguesia de Estrêla. É do seguinte teor o referido Alvará:

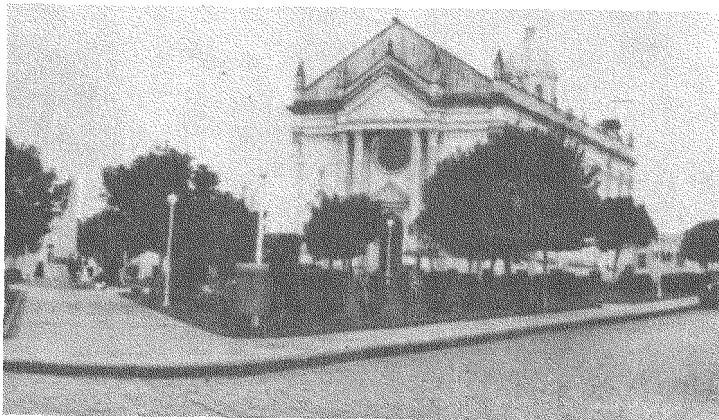
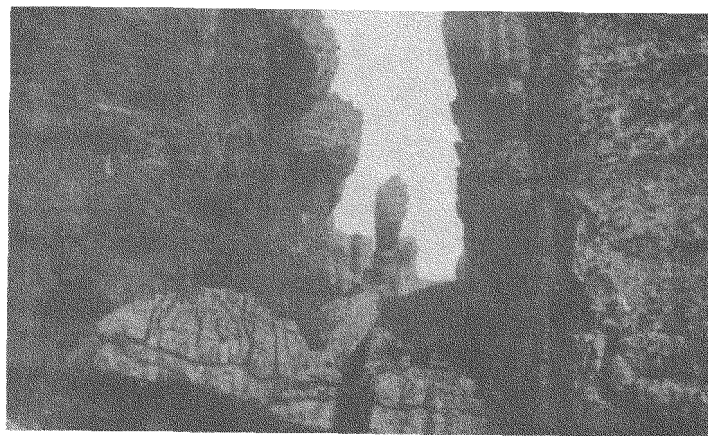
"Eu o Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil faço saber que atendendo ao que por consulta do "Mero" de consciência e ordem subio a minha imperial presença, hei por bem uma nova Freguezia com o rogo de Senhora Sant'Ana, em um lugar vizinho da capela denominada Casa de Telha no bairro de Ponta Grossa, distrito da Vila de Castro do Bispado de São Paulo, ficando desmembrada da Freguezia da mesma vila, servindo-lhe de limites o rio Pitangui, atravessando tôda a latitude do distrito da Freguezia da Vila de Castro e formando um meio círculo e vai fazer barra no rio Tibagi e seguindo este até fazer barra no rio Iapó, devendo pertencer todos os moradores além do rio Pitangui e Tibagi até a barra do Iapó, a esta nova Freguezia, êste se cumprirá como nele se contém, sendo passado pela chancelaria das ordens e valerá como carta posto que seu efeito haja de durar mais de um ano sem embargo de ordenação em contrário sendo revestidos nos livros da Câmara do Bispado de São Paulo essa nova Freguezia dos que com ela confinarem. Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1823, segundo da Independência do Império. IMPERADOR com Guarda. — (a) Caetano Pinto de Miranda Montenegro".

A nomeação para o cargo de primeiro Vigário da nova freguesia recaiu na pessoa do Padre Joaquim Pereira da Fonseca. O patrimônio da freguesia de Estrêla foi aumentado em 1840 — com a doação que lhe fêz Domingos Ferreira Pinto do "Rincão da Ronda", que foi anexado ao território da freguesia. O distrito foi criado pelo Alvará de 15 de setembro de 1823.

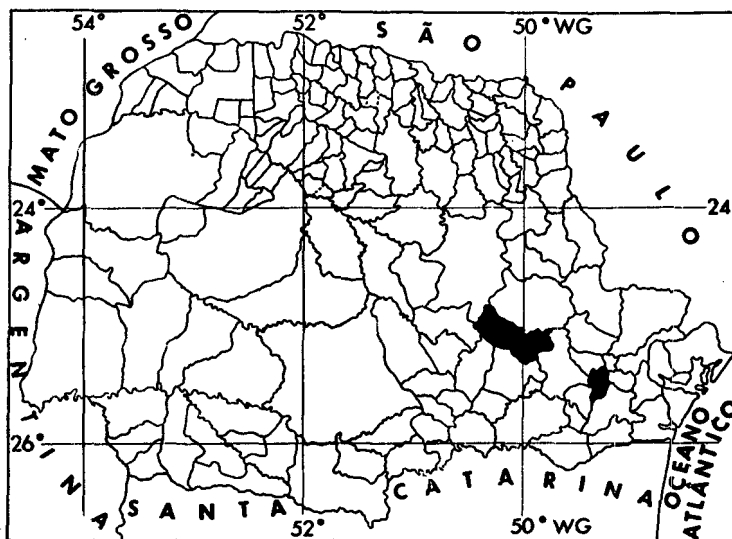
Vista parcial da Praça Barão do Rio Branco, ao fundo a Igreja de N. S.ª do Rosário

Foi elevado à categoria de município, desmembrado do de Castro, pela Lei provincial n.º 34, de 7 de abril de 1855, ocorrendo a instalação a 6 de dezembro do mesmo ano. Teve foros de cidade pela Lei provincial n.º 82, de 24 de março de 1862. A 15 de abril de 1871, em virtude da Lei n.º 281, passou a denominar-se Pitangui. Entretanto, houve reconsideração dos legisladores, ante a inexeqüibilidade da mudança de nome, e pela Lei n.º 409, de 5 de abril de 1872, voltou a chamar-se Ponta Grossa, consoante o batismo que lhe dera Francisco Mulato. Foi declarada comarca pela Lei n.º 469, de 18 de abril de 1876, efetuando-se a respectiva instalação a 16 de dezembro do mesmo ano, tendo sido primeiro Juiz de Direito o Dr. Conrado Ericksen. Em 16 de abril de 1877 foi suprimida a comarca, passando novamente a têrmo de Castro. Voltou a comarca pela Lei n.º 572, de 8 de abril de 1889, tendo sido nomeado Juiz de Direito o Dr. Araldo Ericksen. Em 1878, sob os auspícios do Presidente Lamenha Lins e por iniciativa do benemérito ponta-grossense Augusto Ribas, foi iniciada a colonização russo-alemã no município, tendo sido organizados diversos núcleos coloniais no território municipal, entre os quais os de Bom Jardim, Papagaios Novos, Pugas, Ipiranga e muitos outros, que foram e ainda são poderosos fatôres de progresso. Por ocasião de sua visita à Província do Paraná, em 1880, o Imperador D. Pedro II fêz uma visita oficial à cidade de Ponta Grossa, tendo sido recepcionado festivamente. O venerando monarca hospedou-se na residência do major Domingos Ferreira Pinto, mais tarde agraciado com o título nobiliárquico de Barão de Guaraúna. A 2 de março de 1894, com a inauguração do trecho da Estrada de Ferro Curitiba—Ponta Grossa, ponto terminal da Estrada de Ferro Paraná, inaugurou-se uma nova fase de prosperidade para o município. Em 1896 foi iniciada a construção da Ferrovia São Paulo—Rio Grande, efetuando-se a localização de suas grandes oficinas e escritórios na cidade de Ponta Grossa.

É curioso notar que se deve a fundação da cidade ao forçoso ponto de trânsito, que era a Casa-de-telha, assim como o seu máximo desenvolvimento e progresso liga-se ao atual entroncamento rodo-ferroviário que, por assim dizer, faz de Ponta Grossa a chave do sul do Brasil, quer sob o ponto de vista comercial, quer sob o estratégico.

Em 1904, na administração do Prefeito Ernesto Guimarães Vilela, inaugurou-se a iluminação elétrica da cidade, cujos empresários foram os Srs. Guimarães, Ericksen & Filho. Em 1912, ainda na administração de Ernesto Guimarães Vilela, o Govêrno Estadual efetuou à Municipalidade o empréstimo de Cr$ 1 000 000,00 destinado aos serviços de água

Praça Marechal Floriano Peixoto

Vila Velha (vista parcial)

e esgotos, o que foi levado a efeito na administração do Senhor Teodoro Batista Rosas, pelos engenheiros Álvaro Souza Martins e Jacob Schamber. Ainda nesse ano, a 8 de dezembro, inaugurou-se o Hospital de Caridade, instituição benemérita, criada pelo espírito filantrópico do povo, com o apoio dos podêres oficiais e que presta inestimáveis serviços à população local e à do interior paranaense. Durante a administração do Prefeito Brasílio Ribas, em 1912, foi comemorado, com grande brilhantismo, o Primeiro Centenário de fundação da cidade de Ponta Grossa.

LOCALIZAÇÃO — O município está situado na Zona Fisiográfica dos Campos Gerais, e a posição geográfica da cidade é determinada pelas seguintes coordenadas: 25° 5' 58" de latitude Sul e 50° 9' 30" de longitude W.Gr. Limita-se ao norte com Castro e Tibagi, a oeste com Ipiranga, ao sul com Palmeira e Teixeira Soares e a leste com Campo Largo.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal está a 975 metros.

CLIMA — O município possui clima temperado. No inverno registram-se geadas freqüentes e, em alguns dias, nevadas fracas. As temperaturas médias registradas, no ano de 1956, foram de 29,1°C para as máximas, 6,6°C para as mínimas e 17,9°C para a compensada.

ÁREA — É de 1 741 quilômetros quadrados a área do município.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O relêvo do solo do município apresenta-se sob a forma de altas planuras, levemente onduladas, exceção feita à região de escarpa, que recebe

os nomes de serra de São Miguel, serra de Itaiacoca e serra das Almas. O ponto culminante do município, com 1 173 metros de altitude, encontra-se na serra de São Miguel. O rio Tibagi é o principal curso d'água, com largura variável de 3 a 80 metros, sendo navegável em grande parte. De menor importância são os rios Pitangui e Conceição. Nota-se, ainda, a 28 km da cidade, uma lagoa, denominada Lagoa Dourada, notável por suas águas cristalinas, possuindo 320 metros de diâmetro e 2 a 3 metros de profundidade.

RIQUEZAS NATURAIS — As principais são as jazidas de talco, cal, pedras e areia.

POPULAÇÃO — Constava o município, por ocasião do Recenseamento Geral de 1950, com 53 578 habitantes (exclusive o distrito de Guaragi que pertencia ao território municipal de Palmeira, naquela época), sendo 26 717 homens e 26 861 mulheres. Segundo *a côr* — 48 787 brancos, 1 404 pretos, 3 279 pardos e 27 amarelos; segundo *o estado civil* (15 e mais anos) — 11 342 solteiros, 20 177 casados, 2 197 viúvos, 51 desquitados; segundo *a nacionalidade* — 2184 estrangeiros e 443 brasileiros naturalizados; segundo *a religião* — 52 620 católicos apostólicos romanos e 2 118 de outras religiões.

Aglomerações urbanas — Quatro aglomerados urbanos existem no município: cidade de Ponta Grossa e vilas de Guaragi, Itaiacoca e Uvaia. A cidade de Ponta Grossa contava, por ocasião do Censo de 1950, com 42 875 habitantes, sendo 21 064 homens e 21 811 mulheres, assim distribuídos: *quadro urbano* — 15 791 habitantes (7 298 do sexo masculino e 8 791 do feminino); *quadro suburbano* — 27 084 (13 766 homens e 13 318 mulheres). Guaragi possuía 392 habitantes, Itaiacoca 149 e Uvaia 70.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A principal atividade econômica do município situa-se na indústria em geral, secundada pela agricultura e pecuária. O seu parque industrial, o segundo do Estado, é composto de 673 estabelecimentos, dos quais 163 ocupam 5 ou mais operários. Os principais ramos industriais são: extração e beneficiamento de madeiras, carnes e derivados, bebidas e refrigerantes, banha de suínos, compensados e móveis de madeira, calçados e artefatos de couro, cerâmica, tecidos, beneficiamento de erva-mate e de máquinas industriais e outros em menor escala.

A agricultura também colabora para a economia do município. Em 1956, segundo previsão, a sua produção agrícola valeu: milho — Cr$ 10 800 000,00; arroz — .... Cr$ 2 100 000,00; feijão — Cr$ 3 424 000,00; batata-inglêsa — Cr$ 1 092 000,00; centeio — Cr$ 750 000,00; trigo — Cr$ 741 000,00.

A população pecuária em 1956 era: bovinos — 25 500; eqüinos — 4 800; asininos — 60; muares — 2 200; suínos — 17 000; ovinos — 1 400; caprinos — 26 000; e galos, frangas e frangos — 23 000 Não há exportação de gado vivo, e sim abatido. A exportação do município em 1956 foi da ordem de Cr$ 932 681 982,00.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local, devido à situação da cidade, é importantíssimo, figurando como verdadeiro entreposto comercial, a serviço da vasta região do centro e oeste paranaense. Funcionam no município 135 estabelecimentos comerciais atacadistas, 1 176 varejistas, 1 banco (matriz) e 6 agências bancárias. É Ponta Grossa centro

Trecho. da Rua 15 de Novembro, vendo-se à esquerda o Cine-Teatro Ópera

comprador de gado, produtos agrícolas e madeiras dos municípios sob sua órbita econômica. Mantém transação com as praças de Curitiba, Antonina, Paranaguá, Guarapuava, Maringá, Apucarana, Londrina, São Paulo, Rio de Janeiro e tôda a região oeste do Paraná.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por ferrovia (Rêde Viação Paraná—Santa Catarina), rodovias (inclusive a Rodovia BR-35) e pelo transporte aéreo.

Na cidade funciona uma estação ferroviária da .... R.V.P.S.C., sendo considerado o mais importante entroncamento ferroviário do Estado, pois dali partem trens para tôdas as cidades estaduais e do país, servidas por ferrovia, inclusive Pôrto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro, em conexão com as estradas de ferro locais. Na cidade existe o Aeroporto Sant'Ana, de uso para os aviões da Real-Aerovias-Nacional, Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul e táxis-aéreos da B.O.A. (Brasil Organização Aérea). Já entrou em fase de execução o asfaltamento da nova rodovia ligando Ponta Grossa à capital do Estado. Pelo D.N.E.F. está em construção uma outra ferrovia (Tronco Principal Sul: T.P.S.) que fará nova ligação São Paulo—Rio Grande do Sul, de bitola larga, a qual passará a cêrca de um quilômetro da cidade, bem como da ferrovia estadual que ligará Ponta Grossa e Apucarana, a Estrada de Ferro Central do Paraná (E.F.C.P.).

Ponta Grossa liga-se aos municípios de: Castro: 1) rodovia — 43 km; 2) ferrovia — 57 km; Palmeira: 1) ro-

dovia — 45 km; 2) ferrovia — 58 km; Teixeira Soares: 1) rodovia — 62 km; 2) ferrovia — 74 km; Tibagi: 1) rodovia — 88 km; 2) misto: a) ferrovia 189 km até a estação de Barro Prêto; b) rodovia — 50 km Reserva: 1) rodovia — 112 km. À Capital do Estado: 1) rodovia — 145 km; 2) ferrovia — 183 km; 3) misto: a) aéreo — 102 km até São José dos Pinhais; b) rodovia — 15 km. À Capital Federal: 1) rodovia — 1 021 km; 2) ferrovia — 1 159 km; 3) aéreo — 805 km.

Na sede funcionam os seguintes serviços telegráficos: da agência Postal do Departamento dos Correios e Telégrafos, da Rêde Viação Paraná—Santa Catarina, da Estrada de Ferro Central do Paraná, das Emprêsas Aéreas que escalam o município e da Chefatura de Polícia. A cidade é muito bem servida por uma rêde telefônica, com 1 120 aparelhos instalados.

ASPECTOS URBANOS — A sede municipal possui uma população urbana estimada em 60 000 habitantes. Conta com mais de 12 000 edificações. É servida de energia elétrica para fôrça motriz, iluminação pública e particular, esta com 11 553 ligações. O serviço de água canalizada, com 46 000 metros de rêde distribuidora, abastece 4 000 prédios de 75 logradouros. A rêde de esgotos sanitários mede 25 326 metros e beneficia 2 362 prédios em 57 logradouros. Existem, na cidade, 767 logradouros públicos, sendo 30 avenidas, 691 ruas, 11 travessas, 33 praças e largos e 2 jardins. A cidade é quase totalmente pavimentada com asfalto, paralelepípedos e pedras irregulares (poliédricas). No decorrer do ano de 1956 foram registrados 2 758 veículos motorizados: 1 229 automóveis e jipes, 1 663 caminhões e camionetas, 63 ônibus e microônibus e 3 ambulâncias. Há na cidade 28 hotéis e 44 pensões que prestam os serviços de alimentação e hospedagem, além de inúmeros bares e restaurantes.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Depois de Curitiba e Londrina é Ponta Grossa o município do Paraná mais bem servido no campo da assistência médico-sanitária, com 47 médicos, 64 dentistas e 40 farmacêuticos. Na sede do município localizam-se os seguintes estabelecimentos de assistência médica em geral: Hospital Infantil Dr. Getúlio Vargas, Hospital São Lucas, Hospital Central da Cooperativa 26 de Outubro, Instituto Pasteur, especializado em tratamento anti-rábico, Santa Casa de Misericórdia, Maternidade de Ponta Grossa, Pôsto Médico da Cooperativa 26 de Outubro — particulares — Pôsto de Saúde Municipal, Pôsto de Puericultura Professor Raul Carneiro, Pôsto de Puericultura Professor Miguel Couto, Pôsto de Puericultura Dona Pureza Ribas, Pôsto de Saúde do 3.º Distrito Sanitário Estadual e Pôsto de Serviço do Departamento Nacional de Endemias Rurais — oficiais. Há em funcionamento, na cidade, 21 farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Todos os estabelecimentos oficiais de saúde existentes no município prestam, também, serviços de assistência social à população. São as seguintes as organizações que proporcionam assistência social aos seus membros, cujos totais aparecem em seguida às respectivas designações: Aeroclube de Ponta Grossa (125) América Ponta-grossense Futebol Clube (250), Associação dos Engenheiros de Ponta Grossa (28), Bandeirantes Basket Ball Clube (170), Casa do Artista (30), Centro Cultural Brasil-Estados Unidos (120), Centro Cultural Euclides da Cunha (987), Centro Cultural da Mocidade Ponta-grossense (107), Círculo de Estudos Rocha Pombo (51), Círculo Militar de Ponta Grossa (200), Clube Atlético Nash (78), Clube de Caça e Pesca do Paraná (355), Clube Guaíra (1 200), Clube Recreativo Vasco da Gama (300), Cruzeiro Esporte Clube (130), Foto Cine Clube Ponta-grossense (436), Guarani Esporte Clube (704), Hobby Clube de Ponta Grossa (136), Associação Médica do Paraná — Secção Regional de Ponta Grossa (65), Associação dos Cirurgiões-dentistas do Paraná — Secção Regional de Ponta Grossa (41), Olinda Esporte Clube (387), Operário Ferroviário Esporte Clube (1 300), Palmeiras Esporte Clube (310), Sociedade dos Amigos da Cultura Ucraína (112), Sociedade de Cultura Artística Brasílio Itiberê (579), Sociedade Ponta-grossense de Amadores de Astronomia (60), União Campo Alegre Esporte Clube (258), Wilson Esporte Clube (203), Iate Clube de Ponta Grossa (300 sócios). A Cooperativa Mista 26 de Outubro Ltda. (consumo) congrega 8 707 associados e a Cooperativa Mista do Centro Operário Ltda. (também de consumo), 552 sócios.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 acusou para o município a existência de 45 970 pessoas de 5 anos e mais, sendo que, dêsse total, 32 222 sabiam ler e escrever. Na sede municipal, das 36 997 pessoas de 5 anos e mais, 27 923 eram alfabetizadas, sendo 14 430 homens e 13 493 mulheres.

Ensino — O ensino primário fundamental comum foi ministrado no município, em 1956, através de 84 unidades escolares, com a matrícula de 8 872 alunos. Funcionam na cidade os seguintes estabelecimentos de ensino extraprimário: Academia de Música, Colégio Estadual Regente Feijó, com uma escola normal anexa, Conservatório Musical de Ponta Grossa, Escola de Música Santa Cecília, Escola Profissional Ferroviária Coronel Tibúrcio Cavalcante, Faculdade Estadual de Farmácia e Odontologia, Faculdade Estadual de Filosofia, Ginásio Diocesano São José, Ginásio e Escola Normal Santana, Ginásio e Escola Técnica de Comércio Ponta-grossense e Ginásio do Juvenato Verbo Divino.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — São em número de 29 as associações culturais existentes no município, das quais 15 desportivas, 4 profissionais, duas artísticas e uma científica. Estão localizadas na sede municipal a Liga Desportiva de Ponta Grossa, subordinando as várias agremiações que se dedicam ao basquetebol, volibol, natação, etc., e a Liga de Futebol Regional de Ponta Grossa, a que estão filiadas as entidades que pròpriamente se dedicam a êsse esporte. Encontram-se em Ponta Grossa duas estações radioemissoras: PRJ-2, Rádio Clube Ponta-grossense S. A., freqüência de 1 250 quilociclos, e ZYS-34, Rádio Central do Paraná Ltda., freqüência de 1 460 quilociclos. As bibliotecas existentes na sede do município são as seguintes: do Centro Cultural Euclides da Cunha (3 562 volumes), do Centro Cultural Brasil—Estados Unidos (3 500 volumes), da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras (3 245 volumes), da Loja Maçônica Amor e Caridade II.ª (2 626 volumes), da Prefeitura Municipal (2 180 volumes), da Escola Normal de Ponta Grossa (2 104 volumes), do 13.º Regimento de Infantaria (1 623 volumes), do Clube Ponta-grossense (1 230 volumes), do Ginásio e Escola Normal

Sant'Ana (1 200 volumes), do Diretório Acadêmico Doutor Joaquim de Paula Xavier (1 156 volumes), da Sociedade Espírita Francisco de Assis (1 110 volumes), da União Síria Ponta-grossense, da Escola de Aplicação Infantil e do Clube Princesa dos Campos — 1 000 volumes cada. Circulam em Ponta Grossa as seguintes publicações: "Diário dos Campos" e "Jornal da Manhã", diários; "Reportagem" revista), mensário; "Voz da Espiritualidade" e "O Mentor" (jornais religiosos) mensários; e "Tapejara", orgão do Centro Cultural Euclides da Cunha, trimensário. Existem na cidade 7 livrarias.

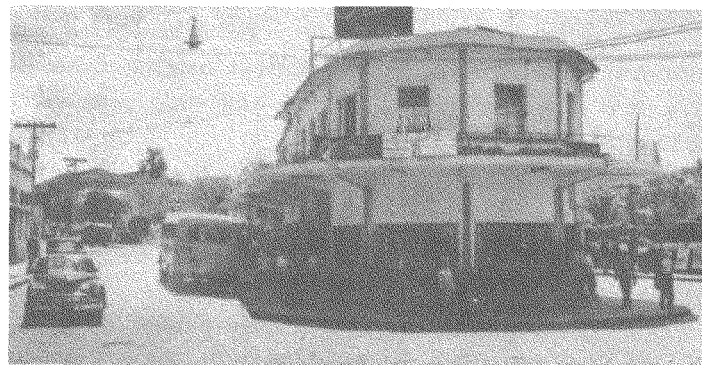
Os cinemas existentes são os seguintes: Cine Teatro Ópera, com 1 400 lugares. Exibições cinematográficas em 1956: 711, com 254 870 espectadores; Cine Império, com 1 170 lugares, tendo em 1956, levado a efeito 773 projeções, com 344 281 espectadores; e Cine Renascença, com 1 070 lugares e cujo movimento, em 1956, foi o seguinte: 589 espetáculos cinematográficos, a que estiveram presentes 177 229 pessoas.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950......	42 110	30 629	7 729	4 765	7 729
1951......	45 284	44 058	7 544	5 354	7 544
1952......	55 079	55 237	13 038	7 223	13 038
1953......	57 888	67 275	17 477	10 560	17 477
1954......	61 766	85 780	23 322	12 076	22 618
1955......	93 854	95 732	28 150	13 475	24 590
1956......	126 519	122 433	35 995	14 201	32 476

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — São tradicionais e de caráter popular as seguintes festas realizadas no município: *religiosas* — Nossa Senhora Sant'Ana, padroeira local, a 6 de julho; São João, a 24 de junho; Santo Antônio, a 13 de junho; São Sebastião, a 20 de janeiro; Nossa Senhora do Rosário, a 5 de outubro — tôdas na sede municipal, e do Bom Jesus, a 6 de agôsto, na vila de Itaiacoca. Tôdas têm grande repercussão no município, notadamente a da padroeira, comemorada com muita pompa e solenidade. *Cívica* — aniversário de fundação da cidade, a 15 de setembro, comemorada com brilhantismo por todos os habitantes citadinos.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes locais são chamados tradicionalmente ponta-grossenses. A cidade é ainda conhecida como "Capital Cívica do Paraná" e "Princesa dos Campos Gerais". No município está

Vista parcial da cidade, focalizando a Avenida Vicente Machado

Vista do Ponto azul, local de estacionamento de ônibus

situada a famosa "Vila Velha", acidente natural composto de inúmeras rochas que, sob a ação do tempo, tomaram formas curiosas, semelhantes a objetos e animais, sendo uma das maiores atrações turísticas do Paraná; junto à Vila Velha localiza-se a Lagoa Dourada, acidente geográfico curioso e lendário.

Ponta Grossa é sede de comarca de 4.ª entrância e da 5.ª Secção Judiciária do Estado do Paraná. A comarca compreende os distritos da sede, de Itaiacoca e Uvaia e conta com 3 Varas, cada uma a cargo de um Juiz de Direito, bem como dos respectivos Cartórios, inclusive os do Registro Civil e anexos, de Imóveis e Tabelionatos. A comarca foi criada pela Lei Provincial n.º 409, de 18 de abril de 1876. O Prefeito municipal é o Senhor José Hoffmann. São Vereadores os Senhores: Frederico Schnekembert, Dr. Lauro A. Muelle, Herculano Tons Cruz, Daly Luiz Wambier, Ernani Batista Rosas, Ives R. Busse, Cyro de L. Garcia, José de A. França, Nicolau Zerigotti, Cândido Mendes Braz, Daniel Dravechichyn, Olinto Justus, Nelson T. Wully, João Manoel S. Ribas, João Gomes, Michel Namur, Alceu Taques Grein, Waldemar Moss, Ernesto Kirchner.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Paraná.

PORECATU — PR

Mapa Municipal no 12.º Vol.

HISTÓRICO — Situado às margens históricas do rio Paranapanema, em cuja bacia se desenrolaram os primeiros passos de povoamento do solo e catequese do aborígine, no território da antiga província paraguaia de Guaíra, o município de Porecatu encontra a origem do seu povoamento e da sua história nas penetrações das bandeiras portuguêsas e expedições castelhanas, realizadas em pleno século XVI.

Efetivamente, foi a região hoje denominada Norte do Paraná, nas terras da bacia do Paranapanema, a primeira a ser tocada pelos espanhóis quando, em virtude das linhas divisórias estabelecidas pelo tratado de Tordesilhas, resolveram tomar posse das terras para o rei de Espanha, por julgarem que as mesmas pertenciam à província do Paraguai, e fundaram aqui a sua província de Guaíra.

Depois de quase meio século de catequese e doutrinação das tribos selvagens que dominavam, soberanas, a extensa região compreendida entre o Paranapanema, o Tibagi e o Corumbataí, na parte ocidental da província, tendo

aportado ali em 1610, os Frades Jesuítas e os dominadores espanhóis foram expulsos à viva fôrça pelos intrépidos bandeirantes paulistas, que reconquistaram extensa faixa de terra para o Brasil e para o Paraná, afastando para o ocidente o Meridiano de Tordesilhas.

Assim, em 1610, os Padres Jesuítas fundaram as primeiras reduções às margens do rio Paranapanema: Nossa Senhora de Loreto, Santo Inácio Mini e São Pedro, fundadas ao longo dêsse soberbo curso de água.

Em 1629, porém, os bandeirantes paulistas, na sua luta pela posse da terra, em busca de ouro, na guerra contra o gentio e na intrepidez de suas façanhas, invadiram a província de Guaíra, destruíram as reduções e expulsaram os dominadores castelhanos.

Data, portanto, do início do século XVII a penetração do território onde se localiza, atualmente, o município de Porecatu. Isso, entretanto, não quer dizer que a comuna seja tão antiga e que os seus primórdios se liguem, às primeiras lutas pela posse e conquista do território paranaense.

Muitos séculos depois dêsses acontecimentos, a região voltou ao domínio dos índios, para, finalmente, desaparecidos êstes, cair no mais completo abandono e esquecimento. Foi que homens de outra geráção, denominados, por vêzes, bandeirantes do século XX, aportaram às margens históricas do Paranapanema, para iniciar a fundação de um núcleo destinado a soerguer e desenvolver a região.

Sòmente no ano de 1941, decorridos quatro séculos da fundação das reduções jesuíticas, apareceu ali o Sr. Ricardo Lunardelli, proprietário de uma grande gleba de terras, que promoveu o seu loteamento, dividindo-a em pequenas "datas", para serem vendidas àqueles que realmente desejassem cultivá-la.

Igreja-Matriz Municipal

Vista parcial da usina de açúcar Ricardo Lunardelli S.A.

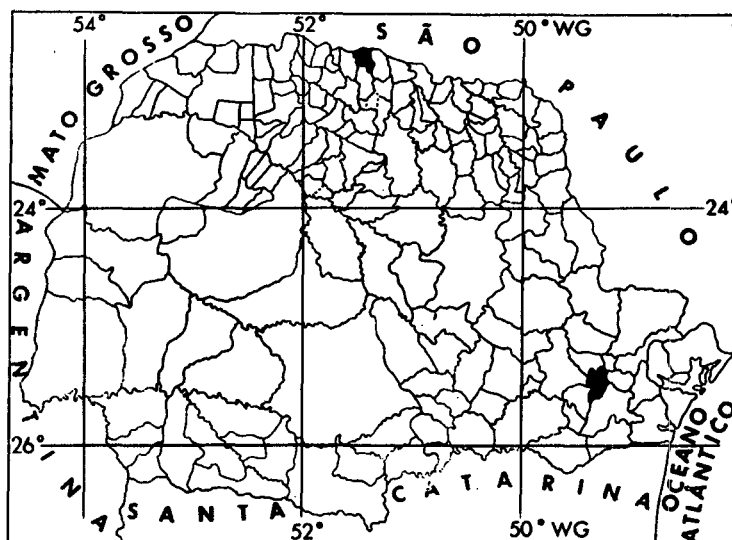
Ricardo Lunardelli vinha acompanhado dos seus filhos João e Urbano e tratou logo de estabelecer os fundamentos do patrimônio. O primeiro nome dado pelos Lunardelli à cidade foi o de ***Brasília***.

Em 1943, em virtude da Lei estadual n.º 199, de 30 de dezembro, foi criado o distrito judiciário, passando a denominar-se Porecatu e integrando o território do município de Sertanópolis.

Pela Lei n.º 2, de 11 de outubro de 1947, foi elevado à categoria de município, desmembrado do de Sertanópolis.

Menos de um ano depois, isto é, a 14 de janeiro de 1948, pela Lei n.º 23, foi criada a comarca de Porecatu. Os atuais municípios de Alvorada do Sul e Florestópolis já pertenceram a Porecatu, do qual foram desmembrados recentemente.

LOCALIZAÇÃO — O município de Porecatu situa-se na Zona Fisiográfica do Norte. A cidade tem como coordenadas geográficas 22° 45' de latitude Sul e 51° 23' de longitude Oeste de Greenwich.

Seus limites são: ao norte o Estado de São Paulo; a oeste, Centenário do Sul; ao sul, Florestópolis; e a leste, Alvorada do Sul.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Na sede municipal é de 580 metros a altitude.

CLIMA — Porecatu possui clima quente e saudável. Fresco e agradável no inverno, quente, abafadiço e chuvoso no

Vista parcial do Hospital Dr. Ângelo Nuno

verão. As temperaturas médias observadas, no ano de 1957, foram 34°C para as máximas, 15°C para as mínimas e 24,5°C para a compensada.

ÁREA — A área municipal mede 274 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O principal acidente geográfico do município é o rio Paranapanema, que faz o seu limite norte; possui 250 metros de largura aproximadamente, e a profundidade varia de 1 a 10 metros; corre na direção L.O. e não é navegável. Banham, também, o território do município os ribeiros: Vermelho, do Tenente e do Capim.

RIQUEZAS NATURAIS — Como representantes do reino vegetal, encontram-se as suas reservas florestais; do reino mineral existe argila e há vestígios de petróleo.

POPULAÇÃO — Contava, por ocasião do Recenseamento Geral de 1950, inclusive a população do atual município de Florestópolis que então fazia parte de seu território como simples povoado, 19 726 habitantes, sendo 11 033 homens e 8 633 mulheres. De 22 habitantes por quilômetro quadrado era a densidade demográfica do município; 80% da população estavam localizados na zona rural.

Aglomeração urbana — A cidade de Porecatu é a única aglomeração urbana do município. Tinha, pelo Recenseamento Geral de 1950, uma população de 3 940 habitantes, sendo 2 105 homens e 1 834 mulheres assim distribuídos:

Vista parcial de um trecho da cidade

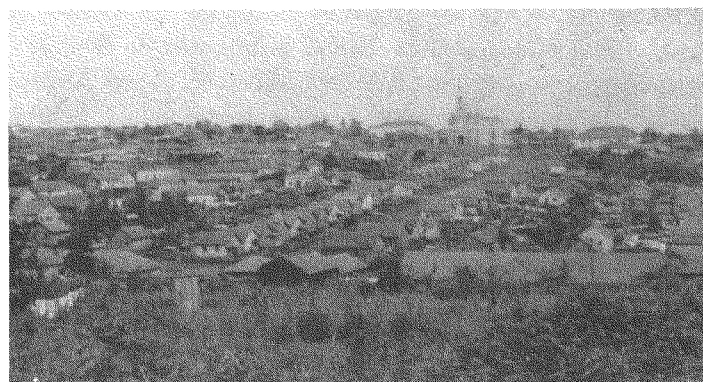
quadro urbano — 1 823, 961 homens e 862 mulheres; *quadro suburbano* — 2 117, 1 144 homens e 973 mulheres.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura e a indústria de transformação constituem as principais atividades econômicas do município, dentre aquelas se destacando, pelos seus valores: café — Cr$ 49 200 000,00; cana-de-açúcar — Cr$ 12 000 000,00; arroz — Cr$ 8 000 000,00; feijão — Cr$ 7 500 000,00; milho — Cr$ 2 700 000,00; laranja — Cr$ 2 400 000,00.

A indústria conta 20 estabelecimentos dos quais 4 ocupam 5 ou mais funcionários em suas atividades. Explora os ramos "açucareiro", "óleo de menta", "madeireiro", "cerâmica" e "produtos alimentares".

Os principais estabelecimentos industriais são: a usina de açúcar Ricardo Lunardelli S.A. e a cerâmica e serraria Fernando Pagano S.A.

Na pecuária predominam os rebanhos suíno e bovino havendo pequena exportação de gado.

A exportação interestadual de Porecatu em 1956 alcançou a cifra de Cr$ 169 914,00, sendo os seguintes produtos exportados: café — Cr$ 33 278 454,00; açúcar cristal — Cr$ 22 573 050,00, e álcool etílico — .... Cr$ 5 913 286,00.

Vista parcial da cidade

Das pessoas em idade ativa 464 concentravam-se em 1950 no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura".

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local está representado por 10 estabelecimentos varejistas. Há 2 agências bancárias. Mantém o município transação mercantil com as seguintes praças: Londrina, Paranaguá, Presidente Prudente (SP) e Santos (SP).

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido pelos transportes rodoviário e aéreo, na cidade existindo 1 aeroporto onde diàriamente pousam e decolam aviões da Real-Aerovias-Nacional S.A. e Cruzeiro do Sul. Dista dos seguintes municípios limítrofes: Florestópolis — 12 quilômetros; Centenário do Sul — 34 quilômetros; Alvorada do Sul — 20 quilômetros; Taciba (SP) — 40 quilômetros. Da Capital Estadual dista 490 quilômetros (rodoviário) e da Capital Federal — 917 quilômetros (aéreo).

Na cidade funcionam os serviços telegráficos da agência postal do Departamento dos Correios e Telégrafos e das emprêsas aéreas que servem o município.

ASPECTOS URBANOS — A cidade conta 4 000 habitantes, aproximadamente. Existem mais de 760 edificações, na sua maior parte construídas em alvenaria. É servida de energia elétrica para fôrça motriz e iluminação pública e particular, esta com 552 ligações domiciliares. A rêde de água canalizada, com a extensão de 1 500 metros, abastece 350 prédios.

Os 24 logradouros públicos cortam a cidade: 1 praça, 2 avenidas, 20 ruas e 1 travessa. No ano de 1956 foram registrados na Prefeitura Municipal 113 veículos motorizados: 19 automóveis e 94 caminhões. Há em funcionamento 3 hotéis e 4 pensões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — No município residem 4 médicos, 5 dentistas e 3 farmacêuticos. Existem 3 estabelecimentos de assistência médica em geral: a Casa de Saúde Dr. Nino (particular), o Pôsto de Puericultura e o Subposto de Higiene, o primeiro mantido pela Legião Brasileira de Assistência, em cooperação com o município; e o segundo, pelo Govêrno do Estado. Na sede municipal localizam-se 3 farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A população recebe assistência social da parte dos Postos de Puericultura e de Higiene.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo os dados do Censo de 1950, o município contava 20 802 habitantes de 5 anos e mais, sendo que 5 470 sabiam ler e escrever: 3 569 homens e 1 901 mulheres. Na sede municipal, das 3 227 pessoas nessas idades, 1 566 eram alfabetizadas, sendo 927 homens e 639 mulheres.

Ensino — O município, em 1955, possuía 23 unidades de ensino primário fundamental comum, em que estiveram matriculados 1 204 alunos. Há em funcionamento na cidade dois estabelecimentos de ensino extraprimário: 1 ginásio diocesano e 1 curso normal regional.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Na cidade funciona o Cine São Luiz, com 650 lugares.

Em Porecatu edita-se o jornal "A Notícia", de circulação semanal. Encontra-se uma livraria.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	...	8 530	...	1 800	1 842
1951	...	8 001	...	2 202	2 085
1952	...	12 276	...	2 728	2 122
1953	...	11 502	...	2 912	2 260
1954	...	10 264	...	3 667	3 035
1955	...	20 617	...	3 613	3 478
1956	7 019	15 378	...	4 857	4 091

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A padroeira do município é Nossa Senhora Aparecida, cuja festa, realizada no dia 8 de setembro, constitui a maior manifestação popular, sendo bastante animados tanto os atos religiosos pròpriamente ditos, como os folguedos externos, movimentando grande massa do município e de outras comunas adjacentes.

Ginásio Diocesano Municipal

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A origem do nome provém do idioma guarani, que decomposto quer dizer: *porê* (salto) mais *catu* (bonito), igual a salto bonito. Próximo à cidade, existe realmente uma bonita queda d'água, formada pelo rio Capim; daí a razão do topônimo adotado. Seus habitantes são porecatuenses.

O município é comarca de segunda entrância, criada pela Lei estadual n.º 23, de 14 de janeiro de 1948, compreendendo os distritos judiciários de Porecatu e Florestópolis (município vizinho).

Funcionam na sede os Cartórios do Cível, Crime, de Imóveis e Registro Civil e Anexos e Tabelionato.

O Prefeito Municipal atual é o Sr. Anis Zakir.

São Vereadores os Srs. Hamilton Laurindo, Paulo de O. Carvalho, Teodoro Valdomiro Arnoni, Abel Gomes Júnior, João L. Pagano, Celso Fernandes, Luiz Alves da Silva, Wilmer Botura e Cloney de Vila.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

PÔRTO AMAZONAS — PR

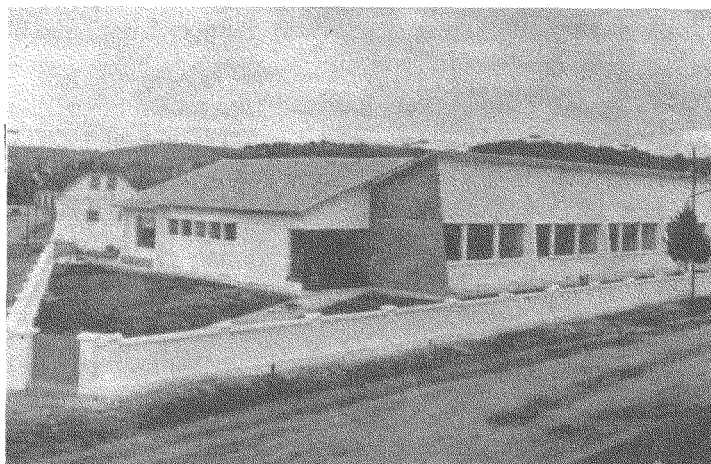
Mapa Municipal no 11.º Vol.

HISTÓRICO — Com o descobrimento dos Campos de Palmas, em 1720, pelo sertanista Zacarias Dias Côrtes, começou o povoamento da extensa região localizada ao sul da antiga 5.ª Comarca de São Paulo e formada pela mesopotâmia compreendida entre os rios Uruguai e Iguaçu.

A região coberta de extensos e formosos campos de pastagens estava separada dos Campos de Guarapuava apenas por um sertão de poucas léguas de largura, às margens do rio Iguaçu. Quando os paulistas os atingiram, no século XVII, com as suas bandeiras levadas às regiões do Goio-En, já era sabido que a zona havia sido visitada por outros expedicionários brasileiros.

Assim, portuguêses e espanhóis, quando, em 1759, procederam da fronteira, encontraram, em vários pontos dos Campos de Palmas sinais evidentes da dominação brasileira.

E Romário Martins (*História do Paraná*), citando Varnhagen, diz "que os antigos paulistas conheceram a região modernamente chamada Campos de Palmas, então denominada dos Biturunas".

Foi naquelas paragens que os intrépidos bandeirantes Zacarias Dias Côrtes e José Ferreira dos Santos, junta-

Grupo Escolar Antônio Tupy Pinheiro

mente com o Padre Ponciano José de Araújo, se estabeleceram com grandes fazendas de criação de gado, arrostando tôdas as dificuldades da época.

Palmas foi a geratriz de uma grande e longa série de novas cidades e núcleos populacionais, que, com o decurso do tempo, foram-se formando, pelo desmembramento do seu território.

O maior e mais audaz e destemido desbravador dos Campos de Palmas, depois de iniciado e já bem desenvolvido o seu povoamento, foi o coronel Amazonas de Araújo Marcondes, filho de Francisco Inácio de Araújo Pimpão e Dona Maria Josefa Marcondes de França, fazendeiros e proprietários da Fazenda "Cruzeiro" e que figuram entre os primeiros povoadores dos Campos de Palmas.

Foi Amazonas de Araújo Marcondes quem iniciou e desenvolveu a navegação fluvial no rio Iguaçu, tornando-se, por muitos anos, semeador de progresso da região, fundador de cidades e pioneiro do desenvolvimento do sul do Paraná. Tendo iniciado a navegação fluvial com apenas um barco — o "Cruzeiro" — foi o fundador das cidades de Pôrto União da Vitória, mais tarde desdobrada nas cidades de União da Vitória, em Santa Catarina, e Pôrto União, no Estado do Paraná, e a de Pôrto Amazonas, situada no local em que ancorava o seu barco — o "Cruzeiro", à margem direita do rio Iguaçu.

Por essa razão, a cidade recebeu a denominação de Pôrto Amazonas, em homenagem ao pioneiro da navegação fluvial do Paraná e semeador de cidades e de progresso. O "Cruzeiro", diz Mário Marcondes Loureiro, foi a "primeira nave a deslisar sôbre a cristalina superfície líquida da grande corrente genuinamente paranaense".

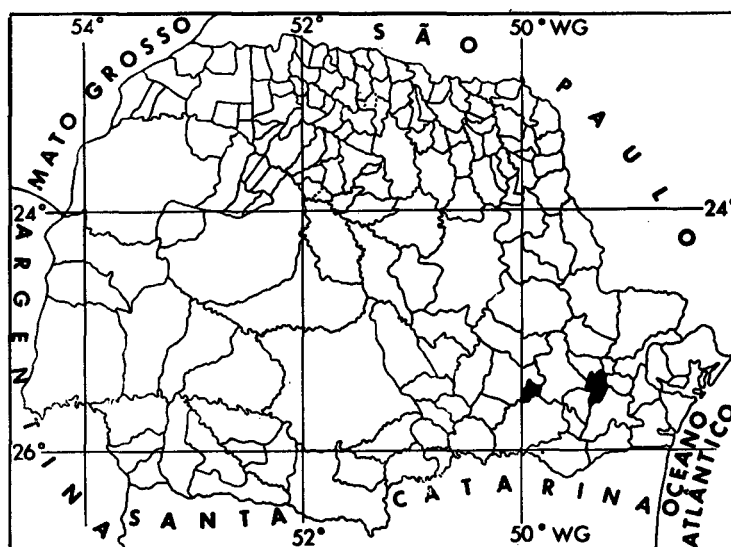
O local em que se acha a sede municipal de Pôrto Amazonas era um sítio de propriedade do colono alemão Conrado Buhrer, que ali manteve, durante muitos anos, conceituada casa comercial.

É que o coronel Amazonas Marcondes, visando ao desenvolvimento da região, tinha trazido, do Pôrto de São Francisco, em Santa Catarina, 24 alemães que, acedendo ao seu convite, estabeleceram-se em Pôrto União da Vitória, dali irradiando-se para outras localidades próximas.

A princípio, o pôrto no rio Iguaçu, na antiga colônia Kito, ponto onde começava a navegação a vapor, era o povoado mais florescente da região, pelo grande movimento de vapôres fluviais que ali ancoravam, mas com o prolongamento da Estrada de Ferro do Paraná, ligando a sede municipal a Curitiba e Ponta Grossa, o pôrto entrou em decadência, e o povoado de Pôrto Amazonas começou a prosperar admiràvelmente.

Pela Lei estadual n.º 1 483, de 12 de março de 1915, Pôrto Amazonas foi elevado à categoria de distrito administrativo, pertencente ao município de Palmeira.

A 10 de outubro de 1947, em virtude da Lei n.º 2, da mesma data, foi elevado à categoria de município autônomo, desmembrado do de Palmas. A instalação do novo município se deu a 9 de novembro do mesmo ano, sendo então empossado o primeiro Prefeito e a Câmara Municipal.

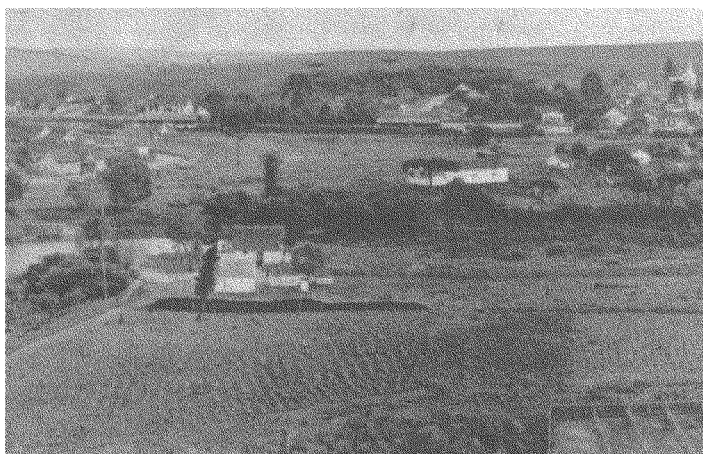
LOCALIZAÇÃO — Tendo sua sede na posição geográfica de coordenadas 25° 33' de latitude Sul e 49° 54' de longitude W. Gr., o município enquadra-se na Zona Fisiográfica dos Campos Gerais. Tem como limites Palmeira ao norte e a oeste; Lapa, ao sul; e Campo Largo, a leste.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 795 metros na sede do município.

CLIMA — Possui o município clima temperado. Os verões são pouco quentes e agradáveis e os invernos, frios com geadas frequentes. As temperaturas observadas em 1956, foram 28°C para a média das máximas; 12°C para a das mínimas; e 20°C a compensada.

ÁREA — A área municipal é de 191 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os de maior destaque são: o rio Iguaçu, que corre na direção N.S., banhando a cidade, trecho em que é navegável, e onde está localizado o salto do Caiacanga, distante 5 quilômetros da sede; e o rio dos Papagaios com a direção N.S.

POPULAÇÃO — Contava, pelo Recenseamento Geral de 1950, com 3 136 habitantes, sendo 1 623 homens e 1 513 mulheres. Segundo a *côr* — 2 731 brancos, 338 pretos e 2 pardos; segundo o *estado civil* (15 e mais anos) — 583 solteiros, 1 185 casados, 120 viúvos; segundo a *nacionalidade* — 31 estrangeiros e 19 brasileiros naturalizados; segundo a *religião* — 2 941 católicos apostólicos romanos e 195 de outras religiões. De 16 habitantes por quilômetro quadrado era a densidade demográfica do município; 25% da população estavam localizados na zona rural.

Vista parcial da cidade

Aglomeração urbana — A cidade de Pôrto Amazonas constitui a única aglomeração urbana no município e contava, pelo Recenseamento Geral de 1950, com 2 338 habitantes, 1 209 homens e 1 129 mulheres, assim distribuídos: *quadro urbano* — 1 940 habitantes, 1 008 homens e 932 mulheres; *quadro suburbano* — 398, 201 homens e 197 mulheres. Estima-se sua população em 3 000 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A principal atividade econômica do município está alicerçada na agricultura, seguida da indústria extrativa e pecuária.

Suas principais culturas agrícolas (1956) foram: o milho — Cr$ 765 000,00; o trigo — Cr$ 201 600,00; o feijão — Cr$ 300 000,00; a batata — Cr$ 72 000,00; em menor escala o arroz, o centeio, a mandioca e a cebola.

A safra de laranja em 1956 valeu, estatìsticamente, Cr$ 232 500,00.

A indústria, com 8 estabelecimentos, possui 4 que ocupam 5 operários ou mais. Age nos ramos "madeireiro", "cerâmica", "de ferro e aço para ferrovias" e "produtos alimentares".

No campo industrial, o mais importante estabelecimento do município é a fábrica de pontes de ferro e aço para ferrovias, da firma Machado da Costa S.A.

A pecuária tem significação econômica para o município, pelo fato de possuir um estabelecimento (Haras) da firma Luiz G. A. Valente S.A. destinado à criação de cavalos de corrida, puro-sangue; os rebanhos bovino e suíno destacam-se dos demais, abrangendo cêrca de 70% do total.

A exportação interestadual em 1956 apresentou um valor de Cr$ 6 290 701,00.

COMÉRCIO E BANCOS — Possui Pôrto Amazonas onze estabelecimentos comerciais varejistas, 3 atacadistas e uma agência bancária.

O comércio e indústria locais mantêm intercâmbio de produtos agrícolas e industriais com as praças de Palmeira, Ponta Grossa, Curitiba, Lapa e Rio de Janeiro (DF). Dêsses centros recebe o município aquilo de que não dispõe mas necessita para seu consumo interno em gêneros e mercadorias.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — As vias de transporte que servem o município são rodoviárias e ferroviárias (R.V.P.S.C.), ligando-o aos seguintes municípios limítrofes: Palmeira — 27 quilômetros (rodovia) e 29 quilômetros (ferrovia); Lapa — 46 quilômetros (ferrovia) e 38 quilômetros (rodovia); Campo Largo — 52 quilômetros (rodovia).

Dista da Capital Estadual — 103 quilômetros (ferrovia) e 86 quilômetros (rodovia). Da Capital Federal — 1 106 quilômetros (rodovia) e 1 245 quilômetros (ferrovia).

Existe ainda no município um campo de pouso (500 metros x 20 metros) pequeno a 1 quilômetro da cidade, não sendo ainda utilizado por linhas aéreas regulares.

Na sede funciona uma agência postal do Departamento dos Correios e Telégrafos, e os serviços telegráficos são feitos por intermédio da agência local da R.V.P.S.C.

O transporte fluvial foi, anos atrás, bastante desenvolvido através do rio Iguaçu; todavia acha-se pràticamente paralisado. Algumas embarcações ainda servem o município.

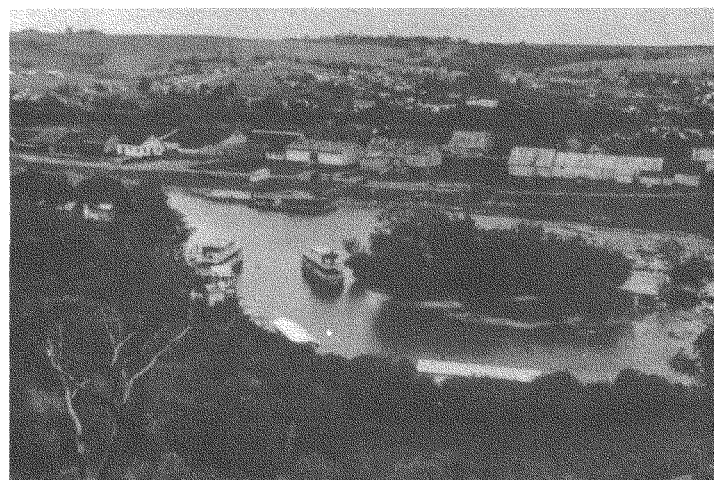
ASPECTOS URBANOS — Conta atualmente a cidade cêrca de 3 000 habitantes. Possui perto de 670 edificações das quais 640 servem para fins residenciais.

É servida de energia elétrica para iluminação pública e domiciliar, esta com 336 ligações. Existem 21 logradouros públicos, sendo 1 praça, 2 travessas e 18 ruas.

No ano de 1956, foram registrados, na Prefeitura Municipal, 321 veículos motorizados, sendo 11 automóveis e 21 caminhões. Existe, na cidade, 1 hotel.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Neste setor dispõe a pomulação do município de 1 médico, 1 dentista e 1 farmacêutico, residentes na cidade. No que se refere à assistência médica em geral, servem à população 1 Pôsto de Higiene e outro de Puericultura. A cidade conta com 1 farmácia.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — O Pôsto de Higiene e o de Puericultura, ambos mantidos pela Secretaria de Saúde do Govêrno Estadual, também prestam serviços de assistência social à população.

ALFABETIZAÇÃO — O Censo de 1950 mostrou a existência de 2 656 pessoas de 5 anos e mais, das quais, 1 774 sabiam ler e escrever, sendo 973 homens e 801 mulheres. Na sede municipal, das 1 983 pessoas de 5 anos e mais, 1 349 sabiam ler e escrever, sendo 740 homens e 609 mulheres.

Outro aspecto parcial da cidade

Ensino — O município contava com 10 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, em 1956, através das quais foi ministrada instrução a um total de 399 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Na cidade funciona o Cine São Luiz, com 250 lugares.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950......	—	421	...	68	278
1951......	—	607	...	66	882
1952......	—	589	...	79	454
1953......	—	598	...	72	683
1954......	—	819	...	80	753
1955......	—	1 127	...	78	734
1956......	—	971	...	92	1 328

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E EFEMÉRIDES — Duas grandes manifestações ocorrem no município: uma no dia 25 de dezembro, data dedicada ao Nascimento de Jesus, e que apresenta invulgar brilhantismo, face às características natalinas de que, também, se reveste; a outra, de caráter cívico, diz respeito às comemorações levadas a efeito por ocasião do aniversário de instalação do município, que ocorre no dia 9 de novembro.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O nome do município foi dado em honra ao coronel Amazonas Marcondes iniciador da navegação do alto Iguaçu até Pôrto Vitória, no município de União da Vitória. Seus habitantes são chamados: pôrto-amazonenses.

É distrito judiciário subordinado à comarca de Palmeira; na sede há um Juiz de Paz e um cartório do Registro Civil e Anexos.

O Prefeito é o Sr. Olívo Belich. A Câmara Municipal, composta de 9 vereadores, é assim constituída: Srs. Claudionor de Lima, Osmário S. Brito, Dr. Albano Sholse, Gumercindo Bahr, Octávio Vaz, Altevir Chaves, Dr. Nudier B. Ribas, Frederico Guimarães Júnior e Nadir Estevão.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Paraná.

PRIMEIRO DE MAIO — PR

Mapa Municipal no 12.º Vol.

HISTÓRICO — Pôsto que incerta e imprecisa a data das primeiras penetrações da região modernamente conhecida pela denominação de Norte do Paraná, sabe-se que já nos primeiros anos do século XVII verificou-se a entrada dos missionários da Companhia de Jesus em diversos pontos da província de Guaíra, então domínio legal e de fato do govêrno do Paraguai.

Foi na vasta e imensa bacia do rio Paranapanema, onde hoje se localiza o município de Primeiro de Maio, uma das últimas unidades municipais fundadas pelos bandeirantes do século XX, às margens históricas do grande rio, que os Jesuítas iniciaram a sua grandiosa obra de catequese e civilização do gentio, neste lado do Atlântico, após a ratificação do Tratado de Tordesilhas e em obediência a determinações da coroa de Castela.

Mas, é sabido também que essa obra deixou de existir, com a destruição dos "pueblos" e das reduções jesuíticas, nos anos de 1629 e 1632 ao se processar o trabalho de reconquista do território pelas bandeiras de Manoel Prêto e Raposo Tavares.

No interregno multissecular que data dos dramáticos episódios vividos naqueles dias, até o início dêste século, os sertões paranaenses da antiga província paraguaia de Guaíra ficaram quase inteiramente entregues ao aborígine e aos aventureiros, que os cruzavam na faina de encontrar ouro e pedras preciosas.

O bandeirantismo moderno, objetivo e realizador, sem nomadismo e sem violências, data de pouco mais de um quartel de século. É a êsse pugilo de homens destemidos e empreendedores que se deve a fundação de várias dezenas de municípios, o desbravamento e a civilização da imensa zona geográfica circunscrita na bacia do Paranapanema, do Ivaí, do Piquiri ao Iguaçu e até o Paraná, ao ocidente da extraordinária região brasileira, que é a mesopotâmia dêsses grandes e históricos cursos de água.

Como ocorre com a maioria dos municípios norte-paranaenses, o de Primeiro de Maio é o fruto dêsse bandeirantismo dos tempos modernos.

Os primeiros moradores da novel comunidade estabeleceram-se às margens do Paranapanema, aproximadamente em 1915, e foram Francisco Silowski, Francisco Augusto de Oliveira e Antônio Augusto de Oliveira. Em 1922 mais ou menos, aportavam à localidade Domingos e Francisco Denardi, José Correia Pôrto de Abreu, João Batista Pereira, Eleutério Dorozzo e outros, acompanhados de suas respectivas famílias e procedentes do vizinho Estado de São Paulo, os quais fixaram residência na barra do Tibagi com o Paranapanema, onde iniciaram a fundação de pequeno núcleo colonial.

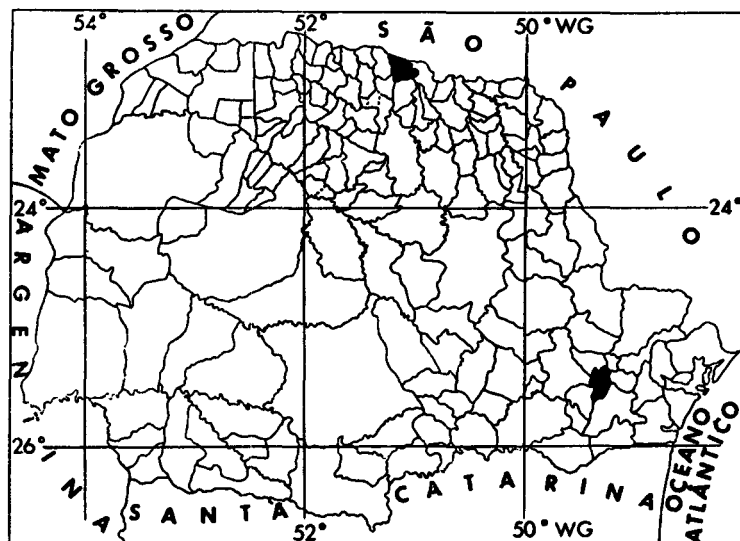
Um perigoso surto de febre malária acometeu os pioneiros do estabelecimento inicial do povoado, os quais foram forçados a recuar para outro ponto da região, que é exatamente o local onde hoje se encontra a cidade de Primeiro de Maio, originada do patrimônio então formado e organizado pela plêiade dos bravos sertanistas acima mencionados.

As terras que constituem o território da importante comunidade, através das sucessivas divisões administrativas decorrentes do progresso ascensional e vertiginoso do Norte do Paraná, vieram pertencendo, respectivamente, aos municípios de Tibagi, São Jerônimo da Serra, Jataìzinho e, finalmente, ao de Sertanópolis.

Durante o govêrno de Afonso Alves de Camargo, a partir de 1920, a região foi entregue à emprêsa colonizadora, constituída pelos primeiros povoadores, iniciando-se então a corrente migratória, pròpriamente dita, deslocada para o município de Sertanópolis e, concomitantemente, para Primeiro de Maio, que recebeu notável incremento e impulso ao seu progresso.

Em 30 de dezembro de 1936, em virtude de Decreto-lei estadual, a localidade de Primeiro de Maio foi elevada à categoria de distrito administrativo, pertencendo ao município de Sertanópolis.

Pela Lei estadual n.º 612, de 27 de janeiro de 1951, foi elevado à categoria de município, por desmembramento de Sertanópolis, sendo instalado oficialmente em dezembro de 1952, ocasião em que tomou posse no cargo de Prefeito Municipal José Correia Pôrto de Abreu, um dos fundadores e pioneiros do progresso e engrandecimento da jovem unidade municipal.

LOCALIZAÇÃO — As coordenadas geográficas de 22° 51' de latitude Sul e 51° 03' de longitude W. Gr. determinam a sede municipal de Primeiro de Maio, estando o município situado na Zona Fisiográfica do Norte. Limita ao norte com o Estado de São Paulo; ao sul, com o município de Sertanópolis; a oeste, com os municípios de Alvorada do Sul e Bela Vista do Paraíso; e a leste com o município de Sertaneja.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede do município de Primeiro de Maio encontra-se a uma altitude de 298 metros.

CLIMA — Possui o município clima quente e sêco. Há ocorrência de chuvas freqüentes nos meses do verão e o clima é ameno e agradável no período invernal. As temperaturas médias, registradas, no ano de 1957, foram: média das máximas — 30°C; das mínimas — 18°C; e compensada — 24°C.

ÁREA — Compreende o município uma área de 497 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os rios Paranapanema e Tibagi, ambos não navegáveis, são os acidentes geográficos de maior importância no município.

POPULAÇÃO — Primeiro de Maio contava, pelo Recenseamento Geral de 1950, com 13 824 habitantes, sendo 7 346 homens e 6 478 mulheres. Sua densidade demográfica é de 34 habitantes por quilômetro quadrado; 86% da população estavam localizados na zona rural.

Aglomerações urbanas — A cidade de Primeiro de Maio e a vila de Ibiaci constituem as aglomerações urbanas do município. A cidade conta 3 500 habitantes e a vila, 520, aproximadamente.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Na agricultura se fixa a principal parte da economia municipal, secundada pela pecuária e indústria.

As principais culturas agrícolas são: o café em primeiro lugar com uma produção estimada em .... Cr$ 97 920 000,00; seguem-lhe o milho — .... Cr$ 21 076 000,00; o feijão — Cr$ 21 000 000,00; o arroz — Cr$ 5 297 600,00, em menor escala o algodão, o trigo, o amendoim, o alho, a mamona (semente), a alfafa, a banana e a laranja. Tem obtido bom incremento ùltimamente a cultura do trigo que muito bem se adapta às terras do município.

A pecuária tem no rebanho suíno sua grande importância. Em 1956 a exportação do gado suíno rendeu .... Cr$ 5 522 960,00.

A indústria, formada por 25 estabelecimentos, possui 5 ocupando 5 ou mais operários em suas atividades, agindo nos ramos "madeireiro", "cerâmica" e "produtos alimentares".

A exportação interestadual em 1956 somou .... Cr$ 44 747 619,00.

COMÉRCIO E BANCOS — No município existem 26 estabelecimentos varejistas, 5 atacadistas e 2 agências bancárias, que representam o comércio local, mantendo transações mercantis com os municípios de Londrina, no Paraná, e Assis, no Estado de São Paulo. Nessas localidades vende sua produção agropecuária e se abastece de gêneros e artigos para o consumo interno do município.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Na cidade existe um campo de pouso que vem sendo usado por aviões de pequeno porte.

Dista dos seguintes municípios limítrofes: Sertaneja — 35 quilômetros; Sertanópolis — 29 quilômetros; Bela Vista do Paraíso — 28 quilômetros; Alvorada do Sul — 30 quilômetros; Rancharia (SP) — 115 quilômetros; da Capital Estadual — 575 quilômetros; e da Capital Federal — 1 550 quilômetros aproximadamente. Não dispõe dos serviços telegráfico e postal do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Primeiro de Maio conta 3 500 habitantes aproximadamente. Possui cêrca de 780 edificações urbanas, das quais, 730 servem para fins residenciais. É dotada de energia elétrica para iluminação pública e particular, esta com 200 ligações.

São em número de 25 os logradouros públicos: 24 ruas e 1 praça. O comércio é constituído de 5 estabelecimentos atacadistas e 26 varejistas. Encontram-se 2 hotéis e 4 pensões para os serviços de alimentação e hospedagem.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Residindo no município, 2 médicos, 4 dentistas e 5 farmacêuticos prestam assistência médico-sanitária à população. Contam-se ainda 1 pôsto de higiene e 4 farmácias.

ALFABETIZAÇÃO — Das 1 612 pessoas de 5 anos e mais reveladas, pelo Censo de 1950, como existentes na sede do então distrito de Primeiro de Maio, 857 sabiam ler e escrever, sendo 498 homens e 359 mulheres.

Ensino — Em 1956, o ensino primário fundamental comum foi ministrado no município a um total de 1 810 alunos, por intermédio de 31 unidades escolares. Há na cidade 1 curso normal regional.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existem no município, em funcionamento, dois cinemas: o Cine Primeiro de Maio, na sede municipal, com 350 lugares; e o Cine Ibiaci, na vila dêste nome, com 80 lugares. Há 1 livraria.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950......	—	567	—	—	—
1951......	—	3 116	—	—	—
1952......	—	3 214	—	—	—
1953......	—	3 643	—	1 645	1 645
1954......	—	4 087	—	2 140	2 140
1955......	—	5 439	—	2 843	2 843
1956......	—	6 217	—	3 052	2 052

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E EFEMÉRIDES — O município comemora duas datas principais: o dia 1.º de maio, em homenagem à fundação do povoado, sendo feriado municipal o dia de Nossa Senhora Aparecida, padroeira local, a 8 de setembro.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O nome do município "Primeiro de Maio" está vinculado ao fato de haver sido fundado naquela data. Os habitantes do município são chamados primaienses.

Judiciàriamente constitui-se em distrito e têrmo subordinado à comarca de Sertanópolis. Na sede existe um Juiz de Paz e um Cartório do Registro Civil e Anexos.

Como acidente geográfico de relêvo, nota-se a lagoa denominada "Lagoa Sant'Ana", que segue paralela ao leito do rio Paranapanema numa extensão aproximada de 17 quilômetros e com a largura média de 600 metros. Parece ter sido formada pelo processo de aluvião fluvial em tempos primitivos.

É Prefeito Municipal de Primeiro de Maio o Senhor Euclides Batista. São Vereadores os Srs. Geraldo F. de Almeida, João B. Ferreira, Sebastião de Oliveira, João A. S. Martim, José Martini, Manoel T. Gomes, Alfredo Rossi, Domingos F. de Resende e Pedro B. Thomaz.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Paraná.

PRUDENTÓPOLIS — PR

Mapa Municipal no 11.º Vol.

HISTÓRICO — Até a segunda metade do século XIX o município de Guarapuava era a maior unidade administrativa do Paraná. Seu vasto território se estendia desde o rio dos Patos, na divisa com o município de Imbituva, até os rios Iguaçu e Paraná, nas fronteiras do Brasil com as repúblicas da Argentina e do Paraguai. A área compreendida entre o rio dos Patos e a Serra da Esperança era, até a época da abertura de linha telegráfica, pràticamente desabitada.

Quando Diretor do Telégrafo Nacional, o Barão de Capanema procurou instalar a linha telegráfica, celebrando contrato com o govêrno da província do Paraná, a fim de que êste mandasse abrir um caminho para Guarapuava, acompanhando os postes da linha telegráfica, correndo metade das despesas por conta dos cofres da província.

Em 1882, desde que o projeto da construção da estrada oferecia perspectivas de valorização das terras, começou a afluir gente à localidade, que, segundo consta, fôra anteriormente habitada por selvagens pertencentes às tribos dos coroados, hoje totalmente desaparecidos.

A seis quilômetros do rio dos Patos, Firmo Mendes de Queiroz, descendente de bandeirantes paulistas, construiu uma casa e tentou a agricultura. Pela sua propriedade deveria passar a linha telegráfica e, conseqüentemente, a estrada para Guarapuava.

Em 1884 o Páraco de Guarapuava convenceu Firmo Mendes de Queiroz a mandar construir uma capela consagrada a São João Batista. Nesse mesmo ano, Firmo de Queiroz doou suas terras, para que nelas fôsse construída uma povoação, à qual deu o nome de São João do Capanema, em homenagem ao Barão de Capanema, de quem o fundador era grande amigo.

Dentro em pouco tempo a povoação foi-se transformando e aumentando com a chegada de famílias de diversas procedências, constituindo-se a "Vilinha", como passou a denominar-se entre os moradores da região.

Em fins de 1894 o Govêrno Federal resolveu colonizar a região de São João do Capanema, cujas terras foram doadas pelo Govêrno do Estado para êsse fim.

O Dr. Cândido Ferreira de Abreu, Diretor da Colônia, resolveu denominar Prudentópolis, em homenagem ao então Presidente da República, Dr. Prudente José de Morais Barros, à colônia recém-fundada, denominação esta que fêz desaparecer a antiga designação de São João do Capanema.

A "Vilinha", então, como sede de colônia, tomou grande impulso. E já em 1895 apresentava aspecto de povoação próspera e progressista, com ruas bem traçadas e grande movimento de colonos.

Foi por essa época que chegou ao Brasil a primeira leva de colonos poloneses, os quais manifestaram ao Govêrno Federal o desejo de se estabelecerem nas terras do Paraná.

Além da colônia de Prudentópolis, formada quase exclusivamente de imigrantes poloneses, surgiram as colônias de Lucena, Santos Andrade e Olinto.

Para maior facilidade de administração, e, diante do elevado número de poloneses localizados ali, a colônia de Prudentópolis foi dividida nos seguintes núcleos: Ivaí, Piraí, Maurice Faivre, Inspetor Carvalho, Esperança, Santos Andrade, Sete de Setembro, Tiradentes, Dr. Vicente Machado, Rio Prêto, Quinze de Novembro, Visconde de Guarapuava, Barra Grande, Visconde de Nacar, Dezenove de Dezembro, Barra Velha, São João, Cônsul Pohl, Guarapuava, Coronel Bormann, Luiz Xavier, 25 de Outubro, União, Olinto, Eduardo Chaves, Capanema, Carlos Gomes, Sertório, Cláudio Guimarães, 23 de Abril, Iguaçu, Ronda e Mirim.

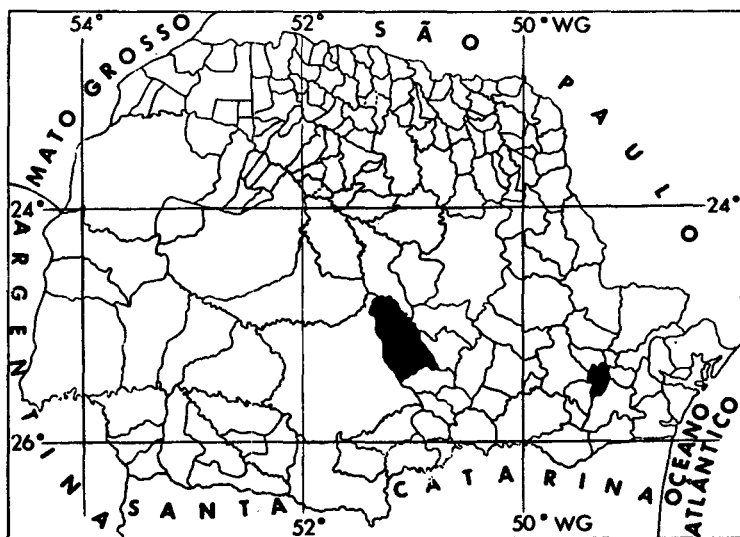
O distrito, que havia sido criado por Lei municipal n.º 25, de 26 de janeiro de 1886, com o nome de São João do Capanema, como foi dito acima, passou a denominar-se Prudentópolis, ao ser criada a colônia polonesa, já mencionada.

Pela Lei n.º 221, de 15 de dezembro de 1896, foi criada uma cadeira de instrução primária; e, pela Lei número 251, de 14 de dezembro de 1897, era criada a segunda cadeira.

Pelo Decreto n.º 225, de 15 de dezembro de 1903, foi criada uma Agência Fiscal em Prudentópolis, compreendendo todo o distrito policial do mesmo nome. Mas, o seu contínuo desenvolvimento, verificado em todos os setores de sua atividade, reclamava uma organização político-administrativa de acôrdo com as suas necessidades.

Com a localização de 120 famílias de imigrantes poloneses, a administração da colônia havia dado por concluída a sua tarefa. Dedicados à agricultura, à pecuária e à pequena indústria, êsses colonos representavam fator de grande progresso para a colônia, que prosperava extraordinàriamente.

Finalmente, pela Lei estadual n.º 2 614, de 14 de março de 1929, foi criado o município de Prudentópolis, com território desmembrado do de Guarapuava. O Decreto número 242, de 14 de junho do mesmo ano, designou o dia 8 de julho para a realização das eleições municipais. A 20 de agôsto daquele ano efetuou-se a instalação oficial do município, empossando-se as primeiras autoridades municipais. Pela Lei n.º 2 614, de 14 de março de 1929, Prudentópolis recebeu foros de cidade, sendo, ao mesmo tempo, criada a comarca de mesmo nome.

LOCALIZAÇÃO — O município acha-se localizado na Zona Fisiográfica de Irati, fazendo limites com Irati, Imbituva, Ipiranga, Cândido de Abreu e Guarapuava. A sua sede situa-se na posição geográfica de 25° 12' 40" de latitude Sul e 50° 58' 50" de longitude W. Gr., distando da Capital do Estado 240 quilômetros, através da rodovia federal Curitiba—Foz do Iguaçu.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal encontra-se a uma altitude de 730 metros.

CLIMA — O município possui clima temperado e sêco. No verão a temperatura se apresenta um pouco elevada, porém agradável, e no inverno ocorrem, no período de junho a agôsto, geadas freqüentes. As temperaturas observadas, no ano de 1957, foram 26°C para a média das máximas; 12°C, a das mínimas e 19°C, a compensada.

Salto Manduri, local onde se acha instalada a usina da Cia. Fôrça e Luz do Iraí Lt.da

ÁREA — É de 2 581 quilômetros quadrados a área compreendida pelo território do município.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município é cortado por inúmeros rios, sendo os mais importantes: Ivaí, nos limites com Cândido de Abreu, Barra Grande, Belo, São João e dos Patos. No setor orográfico destacam-se a serra da Esperança, na divisa com o município de Guarapuava e os morros Taguá, Trombudo, Trombudinho e Papagaio.

RIQUEZAS NATURAIS — Madeira de lei (cedro, peroba e imbuia), pinho e argila constituem as principais riquezas naturais do município.

POPULAÇÃO — A população de Prudentópolis, conforme os resultados do Censo de 1950, era de 27 958 habitantes, com a seguinte constituição: *segundo o sexo*: 14 033 homens e 13 925 mulheres; *segundo a nacionalidade*: 26 189 brasileiros natos, 680 brasileiros naturalizados, 1 088 estrangeiros e 1 sem declaração de nacionalidade; *segundo a côr*: 25 490 brancos, 68 pretos e 2 345 pardos; *segundo a religião*: 27 159 católicos apostólicos romanos, 469 protestantes, 34 espíritas, 242 de outras religiões, 9 sem religião e 45 sem religião declarada. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 16 374, havia 6 071 solteiros, 9 311 casados, 4 desquitados e 958 viúvos. Os 89% da população concentravam-se no quadro rural e a densidade demográfica era de 11 habitantes por quilômetro quadrado.

Aglomerações urbanas — Existem no município 3 aglomerações urbanas: a cidade de Prudentópolis, cuja população era de 2 823 pessoas (1 339 homens e 1 484 mulheres) e as vilas de Jaciaba, com 55 habitantes: 26 homens e 29 mulheres, e Patos Velhos, com 90 moradores, sendo 53 homens e 37 mulheres, tudo, ainda, segundo o Censo de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O ramo "agricultura, pecuária e silvicultura" (39% das pessoas em idade ativa) é considerado como principal atividade econômica do município, sendo também partes integrantes de sua economia a produção de madeira e extração de erva-mate.

O valor da produção agrícola para 1956 estava assim distribuído: milho — Cr$ 18 412 000,00; trigo — ...... Cr$ 18 360 000,00; batata-inglêsa — Cr$ 5 985 000,00; centeio — Cr$ 4 720 000,00; arroz — Cr$ 1 500 000,00.

Em 1955 a população pecuária valeu aproximadamente 64 milhões de cruzeiros. Atualmente o principal re-

banho é o suíno (cêrca de 50 000 cabeças) seguido do bovino, caprino, eqüino, muar e ovino, além do avícola também destacado. A indústria valia em 1955 quase 50 milhões de cruzeiros. Conta hoje com 56 estabelecimentos industriais dos quais 11 empregam 5 ou mais operários em suas atividades precípuas. Os ramos preferidos são o "madeireiro" (74% do valor total) e o de "produtos alimentares" (21%).

Em 1956 Prudentópolis exportou produtos no valor de Cr$ 10 207 018,00, sendo principais: laminados de pinho, trigo em grão, pinho compensado e tábuas serradas de pinho.

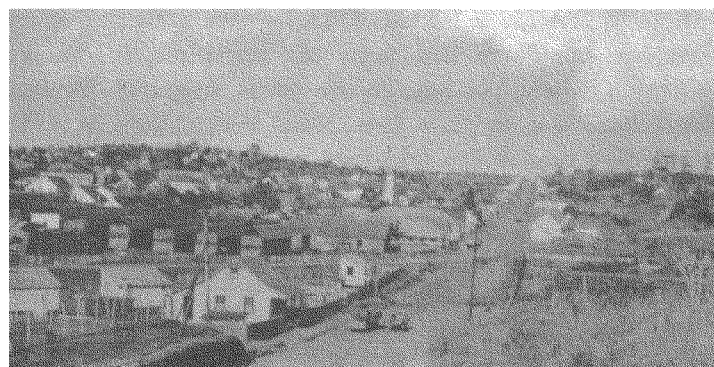
COMÉRCIO E BANCOS — Existem 195 estabelecimentos comerciais varejistas, 4 atacadistas e duas agências bancárias (inclusive agência da Caixa Econômica Federal do Paraná) que representam o comércio e crédito do lugar. Prudentópolis mantém transação comercial com as praças de Irati, Ponta Grossa, Guarapuava, Curitiba e São Paulo (SP).

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município de Prudentópolis liga-se às cidades vizinhas e às capitais Estadual e Federal pelos seguintes meios de transporte: Guarapuava — rodoviário: 80 quilômetros, Cândido de Abreu — rodoviário: 140 quilômetros, Imbituva — rodoviário: 70 quilômetros, Irati — rodoviário: 56 quilômetros, Curitiba — rodoviário: 245 quilômetros, Rio de Janeiro — rodoviário: 1 261 quilômetros. Próximo à cidade existe um campo de pouso de emergência, aos cuidados do Ministério da Aeronáutica, onde pousam táxis-aéreos e aviões militares.

Dispõe de uma agência postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Prudentópolis conta cêrca de 3 500 habitantes. Há 772 edificações urbanas, das quais, 692 ocupadas para fins residenciais. É servida de energia elétrica para fôrça motriz e para iluminação pública e particular, esta com 542 ligações. Conta com um serviço de água canalizada, cuja rêde distribuidora mede 580 metros, e abastece 10 prédios em 2 logradouros. Possui 23 logradouros públicos (1 avenida, 19 ruas e 3 praças), e 2 hotéis.

No ano de 1957, foram registrados no município 154 veículos motorizados, sendo 26 automóveis e 128 caminhões.

Igreja-Matriz de São Josafat, rito oriental ucraíno

Vista parcial da cidade

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existem em Prudentópolis os seguintes profissionais e estabelecimentos de saúde: 1 médico, 5 dentistas e 2 farmacêuticos; 2 hospitais: o Hospital Sagrado Coração de Jesus, mais conhecido por Hospital Ucraino, com 35 leitos e a Santa Casa de Misericórdia, com 30 leitos; 1 pôsto de higiene e 1 de puericultura. Na cidade funcionam 2 farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Localiza-se na cidade a Cooperativa dos Produtores de Mate Limitada, fundada em 1937, tendo como principal finalidade o fomento da produção da erva-mate. Congrega 541 associados.

ALFABETIZAÇÃO — Residiam no município, segundo os dados do Censo de 1950, 23 531 pessoas de 5 anos e mais, sendo que dêsse total 12 575 sabiam ler e escrever, ou seja, 6 814 homens e 5 761 mulheres. Na sede municipal, das 2 434 pessoas de 5 anos e mais, 1 920 eram alfabetizadas, sendo 942 homens e 978 mulheres.

Ensino — O ensino primário fundamental comum estêve representado no município, em 1956, por 86 unidades escolares, com a matrícula total de 3 031 alunos. Na cidade existem os seguintes estabelecimentos de ensino extraprimário: Curso Normal Regional, Escola Normal Secundária, Escola Técnica de Comércio, Ginásio Estadual de Prudentópolis, Ginásio Imaculada Virgem Maria e Seminário São José.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Funcionam, na cidade, a Sociedade Amigos da Cultura Ucraina, os cinemas São Luiz e Oriente, com 840 e 266 lugares, respectivamente; 1 tipografia; 1 livraria; 3 bibliotecas estudantis: do Seminário São José, com 2 800 volumes, do Ginásio Imaculada Virgem Maria, com 3 200 volumes e do Grupo Escolar "Barão de Capanema", com 1 200 volumes. Circula no município 1 jornal católico, em língua ucraína, de periodicidade semanal.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950......	688	1 811	771	488	740
1951......	822	1 970	1 570	471	1 715
1952......	1 849	2 227	1 217	525	962
1953......	1 592	2 810	1 349	545	1 389
1954......	1 659	3 388	1 263	533	1 188
1955......	2 560	4 148	1 904	1 870	1 855
1956......	2 119	4 422	1 500	1 477	1 588

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — As principais manifestações populares têm lugar no município, particularmente na cidade, por ocasião das festas religiosas: Semana Santa, Mês Mariano, São João, Natal, etc., tôdas com muita animação e dentro dos princípios que norteiam sempre tais acontecimentos.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O topônimo Prudentópolis representa uma homenagem a Prudente José de Morais Barros, ex-presidente da República.

Seus habitantes são chamados habitualmente de prudentopolitanos. É sede de comarca de terceira entrância do Estado, e compreende os distritos judiciários de: Prudentópolis, Jaciaba, Patos Velhos. O eleitorado inscrito em 1955 contava 5 400 cidadãos aptos.

Está sendo montada no município uma grande fábrica de papel e celulose, cuja matéria-prima a ser usada será o pinheiro.

As autoridades do município, atualmente em exercício, são: Prefeito Municipal — Sr. Afonso Ditsel. Vereadores — Srs. Dr. Edison José Sanches, Dr. Raul Durski Silva, Miguel Malonski, José A. Dietrich, João Szatkowski, Paulo O. Carvalho, Domingos L. de Oliveira, Moacir M. Cordeiro e Mariano Mantrowicz.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Paraná.

QUATIGUÁ — PR

Mapa Municipal no 11.º Vol.

HISTÓRICO — Os primeiros habitantes do município de Quatiguá procediam de Minas Gerais e São Paulo. No início do povoamento a localidade pertencia à comarca de São José da Boa Vista e era conhecida pelas denominações de Chapada a Jaboticabal.

Em 1903 chegou ali o sertanista João Ferreira de Paiva, que foi, por assim dizer, o fundador da cidade, iniciando o desbravamento da região e construindo a primeira casa no local onde surgiria a futura cidade de Quatiguá.

Acompanhando o gesto de Ferreira de Paiva, no período de 1909 a 1914, estabeleceram-se no povoado então nascente os seguintes pioneiros: Lucas Santos de Camargo, H. Pereira, Joaquim Luciano, Joaquim Ferreira de Carvalho, João Marques da Silveira e José da Rocha Fiuza, acompanhados das respectivas famílias. Êsse grupo povoador foi que deu comêço ao desbravamento da floresta virgem, promoveu o aproveitamento racional do solo e iniciou o plantio do café e de cereais próprios da região.

Devido à fertilidade das terras servidas em tôda a sua extensão por ótima água corrente; à própria situação geográfica da região; e às extraordinárias riquezas naturais de que a mesma era dotada, novas levas de colonos e povoadores chegaram à localidade.

Como era natural, o maior problema enfrentado pelos primeiros povoadores foi o da falta de estrada e da quase impossibilidade de acesso à região. Procurando resolver o problema, os habitantes da povoação nascente empenharam-se junto à Rêde de Viação Paranapanema, solicitando-lhe que estendesse um ramal daquela ferrovia até o povoado.

Para que a medida se concretizasse, os moradores de Quatiguá fizeram doação à Rêde do terreno necessário à construção da estação ferroviária e do leito da estrada. Iniciadas as obras do ramal requerido pelos moradores, êstes colaboraram decisivamente com o máximo empenho, contribuindo para que as obras fôssem concluídas com a maior brevidade.

Em 1911 foi desmembrado o município de São José da Boa Vista e criado o município de Tomazina, passando Quatiguá a pertencer a êste último.

A construção da ferrovia prosseguiu ininterruptamente e no dia 21 de setembro de 1922, para alegria dos fundadores e habitantes de Quatiguá foi inaugurada a Estação Ferroviária de mesmo nome, bem como o trecho da estrada de ferro ligando a povoação de Quatiguá à cidade de Siqueira Campos.

Em 1928, por Decreto do govêrno estadual, criou-se o Distrito Policial de Quatiguá. O Distrito foi criado com as divisas atuais, decididas no litígio havido entre os municípios de Tomazina e Santo Antônio da Platina, no qual teve ganho de causa êste último, motivo por que Quatiguá passou a ser jurisdicionado ao município de Santo Antônio da Platina.

Durante a revolução outubrina de 1930, a então vila de Quatiguá foi palco de graves acontecimtntos. Ocorreu ali o encontro das tropas revolucionárias procedentes do Rio Grande do Sul com as fôrças paulistas fiéis ao Govêrno. Essa epopéia de lutas fratricidas foi perpetuada através de um obelisco erguido na Praça Expedicionário Eurides do Nascimento, em 1936, onde continuará na memória de todos, como um símbolo do que foram os dolorosos acontecimentos registrados em Quatingá, no período revolucionário de 1930.

Em 24 de julho de 1931, depois de haver sido elevado à categoria de município, Joaquim Távora, que fôra desmembrado de Santo Antônio da Platina em 1929, criou-se o distrito judiciário de Quatiguá, que passou a integrar o território do município de Joaquim Távora.

Por ocasião da revolução constitucionalista, que rebentou em São Paulo em 1932, novamente se encontraram empenhados em luta fratricida paulistas e gaúchos. Chegando a Quatiguá os combatentes gaúchos se aquartelaram, mais uma vez, em Quatiguá. Não houve, porém, maiores conseqüências, porque os revolucionários paulistas não atingiram as trincheiras rio-grandenses, em Quatiguá.

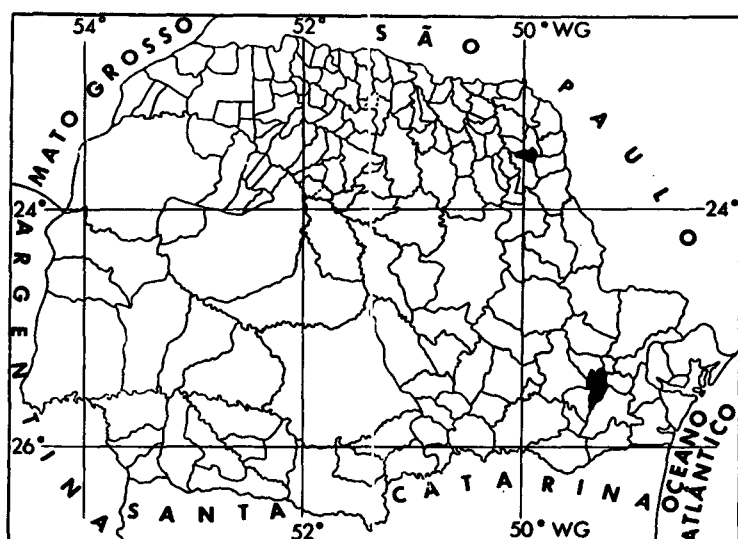
Nessa oportunidade houve um movimento no sentido de ser mudado o nome do município de Quatiguá para um outro qualquer. Entretanto, a medida não pôde ser concretizada em virtude da oposição levantada pelo povo.

De todos os distritos do município de Joaquim Távora, exclusive o da sede municipal, o que apresentou mais rápido crescimento populacional e mais vertiginoso progresso em todos os setores de atividade foi, indiscutìvelmente, o de Quatiguá, graças à exuberância e fertilidade de suas terras e à facilidade e eficiência dos transportes já existentes, dando escoamento fácil aos produtos da região e facilitando o acesso de elementos oriundos de outras unidades da Federação.

Igreja de Nossa Senhora Aparecida

Em face dêsses fatôres de progresso e tendo em vista que o distrito se projetava de maneira extraordinária entre as demais unidades municipais da região, os moradores da localidade nomearam uma comissão para pleitear junto aos podêres competentes a emancipação política do distrito, com a conseqüente elevação à categoria de município autônomo. Essa comissão foi constituída de sete pessoas de maior expressão política e social da localidade, tendo se dirigido, logo a seguir, ao Interventor Federal no Estado do Paraná, a quem expôs a comissão as reivindicações da população de Quatiguá.

Não obstante os esforços desenvolvidos pela comissão e o interêsse demonstrado por algumas autoridades, o fato não se concretizou no período da ditadura. Mas, pela Lei estadual n.º 2, de 13 de outubro de 1947, o distrito de Quatiguá foi desmembrado do município de Joaquim Távora e elevado à categoria de município autônomo, com a mesma tradicional denominação, sendo instalado a 26 de outubro de 1947.

LOCALIZAÇÃO — O município de Quatiguá está situado na Zona Fisiográfica de Tomazina, sendo limitado ao norte pelo município de Joaquim Távora; a oeste, por Joaquim Távora e Tomazina; ao sul, por Tomazina; e a leste, por Siqueira Campos e Joaquim Távora.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Na sede é de 678 m a altitude.

CLIMA — Domina no município o clima quente, sêco e saudável, observando-se no verão temperatura elevada; fresca, porém, agradável, no inverno, a qual desce à média de 4 a 10ºC em alguns dias, nessa estação. Há ocorrência de chuvas freqüentes durante as primaveras e verões. As temperaturas médias registradas, no ano de 1957, foram 32ºC para as máximas, 6ºC para as mínimas e 20ºC a compensada.

ÁREA — É de apenas 124 quilômetros quadrados a área do município.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os cursos de água de mais destaque são: rio Jacarèzinho, ribeiro da Barra Grande, ribeiro Bonito, ribeiro Quatiguá e ribeiro do Salto. Encontra-se, ainda, a serra do Quatiguá, que atinge aproximadamente 700 m de altura, e o pico do Ribeirão Bonito com 600 m de altitude.

RIQUEZAS NATURAIS — As jazidas de calcário representam a principal riqueza natural do município.

POPULAÇÃO — Pelo Recenseamento Geral de 1950, Quatiguá contava 4 755 habitantes, sendo 2 410 homens e 2 345 mulheres. Sua densidade demográfica era de 41 habitantes por quilômetro quadrado; 76% da população estavam localizados no quadro rural. Segundo *a côr* — 4 456 brancos, 110 pretos, 52 pardos e 135 amarelos; segundo *o estado civil* (15 anos e mais) — 722 solteiros, 1 732 casados, 133 viúvos e 2 desquitados; segundo *a nacionalidade* — 181 estrangeiros e 51 brasileiros naturalizados; segundo *a religião* — 4 299 católicos romanos e 456 de outras religiões.

Aglomeração urbana — A cidade de Quatiguá constitui a única aglomeração urbana do município. Contava, pelo Recenseamento Geral de 1950, com 1 235 habitantes, sendo 606 homens e 629 mulheres. Estima-se sua população atual em 1 600 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A atividade econômica do município se fixa na agricultura, coadjuvada pela pecuária, sendo a principal espécie cultivada o café. A produção agrícola prevista para 1956 estava assim distribuída; café — Cr$ 5 500 000,00; batata-inglêsa — .... Cr$ 1 872 000,00; arroz — Cr$ 1 512 000,00; milho — Cr$ 1 320 000,00; feijão — Cr$ 1 300 000,00; algodão — Cr$ 819 200,00; em menor escala cebola, alho, mandioca, laranja e abacaxi.

A população pecuária representa valor considerável pela sua contribuição à economia municipal. O principal rebanho é o suíno, seguido do bovino, eqüino, caprino e ovino. Há exportação de gado, tendo em 1956 deixado o município gado suíno para alimentação, no valor de .... Cr$ 3 030 796,00.

Grupo Escolar Estadual

Prefeitura Municipal

A indústria compõe-se de 20 estabelecimentos, dos quais 4 ocupam 5 ou mais operários. Os ramos principais são "cerâmica", "madeireiro" e de "produtos alimentares". A exportação de Quatiguá em 1956 elevou-se a .... Cr$ 13 258 035,00. Os produtos mais exportados foram o feijão, gado suíno, batatas, café em grão, cebolas e cebolinhas.

COMÉRCIO E BANCOS — Quatiguá possui 44 estabelecimentos comerciais varejistas e 7 atacadistas e 3 agências bancárias, que representam o comércio e crédito locais. Mantém o município transação mercantil com as praças de Londrina, Jaguariaíva, Ponta Grossa e Curitiba, no Paraná; São Paulo, Agudos, Bauru e Marília, em São Paulo; e Belo Horizonte, em Minas Gerais.

Naquelas praças vende sua produção agrícola e pecuária como também ali se abastece dos artigos e mercadorias de que necessita para seu consumo interno.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido pelos transportes rodoviários e ferroviário (R.V.P.S.C.). Liga-se aos seguintes municípios vizinhos: Joaquim Távora: 1) rodoviário — 8 km; 2) ferroviário — 12 km; Siqueira Campos: 1) rodoviário 22 km; 2) ferroviário — 24 km; Tomazina: 1) rodoviário — 41 km; 2) ferroviário — 71 km. Dista da Capital Estadual: 1) rodoviário — 304 km; 2) ferroviário — 460 km; da Capital Federal: 1) rodoviário — 1 004 km; 2) ferroviário — 1 029 km.

Na cidade existe funcionando uma agência postal do D.C.T. O serviço telegráfico é o da R.V.P.S.C. (Estrada de Ferro). Um serviço de telefones urbano e interurbano é utilizado pela população.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Quatiguá conta atualmente 1 600 habitantes e cêrca de 375 edificações, das quais, 302 servem para fins residenciais. É servida por telefones urbanos com 28 ligações e energia elétrica para iluminação pública e particular.

Existem na cidade 35 logradouros públicos, sendo 4 avenidas, 25 ruas, 5 travessas e 1 praça. No ano de 1957, foram registrados, na Prefeitura Municipal, 43 veículos motorizados, sendo 7 automóveis e 36 caminhões.

O comércio local é constituído de 7 estabelecimentos atacadistas e 44 varejistas.

Conta com 1 hotel e 1 pensão que prestam os serviços de alimentação e hospedagem.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Um médico, 2 dentistas e 3 farmacêuticos desempenham suas atividades profissionais no município, em benefício da população. Existe, também, na sede municipal, um pôsto de higiene, prestando serviços de assistência médica em geral. Acham-se ainda, localizadas na cidade, 3 farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — O Pôsto de Higiene, mantido pelo Govêrno do Estado, executa serviços de assistência social e médica em geral, à população.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Censo de 1950, existiam no município 3 873 pessoas de 5 anos e mais. Dêsse total 1 783 sabiam ler e escrever: 1 043 homens e 740 mulheres. Na sede municipal, das 1 001 pessoas de 5 anos e mais, 692 eram alfabetizadas: 380 homens e 312 mulheres.

Ensino — Funcionaram em 1956, no município, 10 unidades de ensino primário fundamental comum, com a matrícula de 603 alunos; encontra-se na cidade 1 curso normal regional.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Na sede municipal funciona o Cine Avenida, com 150 lugares, existindo também a Biblioteca Católica de Quatiguá, de caráter público, com 400 volumes de obras gerais.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950......	—	1 090	498	258	420
1951......	—	1 409	605	321	498
1952......	—	1 317	727	311	494
1953......	—	1 471	959	327	919
1954......	—	1 681	1 027	498	890
1955......	—	2 666	948	371	1 107
1956......	—	2 330	1 359	504	1 284

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — Realizam-se no município as seguintes festas populares: Folia dos Reis Magos, no período de 1.º a 6 de janeiro. Natal, tradicionalmente festejado como a festa da Cristandade; e os folguedos juninos, que vão de 24 a 29 de junho, entendendo-se como tal, também, a festa de São Pedro e São Paulo. Tôdas se revestem de muito brilhantismo e animação, nelas tomando parte tôda a população do município.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A denominação "Quatiguá" é corrutela da palavra "Catingua", nome de um vegetal encontrado na região, cuja casca era usada para tingir tecidos. Seus habitantes são chamados quatigüenses.

Quatiguá é sede de distrito judiciário, subordinado à comarca de Joaquim Távora. Na cidade existe um Juiz de Paz e um Cartório do Registro Civil e anexos. Em 1955 estavam inscritos 1 785 eleitores.

As autoridades municipais atualmente em exercício são: Prefeito — José Leonci da Silva; Vereadores — Antonio Rodrigues Filho, Paulo Moura, Almir A. Arruda, Vasco A. Candota, Ernesto Zanini, Dr. Antonio S. Sebran, Maximino Tramontin, Moacir Toledo e Isidoro Cocelin.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

QUERÊNCIA DO NORTE — PR

Mapa Municipal no 12.° Vol.

HISTÓRICO — Da antiga Colônia, depois município de Paranavaí, situado a noroeste do Estado do Paraná, numa região também conhecida pela denominação genérica de "Norte Novo", surgiu, em curto lapso de tempo, elevado número de novas comunidades, entre as quais, Querência do Norte, que é produto da febre de colonização e desbravamento que avassalou tôda a zona geo-econômica conhecida por aquela designação.

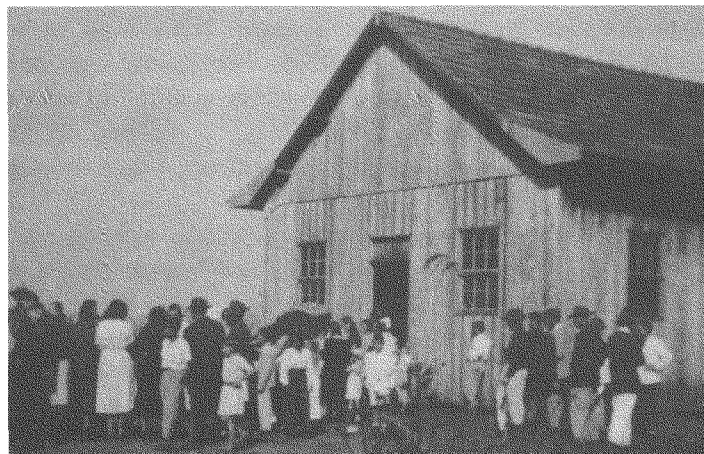
Em meados de 1950, um grupo de homens de negócio, tendo à frente Carlos Antonio Franquelo e Angelo Bortolli, fundadores e diretores da Companhia Colonizadora Brasil-Paraná Loteamentos S. A., chegaram à localidade, trazendo o plano de lotear e colonizar as glebas 27, 27-A, 28, 29 e 30, de propriedade da emprêsa de que eram diretores.

Desenvolvendo trabalho incessante e construtivo, conseguiu a Companhia transportar para as suas terras grandes levas de colonos e agricultores. Entre êsses pioneiros figuram os nomes de Alexandre Roglio, Alcangelo e Albino Otomal, Irmãos Zago, Aureliano Bispo de Mendonça, José Braga, Francisco Cearense, Saturnino Ferreira e os primeiros comerciantes, que foram Ernesto Ribeiro e Daniel Silveira.

Os primeiros funcionários da emprêsa imobiliária a chegarem à localidade foram Otomal Eberhaldt e Eugenio Lange, onde se estabeleceram no ano de 1950.

Em fins de 1951 instalou-se a primeira escola de curso primário, fundada por iniciativa da Senhora Norma Patriche Borsato, que, com êsse gesto, incluiu seu nome na Formação histórica de Querência do Norte.

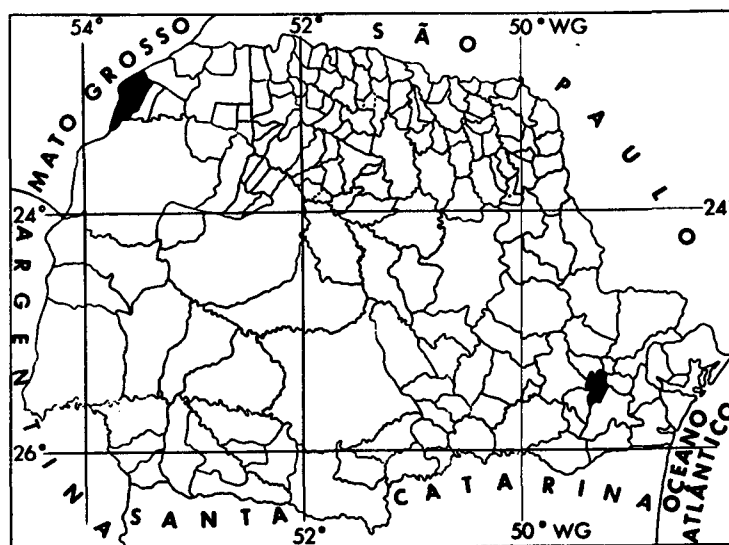
Tendo sido elevado à categoria de município, em 14 de dezembro de 1952, o distrito de Paranavaí, as terras situadas dentro de sua jurisdição passaram a ter grande procura, com valorização rápida e progressiva. Em vista disso, o território de Querência do Norte, coberto por densa mata virgem, passou a ser procurado com maior interêsse, o que facilitou à Companhia Colonizadora Brasil-Paraná Loteamentos S. A. vender sem esfôrço os lotes e sítios de sua propriedade, atraindo levas e mais levas de compradores vindos do Rio Grande do Sul, do Norte e Nordeste do Brasil e de todos os pontos do país, num "rush" febril e impressionante.

Entre as pessoas de maior expressão social e cultural chegadas à nova Colônia, podemos anotar a presença do Dr. Herbert Francelau, que aqui apareceu em 1953, radicando-se na futura cidade de Querência do Norte.

Igreja Católica

Pela Lei municipal n.° 13, de 5 de agôsto de 1953, Querência do Norte foi elevada à categoria de distrito administrativo de Paranavaí. Já nessa época se encontravam no povoado nada menos de 3 000 habitantes.

Decorrido pouco mais de um ano, pela Lei estadual n.° 253, de 26 de novembro de 1954, o distrito de Querência do Norte era elevado à categoria de município, após o desmembramento de Paranavaí.

A 3 de outubro de 1955 realizaram-se as eleições municipais, e, em novembro daquele ano, efetuava-se a posse do primeiro Prefeito Municipal e dos membros da Câmara, cuja escolha recaiu na pessoa dos seguintes cidadãos: Prefeito, Osório Ferreira Lemos; vereadores, Adelino Marquetti, Giusepe Capeletto, Jorge Gomes da Costa, Julia Bernarda de Lara, Dr. Oscar Murilo Gomes, Setembrino Zago e Wilson Ferreira Lemos.

LOCALIZAÇÃO — As coordenadas geográficas de 22° 59' de latitude Sul e 53° 25' de longitude W.Gr. determinam a localização do município de Querência do Norte. Situa-se o mesmo na Zona Fisiográfica de Ivaí, às margens do rio Paraná, e limita ao norte com o Estado de Mato Grosso e o município de Loanda; ao sul, com o município de Cruzeiro do Oeste; a oeste, com o Estado de Mato Grosso; e a leste, com o município de Santa Cruz do Monte Castelo.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal de Querência do Norte encontra-se a uma altitude de 490 metros.

CLIMA — O clima do município é quente e sêco. As temperaturas observadas em 1957 foram 31,5°C para a média das máximas, 12°C para a das mínimas e 21,7°C a compensada.

ÁREA — Compreende o município uma área de 973 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os rios Paraná e Ivaí são os mais importantes acidentes geográficos do município.

POPULAÇÃO — Estima-se a população atual do município em 3 800 habitantes.

Aglomerações urbanas — Três aglomerações urbanas existem: cidade de Querência do Norte, vilas de Paranaguaçu e

Pôrto Brasília. A cidade de Querência do Norte possui cêrca de 1 500 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A principal atividade econômica do município se baseia na agricultura, e nesta em plano destacado a cafeicultura, seguindo-lhe em importância a pecuária em fase de incremento.

A produção agrícola prevista para 1957 era: café — Cr$ 8 400 000,00; algodão — Cr$ 8 800 000,00 arroz — Cr$ 11 200 000,00; milho — Cr$ 3 750 000,00; feijão — Cr$ 1 440 000,00; em menor escala, o trigo, a cebola, a mandioca e o amendoim.

A lavoura cafeeira, por ser formada de plantação nova, ainda não atingiu o máximo de produção, o que ocorrerá nos anos vindouros; o plantio do algodão vem aumentando de ano para ano, sensivelmente. Está em fase inicial a cultura da "oliveira".

A pecuária, quer de gado bovino ou suíno, está em franco desenvolvimento, através de criadores locais, estimando-se em 1957: gado bovino — 5 000 cabeças.

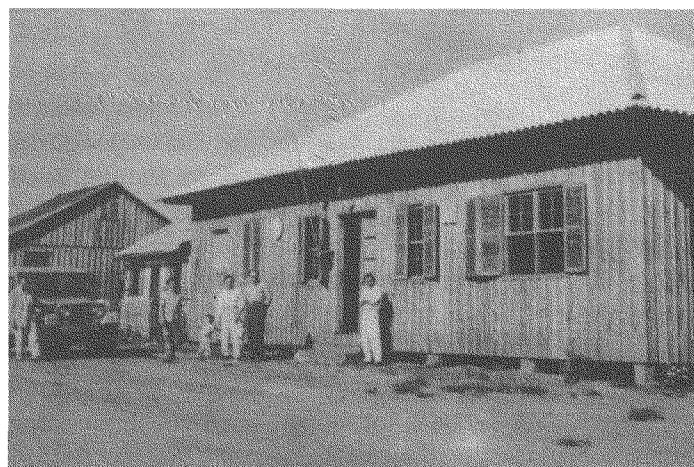
A indústria conta 5 estabelecimentos dos quais 3 ocupam 5 ou mais operários. Explora os ramos: madeireiro e produtos alimentares. Prevê-se, para breve, a ampliação do número de estabelecimentos industriais que se instalarão no município.

COMÉRCIO E BANCOS — O município possui cêrca de 34 estabelecimentos comerciais varejistas e 3 atacadistas. Mantém transação comercial com Paranavaí, Loanda e Maringá, no Paraná; e Pôrto Epitácio, no Estado de São Paulo.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido pelos seguintes meios de transporte: rodoviário, aéreo (táxis-aéreos) e fluvial. Por estradas de rodagem está ligado aos municípios de: Loanda — 64 km; Santa Cruz do Monte Castelo — 42 km; Cruzeiro do Oeste — 200 km. Dista da Capital Estadual (rodovia) — 663 km, da Capital Federal (rodovia) 1 430 km.

Na cidade existe um campo de pouso (1 500 x 25 m) onde aterrisam e de onde decolam táxis-aéreos e aviões de pequeno porte, sem linhas regulares, todavia.

O transporte fluvial é efetuado através da localidade denominada "Pôrto Brasília" onde são mantidas pela Cia. de Navegação Rio Paraná diversas embarcações para o

Serraria Santa Ângela

Prefeitura Municipal

transporte de mercadorias e passageiros entre os municípios de Guaíra (PR) e Pôrto Epitácio (SP).

ASPECTOS URBANOS — De 1 500 habitantes é a população atual da cidade, contando ela com acima de 200 edificações. É servida de energia elétrica com 51 ligações domiciliares.

Há 2 hotéis e 2 pensões instalados na sede municipal.

Registrou a Prefeitura, em 1956, 19 veículos motorizados, sendo 3 automóveis e 16 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Exercem suas profissões no município, a cuja população prestam assistência médico-sanitária e em geral, 1 médico, 1 dentista e 1 farmacêutico. Existe 1 farmácia na cidade.

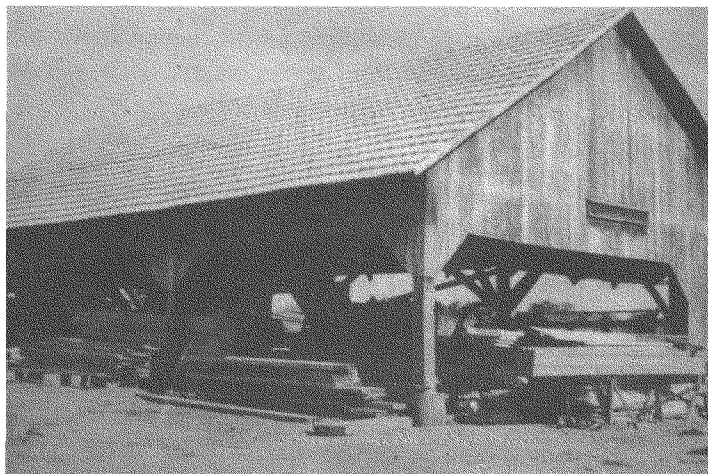
Ensino — Funcionaram em Querência do Norte, em 1956, 2 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, com matrícula de 100 alunos.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1956......	...	...	1 002	243	1 395

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — As manifestações populares de maior destaque no município ocorrem por ocasião do Natal, da Páscoa, do carnaval e dos folguedos juninos.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O topônimo "Querência do Norte" ou simplesmente "Querência" é um têrmo de gíria gaúcha que significa lugar querido, ou onde se quer viver. Tal nome foi dado pelos seus colonizadores, na maioria provindos do Estado do Rio Grande do Sul. Seus habitantes são conhecidos usualmente por querencianos.

Querência do Norte é distrito Judiciário subordinado à comarca de Loanda. Na sede existe um Juiz de Paz e um cartório do Registro Civil e Anexos. É Prefeito Municipal o dinâmico e estimado paraibano Osório Ferreira Lemos. São Vereadores os Srs. Pedro Marchim Jorge Gomes da Costa, Julia B. de Lara, Daniel Silveira, Wilson F. Lemos, Giusepe Capeletto, Dr. Oscar Murilo Gomes e Setembrino Zago.

REBOUÇAS — PR

Mapa Municipal no 11.º Vol.

HISTÓRICO — O território do atual município de Rebouças, antes de sua fundação, pertencia ao município de União da Vitória. A povoação teve início no lugar denominado Butiazal e aproximadamente em 1902 foi transferida para a atual localização, vindo a chamar-se Rio Azul, ficando sob a jurisdição do têrmo de São João do Triunfo, então integrando a comarca de Palmeira.

Entre os anos de 1902 e 1904, quando as pontas de trilhos da Estrada de Ferro São Paulo—Rio Grande Railway (hoje Rêde de Viação Paraná—Santa Catarina) atingiram as proximidades, Rio Azul, que era distrito, passou a denominar-se Antônio Rebouças, em homenagem ao grande engenheiro brasileiro, orientador dos trabalhos de construção da importante ferrovia, em companhia de seu irmão André Rebouças, ambos desbravadores dos sertões paranaenses e vultos de destacada projeção da engenharia nacional.

Pela Lei estadual n.º 2 738, de 31 de março de 1930, o distrito foi elevado à categoria de município, conservando a denominação de Antonio Rebouças, judicialmente subordinado ao têrmo de São João do Triunfo e jurisdição da comarca de São Mateus do Sul.

Mais tarde, por fôrça do Decreto n.º 93, de 18 de junho de 1936, o município foi elevado a têrmo de comarca, desmembrando-se de São João do Triunfo e passando a integrar a comarca de Irati, mantendo a designação de Antonio Rebouças, que conservou até 1943, quando, em virtude de legislação federal, que não permitia topônimos iguais, passou a denominar-se simplesmente Rebouças, isso porque um distrito no Estado de São Paulo tivera preferência para a denominação de Antônio Rebouças.

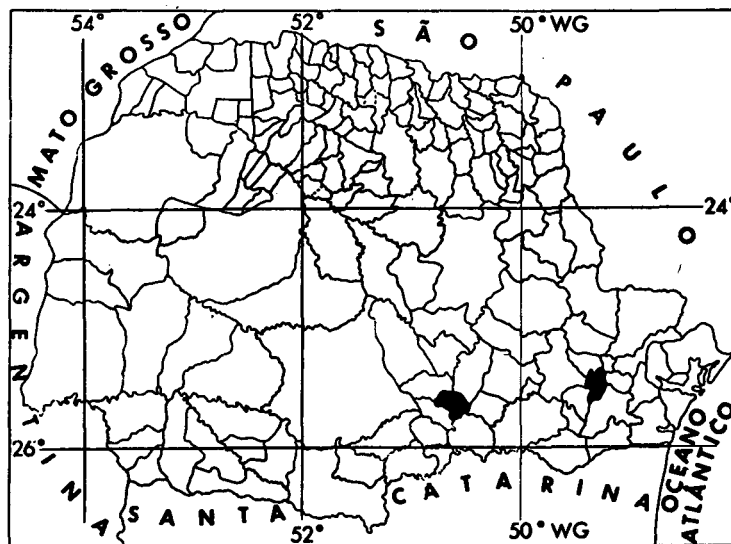
Por Decreto estadual n.º 5 907, de 1.º de dezembro de 1937, no govêrno de Manoel Ribas, Rebouças foi elevado à categoria de comarca de primeira entrância, reestruturada e confirmada nessa categoria, pela Lei estadual de 14 de setembro de 1948.

Os primeiros moradores do município foram Lourenço Mourão, Honorato Pinto Ferreira, coronel José Afonso Vieira Lopes e Domingos da Luz, procedentes do município da Palmeira, e Soares Franco e coronel Hortêncio de Melo que vieram do município de Contenda.

O primeiro Prefeito de Rebouças foi Antônio Franco Sobrinho, empossado, juntamente com a primeira Câmara de Vereadores, no ensejo da instalação da comuna, no dia 21 de setembro de 1930. Na atual legislatura, que se encerra em 1958, ocupa o cargo de chefe do Executivo Municipal o cidadão Kemel Sarkis Melem.

Grupo Escolar Professor Júlio Cesar

Diversos magistrados, que desempenharam o cargo de Juiz de Direito em Rebouças, hoje são Desembargadores no Tribunal de Justiça do Estado. Entre êles, podem ser relacionados os seguintes: Dr. Francisco de Paula Xavier, José Munhoz de Mello, Eduardo Xavier da Veiga, Joaquim Penido Monteiro e Joaquim Ferreira Guimarães.

LOCALIZAÇÃO — As coordenadas geográficas de ...... 25º 37' 21" de latitude Sul e 50º 41' 39" de longitude W.Gr. determinam a posição da sede municipal de Rebouças. Situa-se o município na Zona Fisiográfica de Irati, limitando ao norte com os municípios de Arati e Teixeira Soares; ao sul, com os municípios de Rio Azul e São Mateus do Sul; a oeste, com o município de Rio Azul; e a leste, com o de São João do Triunfo.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

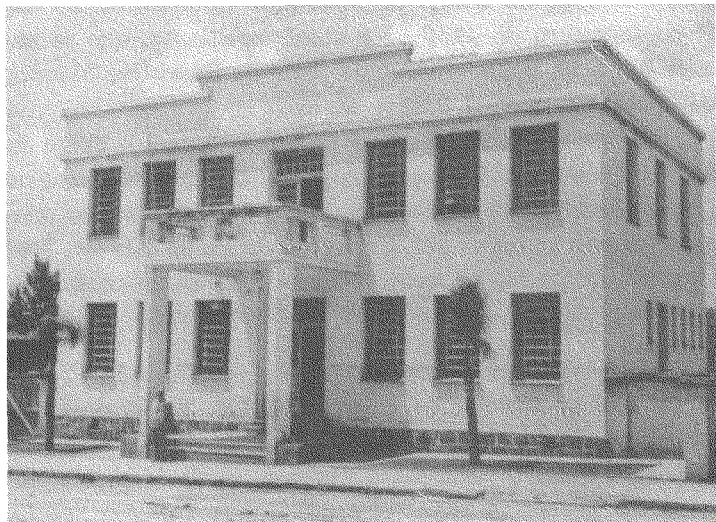
ALTITUDE — A sede do município de Rebouças encontra-se a uma altitude de 778 m.

CLIMA — Possui o município clima temperado. Há ocorrência, nos invernos, de geadas freqüentes. As temperaturas observadas, em 1957, foram de 17ºC para a média das máximas, 8ºC para a das mínimas e 12,5ºC a compensada.

ÁREA — Compreende o município uma área de 522 quilômetros quadrados.

RIQUEZAS NATURAIS — A madeira e a erva-mate são as principais riquezas naturais. Existe, também, no município, uma grande jazida de xisto betuminoso.

POPULAÇÃO — O município de Rebouças possuía, por ocasião do Recenseamento Geral de 1950, 10 708 habitantes, sendo 5 323 homens e 5 385 mulheres. De 21 habitantes por quilômetro quadrado era a densidade demográfica; 81% da população estavam localizados no quadro rural.

Aglomeração urbana — A cidade de Rebouças é a única aglomeração urbana do município. Pelo Censo Demográfico de 1950, contava ela 2 066 habitantes, sendo 950 homens e 1 116 mulheres, assim distribuídos: *quadro urbano*

Prefeitura Municipal

— 1 163 habitantes, 510 homens e 653 mulheres; *quadro suburbano* — 923, 440 homens e 483 mulheres. A população atual está estimada em 3 000 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Repousa na agricultura a estrutura econômica do município em cujas terras o cultivo principalmente de cereais se faz em uma escala considerável.

A produção agrícola prevista para 1956 estava assim distribuída: milho — Cr$ 12 990 000,00; arroz — ... Cr$ 4 440 000,00; trigo — Cr$ 4 932 000,00; batata-inglêsa — Cr$ 3 500 000,00; feijão — Cr$ 2 750 000,00.

A pecuária atende apenas às necessidades internas do município, apresentando valor destacado os rebanhos suíno, bovino e caprino.

Existem em Rebouças 33 estabelecimentos industriais, dos quais, 5 utilizam 5 ou mais pessoas em suas lides. Os principais ramos são: "madeireiro", "ervateiro" e de "produtos alimentares".

Rebouças exportou em 1956 (para os Estados) a cifra de Cr$ 4 536 000,00. Os produtos mais exportados foram: tábuas serradas de pinho, milho e batatas.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local está representado por 58 estabelecimentos varejistas, 7 atacadistas e 1 agência bancária. Mantém o município transação comercial com as praças de Irati, Ponta Grossa, Curitiba e São Paulo (SP).

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido pelos transportes rodoviário e ferroviário (da R.V.P.S.C.). Liga-se aos seguintes municípios

Vista geral da cidade

próximos: Irati — 24 km (rodoviário) e 27 km (ferroviário); Teixeira Soares — 55 km (rodoviário) e 60 km (ferroviário); São João do Triunfo — 58 km (rodoviário); São Mateus do Sul — 60 km (rodoviário; Rio Azul — 18 km (rodoviário) e 22 km (ferroviário). Dista das Capitais Estadual e Federal 209 e 1 212 km (rodoviário) e 316 e 1 292 km (ferroviário), respectivamente.

Na sede funcionam 1 agência postal do D.C.T. e 1 serviço telegráfico da R.V.P.S.C. (estrada de ferro). A cidade é dotada de serviço telefônico, urbano e interurbano.

ASPECTOS URBANOS — Conta a sede municipal uma população estimada em 3 000 habitantes. Há, ali, 620 edificações, das quais, 580 destinadas a fins residenciais. É servida por telefones, com 30 aparelhos instalados e por energia elétrica para fôrça motriz, iluminação pública e domiciliar, esta com 335 ligações.

Existem, na cidade, 27 logradouros públicos, sendo 2 avenidas, 18 ruas, 3 travessas e 4 praças. O comércio local é constituído de 3 estabelecimentos atacadistas e 61 varejistas.

Igreja-Matriz Senhor Bom Jesus

Prestam os serviços de alimentação e de hospedagem 2 hotéis e 1 pensão.

No ano de 1957, foram registrados na Prefeitura Municipal 58 veículos, sendo 17 automóveis e 41 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Exercem sua profissão no município 1 médico, 2 dentistas e 1 farmacêutico. Há, na cidade, um pôsto de higiene mantido pelo Govêrno Estadual, e 1 farmácia.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — O Pôsto de Higiene presta serviços de assistência social. O movimento cooperativista é representado, no município, por 2 cooperativas: a dos Produtores de Mate "Linha-Sul Ltda.", fundada em 1943 e congregando 327 associados, e a Cooperativa Mista Copa Grimpa Ltda., fundada em 1947, com 120 sócios.

ALFABETIZAÇÃO — Quando da realização do Censo de 1950 existiam no município 8 884 pessoas de 5 anos e mais, das quais, 4 704 sabiam ler e escrever, sendo 2 661 homens e 2 043 mulheres. Na sede municipal existiam 1 792 habitantes com essas idades, sendo que 1 353 (648 homens e 705 mulheres) sabiam ler e escrever.

Ensino — O ensino primário fundamental comum, em 1956, foi ministrado no município através de 32 unidades

escolares, em que estiveram matriculados 1 172 alunos. Existe na cidade um curso normal regional.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Acha-se no município 1 cinema, o Cine Marumby, com 550 lugares. Em funcionamento são encontradas as bibliotecas: Ruy Barbosa, com 860 volumes, e Castro Alves, com 430 volumes, ambas de caráter estudantil.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950......	483	749	589	274	703
1951......	489	1 897	578	249	799
1952......	1 226	1 041	694	242	499
1953......	1 031	1 415	994	253	552
1954......	1 193	1 373	788	232	768
1955......	1 792	1 674	815	241	1 486
1956......	2 342	2 245	1 159	246	667

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — Celebra-se a festa do Senhor Bom Jesus, padroeiro do município, no período de 28 de julho a 6 de agôsto, com muita animação e afluência de fiéis procedentes de todos os recantos do território municipal. Festejam-se ainda a Páscoa, o Natal, o São João.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O nome primitivo do município era "Antonio Rebouças" representando uma homenagem ao grande engenheiro ferroviário brasileiro. O topônimo atual é apenas "Rebouças". Seus habitantes são conhecidos pelo nome de reboucenses.

Rebouças é comarca judiciária de primeira entrância sendo constituída pelos seguintes distritos: Rebouças, Rio Azul e Soares. Seu eleitorado em 1955 somava 3 037 eleitores. As autoridades atuais do município são: Juiz de Direito — Dr. Zanoni de Quadros Gonçalves; Promotor Público — Dr. José Jorge Dequech; Prefeito Municipal — Sr. Kemmel S. Mellem; Vereadores — Sr. Caetano Castagnolli, Areski de A. Godoy, Germano Veiga, Leôncio Pulner, Adolfo Paluch, Antonio V. de Andrade, Antonio Lopes Martins, Dr. José Jorge Dequech e José de Almeida.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Paraná.

RESERVA — PR

Mapa Municipal no 11.º Vol.

HISTÓRICO — Na primeira metade do século XIX aportaram a esta localidade os primitivos povoadores de que há notícia efetiva na formação e evolução do atual município de Reserva. José Mariano de Marins, vindo de Faxina, província de São Paulo, portando título possessório de uma gleba de terras que lhe fôra doada pelo Govêrno da Província de São Paulo, localizada à margem esquerda do rio Tibagi, chegou ao local por volta do ano de 1840, aproximadamente.

Acompanhado de pequena comitiva, José Mariano de Marins procurou estabelecer-se nas proximidades das nescentes do rio Imbaú, afluente do Tibagi. As atividades iniciais do sertanista Mariano de Marins consistiram em angariar a amizade e o apoio dos indígenas que habitavam e dominavam inteiramente a região. Graças à sua cultura e diplomacia, não tardou o povoador a conquistar a amizade e a confiança dos povos selvagens, conseguindo assim fixar o seu estabelecimento entre os índios coroados, num local até hoje conhecido pela denominação de *Marins*.

Mais tarde, também procedente de São Paulo, chegava àquele simples acampamento do homem branco no sertão do Tibagi — José Florentino de Sá Bittencourt, que se ligou a José Mariano de Marins, estabelecendo-se e tomando posse das terras situadas na zona hoje conhecida pela denominação de Campinas Belas.

Por volta do ano de 1845, vindo de Apiaí, província de São Paulo, apareceu no lugar o aventureiro José de Morais Cunha, com o intuito de garimpar ouro de aluvião, que constava existir nas margens do Tibagi.

Entrando em contato com Mariano de Marins, foi por êste informado de que nas proximidades do seu acampamento ainda existiam terras que não tinham sido tocadas e que constituíam reserva, por pertencerem a uma tribo de índios denominada "Caingangueras"; aquela área de terras pertencia à *reserva* dos selvagens, de onde surgiu o nome que, muitos anos mais tarde, foi dado à localidade.

A colônia Tereza Cristina, a primeira a ser estabelecida em território da 5.ª Comarca de São Paulo, depois província e hoje Estado do Paraná, foi fundada, em 1847, no povoado Marins, pelo médico francês, Dr. João Mauricio Faivre, sob os auspícios de Dona Tereza Maria Cristina, espôsa do Imperador D. Pedro II, que foi grande incentivador da colonização estrangeira no Paraná.

Cândido de Abreu e Apucarana foram outros núcleos coloniais fundados, posteriormente, na região de Reserva.

A respeito da fundação da Colônia Tereza Cristina diz o Presidente Venâncio José de Oliveira Lisboa, em relatório apresentado à Assembléia Provincial do Paraná, a 15 de fevereiro de 1872:

"Em França, país natal daquele benemérito (Dr. Faivre), contratou êle, com a fortuna que possuía, 87 compatriotas e conduziu-os em navio, que fretou até a cidade de Paranaguá. Forneceu a alguns dinheiro para os preparativos da viagem, pagou as dívidas de outros e a quase todos, desde a sua residência até o logar de seu novo destino e durante cêrca de dois anos, ministrou os meios necessários à vida; sendo o seu interêsse garantir-lhes um futuro feliz por meio do trabalho e fazer prosperar o estabelecimento que resolvera fundar. Mau grado seu, sua tentativa e sacrifícios foram frustrados".

Os colonos, com raras exceções, dentro em breve abandonaram seu desinteressado protetor, cobrindo-o de ultrajes e alegando que êle os tinha enganado. O Dr. Faivre, porém, não desanimou. Cheio de inimitável abnegação continuou na obra empreendedora e da qual só desistiu depois de exausto de fôrças e impossibilitado pelas enfermidades que o prostraram no leito, tendo falecido no dia 30 de agôsto de 1858.

Seu nome é com gratidão lembrado pelo Paraná, que aos esforços e sacrifícios de tôda a sua fortuna, deve o estabelecimento da colônia Tereza Cristina, a qual apesar de não ter ainda atingido o grau de prosperidade que é para desejar, contudo, tem ante si um futuro risonho e esperançoso.

A colônia Cândido de Abreu foi criada por colonos poloneses, ucranianos, alemães e nacionais, enquanto que a de Apucarana, era colonizada em 1920, principalmente por nacionais, contando então 440 habitantes.

A criação do distrito de Reserva sòmente se deu em virtude da Lei municipal n.º 22, de 20 de abril de 1906. Pela Lei estadual n.º 2 038, de 26 de março de 1921, foi elevado à categoria de vila e de município, tendo sido desmembrado do município de Tibagi.

Ainda nos primórdios do distrito de Reserva, aportou aqui o coronel Manoel Antonio Gomes, que durante muitos anos prestou inestimáveis serviços ao lugar, graças ao seu espírito dinâmico e empreendedor.

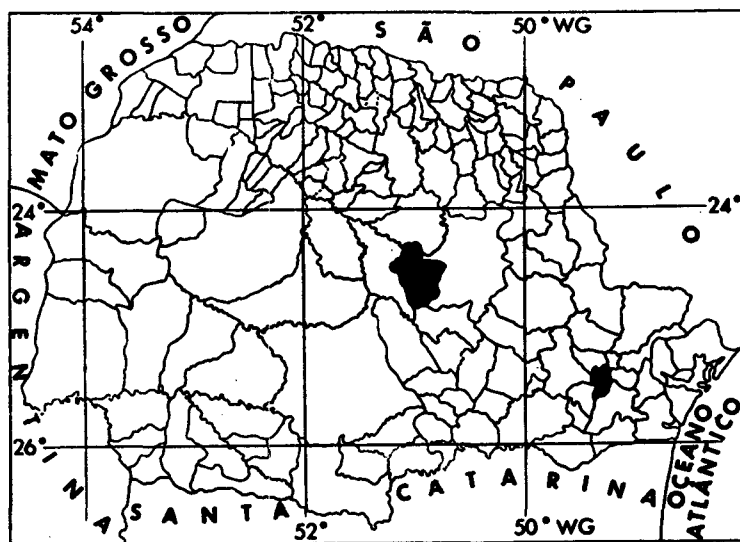
O primeiro Prefeito Municipal foi o coronel Rogério Borba, que, entretanto, não chegou a tomar posse do cargo, em virtude de ter sido, por vindita política, traiçoeiramente assassinado, numa das vias principais da vila. Em substituição ao Prefeito assassinado, tomou posse o coronel Manoel Antonio Gomes, que exerceu o mandato pelo espaço de doze anos ininterruptos.

A comarca de Reserva foi criada em outubro de 1938.

Até o ano de 1951 o município possuía uma área de 5 297,4 quilômetros quadrados e contava com uma população de 29 000 habitantes.

Com a criação do município de Ortigueira, em 14 de novembro de 1951, o município foi desmembrado, perdendo parte do seu território. Em 2 de dezembro de 1954, em virtude da Lei estadual n.º 253, houve novo desmembramento, criando-se o município de Cândido de Abreu.

Pela Lei estadual n.º 2 427, foram alteradas as divisas do município.

LOCALIZAÇÃO — O município está situado na Zona Fisiográfica de Tibagi, limitando ao norte com Ortigueira; a oeste, com Cândido de Abreu; ao sul, com Cândido de Abreu e Ipiranga; e a leste, com Tibagi.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Na sede a altitude é de 850 metros.

CLIMA — Possui o município ótimo clima. Fresco e agradável, nas estações do verão, frio com baixas temperaturas, nas do inverno, quando se observam geadas freqüentes.

As temperaturas observadas no ano de 1956 foram 28°C para a média das máximas, 10°C, a das mínimas e 19°C, a compensada.

Aspecto parcial da Avenida Coronel Rogério Borba

ÁREA — É de 2 168 quilômetros quadrados a área municipal.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município apresenta-se bastante acidentado, destacando-se os seguintes acidentes geográficos: *serras* — da Ortigueira, da Tôrre Branca, de São Roque, do Marumbi, do Machado, dos Porungos, do Monjolo, da Prata, dos Coqueiros, e dos Ferreirinhas; *rios* — do Peixe, Branco, Imbaú, Ivaí e Marombas; *saltos* — Ariraulua, Imbaú, Marombas, Ubá e Maria Flora, e *morros* — Agudinho, Agudinho de São Pedro, Pelado e Vermelho.

POPULAÇÃO — Contava pelo Recenseamento Geral de 1950, com 15 571 habitantes, sendo 7 907 homens e 7 664 mulheres, em seu território municipal, exclusive, as populações recenseadas nos distritos de Cândido de Abreu, de Teresa Cristina e Três Bicos, ora incorporado ao município de Cândido de Abreu, desmembrado do de Reserva por ter sido elevado a essa categoria.

Aglomerações urbanas — 2 aglomerações urbanas existem no muncípio — Reserva e José Lacerda. A cidade de Reserva contava pelo Censo Demográfico, de 1950, com 627 habitantes, sendo 292 homens e 335 mulheres, assim distribuídos: *quadro urbano* — 378 habitantes, 176 homens e 202 mulheres; *quadro suburbano* — 249, sendo 116 homens e 133 mulheres. A vila de José Lacerda possuía 230 habitantes, sendo 125 homens e 105 mulheres.

Estima-se a população urbana de Reserva em 850 habitantes, e a de José Lacerda em 300.

ATIVIDADES ECONÔMIMCAS — Os ramos "agricultura e pecuária" constituem a principal atividade econômica do município.

A sua produção agrícola prevista para 1956 (em cruzeiros) estava assim distribuída: milho — .... Cr$ 39 750 000,00; feijão — Cr$ 31 200 000,00; batata-inglêsa — Cr$ 19 680 000,00; arroz — Cr$ 583 000,00; trigo — Cr$ 472 500,00; em menor escala, o centeio, a mandioca e a cebola.

A população pecuária é de grande valor para a economia municipal: o rebanho mais destacado é o suíno, seguido do bovino, eqüino, caprino e ovino. Há no município exportação de gado.

A indústria conta apenas 6 estabelecimentos, dos quais 2 ocupam 4 ou mais operários. Os ramos principais são: "madeireiro" e de "produtos alimentares".

A exportação total de Reserva em 1956 somou ...... Cr$ 6 331 157,00, sendo gado suíno, feijão e batatas os produtos mais exportados.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem funcionando em Reserva 125 estabelecimentos comerciais varejistas e 1 atacadista.

As principais praças com que o município mantém transação são: Ponta Grossa, Tibagi, Curitiba e São Paulo (SP).

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido sòmente pelo transporte rodoviário. Todavia em futuro breve deverá contar com o ferroviário da Estrada de Ferro Central do Paraná, ora em construção.

Existe em Reserva um campo de pouso destinado a aviões de pequeno porte.

Liga-se o município às seguintes comunas: Tibagi — 94 km; Ortigueira — 72 km; Cândido de Abreu — 84 km; Ipiranga — 130 km; Ponta Grossa — 112 km. Dista das capitais estadual e federal via rodoviária, 252 e 1 353 km, respectivamente. Na sede municipal funciona 1 agência do D.C.T.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Reserva possui atualmente cêrca de 850 habitantes. Conta mais de 180 edificações, das quais, 176 se destinam a fins residenciais. É servida por energia elétrica para iluminação pública e domiciliar, esta com 96 ligações. Existem 12 logradouros públicos, sendo 3 avenidas, 8 ruas e 1 praça. A praça comercial é formada por 5 estabelecimentos atacadistas e 25 varejistas. Contam-se 2 hotéis e 1 pensão para os serviços de hospedagem e de alimentação, na cidade.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Encontram-se 1 médico, 1 dentista, 1 pôsto de higiene e outro de puericultura, como recurso de que dispõe a população do município no setor médico assistencial. Na cidade funciona 1 farmácia.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Prestam também assistência social aos habitantes locais o pôsto de puericultura e o pôsto de higiene.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950 registrou a existência de 23 841 pessoas de 5 anos e mais no município. Dêsse total, 6 530 sabiam ler e escrever, sendo 3 976 homens e 2 554 mulheres. O número de pessoas daquelas

Outro aspecto parcial da Avenida Coronel Rogério Borba

Avenida Coronel Rogério Borba vista de outro ângulo

idades na sede municipal era de 533, sendo que 334 (166 homens e 168 mulheres) sabiam ler e escrever.

Ensino — Em 1956 funcionaram no município 56 unidades de ensino primário fundamental comum, em que estiveram matriculados 1 337 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — A cidade é dotada de duas bibliotecas, uma pertencente à municipalidade, com 900 volumes, e outra, particular, de caráter didático, com 500 volumes.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950......	1 000	1 000	1 000	...	1 000
1951......	1 362	1 549	1 056	...	1 325
1952......	1 456	2 498	1 564	...	1 253
1953......	1 457	2 776	1 490	...	1 462
1954......	1 621	3 076	1 638	...	2 005
1955......	1 968	3 556	1 504	...	1 365
1956 (1)...	1 860	5 190	1 448	...	1 733

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — As principais manifestações populares no município são de caráter religioso: 24 de junho, dia de São João, 25 de dezembro, dia de Natal, e festa de Páscoa, em data móvel.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O topônimo "Reserva" surgiu, por ter a cidade sido localizada na área, primitivamente destinada aos indígenas que habitavam a região denominada "Reserva dos Índios". Os habitantes do lugar são chamados reservenses.

Reserva é sede de comarca de primeira entrância compreendendo os distritos administrativos de Reserva, Cândido de Abreu, José Lacerda, Teresa Cristina e Três Bicos. O eleitorado é da ordem de 2 607 cidadãos inscritos em 1955.

As autoridades municipais em exercício, são: Prefeito — Sr. Albano C. Martins. Vereadores — Srs. Leopoldo da S. Carneiro, Hilário Homing, Cicero Cires de Mello, Milton Martins, Oldemar Andrade, Nestor Alves de Campos, Dario S. de Oliveira, Julio Mendes Batista, Leodolino L. de Hllebom e Armando Lideak.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Paraná. História do Paraná, de Romário Martins.

RIBEIRÃO CLARO — PR

Mapa Municipal no 12.º Vol.

HISTÓRICO — Os primeiros moradores do atual município de Ribeirão Claro foram agricultores e colonizadores procedentes dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, que se estabeleceram à margem esquerda do rio Itararé. Alguns anos depois surgiu ali a primeira povoação, que recebeu a denominação de Maria Ferreira, nome que ainda hoje conserva. Êsse povoado situava-se na antiga Fazenda Cachoeira, banhada pelo rio de mesmo nome.

Funcionava no Itararé um registro para cobrança de pedágio, cuja renda era aplicada no pagamento dos engenheiros, médicos e cirurgiões nomeados pelo Príncipe Regente, para servirem na Capitania de São Paulo, conforme carta do Governador da Capitania, datada de 4 de junho de 1800.

A Câmara de Curitiba, em sessão de 3 de setembro de 1800, resolveu que, para essa despesa, fôsse criado o Registro de Itararé, para a cobrança das taxas de cinqüenta réis por boi, um mil réis por potro e dois mil réias por bêsta que saísse do "continente".

O nome da povoação passou a ser, mais tarde, Espírito Santo do Itararé.

Por Lei estadual n.º 352, de 2 de abril de 1900, foi a localidade elevada à categoria de vila, com a denominação de vila do Espírito Santo do Itararé, com território desmembrado do município de São José da Boa Vista. A instalação do novo município se deu a 27 de setembro do mesmo ano.

A 3 de março de 1908 a sede municipal foi transferida para o povoado de Ribeirão Claro, cuja denominação primitiva era Taquaral. Anteriormente, em 1890, José Pereira da Silva, conhecido por "Pereirinha" transferiu-se de Avaré, Estado de São Paulo, para a Fazenda Cachoeira, município de Taquaral, onde fundou uma fazenda de café e uma indústria com maquinismo movido a vapor. Consoante notícia então publicada pelo "República", de Curitiba, foi essa a primeira máquina, no gênero, a ser instalada no Estado do Paraná.

Achando necessária a fundação de um povoado na zona, devido às dificuldades de comunicação não só em face da enorme distância (18 léguas), como diante do problema das estradas que eram simples picadões, Pereirinha, em 1894, entendendo ainda que o local era próprio para a fundação de uma cidade, resolveu fazer uma representação, assinada por êle e por outros moradores, pedindo ao Governador do Estado, Dr. Francisco Xavier da Silva, a doação de 100 alqueires de terras devolutas, na Fazenda de Ribeirão Claro. Em vista disso, percorreu a região o Dr. João Fordie, Juiz Comissário de Terras, a quem o povo encarregou de apresentar ao Governador do Estado o pedido dos habitantes da localidade.

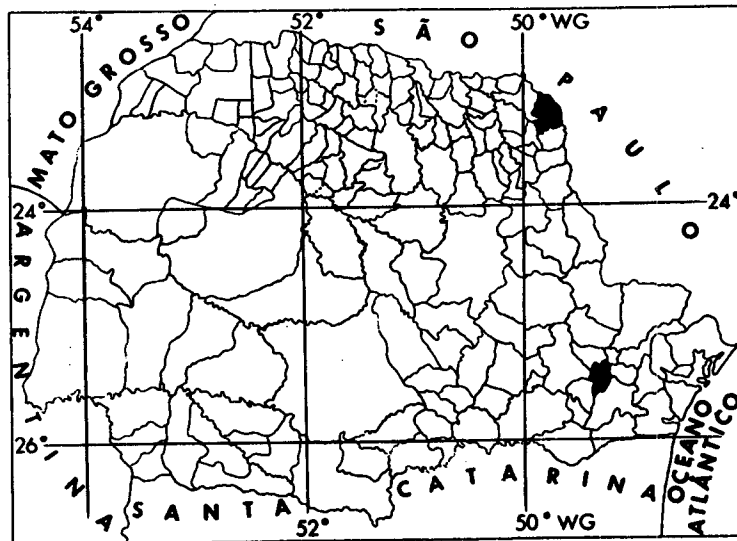
Prefeitura Municipal

Tomando em devida consideração, o Dr. Xavier da Silva determinou que o Juiz Comissário procedesse à medição do patrimônio.

Em 1875, José Pereira da Silva, capitão Antônio Lopes Materri, Antônio José Pires e respectivas famílias procederam à inauguração do primeiro cruzeiro na localidade. O capelão Antônio Martins e seus companheiros rezaram um têrço, que continuou a ser celebrado todo primeiro domingo de cada mês.

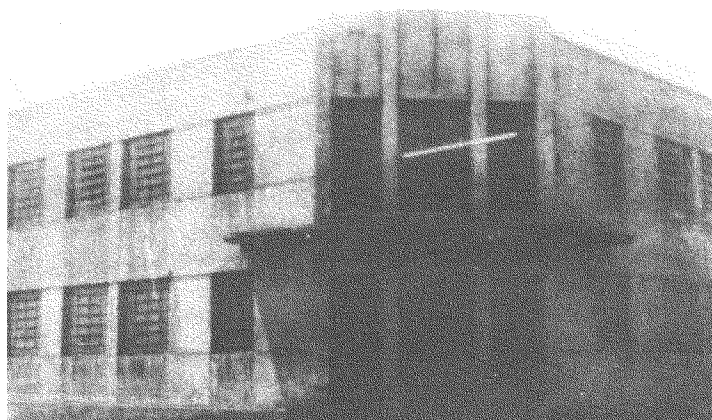
No ano seguinte, Pereirinha convidou os seus amigos major Joaquim Botelho, coronel Salvador Antunes, capitão Antônio Lopes Monteiro, Domingos Velho e Antônio Gordo, para erigirem uma igreja. A iniciativa encontrou o máximo apoio, e o templo foi construído de tijolos, pouco tempo depois. José Pereira da Silva faleceu a 27 de setembro de 1910, tendo sido sepultado na capela por êle construída. Em 1901 foi criada a freguesia, da qual foi primeiro Vigário o Padre João Lúcio.

A sede municipal foi elevada à categoria de cidade pela Lei estadual n.º 1 021, de 28 de março de 1908. Pela Lei estadual n.º 1 021, de 28 de março de 1931, foi criada a comarca de Ribeirão Claro.

LOCALIZAÇÃO — O município de Ribeirão Claro acha-se localizado na Zona Fisiográfica do Norte. Limita com o município de Jacarèzinho e com o Estado de São Paulo, ao norte; com Jacarèzinho e Joaquim Távora, a oeste; com Carlópolis, ao sul; e com o Estado de São Paulo, a leste.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Na sede municipal é de 570 metros.

CLIMA — Predomina no município o clima quente. Sêco e agradável, no inverno, temperaturas elevadas no verão, quando há ocorrência de chuvas abundantes. As temperaturas médias observadas no ano de 1956 foram de 32ºC para as máximas, 20ºC para as mínimas e 26ºC a compensada.

ÁREA — O município tem uma área de 611 quilômetros quadrados.

Pôsto de Puericultura

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município é bastante acidentado, possuindo diversas serras e morros. A serra Grande destaca-se por sua altitude, sendo de 700 metros o seu ponto culminante. Dentre os morros, o Santa Laura e o Itaguassu são os mais altos, ambos com 600 metros.

Existem os seguintes cursos de água: rio Paranapanema, rio Itararé (não permite navegação), ribeiro das Auhumas, da Cruz, Claro, Novo e do Meio.

RIQUEZAS NATURAIS — O município possui destacadamente, no reino mineral, argila areia e pedras.

POPULAÇÃO — Por ocasião do Censo de 1950, foram encontrados em Ribeirão Claro 13 272 habitantes, sendo 6 958 homens, 6 314 mulheres. Segundo a *côr* — 11 805 brancos, 947 pretos, 408 pardos e 88 amarelos; *o estado civil* (15 anos e mais) — 2 364 solteiros, 4 651 casados, 339 viúvos e 1 desquitado; *a nacionalidade* — 329 estrangeiros e 14 brasileiros naturalizados; *a religião* — 12 632 católicos apostólicos romanos e 640 de outras religiões.

Aglomerações urbanas — Apenas o aglomerado urbano da cidade de Ribeirão Claro existe no município. O Recenseamento Geral de 1950 encontrou 2 236 habitantes, sendo 1 064 homens e 1 172 mulheres, assim distribuídos: *quadro urbano* — 1 953 habitantes, 912 homens e 1 041 mulheres; *quadro suburbano* — 283, 152 homens e 131 mulheres. A população atual da cidade é estimada em 3 500 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A economia do município tem seus principais fundamentos nos ramos agricultura e pecuária.

A cultura do café constitui a maior riqueza municipal. A produção agrícola prevista para 1956 era: café — .... Cr$ 44 000 000,00; feijão — Cr$ 4 000 000,00; milho — Cr$ 3 640 000,00; arroz — Cr$ 1 920 000,00; batata-inglêsa — Cr$ 419 250,00; com menor índice, a mandioca, o algodão, a cebola e o alho.

A pecuária é desenvolvida, sendo mais destacado o rebanho suíno, havendo exportação. Seguem-se em importância os rebanhos bovino, eqüino, caprino e ovino.

A indústria compreende 40 estabelecimentos (6 com mais de 5 operários) nos ramos de "produtos alimentares", "madeireiro" e "bebidas e conexos".

A exportação (interestadual) em 1956 alcançou a expressiva quantia de Cr$ 92 991 817,00.

O café, gado suíno e bovino para alimentação, e o milho foram os produtos mais exportados.

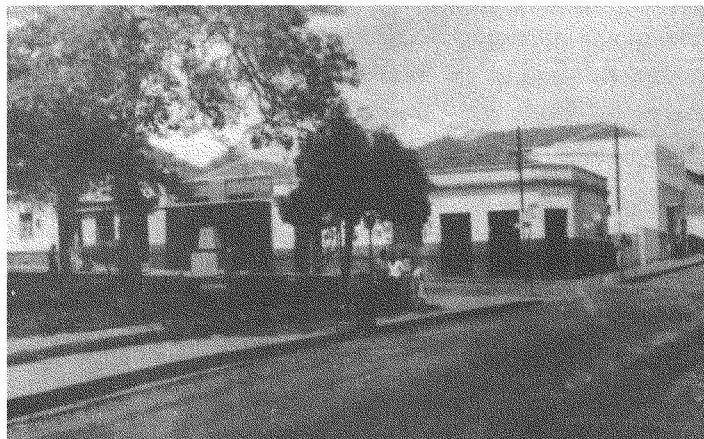
COMÉRCIO E BANCOS — As atividades comerciais de Ribeirão Claro são representadas por 40 estabelecimentos comerciais varejistas, 3 atacadistas e 3 agências bancárias. O município mantém transações mercantis principalmente com Ponta Grossa, Curitiba, Paranaguá, Santos (SP) e São Paulo (SP). Ali é colocada sua produção agropecuária e é onde se abastece daqueles gêneros e mercadorias dos quais necessita para seu consumo interno.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido pelos transportes rodoviário e aéreo. Próximo à cidade existe um campo de pouso, servido por "táxis-aéreos". Liga-se, por estrada de rodagem, às seguintes cidades próximas: Jacarèzinho — 30 quilômetros; Xavantes (SP) — 25 quilômetros; Carlópolis — 91 quilômetros; Joaquim Távora — 60 quilômetros. Dista da Capital Estadual e Federal, em rodovia, respectivamente 407 e 955 quilômetros.

A cidade possui uma agência postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos, bem como dispõe de serviço telefônico urbano e interurbano.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Ribeirão Claro conta cêrca de 3 500 habitantes. Existem 770 edificações, 708 delas para fins residenciais. Possui telefones urbanos, havendo 104 aparelhos instalados. É servida por energia elétrica para fôrça motriz e iluminação pública e particular, esta com 810 ligações. Contam-se na cidade 26 logradouros públicos, sendo 24 ruas e 2 praças. Durante o ano de 1956, foram registrados, na Prefeitura Municipal, 89 veículos motorizados (35 automóveis e 54 caminhões).

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Possui o município três estabelecimentos de saúde: a Santa Casa de Misericórdia, organismo filantrópico, mantido por uma sociedade de beneméritos amigos da pobreza; o Pôsto de Puericultura, administrado pela Legião Brasiliera de Assistência; e o Pôsto de Higiene, mantido pelo Govêrno do Estado. A assistência médica em geral repousa na existência de 3 médicos, 3 dentistas e 6 farmacêuticos. Funcionam 6 farmácias na cidade.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Todos os estabelecimentos de saúde, especialmente a Santa

Vista parcial da Praça Rui Barbosa com a Rua João Pessoa

Casa de Misericórdia, prestam relevantes serviços de assistência social à população do município.

ALFABETIZAÇÃO — O Censo de 1950 demonstrou a existência de 10 891 habitantes de 5 anos e mais, no município, sendo que 3 566 sabiam ler e escrever, ou seja, 2 280 homens e 1 286 mulheres. Na sede municipal, das 1 876 pessoas de 5 anos e mais, 1 302 (694 homens e 608 mulheres) eram alfabetizados.

Ensino — Em 1956, 34 unidades escolares do ensino primário fundamental comum estiveram em funcionamento no município, através das quais foi ministrada instrução a um total de 1 033 alunos. Encontra-se na cidade um ginásio, mantido pelo Estado, com um curso normal, anexo.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Como veículo de cultura, existem no município as seguintes entidades: Biblioteca Pública Municipal, com 610 volumes de obras gerais; uma livraria; um cinema, "Brasil", na sede municipal, com 711 lugares, e um outro situado na fazenda Monte Claro, promovendo exibições 2 vêzes por semana, inteiramente gratuitas para colonos locais.

FINANÇAS PÚBLICAS —

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950......	663	3 923	1 155	539	936
1951......	934	3 685	1 519	619	1 754
1952......	1 484	4 668	1 826	871	1 996
1953......	1 786	5 212	1 775	895	1 694
1954......	1 949	6 342	2 090	959	2 286
1955......	2 818	6 802	2 483	1 115	2 503
1956......	3 060	9 564	2 927	1 188	3 069

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — São festejos populares, levados a efeito na sede municipal, com assistência de todos os munícipes, os que se verificam em honra do Sagrado Coração de Jesus, padroeiro local, em data móvel, sempre no mês de junho. Também são festejadas as datas de 8 e 25 de dezembro, dedicadas, respectivamente, a Nossa Senhora da Conceição e ao Natal de Nosso Senhor Jesus Cristo.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A denominação "Ribeirão Claro" é influência do nome de um rio que banha o município. Seus habitantes são ribeirão-clarenses. A comarca foi criada pela Lei n.º 1 021, de 28 de março de 1911.

O eleitorado inscrito em 1955 somava 4 490 cidadãos.

As autoridades municipais atualmente em exercício são: Prefeito — Sr. Francisco Paladino. Vereadores — Senhores Noé de Faria Meia, Reinaldo Fabiani, Egidio Storti, Júlio de O. Carvalho, Alfeu Baggio, Simão de A. Vaz, Francelino P. Cardoso, Benedito Neia e Paulo Fávaro.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Paraná.

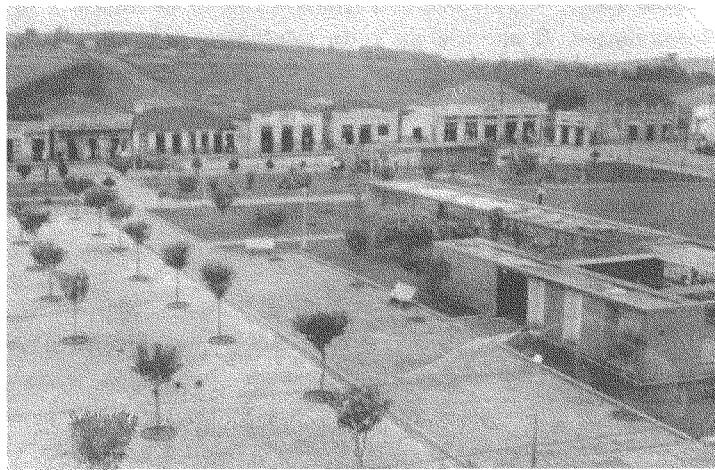
RIBEIRÃO DO PINHAL — PR

Mapa Municipal no 11.º Vol.

HISTÓRICO — Quando Santo Antônio da Platina era um pequeno e simples povoado, residia ali um boticário que, além de sua profissão, se ocupava com trabalhos de advocacia, fazendo petições, defesas comuns e consultas sôbre demandas e questões as mais diversas. Seus conselhos, por isso mesmo, na época, eram considerados "tiro e queda", por atingirem sempre os objetivos visados pelos contendores.

Foi êsse boticário e causídico quem aconselhou a João Francisco da Veiga a requerer a posse da gleba de São Francisco, situada entre os rios Cinzas e Laranjinha, avaliada em 66 mil alqueires. O requerimento foi feito pelo preço certo e ajustado de doze e meio cruzados, ou seja, cinco mil réis, aproximadamente, e que obteve despacho favorável do Imperador D. Pedro II.

João Francisco da Veiga, homem de côr, de idade bastante avançada, exercia a profissão de tropeiro, viajando entre Paraná, Santa Catarina e Ourinhos, na província de São Paulo, comerciando com erva-mate industrializada no Paraná, e trazendo de Ourinhos, no regresso, grandes carregamentos de café. Faleceu em 1888, sem ao menos conhecer a extensão de seus vastos domínios. Seus herdeiros, ignorando, também, a extensão e o valor das terras que lhes tocaram, deram a metade a outrem, para conseguirem a legalização de sua posse. Foram advogados dessa causa os bacharéis Marins Alves de Camargo e Marcelino J. Nogueira, que iniciaram as petições demarcatórias em 1916. A gleba São Francisco abrangia a maior parte dos atuais municípios de Ribeirão do Pinhal, Jundiaí do Sul e Santo Antônio da Platina. Os seus terrenos eram habitados pelos índios bororós. Os linguarás José Cândido Teixeira, Augusto de Avelar e respectivo séquito conseguiram o afastamento daqueles silvícolas até as cabeceiras do Ribeirão do Pinhal, onde se localiza atualmente a Fazenda Santa Maria, próxima à Guanabara e Fazenda Três Vertentes.

Outras caravanas se sucederam. A de que fazia parte José Domingues Faustino saiu das margens do rio das Cinzas, no dia 28 de abril de 1923; acompanhavam-no sua família composta de oito filhos e espôsa, e mais os seguintes companheiros de empreendimento: Emílio Proença, Francisco, Joaquim e Virgílio. De picada em picada, arrostando todos os perigos, chegaram finalmente ao sítio onde se acha a Fazenda Santa Rita, no dia 3 de maio de 1924; aí fizeram acampamento. Por diversas vêzes foram molestados pelos índios coroados, que assaltavam e roubavam as roças e mantimentos. À medida que os selvagens iam-se afastando, a família de José Domingues aproximava-se de Ribeirão do Pinhal, que naquela época recebia a denominação de Espírito Santo do Pinhal, em homenagem à data natalícia de José Domingues Faustino — dia 29 de junho. A família Faustino ali chegou a 26 de junho de 1924, com a mudança transportada em lombo de burros. Posteriormente vieram Manoel Bonifácio e seu irmão Bernardino, que entraram em Ribeirão do Pinhal a 1.º de junho de 1924, construindo um rancho nas proximidades do ribeirão "Cerrado", onde ficou morando.

Jardim Público na Praça Erasmo Cordeiro

A primeira casa residencial, de propriedade de José Domingues Faustino, foi erguida no ano de 1924, na Fazenda Santa Rita.

Construído o cemitério local, Frei Angélico procedeu a sua bênção no dia 8 de setembro de 1925. Um ano após, inaugurou-se a primeira casa comercial, de propriedade de Armando Silva, conhecido pela alcunha de "Mandico". Ainda nesse ano, foi celebrada, por Frei Angélico, a primeira missa, na localidade de Ribeirão do Pinhal, numa capelinha de ripões, feita por José Domingues Faustino e Joaquim Marcolino, que comportava apenas 25 pessoas.

Tendo evoluído bastante o povoado, já em 1928 era levantada a primeira casa de madeira, pertencente a Júlio Menino; começando a funcionar a primeira serraria, de propriedade de um indivíduo conhecido por "Bota" e outros dois, de nome Antônio Fermino e José Pedreiro.

A primeira barbearia de Ribeirão do Pinhal foi inaugurada em 1932, e pertencia a José Augusto Alves, filho de Belarmino Augusto Alves.

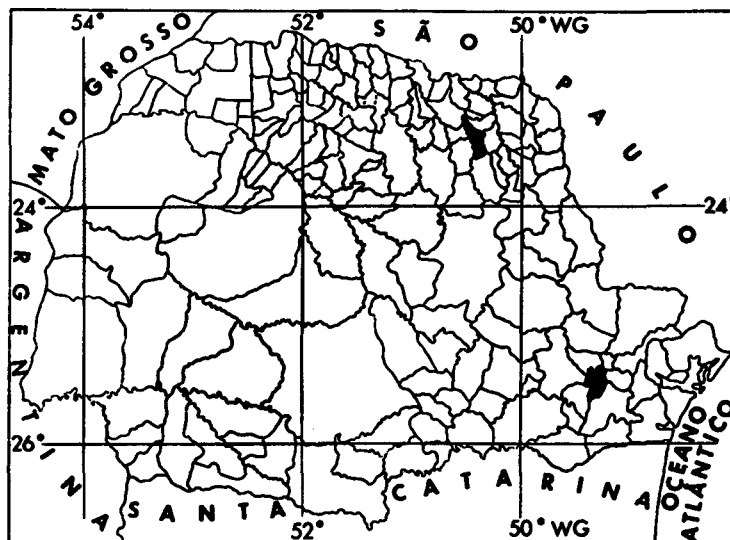
No ano de 1933 Erasmo Cordeiro assumia a administração da Fazenda Ienepara, para onde se mudou em fevereiro de 1934. Dois anos depois, o povoado de Ribeirão do Pinhal já se igualava em progresso às vilas de Abatiá e Cinzas, povoados bem mais antigos.

No dia 5 de maio de 1938 foi nomeado o primeiro funcionário público de Ribeirão do Pinhal, Francisco Domingues Faustino. No mesmo ano, era instalada, entrando em funcionamento uma padaria, de propriedade de João Batista Gonçalves.

Em 20 de outubro de 1938 foi criado o distrito de Laranjinha, pertencente ao município de Santo Antônio da Platina. Em 1939, por ato do Interventor Federal do Paraná, Manoel Ribas, o patrimônio de Pinhal foi elevado à categoria de vila, ocasião em que a denominação Vila do Pinhal foi mudada para Vila Laranjinha.

Pela Lei estadual n.º 2, de 10 de outubro de 1947, foi criado o município, que recebeu a denominação de Ribeirão do Pinhal, sendo logo a seguir nomeado o Sr. Raul Curupuná da Silva para o cargo de Prefeito Municipal interino procedendo-se à instalação do município a 19 de outubro do mesmo ano.

A 3 de outubro de 1947, foi eleito, por uma coligação partidária, Hermenegildo Cavazzani, que foi o primeiro Prefeito, por eleição, da nova unidade municipal.

LOCALIZAÇÃO — Ribeirão do Pinhal é um dos municípios de que se compõe a Zona Fisiográfica do Norte. Limita com Cornélio Procópio, Nova Fátima, Congonhinhas, Japira, Jundiaí do Sul e Abatiá. Está ligado à Capital do Estado através de boa rodovia, numa extensão de 390 quilômetros. A cidade fica situada na posição geográfica de 23° 25' de latitude Sul e 50° 21' de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 369 metros na sede municipal.

CLIMA — Possui o município clima sêco e saudável. As temperaturas elevam-se nos meses de verão; baixam à graduação amena na fase invernal. As médias registradas no ano de 1956 foram 30°C para as máximas, 18°C para as mínimas e 25°C, a compensada.

ÁREA — É de 388 quilômetros quadrados a área compreendida pelo município.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Ocupando quase um têrço do território municipal, encontra-se, na direção norte-sul, a serra da Laranjinha, seu principal acidente geográfico. O rio Laranjinha serve de limites com os municípios de Cornélio Procópio, Nova Fátima e Congonhinhas.

RIQUEZAS NATURAIS — Existe no município, em grande quantidade, a argila, ora largamente explorada para fabrico de telhas e tijolos.

POPULAÇÃO — O município, segundo o Recenseamento de 1950, era habitado por 9 895 pessoas, obedecendo à seguinte constituição: segundo *o sexo* — 5 164 homens e 4 731 mulheres; segundo *a nacionalidade* — 9 774 brasileiros natos, 6 brasileiros naturalizados e 115 estrangeiros; segundo *a côr* — 8 225 brancos, 647 pretos, 195 amarelos e 802 pardos; segundo *a religião* — 9 307 católicos apostólicos romanos, 367 protestantes, 97 espíritas, 99 de outras religiões, 5 sem religião e 20 sem religião declarada. As pessoas de 15 anos e mais eram em número de 5 325, das quais, 1 461 se declararam solteiros, 3 597 casados, 1 desquitado e 251 viúvos. A densidade demográfica da população era de 25 habitantes por quilômetro quadrado e 83% estavam concentrados no quadro rural.

Aglomeração urbana — A cidade de Ribeirão do Pinhal é a única aglomeração urbana existente no município. Sua

Cine Marajoara

população, segundo o Censo de 1950, era constituída de 1 674 pessoas, sendo 843 homens e 831 mulheres.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A economia do município se fixa no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", despontando em plano de real destaque o cultivo do café em proporções elevadas.

A produção agrícola prevista para 1956 estava assim distribuída: café — Cr$ 180 600 000,00; milho — .... Cr$ 6 930 000,00; feijão — Cr$ 5 049 000,00; algodão — Cr$ 3 870 000,00; arroz — Cr$ 3 800 000,00; banana — Cr$ 3 750 000,00; em menor escala a laranja, o abacaxi, o alho, a hortelã-pimenta, a mamona e o fumo.

A suinocultura é a principal atividade pecuária. Em 1956 a exportação do município valeu Cr$ 17 606 380,00 em gado suíno para alimentação. Outros rebanhos mais destacados são o bovino, o caprino e o ovino.

A indústria conta 28 estabelecimentos, dos quais 3 empregam 5 ou mais pessoas em suas atividades. Os ramos explorados são; o de "produtos alimentares" e o "extrativo vegetal".

A exportação de Ribeirão do Pinhal em 1956 alcançou a cifra de Cr$ 36 418 871,00; o café, o gado suíno, o feijão, o milho e tábuas serradas de peroba foram os produtos mais exportados.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem no município 36 estabelecimentos comerciais varejistas, 9 atacadistas e 3 agências bancárias.

O município mantém transações comerciais com as cidades de Cornélio Procópio, Santo Antônio da Platina, Bandeirantes, Jacarèzinho, Joaquim Távora, Curitiba e São Paulo (SP).

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se aos municípios vizinhos através de rodovias, nas distâncias seguintes: Nova Fátima — 24 quilômetros; Abatiá — 18 quilômetros; Santa Amélia — 30 quilômetros; Santo Antônio da Platina — 42 quilômetros; Jundiaí do Sul — 18 quilômetros. Dista das Capitais estadual e federal, respectivamente, 390 e 1 053 quilômetros (rodovia).

Na cidade funciona uma agência postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Ribeirão do Pinhal conta atualmente uma população de 5 300 habitantes. Possui 1 120 edificações, das quais 1 100 se destinam a fins domiciliares. É servida de rêde telefônica urbana, com 83 aparelhos instalados, e, também, de energia elétrica para fôrça motriz, iluminação pública e particular, esta com 210 ligações domiciliares. Existem, na cidade, 27 logradouros públicos (2 avenidas, 18 ruas e 1 parque), 4 hotéis e 6 pensões.

Em 1956, foram registrados 75 veículos motorizados: 29 automóveis e 46 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Residem no município, a cuja população prestam assistência médico-sanitária, 4 médicos, 4 dentistas e 4 farmacêuticos. Na cidade estão localizados os seguintes estabelecimentos de saúde: Hospital e Maternidade Nossa Senhora do Rocio, Casa de Saúde Santa Luzia e 1 pôsto de higiene. Funcionam também 4 farmácias.

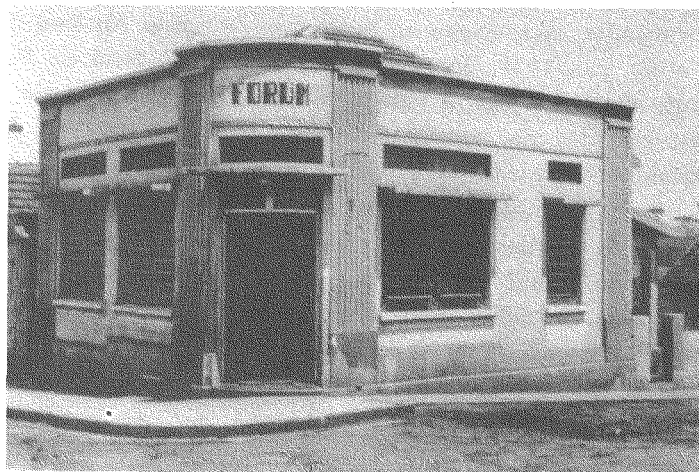
ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 mostrou a existência de 8 030 pessoas de 5 anos e mais, no município. Dêsse total, 2 436 sabiam ler e escrever, sendo 1 613 homens e 823 mulheres. As pessoas de 5 anos e mais, residentes na sede municipal, eram em número de 1 360, das quais, 751 alfabetizadas: 438 homens e 313 mulheres.

Ensino — O município, em 1956, contava 16 unidades de ensino primário fundamental comum, com matrícula efetiva de 849 alunos. Funciona na cidade 1 ginásio, com uma escola normal regional, anexa.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existem, na cidade, 1 biblioteca, pertencente ao Grupo Escolar Doutor Marcelino Nogueira, com aproximadamente 500 volumes; e 2 cinemas: Cine Pinhal, com 300 lugares, e Cine Marajoara, com capacidade para 750 pessoas.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — O povo do município comemora as seguintes datas: 13, 24 e 29 de junho, dedicadas a Santo Antônio, São João e São Pedro, respectivamente; 15 de agôsto, Assunção de Nossa Senhora, 8 de dezembro, Nossa Senhora da Conceição e 25 de dezembro, dia de Natal. Por tradição comemora-se também a Semana Santa (Páscoa).

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Ribeirão do Pinhal é o nome de um rio que banha o município, daí advindo o seu nome.

Seus habitantes são chamados ribeiro-pinhalenses ou simplesmente "pinhalenses".

Antigo Fôro Municipal (Rua São Paulo)

É sede de comarca de primeira entrância compreendendo os distritos judiciários de: Ribeirão do Pinhal, Abatiá e Rio Cinzas.

O eleitorado inscrito em 1955 era de 3 798 cidadãos.

As autoridades municipais em exercício atualmente são: Prefeito — Sr. Antônio da S. Pinto; Vereadores — Srs. Mário da S. Pinto, Feliciano Nogari, José da Cunha Pinto, Dr. Fernando Oliveira, João C. Garcia, Dr. Francisco B. Fernandes, José M. dos Santos, Dr. Elias Farah e Licínio de M. Coelho.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Paraná.

RIO AZUL — PR

Mapa Municipal no 11.º Vol.

HISTÓRICO — De Campo Largo e de outros pontos do Estado do Paraná procederam os primeiros povoadores do território do atual município de Rio Azul. Entre êsses figuram alguns de origem e tradição portuguêsa, podendo ser mencionados Domingos Soares de Ramos, José Lourenço Cardoso, Joaquim Marinho, Frederico Ferreira, Joaquim Correia Lopes, Cláudio Amâncio de Oliveira, além de muitos outros cujos nomes seriam difícil pesquisar e arrolar, nos dias atuais.

O trabalho de penetração e desbravamento do sertão de Rio Azul começou a ser feito em 1885, por aquêles elementos e outros que os sucederam na tarefa de descobrir e dilatar os domínios da civilização paranaense, na última década do século XIX, quando os desejos de expansão e conquista do solo se tornaram mais efetivos e constantes.

A primitiva denominação do povoado erigido pelos colonizadores das terras do sul foi Roxo Ruiz, pela qual foi conhecido durante longos anos. Com a extensão dos trilhos da Estrada de Ferro São Paulo—Rio Grande até a localidade, foi, em dezembro de 1902, inaugurada a Estação Ferroviária, que recebeu a denominação do povoado — Roxo Ruiz.

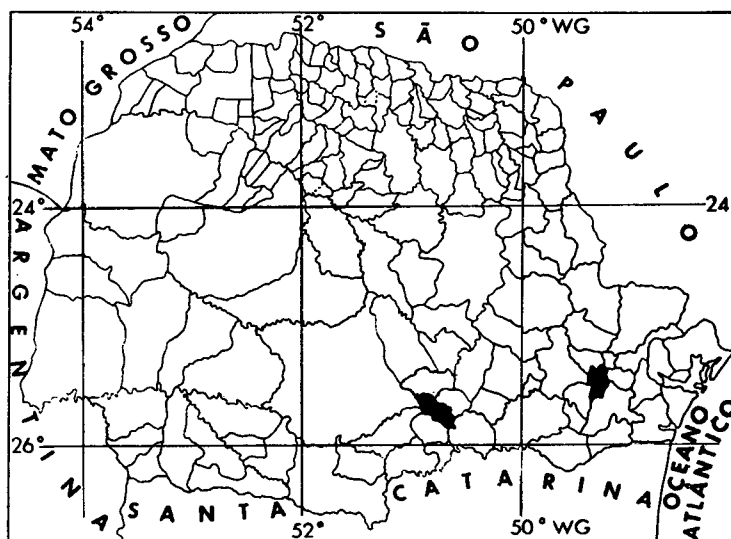
A Estrada de Ferro trouxe apreciável soma de benefícios e de melhoramentos à povoação: a agricultura recebeu grande incremento; a indústria extrativa da madeira e da erva-mate progrediram de maneira acentuada; e uma leva extraordinária de pessoas das mais diferentes espécies de atividade humana aportou em Roxo Ruiz, estabelecendo-se com indústrias e comércio e ampliando as atividades agrícolas e pastoris da região.

Mais tarde, a denominação da localidade e da Estação Ferroviária foi mudada para Marumbi e, ao ser elevada à categoria de distrito administrativo recebeu o nome de Rio Cachoeira. O distrito pertencia, então, ao município de São João do Triunfo.

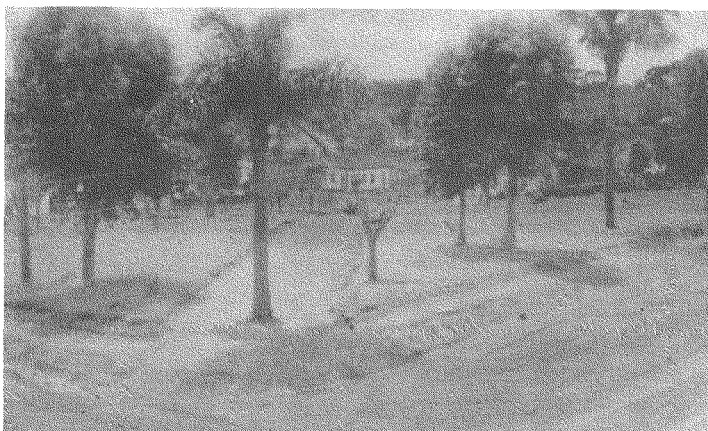
Por iniciativa de colonos europeus, de nacionalidade polonesa e ucraniana, foi fundada no território do distrito de Rio Cachoeira a colônia Rio Azul, situada na confluência do rio do mesmo nome com o rio Potinga. A colonização iniciada pelos anos de 1908 ou 1909 deu grande impulso ao progresso e desenvolvimento da localidade.

Já em 1912, graças à pujança verificada em todos os setores de atividade do distrito de Cachoeira, seus habitantes começaram a demonstrar interêsse pela sua emancipação e conseqüente criação do município. Não obstante os esforços de sua população e os trabalhos desenvolvidos nesse sentido, sòmente em 1918, pela Lei estadual n.º 1 759, de 26 de março do mesmo ano, foi criado o município, que recebeu a denominação de Rio Azul, concretizando-se, desta forma, as velhas aspirações dos seus habitantes. A instalação solene e oficial da nova comuna realizou-se no dia 14 de julho do ano de 1918.

Anos mais tarde, em 1932, por motivos que não vêm a pêlo relatar e comentar, foi cassada a autonomia do município. Voltou a ser simples distrito administrativo, integrando o território do município de Mallet. Inconformados com semelhante decisão, os habitantes de Rio Azul reencetaram a luta no sentido de conseguir a autonomia perdida, o que foi alcançado em 1934. Pela Lei estadual n.º 311, de 2 de março de 1938, foi criado o distrito de Soares, que ficou integrando o território municipal. Desde a sua instalação, em 1918, foram os seguintes os Prefeitos Municipais de Rio Azul: Hortêncio Martins de Mello, Joaquim Luiz dos Santos, Antônio José Ribeiro, Gabriel Curi, Guilherme Pereira, Adelermo Camargo, Elisário Camargo de Melo, José Pallu, Major Dagoberto Pereira, Agenor Garcia, José Pallu, João Cirino dos Santos, Dr. Ivahy Martins, Dr. Pedro Moacyr Gasparello, Dr. Antônio Machado, Dr. Dilermano Pereira de Almeida, Vicente Buffrem, Leôncio Marques de Oliveira, Arthur Pallu, Bronislau Wroski, Amador de Macedo Taques, José Pissaia e Paulo Burko, que ainda se acha no exercício do seu mandato, a terminar em outubro de 1958.

LOCALIZAÇÃO — A sede municipal de Rio Azul localiza-se na posição determinada pelas coordenadas geográficas: 25º 43' 33" de latitude Sul e 50º 47' 20" de longitude Oeste de Greenwich. Rio Azul situa-se na Zona Fisiográfica de Irati. Limita ao norte com o município de Irati; ao sul, com

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

os municípios de Mallet e São Mateus do Sul; a oeste, com os de Guarapuava e Cruz Machado; e a leste, com o município de Rebouças.

ALTITUDE — A sede do município encontra-se a uma altitude de 856 metros.

Praça Tiradentes

CLIMA — Rio Azul é possuidor de clima saudável. Sêco e quente durante as estações do verão, bastante frio nas do inverno quando são observadas geadas freqüentes e temperatura, em certos dias, abaixo de zero.

As médias observadas no decorrer do ano de 1956 foram de 28°C para as máximas, 10°C para as mínimas e 19°C, a compensada.

ÁREA — O município de Rio Azul compreende uma área de 623 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Entre os acidentes geográficos do município destacam-se os seguintes: *rios* — Potinga, que corre na direção N.S., Cachoeira, na direção N.E.—S.O.; Água Quente, na direção O.L., e Azul, que corre na direção O.L.; *saltos* — Cachoeira e Azul, situados nos rios de igual nome e o *morro* — Marumbi, com uma altitude de aproximadamente 300 metros.

RIQUEZAS NATURAIS — A madeira de lei e a argila são as principais riquezas naturais de Rio Azul.

POPULAÇÃO — Segundo os resultados censitários de 1950, o município possuía uma população de 10 462 habitantes, sendo 5 366 homens e 5 096 mulheres. Sua densidade demográfica é de 17 habitantes por quilômetro quadrado; 87% da população se localizavam na zona rural.

Aglomerações urbanas — Existem no município duas aglomerações urbanas: Rio Azul, sede municipal, e Soares, sede do distrito de mesma denominação. Contava a cidade 1 499 habitantes, sendo 722 homens e 777 mulheres, por ocasião do Censo de 1950, assim distribuídos: *quadro urbano* — 1 278 habitantes, 608 homens e 670 mulheres; *quadro suburbano* — 221, sendo 144 homens e 107 mulheres. Estima-se a sua população atual em 1 900 habitantes e a da vila Soares em 110 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Nos ramos "agricultura" e "atividade extrativa vegetal e industrial" se fixam as bases fundamentais à economia do município.

A produção agrícola prevista em 1956 estava assim distribuída: milho — Cr$ 25 980 000,00; feijão — Cr$ 17 664 000,00; trigo — Cr$ 11 286 000,00; batata-inglêsa — Cr$ 4 480 000,00; arroz — Cr$ 2 499 000,00, em menor escala o centeio, a uva, o amendoim, a cebola e a mandioca.

Rio Azul conta com 44 estabelecimentos industriais, 7 dêles ocupando 5 ou mais operários em suas atividades. Os ramos mais desenvolvidos são: o "madeireiro", o "ervateiro", o de "palhões", o de "cerâmica" e o de "produtos alimentares".

A pecuária é de regular porte; os rebanhos maiores são o suíno, o bovino e o caprino, havendo pequena exportação de gado.

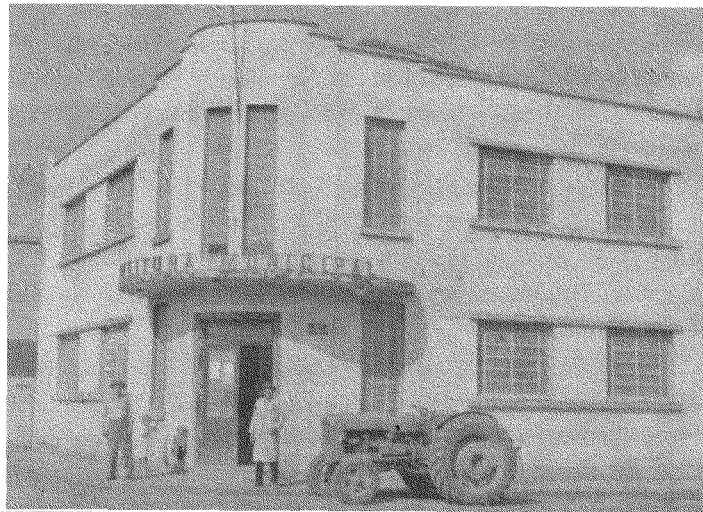
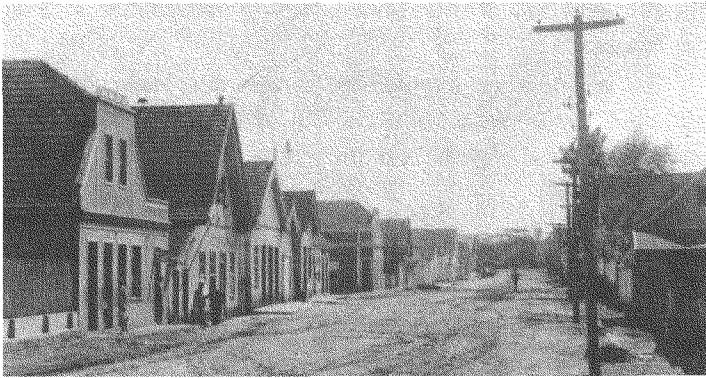
A exportação interestadual do município em 1956 atingiu a soma de Cr$ 5 895 623,00; os produtos mais exportados foram: milho, tábuas serradas de imbuia, palhões para garrafas, batatas para alimentação e pasta mecânica (celulose).

COMÉRCIO E BANCOS — Funcionam, exercendo normalmente suas atividades comerciais, 27 estabelecimentos varejistas, 7 atacadistas e 1 agência bancária.

As praças com as quais o município mantém transação habitual são: Irati, União da Vitória, Ponta Grossa, Curitiba e São Paulo (SP). Nessas localidades, além de vender sua produção própria, o município se abastece dos gêneros e mercadorias de que necessita para seu consumo.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Rio Azul dispõe dos meios de transporte rodoviário e ferroviário (da R.V.P.S.C.). Está ligado aos seguintes municípios: Mallet — 20 quilômetros (rodovia) e 27 quilômetros (ferrovia); Rebouças — 16 quilômetros (rodovia) e 22 quilômetros (ferrovia); São Mateus do Sul — 66 quilômetros (rodovia); Irati — 34 quilômetros (rodovia) e 48 quilômetros (ferrovia). A ligação com as Capitais Estadual e Federal faz-se pelos meios rodoviário (226 e 1 231 quilômetros) e ferroviário (338 e 1 315 quilômetros), respectivamente.

Na cidade funcionam o serviço postal do Departamento dos Correios e Telégrafos, o serviço telegráfico da R.V.P.S.C. e serviço telefônico urbano e interurbano.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Rio Azul conta atualmente cêrca de 1 900 habitantes. Existem acima de 540 edificações em seus perímetros urbano e suburbano, das quais 343 se destinam a fins residenciais. É servida de energia elétrica para indústria e iluminação pública e domiciliar, esta com 183 ligações. Há 16 logradouros públicos: 2 avenidas, 13 ruas e 1 praça. No ano de 1956, foram registrados, na Prefeitura Municipal, 47 veículos motorizados, sendo 9 automóveis e 38 caminhões.

Prefeitura Municipal

Trecho da Rua Campos Mello

O comércio local é constituído de 7 estabelecimentos atacadistas e 27 varejistas. Contam-se 2 hotéis e 2 pensões prestando os serviços de alimentação e de hospedagem.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A população local dispõe de 1 médico, 1 dentista e 1 farmacêutico. Afora êstes profissionais, o povo obtém assistência médica e em geral, através dos seguintes estabelecimentos de saúde: Hospital São Francisco de Assis, particular; Pôsto de Puericultura, mantido pela Associação de Proteção à Maternidade e à Infância; e Pôsto de Higiene, de responsabilidade do Govêrno Estadual. Existe uma farmácia na sede do município.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Tôdas as casas de saúde sediadas no município prestam também serviços de assistência social à população.

Existe na sede municipal a Cooperativa dos Produtores de Mate Rio Azul Limitada, congregando desde 1946, data de sua fundação, todos os produtores da erva-mate do município, que atualmente são em número de 194.

ALFABETIZAÇÃO — O município, segundo o Censo de 1950, contava 8 699 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 5 031 (2 845 homens e 2 186 mulheres) sabiam ler e escrever. Na sede municipal, das 1 281 pessoas de 5 anos e mais, 985 sabiam ler e escrever, sendo 512 homens e 473 mulheres.

Ensino — O município, com 43 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, em 1956, ministrou instrução a 1 199 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Acha-se em funcionamento, na sede municipal, o Cine Teatro Rio Azul, cuja lotação é de 800 lugares.

FINANÇAS PÚBLICAS —

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950......	—	1 094	420	469	618
1951......	—	1 126	420	467	383
1952......	—	908	465	472	410
1953......	—	1 340	556	923	724
1954......	—	1 118	785	693	681
1955......	—	1 240	945	707	922
1956 (1)...		1 698	961	1 210	913

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A festa de maior significado no município é a do Sagrado Coração de Jesus, padroeiro local, realizada no dia 20 de junho. Tradicionalmente, comemoram-se em todo o território municipal as festas da Páscoa, as juninas e o Natal, sempre com muita animação e concorrência, obedecendo aos costumes tradicionais que caracterizam cada uma delas.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O topônimo atual "Rio Azul" é influência de um rio que atravessa o município e que lhe emprestou o nome.

Seus habitantes são chamados pelo gentílico riazulenses ou rio-azulenses.

Rio Azul é município constituído de dois distritos judiciários subordinados à comarca de Rebouças: Rio Azul e Soares. Na sede de cada um existe o cartório do Registro Civil e Anexos e Juiz de Paz.

Seu eleitorado em 1955 contava 2 638 cidadãos inscritos.

As autoridades representativas do município atualmente em exercício, são: Prefeito — Sr. Paulo Burlco. Vereadores — Srs. Miguel Pedro Abic, Leoclides G. Viana Júnior, José Vieira Soares, Herculano Chaves, Jozilo Boezoni, Alberto Icinaut, Estanislau Stefaniak e Dr. Acir Rachid.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Paraná.

RIO BRANCO DO SUL — PR

Mapa Municipal no 10.º Vol.

HISTÓRICO — Foram mineradores os primeiros povos brancos que penetraram o interior dos sertões de Curitiba. Quando em 1645-1647 o governador-geral do Sul do Brasil, Duarte Corrêa Vasqueanes, expediu nomeação a Eleodoro Ébano Pereira, para o cargo de Entabolador e Administrador dos Distritos do Sul, já haviam sido descobertas as primeiras minas de ouro em Paranaguá, sendo de presumir-se que já a essa época existissem mineradores explorando as minas do interior. Não há data exata de suas primeiras infiltrações ali.

As duas principais zonas de penetração de garimpeiros e pesquisadores de minas, simultâneamente ou com pequena diferença de tempo, foram as do vale do Ribeira de Iguape, compreendendo o Ribeirinha e o Açungui, suas principais nascentes; e no Nhundiaquara, onde, em 1653 já tinham sido assinaladas onze jazidas auríferas.

Os mineradores a princípio não tinham parada fixa, viviam errantes e, quando muito se estabeleciam em arraiais, cuja permanência também era transitória. Muitos dêsses arraiais serviram de base para a fundação de pequenos povoados que, com o decorrer dos anos e a evolução do povoamento do planalto, se transformaram em vilas e cidades.

A falta de documento não permite uma afirmativa, mas é quase fora de dúvida que o atual município de Rio Branco do Sul tenha tido sua origem num dêsses arraiais formados ao longo de alguma jazida aurífera, porque a região em que se circunscreve está tôda ela situada nos anti-

gos sertões do Açungui, zona onde se iniciou a busca ao ouro e às pedras preciosas, no planalto paranaense.

Uma "Descrição Topográfica da Câmara de Paranaguá e Curitiba" registrada em livro da Câmara Municipal de Curitiba, ao tratar dêste município, diz que muito necessitava "para a comodidade e aumento da civilização dos seus moradores tão distantes para o socôrro espiritual e boa administração da justiça e mesmo por indicação da Câmara, de mais três freguezias e uma capelinha curada. A primeira ao norte da mesma, no sertão do Açungui onde já estava uma ermida de Nossa Senhora da Piedade e um capelão pago pela Fazenda Nacional, ou em outro qualquer sítio do mesmo bairro em que se acharem melhores proporções, cuja freguezia deve ter por limites eclesiásticos o rio das Pombas, compreendendo os bairros de Itaperuçu, Rocinha e os do Açungui até a Ribeira".

A primitiva povoação era a de Nossa Senhora do Amparo, onde em 1790 o então vigário de Curitiba, o santo catequista padre Francisco das Chagas Lima benzeu um terreno para servir de cemitério.

Em 1825 o Vigário padre Antônio Teixeira Camello, em informação prestada ao prelado de São Paulo, expressava a importância da criação da freguesia de Nossa Senhora do Amparo, não só para a utilidade de seu povo em número suficiente para receber os Sacramentos, como para o aproveitamento de seu fértil terreno, com plantações de cana-de-açúcar, arroz e tôdas as demais culturas próprias aos terrenos da marinha, podendo-se, ainda, ali levantar fábricas de linho e de algodão, citando as minas de ouro que existiam em tôda a região.

Apesar do caloroso apêlo do padre Antônio Teixeira Camello, o Bispo de São Paulo e o govêrno da província não atenderam o pedido do povo da localidade.

Em 1831, a capela de Nossa Senhora do Amparo de "Butuverava" tinha como capelão o padre João Camargo, e em 1834 já gozava do predicamento de curato.

Depois da instalação da província do Paraná é que se deu a criação da freguesia de Nossa Senhora do Amparo de "Butuverava". O ato se deu em virtude da Lei provincial n.º 30, de 7 de abril de 1855. A sede da freguesia foi transferida em 1861 para os terrenos doados por Domingos Costa, conforme Lei n.º 67, de 23 de maio do mesmo ano, sendo que em 1871 novamente voltou à primitiva povoação.

É que, pela Lei provincial n.º 255, de 16 de março de 1871, a antiga freguesia de Nossa Senhora do Amparo foi elevada à categoria de município, com território desmembrado do de Curitiba, com a denominação de Votuverava, tendo a sua sede recebido os foros de vila.

Mais tarde houve nova transferência de sede, pois a atual cidade de Rio Branco do Sul está localizada no local onde existiu o antiquíssimo bairro de Rocinha, o que prova que antes de seu estabelecimento definitivo, a freguesia, depois vila de Votuverava, andou pairando pelos arraiais de outrora, mais tarde transformados em "bairros", como os denominavam os primitivos habitantes dos sertões curitibanos.

Essa mudança de sede foi efetivada em virtude da Lei estadual n.º 733, de 21 de fevereiro de 1908, data em que, pela primeira vez Votuverava passou a denominar-se Vila Rio Branco.

No ensejo das solenidades de transferência da sede municipal lavrou-se a seguinte ata, que é um documento histórico de real significado para a vida comunal de Rio Branco do Sul:

> "Aos seis dias do mês de abril de mil novecentos e oito, décimo nono da República dos Estados Unidos do Brasil, na sala da residência do Capitão Paulino da Silva Faria, ajudante do Procurador da República, no povoado da Rocinha, próximo à futura Estação da Estrada de Ferro Norte do Paraná, presente, digo, Paraná, às onze horas da manhã, presentes os cidadãos Capitão Manoel da Silva Muller, Prefeito Municipal, Capitão Teodoro Teixeira de Freitas, Presidente da Câmara e o camarista Capitão Antonio Faustino de Faria e os suplentes de camaristas, em exercício, Antonio Lourenço Lopes e João dos Santos Andrade, declarou o senhor Presidente que, achando-se o número legal de camaristas, aberta a sessão pelo mesmo Presidente foi dito que tendo sido transferida a sede da Vila de Votuverava, para êste povoado da Rocinha, com o título de Vila Rio Branco, transferência essa realizada em virtude da Lei número setecentos e trinta e três, de 21 de fevereiro de mil novecentos e oito. E instalada por decreto do Govêrno do Estado, de 5 de abril de mil novecentos e oito, número 202, e feita a contento de toda a população do Município, achando-se já no dito lugar estabelecidos o arquivo municipal, Escola Pública da Instrução Primária, Coletoria Federal, Agência Fiscal das Rendas Estaduais e Agência Fiscal do Imposto de Consumo da Sexta Circunscrição e o Cartório do Juizo Distrital e dos Casamentos. Declarou o senhor Presidente se achar instalada a nova Vila, em presença de numeroso auditório que assistia esta ata, mandando lavrar a presente ata, da qual se dará conhecimento ao Exmo. Snr. Doutor Presidente do Estado, ao Congresso Legislativo, ao Exmo. Barão do Rio Branco e às demais autoridades, assim como a publicação pela imprensa oficial. Em tempo: Estiveram presentes a esta ata o Coronel Emilio Ribeiro Gomes, Deputado ao Congresso Estadual, Major João Carvalho de Oliveira Júnior, Tenente Coronel José dos Santos Ribas, Capitão Guilherme Straube, Capitão José Borges de Macedo, Capitão Carlos Pioli, Tenente João Evangelista Artygas. E para constar, lavrou-se esta ata que vai assinada pelos cidadãos, Prefeito, Presidente, Camaristas, autoridades e mais pessoas presentes e eu, Francisco Pereira de Andrade servindo de Secretário da Câmara, a escrevi e assino. (Ass.) Manoel da Silva Muller, Prefeito Municipal — Teodoro Teixeira de Freitas, Presidente da Câmara Municipal. Seguem-se as demais assinaturas, em número bastante elevado."

Como se vê, a denominação de Vila Rio Branco, com que se batizou o antigo arraial de "Butuverava", constituiu uma homenagem ao Barão do Rio Branco, a quem a Câmara Municipal fêz a comunicação de praxe.

Pelo Decreto-lei estadual n.º 7 573, de 20 de outubro de 1938, foi extinto o município de Rio Branco, passando o seu território a integrar o município de Cêrro Azul. Na qualidade de simples distrito de Cêrro Azul, em decorrência do Decreto-lei estadual n.º 199, de 30 de dezembro de 1943, voltou a denominar-se Votuverava.

No ano de 1947, por fôrça da Lei estadual n.º 2, de 10 de outubro, voltou, mais uma vez, à categoria de município, com a denominação de Rio Branco do Sul, realizando-se a sua instalação no dia imediato ao de sua restauração como unidade municipal autônoma.

LOCALIZAÇÃO — Situa-se na Zona Fisiográfica do Planalto de Curitiba.

O município é limitado ao norte por Cêrro Azul e Castro, a oeste por Campo Largo, ao sul por Almirante Tamandaré e a leste por Bocaiúva do Sul.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Na sede municipal é de 892 metros.

CLIMA — O município de Rio Branco do Sul está situado na zona abrangida pelo clima temperado. Fresco e agradável nas estações da primavera e do verão, frio e úmido no outono e inverno, quando se observam geadas freqüentes.

As temperaturas médias registradas no ano de 1957 foram 32ºC para as médias das máximas, 3ºC para a das mínimas e 16,5ºC para a compensada.

ÁREA — É de 1 104 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O território do município é cortado por diversas serras, destacando-se a do Bromado, do Votuvoru, de Santana e da Bacaetava. Dentre os cursos d'água cita-se o rio Ribeirinha, o rio Açungui e o rio Piedade.

RIQUEZAS NATURAIS — São representadas, no município, apenas pelas de origem mineral, e que são as jazidas de calcários para cal virgem e hidratada, calcários para cimento e minério de ferro.

POPULAÇÃO — Contava pelo Recenseamento Geral de 1950, com a população de 15 378 habitantes, sendo 8 371 homens e 8 007 mulheres. Segundo *a côr* — 13 649 brancos, 462 pretos e 2 264 pardos; segundo o *estado civil* (15 anos e mais) — 2 515 solteiros, 5 682 casados, 614 viúvos e 4 desquitados; segundo a *nacionalidade* — 45 estrangeiros e 20 brasileiros naturalizados; segundo a *religião* — 16 228 católicos apostólicos romanos e 150 de outras religiões.

Aglomerações urbanas — A cidade de Rio Branco do Sul e a vila de Açungui constituem as aglomerações urbanas, existentes no município. Segundo os dados do Recenseamento Geral de 1950, a cidade de Rio Branco do Sul possuía uma população urbana de 715 rhabitantes, sendo 368 homens e 347 mulheres e assim distribuída: *quadro urbano* — 588 habitantes, 304 homens e 284 mulheres; *quadro suburbano* — 127, sendo 64 homens e 63 mulheres.

A vila de Açungui tinha, naquela época, apenas 77 habitantes, sendo 44 homens e 33 mulheres. Estima-se, atualmente, em 1 400 habitantes a população urbana da cidade.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Constituem a principal fonte à economia do município a indústria extrativa — mineral e a agricultura, coadjuvada pela pecuária.

Dotado de imensas jazidas de calcários e de ferro, ali proliferam as indústrias de cal (nas suas diversas espécies), de cimento (da Cia. de Cimento Portland Rio Branco Sociedade Anônima) e de ferro gusa (da Usina Siderúrgica Marumbi Limitada). Existem 30 indústrias ativas, das quais 12 ocupam 5 ou mais funcionários. Os outros ramos são "madeireiro", "bebidas" e de "produtos alimentares".

A produção agrícola prevista para 1956 era: milho — Cr$ 8 280 000,00; feijão — Cr$ 6 796 800,00; uva — Cr$ 4 939 200,00; batata-inglêsa — Cr$ 1 654 400,00; trigo — Cr$ 456 500,00 em menor escala, a da laranja, do arroz, centeio e cebola.

A pecuária é de apreciável valor, destacando-se como importantes os rebanhos suíno, bovino e caprino.

A exportação total do município em 1956 (para os Estados) foi de Cr$ 61 666 381,00. Fato curioso é que só de cimento foram exportados Cr$ 60 419 971,00 portanto quase 98% da exportação total. Os demais produtos foram cal-viva e extinta, feijão, pedras calcárias e ferro gusa.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem no município 140 estabelecimentos comerciais varejistas e 1 agência bancária.

O município mantém transações comerciais em sua maior parte com o município de Curitiba, Ponta Grossa, São Paulo (SP) e Joinvile (SC).

Para lá exporta sua produção, ao mesmo tempo se abastecendo dos artigos e mercadorias de que necessita para seu consumo interno.

Pôsto de Puericultura e em anexo o Pôsto de Higiene

Banco Mercantil Industrial do Paraná

Igreja-Matriz de N. S.ª do Amparo

Grupo Escolar Municipal (em construção)

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é dotado dos transportes rodoviário e ferroviário (da R.V.P.S.C.) que o ligam às seguintes localidades próximas: Almirante Tamandaré — 15 quilômetros (rodoviário) e 23 quilômetros (ferroviário); Cêrro Azul — 66 quilômetros (rodoviário); Bocaiúva do Sul — 24 quilômetros (rodoviário) Campo Largo — 62 quilômetros (rodoviário); Castro — 80 quilômetros (rodoviário) e 213 quilômetros (rodoviário via Curitiba).

Dista das capitais Estadual e Federal: 30 quilômetros e 1 051 quilômetros (rodoviário) e 43 quilômetros e 1 342 (ferroviário), respectivamente.

Na sede funcionam: 1 agência postal do Departamento dos Correios e Telégrafos e o serviço telegráfico da R.V.P.S.C. (estrada de ferro).

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Rio Branco do Sul conta atualmente com cêrca de 1 400 habitantes. Há 280 edificações, das quais 268 se destinam a fins residenciais. É servida por energia elétrica para iluminação pública e domiciliar, esta com 220 ligações. Dispõe de água canalizada com uma rêde distribuidora de 3 500 metros que abastece 120 prédios em 10 logradouros. Existem 13 logradouros públicos: 9 ruas, 2 travessas e 2 praças.

No decurso do ano de 1957 foram registrados, na Prefeitura Municipal, 171 veículos, sendo 35 automóveis e 136 caminhões.

Os serviços de hospedagem e de alimentação são prestados por 2 hotéis.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — No município há 1 médico, 1 dentista e 2 farmacêuticos. Ali funcionam os seguintes estabelecimentos de saúde: Maternidade Nossa Senhora do Amparo, Pôsto de Puericultura e Pôsto de Higiene, todos mantidos pelo Govêrno do Estado. Existem na cidade 2 farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Maternidade e Postos de Puericultura e Higiene prestam também serviços de assistência social à população dentro das suas finalidades específicas.

ALFABETIZAÇÃO — O Censo de 1950 demonstrou a existência de 13 404 pessoas de 5 anos e mais, no município, sendo que 2 199 sabiam ler e escrever ,ou seja, 1 372 homens e 827 mulheres. Na sede municipal, das 607 pessoas de 5 anos e mais, 398 sabiam ler e escrever, sendo 212 homens e 186 mulheres.

Ensino — No município, em 1956, funcionaram 44 unidades do ensino primário fundamental comum, com a matrícula de 1 418 alunos. Funciona na sede municipal um Curso Normal Regional.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Localiza-se na sede municipal o Cine Rio Branco, com capacidade para 100 espectadores.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950......	153,5	557,5	309,4	74,6	208,7
1951......	282,2	686,5	382,8	68,1	260,3
1952......	499,7	1 286,6	575,7	125,7	480,9
1953......	2 365,8	1 964,5	608,5	124,6	597,7
1954......	10 226,6	4 156,5	653,0	137,5	630,8
1955......	12 588,9	5 160,4	1 025,2	351,5	980,9
1956......	16 179,7	7 349,5	1 076,7	404,5	1 076,7

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — São religiosas as principais manifestações que se realizam no município, predominando a tradicional festa de Nossa Senhora do Amparo, padroeira local. Festa de caráter fixo (15 de agôsto), realiza-se, todavia, durante um período, cujo encerramento coincida com o domingo mais próximo daquela data. Seguem-se as festas em honra de São Sebastião, a 20 de janeiro, e as comemorações do Natal, Páscoa e Ano Novo.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A denominação "Rio Branco do Sul" adotada pelo município representa uma homenagem ao notável estadista brasileiro José Maria da Silva Paranhos, "Barão do Rio Branco".

Seus habitantes são chamados rio-branquenses.

Judiciàriamente compõe-se de dois distritos, ambos subordinados à comarca de Curitiba (Capital): Rio Branco do Sul e Açungui.

Contava Rio Branco do Sul em 1955 cêrca de 2 481 eleitores inscritos.

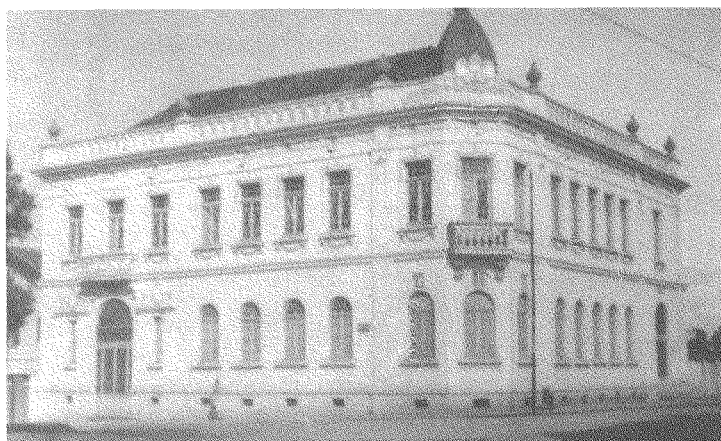
O progresso do município é crescente face à intensificação da indústria extrativa mineral de materiais não metálicos (calcários).

As principais autoridades de Rio Branco do Sul, atualmente em exercício, são: Prefeito Municipal — Otávio Furquim. Vereadores — Jorge Abrão, França E. de Souza, Nelson Pini, Bertoldo Souza Rosa, Alcides G. da Silva, Crispim F. de Siqueira, João M. da Rocha, Antônio de B. Teixeira e Nagib Elias.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Paraná.

RIO NEGRO — PR

Mapa Municipal no 10.º Vol.

HISTÓRICO — A região que hoje constitui o território do município de Rio Negro, até o ano de 1816, era habitada exclusivamente pelos índios Botocudos, que dominavam as matas das encostas marítimas da serra do Mar até o rio Timbó, nas bacias dos rios Negro e Iguaçu, ao norte da zona, e até o rio do Peixe, na bacia do Pelotas, ao sul. Os índios Coroados, seus inimigos, habitantes entre os rios do Peixe e Timbó, para oeste, reconheciam êstes dois rios como

Fôro Municipal

limite de suas possessões. A Mata do Sertão, também conhecida por Sertão da Mata, constituía antigo pouso e registro fiscal do caminho de tropas entre Sorocaba, em São Paulo, e sertão de Vacaria e Viamão, no Rio Grande do Sul. A localidade era constantemente assolada pelos índios Botocudos, povoadores da região. Para defender o sertão das ameaças dos selvagens, o Govêrno paulista se interessou pelo seu povoamento com mamelucos, até que, em 1816 estabeleceu aqui cinqüenta casais de portuguêses açorianos que, do Pôrto de Cima, viajaram pelo trilho da Serra até o local do seu destino, conforme descrição do historiador Vieira dos Santos.

A origem do atual município de Rio Negro remonta à abertura da Estrada da Mata, numa extensão de quarenta léguas, através do sertão, ligando a antiga vila do Príncipe (Lapa), no Paraná à vila de Lages, em Santa Catarina.

Romário Martins escreve a propósito da abertura dêsse caminho:

"Os descobrimentos feitos pela bandeira de Zacarias Dias Côrtes induziram o Governador da Capitania de São Paulo, Antônio Caldeira Pimentel, a verificá-los e levar a efeito uma via de comunicação com Viamão (Pôrto Alegre —Rio Grande do Sul) propugnada pelo sertanista Bartolomeu Paes.

Para isso confiou uma bandeira à direção do sargento-mor Francisco de Souza Faria (que se guiou pelo roteiro de Zacarias Dias Côrtes, conforme diz Varnhagen), e a seguir outra a Manoel Rodrigues da Mota, indicado pela Câmara de Curitiba, Mota fêz a expensas suas tôdas as despesas da bandeira que levou ao sertão do sul e que abriu a picada até os campos de Lages.

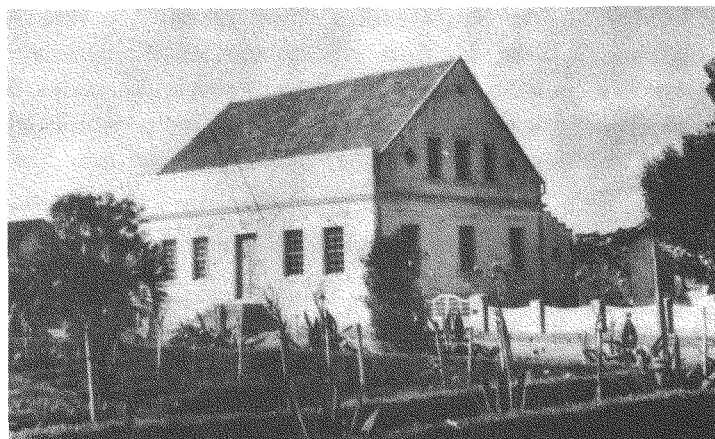
A bandeira do sargento-mor Souza Faria, composta de milicianos e aventureiros paranagüenses, partira de Laguna (Santa Catarina) e o objetivo de ambas era facilitar o trânsito até a Colônia do Sacramento, que ao tempo era causa de desavenças entre portuguêses e castelhanos.

As picadas do norte e do sul não se encontraram e foi preciso corrigir-lhe as diretrizes. Nova bandeira foi levantada, para proceder a retificação, e Manoel Rodrigues da Mota manteve-se no sertão à sua custa.

Deve-se-lhe, pois, a abertura da "Estrada do Mota" que tantos serviços prestou ao povoamento do Rio Grande do Sul e dos Campos Gerais de Curitiba e ao comércio de gado com Sorocaba, denominação que fàcilmente se alterou, pouco depois, para "Estrada da Mata", porque do Rio Negro para o sul atravessava região intensamente florestada".

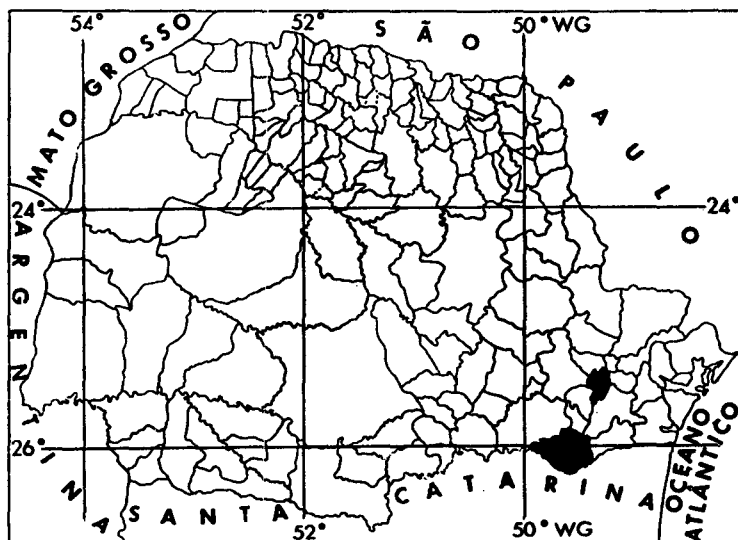
O fundador da cidade de Rio Negro, João da Silva Machado, mais tarde Barão de Antonina, foi também o supervisionador das obras da construção da "Estrada da Mata". A data que se admite como sendo a da fundação da povoação é a de 21 de julho de 1826. A primitiva denominação da localidade foi Capela do Rio Negro.

A 26 de julho de 1828, por Provisão de Dom Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade, Bispo de São Paulo, a povoação foi elevada à categoria de Capela Curada. A 5 de outubro de 1828 celebrou-se o primeiro batismo em Rio Negro, na pessoa de Fidêncio, filho de Policarpo Alves e Ana Machado; e a 1.º de novembro do mesmo ano efetuou-se o primeiro casamento, sendo noivos Valentim Pires e Feliciana do Prado. Em 1828 foi erigida a Capela da Mata do Caminho do Sul, na localidade que então já contava com 108 moradores e 160 fogos, todos descendentes de lusitanos e selvagens. A chegada, em 1829, de 60 imigrantes alemães deu desde logo novo estímulo aos povoadores, imprimindo grande progresso à povoação nascente. No período de 1853 a 1860 transferiram-se para Rio Negro, espontâneamente, numerosos colonos alemães de Joinvile, São Bento e Blumenau, em Santa Catarina, e de vários pontos do Rio Grande do Sul. Em 1886 a população da colônia foi aumentada com 15 famílias vindas de Bukovina, nas margens do Volga, descendentes de bávaros. As duas primeiras levas de imigrantes alemães, que aportaram a Rio Negro, compunham-se de 20 famílias, com 100 pessoas, e de 27 famílias, com 138 pessoas, a segunda. Em 1833 chegou uma última leva composta de 10 alemães.

Servida por um rio navegável, em todo o seu curso, até confundir suas águas com as do Iguaçu, antigo rio do Registro, Rio Negro cresceu e prosperou, transformando-se, em poucos anos, em um dos mais ricos e florescentes núcleos coloniais do planalto paranaense. Foi elevada à freguesia em 1838. Pela Lei provincial n.º 219, de 2 de abril de 1870, a povoação foi elevada à categoria de vila, tornando-se, assim, município autônomo desmembrado do de Lapa. A posse dos Vereadores que compuseram a primeira Câmara Municipal deu-se a 15 de novembro do mesmo ano, a qual ficou assim constituída: comendador João de Oliveira Franco, capitão João Bley, capitão Francisco de Pauza Xavier Frade, João Vieira Ribas, tenente Pedro Amálio Ribas, Salvador José de Lima e Tibireçá dos Santos Pacheco Lima. No ano de 1896, Rio Negro foi ele-

Prefeitura Municipal

vado à categoria de cidade. Joaquim Teixeira Sabóia foi o primeiro Prefeito Municipal de Rio Negro, tendo aqui falecido a 20 de setembro de 1918. O segundo foi Antônio José Correia, nascido na cidade da Lapa, a 24 de dezembro de 1865 e falecido em Curitiba, a 1.º de outubro de 1928, tendo, inclusive, desempenhado o mandato de Deputado estadual, para o qual foi eleito pelo povo de Rio Negro.

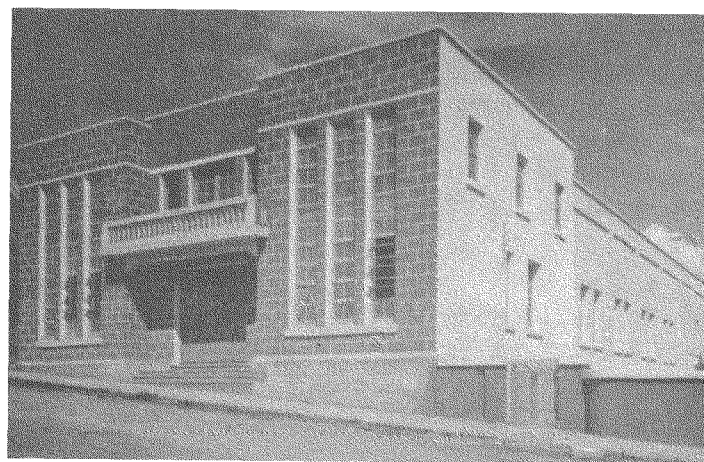
A cidade de Rio Negro ocupava primitivamente ambas as margens do rio que lhe deu o nome, ligadas que eram por uma balsa. Mais tarde foi construída a ponte metálica, fato que se deu no Govêrno do Dr. Xavier da Silva. Antes do acôrdo de limites entre o Paraná e Santa Catarina, a cidade era servida por duas estações de estrada de ferro. Em virtude daquele pacto, passou a pertencer a Santa Catarina a parte da cidade situada à margem esquerda do rio, que recebeu a denominação de Mafra, ficando a estação situada nesta última e desanexada da cidade de Rio Negro. Pela Lei estadual n.º 210, de 1.º de dezembro de 1896, foi criada a comarca do Rio Negro. O primeiro Juiz de Direito foi o Dr. Augusto Leonardo Salgado Guarita, que foi empossado, com grandes solenidades, no dia 6 de janeiro de 1897. Atualmente Rio Negro é comarca de terceira entrância.

LOCALIZAÇÃO — O município está situado na Zona Fisiográfica dos Campos Gerais, tendo como limites ao norte Lapa e Contenda, a oeste e ao sul o Estado de Santa Catarina, e a leste Tijucas do Sul.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 775 metros na sede.

CLIMA — Rio Negro possui clima saudável e sêco. Os dias e as noites são frescos e agradáveis. No inverno a temperatura baixa um pouco, com ocorrência de geadas. No ano de 1956, registraram-se as seguintes temperaturas médias: 25,5ºC para as máximas, 4,3ºC para as mínimas e 18,9ºC para a compensada.

ÁREA — Corresponde a 1 461 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município é cortado por uma vasta rêde fluvial, sendo de maior importância os rios: Negro, navegável em alguns trechos, tendo 60 metros de largura e 3,25 metros de profundidade média; Várzea, também navegável, tendo 27 metros de largura e 2 metros de profundidade média; Passa Três; Três Barras e Palmito,

Salão Paroquial

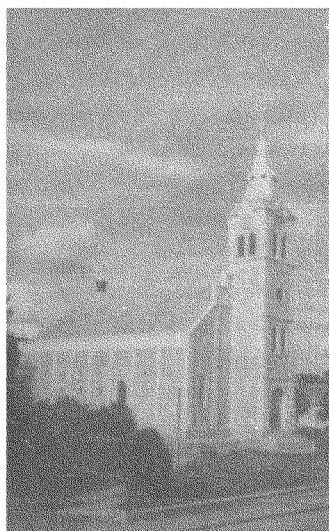
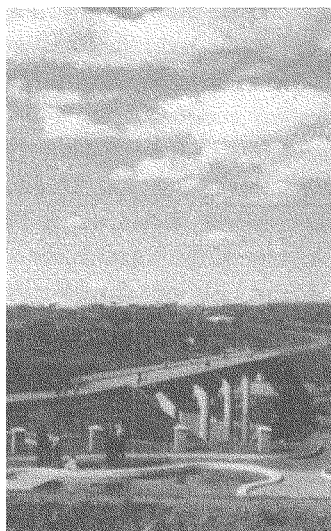
nenhum navegável. Existem, ainda, diversos ribeiros e lageados. São encontradas as cachoeiras do Pien, com 10 metros de altura, e a do Bugre, com 25 metros. Distante 58 quilômetros do distrito-sede, localiza-se a serra Doce Grande, com 1 100 metros de altitude.

POPULAÇÃO — Contava o município 28 479 habitantes, sendo 14 563 homens e 13 916 mulheres, por ocasião do Recenseamento Geral de 1950. Segundo a *côr* — 25 920 brancos, 1 515 pretos, 991 pardos e 3 amarelos; o *estado civil* — 5 931 solteiros, 11 801 casados, 786 viúvos e 9 desquitados; a *nacionalidade* — 2 164 estrangeiros e 207 brasileiros naturalizados; a *religião* — 27 049 católicos apostólicos romanos e 1 430 de outras religiões.

Aglomerações urbanas — Quatro aglomerações urbanas existem no município: cidade de Rio Negro e vilas de Campo Tenente, Pangaré e Pien. A cidade de Rio Negro possuía, por ocasião do último Censo, 7 653 habitantes, sendo 3 796 homens e 3 857 mulheres, assim distribuídos: *quadro urbano* — 5 796 (2 814 do sexo masculino e 2 982 do feminino); *quadro suburbano* — 1 857 (982 homens e 875 mulheres). As vilas de Campo do Tenente, Pangaré e Pien contavam com 952, 57 e 227 habitantes, respectivamente.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", ocupando 27% das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), constitui a principal atividade econômica da comuna, bem coadjuvada pela indústria extrativa, quer vegetal, quer mineral. O valor da produção agrícola prevista para 1956 (em cruzeiros) estava assim compreendido: milho — Cr$ 32 917 500,00; feijão — Cr$ 15 696 000,00; trigo — Cr$ 12 205 000,00; centeio — Cr$ 1 101 000,00; batata — Cr$ 1 080 000,00. Em escala decrescente a uva, o arroz, o amendoim, a mandioca e a cebola, com menores valores.

O efetivo de gado bovino e suíno é estimado em 57 milhões de cruzeiros.

A indústria conta com 57 estabelecimentos dos quais 25 (cêrca de 45%) ocupam 5 ou mais operários em suas atividades. Os ramos mais explorados são: "madeireiro", "ervateiro", de "cerâmica", e o de "produtos alimentares". Em 1956 o município exportou (para os estados) esquadrias de madeira, madeiras compensadas, palhões para garrafas, milho e gado bovino, no valor aproximado de .... Cr$ 52 000 000,00.

Igreja-Matriz Municipal

Ponte Federal Rio Negro-Mabra

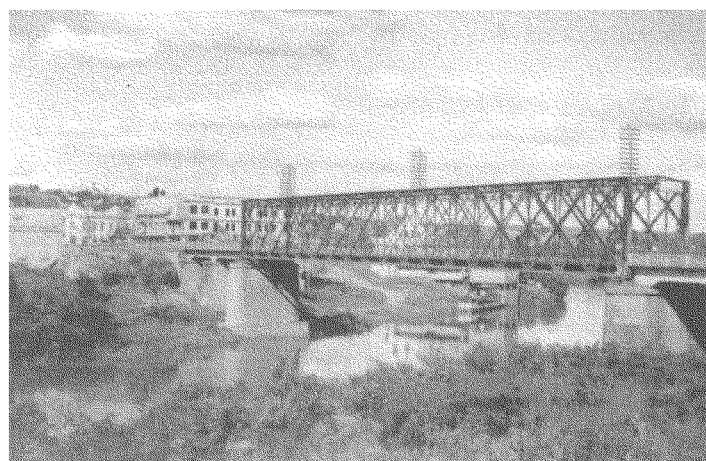
COMÉRCIO E BANCOS — Rio Negro dispõe de 98 estabelecimentos comerciais varejistas, 2 atacadistas e 3 agências bancárias, que representam o comércio e crédito locais. O município mantém transação habitual com as seguintes praças: Curitiba, União da Vitória e Ponta Grossa, no Paraná; Joinvile, Blumenau e Jaraguá do Sul, em Santa Catarina; Pôrto Alegre no Rio Grande do Sul; São Paulo, no Estado de igual nome. Nesses locais Rio Negro também se abastece de artigos e mercadorias necessários ao seu consumo.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido pelas vias de transporte rodoviário, ferroviário (da Rêde Viação Paraná—Santa Catarina), aéreo (via Mafra, cidade divisória) e fluvial, através do rio Negro. Liga-se aos seguintes municípios próximos: Lapa — 44 quilômetros (rodoviário) e 60 quilômetros (ferroviário); Contenda — 58 quilômetros (rodoviário); São José dos Pinhais — 126 quilômetros (rodoviário); Tijucas do Sul — 78 quilômetros (rodoviário); Rio Negrinho (SC) — 55 quilômetros (rodoviário) e 53 quilômetros (ferroviário); São Bento do Sul (SC) — 76 quilômetros (rodoviário) e 69 quilômetros (ferroviário); Campo Alegre — 88 quilômetros (rodoviário); Mafra (SC) — zero quilômetros (basta atravessar a ponte rodoviária e ferroviária). Dista da capital do Estado: a) rodoviário — 106 quilômetros; b) ferroviário — 160 quilômetros; c) aéreo — 60 quilômetros. Liga-se à capital Federal: a) por via rodoviária — 1 127 quilômetros; b) ferroviária — 1 507 quilômetros; c) aérea — 753 quilômetros.

Aspecto parcial da Rua 15 de Novembro

Na cidade funcionam uma agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos, o Serviço Telegráfico da Rêde Viação Paraná—Santa Catarina, o Serviço Radiotelegráfico do 2.º Batalhão Rodoviário, além de serviço telefônico urbano e automático.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Rio Negro conta, atualmente, com uma população estimada em 7 900 habitantes, e cêrca de 1 600 edificações, na sua quase totalidade servindo para fins residenciais. Possui rêde telefônica urbana, com 390 aparelhos instalados; energia elétrica para fôrça motriz e iluminação pública e particular, esta com 1 425 ligações. Existem, na cidade, 69 logradouros públicos, sendo 3 avenidas, 56 ruas, 4 praças e 1 parque. No ano de 1957, foram registrados, na Prefeitura Municipal, 126 automóveis e 106 caminhões. O comércio local é constituído de 2 estabelecimentos atacadistas e 98 varejistas, havendo 4 hotéis e uma pensão.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existem no município, como fonte de assistência médico-sanitária, 6 médicos, 4 dentistas e 5 farmacêuticos, além dos seguintes estabelecimentos: Hospital Bom Jesus, particular, Associação de Caridade e Proteção à Maternidade e à Infância,

Ponte sôbre o Rio Negro

também particular, e Pôsto de Higiene, mantido pelo Govêrno do Estado. Existem, ainda, na cidade, 3 farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — O Pôsto de Higiene também proporciona serviços de assistência social à população. Duas associações desportivas prestam assistência social aos seus membros: Grêmio Esportivo Rio-negrense, com 813 sócios, e Sociedade Ginástica de Rio Negro, contando 125.

ALFABETIZAÇÃO — O município contava, pelo Censo de 1950, com 23 767 habitantes de 5 e mais anos; dêsses, 12 086 (6 976 homens e 5 110 mulheres) sabiam ler e escrever. Na sede municipal, das 6 496 pessoas de 5 anos e mais, 4 891 eram alfabetizadas, sendo 2 556 do sexo masculino e 2 335 do feminino.

Ensino — O ensino primário fundamental comum foi ministrado no município, em 1956, a 3 176 alunos, através de 65 unidades escolares. A cidade conta com 4 estabelecimentos de ensino extraprimário, a saber: Escola Agrícola Lysímaco da Costa (profissional), Ginásio Estadual Doutor Caetano Munhoz da Rocha, Curso Normal Regional e Seminário Seráfico Frei Luiz de Tolosa (religioso).

Vista parcial da cidade

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existem na sede do município duas entidades culturais ambas desportivas. A cidade dispõe de dois estabelecimentos de diversões: Cine Rio Negro, com 1 118 lugares, e Cine Marajá, com 910; de estação radioemissora, a Rádio Rio Negro, prefixo ZYG-9, freqüência de 1 010 quilociclos; de um semanário, o "Nosso Jornal", e das seguintes bibliotecas: Biblioteca Pública Municipal, com 1 900 volumes, Biblioteca Desembargador Hugo Simas, particular, com 700 volumes, e Biblioteca do Convento, também particular, com 600 volumes.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950......	1 620	2 491	1 677	932	1 615
1951......	1 950	2 949	1 629	1 120	1 811
1952......	2 564	3 489	1 715	998	1 606
1953......	3 269	4 637	2 239	1 288	2 001
1954......	3 977	5 827	2 210	1 180	2 206
1955......	5 344	6 489	3 511	1 240	3 423
1956......	7 026	7 708	3 428	2 149	3 477

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A manifestação popular de maior significado no município é a festa que se realiza em honra do seu padroeiro, Senhor Bom Jesus da Coluna, com início a 28 de julho e término a 6 de agôsto. Compreende novena festiva e solene procissão no dia do encerramento. É muito concorrida e animada. Outra festa que se realiza no município, em data móvel, também com muito brilhantismo, é dedicada ao Corpo de Deus, com imponente procissão.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O topônimo adveio do nome do rio que, banhando o município, passa pela cidade, fazendo divisa com outra comuna, Mafra, no Estado de Santa Catarina, curso d'água êsse chamado Rio Negro. As pessoas nascidas no município são denominadas rio-negrenses. É sede de comarca de 3.ª entrância do Estado do Paraná, contando com um Juiz de Direito, Promotor Público, Cartório e respectivos encargos. Compreende os seguintes distritos judiciários: Rio Negro, Campo do Tenente, Pangaré e Pien. Em 1956 estavam inscritos 6 960 eleitores.

Duas grandes iniciativas no setor dos transportes, a construção do ramal ferroviário Rio Negro (PR) a Bento Gonçalves (RS), atravessando de um extremo a outro o Estado de Santa Catarina, bem como o asfaltamento (iniciado) da rodovia Curitiba—Vacaria (RS), passando pela cidade de Rio Negro, trarão inestimáveis benefícios de ordem econômica ao município, colaborando para seu progresso. As autoridades representativas da comuna são: Juiz de Direito — Dr. Onélio Bacovis; Promotor Público — Dr. Alceu Swarowski; Prefeito Municipal — Dr. Celso A. Henning; Vereadores — Rubens Novicki, Abílio A. da Rocha, Alvino Gonchorowski, Nathalio Rodrigues, Aníbal P. Cordeiro Neto, Carlindo B. Carstens, Seboldo Moidd, Gabriel Kais, Maximiniano Pfeffer e Mário Ribas da Cruz.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Paraná.

ROLÂNDIA — PR

Mapa Municipal no 12.º Vol.

HISTÓRICO — O comêço do povoamento do território do atual município de Rolândia data do ano de 1932, quando ali aportaram os primeiros colonos alemães, que se estabeleceram em plena mata virgem, dando início a uma povoação que dentro em pouco estava convertida numa grande cidade. Em 1931 foi organizada, na Alemanha, uma sociedade com o fim de tratar de assuntos econômicos no Brasil, promovendo a organização e a fundação de colônias. O primeiro Presidente da organização em aprêço foi o próprio Ministro do Interior do Reich, mais tarde substituído pelo Sr. Erich Koch Weser, que faleceu, alguns anos mais tarde, na cidade de Rolândia. Designado Diretor da colonização no Brasil, o Sr. Oswaldo Mixdorf chegou a Londrina no dia 25 de abril de 1932. Trazia aquêle colonizador tedesco a incumbência de estender as atividades da companhia de que era diretor ao norte do Paraná. Escolhido o local para o estabelecimento que tinha em vista, foi dado ao mesmo a denominação de Gleba Roland, por sugestão dos colonizadores alemães Erich Koch Weser, Hermann IV, Freden e Oswaldo Mixdorf, em homenagem ao grande guerreiro medieval Roldão ou Roland, um dos Doze Pares de França e sobrinho do imperador Carlos Magno. Na cidade alemã de Bremen, há 500 anos, foi erguida uma estátua a Roland. Os trabalhos de localização e demarcação da gleba foram atacados imediatamente e com tôda a energia. Tanto assim, que já em 14 de junho de 1932, a Gleba Roland estava com a sua localização completamente definida, tendo sido iniciados os trabalhos de derrubada da floresta virgem e desconhecida. Em virtude dos trabalhos de medição procedidos concomitantemente pela sociedade alemã e pela Companhia de Terras Norte do Paraná, o lugar em que seria construída a futura cidade ficou sendo conhecido também pela denominação de Quilômetro 42 Jataí—Rolândia. Em 26 de janeiro de 1932 foi assinado um contrato entre Erich Koch Weser e o general Asquith, Presidente da firma Paraná Plantation Ltda. que regia a C.N.N. 9 e Estrada de Ferro São Paulo—Paraná de que resultou o comêço da fundação de uma cidade.

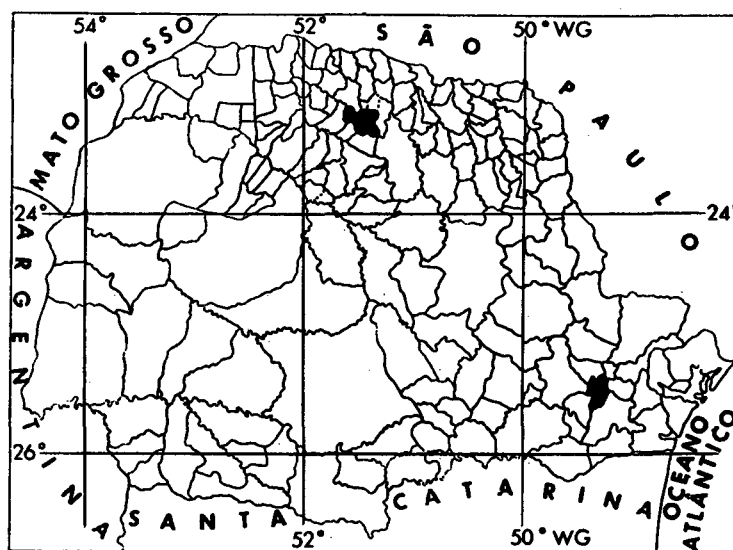
No dia 14 de junho de 1932, aparecia o primeiro rancho construído de palmito e coberto de tabuinhas, com dez cômodos. Estava iniciada a colonização da gleba. Já no dia 14 de agôsto do mesmo ano, era concluída a constru-

Vista parcial da Avenida Interventor Manoel Ribas

ção da estrada que ligava Nova Dantzig — hoje Cambé — ao referido rancho; êste, que servia de residência ao Sr. Oswaldo Mixdorf, foi denominado "Casa de Recepção". Hoje é a Granja Mixdorf. No dia 1.º de novembro de 1932 chegou à localidade o Sr. Jorge Philipp, com o fim de construir uma pequena serraria no local, que hoje se denomina Fazenda Janeta. Em 1.º de fevereiro de 1933, inaugurou-se uma linha de ônibus, até o km 4.

A primeira pessoa nascida em Rolândia recebeu o nome de Roland Kischkel, tendo seu nascimento ocorrido em 26 de abril de 1933. Em 6 de junho de 1933 foi concluída a construção da estrada até o perímetro destinado à cidade de Rolândia, e em 7 de abril de 1944 derrubou-se a primeira árvore naquele local. No dia 1.º de outubro do mesmo ano foi construída uma casa à margem da Estrada do Ribeirão Vermelho, onde se instalou a primeira casa comercial da localidade e que pertencia ao Sr. Willy Dietz que, como os seus companheiros, realizou grandes sacrifícios para transportar as suas mercadorias através da floresta virgem. O primeiro hotel de Rolândia foi construído em 15 de janeiro de 1935, e o primeiro trem de ferro que atingiu a cidade chegou ali em 8 de janeiro de 1936. O mesmo pertencia à Estrada de Ferro São Paulo—Paraná, tendo Rolândia como ponto terminal. Em 1936 foi feito o lançamento da pedra fundamental da igreja Matriz. No mesmo ano se deu o fundamento da Serraria Rolândia, estabelecimento industrial que muito contribuiu para o progresso e desenvolvimento da cidade. Em agôsto de 1937 foi criada a agência postal.

Pelo Decreto estadual n.º 6 589, de 14 de março de 1948, foi criado o distrito judiciário de Rolândia, pertencente ao município de Londrina. Pelo Decreto-lei estadual número 199, de 30 de dezembro de 1943, Rolândia foi elevado à categoria de município, passando a denominar-se Caviúna, em virtude do mesmo diploma legal. A instalação oficial do município efetuou-se em 1.º de janeiro de 1944. O município foi formado com o antigo território pertencente ao distrito de Rolândia, passando a integrar o seu território mais o distrito de Arapongas, criado na mesma época. A 10 de outubro de 1947 perdeu a área correspondente ao distrito de Arapongas, que foi elevado a município, por fôrça da Lei estadual n.º 2, da mesma data. Também em virtude dessa Lei, perdeu o nome de Caviúna, readquirindo a sua primitiva denominação de Rolândia. A comarca foi criada em 1948 e instalada no comêço do ano de 1949. Em 1940 foi construída a primeira Casa de Saúde, pelo médico Dr. Ciro Bolivar de Araújo Moreira; a primeira emprêsa de transportes coletivos, de propriedade de Manoel Carreira Bernardino; e também a primeira máquina para beneficiamento de café, que se denominou "Máquina Rolândia". Em 1937 foram criadas a Subdelegacia de Polícia e a Coletoria Estadual de Rolândia. Em 1943 foi iniciada a eletrificação da cidade, tendo sido instalado, nesse ano, o primeiro estabelecimento bancário da cidade. O primeiro Prefeito de Rolândia foi o Sr. Ary Correia Lima, que tomou posse na data da instalação do município.

LOCALIZAÇÃO — A sede do município de Rolândia localiza-se na posição geográfica determinada pelas coordenadas geográficas seguintes: 23º 19' de latitude Sul e 51º 22' de longitude W.Gr. Rolândia situa-se na Zona Fisiográfica do Ivaí. Limita-se ao norte com Jaguapitã e Bela Vista do Paraíso, ao sul com Arapongas, a oeste com Astorga e Sabáudia e a leste com Cambé.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal encontra-se a uma altitude de 730 metros.

CLIMA — O município de Rolândia possui clima quente e sêco. A temperatura eleva-se bastante nas épocas do verão e se torna fresca e agradável nas do inverno. As temperaturas médias observadas, no ano de 1957, foram de 32,5ºC para as máximas, 15,5ºC para as mínimas e 24ºC para a compensada.

ÁREA — Compreende uma área de 564 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Contava pelo Recenseamento Geral de 1950, com 34 074 habitantes, sendo 18 101 homens e 15 973 mulheres. Segundo a *côr* — 29 494 brancos, 1 623 pretos, 1 515 pardos e 1 308 amarelos; segundo a *nacionalidade* — 2 164 estrangeiros e 207 brasileiros naturalizados; segundo o *estado civil* (15 anos e mais) — 5 931 solteiros, 11 801 casados, 786 viúvos e 9 desquitados; segundo a *religião* — 29 590 católicos apostólicos romanos e 4 484 de outras religiões. Era de 59 habitantes por quilômetro quadrado a densidade demográfica do município, estando 77% da população localizados na zona rural.

Aglomerações urbanas — A cidade de Rolândia e as vilas de Pitangueiras e São Martinho constituem as aglomerações

urbanas do município. Pelo Recenseamento Geral de 1950, a cidade de Rolândia possuía 7 735 habitantes, 3 939 homens e 3 796 mulheres, assim distribuídos: *quadro urbano* — 3 194, sendo 1 659 do sexo masculino e 1 535 do feminino; *quadro suburbano* — 4 541 (2 280 homens e 2 261 mulheres). Sua população é atualmente estimada em 10 000 habitantes, sendo que as vilas de Pitangueiras e de São Martinho possuem seus efetivos estimados em 800 e 780 habitantes, respectivamente.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O ramo agrícola da cafeicultura, se constitui na principal fonte de renda à economia do município, secundado pela cultura de cereais em geral. Em 1956 a produção agrícola prevista (em cruzeiros) era: café — Cr$ 116 000 000,00; arroz — .... Cr$ 36 540 000,00; feijão — Cr$ 20 482 000,0; milho — Cr$ 13 110 000,00; com índices menos elevados destacam-se ainda as culturas de rami, batata-inglêsa, laranja, mamona e alho.

A indústria possui 83 estabelecimentos, dos quais cêrca de 16 utilizam 5 ou mais operários em suas atividades. Os principais ramos são: de "produtos alimentares" (e sub-ramos), "madeireiro" e de "cerâmica".

A pecuária possui um rebanho de apreciável expressão econômica, valendo em 1955 aproximadamente 61 milhões de cruzeiros. A população suína predomina sôbre as demais espécies animais.

Dos seus habitantes, cêrca de 33% das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) estão ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". A exportação para os Estados em 1956 ascendeu ao valor de Cr$ 384 557 518,00. O café, o milho e o rami foram os principais produtos exportados.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem em Rolândia cêrca de 686 estabelecimentos comerciais varejistas e 12 atacadistas espalhados pela sede e interior, bem como nada menos de 13 agências bancárias. Mantém intercâmbio com produtos agrícolas e mercadorias com as seguintes localidades: Jacarèzinho, Londrina, Curitiba e Paranaguá, no Paraná; Santos, São Paulo, Piracicaba e Pôrto Feliz, em São Paulo.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é dotado dos transportes rodoviário e ferroviário (da Rêde Viação Paraná—Santa Catarina), ligando-se aos seguintes municípios próximos: Arapongas — 15 km (rodovia e ferrovia); Cambé — 12 km (rodovia e ferrovia); Astorga — 40 km (rodovia); Londrina — 24 km (rodovia) e 25 km (ferrovia); Bela Vista do Paraíso — 45 km (rodovia); Jaguapitã — 36 km (rodovia).

Rua Monteiro Lobato

Praça Bento Munhoz da Rocha Netto

Dista das capitais Estadual e Federal, respectivamente: a) rodovia — 436 e 1 153 km; b) ferrovia — 775 e 1 233 km.

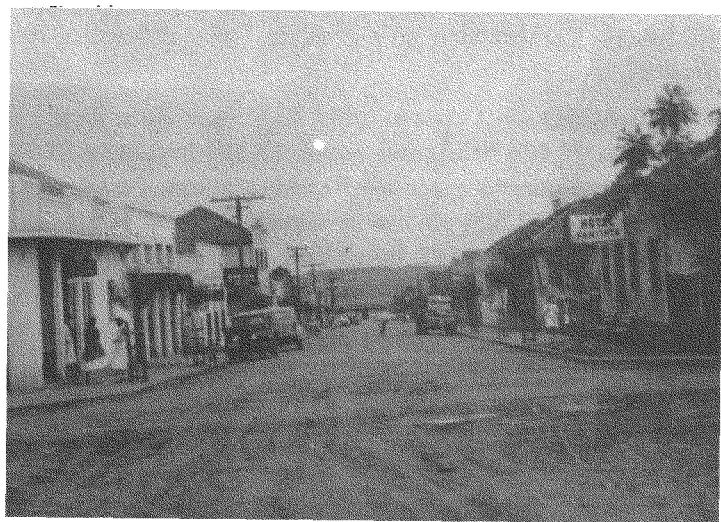
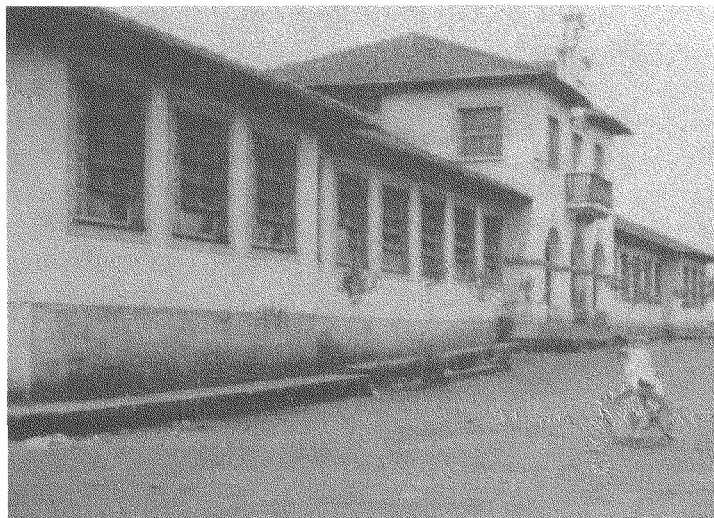
Na cidade funciona uma agência postal do Departamento dos Correios e Telégrafos, o serviço telegráfico da Rêde Viação Paraná—Santa Catarina (estrada de ferro), assim como o serviço telefônico urbano e interurbano.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Rolândia conta cêrca de 10 000 habitantes, havendo ali mais de 2 100 edificações. É servida de telefones urbanos, com 45 aparelhos instalados; e de energia elétrica para fôrça motriz e iluminação pública e particular, esta com 1 280 ligações. Possui 49 logradouros públicos, sendo 7 avenidas, 24 ruas, 11 travessas, 6 praças e 1 parque, alguns pavimentados com asfalto (32 000 metros quadrados) e pedras irregulares (30 000 metros quadrados). No ano de 1956 foram registrados, na Prefeitura Municipal, 1 241 veículos motorizados, sendo 18 jipes, 262 automóveis, 730 caminhões e 69 de outros tipos. Existem, na cidade, 4 hotéis e 5 pensões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município é muito bem servido no setor médico-assistencial, contando com nada menos de 14 médicos, 14 dentistas e 8 farmacêuticos, além dos seguintes estabelecimentos de saúde: Casa de Saúde Rolândia, dispondo de 46 leitos, mantido por dois clínicos locais, Hospital e Maternidade São Paulo, com 36 leitos, também mantido por particulares, e Pôsto de Higiene, do Govêrno Estadual. Sete farmácias estão localizadas na sede municipal.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — O Pôsto de Higiene presta relevantes serviços de assistência social à população.

ALFABETIZAÇÃO — Quando da realização do Censo de 1950, existiam no município 27 841 pessoas de 5 anos e mais. Dêsse total, 12 055 sabiam ler e escrever, sendo 7 391 homens e 4 664 mulheres. Na sede municipal, das 6 439 pessoas de 5 anos e mais, 3 936 (2 249 homens e 1 687 mulheres) eram alfabetizadas.

Ensino — Cinqüenta e uma unidades escolares ministraram o ensino primário fundamental comum no município, em 1956, a um total de 3 861 alunos. Existem na cidade 3 estabelecimentos de ensino extraprimário: 1 Ginásio Estadual, 1 Curso Normal Regional e uma Escola Normal.

Grupo Escolar Municipal

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Funcionam no município os seguintes cinemas: Cine Bandeirantes, na sede, com 1 000 lugares, que em 1956 levou a efeito 643 exibições cinematográficas, com a freqüência de 189 283 espectadores; Cine São João, no distrito de Pitangueiras, com 200 lugares e Cine Real, no distrito de São Martinho, com 130 lugares.

O principal veículo de cultura do município, entretanto, é a Rádio Clube de Rolândia, prefixo ZYS-31, operando na freqüência de 930 quilociclos, seguindo-se uma biblioteca estudantil, com 700 volumes de obras gerais.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950......	7 271	14 975	2 842	1 983	2 562
1951......	7 876	18 274	2 910	2 385	1 877
1952......	10 654	19 632	4 107	4 019	3 179
1953......	10 508	21 106	7 340	7 847	3 343
1954......	11 585	23 506	6 798	6 798	4 957
1955......	11 899	33 031	8 746	4 311	3 541
1956......	12 579	36 371	8 635	7 821	3 532

MONUMENTO HISTÓRICO — Foi inaugurado em novembro de 1957, na sede municipal, uma estátua a Roland, o bravo soldado medieval, oferta do Govêrno alemão ao povo de Rolândia.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Realiza-se no município, durante todo o mês de outubro, uma imponentíssima manifestação popular em honra de São José, padroeiro local, denominada "a festa do ano", por suas características próprias e *sui generis*, quais sejam a de duração: 31 dias consecutivos. A ela acorrem fiéis dos mais longínquos recantos do município, e de outras comunas vizinhas, realizando-se diàriamente recitação de orações e, nos últimos 5 dias, folguedos externos como barracas, leilões etc., e finalmente a grande e majestosa procissão, encerrando-se com a bênção do Santíssimo Sacramento.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A denominação Rolândia adveio do nome "Roland", êste destacado guerreiro feudal, um dos Doze Pares de França, sobrinho do Imperador Carlos Magno. Os primeiros colonizadores da cidade foram de origem alemã, daí o porquê do atual topônimo. Os seus habitantes recebem o nome de rolandenses.

O município é sede de comarca de segunda entrância, compreendendo os distritos judiciários de Rolândia, Pitangueiras e São Martinho.

Em outubro de 1956 estavam inscritos 10 075 eleitores. As principais autoridades municipais em exercício são: Prefeito Municipal — Primo Leppre; Vereadores — Júlio Conte, Odorico V. de Camargo, Vitório Serpeloni, Alberto Matheus, Antonio Góes Filho, Dr. Murilo Bastos Pacheco, Tochike Umebara, Antônio de A. Pinheiro, João Rafaeli e Dr. Anatonle B. Duarte.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Paraná.

RONDON — PR

Mapa Municipal no 13.º Vol.

HISTÓRICO — Os terrenos que margeiam o rio Ivaí, um dos maiores afluentes do Paraná, figuram entre os primeiros a serem visitados pelos ibéricos, antes por espanhóis e depois por lusitanos, oriundos de São Vicente e Cananéia, que expulsaram os povoadores castelhanos, destruindo os "pueblos" e as "reduções" por êles fundados, nos primórdios do século XVI, em pleno sertão inóspito e embastecido, às margens de um dos mais importantes cursos d'água do planalto paranaense.

O Ivaí nasce na serra da Esperança, com o nome de rio dos Patos e deságua no rio Paraná a 15 léguas abaixo da foz do Paranapanema. Das suas nascentes à embocadura, seu curso é de cêrca de 130 léguas, ou seja, 780 quilômetros. A bacia do Ivaí, que se vai alargando a partir da origem, tem uma largura média de oito léguas quadradas e uma superfície de mais de 1 000 léguas quadradas. Nessa região, em 1554, os espanhóis estabeleceram as povoações oficiais de Ontiveros, Ciudad Real del Guayra e Vila Rica do Espírito Santo, onde os missionários da Companhia de Jesus fundaram, a partir dessa data, as "reduções" jesuíticas, diversas das quais foram localizadas às margens do rio Ivaí.

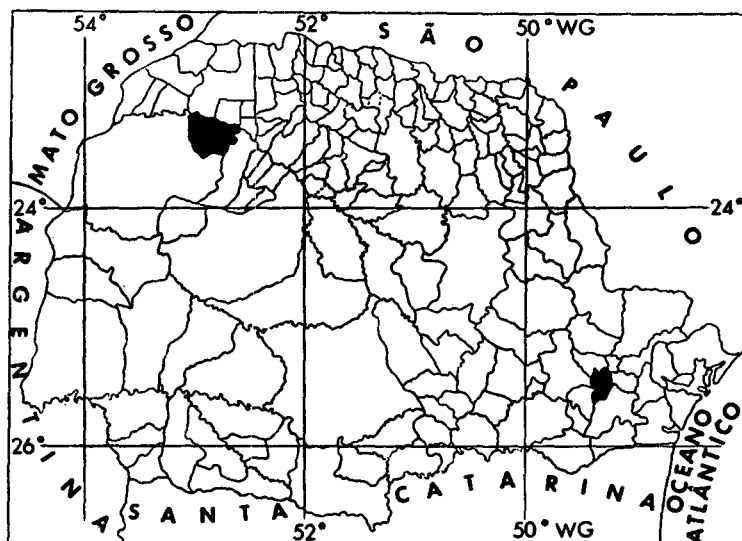
Com a destruição dos "pueblos" e reduções castelhanos, pelos bandeirantes paulistas Antônio Raposo Tavares e Manoel Preto, em 1629, que ali se haviam estabelecido em virtude das determinações do Tratado de Tordesilhas, tôda a região foi conquistada e passou a incorporar o território paranaense. Encerrados os acontecimentos que assinalaram uma das mais terríveis hecatombes da fase da tomada de posse e povoamento da terra, enxotados os povoadores castelhanos para muito além do meridiano estabelecido pelo Tratado de Tordesilhas, dizimadas ou escorraçadas do seu habitat as hordas indígenas, veio uma época de abandono e de inatividade do sertão. Do que foi essa fase, que envolve no seu bôjo quase três séculos e meio de profundo letargo, não há referências históricas que a descrevam, mas sabe-se que de 1630 até a segunda metade do século XX, o território paranaense onde hoje vicejam várias dezenas de centros urbanos florescentes e progressistas constituiu vasta e imensa área de sertão bruto. Apenas, de tempos em tempos, bandeiras paulistas faziam suas incursões pelo interior, em busca de ouro e pedras preciosas, navegando atra-

vés do curso dos rios ou perlustrando a mata virgem ao longo dêsses mesmos caminhos fluviais.

O início do povoamento efetivo do solo e da posse definitiva da vasta área em que se circunscreve a região fisiográfica do norte do Paraná e além do Ivaí, o noroeste do Estado, data de pouco mais de duas dezenas de anos, quando alguns bandeirantes modernos fizeram as primeiras "entradas" sertão adentro, iniciando a formação de um povoado, que seria, mais tarde, a atual cidade de Campo Mourão. Produto da iniciativa particular, a colonização da zona do noroeste paranaense, realizada ao sabor do aventureirismo nômade, marcou nova fase da história do povoamento e civilização do sertão. Pouco tempo depois da criação do município de Campo Mourão, realizavam-se desmembramentos do seu território, tendo em vista a formação de novas comunidades, que iam surgindo do dia para a noite. O município de Rondon — uma das mais jovens unidades municipais do noroeste paranaense — é fruto dêsse pioneirismo desbravador, colonizador e civilizador.

Fundado há pouco mais de dois lustros, por Leôncio de Oliveira Cunha, proprietário de uma gleba de terras na região, teve os seus primeiros alicerces lançados em 1945. Sua denominação constitui homenagem ao emérito "Civilizador do Sertão", general Cândido Mariano da Silva Rondon, de quem o Sr. Oliveira Cunha foi soldado e grande amigo.

Pouco tempo depois aportavam à localidade mais Orlando Mertz, Flávio Wolff e Arthur Hartmann, que foi o primeiro Prefeito Municipal (ainda em exercício), eleito logo após a criação do município de Rondon, o que se deu pela Lei n.º 2 534, de 26 de novembro de 1954. A solenidade de instalação do município e posse das primeiras autoridades se deu a 3 de dezembro de 1955. Rondon foi desmembrado do território municipal de Peabiru, que por sua vez é uma das mais novas comunidades da região.

LOCALIZAÇÃO — A sede municipal localiza-se na posição determinada pelas coordenadas geográficas seguintes: 23° 23' de latitude Sul e 52° 43' de longitude W.Gr., estando o município situado na Zona Fisiográfica do Ivaí. Limita-se ao norte com os municípios de Paranavaí, Paraíso do Norte e São Carlos do Ivaí, ao sul e a oeste com o município de Cruzeiro do Oeste e a leste com o de Cianorte.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Igreja-Matriz de São Pedro

ALTITUDE — A sede do município encontra-se a uma altitude de 530 metros.

CLIMA — Observa-se em Rondon clima quente, com temperaturas elevadas. As médias das temperaturas registradas, no ano de 1956, foram de 38°C para as máximas, 24°C para as mínimas e 31°C para a compensada.

ÁREA — O município de Rondon compreende uma área de 1 391 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Estima-se a população atual do município em 7 500 habitantes.

Aglomerações urbanas — Conta o município com três aglomerações urbanas: cidade de Rondon, sede municipal, e vilas Cidade Gaúcha e Guaporema, com as populações estimadas em 2 000, 1 500 e 1 800 habitantes, respectivamente.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A economia do município é de base essencialmente agrícola, despontando o café como cultura predominante. A produção agrícola prevista para 1956 (em cruzeiros) era: café — Cr$ 50 000 000,00; algodão — Cr$ 4 455 000,00; milho — Cr$ 3 155 000,00; arroz — Cr$ 2 625 000,00. Em menor escala o feijão, a batata-inglêsa, a mandioca e a cebola.

A indústria é outra fôrça atuante na economia municipal. Possui Rondon 34 estabelecimentos industriais, dos quais 13 ocupam 5 ou mais operários em suas lides. Os principais ramos são: o "madeireiro", de "cerâmica" e de "produtos alimentares".

Em desenvolvimento encontra-se a pecuária, quer no setor bovino como no suíno.

A exportação interestadual do município em 1956 atingiu a cifra de Cr$ 1 159 824,00, sendo os principais produtos o café, o algodão e o milho.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem em Rondon 41 estabelecimentos comerciais varejistas, 2 atacadistas e uma agência bancária. Mantém Rondon transações comerciais com os municípios de Paranavaí, Maringá, Londrina, Curitiba, Paranaguá e São Paulo (SP).

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O municípios é servido de transporte rodoviário e aéreo. Próximo à cidade existe um campo de pouso, servido regular-

mente por táxis-aéreos. Rondon, através de rodovia, liga-se às seguintes localidades próximas: Paranavaí — 145 quilômetros; Paraíso do Norte — 30 km; São Carlos do Ivaí — 95 km; Cianorte — 80 km; Cruzeiro do Oeste — 90 km.

Dista das capitais Federal e do Estado respectivamente 1 317 e 552 km, por estrada de rodagem.

Deverá ser instalada na cidade, brevemente, uma Agência Postal do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — Rondon possui uma população urbana calculada em 2 000 habitantes. Conta com 8 logradouros públicos: uma avenida, uma praça e 6 ruas. É servida por energia elétrica para iluminação pública e particular. Em 1956 foram registrados 4 automóveis, 36 caminhões e 13 jipes. Há na cidade 6 hotéis e uma pensão prestando os serviços de hospedagem e alimentação.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A população do município tem como fonte de assistência médico-sanitária e em geral 1 médico, 3 dentistas e 7 farmacêuticos, residentes na cidade, onde funcionam, também, 7 farmácias.

ENSINO — Em 1956 funcionaram no município 19 unidades de ensino primário fundamental comum, nas quais estiveram matriculados 1 129 alunos. Existe na cidade um Curso Normal em funcionamento.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1956......	...	3 195	...	3 500	1 938

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Município de criação recente, tem como festejos populares apenas as comemorações juninas e natalinas.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O topônimo Rondon representa uma homenagem à figura do eminente sertanista e militar brasileiro, Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon. Os habitantes locais são conhecidos pela designação genérica de rondonenses. Na cidade encontra-se o Cine Vera Cruz, com capacidade para 100 pessoas, aproximadamente. O município é distrito judiciário subordinado à comarca vizinha de Peabiru; mantinha inscritos em 1955 um corpo de 1 859 eleitores.

Desfile escolar na Avenida Brasil

Prefeitura Municipal

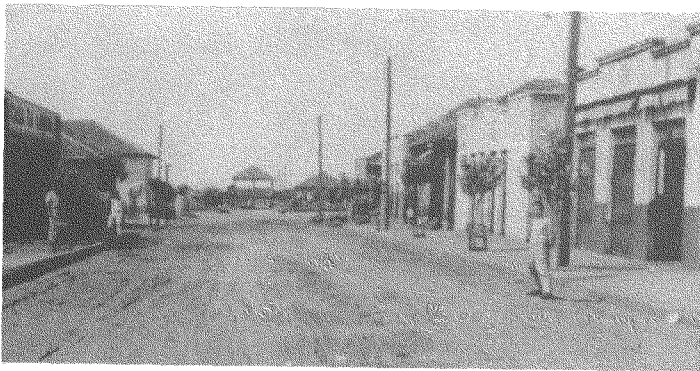
As principais autoridades da comuna são: Prefeito Municipal Arthur Harthmann; Vereadores — Olinto C. de Lucena, Albino Bergmann, Glicério T. Mueller, Mário Ribeiro Borges, Orlando Mertz, Luiz Antônio C. da Silva, Edmundo Radorminski, Elman Hancke e Firmino V. de Oliveira.

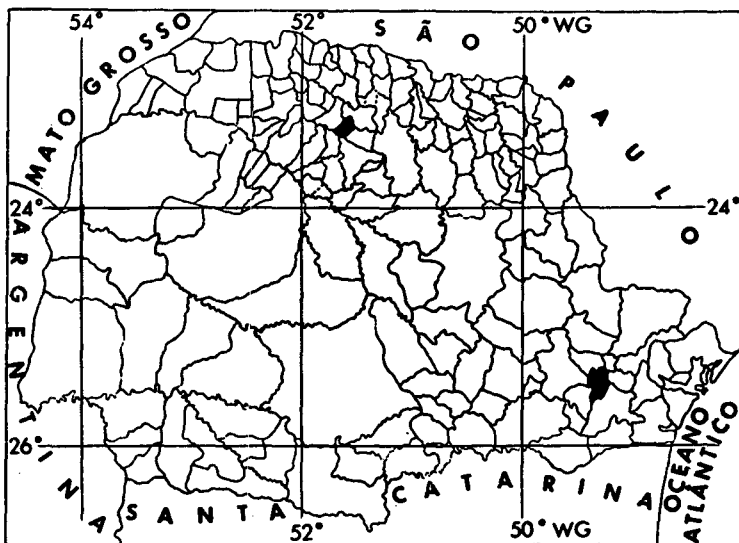
FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

SABÁUDIA — PR

Mapa Municipal no 12.º Vol.

HISTÓRICO — A história do atual município de Sabáudia, situado na região do norte do Paraná, está intimamente ligada à de Arapongas, que figura entre as primeiras unidades municipais planejadas e fundadas naquela zona fisiográfica do Paraná, logo após o trabalho desbravador que deu origem aos primeiros centros populacionais do setentrião paranaense. Sabáudia foi o primeiro povoado que se formou no interior do município de Arapongas, logo após a criação daquela comuna.

Como ocorre com a maioria das cidades nascidas e formadas sob o influxo do progresso e do dinamismo criador, Sabáudia teve sua origem no patrimônio do mesmo nome fundado pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, anteriormente conhecida por Companhia de Terras Norte do Paraná, que é a responsável pela colonização e pelo povoamento daquela zona do Paraná. O nome Sabáudia dado ao patrimônio e hoje município é o de uma cidade da Itália, e teve por objetivo atrair colonos italianos, com os quais aquela Companhia imobiliária desejava formar um núcleo colonial. Formado o patrimônio e iniciada a venda de lotes, datas e chácaras, o seu desenvolvimento foi rápido e progressivo. Antes mesmo de ser distrito recebia a sua sede foros de cidade, elevando-se o patrimônio à categoria de município autônomo, com o desmembramento do território do município de Arapongas. O fato se concretizou pela Lei estadual n.º 253, de 26 de novembro de 1954, sendo que o município de Sabáudia foi instalado em novembro do ano seguinte, quando foram empossados o primeiro Prefeito Municipal e os membros da Câmara de Vereadores.

Vista da principal rua do município

LOCALIZAÇÃO — A sede municipal está situada na posição geográfica de 23° 19' de latitude Sul e 51° 31' de longitude W.Gr., encontrando-se o município na Zona Fisiográfica do Ivaí. Limita-se ao norte e a leste com o município de Rolândia, ao sul com os municípios de Apucarana e Marialva, a oeste com o município de Astorga e a leste com o município de Arapongas.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Na sede municipal a altitude é de 730 metros.

CLIMA — O município de Sabáudia possui clima quente e sêco. No verão a temperatura conserva-se bastante elevada; no inverno ela se apresenta amena. Há ocorrência de chuvas freqüentes e abundantes nos períodos de outubro a dezembro e janeiro a março. As temperaturas médias observadas no decorrer do ano de 1957 foram de 32°C para as máximas, 15°C para as mínimas e 25°C para a compensada.

ÁREA — O município compreende uma área de 180 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O rio Pirapó e os ribeiros Pau-d'Alho, Paranaguá e das Pitangueiras são os principais acidentes geográficos existentes no município.

RIQUEZA NATURAL — Há fortes indícios da existência, no município, de uma grande jazida de cobre.

POPULAÇÃO — Pelo Recenseamento Geral de 1950, contava Sabáudia 10 058 habitantes, sendo 5 353 homens e 4 705 mulheres. A densidade demográfica era de 53 habitantes por quilômetro quadrado, estando 83% da população localizados na zona rural.

Aglomerações urbanas — Apenas uma aglomeração urbana existe no município — a da cidade de Sabáudia. Sede distrital em 1950, ano em que foi realizado o último Recenseamento Geral, contava naquela ocasião uma população urbana de 1 660 habitantes, sendo 855 homens e 805 mulheres, assim distribuídos: *quadro urbano* — 644 habitantes, 330 do sexo masculino e 314 do feminino; *quadro suburbano* — 1 016 (525 homens e 491 mulheres).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A atividade econômica local repousa na agricultura, onde predomina o cultivo do café. Localizado o município na zona das terras famosas do norte paranaense, o café encontrou ali seu verdadeiro habitat; sua produção não atingiu o máximo desejado pelo fato de possuir enorme quantidade de cafeeiros novos, esperando-se para 1958 números elevados. Mesmo assim, em 1956 foram exportadas 405 toneladas da rubiácea, correspondentes a treze milhões de cruzeiros. Os valores das demais culturas agrícolas, na parte econômica, assim se apresentaram, em 1956: feijão — Cr$ 16 280 000,00 arroz — Cr$ 14 175 000,00; milho — Cr$ 6 000 000,00; algodão — Cr$ 4 800 000,00. Em menor escala a uva, o tomate, o amendoim, o trigo e a mamona.

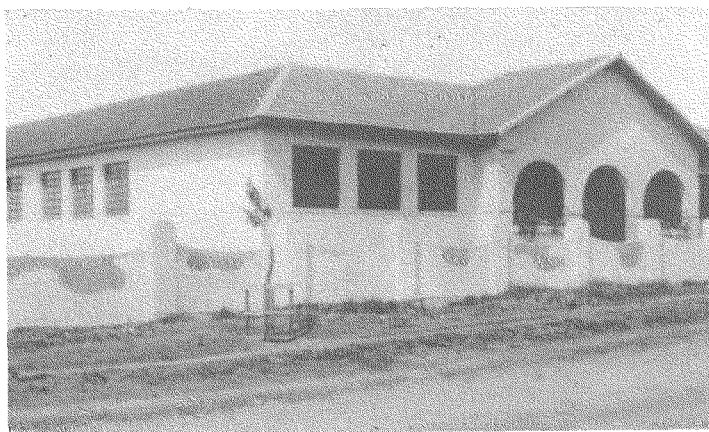
A indústria, em fase primária, possui 9 estabelecimentos industriais, dos quais 2 apenas ocupam 5 ou mais operários, operando nos ramos "extrativo vegetal e mineral" e de "produtos alimentares" e sub-ramos de beneficiamento de produtos agrícolas. Em 1956, sua exportação interestadual somou Cr$ 22 459 340,00.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem no município 40 estabelecimentos comerciais varejistas, 2 atacadistas e duas agências bancárias. Mantém Sabáudia transações comerciais com os municípios de Arapongas, Maringá e Londrina, nos quais se supre dos artigos e mercadorias necessárias para seu consumo.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se o município aos vizinhos de Arapongas — 15 km (rodovia); Astorga — 16 km (rodovia); Rolândia — 16 quilômetros (rodovia); Mandaguari — 49 km (rodovia); Apucarana — 33 km (rodovia); e às capitais do Estado — 453 km (rodovia) e 700 km (ferroviário de Arapongas); e Federal — 1 100 km (rodoviário) e 850 km (aéreo de Arapongas).

No distrito-sede funciona um pôsto de Correio do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Sabáudia possui uma população estimada em 2 200 habitantes. É servida

Prédio onde funcionam a Prefeitura e a Câmara Municipais

Grupo Escolar H. Rolim Lupion e o Ginásio Estadual

por serviço telefônico urbano, com 97 aparelhos instalados, e possui iluminação elétrica domiciliar, com 50 ligações. No ano de 1956, foram registrados na Prefeitura Municipal 18 automóveis e 97 caminhões. Na cidade 1 hotel e uma pensão prestam serviços de alimentação e de hospedagem.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Essa modalidade de assistência é prestada aos habitantes do município por 1 médico, 2 dentistas e 1 farmacêutico. Na cidade encontram-se 1 Pôsto de Higiene e uma farmácia.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Censo de 1950, a sede do então distrito de Sabáudia contava 1 363 habitantes de 5 anos e mais; dêstes, 593 eram alfabetizados, sendo 360 homens e 233 mulheres.

Ensino — Em 1956, funcionaram, em todo o município, 13 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, em que estiveram matriculados 1 071 alunos. Existe na cidade 1 ginásio.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANO	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1956......	...	3 170	1 586	769	1 636

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Festejam-se no município a Páscoa, o Natal e o dia 24 de junho, consagrado a São João.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Sabáudia é topônimo originário da Itália, onde existe cidade com a mesma denominação. O nome foi dado ao município pela companhia que o fundou com o fito de atrair para o local uma colônia de italianos, o que de fato ocorreu. Não existe uma designação genérica para seus habitantes. O município é sede de distrito judiciário, subordinado à comarca de Arapongas, contando com um Cartório do Registro Civil e anexos e um Juiz de Paz. O Prefeito Municipal é o Senhor Antônio Valério. A comarca municipal é constituída dos seguintes Vereadores: Severino Sobolwski, Olesio Schiano, João Sioni, Jácomo Maschetti, Osny Pereira Luz, Domingos Egéa Rodrigues, Lorenzo Friedmann, Odarico de Oliveira, Aparecida do Bauna.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

SANTA AMÉLIA — PR

Mapa Municipal no 12.º Vol.

HISTÓRICO — Da formação de patrimônios, comércio e distribuição de terras em pequenas propriedades resultou a colonização e povoamento da vasta e rica região do norte ao Paraná, iniciada em 1924 pela Companhia de Terras Norte do Paraná e seguida, mais tarde, por outras emprêsas imobiliárias e até mesmo por particulares, que se dedicaram, com êxito, a êsse ramo de comércio. A fundação do município de Santa Amélia, desmembrado do de Bandeirantes, teve a sua origem num dêsses patrimônios, racionalmente planejados e executados por um dos pioneiros do progresso e desenvolvimento da região.

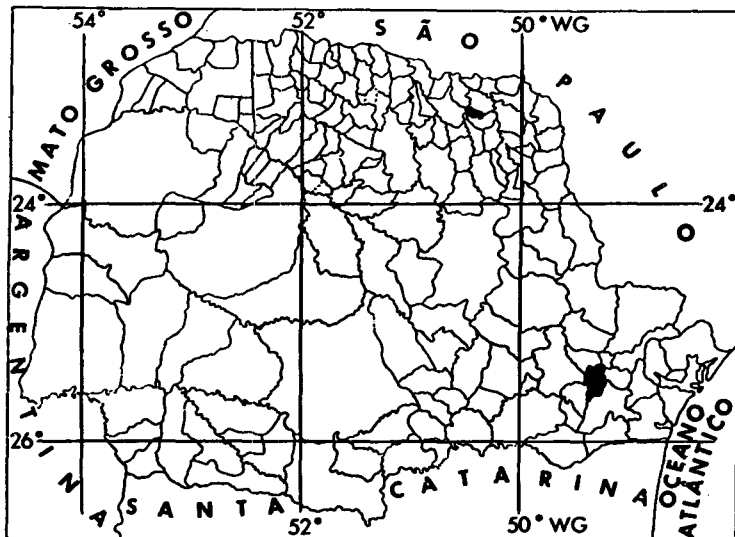
Em 1938, o Sr. Ângelo Pavan adquiriu, por compra feita a Jayme de Carvalho, uma área de 2 800 alqueires de terra, aproximadamente, no interior do município de Bandeirantes. O objetivo de Ângelo Pavan era formar um patrimônio, promovendo a divisão e venda dos lotes e datas de sua propriedade. No ano seguinte, partia da Fazenda Carvalhópolis, também situada no interior do município de Bandeirantes, de propriedade de Ângelo Pavan, uma caravana composta do seu proprietário, Valentim Inforzato, José Pavan, José Galdino da Costa e o engenheiro Luiz von Wronski, dirigindo-se ao local das terras para a demarcação dos lotes que formariam o patrimônio, futura cidade de Santa Amélia.

Já no início da demarcação das datas e escolha da sede do patrimônio, transferiram residência para o local José Galdino da Costa, com a incumbência de administrar e superintender os trabalhos, e o engenheiro Luiz von Wronski, a fim de dirigir os trabalhos técnicos de levantamento, nivelamento e loteamento.

Ao ser aberta a avenida principal, denominada Silvino Galvão, em homenagem a pessoa da família do Sr. Ângelo Pavan, chegaram à localidade os primeiros moradores: Abel Fernandes de Abreu, que vinha montar a primeira serraria; Antônio Lourenço da Luz e Alfredo Crespo, que se estabeleceram com casas comerciais; Júlio Rocha, João Nalim, Joaquim Silvério e muitos outros, que abriram os primeiros sítios; Geraldo Paulino de Carvalho, que instalou a primeira farmácia. E assim se foi formando o patrimônio, cuja denominação primitiva era Galdinópolis. Em 1940, com grandes festividades, foi inaugurado, oficialmente, o povoado de Galdinópolis, que já contava com uma igreja, uma escola, um campo de futebol e luz elétrica.

Pela Lei n.º 790, de 14 de novembro de 1951, foi criado o município de Santa Amélia, desmembrado do então município de Bandeirantes. Sua instalação ocorreu a 31 de janeiro de 1953, tendo no mesmo dia tomado posse o primeiro Prefeito, Sr. Inocêncio Marins.

LOCALIZAÇÃO — A localização da sede municipal está determinada pelas coordenadas geográficas seguintes: ... 23° 17' de latitude Sul e 50° 24' de longitude W.Gr. Santa Amélia situa-se na Zona Fisiográfica do Norte, limitando-se ao norte com os municípios de Santa Mariana e Ban-

deirantes, ao sul com o município de Abatiá, a oeste com o de Cornélio Procópio e a leste com os municípios de Bandeirantes e Abatiá.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal encontra-se a uma altitude de 498 metros.

CLIMA — O município de Santa Amélia possui clima quente, fresco e agradável no inverno, bastante quente no verão quando se observam chuvas abundantes. As temperaturas médias registradas, no ano de 1957, foram de 30ºC para as máximas, 20ºC para as mínimas e 25ºC para a compensada.

ÁREA — O município compreende uma área de 88 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — A população de Santa Amélia, por ocasião do Recenseamento Geral de 1950, achava-se incluída na de Bandeirantes, de cujo território fazia parte como simples povoado.

Aglomeração urbana — A cidade de Santa Amélia é a única aglomeração urbana existente no município.

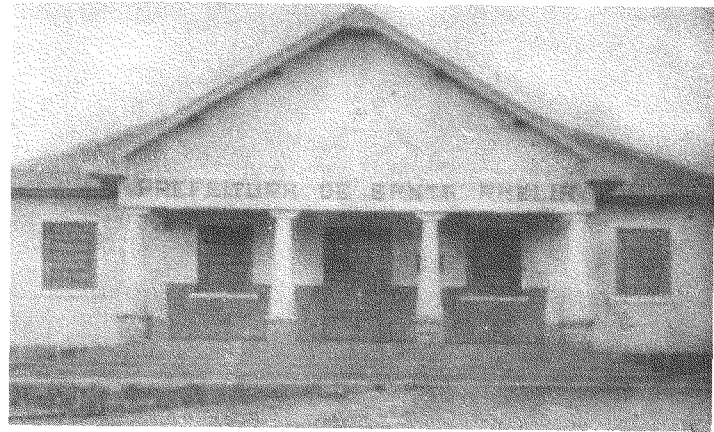
ATIVIDADES ECONÔMICAS — A principal atividade econômica do município repousa na cultura do café, cuja produção, em 1956, na coluna de valores, atingiu a cifra de quinze milhões e trezentos mil cruzeiros.

A pecuária atende sòmente às necessidades do consumo próprio. O rebanho suíno é de maior expressão econômica.

A indústria, em fase primária, possui 5 estabelecimentos, dos quais apenas 1 utiliza 5 ou mais operários em suas tarefas.

Os ramos explorados são: "madeireiro" e de "produtos alimentares". A exportação interestadual do município, em 1956, somou Cr$ 24 897 728,00. O café, o milho e o feijão foram os principais produtos exportados.

COMÉRCIO E BANCOS — Funcionam em Santa Amélia 10 estabelecimentos comerciais varejistas, 1 atacadista e duas agências bancárias. As transações comerciais são efetuadas com os municípios de Çornélio Procópio, Jacarèzinho e Curitiba, no Paraná; São Paulo e Santos, em São Paulo.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é apenas servido de rodovias, estradas que o ligam às cidades de Bandeirantes — 22 km; Abatiá — 17

Prefeitura Municipal

quilômetros; Ribeirão do Pinhal — 32 km e Santa Mariana — 22 km. Dista das capitais do Estado e Federal (rodovia) 368 e 960 km, respectivamente.

Deverá ser instalada brevemente na cidade uma Agência Postal do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Santa Amélia conta com 600 habitantes, aproximadamente, sendo apreciável o número de edificações. É servida de energia elétrica para fôrça motriz, iluminação pública e particular, esta com 116 ligações. O abastecimento de água se faz por uma rêde distribuidora de 3 000 metros, beneficiando 92 prédios. Existem, na cidade, 16 logradouros públicos, sendo uma avenida, 4 ruas, 9 travessas e duas praças. Em 1957, foram registrados na Prefeitura Municipal 59 veículos motorizados, sendo 6 aũtomóveis e 53 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Desempenham sua profissão no município, em benefício da população local, 1 médico, 2 dentistas e 3 farmacêuticos. Além dessas fontes de assistência, existem um Pôsto de Higiene e outro de Puericultura, que prestam relevantes serviços de assistência médica em geral à população, funcionando, ainda na sede municipal, 3 farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — O Pôsto de Puericultura e o Pôsto de Higiene, mantidos pelo Govêrno Estadual, também prestam serviços de assistência social aos habitantes do município.

ENSINO — O ensino primário fundamental comum foi ministrado no município, em 1956, a 801 alunos, através de 7 unidades escolares, funcionando ainda um Ginásio Estadual.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há, na cidade, o Cine São Jorge, com 180 lugares.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1953......	423	—	1 820	425	1 820
1954......	492	60	1 225	471	1 225
1955......	496	30	1 703	465	1 703
1956......	771	—	1 599	480	1 599

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Festejam-se no município os seguintes santos: São João, 24 de junho, São Pedro e São Paulo, a 29 de junho e Nossa Senhora da Conceição, a 8 de dezembro. Por tradição, sã

comemorados o Natal, a Páscoa e o Mês Mariano (mês de maio).

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A denominação Santa Amélia representa uma homenagem à venerada Santa. O município é sede ou distrito judiciário subordinado à comarca de Bandeirantes. O corpo eleitoral compõe-se de 896 cidadãos. As autoridades municipais em exercício são: Prefeito Municipal — Francisco S. Leal; Vereadores — Eliezer Mansino, Euzébio A. Teixeira, Orlando M. Souza, Orlando R. do Prado, José A. de Oliveira, Pedro Anzilietti, Paulo Batistone, José Pascoal e Joaquim S. Patto.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO — PR

Mapa Municipal no 12.º Vol.

HISTÓRICO — Embora conhecida, visitada, percorrida e até desbravada, em grande parte, pelos povos ibéricos, nas suas viagens e conquistas das terras do Novo Mundo, tendo em vista a linha demarcatória indicada pelo meridiano estabelecido pelo Tratado de Tordesilhas, a imensa região geoeconômica formada pelas bacias dos rios Paranapanema, Ivaí, Tibagi, Pirapó e Paraná, ao sul das capitanias de Piratininga e São Vicente, doadas pela coroa lusitana a Martim Afonso de Souza e a seu irmão Pero Lopes, permaneceu inexplorada pelo longo espaço de quase quatrocentos anos.

Depois do malôgro da dominação espanhola representado pela destruição dos estabelecimentos oficiais castelhanos de Ontiveros, Vila Rica do Espírito Santo e Ciudad Real del Guaira, bem como das treze reduções jesuíticas fundadas pelos Padres da Companhia de Jesus, às margens daqueles rios, na região hoje se levantam dezenas de cidades e centros populacionais de grande importância sob todos os aspectos da moderna civilização.

O município de Paranavaí, criado em virtude do desmembramento do território de Mandaguari, primeira unidade administrativa fundada no vale dos rios Ivaí e Tibagi, pela Companhia de Terras Norte do Paraná, compreendia, até o ano de 1953 a vasta região de onde saíram nada menos de uma dezena de novas comunidades municipais, inclusive a de Santa Cruz do Monte Castelo.

Até o ano de 1950, as terras em que se localiza o município de Santa Cruz do Monte Castelo pertenciam ao govêrno do Estado, quando foram requeridas por Orlando Leite, Ernesto Brito Cavalcanti, Manoel Boaventura e outros, que passaram a ser proprietários de extensos tratos de terras na região.

Êstes senhores, em 1951, venderam uma área de 22 000 alqueires a Júlio Mariucci, Antônio Cantizzani e Amador Coelho Aguiar, os quais formaram, desde logo, uma emprêsa imobiliária, que passou a funcionar sob a denominação de Companhia Comercial e Colonizadora Santa Cruz.

Ainda no mesmo ano, a nova companhia imobiliária planejou, demarcou e dividiu as terras de sua propriedade

Hotel Giomar

em datas, sítios, chácaras e fazendas, obedecendo a um plano preestabelecido, diverso do que era adotado por outras emprêsas, suas antecessoras. Assim é que o perímetro urbano e suburbano foi loteado, traçado e dividido de acôrdo com a mais moderna técnica urbanística.

Como sucede normalmente na zona setentrional do Paraná, já então conhecida por Norte Novo, devido a exuberância das florestas, fertilidade das terras, amenidade do clima e abundância das nascentes de águas, houve enorme concorrência, afluindo para o patrimônio que se iniciava, grande número de interessados em adquirir terras, tornar-se proprietário e dedicar-se à agricultura e à pecuária.

Já em dezembro de 1951 chegavam ao novo patrimônio as famílias de Laurindo Madureira, João Mariucci, Lamartine Cunha e Lucas Ortega Peres, os quais construíram as primeiras casas de madeira. Inicialmente surgiu a de Laurindo Madureira logo seguida pela casa que serviu de escritórios à Companhia Comercial e Colonizadora Santa Cruz.

A partir daí, não mais cessou a afluência de novos compradores de terras interessados em residir na localidade. Ràpidamente surgiu um núcleo populacional de certa importância, em pleno seio da mata virgem.

Devido à desistência de alguns sócios e à entrada de outros para os seus quadros, a companhia imobiliária acima aludida sofreu alteração na sua constituição jurídica, passando a denominar-se Companhia Brasileira de Imigração e Colonização, representada pela sigla "Cobrinco", pela qual ainda hoje é conhecida. Ficou então sendo constituída pelos seguintes sócios: Mário Coelho Aguiar, Amador Coelho Aguiar, Gino Cantizzani, Ramiro Silva Leite e Fermino Ferreira. Em virtude dessa transformação, advieram sensíveis melhorias e progresso em suas atividades, especialmente nos trabalhos de urbanização, que sofreram notáveis inovações.

Pela Lei estadual n.º 13, de 5 de agôsto de 1953, o patrimônio de Santa Cruz do Monte Castelo, que tirou o seu nome da primeira Companhia Imobiliária a operar na localidade e de Monte Castelo, em homenagem aos pracinhas brasileiros que lutaram na Itália durante a última conflagração mundial, foi elevado à categoria de distrito administrativo, integrando o quadro administrativo do município de Paranavaí.

Em virtude da Lei estadual n.º 253, de 26 de novembro de 1954 (apenas um ano depois), Santa Cruz do Monte Castelo atingiu a categoria de município, com território

desmembrado do de Paranavaí. A instalação oficial se deu a 30 de novembro de 1955, após a realização das eleições para Prefeito e membros do Legislativo Municipal, no dia 3 de outubro do mesmo ano.

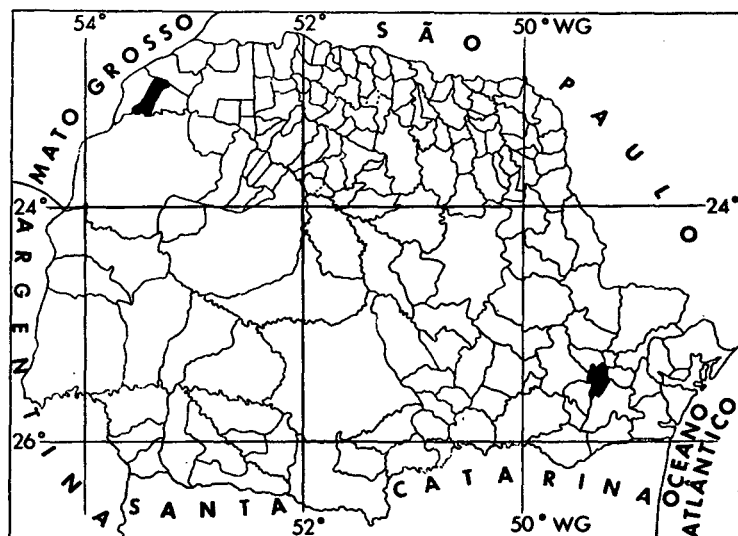
Na mesma data foram empossados, no cargo de Prefeito Municipal, o Sr. Gumercindo Pereira de Mello, farmacêutico da localidade, e os membros da primeira Câmara de Vereadores que ficou assim constituída: Djaniro José da Silva, Severino Pereira dos Santos Laércio Aparecido Ribeiro, Pedro Gonçalves de Oliveira, Milton Garcia Figueira, Floriza Vaz Seguro, Maria Aparecida de Pina e Souza, Tadao Nakatani e Estanislau Ruskowicz.

A 6 de outubro de 1955, juntamente com a iluminação pública e domiciliária da cidade, foram inaugurados o Grupo Escolar e o Hospital Monte Castelo, obras construídas por iniciativa e a expensas da Companhia fundadora da cidade — "Cobrinco".

A denominação do município foi idealizada pelo Senhor Júlio Mariucci, que é de origem italiana, um dos fundadores da cidade.

Em 5 de janeiro de 1956 foi criado o distrito judiciário de Santa Cruz do Monte Castelo e instalado o Cartório do Registro Civil e anexos, tendo à frente o Oficial Vitalício Sr. Akio Katayama, ficando subordinado à comarca de Paranavaí.

Posteriormente, com a instalação da comarca de Loanda, em 8 de maio de 1956, o distrito judiciário de Santa Cruz do Monte Castelo ficou subordinado àquela comarca.

LOCALIZAÇÃO — O município situa-se na Zona Fisiográfica do Ivaí, estando limitado ao norte por Loanda, a oeste por Querência do Norte, ao sul por Cruzeiro do Oeste, e a leste por Santa Isabel do Ivaí.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 482 metros, na sede municipal.

CLIMA — O município possui clima quente e sêco. As temperaturas observadas em 1957 foram de 31,2°C para a média das máximas, 13°C para a das mínimas e 22°C a compensada.

ÁREA — O município conta com a área de 426 quilômetros quadrados.

Prefeitura Municipal

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O acidente geográfico de maior destaque é o rio Ivaí, que faz sua divisa com o município de Cruzeiro do Oeste.

RIQUEZAS NATURAIS — Existem no município grandes reservas de madeiras de lei.

POPULAÇÃO — Estima-se a população do município atualmente em 4 500 habitantes.

Aglomerações urbanas — A cidade de Santa Cruz do Monte Castelo é a única aglomeração urbana existente no município, com uma população estimada em 2 000 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — É de base essencialmente agrícola a economia do município. Secundam a agricultura, em importância, a indústria e a pecuária.

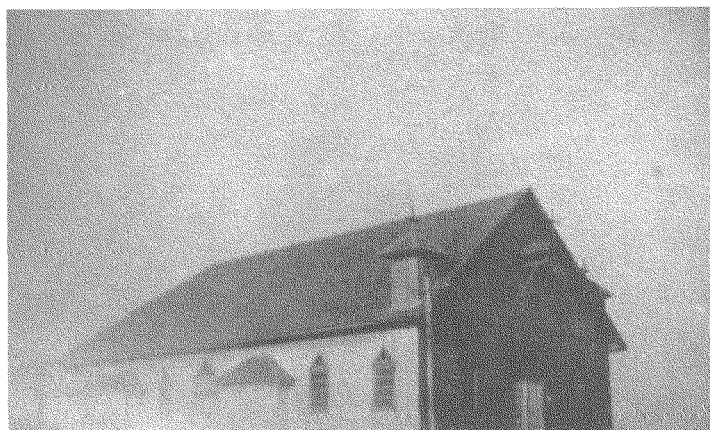
A produção agrícola em estimativa prevista para 1957 foi: café: 5 230 sacas — Cr$ 8 368 000,00; algodão: 85 000 arrôbas — Cr$ 8 500 000,00; arroz: 12 000 sacas — Cr$ 3 600 000,00; milho: 30 000 sacas — .... Cr$ 2 700 000,00; feijão: 3 000 sacas — Cr$ 900 000,00; em menor escala o feijão-soja, o trigo, o amendoim e a mandioca.

Vale notar que a cafeicultura ainda não atingiu o seu máximo de produção o que se dará em breve, pois é constituída de 1 320 000 pés frutificando e 3 950 000 em formação, perfazendo um total de 5 270 000 pés.

A indústria compreende 6 estabelecimentos dos quais apenas 3 ocupam 5 ou mais operários. Os ramos principais são: "madeireiro", "cerâmica" e "produtos alimentares".

A exportação interestadual do município em 1956 foi de Cr$ 1 185 024,00.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem no município 49 estabelecimentos varejistas, 4 atacadistas e 1 agência bancária. Santa Cruz do Monte Castelo mantém transação comercial com os municípios de Paranavaí, Maringá, Londrina, Pôrto Estácio (SP) e São Paulo (SP). Ali vende seus produtos agrícolas e obtém as mercadorias e gêneros indispensáveis ao consumo interno do município.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por estradas de rodagem que o cortam em todos os sentidos, a fim de ligá-lo aos seguintes limítrofes: Querência do Norte — 48 quilômetros; Santa Isabel do Ivaí — 12 quilômetros; e Loanda — 22 quilômetros. Distá da Capital Estadual: 613 quilômetros (rodoviário) e 480 quilômetros (aéreo); da Capital Federal:

Igreja-Matriz Municipal

1 378 quilômetros (rodoviário) e 1 030 quilômetros (aéreo).

Na cidade existe um campo de pouso mantido pela Prefeitura Municipal, servindo para aviões de pequeno porte, onde pousam e decolam táxis-aéreos, sem linha regular.

Funciona na sede um pôsto do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Santa Cruz do Monte Castelo possui cêrca de 2 000 habitantes. É servida de energia elétrica para iluminação pública e particular, esta com 68 ligações domiciliares.

No ano de 1957, foram registrados, na Prefeitura Municipal, 32 veículos motorizados, sendo 3 automóveis, 27 caminhões e 2 ônibus.

Há na sede municipal 3 hotéis e 2 pensões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Residem na sede do município, a cuja população prestam assistência médico-sanitária e em geral, 1 médico, 2 dentistas e 2 farmacêuticos. Na cidade acha-se localizada uma instituição de saúde, a Casa de Saúde e Maternidade Monte Castelo, mantida por particulares. Funcionam também 3 farmácias.

ENSINO — Em 1956 funcionaram no município 2 unidades escolares de ensino primário fundamental comum, com a matrícula total de 148 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Na cidade há 1 cinema, o Cine Santa Cruz, com 120 lugares.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANO	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1956......	—	1 157	—	2 435	2 350

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E EFEMÉRIDES — Realizam-se no município as seguintes festividades: dia de São João, 24 de junho; Natal, 25 de dezembro; Semana Santa, data móvel. Datas cívicas: 7 de setembro, Independência do Brasil; 26 de novembro, data de criação do município e 30 de novembro, aniversário de instalação do município.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O nome do município pode ser assim decomposto: "Santa Cruz" — nome da primeira fazenda e também da companhia colonizadora responsável pela sua fundação e "Monte Castelo" — homenagem à participação da F.E.B. — Fôrça Expedicionária Brasileira, no teatro de operações da Itália, na última conflagração mundial. Seus habitantes são chamados "monte-castelenses". Santa Cruz do Monte Castelo é distrito judiciário subordinado à comarca de Loanda; na sede existe um Juiz de Paz e um Cartório do Registro Civil e anexos.

O atual Prefeito é o Sr. Gumercindo P. de Mello. São Vereadores os Srs. Pedro G. de Oliveira, Severiano P. dos Santos, Floriza Vaz Seguro, Djaniro José da Silva, Milton Gouveia Figueira, Bernardo de São José, Estanislau Rose Kosp, Tadeu Nakatami e Manoel S. da Rosa.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

SANTA FÉ — PR

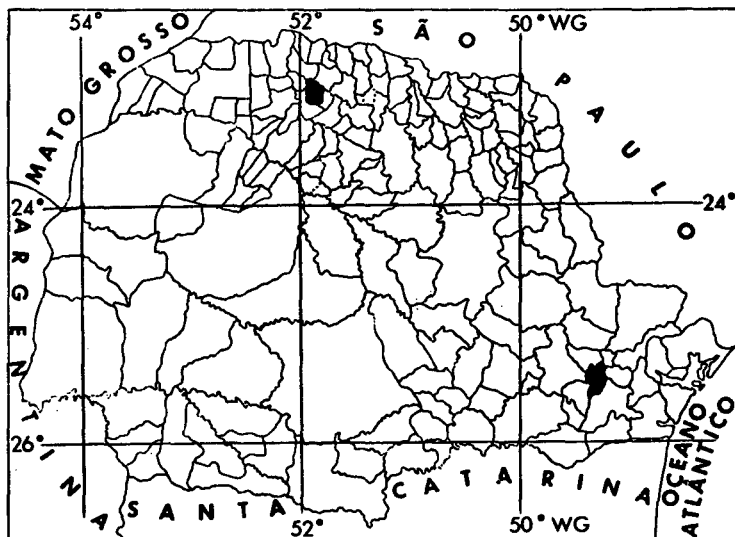
Mapa Municipal no 12.° Vol.

HISTÓRICO — Os primeiros moradores do município de Santa Fé foram os Senhores José Emídio, Fioravante Zavate, Dante Ozelim, Paulo de Oliveira e Valenciano Mendes e respectivas famílias. Em 1949, época em que se iniciou, efetivamente, o povoamento da localidade, Luiz Zaparoli, um dos fundadores do povoado, promoveu o loteamento do quadro urbano da cidade, dividindo-o em lotes e datas, a fim de apressar a formação da urbe nascente. Por motivos ignorados, Luiz Zaparoli interrompeu as suas atividades de loteamento pouco tempo depois de o haver iniciado, no que foi substituído pela Imobiliária Coressato & França, que deu prosseguimento à sua obra. Lançado o planejamento da cidade e iniciada a venda de lotes e datas, não tardou o afluxo de elevado número de interessados na aquisição das terras do patrimônio de Santa Fé, oriundos, quase todos, dos Estados de São Paulo e Minas Gerais. A uberdade e exuberância da terra roxa, aliada à situação geográfica e geoeconômica do patrimônio, concorreram de maneira extraordinária para o rápido progresso e crescimento da localidade, e, também, para a maior afluência de novos moradores, em sua maioria colonos e agricultores.

A cultura do café e dos cereais e produtos agrícolas — próprio da região setentrional do Estado —, o grande afluxo de pioneiros e a tenacidade dos homens que planejaram e lançaram os fundamentos da cidade transformaram a comuna, dentro de apenas cinco anos, num centro de enorme convergência dos mais diferentes fatôres de progresso e evolução. Tanto assim que, tendo sido iniciado o seu povoamento em 1949, já em 1955 era criado o município de Santa Fé, com sede na localidade do mesmo nome, onde um pequeno grupo de bandeirantes modernos iniciara a povoação, com o nome de Patrimônio de Santa Fé.

Pela Lei estadual n.° 2 486, de 14 de novembro de 1955, Santa Fé recebeu foros de cidade, elevando-se à categoria de município autônomo, desmembrado do de Astor-

ga, uma das mais novas unidades municipais do Paraná. A primeira legislatura municipal é de 1955, tendo sido empossado o Prefeito e a Câmara de Vereadores, na data da instalação da comuna.

LOCALIZAÇÃO — A sede municipal de Santa Fé localiza-se na posição determinada pelas coordenadas geográficas seguintes: 23° 02' de latitude Sul e 51° 48' de longitude W. Gr., estando o município situado na Zona Fisiográfica do Ivaí. Limita-se ao norte com os municípios de Colorado e Guaraci, ao sul com o município de Iguaraçu, a oeste com os municípios de Lobato e Iguaraçu e a leste com o município de Munhoz de Melo.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal encontra-se a uma altitude de 550 metros.

CLIMA — Santa Fé possui clima quente e sêco, sendo que a temperatura, no verão, eleva-se a 32°C em média e no inverno baixa a 20,8 graus centígrados.

ÁREA — O município compreende uma área de 305 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — A população de Santa Fé acha-se incluída na do município de Astorga, de cujo território fazia parte, como simples povoado, por ocasião do Recenseamento Geral de 1950.

Aglomeração urbana — A cidade de Santa Fé é a única aglomeração urbana do município, com uma população atual estimada em 2 500 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A principal atividade à economia do município se fixa na agricultura, destacando-se nesta a cafeicultura, coadjuvada pelo cultivo de cereais em geral. A produção de café prevista para 1956 era de Cr$ 12 800 000,00, seguindo-se em importância as culturas de algodão, feijão, arroz, milho, trigo e alho. A pecuária tem desenvolvimento acentuado, principalmente no setor dos suínos, seguidos dos bovinos. Existem funcionando em Santa Fé 18 estabelecimentos industriais, sendo que apenas 2 utilizam 5 ou mais pessoas em suas atividades. Os ramos explorados são o "madeireiro" e o de "produtos alimentares". A exportação interestadual de Santa Fé, em 1956, somou Cr$ 19 477 155,00. O milho, o café e o algodão foram os produtos mais exportados.

Igreja-Matriz Municipal

COMÉRCIO E BANCOS — Existem no município 6 estabelecimentos varejistas e duas agências bancárias. A localidade mantém transação comercial com os municípios de Astorga, Arapongas, Londrina, Curitiba e São Paulo (SP). Nas três últimas se abastece daqueles gêneros e mercadorias necessárias ao seu consumo.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Santa Fé é servido apenas pelo transporte rodoviário, que o liga aos seguintes municípios próximos: Lobato — 22 quilômetros; Munhoz de Melo — 20 quilômetros; Iguaraçu — 32 quilômetros; Jaguapitã — 40 quilômetros; Astorga — 32 quilômetros. Dista das capitais do Estado e Federal, por estrada de rodagem, 448 e 1 187 quilômetros, respectivamente.

Deverá ser instalada brevemente na cidade uma agência postal do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade conta, atualmente, 2 500 habitantes. Há mais de 400 edificações urbanas. Existem 15 logradouros públicos, sendo uma avenida, 13 ruas e uma praça. Acham-se funcionando, na sede municipal, 3 hotéis e uma pensão e um cinema, o Cine São João, com capacidade para 420 pessoas.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Dois médicos, 3 dentistas e 1 farmacêutico prestam assistência médico-sanitária à população do município, em cuja sede também existe um estabelecimento hospitalar — a Casa de Saúde Nossa Senhora das Graças — mantido por particulares, e que presta assistência médica em geral aos habitantes do município. Funciona, na cidade, uma farmácia.

ENSINO — Em 1956, funcionaram no município 16 unidades de ensino primário fundamental comum, que ministraram instrução aos 544 alunos matriculados.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANO	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1956......	...	155	...	220	...

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — O município é sede da Paróquia de Nossa Senhora, padroeira local, em cuja honra são realizados grandes festejos populares, com afluência de fiéis dessa e de outras comunas vizinhas.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O topônimo adotado atualmente, Santa Fé, é de origem católica, religião dos fundadores da cidade. Não existe ainda uma designação genérica para os naturais da comuna. O município é sede de distrito judiciário subordinado à comarca de Astorga. Na sede encontram-se um Juiz de Paz e um Escrivão do Registro Civil e anexos. O número de eleitores existentes, quando do pleito de 1955, era de 1 200. As autoridades representativas do município são: Prefeito Municipal — Salvador de Domênico; Vereadores — Ayrton L. Trevisan, Granvile F. de Alencar, Pedro Margutti, Benedito Pelegrini, Antônio Faccina, Antônio Chiovatti, Antônio C. Fracazessi, Pedro J. V. da Maya e Alvino F. Pinheiro.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

SANTA ISABEL DO IVAÍ — PR

Mapa Municipal no 12.º Vol.

HISTÓRICO — Na luta pela posse definitiva do território brasileiro destacaram-se os povos ibéricos e os bandeirantes paulistas, uns e outros empenhados na conquista e dominação da terra, na busca ao ouro e pedrarias preciosas e na escravização dos povos aborígines.

O vale do rio Ivaí ao ocidente da bacia do Paranapanema foi perlustrado e conhecido desde os tempos primitivos, ou seja, desde as primeiras "entradas" no sertão feitas pelas expedições castelhanas e por exploradores lusitanos.

Após a fundação dos primeiros estabelecimentos espanhóis na antiga província paraguaia de Guaíra, que data do ano de 1554, quando Ruy Diaz Melgarejo erigiu Vila Rica do Espírito Santo, outros expedicionários castelhanos criaram várias povoações, e os Padres da Companhia de Jesus fundaram as treze primeiras reduções, nas bacias dos rios Paranapanema, Tibagi, Ivaí, Piquiri, Pirapó e Corumbataí, a região começou a ser transitada pelos povos europeus.

Cortando a região em sentido leste-oeste, existia também o caminho pré-colombiano de Peabiru pelo qual passaram, além de Álvaro Nunes Cabeza de Vacca, governador do Paraguai, muitas outras personalidades e expedições ilustres. Êsse caminho conhecido pelos índios e utilizado pelos bandeirantes, conforme o itinerário seguido, atravessava o rio Ivaí, indo ter ao Iguaçu, cortando a vasta região onde hoje se espalham numerosas cidades de grande progresso.

A primeira comunidade a ser fundada no vale do Ivaí foi Paranavaí que não tardou a desmembrar-se numa longa série de outros novos e promissores municípios autônomos, de que se originou, também, Santa Isabel do Ivaí.

Com o término da dominação castelhana, o território da antiga província paraguaia de Guaíra ficou completamente abandonado, desaparecendo, inclusive, o último representante da nação guarani, a primeira donatária da terra e a fundadora da primeira civilização neste lado do Atlântico, cujos sobreviventes à catástrofe de 1629, acompanharam os missionários jesuítas no êxodo de Guaíra para a província de Maracaju, escorraçados pela violência das bandeiras de Manoel Preto e Raposo Tavares.

Prefeitura Municipal

Várias centúrias mais tarde, os novos bandeirantes do século XX reiniciaram a obra colonizadora dos seus primeiros antecessores, desbravando o sertão e lançando os fundamentos de povoações, patrimônios e cidades, que são hoje verdadeiros marcos de progresso e civilização plantados nos mais longínquos rincões do território paranaense.

Entre 1948 e 1950, um grupo de arrojados desbravadores do noroeste paranaense, entusiasmado com a surpreendente movimentação demográfica provocada com a fundação de Paranavaí, resolveu constituir uma companhia territorial com a finalidade de lotear e povoar a Gleba 19, da mencionada Colônia. Essa emprêsa recebeu a denominação de Companhia Imobiliária e Colonizadora Santa Isabel do Ivaí, funcionando sob a direção de Tarquínio Marques Ferreira, Gustavo Brigadão, Pascoal Pucci, Dalmiro O. Carneiro e outros.

O loteamento seguiu um plano técnico prèviamente traçado, iniciando-se imediatamente a venda de "datas", afluindo para o patrimônio grandes levas de interessados em adquirir terras, tanto no perímetro urbano como na zona rural. Seguindo um ritmo semelhante ao constatado noutras localidades, da mesma região, em 1952, Santa Isabel do Ivaí já possuía nada menos de 3 000 habitantes.

Diante de tão surpreendente resultado, a referida companhia imobiliária resolveu considerar fundada a cidade Santa Isabel do Ivaí, no dia 2 de julho de 1952, intensificando os trabalhos para o seu maior progresso.

Em vista disso, a Lei municipal n.º 13, de 5 de agôsto de 1953, elevou o patrimônio à categoria de distrito administrativo de Paranavaí, ato êsse que elevou consideràvelmente o valor das terras na localidade.

Tendo assumido em 1953 os cargos de gerente e procurador da Companhia, o Sr. Gustavo Brigagão imprimiu nova orientação às atividades da mesma, levando a efeito notáveis melhoramentos, tais como: inauguração da iluminação pública e domiciliária, a motor "diesel", com a capacidade de 540 kW; abastecimento da cidade de água encanada, por meio de dois poços artesianos; instalação de uma rêde subterrânea de combate a incêndios, única existente em todo o norte e noroeste do Paraná. Todos êstes

melhoramentos foram inaugurados no dia 2 de julho de 1953, dia da fundação da cidade no seu primeiro aniversário.

Foi ainda em 1953 que começou a funcionar, efetivamente, a primeira serraria na sede municipal, sendo que em 1954 já se encontravam em atividade nada menos de três estabelecimentos dessa natureza.

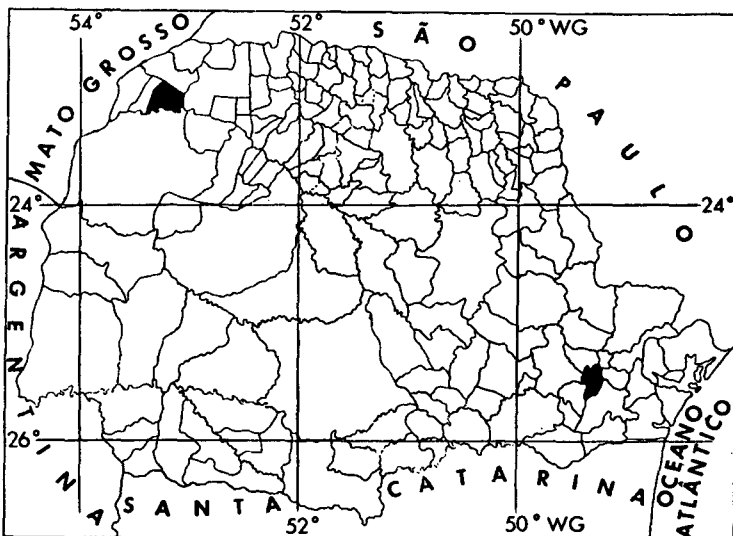
Durante o ano de 1954, ainda em comemoração ao aniversário de fundação da cidade e do Clube 2 de Julho, foram inaugurados diversos melhoramentos públicos, entre os quais o prédio do cinema local, luz fluorescente nas ruas, escolas, igreja e praça pública.

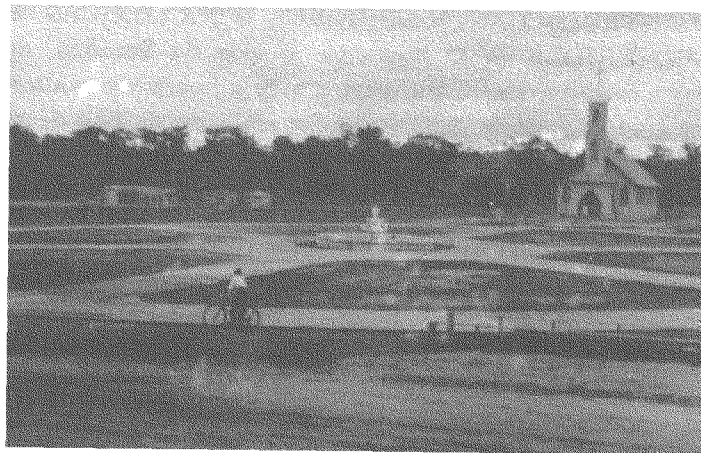
Já em princípios de 1954 os próprios elementos da Companhia constituíram a firma Indústrias Reunidas Santa Isabel do Ivaí, montando uma cerâmica, com a capacidade de produção para 180 000 telhas e 240 000 tijolos mensais, instalando, também, mais uma grande serraria.

Daí por diante, o progresso foi vertiginoso e continuado. Pela Lei estadual n.º 253, de 26 de novembro de 1954, o distrito de Santa Isabel do Ivaí era elevado à categoria de município, desmembrado do de Paranavaí. Sua instalação solene realizou-se juntamente com a posse do Prefeito eleito e da primeira Câmara Municipal, no dia 3 de outubro de 1955. O povo escolheu para Prefeito o Sr. Pascoal Pucci e para vereadores os seguintes cidadãos: Antônio Lourenço Reinoso, Bernardo Stifermann, Joaquim Rodrigues Neves, Jorge de Freitas, Manoel Alves Rodrigues, Milcíades Pires de Oliveira e Vitório Ibipronti.

Em 1.º de dezembro de 1955 instalou-se o Cartório do Registro Civil e Anexos, do qual foi primeiro titular o Doutor Adelermo Camargo, efetivando-se, assim, a criação do distrito judiciário de Santa Isabel do Ivaí, pertencente à comarca de Paranavaí.

Após a instalação da comarca de Loanda, em 8 de maio de 1956, o distrito judiciário de Santa Isabel do Ivaí passou a pertencer àquela nova comarca.

LOCALIZAÇÃO — O município está situado na Zona Fisiográfica do Ivaí, limitando ao norte com Loanda; a oeste, com Santa Cruz do Monte Castelo; ao sul, com Cruzeiro do Oeste; e a leste, com Paranavaí.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Na sede municipal registra-se uma altitude de 470 metros.

Igreja-Matriz Municipal

CLIMA — Possui o município clima quente. As temperaturas médias, observadas no ano de 1957, foram 32,9ºC para as máximas, 12,5ºC para as mínimas e 24,1ºC a compensada.

ÁREA — Compreende o município a área de 601 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Estima-se a população atual do município em 15 100 habitantes.

Aglomeração urbana — A cidade de Santa Isabel do Ivaí é a única aglomeração urbana do município.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Dotado de terras férteis e ainda inexploradas, a agricultura ali constitui a principal atividade econômica bem secundada pela indústria extrativa mineral e vegetal.

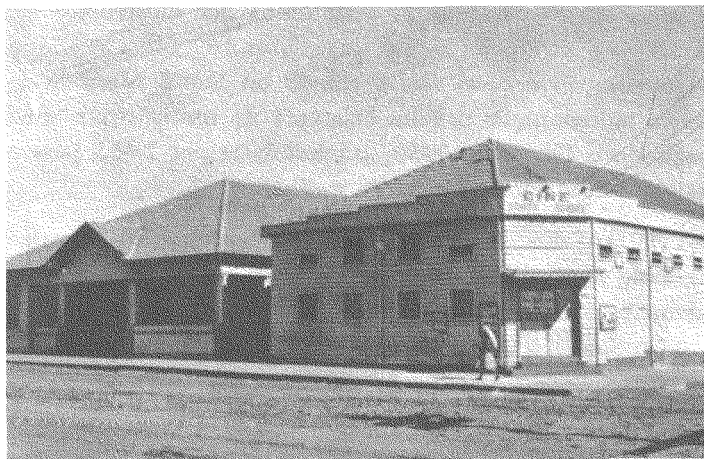
A cultura predominante é a do café. A produção agrícola em 1956, segundo estimativa em cruzeiros, era: café — Cr$ 5 440 000,00; algodão — Cr$ 1 248 000,00; arroz — Cr$ 1 440 000,00; milho — Cr$ 1 050 300,00; seguem-se em escala menos elevada o feijão, o rami (cultura nova e promissora), linho, batata-inglêsa, mandioca e alfafa.

A indústria, composta de 11 estabelecimentos, possui 2 que ocupam mais de 5 pessoas em suas atividades e explora os ramos "cerâmica", "madeireiro" e "produtos alimentares".

A pecuária tende a desenvolver-se, já atendendo parte do consumo interno. Os rebanhos mais destacados são o bovino e suíno. O município importa gado para consumo.

A exportação interestadual de Santa Isabel do Ivaí, em 1956, atingiu a cifra de Cr$ 9 047 487,00, sendo o café, milho, algodão e tábuas serradas de cedro e peroba os produtos que sobressaíram pelo seu valor e volume.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem 65 estabelecimentos, comerciais varejistas, 3 atacadistas e 1 agência bancária. O município habitualmente mantém transação com as praças de Loanda, Paranavaí, Maringá e Curitiba, no Paraná; Pôrto Epitácio, Presidente Prudente e São Paulo, no Estado de São Paulo.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município utiliza os transportes rodoviário e aéreo, sendo êste através de táxis-aéreos. O campo de pouso existente encontra-se em obras que o transformarão em moderno aeroporto para aviões comerciais.

Cine Santa Isabel

Liga-se aos seguintes municípios próximos: Loanda — 10 quilômetros; Paranavaí — 96 quilômetros; Cruzeiro do Oeste — 150 quilômetros; Santa Cruz do Monte Castelo — 12 quilômetros; Querência do Norte — 54 quilômetros; Maringá — 183 quilômetros. Dista das Capitais, Estadual e Federal, respectivamente: a) via rodoviária — 613 e 1 380 quilômetros; b) via aérea — 480 e 1 030 quilômetros.

Na cidade funcionam 1 agência postal do Departamento dos Correios e Telégrafos e 1 serviço radiotelegráfico da companhia fundadora do município.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Santa Isabel do Ivaí conta cêrca de 1 800 habitantes. Há, ali, 460 edificações urbanas, das quais 390 destinadas a fins residenciais. Possui 8 logradouros públicos, sendo 1 avenida, 6 ruas e 1 praça.

É servida de energia elétrica para iluminação pública e particular, esta com 570 ligações. Conta com abastecimento de água canalizada, cuja rêde distribuidora mede 8 000 metros servindo 400 prédios.

O comércio é constituído de 3 estabelecimentos atacadistas e 65 varejistas. Há 3 hotéis e 3 pensões para os serviços de hospedagem e de alimentação na cidade. No ano de 1957, foram registrados na Prefeitura Municipal 8 automóveis e 54 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Os habitantes do município dispõem das seguintes fontes de assistência médico-sanitária e em geral: 1 médico, 1 dentista e 1 farmacêutico; 1 hospital, 1 pôsto de higiene e 1 de saúde; 1 farmácia.

ENSINO — Em 1956, funcionou no município 1 unidade escolar de ensino primário fundamental comum, onde estiveram matriculados 173 alunos. Atualmente existe em funcionamento na cidade 1 Curso Normal Regional.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANO	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1956......	11	339	1 712	962	1 373

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E EFEMÉRIDES — Comemoram-se no município as datas seguintes: 1.º de janeiro, Páscoa (sábado de Aleluia), Natal e São João. Os dias 2 de julho e 19 de novembro, respectivamente datas de fundação da cidade e de instalação do município, assinalam grandes festividades, sendo ambos feriados municipais.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O nome do município foi escolhido pela emprêsa colonizadora que o fundou; assim, à primeira parte "Santa Isabel" foi acrescentado ainda "do Ivaí" pelo fato de estar situado no "vale do Ivaí" e ser banhado pelo grande rio de igual denominação. Seus habitantes são conhecidos genèricamente pelos nomes de "santabelenses" ou "santa-isabelenses".

É sede de distrito judiciário subordinado à comarca de Loanda, município limítrofe. Na cidade existe Juiz de Paz e um cartório do Registro Civil e Anexos.

Em 1955, o colégio eleitoral compreendia 758 eleitores inscritos.

As autoridades representativas do município são: Prefeito — Sr. Paschoal Pucci. Vereadores — Srs. Ângelo Grandi, Osório Quaquarelo, Bernardo Stifermann, José Vicentini, Jorge de Freitas, Manoel A. Rodrigues, Antônio L. Reinoso, Milciades P. Oliveira e Vitório Ibipronti.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

SANTA MARIANA — PR

Mapa Municipal no 12.º Vol.

HISTÓRICO — Formou-se em 1934 um pequeno povoado em terras pertencentes ao Sr. Francisco Junqueira, o qual se foi aos poucos desenvolvendo, com a presença de correntes constantes de forasteiros de diversas procedências, animados pela fertilidade da gleba. Assim, já em 1938, precisamente a 20 de outubro, era baixado um Decreto-lei estadual, de n.º 7 573, pelo qual foi criado o Distrito de Santa Mariana, com território desmembrado do Distrito de Bandeirantes.

Em virtude da própria expansão econômica da comuna, com o desenvolvimento sobretudo da cultura do café, em pouco tempo Santa Mariana apresentou condições para emancipar-se política e administrativamente. Tanto que o distrito foi elevado à categoria de Município a 10 de outubro de 1947, pela Lei estadual n.º 2, havendo-se verificado a 1.º de novembro do mesmo ano a instalação de sua sede.

Santa Mariana teve um prefeito provisório, o Sr. José Cândido Teixeira, que entregou o poder ao cidadão eleito em pleito realizado no dia 16 de novembro de 1947.

Segundo antigos moradores, a denominação de Santa Mariana constitui uma homenagem da localidade à Sr.ª Mariana Junqueira, espôsa do Sr. Francisco Junqueira, já falecido, primeiro proprietário das terras onde veio a instalar-se o Município.

Santa Mariana pertence à comarca de Bandeirantes.

LOCALIZAÇÃO — A sede municipal de Santa Mariana está situada na posição geográfica de 23° 14' de latitude Sul e 50° 31' de longitude W. Gr. Santa Mariana encontra-se na Zona Fisiográfica do Norte, limitando ao norte com o Estado de São Paulo; ao sul, com os municípios de Ban-

deirantes, Santa Amélia e Cornélio Procópio; a oeste, com o município de Leópolis; e a leste, com o município de Itambaracá.

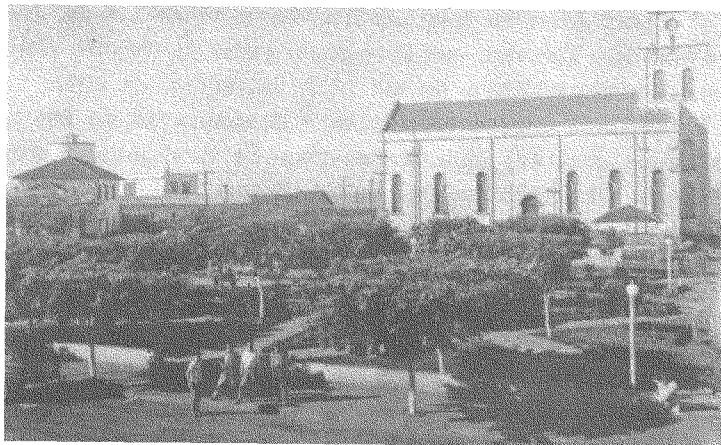
Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Na sede municipal a altitude é de 484 metros.

CLIMA — O município possui clima sêco e saudável. As temperaturas observadas no ano de 1957 foram 26,1°C para a média das máximas, 17,4°C para a das mínimas e 21,7°C a compensada.

ÁREA — Santa Mariana compreende uma área de 414 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município possui como acidentes geográficos os rios Cinzas, Paranapanema e Laranjinha.

POPULAÇÃO — Por ocasião do Recenseamento de 1950, residiam no município, 15 533 pessoas, com a seguinte constituição: *segundo o sexo* — 8 148 homens e 7 385 mulheres; *segundo a nacionalidade* — 14 912 brasileiros natos, 166 brasileiros naturalizados e 455 estrangeiros; *segundo a côr* — 12 609 brancos, 1 815 pretos, 648 amarelos e 454 pardos; *segundo a religião* — 14 799 católicos apostólicos romanos, 406 protestantes, 100 espíritas, 206 de outras religiões, 18 sem religião e 4 sem religião declarada. Das pessoas de 15 anos e mais, num total de 8 424, 2 573 eram solteiras, 5 545 casadas, 4 desquitadas e 302 viúvas. Os 84% concentravam-se no quadro rural e a densidade demográfica correspondia a 37 habitantes por quilômetro quadrado.

Vista parcial da Praça Getúlio Vargas, ao fundo a Igreja-Matriz de N. S.ª das Graças

Aglomeração urbana — A cidade de Santa Mariana é a única aglomeração urbana existente no município e, ainda segundo o Censo de 1950, era habitada por 2 451 pessoas, sendo 1 255 homens e 1 196 mulheres.

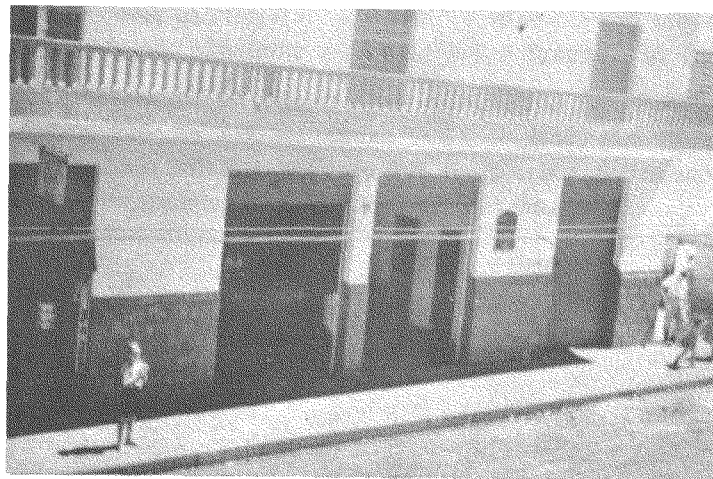
ATIVIDADES ECONÔMICAS — Representa a atividade agrícola a principal contribuição à economia do município, secundada pelo ramo "pecuária".

O café é a cultura predominante. A produção agrícola em 1956 apresentou os valores seguintes: café — ...... Cr$ 55 798 000,00; milho — Cr$ 26 000 000,00; feijão — Cr$ 20 768 000,00; arroz — Cr$ 4 760 000,00; algodão — Cr$ 3 822 000,00.

Em 1956, o município exportou gado no valor de 10 milhões de cruzeiros aproximadamente.

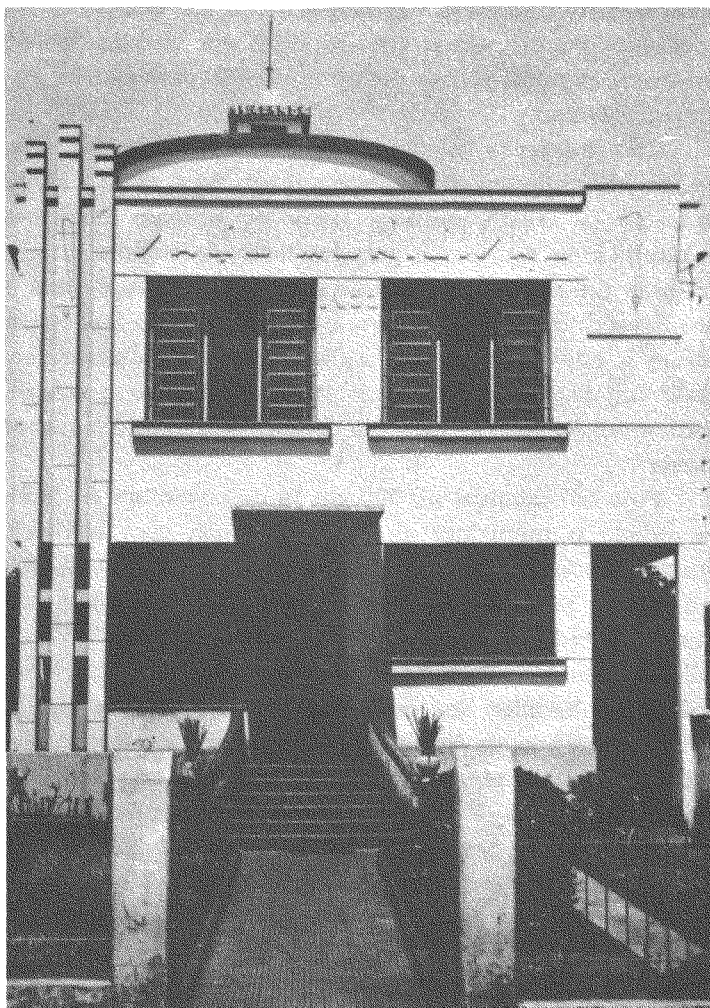
A indústria compõe-se de 62 estabelecimentos, dos quais 8 empregam 5 ou mais pessoas em suas tarefas. Os ramos explorados são: o de "produtos alimentares" e o "madeireiro".

A exportação geral em 1956 valeu Cr$ 142 063 513,00, nela se destacando o café, o milho, o feijão, gado suíno e bovino e tábuas serradas.

Agência do Banco do Estado do Paraná S.A.

COMÉRCIO E BANCOS — Há no município 95 estabelecimentos varejistas, 5 atacadistas e 4 agências bancárias.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se aos seguintes municípios: Cornélio Procópio — 14 quilômetros (rodoviário) e 17 quilômetros (ferroviário); Leópolis — 50 quilômetros (rodoviário); Itambaracá — 30 quilômetros (rodoviário); Bandeirantes — 18 quilômetros (rodoviário) e 26 quilômetros (ferroviário); Santa Amélia — 20 quilômetros (rodoviário); Cândido Mota (SP) — 60 quilômetros (rodoviário). Dista da capital Estadual: a) rodoviário — 452 quilômetros; b) ferroviário — 647 quilômetros. Está ligado à capital Federal: a) rodoviário — 1 041 quilômetros; b) ferroviário — 1 107 quilômetros.

Funcionam na cidade: uma agência postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos; e serviço telefônico, urbano e interurbano.

ASPECTOS URBANOS — A população de Santa Mariana é estimada em 4 100 habitantes. Há ali 870 edificações urbanas, das quais 792 servem para fins residenciais. Conta

Prefeitura Municipal

com uma rêde telefônica, havendo 45 aparelhos instalados. Possui energia elétrica para fôrça motriz e iluminação pública e particular, esta com 830 ligações. É abastecida de água canalizada com rêde distribuidora de 7 000 metros servindo 913 prédios em 13 logradouros.

Existem, na cidade, 21 logradouros públicos (2 avenidas, 18 ruas e 1 praça). Encontram-se em funcionamento 2 hotéis e 8 pensões.

A Prefeitura, para efeito de emplacamento, registrou em 1956, 55 automóveis inclusive, 22 jipes e 217 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Funcionam no município um pôsto de higiene e um de puericultura. Exercem ali sua profissão 3 médicos, 5 dentistas e 6 farmacêuticos. Na sede municipal estão instaladas 6 farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — O Pôsto de Higiene, mantido pelo Govêrno Estadual e o Pôsto de Puericultura, assistido, simultâneamente, pelo Estado, município e particulares, prestam relevantes serviços de assistência social à população.

ALFABETIZAÇÃO — O Censo de 1950 revelou a existência de 12 478 pessoas de 5 anos e mais no município, das quais, 4 657 eram alfabetizadas: 3 071 homens e 1 586 mulheres. O número de pessoas de 5 anos e mais, na sede municipal, era de 1 990, sendo que 1 215 sabiam ler e escrever: 714 homens e 501 mulheres.

Ensino — O ensino primário fundamental comum foi ministrado no município, em 1956, através de 19 unidades escolares, a um total de 1 585 alunos. Estão em funcionamento na sede do município, 2 estabelecimentos de ensino extraprimário: o Ginásio Municipal de Santa Mariana e a Escola Normal Regional "Júlia Wanderley".

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Funcionam no município 2 cinemas: o Cine Rios, na sede municipal, com 550 lugares, cujo movimento, em 1956, alcançou a casa das 416 sessões cinematográficas, com assistência de 99 610 pessoas; e o Cine São Luiz, no povoado Quinzópolis, com 100 lugares. Edita-se no município o semanário "Fôlha de Santa Mariana".

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950......	—	5 262	1 119	721	1 166
1951......	—	5 631	1 067	727	543
1952......	—	9 748	1 476	909	1 369
1953......	—	10 159	3 049	1 292	3 367
1954......	—	7 868	2 588	1 214	2 695
1955......	2 519	12 512	4 817	1 480	4 555
1956......	3 292	15 942	3 870	1 841	8 218

Observação: A Coletoria Federal foi instalada em 1/1/55.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — O município tem como padroeiro São Sebastião, cuja festa, muito imponente e concorrida, realiza-se no período de 11 a 20 de janeiro. Segue-se com muito brilhantismo e afluência a festa de Nossa Senhora das Graças, a 31 de maio.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Chama-se Dona Mariana Junqueira a espôsa do fundador do município, Dr. Francisco Junqueira. O atual topônimo representa uma homenagem àquela pessoa. Seus habitantes são conhecidos pelo gentílico santa-marianenses. Santa Mariana é sede de distrito judiciário subordinado à comarca de Bandeirantes.

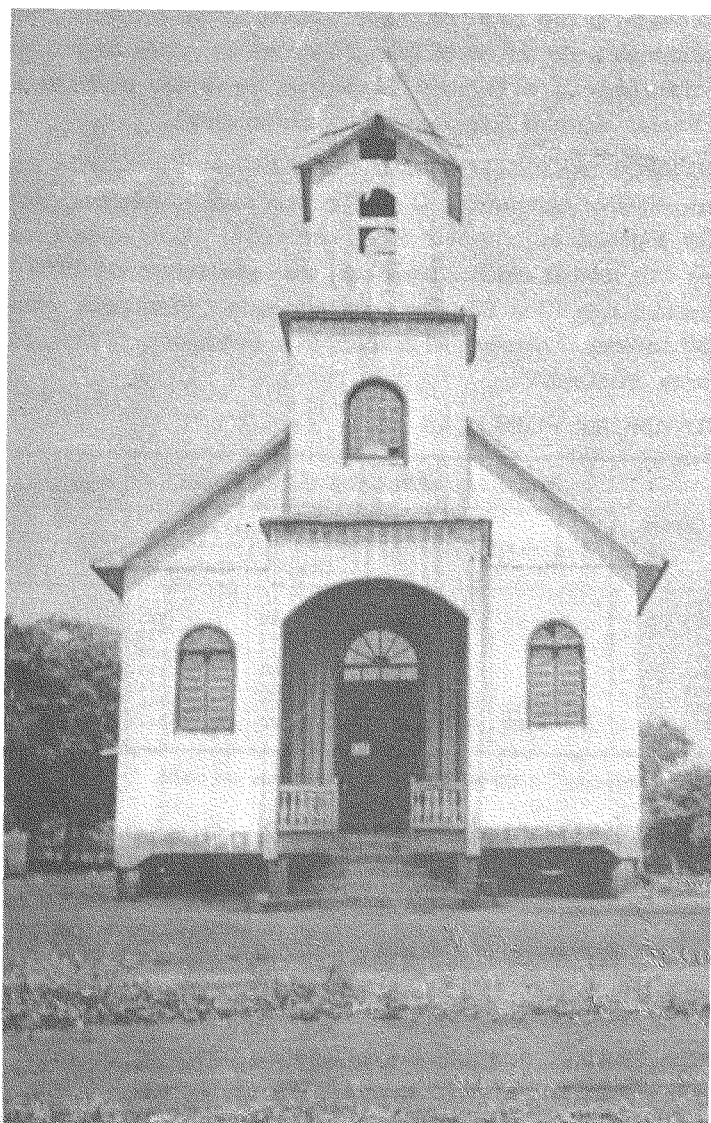
O eleitorado em outubro de 1955 compreendia 3 810 cidadãos inscritos.

As autoridades de Santa Mariana, atualmente em exercício, são: Prefeito Municipal — Sr. Roque Pinha. Vereadores — Srs. José R. de Lima, Teroyoshi Schignitoni, Antônio Furlanetto, Bernardo C. Torres, José Venâncio, Ernesto H. Cavalcante, Mário Machado, José H. de Carvalho e Joaquim B. Serra.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Paraná.

SANTO ANTÔNIO — PR

Mapa Municipal no 13.° Vol.

HISTÓRICO — Os primeiros moradores do território do atual município de Santo Antônio foram Don Lucca Ferrera e João Romero, oriundos da vizinha República do Paraguai, ali chegados em 1902. Encontraram naquela região do Paraná grande quantidade de erva-mate nativa e, como a venda dêsse produtos fôsse negócio vantajoso, iniciaram a sua produção e exportação para a Argentina, transportada em cargueiros sôbre o lombo de burros através de picadas abertas em plena floresta pela família de Don Lucca Ferrera.

Igreja Católica Municipal

Don Lucca Ferrera possuía um filho e três filhas, chamados Antônio, Aurora, Dominga e Planchita. Daí se originaram as denominações de várias localidades e do próprio município, tais como: Santo Antônio, Linhas Aurora, São Domingos e Planchita (ex-Rio Claro e atualmente sede Governador Lupion). Êsses topônimos foram homenagem aos filhos do explorador guarani, estabelecido em território brasileiro.

As transações comerciais da erva-mate a princípio eram feitas sem qualquer satisfação ao fisco brasileiro. Informado de tal ocorrência, o govêrno de então determinou a ida de um fiscal, que, arrostando os maiores perigos e intempéries, veio de Curitiba, para desempenhar a função de guarda no sertão inóspito, acompanhado de Antônio Farias.

Tudo era sertão, que parecia não ter fim, quando os primeiros exploradores chegaram à região, ainda habitada por grandes hordas indígenas. A Don Lucca Ferrera deve-se a abertura da atual estrada do Departamento de Estrada de Rodagem, que liga Santo Antônio a Barracão.

Don Lucca foi substituído na produção e comércio da erva-mate por uma emprêsa denominada "Pastoriza", de procedência argentina, que pelo espaço de longos anos se dedicou a êsse lucrativo ramo de atividades.

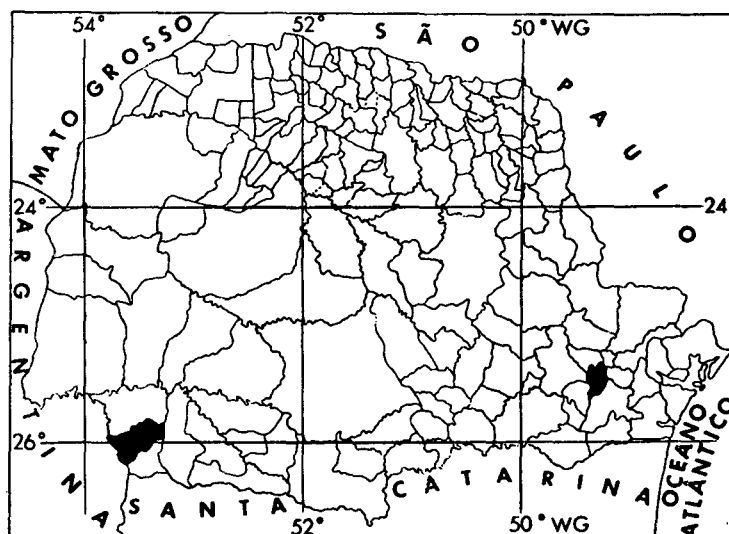
Em 1912, logo após a vinda de Afonso Arrachea e outros, começou a formar-se um povoado, onde atualmente, se acha a sede do município de Santo Antônio. O comércio da erva-mate constituía a principal atividade, que perdurou, aproximadamente, até o ano de 1920, em virtude de não existirem estradas e vias de comunicação para outros empreendimentos.

Com a criação do distrito administrativo de Clevelândia, foi nomeado um subprefeito a quem ficou afeta a administração da região, inclusive de Santo Antônio. Iniciou-se a abertura de estradas e grandes levas de colonos e agricultores procedentes de diversos municípios do Paraná e dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, começaram a estabelecer-se na localidade, que teve, assim, notável impulso. Além da agricultura, os primeiros colonos dedicavam-se, especialmente, à criação de suínos em grande escala.

Pela Lei estadual n.º 790, de 14 de novembro de 1951, foi criado o município de Santo Antônio, com território desmembrado do de Clevelândia. Realizadas as eleições municipais, procedeu-se à instalação da nova unidade política do Estado do Paraná, a 14 de dezembro de 1952.

Foi primeiro Prefeito Municipal o Sr. Percy Schreiner, grande conhecedor dos problemas do município e que já vinha exercendo as funções de subprefeito do antigo distrito de Santo Antônio. Sendo morador no município há mais de dez anos, Percy Schreiner estava perfeitamente a par de tôdas as suas carências e dificuldades. Tratou logo de abrir estradas e dotar o município do maior número de escolas que fôsse possível.

Tendo conseguido adquirir um trator, mandou proceder ao alargamento e melhoria da rodovia Santo Antônio —Barracão, o que muito contribuiu para o desenvolvimento de tôda a região sudoeste do Paraná.

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na Zona Fisiográfica do Iguaçu fazendo limites com Barracão, Francisco Beltrão e Capanema, no Estado do Paraná, e ainda com a República Argentina. A sua sede está assinalada pelas coordenadas geográficas 26° 03' de latitude Sul e 53° 12' de longitude W. Gr. Dista da Capital Estadual, em rodovia, 734 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 447 metros na sede municipal.

CLIMA — Possui o município clima temperado. As médias registradas no ano de 1957 foram de 34°C para as máximas, 12°C para as mínimas e 23°C a compensada.

Pôsto de Puericultura

ÁREA — Mede 1 097 quilômetros quadrados a área compreendida pelo território do município.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — São os seguintes os principais acidentes geográficos: *rios* — Capanema, Lageado Grande, das Antas e Claro; *arroios* — XV de Novembro, Valdomiro, Jaboti e Tomaz.

RIQUEZAS NATURAIS — A madeira de lei representa a principal riqueza natural do município.

POPULAÇÃO — Estima-se a população atual de Santo Antônio em 15 000 habitantes.

Aglomerações urbanas — A cidade de Santo Antônio e as vilas de Ampere, de Canzianópolis e de Marcianópolis constituem os aglomerados urbanos existentes no município.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção agrícola em 1956 apresentou êstes valores: feijão — .... Cr$ 72 000 000,00; milho — Cr$ 15 040 000,00; trigo — Cr$ 1 920 000,00; arroz — Cr$ 1 500 000,00.

Suas terras prestam-se muitíssimo ao cultivo do trigo que vem sendo bastante incrementado ùltimamente.

A indústria é formada por 32 estabelecimentos, dos quais, 9 ocupam 5 ou mais pessoas. Os principais ramos são: o "extrativo vegetal" (madeireiro) e o de "produtos alimentares".

Em 1956 a exportação interestadual do município atingiu a soma de Cr$ 3 735 751,00, sendo o milho, o feijão, o fumo e o pinho (toras e tábuas serradas) os principais produtos exportados.

COMÉRCIO E BANCOS — Encontram-se no município 15 estabelecimentos varejistas e 6 atacadistas, que constituem as atividades comerciais do lugar. As transações mercantis se fazem com as seguintes praças: União da Vitória, Ponta Grossa e Curitiba no Paraná; Ijuí, Santo Ângelo, Lajeado e Pôrto Alegre, no Rio Grande do Sul; e São Paulo (SP). Para essas localidades exporta seus produtos e se abastece dos gêneros e mercadorias de que necessita para o seu consumo interno.

Pôsto Misto de Higiene

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Santo Antônio está ligado aos seguintes municípios: Capanema — 58 quilômetros; Barracão — 36 quilômetros; Francisco Beltrão — 138 quilômetros; através de rodovia liga-se ainda à Argentina, com que faz divisa internacional.

No distrito de "Sede Governador Lupion" situa-se um campo de pouso para aviões. Na sede municipal funciona um pôsto do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A sede municipal de Santo Antônio conta cêrca de 850 habitantes. É uma cidade nova, elevada a essa categoria, em 1951. Possui quase 200 edificações urbanas, das quais, 162 são ocupadas para fins residenciais. É servida de energia elétrica para iluminação particular. Existem 24 logradouros públicos, sendo: uma avenida, 21 ruas, 2 praças e 1 parque. Há 2 hotéis e uma pensão.

Casa Canônica dos Padres Missionários do Sagrado Coração de Jesus

A Prefeitura Municipal emplacou, em 1957, 32 veículos motorizados: 2 jipes e 30 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Para tôda a população do município existem na cidade 1 médico, 2 dentistas e 1 farmacêutico; 1 hospital, 1 pôsto de higiene e 1 pôsto de puericultura; 1 farmácia.

ENSINO — O ensino primário fundamental comum foi ministrado no município, em 1956, por 38 unidades escolares, com a matrícula de 1 088 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Duas associações esportivo-culturais e um cinema com 100 cadeiras representam os aspectos culturais do município.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1953......	...	...	1 073	137	1 071
1954......	...	...	1 661	369	1 661
1955......	...	...	1 532	437	1 510
1956......	...	...	1 766	352	1 766

Prefeitura Municipal

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E EFEMÉRIDES — Realiza-se na cidade, todos os anos, com afluência da quase totalidade dos habitantes do município, a festa de Santo Antônio, padroeiro local, no período de 4 a 13 de junho. Não obstante essa grande parada de fé, para um povo na sua maioria católico, o principal acontecimento municipal é a celebração do 7 de setembro, em homenagem ao Dia da Pátria, visto que os argentinos da cidade vizinha de San Antônio vêm se reunir aos brasileiros, tomando parte ativa nas comemorações, quando se estabelecem, inclusive disputas de partidas amistosas de futebol entre os habitantes das duas cidades de Santo Antônio: a brasileira e a argentina.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O atual topônimo, além de representar uma homenagem ao grande taumaturgo, foi dado por Don Lucca Ferrera, de origem paraguaia, um dos fundadores do município, por ter um filho, também chamado Antônio.

Seus habitantes são conhecidos por santo-antonienses.

O município é sede de comarca de primeira entrância, criada pela Lei estadual n.º 1 542, de 14 de dezembro de 1943. Foi primeiro Juiz de Direito, o Dr. Alvim Messias.

Estão subordinados à comarca ainda os municípios limítrofes de Barracão e Capanema. O atual Prefeito Municipal é o Sr. Armando José Fassini; são vereadores os Srs. Flávio Cini, Jesuíno R. de Andrade, Rosalindo J. Fernasari, Aquilino F. Giongo, Arthur C. Pinto, Percy Schreiner, Ricieri Côgo, Dorival Magrinelli e Alberto Pazueki.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Paraná.

SANTO ANTÔNIO DA PLATINA — PR

Mapa Municipal no 12.º Vol.

HISTÓRICO — Procediam do Estado de Minas Gerais, através da região paulista da Alta Sorocabana, os primeiros moradores da localidade, onde mais tarde surgiu o atual município de Santo Antônio da Platina. Foram mineiros os que iniciaram o povoamento dos sertões de São Paulo, por onde atualmente correm os trilhos da Rêde de Viação Sorocabana, e dali partiram as primeiras levas de desbravadores e colonizadores de grande parte da imensa zona geoeconômica Norte do Paraná.

Os primeiros moradores de Santo Antônio da Platina dedicaram-se exclusivamente à agricultura e à criação de suínos e se estabeleceram às margens do ribeirão "Boi Pintado". Circundando o núcleo, deslisava o ribeiro Aldeia (nome que teve origem na existência de um aldeamento de índios guaranis, que se localizava em suas margens). Perto dêsse curso de água levanta-se uma colina, posteriormente denominada Morro do Bim, em cujas fraldas foi iniciada a formação do povoado, de que se originou a cidade de Santo Antônio da Platina.

O seu patrimônio formado por 88 hectares, 97 ares e 17 centiares foi, a requerimento da Câmara Municipal, adquirido do Estado do Paraná, com a carta de domínio pleno, expedida pela Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas, que se acha registrada à fôlha 22, do livro n.º 1, e assinada pelo então Presidente do Estado, Dr. Caetano Munhoz da Rocha, em data de 17 de março de 1920, mais tarde transcrita no Registro de Imóveis da comarca, sob o n.º 8 395, de 3 de novembro de 1945.

Criado o distrito de Santo Antônio da Platina por Lei municipal de 5 de janeiro de 1901, foi instalado a 14 de janeiro do mesmo ano, integrando o território do município de Jacarèzinho. Teve o predicamento de vila pela Lei estadual n.º 1 424, de 31 de março de 1914, com território desmembrado do município de Jacarèzinho, dando-se a instalação da sede municipal a 20 de agôsto daquele ano, sendo seu primeiro Prefeito o coronel Evergisto Capucho.

A sede municipal foi elevada à categoria de cidade pela Lei estadual n.º 2 657, de 12 de abril de 1929.

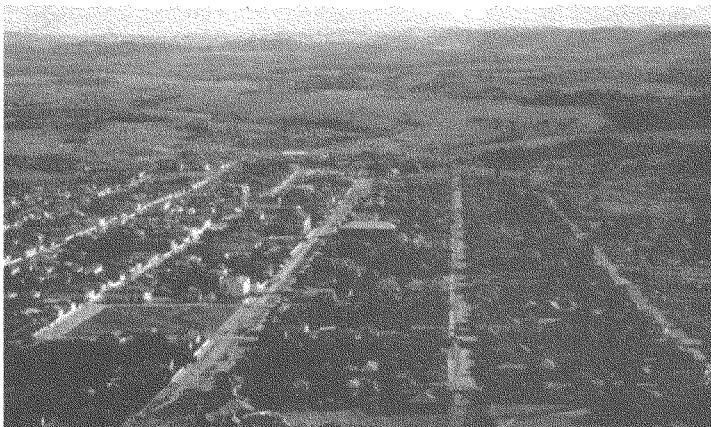
A partir de então foram iniciadas as primeiras obras públicas, constantes da colocação de meios-fios nas ruas e logradouros, construção do Jardim Público e diversos outros melhoramentos. Data desta época a construção do edifício da Prefeitura e do Matadouro Municipal. Ampliaram-se, com extraordinária eficiência os serviços rodoviários e de comunicações e transportes.

Em 1929 o Govêrno Federal criou o Pôsto de Proteção aos Índios Caingangues, que vinham dificultando a penetração de novos habitantes no município, nos terrenos marginais do rio Laranjinha, no atual município de Abatiá, que, com a denominação de distrito de Lajeado, integrava o território do município de Santo Antônio da Platina.

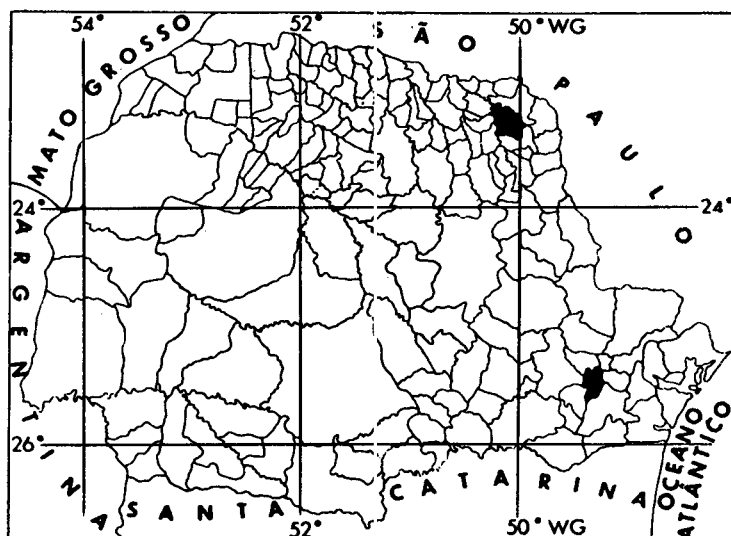
Em 1933 o município se compunha do único distrito de Santo Antônio da Platina, mas, pela divisão territorial de 31 de dezembro de 1936, passou a contar com o distrito de Carvalhópolis.

Já pela divisão datada de 31 de dezembro de 1937, adquiriu o município mais o distrito de Jundiaí. Em virtude do Decreto-lei estadual n.º 7 573, de 20 de outubro de 1938, o distrito de Santo Antônio da Platina perdeu parte do seu território, para formação do novo distrito de Conselheiro Zacarias, do mesmo município.

Em 1939-1943 o município era composto dos distritos da sede municipal, Conselheiro Zacarias, Jundiaí, Lajeado e Pinhal. Pelo Decreto-lei estadual n.º 199, de 30 de dezembro de 1943, era formado pelos distritos da sede, Abatiá (ex-Lajeado), Cinzas (ex-Jundiaí), Conselheiro Zacarias e Laranjinha (ex-Pinhal).

A Lei estadual n.º 2, de 10 de outubro de 1947, desmembrou de seu território os distritos de Abatiá, Cinzas e Ribeirão do Pinhal (ex-Laranjinha), que foram elevados à categoria de municípios autônomos. Presentemente o mu-

Vista parcial da cidade

nicípio é formado pelos distritos de Santo Antônio da Platina, Conselheiro Zacarias e Monte Real.

LOCALIZAÇÃO — A cidade de Santo Antônio da Platina está situada na posição geográfica de 23° 17' 31" de latitude Sul e 50° 4' 31" de longitude W.Gr., encontrando-se o território municipal na Zona Fisiográfica do Norte. Limita ao norte e a leste com o município de Jacarèzinho; ao sul e a leste, com o município de Joaquim Távora; e a oeste, com os municípios de Bandeirantes, Abatiá e Jundiaí do Sul.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Na sede municipal a altitude é de 520 m.

CLIMA — Possui o município clima temperado, sêco e bastante saudável. As temperaturas observadas no ano de 1957 foram: 36°C para a média das máximas, 6°C para a das mínimas e 28°C a compensada.

ÁREA — O município compreende uma área de 686 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Dentre os acidentes geográficos do município destacam-se os rios das Cinzas e Jacarèzinho, ambos não navegáveis, e os morros Valério, Pedra Branca, com 800 m, e o Bim, com 200 m de altitude.

POPULAÇÃO — O Censo de 1950 acusou em Santo Antônio da Platina a existência de 25 292 habitantes, com a seguinte constituição: *segundo o sexo* — 13 336 homens e 11 956 mulheres; *segundo a nacionalidade* — 24 879 brasileiros natos, 104 brasileiros naturalizados e 309 estrangeiros; *segundo a côr* — 22 324 brancos, 2 616 pretos, 109 amarelos e 200 pardos; *segundo a religião* — 23 574 católicos romanos, 926 protestantes, 388 espíritas, 330 de outras religiões, 48 sem religião e 26 sem religião declarada. Das pessoas de 15 anos e mais, num total de 14 051, 4 383 eram solteiras, 9 038 casadas, 12 desquitadas e 605 viúvas. Localizavam-se 80% no quadro rural e a densidade demográfica correspondia a 35 habitantes por quilômetro quadrado.

Aglomerações urbanas — Existem no município 3 aglomerações urbanas: a cidade de Santo Antônio da Platina, a vila de Conselheiro Zacarias que, segundo o Recenseamento de 1950, contavam 6 975 e 214 habitantes, respectivamente, e a vila de Monte Real.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O ramo "agricultura, pecuária e silvicultura" (ocupando 38% das pessoas em idade ativa) representa a principal atividade econômica do município. O café é a cultura que mais se destaca.

A produção agrícola em 1956, segundo estimativa (em cruzeiros), estava assim distribuída: café — .... Cr$ 205 425 000,00; feijão — Cr$ 22 951 000,00; arroz — Cr$ 18 216 000,00; milho — Cr$ 10 725 000,00; algodão — Cr$ 1 944 000,00; batata-inglêsa — Cr$ 1 125 000,00; em escala decrescente a banana, o amendoim, a laranja e o trigo.

A população pecuária valeu em 1955 aproximadamente 113 milhões de cruzeiros. Os rebanhos mais expressivos são o suíno e o caprino. Em 1956 foi exportado gado suíno e caprino no valor de quase 8 milhões de cruzeiros.

A indústria produziu, em 1955, cêrca de 165 milhões de cruzeiros.

Em 1956, possuindo 60 estabelecimentos (5 ou mais pessoas), explorava principalmente (96% do valor total) o ramo de "produtos alimentares".

A exportação interestadual de Santo Antônio da Platina em 1956 somou Cr$ 81 733 371,00.

COMÉRCIO E BANCOS — Há no município 100 estabelecimentos varejistas, 12 atacadistas e 4 agências bancárias. Mantém o município transações comerciais com as cidades de Jacarèzinho, Jaguariaíva, Curitiba e São Paulo (SP).

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido pelos transportes rodoviário e ferroviário (da R.V.P.S.C.), êste todavia apenas cortando-o, sem contudo passar pela cidade. Liga-se aos seguintes municípios próximos: Jacarèzinho — 22 km; Joaquim Távora — 36 km; Jundiaí do Sul — 30 km; Ribeirão do Pinhal — 42 km; Abatiá — 28 km; Bandeirantes — 60 km. Dista das capitais estadual e federal, via rodoviária, respectiva-

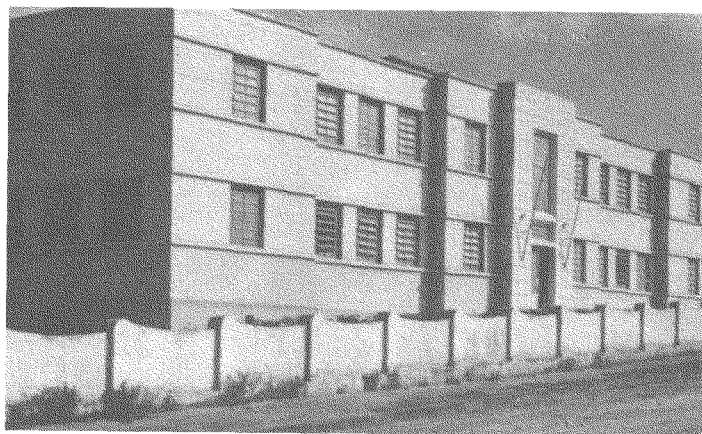
Cine Pálace Platinense

mente 397 e 1 080 quilômetros. O município dispõe de uma agência postal-telegráfica do D.C.T.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Santo Antônio da Platina possui atualmente cêrca de 10 600 habitantes, 2 180 edificações, das quais 2 102 ocupadas para fins residenciais. É servida por telefones urbanos, com 108 aparelhos instalados. Possui energia elétrica para iluminação e domiciliar, esta com 1 200 ligações. Dispõe de serviço de água canalizada com rêde distribuidora de 17 106 metros, abastecendo 906 prédios. Há uma rêde de esgotos sanitários com 17 206 metros de extensão beneficiando 591 prédios em 22 logradouros.

Contam-se na cidade 25 logradouros públicos, sendo 1 avenida, 21 ruas (4 calçadas com paralelepípedos) e 3 praças (1 inteiramente ajardinada, arborizada e pavimentada). Encontram-se 4 hotéis e 4 pensões.

No ano de 1957, foram registrados, na Prefeitura Municipal, 234 veículos motorizados, sendo 77 automóveis e 157 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Além de 5 médicos, 6 dentistas e 7 farmacêuticos residentes na sede do município, onde exercem sua profissão, existem os seguintes estabelecimentos de assistência médico-sanitária e em geral: Hospital Dom Geraldo, particular; Hospital Nossa Senhora da Saúde, mantido pela Prefeitura Municipal; Pôsto de Puericultura, mantido pela Legião Brasileira de Assistência; e Pôsto de Higiene, da Secretaria de Saúde do Govêrno Estadual. Funcionam na cidade 7 farmácias.

Igreja-Matriz Municipal

Ginásio Estadual

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Exceto o Hospital Dom Geraldo, os demais estabelecimentos de saúde proporcionam serviços de assistência social à população.

ALFABETIZAÇÃO — Santo Antônio da Platina contava 20 901 habitantes de 5 anos e mais, em 1950, segundo divulgou o Recenseamento Geral do Brasil levado a efeito naquele ano. Dêsse total, 7 947 sabiam ler e escrever, sendo 4 938 homens e 3 009 mulheres. Na sede municipal, das 3 989 pessoas naquelas idades, 2 887 eram alfabetizadas (1 526 homens e 1 361 mulheres).

Ensino — Funcionaram no município, em 1956, 38 unidades de ensino primário fundamental comum, com um total de 2 265 alunos matriculados. Uma Escola Técnica de Comércio e um ginásio, com escola normal secundária anexa, constituem o ensino extraprimário que é ministrado na sede do município.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Na sede municipal funciona o cine Palace Platinense, com 1 100 lugares, tendo levado a efeito, em 1956, 402 exibições cinematográficas, a que estiveram presentes 68 880 espectadores.

Acha-se localizada no município a Radioemissora Platinense, instalada em 1953, transmitindo na freqüência de 780 quilociclos, prefixo ZYS-29.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950......	2 044	...	1 966	1 344	2 463
1951......	2 981	...	2 199	1 311	2 226
1952......	4 344	...	2 527	1 647	2 250
1953......	4 936	9 342	3 174	1 850	3 468
1954......	7 955	14 030	3 571	2 018	4 252
1955......	7 676	14 803	5 745	2 377	6 298
1956......	7 739	16 917	6 945	2 835	9 824
1957......	...	...	10 965	3 137	10 965

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E EFEMÉRIDES — As principais manifestações realizadas no município são de caráter religioso. A festa de maior destaque é a que se realiza em honra de Santo Antônio, padroeiro do lugar, no período de 4 a 13 de junho. Seguem-se as festas de São Sebastião, a 20 de janeiro, a de São Benedito, a 26 de abril,

a de São João, a 24 de junho, a de São Pedro, a 29 de junho, a de Nossa Senhora Aparecida, a 7 de setembro e a da Imaculada Conceição, a 8 de dezembro.

O município comemora o dia da Pátria — 7 de setembro — e bem assim o dia 24 de maio, data consagrada ao aniversário de instalação da comarca.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A suposta existência de jazidas de "platina" na região originou o nome atual, que primitivamente fôra apenas Santo Antônio. Seus habitantes são conhecidos pela designação habitual de platinenses. É sede de comarca de 3.ª entrância do Paraná e compreende os distritos judiciários de: Santo Antônio da Platina, Conselheiro Zácarias e Monte Real. As autoridades representativas do município atualmente são: Prefeito Municipal — Sr. Arnolfo Alves; Vereadores — Sr. Dr. Alício D. Reis; Rubens Alves, Luiz G. Mascarenhas, Dr. Benedito C. da Silveira, Dr. Américo Giovannetti, Dr. Paulo Patriani, João da S. Machado, Antônio A. Negrão, José A. Pereira e Nadir Guedes de Moura.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Paraná.

SANTO INÁCIO — PR

Mapa Municipal no 12.º Vol.

HISTÓRICO — Recordação longínqua de um passado glorioso, o atual município de Santo Inácio evoca, na ebulição e burburinho dos dias presentes, a sublimidade e grandeza da obra civilizadora realizada pelos missionários da Companhia de Jesus, por ordem do rei de Castela, no início da segunda metade do século XVI, cujo palco principal foi a região circunscrita nas bacias dos rios Paranapanema, Ivaí, Tibagi, Piquiri e Paraná, integrante da então província paraguaia de Guaíra, mais tarde província e hoje Estado do Paraná.

De fato, entre as 13 "reduções" fundadas pelos Padres Jesuítas castelhanos, onde, desde 1554, já existiam as povoações oficiais espanholas de Ontiveros, Ciudad Real del Guaira e Vila Rica do Espírito Santo, encontramos a redução de Santo Inácio Mini, localizada à esquerda do rio Santo Antônio afluente do Paranapanema, e a de Nossa Senhora de Loreto, capital da Missão Jesuíta em Guaíra, fundada em 1610, junto à foz do Pirapó, no Paranapanema.

Foi aí que Montoya escreveu, em 1613, a "Arte y Vocabulário de la Lengua Guarani", que serviu aos missionários para se entenderem com os povos indígenas que dominavam a região, e que foi, talvez, o primeiro livro escrito e impresso em terras da América.

Reza a tradição que o padre Simão Macetta, da Ordem de Santo Inácio de Loyola, acompanhado de outros Jesuítas, vindos do Paraguai, penetraram os sertões da província de Guaíra, às margens do Paranapanema, com o propósito de visitarem os "pueblos" já existentes na região.

Numa tarde cálida do sertão, depois de exaustiva caminhada pela floresta virgem, a caravana se encontrava na embocadura dos rios Pirapó e Paranapanema, onde se decidiu acampar.

Edifício da Prefeitura Municipal

Enquanto seus piedosos companheiros promoviam os preparativos da primeira refeição do dia, padre Simão, que era excelente violinista, aguardando o instante do recolhimento e da oração, tirava acordes sonoros do seu instrumento, e, à proporção que a música se elevava em volume e harmonia, os habitantes das selvas, os bravos tucutis, como que hipnotizados pelo espetáculo da música, movidos pela sua natural curiosidade e sentimentos, se aglomeravam ao redor do artista, empolgados pela cena inédita que ali se desenrolava.

Dêsse espetáculo, os Jesuítas que, na realidade penetravam os sertões, com o escopo catequista, não deixaram de tirar imediato proveito para incontinenti organizar e fundar um novo "pueblo", ou seja, a primeira "redução" da Companhia de Jesus.

Naqueles recuados tempos de nossa história, eram senhores absolutos e soberanos destas plagas os destemidos chefes guerreiros "Sondá" e "Tambu Gravitin", os quais, ao terem conhecimento da ocorrência, procuraram entrar em contato com os ministros de Deus, para asseverar-lhes, em tom amistoso, porém, enérgico: *Co ivi oguerecó yara* — — "esta terra tem dono" repetindo o histórico lema do grande e temível cacique Gaiuracá.

Inteligentes e hospitaleiros, os bravos chefes índios, não deixaram, contudo, de acolher a idéia do padre Simão Macetta, propondo-se a auxiliá-lo, na medida do possível, para a fundação da redução jesuíta idealizada por aquêle missionário.

Assim, removido o único empecilho que poderia entravar a concretização da idéia, surgiu, no mesmo local, onde se operou o "milagre do violinista", a Redução de Nossa Senhora de Loreto, tendo sido, mais tarde mudada sua denominação para "Santo Inácio Mayor".

Decorridos alguns anos, o padre Lorenzo de Lorenzoni, no anseio de progresso que lhe animava o espírito realizador, fundou outra redução, a que deu a denominação de "Redução de Santo Inácio Mini" que, como a primeira, ficou situada às margens históricas do rio Paranapanema.

Santo Inácio Mini se desenvolveu com extraordinária intensidade, conseguindo, em pouco tempo, sobrepujar sua congênere "Mayor", de vez que os índios da nação tucuti preferiram erguer as suas malocas em tôrno da redução "Menor" (Mini). Assim, em 1608, quando D. Hernandes, vice-rei de Espanha, visitou seu cunhado, padre Mário, administrador da redução, encontrou Santo Inácio Mini em fran-

Vista da Rua Doze

ca ascendência, dispondo de uma população de mais de cem mil almas, ao passo que Santo Inácio Maior contava com apenas quinze mil habitantes.

Tudo corria tranqüilamente, quando motivos políticos puseram espanhóis e portuguêses em luta aberta, em todos os pontos em que êsses dois povos procuravam estabelecer-se. Os bandeirantes Antonio Rapôso Tavares e Manoel Preto, à frente de poderoso exército, arregimentado no interior da capitania de São Paulo, resolveram invadir a província de Guaíra e expulsar os castelhanos de suas posses.

Sob o fragor da luta e a violência dos combates que então se travaram, desapareceram, totalmente destruídas, as cidades de Vila Rica do Espírito Santo, Ontiveros e Ciudad Real del Guaira e as 13 reduções, retirando-se, penosamente, os missionários e índios aldeados, sobreviventes, para nunca mais voltarem.

"Foi um dia de juizo — diz o historiador Padre Montoya, na ocasião residente em Santo Inácio Mini — o abandono dessa redução. Foram lançadas às águas revoltas e encachoeiradas do rio Paranapanema mais de três mil canoas índias, para transportarem os refugiados. A maioria delas naufragou-se ao transpor as temíveis corredeiras daquêle rio. Após penosíssima viagem inçada das mais terríveis provocações, chegaram os remanescentes da retirada ao baixo Paraná, dali se transportando às regiões do Tapes, no Rio Grande do Sul".

Assim ficou abandonada a êrma e imensa Redução de Santo Inácio, bem como tôdas as demais reduções e "pueblos" castelhanos erguidos na bacia do Paranapanema e na mesopotâmia do Piquiri-Ivaí, cujos domínios se estendiam do Paranapanema às margens barrentas do rio Paraná, ao ocidente da extinta província paraguaia de Guaíra.

De Santo Inácio Mini, como das demais reduções e cidades castelhanas, ficaram apenas alguns vestígios e as ruínas, no coração do sertão, reveladoras de um passado longínquo e grandioso.

Em nossos dias, lá pelo ano dè 1924, Dr. Manuel Firmino de Almeida, engenheiro civil, natural da Bahia, requereu e obteve do Govêrno do Estado do Paraná a concessão de uma gleba de 50 000 hectares de terras devolutas, pertencentes ao patrimônio do Estado, dentro das quais se encontravam as ruínas da histórica Redução de Santo Inácio Mini.

Os trabalhos de medição, demarcação e levantamento topográfico da gleba foram efetuados pelo próprio engenheiro concessionário, que deu ao patrimônio a denominação de Colônia Zacarias de Goes, em homenagem ao primeiro Presidente da Província do Paraná, o ilustre baiano, Conselheiro Zacarias Goes de Vasconcellos.

Fundou, assim, o engenheiro civil Manoel Firmino de Almeida o marco inicial da colonização desta região, depois de um longo interregno de mais de três séculos, surgindo, em conseqüência, o primeiro núcleo desbravador no quadrante geográfico que integrou o território da antiga província de Guaíra e das reduções jesuíticas, imortais e redivivas.

Da zona da Alta Sorocabana, no Estado de São Paulo, vieram então os pioneiros dessa obra grandiosa: Ovídio Pereira da Silva, Pedro Pinto de Andrade, João Ferreira Pinto, Max Hermann, Oswaldo Rocha Freitas Neiva, Haroldo Rocha Freitas Neiva e outros seus irmãos, além de muitos que seria ocioso enumerar neste bosquejo histórico.

Na conformidade dos têrmos do contrato de concessão, firmado entre o Govêrno do Paraná e o Dr. Manoel Firmino de Almeida, surgiu o povoado de Santo Inácio, denominação dada pelo seu fundador, como recordação da antiga Redução de Santo Inácio Mini, cujas ruínas estão situadas a poucos quilômetros de distância da atual cidade de Santo Inácio.

Paralelos ao desbravamento do solo fértil e ubérrimo, foram surgindo os cafezais, as pastagens e as diversas cul turas de cereais, que trouxeram a prosperidade, o progresso e o bem-estar à nova geração de bandeirantes modernos ali estabelecidos.

Com o desmembramento do município de Sertanópolis, em 1948, a que pertencia, anteriormente, ficou a nova Colônia juridicamente subordinada ao município e comarca de Jaguapitã, recém-criada, tendo o povoado de Santo Inácio, sido nesse mesmo ato, elevado à categoria de vila e distrito, com a denominação de Distrito de Redução de Santo Inácio.

Pela Lei estadual n.º 790, de 14 de novembro de 1951, foi elevado à categoria de município, com a denominação atual de Santo Inácio, procedendo-se a sua instalação a 14 de dezembro do mesmo ano.

Antes, porém, no dia 9 de novembro, realizaram-se as eleições para escolha das primeiras autoridades constituídas da nova comuna, tendo saído eleitos: Prefeito Municipal — Sr. Ilto Ferreira Coutinho, e vereadores os seguintes cidadãos: Olympio Vieira da Silva, Santiago Pereira Moura, José Gregório de Oliveira, Américo Vitorino, José do Livra-

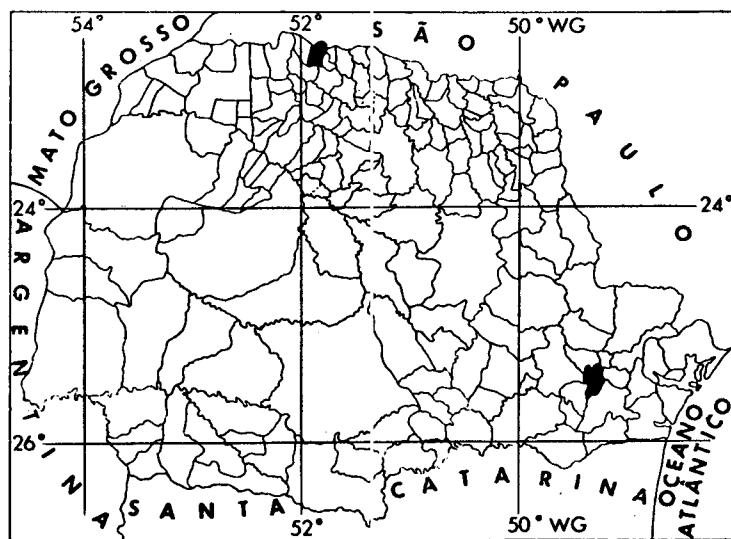
Grupo Escolar de Santo Inácio

mento Filho, Oswaldo Rocha Freitas Neiva, José Siqueira Sobrinho, Joaquim Alves Correia e Adelino Santos Pinaffi.

A posse do primeiro Prefeito Municipal e dos membros da primeira Câmara de Vereadores verificou-se a 14 de novembro de 1952, na ocasião das solenidades de instalação do município de Santo Inácio.

Administrativamente o município se compunha dos distritos da sede municipal e Itaguajé, além de dois povoados — Santa Inez e Imbiacaba.

Dois anos depois, já em 1954, em virtude da Lei estadual n.º 253, de 26 de novembro daquele ano, Santo Inácio sofria o primeiro desmembramento, com a criação do município de Itaguajé.

LOCALIZAÇÃO — As coordenadas geográficas de 2° 43' de latitude Sul e 51° 45' de longitude W.Gr. determinam a posição da sede municipal de Santo Inácio. O município encontra-se na Zona Fisiográfica do Norte, limitando ao norte com o Estado de São Paulo; ao sul, com os municípios de Colorado e Guaraci; a oeste, com o município de Itaguajé; e a leste, com os municípios de Lupionópolis e Cafeara.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede do município de Santo Inácio encontra-se a uma altitude de 410 metros.

CLIMA — O município de Santo Inácio possui clima quente e saudável. As temperaturas observadas no ano de 1957 foram 30°C para a média das máximas, 18°C, a das mínimas e 24°C, a compensada.

ÁREA — Compreende o município uma área de 300 quilômetros quadrados.

RIQUEZAS NATURAIS — A madeira e a argila são as riquezas naturais mais destacadas do município.

POPULAÇÃO — Pelo Censo de 1950, o município (então distrito de Jaguapitã e denominado Redução de Santo Inácio) era habitado por 10 910 pessoas, sendo 5 875 homens e 5 035 mulheres. A densidade demográfica era 16 habitantes por quilômetro quadrado e 90% da população concentravam-se no quadro rural. Em 1954, foi desmembrada do seu território uma área destinada à formação do atual município de Itaguajé.

Aglomerações urbanas — A cidade de Santo Inácio constitui a única aglomeração urbana do município, com uma

Banco Agro-Pecuário de Santo Inácio — Soc. Coop. de Resp. Lt.da

população de 1 095 habitantes (579 homens e 516 mulheres), segundo o resultado do Recenseamento Geral do Brasil de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A principal fonte de renda do município se concentrava na agricultura, predominando nesta o cultivo do café.

A produção agrícola em 1956 apresentou os seguintes dados: café — Cr$ 228 000 000,00; algodão — .... Cr$ 21 840 000,00; arroz — Cr$ 2 783 000,00; milho — .. Cr$ 1 657 500,00; feijão — Cr$ 672 000,00; em menor escala a hortelã-pimenta, o amendoim, a mandioca e a cebola.

A produção pecuária apresenta índice considerável, havendo predominância dos rebanhos suíno e bovino. Em 1956 a exportação interestadual de suínos foi de .... Cr$ 1 534 730,00.

A indústria conta 18 estabelecimentos, 5 dos quais utilizam 5 ou mais operários. Explora os ramos "madeireiro", "cerâmica" e "produtos alimentares".

Fato digno de destaque foi a produção de óleo de hortelã-pimenta em 1956, sendo exportado, em cruzeiros, cêrca de 27 milhões.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem no município 54 estabelecimentos varejistas e 2 estabelecimentos bancários (1 matriz e 1 agência), que representam o comércio e crédito locais.

Mantém o município transação comercial com as praças de: Maringá, Londrina, Ponta Grossa, Curitiba e São Paulo (SP).

Pôsto de Puericultura

Câmara Municipal

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Santo Inácio possui rodovias que o ligam aos municípios de Cafeara — 15 km; Colorado — 22 km; Guaraci — 48 km; Itaguajé — 21 km; Lupionópolis — 20 km e Piràpòzinho (SP) — 60 km. Dista da Capital Estadual — 565 km; da Capital Federal — 1 154 km.

Há 1 campo de pouso utilizado por táxis-aéreos, sem haver contudo linhas regulares.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Santo Inácio conta 3 400 habitantes; 700 edificações urbanas das quais 680 servindo para fins residenciais. Possui 21 logradouros públicos (2 avenidas, 15 ruas e 4 praças), 3 hotéis e 1 pensão. No ano de 1957 foram registrados, na Prefeitura Municipal, 8 automóveis e 55 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Residem na cidade, onde exercem suas profissões e prestam assistência médico-sanitária à população do município, 1 médico, 1 dentista e 4 farmacêuticos. Na sede municipal, 1 pôsto de puericultura presta serviços de assistência médica em geral à população. Encontra-se na cidade 1 farmácia.

ALFABETIZAÇÃO — Quando da realização do Censo de 1950, existiam na sede do então distrito de Redução de Santo Inácio (atual município de Santo Inácio) 896 pessoas de 5 anos e mais, das quais 484 alfabetizadas, sendo 288 homens e 196 mulheres.

ENSINO — Nove unidades escolares do ensino primário fundamental comum ministraram, em 1956, instrução a um total de 488 alunos. Na sede municipal, acha-se em funcionamento 1 curso normal regional.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Está localizado na cidade o cine Progresso, com 427 lugares. Ainda na sede municipal funciona 1 livraria.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1951......	—	2 471	—	—	—
1952......	—	4 152	—	—	—
1953......	...	5 609	1 517	1 050	1 494
1954......	...	8 407	1 949	1 315	1 939
1955......	...	9 537	2 157	1 278	2 089
1956......	...	8 857	2 500	1 515	2 500

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — O povo do município comemora solenemente a festa de Santo Inácio, seu padroeiro, no dia 31 de julho. Bastante animada, com foguetório, leilão e quermesses, além dos atos religiosos, é a principal manifestação popular que ali se realiza durante o ano.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A denominação gentílica dos habitantes do município é santo-inacienses. O topônimo representa uma homenagem a Santo Inácio de Loiola, fundador da ordem dos Padres Jesuítas. Santo Inácio é distrito subordinado à comarca de Jaguapitã. Na sede existe um Juiz de Paz e um cartório do Registro Civil e anexos.

É atual Prefeito Municipal de Santo Inácio o Sr. Erasmo Correa Lima; são vereadores os Srs. Aroldo Cordeiro, Francisco Michiutti, Angelo Gazineu, Oswaldo R. Freitas Neiva, Newton de Souza, Ciro Mateus, José Siqueira Sobrinho, Agnelo José Almeida e Ilto F. Coutinho.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Paraná.

SÃO CARLOS DO IVAÍ — PR

Mapa Municipal no 12.º Vol.

HISTÓRICO — A conquista pacífica da região situada na vasta bacia dos rios Paranapanema, Tibagi, Pirapó e Ivaí, da antiga Província paraguaia de Guaíra, constituiu motivos de estudos e planos do rei de Espanha, logo após a assinatura do Tratado de Tordesilhas que demarcou a linha meridiana das terras em litígio pelas Coroas de Portugal e Espanha. Fixado o Meridiano, o Govêrno espanhol determinou as primeiras medidas necessárias à conquista das terras que, por direito, lhe deveriam pertencer. Assim, em 1954, já existiam na província de Guaíra (Paraná) as povoações oficiais espanholas de Ontiveros, Ciudad Real del Guaira e Vila Rica do Espírito Santo, além de treze aldeamentos de índios, conhecidos pelas denominações de "reduções", fundadas e administradas pelos Padres da Companhia de Jesus. Dessas reduções foram fundadas, às margens do rio Ivaí ou de seus afluentes, as de Santo Antônio, São Tomé, Los Angeles, São Paulo e Jesus Maria. Nelas os missionários espanhóis desenvolveram o seu apostolado, pelo espaço de mais de setenta anos, até que, em 1 629, as cidades e reduções castelhanas foram totalmente destruídas pelas bandeiras paulistas de Manoel Preto e Raposo Tavares, que reconquistaram o território para a Coroa portuguêsa e, conseqüentemente, para o Brasil e para o Paraná. Foi essa a primeira tentativa malograda de catequização do indígena, de conquista da terra e de dominação do aborígine. Depois a região caiu no esquecimento e no abandono, visitada, apenas, de vez em quando, pelos bandeirantes, nas suas "entradas" através do sertão do Ivaí e adjacências.

Sòmente muitos séculos mais tarde foi que a colonização da imensa região voltou a ser objeto de estudos, de planos e de novas investigações, época em que os selvagens já haviam desaparecido virtualmente das terras de que por longos anos foram os únicos donatários. Essa obra de desbravamento e colonização da extensa região conhecida pelo nome de Norte do Paraná encontrou em Manoel Ribas, quando Interventor Federal no Estado, grande e en-

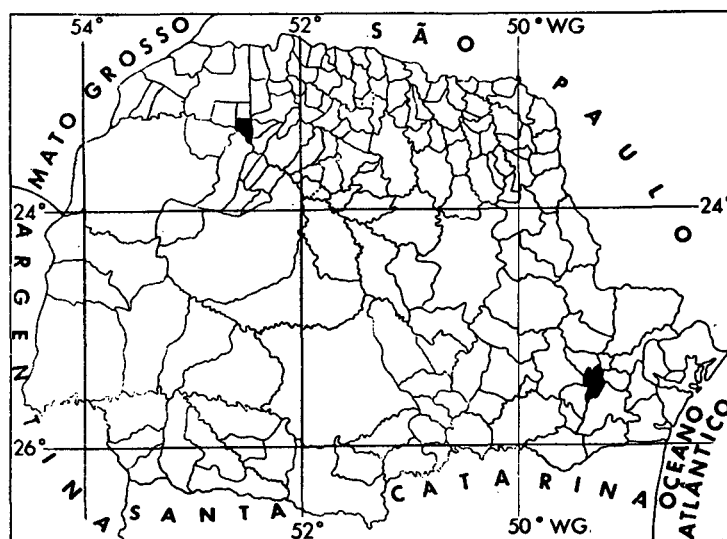
tusiasta incentivador, que dirigiu um caloroso apêlo aos fazendeiros e pecuaristas do Paraná, no sentido de voltarem as suas vistas para aquela zona. Isso se deu em 1944. Atendendo a êsse apêlo, o Dr. Silas Pioli, engenheiro civil e homem de grandes iniciativas, requereu ao Govêrno do Estado a concessão de uma área de 2 000 hectares de terras, com o objetivo de transformá-la numa fazenda mista de criação de gado e plantação de café. Já em 1946 Silas Pioli havia plantado uma área de oitenta alqueires de terras em pastagens e aberto uma rodovia desde o final da Estrada Paranhos até o ribeiro Anhumaí ou Capelinha, à margem da qual formou a primeira cultura de pastagem artificial. O Dr. Silas Pioli era construtor em Curitiba e desejava, como homem de iniciativa, dedicar-se a outras atividades. Atendendo ao apêlo de Manoel Ribas, tendo sido beneficiado com a concessão de 2 000 hectares de terras fertilíssimas, na prodigiosa região do Norte do Paraná, deu início à abertura de estradas, à cultura do café e à criação de gado, em pequena escala. Notou, entretanto, que a área que lhe fôra concedida era demasiado grande para os seus recursos, pois que havia invertido somas elevadas e lutava com a falta de braços e com a pouca experiência nas novas atividades. Decidiu então promover o loteamento da Fazenda São Carlos do Ivaí, de sua propriedade, situada no interior do município de Mandaguari. Daí a idéia de formar um patrimônio, com a demarcação e planejamento da futura cidade de São Carlos do Ivaí. A venda rápida dos primeiros lotes, as dificuldades ambientes vencidas, a falta de meios de abastecimento e subsistência dominada contribuíram para que Silas Pioli transformasse a sua gleba em rico e próspero patrimônio e, dêste, evolvesse para a fundação de uma cidade.

Em 1949, após haverem sido tituladas as terras, a idéia da fundação de uma cidade já estava concretizada, de acôrdo com o projeto do engenheiro, seu idealizador, tendo sido demarcada uma área de 2 500 000 metros quadrados para o seu perímetro urbano. Por volta do ano de 1950 chegaram a São Carlos do Ivaí os primeiros compradores de "datas", onde já se encontravam os velhos posseiros: Pedro Roque, os Albanos, Antônio Mathias, Jão Pojto e o velho Porfírio, que foram os primeiros a penetrar a região através da picada aberta pelos agrimensores de Silas Pioli. Foram os pioneiros de uma grandiosa obra os que primeiro vieram para permitir aos que chegassem depois maiores facilidades e confortos, encontrando a floresta já em início de desbravamento. Com essa gente foi aberta, em 1951, a primeira rua e construída meia dúzia de casas de madeira no perímetro urbano do patrimônio, futura cidade de São Carlos do Ivaí. Nessas casas, Batista Bego, Segismundo Iguacewski, Alípio Rodrigues e Waldomiro Roda estabeleceram as primeiras casas comerciais. Já nessa época, Ginez Serrano e João Pinto possuíam armazéns nas cercanias da futura cidade.

A excelência das terras roxas do Norte do Paraná contribuíram, de maneira notável, para o desenvolvimento do patrimônio. Fazendas de café e imensas plantações de cereais surgiram ao derredor da povoação, formando vasto e rico "cinturão verde" que garantia e assegurava a estabilidade do centro urbano então nascente. Em 1953 as grandes geadas formadas na região setentrional do Paraná arrefeceram temporàriamente o entusiasmo dos colonos, mas um ano depois já se reiniciava, com novo vigor, a febre do plantio e, em 1955, ao ser o patrimônio de São Carlos do Ivaí elevado à categoria de distrito administrativo, já se encontravam em formação nada menos de cinco milhões de pés de café.

Pela Lei estadual n.º 2 565, de 24 de janeiro, um ano após a criação do distrito, São Carlos do Ivaí era elevado à categoria de município autônomo, desmembrado dos territórios das novas comunidades de Paraíso do Norte e Tamboara. Ao proceder-se a sua instalação oficial, pouco tempo depois, foi empossado o primeiro Prefeito Municipal, Senhor Waldomiro Roda, instalada a respectiva Câmara de Vereadores e investidas as demais autoridades municipais.

Realizou-se, assim, o grande sonho do Dr. Silas Pioli, novo bandeirante do progresso e do engrandecimento, que, atendendo ao apêlo de Manoel Ribas, conseguiu erigir às margens históricas do Ivaí um grande centro populacional, novo marco de civilização — a cidade de São Carlos do Ivaí.

LOCALIZAÇÃO — O município está situado na Zona Fisiográfica do Ivaí, localizando-se a cidade na posição geográfica de coordenadas 23° 18' de latitude Sul e 52° 26' de longitude W.Gr. Limita-se ao norte com Tamboara, a leste com Paraíso do Norte, ao sul com Cianorte, a leste com Florai e Nova Esperança.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 400 metros na sede.

CLIMA — Possui o município clima quente e sêco. As temperaturas se elevam nos meses de outubro a março; baixam, tornando-se frescas e agradáveis, no inverno. No ano de 1957, as médias observadas foram 35°C para as máximas, 15°C para as mínimas e 25°C para a compensada.

ÁREA — Corresponde a 233 quilômetros quadrados.

RIQUEZAS NATURAIS — As reservas florestais e a argila representam as riquezas naturais da comuna.

POPULAÇÃO — Por ocasião do Recenseamento Geral de 1950, o atual território do município de São Carlos do Ivaí pertencia ao então distrito de Paranavaí (hoje município) e êste, por sua vez, fazia parte do município de Mandaguari.

Aglomeração urbana — A cidade de São Carlos do Ivaí constitui a única aglomeração urbana do município, com uma população aproximada de 1 400 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — É de base essencialmente agrícola a economia local, havendo a predominância do café sôbre as demais culturas, contando o município com cêrca de 10 milhões de pés, 40% dos quais deverão produzir a primeira colheita em 1958. Em importância seguem-lhe as culturas seguintes: arroz, milho, algodão, feijão e trigo. A pecuária encontra-se em fase de incremento, representando apreciável significação econômica.

A indústria concentra suas atividades nos ramos "extrativo vegetal" (80% do total) e de "produtos alimentares". em 1956 a exportação de produtos agrícolas e industriais alcançou a cifra de Cr$ 1 091 076,00.

COMÉRCIO E BANCOS — Funcionam no município 35 estabelecimentos varejistas, 3 atacadistas e uma agência bancária. O comércio local mantém intercâmbio de produtos agrícolas e mercadorias com as praças de Maringá, Londrina e São Paulo (SP), onde vende sua produção e adquire os artigos e gêneros necessários ao seu consumo.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Através de rodovias São Carlos do Ivaí liga-se aos municípios de Nova Esperança — 63 km; Rondon — 51 km; Tamboara — 13 km; Paraíso do Norte — 26 km; Florai — 21 km; Cianorte — 57 km; e São Jorge — 47 km.

No município existe o Pôrto São Carlos do Ivaí, utilizado por balsas e pequenas embarcações, ligando-o a Cianorte, Cruzeiro do Norte e outras localidades às margens do rio Ivaí.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de São Carlos do Ivaí, de fundação recente, conta com 1 400 habitantes, cêrca de 300 edificações domiciliares. Existem, ali, 2 hotéis e uma livraria. Em 1957 foram registrados na Prefeitura Municipal, para efeito de emplacamento, 3 automóveis e 12 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Dois dentistas e 2 farmacêuticos prestam ao povo do município tôda a assistência médico-sanitária e em geral de que êste necessita.

ENSINO — Em 1956 funcionou no município uma unidade escolar do ensino primário fundamental comum, com a matrícula efetiva de 40 alunos.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1954......	—	1 144	—	—	—
1955......	—	691	—	—	—
1956......	—	749	—	—	—

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — A principal manifestação popular que se realiza no município é de caráter religioso e diz respeito à comemoração do dia de São Judas Tadeu, padroeiro local. Festejam-se ainda a passagem do Ano, Noite de Natal e a Páscoa.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O topônimo adveio da Fazenda São Carlos do Ivaí, primeiro núcleo populacional do território, em cujas proximidades está situada sua sede. Os naturais do município são chamados são-carlenses. A formação judiciária é a de distrito subordinado à comarca de Paranavaí. Na sede encontram-se um Juiz de Paz e um Cartório do Registro Civil e anexos. O Prefeito Municipal é o Senhor Waldemiro Roda. São Vereadores os Senhores Reinaldo Tessaro, Máximo C. de Freitas, João Gonçalves Labor, Ettore Primon, João Francisco Peixoto, Domingos G. Dias, David Canassa, Hélio Cacariotti e João Borvino.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Paraná.

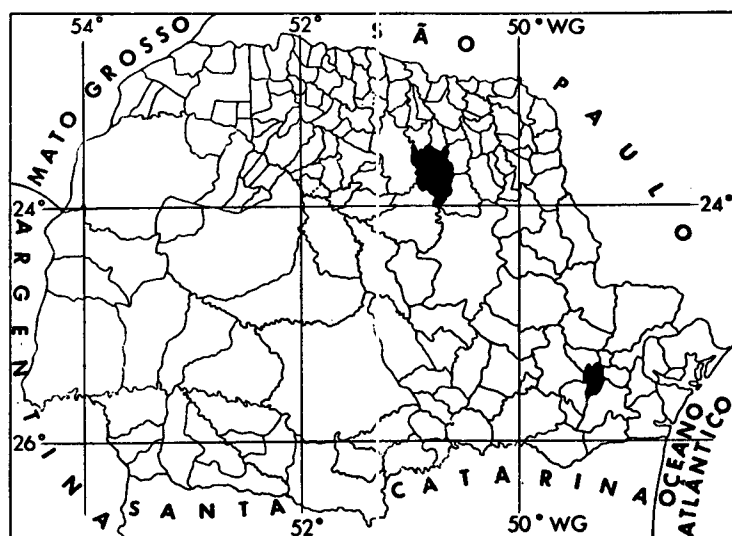
SÃO JERÔNIMO DA SERRA — PR

Mapa Municipal no 12.º Vol.

HISTÓRICO — A colonização dos sertões do Jataí, onde hoje se localiza o município de São Jerônimo da Serra, teve origem na abertura de uma picada que o Barão de Antonina mandou fazer, a fim de facilitar o transporte para Mato Grosso pelas vias fluviais Tibagi—Paranapanema—Ivinheima—Brilhante. Essa picada, que se desenvolveu pelos fundos do Campo da Lagoa, foi ter à margem direita do Tibagi, no lugar denominado Jataí. A expedição realizadora dêsse feito era comandada pelo bravo sertanista Joaquim Francisco Lopes e dela faziam parte os missionários Capuchinhos Frei Timóteo de Castelnuovo e Frei Luiz de Cemitille. No lugar denominado Jataí a expedição estabeleceu-se. Ali foi localizada a sede da Colônia Militar do Jataí, criada por influência do Barão de Antonina, pelo Decreto n. 751, de 2 de janeiro de 1851. A sede dêsse primeiro estabelecimento pertence hoje ao município de Jataìzinho. Dali os expedicionários subiram o rio Tibagi até a foz do São Jerônimo, margeando êste acima, até sua cabeceira, de onde rumaram pelo divisor das águas São Jerônimo—Tibagi até as margens do ribeiro conhecido atualmente pela denominação de Tigre, onde iniciaram a formação do aldeamento indígena de São Jerônimo.

A região era habitada pelos índios Caingangues, e, para incentivar o serviço de catequização do aborígine, o Govêrno Imperial enviou a expedição àqueles sertões, destinada a colaborar com o Serviço de Proteção aos Índios e localizar trabalhadores nacionais no Paraná. O pequeno povoado que mais tarde receberia a denominação de aldeamento de São Tomás de Papanduva foi instalado em março de 1954 sob a direção do sertanista Joaquim Francisco Lopes, chefe da expedição destinada a catequizar os selvagens da região. Em 1867, Joaquim Francisco Lopes foi substituído na direção do aldeamento de São Jerônimo por Frei Luiz de Cemitille, que mais tarde recebeu ordens oficiais do Barão de Antonina para fundação e organização do referido aldeamento. Em 1870 Frei Luiz de Cemitille fêz erigir uma pequena capela sob a invocação de São Jerônimo, padroeiro do aldeamento. Daí por diante ficou sendo conhecido por aldeamento de São Jerônimo. Situado no antigo caminho que ligava a Colônia Militar do Jataí à capital do Estado, foi aos poucos sendo conhecido por viajantes e forasteiros que por ali passavam, muitos dos quais fixaram residência, formando-se, assim, um pequeno arraial. Em vista disso, e graças ao grande desenvolvimento da povoação, o aldeamento de São Jerônimo foi recebendo sempre mais e novos

contingentes de elementos civilizados, que muito contribuíram para o seu progresso. Finalmente, graças à iniciativa e aos esforços de Deolindo Corrêa de Mello, o aldeamento indígena de São Jerônimo foi elevado à categoria de município, desmembrado do antigo município de Tibagi, pela Lei n.º 1 918, de 23 de fevereiro de 1920. Em 1929 foi criado o têrmo judiciário de São Jerônimo. A 30 de dezembro de 1943 foram desmembrados do município de São Jerônimo os distritos de Jataí, Pirianito (Uraí) e Assaí. A 19 de abril do mesmo ano, foi criada a comarca de São Jerônimo, instalada solenemente pelo Dr. Joaquim de Oliveira Sobrinho, Juiz substituto de Morretes, com a presença do Senhor Flávio Maria Sobrinho, Prefeito Municipal, diversas outras autoridades e grande massa popular. O município de São Jerônimo contava com uma vasta extensão territorial e compreendia as áreas dos atuais municípios de Uraí, Jataìzinho, Assaí, Congonhinhas e Curiúva (ex-Caeté). Na administração do major José Schelleder, Prefeito nomeado pelo Interventor do Estado, a comuna deixou de ser cabeça de comarca. Esta foi transferida para Assaí, tendo sido o município, inclusive, mais tarde, rebaixado à condição de distrito do município de Congonhinhas. Pela Lei estadual n.º 2, de 10 de outubro de 1947, foi restabelecido o município, passando a denominar-se Araiporanga. A 8 de fevereiro de 1949, foi novamente criada a comarca de Araiporanga. Na última divisão territorial do Estado, o nome do município passou a ser São Jerônimo da Serra.

LOCALIZAÇÃO — A posição determinada pelas coordenadas geográficas de 23° 44' de latitude Sul e 50° 40' de longitude W.Gr. localiza a sede municipal de São Jerônimo da Serra. Situa-se o município na Zona Fisiográfica de Tibagi. Limita-se ao norte com os municípios de Assaí e Amoreira, ao sul com os de Ortigueira e Curiúva, a oeste com o município de Londrina e a leste com os municípios de Congonhinhas e Curiúva.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal de São Jerônimo da Serra encontra-se a uma altitude de 920 metros.

CLIMA — Clima temperado predomina no município. As temperaturas médias registradas no ano de 1956 foram de 27°C para as máximas, 12°C para as mínimas e 20°C para a compensada.

ÁREA — Compreende o município uma área de 1 456 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município é cortado por uma vasta rêde fluvial, destacando-se os rios Tibagi, Congonhas, São Jerônimo e Tigre. É de importância, também, o salto do rio Tigre, no rio do mesmo nome, com a altura de 94 metros e a potência calculada em 1 000 H.P.; a serra da Esperança, com aproximadamente 1 200 metros de altitude, e o morro do Taff.

POPULAÇÃO — Em 1950, o município de São Jerônimo da Serra, então denominado Araiporanga, era habitado por 12 698 pessoas (segundo o VI Recenseamento Geral do Brasil, levado a efeito naquele ano), com as seguintes constituições: *segundo o sexo*: 6 583 homens e 6 115 mulheres; *segundo a nacionalidade* — 12 309 brasileiros natos, 5 brasileiros naturalizados, 382 estrangeiros e 2 sem declaração de nacionalidade; *segundo a côr*: 9 773 brancos, 359 pretos, 797 amarelos e 1 726 pardos; *segundo a religião*: 11 138 católicos apostólicos romanos, 792 protestantes, 79 espíritas, 550 de outras religiões, 117 sem religião e 22 sem religião declarada; *segundo o estado civil*: das 6 471 pessoas de 15 anos e mais, 1 791 declararam-se solteiras, 4 362 casadas e 294 viúvas. A densidade demográfica correspondia a 8 habitantes por quilômetro quadrado, sendo que 96% da população estavam concentrados no quadro rural.

Aglomerações urbanas — A cidade de São Jerônimo da Serra e a vila de Santa Cecília do Pavão constituem as aglomerações urbanas do município. A primeira, com 473 habitantes: 244 homens e 229 mulheres, segundo o Censo de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município tem na agricultura sua principal fonte de economia, vindo em primeiro plano a cultura do café, algodão e cereais em geral. A produção agrícola para 1956 apresentou os seguintes valores: café — Cr$ 4 532 000,00; milho — .... Cr$ 92 250 000,00; feijão — Cr$ 54 840 000,00; algodão — Cr$ 36 000 000,00; arroz — Cr$ 33 620 000,00. Com menor produção, a banana e a laranja. A exportação do município valeu, em 1956, Cr$ 11 828 686,00.

A indústria também colabora para a economia municipal, estando em funcionamento 14 estabelecimentos industriais; dêstes, 4 ocupam 5 ou mais funcionários em suas atividades. Os principais ramos são: indústria extrativa vegetal (serrarias) e extrativa mineral (olarias), seguindo-se o de produtos alimentares.

A pecuária tem uma participação satisfatória na renda local. O mais importante rebanho é o de suínos, cuja exportação, em 1956, foi de 32 000 cabeças, num valor de Cr$ 2 126 600,00.

Há em São Jerônimo da Serra cêrca de 7 milhões de pés de café em grande parte ainda sem produção (novos), razão pela qual a colheita ainda não atingiu sua quantidade máxima; a cultura do algodão abrange uma área aproximada de 3 100 alqueires de terra.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio e crédito locais são representados por seus 157 estabelecimentos varejistas, 5 atacadistas e uma agência bancária, a maioria situados no distrito-sede. O comércio mantém transação principalmente com as praças de Curitiba, Ponta Grossa, Londrina, Cornélio Procópio, Assaí, tôdas no Paraná; e Cândido Mota, Assis e São Paulo, no Estado dêste nome. Para essas loca-

lidades são exportados os produtos originários do município, recebendo em troca aquelas mercadorias que não possui e que são necessárias ao seu consumo.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Através de rodovias, o município liga-se a Assaí — 48 km; Amoreira — 34 km; Nova Fátima — 53 km; Congonhinhas — 48 km; Londrina — 96 km; Curiúva — 60 km; Tibagi — 120 km. Dista da capital do Estado 314 km por estrada de rodagem, e da capital Federal, 1 185 km, por idêntico meio de comunicação.

Na cidade funciona uma agência Postal do Departamento dos Correios e Telégrafos e duas estações radiotelegráficas do Govêrno Estadual.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de São Jerônimo da Serra possui a população de 1 000 habitantes aproximadamente e cêrca de 160 edificações, das quais 142 servem para fins residenciais. É servida de energia elétrica para iluminação pública e domiciliar. Existem, na cidade, 13 logradouros públicos, sendo 11 ruas e duas praças. Um serviço de água canalizada com 2 620 metros de rêde distribuidora abastece 141 prédios em 6 logradouros. Em 1956, foram emplacados 23 automóveis e 34 caminhões. Prestam os serviços de alimentação e de hospedagem 2 hotéis, havendo ainda um cinema, o Cine Zenith, com capacidade para 180 espectadores.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária é prestada à população do município por 1 médico e 1 farmacêutico, existindo, também na cidade, 1 Pôsto de Puericultura e 1 Pôsto de Higiene e, ainda, uma farmácia.

ALFABETIZAÇÃO — O município de São Jerônimo da Serra, quando da realização do Censo de 1950 (então denominado Araiporanga), contava 10 178 habitantes de 5 anos e mais, dos quais 2 504 sabiam ler e escrever: 1 696 homens e 808 mulheres. Das 403 pessoas de 5 anos e mais, existentes na sede municipal, 273 eram alfabetizadas, sendo 157 do sexo masculino e 116 do feminino.

Ensino — Em 1956, funcionaram no município 25 unidades do ensino primário fundamental comum, com a matrícula total de 1 085 alunos.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	...	686	290	245	405
1951	...	1 097	662	277	510
1952	...	1 254	713	318	592
1953	...	1 541	1 079	359	915
1954	...	1 589	997	363	1 451
1955	...	1 785	1 236	710	1 225
1956	217	2 531	2 556	1 251	2 556

MANIFESTAÇÃO RELIGIOSA — Tendo São Jerônimo como padroeiro, o município promove imponentes festejos em sua honra, no período de 22 a 30 de setembro, encerrando-se as solenidades com procissão, foguetório, quermesse e leilão. Tratando-se da principal manifestação popular do município, o povo acorre em massa à sua sede, para homenagear seu padroeiro.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A denominação São Jerônimo foi a primeira e a atual que tomou o município, dada por Frei Luiz Cemitille, quando da edificação da primeira capela do culto católico que tomou aquêle Santo por padroeiro, isto em 1880. Os habitantes locais recebem o nome de jeronimenses. O município é sede de comarca de primeira entrância, compreendendo os distritos judiciários de São Jerônimo da Serra, Santo Antônio do Pari, Santa Cecília do Pavão, Curiúva, Figueira e Sapopema. Na sede funcionam os Cartórios do Crime e Cível, bem como o do Registro Civil, êste também representado nas sedes distritais. O corpo eleitoral existente, conforme dados fornecidos em 1955, era de 9 215 cidadãos.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Paraná.

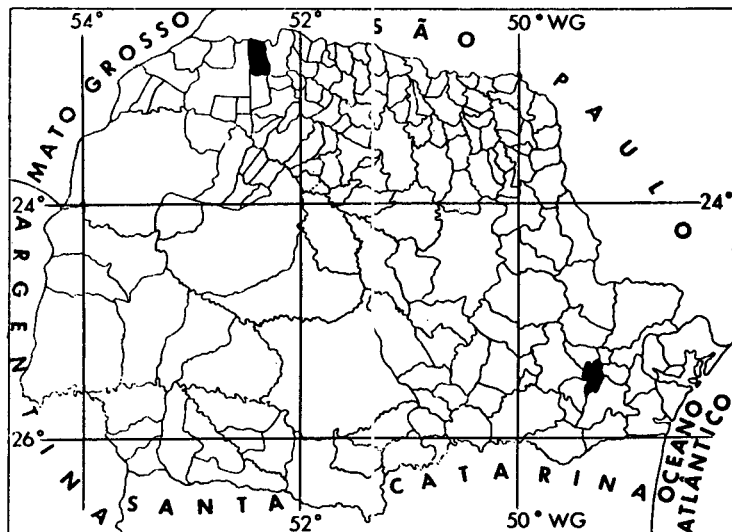
SÃO JOÃO DO CAIUÁ — PR

Mapa Municipal no 12.º Vol.

HISTÓRICO — A exemplo da quase totalidade das cidades localizadas na região fisiográfica do Norte do Paraná, a de São João do Caiuá teve origem num patrimônio planejado e formado pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, entidade privada a que se deve a colonização e povoamento da região. Tendo adquirido do Govêrno do Estado uma vasta área de terras no norte do Paraná, a referida Emprêsa imobiliária idealizou, planejou e realizou um dos mais avançados planos de colonização de que se tem notícia. Depois de haver fundado várias dezenas de grandes e importantes cidades e núcleos populacionais, desbravando e povoando o setentrião paranaense, que é de uma feracidade incomparável, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná mandou medir e demarcar a área onde surgiu o patrimônio São João. Isso foi em 1951. Procedida a derrubada das matas, a Companhia determinou que se fizesse a abertura de uma estrada até o rio Paranapanema, distante 25 quilômetros da sede do patrimônio. Logo após a demarcação do perímetro urbano da futura cidade, chegaram à localidade os seus primeiros habitantes: Pedro Adolfo Bruning que construiu o primeiro rancho ou casa de madeira, Domingos Beraldi, primeiro e atual Prefeito Municipal da comuna, e Justo Moya que, com Domingos Beraldi, foram os primeiros comerciantes da localidade. Posteriormente chegaram Jomé Vieira dos Santos, Sebastião Soares e Gumercindo Pereira. Ainda no ano de 1951 foi construída a primeira capelinha, com a área de 12 metros quadrados e sob a invocação de São João Batista. A primeira missa foi celebrada no dia 24 de junho de 1952.

Iniciou-se então uma fase de progresso e atividades que, sem interrupção e numa marcha ascensional, colocaram, em pouco tempo, São João entre os patrimônios e cidades mais evoluídos do norte do Paraná. Construiu-se uma pensão, um pôsto de gasolina e uma farmácia, que entraram desde logo em funcionamento sob a direção, respectivamente, dos Irmãos Barreto Ltda., Pedro Adolfo Bruning e Idalino Bertucci. Já em 1954, por inspiração dos fundadores e primeiros habitantes do patrimônio, iniciava-se a construção do Campo de Pouso. Discutiam os moradores a respeito da verdadeira denominação a ser dada à cidade, dentre as

quais entraram em cogitações as seguintes: São João do Paraíso, São João do Caiuá e São João dos Bandeirantes. Finalmente, organizou-se uma comissão para tratar do assunto. Essa comissão, composta dos Senhores Domingos Beraldi, Justo Moya, Pedro Adolfo Bruning e outros fundadores da cidade, escolheu, por maioria, o nome de São João do Paraíso. Entretanto, em virtude de já existir, no país, outra localidade com igual nome, ao ser discutida a criação do município, os membros da Assembléia Legislativa do Estado optaram pela denominação de São João do Caiuá, atendendo, outrossim, a sugestão do Sr. Domingos Beraldi, primeiro e atual Prefeito Municipal. Em 1953, por ato da Câmara Municipal de Nova Esperança, foi criado o distrito administrativo de São João do Caiuá e, em seguida, o distrito judiciário. Pela Lei estadual n.º 1 190, de 19 de agôsto de 1953, São João do Caiuá foi desmembrado do município de Nova Esperança, passando a fazer parte do território de Alto Paraná, criado pela mesma Lei. A Lei municipal n.º 13, de 13 de setembro de 1954, votada pela Câmara Municipal de Alto Paraná, criou (novamente) o distrito administrativo de São João do Caiuá. Finalmente, por fôrça da Lei n.º 253, de 26 de novembro de 1954, oriunda da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o distrito de São João do Caiuá foi elevado à categoria de município, desmembrado do de Alto Paraná. Sua instalação realizou-se em novembro de 1955, juntamente com a posse do primeiro Prefeito Municipal e dos membros da Câmara Municipal, eleitos, pouco antes, pelo povo do município.

LOCALIZAÇÃO — As coordenadas geográficas de 22° 52' de latitude Sul e 52° 20' de longitude W.Gr. determinam a posição da sede municipal de São João do Caiuá. Si-

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

tua-se o município na Zona Fisiográfica do Ivaí. Limita-se ao norte com o Estado de São Paulo, ao sul com os municípios de Alto Paraná e Cruzeiro do Sul, a oeste com o município de Paranavaí e a leste com o de Paranacity.

ALTITUDE — O distrito-sede de São João do Caiuá encontra-se a uma altitude de 500 metros.

CLIMA — O município possui clima quente e sêco. As temperaturas médias registradas no ano de 1957 foram as seguintes: 35°C para as máximas, 16°C para as mínimas e 23°C para a compensada.

Hospital São João

ÁREA — Compreende o município uma área de 559 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O principal acidente geográfico do município é o rio Paranapanema.

RIQUEZA NATURAL — A madeira é a mais importante riqueza natural do município.

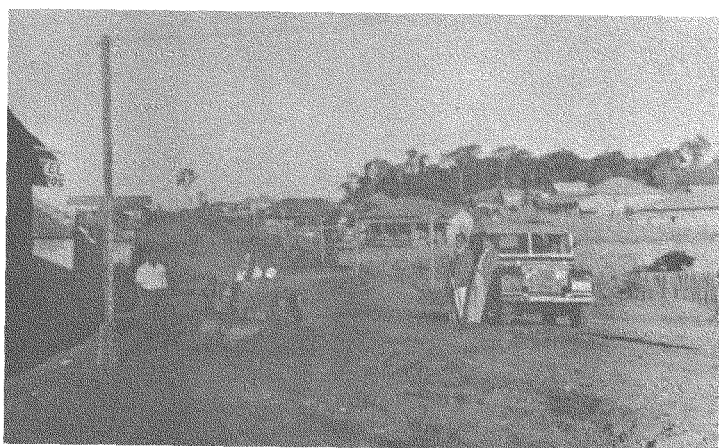
POPULAÇÃO — O município de São João do Caiuá, de povoamento recente, possui 30 000 habitantes, aproximadamente, estando 90% dêsse total localizados na zona rural.

Aglomeração urbana — Apenas o aglomerado urbano da cidade de São João do Caiuá existe no município, com uma população calculada em 3 000 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Na agricultura encontra o município sua principal atividade econômica, secundada pela indústria extrativa vegetal. A cultura exponencial da região é o café, com 25 milhas de pés plantados, mas nem todos ainda em fase de produção, o que é esperado para 1958. Segundo previsão para 1956, estava assim distribuída a produção agrícola: algodão — Cr$ 23 900 000,00; arroz — Cr$ 10 150 000,00; milho — Cr$ 4 150 000,00; feijão — Cr$ 1 050 000,00; café — Cr$ 136 800,00. Em menor escala a laranja, a banana, o amendoim e a mamona.

A indústria conta com 25 estabelecimentos organizados, dos quais 5 ocupam 5 ou mais funcionários em suas tarefas diárias. Os ramos principais são: o "madeireiro" (peroba, cedro, marfim) e o de "produtos alimentares". A exportação de madeira bruta e beneficiada, em 1956, somou Cr$ 5 514 724,00.

A pecuária encontra-se em fase inicial, sendo pequeno o rebanho existente. O de suínos é o de mais realce. A exportação interestadual do município em 1956 somou a importância de Cr$ 13 342 288,00, sendo a madeira em tábuas, o algodão e o milho os principais produtos exportados.

COMÉRCIO E BANCOS — Representam o comércio e crédito locais 4 estabelecimentos atacadistas, 23 varejistas e 3 agências bancárias, todos situados na cidade. São João do Caiuá mantém intercâmbio de produtos agrícolas e mercadorias com as seguintes localidades: Nova Esperança, Londrina, Maringá, Paranavaí, no Paraná; Santos e São Paulo, no Estado dêste nome, onde vende sua produção agrícola e industrial, recebendo em troca aquêles artigos e mercadorias necessários ao seu consumo.

Aspecto de uma rua da cidade

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município dispõe dos meios de transporte rodoviário e aeroviário, êste, através de táxis-aéreos que pousam regularmente em um bem localizado aeroporto. Por via rodoviária está separado dos municípios próximos pelas seguintes distâncias: Paranavaí — 47 km; Alto Paraná — 40 km; Paranacity — 27 km; Cruzeiro do Sul — 20 km; Nova Esperança — 48 km. Está ligado às capitais do Estado e Federal apenas pelo transporte rodoviário, nas extensões de 528 e 1 765 km, respectivamente. Na cidade existe uma Agência Postal do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade conta com 3 000 habitantes e 530 edificações urbanas. É servida de energia elétrica para iluminaçjo pública e domiciliar (esta com 145 ligações) fornecida por pequeno conjunto a vapor com a capacidade de 86 kVA. No ano de 1957, foram registrados na Prefeitura Municipal 16 automóveis e 38 caminhões. Existem, na cidade, 4 hotéis.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária e em geral é prestada aos habitantes do município por intermédio de 2 médicos, 2 dentistas e 3 farmacêuticos. Funciona na cidade, além de 3 farmácias, 1 Pôsto de Higiene, mantido pelo Govêrno do Estado.

ENSINO — O município era servido, em 1956, por 15 unidades do ensino primário fundamental comum, com a matrícula de 870 alunos. Há na cidade 1 curso normal regional.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Funcionam no município 2 cinemas: o Cine Avenida, na sede municipal, com 320 lugares, e o Cine Santo Antônio, na vila de Santo Antônio do Caiuá, com 70 lugares. Na cidade existe uma associação esportivo-cultural, com 102 sócios.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1954	...	1 322	...	...	...
1955	...	2 512	...	...	...
1956	...	...	1 790	1 003	2 668

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Comemora-se no município a festa de seu padroeiro, São João, no dia 24 de junho. Além desta, outras são também comemoradas, como seja, a Páscoa, o Natal e Dia de Ano.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O nome adotado pelo município, São João do Caiuá, pode ser assim decomposto: São João é o nome de um rio que atravessa o município, e a parte final Caiuá é designativa de uma tribo indígena que habitava a região. As pessoas nascidas na comuna são chamadas são-joanenses. Constitui o município distrito judiciário da comarca de Nova Esperança, contando com um Juiz de Paz e um Cartório do Registro Civil e anexos. Seu eleitorado em 1955 contava com 1 900 cidadãos. O Poder Municipal acha-se assim representado: Prefeito Municipal — Domingos Beraldi; Vereadores — Heber G. Palhano, Domenico E. Carmiel, Domingos Navarro, Cândido M. Barreto, José Alcides Veltri, Willy Harold, Raimundo A. Souza e Cesar Baiochi.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

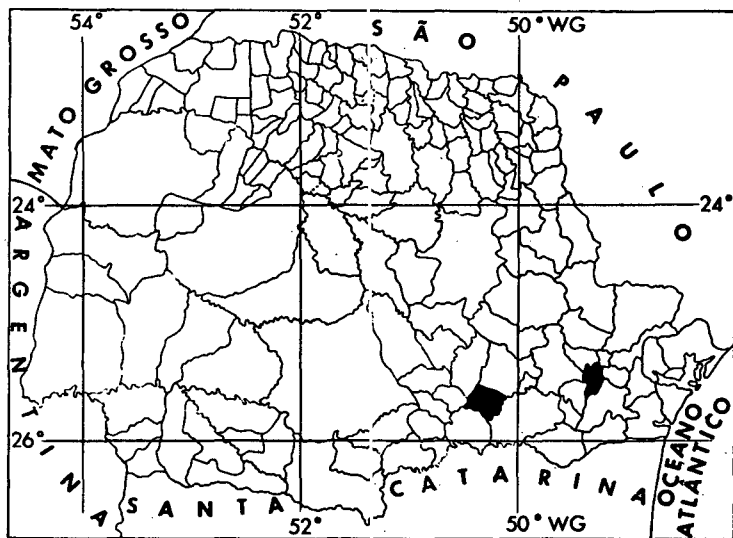
SÃO JOÃO DO TRIUNFO — PR

Mapa Municipal no 11.º Vol.

HISTÓRICO — A primeira penetração na região, onde se localiza o atual município de São João do Triunfo, foi feita por um caçador que, deslumbrado ante a majestade da floresta, decidiu aí se estabelecer, dando início ao desbravamento e povoamento do sertão. Em 1864 João Nunes de Souza, morador em São José dos Pinhais, internou-se no sertão, como caçador, esporte a que se dedicara com grande entusiasmo; e, em determinado ponto, resolveu radicar-se e fixar residência. Transportando a sua família para o local que escolhera, João Nunes de Souza iniciou os fundamentos de uma propriedade rural, que deu origem à povoação, hoje cidade de São João do Triunfo. Outros sertanistas seguiram o seu exemplo e, com o decorrer do tempo, se foram fixando na localidade. Antônio Dotes foi o segundo desbravador a acompanhar o gesto de João Nunes de Souza, fixando-se no sertão. O primeiro lugar explorado, devassado e povoado recebeu a denominação de Rio da Vargem, para onde se transferiu, em 1867, Antônio Dotes, seguido de mais outros bandeirantes, e onde já se encontrava João Nunes de Souza.

Em 1871 foi criada, nas terras doadas por João Nunes de Souza, a freguesia de São João do Triunfo, nova denominação dada ao antigo povoado de Rio da Vargem. Foi então construída a primeira capela, sob a invocação de São João Batista. São João do Triunfo teve foros de vila, por ocasião da criação do município, com a mesma denominação, em virtude do Decreto estadual n.º 13, de 8 de janeiro de 1890, com área formada do território até então pertencente ao município de Palmeira. A sede municipal foi instalada oficialmente a 15 de fevereiro de 1890, e, por Decreto n.º 88, do mesmo ano, foi elevada, judicialmente, à categoria de têrmo.

A comarca foi instalada a 25 de janeiro de 1949, após a sua criação, pela Lei estadual n.º 93, de 14 de setembro de 1948. É comarca de primeira entrância.

LOCALIZAÇÃO — A sede municipal de São João do Triunfo localiza-se na posição determinada pelas coordenadas geográficas seguintes: 25° 41' 2" de latitude Sul e 50° 17' 49" de longitude W.Gr. O município situa-se na

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Zona Fisiográfica do Irati. Limita-se ao norte com os municípios de Teixeira Soares e Palmeira, ao sul com o município de São Mateus do Sul, e oeste com o de Rebouças e a leste com o da Lapa.

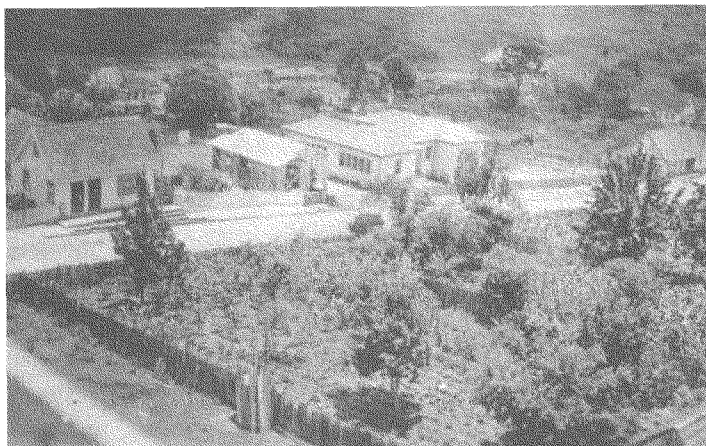
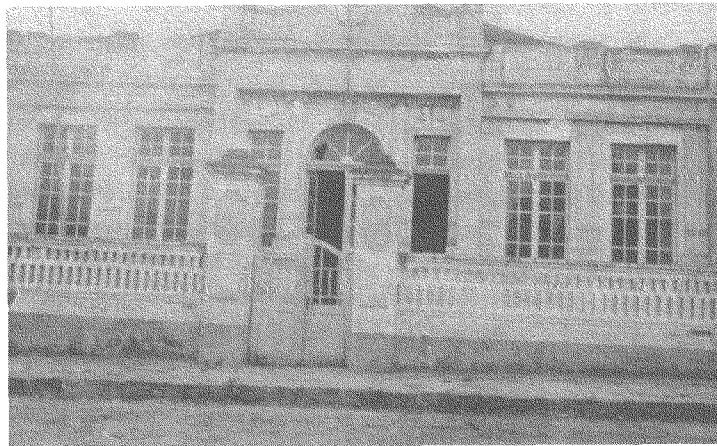
ALTITUDE — Na sede municipal a altitude é de 800 m.

CLIMA — Clima temperado possui o município. A temperatura apresenta-se amena no verão, baixa no inverno, quando se observam geadas freqüentes. No ano de 1957 foram registradas as seguintes temperaturas médias: 22°C para as máximas, 6°C para as mínimas e 14°C para a compensada.

ÁREA — O município de São João do Triunfo compreende uma área de 715 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Dentre os acidentes geográficos do município, destaca-se o rio Iguaçu.

RIQUEZAS NATURAIS — As principais riquezas naturais do município são as de origem vegetal: madeira e erva-mate.

POPULAÇÃO — Quando da realização do Censo de 1950, o município contava 10 851 habitantes, cuja constituição era a seguinte: *segundo o sexo*: 5 563 homens e 5 288 mulheres; *segundo a nacionalidade*: 10 755 brasileiros natos, 7 brasileiros naturalizados e 89 estrangeiros; *segundo a côr*:

Vista parcial da cidade, destacando-se a Rua Getúlio Vargas

Prefeitura Municipal

8 082 brancos, 159 pretos, 1 amarelo e 2 597 pardos; *segundo a religião*: 10 487 católicos apostólicos romanos, 127 protestantes, 198 espíritas, 12 de outras religiões, 25 sem religião e 2 sem religião declarada. Eleva-se a 6 156 o número de pessoas de 15 anos e mais, das quais 2 006 eram solteiras, 3 695 casadas, 4 desquitadas e 449 viúvas. Concentravam-se no quadro rural 86% da população e a densidade demográfica correspondia a 15 habitantes por quilômetro quadrado.

Aglomerações urbanas — O município conta com duas aglomerações urbanas: a cidade de São João do Triunfo, com 969 habitantes, sendo 475 homens e 494 mulheres, e a vila de Palmira, com 476 moradores: 213 do sexo masculino e 263 do feminino, ainda de acôrdo com os dados do Censo de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Os ramos "agricultura" e "indústria extrativa vegetal" se constituem na principal atividade econômica do município. A produção agrícola prevista para 1956 era: trigo — Cr$ 10 500 000,00; feijão — Cr$ 8 829 000,00; milho — Cr$ 6 187 500,00; batata-inglêsa — Cr$ 3 600 000,00; centeio — Cr$ 450 000,00. Em menor escala, as culturas de arroz, mandioca, batata-doce, uva e amendoim.

A pecuária representa significativo valor econômico para o município. O principal rebanho é o suíno, seguido do bovino, eqüino e caprino.

A indústria compõe-se de 10 estabelecimentos, dos quais 6 ocupam 5 ou mais operários. Os principais ramos são o madeireiro, o ervateiro e o de produtos alimentares. A produção agropecuária e industrial é exportada para o Estado e o país.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem 46 estabelecimentos comerciais varejistas e uma agência bancária.

São João do Triunfo mantém transações comerciais, principalmente com as praças de Palmeira, São Mateus do Sul, União da Vitória, Ponta Grossa e Curitiba, tôdas no Paraná. Nas três últimas se abastece dos gêneros e mercadorias que necessita para seu consumo.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município, por estrada de rodagem, liga-se às seguintes cidades próximas: Rebouças — 49 km; Palmeira — 50 km; São Mateus do Sul — 30 km; Ponta Grossa — 95 km; União da Vitória — 127 km; Lapa — 117 km. Dista das capitais do Estado e Federal 146 e 1 152 km, respectivamente (rodoviário).

Na cidade funciona uma Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A sede municipal conta, atualmente, 1 000 habitantes, havendo 253 edificações, das quais 202 são utilizadas para fins residenciais. É servida de energia elétrica para iluminação pública e particular, esta com 120 ligações. Existem 13 logradouros públicos: uma avenida, 5 ruas, 6 travessas e uma praça. O comércio é representado por 46 estabelecimentos. Funcionam na cidade 2 hotéis e uma pensão. No ano de 1957, foram registrados na Prefeitura Municipal 17 automóveis e 49 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existem em São João do Triunfo, como fonte de assistência médico-sanitária e em geral, 1 dentista, 2 farmacêuticos e 1 Pôsto Misto de Higiene.

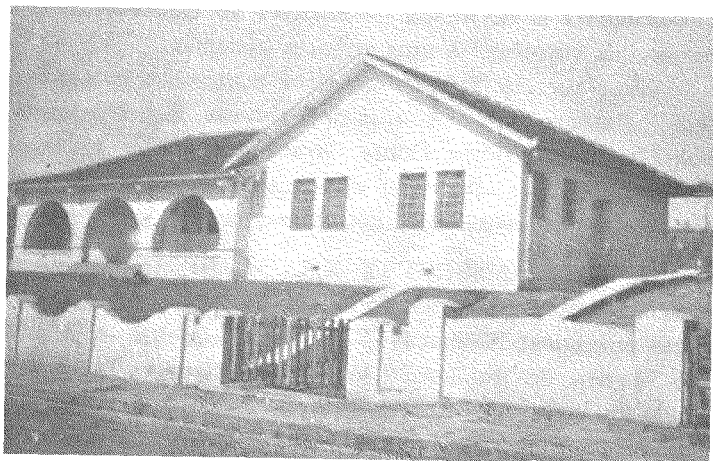
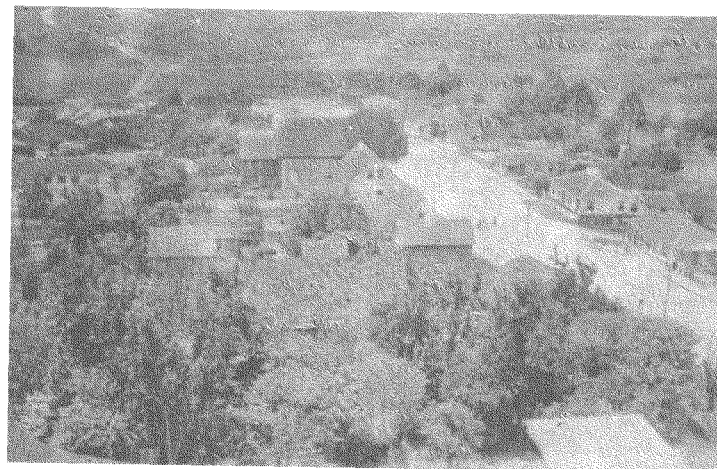
ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — O Pôsto Misto de Higiene também presta serviços de assistência social à população. Cita-se ainda a Cooperativa dos Produtores de Mate Triunfo Ltda., congregando 934 associados e tendo como finalidade principal o comércio da erva-mate produzida no município.

ALFABETIZAÇÃO — O número de pessoas de 5 anos e mais apontado pelo Recenseamento de 1950, no município, era de 8 943, sendo que dêsse total 3 942 sabiam ler e escrever. Na sede municipal existiam 798 pessoas de 5 anos e mais, das quais 523 sabiam ler e escrever, sendo 285 homens e 238 mulheres.

Ensino — O número de unidades escolares do ensino primário fundamental comum, no município, em 1956, era de 39, com 993 alunos matriculados.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950......	197	489	402	135	458
1951......	198	649	454	128	444
1952......	407	657	561	185	452
1953......	237	851	809	129	591
1954......	327	1 115	799	143	823
1955......	705	912	760	183	718
1956......	740	1 161	1 084	196	1 232

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Os principais festejos populares são

Pôsto de Higiene

Vista parcial da cidade e Rua 15 de Novembro

dois, de caráter religioso: em honra de São João, padroeiro do município, a 24 de junho, e em louvor de Nossa Senhora da Conceição, a 8 de dezembro. São levados a efeito com muita pompa e afluência por parte de tôda a população do município.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O topônimo, de origem religiosa, representa uma homenagem àquele taumaturgo. Os habitantes locais são conhecidos pela designação de triunfenses.

O município é sede de comarca e compreende os distritos judiciários de São João do Triunfo e Palmira. Por ocasião do pleito de 1955, havia 2 306 eleitores inscritos.

As autoridades representativas da comuna são: Juiz de Direito — Dr. Guilherme Cordeiro Júnior; Promotor Público — Dr. Ney de Paula Zanardini; Prefeito Municipal — Pedro Ferreira Andrade; Vereadores: Silvestre Levandowski, Otávio P. de Andrade, Domingos A. Bedin, Raimundo Angulski, Guilherme A. Martins, Pedro Levandowski, Alípio F. Neves, Halil Halila e Alípio Ferreira.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

SÃO JORGE — PR

Mapa Municipal no 12.º Vol.

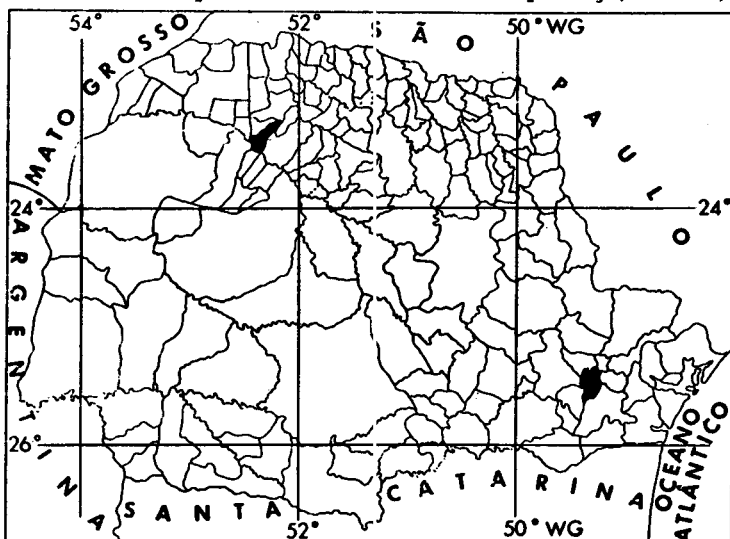
HISTÓRICO — Em meados de 1946, Oswaldo Barbosa e Ibrahim Rodrigues adquiriram um loteamento, formado de numerosos sítios e datas, divididos e demarcados por uma companhia imobiliária, proprietária da referida gleba. Logo após iniciaram a revenda das terras, figurando entre os primeiros compradores Antônio Granzotto, Fioravante Granzotto, Irmãos Soçai e muitos outros colonos, procedentes das zonas da Alta Sorocabana e Paulista Velha, no vizinho Estado de São Paulo. Ao chegarem à localidade, já encontraram a denominação de São Jorge, conservada até hoje.

Oswaldo Barbosa e Ibrahim Rodrigues, que ainda residem no município, foram os fundadores das primeiras propriedades agrícolas.

Pela Lei n.º 16, de 22 de abril de 1953, da Câmara Municipal de Mandaguaçu, o patrimônio de São Jorge foi elevado à categoria de distrito administrativo, sendo-lhe, ao mesmo tempo, demarcados os limites com os demais dis-

tritos do município de Mandaguaçu. Um ano depois, em virtude da Lei estadual n.º 253, de 26 de novembro de 1954, era criado o município de São Jorge, com território desmembrado do de Mandaguaçu.

Realizadas as eleições municipais, procedeu-se à instalação oficial do novo município, o que ocorreu a 8 de dezembro de 1955, quando foram empossados o primeiro Prefeito Municipal, Sr. Antônio Granzotto, e os membros da Câmara de Vereadores.

LOCALIZAÇÃO — A posição determinada pelas coordenadas geográficas 23° 26' de latitude Sul e 52° 16' de longitude W. Gr., localiza a sede municipal de São Jorge, que está situada na Zona Fisiográfica de Ivaí. Limita ao norte com os municípios de Florai e Nova Esperança; ao sul,

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

com o município de Jussara; a oeste, com os municípios de São Carlos do Ivaí e Cianorte; e a leste, com os de Mandaguaçu e Maringá.

ALTITUDE — A sede do município de São Jorge encontra-se a uma altitude de 600 metros.

CLIMA — Predomina no município o clima quente e sêco. As temperaturas registradas no ano de 1957 foram de 32°C a média das máximas; 23°C a das mínimas e 27,5°C a compensada.

ÁREA — Compreende o município uma área de 338 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — A sua população acha-se incluída na do município de Maringá, de cujo território fazia parte, como simples povoado, por ocasião do Recenseamento Geral de 1950.

Aglomeração urbana — A cidade de São Jorge constitui a única aglomeração urbana do município.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — São Jorge é um município eminentemente agrícola, repousando na agricultura sua base econômica, secundada pela indústria extrativa vegetal. A principal espécie cultivada é o café, em grande quantidade, mas ainda sem produção por não ter atingido a idade adulta. As demais culturas agrícolas em evidência são (produção em cruzeiros prevista para 1956): feijão — Cr$ 600 000,00; arroz — Cr$ 490 000,00; banana — .... Cr$ 480 000,00; milho — Cr$ 350 000,00; em menor escala a laranja, o trigo e o amendoim.

A indústria conta com 23 estabelecimentos funcionando, dos quais, 4 ocupam 5 ou mais operários. Os principais ramos são: o "madeireiro", "cerâmica" e "produtos alimentares".

A pecuária está tomando impulso favorável, com a formação de invernadas e instalações para a criação de bovinos e suínos.

A exportação do município em 1956 somou 1 milhão, 227 mil e 124 cruzeiros (exportação interestadual), abrangendo os seguintes produtos: tábuas serradas de madeira de lei, milho e feijão.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem exercendo atividades em São Jorge 4 estabelecimentos comerciais atacadistas, 14 varejistas e 1 agência bancária. Mantém São Jorge transações comerciais com os seguintes municípios: Maringá, Nova Esperança e Londrina, entrepostos que absorvem a sua produção agrícola. Naquelas cidades se abastece dos gêneros e artigos necessários para o seu consumo interno.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido pelo transporte rodoviário que se estende às localidades do interior e comunas vizinhas, das quais está separado pelas seguintes distâncias: Maringá — 48 quilômetros; Nova Esperança — 18 quilômetros; Mandaguaçu — 30 quilômetros; Cianorte — 52 quilômetros. Dista por via rodoviária das Capitais Estadual e Federal, 485 e 1 030 quilômetros, respectivamente.

Deverá São Jorge brevemente contar com o serviço postal do Departamento dos Correios e Telégrafos, através da instalação de uma agência de correio.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de São Jorge possui cêrca de 2 500 habitantes, 499 edificações das quais 482 servindo para fins residenciais. É servida de energia elétrica para a iluminação domiciliar, com 70 ligações.

Existem, na cidade 21 logradouros públicos: 2 avenidas, 18 ruas e 1 praça. Há em funcionamento 4 estabelecimentos comerciais atacadistas e 14 varejistas. Acham-se instalados 1 hotel e 1 pensão.

No ano de 1957, foram registrados na Prefeitura Municipal 6 automóveis e 26 caminhões.

Hospital e Maternidade São Jorge

Parte da Avenida Andirá, em dia de parada escolar

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Residentes no município, 1 médico, 4 dentistas e 4 farmacêuticos prestam assistência à população. Na cidade encontram-se 1 hospital mantido por entidade particular, com 15 leitos, e 5 farmácias.

ENSINO — Em 1956, funcionaram no município 11 unidades do ensino primário fundamental comum, com a matrícula de 1 173 alunos. Existe na cidade 1 curso normal regional, em funcionamento.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Na cidade encontra-se o Cine São Jorge, com 250 lugares.

FINANÇAS PÚBLICAS —

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1955......	—	1 582	—	—	—
1956......	—	2 309	2 236	1 885	2 326

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E EFEMÉRIDES — Os habitantes do município comemoram 4 datas: 23 de abril, dia de São Jorge, padroeiro local; 31 de maio, encerramento do mês mariano; 8 de dezembro, data de instalação do município e 25 de dezembro, dia de Natal.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O topônimo São Jorge representa uma homenagem ao grande taumaturgo que é também o padroeiro da cidade. Os habitantes não adotam nenhum gentílico relativo à denominação do município.

São Jorge é sede de distrito judiciário subordinado à comarca de Maringá. Na cidade existe um Juiz de Paz e cartório do Registro Civil e Anexos. O colégio eleitoral compreendia 3 487 cidadãos inscritos até o ano de 1955. As autoridades locais são: Prefeito Municipal — Sr. Antônio Granzotto. Vereadores: Srs. Hercílio Portiolli, Raul Martins, Augusto A. C. Brasil, Eduardo Ribeiro, Nicomedes O. Neves, Antônio Azevedo, Eloy Callado Luz, Tonoyuki Koga e Vitor Furtado, Juiz de Paz — Antônio Amorim, Oficial do Registro Civil — Erasmo C. de Mello.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia. Terras e Colonização do Paraná.

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS — PR

Mapa Municipal no 10.º Vol.

HISTÓRICO — Foi na região onde atualmente se localiza o município de São José dos Pinhais, que a primeira expedição portuguêsa comandada por Martim Afonso de Souza, com destino ao Brasil, onde aportou em 1531, sofreu duro massacre pelos silvícolas. Após o seu desembarque, em Cananéia, os expedicionários lusitanos, aventuraram-se a penetrar os sertões do sul da Capitania, e, sob a chefia de Francisco de Cheaves, empreenderam a perigosa e arriscada jornada, que lhes custou a vida.

Nas proximidades das cabeceiras do rio Goyo-Covó (Iguaçu), os aventureiros caíram nas mãos dos povos selvagens e, por êles foram trucidados, tendo, assim, doloroso fim a primeira bandeira portuguêsa lançada aos sertões da Capitania de que era proprietário Pero Lopes de Souza, irmão do grande Martim Afonso de Souza.

Posteriormente, outras bandeiras mais felizes conseguiram atingir o planalto dos campos de Curitiba, dando início ao ciclo da mineração, quando, então, surgiram os primeiros arraiais de mineradores, ambulantes e nômades dos sertões curitibanos.

Existem, no território do município, vestígios de grandes trabalhos de mineração, nas lavras de Saraiva, nas da serra que forma os vales dos rios Guaratubinha e da Prata. Em lavrinhas, no sítio denominado Fazendinha, em Campo Largo da Roseira, há indícios de exploração de ouro em veeiro de quartzo; e em lugar incerto, ainda em 1712, o capitão-mor João Rodrigues França garimpava com sucesso.

As minas do Arraial Grande, formadoras de um dos núcleos de origem do povoamento efetivo dos campos de Curitiba, pelo grupo de Baltazar Carrasco dos Reis, pouco antes de 1661 de que se originou a cidade de São José dos Pinhais, já em 1741 eram satisfatòriamente exploradas pelos descendentes de Gaspar Carrasco dos Reis, Baltazar Veloso da Silva e Salvador de Albuquerque. Foi, portanto, de um dos múltiplos arraiais espalhados pelos sertões de Curitiba (Arraial Grande) que se originou a bela cidade de São José dos Pinhais, logo depois da segunda metade do século XVII.

Em 1690 foi construída no Arraial Grande, pelo Reverendo João da Veiga Coutinho, uma capela, sob a invocação do Senhor Bom Jesus dos Perdões. No ano de 1775, a povoação foi elevada à categoria de freguesia, tendo como igreja-matriz a já velha capela do Senhor Bom Jesus dos Perdões.

Em vista disso, era necessária a construção de um novo templo, e logo foi iniciada a sua construção. Enquanto se erigia a nova igreja, cujas obras se prolongaram por muitos anos, a capela do Senhor Bom Jesus dos Perdões servia, interinamente, de matriz paroquial, com o orago de São José.

Mais tarde foi demolida a capela do Senhor Bom Jesus dos Perdões, por achar-se em ruínas, sendo a imagem enviada ao Rio de Janeiro, a fim de ser encarnada.

A 18 de fevereiro de 1786, Dom Frei Manuel da Ressurreição, Bispo de São Paulo, informado de que os bens da capela estavam sendo dilapidados pelos administrado-

res, ordenou que o Vigário de Curitiba incumbisse de administrá-los ao Vigário de São José, Padre Teodoro José de Freitas Costa, o que êste cumpriu fielmente.

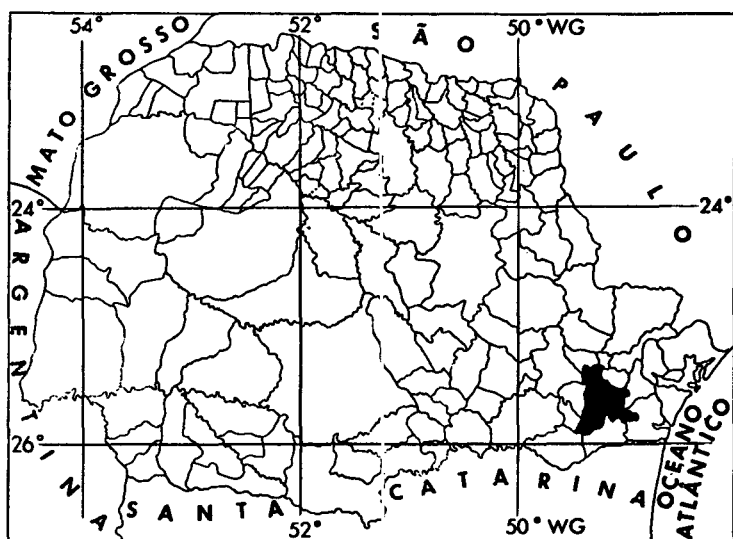
Contudo, em 1795, a requerimento do padre Antônio Amaro de Souza Coutinho, cônego penitenciário de Mariana, e ordem de 7 de dezembro de 1793, do Vigário Capitular de São Paulo, o Vigário de São José entregou os bens da capela ao administrador nomeado, capitão Antônio Teixeira de Oliveira Cordeiro, consistindo em algumas alfaias, 65$000 em moedas de prata, créditos no valor de 238$505, 232 animais na fazenda das Águas Belas, 481 na de Capocu, e algumas ferramentas. Estas duas fazendas pertencem hoje a particulares e, da capela, resta apenas uma tradição quase apagada.

Azevedo Marques, na sua obra "Apontamentos Históricos", diz que São José dos Pinhais começou por um arraial de mineração de ouro (que é confirmado por Romário Martins, como já foi acentuado no início dêste esbôço histórico) sendo em 1745 nomeado guarda-mor o paulista José de Barros Lima.

Em 1831 criou-se em São José dos Pinhais a primeira escola de instrução primária.

Pela Lei provincial n.º 10, de 16 de julho de 1852, a freguesia foi elevada à categoria de vila e criado o município, cuja instalação oficial se deu a 8 de janeiro de 1853. Em virtude da Lei n.º 474, de 5 de abril de 1877, foi criada a comarca de São José dos Pinhais, sendo classificada de primeira entrância pelo Decreto n.º 6 983, de 27 de junho de 1878.

Por fôrça da Lei provincial n.º 250, de 27 de dezembro de 1897, a vila de São José dos Pinhais recebeu os foros de cidade.

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na Zona Fisiográfica do Planalto de Curitiba, limitando com Tijucas do Sul, Rio Negro, Contenda, Araucária, Curitiba, Piraquara, Morretes e Guaratuba. Sua sede está assinalada

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

pelas seguintes coordenadas: 25° 32' de latitude Sul e 40° 12' de longitude W. Gr., ligando-se à Capital Estadual, através de excelente rodovia (asfalto) num percurso de 15 quilômetros.

ALTITUDE — É de 906 metros, na sede municipal.

CLIMA — Possui o município clima temperado, bastante saudável. A temperatura, nos meses de verão é amena e

Igreja-Matriz, situada na Praça 8 de Janeiro

agradável. Baixa no inverno, quando se registram geadas não muito freqüentes. As médias observadas no ano de 1957 foram 26°C para as máximas, 8°C para as mínimas e 17°C a compensada.

ÁREA — O território do município compreende uma área de 1 368 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município é todo cortado de ribeiros e córregos. Seu principal acidente geográfico, porém, é o rio Iguaçu, cuja nascente se verifica dentro do seu território e lhe serve de limite com o município de Curitiba.

RIQUEZAS NATURAIS — A argila constitui a principal riqueza natural do município.

POPULAÇÃO — Pelo Recenseamento Geral de 1950, contava São José dos Pinhais 35 768 habitantes, sendo 18 245 homens e 17 523 mulheres, inclusive a população do atual município de Tijucas do Sul, que fazia parte do seu território, naquela época, como simples povoado. Segundo *a côr* eram brancos 28 093, pretos 648, pardos 6 959 e 6 amarelos; *o estado civil* (15 anos e mais) — 6 825 solteiros, 12 795 casados, 1 260 viúvos e 32 desquitados; *a nacionalidade* — 363 estrangeiros e 259 brasileiros naturalizados; *a religião* — 35 275 católicos apostólicos romanos e 493 de outras religiões.

Aglomerações urbanas — Três aglomerados urbanos existem no município: cidade de São José dos Pinhais e vilas de Campo Largo da Roseira e Mandirituba.

Possuía a cidade, por ocasião do Censo de 1950, 3 238 habitantes, sendo 1 595 homens e 1 643 mulheres, assim distribuídos: *quadro urbano* — 2 469, 1 217 homens e 1 252 mulheres; *quadro suburbano* — 769, 378 homens e 391 mulheres.

Conta a cidade atualmente uma população estimada em 7 000 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Na agricultura está assentada a principal fonte de renda do município, bem coadjuvada pela pecuária e pela indústria de transformação.

O valor da produção agrícola, em 1956, assim se apresentou: milho — Cr$ 33 120 000,00; trigo — .... Cr$ 4 950 000,00; feijão — Cr$ 4 004 000,00; uva — .... Cr$ 2 640 000,00; centeio — Cr$ 1 375 000,00; batata-in-

Aspecto parcial da Rua XV de Novembro

glêsa — Cr$ 1 200 000,00. O milho representa 57% da produção agrícola municipal.

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), cêrca de 29% estão ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura".

Em 1954, a população pecuária local valeu aproximadamente 57 milhões de cruzeiros.

A indústria (ocupando 286 pessoas econômicamente ativas) valia em 1955 quase 17 milhões de cruzeiros; dos seus 83 estabelecimentos em 1958, cêrca de 10 ocupam 5 ou mais operários em suas atividades.

Os principais ramos eram: o "madeireiro" (424 do valor total) e o de "produtos alimentares" (34%), estando incluído neste último o de lacticínios, de real importância econômica para o município.

A exportação de São José dos Pinhais em 1956 atingiu a casa de Cr$ 18 323 314,00, sendo os principais produtos saídos: caixas de madeira para embalagem, pinho e as tábuas serradas.

COMÉRCIO E BANCOS — Exercem suas atividades no município cêrca de 58 estabelecimentos comerciais varejistas, 2 atacadistas e 3 agências bancárias (inclusive uma agência da Caixa Econômica Federal do Paraná), que representam o comércio e crédito locais.

Transações comerciais são mantidas principalmente com a capital do Estado, Curitiba (dista apenas 16 quilômetros); Joinvile, em Santa Catarina, e São Paulo, a Capital. Naqueles centros, escoadouros naturais de sua produção, adquire o município os artigos e mercadorias necessários para o seu consumo interno.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — São José dos Pinhais liga-se às cidades vizinhas e às capitais estadual e federal pelos seguintes meios de transporte: Piraquara — rodoviário: 25 quilômetros; Morretes — 1) rodoviário, via Curitiba: 126 quilômetros e via Curitiba e Araucária: 130 quilômetros; 2) misto — a) rodoviário: 15 quilômetros; b) ferroviário (R.V.P.S.C.): 153 quilômetros; Contenda — rodoviário; via Curitiba: 59 quilômetros; Capital Estadual — rodoviário: 15 quilômetros; Capital Federal — 1) aéreo: 703 quilômetros; 2) rodoviário, via Curitiba e São Paulo: 1 036 quilômetros; 3) misto — a) rodoviário até Curitiba: 15 quilômetros; b) ferroviário — (R.V.P.S.C., E.F.S. e E.F.C.B.): 1 357 quilômetros.

O transporte aéreo é feito através do Aeroporto "Afonso Pena", utilizado pelas principais emprêsas aviatórias do país e do exterior.

Na cidade funciona uma agência postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos; registram-se ainda os serviços radiotelegráficos de 3 emprêsas aéreas particulares que servem o município; e os serviços da Companhia Telefônica Nacional.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de São José dos Pinhais tem uma população estimada em 7 000 habitantes. Possui cêrca de 1 550 edificações das quais 1 420 estão ocupadas para fins residenciais. É servida por telefones urbanos com 28 aparelhos instalados. Também dispõe de energia elétrica para fôrça motriz e iluminação pública e particular, esta com 1 290 ligações.

Contam-se na cidade 33 logradouros públicos (1 avenida, 2 praças, 1 travessa e 29 ruas). Acham-se instalados 1 hotel e 4 pensões. Foram registrados, em 1957, 711 veículos motorizados, sendo 151 automóveis e 560 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Residentes no município, 8 médicos, 7 dentistas e 2 farmacêuticos exercem suas profissões. Na cidade funcionam os seguintes estabelecimentos de saúde: Hospital e Maternidade São José dos Pinhais, Sanatório São José, 1 pôsto de puericultura e 1 de higiene, mantidos pelo Govêrno do Estado, além de duas farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Uma comissão da L.B.A. proporciona assistência social às pessoas reconhecidamente pobres do município. Funcionam as seguintes cooperativas: Cooperativa Agrícola Mista "Afonso Pena" Limitada, fundada em 1950, situada na Colônia Afonso Pena. Dedica-se à produção e ao comércio de laticínios, queijo e manteiga, congregando 92 associados; Cooperativa Agropecuária "São José" Limitada, fundada em 1945, localizada na Colônia Murici e tendo como atividade principal o comércio (compra e venda) de produtos agropecuários. Congrega 149 sócios; e Cooperativa Agrícola Mista "Iguaçu" Limitada, fundada em 1934, com 94 associados, tendo como finalidade o comércio (compra e venda) e a produção de lacticínios. Está situada na Colônia Afonso Pena.

ALFABETIZAÇÃO — O município contava, por ocasião do Censo de 1950, com 30 184 pessoas de 5 anos e mais das quais, 13 790 sabiam ler e escrever: 7 737 homens e 6 053 mulheres. Na sede municipal, das 2 817 pessoas de 5 anos e mais, 2 199 eram alfabetizadas, sendo 1 135 homens e 1 064 mulheres.

Ensino — Funcionaram no município, em 1956, 103 unidades do ensino primário fundamental comum, com a matrícula de 3 060 alunos. Na cidade estão os seguintes estabelecimentos de ensino extraprimário: 1 escola normal e 2 ginásios, e um curso normal na vila de Mandirituba.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existem na cidade 3 associações esportivo-culturais e 1 cultural pròpriamente dita; 1 cinema, o Cine Ideal, com 600 lugares; a Biblioteca Pública Municipal, com 2 117 volumes de obras gerais; 2 livrarias e a estação transmissora da Radioemis-

Prefeitura Municipal

sora Paranaense, ZYS-9, freqüência de 1 590 quilociclos. Circulam no município vários jornais de periodicidade irregular, tais como "São José Jornal", "Correio de São José", "A Voz de São José" e "Social Democrático", todos noticiosos e na sua maioria políticos. "A Tribuna de São José", todavia, tem periodicidade regular: quinzenal.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950......	1 618	2 467	1 244	574	1 332
1951......	2 312	2 216	1 561	622	1 620
1952......	3 524	2 522	1 983	817	2 047
1953......	4 477	3 589	2 539	870	2 728
1954......	6 925	4 215	2 863	1 221	2 620
1955......	8 047	5 266	3 467	1 434	2 396
1956......	6 602	6 614	4 546	1 480	4 924

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — O povo do município festeja as datas fixas seguintes: 1.º de janeiro, 24 de junho, 19 de março (dia do padroeiro) e 25 de dezembro.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — São José é o padroeiro do município, advindo daí a atual denominação; o terminativo "Pinhais" foi acrescentado por seu fundador em virtude da existência, na época, de vastíssimas reservas de pinheiros. É comarca de 3.ª entrância compreendendo os distritos judiciários de: São José dos Pinhais, Agudos do Sul, Guaratuba, Garuva, Campo Largo da Roseira, Mandirituba e Tijucas do Sul.

Em 1955 achavam-se inscritos no município 10 520 eleitores.

Em São José dos Pinhais acha-se localizado o Aeroporto "Afonso Pena", importante pelo fato de servir à Capital do Estado. A êste detalhe junte-se o de que o Aeroporto "Afonso Pena" em 1956 foi o terceiro em movimento do Brasil, tendo intenso movimento de aviões para todo o Estado e país, sendo inclusive de âmbito internacional, com tôdas as pistas asfaltadas e moderníssima estação aeroviária, recém-inaugurada.

Segundo dados da Diretoria de Aeronáutica Civil, para o ano de 1954, o aeroporto foi utilizado regularmente por 10 emprêsas de navegação aérea e apresentou o seguinte movimento (inclusive o do aeroporto do Bacacheri): Número de pousos — 11 913; Passageiros: embarcados — 135 146; desembarcados — 134 067; Bagagens: embarcadas — 1 498 274 quilogramas; desembarcadas — 544 089 quilogramas; Carga: embarcada — 1 594 818 quilogramas; desembarcada — 2 314 385 quilogramas; Correio: embarcado — 19 155 quilogramas; desembarcado — 3 506 quilogramas.

Está se desenvolvendo com invulgar interêsse a cultura do trigo, bem como a produção de lacticínios que virão influir decididamente na economia municipal. Existe ainda um estabelecimento "Haras" onde se faz a criação de cavalos puro sangue inglês para corridas.

Os podêres municipais estão assim representados: Prefeito — Sr. Benjamim C. Barbosa. Vereadores — Senhores Flávio Zetolla, Francisco E. Nascimento, Adyr A. Moss, Fioravanti Zocollatti, Arlindo João da Costa. Ernani Beughi, Narciso Mendes, Daniel Précoma, José de Almeida Sobrinho, Augusto Micrute, José G. Barbosa.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Paraná.

SÃO MATEUS DO SUL — PR

Mapa Municipal no 12.º Vol.

HISTÓRICO — As primeiras penetrações do território do atual município de São Mateus do Sul foram feitas por tropeiros e viajantes, nas suas viagens através dos Campos Gerais, até a província do Rio Grande do Sul.

No decurso dos séculos a região foi sendo visitada por expedições e bandeiras paulistas, que, a partir do século XVII, começaram a incursionar pelo sertão, penetrando até o extremo meridional da Capitania de São Paulo.

A antiga povoação de São Mateus era inicialmente simples pouso, parada ou curral de tropeiros e viajantes. Mais tarde, ao ser a região visitada pelas bandeiras paulistas, fixou-se, na localidade, um ponto de apoio às expedições militares, isso ao tempo de D. Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão, governador-geral da Capitania. Surgem, daí, os primeiros fundamentos do futuro povoado de São Mateus, que muitos anos mais tarde seria elevado à categoria de cidade e de município autônomo.

Quase um século depois do primitivo estabelecimento das expedições militares, em fevereiro de 1890 eram iniciados os trabalhos de fundação de uma colônia, com sede na localidade, onde os alemães Thiem e Rudolpho Wolf pretenderam explorar petróleo e substâncias hidrocarburetadas dos xistos betuminosos, ali existentes em grande quantidade. Para isso, foram medidos e demarcados os lotes destinados à formação da colônia.

Os primeiros moradores de São Mateus, aquêles que formaram o primeiro lastro humano da sociedade sertaneja de então, foram brasileiros, espanhóis e alemães. Sòmente passados muitos anos, chegaram as primeiras levas de imigrantes eslavos, poloneses, ucranianos, russos, etc.

O principal fator de progresso de São Mateus decorre da indústria e comércio da erva-mate, cujo transporte foi grandemente facilitado por ser feito através da navegação pelo rio Iguaçu.

Entre os elementos nacionais que chegaram à localidade em princípios do ano de 1877, podem ser mencionados os seguintes: Florentino José da Silva, Manuel Frutuoso, José Marques, Xisto Pinto de Vasconcelos, José da Silva, José Bueno de Camargo, Manuel da Luz, Ulisses Faria, Luiz Gomes da Silva, Joaquim Firmino, José Pacheco, Antônio Tôrres, Gaspar Carrilho, José de Souza, Firmino Ilhéo, José Ferreira Guimarães, Joaquim Cavalheiro, Bento Nepomuceno Franco, José Amazonas, Salvador Bueno e outros, que, acompanhados de suas famílias, constituíram o primeiro grupo povoador da localidade.

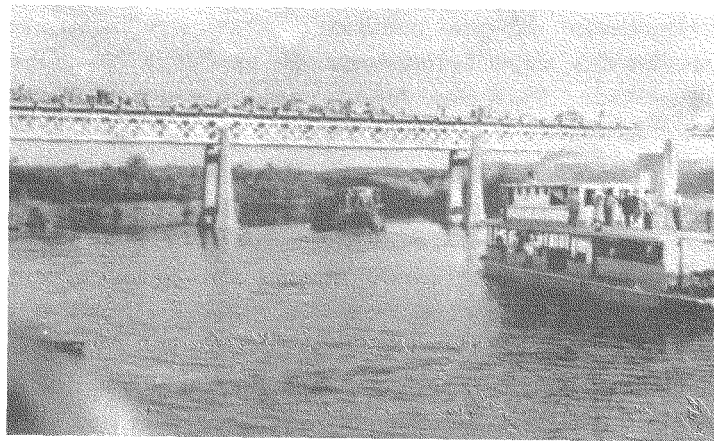
A 19 de junho de 1889, chegava ali uma leva de imigrantes espanhóis, que, por não se adaptar ao clima e a outras condições próprias da região, dispersou-se, ficando em São Mateus apenas algumas famílias de castelhanos imigrados da Europa.

Em 1890, chefiada pelo engenheiro federal Dr. Sebastião Edmundo Saporski, chegou a São Mateus a primeira leva de imigrantes poloneses, composta de duas mil pessoas, que foram distribuídas pelas localidades de Água Branca, Taquaral, Canoa, Cachoeira, Iguaçu e Rio Claro, onde construíram as primeiras habitações, dando início à cultura das terras.

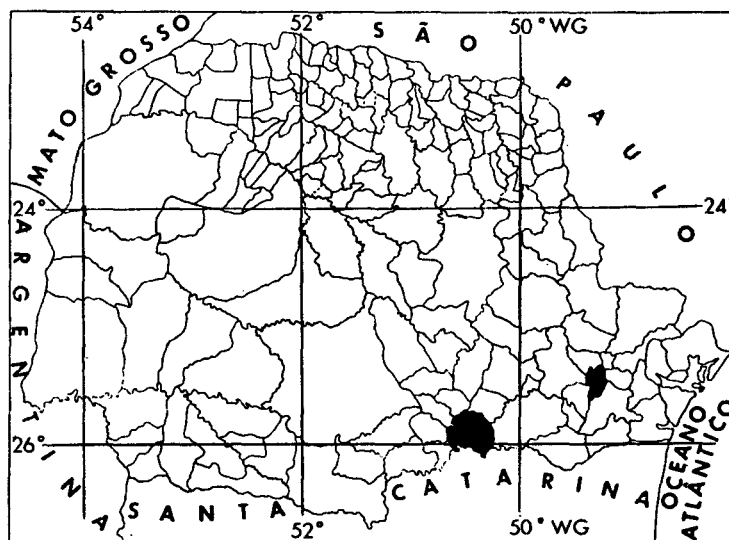
No período 1907-1908 chegaram os imigrantes de nacionalidade ucraniana.

Pela Lei estadual n.º 763, de 2 de abril de 1908, foi criado o município de São Mateus, com território desmembrado do de São João do Triunfo, cuja instalação se deu a 21 de setembro do mesmo ano. Pela Lei estadual número 1 189, de 15 de abril de 1912, a sede municipal recebeu foros de cidade.

Em 1938 o município compunha-se dos distritos de São Mateus, Fluviópolis e Soares, tendo, a 20 de outubro de 1938, em virtude do Decreto-lei n.º 7 573, perdido o distrito de Soares, que passou a formar parte do território de Fluviópolis e parte do município de Mallet.

Pelo Decreto-lei estadual n.º 199, de 30 de dezembro de 1943, a comarca, o têrmo, o município e o distrito de São Mateus passaram a denominar-se São Mateus do Sul. Em 1951, em virtude do Decreto-lei estadual n.º 790, de 14 de novembro, o município de São Mateus do Sul foi dividido em quatro distritos a saber: São Mateus do Sul, Fluviópolis, Lajeado e Caitá. O distrito judiciário de São Mateus foi criado no ano de 1895, e ficou integrando a comarca de União da Vitória até 15 de março de 1909, quando, pela Lei n.º 847, foi elevado à categoria de têrmo

Ponte sôbre o Rio Iguaçu, ligando Curitiba a União de Vitória

e à comarca, criada pela Lei n.º 1 099, de 1.º de maio de 1912, tendo como primeiro Juiz de Direito o Dr. Eudoro Cavalcanti de Albuquerque.

LOCALIZAÇÃO — As coordenadas geográficas de ...... 25º 52' 23" de latitude Sul e 5º 23' 5" de longitude W. Gr. determinam a posição da sede municipal de São Mateus do Sul.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Situa-se o município na Zona Fisiográfica de Irati, limitando ao norte com os municípios de Rebouças e São João do Triunfo; ao sul, com o Estado de Santa Catarina; a oeste, com os municípios de Rio Azul, Mallet e Paulo Frontin; e a leste, com o município da Lapa.

ALTITUDE — A sede do município encontra-se a uma altitude de 760 metros.

CLIMA — Possui São Mateus do Sul clima temperado, embora haja ocorrência de geadas freqüentes nos meses de inverno. As temperaturas registradas, no ano de 1956, foram 27ºC para a média das máximas, 8ºC para a das mínimas e 18ºC a compensada.

ÁREA — Compreende o município uma área de 1 291 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os acidentes geográficos que têm maior destaque no município são: os rios Iguaçu, Negro Potinga e a lagoa do Rio Velho.

RIQUEZAS NATURAIS — As jazidas de xisto betuminoso são as principais riquezas naturais do município.

POPULAÇÃO — Pelo Recenseamento Geral de 1950, contava 20 553 habitantes, sendo 10 612 homens e 9 941 mulheres. De 16 habitantes por quilômetro quadrado era a densidade demográfica do município; 86% da população estavam localizados na zona rural.

Aglomerações urbanas — A cidade de São Mateus do Sul e as vilas de Caitá, Fluviópolis e Lajeado constituem as aglomerações urbanas do município.

A sede municipal contava, pelo Recenseamento Geral de 1950, com 2 736 habitantes, sendo 1 334 homens e 1 402 mulheres, assim distribuídos: *quadro urbano* — 2 400 habitantes, 1 155 homens e 1 245 mulheres; *quadro suburbano* — 336, 179 homens e 157 mulheres.

Instituto Imaculada Conceição

Estima-se a população da cidade em 4 000 habitantes atualmente.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A economia do município está assentada na base industrial, subdividida pelos ramos "extrativo vegetal", "madeireiro" e "ervateiro", como principais. Seguem-se em importância as atividades agrícola e pecuária, ambas apresentado notável incremento nos últimos anos.

O município conta 66 estabelecimentos industriais, 24 dêles ocupando 5 ou mais operários em suas tarefas.

Além dos ramos já citados, são ainda explorados os seguintes: "fabricação de goma-laca", "cerâmica" e "produtos alimentares".

Em 1955, a indústria, ocupando 364 pessoas economicamente ativas, valia quase 17 milhões de cruzeiros.

A agricultura representa outro fator econômico de relevância do município, cuja tendência atual está sendo dirigida no sentido de sua mecanização, pequena ainda, mas com índice de progresso.

A produção agrícola para 1956, em valores, foi: milho — Cr$ 21 330 750,00; feijão — Cr$ 5 760 000,00; trigo — Cr$ 3 080 000,00; centeio — Cr$ 2 280 000,00; arroz — Cr$ 1 806 000,00; batata — Cr$ 820 800,00.

A pecuária valeu em 31-XII-1954 cêrca de 23 milhões de cruzeiros, havendo predominância do gado suíno.

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 30% estão ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura".

A exportação do município em 1956 somou a importância de Cr$ 11 318 277,00, sendo principais produtos exportados o pinho (em toras) a goma-laca, resina de pinho e tábuas serradas de imbuia.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local é movimentado, formado por 102 estabelecimentos varejistas, 1 atacadista, e 3 agências bancárias. Mantém transação com as praças de União da Vitória, Lapa e Curitiba.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido pelos meios de transporte rodoviário e fluvial, êste através do rio Iguaçu, todavia sem linhas regulares. O transporte rodoviário é feito por boas estradas que o ligam aos seguintes municípios vizinhos: Rebouças — 60 quilômetros; São João do Triunfo — 31 quilômetros; Lapa — 81 quilômetros; Três Barras (SC) — 33 quilômetros; Paulo Frontin — 58 quilômetros; Mallet — 66 quilômetros; Rio Azul — 56 quilômetros; União da Vitória — 91 quilômetros (rodoviário) e 161 quilômetros (fluvial); Pôrto Amazonas — 155 quilômetros (fluvial). Dista da Capital Estadual — 147 quilômetros (rodoviário) e da Capital Federal — 1 057 quilômetros (rodoviário) e 830 quilômetros (aéreo).

Na sede há um campo de pouso com hangar, utilizado por táxis-aéreos.

O Departamento dos Correios e Telégrafos mantém, na cidade, uma agência postal-telegráfica.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de São Mateus do Sul possui 695 edificações, das quais 606 servindo para fins residenciais. Dispõe dos serviços de energia elétrica para iluminação pública e particular, esta com 507 ligações. Contam-se 22 logradouros públicos, sendo 20 ruas, 1 travessa e 1 praça. No ano de 1957, foram registrados na Prefeitura Municipal 176 veículos motorizados; 72 automóveis e 104 caminhões.

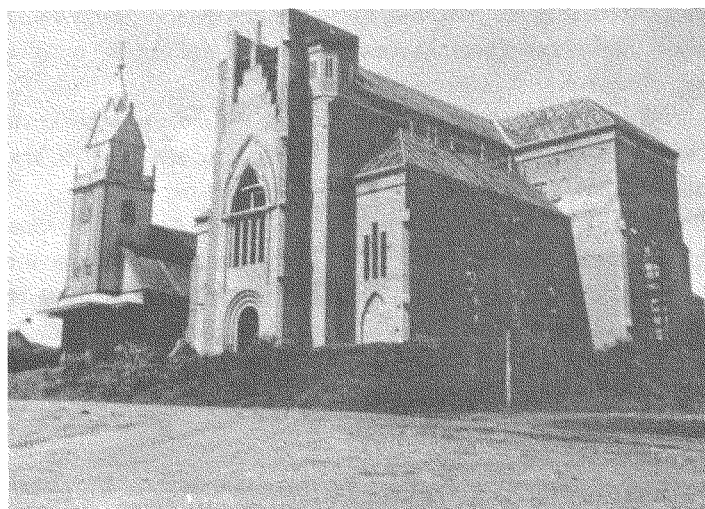
Na cidade, 3 hotéis e 2 pensões prestam os serviços de alimentação e hospedagem.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Dispõe a população do município, no setor da assistência médico-sanitária, de 3 médicos, 3 dentistas e 3 farmacêuticos, além de 3 instituições de saúde, a saber: Hospital São Mateus, um pôsto de puericultura e 1 de higiene, localizados na cidade, onde funcionam, também, 3 farmácias.

COOPERATIVISMO — Funciona, desde 1.º de março de 1943, data de sua instalação, a Cooperativa dos Produtos de Mate "Iguaçu" Limitada, congregando 1 426 associados.

ALFABETIZAÇÃO — O efetivo de pessoas de 5 anos e mais, existentes no município, quando da realização do Censo de 1950, era de 17 197, das quais 9 260 sabiam ler e escrever, sendo 5 146 homens e 4 114 mulheres. Na sede municipal, das 2 361 pessoas daquela idade, 1 654 eram alfabetizadas: 833 homens e 821 mulheres.

Ensino — O ensino primário fundamental comum, em 1956, foi ministrado, no município, através de 62 unidades escolares, em que estiveram matriculados 1 954 alunos. Na cidade existem dois estabelecimentos de ensino extraprimário, 1 ginásio estadual e 1 escola normal secundária.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há na sede municipal o Cine Guaíra, com 500 lugares; 1 livraria; 1 tipo-

Igreja-Matriz Municipal

Prefeitura Municipal

grafia; 1 biblioteca, pertencente ao Grupo Escolar Doutor Paulo Fortes, com cêrca de 1 500 volumes de obras gerais.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950......	930	...	815	454	852
1951......	1 135	...	995	428	768
1952......	1 438	...	1 188	467	1 064
1953......	1 141	...	1 645	434	1 245
1954......	1 392	...	1 472	398	1 259
1955......	1 799	...	1 435	469	1 403
1956......	2 436	...	2 247	547	2 137

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Festeja-se no município, com afluência geral, o dia 21 de setembro, dedicado a São Mateus, padroeiro local. São comemoradas também as festas de Nossa Senhora da Conceição, a 15 de agôsto; a de Nossa Senhora dos Navegantes, com procissão fluvial, pelo rio Iguaçu; a de São João, a 24 de junho; e a do Natal, a 25 de dezembro.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A denominação atual do município representa uma homenagem ao grande apóstolo cristão, São Mateus.

Os naturais do município são conhecidos por são-mateuenses.

São Mateus do Sul tem sobressaído ùltimamente no noticiário da imprensa, face às suas imensas reservas e jazidas de "xisto pirobetuminoso", em estudos para sua industrialização, por parte da Petrobrás. Há também no município vestígios de petróleo, fato êste conhecido desde 1890, cujas iniciativas (perfurações) lograram encontrar o "óleo negro" como se verificou em 1920.

O município é ainda comarca de segunda entrância do Estado do Paraná, compreendendo os distritos de São Mateus do Sul, Caitá, Fluviópolis e Lajeado.

É atual Juiz de Direito o Dr. José Arruda Santos; Promotor Público, o Dr. Lary Razzolini. O Prefeito em exercício é o Sr. Hezir Leal Hultman. São Vereadores os Srs. Jerônimo Tomaszevski, Osmar A. Oliveira, Ozy M. de Lima, Ewaldo Fischer da Silva, Leonardo Sianiszconski, Dr. Adyr O. G. Pereira, Antônio José Portes, Paulino F. de Lima, Francisco C. Guimarães.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

SÃO PEDRO DO IVAÍ — PR

Mapa Municipal no 12.° Vol.

HISTÓRICO — Diretores da firma A. Junqueira & Cia. foram os primeiros civilizados a se estabelecerem no local onde mais tarde surgiu a cidade de São Pedro do Ivaí.

Proprietária de uma gleba com cêrca de três mil alqueires de superfície, aquela firma industrial, desejando explorar a extração e beneficiamento de madeiras ali existentes em enorme quantidade, resolveu instalar às margens do rio Ivaí uma serraria. Logo que esta entrou em funcionamento, A. Junqueira & Cia., por seus diretores, decidiram iniciar a formação de um patrimônio, para o povoamento de parte da gleba de sua propriedade, o qual recebeu a denominação de Patrimônio do Ivaí. Iniciou-se então o deslocamento de colonos e posseiros para a localidade, que nasceu e cresceu, com grande rapidez, sob a inspiração dos industriais que lhe traçaram os rumos a seguir, afluindo para ali pessoas de quase tôdas as atividades e procedentes dos mais diversos pontos do Estado e do País.

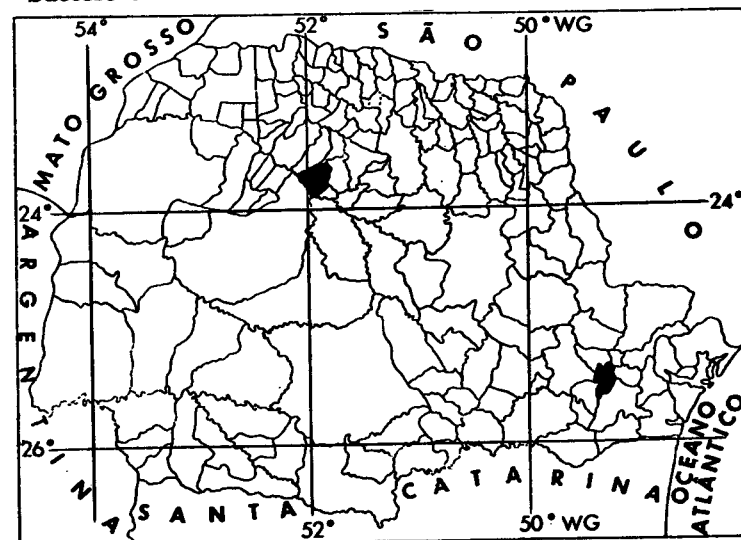
O processo usado para o povoamento racional, rápido e efetivo do patrimônio do Ivaí foi o mesmo adotado por outras entidades imobiliárias, desbravadoras e colonizadoras do Norte do Paraná: a divisão e venda de pequenos lotes urbanos, datas e sítios na zona rural.

Com a criação do município de Jandaia do Sul, por desmembramento do de Apucarana, o patrimônio de Ivaí, já então com a designação de "cidade" (embora não fôsse nem distrito), passou a pertencer ao território de Jandaia do Sul.

Dois ou três anos após a sua fundação, o patrimônio era elevado à categoria de distrito judiciário, com a denominação de Ivaí.

Pela Lei estadual n.° 253, de 26 de novembro de 1954, o distrito judiciário de Ivaí foi elevado à categoria de município, com a denominação de São Pedro do Ivaí.

Após a realização das eleições municipais em outubro de 1955, procedeu-se à instalação do município, com a posse concomitante do primeiro Prefeito Municipal e membros da Câmara de Vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Situado na Zona Fisiográfica do Ivaí, São Pedro do Ivaí faz limites com os seguintes municípios vizinhos: Borrazópolis, Apucarana, Jandaia do Sul, Bom Sucesso e Manoel Ribas. A cidade está situada na posição

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Vista de uma das ruas de S. Pedro do Ivaí

geográfica de 23° 52' de latitude Sul e 51° 41' de longitude W. Gr., estando ligada à Capital Estadual através de boa rodovia, numa extensão de 634 quilômetros.

ALTITUDE — A sede municipal encontra-se a uma altitude de 400 metros.

CLIMA — O município é atingido pelo clima quente, bastante saudável. As temperaturas médias observadas no ano de 1956 foram 30°C para as máximas, 18°C para as mínimas e 24,5°C a compensada.

ÁREA — Soma 479 quilômetros quadrados a área do município.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município são os ribeirões Borborema, Cambará, Carlos e Axel.

RIQUEZAS NATURAIS — Argila, explorada em grande escala para o fabrico de tijolos e telhas, e algumas reservas florestais representam as riquezas naturais do município.

POPULAÇÃO — Quando da realização do Censo de 1950, São Pedro do Ivaí era simples povoado do município de Apucarana, integrante do distrito de Jandaia do Sul; o referido distrito foi elevado à categoria de município com o topônimo São Pedro do Ivaí. Sua população atual acha-se estimada em 5 500 habitantes.

Aglomeração urbana — A cidade de São Pedro do Ivaí é a única aglomeração urbana existente no município, com uma população de 800 pessoas, aproximadamente.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Como atividade fundamental à economia do município figura a agricultura, e, nesta, destaca-se o plantio do café, que em 1958 deverá dar sua maior produção.

As culturas agrícolas com a produção prevista para 1956, em cruzeiros, foram: café — Cr$ 16 120 000,00; milho — Cr$ 8 151 000,00; feijão — Cr$ 5 355 000,00; arroz — Cr$ 4 322 500,00; seguem-se em importância o rami, a hortelã-pimenta, a mamona, a batata-inglêsa, o trigo e a banana. A suinocultura é outra fonte econômica de real importância para o município: seu rebanho é de apreciável porte e há exportação de gado para outros Estados, a qual em 1956 somou Cr$ 524 520,00.

A indústria, em fase incipiente, conta com 6 estabelecimentos dos quais 3 ocupam 5 ou mais trabalhadores. Os ramos principais são: "madeireiro" e "produtos alimentares".

A exportação total do município atingiu, em 1957, a soma de Cr$ 4 036 980,00, destacando-se, nesse valor, o café, o milho, o rami em bruto e o feijão.

COMÉRCIO E BANCOS — Exercem suas atividades no município cêrca de 11 estabelecimentos comerciais varejistas e 2 atacadistas.

O comércio local mantém transação com as praças de Jandaia do Sul, Apucarana, Maringá e Londrina, principais mercados consumidores da sua produção agrícola. Êstes por sua vez abastecem o município dos gêneros e mercadorias indispensáveis ao seu consumo interno e dos quais não possui fabrico próprio.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Boas estradas de rodagem ligam São Pedro do Ivaí aos municípios limítrofes, dos quais está separado pelas seguintes distâncias: Ivainópolis — 90 quilômetros; Bom Sucesso — 25 quilômetros; Campo Mourão — 100 quilômetros; Borrazópolis — 99 quilômetros; Jandaia do Sul — 49 quilômetros. Dista da Capital Estadual 634 quilômetros (rodoviário) e da Capital Federal, 1 317 quilômetros (rodoviário).

Na cidade funciona uma agência postal do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de São Pedro do Ivaí possui aproximadamente 800 habitantes, 200 edificações, das quais 163 estão ocupadas para fins domiciliares. É servida de energia elétrica para iluminação particular, registrando-se neste setor 68 ligações domiciliares.

Existem, na cidade, 15 logradouros públicos (1 praça, 4 avenidas e 10 ruas). Há, ali, 1 hotel e 1 pensão.

Na Prefeitura Municipal foram registrados no ano de 1956 2 automóveis e 46 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Exercem suas profissões no município 1 médico e 3 farmacêuticos que, no setor de assistência médico-sanitária e em geral, prestam relevantes serviços à população.

ENSINO — Em 1956, o município contava 6 unidades de ensino primário fundamental comum, em que estiveram matriculados 550 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existe na sede municipal o Cine São Carlos, com 200 lugares.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANO	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1956......	(1)	(2)	1 375	—	1 108

(1) A arrecadação federal é feita pela Coletoria Federal de Mandaguari. — (2) A arrecadação estadual em 1956 foi realizada pela Coletoria de Jandaia do Sul.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — A principal manifestação popular levada a efeito no município é a comemoração dos dias de São João, a 24 de junho, e São Pedro, a 29 do mesmo mês.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A denominação atual do município "São Pedro do Ivaí" representa uma homenagem ao grande taumaturgo cristão; o terminativo "Ivaí" é o nome do grande rio, às margens do qual está localizada a cidade.

É sede de distrito judiciário o têrmo subordinado à comarca de Jandaia do Sul, compondo-se de um Juiz de Paz e um Escrivão de Registro Civil e Anexos. O colégio eleitoral em 1955 compreendia 1 168 cidadãos inscritos.

As autoridades que regem os destinos do município são: Prefeito — Sr. Miguel Carneiro. Vereadores — Senhores Waldemar Cavalheiro, Ângelo Cacefo, Fausto O. M. Queiroz, Alfredo B. de Carvalho, Luiz Jorge de Lima, José Luiz de Souza, José Barbado, Benedito Mendonça, Diogo Peres Rodrigues.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

SENGÉS — PR

Mapa Municipal no 11.º Vol.

HISTÓRICO — Os primeiros moradores do território de Sengés foram João Camilo Barbosa e Manuel Alexandre, que ali chegaram por volta do ano de 1893. Atraídos pela fertilidade do solo e pelas riquezas naturais existentes, os pioneiros se estabeleceram às margens do rio Jaguaricatu, iniciando a plantação do milho e criação de gado suíno.

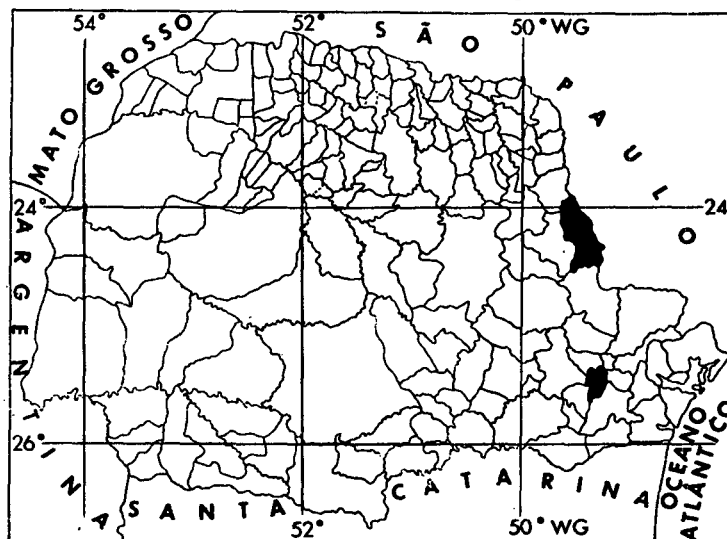
Em 1908, com a inauguração da estação da Estrada de Ferro São Paulo—Rio Grande (hoje Rêde de Viação Paraná—Santa Catarina), novas levas de moradores afluíram à localidade com o fim de se dedicarem ao trabalho numa serraria recém-construída, para exploração das imensas florestas de pinheiros que cobriam tôda a região. Entre os que aí fixaram residência, por essa época, podem ser arrolados: Marciano Miranda, Francisco Teodoro, Antônio Maciel, Joaquim Ferreira Lobo, Nenê Sobrinho, Olímpio Ferreira Lobo e Martinho Jorge, o qual, com sua família, exerceu grande influência nos destinos e desenvolvimento de Sengés.

Outro fator de decisiva importância na formação da futura comunidade foi o trânsito intenso de tropas de muares que, partindo do Rio Grande do Sul, faziam parada às margens do Jaguaricatu, onde os tropeiros procuravam alimento. Devido a isso, Joaquim Ferreira Lobo fundou nesse local um estabelecimento comercial, logo seguido por outros, como Nicolau Barbosa e Olímpio Ferreira Lobo, que também ali montaram casas de comércio, dando ensejo à formação do povoado de Sengés.

A 24 de dezembro de 1915 foi criado o distrito policial de Sengés e elevado a distrito judiciário no ano de 1917.

Em pouco tempo avolumou-se a sua população de modo que em 1927 já apresentava condições para a vida política e autonomia administrativa. Em virtude de petição dos seus habitantes, pelo Decreto-lei estadual n.º 269, de 8 de fevereiro de 1934, foi criado o município de Sengés, sendo instalado a 1.º de março daquele ano.

Em 1944 era elevado a têrmo judiciário e em 1949, criada a comarca de primeira entrância.

LOCALIZAÇÃO — As coordenadas geográficas de .... 24º 6' 38" de latitude Sul e 49º 27' 55" de longitude Oeste de Greenwich determinam a localização da sede municipal de Sengés. Situa-se o município de Sengés na Zona Fisiográfica dos Campos Gerais, limitando ao norte com o município de Venceslau Braz; ao sul, com o de Cêrro Azul; a oeste, com o de Jaguariaíva; e a leste, com o Estado de São Paulo.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal encontra-se a uma altitude de 591 metros.

CLIMA — Goza o município de clima temperado. As temperaturas registradas no ano de 1957 foram: 28ºC para a média das máximas, 16ºC para a das mínimas e 22,5ºC a compensada.

ÁREA — Compreende o município uma área de 1 546 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Dentre os acidentes geográficos do município, destacam-se: rios Itararé, nos limites com o Estado de São Paulo; Jaguariaíva, nos limites com Venceslau Braz e Jaguariaíva; e os ribeirões Morro Pelado, Morro Agudo e Morro de Peladinho.

RIQUEZAS NATURAIS — A madeira de lei constitui a principal riqueza natural do município.

POPULAÇÃO — Contava Sengés, quando do Recenseamento Geral de 1950, 8 974 habitantes, sendo 4 668 homens e 4 306 mulheres. Segundo *a côr* — 7 794 brancos, 596 pretos, 552 pardos e 3 amarelos; segundo *o estado civil* (15 e mais anos) — 7 537 solteiros, 3 257 casados, 296 viúvos e 0 desquitados; segundo *a nacionalidade* — 84 estrangeiros e 63 brasileiros naturalizados; segundo *a religião* — 7 788 católicos apostólicos romanos e 1 186 de outras religiões. De 6 habitantes por quilômetro quadrado foi, pelo Censo de 1950, a densidade demográfica do município; 90% da população estavam localizados na zona rural.

Aglomeração urbana — A cidade de Sengés é a única aglomeração urbana do município, possuindo, por ocasião

do último Recenseamento Geral, 974 habitantes, sendo 472 homens e 502 mulheres, assim distribuídos: *quadro urbano* — 744, 354 homens e 390 mulheres; *quadro suburbano* — 230, 118 homens e 112 mulheres. Estima-se sua população atual em 1 150 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção agrícola rendeu, em 1956: milho — Cr$ 8 700 000,00; café — .... Cr$ 1 680 000,00; feijão — Cr$ 1 365 000,00; arroz — Cr$ 1 080 000,00; batata-inglêsa — Cr$ 360 000,00.

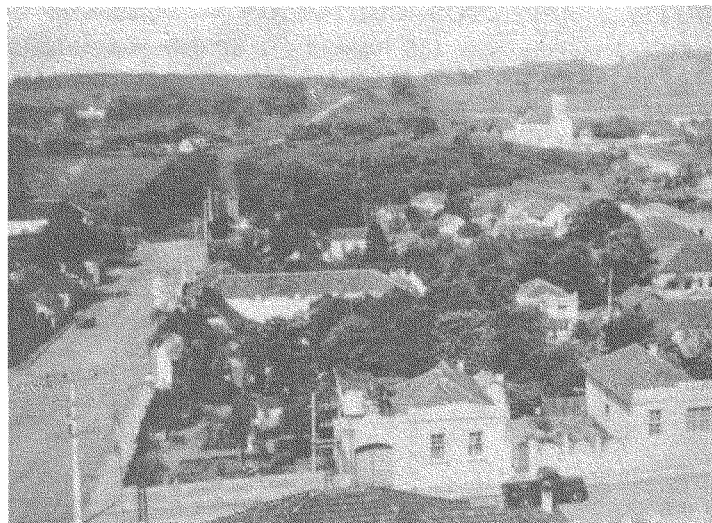
A indústria local dispõe de 9 estabelecimentos, dos quais 3 operam com 5 ou mais trabalhadores, agindo principalmente nos ramos "madeireiro" e de "produtos alimentares".

A pecuária é de considerável significação econômica, predominando o gado suíno e bovino. Há exportação de gado.

Em 1956, o valor da exportação do município somou Cr$ 102 741 240,00, sendo pinho (toras), tábuas serradas de pinho, papelão e gado suíno para alimentação os principais produtos exportados.

Tal movimento de exportação deve-se ao fato de estar o município situado na divisa com o Estado de São Paulo, e ser passagem obrigatória (rodoviária e ferroviária) dos veículos de transporte que se destinam àquele Estado.

COMÉRCIO E BANCOS — No município de Sengés existem 8 estabelecimentos comerciais varejistas e 3 atacadistas. Suas atividades mercantis são mantidas, através de intenso intercâmbio, com as praças de Ponta Grossa, Curitiba e São Paulo.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se Sengés aos seguintes municípios limítrofes: Venceslau Braz — 52 quilômetros (rodoviário) e 144 quilômetros (ferroviário); Jaguariaíva — 38 quilômetros (rodoviário) e 74 quilômetros (ferroviário); Cêrro Azul — 112 quilômetros (rodoviário); Itararé (SP) — 18 quilômetros (rodoviário) e 24 quilômetros (ferroviário), distando, da capital Estadual, 273 quilômetros (rodoviário) e 411 (ferroviário da R.V.P.S.C.). Da Capital Federal: 806 quilômetros (rodoviário).

Prefeitura Municipal

Vista parcial da cidade

Na sede funcionam os seguintes serviços de comunicação: 1 agência postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos e 1 agência telegráfica da Rêde Viação Paraná—Santa Catarina.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Sengés possui cêrca de 1 150 habitantes, 300 prédios, dos quais 230 ocupados para fins residenciais.

É servida de energia elétrica para iluminação pública e particular, esta com 162 ligações. Conta com um serviço de água canalizada, cuja rêde distribuidora mede 2 000 metros, abastecendo 100 prédios em 12 logradouros.

Existem, na cidade, 43 logradouros públicos (33 ruas, 8 travessas e 2 praças).

Há na sede municipal 1 hotel e 1 pensão.

Foram registrados na Prefeitura Municipal 126 veículos motorizados: 11 automóveis e 116 caminhões, em 1957.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Apenas um dentista e um farmacêutico prestam assistência médico-sanitária à população do município, existindo na cidade 2 estabelecimentos de saúde: a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, mantida por uma organização particular, e 1 pôsto de higiene, do Govêrno Estadual, além de uma farmácia.

ALFABETIZAÇÃO — O município, segundo o Censo de 1950, contava 7 416 pessoas de 5 anos e mais, das quais 2 764 sabiam ler e escrever: 1 677 homens e 1 087 mulheres. Na sede municipal, das 838 pessoas daquelas idades, 560 eram alfabetizadas: 292 homens e 268 mulheres.

Ensino — O ensino primário fundamental comum foi ministrado no município, em 1956, através de 31 unidades escolares, em que estiveram matriculados 910 alunos. A cidade é dotada de 1 ginásio estadual.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Funcionam na cidade 1 cinema com 150 lugares e 1 biblioteca estudantil, com 550 volumes.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950......	—	578	396	141	502
1951......	—	722	563	138	555
1952......	—	1 182	789	156	802
1953......	—	3 670	953	163	1 191
1954......	—	4 260	1 353	176	786
1955......	—	5 600	1 141	219	1 721
1956......	—	6 430	1 054	192	1 050

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — A principal manifestação popular que se realiza no município é em honra a São Sebastião, padroeiro local, no período de 11 a 20 de janeiro de cada ano, com muita pompa e brilhantismo, encerrando-se com procissão solene, foguetório, leilão e quermesses.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O topônimo "Sengés" foi dado inicialmente à estação da estrada de ferro, "São Paulo—Rio Grande", hoje R.V.P.S.C., que serve a cidade, e, posteriormente, foi adotado também como denominação oficial do município.

Os nascidos no município são denominados sengeanos.

Sengés é sede de comarca judiciária de 1.ª entrância, criada em 1949. O atual Juiz de Direito é o Dr. Antônio Domingues dos Santos Júnior e o Promotor Público, o Doutor Mário Camargo.

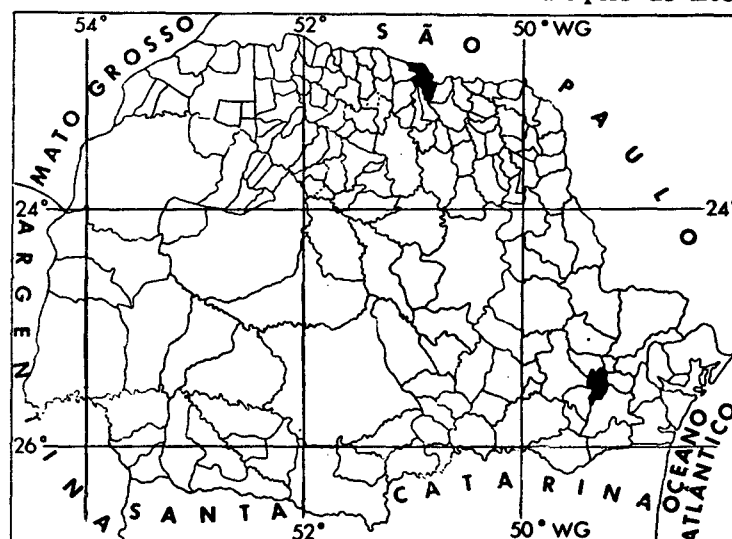
O Prefeito Municipal em exercício é o Sr. Daniel Jorge. São Vereadores os Srs. Durval Jorge, Amazonas Elke, Waldomiro Maciel, Jaime Jorge, Trajano Jorge, Basílio Costa, Jacyr Rosa, João J. Campos e Osvaldo Sampaio.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Paraná.

SERTANEJA — PR

Mapa Municipal no 12.° Vol.

HISTÓRICO — Fundado o município de Cornélio Procópio, a zona compreendida dentro do seu território recebeu o influxo dos colonizadores e novos bandeirantes, oriundos, em sua maioria, dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, que, atraídos pela fertilidade da terra, procuraram estabelecer-se nos mais diferentes pontos do município, formando patrimônios e promovendo a distribuição das terras, através de um plano de venda acessível a tôdas as bôlsas. Um dêsses primeiros núcleos coloniais organizados e fundados no território de Cornélio Procópio foi o de Sertaneja, iniciado em 1945, quando chegaram à localidade os primeiros povoadores. No curto espaço de sete anos, a região conhecida pela denominação de *Sertão do Paranapanema*, de que se originou a denominação atual, teve progresso rápido e envolvente, graças à exuberância de suas terras e ao trabalho fecundo e dinâmico desenvolvido pelos primeiros habitantes, fundadores da nova comunidade. De simples povoado ou patrimônio, sem ao menos ter sido elevado à categoria de distrito, Sertaneja passou diretamente a município, por Lei estadual de 14 de dezembro de 1952. Instalado logo a seguir, foram antes realizadas eleições para Prefeito e membros da Câmara Municipal, desmembrando-se o município de Sertaneja do território de Cornélio Procópio. O primeiro Prefeito Municipal de Sertaneja foi o cidadão Luiz Valério, que imprimiu à sua administração um sentido de dinamismo e eficiência, a fim de colocar a novel unidade municipal entre as mais progressistas e evoluídas de tôda a região setentrional do Paraná.

LOCALIZAÇÃO — Localiza-se o município na Zona Fisiográfica do Norte, nos limites com o Estado de São Paulo, através do rio Paranapanema, no percurso que vai da embocadura do Rio Tibagi até o Pôrto Giovani. Limita-se, dentro do Estado do Paraná com os municípios de Leópolis, Uraí, Sertanópolis e Primeiro de Maio. Dista da capital do Estado, via rodoviária, 460 quilômetros. Está situado na posição geográfica de 23° 1' de latitude Sul e 50° 47' de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

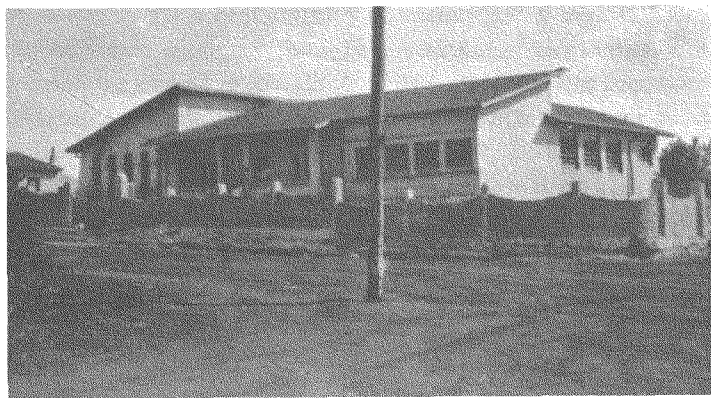
ALTITUDE — É de 520 metros na sede municipal.

CLIMA — Sertaneja possui clima ameno e saudável. As temperaturas médias registradas no ano de 1957 foram de 25,1°C para as máximas, 14,6°C para as mínimas e 19,8°C para a compensada.

ÁREA — A área do município corresponde a 432 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O principal acidente geográfico do município é o rio Paranapanema, nos limites com o Estado de São Paulo, destacando-se também, pela sua importância, na região, o rio Tibagi, que faz divisa com os municípios vizinhos de Primeiro de Maio, Sertanópolis e Uraí.

RIQUEZAS NATURAIS — Algumas matas ainda existentes e argila constituem as principais riquezas naturais do município.

POPULAÇÃO — Por ocasião do Recenseamento Geral de 1950, contava 9 852 habitantes, sendo 5 200 homens e 4 652 mulheres.

Grupo Escolar Municipal

Aglomerações urbanas — A cidade de Sertaneja e a vila de Paranagi constituem as aglomerações urbanas do município, contando a primeira cêrca de 1 700 habitantes, e a segunda, 150, atualmente.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município assenta as bases de sua economia na agricultura, seguindo-lhe em importância a pecuária e indústria. Das culturas agrícolas surge o café como a mais importante e desenvolvida. Em 1956 o valor da produção agrícola do município (estimativa) era: café — Cr$ 11 961 000,00; milho — .... Cr$ 32 240 000,00; algodão — Cr$ 17 336 000,00; feijão — Cr$ 7 176 000,00; arroz — Cr$ 1 912 500,00. Em menor escala o amendoim, o trigo e a batata-inglêsa.

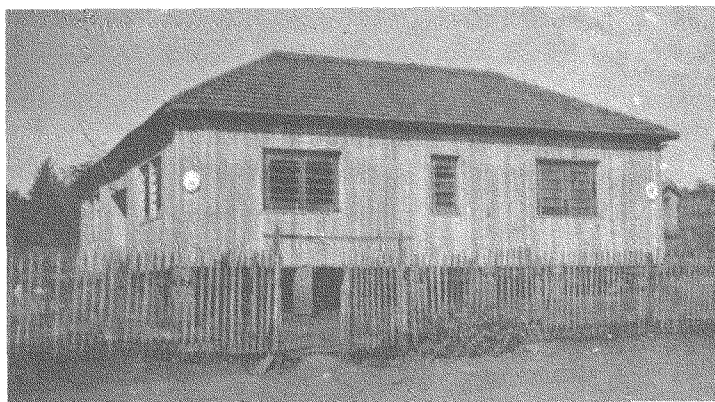
Conta o município com um apreciável rebanho animal, em que sobressai o gado suíno, com uma exportação que, em 1956, alcançou Cr$ 7 743 946,00.

A indústria, em fase de incremento, possui cêrca de 16 estabelecimentos, dos quais 3 ocupam 5 ou mais funcionários em suas atividades. Os ramos principais são: "madeireiro" e de "produtos alimentares". O valor da exportação interestadual do município, em 1956, atingiu a cifra de Cr$ 129 125 054,00, sendo o algodão, o café, o milho e o feijão os principais produtos exportados.

COMÉRCIO E BANCOS — O município apresenta 18 estabelecimentos varejistas, 4 atacadistas e uma agência bancária. Mantém transação comercial com as praças de Cornélio Procópio, Londrina, Assis (SP), Marília (SP), Ourinhos (SP) e Curitiba para onde envia sua produção, lá se abastecendo dos gêneros e mercadorias necessários ao seu consumo.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido pelo transporte rodoviário e ferroviário; o fluvial faz-se através dos portos de Giovani, Gregorio e Petrini, às margens do rio Paranapanema, por onde se escoa grande parte da produção municipal, para São Paulo. Por estradas de rodagem, liga-se aos seguintes municípios: Primeiro de Maio — 40 km; Sertanópolis — 32 km; Uraí — 36 km; Leópolis — 8 km; Florínea (SP) — 18 km. Dista da capital do Estado 460 km (rodovia) e da capital Federal 980 km (rodovia). Não é servido por ferrovia. Possui apenas um campo de pouso sendo de propriedade particular (Fazenda Santa Maria). Na sede funciona uma agência postal do Departamento dos Correios e Telégrafos.

Igreja-Matriz Municipal

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Sertaneja conta, atualmente, com 1 700 habitantes, 19 logradouros públicos, sendo 4 avenidas, 13 ruas, uma travessa e uma praça. Possui cêrca de 450 edificações, das quais 382 servem para fins residenciais, além de 4 estabelecimentos comerciais atacadistas, 18 varejistas, 2 hotéis e uma pensão. No ano de 1957, foram registrados na Prefeitura Municipal 18 automóveis e 75 caminhões. É servida de energia elétrica para

Prefeitura Municipal

iluminação pública e domiciliar, esta com 206 ligações. O abastecimento de água é feito através de uma rêde distribuidora com 4 500 metros de extensão, beneficiando 230 prédios em 14 logradouros.

Na sede municipal se encontra um cinema, o Cine Progresso, com capacidade para 306 pessoas.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Conta a população do município, no setor da assistência médico-sanitária em geral, com 1 médico, 4 dentistas e 4 farmacêuticos, residentes na cidade, onde existem, também, 4 farmácias.

ALFABETIZAÇÃO — Quando da realização do Censo de 1950, a sede do então distrito de Sertaneja contava 711 pessoas de 5 anos e mais, das quais 358 sabiam ler e escrever, sendo 205 homens e 153 mulheres.

Ensino — O ensino primário fundamental comum no município foi ministrado, em 1956, através de 18 unidades escolares, com a matrícula de 1 020 alunos.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1953......	423	...	1 692	598	949
1954......	470	...	1 803	898	1 248
1955......	496	...	1 970	845	1 927
1956......	733	...	2 290	783	2 052

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A principal manifestação popular que se realiza no município tem lugar no dia 13 de junho, data consagrada ao padroeiro local, Santo Antônio de Pádua, encerrando-se com solene procissão, bênção do Santíssimo Sacramento, enquanto que, externamente, verificam-se quermesses, armação de barracas, foguetório e leilões.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O local em que está localizado o município era primitivamente coberto por densas florestas. Acredita-se, por êsse fato, que tenha surgido o atual topônimo, isto é, Sertaneja (cidade do sertão). As pessoas nascidas na comuna são chamadas sertanejantes.

Judiciàriamente, na qualidade de distrito, o município está subordinado à comarca de Cornélio Procópio, de onde foi desmembrado. Na sede encontra-se um Juiz de Paz e um Cartório do Registro Civil e anexos. É Prefeito Municipal o Senhor Dr. Waldemar Scardazzi. São vereadores os Senhores Antônio Stelato, José Orasino, José O. de Castro, Luiz Valério, Olegário Queiroz, José Artur, Antônio S. de Araujo, João Guerino de Oliveira e Plácido Gonçalves.

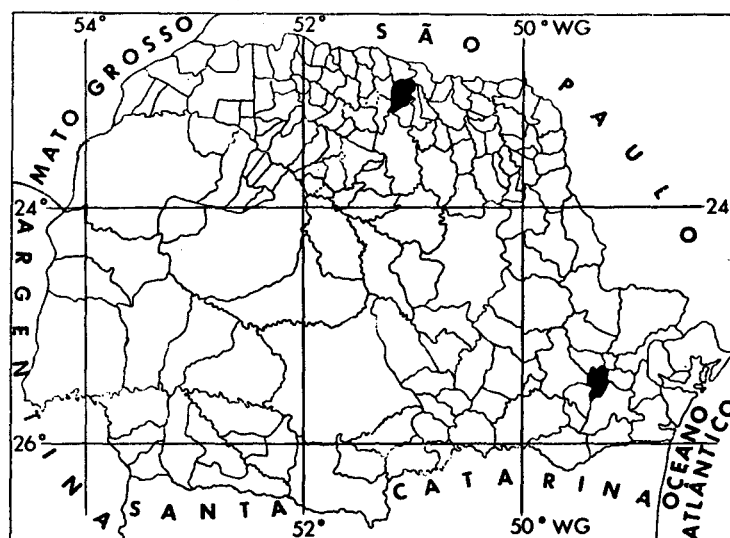
FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Paraná.

SERTANÓPOLIS — PR

Mapa Municipal no 12.° Vol.

HISTÓRICO — O território do atual município de Sertanópolis começou a ser povoado em 1923, por algumas famílias vindas do Estado de São Paulo. Os primeiros foram concessionários de terras, que se utilizaram do regime oficial de colonização, criado e pôsto em prática por fôrça do Decreto n.° 1 642, de 5 de abril de 1916, que, em face à crescente expansão econômica e social de São Paulo, viram as terras de Sertanópolis próprias para a cultura do cafeeiro; resolveram então transferir-se para esta localidade. Entre as pessoas que atingiram Sertanópolis através da Colônia de Primeiro de Maio, no época em formação, figuram Luiz de Liberador, Saturnino Borges Teixeira, Lourenço Antônio da Veiga, Sebastião Fagundes, Joaquim Felipe de Souza, João Reichert e outros, que aqui chegaram, geralmente acompanhados de suas respectivas famílias. Seis anos após a entrada dos primeiros povoadores, já a Colônia de Sertanópolis possuía cêrca de 50 moradias, 5 casas comerciais, uma pensão, era sede de paróquia, tinha médico, farmácia, uma máquina de beneficiar arroz e café, e uma população de, aproximadamente, 400 habitantes. Foi essa população pioneira que veio a constituir a "Cidade Sertão", isto é, Sertanópolis, denominação pela qual passou a ser conhecida tôda a região, onde se estabeleceram os primeiros colonizadores. Conseguindo, com rapidez insuperável, avantajar-se pelo crescimento de sua população, duplicando sua produção agrícola e industrial, chegando a sua exportação a atingir cifras consideráveis, com uma capacidade de arrecadação cada vez maior, a Colônia Sertanópolis tomou expressão, tornando-se alvo das atenções nas esferas governamentais, pelo que foi elevada à categoria de município, a 10 de abril de 1929. Sua autonomia administrativa, porém, teve curta duração, sendo cassada por Lei estadual, em 1932, passando o município a ser anexado, como distrito administrativo, a Jataí, em cuja condição permaneceu até o ano de 1934. A rápida evolução de Sertanópolis não permitiu que ficasse, por mais tempo, subordinado ao município de Jataí, e, pelo Decreto-lei estadual número 1 391, de 6 de junho de 1934, teve restabelecida a sua autonomia administrativa, voltando a constituir o município de Sertanópolis, dentro das suas antigas divisas, em virtude do desmembramento do antigo município de Jataí, hoje Jataìzinho.

A 30 de dezembro de 1936, a Colônia Primeiro de Maio foi elevada à categoria de distrito administrativo de Sertanópolis. A 1.° de janeiro de 1939 as terras de Ibiporã foram anexadas ao território de Sertanópolis, sendo elevado a distrito por fôrça do Decreto estadual n.° 7 573, da mesma data. Devido ao crescente progresso do município, novos e florescentes núcleos populacionais vão surgindo, como Bela Vista e São João dos Bandeirantes, que, com apenas dois anos de existência, eram transformados em distritos, e, logo depois, em municípios autônomos. Surgem ainda Santa Margarida, Prata e muitos outros povoados importantes. Por Lei estadual de 19 de abril de 1944 foi criada a comarca de Sertanópolis, surgindo mais dois distritos: Jaguapitã e Porecatu, originados das antigas Colônias de São João dos Bandeirantes, o primeiro, e o segundo, do antigo povoado de Brasília. Pela divisão territorial adotada em 1943, o município estava formado dos distritos de Sertanópolis, Ibiporã, Jaguapitã, Porecatu e Primeiro de Maio. Pela Lei estadual n.° 2, de 10 de outubro de 1947, Sertanópolis sofreu o primeiro grande desmembramento, quando foram criados os municípios de Bela Vista do Paraíso, Ibiporã, Jaguapitã (ex-São José), Jataìzinho (ex-Jataí) e Porecatu (ex-Brasília). Outro desmembramento foi levado a efeito pela Lei estadual n.° 612, de 27 de janeiro de 1951, com a criação do município de Primeiro de Maio, cuja área total abrangia 411,1 quilômetros quadrados.

LOCALIZAÇÃO — Localiza-se o município na Zona Fisiográfica do Norte, fazendo limites com Bela Vista do Paraíso, Primeiro de Maio, Sertaneja, Jataìzinho, Ibiporã e Londrina. Sua sede está situada nas coordenadas geográficas de .. 23° 3' 21" de latitude Sul e 51° 2' 10" de longitude W.Gr. Está ligada à capital do Estado, por uma boa rodovia, na extensão de 434 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Prefeitura Municipal

ALTITUDE — É de 320 metros, na sede municipal.

CLIMA — Possui o município clima quente, sêco e saudável. Há ocorrência de chuvas constantes nos meses de setembro a março. No inverno a temperatura apresenta-se fresca e agradável. No ano de 1957, foram observadas as temperaturas médias seguintes: 30°C para as máximas, 18°C para as mínimas e 24°C para a compensada.

ÁREA — A área do município é de 453 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Sertanópolis é cortado por diversos ribeiros, sendo os principais o Couro de Boi, o Cerne e o dos Cágados.

RIQUEZA NATURAL — A argila, explorada em grande escala para o fabrico de telhas e tijolos, constitui a principal riqueza natural do município.

POPULAÇÃO — Sertanópolis, segundo o Censo de 1950, era habitado por 36 354 pessoas, com as seguintes constituições: *segundo o sexo*: 19 076 homens e 17 278 mulheres; *segundo a nacionalidade*: 35 033 brasileiros natos, 51 brasileiros naturalizados e 1 268 estrangeiros; *segundo a côr*: 33 484 brancos, 1 928 pretos, 183 amarelos e 750 pardos; *segundo a religião*: 33 276 católicos apostólicos romanos, 2 054 protestantes, 429 espíritas, 455 de outras religiões, 113 sem religião e 27 sem religião declarada. *Segundo o estado civil*, o número de pessoas de 15 e mais anos era de 19 407, das quais 6 099 declararam-se solteiras, 12 511 casadas, 4 desquitadas e 779 viúvas. Estavam concentrados no quadro rural 81% de sua população, enquanto a densidade demográfica era de 43 habitantes por quilômetro quadrado.

Aglomeração urbana — A cidade de Sertanópolis é a única aglomeração urbana existente no município, sendo a sua população de 4 091 pessoas (2 105 homens e 1 896 mulheres), segundo, ainda, o Recenseamento Geral de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O ramo "agricultura, pecuária e silvicultura" constitui a principal atividade econômica do município, ocupando 42% das pessoas em idade ativa. Dentre as culturas agrícolas, é o café, sem dúvida, que ostenta maior projeção econômica. O valor da produção agrícola, em 1956, estêve assim distribuído: café — Cr$ 129 024 000,00; feijão — Cr$ 18 000 000,00; milho — Cr$ 14 742 000,00; arroz — Cr$ 7 168 100,00.

Em 1955 a população pecuária valeu, aproximadamente, 67 milhões de cruzeiros. Os rebanhos mais destacados são o suíno e o bovino.

A indústria conta com 40 estabelecimentos, dos quais 1 apenas ocupa 5 ou mais pessoas. Em 1955 valia aproximadamente 63 milhões de cruzeiros; o principal ramo é o de "produtos alimentares" (91% do total), seguindo-se o de "beneficiamento de madeiras" e o de "cerâmica". A exportação do município em 1956 atingiu a expressiva soma de Cr$ 87 544 364,00, incidindo sôbre o café em grão, o feijão, o milho, galinhas para alimentação e gado suíno e bovino.

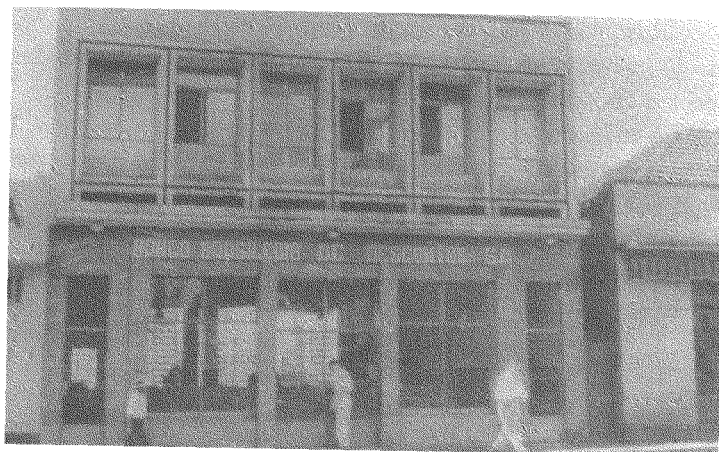
COMÉRCIO E BANCOS — Sertanópolis possui 18 estabelecimentos comerciais varejistas, 6 atacadistas e 5 agências bancárias. O comércio é intenso, sendo mantidas transações principalmente com as praças de Ibiporã, Londrina, Cornélio Procópio, Jacarèzinho e Curitiba, no Paraná; Assis, Presidente Prudente e São Paulo em São Paulo. Dessas localidades — que são compradoras naturais dos produtos da região — recebe o município os gêneros e mercadorias de que necessita para seu consumo interno.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido pelos meios de transporte rodoviário e aéreo. Próximo à cidade existe um campo de pouso, no qual regularmente aterrissam os aviões da Varig (Viação Aérea Rio-grandense S. A.). Por estradas de rodagem liga-se aos seguintes municípios vizinhos: Primeiro de Maio — 29 km; Bela Vista do Paraíso — 20 km; Ibiporã — 29 quilômetros; Londrina — 42 km; Sertaneja — 28 km; Uraí — 32 km; Jataìzinho — 37 km. Dista das capitais Estadual e Federal, via rodoviária, respectivamente, 440 e 1 560 km.

Possui ainda Sertanópolis uma agência Postal do Departamento dos Correios e Telégrafos e serviço telefônico.

ASPECTOS URBANOS — A cidade conta com cêrca de 5 300 habitantes e 1 100 edificações urbanas, das quais 1 025 servindo para fins residenciais. Possui rêde telefônica com 109 aparelhos instalados, energia elétrica para fôrça motriz e iluminação pública e particular, esta com 548 ligações. Existem na cidade 29 logradouros públicos (duas avenidas, 25 ruas e duas praças) e ainda 3 hotéis e uma pensão. No ano de 1957, foram registrados na Prefeitura Municipal 60 automóveis e 164 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O setor médico-sanitário do município está representado por 6 médicos, 4 dentistas e 6 farmacêuticos. Na cidade funcionam 1 hos-

Ag. do Banco do Nordeste do Estado de São Paulo S.A.

Ag. do Banco Brasileiro de Descontos S.A.

pital (o São Lucas, com 34 leitos) e 1 Pôsto de Higiene, além de 6 farmácias.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Censo de 1950, o município contava 29 383 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 10 934 (6 922 homens e 4 012 mulheres) sabiam ler e escrever. Na sede municipal, existiam 3 369 na mesma idade, das quais 2 042 eram alfabetizadas 1 162 do sexo masculino e 880 do feminino.

Ensino — Em 1956, funcionaram no município 25 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, em que estiveram matriculados 1 530 alunos. A cidade conta com dois estabelecimentos de ensino extraprimário: 1 ginásio estadual e 1 escola normal regional.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existem na cidade uma associação lítero-recreativa e uma profissional; 2 cinemas, o Central, com 600 lugares, e o Guarany, com 400; uma tipografia e uma livraria. Circula no município a "Tribuna de Sertanópolis", de periodicidade quinzenal.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1951......	...	5 727	2 522	1 509	2 522
1952......	...	6 473	3 939	2 795	...
1953......	...	6 646	3 532	1 723	...
1954......	...	6 449	3 715	1 981	3 635
1955......	...	11 787	5 269	2 167	...
1956......	...	11 034	5 918	2 543	3 548

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — São em número de 3 as manifestações populares levadas a efeito no município: Festa de Santa Terezinha, padroeira local, no período de 4 de setembro a 3 de outubro, com muita animação e brilhantismo; comemoração da Semana Santa, e, finalmente, comemoração do dia 6 de junho, data que assinala o aniversário de restauração do município.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A existência primitiva de enormes florestas e sertões virgens gerou a atual denominação "sertanópolis" (cidade do sertão). Os habitantes locais são chamados sertanopolenses. A comarca que está ali sediada conta com um Juiz de Direito e um Promotor Público, e compreende os seguintes distritos judiciários: Sertanópolis, Ibiaci e Primeiro de Maio. Em 1955 havia 6 008 eleitores inscritos. As autoridades representativas de Sertanópolis atualmente em exercício são: Prefeito Municipal — Domingos G. de P. Filho; Vereadores — Jorge Faneco, Luiz Caetano, Gilberto Gordenon, Antônio S. Souza, Dr. Gervásio Morales, Paulo G. de Toledo, Exaro Menk, José V. Fernandes, Olímpio Pissinati.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

SIQUEIRA CAMPOS — PR

Mapa Municipal no 11.º Vol.

HISTÓRICO — Data do ano de 1843 a primeira penetração por civilizados, no território do atual município de Siqueira Campos, efetuada por Joaquim José de Senes, proprietário de vasta gleba de terras, onde se originou e se situa, atualmente, o município.

Três anos mais tarde, aquêle pioneiro vendeu a sua posse a José Bernardes de Gouveia, o qual, por sua vez, a transferiu aos irmãos Miguel Joaquim e Francisco de Paula. Já em 1863 êstes últimos transferiram os seus direitos a José Caetano de Carvalho, Caetano José de Carvalho, Inocêncio José de Carvalho (todos irmãos) e aos cunhados dêstes, Pedro José da Rocha e João de Oliveira Rocha. Êstes povoadores vieram do lugar denominado "Douradinho", município de Santo Antônio do Machado, na então província de Minas Gerais. Como cada um dêles já tivessem filhos casados, o número de pessoas a chegar à localidade foi relativamente grande, formando um pequeno povoado.

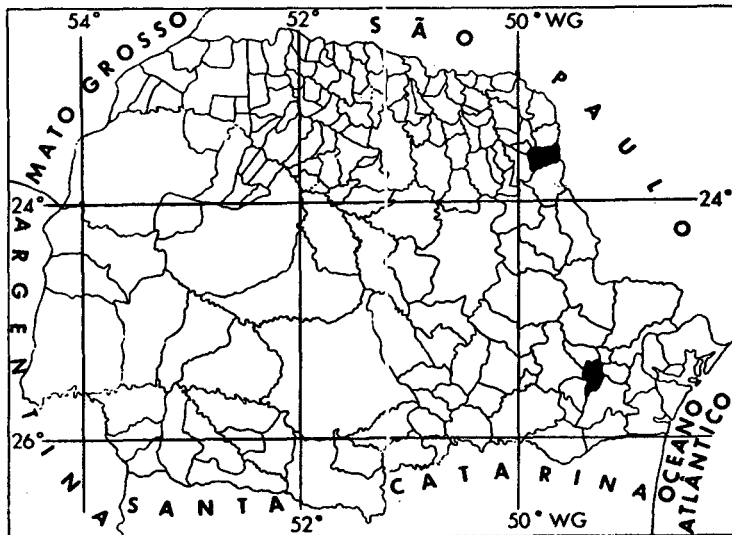
Considerando que a nova povoação era formada exclusivamente por mineiros, isto é, por pessoas oriundas de Minas Gerais, ocorreu ao capitão Francisco José de Almeida, conhecido pela alcunha de "Tico Lopes", então residente no povoado de São José da Boa Vista, a idéia de denominá-la Colônia dos Mineiros, nome que mais tarde foi abreviado para Colônia Mineira.

Em 1899, por ato do governador do Estado, Dr. José Ferreira dos Santos Andrade, criou-se o distrito policial da Colônia Mineira e a 22 de novembro de 1900 foi o mesmo elevado à categoria de distrito judiciário. A 28 do mesmo mês e ano, por ato do govêrno do Dr. Francisco Xavier da Silva, foi aprovada a legitimação do patrimônio da Colônia Mineira.

Pela Lei estadual n.º 1 913, de 23 de fevereiro de 1920, foi criado o município de Colônia Mineira. O têrmo judiciário foi criado por Lei estadual de 6 de abril de 1923, e instalado a 19 de dezembro de 1927.

A antiga denominação Colônia Mineira foi mudada para Siqueira Campos, por Decreto n.º 323, de 5 de novembro de 1930, do Chefe do Govêrno Provisório general Mário Tourinho.

LOCALIZAÇÃO — Siqueira Campos fica na Zona Fisiográfica de Tomazina. Faz limites com os municípios de Carlópolis, Joaquim Távora, Quatiguá, Tomazina e Ven-

ceslau Braz, no Estado do Paraná; e Itaporanga, no Estado de São Paulo. A sua sede está situada na posição geográfica de 23° 41' 21" de latitude Sul e 49° 50' 26" de longitude W.Gr., distando da Capital do Estado, em rodovia, 285 quilômetros e por ferrovia, 436.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 665 metros na sede municipal.

CLIMA — Possui o município clima temperado, sêco e saudável. As temperaturas registradas no ano de 1957 foram 27°C para a média das máximas, 12°C para a das mínimas e 20°C a compensada.

ÁREA — O município compreende uma área equivalente a 479 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Siqueira Campos é cortado por vários córregos e ribeiros, sendo porém o seu principal acidente geográfico o rio Itararé, nos limites com o Estado de São Paulo.

RIQUEZAS NATURAIS — Argila e madeiras constituem as principais riquezas do município.

POPULAÇÃO — Segundo o Censo de 1950, Siqueira Campos era habitado por 13 144 pessoas, com a seguinte constituição: *segundo o sexo* — 6 674 homens e 6 470 mulheres; *segundo a nacionalidade* — 13 058 brasileiros natos, 20 brasileiros naturalizados e 66 estrangeiros; *segundo a côr* — 12 108 brancos, 199 pretos, e 824 pardos; *segundo a religião* — 12 565 católicos romanos, 382 protestantes, 40 espíritas, 217 de outras religiões, 1 sem religião e 49 sem religião declarada. O número de pessoas de 15 anos e mais era de 7 205. Dêsse total, 1 967 eram solteiros; 4 856, casados 5, desquitados; e 370, viúvos. Os 78% da população estavam localizados no quadro rural e a sua densidade demográfica correspondia a 26 habitantes por quilômetro quadrado.

Aglomerações urbanas — O município conta 3 aglomerações urbanas: a cidade de Siqueira Campos que, segundo o Censo de 1950, era habitada por 2 172 pessoas, sendo 1 034 homens e 1 138 mulheres, e as vilas de Marimbondo e Salto do Itararé, a primeira com 219 habitantes: 115 homens e 104 mulheres, e a segunda com 452, sendo 228 homens e 224 mulheres.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A economia do município assenta suas bases na cafeicultura, coadjuvada pelo cultivo de cereais e frutas em geral.

A produção agrícola apresentou, em 1956, os seguintes valores: café — Cr$ 26 316 000,00; milho — .... Cr$ 8 793 400,00; feijão — Cr$ 5 147 500,00; laranja — Cr$ 4 356 250,00 arroz — Cr$ 3 201 000,00.

Na pecuária, a suinocultura predomina, tendo a exportação de gado suíno, em 1956, atingido quase onze milhões de cruzeiros.

A indústria conta com 46 estabelecimentos em atividade, dos quais, apenas 2 ocupam 5 ou mais operários em suas tarefas. Os principais ramos são: "produtos alimentares" e "cerâmica".

Há no município excelentes possibilidades para o desenvolvimento da fruticultura nas mais variadas espécies.

A exportação interestadual em 1956 atingiu a expressiva soma de Cr$ 20 099 881,00, sendo gado suíno, feijão e arroz os principais produtos saídos do município.

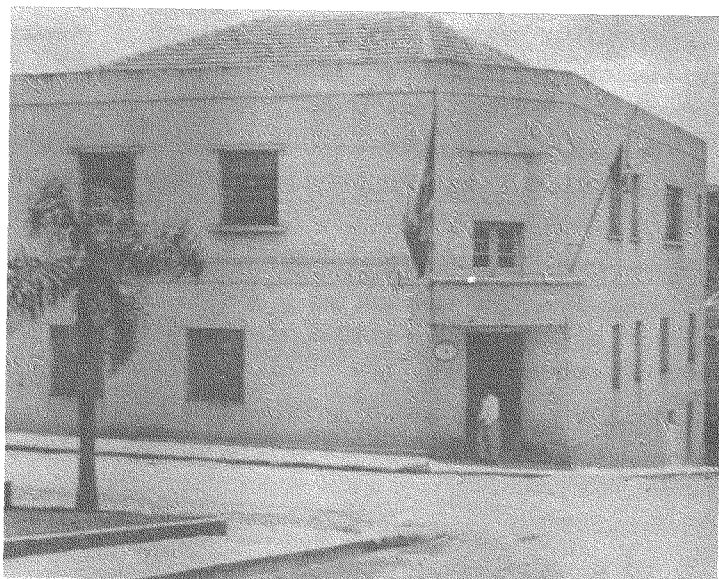
COMÉRCIO E BANCOS — O comércio de Siqueira Campos é desenvolvido através de 6 estabelecimentos atacadistas e 190 varejistas. Há 3 agências bancárias. Mantém o município transação comercial com as praças de Santo Antônio da Platina, Jaguariaíva, Castro, Ponta Grossa e Curitiba, no Paraná, e Ourinhos e São Paulo, naquele Estado. Essas localidades absorvem a produção agrícola e pecuária do município, e, em troca, abastecem-no daqueles artigos e mercadorias de que necessita para seu consumo interno, e das quais não tem produção própria.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — No setor de transportes, o município é servido por estradas de rodagem e de ferro (R.V.P.S.C.).

Na cidade existe 1 campo de pouso para táxis-aéreos.

Liga-se aos municípios vizinhos através das seguintes distâncias: Carlópolis — 40 km (rodoviário); Joaquim Távora — 50 km (rodoviário e ferroviário); Tomazina — 18 quilômetros (rodoviário) e 52 km (ferroviário); Venceslau Braz — 30 km (rodoviário e ferroviário); Itaporanga (SP) 55 km (rodoviário).

Dista da Capital Estadual (rodoviário) 285 km e 463 quilômetros (ferrovia) e da Capital Federal, 1 078 km (rodovia) e 1 118 km (ferrovia).

Praça Brasil

Prefeitura Municipal

Os meios de comunicação de que dispõe o município são: telégrafo da R.V.P.S.C. (3 estações) um radiotelégrafo particular, e duas agências postais do D.C.T. bem como os serviços telefônicos da Cia. Telefônica Nacional, urbano e interurbano.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Siqueira Campos conta com a população estimada em 3 900 habitantes; mais de 728 edificações urbanas das quais 650 destinam-se a fins residenciais. Tem uma rêde telefônica, com 54 aparelhos instalados na zona urbana. Possui energia elétrica para iluminação pública e domiciliar, esta com 564 ligações e, também, para fôrça motriz. O serviço de água canalizada tem 750 metros de rêde distribuidora abastecendo 50 prédios de 5 logradouros. Existem na cidade 28 logradouros públicos sendo 2 avenidas, 20 ruas, 3 travessas e 3 praças, alguns pavimentados com pedras irregulares. Há 2 hotéis e 2 pensões para os serviços de alimentação e hospedagem, na cidade.

Em 1957, foram emplacados no município 87 veículos motorizados: 10 automóveis e 77 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Prestam serviços à população 2 médicos, 3 dentistas e 2 farmacêuticos. Como fonte de assistência médica em geral, o povo conta com 3 estabelecimentos de saúde localizados na cidade: a Casa de Saúde Santa Tereza, 1 pôsto de puericultura e 1 subposto de higiene. Funcionam também 2 farmácias.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Censo de 1950, o município de Siqueira Campos contava 10 877 habitantes de 5 anos e mais. Dêsse total, 3 492 sabiam ler e escrever, sendo 2 229 homens e 1 263 mulheres. Das 1 846 pessoas daquelas idades existentes na sede municipal, 1 278 eram alfabetizadas: 684 homens e 594 mulheres.

Ensino — Em 1956, funcionaram no município 35 unidades de ensino primário fundamental comum, em que estiveram matriculados 1 453 alunos, existindo na cidade 1 estabelecimento de ensino extraprimário, o Ginásio de Siqueira Campos, com uma escola normal, anexa.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há em funcionamento na cidade 1 cinema, o Cine Pindorama, com 500 lugares, 1 tipografia e 1 livraria.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950......	498	1 523	837	447	...
1951......	592	1 556	1 382	856	1 144
1952......	703	1 355	1 295	543	...
1953......	794	1 769	1 630	671	...
1954......	1 058	2 207	1 672	689	...
1955......	1 212	2 844	1 739	1 174	1 229
1956......	1 336	4 029	1 898	1 036	1 397

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — A principal manifestação popular que se realiza no município diz respeito aos festejos do mês de maio (Mês Mariano), com muita animação, foguetório, banda de música, etc. A seguir, comemora-se a festa do Divino Espírito Santo, padroeiro local.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O nome do município advém de uma representação local dirigida ao govêrno, a fim de homenagear Siqueira Campos, bravo revolucionário brasileiro.

O município é sede de comarca de terceira entrância, compreendendo os distritos de Siqueira Campos, Marimbondo, e Salto do Itararé. Na cidade funcionam os cartórios do Cível, Crime, de Imóveis e do Registro Civil e Anexos.

Em 1955, compareceram às urnas 3 574 eleitores.

Possui o município uma banda de música que anima as festividades realizadas na sede e no interior.

As autoridades são: Prefeito Municipal — Sr. Joaquim V. de Souza. Vereadores — Srs. Julio Barbosa Lemes, Aguinaldo P. Lima, Geniplo A. e Silva, José Alencar de Oliveira, José Barbosa, Jovino Francisco Leal, José P. de Azevedo, João Luiz de Carvalho e Wilson Fontanelli.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

TAMBOARA — PR

Mapa Municipal no 12.° Vol.

HISTÓRICO — O atual município de Tamboara, que figura no rol das mais novas unidades municipais criadas no Paraná, teve a sua origem no patrimônio da mesma denominação e nasceu da colonização racionalizada de que resultou o desbravamento e povoamento do Norte do Estado. A Sociedade Técnica e Colonizadora Engenheiro Beltrão, com escritórios instalados na cidade de Mandaguari, era proprietária de uma gleba de terras que, integrando o território do município de Mandaguari, se prolongava até as margens do rio Ivaí. Em 15 de abril de 1947, a referida Emprêsa imobiliária, por intermédio do seu procurador, Sr. Duílio Trevisan Beltrão, determinou a abertura da estrada até a localidade a que se deu a designação de Tamboara, e que representa o nome do cacique de antiga tribo indígena da região, iniciando ali a formação de um patri-

mônio. Não houve necessidade da abertura de picada para atingir-se, anteriormente, a localidade, em virtude de já existir, mesmo antes de 1931, uma trilha conhecida pela denominação de *caminho do caboclo*, o qual passava pelo território do patrimônio, atingindo a barranca do rio Ivaí, moradia do conhecido caboclo. Por essa picada, os pioneiros da fundação de Tamboara chegaram até o local escolhido para sede do patrimônio, iniciando a derrubada da mata, exatamente no dia 15 de abril de 1947.

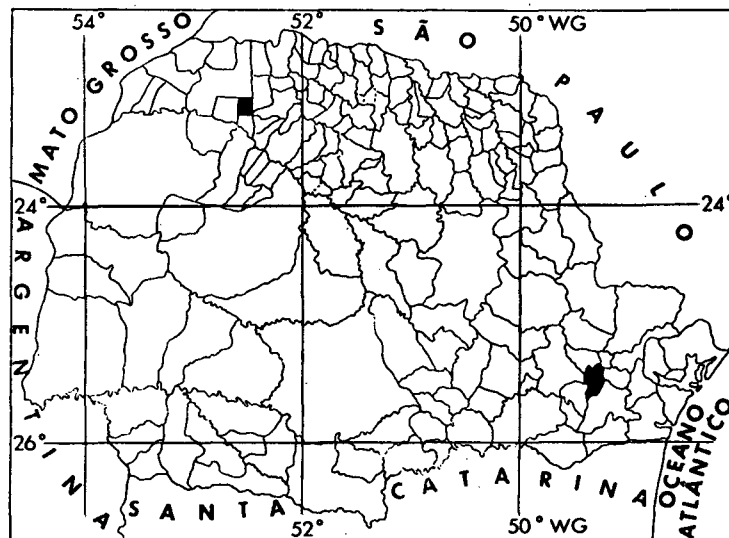
Os primeiros habitantes do novo povoado foram Ivo Pinherin que, em companhia de seus familiares, construiu o primeiro rancho; Marcionílio Ribeiro e Yasco Marimoto, sendo que êste, mais tarde, em companhia do Sr. Duílio Trevisan Beltrão, conduziu víveres, ferramentas e utensílios de trabalho, em lombo de animais, desde Paranavaí até a atual sede de Tambora. Em julho de 1947 foi construída a primeira casa de madeira, a fim de serem instalados os escritórios da Sociedade Técnica Colonizadora Engenheiro Beltrão.

A afluência de colonos paulistas, mineiros, baianos e catarinenses não tardou a chegar em Tamboara, comprando terras e se estabelecendo, quer na zona urbana, quer nos sítios e chácaras do perímetro rural. As derrubadas começaram a atingir grandes áreas e as lavouras, sobretudo a do café, não tardaram a aparecer, numa demonstração magnífica da exuberância da terra e da capacidade realizadora do colono nacional.

Tamboara não tardou a ser elevado à categoria de distrito administrativo, tal o seu progresso e evolução extraordinários e imprevisíveis pelos próprios fundadores. Ao ser criado o município de Paranavaí, por desmembramento do de Mandaguari, o distrito de Tamboara passou a integrar o território do primeiro, condição em que permaneceu até o dia 25 de novembro de 1954. Pela Lei estadual n.º 253, de 26 de novembro de 1954, foi criado o município de Tamboara, com território desmembrado do de Paranavaí. E, após as eleições municipais, foi solenemente instalado o município em novembro de 1955, ocasião em que

Igreja-Matriz Municipal

foram empossados o primeiro Prefeito Municipal e os membros da respectiva Câmara de Vereadores. O primeiro Prefeito Municipal foi o Sr. Duílio Trevisan Beltrão, que ainda se acha no exercício do seu mandato (1958).

LOCALIZAÇÃO — As coordenadas geográficas de 23° 12' de latitude Sul e 52° 28' de longitude W.Gr. localizam a sede municipal de Tambora. Encontra-se a comuna na Zona Fisiográfica do Ivaí, limitando-se ao norte com o

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

município de Paranavaí, ao sul com o de São Carlos do Ivaí, a oeste com o de Paraíso do Norte e a leste com o município de Alto Paraná.

ALTITUDE — A sede do município de Tamboara encontra-se a uma altitude de 500 metros.

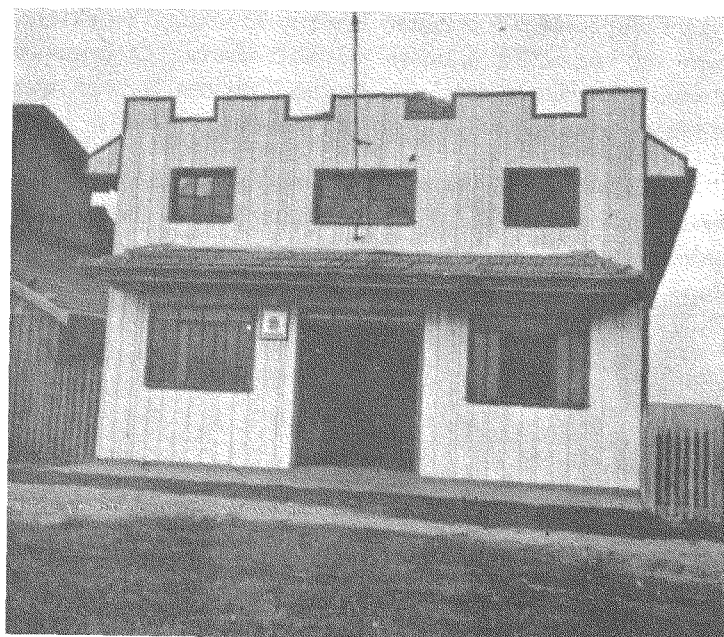
CLIMA — Predomina no município o clima quente, sêco e saudável. As temperaturas se elevam, nos meses de novembro a março, quando há ocorrência de chuvas abundantes. No ano de 1957, foram observadas as temperaturas médias de 32°C para as máximas, 15°C para as mínimas e 24°C para a compensada.

ÁREA — Compreende o município uma área de 184 quilômetros quadrados.

RIQUEZA NATURAL — A madeira de lei é a sua principal riqueza natural.

POPULAÇÃO — Conta o município com a população estimada em 12 000 habitantes.

Aglomeração urbana — A cidade de Tamboara é a única aglomeração urbana existente no município.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A economia do município tem suas bases assentadas na atividade agrícola, vindo em primeiro plano o cultivo do café, algodão e cereais em geral. Tamboara conta atualmente com cêrca de 10 milhões de pés de café, metade em idade adulta. O ano de 1958 deverá apresentar excelente produção da famosa rubiácea. A produção agrícola prevista para 1956 estava assim representada: café (1956-57) — Cr$ 38 000 000,00; algodão — Cr$ 13 800 000,00; arroz — Cr$ 5 250 000,00; milho — Cr$ 2 900 000,00; feijão — Cr$ 1 050 000,00. Em menor escala o amendoim, a laranja, a banana, a hortelã-pimenta, a mamona e o alho.

Prefeitura Municipal

A pecuária conta com, aproximadamente, 9 000 cabeças de gado suíno e 3 000 de gado vacum, tendendo a ampliar-se. A indústria possui 11 estabelecimentos industriais, dos quais 3 ocupam 5 ou mais operários. Os principais ramos são: o "madeireiro" e o de "produtos alimentares". A exportação do município registrada em 1956 alcançou a cifra de Cr$ 2 762 461,00. As tábuas serradas de cedro e peroba, feijão e milho foram os produtos mais exportados.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem funcionando no município 20 estabelecimentos comerciais varejistas, 5 atacadistas e duas agências bancárias. As principais localidades com que o município mantém transações comerciais são Paranavaí, Maringá, Londrina, Curitiba e Paranaguá, no Paraná; São Paulo e Santos, em São Paulo; Belo Horizonte, em Minas Gerais. Ao mesmo tempo em que tais centros absorvem a produção agrícola e extrativa do município, abastecem-no dos gêneros e mercadorias necessários ao seu consumo.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido apenas pelo transporte rodoviário que o liga às seguintes localidades próximas: Paranavaí — 16 quilômetros; Paraíso do Norte — 14 km; São Carlos do Ivaí — 12 quilômetros; Nova Esperança — 52 km; Alto Paraná — 24 km; Floraí — 21 km. Dista das Capitais do Estado e Federal, respectivamente, 533 e 1 761 km.

Na sede do município funciona uma agência postal do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade possui, aproximadamente, 1 500 habitantes e 358 edificações, na sua maioria servindo para fins residenciais. É dotada de energia elétrica para iluminação pública e particular, contando ainda com 1 hotel, uma pensão e um cinema, com capacidade para 380 pessoas. No ano de 1957, foram registrados na Prefeitura Municipal 14 automóveis e 28 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária e em geral é prestada no município através de 1 médico e 2 dentistas residentes na cidade, onde há, também, 3 farmácias.

ENSINO — Em 1956, funcionaram no município 4 unidades de ensino primário fundamental comum, com a matrícula de 720 alunos.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANO	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1956......	—	434	1 474	758	1 441

MANIFESTAÇÃO RELIGIOSA — Considera-se no município, como a principal manifestação popular, a festa em honra de Santo Antônio, padroeiro local, realizada no período de 4 a 13 de junho.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O topônimo "tamboara" é de origem tupi, querendo significar: "chefe de uma tribo". Os habitantes locais são conhecidos por tamboarenses. O município é distrito judiciário subordinado à comarca de Paranavaí. Na sede existe um Juiz de Paz e um Cartório do Registro Civil e anexos. Contava em 1955 com 1 751 eleitores. As autoridades municipais atuais são: Prefeito Municipal — Duílio Trevisan Beltrão; Vereadores — Waldomiro Roda, Murilo B. de O. Lima, José F. de A. Filho, Siguel Vassuda, Iudorício Rodrigues Filho, Alfredo Luiz Beltrano, Jorge Amorim, Octávio Cavre e Antônio Auginski.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

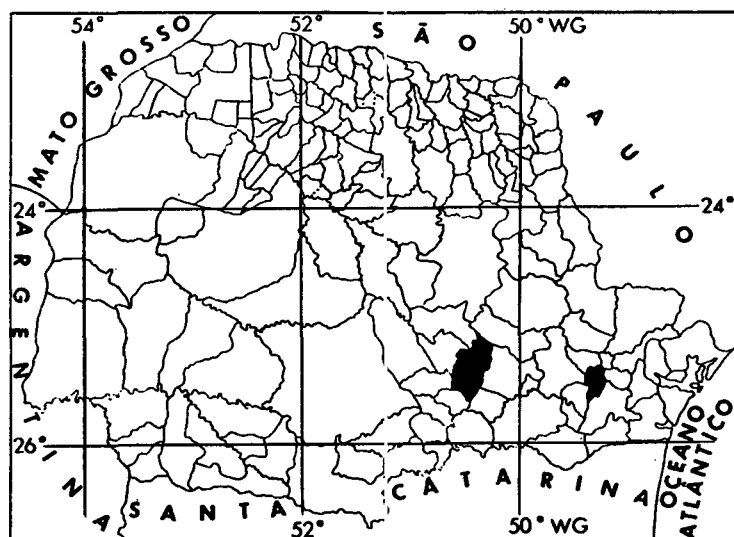
TEIXEIRA SOARES — PR

Mapa Municipal no 11.º Vol.

HISTÓRICO — As primeiras penetrações por civilizados no território do atual município de Teixeira Soares foram feitas por tropeiros, a partir da segunda metade do século passado, os quais cruzavam a região através de picadas abertas por êles mesmos na mata virgem, nas suas viagens com destino a Ponta Grossa, e procedentes do sul do Estado do Paraná. O primeiro morador da localidade foi o paulista João Augusto, que aqui aportou no ano de 1890, secundado por João Bernardes, também, procedente do Estado de São Paulo. Em 1896 chegaram à localidade Horácio Nunes e Joaquim Neves, na época em que se achava em construção a Estrada de Ferro São Paulo—Rio Grande, e, bem assim, a Estação Ferroviária localizada na vila de Valinhos, então sede de distrito do extinto município de Entre Rios. Os quatro primeiros moradores se estabeleceram na localidade denominada Boa Vista (primeira designação do município), por saberem que a passagem da Estrada de Ferro pela localidade seria um importante fator de progresso. Cooperando para isso, ofereceram os terrenos de suas propriedades à Estrada de Ferro, para que a Estação fôsse construída na incipiente povoação de Boa Vista, o que conseguiram graças à colaboração do engenheiro Doutor Andrade Pinto, sendo inaugurada a Estação de Boa Vista a 1 de janeiro de 1900, que passou a denominar-se

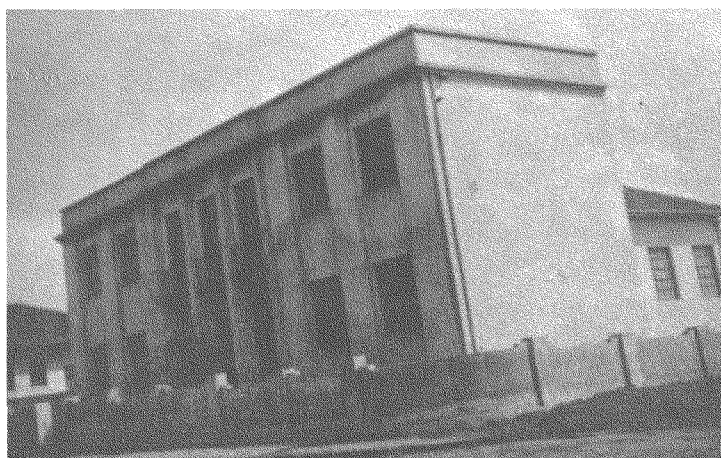
Teixeira Soares, em homenagem ao notável engenheiro paranaense Dr. Teixeira Soares, uma das glórias da engenharia nacional.

Pela Lei estadual n.º 1 696, de 26 de março de 1917, foi criado o município de Teixeira Soares, sendo instalado logo a seguir, quando foram empossadas as primeiras autoridades municipais. Pela Lei estadual n.º 2 765, de 9 de abril de 1930, o município de Teixeira Soares foi elevado à categoria de têrmo judiciário, sendo seu primeiro Juiz o cidadão João Negrão Júnior, e primeiro Promotor Público o Dr. Adib Laedone, passando, logo em seguida, à categoria de comarca.

LOCALIZAÇÃO — Localizado na Zona Fisiográfica de Irati, com sua sede compreendida entre as coordenadas geográficas de 25° 22' 20" de latitude Sul e 50° 27' 39" de longitude W.Gr., e distando 257 km (ferrovia) e 162 km (rodovia) da capital do Estado, Teixeira Soares faz limites com os seguintes municípios vizinhos: Ponta Grossa, Ipiranga, Imbituva, Irati, Rebouças, São João do Triunfo e Palmeiras.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal está na altitude de 920 m.

CLIMA — Teixeira Soares possui clima temperado. Fresco e agradável no verão e frio, no inverno, quando há ocorrência de geadas. As temperaturas médias registradas no ano de 1956 foram de 24°C para as máximas, 11°C para as mínimas e 17,5°C para a compensada.

ÁREA — O território do município compreende uma área de 1 328 quilômetros quadrados.

Fôro Municipal

Pôsto de Puericultura

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os rios Imbituva e das Almas são os principais acidentes geográficos do município. O seu território é ainda cortado por diversos ribeiros e arroios, destacando-se os seguintes: ribeiros Imbituvinha e das Almas; arroios da Viola e do Barreiro.

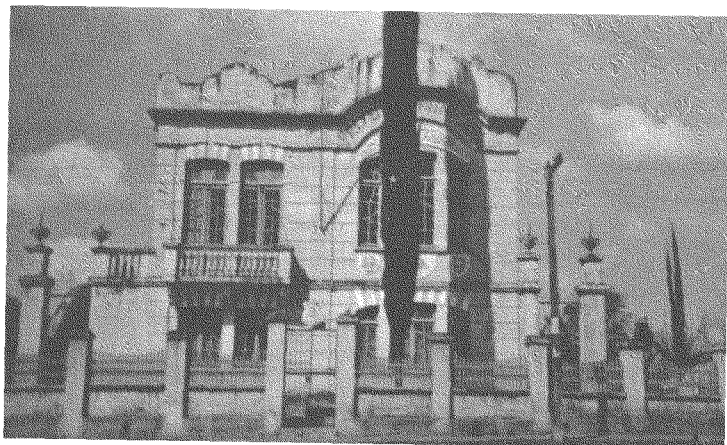
RIQUEZAS NATURAIS — Madeira (pinho) e argila são as principais riquezas naturais do município.

POPULAÇÃO — Contava Teixeira Soares, pelo Recenseamento Geral de 1950, com 14 011 habitantes, sendo 7 134 homens e 6 877 mulheres. A densidade demográfica era de 10 habitantes por quilômetro quadrado, estando 79% da população localizados na zona rural. Assim se distribuía a população: segundo *a côr* — 11 909 brancos, 430 pretos, 1 610 pardos e 1 amarelo; segundo *o estado civil* (15 anos e mais) — 2 711 solteiros, 4 899 casados, 567 viúvos e 3 desquitados; segundo *a nacionalidade* — 129 estrangeiros e 57 brasileiros naturalizados; segundo *a religião* — 13 455 católicos apostólicos romanos e 556 de outras religiões.

Aglomerações urbanas — Possui o município quatro aglomerações urbanas: cidade de Teixeira Soares e as vilas de Angaí, Fernandes Pinheiro e Guaraúna. Contava a cidade, por ocasião do Recenseamento Geral de 1950, com 1 032 habitantes, sendo 494 homens e 538 mulheres, assim distribuídos: *quadro urbano* — 906 (420 homens e 486 mulheres); *quadro suburbano* — 126 (74 do sexo masculino e 52 do feminino). A vila de Angaí, 559 habitantes; a de Fernandes Pinheiro, 969 e a de Guaraúna, 343.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As indústrias madeireira e ervateira constituem a principal atividade econômica do município e vêm secundadas pela agricultura.

Teixeira Soares congrega ao todo 19 indústrias, uma das quais ocupa mais de 5 pessoas em suas atividades. O aproveitamento industrial da madeira (pinho e imbuia) e da erva-mate compreende não só a extração como o posterior beneficiamento, cuja produção é quase que totalmente exportada. É explorado em menor escala o ramo de produtos alimentares. O valor da produção agrícola do município, em 1956, segundo previsão, foi: milho — .... Cr$ 2 175 000,00; feijão — Cr$ 1 920 000,00; batata-inglêsa — Cr$ 1 350 000,00; arroz — Cr$ 864 000,00; trigo — Cr$ 572 000,00. Em menor quantidade, o centeio, a uva, a laranja e o amendoim.

A pecuária, de apreciável porte, também contribui para a economia municipal. A exportação (para outros Estados), em 1956, atingiu o valor de Cr$ 33 561 341,00, sendo cai-

Prefeitura Municipal

xas de madeira, pinho não especificado e tábuas serradas os principais produtos exportados.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem no município 2 estabelecimentos comerciais atacadistas e 13 varejistas; Não há agência bancária, mas apenas representantes dos principais estabelecimentos de crédito do Paraná. Teixeira Soares mantém um constante intercâmbio comercial de mercadorias e gêneros com as praças de Irati, Ponta Grossa e Curitiba.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A comuna liga-se aos municípios limítrofes através de estradas de rodagem e de ferro (Rêde Viação Paraná—Santa Catarina), da forma seguinte: Ponta Grossa — 74 km (ferrovia) e 65 km (rodovia); Palmeira — 126 km (ferrovia) e 58 km (rodovia); Irati — 33 km (ferrovia) e 27 km (rodovia); Rebouças — 59 km (ferrovia) e 45 km (rodovia); São João do Triunfo — 120 km (rodovia); Imbituva — 30 km (rodovia) e Ipiranga — 60 km (rodovia). Dista das capitais do Estado e Federal, respectivamente: a) rodoviário — 158 e 1 079 km; b) ferroviário — 251 e 969 km.

Na cidade está instalada uma Agência Postal do Departamento dos Correios e Telégrafos; as comunicações telegráficas são feitas por intermédio do serviço da estrada de ferro Rêde Viação Paraná—Santa Catarina.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Teixeira Soares possui, atualmente, cêrca de 3 100 habitantes e 260 edificações, das quais 220 servem para fins residenciais. É servida de energia elétrica para iluminação pública e particular, esta com 95 ligações domiciliares. Existem 27 logradouros públicos, sendo duas avenidas, 17 ruas, 3 travessas e 5 largos. Há ainda um hotel e uma associação cultural, o Grêmio Musical Guarani, com 93 associados. No ano de 1957, foram emplacados na Prefeitura Municipal 6 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária é prestada à população do município através de 1 médico, 1 dentista e 1 farmacêutico, residentes na cidade, onde se encontram, também, 1 Pôsto de Puericultura, da Legião Brasileira de Assistência, e 1 Pôsto de Higiene, mantido pelo Govêrno Estadual, existindo, ainda, uma farmácia.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Funciona na cidade a Cooperativa dos Produtores de Mate Teixeira Soares Lt.da, fundada em 1952, congregando 308 associados e dedicando-se ao fomento da produção e do comércio da erva-mate.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Censo de 1950, o município contava 11 640 pessoas de 5 anos e mais; dêsse total, 5 858 sabiam ler e escrever, sendo 3 333 homens e 2 525 mulheres. Na sede municipal, das 894 pessoas de mesma idade, 656 eram alfabetizadas: 327 do sexo masculino e 329 do feminino.

Ensino — O ensino primário fundamental comum foi ministrado no município, em 1956, através de 44 unidades escolares, em que estiveram matriculados 1 331 alunos.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950......	759	857	541	227	423
1951......	650	921	622	196	602
1952......	739	915	703	185	550
1953......	787	944	879	172	614
1954......	818	1 029	738	156	598
1955......	1 626	1 535	1 397	192	1 573
1956 (1)...	1 366	1 963	—	—	700

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — São religiosas as principais manifestações populares levadas a efeito no município, destacando-se entre as demais as festa em honra do Senhor Bom Jesus, padroeiro local, que se realiza no mês de outubro, e a de Nossa Senhora das Graças, a 15 de agôsto.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A atual denominação Teixeira Soares representa uma homenagem a um dos engenheiros ferroviários que se notabilizaram na construção de ferrovias, inclusive na que hoje serve ao município. As pessoas nascidas na comuna são chamadas teixeira-soarenses.

O município possui um bem organizado conjunto musical, o "Jazz Guarani", que anima as festas e comemorações locais e das regiões próximas.

Teixeira Soares é sede de comarca de primeira entrância e compreende os distritos de Teixeira Soares, Angaí, Fernandes Pinheiro e Guaraúna. Possuía, em 1955, cêrca de 2 556 habitantes. Seu primeiro Juiz de Direito foi

Igreja-Matriz. Orago N. S.a da Conceição

o Dr. João Negrão Júnior, e Promotor, o Dr. Adib Laedone. As autoridades locais são: Juiz de Direito — Dr. Jengo Gonçalves de Matos; Promotor Público — Dr. Adib Laedone; Prefeito Municipal — Vedoeiro Neves; e Vereadores — Amadeu Costa, Ângelo Serenato, Álvaro F. Ribas, Ezequiel A. Cabral, Ewaldo Jeilgenberg, Felipe Gubert Neto, Darci Teixeira Pinto, Antônio Lemos de Matos e Henrique Schutz Filho.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

TERRA BOA — PR

Mapa Municipal no 13.º Vol.

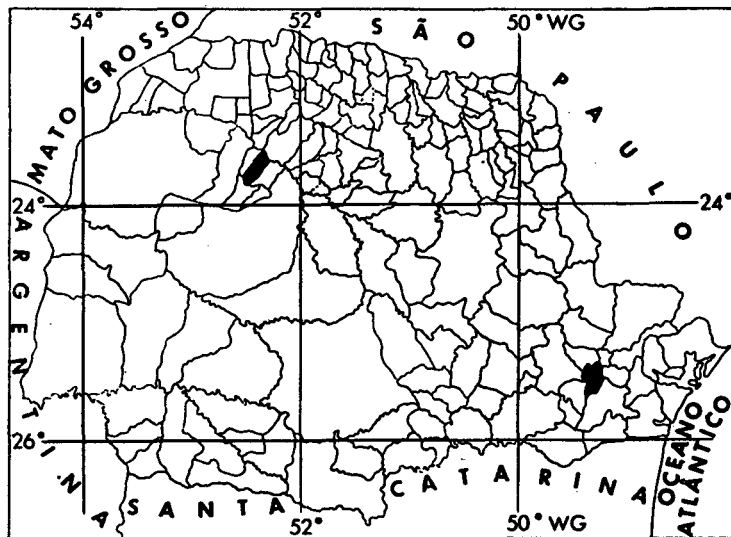
HISTÓRICO — Na sua marcha rumo ao noroeste do Estado, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, detentora de imensa gleba de terra na região situada entre os rios Piquiri e Ivaí, foi lançando os fundamentos de novos patrimônios, que imediatamente eram elevados à categoria de cidades, tal a onda de extraordinário progresso que acompanhou os seus empreendimentos imobiliários.

À maneira de tantos outros, o município de Terra Boa é uma realização da citada Companhia. Em 1951 a mesma planejou e organizou o patrimônio de Terra Boa, medindo e demarcando a área de 314 600 metros quadrados. O nome da futura cidade de Terra Boa foi dado pela própria Companhia, por sua comissão de engenheiros, na subdivisão das glebas, que separou, distintamente, o território do patrimônio dos municípios de Cianorte e Jussara do de Terra Boa. A denominação traduz, simplesmente, o sentido da pujança do solo formado pela famosa terra roxa, própria para a cultura do café e de todos os cereais dos climas tropical e subtropical. A altitude da cidade é de 630 metros atingindo maiores valores nalguns pontos do município. Iniciadas, em seguida, a propaganda e venda de lotes e datas, o patrimônio recebeu levas e levas de pioneiros, provindos de todos os pontos do país, que desejavam dedicar-se à agricultura, e, em particular, à cultura do café. Os primeiros moradores do município, chegados em 1951, foram João Celestino de Souza e seus filhos Levino José de Souza, Manoel de Souza e Dadirce Damásio de Souza, que iniciaram a demarcação da sede do patrimônio, e mais Arthur Marques, Francisco Mariano, Manoel Evaristo da Silva, os dois primeiros agricultores e o último comerciante. Além dêsses nomes, aparece o de Clodoaldo Barbosa Braga,

Hospital Municipal

atual Presidente da Câmara Municipal, que foi o primeiro farmacêutico de Terra Boa.

Pela Lei estadual n.º 2 411, de 13 de julho de 1955, o patrimônio foi elevado à categoria de município, tendo sido instalado em novembro do mesmo ano. A 3 de outubro de 1955 foram realizadas eleições, nas quais foi escolhido o Sr. Carlos Marcondes para Prefeito Municipal, tomando posse no dia 14 de dezembro do mesmo ano.

LOCALIZAÇÃO — As coordenadas geográficas de 23º 45' de latitude Sul e 52º 26' de longitude W. Gr. estabelecem a localização da sede municipal. O município situa-se na Zona Fisiográfica do Ivaí, limitando-se ao norte com Maringá, ao sul com Araruna, a oeste com Jussara e a leste com Engenheiro Beltrão.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede do município encontra-se a uma altitude de 635 metros.

CLIMA — Terra Boa possui clima quente. Há ocorrências de chuvas abundantes nos meses de verão, quando nesses períodos a temperatura é bastante elevada. No ano de 1957, foram registradas as seguintes temperaturas médias: 38ºC para as máximas, 25ºC para as mínimas e 30ºC para as compensadas.

ÁREA — Compreende a comuna uma área de 298 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — O município bem como a cidade são de fundação recente e seus povoamentos datam de 1951, antes ínvio sertão. Todavia, e apesar de sua pequena área, estima-se a sua população, para 1957, em 5 000 habitantes.

Aglomeração urbana — A cidade de Terra Boa é a única aglomeração urbana do município, com uma população estimada em 2 000 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A economia do município repousa em base eminentemente agrícola, despontando o café como a principal riqueza, seguido do algodão e de cereais em geral. Segundo previsão, a produção agrícola em 1956 estava assim distribuída: café — .... Cr$ 6 000 000,00; milho — Cr$ 1 976 000,00; arroz — Cr$ 1 800 000,00; algodão — Cr$ 1 080 000,00; feijão — Cr$ 690 000,00. Em menor escala o amendoim, a mandioca e a batata.

A indústria é representada por 13 estabelecimentos, dos quais 3 ocupam 5 ou mais operários em suas lides. Os principais ramos são o "madeireiro" e o de "produtos alimentares". A exportação interestadual de Terra Boa, em 1956, atingiu a casa dos Cr$ 2 948 252,00, sendo feijão, tábuas serradas de peroba e arroz os produtos mais exportados.

COMÉRCIO E BANCOS — Há no município 186 estabelecimentos comerciais varejistas e uma agência bancária. As transações comerciais fazem-se mais comumente com os municípios de Maringá, Londrina, Presidente Prudente e São Paulo (SP). Nessas praças o município se abastece dos gêneros e artigos que lhe são indispensáveis, bem como vende sua produção agrícola.

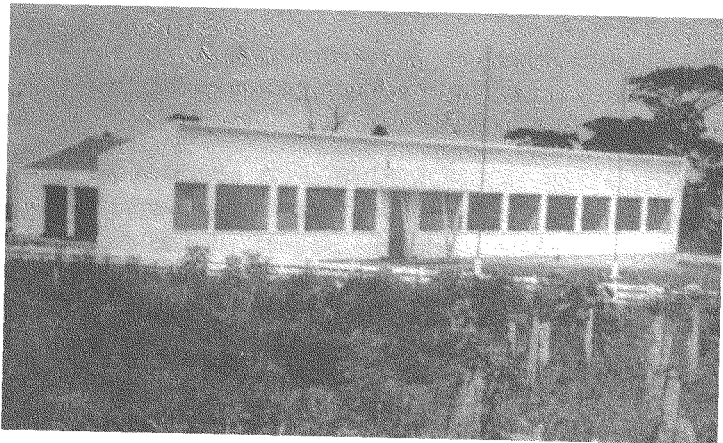
ASPECTOS URBANOS — A cidade de Terra Boa conta cêrca de 2 000 habitantes e 670 edificações urbanas, das quais 600 servem para fins residenciais. Possui energia elétrica particular para iluminação residencial. Seus 10 logradouros públicos estão assim distribuídos: duas avenidas, 7 ruas e uma praça. Há 3 hotéis, duas pensões e 1 cinema, o Cine Imperial, com capacidade para 150 pessoas. Em 1957 foram registrados na Prefeitura Municipal 13 automóveis, 15 jipes e 6 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município é servido por 3 dentistas e 3 farmacêuticos que prestam os serviços de assistência médico-sanitária e em geral à população. Funcionam na cidade duas farmácias.

ENSINO — Em 1956, funcionaram no município 4 unidades do ensino primário fundamental comum, com a matrícula de 478 alunos.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANO	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1956......	...	2 092	...	...	2 311

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — O povo do município, essencialmente católico, dedica suas principais manifestações populares em honra dos seguintes Santos e datas: São João, a 24 de junho; São Pedro, a 29 de junho; Nossa Senhora da Conceição, a 8 de dezembro, e Jesus Menino, a 25 de dezembro.

Grupo Escolar

Avenida Paraná, saída para Cianorte

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O topônimo Terra Boa foi adotado pela Companhia colonizadora que o fundou, querendo, simples e claramente, traduzir a magnificência do solo da região que é todo o setentrião paranaense. Ainda não existe uma designação especial que venha a identificar os naturais da comuna. É o município sede de distrito judiciário, subordinado à comarca de Peabiru, com Cartório do Registro Civil e anexos e um Juiz de Paz. As autoridades atuais são: Prefeito Municipal — Carlos Marcondes; Vereadores — Clodoaldo B. Braga, Carlos Gomes, Pedro Pires, Antônio Dolis, Junart Bressiani, Eudes Freitas Rocha, Aparecida B. Ferreira, Luiz Pedro de Souza e Lauro Serve.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Paraná.

TERRA RICA — PR

Mapa Municipal no 12.º Vol.

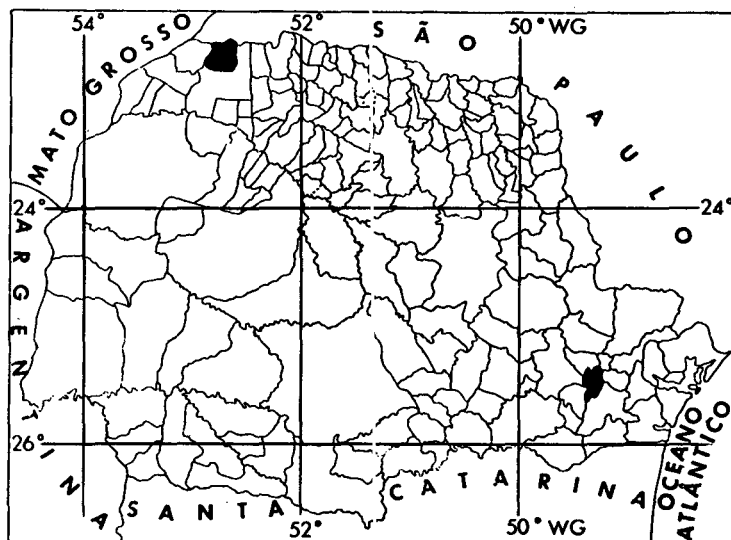
HISTÓRICO — As terras que constituem o território do atual município de Terra Rica foram requeridas ao Govêrno do Estado do Paraná, em 1950, por Aniz Abud, que mais tarde, as transferiu à Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná (S.I.N.O.P.). Até então as terras em aprêço integravam o distrito de Paranavaí que, por sua vez, pertencia ao município de Mandaguari. Investida na posse do patrimônio de Terra Rica, a S.I.N.O.P. passou a medir, demarcar e vender lotes, datas e sítios, iniciando-se já em 1950 a formação de importante núcleo populacional no sertão do norte do Paraná.

Em 1952, quando Paranavaí foi elevado a município, Terra Rica passou à categoria de distrito administrativo da nova unidade municipal, o que se deu pela Lei n.º 13, de 5 de agôsto de 1952.

Situado às margens do rio Paranapanema, Terra Rica conta com grande facilidade no escoamento de sua produção, feito através do pôrto fluvial Euclides da Cunha, distante 22 quilômetros da sede municipal, e que é um dos mais movimentados do noroeste do Paraná. Graças à sua situação privilegiada, Terra Rica teve rápido e extraordinário desenvolvimento, crescendo social e econômicamente dentro de reduzido lapso de tempo, e de maneira impres-

sionante, de vez que, tendo sido iniciada a formação do patrimônio em 1950, dois anos depois, já era distrito e, em 1954, passava à categoria de município. Pela Lei estadual n.º 253, de 26 de novembro de 1954, o distrito de Terra Rica foi elevado à categoria de município autônomo, desmembrado do de Paranavaí.

A instalação oficial deu-se a 4 de dezembro de 1955, após as eleições realizadas a 3 de outubro do mesmo ano, quando foram eleitos o primeiro Prefeito, Francisco Ramirez Galeoti, e os seguintes Vereadores à Câmara Municipal: Ovídio Damiani, João dos Santos, Oswaldo Menoti, Dr. Izídio Modena, Vitalino Rodrigues da Silva, Alberto Filipack, Durval Veronese, Serafim dos Santos e Francisco Antônio de Oliveira. Em 6 de abril de 1956, por lei estadual, foi criado o distrito judiciário de Terra Rica, que ficou subordinado à comarca de Paranavaí.

LOCALIZAÇÃO — As coordenadas geográficas de 22º 44' de latitude Sul e 52º 35' de longitude W. Gr. estabelecem a localização municipal de Terra Rica. Encontra-se o município na Zona Fisiográfica do Ivaí, limitando-se ao norte com o Estado de São Paulo, ao sul e a leste com o município de Paranavaí e a oeste com o de Nova Londrina.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal de Terra Rica encontra-se a uma altitude de 420 metros.

CLIMA — Possui o município clima quente e sêco. As temperaturas médias registradas no ano de 1957 foram de 30,3ºC para as máximas, 14,1ºC para as mínimas e 20,2ºC para a compensada.

ÁREA — Compreende o município uma área de 676 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O rio Paranapanema, as ilhas do Corvo, da Anta e o morro dos Três Irmãos são os principais acidentes geográficos de Terra Rica.

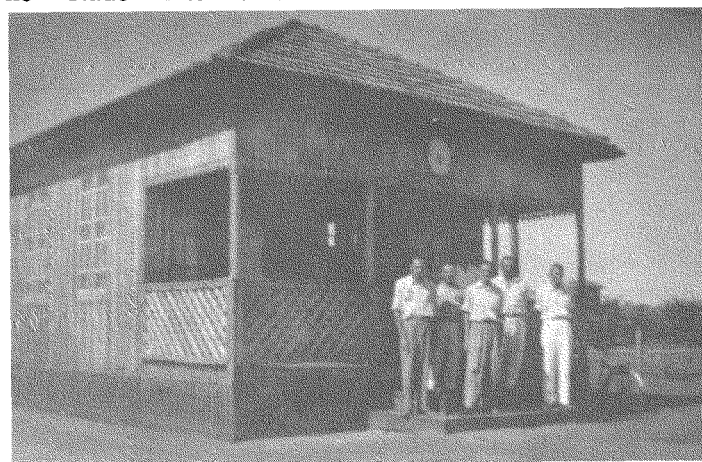
RIQUEZAS NATURAIS — As pedreiras, bem como as madeiras, são as riquezas naturais mais importantes do município.

POPULAÇÃO — Estima-se a população atual de Terra Rica em 20 000 habitantes, sendo 7 000 na sede municipal e 13 000 na zona rural.

Vista da Avenida Brasil

Aglomeração urbana — A cidade de Terra Rica é a única aglomeração urbana existente no município, contando com uma população estimada em 7 000 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A atividade econômica preponderante no município se fixa na agricultura, destacando-se o cultivo do café, seguido do de algodão e de cereais em geral. Terra Rica contava, em 1957, com seis milhões e setecentos mil pés de café, dos quais a metade em fase de produção. O efetivo agrícola para 1956 estava assim discriminado: café (1956-1957) — .... Cr$ 34 000 000,00; feijão — Cr$ 7 293 000,00; milho — Cr$ 4 656 000,00; arroz — Cr$ 3 388 000,00; algodão — Cr$ 3 120 000,00. Em menor escala amendoim, trigo, batata-inglêsa, hortelã-pimenta e mamona. Existem no município funcionando 14 estabelecimentos industriais; dêstes, 5 utilizam 5 ou mais obreiros em seu trabalho. Os ramos principais são o "madeireiro", o de "produtos alimentares" e o "extrativo mineral" (pedra e argila). A pecuária é pouco desenvolvida, havendo em maior quantidade o gado suíno. O município importa gado vacum para seu abastecimento. A exportação interestadual, em 1956, somou ... Cr$ 20 762 639,00. O algodão em caroço, tábuas serradas de peroba e o milho foram os principais produtos vendidos.

COMÉRCIO — Terra Rica possui 144 estabelecimentos comerciais varejistas e 2 atacadistas. Mantém transações habitualmente com as seguintes praças: Paranavaí e Maringá, no Paraná; Presidente Venceslau, Presidente Prudente, Marabá, Paulista, Santa Anastácia e São Paulo, no Estado dêste nome.

Prefeitura Municipal

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município liga-se por estrada de rodagem com as seguintes localidades: Nova Londrina — 69 quilômetros; Paranavaí — 76 quilômetros; Loanda — 100 quilômetros; Pôrto Euclides da Cunha — 22 quilômetros. Por via rodoviária, dista das capitais do Estado e Federal 577 e 978 quilômetros, respectivamente. Na divisa com o Estado de São Paulo está situado o Pôrto Euclides da Cunha, às margens do rio Paranapanema, servido por pequenas embarcações. Na sede encontra-se, em bom local, um campo de pouso para táxis-aéreos. Funciona na cidade um pôsto de correio do Departamento dos Correios e Telégrafos.

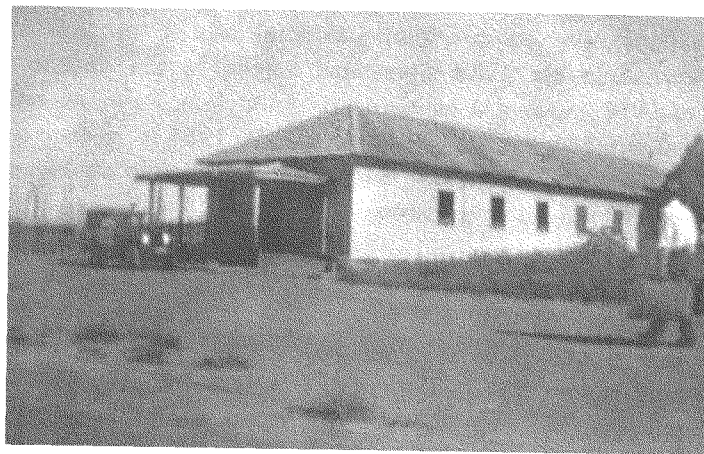
ASPECTOS URBANOS — A cidade de Terra Rica, de fundação recente, possui cêrca de 7 000 habitantes e mais de 1 500 edificações urbanas, das quais 1 420 servindo para fins residenciais. É provida de energia elétrica para sua iluminação. Um serviço de água canalizada, com rêde distribuidora de 3 000 metros, abastece 200 prédios em 4 logradouros. Em 1957 a Prefeitura Municipal registrou 14 automóveis, 3 jipes e 52 caminhões. Há em funcionamento 4 hotéis, 5 pensões e 1 cinema, com capacidade para 200 pessoas.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O povo do município recebe assistência médico-sanitária e em geral por intermédio de 2 médicos, 4 dentistas e 3 farmacêuticos. Na cidade funcionam 3 farmácias.

ENSINO — O ensino primário fundamental comum foi ministrado no município, em 1956, a um total de 313 alunos, através de uma única unidade escolar.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1954......	—	1 825	—	—	—
1955......	—	3 515	—	—	—
1956......	—	2 538	—	1 823	2 130

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Sendo o povo católico, as principais manifestações populares são de caráter religioso, guardando-se os dias santificados e comemorando-se várias datas dedicadas aos Santos, como seja, 24 de junho, dia de São João, 25 de dezembro, dia de Natal, 8 de dezembro, dia de Nossa Senhora da Conceição, e 13 de junho, dia de Santo Antônio.

Igreja-Matriz Municipal

Hospital de Terra Rica

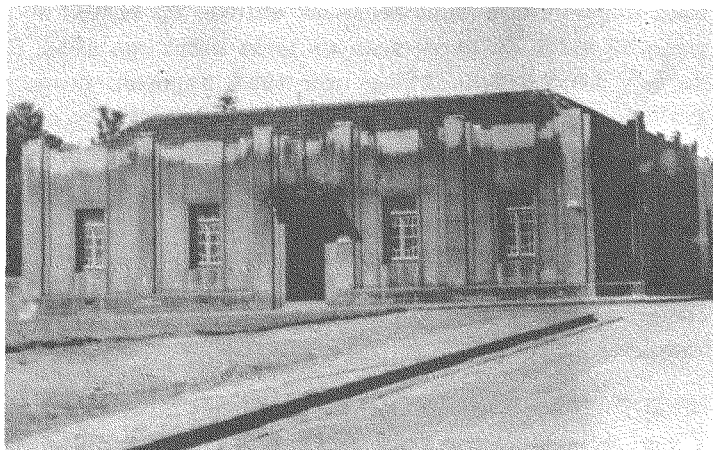
OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A denominação Terra Rica foi adotada pela emprêsa colonizadora que criou a comuna querendo naturalmente exprimir a exuberância de suas terras para a agricultura em geral. Os habitantes locais são chamados terra-riquenses. O município é distrito judiciário subordinado à comarca de Paranavaí. Na sede funciona o Cartório do Registro Civil e anexos e um Juiz de Paz. Seu eleitorado em 1955 compunha-se de 1 219 cidadãos. Os podêres municipais estão assim representados: Prefeito Municipal — Francisco Galeoti; Vereadores — Ovídio Domiani, João dos Santos, Oswaldo Menoti, Euclides Bóris, Vitalino Rodrigues, Alberto Filipack, Durval Veronese, Serafim dos Santos e Francisco A. de Oliveira.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Paraná.

TIBAGI — PR

Mapa Municipal no 11.º Vol.

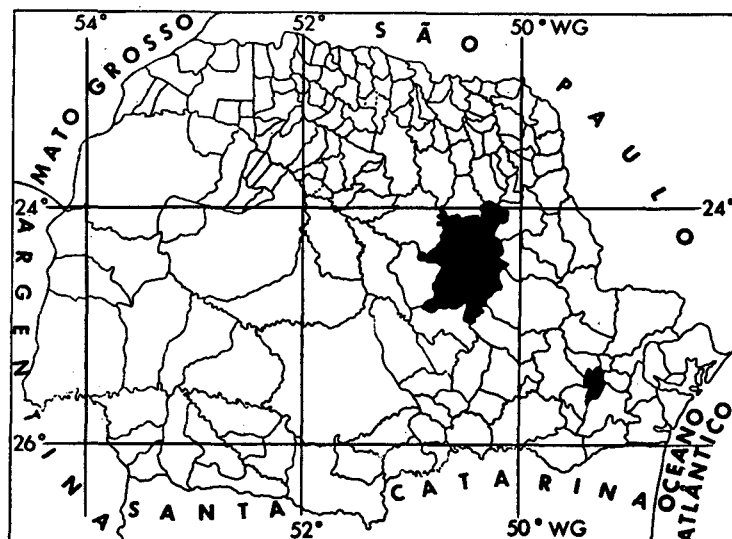
HISTÓRICO — Antes que fôsse iniciado o desbravamento e povoamento dos sertões do Tibagi, numerosas expedições e bandeiras foram organizadas e levadas até as barrancas do rio do mesmo nome, com penetrações em quase tôdas as direções da vasta zona do Tibagi. Desde os tempos mais remotos era conhecida a notícia de que o rio Tibagi possuía ouro e transportava enorme quantidade de pedras preciosas, principalmente diamante, havendo mesmo a tradição de que êsse rio corria sôbre um leito diamantífero. Daí os motivos das numerosas expedições levadas até as margens dêsse rio, desde os primeiros tempos das entradas no sertão feitas pelas bandeiras paulistas e, mais tarde, curitibanas. Entretanto, a formação de um povoado na região do Tibagi sòmente foi tentada na última década do século XVII. Os primitivos moradores da atual cidade de Tibagi procediam de São Paulo, e seu estabelecimento na região foi lento e durou vários anos, até que fôsse definitivamente escolhida a localização do povoado.

Antônio Machado Ribeiro, que é o fundador da cidade, veio de São Paulo em 1782, acompanhado de sua família, estabelecendo-se temporàriamente no bairro das Furnas, distrito de Castro. Constando haver muitas campi-

Prefeitura Municipal

nas e faxinais para o lado do ocidente, Machado Ribeiro iniciou as explorações que atingiam regiões distantes, em pleno sertão. Posteriormente, transferiu sua residência para a Fazenda da Fortaleza, que mais tarde passou a ser propriedade de José Félix Novaes do Canto. Ali, Antônio Ribeiro sofreu repetidos assaltos dos índios bravios que, em grande número, habitavam aquela rica zona do interior paranaense. Depois de Antônio Machado Ribeiro se ter estabelecido nesses terrenos, apareceu ali o coronel José Félix Novaes do Canto, que passou a residir no lugar denominado Monte Alegre, estendendo seus domínios para o interior e, juntamente com Machado Ribeiro, abriu um caminho até a margem direita do Tibagi. Contudo, desgostoso por não ter podido legalizar as suas terras, Antônio Machado Ribeiro resolveu atravessar o rio, indo estabelecer-se nas campinas situadas à margem do Tibagi, justamente no local onde hoje se encontra a cidade de Tibagi. Ainda aí Machado Ribeiro sofreu muitos reveses ocasionados pelos selvagens, que não cessavam de hostilizar aquêles que se apoderavam das terras, onde encontravam a felicidade, na abundância da caça que proliferava nos sertões e nos cardumes de peixes que enriqueciam as águas do Tibagi e seus afluentes. Depois das muitas vicissitudes por que passaram Machado Ribeiro e sua família, resolveu êle tomar posse das terras compreendidas desde o rio Pinheiro Sêco até a barra do rio Santa Rosa, fazendo ali diversas plantações, inclusive algodão, com que tecia pano para seu uso. Tendo outras famílias ido residir nesse lugar, os aborígines foram rechaçados e obrigados a se retirar para o interior do sertão, em virtude dos combates que lhes foram oferecidos com armas de fogo.

Falecendo Antônio Machado Ribeiro, seu filho Manoel das Dores Machado, herdeiro da propriedade, doou mais de 12 000 metros quadrados de terreno a Nossa Senhora dos Remédios, além da casa onde residia seu pai, com o fim de ser nêle edificada a capela, o que foi realizado por uma irmã de Manoel das Dores, chamada Ana Beja, que, tendo mais de 60 anos de idade, para poder levar a efeito a construção da capela, viajava a cavalo até Castro e Ponta Grossa, levando consigo uma pequena imagem, a fim de conseguir esmolas com as quais pagava não só a mão-de-obra, como o material empregado na construção do templo, sendo que ela própria administrava o serviço. Ana Beja, por intermédio de João da Silva Machado, mais tarde Barão de Antonina, conseguiu um Pároco para tomar conta da capela recém-construída, cargo que foi confiado a Frei Guadêncio de Gênova, administrador da capela até a data do seu falecimento.

A povoação do Tibagi foi elevada à freguesia pela Lei provincial n.º 15, de 16 de março de 1846. Pela Lei n.º 320, de 18 de março de 1872, foi elevada à categoria de vila, sendo instalada a 10 de janeiro do ano seguinte. A vila de Tibagi teve predicamento de cidade pela Lei n.º 259, de 27 de dezembro de 1897. Já em 1872, Tibagi perdeu grande parte do seu território, para a formação do município de Jataí, cuja área hoje forma 17 municípios do Estado; e, em 26 de março de 1921, sofreu novo desmembramento, em virtude da Lei estadual n.º 2 038, que criou o município de Reserva. Pelo Decreto-lei estadual n.º 199, de 30 de dezembro de 1943, o município de Tibagi ficou formado pelos distritos de Tibagi, Alto Amparo, Natingui e Ortigueira e constitui o único têrmo da comarca de Tibagi.

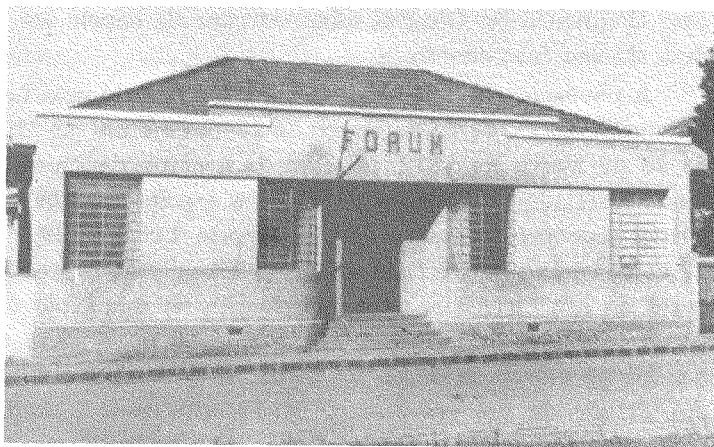
LOCALIZAÇÃO — As coordenadas geográficas de .... 24° 30' 49" de latitude Sul e 50° 24' 55" de longitude Oeste de Greenwich localizam a sede de Tibagi. Situa-se o município na Zona Fisiográfica do Tibagi, limitando-se ao

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

norte com os municípios de Curiúva e Ibaiti, ao sul com os de Ipiranga e Ponta Grossa, a oeste com os de Ortigueira e Reserva e a leste com os de Arapoti, Piraí do Sul e Castro.

ALTITUDE — A sede municipal encontra-se a uma altitude de 730 metros.

CLIMA — Possui Tibagi clima temperado, observando-se uma temperatura amena nos meses do verão e fria nos do inverno, quando há ocorrência de geadas. As temperaturas médias observadas, no ano de 1957, foram de 25°C para as máximas, 10,5°C para as mínimas e 17,2°C para a compensada.

ÁREA — Compreende o município uma área de 5 436 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O rio Tibagi, não navegável, formando no seu curso diversas cachoeiras, entre as quais a Grande, do Tigre, do Antílio, dos Porcos, dos Caldeirões; numerosos saltos, tais como Arcadinho, Mauá, da Conceição e outros, e a serra de São Roque são os principais acidentes geográficos de Tibagi.

Fôro Municipal

RIQUEZAS NATURAIS — A areia, a argila e os diamantes, êstes últimos encontrados em tôda a extensão do rio Tibagi, são as mais importantes riquezas naturais do município.

POPULAÇÃO — Corresponde a 31 983 pessoas (16 446 homens e 15 537 mulheres), sendo de 5 habitantes por quilômetro quadrado a densidade demográfica. Estavam localizados na zona rural 96% da população.

Aglomerações urbanas — Três aglomerados urbanos existem no município: cidade de Tibagi e vilas de Alto Amparo e Ventania. A cidade de Tibagi possuía, por ocasião do Recenseamento Geral de 1950, um total de 1 277 habitantes, sendo 671 homens e 686 mulheres, assim distribuídos: *quadro urbano* — 1 021 pessoas (567 do sexo masculino e 554 do feminino); *quadro suburbano* — 256 (124 homens e 132 mulheres). Conta, atualmente, com uma população estimada em 1 600 habitantes; a vila de Alto Amparo, 110 habitantes, e a de Ventania, 1 000.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A economia do município está assentada nos setores agrícola, pecuário e industrial, todos contribuindo de maneira efetiva para seu desenvolvimento econômico. A produção agrícola de Tibagi, prevista para 1956, apresentava os seguintes valores: milho — Cr$ 12 142 500,00; feijão — Cr$ 17 874 000,00; batata-inglêsa — Cr$ 2 688.000,00; café — Cr$ 2 000 000,00; arroz — Cr$ 1 080 000,00. Em menor escala, uva, banana, amendoim, trigo e mandioca. Cêrca de 24% das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) estão ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura".

O parque industrial do município é formado por 29 estabelecimentos, dos quais 17 ocupam 5 ou mais operários em suas tarefas. Os ramos mais explorados são: extrativo vegetal (madeireiro e de papel e celulose), extrativo mineral (de cerâmica e diamantífero). e de produtos alimentares. Em 1955, a indústria (ocupando 2 504 pessoas em idade ativa) valia quase 613 milhões de cruzeiros. Em Monte Alegre, localidade do município, está situada uma das maiores fábricas de papel, papelão e celulose da América do Sul, de propriedade da Indústria Klabin do Paraná de Celulose S.A., cuja matéria-prima usada é o pinheiro em idade primária.

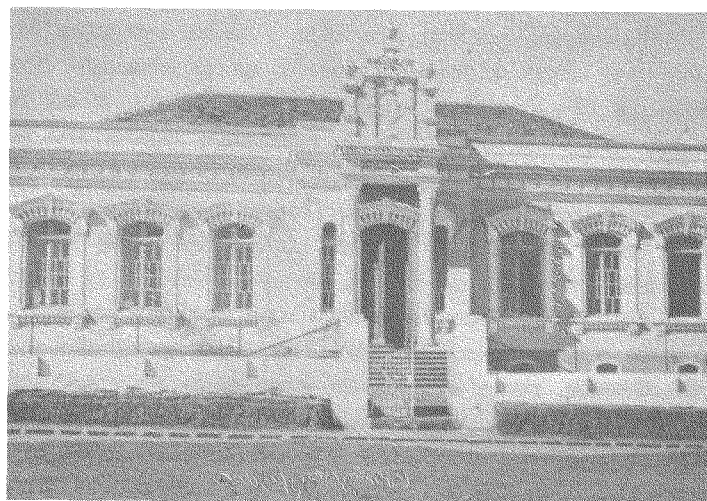
Em 31-XII-1954, a população pecuária do município valeu, aproximadamente, 120 milhões de cruzeiros, sendo mais importante o rebanho suíno, seguido do bovino e caprino. O valor da exportação de gado suíno, em 1956, foi de Cr$ 4 058 640,00. Tibagi, em 1956, exportou produtos avaliados num total de Cr$ 620 701 789,00, sendo em maior escala a pasta de madeira "sulfite", o papel para a impressão de jornais, papelão não especificado e gado suíno para alimentação.

COMÉRCIO — Existem, desenvolvendo suas atividades comerciais em Tibagi, 3 estabelecimentos atacadistas e 20 varejistas.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Tibagi é servido por boas estradas de rodagem que demandam o interior e municípios vizinhos, dos quais está separado pelas seguintes distâncias: Ponta Grossa — 86 quilômetros; Reserva — 78 quilômetros; Castro — 63 quilômetros; Ortigueira — 86 quilômetros; Piraí do Sul — 81 quilômetros; Curiúva — 85 quilômetros; Ipiranga — 87 quilômetros; Abaiti — 145 quilômetros; Jaguariaíva — 129 quilômetros. Dista das capitais do Estado e Federal 228 quilômetros e 1 249 quilômetros, respectivamente. Uma estrada de ferro (Rêde Viação Paraná—Santa Catarina), através de um ramal em construção, partindo de Joaquim Murtinho (Castro), passa pelo extremo norte do seu território; os trilhos deverão atingir Monte Alegre. Nesta localidade há um campo de pouso, servido por aviões das principais emprêsas do país.

No setor das comunicações, Tibagi é dotado de uma Agência Postal-telegráfica na sede e outra em Monte Alegre. Esta última dispõe ainda do Serviço Telegráfico da Rêde Viação Paraná—Santa Catarina.

ASPECTOS URBANOS — A cidade conta com cêrca de 1 600 habitantes e 330 edificações urbanas, das quais 320 são ocupadas para fins domiciliares. É servida de energia elétrica para iluminação pública e particular, esta com 190 ligações. Possui 29 logradouros públicos (duas avenidas, 24 ruas e 3 largos e praças). Há, ali, em funcionamento, 3 hotéis. Um serviço de água canalizada, com 800 metros de rêde distribuidora, abastece 85 prédios de 10 logradouros. No ano de 1956, foram registrados na Prefeitura Municipal 80 automóveis e 300 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Um médico, 1 dentista e 2 farmacêuticos prestam assistência médico-sanitária em geral à população do município. Na cidade

Grupo Escolar Telêmaco Borba

estão localizados 1 Hospital e 1 Pôsto de Higiene, além de duas farmácias.

ALFABETIZAÇÃO — Pelo Censo de 1950, o município contava 37 295 pessoas de 5 anos e mais. Dêsse total, 11 942 sabiam ler e escrever, sendo 7 178 homens e 4 764 mulheres. Na sede municipal, das 1 184 pessoas de mesma idade, 843 eram alfabetizadas: 435 do sexo masculino e 408 do feminino.

Ensino — O ensino primário fundamental comum foi ministrado no município, em 1956, através de 52 unidades escolares, num total de 2 853 alunos. No município funcionaram 4 estabelecimentos de ensino extraprimário: dois na cidade: 1 ginásio estadual e 1 curso normal regional; 2 no interior: 1 curso de aprendizado industrial, na vila de Monte Alegre, e 1 ginásio estadual no local denominado Cidade Nova.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Acham-se instalados, na sede municipal, os cinemas: Cine Luz, com 506 lugares, Cine Butiá, com 200 lugares e Cine Santa Rita, com 144 lugares; no distrito de Ventania, Cine Harmonia, com 345 lugares. Existem no município os seguintes veículos de cultura: Rádio Sociedade Monte Alegre Limitada, prefixo ZYS-22, ondas médias de 1 580 quilociclos; "O Tibagi", de circulação semanal, e uma livraria.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950......	1 816	891	1 029	609	1 138
1951......	3 396	968	1 402	656	1 345
1952......	3 359	1 716	1 400	623	1 029
1953......	3 860	1 056	1 702	522	1 740
1954......	8 774	957	2 146	561	1 535
1955......	10 213	1 074	2 907	614	2 758
1956 (1)...	13 782	1 926	3 439	818	3 574

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — As festas de Nossa Senhora dos Remédios e de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro são as principais manifestações populares que se realizam no município, vindo a seguir a comemoração da Páscoa e do Natal.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O município tomou o nome do rio que o serpeia, Tibagi, estando a cidade localizada em sua margem esquerda, uma verdadeira

Praça 15 de Novembro

Pôsto de Puericultura

plataforma, obra da natureza. Seus habitantes são conhecidos por tibagienses. A comarca que ali se instalou no ano de 1904 compreende atualmente os distritos judiciários de Tibagi, Alto do Amparo e Ventania. Na cidade funcionam os Cartórios Cível, Criminal, de Imóveis e Registro Civil e anexos, nos distritos apenas o do Registro Civil. Em 1955 encontravam-se inscritos 7 657 eleitores. Tibagi é célebre pelos garimpos diamantíferos e auríferos que são efetuados em seu território, às margens do rio Tibagi e seus afluentes. Os podêres municipais estão assim representados: Prefeito Municipal — Guataçara Borba Carneiro; Vereadores — Leopoldo L. de Sá Mercer, Olavo B. Arpelan, Telêmaco B. Neto, Rubens G. Silva, Manoel B. dos Santos, Nery Rocha Mendes, Polybio Meira Cotrim, Ataíde Taques e José Camargo.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

TIJUCAS DO SUL — PR

Mapa Municipal no 10.º Vol.

HISTÓRICO — Município criado em 1951, Tijucas do Sul, não obstante pertencer à lista das mais novas unidades municipais do Paraná, tem na sua história episódios que remontam à época das primeiras penetrações, descoberta e povoamento do planalto curitibano.

Integrando o território do município de São José dos Pinhais, do qual foi desmembrado recentemente, Tijucas do Sul pertenceu à região dos Campos de Curitiba, onde, a partir da segunda metade do século XVII já se encontravam os mineradores paulistas, vicentistas e portuguêses, fundadores dos arraiais de que se originaram várias cidades do planalto paranaense.

Um dos mais notáveis episódios da história da antiga vila de Tijucas ocorreu no seu território, por ocasião da Revolução Federalista de 1893. Naquele ano, passou pela vila o capitão Ismael Lago, comandando um piquête do 8.º Batalhão de Cavalaria, vindo de Curitiba e destinado às fronteiras do Estado de Santa Catarina, com o objetivo de tomar posição, para enfrentar os revolucionários vindos do Rio Grande do Sul e que já haviam invadido Santa Catarina. Mais tarde, outro batalhão foi organizado. O contingente que se encaminhou até a serra, retrocedeu a Curitiba, depois de marchas e contramarchas, para, finalmente,

Hotel às margens da reprêsa de Vossoroca

alguns dias depois, em outubro de 1893, retornar e acampar na vila de Tijucas.

A fôrça compunha-se de 100 homens da Guarda Nacional de Curitiba, um piquête de Cavalaria, dois canhões e alguns artilheiros, sob o comando dos tenentes José Cândido da Silva Murici e Antônio Catão Mazza.

O diminuto número de homens arregimentados seguiu para a vila, acampando em Miringuava, onde, logo que chegou, recebeu mais algumas praças de Curitiba. Êsse pessoal foi a seguir transferido para Paranaguá.

Assim foi organizado um batalhão de aproximadamente 400 homens, que marchou para Tijucas. Os revolucionários já tinham transposto as fronteiras de Santa Catarina.

Ao chegar à vila o batalhão encontrou as casas desocupadas, pois os seus habitantes haviam fugido na véspera, deixando a vila abandonada.

No dia 10 de janeiro de 1894, tendo dois soldados paranaenses ido tomar banho num riacho próximo, deixando o serviço da guarda e sentinela, caíram em poder de um piquête inimigo, sendo um degolado e o outro ferido gravemente. Ouvindo os gritos dos companheiros, as sentinelas avançaram, travando-se forte tiroteio, o primeiro encontro entre as fôrças legalistas e os revolucionários. Nesse primeiro combate saiu ferido o degolador do soldado paranaense.

Os revolucionários estavam acampados a três quilômetros da vila, no lugar denominado Fernandes.

Pelas seis horas da manhã, as fôrças que guarneciam a vila, depois de haverem tomado tôdas as providências, foram atacadas pelas fôrças de Gumercindo Saraiva. O batalhão paranaense contava com dois canhões Krupp e estava preparado para receber o inimigo.

Travou-se a batalha. O inimigo avançava sob o fogo cerrado da artilharia paranaense. O combate durou o dia inteiro, tendo cessado às 6 horas da tarde. Foram 10 horas de fogo, após o que o inimigo, pôsto que forte, arrojado e bem armado, sofreu fragorosa derrota, debandando, em seguida.

As perdas dos federalistas foram enormes, enquanto que as fôrças legalistas tiveram apenas sete mortos e vinte feridos, entre os quais o bravo tenente Antônio Catão Mazza, que faleceu alguns dias após a refrega.

No comando do ataque a Tijucas estêve o próprio Gumercindo Saraiva, assessorado por Aparício Saraiva e outros chefes revolucionários.

Após alguns dias de retirada, os revolucionários voltaram e, no dia 15 de janeiro, o combate foi reiniciado. Por ser oficial mais graduado, assumiu o comando da praça o coronel Adriano Pimentel.

Repelido na noite de 15, ao acometer a praça pela retaguarda, o inimigo não titubeou, e a luta recrudesceu. Foi interceptada a linha de retirada para o Rincão ou Tabuado.

O fogo não cessou a noite inteira, e já amanhecia o dia 16, sem nenhuma interrupção do combate. Colocado em excelente posição, o inimigo exercia domínio sôbre a praça.

Nessa hecatombe caiu ferido o capitão Lago. Em vista disso, o coronel Pimentel resolveu tomar a posição ao inimigo, à baioneta. Essa delicada missão foi confiada aos heróicos oficiais capitão Teodorico Guimarães e alferes Joselim de Alencar Oliveira, que, à frente de 40 praças, atacaram e tomaram a posição.

Ainda no mesmo dia os revolucionários tentaram retomar a posição, mas foram repelidos. Na madrugada do dia seguinte, o inimigo voltou a ocupar a posição e a luta recomeçou, com tremenda violência e intensidade. De parte dos legalistas tombaram cinco mortos, inclusive o tenente Pedro Bueno, da Guarda Nacional de São José dos Pinhais.

A situação se agravava. A praça estava cercada. Havia falta de munições e de víveres.

Roberto Hauer, que fôra enviado a Curitiba, a fim de apressar o envio de recursos, foi aprisionado pelo inimigo.

Às 9 horas do dia 17 aparece um homem, com uma bandeira branca. Era Roberto Hauer, que trazia uma intimação de Gumercindo para que a praça se rendesse dentro de quatro horas, sob o compromisso de deporem as suas armas, pelo que teriam os legalistas garantia de vida e liberdade.

Pimentel leu a intimação, que foi rejeitada.

Em vista disso, o inimigo fêz nova carga contra a praça, que foi heròicamente repelida pelos defensores da legalidade.

A 19, Gumercindo, novamente enviou Roberto Hauer para entender-se com o coronel Pimentel, levando uma carta do Dr. Anibal Cardoso, acompanhada de documentos comprobatórios da tomada de Paranaguá e Curitiba, do completo cêrco da Lapa e da retirada do general Pêgo e do Vice-Governador. A carta reiterava o pedido de rendição.

Diante dessa conjuntura, o coronel Pimentel informou, depois de consultar a oficialidade, que daria resposta depois de conferenciar pessoalmente com o Doutor Anibal Cardoso.

Não demorou muito, apareceu Anibal Cardoso, acompanhado do coronel Vitorino Ordine, êste com telegrama do Barão do Cêrro Azul comunicando o abandono da Capital pelas fôrças federais e estaduais, assim como a aclamação de uma Junta Governativa, declarando que não havia conveniência de continuarem a ser sacrificadas, inùtilmente, mais vidas.

Diante de tal realidade, a capitulação se impunha.

Foram então estudadas as bases dessa medida extrema. Às seis horas da tarde, do dia 19 de janeiro de 1894, foi

Igreja-Matriz Municipal

assinada a ata da capitulação entre o coronel Adriano Pimentel e Gumercindo Saraiva.

A essa hora, em promiscuidade, legalistas e revolucionários perambulavam pela vila de Tijucas. Já não havia derramamento de sangue entre irmãos.

"Eis que, em meio à satisfação de que todos estavam possuidos — diz um documento da época — pela cessação do fogo, o prêto Tibúrcio José Timóteo, que de legalista se pasara para o lado dos revoltosos, orgulhoso da vitória, aproximou-se do capitão Leprevost, montado a cavalo e, acintosa e irônicamente, deu-lhe parabéns. A êsse gesto, respondeu Leprevost: "Não aceito parabéns de um covarde e traidor como você". O negro retorquiu com um pesado insulto que foi repelido pelo capitão com uma bengalada. O prêto imediatamente sacou de uma pistola, fazendo fogo contra o capitão Leprevost que, embora ferido, ainda detonou seu revólver duas vêzes contra o agressor, que foi levemente ferido. O oficial foi conduzido ao hospital pelo major Craveiro de Sá e coronel Vitorino.

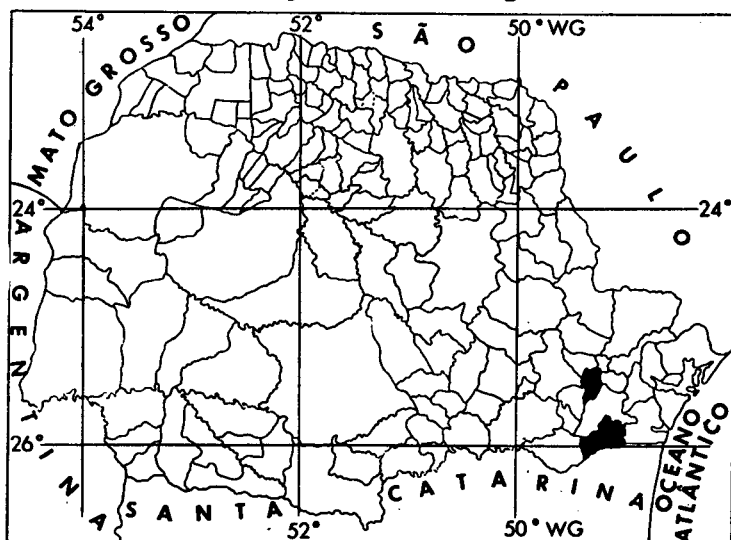
No dia seguinte, 20 de janeiro, dois revolucionários, armados de "Comblain", por ordem de Aparício Saraiva, voltaram à vila, e, de uma janela, descarregaram suas armas contra o capitão Leprevost, que teve o crânio despedaçado.

Na frente do hospital, achavam-se preparando a maca para conduzir o ferido, o tenente Francisco Bueno da Rocha, sargento Leprevost e soldados João Correia da Silva e Benedito Flôres.

O Dr. Mayer, que assistia os feridos, fugiu horrorizado, montado num burro. Os feridos que podiam locomover-se fizeram o mesmo."

Foi um crime covarde dos revolucionários, que deixaram de respeitar a honrosa capitulação assinada um dia antes. O desrespeito à capitulação não ficou só nisso: vários oficiais foram presos por motivos fúteis, entre êles o major Craveiro de Sá; o tenente-coronel Ismael Lago foi perseguido; e o comandante José Bevilaqua foi ofendido pùblicamente em Curitiba. Todos êsses episódios tiveram por palco a então pequenina e modesta vila de Tijucas, hoje cidade e sede do município do mesmo nome.

O município de Tijucas do Sul foi criado pela Lei estadual n.º 790, de 14 de novembro de 1951, e instalado a 14 de dezembro de 1952, ocasião em que foram empossados o Prefeito Municipal e os membros da primeira Câmara de Vereadores, eleitos pouco tempo antes.

LOCALIZAÇÃO — A posição determinada pelas coordenadas geográficas de 25° 56' de latitude Sul e 49° 10' de longitude W. Gr. localiza a sede municipal de Tijucas do Sul. Situa-se o município na Zona Fisiográfica do Planalto

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

de Curitiba. Limita ao norte com o município de São José dos Pinhais; ao sul, com o Estado de Santa Catarina; a oeste, com o município de Rio Negro; e a leste com o de Guaratuba.

CLIMA — Possui o município clima temperado. O inverno é pouco rigoroso, havendo ocorrência de geadas, não muito freqüentes. O verão é fresco e agradável, registrando, por vêzes, chuvas abundantes, máxima, nos meses de dezembro e janeiro.

ÁREA — Compreende o município de Tijucas do Sul uma área de 918 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Entre os principais acidentes geográficos do município, têm maior destaque os seguintes: *rios* — Negro, de direção L.S., São João, de direção L.O., da Várzea, de direção L.O., sendo que nenhum dêles é navegável; *serras* — do Mar, Ribeirão Grande, Chimbuva, Araçatuba e os *morros* — Redondo e do Fundão.

RIQUEZAS NATURAIS — As principais riquezas naturais do município são: *de origem vegetal* — a madeira; *de origem mineral* — as pedreiras.

POPULAÇÃO — Quando da realização do Censo de 1950, o então distrito de Aruatã (atual Tijucas do Sul), do município de São José dos Pinhais, contava 6 500 habitantes, sendo 3 366 homens e 3 134 mulheres. Daquele total, 83% concentravam-se no quadro rural. A sua densidade demográfica era de 7 habitantes por quilômetro quadrado.

Aglomerações urbanas — O município conta com 2 aglomerações urbanas: a cidade de Tijucas do Sul, cuja população, ainda segundo o Censo de 1950, era de 373 pessoas (193 homens e 180 mulheres) e a vila de Agudos do Sul, com 583 habitantes, sendo 300 homens e 283 mulheres.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Na agricultura assenta o município sua principal base econômica e nesta em primeiro plano destaca-se o cultivo de cereais em geral.

Prefeitura Municipal

Sua produção agrícola em 1956 estava assim distribuída, em cruzeiros: milho — Cr$ 21 960 000,00; trigo — Cr$ 3 600 000,00; feijão — Cr$ 1 760 000,00; centeio — Cr$ 520 000,00; batata-inglêsa — Cr$ 640 000,00; em menor escala a mandioca, o arroz, a batata-doce, a cebola e a abóbora.

Existem funcionando em Tijucas do Sul cêrca de 19 pequenos estabelecimentos industriais, dos quais apenas um ocupa 5 ou mais operários em suas atividades. Os principais ramos são "produtos alimentares", "madeireiro" e "cerâmica".

A pecuária conta com um rebanho de pequena monta, onde sobressaem as espécies bovina, suína e caprina. Há alguma exportação para as localidades próximas.

Em 1956, o valor da exportação de Tijucas do Sul foi de Cr$ 3 901 465,00, sendo o milho, a batata-inglêsa e o trigo os principais produtos exportados.

COMÉRCIO E BANCOS — O município possui 5 estabelecimentos comerciais varejistas e 1 atacadista que movimentam o comércio local.

As cidades de São José dos Pinhais, Guaratuba e Curitiba, no Paraná; e Joinvile, em Santa Catarina, são as praças com as quais habitualmente o município mantém intercâmbio de mercadorias e produtos agrícolas, quer vendendo seus excedentes, quer comprando aquêles indispensáveis ao seus consumo interno.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O meio de transporte rodoviário é o único que serve o município ligando a sede ao interior, bem como aos municípios vizinhos, dos quais está separado pelas seguintes distâncias: São José dos Pinhais — 52 quilômetros; Guaratuba — 125 quilômetros; Rio Negro — 90 quilômetros; Campo Alegre (SC) — 32 quilômetros.

Dista das Capitais Estadual e Federal, via rodoviária, 67 e 1 088 quilômetros, respectivamente.

Na cidade funciona uma agência postal do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Tijucas do Sul possui a população de 300 habitantes, aglomeração urbana elevada à atual categoria em 1951. Conta com acima de 67 edificações, 7 logradouros (sendo 1 praça e 6 ruas). Existem 2 pensões na cidade.

No ano de 1957, foram registrados na Prefeitura Municipal 37 veículos motorizados: 1 automóvel e 36 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O setor de assistência médico-sanitária é atendido por 1 médico residente no município, em cuja sede funciona 1 farmácia, 1 pôsto de higiene e 1 de puericultura.

ALFABETIZAÇÃO — Quando da realização do Censo de 1950, a sede do então distrito de Aruatã (atual município de Tijucas do Sul) contava 326 habitantes de cinco anos e mais, sendo que 109 (65 homens e 44 mulheres) sabiam ler e escrever.

Ensino — Em 1956, funcionaram no município 40 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, com a matrícula de 1 123 alunos. Na cidade funciona 1 curso normal regional.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1953......	...	...	590	157	351
1954......	...	...	649	165	377
1955......	...	...	830	182	738
1956......	...	...	1 076	167	1 604

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — Festejam-se no município os dias de São João, a 24 de junho; o Natal, a 25 de dezembro; e a Páscoa, em data móvel.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Seus habitantes são conhecidos pelos gentílicos tijucanos e tijuquenses. O município judiciàriamente está subordinado à comarca de São José dos Pinhais e compõe-se de dois distritos a saber: Tijucas do Sul e Agudos do Sul. Em cada um existe um Juiz de Paz e um Cartório do Registro Civil e Anexos.

Tijucas do Sul faz divisa com o Estado de Santa Catarina, separado pelo Rio Negro.

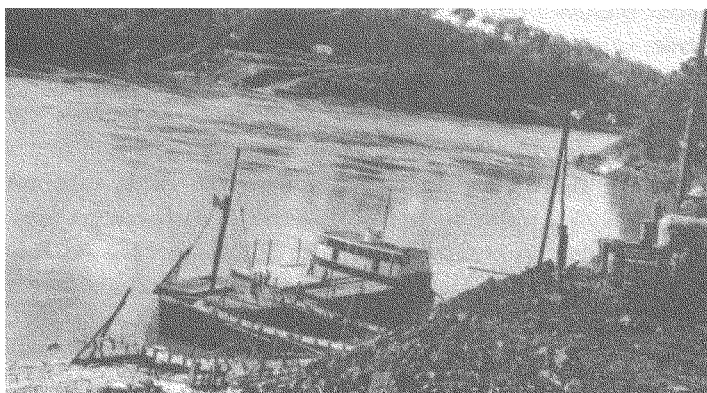
Em 1956 achavam-se inscritos 2 070 eleitores.

Os podêres municipais estão assim representados: Prefeito — Sr. Nir M. de Oliveira. Vereadores — Srs. João Claudino Machado, João Bonicek, Osório Nestor da Rocha, Francisco C. de Lima, Loracy Bonato, Alfredo Caetano dos Santos, Manoel da Cruz, Alcides de L. Maoski e Francisco de F. Ribeiro.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Paraná.

TOLEDO — PR

Mapa Municipal no 13.° Vol.

HISTÓRICO — Em 1946 fundava-se em Pôrto Alegre, por iniciativa de um grupo de industriais e comerciantes gaúchos, a firma Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S. A., com o objetivo de comprar uma gleba de terras, no município de Foz do Iguaçu, às margens do rio Paraná, conhecida pela denominação de Fazenda Britânia, de propriedade de uma companhia imobiliária inglêsa.

Pôsto Britânia

Essa emprêsa havia tentado, sem êxito, a extração e comércio de madeiras na região, e seus membros figuram entre os primeiros civilizados a se estabelecerem nos sertões de Foz do Iguaçu, onde, anteriormente, já se encontravam colonos de nacionalidade italiana, alemã, espanhola e outras.

Organizada e registrada a Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S. A., mais conhecida pela sigla "MARIPÁ", seus fundadores, homens de grandes negócios, entre os quais figuravam alguns filhos de colonos e agricultores, que há mais de um século trabalham e cultivam as terras do Rio Grande do Sul, transferiram-se para o ocidente paranaense, a fim de iniciarem a grande empreitada que tinham em vista.

Chegando à localidade deram início ao estabelecimento da emprêsa, em pleno sertão, às margens do rio Paraná. As primeiras providências adotadas pelos pioneiros

Avenida 7 de Setembro

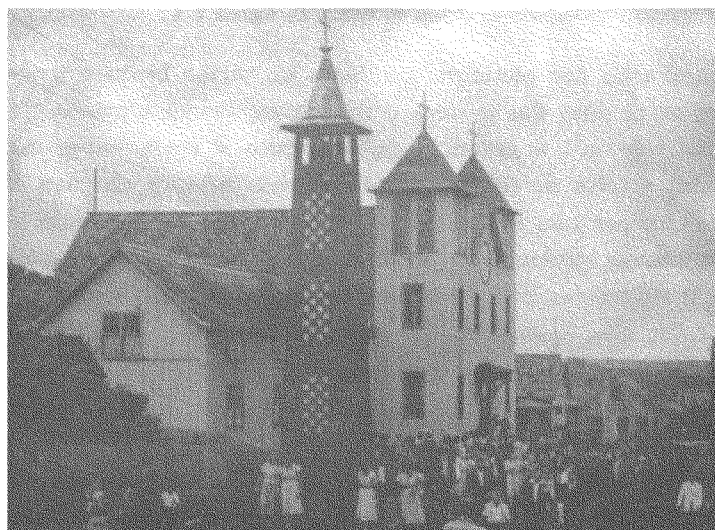
do desbravamento e civilização da região foram as de relegar, completamente, o plano dos inglêses, que era a fixação do agricultor imigrante, argentino e paraguaio, em localidade próxima ao Pôrto Britânia, por êles fundado, junto ao rio Paraná.

Em substituição ao fracassado plano inglês, elaborou a MARIPÁ o seu próprio plano de colonização, baseado, entre outras coisas, na localização das terras, no seu clima, na sua conformação topográfica e nos meios e recursos naturais que essas terras lhes proporcionavam.

A antiga Fazenda Britânia está localizada ao longo do rio Paraná, com a extensão de 43 quilômetros, de norte a sul, indo da foz do rio Guaçu até a embocadura do rio São Francisco Falso. Suas divisas ao norte e ao sul são linhas sêcas, correm de leste a oeste, medindo 78 quilômetros de extensão, e formando, assim, um triângulo quase perfeito.

Tendo adquirido e pago a Fazenda Britânia, o restante do capital da MARIPÁ não cobriu de todo a compra de um trator, um caminhão e as instalações de uma serraria, material êsse indispensável, a fim de produzir a extração de madeira, prepará-la, e, com essa receita, iniciar a medição das terras, construção de estradas e pontes, e, na medida do possível, pôr em andamento a venda de terras, dentro do plano preestabelecido.

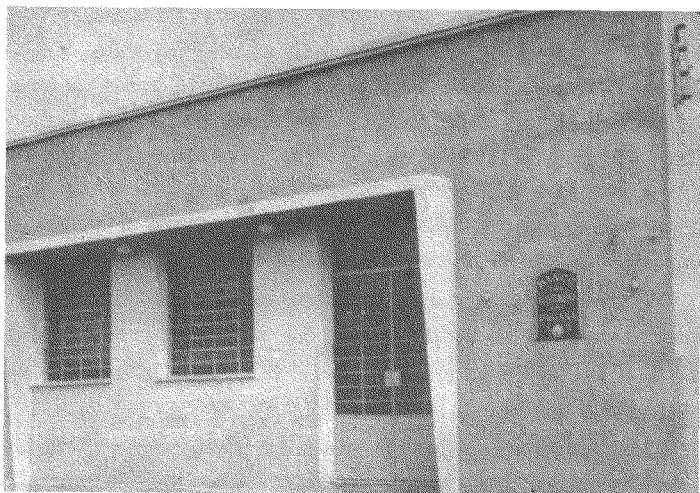
Ao atingir a região, os dirigentes da MARIPÁ a encontraram coberta de densas matas virgens e cerrada vegetação própria do clima tropical. Não existiam estradas. Não havia habitantes.

Nos primeiros dias de abril de 1946, um caminhão procedente do Rio Grande do Sul partia de Cascavel, lo-

Igreja-Matriz Municipal

calidade que já existia a êsse tempo, distando 48 quilômetros da atual cidade de Toledo, embrenhou-se através da floresta virgem, rumando sempre para oeste, sôbre tocos e troncos de árvores, que iam sendo abatidas à sua frente.

Depois de trinta dias de viagem pelas selvas desconhecidas e agrestes, foram construídas três palhoças junto a um arroio, assinalado num velho mapa dos inglêses como sendo o arroio Toledo, e, nesse local foi iniciada a construção da serraria n.º 1.

A luta dêsses primeiros homens contra a mata virgem; o combate do machado contra o pinheiro secular; o

Vista aérea da cidade

Agência do Banco do Estado do Paraná S.A.

sofrimento dos pioneiros insulados no sertão bruto e ignoto; as picadas das môscas e mosquitos, principalmente, do "borrachudo"; a ardência do carrapato a entranhar-se na pele; a falta de alimentação, que nem sempre chegava a tempo, por não o permitirem as condições das estradas e as chuvas prolongadas; tudo isso constituiu a fase difícil e perigosa dos primeiros dias da fundação de Toledo.

E êsse período de pioneirismo, que foi o mais árduo de tôda a história da Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S. A., que é a própria história de Toledo, durou pelo espaço de dois anos.

Em 1949 foram finalmente iniciados os trabalhos de topografia e levantamento, efetuando-se o traçado da pequena vila de Toledo que, dentro em pouco, seria a mais progressista, a mais futurosa e a mais encantadora cidade do ocidente do Paraná, nos lindes do Brasil com a República do Paraguai.

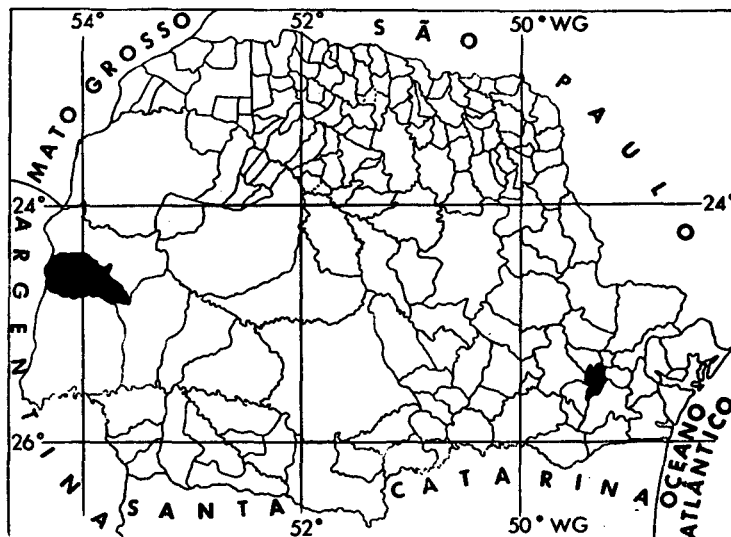
O quadro rural da vila foi formado por chácaras de 25 hectares, colônias e sítios, demarcados com a área de 10 alqueires, levando-se sempre em conta que cada colônia deveria ser alcançada por água corrente, de vertente natural ou arroio.

Hotel Maripá

No mesmo ano foram assinados os primeiros compromissos de compra e venda de lotes, datas, chácaras e colônias (sítios). Em 1950 êsse movimento aumentou um pouco, mas sòmente em 1951 é que se iniciou, efetivamente, a colonização. A penetração na mata pelos engenheiros e agrimensores e a construção das estradas permitiram fundar vilas, como as de General Rondon, Novo Sarandi, Quatro Pontes, Dez de Maio, Novo Santa Rosa e outras, que hoje somam quinze vilas e povoados fundados pela MARIPÁ.

Dentro de pouco tempo, Toledo ficou conhecida em tôda a região dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A procura de terras atingiu tal vulto, que em abril de 1951, tôdas as terras medidas e demarcadas estavam vendidas ou compromissadas. E essa procura foi tanto mais surpreendente, porque a emprêsa jamais fizera qualquer publicidade, a respeito de suas terras e da fertilidade de que eram dotadas.

Pela Lei n.º 790, de 14 de novembro de 1951, votada pela Assembléia Legislativa e sancionada pelo Governador Dr. Bento Munhoz da Rocha Neto, era criado o município de Toledo, desmembrado do de Cascavel. A instalação oficial e solene do município, que foi coroamento final de uma grandiosa obra de colonização, se deu em dezembro de 1952.

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na Zona Fisiográfica do Sertão do Rio Paraná, limitando com os municípios vizinhos de Foz do Iguaçu, Cascavel e Guaíra, no Estado do Paraná, e com a República do Paraguai,

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

através do Rio Paraná. A sede municipal está situada na posição geográfica de 24° 45' de latitude Sul e 53° 41' de longitude W.Gr., distando da Capital Estadual em rodovia, 663 quilômetros.

ALTITUDE — A cidade está na altitude de 547 metros.

CLIMA — Possui o município clima temperado, sêco e bastante saudável. As temperaturas médias observadas no ano de 1956 foram 26,77°C para as máximas, 12,9°C para as mínimas e 19,8°C a compensada.

ÁREA — A área do município corresponde atualmente a 2 285 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O principal acidente geográfico do município é o rio Paraná, que o separa da República do Paraguai, seguido do rio São Francisco, nos limites com o município de Foz do Iguaçu.

RIQUEZAS NATURAIS — O município é rico quanto à flora e a fauna. Na primeira, abundam os vastos pinheirais, o cedro, a imbuia e a peroba. Na segunda, aves e ani-

Grupo Escolar (em construção)

mais de múltiplas espécies. A argila, por sua vez, é inesgotável.

POPULAÇÃO — Toledo, à época do Recenseamento de 1950, era um simples povoado localizado no então distrito administrativo de Cascavel, do município de Foz do Iguaçu. Foi elevado à categoria de município em 1951, ao mesmo tempo em que também o era o distrito de Cascavel, de cujo território fazia parte, ambos desmembrados de Foz do Iguaçu. Sua população atual acha-se estimada em 8 800 habitantes.

Aglomerações urbanas — O município conta com as seguintes aglomerações urbanas: cidade de Toledo, as vilas de Dez de Maio, General Rondon, Margarida, Maripá, Novo Sarandi e Quatro Pontes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A indústria extrativa vegetal representa a pedra angular da economia municipal, bem coadjuvada pela pecuária e agricultura.

A extração do pinho e cedro e outras madeiras de lei vem sendo feita em ritmo intensivo face às grandes reservas existentes.

Existiam no ano de 1957 em Toledo cêrca de 77 estabelecimentos dos quais 15 ocupavam 5 ou mais operários em suas atividades. Os principais ramos são: o "madeireiro", o de "cerâmica", o de "produtos alimentares" e outros.

A pecuária é desenvolvida no setor do gado suíno que em grande parte vem sendo exportado. O gado bovino é ainda de pequena monta mas com excelentes perspectivas de aumento em futuro breve.

A produção agrícola prevista para 1956 estava assim distribuída: feijão — Cr$ 11 725 000,00; milho — .... Cr$ 11 180 000,00; arroz — Cr$ 4 500 000,00; batata — Cr$ 480 000,00; trigo — Cr$ 405 400,00; em menor escala amendoim, mandioca, batata-inglêsa e feijão-soja.

A exportação em 1956 somou Cr$ 10 167 989,00. Dos produtos exportados, o gado suíno e o feijão figuram em primeiro plano.

COMÉRCIO E BANCOS — Toledo possui 5 grandes estabelecimentos comerciais varejistas, 3 atacadistas, e uma agência bancária que representam o comércio e crédito locais.

Mantém transação habitual (comércio exportador e importador) com as seguintes praças: Ponta Grossa e Curitiba, no Paraná; Pôrto Alegre (RS), São Paulo (SP), e Rio de Janeiro (DF). Êsses centros funcionam como compradores dos produtos da região e fornecedores de mercadorias não existentes no município, necessárias ao seu consumo interno.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — O município liga-se às cidades próximas por estradas de rodagem, das quais está separado pelas seguintes distâncias: Guaíra — 145 km; Cascavel — 47 km; Foz do Iguaçu — 200 km. Dista da Capital Estadual e Federal, via rodoviária, 663 e 1 684 km, respectivamente.

Na cidade existe um bem situado campo de pouso, utilizado regularmente pela Real Transportes Aéreos S. A. e Cruzeiro do Sul S. A., com aviões comerciais para cargas e passageiros.

Na sede funciona uma agência postal-telegráfica do D.C.T., havendo ainda o serviço radiotelegráfico das duas emprêsas aéreas que servem o município.

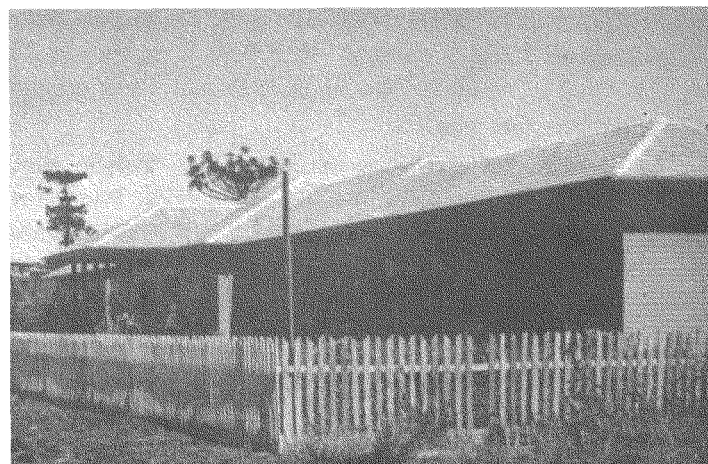
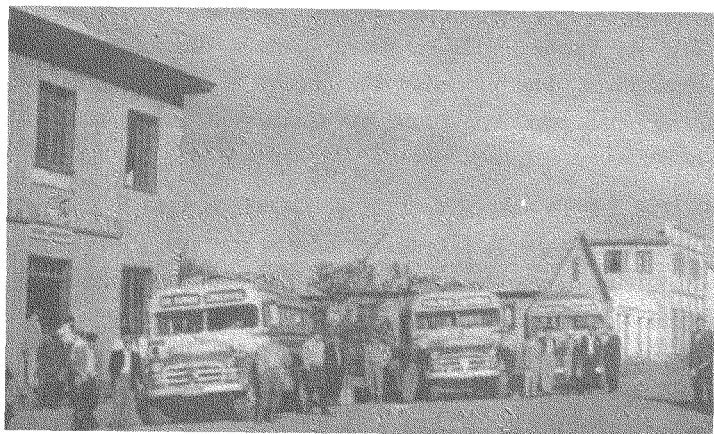
ASPECTOS URBANOS — A cidade de Toledo conta atualmente cêrca de 4 000 habitantes; 798 edificações urbanas, das quais 355 ocupadas para fins domiciliares.

É servida de energia elétrica para iluminação pública e particular e para fôrça motriz. Existem, na cidade, 29 logradouros públicos, sendo 2 avenidas e 27 ruas.

Para os serviços de alimentação e de hospedagem, há 4 hotéis.

No ano de 1956, foram registrados na Prefeitura Municipal 174 veículos motorizados, sendo 71 automóveis e 103 caminhões de variadas marcas e tipos.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Residem no município, onde exercem suas profissões em benefício da população, 4 médicos, 3 dentistas e 1 farmacêutico. Localizam-se na cidade, além de 2 farmácias, as seguintes instituições de saúde: Casa de Saúde e Maternidade Toledo, Hospital e Maternidade Filadélfia e 1 pôsto do Serviço Especial de Saúde Pública, do Ministério da Saúde.

ENSINO — Funcionaram no município, em 1956, 42 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, em que estiveram matriculados 1 619 alunos. Na cidade acha-se instalado o Pré-Juvenato Cristo Rei (formação religiosa).

Casa de Saúde e Maternidade Toledo

Avenida 7 de Setembro

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Encontram-se em funcionamento, na cidade, a Rádio Comeia, prefixo ZYS-49, freqüência de 1 580 kc, 1 biblioteca particular com 300 volumes de obras gerais; 1 livraria; 1 tipografia e 1 cinema com 250 lugares. Na vila de General Rondon, 1 cinema com 145 lugares.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1951......	...	195	...	...	...
1952......	...	2 233	...	...	...
1953......	...	2 845	1 486	508	1 435
1954......	...	4 324	2 029	807	1 959
1955......	...	5 577	2 199	1 023	2 493
1956 (1)...	3 383	7 495	4 181	1 006	2 009

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — Comemoram-se no município as seguintes festas, tôdas religiosas: 1.º de janeiro (Fraternidade Universal), Páscoa (data móvel), 13 de junho (Santo Antônio), 15 de agôsto (Nossa Senhora dos Navegantes), 8 de dezembro (Nossa Senhora da Conceição) e 25 de dezembro (dia de Natal).

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Toledo, o nome do município é influência do nome de um rio que passa em seu território. Seus habitantes são conhecidos pelo gentílico toledanos.

Toledo é comarca de segunda entrância do Estado do Paraná, compreendendo os distritos: Toledo e Guaíra. Na sede funcionam os cartórios do Cível, Crime, de Imóveis e Registro Civil e Anexos. Em Guaíra, apenas o do Registro Civil e Anexos. Seu eleitorado em 1955 era de 2 654 cidadãos inscritos.

As autoridades atuais do município de Toledo são: Juiz de Direito — Dr. Alfredo Portugal Mitzuk; Promotor Público — Dr. Geraldo Martins Maciel; Prefeito Municipal — Sr. Egon Pudell. Vereadores: Srs. Gentil Oswaldo Dalmas, Clécio Zeni, Helmuth Roch, Ernesto Dal'Oglio, Lauro Perius, Arlindo A. Lam, Lothário Aloysio Anschu, Ariberto Hofstaltter e Simon Scherer.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Paraná.

TOMAZINA — PR

Mapa Municipal no 11.º Vol.

HISTÓRICO — Remontam ao ano de 1865 as origens do atual município de Tomazina. Naquele ano, o major Tomaz Pereira da Silva adquiriu por compra uma gleba de terras formada por várias posses situadas às margens direita e esquerda do rio das Cinzas, tratando de organizar uma grande comitiva, com o fim de enfrentar as dificuldades e óbices do sertão.

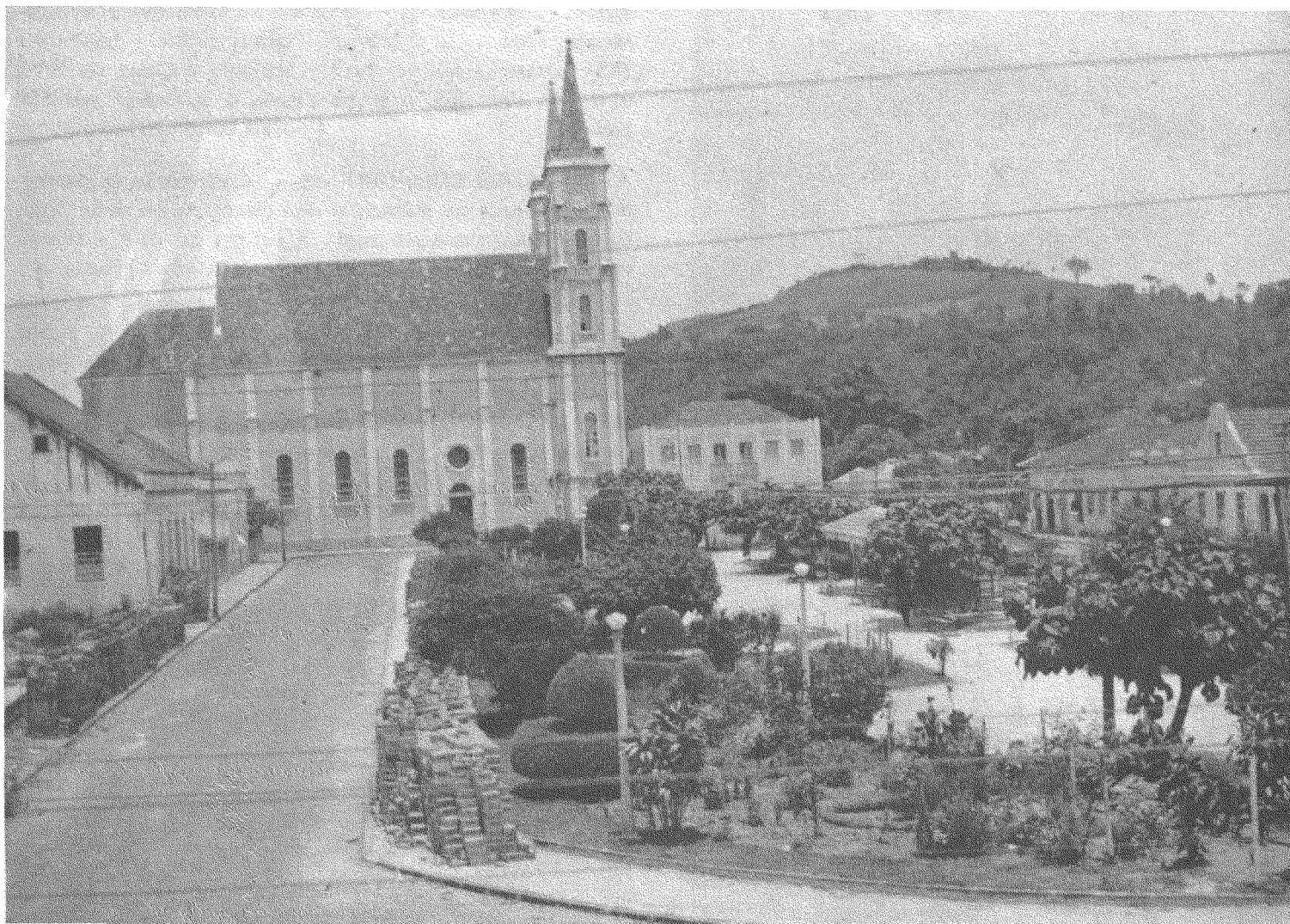
Em novembro de 1867, estando já organizada a comitiva composta de parentes, amigos, escravos e agregados, o major Tomaz Pereira da Silva partiu de Itajubá, província de Minas Gerais, chefiando a caravana e rumando definitivamente para o norte da então província do Paraná. Depois de uma penosa viagem, cheia de vicissitudes, que durou trinta e tantos dias, a 24 de dezembro, atingiram o ponto de referência, no meio do sertão agreste e desconhecido, sem quaisquer outros meios de comunicação, a não ser a picada por onde tinham vindo.

Inteligente e esclarecido administrador, o major Tomaz distribuiu sua numerosa comitiva dentro de uma grande área de terras, onde todos pudessem prosperar e viver. O sertão do rio das Cinzas foi-se tornando conhecido como sendo zona de terras de ótimas qualidades, contribuindo, assim, para aumentar o número de emigrantes que foram sertão adentro.

Tendo em vista os progressos alcançados e a evolução do povoado, em 1878 o major Tomaz Pereira da Silva e sua mulher doaram uma área de terras para o patrimônio de uma povoação, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, a qual teve início com as primeiras casas arruadas em 1879.

Pela Lei provincial n.º 681, de 2 de junho de 1882, foi criada a freguesia, que recebeu a denominação de Nossa Senhora da Conceição Aparecida de Tomazina, por inspiração do padre Antonio Camargo, autor do projeto, que foi convertido em lei pela Assembléia Legislativa provincial, como homenagem ao pioneiro e desbravador da zona sertaneja, onde surgiu a povoação.

Foi elevada à vila pela Lei n.º 923, de 6 de setembro de 1888; e pela Lei n.º 322, de 8 de maio de 1889, foi guindada à categoria de município.

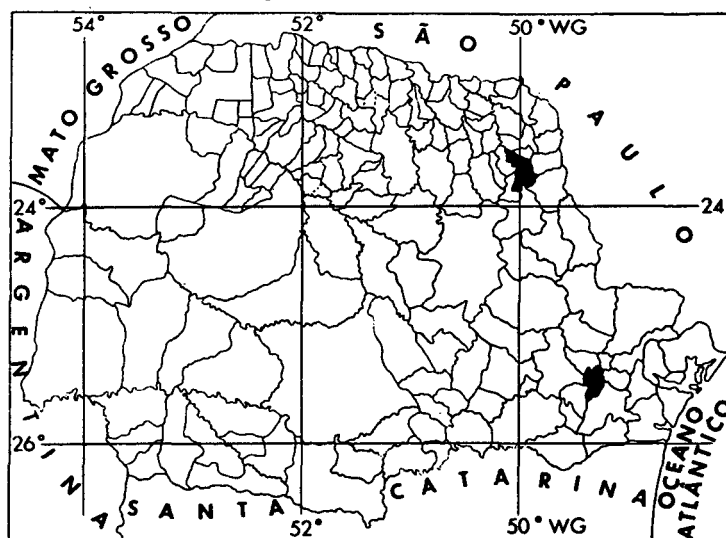
Prefeitura Municipal

Praça C.el Joaquim Tomaz

A instalação oficial do município se deu a 7 de janeiro de 1890, ocasião em que foram empossados os membros da primeira Câmara de Vereadores: Elias Xavier da Silva, José Albano Pereira, tenente João José Ribeiro, capitão Candido Antonio Pereira e major Tomaz Pereira da Silva, o qual, eleito Presidente da Câmara Municipal, assumiu o cargo de primeiro Prefeito de Tomazina.

Judiciàriamente, o município ficou subordinado à comarca de São José da Boa Vista.

À época de sua instalação, possuía o município de Tomazina a área de 6 050 quilômetros quadrados, aproximadamente. Mas, em vista do progresso e evolução da região do Norte do Paraná, o território municipal sofreu numerosos desmembramentos, ficando essa área reduzida a apenas 585 quilômetros quadrados, atualmente.

No curso de sua história, foram desmembrados de Tomazina os seguintes distritos, elevados a municípios autônomos: Jacarèzinho, em 1900; Distrito de Penápolis, atual município de Siqueira Campos, em 1920; distrito de Brazópolis, atual município de Venceslau Braz, em 1934; distrito de Ibaiti, hoje município do mesmo nome, em 1947; e, finalmente, em 1952, foram desmembrados os seguintes novos municípios, originados no de Tomazina: Pinhalão, Japira e Jaboti, ficando o município de Tomazina com apenas dois distritos — o da sede municipal e o de Sapé. Mesmo assim, não deixou de progredir. Apenas foi reduzida a sua área territorial.

LOCALIZAÇÃO — O município está situado na Zona Fisiográfica de Tomazina, limitando com Quatiguá, Siqueira Campos, Venceslau Braz, Pinhalão, Arapoti, Jaboti e Joaquim Távora. Dista da Capital Estadual, por via férrea, 431 km, e em rodovia 281 km. Possui as seguintes coordenadas geográficas: 23° 46' 32" de latitude Sul e .... 49° 57' 22" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 494 metros na sede municipal.

CLIMA — No município de Tomazina predomina o clima temperado, com 27°C e 32°C, nos meses de verão, e 16°C

Cine Bar N. S.ª do Carmo

e 24°C, durante o inverno. No ano de 1956, foram registradas as seguintes médias: 27,5°C para a média das máximas, 16°C para a das mínimas e 22,1°C a compensada.

ÁREA — É de 583 quilômetros quadrados a área do município.

RIQUEZAS NATURAIS — As principais riquezas naturais de Tomazina são: de *origem vegetal* — madeira e lenha; de *origem mineral* — argila, areia, pedra-de-ferro e encontram-se, também, jazidas de calcário e cimento.

Agência do Banco Comercial do Paraná S.A.

POPULAÇÃO — Em 1950, quando da realização do VI Recenseamento Geral do Brasil, o município contava 20 491 habitantes, conforme constituição a seguir: segundo *o sexo* — 10 736 homens e 9 755 mulheres; segundo *a nacionalidade* — 20 287 brasileiros natos, 27 brasileiros naturalizados, 176 estrangeiros e 1 sem declaração de nacionalidade: segundo *a côr* — 18 373 brancos, 988 pretos, 106 amarelos e 977 pardos; segundo *a religião* — 19 775 católicos romanos, 361 protestantes, 88 espíritas, 217 de outras religiões, 1 sem religião e 49 sem religião declarada. Das pessoas de 15 anos e mais, num total de 11 580, 3 426 declararam-se solteiros, 7 376 casados, 11 desquitados ou divorciados e 726 viúvos. A densidade demográfica da população era de 5 habitantes por quilômetro quadrado e 91% concentravam-se no quadro rural.

Aglomerações urbanas — Existem no município 2 aglomerações urbanas: a cidade de Tomazina, 960 habitantes (454 homens e 506 mulheres), segundo o Censo de 1950, e a vila de Sapé, cuja população é estimada em 500 pessoas.

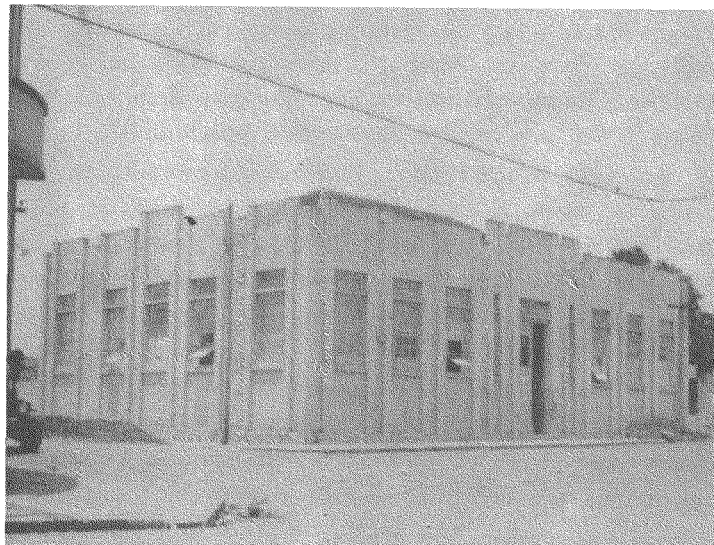
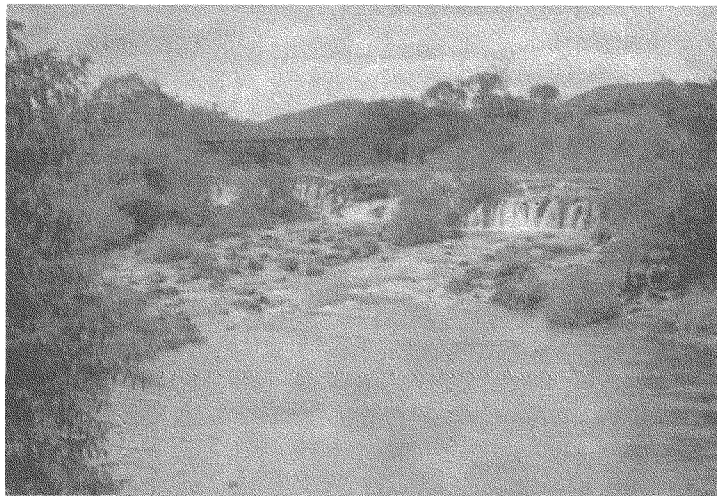
ATIVIDADES ECONÔMICAS — A atividade fundamental à economia do município está assentada no ramo "agricultura", destacando-se nesta o cultivo do café e cereais em geral. Secunda-o em importância o ramo "pecuária".

A produção agrícola de Tomazina alcançou em 1956 os seguintes valores: café — Cr$ 18 537 750,00; milho — Cr$ 10 845 000,00; arroz — Cr$ 5 600 000,00; feijão — Cr$ 5 379 660,00 laranja — Cr$ 900 000,00; batata-inglêsa — Cr$ 807 200,00. Em menor escala: o algodão, a banana, a mandioca, o alho e a cebola.

Na pecuária há sensível predominância do rebanho suíno sôbre o bovino que lhe segue em valor. Em 1956 a ex-

Coletoria Estadual

portação de gado suíno atingiu Cr$ 5 223 640,00. A indústria conta 16 estabelecimentos, sendo que 3 empregam 5 ou mais pessoas em suas tarefas. Os principais ramos explorados são: "madeireiro", "cerâmica" e "produtos alimentares".

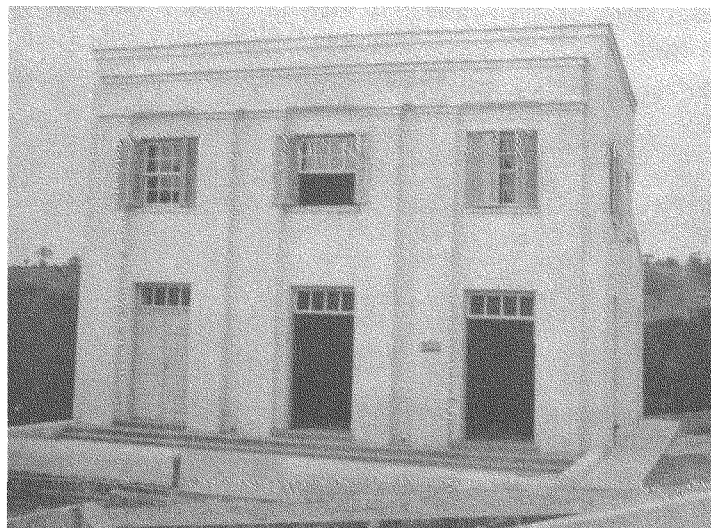
A exportação interestadual em 1956 foi da ordem de Cr$ 14 108 505,00. Nos principais produtos da pauta de exportação figuravam: café em grão, gado suíno e arroz.

Hospital São Vicente de Paulo

Salto Santa Isabel, vendo-se no fundo a ponte ferroviária Tomazina-Cerradinho

COMÉRCIO E BANCOS — Tomazina possui 76 estabelecimentos comerciais varejistas, 5 atacadistas e 2 agências bancárias. As praças com as quais o município mantém transação mercantil são: Venceslau Braz, Pinhalão, Joaquim Távora, Jacarèzinho, Jaguariaíva, Curitiba, Paranaguá e São Paulo (SP).

Essas localidades, ao mesmo tempo que absorvem a produção do município, em troca fornecem os gêneros e mercadorias necessários para seu consumo.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por meios de transporte rodoviário e ferroviário (R.V.P.S.C.). Está separado dos municípios limítrofes pelas seguintes distâncias: Venceslau Braz — 22 km (rodoviário e ferroviário); Pinhalão — 13 km (rodoviário e ferroviário); Siqueira Campos — 22 km (rodoviário e ferroviário); Quatiguá — 44 km (rodoviário e ferroviário); Jaboti — 15 km (rodoviário); Joaquim Távora — 42 km (rodoviário) e 82 km (ferroviário). Dista das Capitais Estadual e Federal, respectivamente: 281 e 1 099 km (rodoviário) e 431 e 1 178 km (ferroviário).

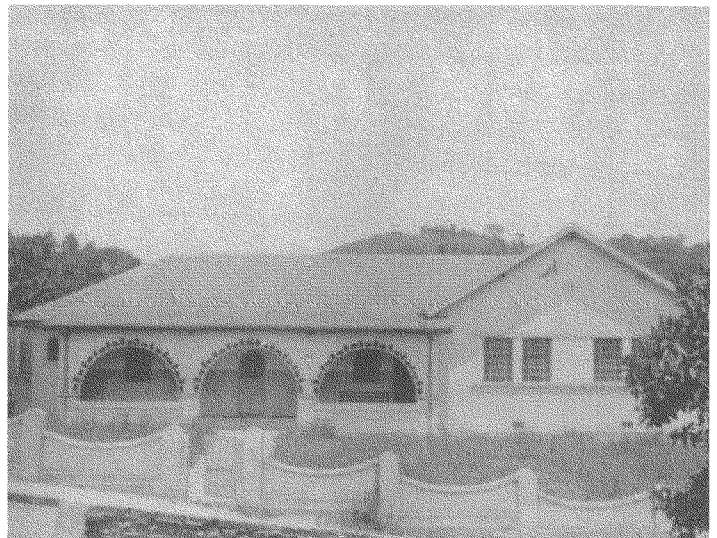
Na sede existem uma agência postal do D.C.T., o serviço telegráfico da R.V.P.S.C. e o serviço telefônico urbano da Companhia Telefônica Nacional.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Tomazina possui uma população estimada em 1 450 habitantes; cêrca de

Agência dos Correios e Telégrafos

300 edificações das quais 257 servindo para fins residenciais. É servida de rêde telefônica urbana, com 34 aparelhos instalados; e também de energia elétrica para fôrça motriz, iluminação pública e particular, esta com 218 ligações. Há um serviço de abastecimento de água com 500 metros de rêdes distribuidoras beneficiando 28 prédios em 3 logradouros. Existe também uma rêde de esgotos sanitários medindo 3 170 metros e esgotando 120 prédios de 9 logradouros.

Contam-se na cidade 20 logradouros públicos (1 avenida, 18 ruas e 1 praça); 5 estabelecimentos comerciais atacadistas e 12 varejistas; 3 hotéis para os serviços de alimentação e hospedagem.

No ano de 1956, foram emplacados na Prefeitura Municipal 20 veículos motorizados: 5 automóveis e 15 caminhões.

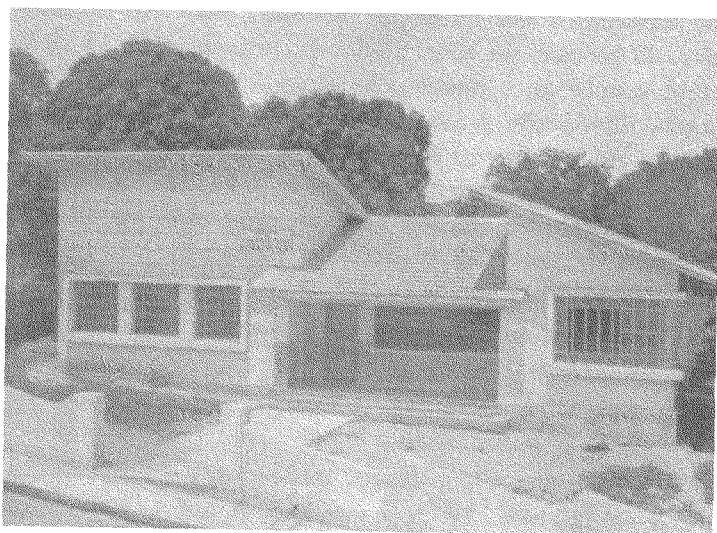
ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Atendem e prestam assistência médico-sanitária à população do município 3 médicos, 2 dentistas e 3 farmacêuticos. Localizam-se na cidade, além de 3 farmácias, os seguintes esta-

Pôsto de Higiene

belecimentos de saúde: Hospital São Vicente de Paula, 1 Pôsto de Malária, 1 de Puericultura e 1 de Higiene.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Tendo como finalidade a concessão de crédito aos agricultores, funciona na cidade a Cooperativa Mista Agropecuária de Tomazina Ltda., instalada a 18 de janeiro de 1945.

ALFABETIZAÇÃO — O Censo de 1950 acusou a existência de 16 889 pessoas de 5 anos e mais no município. Dêsse total, 5 283 (3 347 homens e 1 936 mulheres) sabiam ler e escrever. Na sede municipal, das 806 pessoas naquelas idades, 481 eram alfabetizadas: 252 homens e 229 mulheres.

Ensino — Matriculados nos 28 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum, 1 021 alunos receberam instrução no município, em 1956. Na cidade funciona 1 ginásio estadual, com uma escola normal secundária, anexa.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Na cidade: Biblioteca Pública "Getúlio Vargas", 1 420 volumes, de obras gerais, 1 cinema com 205 lugares e 1 associação esportivo-cultural, com 98 associados.

Pôsto de Puericultura

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950......	815	866	—	628	560
1951......	1 520	1 233	—	777	730
1952......	1 437	1 275	—	1 409	1 197
1953......	1 621	1 086	—	1 333	1 086
1954......	2 634	1 418	—	1 135	1 598
1955......	2 213	1 870	—	1 294	1 228
1956 (1)...	3 549	2 462	—	1 500	(*) 1 500

(1) Orçamento. — (*) Somente Municipal.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — Desde seus primórdios, nenhuma outra ocorrência é mais digna de nota no município do que a festa de sua padroeira, Nossa Senhora Aparecida, que se comemora todos os anos, durante nove dias, encerrando-se a 8 de dezembro, com muita animação e brilhantismo.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O topônimo Tomazina representa uma homenagem de seus munícipes à figura do major Tomaz Pereira da Silva, o pioneiro e desbravador da zona sertaneja, fundador da cidade e município.

As pessoas nascidas no município são conhecidas por tomazinenses.

Tomazina é sede de comarca de segunda entrância, compreendendo os distritos de Tomazina, Pinhalão e Sapé. Na cidade funcionam os cartórios do Cível, Crime, de Imóveis e Registro Civil e Anexos. Nos distritos, apenas o do Registro Civil.

Tomazina possuía em 1955 cêrca de 3 760 eleitores inscritos.

As autoridades atuais do município são: Juiz de Direito — Dr. Acyr Santos Carneiro de Quadros; Prefeito Municipal — Sr. Osório A. de Oliveira; Vereadores — Srs. Salvador Ribeiro do Vale, João Domingues, Manoel S. Gonçalves, João P. Chueiri, Rachid Antonio, Theodorico M. e Silva, Raul M. e Silva, Antonio Machado e Joaquim P. de Gouveia.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização

UNIÃO DA VITÓRIA — PR

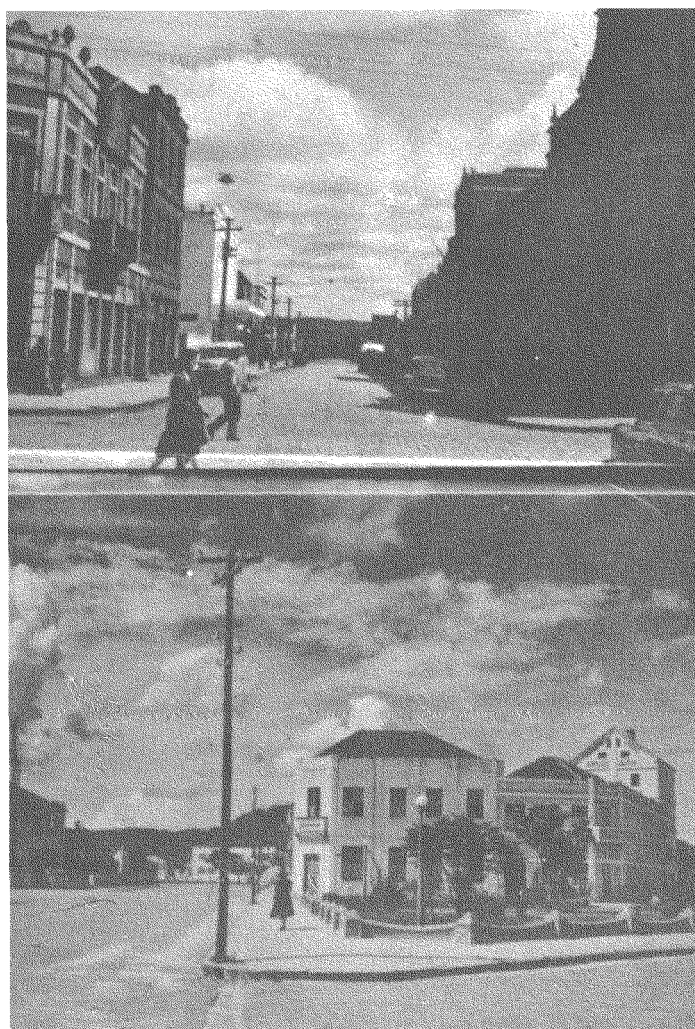
Mapa Municipal no 11.º Vol.

HISTÓRICO — União da Vitória é o produto das penetrações efetuadas na região sul do Paraná através dos primeiros povoadores dos Campos de Palmas.

Francisco Inácio de Araujo Pimpão, fazendeiro residente nos Campos de Palmas, visando facilitar os meios de transporte e as vias de comunicação entre a região e a cidade de Curitiba, determinou ao seu filho mais velho, Amazonas de Araujo Marcondes, que se estabelecesse em determinado ponto da margem esquerda do rio Iguaçu. Êsse lugar escolhido por Amazonas Marcondes foi Pôrto União da Vitória. Ali se estabeleceu êle, ficando como adquirente das mercadorias transportadas por jangadas ou balsas, que verificou, desde logo, ser um meio de transporte obsoleto e antiquado. Em vista disso, Amazonas de Araujo Marcondes resolveu organizar uma emprêsa de transporte fluvial, tendo seguido para o Rio de Janeiro, onde comprou o primeiro vapor destinado a essa emprêsa, o qual foi batizado com o nome de "Cruzeiro". Com êsse barco, o intrépido bandeirante começou a semear o progresso na região, fazendo o percurso entre Pôrto União da Vitória e Pôrto Amazonas.

Entretanto, os primeiros elementos a fixarem residência em União da Vitória são anteriores ao estabelecimento, ali, de Amazonas Marcondes. A 17 de novembro de 1769, por ordem do Governador-Geral da Capitania de São Paulo, partiu, dos Campos de Curitiba, o capitão Antonio da Silveira Peixoto com o objetivo de explorar as regiões do sul e oeste da então 5.ª Comarca de São Paulo. Navegando o rio Iguaçu, Silveira Peixoto atingiu a localidade onde hoje se acha a cidade de União da Vitória, e aí fundou o Entreposto de Nossa Senhora da Vitória. Deixando no local parte de sua comitiva, Silveira Peixoto prosseguiu viagem, singrando as águas do Iguaçu até atingir sua embocadura, no rio Paraná. Foi ainda nessa expedição que o grande capitão Silveira Peixoto chegou aos Campos de Guarapuava.

O Entreposto de Nossa Senhora da Vitória seria o ponto de partida para outras explorações do território da zona sul da Capitania. Assim, em 1772 foi enviado pelo Govêrno de São Paulo o sargento-mor Francisco José Monteiro, que veio assumir o comando e chefia do referido Entreposto.

Prefeitura Municipal

Em cima: Av. Manuel Ribas. Em baixo: Av. Getúlio Vargas

Em 1863 o povoado já merecia alguma consideração, contando 18 famílias com suas casas instaladas e se dedicando ao trabalho e cultivo das terras e ao desenvolvimento da localidade.

Em 1880 chega a Pôrto União da Vitória o verdadeiro civilizador da região, com o intuito de fundar uma cidade no lugar onde se encontravam êsses moradores. Era o coronel Amazonas de Araujo Marcondes, natural de Palmas, a quem já nos referimos.

Ao se transportar para a localidade, Amazonas Marcondes trouxe consigo muitos agregados, que foram considerados moradores, pròpriamente ditos. Por essa época Palmas foi elevada à categoria de vila e União da Vitória, à de freguesia.

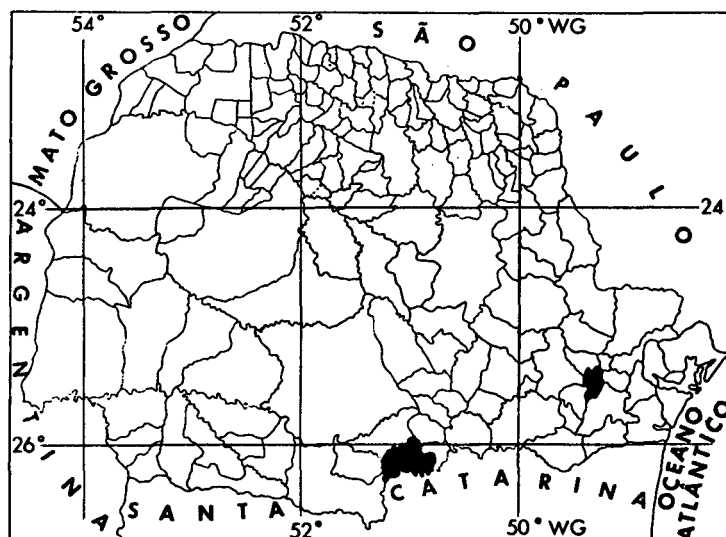
Tendo adquirido vasta gleba de terras, o coronel Amazonas Marcondes começou a cultivá-las, por meio de grande número de pessoas, para isso contratadas.

A primeira leva de colonos alemães procedentes do Vale do Itajaí, em Santa Catarina, e Rio Negro, no Paraná, chegou a União da Vitória no ano de 1881, dedicando-se à agricultura e a outras atividades correlatas.

Pelo Decreto n.º 54, de 27 de março de 1890, foi a freguesia de Pôrto União da Vitória elevada à categoria de vila, e, pelo Decreto n.º 55, do mesmo dia, mês e ano, passou à categoria de município, desmembrado do município de Palmas.

Em 1895 José Cleto da Silva fundou a primeira escola primária e o primeiro internato. No ano de 1905 os trilhos da Estrada de Ferro São Paulo—Rio Grande atingiam Pôrto União da Vitória, sendo inaugurada a primeira Estação Ferroviária.

Devido ao Tratado de Limites celebrado entre os Estados do Paraná e Santa Catarina, a cidade ficou dividida em duas, passando a parte que tocou ao Paraná a denominar-se União da Vitória, e a pertencente a Santa Catarina, Pôrto União.

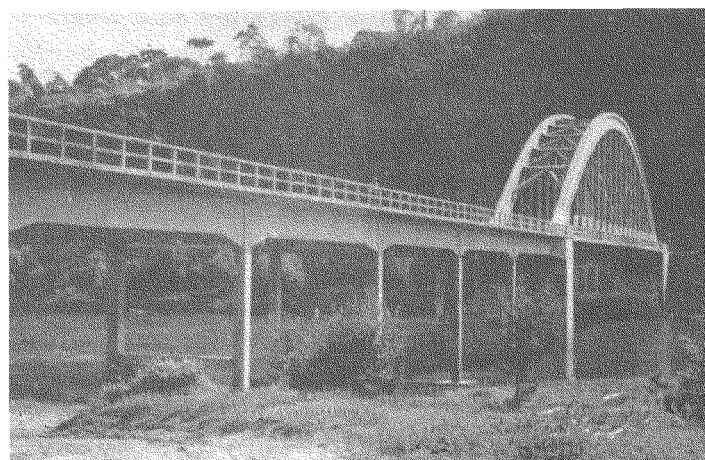
LOCALIZAÇÃO — A posição determinada pelas coordenadas geográficas 26º 13' 45" de latitude Sul e 51º 04' 58" de longitude W.Gr. localiza a sede municipal de União da Vitória.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Situa-se o município na Zona Fisiográfica de Irati, limitando ao norte com os municípios de Cruz Machado e Mallet; ao sul, com o Estado de Santa Catarina; a oeste, com os municípios de Bituruna e Palmas; e a leste, com o município de Paulo Frontin.

ALTITUDE — A sede do município encontra-se a uma altitude de 752 metros.

CLIMA — O clima no município é temperado. A temperatura no verão é fresca e agradável e não muito elevada. Baixa, no inverno, quando há ocorrência de geadas freqüentes.

ÁREA — Compreende o município uma área de 1 246 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Entre a vasta rêde fluvial que corta o município, os rios Iguaçu, de direção

Ponte rodoviária sôbre o rio Iguaçu

Outro aspecto da Av. Manuel Ribas

E.-N.O., navegável, Palmital, de direção N.E.-S.E., Jangada, de direção S.-N., não navegáveis são os que mais se destacam. A ilha Grande e o pico Tem-que-vê com a altura de 1 300 metros aproximadamente, são também importantes acidentes geográficos.

POPULAÇÃO — Os dados do Censo de 1950 acusaram a existência de 33 693 pessoas no município, com as seguintes constituições: segundo *o sexo* — 17 087 homens e .... 16 606 mulheres; segundo *a nacionalidade* — 31 003 brasileiros natos, 338 brasileiros naturalizados, 2 251 estrangeiros e 1 sem declaração de nacionalidade; segundo *a côr* — 31 137 brancos, 239 pretos, e 2 236 pardos; segundo *a religião* — 30 976 católicos romanos, 2 311 protestantes, 67 espíritas, 262 de outras religiões, 36 sem religião e 41 sem religião declarada. As pessoas de 15 anos e mais eram em número de 19 122, sendo que 6 180 declararam-se solteiros, 11 916 casados, 31 desquitados ou divorciados e 966 viúvos. A densidade demográfica era de 6 habitantes por quilômetro quadrado e 68% de sua população estavam concentrados no quadro rural.

Aglomerações urbanas — Existem no município 3 aglomerações urbanas: a cidade de União da Vitória, com 7 628 habitantes (3 745 homens e 3 883 mulheres); a vila de Paula Freitas, com 303 pessoas (153 homens e 150 mulheres) (tudo segundo o Censo de 1950); e a vila de Pôrto Vitória.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A economia do município repousa na atividade extrativa vegetal com a exploração da madeira (pinho e imbuia) e erva-mate (chá e mate). Segue em importância, com uma contribuição econômica respeitável, a atividade agrícola com o cultivo de cereais em geral.

O parque industrial do município é destacado, contando nada menos de 146 estabelecimentos ativos, dos quais cêrca de 50 utilizam 5 ou mais pessoas em suas tarefas. Contando com matéria-prima própria e com outra grande parte vinda dos municípios vizinhos, o ramo da indústria madeireira (e sub-ramos) é o mais desenvolvido. Os demais são: "ervateiro", "tecelagem", "celulose" (pasta mecânica), "de sapatos", "de bebidas" e "de produtos alimentares" (banha, carne conservada e enlatada) e outras menores.

Do total das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) 27% concentravam-se no ramo agricultura, pecuária e silvicultura".

O valor da produção agrícola em 1956 estava assim distribuído: milho — Cr$ 12 526 800,00; feijão — ....

Maternidade Municipal

Templo católico — Matriz

Cr$ 6 476 400,00; arroz — Cr$ 3 078 000,00; trigo — .... Cr$ 1 475 000,00; uva — Cr$ 814 500,00.

A pecuária está se desenvolvendo a passos largos: todavia, parte atende ao consumo do município e parte é industrializada. Mais numeroso é o rebanho suíno, seguido do bovino.

A exportação interestadual de União da Vitória, em 1956, atingiu a quantidade total de Cr$ 379 540 190,00. Pinho compensado, caixas de madeira para embalagem, trigo em grão e vísceras frescas frigorificadas foram os principais produtos exportados.

COMÉRCIO E BANCOS — União da Vitória conta com 250 estabelecimentos comerciais varejistas, 15 atacadistas e 5 agências bancárias, inclusive 1 agência da Caixa Econômica Federal do Paraná. Mantém transações comerciais com as seguintes localidades: Palmas, Bituruna, Cruz Machado, Irati, Pato Branco, Clevelândia, Ponta Grossa Curitiba Pôrto União (SC), São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (DF).

Por estar localizado em situação privilegiada, fazendo divisa com o Estado de Santa Catarina e contando com excelente entroncamento rodo-ferroviário, o município funciona como um verdadeiro entreposto comercial, o mais importante do sul do Estado do Paraná, servindo como escoadouro natural de tôda produção da zona do sudoeste paranaense.

As mercadorias e gêneros que não produz são adquiridos nas praças de Ponta Grossa, Curitiba, Joinvile (SC), São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (DF).

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município situa-se em posição notável no que concerne aos meios de transporte que o servem, pois conta com o rodoviário, o ferroviário (da R.V.P.S.C.), o aéreo (Varig, Cruzeiro do Sul e Real-Aerovias) e o fluvial, através do rio Iguaçu.

Liga-se aos seguintes municípios: Paulo Frontin — 39 km (rodoviário) e 51 km (ferroviário); São Mateus do Sul — 90 km (rodoviário); Mallet — 63 km (rodoviário) e 82 km (ferroviário); Cruz Machado — 50 km (rodoviário); Bituruna — 68 km (rodoviário); Palmas — 164 km (rodoviário); Pôrto União (SC) — 0 km (basta atravessar a linha férrea).

Um bem situado aeroporto é utilizado por emprêsas aéreas.

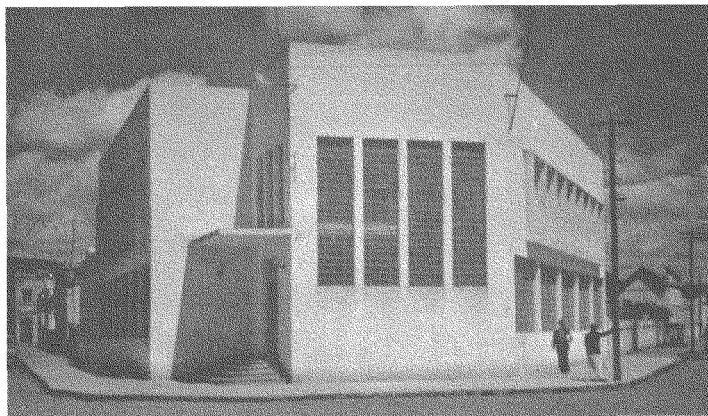
A navegação fluvial faz-se com pequenos navios, chatas, lanchas e outras embarcações de pequeno calado.

Na cidade funcionam uma agência postal do D.C.T., o serviço telegráfico da R.V.P.S.C., o serviço radiotelegráfico do Govêrno do Estado e 4 serviços radiotelegráficos particulares.

Uma rêde de telefones automáticos, urbana e interurbana, serve a cidade e o município.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de União da Vitória possui cêrca de 9 500 habitantes; 1 960 edificações urbanas, das quais 1 852 servindo para fins residenciais. Possui rêde telefônica urbana com 410 aparelhos instalados e também energia elétrica para fôrça motriz, iluminação pública e particular, esta com 1 949 ligações. Dispõe de um serviço de água canalizada com 6 000 metros de rêde distribuidora, abastecendo 150 prédios. Existem na cidade 56 logradouros públicos, sendo 2 avenidas, 45 ruas, 1 travessa e 8 praças. Alguns logradouros estão pavimentados com paralelepípedos (41 863 metros quadrados) e macadame (48 973 metros quadrados).

No ano de 1956 foram registrados na Prefeitura Municipal 423 veículos motorizados (112 automóveis e 311 caminhões).

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Os habitantes do município contam com as seguintes fontes de assistência médico-sanitária e em geral: 7 médicos, 8 dentistas, 5 farmacêuticos, 4 instituições de saúde (Hospital 26 de Outubro, Associação de Proteção à Maternidade e à

Fôro Municipal

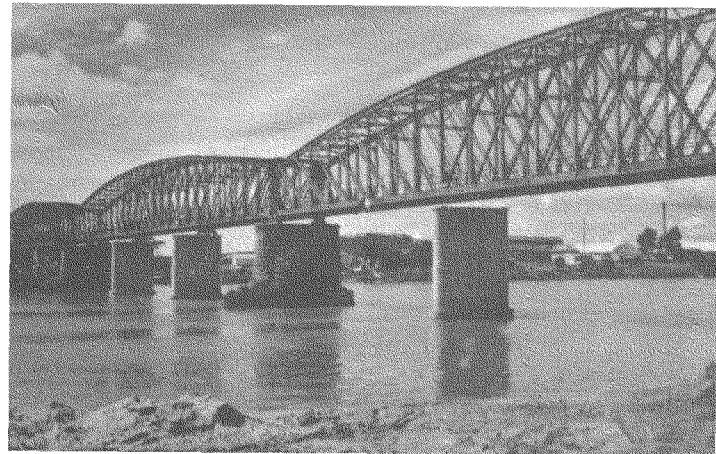
Prédio das Escolas Técnica de Comércio e Normal Secundária

Infância, 1 pôsto de higiene e 1 de puericultura) e 4 farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Um pôsto do I.A.P.I. e outro do I.A.P.C. proporcionam assistência social aos seus membros. Funcionam no município 2 cooperativas: a dos Produtores de Mate Vitória Limitada, com 320 associados, dedica-se desde sua instalação, a 20 de julho de 1946, ao comércio (compra e venda) e fomento da produção da erva-mate; a Cooperativa Mista dos Fornecedores de Lenha Brasil Ltda., instalada a 25 de dezembro de 1951, congrega 129 sócios e tem como finalidade a compra e fornecimento de lenha, nó de pinho e dormentes à Rêde Viação Paraná—Santa Catarina.

ALFABETIZAÇÃO — No município, segundo o Censo de 1950, residiam 28 139 pessoas de 5 anos e mais. Dêsse total, 15 735 sabiam ler e escrever: 8 702 homens e 7 033 mulheres. Das 6 443 pessoas daquela idade, residentes na sede municipal, 4 854 eram alfabetizadas, sendo 2 549 homens e 2 305 mulheres.

Ensino — União da Vitória, em 1956, contou com o funcionamento de 59 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, em que estiveram matriculados 2 949 alunos. Funcionam na cidade os seguintes estabelecimentos de ensino extraprimário: Ginásio Estadual Túlio de França, Escola Técnica de Comércio Coronel David Carneiro e Instituto de Música Raul Menssing.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Na cidade estão localizados: 1 cinema (Cine Luz) com capacidade para 1 450 espectadores, tendo realizado, em 1956, 477 exibições cinematográficas, a que estiveram presentes 300 976 pessoas; 1 tipografia; 2 livrarias; 1 estação radioemissora: a Rádio União, prefixo: ZYD-3 — freqüência de 1 530 kc

Ponte ferroviária sôbre o rio Iguaçu

e as bibliotecas: Paroquial Pio XI, com 3 632 volumes; José de Alencar, com aproximadamente 5 000 volumes, pertencente ao município; e a do Ginásio Estadual Túlio de França, com 800 volumes. Circulam dois órgãos, ambos de periodicidade mensal: "O Caiçara", político, literário e científico, e "Iguaçu", noticioso.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950......	213	148	2 131	1 254	2 143
1951......	249	135	2 461	1 349	2 262
1952......	299	141	3 129	1 772	3 116
1953......	632	906	4 251	1 496	3 519
1954......	448	2 188	6 074	1 622	4 056
1955......	496	1 807	5 206	1 927	5 002
1956 (1)...	812	1 121	3 919	2 271	4 508

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — É comemorada no município a quase totalidade das festas religiosas apontadas pelo calendário da igreja católica, de datas móveis e fixas, constituindo-se tôdas elas em ponto alto das manifestações populares que ali são levadas a efeito.

Vista geral do distrito Pôrto Vitória

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A designação atual União da Vitória foi adotada logo após dirimida a questão de limites entre Paraná e Santa Catarina, isto em 7 de setembro de 1917.

Seus habitantes são conhecidos pelos gentílicos unio-vitorienses ou união-vitorienses.

A comarca foi criada em 1908, figurando hoje como de terceira entrância: compreende os distritos de União da Vitória, Cruz Machado, Paula Freitas, Pinaré e Pôrto Vitória. Na sede funcionam os cartórios do Cível, Crime, de Imóveis, Registro Civil e Anexos.

O eleitorado inscrito existente em 1955 era de 10 913 cidadãos, o quinto em importância no Estado.

As autoridades representativas municipais em exercício são: Prefeito — Sr. Esmaldo Dalla B. Icurtem; vereadores — Srs. Dirceu M. Souza, Alfredo Stalachmidt, Francisco A. Saporinti, Walter Gaebler, Valentim Wontroba, Cordovan de Hello, Wilson Alves, Natálio P. de Souza, Jorge Mussi, Clodovaldo Naumann, Silvestre Barczak e Reinaldo Schultz.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Paraná.

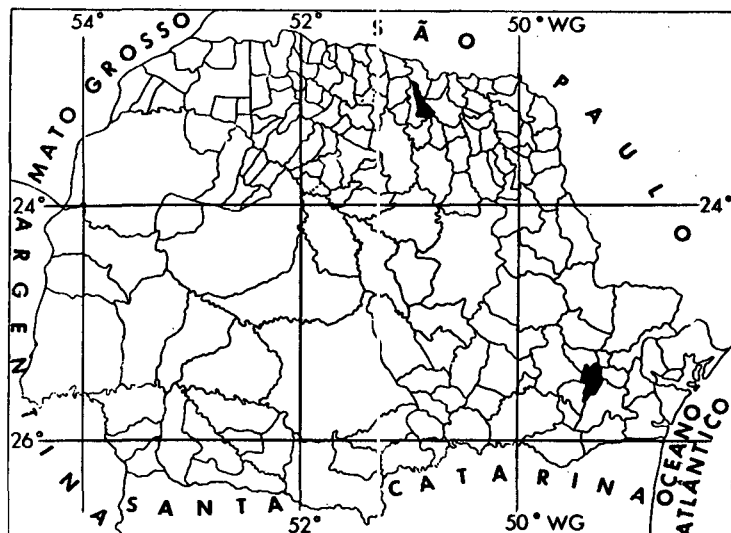
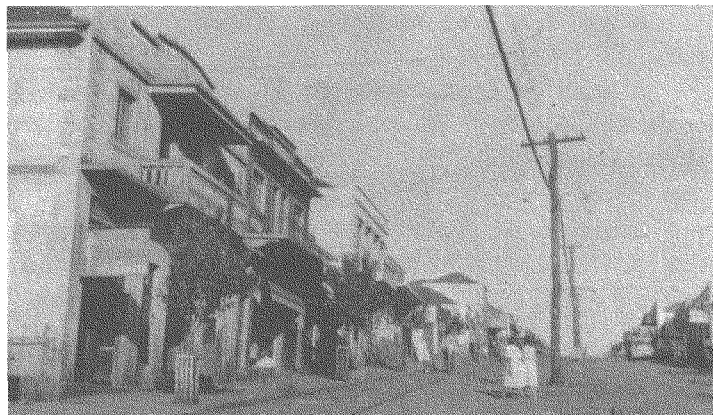
URAÍ — PR

Mapa Municipal no 12.º Vol.

HISTÓRICO — No dia 5 de maio de 1936 uma leva de colonos japonêses, tendo à frente Manjiro Watanabe, gerente da Companhia Nambei Tochi Kabushiri Kaisha, concessionária da gleba que constitui o atual município de Uraí, chegou à localidade, iniciando assim a fundação de um núcleo colonial. Àquela época, as terras que formam Uraí pertenciam ao município de Assaí, importante núcleo colonial de imigrantes japonêses. Recebeu Uraí, inicialmente, a denominação de Colônia Pirianito, localizada em ponto privilegiado da extraordinária região fisiográfica do Norte do Paraná. Graças ao trabalho dinâmico e construtivo dos colonos japonêses e à fertilidade das terras, teve desenvolvimento rápido, transformando-se, dentro de pouco tempo, numa verdadeira cidade. Poucos anos após a fundação da Colônia de Pirianito, era a mesma elevada à categoria de distrito administrativo de Assaí, com a denominação de Uraí.

O topônimo é uma palavra indígena, que representa o nome de planta da qual se extrai o "curare", veneno de alto poder e ação direta no sangue. Os primeiros moradores de Uraí, em sua maioria japonêses, querendo dar à colônia uma denominação genuìnamente brasileira, chegaram à conclusão de que os nomes mais ligados aos primitivos habitantes da região — os guaranis — eram "mandioca" e "curare" ou "uraí", planta de que os aborígines extraíam o veneno com que preparavam as suas flechas e lanças, para se defenderem dos inimigos. Daí terem optado pela palavra "uraí", com que batizaram a nova unidade municipal.

Por fôrça da Lei estadual n.º 2, de 10 de outubro de 1947, Uraí foi elevado à categoria de município, desmembrado do de Assaí. Sua instalação oficial deu-se a 4 de novembro do mesmo ano. O primeiro Prefeito Municipal foi o Dr. João Ribeiro Júnior, médico estabelecido na localidade desde os primórdios de sua fundação.

LOCALIZAÇÃO — A posição determinada pelas coordenadas geográficas de 23° 12' de latitude Sul e 50° 48' de longitude W. Gr. localiza a sede municipal de Uraí. Situa-se Uraí na Zona Fisiográfica do Norte, limitando ao norte com o município de Sertaneja; ao sul, com os municípios de Jataìzinho, Assaí e Amoreira; a oeste, com Jataìzinho; e a leste, com Sertaneja, Leópolis e Cornélio Procópio.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Trecho da principal Avenida do Município

ALTITUDE — A sede do município encontra-se a uma altitude de 380 metros.

CLIMA — O clima quente predomina em todo o município, e as temperaturas médias registradas no ano de 1957 foram 32,2°C para as máximas, 12,7°C para as mínimas e 22,5°C a compensada.

ÁREA — Compreende o município uma área de 296 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Em 1950 foram recenseadas no município 18 828 pessoas, assim distribuídas: *segundo o sexo* — 9 822 homens e 9 006 mulheres; *segundo a nacionalidade* — 17 478 brasileiros natos, 6 brasileiros naturalizados e 1 344 estrangeiros; *segundo a côr* — 13 090 brancos, 1 223 pretos, 2 930 amarelos e 1 527 pardos; *segundo a religião* — 14 719 católicos apostólicos romanos, 1 177 protestantes, 595 espíritas, 2 003 de outras religiões, 262 sem religião e 72 sem religião declarada. Das 9 986 pessoas de 15 anos e mais, 3 034 declararam-se solteiros; 6 462, casados; 3, desquitados; e 460, viúvos. Os 77% da população estavam localizados no quadro rural e a densidade demográfica em Uraí era de 59 habitantes por quilômetro quadrado.

Aglomerações urbanas — São 3 as aglomerações urbanas existentes no município: a cidade de Uraí, com 4 263 habitantes, sendo: 2 207 homens e 2 056 mulheres, segundo o Censo de 1950, e as vilas de Cruzeiro do Norte e Rancho Alegre.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Uraí tem por base estrutural de sua situação econômica o café; sua agricultura, face à fertilidade do solo, é propícia ao cultivo variado quer seja de algodão, rami, cereais e outras espécies.

A produção agrícola em 1956 apresentou os seguintes valores (segundo estimativa): café — Cr$ 94 500 000,00; algodão — Cr$ 37 800 000,00; milho — Cr$ 33 345 000,00; feijão — Cr$ 24 435 000,00; arroz — Cr$ 4 000 000,00.

Menção especial merece a cultura e produção de "rami" (fibra), feita com grande intensidade e interêsse; em 1956, a exportação dêsse produto, pelo município, valeu Cr$ 40 925 056,00.

A pecuária local se fixa em grande parte na suinocultura.

A indústria é constituída de 32 estabelecimentos, dos quais 10 ocupam 5 ou mais operários em seus afazeres, sendo o "madeireiro" e "produtos alimentares", os principais ramos.

A exportação interestadual em 1956 atingiu a cifra de Cr$ 173 799 904,00, sendo o feijão, o rami, o algodão, o café e o milho os produtos principais dessa exportação.

COMÉRCIO E BANCOS — Existe em Uraí cêrca de 310 estabelecimentos varejistas, 8 atacadistas, bem como cinco agências bancárias.

Os principais centros consumidores dos produtos do município são: Londrina, Curitiba e São Paulo. Com essas praças mantém ainda transações comerciais importando para seu consumo interno aquêles produtos que lhe são indispensáveis e dos quais não possui produção própria.

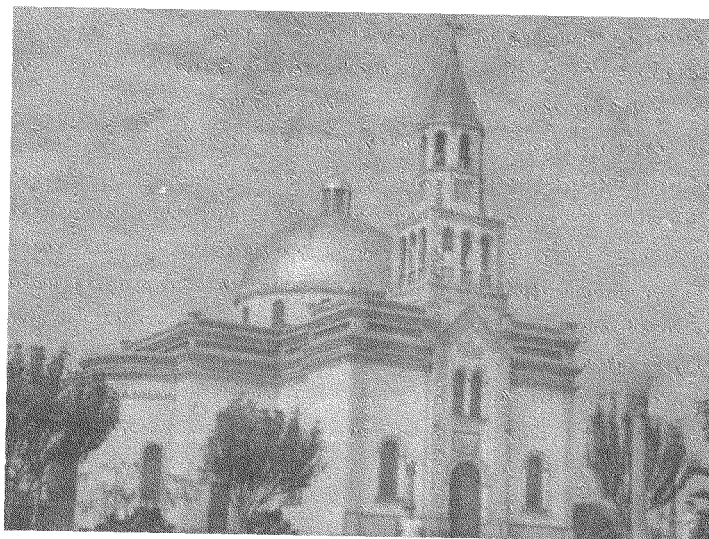
MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido de transportes rodoviário e ferroviário (da R.V.P.S.C.), cujas estradas o ligam aos seguintes municípios próximos: Jataìzinho — 32 quilômetros (rodoviário) e 31 quilômetros (ferroviário); Cornélio Procópio — 26 quilômetros (rodoviário) e 29 quilômetros (ferroviário); Sertaneja — 30 quilômetros (rodoviário); Leópolis — 24 quilômetros (rodoviário). Liga-se ainda às Capitais Estadual e Federal, por ferrovia e rodovia nas distâncias de 693 e 1 153 quilômetros e 410 e 1 083 quilômetros, respectivamente.

Na cidade acha-se instalada uma Agência Postal do Departamento dos Correios e Telégrafos; possui ainda os serviços telegráficos da R.V.P.S.C. e telefônicos urbano e interurbano.

ASPECTOS URBANOS — Estima-se em 4 200 habitantes a população de Uraí. Possui cêrca de 950 edificações urbanas, das quais 858 estão ocupadas para fins residenciais. É servida por telefones urbanos, por energia elétrica, para iluminação pública e particular, esta com 762 ligações. Contam-se, na cidade, 27 logradouros públicos (cinco avenidas, 20 ruas e duas praças), 3 hotéis e 4 pensões.

A Prefeitura Municipal emplacou, em 1957, 39 automóveis e 145 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Um total de 9 médicos, 7 dentistas, 8 farmacêuticos, secundados por 7 unidades de saúde e 8 farmácias, constituem a fonte de

Ginásio Diocesano "ASSUNÇÃO"

Igreja-Matriz Municipal

assistência médico-sanitária e em geral à população do município. Entre os estabelecimentos de saúde destaca-se o Pôsto Federal do Tracoma.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950 mostrou a existência de 15 032 habitantes de 5 anos e mais, no município. Dêsse total, 6 802 sabiam ler e escrever, sendo 4 337 homens e 2 465 mulheres. Na sede municipal, das 3 371 pessoas naquele grupo de idades, 2 047 eram alfabetizadas, ou seja, 1 198 homens e 849 mulheres.

Ensino — Funcionaram no município, em 1956, 25 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, com a matrícula de 2 532 alunos. Encontram-se instalados, na cidade, os seguintes estabelecimentos de ensino extraprimário: Ginásio Estadual, Escola Normal Secundária, Curso Normal Regional e Ginásio Diocesano Assunção.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há, na sede municipal, 2 bibliotecas estudantis, com cêrca de 400 volumes cada uma. Funcionam também 1 cinema, com 500 lugares, 1 tipografia e 3 livrarias, circulando no município o órgão "A Voz Independente de Uraí", de periodicidade mensal.

FINANÇAS PÚBLICAS —

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	(*)	4 302	1 802	852	1 711
1951	(*)	6 637	1 987	920	2 098
1952	(*)	8 786	2 297	1 989	2 304
1953	(*)	9 704	3 071	1 423	2 910
1954	(*)	9 732	4 901	1 397	4 691
1955	(*)	14 840	3 597	1 556	4 062
1956 (1)	(*)	15 073	4 588	2 308	6 543

(1) Orçamento.
(*) Não foi possível apurar-se a receita federal, tendo em vista que a Coletoria foi instalada tão-sòmente em 27 de maio do corrente ano.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — O maior acontecimento que se registra no município, de caráter popular, é a celebração, todos os anos, no período de 3 a 12 de outubro, da festa da padroeira, Nossa Senhora Aparecida. Nessa fase, todos os uraienses acorrem à sede municipal, tomando parte ativa nas festividades.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Segundo a tradição, o nome "Uraí" dado ao município é de origem

indígena, usado pelos silvícolas para designar a planta que produz o "curare", terrível veneno utilizado nas flechas para a caça e a guerra. Seus fundadores escolheram-no como preito aos primeiros habitantes daquelas plagas. Os naturais do município são conhecidos por "uraienses".

É sede de comarca de 1.ª entrância composta de 4 distritos judiciários: Uraí, Rancho Alegre, Serra Morena e Jataìzinho.

Na cidade funcionam os cartórios do Cível, Crime, de Imóveis, e do Registro Civil e Anexos. Nos distritos, sòmente o do Registro Civil. Seu primeiro Juiz foi o Doutor Alfredo Portugal Mitzuek.

O eleitorado total de Uraí em 1955 era de 6 483 cidadãos inscritos.

As autoridades municipais atualmente em exercício são: Prefeito — Sr. Acácio Jesus Martins. Vereadores — Srs. Joaquim G. de Azevedo, Délio Thomazinho, Lupércio Rodrigues, Elson Fabris Neto, Guilherme de Martino, Takumi Haida, Francisco D. de Lima, Antônio Pereira Dantas, José Leme de Carvalho.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

VENCESLAU BRAZ — PR

Mapa Municipal no 11.º Vol.

HISTÓRICO — A cidade de Venceslau Braz é a terceira sede do atual município do mesmo nome. A primeira foi São José do Cristianismo e a segunda, São José da Boa Vista.

Em 1848 Domiciano Corrêa Machado, acompanhado de sua espôsa, Ana Cândida de Farias Machado, filhos e escravos, partiu de São Caetano da Vargem Grande, no Estado de Minas Gerais, em direção aos já afamados sertões da 5.ª Comarca de São Paulo, ou seja, a comarca de Curitiba e Paranaguá, mais tarde província e hoje Estado do Paraná.

Êsse sertanista mineiro estacionou, provisòriamente, no lugar denominado "Aldeia de São João" (hoje Itaporanga), situado à margem esquerda do rio Verde e à direita do Itararé. Procurou desde logo melhor assinalar a posse de uma sorte de terras situadas à margem esquerda do rio Itararé, com o fim de garantir a compra que, ainda em Minas Gerais, havia feito ao sertanista Manoel Lopes, famoso posseiro nestas paragens. Para êsse fim conseguiu canoas e, auxiliado por seus filhos, escravos e índios guaranis, subiu pelo rio Itararé até encontrar a aludida posse, entre as barras dos rios Pescaria e Jaguariaíva, afluentes paranaenses do Itararé, que limitava e ainda limita o Estado de São Paulo com sua antiga 5.ª Comarca (hoje Estado do Paraná). Sendo devoto de São José, Domiciano Corrêa Machado, logo após chegar à localidade, escolheu, na confluência do rio Pescaria com o Itararé, uma área de terras de que fêz doação para constituir um patrimônio denominado São José do Cristianismo.

Incansável desbravador, Domiciano voltou muitas vêzes à sua terra natal, em busca de gente, fazendo gran-

Sede Social do Ferroviário Esporte Clube

de propaganda da fertilidade do solo, abundância de peixe, caça, etc. O resultado não tardou muito, e, quando, a 19 de dezembro de 1853, foi criada a província do Paraná, emancipada da de São Paulo, São José do Cristianismo já apresentava o aspecto de uma pequena vila.

A povoação prosperou e continuou crescendo em todos os setores, de maneira que, pela Lei provincial n.º 245, de 20 de abril de 1870, foi criado o distrito judiciário de São José do Cristianismo.

Em 1872, quando se realizou o primeiro Recenseamento Geral do Império, existiam 3 572 habitantes, sendo 1 927 do sexo masculino e 1 645 do sexo feminino; 3 297 livres e 265 escravos. Existiam ainda 585 fogos (domicílios).

Mas, exatamente quando a povoação mais parecia prosperar, eis que Manoel Bernardino da Silva faz doação de uma área de terras localizadas à margem direita do rio Pescaria, duas léguas, mais ou menos, acima da povoação de São José do Cristianismo, para formar um novo patrimônio, a que denominou São José da Boa Vista. Dito patrimônio, não obstante a sua inferior localização em comparação com São José do Cristianismo, prosperou ràpidamente, devido principalmente ao ótimo clima de que desfrutava e o incansável esfôrço de Manoel Bernardino, auxiliado por João Malaquias da Silva e outros companheiros.

A prosperidade desta povoação veio ofuscar o progresso de São José do Cristianismo, cujos moradores foram se transferindo gradativamente para a nova localidade, até que a 29 de março de 1875, pela Lei provincial n.º 421, a sede do distrito judiciário foi transferida para São José da Boa Vista.

A Lei provincial n.º 448, de 24 de março de 1876, elevou o distrito judiciário à categoria de município, dando-se a criação do têrmo em 1879, para um ano depois, isto é, a 16 de abril de 1880, pela Lei provincial n.º 585, ser elevado à categoria de comarca, a qual foi suprimida pela Lei n.º 717, de 9 de dezembro de 1882, para ser restabelecida pela Lei n.º 968, de 2 de novembro de 1889. Foi elevada à categoria de cidade, *ex vi* da Lei estadual número 246, de 24 de dezembro de 1897.

Com o desbravamento e o povoar dos sertões do Norte do Paraná foram sendo criados novos municípios, cujos territórios eram desmembrados da comarca de São José da

Boa Vista, que começou a perder o vigor de outrora, para, em seguida, entrar em declínio.

No ano de 1915, novo capítulo era iniciado na vida do município, quando Joaquim Miranda, que se dedicava à agricultura, fixou residência a 21 quilômetros distante da sede de São José da Boa Vista, dentro, porém, do território pertencente à comarca de Tomazina. Joaquim Miranda seria o primeiro morador de uma nova povoação. Nesse mesmo ano, com a aproximação do traçado da ferrovia denominada "Ramal do Paranapanema", naquele mesmo local, iria situar-se o quilômetro 70 do referido Ramal e que seria sede de um acampamento de serviços de construção ferroviária.

A notícia dêsse evento atraiu novos moradores, com o propósito principalmente de se estabelecerem com casas de comércio. O primeiro a chegar foi Jorge Merége Chuery, vindo, a seguir, Afonso Ribas e Felipe Miguel de Carvalho. Êste último iria desempenhar papel importante no desenvolvimento local, pois sendo político influente na região, idealizou, desde logo, a transformação daquele simples acampamento de construção ferroviária em uma nova povoação.

Auxiliado por Victor Pietra, conseguiu a doação, por parte do Dr. Alfredo Penteado, saudoso membro de tradicional família paulista, de uma área de 20 alqueires de terras à Câmara Municiapl de Tomazina, para a formação de um patrimônio, sendo a escritura de doação lavrada a 11 de fevereiro de 1926. Mas sòmente a 28 de julho de 1917, pela Lei municipal n.º 108, é que a Câmara de Tomazina mandava proceder ao levantamento e demarcação do novo patrimônio, que, pela mesma lei, foi denominado Novo Horizonte.

Agência do Banco Comercial do Paraná S.A.

Em 1918 inaugurava-se a Estação Ferroviária, que teve como primeiro agente Luiz Pereira. Logo a seguir, a denominação da nova povoação foi mudada para Brazópolis, já então em franco progresso. Graças ainda ao incansável esfôrço de Felipe Miguel de Carvalho, pela Lei número 1 980, de 5 de abril de 1920, Brazópolis foi elevado à categoria de distrito judiciário, sendo solenemente instalado a 17 de outubro do mesmo ano, na própria casa do denodado batalhador.

Presidiu à cerimônia o Dr. Francisco Methodio da Nóbrega, Juiz de Direito da comarca de Tomazina, dando posse de 1.º Juiz Distrital a Pedro Carvalho Duarte, e nomeando Escrivão Distrital, interino, a Adolfo Antônio Pereira. Estiveram presentes à solenidade, além das pessoas acima descritas, Felipe Miguel de Carvalho, José Ribeiro Lopes, Dr. Ubirajara Brasileiro Cidade e Orlando da

Agência do Banco do Estado do Paraná S.A.

Costa Carvalho, os dois últimos, respectivamente Promotor Público e Delegado de Polícia, ambos da comarca de Tomazina.

Sempre incansável, Felipe Miguel de Carvalho continuou trabalhando pelo progresso do distrito, obtendo do Govêrno do Estado a construção da primeira Casa Escolar e sendo o iniciador da construção da primeira igreja-matriz.

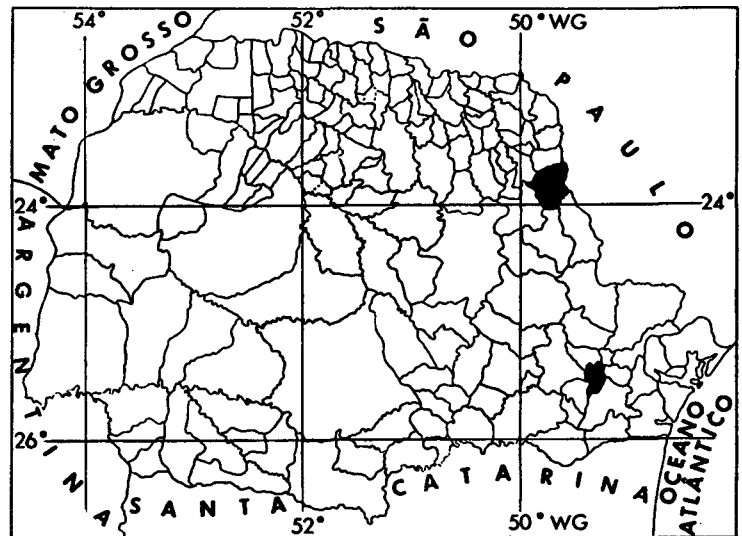
Algum tempo depois era o nome da jovem povoação mudado para Venceslau Braz, em homenagem ao grande estadista brasileiro, que, quando investido no cargo de Presidente da República, mandou abrir a Estrada de Ferro que veio trazer grande surto de progresso para tôda esta região.

Enquanto Venceslau Braz continuava sua evolução e desenvolvimento sempre crescente e ininterrupto, São José da Boa Vista declinava; até que, por volta de 1953, faltava o inestimável auxílio de Felipe M. de Carvalho, que se havia afastado da luta com a consciência tranqüila, por haver cumprido o seu dever, forçado por seu estado de saúde e avançada idade.

Novo movimento iniciava-se então, liderado por Osório Ferreira Gonçalves, Benedito Corrêa de Vasconcelos (neto de Domiciano Corrêa Machado, o desbravador de São José do Cristianismo), Ricardo Brunatto, Alcides Leite de Carvalho, Adolfo Antônio Pereira e muitos outros, no sentido de conseguir o desmembramento de Venceslau Braz da comarca de Tomazina, para ser anexado à de São José da Boa Vista, com o objetivo de conseguir futuramente a transferência da sede da comarca para Venceslau Braz.

Efetivamente, a 16 de março de 1934, em virtude do Decreto-lei estadual n.º 704, foi o distrito de Venceslau Braz desmembrado da comarca de Tomazina e anexado à comarca de São José da Boa Vista e, a 17 de outubro de 1935, o movimento iniciado conseguiu sair inteiramente vitorioso, quando, pela Lei estadual n.º 21, daquela data, foi transferida para Venceslau Braz a sede da comarca e do município, passando ambos a ter a denominação atual, sendo a nova sede instalada oficial e solenemente a 26 de novembro de 1935.

LOCALIZAÇÃO — A posição geográfica da sede municipal está compreendida entre as coordenadas de 23º 52' 22" de latitude Sul e 40º 48' 20" de longitude W. Gr. Situa-se o município na Zona Fisiográfica de Tomazina. Limita ao norte com o município de Siqueira Campos; ao sul, com Jaguariaíva e Sengés; a oeste, com Tomazina e Arapoti; e a leste, com o Estado de São Paulo.

Hotel Comercial

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital

ALTITUDE — A sede do município de Venceslau Braz encontra-se a uma altitude de 835 metros.

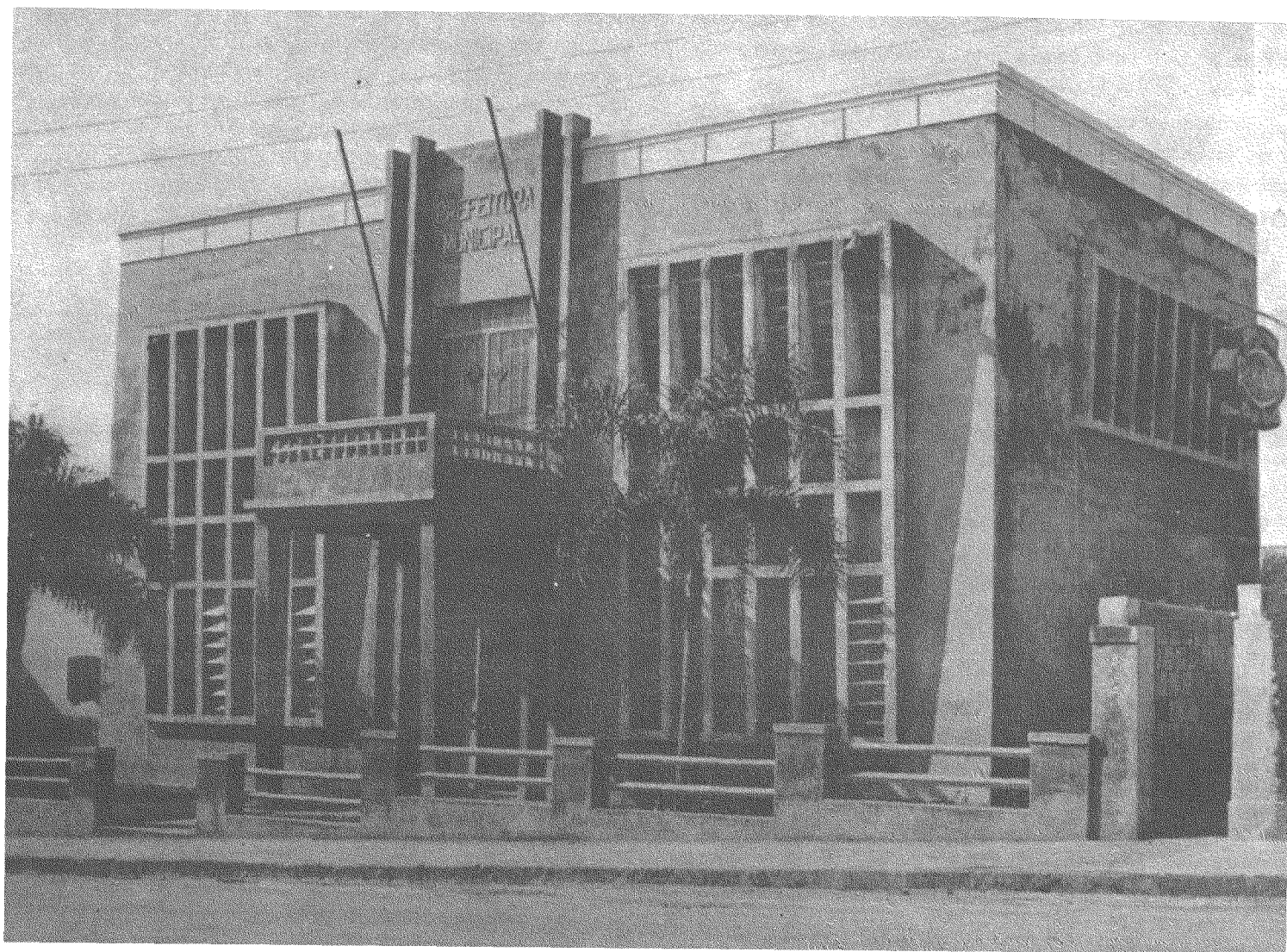
CLIMA — No município predomina o clima temperado. As temperaturas observadas no ano de 1957 foram: 27ºC para a média das máximas, 17ºC para a das mínimas e 22ºC a compensada.

ÁREA — Compreende o município uma área de 969 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município são os rios Itararé, na direção S.N., e Jaguariaíva, na mesma direção.

RIQUEZAS NATURAIS — A lenha representa a riqueza natural de maior evidência no município. Existe, em Venceslau Braz, uma mina de carvão-de-pedra.

POPULAÇÃO — Segundo os resultados do Recenseamento Geral de 1950, contava o município 13 732 habitantes, conforme a seguinte constituição: *segundo o sexo* — 6 960 homens e 6 772 mulheres; *segundo a nacionalidade* — 13 330 brasileiros natos, 41 brasileiros naturalizados e 361 estrangeiros; *segundo a côr* — 11 509 brancos, 386 pretos, 470 amarelos e 1 367 pardos; *segundo a religião* — 12 968 católicos apostólicos romanos, 295 protestantes, 64 espíritas, 221 de outras religiões, 178 sem religião e 6 sem religião declarada. Das pessoas de 15 anos e mais, num total de 7 791, 2 279 declararam-se solteiros, 5 084 casados, 5 divorciados ou desquitados e 423 viúvos. A densidade demográfica era de 13 habitantes por quilômetro quadrado e 80% de sua população concentravam-se no quadro rural.

Aglomerações urbanas — Existem no município 3 aglomerações urbanas: a cidade de Venceslau Braz, com 2 003 habitantes (995 homens e 1 008 mulheres); a vila de Santana do Itararé, com 294 (153 homens e 141 mulheres) e a vila de São José da Boa Vista, com 489, sendo 241 homens e 248 mulheres, segundo o Censo de 1950.

Prefeitura Municipal

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A atividade econômica de maior expressão no município é a agricultura, secundada em importância pela pecuária.

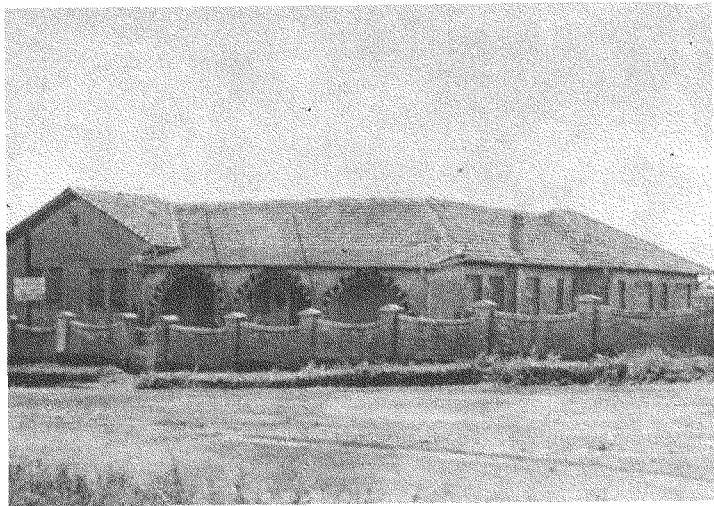
Dotado de excelentes terras, aptas a tôdas as culturas, Venceslau Braz apresentava em 1956, segundo previsão, a seguinte produção agrícola: arroz — .... Cr$ 12 540 000,00; feijão — Cr$ 10 030 000,00; milho — Cr$ 4 056 000,00; café — Cr$ 1 800 000,00; batata-inglêsa — Cr$ 1 584 000,00; em menor proporção, o algodão, a banana e a cana-de-açúcar. É de valor econômico apreciável a cultura do abacaxi que é exportado anualmente em grande quantidade. A pecuária tem seu principal valor na criação e exportação de suínos; seguem-lhe os rebanhos bovino e caprino.

A indústria é composta de 29 estabelecimentos, dos quais 4 utilizam 5 ou mais pessoas (em idade ativa) nas suas tarefas. O principal ramo é o de "produtos alimentares" (inclusive os sub-ramos beneficiamento, preparo, acabamento, etc.).

A exportação total (para os Estados) em 1956 foi da ordem de Cr$ 20 802 656,00. Os produtos mais exportados foram: o feijão, gado suíno, arroz e milho.

COMÉRCIO E BANCOS — Existe, exercendo suas atividades em Venceslau Braz, cêrca de 78 estabelecimentos comerciais varejistas, 5 atacadistas e três agências bancárias, a saber: do Banco Comercial do Paraná S.A., do Banco do Estado do Paraná S.A. e do Banco Mercantil e Industrial do Paraná S.A. Mantém transação (comércio exportador e importador) com as seguintes praças: Jacarèzinho, Cambará, Londrina e Curitiba, no Paraná; São Paulo, Itararé, Avaré e Itapeva, no Estado de São Paulo. As mencionadas localidades funcionam como fornecedores e compradores de mercadorias e produtos agrícolas e pecuários.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido pelos transportes rodoviário e ferroviário (da R.V.P.S.C.) que o ligam às seguintes comunas vizinhas: Siqueira Campos — 28 quilômetros (rodoviário)

Grupo Escolar Dr. Sebastião Paraná

Pôsto de Higiene Estadual

e 29 quilômetros (ferroviário); Tomazina — 23 quilômetros (rodoviário) e 31 quilômetros (ferroviário); Arapoti — 36 quilômetros (rodoviário) e 42 quilômetros (ferroviário); Sengés — 54 quilômetros (rodoviário) e 168 quilômetros (ferroviário); Itaporanga (SP) — 52 quilômetros (rodoviário). Dista da Capital Estadual e Federal, respectivamente: 257 e 807 quilômetros (rodoviário) e 407 e 1 075 quilômetros (ferroviário). Perto da cidade existe um pequeno campo de pouso para aviões e táxis-aéreos.

Na sede funcionam uma agência postal do Departamento dos Correios e Telégrafos, os serviços telegráficos da R.V.P.S.C., o serviço radiotelegráfico do Govêrno Estadual e serviço de telefones, urbano e interurbano.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Venceslau Braz conta com cêrca de 2 880 habitantes; mais de 620 edificações urbanas, das quais 572 servem para fins residenciais. Possui rêde telefônica urbana com 27 aparelhos instalados. É servida de energia elétrica, para fôrça motriz, iluminação pública e particular, esta com 545 ligações domiciliares. Contam-se 25 logradouros públicos na cidade, sendo quatro avenidas, 16 ruas, 2 travessas e 3 praças.

O comércio local é constituído de 5 estabelecimentos atacadistas e 78 varejistas. Há 4 hotéis e 2 pensões para os serviços de alimentação e de hospedagem, na cidade.

No ano de 1957, foram registrados na Prefeitura Municipal 70 veículos motorizados: 21 automóveis e 49 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Acham-se em atividade no município 2 médicos, 3 dentistas e 2 farmacêuticos. Na cidade estão localizados os seguintes estabelecimentos de saúde: Casa de Saúde Santa Clara, 1 pôsto de higiene e 1 de puericultura, além de 3 farmácias.

ALFABETIZAÇÃO — O município, segundo o Censo de 1950, contava com a existência de 11 353 habitantes de 5 anos e mais, sendo que 3 841 sabiam ler e escrever: 2 365 homens e 1 476 mulheres. Na sede municipal, das 1 683 pessoas daquelas idades, 1 099 eram alfabetizados: 597 homens e 502 mulheres.

Ensino — Em 1956, funcionaram no município 28 unidades do ensino primário fundamental comum, com a matrícula de 1 186 alunos. Funcionam na cidade 2 estabelecimentos de ensino extraprimário: 1 ginásio estadual e 1 curso normal regional.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Na cidade: Rádio Venceslau Braz, freqüência de 1 510 quilociclos, com 100 watts na antena; Biblioteca Escolar "Emílio de Menezes", com cêrca de 600 volumes; Cine Centenário, com 600 lugares e 2 entidades esportivo-culturais, com 385 associados.

FINANÇAS PÚBLICAS —

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950......	474	1 498	592	317	496
1951......	583	1 882	785	362	656
1952......	781	2 309	865	440	697
1953......	968	2 648	1 330	599	1 947
1954......	1 130	3 306	1 376	653	1 476
1955......	1 401	3 643	1 239	623	1 283
1956......	1 755	5 223	1 825	745	1 392

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — Realizam-se no município as seguintes festas religiosas: na sede, em honra de São Sebastião, padroeiro local, a 20 de janeiro; na vila de Santana do Itararé, consagrada a Nossa Senhora Santana, a 26 de julho; e na vila de São José da Boa Vista, em homenagem a São José, no dia 19 de março.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O topônimo Venceslau Braz representa uma homenagem ao ex-Presidente da República, em cujo govêrno se iniciou a construção da Estrada de Ferro São Paulo—Rio Grande Railway (hoje R.V.P.S.C. e V.R.G.S.).

As pessoas nascidas no município recebem a denominação de brazenses. Venceslau Braz é comarca de segunda entrância compreendendo os distritos judiciários de Venceslau Braz, São José da Boa Vista, Santana do Itararé. Na sede funcionam os cartórios do Cível, Crime, de Imóveis e do Registro Civil e Anexos. Nos distritos, apenas o último. Seu eleitorado é da ordem de 2 863 cidadãos inscritos. As autoridades representativas do município atualmente em exercício são: Prefeito — Sr. Augusto P. da Silva. Vereadores — Srs. Aide Ferreira Paz, José da Silva Reis, Luiz Kopraski, Martim Skriba, Marins Machado, José Pio Corrêa, Hugo Bueno Mendes, Manandro P. Ferreira e Manoel Antônio Teixeira.

FONTES — Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Departamento Estadual de Estatística. Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

Índice Geral

Índice dos Municípios

ESTADO DO PARANÁ

NOTA

Os Prefeitos e Vereadores constantes dos Municípios expiraram seus mandatos em 1958.

CONFECÇÃO GRÁFICA

Sob a direção de:

Antônio Maria Coelho,
Petrônio Cezar Coutinho,
Acácio da Cunha Figueiredo,
Mário Batista de Abreu,
José Corrêa Neves e
Elio Ricaldône.

Com a colaboração de:

Antônio Buss, Seno Eyng, Nerval Dutra, Ovídio Rodrigues Costa, Francisco A. M. Bessa, Walkyrio W. Morgado, Heinzelman Almeida, João Brand, Venício Coutinho, Valdemiro Joaquim Fernandes, Luiz Borges da Silva, Antônio Bernardino da Silva, Joaquim Soares Moreira, Manoel Pereira de Melo, Vicente Basile, José Paixão Filho, Jussieu Leite, Acrisio Lopes, Francisco Lopes, Pedro Murga, Carlos Alfred, Manoel Neto Araújo, Hilton Fróis Ribeiro, Eudes Vieira, Sílvio Brand, Lourival Fernandes, Sebastião Cassia, Armindo Fiães, Walter Schöpke, Manoel Ferreira de Figueiredo, Zenir Ferreira Lopes, Walter Freitas Nunes, Pedro de Castro Biancovilli, Laudo de Oliveira, José Fagundes do Amaral, Arnaldo V. Reis, Luiz C. Campos, Antônio Gama, José Batista de Abreu, Waldir Rangel, Jayme Santiago Maphêo, Antônio Ferreira Gabri, Marcílio Mazzola, Manoel Gomes Neto, Reginaldo de Sousa Leal, Valdemar Lopes, Manoel Cordilha, Florisvaldo Araújo, Laurentino de Oliveira, José Maria da Silva, Raimundo Pires Seixas, Levy de Menezes, Álvaro F. Órphão, Ivo José Ferreira, Geraldo Gonçalves de Souza, Maria Yára Branco, Leonardo Eyng, Darcy Vieira Cardoso, Edjalme Perret de Souza, Miguel Paixão, Eduardo Dias, João de Almeida Guimarães, Armando W. Cruz, Joaquim G. M. Gonçalves e José Cândido de Araújo.

ACABOU-SE DE IMPRIMIR ÊSTE TRIGÉSIMO PRIMEIRO VOLUME DA "ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS", EM 25 DE MARÇO DE 1959, NAS OFICINAS DO SERVIÇO GRÁFICO DO I.B.G.E., EM LUCAS, DF. — BRASIL

Publicação comemorativa do 4.º aniversário de governo do
Presidente JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA,
em 31 de janeiro de 1960